



Diário da Justiça

ELETRÔNICO

Curitiba, 27 de Setembro de 2021 - Edição nº 3063 - 187 páginas

Sumário

Tribunal de Justiça	2	Sistemas de Juizados Especiais Cíveis e Criminais	45
Atos da Presidência	2	Comarca da Capital	45
Concursos	9	Direção do Fórum	45
Supervisão do Sistema da Infância e Juventude	10	Cível	45
Ouvidoria Geral	10	Crime	46
Atos da 1ª Vice-Presidência	10	Fazenda Pública	46
Atos da 2ª Vice-Presidência	10	Família	48
Supervisão do Sistema de Juizados Especiais	10	Delitos de Trânsito	48
NUPEMEC	10	Execuções Penais	48
Secretaria	10	Tribunal do Júri	48
Departamento da Magistratura	14	Infância e Juventude	48
Processos do Órgão Especial	14	Reg Pub e Acidentes de Trabalho Precatórias Cíveis	48
Processos do Conselho da Magistratura	14	Registros Públicos e Corregedoria do Foro Extrajudicial	48
Departamento de Gestão de Recursos Humanos	15	Precatórias Criminais	48
Departamento de Gestão de Serviços Terceirizados	33	Auditoria da Justiça Militar	48
Departamento Econômico e Financeiro	33	Central de Inquéritos	48
Departamento do Patrimônio	33	Juizados Especiais - Cíveis/Criminais	48
Departamento de Tecnologia da Informação e Comunicação	34	Concursos	48
Departamento de Engenharia e Arquitetura	34	Comarcas do Interior	48
Departamento Judiciário	34	Direção do Fórum	48
Divisão de Distribuição	38	Plantão Judiciário	48
Seção de Preparo	38	Cível	48
Seção de Mandados e Cartas	38	Crime	49
Divisão de Processo Cível	38	Juizados Especiais	49
Divisão de Processo Crime	38	Concursos	49
Divisão de Recursos aos Tribunais Superiores	38	Família	49
Processos do Órgão Especial	38	Execuções Penais	49
FUNREJUS	38	Infância e Juventude	49
Núcleo de Conciliação do 2º Grau	38	Fazenda Pública	49
Departamento de Gestão de Precatórios	38	Editais Judiciais	52
Corregedoria da Justiça	44	Conselho da Magistratura	52
Plantão Judiciário Capital	45	Capital	52
Divisão de Concursos da Corregedoria	45	Interior	63
Conselho da Magistratura	45	Editais - Procedimento de Usucapião Extrajudicial	187
Comissão Int. Conc. Promoções	45		

Tribunal de Justiça

Atos da Presidência

Protocolo nº0029608-35.2021.8.16.6000

DECISÃO Nº 89/2021 - CPAIASAEC

I - Trata-se de recurso administrativo 6701049 interposto pela empresa **ODONTOMEDI PRODUTOS HOSPITALARES LTDA** contra a decisão 6659951 proferida pela Ilma. Secretária deste Tribunal de Justiça que aplicou as seguintes penalidades de multa em razão do atraso injustificado de 32 (trinta e dois) dias na entrega dos bens contratados decorrentes das notas de empenho 20000425 e 20000426 (notas fiscais: nº 31.063 e nº 31.064):

"a) multa de 0,5% (zero virgula cinco por cento), calculada sobre o valor constante da nota de empenho n.º 20000425, multiplicada por 32 (trinta e dois) dias de atraso injustificado na entrega dos materiais, reduzida pela metade e limitada ao montante de 20% (vinte por cento) do valor global da contratação, no valor de R\$ 842,66 (oitocentos e quarenta e dois reais e sessenta e seis centavos), conforme cálculo apresentado pela Coordenadoria de Arrecadação e Fiscalização dos Fundos Especiais do Departamento Econômico e Financeiro (doc. 6613552), nos termos do item 21.3. do Termo de Referência, combinado com a norma inserta no item 19.4.2., tudo do edital de Pregão Eletrônico n.º 09/2020;

b) multa de 0,5% (zero virgula cinco por cento), calculada sobre o valor constante da nota de empenho n.º 20000426, multiplicada por 32 (trinta e dois) dias de atraso injustificado na entrega dos materiais, reduzida pela metade e limitada ao montante de 20% (vinte por cento) do valor global da contratação, no valor de R\$ 809,04 (oitocentos e nove reais e quatro centavos), conforme cálculo apresentado pela Coordenadoria de Arrecadação e Fiscalização dos Fundos Especiais do Departamento Econômico e Financeiro (doc. 6613552), nos termos do item 21.3. do Termo de Referência, combinado com a norma inserta no item 19.4.2., tudo do edital de Pregão Eletrônico n.º 09/2020."

A empresa alega, em síntese: a) diferentemente do consignado no parecer foi apresentada defesa prévia e razões finais; b) a licitação ocorreu antes da decretação do estado de calamidade pública e não havia previsibilidade em relação a falta de produtos do mercado, além de aumento significativo nos valores; c) não houve atraso na totalidade das mercadorias constantes nos empenhos, mas sim em um só item (item 31) e que, portanto, o cálculo da multa foi equivocado; e) que não houve culpa no atraso, devendo ser aplicado o princípio da razoabilidade em relação à multa arbitrada.

Ao final, requer a reforma do cálculo da multa, "nos termos do item 21.3 do Termo de Referência- Anexo I do Edital do Pregão Eletrônico nº 09/2020 com a atenuante prevista no item 19.4.2 do Edital, com as observâncias dispostas no artigo 98, § 3º, inciso III, da Lei Estadual nº. 15.608/2007 c/c o artigo 423 do Código Civil".

A Consultoria Jurídica da Presidência opinou pelo **conhecimento** do recurso e, no mérito, pelo **provimento** (doc. 6734561).

Preliminarmente, o parecer jurídico ponderou a inexistência de violação dos princípios da ampla defesa e do contraditório, pois as peças defensivas colacionadas nas razões recursais **6701098** foram apresentadas em outro expediente, qual seja, SEI **0031493-84.2021.8.16.6000**, que trata do atraso na entrega de bens referentes às notas fiscais: nº 29989, 29944, 30327, 29945; 30328, 29533, 29534, 29662 e 29663 (relativas às notas de empenho nº **425** e **426**), nº 30122 (nota de empenho nº **870**) e nº 30121 (nota de empenho nº **871**).

Em relação ao mérito, registrou que a multa foi de fato arbitrada em desconformidade com o disposto no item 21.3 do Capítulo 21 do Edital nº 09/2020, que estabelece que a pena deve ser calculada **"sobre o valor da parcela inadimplida"**.

Assim, sugeriu o acolhimento das razões recursais para a correção da base de cálculo da sanção, devendo constar o valor das notas fiscais nº 31.063 (R\$ 137,88) e nº 31.064 (R\$ 137,88), que corresponde efetivamente à parcela inadimplida dos objetos contratados.

II - Diante do acima mencionado, **acolho** o parecer da Consultoria Jurídica deste Gabinete da Presidência (doc. 6734561), cujos fundamentos adoto como razões de decidir, para **conhecer** do recurso e, no mérito, **dar-lhe provimento**, reformando-se, em parte, a decisão STJPR-GS-CJ 6659951, inciso II, para que a pena de multa seja calculada nos seguintes termos:

"a) multa de 0,5% (zero virgula cinco por cento), sobre o valor da parcela inadimplida do bem no valor de R\$ 137,88 (cento e trinta e sete reais e oitenta e oito centavos), - empenho nº 425, multiplicado por 32 (trinta e dois) dias de atraso, com a redução em metade, limitado ao valor equivalente a 20% do valor global da contratação;

b) multa de 0,5% (zero virgula cinco por cento), sobre o valor da parcela inadimplida do bem no valor de R\$ 137,88 (cento e trinta e sete reais e oitenta e oito centavos), - empenho nº 426, multiplicado por 32 (trinta e dois) dias de atraso, com a redução em metade, limitado ao valor equivalente a 20% do valor global da contratação;"

III - À Coordenadoria de Arrecadação (FUNREJUS) para cálculo do valor da multa com base nas diretrizes acima expostas e posterior emissão da guia de recolhimento para pagamento. Ademais, deverá efetuar as verificações e diligências necessárias à execução da penalidade, bem como para proceder à inscrição no CADIN Estadual se verificada a inadimplência, tudo em conformidade com o art. 20-A e ss. do Decreto Judiciário n.º 711/2011, com o art. 1º do Decreto Judiciário n.º 945/2018 e com o art. 4º do Decreto Judiciário n.º 53/2021.

IV - À Comissão Permanente de Apuração de Irregularidades e Aplicação de Sanções Administrativas às Empresas Contratadas para as anotações devidas, ciência à empresa contratada e demais providências regulamentares.

V - Oportunamente, archive-se.

Curitiba, 17 de setembro de 2021.

Des. JOSÉ LAURINDO DE SOUZA NETTO
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Protocolo nº0012617-18.2020.8.16.6000

DECISÃO Nº 90/2021 - CPAIASAEC

I - Trata-se de recurso administrativo (doc. **6640167**) interposto por MAG PR ASSEIO E CONSERVAÇÃO LTDA contra a decisão da Senhora Secretária deste Tribunal de Justiça (doc. **6589844**) que aplicou a penalidade de multa nos seguintes termos:

"II - Acolho o Parecer STJPR-GS-AJ nº 6515343, como razão de decidir, para com fulcro nos artigos 98, §3º, inciso III, 150, inciso II e 152, inciso IV, da Lei Estadual nº 15.608/2007, no artigo 423 do Código Civil, e na Cláusula 20.1.1, 'b', c/c?20.3.1., por infração às alíneas 'i', 'j', 's' e 's.1', da Cláusula 12 do Contrato nº 34/2018, aplicar as seguintes penalidades:

- multa de 0,3% sobre o valor mensal do contrato multiplicada por 126 dias, por descumprir prazos relacionados ao pagamento de obrigações trabalhista de 3 (três) funcionárias na competência de outubro de 2019, limitada a 10% sobre o valor mensal? máximo do contrato, no valor de R\$ 46.970,64 (quarenta e seis mil, novecentos e setenta reais e sessenta e quatro centavos), conforme cálculo DEF-D-CAFFE-DFCRFE nº 6579928.

- multa de 0,3% sobre o valor mensal do contrato multiplicada por 45 dias, por descumprir prazos relacionados ao pagamento de obrigações trabalhista de 7 (sete) funcionárias na competência de novembro de 2019, limitada a 10% sobre o valor mensal? máximo do contrato, no valor de R\$ 46.970,64 (quarenta e seis mil, novecentos e setenta reais e sessenta e quatro centavos), conforme cálculo DEF-D-CAFFE-DFCRFE nº 6579928".

Em suas razões recursais, a recorrente sustenta que:

"É fato que a recorrente incorreu em alguns atrasos de poucos dias no pagamento do vale-transporte e vale-refeição a alguns funcionários seus lotados no TJPR.

Isso ocorreu no final do ano de 2019 e no início de 2020, data em que a crise relacionada ao covid-19 já causava temor no mundo todo impactando diversos contratos vigentes, tais como alguns mantidos pela recorrente que lhe comprometeram o fluxo de caixa.

Isso trouxe alguns desafios no aspecto financeiro da sua gestão, e o ápice do problema culminou no atraso pontual do pagamento de alguns vales a poucos de seus funcionários (cerca de 6 funcionários), sendo que o atraso foi de aproximadamente 7 dias, na medida dentre todas as apurações feitas neste processo.

[...]

A partir daí o TJPR aplicou a multa máxima de 10% do valor da prestação mensal do contrato que é de R\$ 46.670,64 para outubro e outros R\$ 46.970,64 para novembro, resultando num total de R\$ 93.941,28 (cálculo nº 6579928).

É pouco relevante a essa altura investigar o fato em si (atraso) ou o número de dias desse atraso, pois a decisão ora recorrida extrapola em muito os limites que a lei estabeleceu [...].

[...]

III - Já há outro SEI apurando atrasos de novembro/2019.

O TJPR abriu processo administrativo SEI nº 0013030-31.2020.8.16.6000 que tem por objeto a investigação de eventuais atrasos nas obrigações contratuais relacionadas ao mês de novembro de 2019 neste mesmo Contrato nº 34/2018.

Lá houve decisão administrativa aplicando multa de R\$ 46.970,64 pelos atrasos do referido mês, multa essa que atingiu o patamar mínimo máximo de 10% previsto no item 20.3.1 do contrato.

Ou seja, eventuais atrasos de novembro de 2019 já estão penalizados no patamar máximo contratual, de sorte que a multa aqui aplicada pelos atrasos relacionados aquele mês não pode prevalecer, sob pena de infringir o item contratual em alusão que limita a multa de determinado mês a 10% da contraprestação mensal.

[...]

Portanto, de antemão é fácil identificar que há excesso à medida em que os fatos e atrasos ocorridos em novembro de 2019 já são objeto e já foram penalizados pelo teto nos autos SEI nº 0013030-31.2020.8.16.6000, de modo que a multa aqui questionada e que esteja relacionada a atrasos de novembro deve ser afastada;

IV - A recorrente já pagou multa pelo seu atraso.

O ato infrator descrito nos autos é o atraso o pagamento de vale-transporte e vale-refeição aos seus funcionários.

Mas o próprio Parecer reconhece a partir do Relatório nº 6124093 da CPER-1CPAIASAEC que a recorrente pagou o benefício que estava em atraso, e o fez com incidência de multa que a lei laboral estipulou para esse tipo de situação.

Ou seja, a empresa já pagou a multa pelo atraso em questão.

Ela já sofreu a penalidade respectiva. O contrato não pode estabelecer nova multa para um mesmo fato gerador já tratado pela legislação trabalhista.

Ainda que se diga retratarem relações diferentes, o objeto é o mesmo.

O objetivo da multa é indenizar a parte inocente por alguma contrapartida contratual frustrada. No caso dos autos o TJPR não sofreu absolutamente nenhum dano ou prejuízo à atividade contratada.

[...]

Aplicar duas multas simultâneas pelo mesmo fato implicaria evidente *bis in idem* e encontra forte resistência no Direito pátrio.

V - O excesso da multa; critérios desproporcionais.

[...] a multa viola todos os princípios norteadores do Direito Administrativo Sancionador, a despeito de expressa previsão contratual.

A começar pela forma de contagem da multa.

O contrato fala em 0,3% por dia por funcionário.

Ora, se a empresa dispõe de 109 ativos no TJ e caso tenha qualquer dificuldade burocrática ou bancária na data do pagamento de determinada obrigação contratual que só venha a ser quitada no dia seguinte (1 dia de atraso), ela estaria sujeita a uma multa de 32,7% pelo simples fato de dispor de 109 funcionários cedidos.

Mas o ato tido por infracional é uno, indivisível.

Não há como multiplicá-lo conforme o número de funcionários, pois se trata de uma baliza incapaz de mensurar a gravidade do ato.

[...]

Quanto muito ela poderia ser agravada, mas nunca multiplicada como sugere o contrato e cuja contagem acabou sendo praticada pelo TJPR.

[...]

Dessa forma, mostra-se evidente que o critério contratual ofende a razoabilidade e deve ser revisto para reduzir a multa a uma única infração passível de penalidade de 0,3% a incidir sobre o valor máximo mensal.

[...]

A sanção é evidente mais gravosa do que o próprio conteúdo econômico do ato infracional, pois o quadro constante no Parecer que ilustra a decisão ora recorrida indica que foram atrasos de apenas 2 funcionários no pagamento de valores de vale transporte e vale alimentação cujo débito girava em torno de R\$ 100-150, assim considerando apenas obrigações vencidas em outubro/19 já que as relativas a novembro/19 são objeto de outro SEI, como visto no tópico anterior.

Mas a multa aplicada foi de R\$ 46.970,64.

Essa disparidade é um escândalo que aponta que a multa representa cerca de 300.000% o valor da obrigação descumprida.

Ora, é crucial voltar ao Código Civil, art. 412: "O valor da cominação imposta na cláusula penal não pode exceder o da obrigação principal".

Aqui há uma superação à ordem de 300%, que não pode ser aceita".

Requer seja o recurso recebido no seu efeito suspensivo e ao final provido para o efeito de reformar a decisão em análise e determinar o arquivamento do processo sem aplicação de quaisquer penalidades.

Caso não admitido o arquivamento sem aplicação de multa, a recorrente pugna que ela seja reduzida a 0,3% do valor da obrigação cumprida em atraso, ou então sobre o valor mensal do contrato para aplicação uma única vez. Em não sendo acolhida a proposta de redução, que a multa seja limitada a 0,3% do valor mensal do contrato para aplicação uma única vez em relação a cada trabalhador onde possa ter havido qualquer atraso no cumprimento das obrigações trabalhistas.

Por fim, se rejeitadas as teses acima, pede que a multa seja reduzida ao máximo de 4% vigente para os contratos atuais de serviços similares.

A Consultoria Jurídica da Presidência opinou pelo **conhecimento** do recurso e, no mérito, pelo **parcial provimento** (doc.6821114).

É o relatório. Decido.

II - Do pedido de concessão de efeito suspensivo ao recurso.

De acordo com os fundamentos explicitados no parecer da Consultoria Jurídica da Presidência (doc. 6821140), "o recurso contra a decisão que determina a aplicação de penalidade contratual não tem, em regra, efeito suspensivo, podendo ser deferido pela autoridade competente apenas nos casos em que o interesse público justificar", e que, "no caso em foco, não se vislumbra razão de interesse público que justifique a concessão de efeito suspensivo ao recurso da recorrente".

Assim, indefiro o pedido.

III - Do mérito.

Segundo a Consultoria Jurídica da Presidência, a prática da infração restou incontroversa, uma vez que a recorrente descumpriu as suas obrigações trabalhistas, instituídas no contrato e na legislação de regência, eis que efetuou, de forma extemporânea, o pagamento das verbas salariais e dos benefícios de vale-alimentação e vale-transporte.

Com relação à tese de que o pagamento da multa administrativa implicaria *bis in idem*, a Consultoria Jurídica entendeu que ela deve ser rejeitada, com base nos seguintes fundamentos:

"A recorrente alega que já pagou a multa pelo atraso no pagamento de vale-transporte e vale-alimentação aos seus funcionários, de modo que o contrato não poderia ter estabelecido nova multa para um mesmo fato gerador já tratado pela legislação trabalhista.

Sem razão a recorrente.

É lição clássica no Direito que uma mesma conduta pode ser qualificada, simultaneamente, como ilícito administrativo, penal e civil, implicando responsabilidades compatíveis com o tipo de ilícito praticado.

Para José dos Santos Carvalho Filho[1]:

"o fato gerador da responsabilidade varia de acordo com a natureza da norma jurídica que o contempla. Essa variação é que propicia tipos diversos de responsabilidade ou, em outras palavras, a diversidade da norma corresponde à diversidade dos tipos de responsabilidade.

Temos, então, que se a norma tem natureza penal, a consumação do fato gerador provoca responsabilidade penal; se a norma é de direito civil, teremos

a responsabilidade civil; e, finalmente, se o fato estiver previsto em norma administrativa, dar-se-á a responsabilidade administrativa.

Como as normas jurídicas, no caso acima, são autônomas entre si, a consequência é que as responsabilidades também serão, em princípio, independentes".

Assim, não há óbice a que uma mesma conduta infracional acarrete a responsabilização no âmbito administrativo e trabalhista.

Além do mais, a multa trabalhista e a multa administrativa não decorrem da violação da mesma norma jurídica.

Com efeito, observa-se que os atrasos violam normas previstas tanto na Convenção Coletiva da Categoria - SIEMACO 2019/2020 como no Contrato Administrativo nº 34/2018.

As penalidades referidas na Convenção Coletiva da Categoria - SIEMACO 2019/2020 são de natureza pecuniária, impostas para a parte que descumprir qualquer das obrigações constantes no documento coletivo. O objetivo das penalidades é criar um incentivo econômico sancionatório que leve a parte obrigada a prestar as obrigações de fazer ou não fazer, de pagar e de dar que tenham sido avençadas. Essas penalidades normalmente reverterem em favor do empregado, pois quem descumpra as normas, na maioria das vezes, é o empregador. Elas encontram suporte no art. 613, inciso VIII, da CLT e no instrumento firmado pelos signatários.

Já as sanções administrativas previstas no Contrato nº 34/2018 não estão voltadas, em regra, ao ressarcimento dos danos causados pela conduta infracional. Também não se prestam a criar incentivo econômico para que as partes cumpram a Convenção Coletiva de Trabalho. A sua finalidade é evitar a prática de atos ilícitos, que frustrem o interesse público que se busca com o contrato administrativo. Nesse sentido:

"A função principal da sanção nos contratos administrativos não é, nem a de reprimir as violações contratuais nem a de compensar a Administração pelos prejuízos sofridos, mas sim a de obrigar o particular a cumprir a prestação a que está adstrito e, dessa forma, assegurar a prossecução do interesse público subjacente ao contrato"[2].

Diferentemente das penalidades estipuladas na Convenção Coletiva de Trabalho, as sanções administrativas pecuniárias não reverterem em favor do empregado, mas da Administração Pública contratante.

Imperioso ressaltar que essas sanções não decorrem da Convenção Coletiva de Trabalho, e sim da Lei de Licitações (Lei Estadual nº 15.608/07) e do contrato administrativo nº 34/2018.

Nessa toada, não há que se cogitar de *bis in idem*, haja vista que a multa prevista na Convenção Coletiva de Trabalho não se confunde com a sanção pecuniária por fato infracional específico apurado no curso da relação jurídica emergente do contrato administrativo.

Desse modo, não procede a alegação da recorrente no sentido de que haveria *bis in idem* na aplicação da multa administrativa contratual".

No que tange à alegação de que o valor da penalidade de multa é excessivo e desproporcional, a Consultoria Jurídica assentou que:

"[...] infere-se que o inadimplemento da recorrente quanto ao termo final para a contraprestação devida aos seus funcionários configurou descumprimento dos itens 20.3, "b" e 20.3.1 do contrato nº 34/2018, o que a sujeita à penalidade multa de 0,3% por dia de atraso e por empregado, sobre o valor mensal do contrato, limitado ao quantum total de 10% desse valor.

Oportuno salientar que o item 20.3.1 do contrato administrativo, que prevê o percentual fixo de 0,3% de multa por dia de atraso e por empregado, não confere ao administrador qualquer margem de discricionariedade para balizamento na dosimetria da pena em razão de sua taxatividade cerrada. Isso impede que a autoridade utilize outra base de cálculo ou percentual para impingir a sanção contratual.

Além do mais, aplicando-se as dimensões da proporcionalidade ao caso concreto, verifica-se que a penalidade é necessária, adequada e proporcional à conduta praticada, vejamos:

a) necessidade: com a prática do ato infracional, que restou incontroverso nos autos, surgiu para a Administração Pública o dever de responsabilizar a recorrente, sob pena de, em sentido contrário, ocorrer a responsabilização da autoridade pública.

O Manual de Sanções elaborado pelo Tribunal de Contas da União (TCU) assim orienta:

"Diante do poder disciplinar da Administração Pública, entende-se que a apuração para a aplicação de sanção, nos casos de infração administrativa, não é um ato discricionário, é um poder-dever. Assim, tendo conhecimento de indícios da existência de uma infração administrativa praticada por servidor ou particular, a Administração tem o dever de instaurar o procedimento adequado à sua apuração e, conforme o caso, realizar a consequente aplicação das penas cabíveis.

Quando determinada ação é classificada como ilícita, gera-se o dever de punição. A omissão de punição ao ilícito é tão antijurídica quanto a prática do próprio ilícito. Foge da discricionariedade da Administração punir ou não punir, segundo um juízo de conveniência política. Aliás, a conduta do agente público que deixa de adotar as providências destinadas a promover a punição do sujeito que praticou ilícito pode configurar crime. Portanto, a prévia definição normativa dos ilícitos puníveis vincula o administrador e retira a margem de liberdade sobre a conduta futura a adotar."

b) adequação: o valor mensal do contrato à época dos fatos era de R\$ 469.706,40 (quatrocentos e sessenta e nove mil, setecentos e seis reais e quarenta centavos)[3], de modo que não se revela inadequada a penalização na importância de R\$ 46.970,64 por mês de competência, vez que este valor representa, em termos percentuais, apenas 10% do valor total mensal contratado. Além do mais, não há dúvida de que a penalidade escolhida é o meio mais adequado para sancionar a empresa faltosa.

c) proporcionalidade em sentido estrito: o caráter pedagógico da multa decorrente do atraso verificado no cumprimento das obrigações é superior ao desfaleque

patrimonial que provoca na recorrente. Com a aplicação da penalidade, evita-se eventual reincidência e a inexecução contratual por parte da contratada, de forma a assegurar que o interesse público subjacente ao contrato seja atingido.

Como se nota, a penalidade de multa não se reveste de desproporcionalidade, pois aplicada em conformidade com os princípios norteadores da Administração Pública, da lei de licitações e contratos administrativos".

Quanto ao pedido de redução do valor da multa com base na aplicação supletiva dos arts. 412 e 413 do Código Civil, assinalou-se no ato opinativo que:

"Também não procede o argumento de ser aplicável ao caso a regra do art. 413 do Código Civil para redução na multa aplicada.

Estabelece o art. 413 do Código Civil que:

"Art. 413. A penalidade deve ser reduzida equitativamente pelo juiz se a obrigação principal tiver sido cumprida em parte, ou se o montante da penalidade for manifestamente excessivo, tendo-se em vista a natureza e a finalidade do negócio". Essa norma prevê a possibilidade de redução judicial do quantum da cláusula penal - compensatória ou moratória - nos casos em que a obrigação principal tiver sido cumprida em parte, ou se o montante da penalidade for manifestamente excessivo, extrapolando os limites da proporcionalidade e da razoabilidade.

Já o art. 54 da Lei nº 8.666/93 consigna a aplicação supletiva dos princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado aos contratos celebrados pela Administração Pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:

"Art. 54. Os contratos administrativos de que trata esta Lei regulam-se pelas suas cláusulas e pelos preceitos de direito público, aplicando-se-lhes, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado".

Entretanto, embora se admita a aplicação supletiva das disposições de direito privado aos contratos administrativos, estas não podem ser incompatíveis com o regime de direito público.

Nesse sentido leciona Marçal Justen Filho^[3]:

"As características do contrato administrativo derivam da supremacia do interesse público sobre o particular, o que se retrata nas faculdades de a Administração modificar unilateralmente a avença, extingui-la, impor sanções ao particular e exigir em alguns casos o cumprimento das prestações alheias sem observância ao princípio da 'exceptio non adimpleti contractus'.

Isso não autoriza uma concepção autoritária do contrato administrativo, tal como não se admite que a superioridade do interesse público se retrate em uma concepção autoritária do Estado. Na lição de Gordillo, há 'um regime de direito público que busca satisfazer o interesse público concreto a que o contrato deve servir, sem sacrificar os princípios superiores de justiça e equidade a que todo o Estado deve propender. (...) A aplicação dos princípios de direito privado (acerca de matéria contratual) far-se-á sempre supletivamente. Vale dizer, somente serão aplicáveis quando inexistir solução emanada dos princípios de direito público e na medida em que a solução não seja incompatível com o regime de direito público'"(grifei)

Isso significa que a aplicação supletiva de dispositivo previsto no Código Civil não pode contrariar as normas (regras e princípios) que regem as licitações e contratações públicas.

A título de exemplo, poder-se-ia admitir a aplicação supletiva do art. 413 do CC a determinado contrato administrativo que estipulasse a aplicação da penalidade de multa em percentuais mínimo e máximo. Nessa hipótese, avaliando as circunstâncias do caso concreto e os requisitos do referido dispositivo, poderia a autoridade reduzir a multa cominada ao patamar mínimo previsto no instrumento contratual. Essa situação permitiria a aplicação do art. 413 do CC sem violação às cláusulas contratuais e ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório.

Porém, essa não é a hipótese dos autos.

No caso em tela, o contrato nº 34/2018 previu um método de pena exata ao estabelecer a espécie de sanção (multa) e o seu percentual (0,3% por dia de atraso e por empregado), os quais compõem equação imutável e insuscetível de manipulação pelo administrador público.

O que se autoriza no âmbito desse contrato é a limitação da multa ao patamar máximo de 10% do valor mensal contratado, o que foi observado em relação à recorrente, vejamos: (i) multa de 37,80% referente à competência de outubro/2019 que foi reduzida para 10%; (ii) multa de 13,50% relativa à competência de novembro/2019, a qual foi reduzida para 10%.

O que a recorrente pretende aqui é uma nova redução do valor da multa que lhe foi aplicada, o que não pode ser admitido, sob pena de violação dos princípios da vinculação ao instrumento convocatório (que irradiia seus efeitos no contrato) e do tratamento isonômico entre os contratados pela Administração.

Ademais, o acolhimento desse pedido estimularia centenas de outros contratados a simplesmente ignorarem as cláusulas contratuais, pois teriam a certeza que, ao final, as multas seriam reduzidas significativamente, premiando-se e incentivando-se o reiteramento desse tipo de comportamento, que é lesivo ao interesse público que se busca com o contrato administrativo.

Registre-se, por oportuno, que não houve recurso da recorrente contra o edital de licitação e a minuta do contrato que o acompanhou (anexo VIII), que previa referida cláusula penal.

Em virtude dessas considerações, deve ser afastada a aplicação supletiva do art. 413 do CC ao caso em questão.

De igual modo, não cabe a aplicação supletiva do art. 412 do CC, que desautoriza cláusula penal em valor superior ao da obrigação principal, em face da sua incompatibilidade com as normas que regem as contratações públicas.

O trecho a seguir colacionado, extraído do acórdão proferido nos autos do Mandado de Segurança nº 0029791-95.2020.8.16.0000, do C. Órgão Especial desta Corte, pulveriza qualquer divergência quanto a esse tema:

"Ao argumento de ser aplicável ao caso a regra do art. 412 do Código Civil, por força do art. 54 da Lei Federal 8.666/1993, defendeu a impetrante o excesso na multa contratual.

Sem razão, entretanto.

Inicialmente, esclareça-se que, neste caso, a sistemática do direito privado difere da prevalente no âmbito do público justamente pela existência de disciplina específica, resultando no afastamento da aplicação supletiva do art. 412 do Código Civil.

Isto é, enquanto o direito civil tem o escopo de limitar a cláusula penal ao valor da obrigação principal para evitar enriquecimento sem causa de um dos contratantes e, também, para cobrir perdas e danos, no âmbito público, de outro lado, a sanção pecuniária tem o desiderato de: garantir a execução do contrato como vertente do princípio da continuidade do serviço público; aplicar punição como desdobramento do poder disciplinar com seus consectários, tais como, o caráter pedagógico da reprimenda. Como consequência dessa inteligência, a aplicação de sanções no âmbito dos contratos administrativos possui disciplina específica nos artigos 86 a 88 da Lei 8.666/1993, sendo inaplicável, supletivamente, o Código Civil para esse caso específico.

Esse foi o caminho trilhado pela Procuradoria-Geral de Justiça em seu parecer (mov. 63.1, fl. 11): "Acréscua-se a não aplicabilidade do limite quantitativo previsto no art. 412, do Código Civil, que fixa como teto da cláusula penal o valor da obrigação principal. A complementariedade a que alude o art. 54, da Lei Federal nº 8.666/1993 permite o diálogo entre ela e a teoria geral dos contratos onde houver lacunas. Não é o caso da multa, que tem disciplina na própria Lei de Licitações (artigos 86 e 87, inciso II), e segue a lógica diferente da cláusula pena privatística. A perspectiva, no Direito Público, é prioritariamente sancionatória, ao contrário do Direito Privado, em que a cláusula penal tem como função a liquidação antecipada de perdas e danos. São funções diferentes, e, portanto, sujeitas a regimes jurídicos também diferentes". Por todo o exposto, não há como acolher os pedidos de arquivamento do processo sem aplicação das sanções ou de redução dos valores dessas".

Por outro lado, a Consultoria Jurídica manifestou-se favoravelmente quanto ao afastamento da multa aplicada pelo atraso no pagamento de obrigações trabalhistas na competência de novembro de 2019, aduzindo que:

"Conforme já destacado anteriormente, a Ilma. Secretária deste Tribunal de Justiça aplicou à recorrente as seguintes penalidades:

- multa de 0,3% multiplicada por 126 dias, por descumprir prazos relacionados ao pagamento de obrigações trabalhista de 3 (três) funcionárias na competência de outubro de 2019, limitada a 10% sobre o valor mensal/máximo do contrato;
- multa de 0,3% multiplicada por 45 dias, por descumprir prazos relacionados ao pagamento de obrigações trabalhista de 7 (sete) funcionárias na competência de novembro de 2019, limitada a 10% sobre o valor mensal/máximo do contrato.

As multas foram aplicadas no limite de 10% do valor mensal do contrato, resultando em (i) R\$ 46.970,64 pelo atraso no pagamento das obrigações trabalhistas na competência de out/2019 e; (ii) R\$ 46.970,64 pelo atraso no pagamento das obrigações trabalhistas na competência de nov/2019.

Todavia, a recorrente afirma que eventuais atrasos de novembro/2019 já foram penalizados no patamar máximo contratual, junto ao processo administrativo SEI nº 0013030-31.2020.8.16.6000, de sorte que a multa aqui aplicada relativa a esse mesmo mês não poderia prevalecer, sob pena de infringir o item 20.3.1 do contrato administrativo que limita a multa de determinado mês a 10% da contraprestação mensal.

Assiste-lhe razão.

A cláusula 20.3.1 do contrato administrativo nº 34/2018 estipula que:

"20.3.1: Nas hipóteses da alínea "b" fica estipulado que a inobservância dos prazos legais e previstos nas Convenções Coletivas respectivas, acarretará a multa de 0,3% (zero vírgula três por cento) por dia de atraso e por funcionário, limitada ao máximo de 10% (dez por cento) sobre o valor mensal máximo do contrato;"

A respeito da interpretação que deve ser conferida a essa cláusula contratual, transcreve-se o parecer emitido pela Consultoria Jurídica do Gabinete da Secretária, com o qual se concorda:

"22. O tipo sancionador encontrado no subitem 20.3.1 destaca previsão genérica de "inobservância dos prazos legais e previstos nas Convenções Coletivas respectivas", ou seja, qualquer daqueles prazos, seja oriundo de atraso no salário ou no vale-transporte, assim apesar de prescrever a multa de 0,3% por dia de atraso e por funcionário, limitou ao máximo de 10% (dez por cento) sobre o valor mensal do contrato. Nesse ponto, do modo que constou no Relatório da Comissão extrai-se o entendimento de que o limitador incidiria por cada resultado extraído da fórmula base que é o percentual por dia de atraso e por funcionário, o que, conforme vimos a multa final imposta ultrapassaria o limitador e no presente caso representaria 28,90% valor mensal do contrato. Não parece ser essa a intenção da norma. Mas, sim que o limitador ao fazer menção ao valor mensal do contrato quer considerar as condutas irregulares incorridas na competência de pagamento.

22. Explica-se: -

23. Na interpretação dos contratos administrativos, nos termos do inciso III, do §3º do art. 98 da Lei Estadual nº 15.608/2007, aplica-se os preceitos de direito público, e, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.?

24. Em relação ao tema, assim, ensina Hely Lopes Meirelles: -

"A instituição do contrato é típica do Direito privado, baseada na autonomia da vontade e na igualdade jurídica dos contratantes, mas é utilizada pela Administração Pública, na sua pureza originária (contratos privados realizados pela Administração) ou com as adaptações necessárias aos negócios públicos (contratos administrativos propriamente ditos). Daí por que os princípios gerais dos contratos tanto se aplicam aos contratos privados (cíveis e comerciais) quanto aos contratos públicos, dos quais

são espécies os contratos administrativos, os convênios e consórcios executivos e os acordos internacionais.¹⁹¹

25. Com efeito, dadas as prerrogativas do contrato administrativo que impõe as condições e cláusulas unilateralmente, tal avença acentua-se, verdadeiramente, aos denominados contratos de adesão?

26. Deste modo, e com base no que apresentado, há que ser aplicado no presente caso, de forma supletiva, o artigo 423 do Código Civil, in verbis: ??

"Art. 423 - Quando houver no contrato de adesão cláusulas ambíguas ou contraditórias, dever-se-á adotar a interpretação mais favorável ao aderente."

27. No contexto argumentativo ora apresentado, tem-se que a interpretação para aplicação da parte final da sanção de multa deve ser a mais favorável à empresa, no sentido de se considerar, embora presente dois ou mais eventos infracionais e mais de 1 empregado, a aplicação do limitador de 10% deve considerar todas as condutas incorridas no mesmo mês de competência e não aplicar, isoladamente, o limite de 10% para cada um dos eventos apresentados...?

28. A taxatividade concretizada na legalidade material (ou técnica) empregou o termo "inobservância de obrigações contratuais" (pluralidade de condutas) e, como consequência, a multa? (no singular). Logo, e sem esforço compreensivo, é válido assentar a consequencialidade? Uma pela prática de duas ou mais condutas contratuais infracionais - no mesmo mês de referência - quando houver concorrência entre os eventos previstos no subitem 20.3.1.?

29. Tal consequencialidade não é expressa, mas, sim, produto de interpretação mais benéfica e sistêmica a fim de evitar contradição lógica na aplicação da sanção. O sistema sancionador deve ser harmonizado e lhe emprestado o sentido e a finalidade global do contrato, obstando, nesse caso, a possível fixação do limite de 10% para cada evento, o que, na prática, se assemelharia com a soma das sanções limites e extrapolaria o abalizado percentual máximo previsto.?

30. Aliás, nota-se que o contratante previu na alínea "b" do subitem 20.3 uma enunciação abstrata, genérica para o núcleo "descumprir prazos" - "descumprir prazos relacionados ao pagamento de obrigações trabalhistas e previdenciárias". Dessa forma, o termo genérico "obrigações trabalhistas" representa a afetação ao mesmo núcleo ("descumprir prazos"), devendo ser interpretado, então, como? tipo administrativo modo alternativo, ou seja, o atraso pode ocorrer em relação a uma ou outra vantagem, ou até mesmo de forma concomitante, mas a prática de mais de uma conduta, no mesmo mês de referência, implicará, o respeito ao limite mensal estipulado na parte final do subitem 20.3.1.

31. Assim sendo, a sanção provisória, à luz do princípio da vulnerabilidade das relações jurídicas reconhecido em favor do aderente/contratado, deve estar limitada a 10% do valor mensal do contrato, motivo pelo qual divirjo, data? venia, da posição apresentada pela Comissão Processante.?

32. Considerando que não há outros argumentos para enfrentamento, conclui-se que para os descumprimentos contratuais narrados nos autos admite-se a fixação do limite de 10% considerando as infrações incorridas por competência e não por dia de atraso e por empregado e incidente sobre o valor máximo mensal do contrato (vigente à época do adimplemento tardio). (doc. 6515343)

Analisando os autos do processo SEI nº 0013030-31.2020.8.16.6000, verifica-se que a recorrente foi sancionada com multa de 0,3% por dia de atraso (588) e por empregado (9) em decorrência de atraso na disponibilização do vale-transporte e do vale-alimentação, referente ao mês de novembro/2019, a qual foi limitada a 10% do valor mensal do contrato nº 34/2018.

Desse modo, considerando que a limitação da penalidade deve se dar por mês de competência, e tendo em vista que a recorrente já foi sancionada pelos atrasos relativos ao mês de novembro/2019, entende-se que a multa aqui questionada, pertinente a esse mês, deve ser afastada."

IV - Ante o exposto, acolho o parecer jurídico da Consultoria Jurídica deste Gabinete da Presidência (doc. 6821114), cujos fundamentos adoto como razões de decidir, para conhecer do recurso e, no mérito, dar-lhe parcial provimento, reformando-se, em parte, a decisão STJPR-GS-CJ 6589844 para afastar a multa relativa aos atrasos no pagamento de obrigações trabalhistas na competência de novembro de 2019, mantendo-se apenas a penalidade de multa pertinente aos atrasos verificados na competência de outubro/2019, no valor de R\$ 46.970,64 (quarenta e seis mil, novecentos e setenta reais e sessenta e quatro centavos).

V - À Coordenadoria de Arrecadação (FUNREJUS) para emissão da guia de recolhimento para pagamento da multa na importância de R\$ 46.970,64 (quarenta e seis mil, novecentos e setenta reais e sessenta e quatro centavos). Ademais, deverá efetuar as verificações e diligências necessárias à execução da penalidade, bem como para proceder à inscrição no CADIN Estadual se verificada a inadimplência, tudo em conformidade com o art. 20-A e ss. do Decreto Judiciário nº 711/2011, com o art. 1º do Decreto Judiciário nº 945/2018 e com o art. 4º do Decreto Judiciário nº 53/2021.

VI - Após, à Comissão Permanente de Apuração de Irregularidades e Aplicação de Sanções Administrativas às Empresas Contratadas para as anotações devidas, ciência à empresa contratada e demais providências regulamentares.

VII - Oportunamente, archive-se.

Curitiba, 21 de setembro de 2021.

Des. JOSÉ LAURINDO DE SOUZA NETTO
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Protocolo nº0032488-97.2021.8.16.6000

DECISÃO Nº 91/2021 - CPAIASAEC

I. Trata-se de recurso administrativo 6795398 interposto por EUROLINE COMÉRCIO DE IMÓVEIS EIRELI em face da decisão 6759116 pela qual a Ilma. Secretária deste Tribunal de Justiça aplicou à empresa as seguintes penalidades de multa moratória em razão de atrasos injustificados nas entregas de mobiliário padrão conforme contratações operadas por conta do Pregão Presencial nº 03/2019 (notas de empenho nº 19001695 e 19001770):

"a) multa de mora diária de 0,8% (zero vírgula oito por cento), calculada sobre o valor da nota fiscal nº 3694 (doc. 6246444), multiplicada por 13 (treze) dias de atraso, com redução da penalidade em metade, limitado ao valor equivalente a 20% do valor global da contratação; e

b) multa de mora diária de 0,8% (zero vírgula oito por cento), calculada sobre o valor da nota fiscal nº 3696 (doc. 6246435), multiplicada por 11 (onze) dias de atraso, com redução da penalidade em metade, limitado ao valor equivalente a 20% do valor global da contratação.

VI - O valor total das multas aplicadas perfazem o quantum de R\$ 267,47 (duzentos e sessenta e sete reais e quarenta e sete centavos), conforme cálculo DEF-D-CAFFE-DFCRFE nº 6706902".

A recorrente sustenta, resumidamente, que: a) os atrasos nas entregas foram de poucos dias, cerca de 11 a 13 dias, e não houve dano ao Tribunal de Justiça; b) o Tribunal de Justiça possui diversos locais de entrega e por isso quando os pedidos ficam prontos, contrata-se um caminhão que obedece a uma rota de entrega em todo o Estado do Paraná; c) durante a pandemia muitos locais de entrega estavam com seus funcionários atuando em home office, dificultando o contato para agendamento das entregas; d) na época de entrega de alguns bens (janeiro de 2021), a fabricante Tok Plast estava autorizada a atuar com somente 75% de seu quadro funcional (devido aos decretos de Distanciamento Controlado impostos pelo Estado) e, consequentemente, não foi possível a manutenção do seu índice de produção convencional, anterior à pandemia.

Assim, por entender que o atraso não foi ocasionado por sua responsabilidade e que a penalidade aplicada é desproporcional, pugna pela não incidência da sanção, ou, subsidiariamente, pela 'conversão' da pena pecuniária em advertência.

A Consultoria Jurídica da Presidência opinou pelo conhecimento do recurso e, no mérito, pelo desprovimento (doc. 6828966).

É o relatório. Decido.

II. De acordo com o parecer da Consultoria Jurídica do Gabinete desta Presidência (doc. 6828966), os atrasos nas entregas dos bens contratados restaram inequívocos e os argumentos deduzidos pela recorrente não foram suficientes para justificar a mora, tampouco se mostraram suficientemente hábeis para atenuar as sanções aplicadas, não sendo cabível a exclusão ou a minoração da penalidade.

Assim, comprovado o atraso na entrega dos bens contratados, com violação do item 5.1 do Termo de Referência do Edital de Pregão Presencial nº 03/2019, torna-se imperiosa a aplicação da penalidade de multa moratória, de cunho vinculante à Administração, inexistindo margem de discricionariedade para aplicação da sanção. Outrossim, considerando que os valores das multas se apresentam proporcionais às infrações cometidas e, ao mesmo tempo, incapazes de abalar a capacidade financeira da recorrente, mostra-se indispensável a manutenção da decisão 6759116 da Ilma. Secretária desta Corte.

III. Ante o exposto, acolho o parecer jurídico da Consultoria Jurídica deste Gabinete da Presidência (doc. 6828966), cujos fundamentos adoto como razões de decidir, para conhecer do recurso e, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo a decisão da Ilma. Secretária deste Tribunal de Justiça (doc. 6759116) em sua íntegra.

IV. Intime-se a empresa recorrente.

V. Publique-se.

VI. Após, retorne o expediente à Comissão Permanente para Apuração de Irregularidades e Aplicação de Sanções Administrativas às Empresas Contratadas para as providências cabíveis.

VII. À Coordenadoria de Arrecadação (FUNREJUS) para as verificações e diligências necessárias à execução da penalidade, bem como para proceder à inscrição no CADIN Estadual se verificada a inadimplência, tudo em conformidade com o art. 20-A e seguintes, do Decreto Judiciário nº 711/2011, com o art. 1º do Decreto Judiciário nº 945/2018 e com o art. 4º do Decreto Judiciário nº 53/2021.

Curitiba, 20 de setembro de 2021.

Des. JOSÉ LAURINDO DE SOUZA NETTO
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

EDITAL Nº 003/2021

PROCESSO SELETIVO PARA CHAMAMENTO E SELEÇÃO DE TUTOR, COORDENADOR DE TUTORIA E CONTEUDISTA DO CURSO DE TÉCNICO CUMPRIDOR DE MANDADOS, OFERTADO PELA ESCOLA JUDICIAL DO PARANÁ - EJUD-PR

O Diretor da Escola Judicial do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná - EJUD-PR, no uso de suas atribuições legais, torna pública a abertura do edital de chamamento e seleção de docentes, na modalidade à distância, para o exercício das atividades de conteudista, tutoria e coordenador de tutoria do Curso de Técnico Cumpridor de Mandados, no âmbito da EJUD-PR nos termos do Decreto Judiciário nº 350/2021 e Lei Estadual nº 17.250/2012.

1. DO OBJETO (DISPOSIÇÕES GERAIS)

1.1 O objeto do presente procedimento consiste na seleção de docentes para as funções de conteudista, tutoria e coordenador de tutoria do Curso de Cumpridor de Mandados, a ser ofertado pela EJUD-PR.

1.2 Este processo seletivo é destinado aos magistrados, magistradas, servidores e servidoras com cargo de provimento EFETIVO deste Poder Judiciário do Estado do Paraná.

1.3 Este edital terá validade de 06 (seis) meses a contar da sua publicação no Diário da Justiça Eletrônico, podendo ser prorrogado uma vez por igual período.

1.4 Os direitos autorais dos conteúdos e materiais produzidos pelo docente, assim como o uso da imagem e voz contidos nas gravações de aulas e nos materiais didáticos audiovisuais, deverão ser cedidos, sem exclusividade, total e definitivamente, à escola EJUD-PR, para a finalidade específica de utilização em programas de formação e aperfeiçoamento, na forma do art. 15 do Decreto 350/2021 (Anexo IV).

2. DESCRIÇÃO DO CURSO

2.1 A organização curricular e o consequente desenho geral do curso se darão por meio das seguintes Unidades de Aprendizagem:

Unidade I - Introdução ao Trabalho de Cumpridor de Mandados;

Unidade II - Habilidades Sociais no Trabalho do Técnico Cumpridor de Mandados;

Unidade III - Procedimentos e Prática Aplicáveis aos Atos de Comunicação Processual;

Unidade IV - Práticas Aplicáveis a Procedimentos Específicos;

Unidade V - Sistemas Informatizados no cumprimento de Mandados;

Unidade VI - Redação de Certidões.

2.2 As Unidades de Aprendizagem serão desenvolvidas integralmente a distância, no Ambiente Virtual de Aprendizagem da EJUD-PR.

2.3 O estudante deverá demonstrar aquisição de competências em cada um dos módulos que compõem as unidades de aprendizagem, sendo que o desempenho de cada estudante deverá ser avaliado individualmente, de modo processual, de acordo com sua evolução nas unidades de aprendizagem e sua participação nas discussões propostas no decorrer do curso.

2.4 O curso está estruturado em 06 (seis) Unidades de Aprendizagem com carga horária total de 40 (quarenta) horas, as quais serão ofertadas totalmente a distância, no Ambiente Virtual da EJUD, com previsão de início para 07/03/2022.

2.5 Cada turma será composta por aproximadamente 40 (quarenta) alunos e 1 (um) tutor.

2.6 Os conteúdos, atividades e recursos a serem desenvolvidos para as Unidades de Aprendizagem que compõem o curso, serão definidos pela EJUD, conforme Anexo I - Conteúdo e Atividades do Plano de Curso devendo ser observada a atualização legislativa, doutrinária e jurisprudencial referente ao tema e a conformidade do texto com as regras da língua portuguesa, assim como as demais regras previstas no Decreto nº 350/2021;

2.7 Quanto à produção do conteúdo, será necessário que se desenvolvam as seguintes atividades:

a) Para cada Unidade de Aprendizagem, deverá ser produzido 1 (um) texto em forma de Rota de Aprendizagem, isto é, texto sintético acompanhado de sugestões de leituras paralelas e/ou materiais audiovisuais. Cada Rota de Aprendizagem, deverá ser composta pelo conteúdo programático descrito para a Unidade de Aprendizagem correspondente, conforme Anexo I - Conteúdo e Atividades do Plano de Curso, e conter de 15 a 20 páginas.

b) Para cada Unidade de Aprendizagem, 1 (uma) aula a ser gravada na forma indicada no tutorial que segue anexo ao presente edital, sendo que cada videoaula deverá conter no máximo 15 (quinze) min de duração. Para essa atividade, será necessário seguir as orientações para gravação de videoaulas descritas no tutorial contido no Anexo V e o conteúdo programático descrito para a Unidade de Aprendizagem correspondente, conforme Anexo I - Conteúdo e Atividades do Plano de Curso;

b.1) Para a Unidade de Aprendizagem VI, deverão ser produzidas 4 (quatro) aulas, com duração de, no máximo, 15 (quinze) minutos cada, devendo ser seguidas as orientações para gravação de videoaulas descritas no tutorial contido no Anexo V e o conteúdo programático descrito para a Unidade de Aprendizagem correspondente, conforme Anexo I - CONTEÚDOS E ATIVIDADES DO Plano de Curso;

c) Para cada Unidade de Aprendizagem, deverão ser produzidas as atividades correspondentes, conforme indicado no Anexo I - CONTEÚDOS E ATIVIDADES DO Plano de Curso;

2.8 Os conteúdos devem ser produzidos de acordo com a ementa, conteúdo, atividades e demais recursos pertinentes à Unidade de Aprendizagem correspondente, cujas especificações estão definidas no Anexo I - CONTEÚDOS E ATIVIDADES DO Plano de Curso deste edital, devendo ser observado o disposto no art. 24 do Decreto nº 350/2021 e as normas de produção de conteúdo definidas no Guia de Elaboração de Materiais Didáticos para uso na Educação a Distância da ENFAM (páginas 26 a 62), disponível em: https://www.enfam.jus.br/wp-content/uploads/2018/02/Guia_EaD_AF.pdf.

2.9 A data para a entrega dos materiais à EJUD será oportunamente definida pela Escola. O prazo padrão é de 45 (quarenta e cinco) dias, contados a partir da seleção dos conteudistas.

2.10 Depois de entregue à EJUD, o material produzido passará por uma breve análise de direito autoral e de conteúdo. Sendo aprovado, será dado prosseguimento ao pagamento da retribuição financeira, na forma prevista no Decreto nº 350/2021.

3. DOS REQUISITOS DE PARTICIPAÇÃO

3.1 Ser magistrado, magistrada, servidor ou servidora com cargo de provimento EFETIVO e ATIVO do quadro do Tribunal de Justiça do Paraná.

3.2 Não estar usufruindo de licença ou afastamento previsto nos artigos 105 e 139 da Lei Estadual nº 16.024/08.

3.3 Não estar respondendo a processo administrativo disciplinar ou sindicância, assim como não estar cumprindo penalidade administrativa, no período de 02 (dois) anos que antecedem a data de publicação deste Edital

3.4 Não ter sido desabilitado ou descredenciado, não ter descumprido condições preestabelecidas, no projeto do curso e não ter desistido de ação formativa prévia a que foi convocado, salvo justificativa apresentada acolhida pelo Diretor-Geral da EJUD-PR, pelo período de 6 meses que antecedem a data de publicação deste Edital.

3.5 Possuir disponibilidade para realizar as atividades solicitadas fora do horário do expediente regulamentar e sem prejuízo das atuais funções.

3.6 Estar ciente e de acordo com o disposto nos anexos II, III e IV deste Edital, que deverão ser entregues em caso de convocação.

4. DAS FUNÇÕES, ATIVIDADES E ATRIBUIÇÕES

4.1 Os interessados na atuação docente no curso objeto deste edital poderão exercer as atribuições na forma do art. 3º do Decreto 350/2021 e item 4 deste edital, conforme disposto a seguir:

4.2 Ao **Tutor** compete:

I - elaborar plano de tutoria de acordo com a orientação pedagógica da escola;

II - atualizar e complementar materiais didáticos para o aprimoramento da aprendizagem do aluno;

III - desenvolver o curso com o encaminhamento e a orientação das atividades, o esclarecimento de dúvidas e o acompanhamento da participação dos alunos;

IV - gerenciar as relações entre os participantes do curso, estimulando a cooperação, o desenvolvimento do pensamento crítico e a prática colaborativa;

V - planejar atividades de aplicação do conteúdo;

VI - proceder à avaliação de aprendizagem dos participantes, tanto no decorrer quanto ao final do curso;

VII - manter a regularidade de acesso ao ambiente virtual.

4.3 Ao **Coordenador de Tutoria** compete:

I - coordenar a elaboração do plano de tutoria;

II - acompanhar a atuação e o desempenho dos tutores;

III - promover a integração entre os tutores, mediando a comunicação de conteúdo entre eles;

IV - conduzir o desenvolvimento do curso, de forma a garantir um mínimo de uniformidade em relação às atividades propostas e aos critérios avaliativos, bem como a unicidade de forma e conteúdo oferecidos pelos tutores para as diversas turmas de um mesmo curso ou disciplina;

V - prestar suporte técnico aos tutores no desenvolvimento das atividades no ambiente virtual de aprendizagem;

VI - repassar aos tutores, antes do início do curso, orientações quanto às diretrizes pedagógicas e metodológicas da escola;

VII - proceder à avaliação individualizada de cada tutor, mencionando eventuais sugestões para melhoria do processo de ensino-aprendizagem;

VIII - na ausência de tutor específico, auxiliar os discentes na busca de soluções para dirimir as dúvidas suscitadas no desenvolvimento do curso.

4.4 Ao **Conteudista** compete:

I - elaborar e entregar, no prazo determinado, os conteúdos das aulas/módulos a serem desenvolvidos no curso, considerando a atualização legislativa, doutrinária e jurisprudencial referente ao tema e a conformidade do texto com as regras da língua portuguesa;

II - a produção de videoaula; produção de e-book; produção de livro didático em Língua de Sinais (vídeo-livro); glossário em Libras; produção de material didático com conteúdo autoral de texto, entre outros recursos de características inovadoras para uso no AVA;

III - adequar o material didático para o desenvolvimento do curso, em meio eletrônico e em conformidade com as orientações didático-pedagógicas definidas pela EJUD-PR;

IV - participar de reuniões com a equipe pedagógica da EJUD-PR para o desenvolvimento de metodologia e materiais didáticos em consonância com o projeto acadêmico do curso;

IV - desenvolver as atividades docentes do componente curricular em oferta, mediante o uso de recursos e metodologia previstos no projeto acadêmico do curso, observando, no caso de modalidade a distância, a compatibilidade e as possibilidades tecnológicas do ambiente;

V - desenvolver, em parceria com a área responsável da escola, as atividades de avaliação do aprendizado do conteúdo produzido, mediante o uso de recursos e metodologia previstos no plano de curso;

VI - promover alterações recomendadas pela escola no sentido de adequar o material didático ao padrão institucional e às finalidades da ação formativa, bem como a sua atualização, pelo período de um ano, sem direito à nova remuneração por essa atividade específica.

VII - enviar o material didático previamente aprovado pela Supervisão Educacional da EJUD-PR, para diagramação e impressão, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias antes do início do evento educacional.

5. DAS VAGAS

5.1 Serão disponibilizadas, ao total, 5 (cinco) vagas para conteudistas, com cadastro de reserva em caso de desclassificação.

5.2 As vagas para tutoria são para cadastro de reserva, que serão convocados para atuação quando da oferta do curso conforme o número de alunos inscritos e de acordo com a conveniência da EJUD-PR.

5.3 Será disponibilizada, ao total, 1 (uma) vaga para coordenador de tutoria, com cadastro de reserva em caso de desclassificação.

5.4 A aprovação no processo de credenciamento não implica em obrigatoriedade de contratação pela Escola.

6. DAS INSCRIÇÕES E DOCUMENTAÇÃO

6.1 As inscrições serão gratuitas e deverão ser efetuadas exclusivamente via internet pelo formulário eletrônico de habilitação, disponível no link (<https://portal.tjpr.jus.br/portletforms/frm.do?idFormulario=5553>), acompanhado de:

- a) Curriculum Lattes atualizado (link);
- b) Informação sobre eventual experiência de instrutor ou tutor na área, em órgão ou instituição de ensino;
- c) Lotação atual e disponibilidade;
- d) Histórico funcional comprovando experiência na área;

6.2 As inscrições estarão disponíveis das 00h00min de 27/09/2021 às 23h59min de 30/09/2021.

6.3 O prazo de inscrição poderá ser modificado a critério da EJUD-PR.

6.4 A EJUD-PR não se responsabiliza por solicitação de inscrição não recebida por motivos de ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação da rede, congestionamento da Internet, bem como outros fatores que impossibilitem a transferência de dados.

6.5 Após o preenchimento do formulário e constatado na conferência dos arquivos documentação incompatível ou ilegível, a EJUD-PR notificará o interessado para que regularize a situação no prazo de 02 (dois) dias úteis. A inobservância do prazo previsto resultará na inabilitação do candidato.

6.6 Todas as informações prestadas em atendimento aos procedimentos de inscrição são de inteira responsabilidade do candidato, dispondo a Escola Judicial do Paraná do direito de excluir do Processo Seletivo, em qualquer tempo, o candidato que não prestar informações de forma completa e correta, ou fornecer dados comprovadamente inverídicos, ou ainda não atender os requisitos e exigências deste Edital.

6.7 Os interessados poderão optar por mais de um componente curricular de atuação (Unidades de Aprendizagem), conforme disposto no Anexo I - Plano de Curso, assim como poderão optar por mais de uma função descrita neste edital (tutor, coordenador de tutoria e conteudista).

6.8 Ao preencher o formulário, o candidato ao corpo docente se compromete, caso convocado, a apresentar as documentações conforme disposto no item 22 do Decreto Judiciário nº 350/2021.

6.9 O docente deverá manter atualizadas suas informações de contato, uma vez que a EJUD-PR não se responsabilizará por inconsistências de dados.

6.10 O preenchimento do formulário de inscrição estabelece o entendimento de que o docente concorda e se sujeita a todos os termos do presente Edital e Anexos.

7. DA HABILITAÇÃO DO DOCENTE

7.1 A habilitação consiste na análise e apreciação documental da regularidade jurídica e fiscal dos magistrados, magistradas, servidores e servidoras inscritos no processo de seleção.

7.2 Serão consideradas na habilitação a validade e compatibilidade da documentação, que deverá ser apresentada após a convocação.

7.3 A habilitação no processo não implica em obrigatoriedade de contratação pela Escola.

8. DA SELEÇÃO

8.1 Os interessados que preencherem os requisitos e as condições indicadas neste edital serão avaliados e classificados conforme quadro do item 8.3.

8.2 A aprovação no processo de seleção não implica na obrigatoriedade de contratação do tutor, tutora, coordenador de tutoria ou conteudista para o curso de Cumpridor de Mandados.

8.3 Os currículos submetidos ao processo seletivo serão analisados pela Comissão Multidisciplinar a qual terá como critérios de análise os seguintes itens:

Itens	Pontos	Pontuação Máxima
Formação acadêmica (será considerada apenas a de maior pontuação)	Doutorado 05 Mestrado 04 Especialização 03 Graduação 02	05
Experiência Docente	Atuação como instrutor 05 (cada curso) Atuação prévia voluntária na ESEJE/EJUD 05 pontos (cada curso)	15
	Experiência em Magistério Superior 05 (cada ano de experiência) Experiência no uso de ambientes virtuais de aprendizagem como instrutor ou tutor 03 (cada curso)	15
	Evento na condução de oficina, seminário, palestra, workshop, minicurso 01 (por evento)	05
Cursos de Aperfeiçoamento nos últimos 5 anos	Participação em evento de capacitação presencial correlato à área do curso pretendido 2 pontos	10
Pontuação Máxima		80

8.4 Serão utilizados como critérios de desempate:

- a) Ter atuado como voluntário em cursos da ESEJE/EJUD;

- b) Formação na área da atividade de capacitação;
- c) Experiência na área da atividade de capacitação;
- d) Maior titulação do candidato;
- e) Maior idade;

8.5 Uma vez selecionado, o docente passará a fazer parte do Banco de Docentes da EJUD-PR. Os integrantes credenciados no Banco de Docentes deverão participar do Programa de Formação de Formadores, para ações formativas específicas como formadores, tutores e instrutores.

8.6 Os formadores deverão, preferencialmente:

I - participar de curso de formação de formadores realizado ou credenciado pela ENFAM, ou;

II - participar de curso de "formação pedagógica para instrutoria" realizado pela EJUD-PR ou comprovar a participação em curso similar, ou;

III - comprovar experiência em instrutoria/docência presencial e/ou a distância.

9. DA DIVULGAÇÃO DOS RESULTADOS

9.1 A listagem dos aprovados, de acordo com a pontuação do candidato conforme prevê o item 8, será publicada no site da Escola Judicial do Paraná <https://www.tjpr.jus.br/web/escola>, com previsão para o dia 08 de outubro de 2021.

9.2 Os participantes deste Processo Seletivo poderão solicitar a reconsideração do resultado preliminar através do e-mail atendimento.ead@tjpr.jus.br, no prazo de 2 (dois) dias úteis, a contar da divulgação do resultado.

9.3 O resultado dos recursos especificará apenas a condição do seu julgamento, estando a íntegra da fundamentação à disposição do interessado, caso ele a solicite através do e-mail atendimento.ead@tjpr.jus.br.

9.4 A ciência e a obediência ao disposto nesse Edital são de responsabilidade do candidato.

10. DA RETRIBUIÇÃO FINANCEIRA

10.1 Os tutores, coordenador de tutoria e conteudistas selecionados receberão por hora/aula a retribuição financeira definida na tabela do Anexo Único do Decreto Judiciário nº 350/2021, que regulamenta a seleção, contratação e a retribuição financeira pelo exercício de atividade docente na EJUD-PR, observado o contido no art. 20 da Lei Estadual nº 17.250/2012.

10.2 A retribuição financeira para a atividade de docência não poderá exceder o equivalente a 120 horas anuais, ressalvadas as situações excepcionais devidamente justificadas e previamente aprovadas pelo Diretor-Geral da EJUD-PR, que poderá autorizar o acréscimo de até 120 horas anuais.

10.3 A realização de atividade docente por servidores e servidoras deste Poder Judiciário, quando desempenhada durante a jornada de trabalho será enquadrado na situação de voluntário e deverá assinar termo específico disponível no Anexo II deste Edital.

10.4 O pagamento das atividades previstas no item 4 e detalhadas no Anexo I - CONTEÚDOS E ATIVIDADES do Plano de Curso deste Edital, será realizado após a conclusão da atividade e em expediente próprio, mediante apresentação de atestado dos serviços prestados pela EJUD-PR.

11. DA ATIVIDADE DOCENTE

11.1 O magistrado, magistrada, servidor ou servidora selecionados atuarão como docentes, em regime de não exclusividade, não gerando qualquer direito de vínculo.

11.2 No desempenho desse papel, os profissionais incumbir-se-ão da condução dos cursos de acordo com os referenciais educacionais da Escola Judicial do Paraná, particularizando-se a orientação para o ensino teórico-aplicado e o uso de metodologias adequadas à capacitação de adultos.

11.3 Os conteudistas, tutores e coordenador de tutoria selecionados serão convocados conforme oferta da capacitação e de acordo com a conveniência da EJUD-PR.

11.4 As convocações serão feitas por meio eletrônico, endereçadas ao e-mail informado pelo credenciado.

11.5 O formador que, injustificadamente, faltar às atividades ou desistir de ministrar o curso após a sua divulgação, ficará impedido, pelo prazo de 02 (dois) anos, de atuar em futuros treinamentos na EJUD-PR.

12. DAS HIPÓTESES DE DESCLASSIFICAÇÃO

12.1 A Escola Judicial do Estado do Paraná poderá, a qualquer tempo, promover o descredenciamento por razões devidamente fundamentadas em fatos supervenientes ou conhecidas após o credenciamento, que importem comprometimento da sua capacidade física, técnica, fiscal ou da postura profissional, ou ainda que fira o padrão ético ou operacional do trabalho, sem que caiba ao mesmo qualquer direito a indenização, compensação ou reembolso a qualquer título, sendo devido ao docente, até a data do seu descredenciamento, o recebimento das horas-aulas ministradas.

12.2 Fica assegurado ao credenciado o direito ao contraditório, sendo avaliadas suas razões pela Coordenação da EJUD-PR, que opinará em 05 (cinco) dias úteis e a submeterá à Diretoria da Escola Judicial, para tomada de decisão.

12.3 O docente que for descredenciado conforme as hipóteses do item 12.1, só poderá efetuar novo credenciamento, após decorrido o prazo de 01 (um) ano do seu descredenciamento, estando submetido a prazo inferior quando devidamente justificado à critério da Direção da EJUD-PR.

12.4 O rompimento do vínculo entre o docente e o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, por qualquer razão, enseja o imediato cancelamento do respectivo credenciamento.

13. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1 A seleção e classificação geram ao candidato apenas a expectativa de contratação, incumbindo unicamente à Escola Judicial do Paraná a avaliação sobre a viabilidade da efetiva realização do curso ou necessidade de seleção de novos conteudistas, tutores e coordenador de tutoria.

13.2 A Escola Judicial do Paraná se reserva o direito de proceder às contratações em quantidade que atendam às necessidades do serviço, de acordo com a disponibilidade orçamentária e as vagas existentes.

13.3 O docente e a docente selecionados cederão à EJUD-PR os direitos autorais referentes ao material didático-pedagógico elaborado em atenção ao presente Edital, expressamente, mediante assinatura de Termo de Cessão no Anexo IV.

13.4 Os profissionais selecionados deverão manter currículo atualizado no Banco de Instrutores Internos da Escola Judicial do Paraná e na Plataforma Lattes, bem como manter atualizadas suas informações de contato, uma vez que a EJUD-PR não se responsabilizará por inconsistências de dados.

13.5 As normas, portarias e resoluções do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, bem como as da EJUD-PR aplicam-se, no que couberem, ao presente chamamento público.

13.6 Maiores informações poderão ser obtidas junto à Escola Judicial do Estado do Paraná, de segunda a sexta-feira, das 12h às 19h, pelo endereço eletrônico atendimento.ead@tjpr.jus.br ou ainda pelo número (41) 3200-4402 (também respondido via WhatsApp pelo mesmo número).

13.7 Os casos omissos serão resolvidos pela Coordenação e pela Direção da EJUD-PR.

13.8 Constituem partes integrantes deste Edital os seguintes anexos:

Anexo I - Conteúdo e Atividades do Plano de Curso

Anexo II - Termo de Declaração de Ciência da Atividade Docente

Anexo III - Termo de Declaração de Quantitativo de Horas Remuneradas Anuais

Anexo IV - Termo de Cessão

Anexo V - Tutorial: Diretrizes para gravação de videoaulas da EJUD

Curitiba, 22 de setembro de 2021.

Desembargador RAMON DE MEDEIROS NOGUEIRA
Diretor-Geral da EJUD-PR

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/6447665

Concursos

EDITAL Nº 02/2021 - PSS DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA SELEÇÃO DE TRINTA (30) CANDIDATOS PARA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA NA FUNÇÃO DE CONTADOR

O Excelentíssimo Senhor Juiz de Direito Substituto Rafael Luis Brasileiro Kanayama, Presidente da Comissão de Processo Seletivo Simplificado, no uso de suas atribuições legais, consoante disposições do Edital nº 001/2021 - PSS, torna pública a **relação dos candidatos inscritos como AMPLA CONCORRÊNCIA, VAGAS RESERVADAS PARA NEGROS e VAGAS RESERVADAS PARA PCD** no Processo Seletivo Simplificado para contratação temporária na função de **Contador**:

ANEXO 1:

Relação nominal dos candidatos cujas inscrições foram **deferidas** pela Comissão de Processo Seletivo Simplificado.

ANEXO 2:

Relação nominal dos candidatos cujas inscrições foram **excluídas** do Processo Seletivo Simplificado, pelos motivos ali discriminados.

Observações:

1. Conforme disposto no item 5.1 do Edital nº 001/2021 - PSS, os candidatos que somente se inscreveram no campo de acesso ao sistema Mestre sem o devido preenchimento do Formulário de Inscrição foram automaticamente excluídos do certame.
2. Conforme disposto nos itens 5.9 e 5.10.7 do Edital nº 001/2021 - PSS, os candidatos que deixaram de anexar documentação oficial comprobatória de identificação ou anexaram o documento em formato que inviabilizou sua visualização foram automaticamente excluídos do certame.
3. Os casos omissos serão dirimidos pela Comissão do Processo Seletivo Simplificado.

Curitiba, 24 de setembro de 2021.

Juiz de Direito Substituto RAFAEL LUÍS BRASILEIRO KANAYAMA
Presidente da Comissão de PSS

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/6448527

Supervisão do Sistema da Infância e Juventude

Ouvidoria Geral

Atos da 1ª Vice-Presidência

Atos da 2ª Vice-Presidência

Supervisão do Sistema de Juizados Especiais

NUPEMEC

Secretaria

PORTARIA Nº 7939/2021 - SEC

A SECRETÁRIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições delegadas pelo Decreto Judiciário nº 53/2021 - P-GP, obedecidas as disposições contidas na Lei Complementar nº 173/2020, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado número 2021.00191944, originado em razão do protocolizado sob nº 0106703-44.2021.8.16.6000, resolve

I - E X O N E R A R

MATHEUS HENRIQUE MORAES do cargo de provimento em comissão de Oficial de Gabinete de Desembargadora, símbolo 1-C, lotado no Gabinete da Desembargadora Josély Dittrich Ribas;

II - N O M E A R

- a) MATHEUS HENRIQUE MORAES para o exercício do cargo de provimento em comissão de Assistente II de Desembargadora, símbolo 3-C, com lotação no Gabinete da Desembargadora Josély Dittrich Ribas, atribuindo-lhe as gratificações correspondentes, com efeitos financeiros e administrativos a partir da data da assunção no cargo, conforme dispõe a Portaria nº 518/2015;
- b) RENATA ROSSI ASSMANN para o exercício do cargo de provimento em comissão de Oficial de Gabinete de Desembargadora, símbolo 1-C, com lotação no Gabinete da Desembargadora Josély Dittrich Ribas, atribuindo-lhe as gratificações correspondentes, com efeitos financeiros e administrativos a partir da data da assunção no cargo, conforme dispõe a Portaria nº 518/2015.

Curitiba, 23 de setembro de 2021.

MARIANA DA COSTA TURRA BRANDÃO
Secretária do Tribunal de Justiça

ORDEN DE SERVIÇO Nº 1100/2021 - SEC

A SECRETÁRIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições delegadas pelo Decreto Judiciário nº 160/2017, tendo em vista o contido no protocolizado sob nº 0080121-07.2021.8.16.6000, resolve

A U T O R I Z A R

o servidor RONNIE JACKSON BIAZI, matrícula nº 52236, Psicólogo Judiciário, e as servidoras VIVIAN CRISTIANE KRÜGER BUSSE, matrícula nº 52234, TAÍS AUGUSTA PELANDA MACIEL ALVES, matrícula nº 51357, GLORETE BARBOSA LENZI, matrícula nº 52273, todas Psicólogas Judiciárias e RITA ADRIANA BORGES DOS REIS CHICARELLI RUIZ, matrícula nº 260292, requisitada de órgão externo, a conduzirem veículo oficial, no âmbito do Estado e no alcance comportado por suas habilitações, ficando restrito e restritas ao uso de veículo para deslocamento em serviço, e tão somente para esse fim, enquanto no exercício de suas atividades, cientes dos deveres estabelecidos pela Resolução n.º 294/2021, pela Instrução Normativa n.º 09/2009-TJPR, assim como pela Lei Estadual n.º 16.024/2008.

Curitiba, 23 de setembro de 2021.

MARIANA DA COSTA TURRA BRANDÃO
Secretária do Tribunal de Justiça

ORDEN DE SERVIÇO Nº 1099/2021 - SEC

A SECRETÁRIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições delegadas pelo Decreto Judiciário nº 160/2017, tendo em vista o contido no protocolizado sob nº 0102240-59.2021.8.16.6000, resolve

A U T O R I Z A R

a servidora FERNANDA OLIVEIRA DE QUEIROZ, matrícula nº 20925, Oficial de Gabinete de Desembargador do Quadro de Pessoal do Poder Judiciário do Estado do Paraná, lotada na Diretoria do Gabinete do Presidente, a conduzir veículo oficial, no âmbito do Estado e no alcance comportado por sua habilitação, ficando restrita ao uso de veículo para deslocamento em serviço, e tão somente para esse fim, enquanto no exercício de suas atividades, ciente dos deveres estabelecidos pela Resolução n.º 294/2021, pela Instrução Normativa n.º 09/2009-TJPR, assim como pela Lei Estadual n.º 16.024/2008.

Curitiba, 23 de setembro de 2021.

MARIANA DA COSTA TURRA BRANDÃO
Secretária do Tribunal de Justiça

Tribunal de Justiça do Estado do Paraná
Comissão Permanente para Apuração de Irregularidades e
Aplicação de Sanções Administrativas às Empresas Contratadas

PROTOCOLO Nº 0023112-87.2021.8.16.6000

- I - Trata-se de procedimento administrativo para aplicação de sanção à sociedade empresária **M. M. DE JESUS SANTIN & CIA LTDA** (CNPJ n.º 37.379.919/0001-48), em decorrência do descumprimento das normas do edital de Pregão Eletrônico n.º 59/2020.
- II - Acolho o contido no Parecer n.º [6702846](#) da Consultoria Jurídica deste Gabinete, para, com fulcro nos artigos 86 e 87 da Lei n.º 8.666/1993 e artigos 150 a 152 e 160 da Lei Estadual n.º 15.608/2007, aplicar à empresa **M. M. DE JESUS SANTIN & CIA LTDA** as seguintes penalidades:
- a) multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento), multiplicada por 01 (um) dia de atraso, calculada sobre o valor da parcela inadimplida entregue por meio da Nota Fiscal**

n.º 16, relativo à entrega de 744 máscaras (**R\$ 11.048,40**), reduzida pela metade e limitada ao montante de 20% (vinte por cento) do valor global da contratação, no valor de R\$ 27,62 (vinte e sete reais e sessenta e dois centavos), conforme cálculo apresentado pela Coordenadoria de Arrecadação e Fiscalização dos Fundos Especiais do Departamento Econômico e Financeiro (doc. [6760086](#)), nos termos do item 20.7.4., combinado com a norma inserta no item 20.4.2., tudo do edital de Pregão Eletrônico n.º 59/2020;

b) multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento), multiplicada por 19 (dezenove) dias de atraso, calculada sobre o valor da parcela inadimplida entregue por meio da Nota Fiscal n.º 16, relativo à entrega de 06 máscaras (**R\$ 89,10**), reduzida pela metade e limitada ao montante de 20% (vinte por cento) do valor global da contratação, no valor de R\$ 4,23 (quatro reais e vinte e três centavos), conforme cálculo apresentado pela Coordenadoria de Arrecadação e Fiscalização dos Fundos Especiais do Departamento Econômico e Financeiro (doc. [6760086](#)), nos termos do item 20.7.4., combinado com a norma inserta no item 20.4.2., tudo do edital de Pregão Eletrônico n.º 59/2020.

III - À Divisão de Fiscalização e Cobrança de Receita dos Fundos Especiais - DFCRFE para a emissão da guia de recolhimento.

IV - Após, à 1ª Comissão Permanente para Apuração de Irregularidades e Aplicação de Sanções Administrativas às Empresas Contratadas para publicação desta decisão no Diário Eletrônico (art. 15, *caput*, do Decreto Judiciário n.º 711/2011), bem como para cientificar a empresa contratada, enviando a guia de recolhimento para pagamento.

V - Ao Departamento do Patrimônio para ciência das unidades envolvidas.

VI - Diligências necessárias.

Curitiba, 14 de setembro de 2021.

MARIANA DA COSTA TURRA BRANDAO
Secretária do Tribunal de Justiça

Tribunal de Justiça do Estado do Paraná
Comissão Permanente para Apuração de Irregularidades e
Aplicação de Sanções Administrativas às Empresas Contratadas

PROTOCOLO Nº 0031859-26.2021.8.16.6000

I - Trata-se de procedimento administrativo instaurado para analisar eventual aplicação de sanção à empresa ADRIANA JUNIA GODINHO, inscrita no CNPJ sob nº 19.248.162/0001-71, em decorrência do descumprimento das normas do Edital de Pregão Eletrônico nº 85/2019, cujo objeto consiste na "aquisição de materiais eletromecânicos e de serralheria para manutenção de portões eletrônicos".

II - O fato apurado é o atraso na entrega de produtos dos Lotes 01 e 03 do Edital de Pregão Eletrônico nº 85/2019, conforme Informação nº [6222138](#), da Divisão de Compras do Departamento do Patrimônio.

III - A Comissão Permanente para Apuração de Irregularidades e Aplicação de Sanções Administrativas às Empresas Contratadas, consoante o Relatório nº [6479267](#), sugeriu a aplicação de multa de mora diária de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia de atraso sobre o valor dos itens 01 e 02 do Lote 01, e itens 01, 02 e 03 do Lote 03 do Edital, limitado ao valor equivalente a 20% do valor global da contratação.

IV - Por sua vez, a Consultoria Jurídica deste Gabinete, nos termos do Parecer nº [6737218](#), ressaltou o atendimento da legalidade do procedimento, e opinou para que seja aplicada a multa proposta pela Comissão Permanente, contudo, com o redutor previsto no 19.4.2. do Edital.

V - Assim, nos termos do opinativo jurídico da Consultoria Jurídica deste Gabinete, que acolho, e com base nos artigos 150, II e 152, IV, ambos da Lei Estadual nº 15.608/2007, bem como nos itens 19.4.2 e 19.7.4, do Edital de Pregão Eletrônico nº 85/2019, APLICO em face da empresa ADRIANA JUNIA GODINHO as seguintes penalidades:

a) multa diária de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia de atraso sobre o valor dos itens 01 e 02 do Lote 01 e itens 01 e 02 do Lote 03, pelo atraso injustificado de 14 (quatorze) dias na entrega dos produtos, com a redução em metade, limitado ao valor equivalente a 20% do valor global da contratação;

b) multa diária de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia de atraso sobre o valor do item 03 do Lote 03, pelo atraso injustificado de 120 (cento e vinte) dias na entrega dos produtos, com redução em metade, limitado ao valor equivalente a 20% do valor global da contratação.

VI - O valor total das multas aplicadas perfazem o quantum de R\$ 1.188,75 (mil cento e oitenta e oito reais e setenta e cinco centavos), conforme cálculo DEF-D-CAFFE-DFCRFE nº [6771052](#).

VII - Retornem à Divisão de Fiscalização e Cobrança (DFCRFE) para emissão da respectiva guia de recolhimento da multa aplicada.

VIII - Após, restituam-se os autos à Comissão Permanente de Apuração de Irregularidades e Aplicação de Sanções Administrativas às Empresas Contratadas

para que providencie a publicação desta decisão no Diário Eletrônico (art. 15 do Decreto Judiciário nº 711/2011), bem como para cientificar a empresa contratada, enviando-lhe a respectiva guia de recolhimento para pagamento da multa.

IX - Encaminhe-se ao Departamento do Patrimônio e ao Departamento de Engenharia e Arquitetura para ciência.

X - Diligências necessárias.

Curitiba, 14 de setembro de 2021.

MARIANA DA COSTA TURRA BRANDAO
Secretária do Tribunal de Justiça

Tribunal de Justiça do Estado do Paraná
Comissão Permanente para Apuração de Irregularidades e
Aplicação de Sanções Administrativas às Empresas Contratadas

PROTOCOLO Nº 0041034-44.2021.8.16.6000

I - Trata-se de processo administrativo instaurado para apuração de infração e aplicação de sanção administrativa à empresa EXTINORPI INDUSTRIA E COMERCIO LTDA-ME - CNPJ n. 21.169.439/0001-12, em decorrência do descumprimento das normas do Edital de Pregão Eletrônico nº 20/2020.

II - Submetido os autos para Parecer Jurídico nº [6646903](#), da Consultoria Jurídica deste Gabinete, o qual acolho, encontra-se o expediente apto a ser julgado. Acolho, também, o Relatório Final nº [6516487](#), da Comissão Permanente para Apuração de Irregularidades e Aplicação de Sanções Administrativas às Empresas Contratadas, para, com fulcro nos artigos 150, II e 152, IV, ambos da Lei Estadual nº 15.608/2007, na Cláusula 19.7.4 c/c 19.4.2 do edital em referência, e por afronta ao item 9.1 do Termo de Referência, **aplicar** a sanção de:

- multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) sobre o valor da parcela inadimplida do bem [nota de empenho nº 20000720], em razão do atraso injustificado de 8 (oito) dias no cumprimento da entrega dos objetos solicitados, no valor de R\$ 1.743,94 - já reduzido em metade -, conforme cálculo apresentado pela Divisão de Fiscalização e Cobrança de Receita dos Fundos Especiais ([6771050](#)).

III - Retornem à Divisão de Fiscalização e Cobrança de Receita dos Fundos Especiais - DFCRFE para a emissão da respectiva guia de recolhimento.

IV - Após, restituam-se os autos à Comissão Permanente de Apuração de Irregularidades e Aplicação de Sanções Administrativas às Empresas Contratadas para que providencie a publicação desta decisão no Diário Eletrônico (art. 15 do Decreto nº 711/2011).

V - Cientifique-se a empresa beneficiária da ata de registro de preços da presente decisão, bem como seja enviada a respectiva guia de recolhimento.

VI - Ao Departamento do Patrimônio para ciência de seu Diretor e da unidade gestora da ata de registro de preço respectiva.

VII - Diligências necessárias.

Curitiba, data e assinatura eletrônica.

Curitiba, 13/09/2021.

MARIANA DA COSTA TURRA BRANDAO
Secretária do Tribunal de Justiça

TRIBUNAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO DISCIPLINAR PERMANENTE

Protocolo nº 0089745-80.2021.8.16.6000

Extrato da Portaria nº 7126/2021-SEC, de 20 de setembro de 2021, da lavra da Senhora Secretária do Tribunal de Justiça.

Assuntos:

I - Instauração de procedimento administrativo disciplinar de rito ordinário em face de V. B., com fundamento no artigo 204, da Lei Estadual nº 16.024/2008, para que se apure: a) a veracidade e extensão dos fatos narrados no referido expediente eletrônico; b) a eventual responsabilidade funcional do(a) servidor(a); e c) se tais condutas, em tese, infringiram o disposto nos art. 156, incisos IV e VI, e art. 199, inciso

IV, todos da Lei Estadual nº 16.024/2008, passíveis das penalidades de advertência, suspensão e demissão, nos termos dos arts. 195, 196 e 199, da legislação ora referendada, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

II - Designação para compor a Comissão Disciplinar, dos servidores OSVALDO JOSE WOYTOVETCH BRASIL, MÔNICA NUNES ZANELLA ALFRÊDO e SILVANA MACEDO DE CAMARGO ZANONI, para, sob a presidência do primeiro, comporem a Comissão Disciplinar Permanente, e ainda, os servidores THAIS CECATO, PEDRO FELIPE WOSCH DE CARVALHO e JAKUES ARTUSO GRISANG, para atuarem no caso de impedimento, ausência, perda de designação, ou ainda, suspeição de algum dos servidores acima designados, mantendo-se a competência da delegação até a apresentação do relatório final.

Curitiba, 20/09/2021.

MARIANA DA COSTA TURRA BRANDAO
Secretária do Tribunal de Justiça

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO PARANÁ
Diretoria-Geral

DESPACHO Nº 1412/2021 - SSTJPR-GSS
Protocolo nº 0106446-19.2021.8.16.6000

1. Acolho os fundamentos expostos na Manifestação da Consultoria Jurídica do Gabinete da Secretária [6843702](#).

2. Em conformidade com o Decreto Judiciário nº 533/2017, por verificar a regularidade do requerimento e considerando anuência para o deslocamento, apresentada pela Juíza de Direito Supervisora da 9ª ERAM na Informação [6843422](#), autorizo o deslocamento pretendido, salientando o dever de cumprimento dos cuidados presentes no Decreto Judiciário nº 401/2020 e seus Anexos.

3. Nessas condições, encaminho o expediente à elevada apreciação do Excelentíssimo Desembargador Presidente, a quem compete autorizar o pagamento das diárias pleiteadas, sugerindo, s.m.j., o deferimento do pedido.

JANAÍNA GUIMARÃES SÁ
Subsecretária do Tribunal de Justiça

Acolhendo os fundamentos da manifestação da Consultoria Jurídica do Gabinete da Secretária ([6843702](#)), bem como do exposto pela Subsecretária do Tribunal de Justiça ([6843771](#)), autorizo o pagamento de 02 (duas) diárias, sendo 01 (uma) integral, nos termos do art. 5.º, § 2.º, e 01 (uma) reduzida à metade, de acordo com o art. 5.º, § 1.º, inc. II, da Resolução n.º 184/2017-OE/TJPR, ao servidor **ANDERSON QUINTINO MARTINS**, Assistente Social Judiciário, lotado na Secretaria da Direção do Fórum da Comarca de Santa Isabel do Ivaí, pelos deslocamentos de 04 a 05 de outubro de 2021, à Comarca de Goioerê, para realização de atendimentos presenciais domiciliares, para posterior elaboração de laudo pericial de processos urgentes para a 9ª Equipe de Atendimento Multidisciplinar - ERAM. Ao Departamento Econômico e Financeiro para os devidos fins.

G. P., 24 de setembro de 2021.

Des. LUIZ OSÓRIO MORAES PANZA
Presidente em exercício do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO PARANÁ
Diretoria-Geral

DESPACHO Nº 1413/2021 - SSTJPR-GSS
Protocolo nº 0104781-65.2021.8.16.6000

1. Acolho os fundamentos expostos na Manifestação da Consultoria Jurídica do Gabinete da Secretária [6846741](#).

2. Em conformidade com o Decreto Judiciário nº 533/2017, por verificar a regularidade do requerimento e considerando justificativa para o deslocamento, apresentada pelo Diretor do Departamento de Engenharia e Arquitetura na Cota [6821474](#), autorizo o deslocamento pretendido, salientando o dever de cumprimento dos cuidados presentes no Decreto Judiciário nº 401/2020 e seus Anexos.

3. Nessas condições, encaminho o expediente à elevada apreciação do Excelentíssimo Desembargador Presidente, a quem compete autorizar o pagamento das diárias pleiteadas, sugerindo, s.m.j., o deferimento do pedido.

JANAÍNA GUIMARÃES SÁ
Subsecretária do Tribunal de Justiça

Acolhendo os fundamentos da manifestação da Consultoria Jurídica do Gabinete da Secretária ([6846741](#)), bem como do exposto pela Subsecretária do Tribunal de Justiça ([6846758](#)), autorizo o pagamento de 05 (cinco) diárias, sendo 04 (quatro) integrais, nos termos do art. 5.º, § 2.º, e 01 (uma) reduzida à metade, de acordo com o art. 5.º, § 1.º, inc. II, da Resolução n.º 184/2017-OE/TJPR, considerando a caracterização da equipe de trabalho, nos moldes do art. 5.º, § 5.º, inc. I da aludida Resolução, aos servidores **DEIVES DOMINGOS PINTO**, Auxiliares Judiciários II, e **NORBERTO REIS AMATNECKS FILHO**, Técnico Judiciário, lotados na Divisão de Manutenção do Departamento de Engenharia e Arquitetura, pelos deslocamentos de 27 de setembro a 01 de outubro de 2021, para realização de verificação e realização de serviços de manutenção, nas Comarcas de Londrina, Maringá, Telêmaco Borba (Prot. [0057719-97.2019.8.16.6000](#)), Jandaia do Sul, Apucarana (Prot. [0100077-09.2021.8.16.6000](#)) e Grandes Rios. Ao Departamento Econômico e Financeiro para os devidos fins.

G. P., 24 de setembro de 2021.

Des. LUIZ OSÓRIO MORAES PANZA
Presidente em exercício do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO PARANÁ
Diretoria-Geral

DESPACHO Nº 1414/2021 - SSTJPR-GSS
Protocolo nº 0107725-40.2021.8.16.6000

I - Trata-se de solicitação para pagamento de diárias formulada em favor do Magistrado **RODOLFO FIGUEIREDO DE FARIA**, Juiz Substituto da 29.ª Seção Judiciária, com sede na Comarca de Goioerê, pelos deslocamentos diários do dia 17 de setembro de 2021, à Comarca de Formosa do Oeste (integrante da 29.ª Seção Judiciária) para presidir sessão do Tribunal do Júri, conforme designado (Portaria n.º 7860/2021-D.M, Informação DM-DAM, [6846789](#)).

II - Analisado o requerimento em questão, verifica-se a presença dos requisitos previstos nos arts. 2.º e 3.º da Resolução n.º 183/2017-OE/TJPR que regulamenta o pagamento de diárias aos magistrados do Poder Judiciário do Estado do Paraná (deslocamento a serviço, em caráter eventual ou transitório, da sede de lotação para outro ponto do território nacional ou para o exterior).

III - Esclareço que o presente procedimento deixou de ser submetido a prévio parecer jurídico com espeque na alínea "b" da Ordem de Serviço n.º 02/2019- GP/DGRH, uma vez que o deslocamento decorre de prévia designação do Excelentíssimo Desembargador Presidente (Portaria n.º 7860/2021-D.M, Informação DM-DAM, [6846789](#)) e houve verificação, por esta Subsecretaria, do cumprimento dos requisitos respeitantes ao deferimento de diárias, previstos nos arts. 2.º e 3.º da Resolução n.º 183/2017-OE/TJPR.

IV - Nessas condições, encaminho o expediente à elevada apreciação do Excelentíssimo Desembargador Presidente, a quem compete autorizar o pagamento das diárias pleiteadas, sugerindo, s.m.j., o deferimento do pedido.

JANAÍNA GUIMARÃES SÁ
Subsecretária do Tribunal de Justiça

Acolhendo os fundamentos da manifestação da Subsecretária do Tribunal de Justiça, autorizo o pagamento de 01 (uma) diária reduzida à quarta parte, nos termos do art. 5.º, § 2.º, inc. I (redução à metade pela ausência de pernoite), e do art. 2.º, § 2.º, inc. II (redução à metade das diárias devidas, em razão do percurso total no âmbito da Seção Judiciária), todos da Resolução n.º 183/2017-OE/TJPR, ao Magistrado **RODOLFO FIGUEIREDO DE FARIA**, Juiz Substituto da 29.ª Seção Judiciária, com sede na Comarca de Goioerê, pelos deslocamentos diários do dia 17 de setembro de 2021, à Comarca de Formosa do Oeste (integrante da 29.ª Seção Judiciária) para presidir sessão do Tribunal do Júri, conforme designado (Portaria n.º 7860/2021-D.M, Informação DM-DAM, [6846789](#)). Ao Departamento Econômico e Financeiro para os devidos fins.

G. P., 24 de setembro de 2021.

Des. LUIZ OSÓRIO MORAES PANZA
Presidente em exercício do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO PARANÁ
Diretoria-Geral**DESPACHO Nº 1415/2021 - SSTJPR-GSS**
Protocolo nº 0099040-44.2021.8.16.6000

1. Acolho os fundamentos expostos na Manifestação da Consultoria Jurídica do Gabinete da Secretária [6848682](#).
2. Em conformidade com o Decreto Judiciário n.º 533/2017, por verificar a regularidade do requerimento e considerando o acordo para o deslocamento, apresentado pelo Diretor do Departamento de Tecnologia da Informação e Comunicação no Despacho [6818865](#), autorizo o deslocamento pretendido, salientando o dever de cumprimento dos cuidados presentes no Decreto Judiciário n.º 401/2020 e seus Anexos.
3. Nessas condições, encaminho o expediente à elevada apreciação do Excelentíssimo Desembargador Presidente, a quem compete autorizar o pagamento das diárias pleiteadas, sugerindo, s.m.j., o deferimento do pedido.

JANAÍNA GUIMARÃES SÁ
Subsecretária do Tribunal de Justiça

Acolhendo os fundamentos da manifestação da Consultoria Jurídica do Gabinete da Secretária ([6848682](#)), bem como do exposto pela Subsecretária do Tribunal de Justiça ([6848723](#)), autorizo o pagamento de 05 (cinco) diárias, sendo 04 (quatro) integrais, nos termos do art. 5.º, § 2.º, e 01 (uma) reduzida à metade, de acordo com o art. 5.º, § 1.º, inc. II, da Resolução n.º 184/2017-OE/TJPR, considerando a caracterização da equipe de trabalho, nos moldes do art. 5.º, § 5.º, inc. I da aludida Resolução, aos servidores **RENATO JOSE FRASON**, Técnico Judiciário, e **LEANDRO NATEL BAGGIO**, Técnico em Computação, lotados na Divisão de Logística e Infraestrutura de Instalação do Departamento de Tecnologia da Informação e Comunicação, pelos deslocamentos de 04 a 08 de outubro de 2021, para realizarem serviços de Instalação e Manutenção de Infraestrutura de Rede Lógica em atendimento ao solicitado nos Chamados SAU 2021.148186 [6778781](#) e ASSYST S6602 [6818859](#), nas Comarcas de Uraí e Siqueira Campos. Ao Departamento Econômico e Financeiro para os devidos fins.

G. P., 24 de setembro de 2021.

Des. LUIZ OSÓRIO MORAES PANZA
Presidente em exercício do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Departamento da Magistratura

Processos do Órgão Especial

Processos do Conselho da Magistratura

DEPARTAMENTO DA MAGISTRATURA
DIVISÃO DE APOIO AO CONSELHO DA MAGISTRATURA

RELAÇÃO DE PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO Nº. 33/2021

01 - PEDIDO DE REVISÃO* nº. 2018.0061820-4/001**SEI Nº. 0090882-68.2019.8.16.6000**

RECORRENTE: I.P.N.Z

ADVOGADO: PR056333 - Mauricio Alvair Guimaraes

ADVOGADO: PR068467 - Leandro Goncalves da Silva

ADVOGADO: PR081946 - Daniele Cristina Guimaraes

RELATOR: DES. FRANCISCO EDUARDO GONZAGA DE OLIVEIRA

EMENTA: PEDIDO DE REVISÃO. PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR INSTAURADO CONTRA A AGENTE DELEGADA DE (*suprimido*). RECONHECIMENTO DO ABANDONO DA SERVENTIA, COM A APLICAÇÃO DA PENA DE PERDA DA DELEGAÇÃO (COJD, ART. 196, INC. V, ALÍNEA "B"). INEXISTÊNCIA DE ELEMENTOS NOVOS A AUTORIZAR A REVISÃO DO JULGADO. ALEGAÇÕES QUE PODERIAM TER SIDO SUSCITADAS À ÉPOCA. PROCESSO DISCIPLINAR, ENTRETANTO, QUE CORREU À REVELIA DA AGENTE DELEGADA. PEDIDO DE REVISÃO QUE NÃO SERVE COMO SUCEDÂNEO RECURSAL. PRECEDENTES. SANÇÃO MANTIDA. REVISÃO IMPROCEDENTE (POR MAIORIA).

DECISÃO: ACORDAM os integrantes do Conselho da Magistratura do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, por maioria de votos, em julgar improcedente o pedido de revisão, nos termos do voto do Relator, vencido o Desembargador Mário Luiz Ramidoff que julga procedente o pedido de revisão, com declaração de voto em separado.

DEPARTAMENTO DA MAGISTRATURA
DIVISÃO DE APOIO AO CONSELHO DA MAGISTRATURA

RELAÇÃO DE PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO Nº. 34/2021

01 - PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO nº. 2021.0072449-5/000**SEI Nº. 0072449-45.2021.8.16.6000**

PROPONENTE: Juiz de Direito Diretor do Fórum

INTERESSADA: Mariza Peterlini, Agente Delegada

RELATOR: Des. Espedito Reis do Amaral

EMENTA: DESIGNAÇÃO. 9º TABELIONATO DE NOTAS (SERVIÇO DISTRITAL DE MARAVILHA) DO FORO CENTRAL DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE LONDRINA. FALECIMENTO. VACÂNCIA. DESIGNAÇÃO ANTERIOR, DE ESCRIVENTE SUBSTITUTA INDICADA POSTERIORMENTE À VACÂNCIA, NÃO REFERENDADA. DESIGNAÇÃO DA AGENTE DELEGADA TITULAR DO 11º TABELIONATO DE NOTAS DE LONDRINA (SERVIÇO DISTRITAL DE PAIQUERÊ). AUSÊNCIA DE ESCRIVENTE SUBSTITUTO APTO À DESIGNAÇÃO. INTELIGÊNCIA DOS ARTIGOS 39, §2º, DA LEI Nº 8.935/1994 E 5º DO PROVIMENTO 77/2018. PRINCÍPIO DA CONTINUIDADE DO SERVIÇO PÚBLICO. PORTARIA REFERENDADA.

DECISÃO: ACORDAM os integrantes do Conselho da Magistratura, por unanimidade de votos, em REFERENDAR A PORTARIA Nº 122/2021, de 23.06.2021, expedida pelo Juiz de Direito Diretor do Fórum do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Londrina, Dr. Luiz Valerio dos Santos, que designou a Sra. Mariza Peterlini para responder, interinamente, pelo 9º Tabelionato de Notas daquela Comarca, até o provimento da vaga por concurso.

Departamento de Gestão
de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 7941/2021 - DGRH

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições delegadas pelo Decreto Judiciário nº 53/2021 - P-GP, obedecidas as disposições contidas na Lei Complementar nº 173/2020 e tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado número 2021.00192019, originado em razão do protocolizado sob nº 0105820-97.2021.8.16.6000, resolve

N O M E A R

MARILIA CANDIDO PEGORIN para o exercício do cargo de provimento em comissão de Assistente II de Juiz de Direito, símbolo 1-C, com lotação no Gabinete do Juiz de Direito Substituto Thiago Cavicchioli Dias, da 25ª Seção Judiciária com sede na Comarca de Cianorte, atribuindo-lhe as gratificações correspondentes, com efeitos financeiros e administrativos a partir da data da assunção no cargo, conforme dispõe a Portaria nº 518/2015.

Curitiba, 23 de setembro de 2021.

HÉLCIO JOSÉ VIDOTTI

Diretor do Departamento de Gestão de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 7940/2021 - DGRH

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições delegadas pelo Decreto Judiciário nº 53/2021 e tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado número 2021.00191934, originado em razão do protocolizado sob nº 0106095-46.2021.8.16.6000, resolve

A U T O R I Z A R

a servidora NATACHA DE MORAES, matrícula nº 19159, ocupante do cargo em comissão de Assistente III de Juiz de Direito do Quadro de Pessoal do Poder Judiciário do Estado do Paraná, a realizar atividades na modalidade de teletrabalho, pelo período de 365 dias.

Curitiba, 24 de setembro de 2021.

HÉLCIO JOSÉ VIDOTTI

Diretor do Departamento de Gestão de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 7773/2021 - DGRH

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições delegadas pelo Decreto Judiciário nº 53/2021 P-GP, obedecidas as disposições contidas na Lei Complementar nº 173/2020, e tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo

Informatizado número 2021.00189599, originado em razão do protocolizado sob nº 0099623-29.2021.8.16.6000, resolve

D E S I G N A R

CAROLINE BARRETO WROBEL, ocupante do cargo de Técnica Judiciária do Quadro de Pessoal do Poder Judiciário do Estado do Paraná, para o exercício, em substituição, da função comissionada de Chefe de Divisão, símbolo FC-4, da Divisão de Informações do Departamento da Corregedoria-Geral da Justiça, durante o afastamento, por Licença Especial, do titular FLAVIO BANDEIRA CIFFONI, no período de 9 de setembro de 2021 a 19 de setembro de 2021, atribuindo-lhe as gratificações correspondentes, observado o efetivo exercício e o disposto no artigo 54 e 55 da Lei nº 16.024/2008, convalidando-se, excepcionalmente, os atos eventualmente praticados no referido período, em consonância com o Parecer orientador 4590171 da Consultoria do DGRH.

Curitiba, 23 de setembro de 2021.

HÉLCIO JOSÉ VIDOTTI

Diretor do Departamento de Gestão de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 7938/2021 - DGRH

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições delegadas pelo Decreto Judiciário nº 53/2021 - P-GP, obedecidas as disposições contidas na Lei Complementar nº 173/2020 e tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado número 2021.00191801, originado em razão do protocolizado sob nº 0106967-61.2021.8.16.6000, resolve

I - E X O N E R A R

SONIA REGINA BIAZIN SANTOS, servidora deste Tribunal, do cargo de provimento em comissão de Supervisora de Secretaria, símbolo 2-D, da Secretaria da 4ª Vara Criminal do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Maringá;

II - N O M E A R

FERNANDA LEONEL ALVES, servidora deste Tribunal, para o exercício do cargo de provimento em comissão de Supervisora de Secretaria, símbolo 2-D, da Secretaria da 4ª Vara Criminal do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Maringá, atribuindo-lhe as gratificações correspondentes, com efeitos financeiros e administrativos a partir da data da assunção no cargo, conforme dispõe a Portaria nº 518/2015.

Curitiba, 23 de setembro de 2021.

HÉLCIO JOSÉ VIDOTTI

Diretor do Departamento de Gestão de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 7928/2021 - DGRH

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições delegadas

pelo Decreto Judiciário nº 53/2021 - P-GP, obedecidas as disposições contidas na Lei Complementar nº 173/2020, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado número 2021.00191209, originado em razão do protocolizado sob nº 0105362-80.2021.8.16.6000, resolve

D E S I G N A R

BARBARA DE OLIVEIRA SILVA LUGATO, ocupante do cargo de Técnica Judiciária do Quadro de Pessoal do Poder Judiciário do Estado do Paraná, para o exercício, em substituição, da função comissionada de Chefe de Divisão, símbolo FC-4, da Divisão de Cadastro e Controle de Atos Normativos do Departamento da Corregedoria-Geral da Justiça, durante os afastamentos, por Férias, da titular CAROLINE PEIXOTO PEDROSO BRAZ, no períodos de 25 a 29 de outubro de 2021, de 16 a 26 de novembro de 2021 e de 14 a 17 de dezembro de 2021, atribuindo-lhe as gratificações correspondentes, observado o efetivo exercício e o disposto nos artigos 54 e 55 da Lei nº 16.024/2008.

Curitiba, 22 de setembro de 2021.

HÉLCIO JOSÉ VIDOTTI

Diretor do Departamento de Gestão de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 7942/2021 - DGRH

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições delegadas pelo Decreto Judiciário nº 53/2021 e tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado número 2021.00191960, originado em razão do protocolizado sob nº 0038193-47.2019.8.16.6000, resolve

P R O R R O G A R

a autorização de DANIEL TILLE GAERTNER, matrícula nº 51871, ocupante do cargo de Analista Judiciário do Quadro de Pessoal do Poder Judiciário do Estado do Paraná, para realização das atividades na modalidade de teletrabalho, pelo prazo de 365 dias.

Curitiba, 24 de setembro de 2021.

HÉLCIO JOSÉ VIDOTTI

Diretor do Departamento de Gestão de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 7945/2021 - DGRH

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições delegadas pelo Decreto Judiciário nº 53/2021 e tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado número 2021.00192464, originado em razão do protocolizado sob nº 0102672-78.2021.8.16.6000, resolve

A U T O R I Z A R

o servidor EVANDRO AUGUSTO CAMARGO DE SOUZA, matrícula nº 18573, ocupante do cargo em comissão de Assistente II de Juiz de Direito do Quadro de Pessoal do Poder Judiciário do Estado do Paraná, a realizar atividades na modalidade de teletrabalho, pelo período de 365 dias.

Curitiba, 24 de setembro de 2021.

HÉLCIO JOSÉ VIDOTTI

Diretor do Departamento de Gestão de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 7946/2021 - DGRH

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições delegadas pelo Decreto Judiciário nº 53/2021 e tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado número 2021.00192506, originado em razão do protocolizado sob nº 0102753-27.2021.8.16.6000, resolve

A U T O R I Z A R

o servidor PEDRO CAMAROTO GIMENES JUNIOR, matrícula nº 20382, ocupante do cargo em comissão de Assistente III de Juiz do Quadro de Pessoal do Poder Judiciário do Estado do Paraná, a realizar atividades na modalidade de teletrabalho, pelo período de 365 dias.

Curitiba, 24 de setembro de 2021.

HÉLCIO JOSÉ VIDOTTI

Diretor do Departamento de Gestão de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 7937/2021 - DGRH

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições delegadas pelo Decreto Judiciário nº 53/2021 - P-GP, obedecidas as disposições contidas na Lei Complementar nº 173/2020 e tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado número 2021.00191618, originado em razão do protocolizado sob nº 0073805-75.2021.8.16.6000, resolve

N O M E A R

MARIANA BORSARI CORREA para o exercício do cargo de provimento em comissão de Assistente de Juiz de Direito, símbolo 1-D, em substituição temporária da força de trabalho derivada de licença à gestante, vinculando-a ao Gabinete do Juízo do Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher e Vara de Crimes contra Crianças, Adolescentes e Idosos do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Maringá, atribuindo-lhe as gratificações correspondentes, com eficácia a partir de 7 de outubro de 2021, até o término da licença à gestante concedida à servidora Lais Fernanda Ferrarezi Lucas.

Curitiba, 23 de setembro de 2021.

HÉLCIO JOSÉ VIDOTTI

Diretor do Departamento de Gestão de Recursos Humanos

ORDEM DE SERVIÇO Nº 1092/2021 - DGRH

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições delegadas pela Ordem de Serviço 210/01, e tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado número 2021.00190469, originado em razão do protocolizado sob nº 0106721-65.2021.8.16.6000, resolve

C O N C E D E R

ao servidor VALMOR FERREIRA BUENO, matrícula nº 10959, ocupante do cargo de Técnico Judiciário do Quadro de Pessoal do Poder Judiciário do Estado do Paraná, licença paternidade, por 05 (cinco) dias, a partir de 15/09/2021, bem como 15 (quinze) dias em prorrogação, no período de 20/09/2021 até 04/10/2021, com fulcro no artigo 122 da Lei nº 16.024/2008 e no art. 18 do Decreto Judiciário nº 858/2018.

Curitiba, 23 de setembro de 2021.

HÉLCIO JOSÉ VIDOTTI

Diretor do Departamento de Gestão de Recursos Humanos

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ

**EDITAL DE CLASSIFICAÇÃO
PROCESSO SELETIVO DE ESTAGIÁRIOS
GABINETE DO JUÍZO ÚNICO DA COMARCA DE CANTAGALO**

**EDITAL Nº 2070/2021
SEI/TJPR Nº 0100023-43.2021.8.16.6000**

ORDEM	INSCRIÇÃO	NOME	NOTA
1	0494145	PRICILA NOGUEIRA MOTA SARMENTO	8,60
2	0494151	THAMIRES FAGUNDES	8,25
3	0494170	PEDRO HARTHUR SOARES DE LIMA	8,20
4	0480935	IVAN LUIZ ORZECHOVSKI LAZARIN	8,00

Curitiba, 23 de Setembro de 2021.

LEANDRO ROBERTO HURYN
Chefe da Divisão de Estágio
Departamento de Gestão de Recursos Humanos

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ

**EDITAL DE ABERTURA
PROCESSO SELETIVO DE ESTAGIÁRIOS
SECRETARIA DA VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES,
INFÂNCIA E JUVENTUDE, ACIDENTES DO TRABALHO,
REGISTROS PÚBLICOS E CORREGEDORIA DO
FORO EXTRAJUDICIAL DE SARANDI**

EDITAL Nº 72/2021

PROTOCOLO SEI 0000112-58.2021.8.16.6000

O Departamento de Gestão de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições, torna público o edital de abertura de processo seletivo de estudantes, mediante as disposições da Lei Federal nº 11.788/2008, do Enunciado Administrativo nº 7/2008 e da Resolução nº 7/2005, ambos do Conselho Nacional de Justiça, bem como do Decreto Judiciário nº 345/2019.

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. O processo seletivo de estagiários será regido por este edital e seus anexos.
1.2. O processo de seleção destina-se ao preenchimento de vagas e/ou formação de cadastro de reserva de estágio não obrigatório remunerado, destinado a estudantes de nível superior de graduação em Direito, cursando do 3º (terceiro) ao 8º (oitavo) semestre no ato da inscrição.

1.2.1. Na classificação final constarão todos os candidatos que atingirem a pontuação mínima.

1.3. O processo seletivo terá validade de 1 (um) ano, não prorrogável, a contar da publicação do Edital de Classificação Final.

1.4. Poderá participar do processo seletivo o estudante que, quando do chamamento para contratação, possua idade mínima de 16 (dezesseis) anos e esteja regularmente matriculado e com frequência efetiva em cursos, presenciais ou à distância, de instituições de ensino conveniadas com o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, ou devidamente inscritas no Ministério da Educação (MEC) ou Secretaria Estadual de Educação (SEED).

2. DA RESERVA DE VAGAS

2.1. Será reservado o seguinte percentual de vagas:

2.1.1. 30% (trinta por cento) das vagas aos negros;

2.1.2. 10% (dez por cento) das vagas às pessoas com deficiência (PcD), nos termos do § 5º do art. 16 da Lei Federal nº 11.788/2008, cuja ocupação considerará as competências e necessidades especiais do estagiário, as atividades e necessidades próprias das unidades organizacionais.

2.2. As vagas reservadas que não forem preenchidas serão destinadas à ampla concorrência, observada a ordem geral de classificação.

3. DO ESTÁGIO

3.1. O estudante de nível superior de graduação terá carga horária de 5 (cinco) horas diárias e 25 (vinte e cinco) horas semanais.

3.2. O estagiário fará jus ao recebimento de auxílio-transporte no valor de R\$ 8,50 (oito reais e cinquenta centavos) por dia efetivamente estagiado.

3.3. O valor da bolsa-auxílio mensal para estagiários de graduação será de R\$ 1.050,84 (mil e cinquenta reais e oitenta e quatro centavos).

3.4. O estagiário estará coberto por apólice de seguro contra acidentes pessoais, em caso de morte acidental, invalidez permanente total ou parcial por acidente e em caso de despesas médico-hospitalares, que porventura ocorram durante a realização do estágio.

3.5. O período de estágio não excederá a 2 (dois) anos, exceto quando se tratar de pessoa com deficiência (PcD).

4. DAS INSCRIÇÕES

4.1. As inscrições serão gratuitas e deverão ser efetuadas exclusivamente via Internet.

4.2. Para se inscrever o candidato deverá preencher o Formulário Eletrônico de Inscrição disponível na página específica do processo seletivo, endereço eletrônico <http://tjpr.mestreg.com.br/>.

4.2.1. No formulário de inscrição poderá ser exigida captura de imagens do rosto do candidato, que será utilizada para reconhecimento facial durante a realização da prova.

4.3. As inscrições estarão disponíveis da 00h00min de 29/09/2021 às 23h59min de 04/10/2021, considerando como extemporânea e sem validade qualquer inscrição feita fora desse período.

4.4. O prazo de inscrição poderá ser modificado a critério da Administração.

4.5. Somente serão processadas as inscrições preenchidas em consonância com o estabelecido no presente edital, sendo que as informações prestadas pelo candidato serão de sua inteira responsabilidade, podendo o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, na forma da lei, excluir do processo seletivo o candidato que fornecer dados inverídicos.

4.5.1. As informações fornecidas no formulário de inscrição que estiverem em desacordo com o Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral no CPF, ou mesmo que não puderem ser verificadas em consulta à Secretaria da Receita Federal do Brasil, endereço eletrônico <https://servicos.receita.fazenda.gov.br/Servicos/CPF/>, por eventual equívoco no preenchimento dos dados, poderão ser indeferidas.

4.6. O candidato que efetivar mais de uma inscrição para o mesmo edital, terá somente a última inscrição validada.

4.7. O Tribunal de Justiça do Estado do Paraná não se responsabiliza por solicitação de inscrição não recebida por motivos de ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação da rede, congestionamento da Internet, bem como outros fatores que impossibilitem a transferência de dados.

4.8. Serão indeferidas as inscrições de candidatos cujo curso não guarde relação com a área de atuação da vaga ofertada.

4.9. Poderão concorrer às vagas reservadas a candidatos negros aqueles que se autodeclararem pretos ou pardos no ato da inscrição, conforme o quesito cor ou raça utilizado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

4.10. A pessoa com deficiência (PcD) deverá declarar essa condição no ato de inscrição, nos termos e definições do Decreto Federal nº 3.298/1999, especificando a sua deficiência, bem como anexar cópia legível do laudo médico, expedido no prazo máximo de 12 (doze) meses antes do término do período de inscrições, do qual

conste expressa referência ao código correspondente da classificação internacional de doenças - CID, bem como a provável causa da deficiência, contendo a assinatura e o carimbo do CRM do médico.

4.10.1. Na falta do laudo médico, ou não contendo as informações acima indicadas, a inscrição será processada como na listagem geral, ainda que declarada tal condição.

4.10.2. O candidato que necessitar de atendimento especial para a realização das provas deverá declará-lo no formulário eletrônico de inscrição, no espaço reservado para esse fim, para que sejam tomadas as providências cabíveis com antecedência.

4.11. Na hipótese de constatação de declaração falsa, o candidato será eliminado do processo seletivo, e se admitido, ficará sujeito à rescisão do seu termo de compromisso de estágio, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.

5. DAS PROVAS

5.1. O instrumento de seleção compreenderá uma única fase.

5.1.1. Na fase única será realizada prova cujas questões se enquadram no conteúdo programático constante no ANEXO I.

5.2. A prova on-line será realizada na modalidade à distância, e ficará disponível para realização em 08/10/2021 das 08h00min às 20h00min.

5.3. A prova on-line terá duração máxima de 02h00min.

5.4. A prova on-line será composta por 20 (vinte) questões objetivas avaliadas em 0,5 (zero vírgula cinco) pontos cada questão.

5.5. A prova possui caráter eliminatório e classificatório.

5.6. A prova deverá ser realizada sem consulta.

5.7. Compete ao candidato acompanhar a divulgação das informações relativas ao processo seletivo, inclusive eventuais alterações referentes à realização da prova no sítio eletrônico do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.

6. DA REALIZAÇÃO DAS PROVAS

6.1. Para realização da prova on-line o candidato deverá seguir as orientações de acesso à plataforma conforme a página do processo seletivo.

6.1.1. As provas ficarão disponíveis na plataforma junto ao menu **ATIVIDADES**, mediante acesso ao endereço eletrônico <http://mgr.mestregre.com.br/> com login e senha cadastrados no formulário de inscrição.

6.2. O candidato deverá certificar-se previamente dos seguintes requisitos mínimos de tecnologia:

a) Microcomputador (desktop ou notebook);

b) Navegadores Mozilla Firefox, Google Chrome ou Microsoft Edge atualizados;

c) Teclado Português (Brasil ABNT ou ABNT 2);

d) Acesso ininterrupto à internet mediante conexão de dados de pelo menos 1mbps.

e) Dispositivo para captura e gravação de imagens em tempo real (webcam).

6.3. É de inteira responsabilidade do candidato a adequação dos dispositivos de acesso à plataforma com as configurações mínimas estipuladas.

6.3.1. O Tribunal de Justiça do Estado do Paraná não se responsabiliza por eventuais inconformidades decorrentes da utilização de aparato tecnológico diferente do especificado, por problemas de ordem técnica, quedas de conexão e/ou energia durante a realização das provas.

6.4. A plataforma on-line dispõe de mecanismos de segurança que poderão ser utilizados durante a realização da prova, como o travamento de consulta a outros navegadores, abas de navegação ou outros aplicativos.

6.5. Será obrigatória a utilização de webcam durante a realização da prova escrita.

6.5.1. Durante a realização da prova serão obtidas fotos em curtos intervalos de tempo, que serão armazenadas em sigilo junto à plataforma para posterior análise.

6.6. O candidato deverá certificar-se que o ambiente em que realizará a prova fique isolado do contato com outras pessoas, sob pena de eliminação do processo seletivo.

6.7. A contagem do tempo para resolução das questões da prova terá início quando o candidato clicar no ícone **COMEÇAR AGORA**.

6.7.1. A partir do início da resolução das questões, não será possível interromper a contagem do tempo previsto para duração da prova.

6.8. Ao responder todas as questões, o candidato deverá clicar no ícone **ENTREGAR AGORA!**

6.9. Será eliminado do processo seletivo o candidato que se utilizar de meios ilícitos para obter vantagem na realização da prova (consulta a materiais não previstos neste edital, utilização de outros aparelhos eletrônicos, telefones celulares, consulta a candidatos ou a outras pessoas, repasse de informações, entre outros julgados impróprios pela Administração).

6.9.1. A prova poderá ser bloqueada após tentativa de consulta a outros navegadores, abas de navegação ou outros aplicativos.

6.10. O Tribunal de Justiça do Estado do Paraná não se responsabiliza pela resolução da prova on-line não recebida por motivos de ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação da rede, congestionamento da Internet, bem como outros fatores que impossibilitem a transferência de dados.

7. DA CLASSIFICAÇÃO FINAL

7.1. A classificação final do processo seletivo considerará os candidatos que obtiverem pontuação igual ou superior a 60 (sessenta) pontos, ou seja, 60% (sessenta por cento) de aproveitamento total da prova escrita, a todos os candidatos que atingirem a pontuação mínima, bem como respeitada a reserva de vagas.

7.2. O Edital de Classificação Final será publicado no Diário de Justiça Eletrônico (e-DJ) e divulgado no sítio eletrônico do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, contendo a ordem de classificação, o número de inscrição, o nome completo do candidato e a nota final.

7.3. Ocorrendo empate, será classificado, prioritariamente, o candidato com maior idade, considerando ano, mês, dia, hora e minuto de nascimento.

7.3.1. Poderá ser exigida a comprovação da idade mediante certidão de nascimento.

7.4. Os candidatos a que se destinam a reservas de vagas constarão em listagem geral e, caso a quantidade de classificados se enquadre nos percentuais das reservas, em listagens específicas.

8. DOS REQUISITOS PARA ADMISSÃO

8.1. Por ocasião da admissão, após a aprovação no processo seletivo, o estudante deverá comprovar:

8.1.1. idade mínima de dezoito anos completos, mediante apresentação do documento de Registro Geral (RG), emitido pela Secretaria de Estado da Segurança Pública (SESP);

8.1.2. inscrição no Cadastro de Pessoa Física (CPF), mediante a apresentação de comprovante de situação cadastral, emitido, em até 30 (trinta) dias, pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB);

8.1.3. inscrição perante a Justiça Eleitoral, para os maiores de 19 anos, mediante a apresentação do título de eleitor;

8.1.4. estar em dia com as suas obrigações militares, para os brasileiros maiores de 19 anos, mediante a apresentação de certificado de alistamento, nos limites de sua validade, certificado de reservista, certificado de isenção ou certificado de dispensa de incorporação;

8.1.5. matrícula e frequência regular e compatibilidade entre o curso e a vaga de estágio ofertada, mediante apresentação de atestado, comprovante ou declaração atualizados, emitidos, em até 30 (trinta) dias, pela instituição de ensino;

8.1.6. residência, por meio de comprovante ou declaração atualizados, emitido em até 30 (trinta) dias;

8.1.7. celebração de termo de compromisso entre o estudante, o Tribunal de Justiça e a instituição de ensino;

8.1.8. a ausência de registro de antecedentes criminais, para os maiores de dezoito anos, mediante apresentação de certidão negativa, emitida em até 30 (trinta) dias, ressalvado o art. 5º, inciso LVII, da CF/88;

8.1.9. não se enquadrar nas causas de impedimento previstas no Decreto Judiciário nº 345/2019, por meio de declaração escrita, conforme modelo disponível no site do TJPR.

9. DO CHAMAMENTO PARA ADMISSÃO

9.1. A unidade requisitante do processo seletivo será responsável pelo chamamento para admissão do candidato aprovado, obedecida a ordem de classificação, por meio de telefone e de mensagem encaminhada ao correio eletrônico (e-mail) cadastrado pelo candidato no momento da inscrição.

9.2. É de responsabilidade do candidato fornecer, no ato da inscrição, no campo apropriado, correio eletrônico (e-mail) válido, o qual será utilizado para o chamamento e assinatura do termo de compromisso de estágio.

9.3. É de responsabilidade do candidato comunicar, à unidade requisitante do processo seletivo, a alteração dos dados de contato (correio eletrônico, endereço residencial, telefone fixo, telefone celular), sob pena de desclassificação do certame decorrente do não atendimento ao chamamento formulado por meio dos citados endereços e telefones.

9.4. Os candidatos classificados deverão ser admitidos de forma alternada, ou seja, candidatos da lista geral e, subsequentemente, da lista específica, em conformidade com o percentual mencionado na reserva de vagas.

9.5. A pessoa com deficiência (PcD) aprovada deverá apresentar a via original do laudo médico comprobatório, objetivando verificação, pelo Centro de Assistência Médica e Social, se a deficiência se enquadra nos termos do art. 4º do Decreto Federal nº 3.298/1999.

9.6. O horário das atividades de estágio deverá obedecer ao contido no termo de compromisso de estágio.

9.7. A admissão será mais célere quando do chamamento o estudante entregar à sua futura chefia toda a documentação elencada neste edital, que deverá estar correta e atualizada. São documentos obrigatórios:

9.7.1. documento de Registro Geral (RG);

9.7.2. comprovante de situação cadastral no CPF, emitido em até 30 dias;

9.7.3. título de eleitor, para os maiores de 19 anos de idade;

9.7.4. certificado de alistamento, de reservista, de isenção ou de dispensa da incorporação, para os maiores de 19 anos de idade, até o limite de 45 anos;

9.7.5. certidão de casamento, com ou sem averbação, para os casados, separados, divorciados e viúvos.

10. DAS VEDAÇÕES

10.1. É vedada, em qualquer modalidade de estágio, a contratação, o remanejamento e a permuta de estagiário para atuar, sob orientação ou supervisão, diretamente subordinado a membros do Poder Judiciário ou a servidor investido em cargo de direção, chefia ou assessoramento que lhe seja cônjuge, companheiro ou parente até o terceiro grau, inclusive, por consanguinidade ou afinidade.

10.1.1. O estagiário não poderá prestar atividades de estágio na mesma unidade em que estiver lotado seu cônjuge, companheiro ou parente até o terceiro grau, inclusive, por consanguinidade ou afinidade, ainda que não investido em cargo de direção, chefia ou assessoramento.

10.2. É vedada a admissão de estudante vinculado a escritório de advocacia e a processos em andamento na Justiça Estadual do Paraná, como procurador das partes.

10.3. É vedada a cumulação das atribuições de estagiário e juiz leigo, e de estagiário e de oficial de justiça *ad hoc*.

10.4. É vedado ao estagiário iniciar as atividades de estágio:

10.4.1. sem a formalização do termo de compromisso, que se dará com as assinaturas de todas as partes interessadas (estudante, supervisor de estágio e instituição de ensino);

10.4.2. previamente ao início da vigência do termo de compromisso;

10.4.3. antes da finalização do procedimento de admissão, junto ao Sistema Hércules, ou seja, após a homologação do termo de compromisso de estágio e plano de estágio (TCE/PE), pela Divisão de Estágio.

10.5. É vedado ao estagiário continuar a prestar atividades de estágio:

10.5.1. após o término da vigência do termo de compromisso, enquanto ainda não formalizado o plano de estágio aditivo (PEA) de prorrogação da vigência do estágio

ou o novo termo de compromisso de estágio e plano de estágio (TCE/PE), na hipótese de ocorrer a recontração do estagiário, nos casos de renovação do estágio e/ou alteração de curso e/ou de instituição de ensino, conforme o artigo 36, §§ 3º e 4º.

10.5.2. previamente ao início da vigência do novo termo de compromisso, no caso de recontração;

10.5.3. após a denúncia do termo de compromisso, em decorrência da conclusão ou do abandono do curso, do trancamento da matrícula, da transferência de instituição de ensino e da mudança de curso;

10.5.4. antes da finalização do procedimento de renovação ou de recontração, junto ao Sistema Hércules, ou seja, após a homologação do termo do plano de estágio aditivo (PEA) ou do novo termo de compromisso de estágio e plano de estágio (TCE/PE), pela Divisão de Estágio.

11. DA DESCLASSIFICAÇÃO

11.1. Será desclassificado do processo seletivo o estudante que:

11.1.1. não for localizado, quando do chamamento para a admissão, dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, em decorrência de correio eletrônico (e-mail) ou telefone desatualizados, incorretos ou incompletos;

11.1.2. for localizado, mas deixar de manifestar por escrito à unidade concedente, mediante e-mail, no prazo de até 02 (dois) dias úteis, sua vontade de assumir a vaga de estágio, reputando-se a ausência de manifestação nesse prazo como desistência tácita;

11.1.3. se recusar a iniciar o estágio na data, local e horário e demais condições estipuladas no termo de compromisso;

11.1.4. desistir da oportunidade de estágio;

11.1.5. não apresentar, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado a partir do chamamento para a admissão, os documentos relacionados no Decreto Judiciário 345/2019 e no Edital de Abertura, ou incompatibilidade desses com as informações prestadas no formulário de inscrição;

11.1.6. se recusar a ser contratado para unidade diversa à que deu origem ao processo seletivo, no caso de aproveitamento do processo seletivo por outra unidade, desde que previsto neste edital.

11.2. Haverá desclassificação do estudante em que for constatada:

11.2.1. incompatibilidade entre a área de conhecimento do seu curso e a área de atuação da vaga de estágio ofertada, ou entre os horários de estágio e das aulas;

11.2.2. inviabilidade da contratação ante o exíguo prazo existente até o encerramento do curso, vez que impossibilita a vivência na prática dos conteúdos acadêmicos, por falta de tempo hábil para a efetiva troca de experiências.

12. DO APROVEITAMENTO DO PROCESSO SELETIVO

12.1. O processo seletivo poderá ser aproveitado por outra unidade, desde que respeitada a ordem de classificação final.

12.2. Os candidatos poderão ser admitidos para unidade diversa a que deu origem ao procedimento, sendo que a discordância deste implicará na sua desclassificação.

12.3. O cadastro para aproveitamento das listas de classificados só poderá ser realizado mediante autorização explícita e nominal da unidade que realizou o processo seletivo.

13. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1. A realização de estágio não criará vínculo empregatício de qualquer natureza entre o estagiário e o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.

13.2. Não poderão ser admitidos os candidatos que realizam estágio em outro órgão público ou empresa privada, salvo se houver prévio desligamento.

13.3. É de inteira responsabilidade do candidato acompanhar todos os atos, os editais e os comunicados referentes a este processo seletivo que sejam publicados no sítio eletrônico do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.

13.3.1. O estudante compromete-se a ler atentamente as orientações elencadas no endereço <https://www.tjpr.jus.br/estagiario>.

13.4. A aprovação e classificação geram ao candidato apenas a expectativa de contratação.

13.5. O Tribunal de Justiça do Estado do Paraná se reserva o direito de proceder às contratações em quantidade que atendam às necessidades do serviço, de acordo com a disponibilidade orçamentária e as vagas existentes.

13.6. Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.

ANEXO I - CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Código de Processo Civil: (Parte Geral: Das normas processuais civis gerais; da função jurisdicional; dos sujeitos do processo; dos atos processuais; da tutela provisória; da formação, da suspensão e da extinção do processo); e, Parte Especial (Do processo de conhecimento e do cumprimento de sentença; Do processo de execução);

Código Civil: (Parte Geral: Das pessoas naturais); e, Parte Especial (Do direito de família; do direito das sucessões);

Legislação Extravagante: Lei nº 5.475/68; Lei nº 11.804; Estatuto da Criança e Adolescente (ECA).

Curitiba, 23 de setembro de 2021.

LEANDRO ROBERTO HURYN
Chefe da Divisão de Estágio
Departamento de Gestão de Recursos Humanos

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ

EDITAL DE ABERTURA PROCESSO SELETIVO DE ESTAGIÁRIOS GABINETE DO JUÍZO DA 2ª VARA CRIMINAL DE TOLEDO

EDITAL Nº 2061/2021
SEI/TJPR Nº 0105249-29.2021.8.16.6000

O Departamento de Gestão de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições, torna público o edital de abertura de processo seletivo de estudantes, mediante as disposições da Lei Federal nº 11.788/2008, do Enunciado Administrativo nº 7/2008 e da Resolução nº 7/2005, ambos do Conselho Nacional de Justiça, bem como do Decreto Judiciário nº 345/2019.

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. O processo seletivo de estagiários será regido por este edital de abertura.

1.2. O processo de seleção destina-se ao preenchimento de vagas e/ou formação de cadastro de reserva de estágio não obrigatório remunerado, destinado a estudantes de nível superior de graduação em Direito, cursando do 5º (quinto) ao 8º (oitavo) semestre no ato da inscrição.

1.2.1. Na classificação final constarão todos os candidatos que atingirem a pontuação mínima.

1.3. O processo seletivo terá validade de 1 (um) ano, não prorrogável, a contar da publicação do Edital de Classificação Final.

1.4. Poderá participar do processo seletivo o estudante que, quando do chamamento para contratação, possua idade mínima de 16 (dezesseis) anos e esteja regularmente matriculado e com frequência efetiva em cursos, presenciais ou à distância, de instituições de ensino conveniadas com o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, ou devidamente inscritas no Ministério da Educação (MEC) ou Secretaria Estadual de Educação (SEED).

2. DA RESERVA DE VAGAS

2.1. Será reservado o seguinte percentual de vagas:

2.1.1. 30% (trinta por cento) das vagas aos negros;

2.1.2. 10% (dez por cento) das vagas às pessoas com deficiência (PcD), nos termos do § 5º do art. 16 da Lei Federal nº 11.788/2008, cuja ocupação considerará as competências e necessidades especiais do estagiário, as atividades e necessidades próprias das unidades organizacionais.

2.2. As vagas reservadas que não forem preenchidas serão destinadas à ampla concorrência, observada a ordem geral de classificação.

3. DO ESTÁGIO

3.1. O estudante de nível superior de graduação terá carga horária de 5 (cinco) horas diárias e 25 (vinte e cinco) horas semanais.

3.2. O estagiário fará jus ao recebimento de auxílio-transporte no valor de R\$ 8,50 (oito reais e cinquenta centavos) por dia efetivamente estagiado.

3.3. O valor da bolsa-auxílio mensal para estagiários de graduação será de R\$ 1.050,84 (mil e cinquenta reais e oitenta e quatro centavos).

3.4. O estagiário estará coberto por apólice de seguro contra acidentes pessoais, em caso de morte acidental, invalidez permanente total ou parcial por acidente e em caso de despesas médico-hospitalares, que porventura ocorram durante a realização do estágio.

3.5. O período de estágio não excederá a 2 (dois) anos, exceto quando se tratar de pessoa com deficiência (PcD).

4. DAS INSCRIÇÕES

4.1. As inscrições serão gratuitas e deverão ser efetuadas exclusivamente via Internet.

4.2. Para se inscrever o candidato deverá preencher e enviar o formulário de inscrição disponível na página do processo seletivo, endereço eletrônico <http://tjpr.mestregre.com.br/>.

4.3. As inscrições estarão disponíveis das 00h00min de 11/10/2021 às 23h59min de 15/10/2021.

4.4. O prazo de inscrição poderá ser modificado a critério da Administração.

4.5. Somente serão processadas as inscrições preenchidas em consonância com o estabelecido no presente edital, sendo que as informações prestadas pelo candidato serão de sua inteira responsabilidade, podendo o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, na forma da lei, excluir do processo seletivo o candidato que fornecer dados inverídicos.

4.5.1. As informações fornecidas no formulário de inscrição que estiverem em desacordo com o Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral no CPF, ou mesmo que não puderem ser verificadas em consulta à Secretaria da Receita Federal do Brasil, endereço eletrônico <https://servicos.receita.fazenda.gov.br/Servicos/CPF/>, por eventual equívoco no preenchimento dos dados, poderão ser indeferidas.

4.6. O candidato que efetivar mais de uma inscrição para o mesmo edital, terá somente a última inscrição validada.

4.7. O Tribunal de Justiça do Estado do Paraná não se responsabiliza por solicitação de inscrição não recebida por motivos de ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação da rede, congestionamento da Internet, bem como outros fatores que impossibilitem a transferência de dados.

4.8. Serão indeferidas as inscrições de candidatos cujo curso não guarde relação com a área de atuação da vaga ofertada.

4.9. Poderão concorrer às vagas reservadas a candidatos negros aqueles que se autodeclararem pretos ou pardos no ato da inscrição, conforme o quesito cor ou raça utilizado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

4.10. A pessoa com deficiência (PcD) deverá declarar essa condição no ato de inscrição, nos termos e definições do Decreto Federal nº 3.298/1999.

4.11. Na hipótese de constatação de declaração falsa, o candidato será eliminado do processo seletivo, e se admitido, ficará sujeito à rescisão do seu termo de compromisso de estágio, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.

5. DAS PROVAS

5.1. O instrumento de seleção compreenderá duas fases.

5.1.1. Na primeira fase será realizada prova cujas questões se enquadram no conteúdo programático constante no ANEXO I.

5.1.2. Na segunda fase será realizada entrevista com a autoridade solicitante, conforme Art. 14 do Decreto Judiciário nº 345/2019.

5.2. A prova será realizada na modalidade à distância, e ficará disponível em 22/10/2021, das 13h00min às 16h00min.

5.2.1. A prova on-line terá duração máxima de 3 (três) horas.

5.3. A prova on-line será composta por 4 (quatro) questões discursivas.

5.4. A prova possui caráter eliminatório e classificatório.

5.5. A prova deverá ser realizada sem consulta.

5.6. Compete ao candidato acompanhar a divulgação das informações relativas ao processo seletivo, inclusive eventuais alterações referentes à realização da prova no site eletrônico do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.

6. DA REALIZAÇÃO DAS PROVAS

6.1. Para realização da prova on-line o candidato deverá seguir as orientações de acesso à plataforma conforme a página do processo seletivo.

6.1.1. As provas ficarão disponíveis na plataforma junto ao menu **ATIVIDADES**, mediante acesso ao endereço eletrônico <http://mgr.mestreg.com.br/> com login e senha cadastrados no formulário de inscrição.

6.2. O candidato deverá certificar-se previamente dos seguintes requisitos mínimos de tecnologia:

a) Microcomputador (desktop ou notebook);

b) Navegadores Mozilla Firefox, Google Chrome ou Microsoft Edge atualizados;

c) Teclado Português (Brasil ABNT ou ABNT 2);

d) Acesso ininterrupto à internet mediante conexão de dados de pelo menos 1mbps.

e) Dispositivo para captura e gravação de imagens em tempo real (webcam).

6.3. É de inteira responsabilidade do candidato a adequação dos dispositivos de acesso à plataforma com as configurações mínimas estipuladas.

6.3.1. O Tribunal de Justiça do Estado do Paraná não se responsabiliza por eventuais inconformidades decorrentes da utilização de aparato tecnológico diferente do especificado, por problemas de ordem técnica, quedas de conexão e/ou energia durante a realização das provas.

6.4. A plataforma on-line dispõe de mecanismos de segurança que poderão ser utilizados durante a realização da prova, como o travamento de consulta a outros navegadores, abas de navegação ou outros aplicativos.

6.5. Será obrigatória a utilização de webcam durante a realização da prova escrita.

6.5.1. Durante a realização da prova serão obtidas fotos em curtos intervalos de tempo, que serão armazenadas em sigilo junto à plataforma para posterior análise.

6.6. O candidato deverá certificar-se que o ambiente em que realizará a prova fique isolado do contato com outras pessoas, sob pena de eliminação do processo seletivo.

6.7. A contagem do tempo para resolução das questões da prova terá início quando o candidato clicar no ícone **COMEÇAR AGORA**.

6.7.1. A partir do início da resolução das questões, não será possível interromper a contagem do tempo previsto para duração da prova.

6.8. Ao responder todas as questões, o candidato deverá clicar no ícone **ENTREGAR AGORA!**

6.9. Será eliminado do processo seletivo o candidato que se utilizar de meios ilícitos para obter vantagem na realização da prova (consulta a materiais não previstos neste edital, utilização de outros aparelhos eletrônicos, telefones celulares, consulta a candidatos ou a outras pessoas, repasse de informações, entre outros julgados impróprios pela Administração).

6.9.1. A prova poderá ser bloqueada após tentativa de consulta a outros navegadores, abas de navegação ou outros aplicativos.

6.10. O Tribunal de Justiça do Estado do Paraná não se responsabiliza pela resolução da prova on-line não recebida por motivos de ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação da rede, congestionamento da Internet, bem como outros fatores que impossibilitem a transferência de dados.

7. DA CONVOCAÇÃO PARA ENTREVISTA

7.1. A classificação da prova on-line considerará os candidatos que obtiverem pontuação igual ou superior a 60% (sessenta por cento) de aproveitamento total da prova escrita, observada a reserva de vagas, a todos os candidatos que atingirem a nota mínima.

7.1.1. O candidato que não comparecer à convocação para entrevista, bem como aquele que não obtiver aproveitamento igual ou superior a 60% (sessenta por cento) da pontuação total da etapa, será desclassificado do processo seletivo.

7.2. Os estudantes classificados serão convocados para entrevista com a autoridade solicitante, ou a quem ele delegar, que analisará exclusivamente a aptidão do candidato para a vaga, conforme as demandas da unidade e o perfil acadêmico desejado.

7.3. Os dados para realização da entrevista serão divulgados por meio de documento oficial de convocação para entrevista.

7.4. O entrevistador atribuirá pontuação em escala equivalente à pontuação da prova escrita.

8. DA CLASSIFICAÇÃO FINAL

8.1. A classificação final do processo seletivo considerará a média aritmética das pontuações obtidas na prova escrita e na entrevista, dentre os candidatos que obtiverem pontuação igual ou superior a 60% (sessenta por cento) de aproveitamento total e em cada uma das etapas, a todos os candidatos que atingirem a pontuação mínima, bem como respeitada a reserva de vagas.

8.2. O Edital de Classificação Final será publicado no Diário de Justiça Eletrônico (e-DJ) e divulgado no site eletrônico do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, contendo a ordem de classificação, o número de inscrição, o nome completo do candidato e a nota final.

8.3. Ocorrendo empate, será classificado, prioritariamente, o candidato com maior idade, considerando ano, mês, dia, hora e minuto de nascimento.

8.3.1. Poderá ser exigida a comprovação da idade mediante certidão de nascimento.

8.4. Os candidatos a que se destinam a reservas de vagas constarão em listagem geral e, caso a quantidade de classificados se enquadre nos percentuais das reservas, em listagens específicas.

9. DOS REQUISITOS PARA ADMISSÃO

9.1. Por ocasião da admissão, após a aprovação no processo seletivo, o estudante deverá comprovar:

9.1.1. idade mínima de dezoito anos completos, mediante apresentação do documento de Registro Geral (RG), emitido pela Secretaria de Estado da Segurança Pública (SESP);

9.1.2. inscrição no Cadastro de Pessoa Física (CPF), mediante a apresentação de comprovante de situação cadastral, emitido, em até 30 (trinta) dias, pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB);

9.1.3. inscrição perante a Justiça Eleitoral, para os maiores de 19 anos, mediante a apresentação do título de eleitor;

9.1.4. estar em dia com as suas obrigações militares, para os brasileiros maiores de 19 anos, mediante a apresentação de certificado de alistamento, nos limites de sua validade, certificado de reservista, certificado de isenção ou certificado de dispensa de incorporação;

9.1.5. matrícula e frequência regular e compatibilidade entre o curso e a vaga de estágio ofertada, mediante apresentação de atestado, comprovante ou declaração atualizados, emitidos, em até 30 (trinta) dias, pela instituição de ensino;

9.1.6. residência, por meio de comprovante ou declaração atualizados, emitido em até 30 (trinta) dias;

9.1.7. celebração de termo de compromisso entre o estudante, o Tribunal de Justiça e a instituição de ensino;

9.1.8. a ausência de registro de antecedentes criminais, para os maiores de dezoito anos, mediante apresentação de certidão negativa, emitida em até 30 (trinta) dias, ressalvado o art. 5º, inciso LVII, da CF/88;

9.1.9. não se enquadrar nas causas de impedimento previstas no Decreto Judiciário nº 345/2019, por meio de declaração escrita, conforme modelo disponível no site do TJPR.

10. DO CHAMAMENTO PARA ADMISSÃO

10.1. A unidade requisitante do processo seletivo será responsável pelo chamamento para admissão do candidato aprovado, obedecida a ordem de classificação, por meio de telefone e de mensagem encaminhada ao correio eletrônico (e-mail) cadastrado pelo candidato no momento da inscrição.

10.2. É de responsabilidade do candidato fornecer, no ato da inscrição, no campo apropriado, correio eletrônico (e-mail) válido, o qual será utilizado para o chamamento e assinatura do termo de compromisso de estágio.

10.3. É de responsabilidade do candidato comunicar, à unidade requisitante do processo seletivo, a alteração dos dados de contato (correio eletrônico, endereço residencial, telefone fixo, telefone celular), sob pena de desclassificação do certame decorrente do não atendimento ao chamamento formulado por meio dos citados endereços e telefones.

10.4. Os candidatos classificados deverão ser admitidos de forma alternada, ou seja, candidatos da lista geral e, subsequentemente, da lista específica, em conformidade com o percentual mencionado na reserva de vagas.

10.5. A pessoa com deficiência (PcD) aprovada deverá apresentar a via original do laudo médico comprobatório, objetivando verificação, pelo Centro de Assistência Médica e Social, se a deficiência se enquadra nos termos do art. 4º do Decreto Federal nº 3.298/1999.

10.6. O horário das atividades de estágio deverá obedecer ao contido no termo de compromisso de estágio.

10.7. A admissão será mais célere quando do chamamento o estudante entregar à sua futura chefia toda a documentação elencada neste edital, que deverá estar correta e atualizada. São documentos obrigatórios:

10.7.1. documento de Registro Geral (RG);

10.7.2. comprovante de situação cadastral no CPF, emitido em até 30 dias;

10.7.3. título de eleitor, para os maiores de 19 anos de idade;

10.7.4. certificado de alistamento, de reservista, de isenção ou de dispensa da incorporação, para os maiores de 19 anos de idade, até o limite de 45 anos;

10.7.5. certidão de casamento, com ou sem averbação, para os casados, separados, divorciados e viúvos.

11. DAS VEDAÇÕES

11.1. É vedada, em qualquer modalidade de estágio, a contratação, o remanejamento e a permuta de estagiário para atuar, sob orientação ou supervisão, diretamente subordinado a membros do Poder Judiciário ou a servidor investido em cargo de direção, chefia ou assessoramento que lhe seja cônjuge, companheiro ou parente até o terceiro grau, inclusive, por consanguinidade ou afinidade.

11.1.1. O estagiário não poderá prestar atividades de estágio na mesma unidade em que estiver lotado seu cônjuge, companheiro ou parente até o terceiro grau, inclusive, por consanguinidade ou afinidade, ainda que não investido em cargo de direção, chefia ou assessoramento.

11.2. É vedada a admissão de estudante vinculado a escritório de advocacia e a processos em andamento na Justiça Estadual do Paraná, como procurador das partes.

11.3. É vedada a cumulação das atribuições de estagiário e juiz leigo, e de estagiário e de oficial de justiça *ad hoc*.

11.4. É vedado ao estagiário iniciar as atividades de estágio:

11.4.1. sem a formalização do termo de compromisso, que se dará com as assinaturas de todas as partes interessadas (estudante, supervisor de estágio e instituição de ensino);

11.4.2. previamente ao início da vigência do termo de compromisso;

11.4.3. antes da finalização do procedimento de admissão, junto ao Sistema Hércules, ou seja, após a homologação do termo de compromisso de estágio e plano de estágio (TCE/PE), pela Divisão de Estágio.

11.5. É vedado ao estagiário continuar a prestar atividades de estágio:

11.5.1. após o término da vigência do termo de compromisso, enquanto ainda não formalizado o plano de estágio aditivo (PEA) de prorrogação da vigência do estágio ou o novo termo de compromisso de estágio e plano de estágio (TCE/PE), na hipótese de ocorrer a recontração do estagiário, nos casos de renovação do estágio e/ou alteração de curso e/ou de instituição de ensino, conforme o artigo 36, §§ 3º e 4º.

11.5.2. previamente ao início da vigência do novo termo de compromisso, no caso de recontração;

11.5.3. após a denúncia do termo de compromisso, em decorrência da conclusão ou do abandono do curso, do trancamento da matrícula, da transferência de instituição de ensino e da mudança de curso;

11.5.4. antes da finalização do procedimento de renovação ou de recontração, junto ao Sistema Hércules, ou seja, após a homologação do termo do plano de estágio aditivo (PEA) ou do novo termo de compromisso de estágio e plano de estágio (TCE/PE), pela Divisão de Estágio.

12. DA DESCLASSIFICAÇÃO

12.1. Será desclassificado o processo seletivo o estudante que:

12.1.1. não for localizado, quando do chamamento para a admissão, dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, em decorrência de correio eletrônico (e-mail) ou telefone desatualizados, incorretos ou incompletos;

12.1.2. for localizado, mas deixar de manifestar por escrito à unidade concedente, mediante e-mail, no prazo de até 02 (dois) dias úteis, sua vontade de assumir a vaga de estágio, reputando-se a ausência de manifestação nesse prazo como desistência tácita;

12.1.3. se recusar a iniciar o estágio na data, local e horário e demais condições estipuladas no termo de compromisso;

12.1.4. desistir da oportunidade de estágio;

12.1.5. não apresentar, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado a partir do chamamento para a admissão, os documentos relacionados no Decreto Judiciário 345/2019 e no Edital de Abertura, ou incompatibilidade desses com as informações prestadas no formulário de inscrição;

12.1.6. se recusar a ser contratado para unidade diversa à que deu origem ao processo seletivo, no caso de aproveitamento do processo seletivo por outra unidade, desde que previsto neste edital.

12.2. Haverá desclassificação do estudante em que for constatada:

12.2.1. incompatibilidade entre a área de conhecimento do seu curso e a área de atuação da vaga de estágio ofertada, ou entre os horários de estágio e das aulas;

12.2.2. inviabilidade da contratação ante o exíguo prazo existente até o encerramento do curso, vez que impossibilita a vivência na prática dos conteúdos acadêmicos, por falta de tempo hábil para a efetiva troca de experiências.

13. DO APROVEITAMENTO DO PROCESSO SELETIVO

13.1. O processo seletivo poderá ser aproveitado por outra unidade, desde que respeitada a ordem de classificação final.

13.2. Os candidatos poderão ser admitidos para unidade diversa a que deu origem ao procedimento, sendo que a discordância deste implicará na sua desclassificação.

13.3. O cadastro para aproveitamento das listas de classificados só poderá ser realizado mediante autorização explícita e nominal da unidade que realizou o processo seletivo.

14. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1. A realização de estágio não criará vínculo empregatício de qualquer natureza entre o estagiário e o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.

14.2. Não poderão ser admitidos os candidatos que realizam estágio em outro órgão público ou empresa privada, salvo se houver prévio desligamento.

14.3. É de inteira responsabilidade do candidato acompanhar todos os atos, os editais e os comunicados referentes a este processo seletivo que sejam publicados no sítio eletrônico do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.

14.3.1. O estudante compromete-se a ler atentamente as orientações elencadas no endereço <https://www.tjpr.jus.br/estagiario>.

14.4. A aprovação e classificação geram ao candidato apenas a expectativa de contratação.

14.5. O Tribunal de Justiça do Estado do Paraná se reserva o direito de proceder às contratações em quantidade que atendam às necessidades do serviço, de acordo com a disponibilidade orçamentária e as vagas existentes.

14.6. Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.

ANEXO I - CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

DIREITO CONSTITUCIONAL.

DIREITO PENAL.

DIREITO PROCESSUAL PENAL.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988.

DECRETO-LEI Nº 2.848, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1940 (Código Penal).

DECRETO-LEI Nº 3.689, DE 3 DE OUTUBRO DE 1941 (Código de Processo Penal).

LEI Nº 8.072, DE 25 DE JULHO DE 1990 (Lei de Crimes Hediondos).

LEI Nº 9.503, DE 23 DE SETEMBRO DE 1997 (Código de Trânsito Brasileiro).

LEI Nº 10.826, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2003 (Estatuto do Desarmamento).

LEI Nº 11.343, DE 23 DE AGOSTO DE 2006 (Lei de Drogas).

LEI Nº 11.340, DE 7 DE AGOSTO DE 2006 (Lei Maria da Penha).

Curitiba, 22 de setembro de 2021.

LEANDRO ROBERTO HURYR

Chefe da Divisão de Estágio

Departamento de Gestão de Recursos Humanos

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ

EDITAL DE ABERTURA PROCESSO SELETIVO DE ESTAGIÁRIOS NÚCLEO REGIONAL DE MARINGÁ DO NÚCLEO REGIONAIS DE INFORMÁTICA DA ASSESSORIA DE SUPERVISÃO DOS NÚCLEOS REGIONAIS DE INFORMÁTICA

EDITAL Nº 2053/2021
SEI/TJPR Nº 0106435-87.2021.8.16.6000

O Departamento de Gestão de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições, torna público o edital de abertura de processo seletivo de estudantes, mediante as disposições da Lei Federal nº 11.788/2008, do Enunciado Administrativo nº 7/2008 e da Resolução nº 7/2005, ambos do Conselho Nacional de Justiça, bem como do Decreto Judiciário nº 345/2019.

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. O processo seletivo de estagiários será regido por este edital de abertura.

1.2. O processo de seleção destina-se ao preenchimento de vagas e/ou formação de cadastro de reserva de estágio não obrigatório remunerado, destinado a estudantes de nível superior de graduação em qualquer curso na área de Informática, cursando do 1º (primeiro) ao 5º (quinto) semestre no ato da inscrição.

1.2.1. Na classificação final constarão apenas os 5 (cinco) melhores classificados.

1.3. O processo seletivo terá validade de 6 (seis) meses, prorrogável por igual período, a contar da publicação do Edital de Classificação Final.

1.4. Poderá participar do processo seletivo o estudante que, quando do chamamento para contratação, possua idade mínima de 16 (dezesseis) anos e esteja regularmente matriculado e com frequência efetiva em cursos, presenciais ou à distância, de instituições de ensino conveniadas com o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, ou devidamente inscritas no Ministério da Educação (MEC) ou Secretaria Estadual de Educação (SEED).

2. DA RESERVA DE VAGAS

2.1. Será reservado o seguinte percentual de vagas:

2.1.1. 30% (trinta por cento) das vagas aos negros;

2.1.2. 10% (dez por cento) das vagas às pessoas com deficiência (PcD), nos termos do § 5º do art. 16 da Lei Federal nº 11.788/2008, cuja ocupação considerará as competências e necessidades especiais do estagiário, as atividades e necessidades próprias das unidades organizacionais.

2.2. As vagas reservadas que não forem preenchidas serão destinadas à ampla concorrência, observada a ordem geral de classificação.

3. DO ESTÁGIO

3.1. O estudante de nível superior de graduação terá carga horária de 5 (cinco) horas diárias e 25 (vinte e cinco) horas semanais.

3.2. O estagiário fará jus ao recebimento de auxílio-transporte no valor de R\$ 8,50 (oito reais e cinquenta centavos) por dia efetivamente estagiado.

3.3. O valor da bolsa-auxílio mensal para estagiários de graduação será de R\$ 1.050,84 (mil e cinquenta reais e oitenta e quatro centavos).

3.4. O estagiário estará coberto por apólice de seguro contra acidentes pessoais, em caso de morte acidental, invalidez permanente total ou parcial por acidente e em caso de despesas médico-hospitalares, que porventura ocorram durante a realização do estágio.

3.5. O período de estágio não excederá a 2 (dois) anos, exceto quando se tratar de pessoa com deficiência (PcD).

4. DAS INSCRIÇÕES

4.1. As inscrições serão gratuitas e deverão ser efetuadas exclusivamente via Internet.

4.2. Para se inscrever o candidato deverá preencher e enviar o formulário de inscrição disponível na página do processo seletivo, endereço eletrônico <http://tjpr.mestreg.com.br/>.

4.3. As inscrições estarão disponíveis das 12h00min de 27/09/2021 às 18h00min de 05/10/2021.

4.4. O prazo de inscrição poderá ser modificado a critério da Administração.

4.5. Somente serão processadas as inscrições preenchidas em consonância com o estabelecido no presente edital, sendo que as informações prestadas pelo candidato

serão de sua inteira responsabilidade, podendo o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, na forma da lei, excluir do processo seletivo o candidato que fornecer dados inverídicos.

4.5.1. As informações fornecidas no formulário de inscrição que estiverem em desacordo com o Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral no CPF, ou mesmo que não puderem ser verificadas em consulta à Secretaria da Receita Federal do Brasil, endereço eletrônico <https://servicos.receita.fazenda.gov.br/Servicos/CPF/>, por eventual equívoco no preenchimento dos dados, poderão ser indeferidas.

4.6. O candidato que efetivar mais de uma inscrição para o mesmo edital, terá somente a última inscrição validada.

4.7. O Tribunal de Justiça do Estado do Paraná não se responsabiliza por solicitação de inscrição não recebida por motivos de ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação da rede, congestionamento da Internet, bem como outros fatores que impossibilitem a transferência de dados.

4.8. Serão indeferidas as inscrições de candidatos cujo curso não guarde relação com a área de atuação da vaga ofertada.

4.9. Poderão concorrer às vagas reservadas a candidatos negros aqueles que se autodeclararem pretos ou pardos no ato da inscrição, conforme o quesito cor ou raça utilizado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

4.10. A pessoa com deficiência (PcD) deverá declarar essa condição no ato de inscrição, nos termos e definições do Decreto Federal nº 3.298/1999.

4.11. Na hipótese de constatação de declaração falsa, o candidato será eliminado do processo seletivo, e se admitido, ficará sujeito à rescisão do seu termo de compromisso de estágio, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.

5. DAS PROVAS

5.1. O instrumento de seleção compreenderá duas fases.

5.1.1. Na primeira fase será realizada prova cujas questões se enquadram no conteúdo programático constante no ANEXO I.

5.1.2. Na segunda fase será realizada entrevista com a autoridade solicitante, conforme Art. 14 do Decreto Judiciário nº 345/2019.

5.2. A prova será realizada na modalidade à distância, e ficará disponível em 07/10/2021, das 14h00min às 18h00min.

5.2.1. A prova on-line terá duração máxima de 03h00min.

5.3. A prova on-line será composta por 20 (vinte) questões objetivas e 5 (cinco) questões discursivas.

5.4. A prova possui caráter eliminatório e classificatório.

5.5. A prova deverá ser realizada sem consulta.

5.6. Compete ao candidato acompanhar a divulgação das informações relativas ao processo seletivo, inclusive eventuais alterações referentes à realização da prova no sítio eletrônico do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.

6. DA REALIZAÇÃO DAS PROVAS

6.1. Para realização da prova on-line o candidato deverá seguir as orientações de acesso à plataforma conforme a página do processo seletivo.

6.1.1. As provas ficarão disponíveis na plataforma junto ao menu **ATIVIDADES**, mediante acesso ao endereço eletrônico <http://mgr.mestregre.com.br/> com login e senha cadastrados no formulário de inscrição.

6.2. O candidato deverá certificar-se previamente dos seguintes requisitos mínimos de tecnologia:

- a) Microcomputador (desktop ou notebook);
- b) Navegadores Mozilla Firefox, Google Chrome ou Microsoft Edge atualizados;
- c) Teclado Português (Brasil ABNT ou ABNT 2);
- d) Acesso ininterrupto à internet mediante conexão de dados de pelo menos 1mbps.
- e) Dispositivo para captura e gravação de imagens em tempo real (webcam).

6.3. É de inteira responsabilidade do candidato a adequação dos dispositivos de acesso à plataforma com as configurações mínimas estipuladas.

6.3.1. O Tribunal de Justiça do Estado do Paraná não se responsabiliza por eventuais inconformidades decorrentes da utilização de aparato tecnológico diferente do especificado, por problemas de ordem técnica, quedas de conexão e/ou energia durante a realização das provas.

6.4. A plataforma on-line dispõe de mecanismos de segurança que poderão ser utilizados durante a realização da prova, como o travamento de consulta a outros navegadores, abas de navegação ou outros aplicativos.

6.5. Será obrigatória a utilização de webcam durante a realização da prova escrita.

6.5.1. Durante a realização da prova serão obtidas fotos em curtos intervalos de tempo, que serão armazenadas em sigilo junto à plataforma para posterior análise.

6.6. O candidato deverá certificar-se que o ambiente em que realizará a prova fique isolado do contato com outras pessoas, sob pena de eliminação do processo seletivo.

6.7. A contagem do tempo para resolução das questões da prova terá início quando o candidato clicar no ícone **COMEÇAR AGORA**.

6.7.1. A partir do início da resolução das questões, não será possível interromper a contagem do tempo previsto para duração da prova.

6.8. Ao responder todas as questões, o candidato deverá clicar no ícone **ENTREGAR AGORA!**

6.9. Será eliminado do processo seletivo o candidato que se utilizar de meios ilícitos para obter vantagem na realização da prova (consulta a materiais não previstos neste edital, utilização de outros aparelhos eletrônicos, telefones celulares, consulta a candidatos ou a outras pessoas, repasse de informações, entre outros julgados impróprios pela Administração).

6.9.1. A prova poderá ser bloqueada após tentativa de consulta a outros navegadores, abas de navegação ou outros aplicativos.

6.10. O Tribunal de Justiça do Estado do Paraná não se responsabiliza pela resolução da prova on-line não recebida por motivos de ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação da rede, congestionamento da Internet, bem como outros fatores que impossibilitem a transferência de dados.

7. DA CONVOCAÇÃO PARA ENTREVISTA

7.1. A classificação da prova on-line considerará os candidatos que obtiverem pontuação igual ou superior a 60% (sessenta por cento) de aproveitamento total da prova escrita, observada a reserva de vagas, limitado aos 5 (cinco) melhores classificados.

7.1.1. Havendo candidatos empatados com a nota de corte do último classificado, serão convocados para entrevista todos aqueles empatados com a mesma nota do último classificado.

7.1.2. O candidato que não comparecer à convocação para entrevista, bem como aquele que não obtiver aproveitamento igual ou superior a 60% (sessenta por cento) da pontuação total da etapa, será desclassificado do processo seletivo.

7.2. Os estudantes classificados serão convocados para entrevista com a autoridade solicitante, ou a quem ele delegar, que analisará exclusivamente a aptidão do candidato para a vaga, conforme as demandas da unidade e o perfil acadêmico desejado.

7.3. Os dados para realização da entrevista serão divulgados por meio de documento oficial de convocação para entrevista.

7.4. O entrevistador atribuirá pontuação em escala equivalente à pontuação da prova escrita.

8. DA CLASSIFICAÇÃO FINAL

8.1. A classificação final do processo seletivo considerará a média aritmética das pontuações obtidas na prova escrita e na entrevista, dentre os candidatos que obtiverem pontuação igual ou superior a 60% (sessenta por cento) de aproveitamento total e em cada uma das etapas, limitada apenas aos 5 (cinco) melhores classificados, bem como respeitada a reserva de vagas.

8.2. O Edital de Classificação Final será publicado no Diário de Justiça Eletrônico (e-DJ) e divulgado no sítio eletrônico do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, contendo a ordem de classificação, o número de inscrição, o nome completo do candidato e a nota final.

8.3. Ocorrendo empate, será classificado, prioritariamente, o candidato com maior idade, considerando ano, mês, dia, hora e minuto de nascimento.

8.3.1. Poderá ser exigida a comprovação da idade mediante certidão de nascimento.

8.4. Os candidatos a que se destinam a reservas de vagas constarão em listagem geral e, caso a quantidade de classificados se enquadre nos percentuais das reservas, em listagens específicas.

9. DOS REQUISITOS PARA ADMISSÃO

9.1. Por ocasião da admissão, após a aprovação no processo seletivo, o estudante deverá comprovar:

9.1.1. idade mínima de dezesseis anos completos, mediante apresentação do documento de Registro Geral (RG), emitido pela Secretaria de Estado da Segurança Pública (SESP);

9.1.2. inscrição no Cadastro de Pessoa Física (CPF), mediante a apresentação de comprovante de situação cadastral, emitido, em até 30 (trinta) dias, pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB);

9.1.3. inscrição perante a Justiça Eleitoral, para os maiores de 19 anos, mediante a apresentação do título de eleitor;

9.1.4. estar em dia com as suas obrigações militares, para os brasileiros maiores de 19 anos, mediante a apresentação de certificado de alistamento, nos limites de sua validade, certificado de reservista, certificado de isenção ou certificado de dispensa de incorporação;

9.1.5. matrícula e frequência regular e compatibilidade entre o curso e a vaga de estágio ofertada, mediante apresentação de atestado, comprovante ou declaração atualizados, emitidos, em até 30 (trinta) dias, pela instituição de ensino;

9.1.6. residência, por meio de comprovante ou declaração atualizados, emitido em até 30 (trinta) dias;

9.1.7. celebração de termo de compromisso entre o estudante, o Tribunal de Justiça e a instituição de ensino;

9.1.8. a ausência de registro de antecedentes criminais, para os maiores de dezoito anos, mediante apresentação de certidão negativa, emitida em até 30 (trinta) dias, ressalvado o art. 5º, inciso LVII, da CF/88;

9.1.9. não se enquadrar nas causas de impedimento previstas no Decreto Judiciário nº 345/2019, por meio de declaração escrita, conforme modelo disponível no site do TJPR.

10. DO CHAMAMENTO PARA ADMISSÃO

10.1. A unidade requisitante do processo seletivo será responsável pelo chamamento para admissão do candidato aprovado, obedecida a ordem de classificação, por meio de telefone e de mensagem encaminhada ao correio eletrônico (e-mail) cadastrado pelo candidato no momento da inscrição.

10.2. É de responsabilidade do candidato fornecer, no ato da inscrição, no campo apropriado, correio eletrônico (e-mail) válido, o qual será utilizado para o chamamento e assinatura do termo de compromisso de estágio.

10.3. É de responsabilidade do candidato comunicar, à unidade requisitante do processo seletivo, a alteração dos dados de contato (correio eletrônico, endereço residencial, telefone fixo, telefone celular), sob pena de desclassificação do certame decorrente do não atendimento ao chamamento formulado por meio dos citados endereços e telefones.

10.4. Os candidatos classificados deverão ser admitidos de forma alternada, ou seja, candidatos da lista geral e, subsequentemente, da lista específica, em conformidade com o percentual mencionado na reserva de vagas.

10.5. A pessoa com deficiência (PcD) aprovada deverá apresentar a via original do laudo médico comprobatório, objetivando verificação, pelo Centro de Assistência Médica e Social, se a deficiência se enquadra nos termos do art. 4º do Decreto Federal nº 3.298/1999.

10.6. O horário das atividades de estágio deverá obedecer ao contido no termo de compromisso de estágio.

10.7. A admissão será mais célere quando do chamamento o estudante entregar à sua futura chefia toda a documentação elencada neste edital, que deverá estar correta e atualizada. São documentos obrigatórios:

- 10.7.1.** documento de Registro Geral (RG);
- 10.7.2.** comprovante de situação cadastral no CPF, emitido em até 30 dias;
- 10.7.3.** título de eleitor, para os maiores de 19 anos de idade;
- 10.7.4.** certificado de alistamento, de reservista, de isenção ou de dispensa da corporação, para os maiores de 19 anos de idade, até o limite de 45 anos;
- 10.7.5.** certidão de casamento, com ou sem averbação, para os casados, separados, divorciados e viúvos.

11. DAS VEDAÇÕES

11.1. É vedada, em qualquer modalidade de estágio, a contratação, o remanejamento e a permuta de estagiário para atuar, sob orientação ou supervisão, diretamente subordinado a membros do Poder Judiciário ou a servidor investido em cargo de direção, chefia ou assessoramento que lhe seja cônjuge, companheiro ou parente até o terceiro grau, inclusive, por consanguinidade ou afinidade.

11.1.1. O estagiário não poderá prestar atividades de estágio na mesma unidade em que estiver lotado seu cônjuge, companheiro ou parente até o terceiro grau, inclusive, por consanguinidade ou afinidade, ainda que não investido em cargo de direção, chefia ou assessoramento.

11.2. É vedada a admissão de estudante vinculado a escritório de advocacia e a processos em andamento na Justiça Estadual do Paraná, como procurador das partes.

11.3. É vedada a cumulação das atribuições de estagiário e juiz leigo, e de estagiário e de oficial de justiça *ad hoc*.

11.4. É vedado ao estagiário iniciar as atividades de estágio:

11.4.1. sem a formalização do termo de compromisso, que se dará com as assinaturas de todas as partes interessadas (estudante, supervisor de estágio e instituição de ensino);

11.4.2. previamente ao início da vigência do termo de compromisso;

11.4.3. antes da finalização do procedimento de admissão, junto ao Sistema Hércules, ou seja, após a homologação do termo de compromisso de estágio e plano de estágio (TCE/PE), pela Divisão de Estágio.

11.5. É vedado ao estagiário continuar a prestar atividades de estágio:

11.5.1. após o término da vigência do termo de compromisso, enquanto ainda não formalizado o plano de estágio aditivo (PEA) de prorrogação da vigência do estágio ou o novo termo de compromisso de estágio e plano de estágio (TCE/PE), na hipótese de ocorrer a recontração do estagiário, nos casos de renovação do estágio e/ou alteração de curso e/ou de instituição de ensino, conforme o artigo 36, §§ 3º e 4º.

11.5.2. previamente ao início da vigência do novo termo de compromisso, no caso de recontração;

11.5.3. após a denúncia do termo de compromisso, em decorrência da conclusão ou do abandono do curso, do trancamento da matrícula, da transferência de instituição de ensino e da mudança de curso;

11.5.4. antes da finalização do procedimento de renovação ou de recontração, junto ao Sistema Hércules, ou seja, após a homologação do termo do plano de estágio aditivo (PEA) ou do novo termo de compromisso de estágio e plano de estágio (TCE/PE), pela Divisão de Estágio.

12. DA DESCLASSIFICAÇÃO

12.1. Será desclassificado do processo seletivo o estudante que:

12.1.1. não for localizado, quando do chamamento para a admissão, dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, em decorrência de correio eletrônico (e-mail) ou telefone desatualizados, incorretos ou incompletos;

12.1.2. for localizado, mas deixar de manifestar por escrito à unidade concedente, mediante e-mail, no prazo de até 02 (dois) dias úteis, sua vontade de assumir a vaga de estágio, reputando-se a ausência de manifestação nesse prazo como desistência tácita;

12.1.3. se recusar a iniciar o estágio na data, local e horário e demais condições estipuladas no termo de compromisso;

12.1.4. desistir da oportunidade de estágio;

12.1.5. não apresentar, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado a partir do chamamento para a admissão, os documentos relacionados no Decreto Judiciário 345/2019 e no Edital de Abertura, ou incompatibilidade desses com as informações prestadas no formulário de inscrição;

12.1.6. se recusar a ser contratado para unidade diversa à que deu origem ao processo seletivo, no caso de aproveitamento do processo seletivo por outra unidade, desde que previsto neste edital.

12.2. Haverá desclassificação do estudante em que for constatada:

12.2.1. incompatibilidade entre a área de conhecimento do seu curso e a área de atuação da vaga de estágio ofertada, ou entre os horários de estágio e das aulas;

12.2.2. inviabilidade da contratação ante o exíguo prazo existente até o encerramento do curso, vez que impossibilita a vivência na prática dos conteúdos acadêmicos, por falta de tempo hábil para a efetiva troca de experiências.

13. DO APROVEITAMENTO DO PROCESSO SELETIVO

13.1. O processo seletivo poderá ser aproveitado por outra unidade, desde que respeitada a ordem de classificação final.

13.2. Os candidatos poderão ser admitidos para unidade diversa a que deu origem ao procedimento, sendo que a discordância deste implicará na sua desclassificação.

13.3. O cadastro para aproveitamento das listas de classificados só poderá ser realizado mediante autorização explícita e nominal da unidade que realizou o processo seletivo.

14. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1. A realização de estágio não criará vínculo empregatício de qualquer natureza entre o estagiário e o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.

14.2. Não poderão ser admitidos os candidatos que realizam estágio em outro órgão público ou empresa privada, salvo se houver prévio desligamento.

14.3. É de inteira responsabilidade do candidato acompanhar todos os atos, os editais e os comunicados referentes a este processo seletivo que sejam publicados no sítio eletrônico do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.

14.3.1. O estudante compromete-se a ler atentamente as orientações elencadas no endereço <https://www.tjpr.jus.br/estagiario>.

14.4. A aprovação e classificação geram ao candidato apenas a expectativa de contratação.

14.5. O Tribunal de Justiça do Estado do Paraná se reserva o direito de proceder às contratações em quantidade que atendam às necessidades do serviço, de acordo com a disponibilidade orçamentária e as vagas existentes.

14.6. Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.

ANEXO I - CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS;

APLICATIVOS OFFICE;

MICROSOFT WINDOWS 10;

ESTRUTURAÇÃO DE REDE.

RELAÇÃO CLIENTE / SERVIDOR;

CABEAMENTO ESTRUTURADO;

SERVIDORES;

CONCEITO DE TELEFONIA IP;

IMPRESSORAS EM REDE;

ATENDIMENTO AO USUÁRIO;

ATENDIMENTO TELEFÔNICO;

CONCEITO DE ATENDIMENTO AO CLIENTE.

Curitiba, 21 de setembro de 2021.

LEANDRO ROBERTO HURYN

Chefe da Divisão de Estágio

Departamento de Gestão de Recursos Humanos

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ

EDITAL DE ABERTURA

PROCESSO SELETIVO DE ESTAGIÁRIOS

SECRETARIA DA DIREÇÃO DO FÓRUM DO FORO REGIONAL DE IBIPORÁ DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE LONDRINA

EDITAL Nº 2044/2021

SEI/TJPR Nº 0105398-25.2021.8.16.6000

O Departamento de Gestão de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições, torna público o edital de abertura de processo seletivo de estudantes, mediante as disposições da Lei Federal nº 11.788/2008, do Enunciado Administrativo nº 7/2008 e da Resolução nº 7/2005, ambos do Conselho Nacional de Justiça, bem como do Decreto Judiciário nº 345/2019.

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. O processo seletivo de estagiários será regido por este edital de abertura.

1.2. O processo de seleção destina-se ao preenchimento de vagas e/ou formação de cadastro de reserva de estágio não obrigatório remunerado, destinado a estudantes de nível superior de graduação em Psicologia, cursando do 4º (quarto) ao 6º (sexto) semestre no ato da inscrição.

1.2.1. Na classificação final constarão apenas os 10 (dez) melhores classificados.

1.3. O processo seletivo terá validade de 6 (seis) meses, prorrogável por igual período, a contar da publicação do Edital de Classificação Final.

1.4. Poderá participar do processo seletivo o estudante que, quando do chamamento para contratação, possua idade mínima de 16 (dezesseis) anos e esteja regularmente matriculado e com frequência efetiva em cursos, presenciais ou à distância, de instituições de ensino conveniadas com o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, ou devidamente inscritas no Ministério da Educação (MEC) ou Secretaria Estadual de Educação (SEED).

2. DA RESERVA DE VAGAS

2.1. Será reservado o seguinte percentual de vagas:

2.1.1. 30% (trinta por cento) das vagas aos negros;

2.1.2. 10% (dez por cento) das vagas às pessoas com deficiência (PcD), nos termos do § 5º do art. 16 da Lei Federal nº 11.788/2008, cuja ocupação considerará as competências e necessidades especiais do estagiário, as atividades e necessidades próprias das unidades organizacionais.

2.2. As vagas reservadas que não forem preenchidas serão destinadas à ampla concorrência, observada a ordem geral de classificação.

3. DO ESTÁGIO

3.1. O estudante de nível superior de graduação terá carga horária de 5 (cinco) horas diárias e 25 (vinte e cinco) horas semanais.

3.2. O estagiário fará jus ao recebimento de auxílio-transporte no valor de R\$ 8,50 (oito reais e cinquenta centavos) por dia efetivamente estagiado.

3.3. O valor da bolsa-auxílio mensal para estagiários de graduação será de R\$ 1.050,84 (mil e cinquenta reais e oitenta e quatro centavos).

3.4. O estagiário estará coberto por apólice de seguro contra acidentes pessoais, em caso de morte acidental, invalidez permanente total ou parcial por acidente e em caso de despesas médico-hospitalares, que porventura ocorram durante a realização do estágio.

3.5. O período de estágio não excederá a 2 (dois) anos, exceto quando se tratar de pessoa com deficiência (PcD).

4. DAS INSCRIÇÕES

4.1. As inscrições serão gratuitas e deverão ser efetuadas exclusivamente via Internet.

4.2. Para se inscrever o candidato deverá preencher e enviar o formulário de inscrição disponível na página do processo seletivo, endereço eletrônico <http://tjpr.mestregre.com.br/>.

4.3. As inscrições estarão disponíveis da 00h00min de 11/10/2021 às 23h59min de 17/10/2021.

4.4. O prazo de inscrição poderá ser modificado a critério da Administração.

4.5. Somente serão processadas as inscrições preenchidas em consonância com o estabelecido no presente edital, sendo que as informações prestadas pelo candidato serão de sua inteira responsabilidade, podendo o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, na forma da lei, excluir do processo seletivo o candidato que fornecer dados inverídicos.

4.5.1. As informações fornecidas no formulário de inscrição que estiverem em desacordo com o Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral no CPF, ou mesmo que não puderem ser verificadas em consulta à Secretaria da Receita Federal do Brasil, endereço eletrônico <https://servicos.receita.fazenda.gov.br/Servicos/CPF/>, por eventual equívoco no preenchimento dos dados, poderão ser indeferidas.

4.6. O candidato que efetivar mais de uma inscrição para o mesmo edital, terá somente a última inscrição validada.

4.7. O Tribunal de Justiça do Estado do Paraná não se responsabiliza por solicitação de inscrição não recebida por motivos de ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação da rede, congestionamento da Internet, bem como outros fatores que impossibilitem a transferência de dados.

4.8. Serão indeferidas as inscrições de candidatos cujo curso não guarde relação com a área de atuação da vaga ofertada.

4.9. Poderão concorrer às vagas reservadas a candidatos negros aqueles que se autodeclararem pretos ou pardos no ato da inscrição, conforme o quesito cor ou raça utilizado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

4.10. A pessoa com deficiência (PcD) deverá declarar essa condição no ato de inscrição, nos termos e definições do Decreto Federal nº 3.298/1999.

4.11. Na hipótese de constatação de declaração falsa, o candidato será eliminado do processo seletivo, e se admitido, ficará sujeito à rescisão do seu termo de compromisso de estágio, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.

5. DAS PROVAS

5.1. O instrumento de seleção compreenderá duas fases.

5.1.1. Na primeira fase será realizada prova cujas questões se enquadram no conteúdo programático constante no ANEXO I.

5.1.2. Na segunda fase será realizada entrevista com a autoridade solicitante, conforme Art. 14 do Decreto Judiciário nº 345/2019.

5.2. A prova será realizada na modalidade à distância, e ficará disponível da 00h00min de 26/10/2021 às 23h59min de 27/10/2021.

5.2.1. A prova on-line terá duração máxima de 02h00min.

5.3. A prova on-line será composta por 2 (duas) questões discursivas.

5.4. A prova possui caráter eliminatório e classificatório.

5.5. A prova deverá ser realizada sem consulta.

5.6. Compete ao candidato acompanhar a divulgação das informações relativas ao processo seletivo, inclusive eventuais alterações referentes à realização da prova no sítio eletrônico do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.

6. DA REALIZAÇÃO DAS PROVAS

6.1. Para realização da prova on-line o candidato deverá seguir as orientações de acesso à plataforma conforme a página do processo seletivo.

6.1.1. As provas ficarão disponíveis na plataforma junto ao menu **ATIVIDADES**, mediante acesso ao endereço eletrônico <http://mgr.mestregre.com.br/> com login e senha cadastrados no formulário de inscrição.

6.2. O candidato deverá certificar-se previamente dos seguintes requisitos mínimos de tecnologia:

- a) Microcomputador (desktop ou notebook);
- b) Navegadores Mozilla Firefox, Google Chrome ou Microsoft Edge atualizados;
- c) Teclado Português (Brasil ABNT ou ABNT 2);
- d) Acesso ininterrupto à internet mediante conexão de dados de pelo menos 1mbps.
- e) Dispositivo para captura e gravação de imagens em tempo real (webcam).

6.3. É de inteira responsabilidade do candidato a adequação dos dispositivos de acesso à plataforma com as configurações mínimas estipuladas.

6.3.1. O Tribunal de Justiça do Estado do Paraná não se responsabiliza por eventuais inconformidades decorrentes da utilização de aparato tecnológico diferente do especificado, por problemas de ordem técnica, quedas de conexão e/ou energia durante a realização das provas.

6.4. A plataforma on-line dispõe de mecanismos de segurança que poderão ser utilizados durante a realização da prova, como o travamento de consulta a outros navegadores, abas de navegação ou outros aplicativos.

6.5. Será obrigatória a utilização de webcam durante a realização da prova escrita.

6.5.1. Durante a realização da prova serão obtidas fotos em curtos intervalos de tempo, que serão armazenadas em sigilo junto à plataforma para posterior análise.

6.6. O candidato deverá certificar-se que o ambiente em que realizará a prova fique isolado do contato com outras pessoas, sob pena de eliminação do processo seletivo.

6.7. A contagem do tempo para resolução das questões da prova terá início quando o candidato clicar no ícone **COMEÇAR AGORA**.

6.7.1. A partir do início da resolução das questões, não será possível interromper a contagem do tempo previsto para duração da prova.

6.8. Ao responder todas as questões, o candidato deverá clicar no ícone **ENTREGAR AGORA!**.

6.9. Será eliminado do processo seletivo o candidato que se utilizar de meios ilícitos para obter vantagem na realização da prova (consulta a materiais não previstos neste edital, utilização de outros aparelhos eletrônicos, telefones celulares, consulta a candidatos ou a outras pessoas, repasse de informações, entre outros julgados impróprios pela Administração).

6.9.1. A prova poderá ser bloqueada após tentativa de consulta a outros navegadores, abas de navegação ou outros aplicativos.

6.10. O Tribunal de Justiça do Estado do Paraná não se responsabiliza pela resolução da prova on-line não recebida por motivos de ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação da rede, congestionamento da Internet, bem como outros fatores que impossibilitem a transferência de dados.

7. DA CONVOCAÇÃO PARA ENTREVISTA

7.1. A classificação da prova on-line considerará os candidatos que obtiverem pontuação igual ou superior a 60% (sessenta por cento) de aproveitamento total da prova escrita, observada a reserva de vagas, limitado aos 10 (dez) melhores classificados.

7.1.1. Havendo candidatos empatados com a nota de corte do último classificado, serão convocados para entrevista todos aqueles empatados com a mesma nota do último classificado.

7.1.2. O candidato que não comparecer à convocação para entrevista, bem como aquele que não obtiver aproveitamento igual ou superior a 60% (sessenta por cento) da pontuação total da etapa, será desclassificado do processo seletivo.

7.2. Os estudantes classificados serão convocados para entrevista com a autoridade solicitante, ou a quem ele delegar, que analisará exclusivamente a aptidão do candidato para a vaga, conforme as demandas da unidade e o perfil acadêmico desejado.

7.3. Os dados para realização da entrevista serão divulgados por meio de documento oficial de convocação para entrevista.

7.4. O entrevistador atribuirá pontuação em escala equivalente à pontuação da prova escrita.

8. DA CLASSIFICAÇÃO FINAL

8.1. A classificação final do processo seletivo considerará a média aritmética das pontuações obtidas na prova escrita e na entrevista, dentre os candidatos que obtiverem pontuação igual ou superior a 60% (sessenta por cento) de aproveitamento total e em cada uma das etapas, limitada apenas aos 10 (dez) melhores classificados, bem como respeitada a reserva de vagas.

8.2. O Edital de Classificação Final será publicado no Diário de Justiça Eletrônico (e-DJ) e divulgado no sítio eletrônico do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, contendo a ordem de classificação, o número de inscrição, o nome completo do candidato e a nota final.

8.3. Ocorrendo empate, será classificado, prioritariamente, o candidato com maior idade, considerando ano, mês, dia, hora e minuto de nascimento.

8.3.1. Poderá ser exigida a comprovação da idade mediante certidão de nascimento.

8.4. Os candidatos a que se destinam a reservas de vagas constarão em listagem geral e, caso a quantidade de classificados se enquadre nos percentuais das reservas, em listagens específicas.

9. DOS REQUISITOS PARA ADMISSÃO

9.1. Por ocasião da admissão, após a aprovação no processo seletivo, o estudante deverá comprovar:

9.1.1. idade mínima de dezesseis anos completos, mediante apresentação do documento de Registro Geral (RG), emitido pela Secretaria de Estado da Segurança Pública (SESP);

9.1.2. inscrição no Cadastro de Pessoa Física (CPF), mediante a apresentação de comprovante de situação cadastral, emitido, em até 30 (trinta) dias, pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB);

9.1.3. inscrição perante a Justiça Eleitoral, para os maiores de 19 anos, mediante a apresentação do título de eleitor;

9.1.4. estar em dia com as suas obrigações militares, para os brasileiros maiores de 19 anos, mediante a apresentação de certificado de alistamento, nos limites de sua validade, certificado de reservista, certificado de isenção ou certificado de dispensa de incorporação;

9.1.5. matrícula e frequência regular e compatibilidade entre o curso e a vaga de estágio ofertada, mediante apresentação de atestado, comprovante ou declaração atualizados, emitidos, em até 30 (trinta) dias, pela instituição de ensino;

9.1.6. residência, por meio de comprovante ou declaração atualizados, emitido em até 30 (trinta) dias;

9.1.7. celebração de termo de compromisso entre o estudante, o Tribunal de Justiça e a instituição de ensino;

9.1.8. a ausência de registro de antecedentes criminais, para os maiores de dezoito anos, mediante apresentação de certidão negativa, emitida em até 30 (trinta) dias, ressalvado o art. 5º, inciso LVII, da CF/88;

9.1.9. não se enquadrar nas causas de impedimento previstas no Decreto Judiciário nº 345/2019, por meio de declaração escrita, conforme modelo disponível no site do TJPR.

10. DO CHAMAMENTO PARA ADMISSÃO

10.1. A unidade requisitante do processo seletivo será responsável pelo chamamento para admissão do candidato aprovado, obedecida a ordem de classificação, por meio

de telefone e de mensagem encaminhada ao correio eletrônico (e-mail) cadastrado pelo candidato no momento da inscrição.

10.2. É de responsabilidade do candidato fornecer, no ato da inscrição, no campo apropriado, correio eletrônico (e-mail) válido, o qual será utilizado para o chamamento e assinatura do termo de compromisso de estágio.

10.3. É de responsabilidade do candidato comunicar, à unidade requisitante do processo seletivo, a alteração dos dados de contato (correio eletrônico, endereço residencial, telefone fixo, telefone celular), sob pena de desclassificação do certame decorrente do não atendimento ao chamamento formulado por meio dos citados endereços e telefones.

10.4. Os candidatos classificados deverão ser admitidos de forma alternada, ou seja, candidatos da lista geral e, subsequentemente, da lista específica, em conformidade com o percentual mencionado na reserva de vagas.

10.5. A pessoa com deficiência (PcD) aprovada deverá apresentar a via original do laudo médico comprobatório, objetivando verificação, pelo Centro de Assistência Médica e Social, se a deficiência se enquadra nos termos do art. 4º do Decreto Federal nº 3.298/1999.

10.6. O horário das atividades de estágio deverá obedecer ao contido no termo de compromisso de estágio.

10.7. A admissão será mais célere quando do chamamento o estudante entregar à sua futura chefia toda a documentação elencada neste edital, que deverá estar correta e atualizada. São documentos obrigatórios:

10.7.1. documento de Registro Geral (RG);

10.7.2. comprovante de situação cadastral no CPF, emitido em até 30 dias;

10.7.3. título de eleitor, para os maiores de 19 anos de idade;

10.7.4. certificado de alistamento, de reservista, de isenção ou de dispensa da corporação, para os maiores de 19 anos de idade, até o limite de 45 anos;

10.7.5. certidão de casamento, com ou sem averbação, para os casados, separados, divorciados e viúvos.

11. DAS VEDAÇÕES

11.1. É vedada, em qualquer modalidade de estágio, a contratação, o remanejamento e a permuta de estagiário para atuar, sob orientação ou supervisão, diretamente subordinado a membros do Poder Judiciário ou a servidor investido em cargo de direção, chefia ou assessoramento que lhe seja cônjuge, companheiro ou parente até o terceiro grau, inclusive, por consanguinidade ou afinidade.

11.1.1. O estagiário não poderá prestar atividades de estágio na mesma unidade em que estiver lotado seu cônjuge, companheiro ou parente até o terceiro grau, inclusive, por consanguinidade ou afinidade, ainda que não investido em cargo de direção, chefia ou assessoramento.

11.2. É vedada a admissão de estudante vinculado a escritório de advocacia e a processos em andamento na Justiça Estadual do Paraná, como procurador das partes.

11.3. É vedada a cumulação das atribuições de estagiário e juiz leigo, e de estagiário e de oficial de justiça *ad hoc*.

11.4. É vedado ao estagiário iniciar as atividades de estágio:

11.4.1. sem a formalização do termo de compromisso, que se dará com as assinaturas de todas as partes interessadas (estudante, supervisor de estágio e instituição de ensino);

11.4.2. previamente ao início da vigência do termo de compromisso;

11.4.3. antes da finalização do procedimento de admissão, junto ao Sistema Hércules, ou seja, após a homologação do termo de compromisso de estágio e plano de estágio (TCE/PE), pela Divisão de Estágio.

11.5. É vedado ao estagiário continuar a prestar atividades de estágio:

11.5.1. após o término da vigência do termo de compromisso, enquanto ainda não formalizado o plano de estágio aditivo (PEA) de prorrogação da vigência do estágio ou o novo termo de compromisso de estágio e plano de estágio (TCE/PE), na hipótese de ocorrer a recontração do estagiário, nos casos de renovação do estágio e/ou alteração de curso e/ou de instituição de ensino, conforme o artigo 36, §§ 3º e 4º.

11.5.2. previamente ao início da vigência do novo termo de compromisso, no caso de recontração;

11.5.3. após a denúncia do termo de compromisso, em decorrência da conclusão ou do abandono do curso, do trancamento da matrícula, da transferência de instituição de ensino e da mudança de curso;

11.5.4. antes da finalização do procedimento de renovação ou de recontração, junto ao Sistema Hércules, ou seja, após a homologação do termo do plano de estágio aditivo (PEA) ou do novo termo de compromisso de estágio e plano de estágio (TCE/PE), pela Divisão de Estágio.

12. DA DESCLASSIFICAÇÃO

12.1. Será desclassificado do processo seletivo o estudante que:

12.1.1. não for localizado, quando do chamamento para a admissão, dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, em decorrência de correio eletrônico (e-mail) ou telefone desatualizados, incorretos ou incompletos;

12.1.2. for localizado, mas deixar de manifestar por escrito à unidade concedente, mediante e-mail, no prazo de até 02 (dois) dias úteis, sua vontade de assumir a vaga de estágio, reputando-se a ausência de manifestação nesse prazo como desistência tácita;

12.1.3. se recusar a iniciar o estágio na data, local e horário e demais condições estipuladas no termo de compromisso;

12.1.4. desistir da oportunidade de estágio;

12.1.5. não apresentar, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado a partir do chamamento para a admissão, os documentos relacionados no Decreto Judiciário 345/2019 e no Edital de Abertura, ou incompatibilidade desses com as informações prestadas no formulário de inscrição;

12.1.6. se recusar a ser contratado para unidade diversa à que deu origem ao processo seletivo, no caso de aproveitamento do processo seletivo por outra unidade, desde que previsto neste edital.

12.2. Haverá desclassificação do estudante em que for constatada:

12.2.1. incompatibilidade entre a área de conhecimento do seu curso e a área de atuação da vaga de estágio ofertada, ou entre os horários de estágio e das aulas;

12.2.2. inviabilidade da contratação ante o exíguo prazo existente até o encerramento do curso, vez que impossibilita a vivência na prática dos conteúdos acadêmicos, por falta de tempo hábil para a efetiva troca de experiências.

13. DO APROVEITAMENTO DO PROCESSO SELETIVO

13.1. O processo seletivo poderá ser aproveitado por outra unidade, desde que respeitada a ordem de classificação final.

13.2. Os candidatos poderão ser admitidos para unidade diversa a que deu origem ao procedimento, sendo que a discordância deste implicará na sua desclassificação.

13.3. O cadastro para aproveitamento das listas de classificados só poderá ser realizado mediante autorização explícita e nominal da unidade que realizou o processo seletivo.

14. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1. A realização de estágio não criará vínculo empregatício de qualquer natureza entre o estagiário e o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.

14.2. Não poderão ser admitidos os candidatos que realizam estágio em outro órgão público ou empresa privada, salvo se houver prévio desligamento.

14.3. É de inteira responsabilidade do candidato acompanhar todos os atos, os editais e os comunicados referentes a este processo seletivo que sejam publicados no sítio eletrônico do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.

14.3.1. O estudante compromete-se a ler atentamente as orientações elencadas no endereço <https://www.tjpr.jus.br/estagiario>.

14.4. A aprovação e classificação geram ao candidato apenas a expectativa de contratação.

14.5. O Tribunal de Justiça do Estado do Paraná se reserva o direito de proceder às contratações em quantidade que atendam às necessidades do serviço, de acordo com a disponibilidade orçamentária e as vagas existentes.

14.6. Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.

ANEXO I - CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA Lei nº 8069/1990); Atuação do psicólogo no judiciário. Elaboração e redação de documentos psicológicos (Resolução nº 06/2019 do CFP). Lei da Alienação Parental (Lei nº 12318/2010).

Curitiba, 20 de setembro de 2021.

LEANDRO ROBERTO HURYN

Chefe da Divisão de Estágio

Departamento de Gestão de Recursos Humanos

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ

EDITAL DE ABERTURA

PROCESSO SELETIVO DE ESTAGIÁRIOS

GABINETE DA JUÍZA DE DIREITO SUBSTITUTA CAROLINA FONTES VIEIRA, DA 1ª SEÇÃO JUDICIÁRIA COM SEDE NO FORO CENTRAL DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA

EDITAL Nº 2062/2021

SEI/TJPR Nº 0106686-08.2021.8.16.6000

O Departamento de Gestão de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições, torna público o edital de abertura de processo seletivo de estudantes, mediante as disposições da Lei Federal nº 11.788/2008, do Enunciado Administrativo nº 7/2008 e da Resolução nº 7/2005, ambos do Conselho Nacional de Justiça, bem como do Decreto Judiciário nº 345/2019.

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. O processo seletivo de estagiários será regido por este edital de abertura.

1.2. O processo de seleção destina-se ao preenchimento de vagas e/ou formação de cadastro de reserva de estágio não obrigatório remunerado, destinado a estudantes de nível superior de graduação em Direito, cursando do 7º (sétimo) ao 8º (oitavo) semestre no ato da inscrição.

1.2.1. Na classificação final constarão apenas os 10 (dez) melhores classificados.

1.3. O processo seletivo terá validade de 6 (seis) meses, prorrogável por igual período, a contar da publicação do Edital de Classificação Final.

1.4. Poderá participar do processo seletivo o estudante que, quando do chamamento para contratação, possua idade mínima de 16 (dezesseis) anos e esteja regularmente matriculado e com frequência efetiva em cursos, presenciais ou à distância, de instituições de ensino conveniadas com o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, ou devidamente inscritas no Ministério da Educação (MEC) ou Secretaria Estadual de Educação (SEED).

2. DA RESERVA DE VAGAS

2.1. Será reservado o seguinte percentual de vagas:

2.1.1. 30% (trinta por cento) das vagas aos negros;

2.1.2. 10% (dez por cento) das vagas às pessoas com deficiência (PcD), nos termos do § 5º do art. 16 da Lei Federal nº 11.788/2008, cuja ocupação considerará as competências e necessidades especiais do estagiário, as atividades e necessidades próprias das unidades organizacionais.

2.2. As vagas reservadas que não forem preenchidas serão destinadas à ampla concorrência, observada a ordem geral de classificação.

3. DO ESTÁGIO

3.1. O estudante de nível superior de graduação terá carga horária de 5 (cinco) horas diárias e 25 (vinte e cinco) horas semanais.

3.2. O estagiário fará jus ao recebimento de auxílio-transporte no valor de R\$ 8,50 (oito reais e cinquenta centavos) por dia efetivamente estagiado.

3.3. O valor da bolsa-auxílio mensal para estagiários de graduação será de R\$ 1.050,84 (mil e cinquenta reais e oitenta e quatro centavos).

3.4. O estagiário estará coberto por apólice de seguro contra acidentes pessoais, em caso de morte acidental, invalidez permanente total ou parcial por acidente e em caso de despesas médico-hospitalares, que porventura ocorram durante a realização do estágio.

3.5. O período de estágio não excederá a 2 (dois) anos, exceto quando se tratar de pessoa com deficiência (PcD).

4. DAS INSCRIÇÕES

4.1. As inscrições serão gratuitas e deverão ser efetuadas exclusivamente via Internet.

4.2. Para se inscrever o candidato deverá preencher e enviar o formulário de inscrição disponível na página do processo seletivo, endereço eletrônico <http://tjpr.mestregre.com.br/>.

4.3. As inscrições estarão disponíveis da 00h00min de 27/09/2021 às 23h59min de 30/09/2021.

4.4. O prazo de inscrição poderá ser modificado a critério da Administração.

4.5. Somente serão processadas as inscrições preenchidas em consonância com o estabelecido no presente edital, sendo que as informações prestadas pelo candidato serão de sua inteira responsabilidade, podendo o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, na forma da lei, excluir do processo seletivo o candidato que fornecer dados inverídicos.

4.5.1. As informações fornecidas no formulário de inscrição que estiverem em desacordo com o Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral no CPF, ou mesmo que não puderem ser verificadas em consulta à Secretaria da Receita Federal do Brasil, endereço eletrônico <https://servicos.receita.fazenda.gov.br/Servicos/CPF/>, por eventual equívoco no preenchimento dos dados, poderão ser indeferidas.

4.6. O candidato que efetivar mais de uma inscrição para o mesmo edital, terá somente a última inscrição validada.

4.7. O Tribunal de Justiça do Estado do Paraná não se responsabiliza por solicitação de inscrição não recebida por motivos de ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação da rede, congestionamento da Internet, bem como outros fatores que impossibilitem a transferência de dados.

4.8. Serão indeferidas as inscrições de candidatos cujo curso não guarde relação com a área de atuação da vaga ofertada.

4.9. Poderão concorrer às vagas reservadas a candidatos negros aqueles que se autodeclararem pretos ou pardos no ato da inscrição, conforme o quesito cor ou raça utilizado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

4.10. A pessoa com deficiência (PcD) deverá declarar essa condição no ato de inscrição, nos termos e definições do Decreto Federal nº 3.298/1999.

4.11. Na hipótese de constatação de declaração falsa, o candidato será eliminado do processo seletivo, e se admitido, ficará sujeito à rescisão do seu termo de compromisso de estágio, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.

5. DAS PROVAS

5.1. O instrumento de seleção compreenderá duas fases.

5.1.1. Na primeira fase será realizada prova cujas questões se enquadram no conteúdo programático constante no ANEXO I.

5.1.2. Na segunda fase será realizada entrevista com a autoridade solicitante, conforme Art. 14 do Decreto Judiciário nº 345/2019.

5.2. A prova será realizada na modalidade à distância, e ficará disponível em 05/10/2021, das 00h00min às 23h59min.

5.2.1. A prova on-line terá duração máxima de 04h00min.

5.3. A prova on-line será composta por 10 (dez) questões objetivas e 2 (duas) questões discursivas.

5.4. A prova possui caráter eliminatório e classificatório.

5.5. A prova deverá ser realizada sem consulta.

5.6. Compete ao candidato acompanhar a divulgação das informações relativas ao processo seletivo, inclusive eventuais alterações referentes à realização da prova no site eletrônico do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.

6. DA REALIZAÇÃO DAS PROVAS

6.1. Para realização da prova on-line o candidato deverá seguir as orientações de acesso à plataforma conforme a página do processo seletivo.

6.1.1. As provas ficarão disponíveis na plataforma junto ao menu **ATIVIDADES**, mediante acesso ao endereço eletrônico <http://mgr.mestregre.com.br/> com login e senha cadastrados no formulário de inscrição.

6.2. O candidato deverá certificar-se previamente dos seguintes requisitos mínimos de tecnologia:

a) Microcomputador (desktop ou notebook);

b) Navegadores Mozilla Firefox, Google Chrome ou Microsoft Edge atualizados;

c) Teclado Português (Brasil ABNT ou ABNT 2);

d) Acesso ininterrupto à internet mediante conexão de dados de pelo menos 1mbps.

e) Dispositivo para captura e gravação de imagens em tempo real (webcam).

6.3. É de inteira responsabilidade do candidato a adequação dos dispositivos de acesso à plataforma com as configurações mínimas estipuladas.

6.3.1. O Tribunal de Justiça do Estado do Paraná não se responsabiliza por eventuais inconformidades decorrentes da utilização de aparato tecnológico diferente do especificado, por problemas de ordem técnica, quedas de conexão e/ou energia durante a realização das provas.

6.4. A plataforma on-line dispõe de mecanismos de segurança que poderão ser utilizados durante a realização da prova, como o travamento de consulta a outros navegadores, abas de navegação ou outros aplicativos.

6.5. Será obrigatória a utilização de webcam durante a realização da prova escrita.

6.5.1. Durante a realização da prova serão obtidas fotos em curtos intervalos de tempo, que serão armazenadas em sigilo junto à plataforma para posterior análise.

6.6. O candidato deverá certificar-se que o ambiente em que realizará a prova fique isolado do contato com outras pessoas, sob pena de eliminação do processo seletivo.

6.7. A contagem do tempo para resolução das questões da prova terá início quando o candidato clicar no ícone **COMEÇAR AGORA**.

6.7.1. A partir do início da resolução das questões, não será possível interromper a contagem do tempo previsto para duração da prova.

6.8. Ao responder todas as questões, o candidato deverá clicar no ícone **ENTREGAR AGORA**.

6.9. Será eliminado do processo seletivo o candidato que se utilizar de meios ilícitos para obter vantagem na realização da prova (consulta a materiais não previstos neste edital, utilização de outros aparelhos eletrônicos, telefones celulares, consulta a candidatos ou a outras pessoas, repasse de informações, entre outros julgados impróprios pela Administração).

6.9.1. A prova poderá ser bloqueada após tentativa de consulta a outros navegadores, abas de navegação ou outros aplicativos.

6.10. O Tribunal de Justiça do Estado do Paraná não se responsabiliza pela resolução da prova on-line não recebida por motivos de ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação da rede, congestionamento da Internet, bem como outros fatores que impossibilitem a transferência de dados.

7. DA CONVOCAÇÃO PARA ENTREVISTA

7.1. A classificação da prova on-line considerará os candidatos que obtiverem pontuação igual ou superior a 60% (sessenta por cento) de aproveitamento total da prova escrita, observada a reserva de vagas, limitado aos 10 (dez) melhores classificados.

7.1.1. Havendo candidatos empatados com a nota de corte do último classificado, serão convocados para entrevista todos aqueles empatados com a mesma nota do último classificado.

7.1.2. O candidato que não comparecer à convocação para entrevista, bem como aquele que não obtiver aproveitamento igual ou superior a 60% (sessenta por cento) da pontuação total da etapa, será desclassificado do processo seletivo.

7.2. Os estudantes classificados serão convocados para entrevista com a autoridade solicitante, ou a quem ele delegar, que analisará exclusivamente a aptidão do candidato para a vaga, conforme as demandas da unidade e o perfil acadêmico desejado.

7.3. Os dados para realização da entrevista serão divulgados por meio de documento oficial de convocação para entrevista.

7.4. O entrevistador atribuirá pontuação em escala equivalente à pontuação da prova escrita.

8. DA CLASSIFICAÇÃO FINAL

8.1. A classificação final do processo seletivo considerará a média aritmética das pontuações obtidas na prova escrita e na entrevista, dentre os candidatos que obtiverem pontuação igual ou superior a 60% (sessenta por cento) de aproveitamento total e em cada uma das etapas, limitada apenas aos 10 (dez) melhores classificados, bem como respeitada a reserva de vagas.

8.2. O Edital de Classificação Final será publicado no Diário de Justiça Eletrônico (e-DJ) e divulgado no site eletrônico do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, contendo a ordem de classificação, o número de inscrição, o nome completo do candidato e a nota final.

8.3. Havendo candidatos empatados com a nota de corte do último classificado, constarão na classificação final todos aqueles empatados com a mesma nota do último classificado. Será classificado, prioritariamente, o candidato com maior idade, considerando ano, mês, dia, hora e minuto de nascimento.

8.3.1. Poderá ser exigida a comprovação da idade mediante certidão de nascimento.

8.4. Os candidatos a que se destinam a reservas de vagas constarão em listagem geral e, caso a quantidade de classificados se enquadre nos percentuais das reservas, em listagens específicas.

9. DOS REQUISITOS PARA ADMISSÃO

9.1. Por ocasião da admissão, após a aprovação no processo seletivo, o estudante deverá comprovar:

9.1.1. idade mínima de dezoito anos completos, mediante apresentação do documento de Registro Geral (RG), emitido pela Secretaria de Estado da Segurança Pública (SESP);

9.1.2. inscrição no Cadastro de Pessoa Física (CPF), mediante a apresentação de comprovante de situação cadastral, emitido, em até 30 (trinta) dias, pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB);

9.1.3. inscrição perante a Justiça Eleitoral, para os maiores de 19 anos, mediante a apresentação do título de eleitor;

9.1.4. estar em dia com as suas obrigações militares, para os brasileiros maiores de 19 anos, mediante a apresentação de certificado de alistamento, nos limites de sua validade, certificado de reservista, certificado de isenção ou certificado de dispensa de incorporação;

9.1.5. matrícula e frequência regular e compatibilidade entre o curso e a vaga de estágio ofertada, mediante apresentação de atestado, comprovante ou declaração atualizados, emitidos, em até 30 (trinta) dias, pela instituição de ensino;

9.1.6. residência, por meio de comprovante ou declaração atualizados, emitido em até 30 (trinta) dias;

9.1.7. celebração de termo de compromisso entre o estudante, o Tribunal de Justiça e a instituição de ensino;

9.1.8. a ausência de registro de antecedentes criminais, para os maiores de dezoito anos, mediante apresentação de certidão negativa, emitida em até 30 (trinta) dias, ressalvado o art. 5º, inciso LVII, da CF/88;

9.1.9. não se enquadrar nas causas de impedimento previstas no Decreto Judiciário nº 345/2019, por meio de declaração escrita, conforme modelo disponível no site do TJPR.

10. DO CHAMAMENTO PARA ADMISSÃO

10.1. A unidade requisitante do processo seletivo será responsável pelo chamamento para admissão do candidato aprovado, obedecida a ordem de classificação, por meio de telefone e de mensagem encaminhada ao correio eletrônico (e-mail) cadastrado pelo candidato no momento da inscrição.

10.2. É de responsabilidade do candidato fornecer, no ato da inscrição, no campo apropriado, correio eletrônico (e-mail) válido, o qual será utilizado para o chamamento e assinatura do termo de compromisso de estágio.

10.3. É de responsabilidade do candidato comunicar, à unidade requisitante do processo seletivo, a alteração dos dados de contato (correio eletrônico, endereço residencial, telefone fixo, telefone celular), sob pena de desclassificação do certame decorrente do não atendimento ao chamamento formulado por meio dos citados endereços e telefones.

10.4. Os candidatos classificados deverão ser admitidos de forma alternada, ou seja, candidatos da lista geral e, subsequentemente, da lista específica, em conformidade com o percentual mencionado na reserva de vagas.

10.5. A pessoa com deficiência (PcD) aprovada deverá apresentar a via original do laudo médico comprobatório, objetivando verificação, pelo Centro de Assistência Médica e Social, se a deficiência se enquadra nos termos do art. 4º do Decreto Federal nº 3.298/1999.

10.6. O horário das atividades de estágio deverá obedecer ao contido no termo de compromisso de estágio.

10.7. A admissão será mais célere quando do chamamento o estudante entregar à sua futura chefia toda a documentação elencada neste edital, que deverá estar correta e atualizada. São documentos obrigatórios:

10.7.1. documento de Registro Geral (RG);

10.7.2. comprovante de situação cadastral no CPF, emitido em até 30 dias;

10.7.3. título de eleitor, para os maiores de 19 anos de idade;

10.7.4. certificado de alistamento, de reservista, de isenção ou de dispensa da corporação, para os maiores de 19 anos de idade, até o limite de 45 anos;

10.7.5. certidão de casamento, com ou sem averbação, para os casados, separados, divorciados e viúvos.

11. DAS VEDAÇÕES

11.1. É vedada, em qualquer modalidade de estágio, a contratação, o remanejamento e a permuta de estagiário para atuar, sob orientação ou supervisão, diretamente subordinado a membros do Poder Judiciário ou a servidor investido em cargo de direção, chefia ou assessoramento que lhe seja cônjuge, companheiro ou parente até o terceiro grau, inclusive, por consanguinidade ou afinidade.

11.1.1. O estagiário não poderá prestar atividades de estágio na mesma unidade em que estiver lotado seu cônjuge, companheiro ou parente até o terceiro grau, inclusive, por consanguinidade ou afinidade, ainda que não investido em cargo de direção, chefia ou assessoramento.

11.2. É vedada a admissão de estudante vinculado a escritório de advocacia e a processos em andamento na Justiça Estadual do Paraná, como procurador das partes.

11.3. É vedada a cumulação das atribuições de estagiário e juiz leigo, e de estagiário e de oficial de justiça *ad hoc*.

11.4. É vedado ao estagiário iniciar as atividades de estágio:

11.4.1. sem a formalização do termo de compromisso, que se dará com as assinaturas de todas as partes interessadas (estudante, supervisor de estágio e instituição de ensino);

11.4.2. previamente ao início da vigência do termo de compromisso;

11.4.3. antes da finalização do procedimento de admissão, junto ao Sistema Hércules, ou seja, após a homologação do termo de compromisso de estágio e plano de estágio (TCE/PE), pela Divisão de Estágio.

11.5. É vedado ao estagiário continuar a prestar atividades de estágio:

11.5.1. após o término da vigência do termo de compromisso, enquanto ainda não formalizado o plano de estágio aditivo (PEA) de prorrogação da vigência do estágio ou o novo termo de compromisso de estágio e plano de estágio (TCE/PE), na hipótese de ocorrer a recontração do estagiário, nos casos de renovação do estágio e/ou alteração de curso e/ou de instituição de ensino, conforme o artigo 36, §§ 3º e 4º.

11.5.2. previamente ao início da vigência do novo termo de compromisso, no caso de recontração;

11.5.3. após a denúncia do termo de compromisso, em decorrência da conclusão ou do abandono do curso, do trancamento da matrícula, da transferência de instituição de ensino e da mudança de curso;

11.5.4. antes da finalização do procedimento de renovação ou de recontração, junto ao Sistema Hércules, ou seja, após a homologação do termo do plano de estágio aditivo (PEA) ou do novo termo de compromisso de estágio e plano de estágio (TCE/PE), pela Divisão de Estágio.

12. DA DESCLASSIFICAÇÃO

12.1. Será desclassificado do processo seletivo o estudante que:

12.1.1. não for localizado, quando do chamamento para a admissão, dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, em decorrência de correio eletrônico (e-mail) ou telefone desatualizados, incorretos ou incompletos;

12.1.2. for localizado, mas deixar de manifestar por escrito à unidade concedente, mediante e-mail, no prazo de até 02 (dois) dias úteis, sua vontade de assumir a vaga de estágio, reputando-se a ausência de manifestação nesse prazo como desistência tácita;

12.1.3. se recusar a iniciar o estágio na data, local e horário e demais condições estipuladas no termo de compromisso;

12.1.4. desistir da oportunidade de estágio;

12.1.5. não apresentar, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado a partir do chamamento para a admissão, os documentos relacionados no Decreto Judiciário 345/2019 e no Edital de Abertura, ou incompatibilidade desses com as informações prestadas no formulário de inscrição;

12.1.6. se recusar a ser contratado para unidade diversa à que deu origem ao processo seletivo, no caso de aproveitamento do processo seletivo por outra unidade, desde que previsto neste edital.

12.2. Haverá desclassificação do estudante em que for constatada:

12.2.1. incompatibilidade entre a área de conhecimento do seu curso e a área de atuação da vaga de estágio ofertada, ou entre os horários de estágio e das aulas;

12.2.2. inviabilidade da contratação ante o exíguo prazo existente até o encerramento do curso, vez que impossibilita a vivência na prática dos conteúdos acadêmicos, por falta de tempo hábil para a efetiva troca de experiências.

13. DO APROVEITAMENTO DO PROCESSO SELETIVO

13.1. O processo seletivo poderá ser aproveitado por outra unidade, desde que respeitada a ordem de classificação final.

13.2. Os candidatos poderão ser admitidos para unidade diversa a que deu origem ao procedimento, sendo que a discordância deste implicará na sua desclassificação.

13.3. O cadastro para aproveitamento das listas de classificados só poderá ser realizado mediante autorização explícita e nominal da unidade que realizou o processo seletivo.

14. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1. A realização de estágio não criará vínculo empregatício de qualquer natureza entre o estagiário e o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.

14.2. Não poderão ser admitidos os candidatos que realizam estágio em outro órgão público ou empresa privada, salvo se houver prévio desligamento.

14.3. É de inteira responsabilidade do candidato acompanhar todos os atos, os editais e os comunicados referentes a este processo seletivo que sejam publicados no sítio eletrônico do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.

14.3.1. O estudante compromete-se a ler atentamente as orientações elencadas no endereço <https://www.tjpr.jus.br/estagiario>.

14.4. A aprovação e classificação geram ao candidato apenas a expectativa de contratação.

14.5. O Tribunal de Justiça do Estado do Paraná se reserva o direito de proceder às contratações em quantidade que atendam às necessidades do serviço, de acordo com a disponibilidade orçamentária e as vagas existentes.

14.6. Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.

ANEXO I - CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, Código Civil, Código de Processo Civil e Código de Defesa do Consumidor.

Curitiba, 22 de setembro de 2021.

LEANDRO ROBERTO HURYN

Chefe da Divisão de Estágio

Departamento de Gestão de Recursos Humanos

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ

EDITAL DE ABERTURA

PROCESSO SELETIVO DE ESTAGIÁRIOS SECRETARIA DO CÍVEL, DO CRIME E DO DISTRIBUIDOR E ANEXOS DO JUÍZO ÚNICO DE CATANDUVAS

EDITAL Nº 2042/2021

SEI/TJPR Nº 0105104-70.2021.8.16.6000

O Departamento de Gestão de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições, torna público o edital de abertura de processo seletivo de estudantes, mediante as disposições da Lei Federal nº 11.788/2008, do Enunciado Administrativo nº 7/2008 e da Resolução nº 7/2005, ambos do Conselho Nacional de Justiça, bem como do Decreto Judiciário nº 345/2019.

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. O processo seletivo de estagiários será regido por este edital de abertura.

1.2. O processo de seleção destina-se ao preenchimento de vagas e/ou formação de cadastro de reserva de estágio não obrigatório remunerado, destinado a estudantes de nível superior de graduação em Direito, cursando do 1º (primeiro) ao 8º (oitavo) semestre no ato da inscrição.

1.2.1. Na classificação final constarão todos os candidatos que atingirem a pontuação mínima.

1.3. O processo seletivo terá validade de 1 (um) ano, não prorrogável, a contar da publicação do Edital de Classificação Final.

1.4. Poderá participar do processo seletivo o estudante que, quando do chamamento para contratação, possua idade mínima de 16 (dezesesseis) anos e esteja regularmente matriculado e com frequência efetiva em cursos, presenciais ou à distância, de instituições de ensino conveniadas com o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, ou devidamente inscritas no Ministério da Educação (MEC) ou Secretaria Estadual de Educação (SEED).

2. DA RESERVA DE VAGAS

2.1. Será reservado o seguinte percentual de vagas:

2.1.1. 30% (trinta por cento) das vagas aos negros;

2.1.2. 10% (dez por cento) das vagas às pessoas com deficiência (PcD), nos termos do § 5º do art. 16 da Lei Federal nº 11.788/2008, cuja ocupação considerará as competências e necessidades especiais do estagiário, as atividades e necessidades próprias das unidades organizacionais.

2.2. As vagas reservadas que não forem preenchidas serão destinadas à ampla concorrência, observada a ordem geral de classificação.

3. DO ESTÁGIO

3.1. O estudante de nível superior de graduação terá carga horária de 5 (cinco) horas diárias e 25 (vinte e cinco) horas semanais.

3.2. O estagiário fará jus ao recebimento de auxílio-transporte no valor de R\$ 8,50 (oito reais e cinquenta centavos) por dia efetivamente estagiado.

3.3. O valor da bolsa-auxílio mensal para estagiários de graduação será de R\$ 1.050,84 (mil e cinquenta reais e oitenta e quatro centavos).

3.4. O estagiário estará coberto por apólice de seguro contra acidentes pessoais, em caso de morte acidental, invalidez permanente total ou parcial por acidente e em caso de despesas médico-hospitalares, que porventura ocorram durante a realização do estágio.

3.5. O período de estágio não excederá a 2 (dois) anos, exceto quando se tratar de pessoa com deficiência (PcD).

4. DAS INSCRIÇÕES

4.1. As inscrições serão gratuitas e deverão ser efetuadas exclusivamente via Internet.

4.2. Para se inscrever o candidato deverá preencher e enviar o formulário de inscrição disponível na página do processo seletivo, endereço eletrônico <http://tjpr.mestregre.com.br/>.

4.3. As inscrições estarão disponíveis das 08h00min de 01/10/2021 às 23h00min de 10/10/2021.

4.4. O prazo de inscrição poderá ser modificado a critério da Administração.

4.5. Somente serão processadas as inscrições preenchidas em consonância com o estabelecido no presente edital, sendo que as informações prestadas pelo candidato serão de sua inteira responsabilidade, podendo o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, na forma da lei, excluir do processo seletivo o candidato que fornecer dados inverídicos.

4.5.1. As informações fornecidas no formulário de inscrição que estiverem em desacordo com o Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral no CPF, ou mesmo que não puderem ser verificadas em consulta à Secretaria da Receita Federal do Brasil, endereço eletrônico <https://servicos.receita.fazenda.gov.br/Servicos/CPF/>, por eventual equívoco no preenchimento dos dados, poderão ser indeferidas.

4.6. O candidato que efetivar mais de uma inscrição para o mesmo edital, terá somente a última inscrição validada.

4.7. O Tribunal de Justiça do Estado do Paraná não se responsabiliza por solicitação de inscrição não recebida por motivos de ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação da rede, congestionamento da Internet, bem como outros fatores que impossibilitem a transferência de dados.

4.8. Serão indeferidas as inscrições de candidatos cujo curso não guarde relação com a área de atuação da vaga ofertada.

4.9. Poderão concorrer às vagas reservadas a candidatos negros aqueles que se autodeclararem pretos ou pardos no ato da inscrição, conforme o quesito cor ou raça utilizado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

4.10. A pessoa com deficiência (PcD) deverá declarar essa condição no ato de inscrição, nos termos e definições do Decreto Federal nº 3.298/1999.

4.11. Na hipótese de constatação de declaração falsa, o candidato será eliminado do processo seletivo, e se admitido, ficará sujeito à rescisão do seu termo de compromisso de estágio, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.

5. DAS PROVAS

5.1. O instrumento de seleção compreenderá duas fases.

5.1.1. Na primeira fase será realizada prova cujas questões se enquadram no conteúdo programático constante no ANEXO I.

5.1.2. Na segunda fase será realizada entrevista com a autoridade solicitante, conforme Art. 14 do Decreto Judiciário nº 345/2019.

5.2. A prova será realizada na modalidade à distância, e ficará disponível em 20/10/2021, das 14h00min às 16h30min.

5.2.1. A prova on-line terá duração máxima de 02h00min.

5.3. A prova on-line será composta por 8 (oito) questões objetivas e 2 (duas) questões discursivas.

5.4. A prova possui caráter eliminatório e classificatório.

5.5. A prova deverá ser realizada sem consulta.

5.6. Compete ao candidato acompanhar a divulgação das informações relativas ao processo seletivo, inclusive eventuais alterações referentes à realização da prova no site eletrônico do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.

6. DA REALIZAÇÃO DAS PROVAS

6.1. Para realização da prova on-line o candidato deverá seguir as orientações de acesso à plataforma conforme a página do processo seletivo.

6.1.1. As provas ficarão disponíveis na plataforma junto ao menu **ATIVIDADES**, mediante acesso ao endereço eletrônico <http://mgr.mestregre.com.br/> com login e senha cadastrados no formulário de inscrição.

6.2. O candidato deverá certificar-se previamente dos seguintes requisitos mínimos de tecnologia:

a) Microcomputador (desktop ou notebook);

b) Navegadores Mozilla Firefox, Google Chrome ou Microsoft Edge atualizados;

c) Teclado Português (Brasil ABNT ou ABNT 2);

d) Acesso ininterrupto à internet mediante conexão de dados de pelo menos 1mbps.

6.3. É de inteira responsabilidade do candidato a adequação dos dispositivos de acesso à plataforma com as configurações mínimas estipuladas.

6.3.1. O Tribunal de Justiça do Estado do Paraná não se responsabiliza por eventuais inconformidades decorrentes da utilização de aparato tecnológico diferente do especificado, por problemas de ordem técnica, quedas de conexão e/ou energia durante a realização das provas.

6.4. A plataforma on-line dispõe de mecanismos de segurança que poderão ser utilizados durante a realização da prova, como o travamento de consulta a outros navegadores, abas de navegação ou outros aplicativos.

6.5. O candidato deverá certificar-se que o ambiente em que realizará a prova fique isolado do contato com outras pessoas, sob pena de eliminação do processo seletivo.

6.6. A contagem do tempo para resolução das questões da prova terá início quando o candidato clicar no ícone **COMEÇAR AGORA**.

6.6.1. A partir do início da resolução das questões, não será possível interromper a contagem do tempo previsto para duração da prova.

6.7. Ao responder todas as questões, o candidato deverá clicar no ícone **ENTREGAR AGORA!**

6.8. Será eliminado do processo seletivo o candidato que se utilizar de meios ilícitos para obter vantagem na realização da prova (consulta a materiais não previstos neste edital, utilização de outros aparelhos eletrônicos, telefones celulares, consulta a candidatos ou a outras pessoas, repasse de informações, entre outros julgados impróprios pela Administração).

6.8.1. A prova poderá ser bloqueada após tentativa de consulta a outros navegadores, abas de navegação ou outros aplicativos.

6.9. O Tribunal de Justiça do Estado do Paraná não se responsabiliza pela resolução da prova on-line não recebida por motivos de ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação da rede, congestionamento da Internet, bem como outros fatores que impossibilitem a transferência de dados.

7. DA CONVOCAÇÃO PARA ENTREVISTA

7.1. A classificação da prova on-line considerará os candidatos que obtiverem pontuação igual ou superior a 60% (sessenta por cento) de aproveitamento total da prova escrita, observada a reserva de vagas, a todos os candidatos que atingirem a nota mínima.

7.1.1. O candidato que não comparecer à convocação para entrevista, bem como aquele que não obtiver aproveitamento igual ou superior a 60% (sessenta por cento) da pontuação total da etapa, será desclassificado do processo seletivo.

7.2. Os estudantes classificados serão convocados para entrevista com a autoridade solicitante, ou a quem ele delegar, que analisará exclusivamente a aptidão do candidato para a vaga, conforme as demandas da unidade e o perfil acadêmico desejado.

7.3. Os dados para realização da entrevista serão divulgados por meio de documento oficial de convocação para entrevista.

7.4. O entrevistador atribuirá pontuação em escala equivalente à pontuação da prova escrita.

8. DA CLASSIFICAÇÃO FINAL

8.1. A classificação final do processo seletivo considerará a média aritmética das pontuações obtidas na prova escrita e na entrevista, dentre os candidatos que obtiverem pontuação igual ou superior a 60% (sessenta por cento) de aproveitamento total e em cada uma das etapas, a todos os candidatos que atingirem a pontuação mínima, bem como respeitada a reserva de vagas.

8.2. O Edital de Classificação Final será publicado no Diário de Justiça Eletrônico (e-DJ) e divulgado no site eletrônico do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, contendo a ordem de classificação, o número de inscrição, o nome completo do candidato e a nota final.

8.3. Ocorrendo empate, será classificado, prioritariamente, o candidato com maior idade, considerando ano, mês, dia, hora e minuto de nascimento.

8.3.1. Poderá ser exigida a comprovação da idade mediante certidão de nascimento.

8.4. Os candidatos a que se destinam a reservas de vagas constarão em listagem geral e, caso a quantidade de classificados se enquadre nos percentuais das reservas, em listagens específicas.

9. DOS REQUISITOS PARA ADMISSÃO

9.1. Por ocasião da admissão, após a aprovação no processo seletivo, o estudante deverá comprovar:

9.1.1. Idade mínima de dezesesseis anos completos, mediante apresentação do documento de Registro Geral (RG), emitido pela Secretaria de Estado da Segurança Pública (SESP);

9.1.2. Inscrição no Cadastro de Pessoa Física (CPF), mediante a apresentação de comprovante de situação cadastral, emitido, em até 30 (trinta) dias, pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB);

9.1.3. inscrição perante a Justiça Eleitoral, para os maiores de 19 anos, mediante a apresentação do título de eleitor;

9.1.4. estar em dia com as suas obrigações militares, para os brasileiros maiores de 19 anos, mediante a apresentação de certificado de alistamento, nos limites de sua validade, certificado de reservista, certificado de isenção ou certificado de dispensa de incorporação;

9.1.5. matrícula e frequência regular e compatibilidade entre o curso e a vaga de estágio ofertada, mediante apresentação de atestado, comprovante ou declaração atualizados, emitidos, em até 30 (trinta) dias, pela instituição de ensino;

9.1.6. residência, por meio de comprovante ou declaração atualizados, emitido em até 30 (trinta) dias;

9.1.7. celebração de termo de compromisso entre o estudante, o Tribunal de Justiça e a instituição de ensino;

9.1.8. a ausência de registro de antecedentes criminais, para os maiores de dezoito anos, mediante apresentação de certidão negativa, emitida em até 30 (trinta) dias, ressalvado o art. 5º, inciso LVII, da CF/88;

9.1.9. não se enquadrar nas causas de impedimento previstas no Decreto Judiciário nº 345/2019, por meio de declaração escrita, conforme modelo disponível no site do TJPR.

10. DO CHAMAMENTO PARA ADMISSÃO

10.1. A unidade requisitante do processo seletivo será responsável pelo chamamento para admissão do candidato aprovado, obedecida a ordem de classificação, por meio de telefone e de mensagem encaminhada ao correio eletrônico (e-mail) cadastrado pelo candidato no momento da inscrição.

10.2. É de responsabilidade do candidato fornecer, no ato da inscrição, no campo apropriado, correio eletrônico (e-mail) válido, o qual será utilizado para o chamamento e assinatura do termo de compromisso de estágio.

10.3. É de responsabilidade do candidato comunicar, à unidade requisitante do processo seletivo, a alteração dos dados de contato (correio eletrônico, endereço residencial, telefone fixo, telefone celular), sob pena de desclassificação do certame decorrente do não atendimento ao chamamento formulado por meio dos citados endereços e telefones.

10.4. Os candidatos classificados deverão ser admitidos de forma alternada, ou seja, candidatos da lista geral e, subsequentemente, da lista específica, em conformidade com o percentual mencionado na reserva de vagas.

10.5. A pessoa com deficiência (PcD) aprovada deverá apresentar a via original do laudo médico comprobatório, objetivando verificação, pelo Centro de Assistência Médica e Social, se a deficiência se enquadra nos termos do art. 4º do Decreto Federal nº 3.298/1999.

10.6. O horário das atividades de estágio deverá obedecer ao contido no termo de compromisso de estágio.

10.7. A admissão será mais célere quando do chamamento o estudante entregar à sua futura chefia toda a documentação elencada neste edital, que deverá estar correta e atualizada. São documentos obrigatórios:

10.7.1. documento de Registro Geral (RG);

10.7.2. comprovante de situação cadastral no CPF, emitido em até 30 dias;

10.7.3. título de eleitor, para os maiores de 19 anos de idade;

10.7.4. certificado de alistamento, de reservista, de isenção ou de dispensa da incorporação, para os maiores de 19 anos de idade, até o limite de 45 anos;

10.7.5. certidão de casamento, com ou sem averbação, para os casados, separados, divorciados e viúvos.

11. DAS VEDAÇÕES

11.1. É vedada, em qualquer modalidade de estágio, a contratação, o remanejamento e a permuta de estagiário para atuar, sob orientação ou supervisão, diretamente subordinado a membros do Poder Judiciário ou a servidor investido em cargo de direção, chefia ou assessoramento que lhe seja cônjuge, companheiro ou parente até o terceiro grau, inclusive, por consanguinidade ou afinidade.

11.1.1. O estagiário não poderá prestar atividades de estágio na mesma unidade em que estiver lotado seu cônjuge, companheiro ou parente até o terceiro grau, inclusive, por consanguinidade ou afinidade, ainda que não investido em cargo de direção, chefia ou assessoramento.

11.2. É vedada a admissão de estudante vinculado a escritório de advocacia e a processos em andamento na Justiça Estadual do Paraná, como procurador das partes.

11.3. É vedada a cumulação das atribuições de estagiário e juiz leigo, e de estagiário e de oficial de justiça *ad hoc*.

11.4. É vedado ao estagiário iniciar as atividades de estágio:

11.4.1. sem a formalização do termo de compromisso, que se dará com as assinaturas de todas as partes interessadas (estudante, supervisor de estágio e instituição de ensino);

11.4.2. previamente ao início da vigência do termo de compromisso;

11.4.3. antes da finalização do procedimento de admissão, junto ao Sistema Hércules, ou seja, após a homologação do termo de compromisso de estágio e plano de estágio (TCE/PE), pela Divisão de Estágio.

11.5. É vedado ao estagiário continuar a prestar atividades de estágio:

11.5.1. após o término da vigência do termo de compromisso, enquanto ainda não formalizado o plano de estágio aditivo (PEA) de prorrogação da vigência do estágio ou o novo termo de compromisso de estágio e plano de estágio (TCE/PE), na hipótese de ocorrer a recontração do estagiário, nos casos de renovação do estágio e/ou alteração de curso e/ou de instituição de ensino, conforme o artigo 36, §§ 3º e 4º.

11.5.2. previamente ao início da vigência do novo termo de compromisso, no caso de recontração;

11.5.3. após a denúncia do termo de compromisso, em decorrência da conclusão ou do abandono do curso, do trancamento da matrícula, da transferência de instituição de ensino e da mudança de curso;

11.5.4. antes da finalização do procedimento de renovação ou de recontração, junto ao Sistema Hércules, ou seja, após a homologação do termo do plano de estágio aditivo (PEA) ou do novo termo de compromisso de estágio e plano de estágio (TCE/PE), pela Divisão de Estágio.

12. DA DESCLASSIFICAÇÃO

12.1. Será desclassificado do processo seletivo o estudante que:

12.1.1. não for localizado, quando do chamamento para a admissão, dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, em decorrência de correio eletrônico (e-mail) ou telefone desatualizados, incorretos ou incompletos;

12.1.2. for localizado, mas deixar de manifestar por escrito à unidade concedente, mediante e-mail, no prazo de até 02 (dois) dias úteis, sua vontade de assumir a vaga de estágio, reputando-se a ausência de manifestação nesse prazo como desistência tácita;

12.1.3. se recusar a iniciar o estágio na data, local e horário e demais condições estipuladas no termo de compromisso;

12.1.4. desistir da oportunidade de estágio;

12.1.5. não apresentar, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado a partir do chamamento para a admissão, os documentos relacionados no Decreto Judiciário 345/2019 e no Edital de Abertura, ou incompatibilidade desses com as informações prestadas no formulário de inscrição;

12.1.6. se recusar a ser contratado para unidade diversa à que deu origem ao processo seletivo, no caso de aproveitamento do processo seletivo por outra unidade, desde que previsto neste edital.

12.2. Haverá desclassificação do estudante em que for constatada:

12.2.1. incompatibilidade entre a área de conhecimento do seu curso e a área de atuação da vaga de estágio ofertada, ou entre os horários de estágio e das aulas;

12.2.2. inviabilidade da contratação ante o exíguo prazo existente até o encerramento do curso, vez que impossibilita a vivência na prática dos conteúdos acadêmicos, por falta de tempo hábil para a efetiva troca de experiências.

13. DO APROVEITAMENTO DO PROCESSO SELETIVO

13.1. O processo seletivo poderá ser aproveitado por outra unidade, desde que respeitada a ordem de classificação final.

13.2. Os candidatos poderão ser admitidos para unidade diversa a que deu origem ao procedimento, sendo que a discordância deste implicará na sua desclassificação.

13.3. O cadastro para aproveitamento das listas de classificados só poderá ser realizado mediante autorização explícita e nominal da unidade que realizou o processo seletivo.

14. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1. A realização de estágio não criará vínculo empregatício de qualquer natureza entre o estagiário e o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.

14.2. Não poderão ser admitidos os candidatos que realizam estágio em outro órgão público ou empresa privada, salvo se houver prévio desligamento.

14.3. É de inteira responsabilidade do candidato acompanhar todos os atos, os editais e os comunicados referentes a este processo seletivo que sejam publicados no sítio eletrônico do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.

14.3.1. O estudante compromete-se a ler atentamente as orientações elencadas no endereço <https://www.tjpr.jus.br/estagiario>.

14.4. A aprovação e classificação geram ao candidato apenas a expectativa de contratação.

14.5. O Tribunal de Justiça do Estado do Paraná se reserva o direito de proceder às contratações em quantidade que atendam às necessidades do serviço, de acordo com a disponibilidade orçamentária e as vagas existentes.

14.6. Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.

ANEXO I - CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Noções de Direito Civil, Processual Civil, Direito Penal, Processual Penal, Direito Constitucional, Juizados Especiais e Língua Portuguesa.

Curitiba, 17 de setembro de 2021.

LEANDRO ROBERTO HURYN

Chefe da Divisão de Estágio

Departamento de Gestão de Recursos Humanos

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ

EDITAL DE ABERTURA
PROCESSO SELETIVO DE ESTAGIÁRIOS
DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO E CERIMONIAL

EDITAL Nº 2066/2021
SEI/TJPR Nº 0107132-11.2021.8.16.6000

O Departamento de Gestão de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições, torna público o edital de abertura de processo seletivo de estudantes, mediante as disposições da Lei Federal nº 11.788/2008, do Enunciado Administrativo nº 7/2008 e da Resolução nº 7/2005, ambos do Conselho Nacional de Justiça, bem como do Decreto Judiciário nº 345/2019.

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

- 1.1. O processo seletivo de estagiários será regido por este edital de abertura.
- 1.2. O processo de seleção destina-se ao preenchimento de vagas e/ou formação de cadastro de reserva de estágio não obrigatório remunerado, destinado a estudantes de nível superior de pós-graduação em Jornalismo.
- 1.2.1. Na classificação final constarão apenas os 5 (cinco) melhores classificados.
- 1.3. O processo seletivo terá validade de 6 (seis) meses, prorrogável por igual período, a contar da publicação do Edital de Classificação Final.
- 1.4. Poderá participar do processo seletivo o estudante que, quando do chamamento para contratação, possua idade mínima de 16 (dezesseis) anos e esteja regularmente matriculado e com frequência efetiva em cursos, presenciais ou à distância, de instituições de ensino conveniadas com o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, ou devidamente inscritas no Ministério da Educação (MEC) ou Secretaria Estadual de Educação (SEED).

2. DA RESERVA DE VAGAS

- 2.1. Será reservado o seguinte percentual de vagas:
 - 2.1.1. 30% (trinta por cento) das vagas aos negros;
 - 2.1.2. 10% (dez por cento) das vagas às pessoas com deficiência (PcD), nos termos do § 5º do art. 16 da Lei Federal nº 11.788/2008, cuja ocupação considerará as competências e necessidades especiais do estagiário, as atividades e necessidades próprias das unidades organizacionais.
- 2.2. As vagas reservadas que não forem preenchidas serão destinadas à ampla concorrência, observada a ordem geral de classificação.

3. DO ESTÁGIO

- 3.1. O estudante de nível superior de pós-graduação terá carga horária de 6 (seis) horas diárias e 30 (trinta) horas semanais.
- 3.2. O estagiário fará jus ao recebimento de auxílio-transporte no valor de R\$ 8,50 (oito reais e cinquenta centavos) por dia efetivamente estagiado.
- 3.3. O valor da bolsa-auxílio mensal para estagiários de pós-graduação será de R\$ 2.132,14 (dois mil, cento e trinta e dois reais e quatorze centavos).
- 3.4. O estagiário estará coberto por apólice de seguro contra acidentes pessoais, em caso de morte acidental, invalidez permanente total ou parcial por acidente e em caso de despesas médico-hospitalares, que porventura ocorram durante a realização do estágio.
- 3.5. O período de estágio não excederá a 2 (dois) anos, exceto quando se tratar de pessoa com deficiência (PcD).
- 3.6. Em casos excepcionais de licença à funcionária gestante, o Tribunal de Justiça poderá celebrar termo de compromisso cuja vigência será de 180 (cento e oitenta) dias não prorrogáveis.

4. DAS INSCRIÇÕES

- 4.1. As inscrições serão gratuitas e deverão ser efetuadas exclusivamente via Internet.
- 4.2. Para se inscrever o candidato deverá preencher e enviar o formulário de inscrição disponível na página do processo seletivo, endereço eletrônico <http://tjpr.mestregre.com.br/>.
- 4.3. As inscrições estarão disponíveis das 06h00min de 27/09/2021 às 23h59min de 04/10/2021.
- 4.4. O prazo de inscrição poderá ser modificado a critério da Administração.
- 4.5. Somente serão processadas as inscrições preenchidas em consonância com o estabelecido no presente edital, sendo que as informações prestadas pelo candidato serão de sua inteira responsabilidade, podendo o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, na forma da lei, excluir do processo seletivo o candidato que fornecer dados inverídicos.
- 4.5.1. As informações fornecidas no formulário de inscrição que estiverem em desacordo com o Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral no CPF, ou mesmo que não puderem ser verificadas em consulta à Secretaria da Receita Federal do Brasil, endereço eletrônico <https://servicos.receita.fazenda.gov.br/Servicos/CPF/>, por eventual equívoco no preenchimento dos dados, poderão ser indeferidas.
- 4.6. O candidato que efetivar mais de uma inscrição para o mesmo edital, terá somente a última inscrição validada.
- 4.7. O Tribunal de Justiça do Estado do Paraná não se responsabiliza por solicitação de inscrição não recebida por motivos de ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação da rede, congestionamento da Internet, bem como outros fatores que impossibilitem a transferência de dados.
- 4.8. Serão indeferidas as inscrições de candidatos cujo curso não guarde relação com a área de atuação da vaga ofertada.
- 4.9. Poderão concorrer às vagas reservadas a candidatos negros aqueles que se autodeclararem pretos ou pardos no ato da inscrição, conforme o quesito cor ou raça utilizado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.
- 4.10. A pessoa com deficiência (PcD) deverá declarar essa condição no ato de inscrição, nos termos e definições do Decreto Federal nº 3.298/1999.
- 4.11. Na hipótese de constatação de declaração falsa, o candidato será eliminado do processo seletivo, e se admitido, ficará sujeito à rescisão do seu termo de compromisso de estágio, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.

5. DAS PROVAS

- 5.1. O instrumento de seleção compreenderá duas fases.
 - 5.1.1. Na primeira fase será realizada prova cujas questões se enquadram no conteúdo programático constante no ANEXO I.

5.1.2. Na segunda fase será realizada entrevista com a autoridade solicitante, conforme Art. 14 do Decreto Judiciário nº 345/2019.

5.2. A prova será realizada na modalidade à distância, e ficará disponível em 06/10/2021, das 06h00min às 23h59min.

5.2.1. A prova on-line terá duração máxima de 03h00min.

5.3. A prova on-line será composta por 4 (quatro) questões objetivas e 4 (quatro) questões discursivas.

5.4. A prova possui caráter eliminatório e classificatório.

5.5. A prova deverá ser realizada sem consulta.

5.6. Compete ao candidato acompanhar a divulgação das informações relativas ao processo seletivo, inclusive eventuais alterações referentes à realização da prova no sítio eletrônico do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.

6. DA REALIZAÇÃO DAS PROVAS

6.1. Para realização da prova on-line o candidato deverá seguir as orientações de acesso à plataforma conforme a página do processo seletivo.

6.1.1. As provas ficarão disponíveis na plataforma junto ao menu **ATIVIDADES**, mediante acesso ao endereço eletrônico <http://mgr.mestregre.com.br/> com login e senha cadastrados no formulário de inscrição.

6.2. O candidato deverá certificar-se previamente dos seguintes requisitos mínimos de tecnologia:

- a) Microcomputador (desktop ou notebook);
- b) Navegadores Mozilla Firefox, Google Chrome ou Microsoft Edge atualizados;
- c) Teclado Português (Brasil ABNT ou ABNT 2);
- d) Acesso ininterrupto à internet mediante conexão de dados de pelo menos 1mbps.

6.3. É de inteira responsabilidade do candidato a adequação dos dispositivos de acesso à plataforma com as configurações mínimas estipuladas.

6.3.1. O Tribunal de Justiça do Estado do Paraná não se responsabiliza por eventuais inconformidades decorrentes da utilização de aparato tecnológico diferente do especificado, por problemas de ordem técnica, quedas de conexão e/ou energia durante a realização das provas.

6.4. A plataforma on-line dispõe de mecanismos de segurança que poderão ser utilizados durante a realização da prova, como o travamento de consulta a outros navegadores, abas de navegação ou outros aplicativos.

6.5. O candidato deverá certificar-se que o ambiente em que realizará a prova fique isolado do contato com outras pessoas, sob pena de eliminação do processo seletivo.

6.6. A contagem do tempo para resolução das questões da prova terá início quando o candidato clicar no ícone **COMEÇAR AGORA**.

6.6.1. A partir do início da resolução das questões, não será possível interromper a contagem do tempo previsto para duração da prova.

6.7. Ao responder todas as questões, o candidato deverá clicar no ícone **ENTREGAR AGORA**.

6.8. Será eliminado do processo seletivo o candidato que se utilizar de meios ilícitos para obter vantagem na realização da prova (consulta a materiais não previstos neste edital, utilização de outros aparelhos eletrônicos, telefones celulares, consulta a candidatos ou a outras pessoas, repasse de informações, entre outros julgados impróprios pela Administração).

6.8.1. A prova poderá ser bloqueada após tentativa de consulta a outros navegadores, abas de navegação ou outros aplicativos.

6.9. O Tribunal de Justiça do Estado do Paraná não se responsabiliza pela resolução da prova on-line não recebida por motivos de ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação da rede, congestionamento da Internet, bem como outros fatores que impossibilitem a transferência de dados.

7. DA CONVOCAÇÃO PARA ENTREVISTA

7.1. A classificação da prova on-line considerará os candidatos que obtiverem pontuação igual ou superior a 60% (sessenta por cento) de aproveitamento total da prova escrita, observada a reserva de vagas, limitado aos 5 (cinco) melhores classificados.

7.1.1. Havendo candidatos empatados com a nota de corte do último classificado, serão convocados para entrevista todos aqueles empatados com a mesma nota do último classificado.

7.1.2. O candidato que não comparecer à convocação para entrevista, bem como aquele que não obtiver aproveitamento igual ou superior a 60% (sessenta por cento) da pontuação total da etapa, será desclassificado do processo seletivo.

7.2. Os estudantes classificados serão convocados para entrevista com a autoridade solicitante, ou a quem ele delegar, que analisará exclusivamente a aptidão do candidato para a vaga, conforme as demandas da unidade e o perfil acadêmico desejado.

7.3. Os dados para realização da entrevista serão divulgados por meio de documento oficial de convocação para entrevista.

7.4. O entrevistador atribuirá pontuação em escala equivalente à pontuação da prova escrita.

8. DA CLASSIFICAÇÃO FINAL

8.1. A classificação final do processo seletivo considerará a média aritmética das pontuações obtidas na prova escrita e na entrevista, dentre os candidatos que obtiverem pontuação igual ou superior a 60% (sessenta por cento) de aproveitamento total e em cada uma das etapas, limitada apenas aos 5 (cinco) melhores classificados, bem como respeitada a reserva de vagas.

8.2. O Edital de Classificação Final será publicado no Diário de Justiça Eletrônico (e-DJ) e divulgado no sítio eletrônico do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, contendo a ordem de classificação, o número de inscrição, o nome completo do candidato e a nota final.

8.3. Havendo candidatos empatados com a nota de corte do último classificado, constarão na classificação final todos aqueles empatados com a mesma nota do último classificado. Será classificado, prioritariamente, o candidato com maior idade, considerando ano, mês, dia, hora e minuto de nascimento.

8.3.1. Poderá ser exigida a comprovação da idade mediante certidão de nascimento.

8.4. Os candidatos a que se destinam a reservas de vagas constarão em listagem geral e, caso a quantidade de classificados se enquadre nos percentuais das reservas, em listagens específicas.

9. DOS REQUISITOS PARA ADMISSÃO

9.1. Por ocasião da admissão, após a aprovação no processo seletivo, o estudante deverá comprovar:

9.1.1. idade mínima de dezesseis anos completos, mediante apresentação do documento de Registro Geral (RG), emitido pela Secretaria de Estado da Segurança Pública (SESP);

9.1.2. inscrição no Cadastro de Pessoa Física (CPF), mediante a apresentação de comprovante de situação cadastral, emitido, em até 30 (trinta) dias, pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB);

9.1.3. inscrição perante a Justiça Eleitoral, para os maiores de 19 anos, mediante a apresentação do título de eleitor;

9.1.4. estar em dia com as suas obrigações militares, para os brasileiros maiores de 19 anos, mediante a apresentação de certificado de alistamento, nos limites de sua validade, certificado de reservista, certificado de isenção ou certificado de dispensa de incorporação;

9.1.5. matrícula e frequência regular e compatibilidade entre o curso e a vaga de estágio ofertada, mediante apresentação de atestado, comprovante ou declaração atualizados, emitidos, em até 30 (trinta) dias, pela instituição de ensino;

9.1.6. diploma do curso superior (frente e verso) ou Certificado de conclusão do curso acompanhado do histórico escolar;

9.1.7. licenciamento do Órgão de Classe ou pedido protocolizado na OAB (formados em direito);

9.1.8. residência, por meio de comprovante ou declaração atualizados, emitido em até 30 (trinta) dias;

9.1.9. celebração de termo de compromisso entre o estudante, o Tribunal de Justiça e a instituição de ensino;

9.1.10. a ausência de registro de antecedentes criminais, para os maiores de dezoito anos, mediante apresentação de certidão negativa, emitida em até 30 (trinta) dias, ressalvado o art. 5º, inciso LVII, da CF/88;

9.1.11. não se enquadrar nas causas de impedimento previstas no Decreto Judiciário nº 345/2019, por meio de declaração escrita, conforme modelo disponível no site do TJPR.

10. DO CHAMAMENTO PARA ADMISSÃO

10.1. A unidade requisitante do processo seletivo será responsável pelo chamamento para admissão do candidato aprovado, obedecida a ordem de classificação, por meio de telefone e de mensagem encaminhada ao correio eletrônico (e-mail) cadastrado pelo candidato no momento da inscrição.

10.2. É de responsabilidade do candidato fornecer, no ato da inscrição, no campo apropriado, correio eletrônico (e-mail) válido, o qual será utilizado para o chamamento e assinatura do termo de compromisso de estágio.

10.3. É de responsabilidade do candidato comunicar, à unidade requisitante do processo seletivo, a alteração dos dados de contato (correio eletrônico, endereço residencial, telefone fixo, telefone celular), sob pena de desclassificação do certame decorrente do não atendimento ao chamamento formulado por meio dos citados endereços e telefones.

10.4. Os candidatos classificados deverão ser admitidos de forma alternada, ou seja, candidatos da lista geral e, subsequentemente, da lista específica, em conformidade com o percentual mencionado na reserva de vagas.

10.5. A pessoa com deficiência (PcD) aprovada deverá apresentar a via original do laudo médico comprobatório, objetivando verificação, pelo Centro de Assistência Médica e Social, se a deficiência se enquadra nos termos do art. 4º do Decreto Federal nº 3.298/1999.

10.6. O horário das atividades de estágio deverá obedecer ao contido no termo de compromisso de estágio.

10.7. A admissão será mais célere quando do chamamento o estudante entregar à sua futura chefia toda a documentação elencada neste edital, que deverá estar correta e atualizada. São documentos obrigatórios:

10.7.1. documento de Registro Geral (RG);

10.7.2. comprovante de situação cadastral no CPF, emitido em até 30 dias;

10.7.3. título de eleitor, para os maiores de 19 anos de idade;

10.7.4. certificado de alistamento, de reservista, de isenção ou de dispensa da incorporação, para os maiores de 19 anos de idade, até o limite de 45 anos;

10.7.5. certidão de casamento, com ou sem averbação, para os casados, separados, divorciados e viúvos.

11. DAS VEDAÇÕES

11.1. É vedada, em qualquer modalidade de estágio, a contratação, o remanejamento e a permuta de estagiário para atuar, sob orientação ou supervisão, diretamente subordinado a membros do Poder Judiciário ou a servidor investido em cargo de direção, chefia ou assessoramento que lhe seja cônjuge, companheiro ou parente até o terceiro grau, inclusive, por consanguinidade ou afinidade.

11.1.1. O estagiário não poderá prestar atividades de estágio na mesma unidade em que estiver lotado seu cônjuge, companheiro ou parente até o terceiro grau, inclusive, por consanguinidade ou afinidade, ainda que não investido em cargo de direção, chefia ou assessoramento.

11.2. É vedada a admissão de estudante vinculado a escritório de advocacia e a processos em andamento na Justiça Estadual do Paraná, como procurador das partes.

11.3. É vedada a cumulação das atribuições de estagiário e juiz leigo, e de estagiário e de oficial de justiça *ad hoc*.

11.4. É vedado ao estagiário iniciar as atividades de estágio:

11.4.1. sem a formalização do termo de compromisso, que se dará com as assinaturas de todas as partes interessadas (estudante, supervisor de estágio e instituição de ensino);

11.4.2. previamente ao início da vigência do termo de compromisso;

11.4.3. antes da finalização do procedimento de admissão, junto ao Sistema Hércules, ou seja, após a homologação do termo de compromisso de estágio e plano de estágio (TCE/PE), pela Divisão de Estágio.

11.5. É vedado ao estagiário continuar a prestar atividades de estágio:

11.5.1. após o término da vigência do termo de compromisso, enquanto ainda não formalizado o plano de estágio aditivo (PEA) de prorrogação da vigência do estágio ou o novo termo de compromisso de estágio e plano de estágio (TCE/PE), na hipótese de ocorrer a recontração do estagiário, nos casos de renovação do estágio e/ou alteração de curso e/ou de instituição de ensino, conforme o artigo 36, §§ 3º e 4º.

11.5.2. previamente ao início da vigência do novo termo de compromisso, no caso de recontração;

11.5.3. após a denúncia do termo de compromisso, em decorrência da conclusão ou do abandono do curso, do trancamento da matrícula, da transferência de instituição de ensino e da mudança de curso;

11.5.4. antes da finalização do procedimento de renovação ou de recontração, junto ao Sistema Hércules, ou seja, após a homologação do termo do plano de estágio aditivo (PEA) ou do novo termo de compromisso de estágio e plano de estágio (TCE/PE), pela Divisão de Estágio.

12. DA DESCLASSIFICAÇÃO

12.1. Será desclassificado do processo seletivo o estudante que:

12.1.1. não for localizado, quando do chamamento para a admissão, dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, em decorrência de correio eletrônico (e-mail) ou telefone desatualizados, incorretos ou incompletos;

12.1.2. for localizado, mas deixar de manifestar por escrito à unidade concedente, mediante e-mail, no prazo de até 02 (dois) dias úteis, sua vontade de assumir a vaga de estágio, reputando-se a ausência de manifestação nesse prazo como desistência tácita;

12.1.3. se recusar a iniciar o estágio na data, local e horário e demais condições estipuladas no termo de compromisso;

12.1.4. desistir da oportunidade de estágio;

12.1.5. não apresentar, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado a partir do chamamento para a admissão, os documentos relacionados no Decreto Judiciário 345/2019 e no Edital de Abertura, ou incompatibilidade desses com as informações prestadas no formulário de inscrição;

12.1.6. se recusar a ser contratado para unidade diversa à que deu origem ao processo seletivo, no caso de aproveitamento do processo seletivo por outra unidade, desde que previsto neste edital.

12.2. Haverá desclassificação do estudante em que for constatada:

12.2.1. incompatibilidade entre a área de conhecimento do seu curso e a área de atuação da vaga de estágio ofertada, ou entre os horários de estágio e das aulas;

12.2.2. inviabilidade da contratação ante o exíguo prazo existente até o encerramento do curso, vez que impossibilita a vivência na prática dos conteúdos acadêmicos, por falta de tempo hábil para a efetiva troca de experiências.

13. DO APROVEITAMENTO DO PROCESSO SELETIVO

13.1. O processo seletivo poderá ser aproveitado por outra unidade, desde que respeitada a ordem de classificação final.

13.2. Os candidatos poderão ser admitidos para unidade diversa a que deu origem ao procedimento, sendo que a discordância deste implicará na sua desclassificação.

13.3. O cadastro para aproveitamento das listas de classificados só poderá ser realizado mediante autorização explícita e nominal da unidade que realizou o processo seletivo.

14. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1. A realização de estágio não criará vínculo empregatício de qualquer natureza entre o estagiário e o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.

14.2. Não poderão ser admitidos os candidatos que realizam estágio em outro órgão público ou empresa privada, salvo se houver prévio desligamento.

14.3. É de inteira responsabilidade do candidato acompanhar todos os atos, os editais e os comunicados referentes a este processo seletivo que sejam publicados no sítio eletrônico do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.

14.3.1. O estudante compromete-se a ler atentamente as orientações elencadas no endereço <https://www.tjpr.jus.br/estagiario>.

14.4. A aprovação e classificação geram ao candidato apenas a expectativa de contratação.

14.5. O Tribunal de Justiça do Estado do Paraná se reserva o direito de proceder às contratações em quantidade que atendam às necessidades do serviço, de acordo com a disponibilidade orçamentária e as vagas existentes.

14.6. Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.

ANEXO I - CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Língua Portuguesa.

Compreensão de texto.

Redação.

Redação jornalística.

Redação para Meios eletrônicos.

Produção Audiovisual.

LEANDRO ROBERTO HURYN
Chefe da Divisão de Estágio
Departamento de Gestão de Recursos Humanos

Departamento de Gestão
de Serviços Terceirizados

Departamento Econômico e Financeiro

Departamento do Patrimônio

DEPARTAMENTO DO PATRIMÔNIO
DIVISÃO ADMINISTRATIVA
Protocolo nº0049782-65.2021.8.16.6000
EXTRATO DE TERMO DE CONVÊNIO Nº 039/2021

Convenientes: O **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ** e o **SERVIÇO NACIONAL DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO - SPC BRASIL**

Objeto: Constitui objeto do convênio a mútua cooperação entre as partes de forma a possibilitar, aos Juízes e Servidores previamente autorizados e cadastrados, o acesso ao sistema SPCJUD mantido pelo SPC BRASIL, com a finalidade exclusiva de instrução processual.

Vigência: 60 (sessenta) meses, contados da data de sua assinatura

Curitiba, 22/09/2021.

Des. JOSÉ LAURINDO DE SOUZA NETTO
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná
ROQUE PELLIZZARO JUNIOR
Presidente
MARCELO SALLES BARBOSA
Diretor Financeiro

DEPARTAMENTO DO PATRIMÔNIO
DIVISÃO ADMINISTRATIVA
Protocolo nº0068534-95.2015.8.16.6000
EXTRATO DE TERMO DE CONVÊNIO Nº 034/2021

Convenientes: O **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ** e o **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ**

Objeto: Cooperação técnica na área de planejamento e gestão estratégica

Vigência: 60 (sessenta) meses, a contar da assinatura deste Termo

Curitiba, 22/09/2021.

Des. JOSÉ LAURINDO DE SOUZA NETTO
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná
GILBERTO GILCOIA
Procurador-Geral de Justiça
Ministério Público do Estado do Paraná

DEPARTAMENTO DO PATRIMÔNIO
DIVISÃO ADMINISTRATIVA
Protocolo nº0055716-72.2019.8.16.6000
EXTRATO DO 1º ADITIVO AO TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº 22/2020

Convenientes: O **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ** e o **ESTADO DO PARANÁ**, por intermédio das **SECRETARIAS DE ESTADO DA JUSTIÇA, FAMÍLIA E TRABALHO** e **DA SEGURANÇA PÚBLICA E ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA**, com interveniência da **POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ** e da **COMPANHIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO PARANÁ - CELEPAR**

Objeto: **CLÁUSULA PRIMEIRA:** O Parágrafo único da Cláusula Primeira do Termo de Cooperação Técnica n.º 22/2020 passa a denominar-se **PARÁGRAFO PRIMEIRO**, mantendo-se a redação originária. **CLÁUSULA SEGUNDA:** Fica criado,

em comum acordo entre os signatários, o **PARÁGRAFO SEGUNDO** à Cláusula Primeira do Termo de Cooperação Técnica n.º 22/2020, com a seguinte redação:

"**PARÁGRAFO SEGUNDO.** Gradativamente, o Comando Geral da Polícia Militar do Estado do Paraná passará a implementar o uso da ferramenta "Botão do Pânico" nos seguintes municípios do Estado do Paraná: Nova Londrina, São José dos Pinhais, Almirante Tamandaré, Bocaiúva do Sul, Campina Grande do Sul, Cerro Azul, Colombo, Rio Branco do Sul, Antonina, Guaratuba, Morretes, Pontal do Paraná, Piraquara, Jandaia do Sul, Barbosa Ferraz, Marilândia do Sul, Campina da Lagoa, Bela Vista do Paraíso, Campo Mourão, Centenário do Sul, Engenheiro Beltrão, Jaguapitã, Iretama, Porecatu, Mamborê, Primeiro de Maio, Peabiru, Rolândia, Ubitatã, Sertãozinho, Alto Piquiri, Andirá, Altônia, Assaí, Icaraíma, Bandeirantes, Iporã, Congonhinhas, Pérola, Cornélio Procopio, Umuarama, Nova Fátima, Xambrê, Santa Mariana, Loanda, São Jerônimo da Serra, Santa Isabel do Ivaí, Uraí, Mandaguaçu, Cambará, Mandaguari, Carlópolis, Marialva, Ibaiti, Sarandi, Jacarezinho, Cianorte, Joaquim Távora, Terra Boa, Ribeirão Claro, Cidade Gaúcha, Ribeirão do Pinhal, Cruzeiro do Oeste, Santo Antônio da Platina, Goioerê, Siqueira Campos, Alto Paraná, Tomazina, Nova Esperança, Wenceslau Braz, Paraíso do Norte, Cambé, Paranacity, Iporã, Paranaíba, Faxinal, Terra Rica, Grandes Rios, Astorga, Ivaiporã, Colorado, São João do Ivaí, Santa Fé, Cantagalo, Medianeira, Guarapuava, São Miguel do Iguaçu, Laranjeiras do Sul, Assis Chateaubriand, Manoel Ribas, Formosa do Oeste, Palmital, Guaíra, Pinhão, Marechal Cândido Rondon, Pitanga, Nova Aurora, Prudentópolis, Palotina, Arapoti, Santa Helena, Castro, Terra Roxa, Jaguariaíva, Toledo, Pirai do Sul, Ampére, Sengés, Barracão, Cândido de Abreu, Capanema, Curiúva, Dois Vizinhos, Ortigueira, Francisco Beltrão, Reserva, Marmeleiro, Telêmaco Borba, Realeza, Tibagi, Salto do Lontra, Mallet, Santo Antônio do Sudoeste, São João do Triunfo, Chopinzinho, São Mateus do Sul, Clevelândia, União da Vitória, Coronel Vivida, Lapa, Manguierinha, Palmeira, Palmas, Rio Negro, Pato Branco, Imbituva, São João, Ipiranga, Capitão Leônidas Marques, Rebouças, Catanduvas, Teixeira Soares, Corbélia, Guaraniaçu, Matelândia e Quedas do Iguaçu".

CLÁUSULA TERCEIRA: Fica criado, em comum acordo entre os signatários, o **PARÁGRAFO TERCEIRO** à Cláusula Primeira do Termo de Cooperação Técnica n.º 22/2020, com a seguinte redação:

"**PARÁGRAFO TERCEIRO.** Eventuais localidades que não se encontrem albergadas nos §§ 1º e 2º deste artigo poderão, a critério dos convenientes, e após implementação pelo Comando Geral da Polícia Militar do Estado do Paraná, utilizar a ferramenta do "Botão do Pânico" para fiscalização das Medidas Protetivas em favor de mulheres vítimas de violência doméstica e familiar".

CLÁUSULA QUARTA: Ficam inalteradas as demais cláusulas do Termo de Cooperação original.

Curitiba, 22/09/2021.

DESEMBARGADOR JOSÉ LAURINDO DE SOUZA NETTO

Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

DESEMBARGADORA ANA LÚCIA LOURENÇO

Coordenadora Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar - CEVID

NEY LEPREVOST

Secretário de Estado da Justiça, Família e Trabalho

CORONEL RÔMULO MARINHO SOARES

Secretário de Estado da Segurança Pública e Administração Penitenciária

CORONEL HUDSON LEÔNIO TEIXEIRA

Comandante-Geral da Polícia Militar do Paraná

LEANDRO VICTORINO DE MOURA

Presidente da Companhia de Tecnologia da Informação e Comunicação do Paraná - CELEPAR

Departamento de Tecnologia
da Informação e Comunicação

Departamento de Engenharia e Arquitetura

Departamento Judiciário

Setor de Pautas

Pauta de Julgamento do dia 13/10/2021 09:00

Sessão extraordinária - 12ª Câmara Cível

Relação No. 2021.00063 de Publicação - Projudi

Pauta de Julgamento da sessão extraordinária da 12ª Câmara Cível a realizar-se em 13/10/2021 às 09:00 horas, ou sessões subsequentes. Sessão a ser realizada por videoconferência pela plataforma oficial fornecida pelo Conselho Nacional de Justiça, Cisco Webex Meetings, com acompanhamento pelo canal TJPR - Sessões no YouTube (<https://www.youtube.com/channel/UCK-nMIsrteS6OI5AZF5RTg/featured>)

ÍNDICE DE PUBLICAÇÃO

ADVOGADO	ORDEM	PROCESSO
Adilson José de Melo - 53720N-PR	0005	0068862-34.2020.8.16.0000
Alessandro Donizethe Souza Vale - 26791N-PR	0004	0064720-57.2020.8.16.0000
Alessandro Frederico de Paula - 29326N-PR	0001	0018204-90.2014.8.16.0031
Anderson de Souza Amaro - 343489N-SP	0009	0000092-97.1998.8.16.0075/5
Anderson Martins da Silva - 234321N-SP	0009	0000092-97.1998.8.16.0075/5
Andreia Deliga - 386967N-SP	0006	0019986-84.2021.8.16.0000
Brasílio Vicente de Castro Neto - 38688N-PR	0004	0064720-57.2020.8.16.0000
Bruno Gressler Wontroba - 82113N-PR	0009	0000092-97.1998.8.16.0075/5
Candido da Silva Dinamarco - 102090N-SP	0009	0000092-97.1998.8.16.0075/5
Carina do Carmo Castilho Silva - 22964N-PR	0006	0019986-84.2021.8.16.0000
Cirineu Dias - 22500N-PR	0006	0019986-84.2021.8.16.0000
Daniel Siqueira Borda - 63688N-PR	0009	0000092-97.1998.8.16.0075/5
Danielle Souza Vileas - 425941N-SP	0009	0000092-97.1998.8.16.0075/5
Deusdério Tórmina - 9184N-PR	0006	0019986-84.2021.8.16.0000
Doshin Watanabe - 86674N-PR	0009	0000092-97.1998.8.16.0075/5
Eduardo Talamini - 19920N-PR	0009	0000092-97.1998.8.16.0075/5
Evelin Cristina Coelho - 75506N-PR	0002	0004049-60.2018.8.16.0090
Fabiana Andrea Fernandes Lima Pereira - 43141N-PR	0001	0018204-90.2014.8.16.0031
Felipe Scripes Wladeck - 38054N-PR	0009	0000092-97.1998.8.16.0075/5
Gustavo Cesar Valentim Gomes - 87442N-PR	0002	0004049-60.2018.8.16.0090
Isabella Moreira de Andrade - 61211N-PR	0009	0000092-97.1998.8.16.0075/5
Jayne Mayara Araujo Aranda - 73699N-PR	0003	0059739-82.2020.8.16.0000
Jordan Rogatte de Moura - 56656N-PR	0002	0004049-60.2018.8.16.0090
José Augusto Araújo de Noronha - 23044N-PR	0004	0064720-57.2020.8.16.0000
José Carlos Vieira - 9404N-PR	0009	0000092-97.1998.8.16.0075/5
Larissa Natália Mourão - 104290N-PR	0006	0019986-84.2021.8.16.0000
Letícia Alle Antonietto - 102445N-PR	0009	0000092-97.1998.8.16.0075/5
Lucas Rafael de Menezes Santos - 85499N-PR	0002	0004049-60.2018.8.16.0090
Magda Beatriz Ghignatti Pereira Arruty - 58888N-PR	0008	0025617-09.2021.8.16.0000
Manuela Ribeiro Bueno - 51538N-PR	0001	0018204-90.2014.8.16.0031
Marco Aurélio Milantonio Junior - 45037N-PR	0004	0064720-57.2020.8.16.0000
Maria Regina Zarate Nissel - 33071N-PR	0004	0064720-57.2020.8.16.0000
Marina Kukiela - 61870N-PR	0009	0000092-97.1998.8.16.0075/5
Miguel Maphuz Urbanetz - 96060N-PR	0008	0025617-09.2021.8.16.0000
Moacyr Correa Neto - 27018N-PR	0007	0016588-89.2017.8.16.0188
Mônica Bandeira de Mello Lefevre - 57540N-PR	0009	0000092-97.1998.8.16.0075/5
Nathali Bocardi dos Santos - 85803N-PR	0004	0064720-57.2020.8.16.0000
Patricia Matias Moreira - 91709N-PR	0005	0068862-34.2020.8.16.0000
Paulo Ricardo Opuska - 29373N-PR	0007	0016588-89.2017.8.16.0188
Pedro Augusto Vantroba - 27778N-PR	0009	0000092-97.1998.8.16.0075/5
Raphael Nazari Santos da Rosa - 69934N-PR	0003	0059739-82.2020.8.16.0000
Ricardo Haddad - 53928N-PR	0009	0000092-97.1998.8.16.0075/5
Ricardo José Dagostim - 35623N-PR	0001	0018204-90.2014.8.16.0031
Silvia Arruda Gomm - 22764N-PR	0009	0000092-97.1998.8.16.0075/5
Thatiana de Arêa Leão Candil - 36297N-PR	0003	0059739-82.2020.8.16.0000
Ussaima Addi - 41738N-PR	0005	0068862-34.2020.8.16.0000
	0006	0019986-84.2021.8.16.0000

Vanessa Janke de Castro - 31202N-PR

0004 0064720-57.2020.8.16.0000

- 0001** 0018204-90.2014.8.16.0031 - Apelação Cível
Comarca: Guarapuava.
Vara: 2ª Vara Cível de Guarapuava.
Ação Originária: 0018204-90.2014.8.16.0031 - Procedimento Comum Cível.
Apelante: Jakob Weckl, Renata Veronica Weckl.
Advogado: Alessandro Frederico de Paula - 29326N-PR, Fabiana Andrea Fernandes Lima Pereira - 43141N-PR.
Apelado: Espólio de Rufino Pacheco, Maria Cenira Teixeira Pacheco, Maria de Fátima Pacheco Dangui, Sandra Aparecida Pacheco.
Advogado: Manuela Ribeiro Bueno - 51538N-PR, Ricardo José Dagostim - 35623N-PR.
Relator: Desembargador Rogério Etzel.
Relator Convocado: Juiz Subst. 2º grau Luciano Campos de Albuquerque.
- 0002** 0004049-60.2018.8.16.0090 - Apelação Cível
Comarca: Ipirorã.
Vara: Vara de Família e Sucessões de Ipirorã.
Ação Originária: 0004049-60.2018.8.16.0090 - Alimentos - Provisionais.
Apelante: A.R.T., H.L.T..
Advogado: Gustavo Cesar Valentim Gomes - 87442N-PR, Jordan Rogatte de Moura - 56656N-PR, Lucas Rafael de Menezes Santos - 85499N-PR.
Apelado: A.d.S., A.R.T., H.L.T..
Advogado: Evelin Cristina Coelho - 75506N-PR, Gustavo Cesar Valentim Gomes - 87442N-PR, Jordan Rogatte de Moura - 56656N-PR, Lucas Rafael de Menezes Santos - 85499N-PR.
Relator: Desembargador Luis Cesar de Paula Espindola.
- 0003** 0059739-82.2020.8.16.0000 - Agravo de Instrumento
Comarca: Foz do Iguaçu.
Vara: 1ª Vara de Família e Sucessões de Foz do Iguaçu.
Ação Originária: 0021099-17.2020.8.16.0030 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68.
Agravante: R.A.d.C..
Advogado: Jayne Mayara Araujo Aranda - 73699N-PR, Raphael Nazari Santos da Rosa - 69934N-PR.
Agravado: A.W.C., L.W.C..
Advogado: Thatiana de Arêa Leão Candil - 36297N-PR.
Relator: Desembargador Luis Cesar de Paula Espindola.
- 0004** 0064720-57.2020.8.16.0000 - Agravo de Instrumento
Comarca: Curitiba.
Vara: 1ª Vara de Família de Curitiba.
Ação Originária: 0014719-23.2019.8.16.0188 - Procedimento Comum Cível.
Agravante: M.V.C.G..
Advogado: Marco Aurélio Milantonio Junior - 45037N-PR.
Agravado: H.G.S., L.G.S., L.F.M..
Advogado: Alessandro Donizethe Souza Vale - 26791N-PR, Brasílio Vicente de Castro Neto - 38688N-PR, José Augusto Araújo de Noronha - 23044N-PR, Maria Regina Zarate Nissel - 33071N-PR, Nathali Bocardi dos Santos - 85803N-PR, Vanessa Janke de Castro - 31202N-PR.
Relator: Desembargador Luis Cesar de Paula Espindola.
- 0005** 0068862-34.2020.8.16.0000 - Agravo de Instrumento
Comarca: Foz do Iguaçu.
Vara: 1ª Vara de Família e Sucessões de Foz do Iguaçu.
Ação Originária: 0022922-26.2020.8.16.0030 - Procedimento Comum Cível.
Agravante: V.d.R..
Advogado: Adilson José de Melo - 53720N-PR.
Agravado: R.M.L..
Advogado: Patricia Matias Moreira - 91709N-PR, Thatiana de Arêa Leão Candil - 36297N-PR.
Relator: Desembargador Luis Cesar de Paula Espindola.
- 0006** 0019986-84.2021.8.16.0000 - Agravo de Instrumento
Comarca: Ivaiporã.
Vara: Vara de Família e Sucessões de Ivaiporã.
Ação Originária: 0003340-04.2018.8.16.0097 - Procedimento Comum Cível.
Agravante: E.A..
Advogado: Deusdério Tórmina - 9184N-PR, Larissa Natália Mourão - 104290N-PR.
Agravado: A.P.F.R., E.F.d.R., J.F.R., R.F.d.R., V.F.d.R., V.d.R..
Advogado: Andreia Deliga - 386967N-SP, Carina do Carmo Castilho Silva - 22964N-PR, Cirineu Dias - 22500N-PR, Ussaima Addi - 41738N-PR.
Relator: Desembargadora Ivanise Maria Tratz Martins.
- 0007** 0016588-89.2017.8.16.0188 - Apelação Cível
Comarca: Curitiba.
Vara: 2ª Vara de Família de Curitiba.
Ação Originária: 0016588-89.2017.8.16.0188 - Divórcio Litigioso.
Apelante: L.B.S.d.S..
Advogado: Moacyr Correa Neto - 27018N-PR.
Apelado: Y.K.d.S..
Advogado: Paulo Ricardo Opuska - 29373N-PR.
Relator: Desembargador Rogério Etzel.
- 0008** 0025617-09.2021.8.16.0000 - Agravo de Instrumento
Comarca: Curitiba.
Vara: 4ª Vara de Família de Curitiba.
Ação Originária: 0002966-98.2021.8.16.0188 - Divórcio Litigioso.
Agravante: L.S.P., M.F.S.P., M.S.P..
Advogado: Magda Beatriz Ghignatti Pereira Arruty - 58888N-PR.
Agravado: A.D.d.S.P..
Advogado: Miguel Maphuz Urbanetz - 96060N-PR.
Interessado: B.M.d.C.S..
Relator: Desembargador Rogério Etzel.
- 0009** 0000092-97.1998.8.16.0075/5 - Embargos de Declaração Cível
Comarca: Cornélio Procopio.
Vara: 1ª Vara Cível de Cornélio Procopio.
Ação Originária: 0000092-97.1998.8.16.0075 - Procedimento Comum Cível.
Embargante: Antonio Ducci, Ducci Cereais Ltda.
Advogado: Silvia Arruda Gomm - 22764N-PR.

Embargado: Geni Landgraf Ducci, Jaqueline Ducci, Lucia Aparecida Ducci, Odárcio de Oliveira Ducci, Pillade Ducci Junior, Torquato Ducci.
 Advogado: Anderson Martins da Silva - 234321N-SP, Anderson de Souza Amaro - 343489N-SP, Bruno Gressler Wontroba - 82113N-PR, Candido da Silva Dinamarco - 102090N-SP, Daniel Siqueira Borda - 63688N-PR, Danielle Souza Vileas - 425941N-SP, Doshin Watanabe - 86674N-PR, Eduardo Talamini - 19920N-PR, Felipe Sripes Wladeck - 38054N-PR, Isabella Moreira de Andrade - 61211N-PR, José Carlos Vieira - 9404N-PR, Leticia Alle Antonietto - 102445N-PR, Marina Kukiela - 61870N-PR, Mônica Bandeira de Mello Lefevre - 57540N-PR, Pedro Augusto Vantroba - 27778N-PR, Ricardo Haddad - 53928N-PR.
 Interessado: Paulo Afonso Rodrigues.
 Relator: Desembargadora Ivanise Maria Tratz Martins.

Setor de Pautas**Pauta de Julgamento do dia 13/10/2021 13:30****Sessão ordinária - 14ª Câmara Cível****Relação No. 2021.00064 de Publicação - Projudi**

Pauta de Julgamento da sessão ordinária da 14ª Câmara Cível a realizar-se em 13/10/2021 às 13:30 horas, ou sessões subsequentes. Sessão a ser realizada por videoconferência pela plataforma oficial fornecida pelo Conselho Nacional de Justiça, Cisco Webex Meetings, com acompanhamento pelo canal TJPR - Sessões no YouTube (<https://www.youtube.com/channel/UCK-nMIsIrteS6OI5AZF5RTg/featured>)

ÍNDICE DE PUBLICAÇÃO

ADVOGADO	ORDEM	PROCESSO
Alexandre Postiglione Buhner - 25633N-PR	0008	0022079-20.2021.8.16.0000
Andressa Karina Pfeffer Gallio - 79076N-PR	0009	0025603-25.2021.8.16.0000
Augusto Pastuch de Almeida - 29178N-PR	0011	0003849-27.2021.8.16.0000/1
Bruna Pereira Guerra de Souza - 341392N-SP	0007	0017486-45.2021.8.16.0000
Careline Lamboia Gasoto - 85334N-PR	0012	0019320-32.2017.8.16.0030/1
Carlos Arauz Filho - 27171N-PR	0010	0003040-86.2017.8.16.0126
Cezar Eduardo Ziliotto - 22832N-PR	0011	0003849-27.2021.8.16.0000/1
Crestiane Andreia Zanrosso - 31462N-PR	0005	0011749-61.2021.8.16.0000
Edison de Mello Santos - 7045N-PR	0006	0013870-62.2021.8.16.0000
Eduardo Bastos de Barros - 23277N-PR	0011	0003849-27.2021.8.16.0000/1
Flavio Sperotto - 21404N-SC	0009	0025603-25.2021.8.16.0000
Francieli Terezinha Borges - 57111N-PR	0013	0045506-46.2021.8.16.0000
Franco Vinicius Dorneles Santa Maria - 89035N-PR	0007	0017486-45.2021.8.16.0000
Genésio Felipe de Natividade - 10747N-PR	0001	0037424-26.2021.8.16.0000
	0012	0019320-32.2017.8.16.0030/1
Gilberto Godoy Vêrdi - 65445N-PR	0013	0045506-46.2021.8.16.0000
Giovana Picoli - 51189N-PR	0005	0011749-61.2021.8.16.0000
Gustavo de Almeida Flessak - 31435N-PR	0011	0003849-27.2021.8.16.0000/1
Gustavo Mussi Milani - 32622N-PR	0005	0011749-61.2021.8.16.0000
Ivan Somariva - 66560N-PR	0007	0017486-45.2021.8.16.0000
Jhonathas Aparecido Guimarães Sucupira - 42382N-PR	0010	0003040-86.2017.8.16.0126
João Pedro Kostin Felipe de Natividade - 86214N-PR	0001	0037424-26.2021.8.16.0000
	0012	0019320-32.2017.8.16.0030/1
Juana Carvalho - 75847N-PR	0011	0003849-27.2021.8.16.0000/1
Kamille Ziliotto Ferreira - 79545N-PR	0011	0003849-27.2021.8.16.0000/1
Karina de Almeida Batistuci - 54305N-PR	0002	0002467-33.2020.8.16.0194
Leandro Liça - 47685N-PR	0002	0002467-33.2020.8.16.0194
Lorena Caroline Niero - 74660N-PR	0001	0037424-26.2021.8.16.0000
Luciana Goulart Penteado - 167884N-SP	0007	0017486-45.2021.8.16.0000
Maira Bianca Belem Tomasoni - 45149N-PR	0003	0001234-27.2019.8.16.0035
Marcelo Küster de Almeida - 44449N-PR	0002	0002467-33.2020.8.16.0194
Márcio Rodrigo Frizzo - 33150N-PR	0008	0022079-20.2021.8.16.0000
Marcos Antonio Maier Carvalho - 19724N-PR	0011	0003849-27.2021.8.16.0000/1
Marcos Vinicius Dacol Boschirolli - 19647N-PR	0009	0025603-25.2021.8.16.0000
Maria Cristina Wielewicz - 79033N-PR	0001	0037424-26.2021.8.16.0000
Mariana Künzel - 102446N-PR	0007	0017486-45.2021.8.16.0000
Mariano Antonio Cabello Cipolla - 36575N-PR	0006	0013870-62.2021.8.16.0000
Mikael Pinheiro de Oliveira - 24800N-CE	0004	0011197-96.2021.8.16.0000
Nereu Luis Battisti Junior - 61021N-PR	0012	0019320-32.2017.8.16.0030/1
Newton Dorneles Saratt - 38023A-PR	0003	0001234-27.2019.8.16.0035
Patrícia Frizzo - 45706N-PR	0008	0022079-20.2021.8.16.0000
Pedro Euclides Utzig - 21362N-PR	0004	0011197-96.2021.8.16.0000
Rodrigo Pereira Cortez - 50015N-PR	0006	0013870-62.2021.8.16.0000
Shirley Terezinha Bonfim - 18667N-PR	0006	0013870-62.2021.8.16.0000
Simone Dominschek - 66294N-PR	0011	0003849-27.2021.8.16.0000/1
Tania Cristina de Paula Somariva - 37876N-PR	0007	0017486-45.2021.8.16.0000
Valdenir José Rocha - 66272N-PR	0012	0019320-32.2017.8.16.0030/1

Vinicius Feriato - 43748N-PR	0008	0022079-20.2021.8.16.0000
Walter Borges Carneiro - 22741N-PR	0011	0003849-27.2021.8.16.0000/1
Wiliam Roque Borges - 62044N-PR	0013	0045506-46.2021.8.16.0000

0001	0037424-26.2021.8.16.0000 - Agravado de Instrumento Comarca: Londrina. Vara: 7ª Vara Cível de Londrina. Ação Originária: 0026708-92.2021.8.16.0014 - Procedimento Comum Cível. Agravante: Maria de Fatima Alves Valentim. Advogado: Lorena Caroline Niero - 74660N-PR, Maria Cristina Wielewicz - 79033N-PR. Agravado: Ativos S.a. Securitizadora de Creditos Financeiros, Banco do Brasil S/a. Advogado: Genésio Felipe de Natividade - 10747N-PR, João Pedro Kostin Felipe de Natividade - 86214N-PR. Relator: Desembargador Francisco Eduardo Gonzaga de Oliveira.
0002	0002467-33.2020.8.16.0194 - Apelação Cível Comarca: Curitiba. Vara: 25ª Vara Cível de Curitiba. Ação Originária: 0002467-33.2020.8.16.0194 - Procedimento Comum Cível. Apelante: João Adir Domingues Kuka. Advogado: Leandro Liça - 47685N-PR, Marcelo Küster de Almeida - 44449N-PR. Apelado: Itapeva XII Multicarteira Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Nao-padroneizados. Advogado: Karina de Almeida Batistuci - 54305N-PR. Relator: Desembargador Octavio Campos Fischer. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º grau José Ricardo Alvarez Vianna.
0003	0001234-27.2019.8.16.0035 - Apelação Cível Comarca: São José dos Pinhais. Vara: 3ª Vara Cível de São José dos Pinhais. Ação Originária: 0001234-27.2019.8.16.0035 - Procedimento Comum Cível. Apelante: Banco Bradesco S/a, Eduardo Fonseca Pedralli. Advogado: Maira Bianca Belem Tomasoni - 45149N-PR, Newton Dorneles Saratt - 38023A-PR. Apelado: Banco Bradesco S/a, Eduardo Fonseca Pedralli. Advogado: Maira Bianca Belem Tomasoni - 45149N-PR, Newton Dorneles Saratt - 38023A-PR. Relator: Desembargador João Antônio De Marchi. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º grau José Ricardo Alvarez Vianna.
0004	0011197-96.2021.8.16.0000 - Agravado de Instrumento Comarca: Curitiba. Vara: 4ª Vara Cível de Curitiba. Ação Originária: 0007340-98.2005.8.16.0001 - Cumprimento de sentença. Agravante: Francisca Lucilene Evangelista de Sousa, Francisco Alves de Sousa. Advogado: Mikael Pinheiro de Oliveira - 24800N-CE. Agravado: Zenilda Till. Advogado: Pedro Euclides Utzig - 21362N-PR. Relator: Desembargadora Themis de Almeida Furquim. Relator Convocado: Juiz Subst. 2º grau Antonio Domingos Ramina Junior.
0005	0011749-61.2021.8.16.0000 - Agravado de Instrumento Comarca: Cascavel. Vara: 1ª Vara Cível de Cascavel . Ação Originária: 0000077-19.1986.8.16.0021 - Cumprimento de sentença. Agravante: Picoli & Zanrosso Adv. Assoc.. Advogado: Crestiane Andreia Zanrosso - 31462N-PR, Giovana Picoli - 51189N-PR. Agravado: Walter Roque Martello. Advogado: Gustavo Mussi Milani - 32622N-PR. Interessado: Giovana Carla Martello Lobo, Karina Martello Cordeiro, Mirian Aparecida Nascimento Martello, Natalia Martello Carrasquillo. Advogado: Gustavo Mussi Milani - 32622N-PR. Relator: Desembargador José Hipólito Xavier da Silva.
0006	0013870-62.2021.8.16.0000 - Agravado de Instrumento Comarca: Curitiba. Vara: 21ª Vara Cível de Curitiba. Ação Originária: 0030080-40.2011.8.16.0001 - Execução de Título Extrajudicial. Agravante: Catarina de Souza, Vitor Sergio Favaretto. Advogado: Mariano Antonio Cabello Cipolla - 36575N-PR, Rodrigo Pereira Cortez - 50015N-PR. Agravado: Antonio Roberto da Silva. Advogado: Edison de Mello Santos - 7045N-PR, Shirley Terezinha Bonfim - 18667N-PR. Relator: Desembargador Fernando Antonio Prazeres.
0007	0017486-45.2021.8.16.0000 - Agravado de Instrumento Comarca: Cascavel. Vara: 1ª Vara Cível de Cascavel . Ação Originária: 0002562-63.2021.8.16.0021 - Procedimento Comum Cível. Agravante: S.H.C.. Advogado: Franco Vinicius Dorneles Santa Maria - 89035N-PR, Ivan Somariva - 66560N-PR, Mariana Künzel - 102446N-PR, Tania Cristina de Paula Somariva - 37876N-PR. Agravado: B.d.B.S., V.d.B.E.L.. Advogado: Bruna Pereira Guerra de Souza - 341392N-SP, Luciana Goulart Penteado - 167884N-SP. Relator: Desembargador Fernando Antonio Prazeres.
0008	0022079-20.2021.8.16.0000 - Agravado de Instrumento Comarca: Wenceslau Braz. Vara: Vara Cível de Wenceslau Braz. Ação Originária: 0000412-32.2021.8.16.0176 - Procedimento Comum Cível. Agravante: Carvalho de Paiva & Cia Ltda. Advogado: Alexandre Postiglione Buhner - 25633N-PR. Agravado: Cooperativa de Credito e Investimento de Livre Admissao do Norte do Parana e Sul de Sao Paulo - Sicredi Norte Sul Pr/sp. Advogado: Márcio Rodrigo Frizzo - 33150N-PR, Patrícia Frizzo - 45706N-PR, Vinicius Feriato - 43748N-PR. Relator: Desembargador Octavio Campos Fischer.
0009	0025603-25.2021.8.16.0000 - Agravado de Instrumento Comarca: Pato Branco.

- Vara: 2ª Vara Cível de Pato Branco.
 Ação Originária: 0011404-27.2020.8.16.0131 - Execução de Título Extrajudicial.
 Agravante: Vvi Victory Veículos Ltda..
 Advogado: Andressa Karina Pfeffer Gallio - 79076N-PR, Marcos Vinicius Dacol Boschirolli - 19647N-PR.
 Agravado: Pirâmide Veículos Ltda..
 Advogado: Flavio Sperotto - 21404N-SC.
 Relator: Desembargadora Themis de Almeida Furquim.
- 0010** 0003040-86.2017.8.16.0126 - Apelação Cível
 Comarca: Palotina.
 Vara: Vara Cível de Palotina.
 Ação Originária: 0003040-86.2017.8.16.0126 - Procedimento Comum Cível.
 Apelante: Ja Digitação e Fotocopias Ltda, Juçara Maria Alba Chiumento.
 Advogado: Jhonathas Aparecido Guimarães Sucupira - 42382N-PR.
 Apelado: Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Vale do Piquiri Abcd - Sicredi Vale do Piquiri Abcd Pr/sp.
 Advogado: Carlos Arauz Filho - 27171N-PR.
 Interessado: Jose Antonio Chiumento.
 Relator: Desembargador Octavio Campos Fischer.
- 0011** 0003849-27.2021.8.16.0000/1 - Embargos de Declaração Cível
 Comarca: Guarapuava.
 Vara: 1ª Vara Cível de Guarapuava.
 Ação Originária: 0013467-73.2016.8.16.0031 - Tutela Cautelar Antecedente.
 Embargante: Cooperativa Agrária Agroindustrial.
 Advogado: Cezar Eduardo Ziliotto - 22832N-PR, Eduardo Bastos de Barros - 23277N-PR, Kamille Ziliotto Ferreira - 79545N-PR, Simone Dominschek - 66294N-PR.
 Embargado: Agorinção Agricultura e Pecuária Ltda..
 Advogado: Augusto Pastuch de Almeida - 29178N-PR, Gustavo de Almeida Flessack - 31435N-PR, Juana Carvalho - 75847N-PR, Marcos Antonio Maier Carvalho - 19724N-PR, Walter Borges Carneiro - 22741N-PR.
 Relator: Desembargador Fernando Antonio Prazeres.
- 0012** 0019320-32.2017.8.16.0030/1 - Embargos de Declaração Cível
 Comarca: Foz do Iguaçu.
 Vara: 1ª Vara Cível de Foz do Iguaçu.
 Ação Originária: 0019320-32.2017.8.16.0030 - Procedimento Comum Cível.
 Embargante: Abrapar Despachos Aduaneiros Ltda - Epp.
 Advogado: Careline Lamboia Gasoto - 85334N-PR, Nereu Luis Battisti Junior - 61021N-PR.
 Embargado: Banco do Brasil Sa.
 Advogado: Genésio Felipe de Natividade - 10747N-PR, João Pedro Kostin Felipe de Natividade - 86214N-PR, Valdenir José Rocha - 66272N-PR.
 Relator: Desembargador Fernando Antonio Prazeres.
- 0013** 0045506-46.2021.8.16.0000 - Agravo de Instrumento
 Comarca: Curitiba.
 Vara: 19ª Vara Cível de Curitiba.
 Ação Originária: 0027709-64.2015.8.16.0001 - Execução de Título Extrajudicial.
 Agravante: Laertes Dranka.
 Advogado: Gilberto Godoy Vêrdi - 65445N-PR.
 Agravado: Gilnei Simões.
 Advogado: Francielli Terezinha Borges - 57111N-PR, Wilian Roque Borges - 62044N-PR.
 Relator: Desembargador José Hipólito Xavier da Silva.

Setor de Pautas

Pauta de Julgamento do dia 13/10/2021 13:30

Sessão ordinária - 16ª Câmara Cível

Relação No. 2021.00066 de Publicação - Projudi

Pauta de Julgamento da sessão ordinária da 16ª Câmara Cível a realizar-se em 13/10/2021 às 13:30 horas, ou sessões subsequentes. Sessão a ser realizada por videoconferência pela plataforma oficial fornecida pelo Conselho Nacional de Justiça, Cisco Webex Meetings, com acompanhamento pelo canal TJPR - Sessões no YouTube (<https://www.youtube.com/channel/UCK-nMIsIrteS6OI5AZF5RTg/featured>)

ÍNDICE DE PUBLICAÇÃO

ADVOGADO	ORDEM	PROCESSO
Anaymur Cassyus Vieira de Oliveira - 9899N-GO	0001	0040723-45.2020.8.16.0000
Daniel Wunder Hachem - 50558N-PR	0006	0025042-98.2021.8.16.0000
Edson Aparecido da Silva - 12397N-PR	0007	0039376-40.2021.8.16.0000
Fabiula Müller Koenig - 22819N-PR	0007	0039376-40.2021.8.16.0000
Felipe Klein Gussoli - 75081N-PR	0006	0025042-98.2021.8.16.0000
Fernando Cezar Vernalha Guimaraes - 20738N-PR	0001	0040723-45.2020.8.16.0000
Francisco Jose das Neves - 122257N-SP	0006	0025042-98.2021.8.16.0000
Glauco Luciano Ramos - 19211N-PR	0003	0002481-58.2020.8.16.0148
Guilherme Luiz Sandri - 22357N-PR	0004	0061465-91.2020.8.16.0000
Gustavo Rodrigo Góes Nicoladeli - 56918N-PR	0007	0039376-40.2021.8.16.0000
Jonathan Isaías Amaral Santos - 94281N-PR	0004	0061465-91.2020.8.16.0000
Liliane de Jesus Vollrath Oliva - 38359N-PR	0002	0000482-51.2013.8.16.0169/1
Luiz Fernando Casagrande Pereira - 22076N-PR	0001	0040723-45.2020.8.16.0000
Luzardo Faria - 86431N-PR	0006	0025042-98.2021.8.16.0000
Marcelo Jose Ciscato - 24654N-PR	0008	0039583-39.2021.8.16.0000
Marcio Ribeiro Pires - 25849N-PR	0002	0000482-51.2013.8.16.0169/1
Marcione Pereira dos Santos - 17536N-PR	0009	0001258-27.2013.8.16.0080

Marcos Paulo de Castro Pereira - 49078N-PR	0008	0039583-39.2021.8.16.0000
Mariano Antonio Cabello Cipolla - 36575N-PR	0007	0039376-40.2021.8.16.0000
Monica de Paula Xavier Ziesemer - 33377N-PR	0002	0000482-51.2013.8.16.0169/1
Osvaldo Guerra Zolet - 63520A-PR	0010	0000793-91.2020.8.16.0138
Paulo Cesar de Lara - 30636N-PR	0004	0061465-91.2020.8.16.0000
Paulo Habith - 71546N-PR	0005	0002200-66.2017.8.16.0194
Rafaella Nátaly Fácio - 103999N-PR	0006	0025042-98.2021.8.16.0000
Reginaldo Caselato - 46563N-PR	0010	0000793-91.2020.8.16.0138
Ricardo Reis Messaggi - 63486N-PR	0005	0002200-66.2017.8.16.0194
Rogério Damasceno Leal - 156779N-SP	0009	0001258-27.2013.8.16.0080
Silvia Ferreira Persechini Mattos - 98575N-MG	0003	0002481-58.2020.8.16.0148
Silvio Andre Brambila Rodrigues - 21305N-PR	0008	0039583-39.2021.8.16.0000
Tiago Stainke - 46119N-PR	0007	0039376-40.2021.8.16.0000
Wandervall Polachini - 36171N-PR	0002	0000482-51.2013.8.16.0169/1

- 0001** 0040723-45.2020.8.16.0000 - Agravo de Instrumento
 Comarca: Curitiba.
 Vara: 16ª Vara Cível de Curitiba.
 Ação Originária: 0005369-56.2020.8.16.0194 - Embargos à Execução.
 Agravante: Construtora e Incorporadora Squadro Ltda.
 Advogado: Fernando Cezar Vernalha Guimaraes - 20738N-PR, Luiz Fernando Casagrande Pereira - 22076N-PR.
 Agravado: Noel Ribas Pacheco.
 Advogado: Anaymur Cassyus Vieira de Oliveira - 9899N-GO.
 Relator: Desembargadora Maria Mercis Gomes Aniceto.
 Relator Convocado: Juiz Subst. 2º grau Antonio Carlos Ribeiro Martins.
- 0002** 0000482-51.2013.8.16.0169/1 - Agravo Interno Cível
 Comarca: Ponta Grossa.
 Vara: 3ª Vara Cível de Ponta Grossa.
 Ação Originária: 0000482-51.2013.8.16.0169 - Embargos à Execução.
 Agravante: Banco do Brasil S/a.
 Advogado: Liliane de Jesus Vollrath Oliva - 38359N-PR, Marcio Ribeiro Pires - 25849N-PR, Monica de Paula Xavier Ziesemer - 33377N-PR.
 Agravado: Lia Fernanda Carneiro Prestes Gomes.
 Advogado: Wandervall Polachini - 36171N-PR.
 Relator: Desembargador Luiz Antônio Barry.
- 0003** 0002481-58.2020.8.16.0148 - Apelação Cível
 Comarca: Rolândia.
 Vara: Vara Cível de Rolândia.
 Ação Originária: 0002481-58.2020.8.16.0148 - Procedimento Comum Cível.
 Apelante: Tereza Quinhone.
 Advogado: Glauco Luciano Ramos - 19211N-PR.
 Apelado: Banco Inter S.a..
 Advogado: Silvia Ferreira Persechini Mattos - 98575N-MG.
 Relator: Desembargadora Maria Mercis Gomes Aniceto.
- 0004** 0061465-91.2020.8.16.0000 - Agravo de Instrumento
 Comarca: Rio Negro.
 Vara: Vara Cível de Rio Negro.
 Ação Originária: 0000217-36.2004.8.16.0146 - Execução de Título Extrajudicial.
 Agravante: Jurandir de Amorim Santos, Vanessa do Amaral Santos.
 Advogado: Jonathan Isaías Amaral Santos - 94281N-PR.
 Agravado: Antonio Carlos Antunes Correa.
 Advogado: Guilherme Luiz Sandri - 22357N-PR.
 Interessado: Minaspetrol Comércio de Combustíveis Ltda, Posto Br 2000 Ltda.
 Advogado: Paulo Cesar de Lara - 30636N-PR.
 Relator: Desembargadora Maria Mercis Gomes Aniceto.
- 0005** 0002200-66.2017.8.16.0194 - Apelação Cível
 Comarca: Curitiba.
 Vara: 22ª Vara Cível de Curitiba.
 Ação Originária: 0002200-66.2017.8.16.0194 - Tutela Cautelar Antecedente.
 Apelante: A.G.A.I.-M..
 Advogado: Ricardo Reis Messaggi - 63486N-PR.
 Apelado: A.E.C.L..
 Advogado: Paulo Habith - 71546N-PR.
 Relator: Desembargador Luiz Fernando Tomasi Keppen.
 Relator Convocado: Juíza Subst. 2º grau Vânia Maria da Silva Kramer.
- 0006** 0025042-98.2021.8.16.0000 - Agravo de Instrumento
 Comarca: Curitiba.
 Vara: 8ª Vara Cível de Curitiba.
 Ação Originária: 0025964-15.2016.8.16.0001 - Execução de Título Extrajudicial.
 Agravante: União Nacional das Associações de Proteção À Maternidade, Infância e Família e Entidades Sociais Afins.
 Advogado: Daniel Wunder Hachem - 50558N-PR, Felipe Klein Gussoli - 75081N-PR, Luzardo Faria - 86431N-PR, Rafaella Nátaly Fácio - 103999N-PR.
 Agravado: Fido - Construtora Montagens Industriais, Importação e Exportação Ltda. - Epp.
 Advogado: Francisco Jose das Neves - 122257N-SP.
 Relator: Desembargadora Maria Mercis Gomes Aniceto.
 Relator Convocado: Juiz Subst. 2º grau Antonio Carlos Ribeiro Martins.
- 0007** 0039376-40.2021.8.16.0000 - Agravo de Instrumento
 Comarca: São José dos Pinhais.
 Vara: 3ª Vara Cível de São José dos Pinhais.
 Ação Originária: 0013258-34.2012.8.16.0035 - Execução de Título Extrajudicial.
 Agravante: Luis Felipe Zamboni Nicolao.
 Advogado: Mariano Antonio Cabello Cipolla - 36575N-PR.
 Agravado: Banco do Brasil S/a.
 Advogado: Fabiula Müller Koenig - 22819N-PR, Gustavo Rodrigo Góes Nicoladeli - 56918N-PR.
 Interessado: Knx do Brasil Ltda Epp, Rafael Kozoski da Silva.
 Advogado: Edson Aparecido da Silva - 12397N-PR, Tiago Stainke - 46119N-PR.
 Relator: Desembargador Luiz Antônio Barry.

0008 0039583-39.2021.8.16.0000 - Agravo de Instrumento

Comarca: Curitiba.

Vara: 14ª Vara Cível de Curitiba.

Ação Originária: 0007804-88.2006.8.16.0001 - Execução de Título Extrajudicial.

Agravante: Gerson Zaleski Voichcoski.

Advogado: Marcelo Jose Ciscato - 24654N-PR, Marcos Paulo de Castro Pereira - 49078N-PR.

Agravado: Luiz Cesar Mansur Buffara.

Advogado: Silvio Andre Brambila Rodrigues - 21305N-PR.

Relator: Desembargador Lauro Laertes de Oliveira.

0009 0001258-27.2013.8.16.0080 - Apelação Cível

Comarca: Engenheiro Beltrão.

Vara: Vara Cível de Engenheiro Beltrão.

Ação Originária: 0001258-27.2013.8.16.0080 - Procedimento Comum Cível.

Apelante: Macrofertil Indústria e Comércio de Fertilizantes S.a., Sabaralcoo S a Acucar e Alcool.

Advogado: Marcione Pereira dos Santos - 17536N-PR, Rogerio Damasceno Leal - 156779N-SP.

Apelado: Macrofertil Indústria e Comércio de Fertilizantes S.a., Sabaralcoo S a Acucar e Alcool.

Advogado: Marcione Pereira dos Santos - 17536N-PR, Rogerio Damasceno Leal - 156779N-SP.

Relator: Desembargador Luiz Antônio Barry.

Relator Convocado: Juiz Subst. 2º grau Marco Antonio Massaneiro.

0010 0000793-91.2020.8.16.0138 - Apelação Cível

Comarca: Primeiro de Maio.

Vara: Vara Cível de Primeiro de Maio.

Ação Originária: 0000793-91.2020.8.16.0138 - Procedimento Comum Cível.

Apelante: Banco Itau Unibanco S.a, Sebastião Marzola.

Advogado: Osvaldo Guerra Zolet - 63520A-PR, Reginaldo Caselato - 46563N-PR.

Apelado: Banco Itau Unibanco S.a, Sebastião Marzola.

Advogado: Osvaldo Guerra Zolet - 63520A-PR, Reginaldo Caselato - 46563N-PR.

Relator: Desembargador Lauro Laertes de Oliveira.

Divisão de Distribuição

Seção de Preparo

Seção de Mandados e Cartas

Divisão de Processo Cível

Divisão de Processo Crime

Divisão de Recursos aos Tribunais Superiores

Processos do Órgão Especial

FUNREJUS

Núcleo de Conciliação do 2º Grau

Departamento de Gestão de Precatórios

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Paraná
DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE PRECATÓRIOS

Relação Nº 1411/2021 - DGP - DA

PROTOCOLO/SEI Nº 0101598-86.2021.8.16.6000

Lista de Credores Preferenciais nº 85 - Estado do Paraná

ADVOGADOS CREDITORES: ADAUTO PINTO DA SILVA, AGNALDO FERREIRA DOS SANTOS, ANA PAULA MICHELS OSTROVSKI, ANDRE GUILHERME ZAIA, ANDRÉ LEONARDO MEERHOLZ, ANTONIO MARCOS TEIXEIRA SILVA, APARECIDA ZELI DE ANDRADE, ARI AMARO VIEIRA DE SOUZA, ARNALDO DA SILVA, ARTUR DE ABREU, AUGUSTO HIDALGO DI IORIO, BEATRIZ ADRIANA DE ALMEIDA, CAMILA RETES FERREIRA, CAMILA SIMÕES MARTINS, CARLA LECINK BERNARDI, CARLOS BERNARDO CARVALHO DE ALBUQUERQUE, CAROLINA GUIDOTTI LORENZETT, CELINA GALEB NITSCHKE, CLAUDINEY ERNANI GIANNINI, CLEBERSON DINIZ, CLEONICE PEREIRA MARQUES MONTANHA, DALVA FERREIRA CAMARGO, DANIEL AUGUSTO DO AMARAL CARVALHO, DANIEL PINHEIRO, DANIEL SMIGUEL DE MAIS, DANIELLE CHRISTIANNE DA ROCHA, DENISE MARTINS AGOSTINI, DIEGO HENRIQUE DOS SANTOS ANGEHEBEM, DIOGO AMILTON VENANCIO, DIRCEU GALDINO CARDIN, DONIZETE BALDINO GARCIA, EDSON CHAVES FILHO, ERICA FERNANDA DA MOTTA, EVANDRO ALVES DOS SANTOS, FABIANO LOPES, FÁBIO FARIAS DE MATTOS LIMA, FATIMA MIRIAN BORTOT, FELIPE AMARAL DA CUNHA, FERNANDA CAMILA PISSETTI POLIDORO ZONKOWSKI, FERNANDA COELHO, FERNANDA IMBRIANI FARIA, FERNANDO LANZ, FERNANDO PAROLINI MORAES, FILIPE WILSON GOMES DE BORBA, FRANCISCO AUGUSTO ZARDO GUEDES, GABRIEL MEDEIROS REGNIER, GERMANO AUGUSTO PEREIRA SURECK, GISELE SOARES, GISELE YOSHIKO HOTTA, GLAUCIO ALEXANDRE BRUNINI, GUILHERME FARACO, GUILHERME LEPRI LONGAS, GUILHERME REGIO PEGORARO, GUSTAVO MUNHOZ, HELOISA BEVILAQUA DA SILVEIRA, HERBERT ROBERTO ESTEVÃO FADEL PINTO, HUGO FRANCISCO GOMES, IVANA MARTINS TOMEDI VIZONI, JAITE CORRÊA NOBRE JÚNIOR, JHONATHAN SANTOS CAMARGO, JOAO ANTONIO DA CRUZ, JOÃO LUIZ AGNER REGIANI, JOAO PAULO AKAISHI FILHO, JOELSON ANTONIO ROSA DARTE, JOSÉ CARLOS FERREIRA, JOSE DOROTI BORGES, JOSÉ EDUARDO MORENO MAESTRELLI, JOSE GUILHERME ROLIM ROSA, JOSÉ PEREIRA DE MORAES NETO, JOSÉ ROBERTO MARTINS, JOSÉ ROBERTO NATULINI FILHO, JUCELY ANTONIAZZI, JULYANE INGRIT ABDALA, LEILANE TREVISAN MORAES, LIDIANI FADEL BUENO GOMES, LORENA POOL DEMÁRIO STUBERT, LUCAS EDUARDO MONTEIRO MORETO, LUCI RAYMUNDO DAMÁZIO, LUCIANA CORDEIRO DISTEFANO DE OLIVEIRA, LUIS ALBERTO SNIECIKOSKI, LUIS ANSELMO ARRUDA GARCIA, LUIS EDUARDO PALIARINI, LUÍS HENRIQUE FERNANDES

HIDALGO, LUIZ RODRIGUES DA ROCHA FILHO, LUZARDO FARIA, MAISA UMBELINO, MANOEL FERNANDES DOS SANTOS PEREIRA, MARCELO ASSUNÇÃO LOPES, MARCELO CONSTANTINO MALAGUIDO, MARCELO FERREIRA CRUVINEL, MARCELO RICIERI PINHATARI, MARCOS ROBERTO MENEGHIN, MARIA CAROLINA SILVESTRE DE BARROS, MARIA DE LOURDES VIEL PULZATTO, MARIA DO CARMO PINHATARI FERREIRA, MARIA REGINA DISCINI, MARINA BRISOLARA KOLOSZWA, MARIO ESPEDITO OSTROVSKI, MARLUS RAYMUNDO DAMAZIO, MAURICIO JOSE MORATO DE TOLEDO, MAURO SHIGUEMITSU YAMAMOTO, MILTON MIRO VERNALHA FILHO, MIRIAN SOLANGE KOLICHESKI, MONICA TABORDA VIOLIN, MONIQUE EVELIN MOREIRA DAL PRÁ, NAO TO YAMASAKI, NATANIEL PINOTTI BROGLIO, NORMA SUELY WOOD SALDANHA DE MORAES, NYCHELLEN CYRIA ABDALA, PATRICIA CAMPANHARO BIZETTO, PAULA REGINA DISCINI CORTELLINI, PEDRO HENRIQUE BENASSI PEROZIM, PEDRO HENRIQUE DE GÓIS, PEDRO HENRIQUE GALLOTTI KENICKE, PNELOPY TULLER OLIVEIRA FREITAS ALMIRAO, RAFAEL ELIAS ZANETTI, RAMONN BALDINO GARCIA, RAQUEL PEREIRA DOS SANTOS, REGIANE DE OLIVEIRA ANDREOLA RIGON, RODRIGO BRUM SILVA, RENATO ALBERTO NIELSEN KANAYAMA, RENE PELEPIU, RESHAD TAWFEIQ, RICARDO ALBERTO KANAYAMA, RODRIGO ARRUDA SANCHEZ, RODRIGO FERNANDES, RODRIGO LUÍS KANAYAMA, RODRIGO PETROCINI DA SILVA MARTINS, ROGER STRIKER TRIGUEIROS, ROSANNA DI LUCA MELANI, RUDINEI FRACASSO, RUI ROGERS DE CARVALHO, SABRINA SUELEN MARCELINO, SANDRO BALDUINO MORAIS, SERGIO ANTONIO MEDA, SERGIO MURILO LOUREIRO, SERGIO NEY CUELLAR TRAMUJAS, SÍLVIA NEDEFF DE PAULA, SILVIO LUIZ JANUARIO, SIMONE APARECIDA LIMA DA CRUZ, STEFANO AVILA PAVAN, SWELLEN YANO DA SILVA, THUAN FELIPE GRITZ DOS SANTOS, VANDERLEI LANZ, VINICIUS CARVALHO FERNANDES, WAGNER DE SOUZA MOURA, YOHANN SADE

PROCURADORES ENTE DEVEDOR: JOSÉ IVO DE AGUIAR OLIVEIRA, CLAUDIO MOREIRA PHILOMENO GOMES NETO

Decisão Nº 6837831 - DGP-D (Lista de Credores Preferenciais nº 85 - Estado do Paraná): 1 - Trata-se de Informações da Divisão de Análise de Critérios Judiciais de Cálculo - DACJuC (SEI nº 6806097 e 6832679), nas quais consta a listagem de credores de precatórios com natureza alimentar requisitados em face do **ESTADO DO PARANÁ, bem como suas autarquias e fundações**, que, por atenderem aos requisitos do artigo 102, § 2º, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), com redação dada pela Emenda Constitucional nº 99/2017, tiveram o pedido de pagamento superpreferencial em razão de **doença grave deferido até o dia 13/09/2021**, bem como aqueles que se enquadram na condição de **sexagenários**, cujos pedidos foram **deferidos até o dia 31/08/2021**. Ressalta-se que não houve pedido deferido em favor de pessoa com deficiência. **1.1** - Submetido o presente à análise da Divisão Jurídica do Departamento de Gestão de Precatórios foi exarado Parecer DGP-DJ 6825743, no sentido da "juridicidade do procedimento de pagamento, conforme ordenado e proposto pela DACJUC (doc. 6806097)." Ainda, com relação ao saldo disponível na conta de repasse (SEI nº 6810750), verificou-se que é suficiente para quitação das superpreferências. **2** - Conforme decisões proferidas nos autos de precatórios de natureza alimentar (SEI nº 6833963), os pedidos de superpreferência dos credores abaixo descritos foram deferidos diante da comprovação da condição de prioridade, na forma do artigo 102, § 2º, do ADCT, da Resolução nº 303/2019 do CNJ e Portaria nº 260/2012 desta Presidência, a teor da análise da documentação (laudo médico quanto aos portadores de doença grave e documento de identidade quanto aos sexagenários):

Número lista:	2021/0008			
Tipo lista pref.:	Alimentar - doentes graves			
Número repasse:	85 (L 85 PDG)			
Data base:	13/09/2021			
Vir. base:	Conforme data do trânsito em julgado da decisão condenatória			
Devedor:	ESTADO DO PARANÁ			
Total liberado:	R\$ 140.076,52			
Ordem	Ofício requisitório	Protocolo SEI/ Mov. Projudi	CPF do Credor	Situação
0001	2015/900131	0000444-42.2015 .8.16.7000	(CPF: 391.994.***- **)	Liberado
Número lista:	2021/0010			
Tipo lista pref.:	Alimentar - sexagenários			
Número repasse:	85 (L 85 SEXAG)			
Data base:	31/08/2021			
Vir. base:	Conforme data do trânsito em julgado da decisão condenatória			
Devedor:	ESTADO DO PARANÁ			
Total liberado:	R\$ 21.114.228,46			
Ordem	Ofício requisitório	Protocolo SEI/ Mov. Projudi	CPF do Credor	Situação
0001	2000/127881	0000135-46.2000 .8.16.7000	(CPF: 567.130.***- **)	Liberado
0002	2000/38885	0000206-48.2000 .8.16.7000	(CPF: 043.055.***- **)	Liberado
0003	2000/38885	0000206-48.2000 .8.16.7000	(CPF: 111.842.***- **)	Liberado
0004	2000/38885	0000206-48.2000 .8.16.7000	(CPF: 111.388.***- **)	Liberado
0005	2001/60888	0000069-32.2001 .8.16.7000	(CPF: 511.793.***- **)	Liberado
0006	2002/70247	0000045-67.2002 .8.16.7000	(CPF: 437.372.***- **)	Liberado
0007	2002/70247	0000045-67.2002 .8.16.7000	(CPF: 058.497.***- **)	Liberado

Diário Eletrônico do Tribunal de Justiça do Paraná

0008	2002/70247	0000045-67.2002 .8.16.7000	(CPF: 147.195.***- **)	Liberado	0057	2017/902647	0003674-24.2017 .8.16.7000	(CPF: 057.664.***- **)	Liberado
0009	2003/17696	0000016-80.2003 .8.16.7000	(CPF: 318.352.***- **)	Liberado	0058	2017/902647	0003674-24.2017 .8.16.7000	(CPF: 168.014.***- **)	Liberado
0010	2003/92093	0095720-83.2021 .8.16.6000	(CPF: 364.351.***- **)	Liberado	0059	2017/902946	0004228-56.2017 .8.16.7000	(CPF: 640.453.***- **)	Liberado
0011	2003/92093	0095697-40.2021 .8.16.6000	(CPF: 993.641.***- **)	Liberado	0060	2018/900437	0000910-31.2018 .8.16.7000	(CPF: 609.514.***- **)	Liberado
0012	2003/92093	0086793-31.2021 .8.16.6000	(CPF: 450.758.***- **)	Liberado	0061	2018/900638	0001202-16.2018 .8.16.7000	(CPF: 519.929.***- **)	Liberado
0013	2003/92093	0090544-26.2021 .8.16.6000	CPF: 519.496.***- **)	Liberado	0062	2018/900995	0004691-61.2018 .8.16.7000	(CPF: 575.412.***- **)	Liberado
0014	2003/92093	0077797-44.2021 .8.16.6000	(CPF: 495.154.***- **)	Liberado	0063	2018/903456	0091588-80.2021 .8.16.6000	(CPF: 519.496.***- **)	Liberado
0015	2003/92093	0090233-35.2021 .8.16.6000	(CPF: 549.653.***- **)	Liberado	0064	2018/903654	0005346-33.2018 .8.16.7000	(CPF: 881.425.***- **)	Liberado
0016	2003/93679	0000092-07.2003 .8.16.7000	(CPF: 010.495.***- **)	Liberado	0065	2018/903655	0005347-18.2018 .8.16.7000	(CPF: 288.573.***- **)	Liberado
0017	2004/185469	0000097-92.2004 .8.16.7000	(CPF: 357.833.***- **)	Liberado	0066	2018/903666	0005352-40.2018 .8.16.7000	(CPF: 462.836.***- **)	Liberado
0018	2006/206698	0000087-77.2006 .8.16.7000	(CPF: 184.610.***- **)	Liberado	0067	2019/901063	0001244-31.2019 .8.16.7000	(CPF: 309.955.***- **)	Liberado
0019	2007/131755	0000033-77.2007 .8.16.7000	(CPF: 014.629.***- **)	Liberado	0068	2019/902720	0003080-39.2019 .8.16.7000	(CPF: 403.451.***- **)	Liberado
0020	2008/272019	0000139-05.2008 .8.16.7000	(CPF: 005.468.***- **)	Liberado	0069	2019/903210	0003425-05.2019 .8.16.7000	(CPF: 541.609.***- **)	Liberado
0021	2008/170194	0000126-06.2008 .8.16.7000	(CPF: 385.677.***- **)	Liberado	0070	2019/903158	0003596-59.2019 .8.16.7000	(CPF: 365.491.***- **)	Liberado
0022	2008/170194	0000126-06.2008 .8.16.7000	(CPF: 007.181.***- **)	Liberado	0071	2019/903176	0003682-30.2019 .8.16.7000	(CPF: 661.841.***- **)	Liberado
0023	2008/170194	0000126-06.2008 .8.16.7000	(CPF: 860.973.***- **)	Liberado	0072	2019/904911	0005338-22.2019 .8.16.7000	(CPF: 205.408.***- **)	Liberado
0024	2008/170194	0000126-06.2008 .8.16.7000	(CPF: 495.302.***- **)	Liberado	0073	2019/904790	0005628-37.2019 .8.16.7000	(CPF: 328.350.***- **)	Liberado
0025	2009/366321	0000115-06.2010 .8.16.7000	(CPF: 057.498.***- **)	Liberado	0074	2019/905397	0005799-91.2019 .8.16.7000	(CPF: 310.639.***- **)	Liberado
0026	2009/180863	0000151-82.2009 .8.16.7000	(CPF: 469.441.***- **)	Liberado	0075	2019/904615	0005949-72.2019 .8.16.7000	(CPF: 921.912.***- **)	Liberado
0027	2010/65470	0000147-11.2010 .8.16.7000	(CPF: 043.650.***- **)	Liberado	0076	2019/904964	0005951-42.2019 .8.16.7000	(CPF: 522.763.***- **)	Liberado
0028	2009/378809	0000121-13.2010 .8.16.7000	(CPF: 438.712.***- **)	Liberado	0077	2019/906434	0007538-02.2019 .8.16.7000	(CPF: 210.706.***- **)	Liberado
0029	2012/900474	0000175-08.2012 .8.16.7000	(CPF: 338.290.***- **)	Liberado	0078	2019/906674	0007771-96.2019 .8.16.7000	(CPF: 005.078.***- **)	Liberado
0030	2012/900446	0000113-65.2012 .8.16.7000	(CPF: 396.371.***- **)	Liberado	0079	2019/906675	0007772-81.2019 .8.16.7000	(CPF: 634.433.***- **)	Liberado
0031	2013/900009	0096777-39.2021 .8.16.6000	(CPF: 358.813.***- **)	Liberado	0080	2019/906576	0007844-68.2019 .8.16.7000	(CPF: 370.922.***- **)	Liberado
0032	2013/900372	0000059-65.2013 .8.16.7000	(CPF: 906.124.***- **)	Liberado	0081	2019/907262	0008772-19.2019 .8.16.7000	(CPF: 166.676.***- **)	Liberado
0033	2011/363464	0082673-42.2021 .8.16.6000	(CPF: 552.653.***- **)	Liberado	0082	2019/907675	0009158-49.2019 .8.16.7000	(CPF: 150.283.***- **)	Liberado
0034	2015/900024	0000026-07.2015 .8.16.7000	(CPF: 005.930.***- **)	Liberado	0083	2019/907672	0009161-04.2019 .8.16.7000	(CPF: 032.572.***- **)	Liberado
0035	2015/900024	0084992-80.2021 .8.16.6000	(CPF: 257.469.***- **)	Liberado	0084	2019/908656	0010120-72.2019 .8.16.7000	(CPF: 700.465.***- **)	Liberado
0036	2014/900978	0085559-14.2021 .8.16.6000	(CPF: 847.372.***- **)	Liberado	0085	2019/908657	0010121-57.2019 .8.16.7000	(CPF: 092.551.***- **)	Liberado
0037	2015/900052	0000387-24.2015 .8.16.7000	(CPF: 075.292.***- **)	Liberado	0086	2019/908662	0010126-79.2019 .8.16.7000	(CPF: 480.239.***- **)	Liberado
0038	2014/900982	0000954-55.2015 .8.16.7000	(CPF: 428.951.***- **)	Liberado	0087	2019/908665	0010129-34.2019 .8.16.7000	(CPF: 531.957.***- **)	Liberado
0039	2015/900866	0000086-77.2015 .8.16.7000	(CPF: 518.214.***- **)	Liberado	0088	2019/908666	0010130-19.2019 .8.16.7000	(CPF: 158.674.***- **)	Liberado
0040	2015/900866	0000086-77.2015 .8.16.7000	(CPF: 007.455.***- **)	Liberado	0089	2019/908669	0010133-71.2019 .8.16.7000	(CPF: 451.138.***- **)	Liberado
0041	2016/900550	0000466-66.2016 .8.16.7000	(CPF: 358.347.***- **)	Liberado	0090	2020/900119	0000112-02.2020 .8.16.7000	(CPF: 986.416.***- **)	Liberado
0042	2016/900545	0000468-36.2016 .8.16.7000	(CPF: 158.656.***- **)	Liberado	0091	2020/900367	0000609-16.2020 .8.16.7000	(CPF: 212.049.***- **)	Liberado
0043	2016/900464	0000595-71.2016 .8.16.7000	(CPF: 326.187.***- **)	Liberado	0092	2020/900374	0000616-08.2020 .8.16.7000	(CPF: 022.549.***- **)	Liberado
0044	2016/900464	0000595-71.2016 .8.16.7000	(CPF: 459.937.***- **)	Liberado	0093	2020/900381	0000623-97.2020 .8.16.7000	(CPF: 207.197.***- **)	Liberado
0045	2016/900464	0000595-71.2016 .8.16.7000	(CPF: 424.760.***- **)	Liberado	0094	2020/900695	0000915-82.2020 .8.16.7000	(CPF: 087.967.***- **)	Liberado
0046	2016/900464	0000595-71.2016 .8.16.7000	(CPF: 348.709.***- **)	Liberado	0095	2020/900696	0000916-67.2020 .8.16.7000	(CPF: 079.478.***- **)	Liberado
0047	2016/900575	0000609-55.2016 .8.16.7000	(CPF: 495.161.***- **)	Liberado	0096	2020/900698	0000918-37.2020 .8.16.7000	(CPF: 216.447.***- **)	Liberado
0048	2017/900157	0000180-54.2017 .8.16.7000	(CPF: 010.988.***- **)	Liberado	0097	2020/900707	0000926-14.2020 .8.16.7000	(CPF: 302.921.***- **)	Liberado
0049	2017/900312	0000270-62.2017 .8.16.7000	(CPF: 359.587.***- **)	Liberado	0098	2020/900708	0000927-96.2020 .8.16.7000	(CPF: 087.967.***- **)	Liberado
0050	2017/900822	0001015-42.2017 .8.16.7000	(CPF: 527.261.***- **)	Liberado	0099	2020/901083	0001537-64.2020 .8.16.7000	(CPF: 186.898.***- **)	Liberado
0051	2017/900822	0001015-42.2017 .8.16.7000	(CPF: 548.642.***- **)	Liberado	0100	2020/901201	0001646-78.2020 .8.16.7000	(CPF: 843.963.***- **)	Liberado
0052	2017/900871	0001135-85.2017 .8.16.7000	(CPF: 456.811.***- **)	Liberado	0101	2020/901186	0001649-33.2020 .8.16.7000	(CPF: 408.003.***- **)	Liberado
0053	2017/900925	0001137-55.2017 .8.16.7000	(CPF: 185.821.***- **)	Liberado	0102	2020/902260	0002952-82.2020 .8.16.7000	(CPF: 365.548.***- **)	Liberado
0054	2017/900925	0001137-55.2017 .8.16.7000	(CPF: 017.180.***- **)	Liberado	0103	2020/902732	0003538-22.2020 .8.16.7000	(CPF: 545.438.***- **)	Liberado
0055	2017/901145	0001391-28.2017 .8.16.7000	(CPF: 353.906.***- **)	Liberado	0104	2020/903024	0003746-06.2020 .8.16.7000	(CPF: 757.329.***- **)	Liberado
0056	2017/901251	0001521-18.2017 .8.16.7000	(CPF: 156.110.***- **)	Liberado	0105	2020/903359	0004257-04.2020 .8.16.7000	(CPF: 846.444.***- **)	Liberado

Diário Eletrônico do Tribunal de Justiça do Paraná

0106	2020/903359	0004257-04.2020 8.16.7000	(CPF: 395.783.***- **)	Liberado	0155	2021/903336	0004161-52.2021. 8.16.7000	(CPF: 362.103.***- **)	Liberado
0107	2020/903359	0004257-04.2020 8.16.7000	(CPF: 480.937.***- **)	Liberado	0156	2021/903340	0004166-74.2021. 8.16.7000	(CPF: 171.938.***- **)	Liberado
0108	2020/903371	0004275-25.2020 8.16.7000	(CPF: 190.462.***- **)	Liberado	0157	2021/903341	0004167-59.2021. 8.16.7000	(CPF: 752.296.***- **)	Liberado
0109	2020/904559	0005558-83.2020. 8.16.7000	(CPF: 323.393.***- **)	Liberado	0158	2021/903617	0004556-44.2021. 8.16.7000	(CPF: 367.431.***- **)	Liberado
0110	2020/905599	0006708-02.2020 8.16.7000	(CPF: 551.886.***- **)	Liberado	0159	2021/903329	0004593-71.2021. 8.16.7000	(CPF: 185.821.***- **)	Liberado
0111	2020/905641	0006848-36.2020. 8.16.7000	(CPF: 257.519.***- **)	Liberado	0160	2021/903583	0004622-24.2021. 8.16.7000	(CPF: 706.035.***- **)	Liberado
0112	2020/905796	0007039-81.2020. 8.16.7000	(CPF: 620.069.***- **)	Liberado	0161	2021/903584	0004623-09.2021. 8.16.7000	(CPF: 562.300.***- **)	Liberado
0113	2020/905984	0007429-51.2020. 8.16.7000	(CPF: 205.616.***- **)	Liberado	0162	2021/903591	0004630-98.2021. 8.16.7000	(CPF: 562.870.***- **)	Liberado
0114	2020/906430	0008497-36.2020. 8.16.7000	(CPF: 387.300.***- **)	Liberado	0163	2021/903592	0004631-83.2021. 8.16.7000	(CPF: 285.839.***- **)	Liberado
0115	2020/906794	0008556-24.2020. 8.16.7000	(CPF: 313.063.***- **)	Liberado	0164	2021/903985	0004725-31.2021. 8.16.7000	(CPF: 360.104.***- **)	Liberado
0116	2020/907782	0009478-65.2020. 8.16.7000	(CPF: 734.928.***- **)	Liberado	0165	2021/904028	0004821-46.2021. 8.16.7000	(CPF: 983.192.***- **)	Liberado
0117	2021/900137	000197-51.2021 8.16.7000	(CPF: 258.467.***- **)	Liberado	0166	2021/904030	0004822-31.2021. 8.16.7000	(CPF: 365.831.***- **)	Liberado
0118	2021/900063	0000523-11.2021. 8.16.7000	(CPF: 310.639.***- **)	Liberado	0167	2021/904032	0004824-98.2021. 8.16.7000	(CPF: 310.639.***- **)	Liberado
0119	2021/900991	0001481-94.2021. 8.16.7000	(CPF: 543.125.***- **)	Liberado	0168	2021/904200	0004902-92.2021. 8.16.7000	(CPF: 003.267.***- **)	Liberado
0120	2021/901106	0001514-84.2021. 8.16.7000	(CPF: 363.758.***- **)	Liberado	0169	2021/903927	0005169-64.2021. 8.16.7000	(CPF: 327.215.***- **)	Liberado
0121	2021/901191	0001525-16.2021. 8.16.7000	(CPF: 254.555.***- **)	Liberado	0170	2021/903930	0005172-19.2021. 8.16.7000	(CPF: 231.432.***- **)	Liberado
0122	2021/901170	0001573-72.2021. 8.16.7000	(CPF: 230.964.***- **)	Liberado	0171	2021/903935	0005177-41.2021. 8.16.7000	(CPF: 322.489.***- **)	Liberado
0123	2021/901112	0001603-10.2021. 8.16.7000	(CPF: 412.410.***- **)	Liberado	0172	2021/903937	0005179-11.2021. 8.16.7000	(CPF: 099.945.***- **)	Liberado
0124	2021/901295	0001648-14.2021. 8.16.7000	(CPF: 017.711.***- **)	Liberado	0173	2021/903938	0005180-93.2021. 8.16.7000	(CPF: 071.757.***- **)	Liberado
0125	2021/901448	0001753-88.2021. 8.16.7000	(CPF: 759.031.***- **)	Liberado	0174	2021/903941	0005183-48.2021. 8.16.7000	(CPF: 062.966.***- **)	Liberado
0126	2021/901268	0001956-50.2021 8.16.7000	(CPF: 873.142.***- **)	Liberado	0175	2021/904274	0005306-46.2021. 8.16.7000	(CPF: 394.561.***- **)	Liberado
0127	2021/901625	0002016-23.2021. 8.16.7000	(CPF: 044.812.***- **)	Liberado	0176	2021/904444	0089710-23.2021. 8.16.6000	(CPF: 201.591.***- **)	Liberado
0128	2021/901789	0002214-60.2021. 8.16.7000	(CPF: 487.473.***- **)	Liberado	0177	2021/904625	0005401-76.2021. 8.16.7000	(CPF: 062.588.***- **)	Liberado
0129	2021/901512	0002272-63.2021. 8.16.7000	(CPF: 319.620.***- **)	Liberado	0178	2021/904723	0005511-75.2021. 8.16.7000	(CPF: 328.710.***- **)	Liberado
0130	2021/901519	0002281-25.2021. 8.16.7000	(CPF: 450.348.***- **)	Liberado	0179	2021/904505	0005540-28.2021. 8.16.7000	(CPF: 544.609.***- **)	Liberado
0131	2021/901648	0002300-31.2021 8.16.7000	(CPF: 450.329.***- **)	Liberado	0180	2021/904560	0005542-95.2021. 8.16.7000	(CPF: 143.011.***- **)	Liberado
0132	2021/901668	0002310-75.2021. 8.16.7000	(CPF: 354.144.***- **)	Liberado	0181	2021/904773	0005643-35.2021. 8.16.7000	(CPF: 004.779.***- **)	Liberado
0133	2021/902432	0002896-15.2021. 8.16.7000	(CPF: 451.092.***- **)	Liberado	0182	2021/904775	0005645-05.2021. 8.16.7000	(CPF: 414.345.***- **)	Liberado
0134	2021/902422	0002898-82.2021 8.16.7000	(CPF: 323.918.***- **)	Liberado	0183	2021/904777	0005648-57.2021. 8.16.7000	(CPF: 412.600.***- **)	Liberado
0135	2021/902426	0002902-22.2021. 8.16.7000	(CPF: 478.127.***- **)	Liberado	0184	2021/904778	0005649-42.2021. 8.16.7000	(CPF: 206.239.***- **)	Liberado
0136	2021/902626	0003020-95.2021. 8.16.7000	(CPF: 512.249.***- **)	Liberado	0185	2021/904781	0005652-94.2021. 8.16.7000	(CPF: 727.032.***- **)	Liberado
0137	2021/902438	0003091-97.2021. 8.16.7000	(CPF: 349.054.***- **)	Liberado	0186	2021/904782	0005653-79.2021. 8.16.7000	(CPF: 036.642.***- **)	Liberado
0138	2021/902372	0003273-83.2021. 8.16.7000	(CPF: 722.615.***- **)	Liberado	0187	2021/904783	0005654-64.2021. 8.16.7000	(CPF: 507.633.***- **)	Liberado
0139	2021/902658	0003478-15.2021. 8.16.7000	(CPF: 047.111.***- **)	Liberado	0188	2021/904712	0005660-71.2021. 8.16.7000	(CPF: 212.729.***- **)	Liberado
0140	2021/902787	0003519-79.2021. 8.16.7000	(CPF: 233.070.***- **)	Liberado	0189	2021/904713	0005661-56.2021. 8.16.7000	(CPF: 525.073.***- **)	Liberado
0141	2021/901389	0003577-82.2021. 8.16.7000	(CPF: 238.715.***- **)	Liberado	0190	2021/904714	0005662-41.2021. 8.16.7000	(CPF: 467.113.***- **)	Liberado
0142	2021/902939	0003589-96.2021. 8.16.7000	(CPF: 392.132.***- **)	Liberado	0191	2021/904717	0005665-93.2021. 8.16.7000	(CPF: 602.551.***- **)	Liberado
0143	2021/902943	0003594-21.2021. 8.16.7000	(CPF: 519.215.***- **)	Liberado	0192	2021/904672	0005790-61.2021. 8.16.7000	(CPF: 074.195.***- **)	Liberado
0144	2021/902947	0003597-73.2021. 8.16.7000	(CPF: 393.232.***- **)	Liberado	0193	2021/904516	0005824-36.2021. 8.16.7000	(CPF: 552.983.***- **)	Liberado
0145	2021/902978	0003638-40.2021. 8.16.7000	(CPF: 635.440.***- **)	Liberado	0194	2021/904815	0005882-39.2021. 8.16.7000	(CPF: 167.995.***- **)	Liberado
0146	2021/903264	0003750-09.2021. 8.16.7000	(CPF: 598.893.***- **)	Liberado	0195	2021/905164	0005944-79.2021. 8.16.7000	(CPF: 372.001.***- **)	Liberado
0147	2021/903266	0003768-30.2021. 8.16.7000	(CPF: 206.358.***- **)	Liberado	0196	2021/904969	0005972-47.2021. 8.16.7000	(CPF: 371.547.***- **)	Liberado
0148	2021/903268	0003788-21.2021. 8.16.7000	(CPF: 328.436.***- **)	Liberado	0197	2021/904968	0005974-17.2021. 8.16.7000	(CPF: 441.797.***- **)	Liberado
0149	2021/903265	0003790-88.2021. 8.16.7000	(CPF: 083.342.***- **)	Liberado	0198	2021/904972	0005976-84.2021. 8.16.7000	(CPF: 793.654.***- **)	Liberado
0150	2021/903267	0003792-58.2021. 8.16.7000	(CPF: 327.275.***- **)	Liberado	0199	2021/904977	0005981-09.2021 8.16.7000	(CPF: 271.820.***- **)	Liberado
0151	2021/903106	0003882-66.2021. 8.16.7000	(CPF: 502.272.***- **)	Liberado	0200	2021/905261	0006021-88.2021 8.16.7000	(CPF: 364.860.***- **)	Liberado
0152	2021/903228	0003892-13.2021. 8.16.7000	(CPF: 392.628.***- **)	Liberado	0201	2021/905015	0006057-33.2021 8.16.7000	(CPF: 424.318.***- **)	Liberado
0153	2021/903208	0003921-63.2021. 8.16.7000	(CPF: 171.733.***- **)	Liberado	0202	2021/905382	0006196-82.2021 8.16.7000	(CPF: 330.864.***- **)	Liberado
0154	2021/903233	0003925-03.2021. 8.16.7000	(CPF: 013.066.***- **)	Liberado	0203	2021/904924	0006268-69.2021. 8.16.7000	(CPF: 733.827.***- **)	Liberado

0204	2021/905278	0006288-60.2021 8.16.7000	(CPF: 158.450.***- **)	Liberado
0205	2021/905290	0006299-89.2021 8.16.7000	(CPF: 060.483.***- **)	Liberado
0206	2021/905292	0006304-14.2021 8.16.7000	(CPF: 203.668.***- **)	Liberado
0207	2021/905295	0006307-66.2021 8.16.7000	(CPF: 510.819.***- **)	Liberado
0208	2021/905299	0006311-06.2021 8.16.7000	(CPF: 237.820.***- **)	Liberado
0209	2021/904755	0006322-35.2021 8.16.7000	(CPF: 124.831.***- **)	Liberado
0210	2021/905265	0006332-79.2021 8.16.7000	(CPF: 634.376.***- **)	Liberado
0211	2021/905493	0006376-98.2021 8.16.7000	(CPF: 163.276.***- **)	Liberado
0212	2021/905253	0006396-89.2021 8.16.7000	(CPF: 338.514.***- **)	Liberado
0213	2021/905389	0006569-16.2021 8.16.7000	(CPF: 279.690.***- **)	Liberado
0214	2021/905679	0006604-73.2021 8.16.7000	(CPF: 259.132.***- **)	Liberado
0215	2021/905730	0006664-46.2021 8.16.7000	(CPF: 403.627.***- **)	Liberado
0216	2021/905417	0006678-30.2021 8.16.7000	(CPF: 234.864.***- **)	Liberado
0217	2021/905418	0006679-15.2021 8.16.7000	(CPF: 388.317.***- **)	Liberado
0218	2021/905425	0006684-37.2021 8.16.7000	(CPF: 230.937.***- **)	Liberado
0219	2021/905946	0006886-14.2021 8.16.7000	(CPF: 111.625.***- **)	Liberado
0220	2021/905739	0006908-72.2021 8.16.7000	(CPF: 003.651.***- **)	Liberado
0221	2021/905821	0006940-77.2021 8.16.7000	(CPF: 048.571.***- **)	Liberado
0222	2021/905814	0006943-32.2021 8.16.7000	(CPF: 974.054.***- **)	Liberado
0223	2021/905879	0006969-30.2021 8.16.7000	(CPF: 107.526.***- **)	Liberado
0224	2021/905862	0006987-51.2021 8.16.7000	(CPF: 147.856.***- **)	Liberado
0225	2021/905866	0006993-58.2021 8.16.7000	(CPF: 036.298.***- **)	Liberado
0226	2021/905867	0006994-43.2021 8.16.7000	(CPF: 255.800.***- **)	Liberado
0227	2021/905868	0006996-13.2021 8.16.7000	(CPF: 506.506.***- **)	Liberado
0228	2021/905871	0007000-50.2021 8.16.7000	(CPF: 010.153.***- **)	Liberado
0229	2021/905908	0007005-72.2021 8.16.7000	(CPF: 456.064.***- **)	Liberado
0230	2021/906001	0007021-26.2021 8.16.7000	(CPF: 320.849.***- **)	Liberado
0231	2021/904645	0007069-82.2021 8.16.7000	(CPF: 407.950.***- **)	Liberado
0232	2021/905906	0007102-72.2021 8.16.7000	(CPF: 330.327.***- **)	Liberado
0233	2021/906109	0007247-31.2021 8.16.7000	(CPF: 726.478.***- **)	Liberado
0234	2021/906297	0007750-52.2021 8.16.7000	(CPF: 169.793.***- **)	Liberado
0235	2021/906130	0007753-07.2021 8.16.7000	(CPF: 056.623.***- **)	Liberado
0236	2021/906182	0007756-59.2021 8.16.7000	(CPF: 030.966.***- **)	Liberado
0237	2021/906345	0007793-86.2021 8.16.7000	(CPF: 402.951.***- **)	Liberado
0238	2021/906550	0007899-48.2021 8.16.7000	(CPF: 354.054.***- **)	Liberado
0239	2021/906590	0007919-39.2021 8.16.7000	(CPF: 143.502.***- **)	Liberado

Cumpra ressaltar que o reconhecimento da condição preferencial não enseja a automática liberação de valor, visto ser necessário confirmar a subsistência do crédito, considerando as comunicações de penhoras, cessões de crédito e/ou outras constrições e, ao final, apurar se há saldo a ser pago e qual o montante atualizado, bem como a existência de recursos financeiros para fazer frente ao pagamento.

2.1 - Quanto aos limites para pagamento superpreferencial, correspondente até 5 (cinco) RPV's, de acordo com o § 2º do artigo 102 do ADCT, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 99/2017, deve-se respeitar o valor de **R\$ 220.000,00 (duzentos e vinte mil reais)**, nos precatórios com sentença judicial transitada em julgado até 22/12/2015, e o montante de **R\$ 92.551,25 (noventa e dois mil, quinhentos e cinquenta e um reais e vinte e cinco centavos)**, nos precatórios com sentença judicial transitada em julgado a partir de 23/12/2015, conforme previsto, respectivamente, no Decreto nº 846/2003 e na Lei Estadual n. 18.664/2015, com valor atualizado pela Resolução SEFA nº 02/2021. **2.2** - Vale esclarecer, ainda, que nos precatórios citados abaixo, o crédito requisitado pertence exclusivamente ao respectivo credor e o montante total atualizado é inferior ao limite de pagamento de superpreferência, conforme indicado no item 2.1 desta decisão. Assim, com a liberação de recursos haverá a **quitação integral** dos referidos precatórios:

PRECATÓRIO	
2015/900052	
2015/900866	
2017/900871	

2017/901145
2017/902946
2018/900638
2018/903456
2018/903654
2018/903655
2018/903666
2019/901063
2019/902720
2019/905397
2019/904615
2019/908656
2019/908657
2019/908662
2019/908665
2019/908666
2019/908669
2020/900119
2020/900367
2020/900374
2020/900381
2020/902260
2020/905599
2020/905796
2021/900137
2021/900063
2021/901170
2021/901295
2021/901448
2021/901625
2021/902432
2021/902422
2021/903106
2021/903228
2021/903208
2021/903233
2021/903336
2021/903340
2021/903341
2021/904028
2021/904030
2021/904032
2021/904200
2021/904516
2021/905164
2021/905261
2021/905015
2021/905493
2021/905253
2021/905389
2021/905730
2021/905417
2021/905418
2021/905425
2021/906001
2021/906550
2021/906590

2.3 - No que se refere aos precatórios indicados a seguir, verifica-se que o crédito superpreferencial atualizado dos beneficiários é inferior ao limite de pagamento da superpreferência, de modo que restará para quitação apenas o valor das custas processuais. Conforme delineado no Parecer DGP-DJ 6825743, "as custas processuais têm caráter meramente acessório e, por lógico, devem seguir a sorte do principal, gerando economia ao Poder Judiciário na medida em que extingue processos de origem e de precatórios, mas também à entidade devedora, que fica dispensada de acompanhá-los em razão da sua extinção.. Note-se que, no presente caso, a medida é impactante na gestão tanto do Judiciário como da Procuradoria Geral do Estado (PGE), pois resultará na baixa adicional de diversos precatórios, com reflexo positivo também nos juízos de origem." Assim, com a quitação dos créditos superpreferenciais também deverão ser quitadas as respectivas custas processuais **junto ao DEF ou mediante remessa ao juízo requisitante**, conforme o caso, nos montantes indicados abaixo, de maneira a possibilitar a **baixa na prenotação** dos referidos precatórios (Informação DGP-DC 6832679 - item 5):

PRECATÓRIO	CUSTAS
2015/900866	R\$ 646,83
2019/903210	R\$ 1.412,90
2019/903158	R\$ 2.697,47
2019/904790	R\$ 1.471,62
2019/904964	R\$ 1.472,29
2019/906434	R\$ 1.408,86
2019/906674	R\$ 1.454,39
2019/906675	R\$ 1.462,24
2019/906576	R\$ 1.458,82
2019/907262	R\$ 1.414,19
2019/907675	R\$ 1.454,39
2019/907672	R\$ 1.408,84
2020/900695	R\$ 1.556,65
2020/900696	R\$ 1.344,74
2020/900698	R\$ 1.344,74
2020/900708	R\$ 1.344,74
2020/901201	R\$ 1.124,96
2020/901186	R\$ 1.406,22
2020/902732	R\$ 1.472,41
2020/903024	R\$ 2.225,79
2020/905984	R\$ 1.874,68

2020/906430	R\$ 1.375,23
2020/906794	R\$ 1.316,22
2021/900991	R\$ 61,31
2021/901106	R\$ 3.036,16*
2021/901191	R\$ 1.357,75
2021/901112	R\$ 2.210,37
2021/901268	R\$ 1.915,02
2021/901512	R\$ 1.304,89
2021/901519	R\$ 1.304,89
2021/901648	R\$ 1.372,45
2021/901668	R\$ 1.304,89
2021/902438	R\$ 1.315,12
2021/902372	R\$ 1.357,75
2021/902658	R\$ 1.900,75
2021/902787	R\$ 2.636,70
2021/901389	R\$ 1.903,67
2021/902939	R\$ 2.636,70
2021/902943	R\$ 1.304,89
2021/902947	R\$ 2.620,93
2021/903264	R\$ 1.258,07
2021/903266	R\$ 1.303,00
2021/903268	R\$ 1.303,00
2021/903265	R\$ 1.303,00
2021/903267	R\$ 1.303,00
2021/903329	R\$ 1.576,69
2021/903583	R\$ 1.293,64
2021/903584	R\$ 1.390,75
2021/903591	R\$ 1.417,41
2021/903592	R\$ 1.539,70
2021/903985	R\$ 1.304,89
2021/903927	R\$ 1.278,94
2021/903930	R\$ 1.278,94
2021/903935	R\$ 1.278,94
2021/903937	R\$ 1.278,94
2021/903938	R\$ 1.278,94
2021/903941	R\$ 1.324,09
2021/904274	R\$ 1.304,89
2021/904444	R\$ 1.319,18
2021/904723	R\$ 2.471,67
2021/904505	R\$ 1.278,94
2021/904773	R\$ 1.575,11
2021/904775	R\$ 1.995,60
2021/904777	R\$ 1.995,60
2021/904712	R\$ 1.371,68
2021/904713	R\$ 1.682,94
2021/904714	R\$ 1.781,55
2021/904717	R\$ 1.995,60
2021/905278	R\$ 1.257,87
2021/905290	R\$ 1.257,87
2021/905292	R\$ 1.257,87
2021/905295	R\$ 1.257,87
2021/904755	R\$ 1.699,35
2021/905265	R\$ 1.278,94
2021/905389	R\$ 1.314,98
2021/905739	R\$ 1.391,77
2021/905906	R\$ 1.428,22
2021/906109	R\$ 1.454,03
2021/906297	R\$ 1.365,68
2021/906130	R\$ 1.320,64
2021/906182	R\$ 1.350,62
2021/906345	R\$ 1.325,27
TOTAL	R\$ 124.139,14

* No precatório nº 2021/901106, deve-se aguardar a análise da sugestão de retificação apontada para conclusão do procedimento de baixa.

2.4 - No que diz respeito aos precatórios abaixo listados, no momento da atualização do crédito foi considerado o destacamento de **honorários contratuais**, tendo em vista a existência de determinação expressa nos autos dos precatórios (SEI 6832679 - item 6), além de que o requerimento da superpreferência foi efetuado pelo procurador destinatário da referida verba:

PRECATÓRIO	
2003/92093	
2006/206698	
2016/900550	
2018/900995	
2019/904911	
2020/900119	
2020/905599	
2020/907782	
2021/901170	
2021/902438	
2021/902978	
2021/905389	
2021/906001	
2021/906130	

Ressalta-se, conforme Parecer DGP-DJ 6825743- itens 42-47, que a autorização para pagamento do valor destacado em favor dos respectivos procuradores não configura o adiantamento a título superpreferencial previsto no artigo 102, § 2º, do ADCT, pois **não há alteração de titularidade do crédito**, mas somente uma garantia em favor dos advogados, em atendimento ao que dispõe o artigo 22, §4º, da Lei nº 8.906/1994. Ademais, foi sugerido pelo ato opinativo *"que o pagamento dos honorários contratuais destacados seja realizado em conta judicial individualizada, mediante dedução da quantia a ser paga ao beneficiário principal da requisição, nos termos do artigo 8º, §2º, da Resolução n.º 303/19 do CNJ e do artigo 39,*

§1º do Decreto Judiciário n.º 520/20". Considerando que o Sistema de Gestão de Precatórios, nas listas superpreferenciais, ainda não possui ferramenta que emita automaticamente as ordens de pagamento referentes aos honorários contratuais, a **Divisão Financeira do DEF** deverá emití-las manual e individualmente, ficando desde logo esclarecido que no aludido sistema encontra-se pré-cadastrado apenas o valor devido ao credor superpreferencial. **2.5 -** Com relação aos credores listados abaixo, no precatório nº **2000/38885**, cumpre ressaltar que na atualização dos respectivos créditos foram consideradas as cessões de crédito, conforme percentuais a seguir exposto (Informação SEI 6806097- item 8):

PRECATÓRIO	CREDOR	Percentual
2000/38885	C.F.D.P.	Cessão de 80%
2000/38885	A.C.D.C.F	Cessão de 61,55%

2.6 - Quanto ao precatório nº **901.106/2021 - Credor: E.F.D.S.**, a Divisão de Análise de Critérios Judiciais de Cálculo apontou erros materiais no valor requisitado, visto que no cálculo homologado há anatocismo, devido à aplicação da remuneração da poupança, que consiste da TR e juros capitalizados (item 1.1 da Informação SEI 6806097):

Valor DEFERIDO Atualizado				Valor RETIFICADO Atualizado			
Credor	Principal (R\$)	Juros (R\$)	Total (R\$)	Principal (R\$)	Juros (R\$)	Total (R\$)	Diferença (CONTRO VERSO) (R\$)
E. F. D. S.	38.801,41	29.236,12	68.037,53	38.801,41	21.446,07	60.247,48	7.790,05
Custas	3.036,16	-	3.036,16	3.036,16	-	3.036,16	-
Total	41.837,57	29.236,12	71.073,69	41.837,57	21.446,07	63.283,64	7.790,05

Submetido à análise da Divisão Jurídica, por meio do Parecer DGP-DJ 6825743 - itens 23/27, opinou ser *"prudente a liberação dos valores incontroversos e provisionamento dos valores supostamente controvertidos, até que as questões levantadas pela Contadoria sejam dirimidas, conforme sugerido"*. **2.7 -** No que tange ao precatório nº **901.268/2021 - Credora: A.K.C.D.M.**, a Divisão de Análise de Critérios Judiciais de Cálculo verificou que não consta nos autos de origem e tampouco no precatório, o cálculo discriminado do valor requisitado e deferido, não sendo possível proceder à revisão completa. **Na mesma oportunidade, informou que o cálculo das custas processuais presente no processo não condiz com o valor requisitado e deferido** (item 1.2 da Informação SEI 6806097). A Consultoria Jurídica, em análise aos autos, verificou a possibilidade de realizar o cálculo, utilizando-se das informações constantes do documento que contém as verbas discriminadas de cada um dos credores, inclusive da beneficiária do precatório em questão (fls. 59 a 62 do mov. 48.3 dos autos Projudi n.º 0001945-89.2019.8.16.7000). E ainda, sugeriu a retificação, junto ao SGP, do valor das custas processuais, em visto do erro material que pode ser corrigido de ofício, conforme itens 28/35 do Parecer DGP-DJ 6825743. A DACJuC, por meio da Informação DGP-DC 6832679, certificou que foi possível efetuar a revisão do precatório utilizando-se o cálculo sugerido, bem como informou que retificou o valor das custas processuais junto ao SGP. **3 -** Com relação aos precatórios citados abaixo (item 2.1 da Informação SEI 6806097), a Divisão de Análise de Critérios Judiciais de Cálculo apontou que as penhoras foram descontadas na apuração dos créditos para que os referidos valores sejam remetidos aos juízos de origem para levantamento, sendo que os créditos superpreferenciais deverão ser pagos junto ao DEF, conforme determinado nos despachos de deferimento de inclusão em lista superpreferencial. Entretanto, a Divisão Jurídica no item 36 do Parecer DGP-DJ 6825743, entendeu *"ser prudente, preliminarmente, provisionar os valores integrais e solicitar aos juízos penhorantes o valor atualizado das penhoras, com pagamento dos saldos aos credores originários em seguida. Cabe ressaltar que, nos termos do art. 64 do Decreto Judiciário nº 520/2020, "A penhora somente incidirá sobre o valor disponível do precatório, considerado este como o valor líquido ainda não disponibilizado ao beneficiário, após incidência de imposto de renda, contribuição social, contribuição para o FGTS, honorário advocatício contratual reservado, cessão de crédito registrada, compensação parcial e penhora anterior, se houver"*.

Assim, a DACJuC, por meio da Informação DGP-DC 6832679, apresentou os valores integrais para provisionamento, conforme segue:

PRECATÓRIO	CREDOR	PROVISIONAMENTO (R\$)
2017/902.647	M. D. L. C. D. A.	220.000,00
2017/902.647	A. M. G. P.	220.000,00
2021/905265	S. M. N. M.	97.122,34
TOTAL		537.122,34

4 - Diante do exposto, **acolho o Parecer DGP-DJ 6825743**, e, constatada a existência de erro material cognoscível de ofício, **com fulcro no art. 1º-E da Lei 9.494/97, RETIFICO** o valor total requisitado do precatório nº **901.268/2021**, para **R\$ 116.010,21** (cento e dezesseis mil, dez reais e vinte e cinco centavos), conforme Informação de mov. 48.1 - Projudi: **0001956-50.2021.8.16.7000. 4.1 - Ainda, AUTORIZO**, até os limites informados no item 2.1 da presente decisão: **a) a abertura de conta remunerada para depósito de valores devidos aos credores superpreferenciais (TJPR) relacionados no item 2, que totalizam R\$ 21.254.304,98 (vinte e um milhões, duzentos e cinquenta e quatro mil, trezentos e quatro reais e noventa e oito centavos); b) o pagamento dos honorários contratuais destacados (TJPR) - item 2.4, que totalizam R\$ 293.551,79 (duzentos noventa e três mil, quinhentos e cinquenta e um reais e setenta e nove centavos); c) a liberação de R\$ 124.139,14 (cento e vinte e quatro mil, cento e trinta e nove reais e quatorze centavos) para quitação das custas processuais (TJPR), de acordo com o item 2.3 desta decisão, tudo conforme cálculos realizados pela DACJuC do Departamento de Gestão de Precatórios (Informação DGP-DC 6832679), tudo com posterior pagamento a ser realizado neste Tribunal de Justiça; e) os provisionamentos do valor controverso e dos créditos com penhoras no total de R\$ 544.912,39 (quinhentos e quarenta e quatro mil, novecentos e doze reais e trinta e nove centavos)**, conforme itens 2.6 e 3 desta decisão. **5**

- **DETERMINO**, ainda, o repasse, **em conta única**, ao E. Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região do montante de **R\$ 2.048.584,97 (dois milhões, quarenta e oito mil, quinhentos e oitenta e quatro reais e noventa e sete centavos)**, para **pagamento das superpreferências** oriundas da Justiça Trabalhista (ofícios inseridos no protocolo SEI nº 0068341-12.2017.8.16.6000), indicados no item 9 da Informação SEI 6806097, conforme montantes informados pela referida Corte (DOC SEI 6810744). **5.1** - Cumpre ressaltar que caberá ao egregio Tribunal Trabalhista proceder à liberação de valores aos credores, com observância ao limite superpreferencial cabível em cada caso, conforme informado no item 2.1 da presente decisão e, em remanescente saldo relativo ao repasse, proceder ao estorno ao TJPR para fins de pagamento de novos pedidos superpreferenciais. **6** - Antes de enviar os precatórios ao Departamento Econômico e Financeiro - DEF, a **Divisão Administrativa** deverá: a. Juntar cópia do presente em todos os precatórios requisitados pelo TJPR, que são objeto da presente decisão; b. Dar ciência à Fazenda Pública devedora - Casa Civil, por ofício; c. Dar ciência à Secretaria de Estado da Fazenda do Paraná (SEFA), por ofício; d. Dar ciência ao TRT9ª via malote digital, servindo o presente como ofício. Juntamente, encaminhe-se cópia das Informações DGP-DC 6806097 e 6832679; e. Intimar **os credores** dos precatórios abrangidos pela presente decisão, via DJe ou postal; **f. Oficiar** aos juízes de origem dos precatórios n.º 2017/902647 e n.º 2021/905265, solicitando o valor atualizado das penhoras em face das credoras citadas no item 3 da presente decisão; **g. Retificar** no Sistema de Gestão de Precatórios - SGP e PROJUDI, com apoio da DACJuC (dados financeiros), o valor deferido no precatório nº 901.268/2021 (Projudi: : 0001956-50.2021.8.16.7000), com a devida certificação nos autos, conforme item "4" desta decisão; **7** - Após, ao **Departamento Econômico e Financeiro (DEF)** para: a) Promover a abertura das contas bancárias, com a devida certificação nos autos; b) Promover a remessa ao TRT9ª, em conta única, conforme item 5 desta decisão; após, oficiar, encaminhando-se cópia da presente decisão bem como dos respectivos cálculos, **informando que se trata de pagamento superpreferencial**; c) **Observar a necessidade de emissão de ordens de pagamentos dos honorários contratuais individualizadas, nos termos do item 2.4 e em observância do artigo 8º, §2º, da Resolução n.º 303/19 do CNJ e do artigo 39, §1º do Decreto Judiciário n.º 520/20**; d) **Aguardar a remessa dos cálculos das penhoras solicitadas no item 6, alínea "f", desta decisão. Com a chegada das planilhas, proceder à liberação dos valores das penhoras aos juízes de origem, bem como proceder ao pagamento, junto ao DEF, dos saldos aos credores originários em seguida, nos termos do art. 64 do Decreto Judiciário nº 520/2020.** e) Quanto aos credores superpreferenciais do precatório nº 92.093/2003 (SINDIJUS), diante da impossibilidade de anexação ao presente expediente dos seguintes protocolos: 0086793-31.2021.8.16.6000 (D.D.R.E.S), 0077797-44.2021.8.16.6000 (S.D.S.R) e 0090233-35.2021.8.16.6000 (M.D.C.O), anexar os comprovantes de pagamentos dos respectivos credores neste expediente - item 3 da Informação SEI 6806097. **7.1** - Nos casos em que os levantamentos serão realizados no DEF, o procedimento deverá compreender: a) Confeção de cálculo de retenções legais via 1º Ofício do Distribuidor, Contador e Partidor - Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba; b) Abertura de vista ao Ente devedor pelo prazo de 15 (quinze) dias, devidamente certificada nos autos, para manifestação sobre o cálculo de atualização e de retenções legais; c) Análise sobre eventual impugnação ao cálculo de retenções legais, a ser realizada pela Divisão Jurídica do Departamento de Gestão de Precatórios; c.1) Havendo impugnação ao cálculo de retenções por parte do Ente devedor, mas havendo concordância por parte do(a) credor(a), a retenção deverá observar o apontado pela Procuradoria-Geral do Estado do Paraná - PGE; c.2) Havendo impugnação ao cálculo de atualização, a liberação do montante indicado como incontroverso e desde que inferior ao apurado pela contabilidade do DGP, devidamente acompanhado do cálculo de retenções legais, poderá ser liberado desde logo, ficando reservado o valor controvertido, conforme disposto no artigo 43 do Decreto Judiciário nº 520/2020; d) Intimação da parte credora para apresentação, em 30 (trinta) dias, dos documentos necessários ao levantamento; d.1) Transcorrido o prazo indicado sem manifestação ou informação da parte credora, deverá ser certificado e disponibilizado o recurso ao juízo da execução, conforme determinação contida no relatório de Inspeção da Corregedoria Geral da Justiça (Procedimento de Inspeção autuado sob o nº 0001083-80.2020.2.00.0000-CNJ); e) Pagamento à parte credora, ao credor de honorários contratuais, conforme destacamentos indicados no item 2.4, bem como das retenções fiscais; e.1) Considerando que a Caixa Econômica Federal não recebe GR-PR, fica autorizada, excepcionalmente, a transferência da quantia correspondente às retenções fiscais para o Banco do Brasil, Agência 3793 - Conta n. 3000-7, de titularidade do TJPR, onde deverá ser efetuada a quitação das respectivas guias; f) Comunicação de pagamento ao Juízo de origem acompanhada da presente decisão, bem como da informação e folhas de cálculos pertinentes, e dos comprovantes de depósito; g) Registro dos atos praticados nos autos e no Sistema de Gestão, especialmente quanto à inserção dos valores pagos e anotação, no campo próprio, da parcela paga (parcial ou última), promovendo a correção de eventuais dados anteriores lançados com equívoco, **devendo atentar para necessidade de emissão manual e individual das ordens de pagamentos referentes aos honorários contratuais, nos termos do item 2.4.7.2** - Os pagamentos de valores junto ao Departamento Econômico e Financeiro ficarão condicionados à apresentação, pelos credores, da seguinte documentação: a) **Requerimento** subscrito pela parte ou por seu procurador, com indicação de conta bancária em nome do próprio beneficiário **e manifestação sobre os cálculos de atualização e de retenções fiscais**; a.1) O pagamento será realizado diretamente à parte interessada e, desde que tenha poderes para dar e receber quitação, ao advogado; b) Certidão, expedida pela Vara de origem, com no máximo 30 (trinta) de expedição, atestado a inexistência de cessões, constrições sobre o crédito, ou de qualquer ato ou fato, processual ou material, que obste o

pagamento ao credor; c) O Departamento Econômico e Financeiro poderá exigir, nos casos necessários, declaração subscrita pela parte ou seu advogado acerca da inexistência de cessões de crédito ou outras constrições. **7.3** - Caso exista qualquer incidente que torne duvidosa a titularidade do crédito tal como cessão de crédito, penhora, certidão inconclusiva, etc.), **o valor deverá ser remetido ao Juízo de origem**, certificando-se o ato de forma pormenorizada nos autos. **7.4 - No caso de falecimento do credor em data anterior ao reconhecimento da condição superpreferencial**, o precatório deverá ser enviado ao Departamento de Gestão de Precatórios para as providências necessárias à determinação de estorno do valor. **8** - Para os casos em que os levantamentos ocorrerão junto ao juízo requisitante, **caso tenha ocorrido o falecimento do credor em data anterior ao reconhecimento da condição superpreferencial** ou o crédito tenha sido integral ou parcialmente quitado (alteração do montante requisitado), compensado ou extinto por qualquer outra forma, **orienta-se** que o valores deverão ser restituídos ao Tribunal de Justiça (Departamento Econômico e Financeiro), por intermédio de depósito identificado pelo número do precatório a que se refere. Além disso, deverá ser observada a existência de eventuais constrições sobre o crédito e procedida à intimação do ente devedor acerca do repasse efetuado. **8.1** - **O procedimento de levantamento deve ser realizado em contraditório** (intimação prévia do Ente devedor), cabendo ao Juízo proceder às **retenções fiscais, recolhimentos e comunicações legais cabíveis**, nos termos do artigo 369 do Código de Normas da Corregedoria-Geral, artigo 350 do Regimento Interno e artigos 41 e 42 do Decreto Judiciário nº 520/2020 do Tribunal de Justiça. **8.2** - Outrossim, em não sendo mais competente para a realização do pagamento, o Juízo requisitante deverá remeter o valor disponibilizado ao Juízo competente, informando o ato ao Departamento de Gestão de Precatórios. **9** - Após o retorno ao Departamento de Gestão de Precatórios e constatado que foi dado integral cumprimento à ordem de **pagamento/remessa a Divisão Administrativa** deverá: **a. Arquivar** provisoriamente os precatórios, para aguardar o **pagamento do saldo remanescente**; a.1) **Excepciona-se** da determinação contida na alínea "a" os precatórios **apontados nos itens "2.2" e "2.3" desta decisão** cujo pagamento superpreferencial importará na **quitação integral** dos valores requisitados, **os quais deverão ter seu status alterado para "aguardando baixa na prenotação"** e baixado eventual pedido de superpreferência em aberto; a.2) **Excepciona-se, ainda**, da determinação contida na alínea "a" o precatório nº 901.106/2021 que deverá ser remetido à **Divisão Jurídica** para análise do apontamento no item 2.6 da presente decisão; **b. Nos autos dos precatórios indicados nos itens "2.2" e "2.3" desta decisão intimar** as partes, e eventuais cessionários (habilitando os respectivos advogados, se necessário) acerca da presente decisão, para, querendo, se manifestem fundamentadamente, **inclusive sobre o cálculo de atualização**, no prazo preclusivo de 15 (quinze) dias; b.1) Caso haja intervenção de qualquer das partes, **encaminhar** os autos à Divisão Jurídica para análise e proposição; b.2) Transcorrido o prazo indicado sem novas intervenções e verificado que inexistem questões pendentes de exame, **baixar os precatórios indicados nos itens "2.2" e "2.3" desta decisão**, arquivando-se os autos definitivamente, lançando a certidão respectiva. Curitiba, *datado e assinado eletronicamente*. **Des. JOSÉ LAURINDO DE SOUZA NETTO** Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná Documento assinado eletronicamente por **José Laurindo de Souza Netto, Presidente do Tribunal de Justiça**, em 22/09/2021, às 21:35, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

feem

Corregedoria da Justiça

Corregedor-Geral da Justiça

Ordem de Serviço

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/6447783

ORDEM DE SERVIÇO 1097/2021 - GCJ

O Corregedor-Geral da Justiça, considerando o contido no SEI 0049431-92.2021.8.16.6000,

D E T E R M I N A

1) A comunicação dos atos processuais será realizada preferencialmente pela via eletrônica (arts. 246, 247 e 270 do Código de Processo Civil).

2) Nos processos em trâmite via Projudi:

2.1) Os(as) Advogados(as) deverão ser habilitados nos autos, nos termos da Ordem de Serviço 863/2021 (evento 6644446) sendo as intimações realizadas exclusivamente através do sistema eletrônico. Para os(as) Advogados(as) que não possuírem cadastro no Projudi, a comunicação deverá ser realizada preferencialmente através do WhatsApp Business, ou, não havendo celular disponível, através de e-mail;

2.2) Os(as) Magistrados(as) e Servidores(as) deverão ser citados e/ou intimados preferencialmente através do Mensageiro, autorizando-se a utilização dos demais meios eletrônicos, a exemplo do WhatsApp Business e do Microsoft Teams, como via suplementar de comunicação;

2.3) Os(as) reclamantes deverão ser cientificados preferencialmente por meio do WhatsApp Business. Não havendo celular disponível, via e-mail.

3) Nos processos em trâmite via SEI:

3.1) Nas consultas ou outros procedimentos sem caráter disciplinar,

(a) os(as) Advogados(as) e os(as) consulentes deverão ser comunicados(as) a respeito das deliberações preferencialmente através do e-mail pelo qual foi encaminhada a consulta respectiva. Em se tratando de mero arquivamento, não é necessário aguardar a confirmação de recebimento da comunicação;

(b) caso necessária a intimação dos(as) Advogados(as) ou dos(as) consulentes para prestar esclarecimentos ou complementar as informações trazidas, deverá ocorrer preferencialmente por meio do WhatsApp Business, quando houver celular disponibilizado, ou, não havendo, via e-mail;

(c) os(as) Magistrados(as) e Servidores(as) deverão ser intimados(as) e/ou comunicados(as) preferencialmente através do Mensageiro, autorizando-se a utilização dos demais meios eletrônicos, a exemplo do WhatsApp Business e do Microsoft Teams, como via alternativa ou suplementar de comunicação. Acaso a consulta tenha sido criada diretamente através do SEI, deverá ocorrer a remessa do expediente à unidade geradora, independentemente da comunicação via Mensageiro.

3.2) Nos procedimentos disciplinares em trâmite via SEI (agravos internos, agravos regimentais, dentre outros),

(a) os(as) Magistrados(as) e Servidores(as) deverão ser intimados(as) e/ou comunicados(as) preferencialmente por meio do Mensageiro, autorizando-se a utilização dos demais meios eletrônicos, a exemplo do WhatsApp Business e do Microsoft Teams, como via alternativa ou suplementar de comunicação;

(b) os(as) Advogados(as) e os(as) reclamantes deverão ser intimados(as) e/ou comunicados(as) preferencialmente por meio do WhatsApp Business, quando houver celular disponibilizado, ou, não havendo, via e-mail. A intimação a respeito das sessões de julgamento deverá ocorrer pelo Diário da Justiça Eletrônico (DJe).

4) Inviabilizado o cumprimento da diligência pela via eletrônica, a Divisão competente procederá a comunicação do ato processual pelas vias tradicionais legalmente previstas.

5) Aplica-se aos procedimentos administrativos em trâmite no âmbito desta Corregedoria-Geral a Instrução Normativa 073/2021-CGJ (evento 6704674), no que couber.

6) Publique-se.

7) Cumpra-se.

Curitiba 23 setembro 2021.

Des. Luiz Cezar Nicolau,

Plantão Judiciário Capital

Divisão de Concursos da Corregedoria

Conselho da Magistratura

Comissão Int. Conc. Promoções

Sistemas de Juizados
Especiais Cíveis e Criminais

Comarca da Capital

Direção do Fórum

Cível

5ª VARA CÍVEL

**COMARCA DE CURITIBA - ESTADO DO PARANA
5ª VARA CIVEL**

RELACAO Nº 05 /2021

Índice de Publicação
ADVOGADO ORDEM PROCESSO
Jorge Donizeti Sanchez 0001 001791/2009
Reinaldo Mirico Aronis 0001 001791/2009

1. B.APREENSAO CONV.EM DEPOSITO - 0025166-98.2009.8.16.0001 - HSBC BANK BRASIL S.A - BANCO MÚLTIPLO x KARINA DO NASCIMENTO CAPELARI - Ciência ante a expedição do ofício ao DETRANPR, o qual será enviado via Correios pela Serventia. Advs. Reinaldo Mirico Aronis e Jorge Donizeti Sanchez.

Curitiba, 23 de 09 de 2021.
Valdineia Somer Pansolin
Juramentada

Crime

Fazenda Pública

1ª VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ - 1ª VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÃO JUDICIAL DO FORO CENTRAL DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA/PR

EDITAL DE LEILÃO E INTIMAÇÃO PARA VENDA DE BENS DA MASSA FALIDA DE SOLDAR INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ELETRODOS LTDA. (CNPJ 75.903.245/0001-28)

Autos de Falência 0000218-21.1992.8.16.0185

LEILÃO EXCLUSIVAMENTE ELETRÔNICO

(www.kronbergleiloes.com.br)

A EXMA. DRA. JUIZA DE DIREITO DA 1ª VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÃO JUDICIAL DO FORO CENTRAL DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA, nomeando o leiloeiro público HELCIO KRONBERG, faz ciência aos interessados que venderá bens da **MASSA FALIDA DE SOLDAR INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ELETRODOS LTDA.** em **LEILÃO PÚBLICO** a ser realizado no local, data e horário previstos neste edital. **LOCAL:** As praças previstas neste edital serão exclusivamente eletrônicas, na plataforma de leilões www.kronbergleiloes.com.br. **DATA E HORA: Primeira Praça: 19/10/2021.**

Segunda Praça: 26/10/2021. As praças previstas neste edital têm início programado para às **10h00min (horário de Brasília)**. Contudo, sendo ofertados diversos bens/lotes na mesma data, o horário de abertura do(s) lote(s) indicado(s) no presente edital poderá ser postergado, permitindo que os licitantes disputem mais de um lote. Por isso, caberá ao interessado acompanhar a abertura de cada lote no site do leiloeiro. Uma vez arrematados todos os bens/lotes, as demais praças indicadas neste edital restarão automaticamente canceladas. **CADASTRO PRÉVIO:** Para participar do leilão eletrônico, o interessado deverá cadastrar-se previamente no site do leiloeiro (www.kronbergleiloes.com.br), cadastrando login e senha, observadas as regras previstas no referido site. O interessado é o único responsável pelas informações e documentos fornecidos por ocasião do cadastro, respondendo, cível e criminalmente, por eventual informação incorreta. Ao se cadastrar e participar do leilão, o licitante adere integralmente às condições do mesmo, principalmente às condições previstas no presente edital. Os lances ofertados são irrevogáveis e sem direito ao arrependimento, ocorrendo por conta e risco do usuário (art. 13, § único e art. 32, ambos da Resolução 236/2016 do CNJ). **PROCEDIMENTO PARA O REGISTRO DE LANCES:** Tendo em vista as praças serem realizadas exclusivamente em ambiente eletrônico, serão aceitos lances desde a inserção do leilão no site do leiloeiro até o encerramento do ato. No(s) dia(s) indicado(s) no presente edital, a qualquer momento a partir dos horários fixados, será automaticamente iniciada a contagem regressiva de 180 segundos, sendo possível ofertar lances até o término da contagem, correndo por conta e risco do licitante a decisão de inserir lance nos segundos finais, em razão de possível instabilidade do sistema/internet. A cada lance inserido durante a contagem regressiva, o sistema automaticamente iniciará nova contagem de 180 segundos. Finalizada a contagem regressiva sem que novos lances sejam inseridos, o leilão será considerado finalizado/encerrado. O valor do primeiro lance a ser inserido deverá respeitar o valor mínimo previsto para o respectivo leilão (*lance inicial*). O valor dos demais lances deverão ser em valor superior aos lances anteriormente inseridos no sistema, observado o incremento previsto. Os atos realizados eletronicamente ficam sujeitos ao regular funcionamento do sistema e da internet, ficando o Poder Judiciário e/ou o Leiloeiro, desde já, isentos de qualquer responsabilidade em caso de mau funcionamento ou instabilidade. **LANCE INICIAL:** Em ambas as praças, o leiloeiro ofertará o(s) lote(s) previstos neste edital tendo como lance mínimo o **valor equivalente a 80% da avaliação/lance inicial, em ambas as praças, indicado na descrição do lote**. **LANCE CONSIDERADO**

VENCEDOR: Será considerado arrematante o licitante que ofertar o lance de maior valor, observado o lance mínimo previsto em cada leilão e observadas as demais regras previstas neste edital. Deverá ser observado que a partir do momento em que for ofertado algum lance para pagamento "à vista" (sendo admitido apenas lance de valor superior aos lances até então existentes para pagamento "a prazo"), somente serão admitidos novos lances para pagamento "à vista", hipótese em que não serão mais admitidos novos lances para pagamento "a prazo", mesmo que sejam lances de maior valor que o lance antes ofertado para pagamento "à vista". **CONDIÇÕES DE PAGAMENTO PREVISTAS:** **a) CONDIÇÕES DE PAGAMENTO À VISTA:** Nesta modalidade de pagamento, o arrematante, no prazo máximo de 03 dias úteis, contados da data da arrematação em leilão, deverá efetuar, mediante guia judicial, o pagamento do valor integral do valor da arrematação. Alternativamente, o valor da arrematação poderá ser quitado mediante pagamento de sinal em valor equivalente a 20% (*vinete por cento*) do valor da arrematação, a ser paga/prestada no prazo máximo de 03 dias úteis, contados da data do leilão, devendo o valor remanescente ser quitado no prazo máximo de 03 dias corridos, contados da data do pagamento do sinal. Optando pelo pagamento integral no prazo de 03 dias

úteis, na hipótese do arrematante deixar de depositar o valor no prazo fixado, a arrematação restará automaticamente desfeita/resolvida, sendo o bem novamente levado à leilão (*do qual o arrematante ficará impedido de participar*), ficando o arrematante, em razão da desistência, obrigado a pagar multa equivalente a 20% (*vinete por cento*) do valor da arrematação, além das despesas para a realização de um novo leilão, dispondo o Sr. Síndico/Administrador Judicial da respectiva cobrança/execução, que será instruída com a certidão do leiloeiro. Optando pelo pagamento mediante sinal de 20% e o remanescente em até 03 dias, na hipótese do arrematante deixar de quitar o sinal no prazo fixado, a arrematação restará automaticamente desfeita/resolvida, sendo o bem novamente levado à leilão (*do qual o arrematante ficará impedido de participar*), ficando o arrematante, em razão da desistência, obrigado a pagar multa equivalente a 20% (*vinete por cento*) do valor da arrematação, além das despesas para a realização de um novo leilão, dispondo o Sr. Síndico/Administrador Judicial da respectiva cobrança/execução, que será instruída com a certidão do leiloeiro. Ainda na hipótese da opção pelo pagamento mediante sinal/caução de 20% e o remanescente em até 03 dias, deixando o arrematante de quitar o valor remanescente no prazo de 03 dias corridos, perderá o valor do sinal, sendo a arrematação automaticamente desfeita/resolvida, sendo o bem novamente levado à leilão (*do qual ficarão impedidos de participar o arrematante e o fiador remisso* - art. 903, §1º c/c art. 897 do CPC), além de arcar das despesas para a realização de um novo leilão, dispondo o Sr. Síndico/Administrador Judicial da respectiva cobrança/execução, que será instruída com a certidão do leiloeiro. Todos os pagamentos deverão ser feitos em moeda nacional. Nos pagamentos via guia judicial, deverão ser desconsideradas as datas de vencimento indicadas nas guias, devendo o arrematante observar os prazos estabelecidos no presente edital. **b)**

CONDIÇÕES DE PAGAMENTO PARCELADO: Nesta modalidade de pagamento, o arrematante, no prazo de até 03 dias úteis, contados da data do leilão, deverá efetuar, mediante guia judicial, o pagamento do valor mínimo (*sinal*) correspondente a 20% (*vinete por cento*) do valor da arrematação, quitando o valor remanescente em até 18 (*dezoito*) parcelas. As parcelas serão iguais, mensais e sucessivas, vencíveis a cada 30 (*trinta*) dias corridos da data da arrematação e atualizadas mensalmente (*pro-rata die*), pelo INPC, também a partir da data da arrematação em leilão, parcelas estas que deverão ser depositadas, via guia judicial, em conta-bancária vinculada aos autos a que se refere o presente edital. Deverá o arrematante, no prazo máximo de 05 (*cinco*) dias corridos após o vencimento de cada parcela, comprovar a quitação da mesma mediante juntada do comprovante nos autos do processo a que se refere o presente edital. É de exclusiva responsabilidade do arrematante efetuar o cálculo atualizado do valor de cada parcela, bem como providenciar a emissão da guia judicial. A quitação dos valores fica condicionada a compensação de eventual cheque emitido para pagamento. Caso o vencimento de alguma parcela recaia em final de semana ou feriado, o mesmo ficará automaticamente prorrogado para o primeiro dia útil subsequente. O não pagamento de qualquer parcela implicará no automático vencimento antecipado das demais parcelas (*considerando vencido o valor integral do débito na data de vencimento da parcela inadimplida*), podendo o Sr. Síndico/Administrador Judicial, de imediato, valer-se da via executiva em face do arrematante para a execução da hipoteca gravada sobre o bem arrematado, hipótese em que incidirá, sobre o valor devido (*soma da parcela inadimplida com as parcelas vincendas*), multa de 10% (*dez por cento*), sem prejuízo das demais sanções cabíveis. Na hipótese do arrematante deixar de quitar o valor do sinal de 20% no prazo de 03 dias úteis, contados da data da arrematação, restará desfeita a arrematação, sendo imposta ao arrematante multa de 20% (*equivalente a valor do sinal*) sobre o valor da arrematação, sem prejuízo das demais penalidades previstas neste edital e na legislação em vigor. Todos os pagamentos deverão ser feitos em moeda nacional. Nos pagamentos via guia judicial, deverão ser desconsideradas as datas de vencimento indicadas nas guias, devendo o arrematante observar os prazos estabelecidos no presente edital. **Em caso de parcelamento do valor da arrematação de bem imóvel, o saldo parcelado será garantido por hipoteca judicial a ser gravada sobre o(s) próprio(s) imóvel(is) arrematado(s).** **PROPOSTAS:** Havendo interesse na apresentação de propostas em valor e condições diversas dos previstos neste edital, as mesmas deverão ser apresentadas, por escrito, para o leiloeiro (*no site www.kronbergleiloes.com.br*), devendo constar na mesma, ao menos: o nome e qualificação do proponente; bem/lote objeto da proposta; o valor da proposta; as condições de pagamento do valor proposto. Sobre o valor da proposta será devida taxa de comissão de leilão de 5%. **O recebimento de proposta pelo leiloeiro não suspenderá os leilões.** As propostas recebidas serão apresentadas nos autos, pelo leiloeiro, para análise do r. juízo competente, exceto na hipótese do r. juízo vedar o recebimento de propostas. Na hipótese de homologação da proposta, o leiloeiro, uma vez intimado, emitirá o auto de arrematação e recolherá o preço. Caso o proponente deixe de honrar a proposta homologada, ficará o mesmo obrigado a pagar multa equivalente a 20% do valor da proposta (*a ser recolhida em favor da Massa*), assim como a pagar a taxa de comissão de leilão de 5% sobre o valor da proposta, tudo isso sem prejuízo de outras penalidades previstas em lei e/ou no presente edital. **EXERCÍCIO DO DIREITO DE PREFERÊNCIA:** Nas hipóteses em que houver previsão legal do exercício do direito de preferência, este deverá ser exercido em igualmente de condições com eventuais outros interessados/licitantes, cabendo ao titular do direito acompanhar o leilão e exercer seu direito de preferência, com base no maior lance (*e nas mesmas condições de pagamento*) recebido pelo leiloeiro durante o leilão ou com base no valor do lance inicial (*quando não comparecerem interessados na arrematação do bem*), até a assinatura do auto de arrematação ou homologação do leilão pelo r. juízo competente, sob pena de preclusão, devendo, para tanto, recolher o preço e a taxa de comissão do leiloeiro. Ficam os interessados cientes que o direito ao exercício de preferência será analisado pelo juízo competente, não cabendo tal análise do leiloeiro. **INFORMAÇÕES:** Com o Síndico da Massa, Dr. Inor S. dos Santos, pelo telefone (41) 99611-7000 ou, ainda, com o leiloeiro, por

intermédio do telefone (41) 3233-1077 e site www.kronbergleiloes.com.br. **Visitação dos bens mediante contato e agendamento prévio com o Síndico da Massa, desde que seja possível a visita.** **TAXA DE COMISSÃO DE LEILÃO:** 5% (cinco por cento) sobre o valor total da arrematação, a ser integralmente paga à vista, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, contados da data do leilão, ficando a quitação do valor da comissão condicionada a compensação de eventual cheque emitido para pagamento. O pagamento da comissão deverá ser efetuado mediante depósito na conta bancária a ser oportunamente indicada pelo leiloeiro. O pagamento da comissão será sempre considerado à vista, mesmo em caso de emissão de cheque para quitação do valor. O valor da comissão do leiloeiro será devido mesmo em caso de inadimplência (com o consequente desfazimento/resolução da arrematação) ou desistência, pelo arrematante (ou proponente), da arrematação (ou proposta), sendo considerada desistência ou inadimplência, inclusive, a falta de compensação de qualquer um dos cheques eventualmente emitidos para pagamento ou, ainda, o descumprimento de qualquer condição ou prazo previsto no presente edital e/ou em r. decisão judicial. **DÍVIDAS E ÔNUS:** A arrematação será considerada aquisição originária. Assim, os bens arrematados serão entregues, ao arrematante, livres e desembaraçados de quaisquer ônus e débitos (até a data da expedição da carta de arrematação ou mandado de entrega), inclusive dívidas propter rem. Eventuais ônus e débitos mencionados no presente edital devem ser considerados meramente informativos, prestando-se ao cumprimento do previsto no art. 886 do CPC, não acarretando obrigação do arrematante em suportar os mesmos. Eventuais restrições/limitações ao uso do bem arrematado (a exemplo de restrições construtivas, ambientais, dentre outras) não se confundem com ônus e, por isso, permanecem mesmo após o leilão. Em relação a eventuais créditos tributários, será aplicada a norma prevista no art. 130, § único do CTN, cabendo ao credor habilitar seu crédito junto aos autos do processo a que se refere o presente edital. Em relação e eventuais créditos condominiais, será aplicada a norma prevista no art. 908, §1º do CPC, cabendo ao condomínio habilitar seu crédito junto aos autos do processo a que se refere o presente edital. Caberá ao arrematante arcar com todos os custos e tributos eventualmente incidentes sobre a arrematação e transferência do bem, inclusive, mas não somente, ITBI, IRPF e/ou IRPJ, taxas de transferência, dentre outros. **CONDIÇÕES GERAIS:** Não serão aceitos créditos desta ou de qualquer outra Massa Falida como lance e/ou pagamento (parcial ou total). Poderá o leiloeiro atualizar o valor da avaliação, constante neste edital, na data do leilão. As medidas e confrontações das áreas dos imóveis e/ou benfeitorias, eventualmente constantes no presente edital, deverão ser consideradas meramente enunciativas, já que extraídas dos registros imobiliários, laudo de avaliação e demais documentos anexados aos autos do processo de falência. Para todos os efeitos, considera-se a venda dos bens imóveis como sendo "ad corpus", não cabendo qualquer reclamação posterior em relação a medidas, confrontações e/ou demais peculiaridades das áreas/imóveis, cabendo aos interessados vistoriarem os bens/áreas antes de ofertarem lances no leilão, inclusive no que se refere às edificações existentes nos imóveis, se houver. É de responsabilidade do arrematante verificar, antes do leilão, eventual restrição ao uso do imóvel, inclusive, mas não somente, restrição construtiva, restrição ambiental, dentre outras, não sendo aceitas reclamações após o leilão. Na hipótese dos bens, no todo ou em parte, estarem ocupados por terceiros, caberá ao arrematante tomar toda e qualquer providência, bem como arcar com todo e qualquer custo para a desocupação do bem, observado, contudo, o disposto no art. 880, §2º, I do CPC. Eventuais informações acerca de ocupação/invasão/desocupação dos imóveis, deverão ser levantadas pelos licitantes interessados na arrematação. Na hipótese do imóvel arrematado encontrar-se tombado ou ser considerado como UIP pelo Município, caberá ao arrematante observar a legislação pertinente, principalmente no que se refere a conservação do bem e restrições de uso. Os bens serão entregues no estado de conservação em que se encontram, não havendo qualquer espécie de garantia. Caberá aos interessados, antes do leilão, analisarem o laudo de avaliação dos bens (disponibilizado no site do leiloeiro), assim como conferirem a quantidade e qualidade dos bens que compõem cada lote, uma vez que pode haver discrepâncias entre o indicado neste edital e o verificado no local. Caberá ao arrematante arcar com as custas para a expedição da respectiva Carta de Arrematação ou Mandado de Entrega, cujos valores deverão ser recolhidos diretamente à Vara onde tramitam os autos a que se referem o presente edital. **INTIMAÇÃO:** Ficam, desde já, intimados todos os credores da Massa, eventuais coproprietários, credores hipotecários ou fiduciários, arrendatários rurais, terceiros interessados e, principalmente, a empresa Falida **SOLDAR INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ELETRODOS LTDA. (CNPJ 75.903.245/0001-28)** e seus representantes legais, cientes da realização deste leilão, bem como do dia, hora e local em que se realizará a alienação judicial. **Também ficam intimados todos os ocupantes do imóvel, inclusive, mas não somente, o Sr. Ronaldo Paderes e a Sra. Célia Costa Paderes.** **IMPUGNAÇÃO DO EDITAL:** Poderão as partes, credores e/ou terceiros interessados, querendo, impugnar o presente edital no prazo máximo de 05 dias corridos, contados da data da publicação do mesmo no Diário Eletrônico, sob pena de preclusão. **MANIFESTAÇÃO DO ARREMATANTE:** Para se manifestar nos autos do processo deverá o arrematante ou terceiros constituir advogado. Para que chegue ao conhecimento de todos os interessados e para que ninguém possa alegar ignorância, mandou a Meritíssima Juíza de Direito que se expedisse o presente edital, o qual deverá ser publicado e afixado na forma da Lei. Curitiba, 24 de setembro de 2021.

Lote Único: IMÓVEL COM ÁREA DE TERRENO DE 980,00M2 E ÁREA CONSTRUÍDA APROXIMADA DE 430,40M2, LOCALIZADO À RUA YASSUSHI, Nº 234, BOQUEIRÃO CURITIBA/PR. Terreno amplo, contendo um galpão e uma residência. Próximo ao Canal Belém. Latitude: 25°29'51.99"S / Longitude: 49°13'29.35". Imóvel assim descrito na matrícula 16.809 do 4º CRI de Curitiba/PR. "Lote de terreno nº 19/20, oriundo da unificação dos lotes nºs 19 e 20, da quadra "B", da planta Belenzinho, sita no arrabalde do Boqueirão, desta Cidade, medindo

32,00m. de frente para a Rua nº45 1º/ oeste da Avenida Canal Belém, por 40,00m. pelo lado direito de quem da rua olha o imóvel, onde confronta com o lote nº21; pelo lado esquerdo com 25,00m. confronta com o lote nº18; e nos fundos em três linhas, mede 47,00m., começando pela esquerda de quem da rua olha o imóvel na extensão de 20,00m., defletindo a esquerda na extensão de 15,00m. e novamente a direita deflete na extensão de 12,00m., confrontando nesta três linhas com o lote nº17, de formato irregular, com a área de 980,00m2, sem benfeitorias." **Indicação Fiscal:** 88.217.033. **Inscrição Imobiliária:** 56.2.0039.0178.00-4. **Benfeitorias:** Na matrícula não constam benfeitorias averbadas. Na guia amarela constam 02 benfeitorias. No local foram identificadas 02 benfeitorias, sendo a primeira um galpão utilizado como área comercial, com área aproximada de 288,00m², e outra uma residência com área aproximada de 142,40m². A benfeitoria 01 trata-se de um galpão construído em alvenaria, com estrutura metálica do telhado, telhas de fibrocimento e piso de concreto. Foram encontradas algumas trincas e rachaduras na parede. A benfeitoria 02 encontra-se sem acabamentos, ou seja, tijolos a vista. **Observações:** Imóvel ocupado por terceiros. No despacho do mov. 116.1 e no despacho do mov. 207.1 dos autos de falência foi determinada e expedição de mandado de desocupação e imissão da Massa Falida na posse do imóvel. A área está sujeita a inundação, segundo a Guia Amarela do imóvel. Imóvel no estado em que se encontra, sem garantia. No local foi verificado existir uma divisão física do terreno, feita por um tapume de metal. Venda *ad corpus*, sendo as medidas informadas meramente enunciativas. Pode haver diferenças tanto na área do terreno, quando na área construída, o que em hipótese alguma invalidará a venda. Cabe aos interessados vistoriarem a área e consultarem os órgãos competentes antes do leilão, inclusive para verificar eventuais restrições de uso e/ou restrições construtivas, ambientais, dentre outras. Cabe ao arrematante todas as providências, caso necessário, para regularizar tanto a área do terreno quanto as áreas construídas. **Maiores Informações:** Maiores informações, inclusive fotos, podem ser obtidos no laudo de avaliação juntado no mov. 100.2 dos autos e disponibilizado no site do leiloeiro. As fotos devem ser consideradas meramente ilustrativas. Valor de Avaliação: R\$ 812.000,00. **Lance inicial em ambas as praças (80% do valor da avaliação): R\$ 649.600,00**

Família

ADVOGADO
FLAVIA FAGUNDESORDEM
00002PROCESSO
000318/1999

Delitos de Trânsito

Execuções Penais

Tribunal do Júri

Infância e Juventude

Reg Pub e Acidentes de
Trabalho Precatórias CíveisRegistros Públicos e
Corregedoria do Foro Extrajudicial

Precatórias Criminais

Auditoria da Justiça Militar

Central de Inquéritos

Juizados Especiais - Cíveis/Criminais

Concursos

Comarcas do Interior

Direção do Fórum

Plantão Judiciário

Cível

UNIÃO DA VITÓRIA

VARA CÍVEL

1. Cumprimento de Sentença-0000185-64.1992.8.16.0174-MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARANA x PARANAPRATOS IND COM DE PRATOS E ART PAPELAO LTDA- Vistas dos autos pelo prazo de dez dias.-Adv. LUCAS CARNEIRO SLOBODA-.

2. Alvara-318/1999-LETICIA DZOVONIARKIEVICZ e outro- Vistas do feito pelo prazo de dez dias.-Adv. FLAVIA FAGUNDES-.

UNIAO DA VITORIA, 21 de Setembro de 2021

ADAO ALVARINO SOARES - ESCRIVAO

COMARCA DE UNIAO DA VITORIA ESTADO DO PARANA

JUIZ DE DIREITO MORIAN NOWITSCHENKO LINKE

ESCRIVAO - ADAO ALVARINO SOARES

1ª VARA CIVEL - RELACAO Nº37/2021

CONSULTA INTERNET - www.assejepar.com.br

RELACAO Nº37/2021

Crime

Juizados Especiais

Concursos

Família

Execuções Penais

Infância e Juventude

Fazenda Pública

FORO CENTRAL DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE LONDRINA

2ª VARA DE EXECUÇÕES FISCAIS

EDITAL DE HASTA PÚBLICA E INTIMAÇÃO

FAZ SABER a todos quantos virem o presente ou dele tiverem conhecimento que tramitam por ordem do Juízo da 2ª Vara de Execuções Fiscais Municipais de Londrina nos autos abaixo, na qual será levado à arrematação em hasta pública o bem de propriedade da parte devedora na forma que segue:

PRIMEIRO(A) LEILÃO/PRAÇA: Dia 05 de novembro de 2021 às 09:30, que se realizará na **Local: Hotel Thomasi - Av. Tiradentes, 1155 - Jardim Shangrilá - Londrina/Pr**, para a venda a quem mais der, desde que não se constitua preço vil, assim considerado o lance inferior a 50% da avaliação.

SEGUNDO(A) LEILÃO/PRAÇA: Dia 12 de novembro de 2021 às 09:30, que se realizará na **Local: Hotel Thomasi - Av. Tiradentes, 1155 - Jardim Shangrilá - Londrina/Pr**, para a venda a quem mais der, desde que não se constitua preço vil, assim considerado o lance inferior a 50% da avaliação.

Caso persista a determinação de afastamento social e suspensão da realização de leilões presenciais em razão do estado de pandemia, **o leilão ocorrerá somente por meio do site www.nakakogueleiloes.com.br**.

Autos nº. 0072562-17.2018.8.16.0014 - Execução Fiscal

Vara 2ª Vara de Execuções Fiscais de Londrina/PR

Exequente (01) MUNICÍPIO DE CAMBÉ (CPF/CNPJ 75.732.057/0001-84)

End. Exequente Rua Otto Gaertner, 65, , Cambé/ PR, CEP 86181-300

Adv. Exequente Marcos de Moraes (OAB/PR 49.694)

Executado (a) (01) BRUNO YWAO MORIKAWA (CPF/CNPJ 360.427.309-91)

End. Executado(a) (01) Rua Adriano Marino Gomes, 580, Londrina/PR, CEP 86.041-540 (mov. 1.11fls. 17)

Depositário Fiel (1) Bruno Ywao Morikawa (CPF 360.429.309-91)

End. da Guarda (01) Avenida Madre Leônia Milito, 1377, Bela Suíça, Londrina/PR, CEP 86050-270 (mov. 1.11fls. 17)

Penhora realizada 21/03/2015 (mov. 1.1fls. 16)

Débito Primitivo R\$ 17.255,26 - 10/09/2018 (mov. 1.4fls. 06/07).

Débito Atualizado R\$ 31.497,98 - 17/09/2021

Qualificação do(s) Bem (01) R\$ 38.055,49

01 (um) Veículo FIAT/IDEA ELX FLEX Placa APJ-4647, ano 2009/2009, RENAVAL 143520520.

Avaliação Primitiva R\$ 26.000,00 - 21/03/2015 (mov. 1.1 fls. 16)

Avaliação Atualizada R\$ 38.055,49 - 17/09/2021

Ônus - Bem nº 1

DÉBITOS DETRAN R\$ 2.920,29 até 15/09/2021

- ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA - RESTRIÇÃO BAIXADA (QUITADA)

LEILOEIRO: PAULO ROBERTO NAKAKOGUE, leiloeiro oficial, matr. JUCEPAR 12/048L, arbitrando seus honorários na seguinte forma: 5% sobre o valor da arrematação do(s) bem(ns), a ser pago pelo arrematante. Em caso de pagamento da dívida previamente ao início do leilão, a comissão a ser paga pela parte executada será de 2%.

INTIMAÇÕES: Fica(m) o(s) devedor(es) **BRUNO YWAO MORIKAWA (CPF/CNPJ 360.427.309-91)**, e seu(s) cônjuge(s) se casado(s) for(em), devidamente intimado(a) (s) das designações para a realização dos leilões/praça no caso de não ser(em) encontrado(a)(s) para a intimação e de que o prazo para apresentação de quaisquer medidas processuais contra os atos de expropriação como embargos ou recurso Público, independentemente de nova intimação, e de que poderá remir a execução

pagando o principal e acessórios, até antes da arrematação e/ou adjudicação (art. 826 do CPC), e que as hastas públicas somente serão suspensas com a comprovação tempestiva do pagamento de todos os valores devidos, inclusive custos processuais.

Ficam, ainda, intimados pelo presente Edital os interessados relacionados nos incisos II a VIII do art. 889 do CPC (coproprietário de bem indivisível, o titular de usufruto, uso, habitação, enfiteuse, direito de superfície, concessão de uso especial para fins de moradia ou concessão de direito real de uso, o credor pignoratício, hipotecário, anticrético, fiduciário ou com penhora anteriormente averbada, o promitente comprador, o promitente vendedor, a União, o Estado e o Município), caso não sejam encontrados para intimação do leilão/hasta designado, para as datas, horários e local acima mencionados, bem assim dos termos da Penhora e da Avaliação realizadas nos Autos.

OBSERVAÇÕES:

1. Serão aceitos lances presenciais, no dia, hora e local acima descritos ou, ainda, aqueles ofertados pela Internet, através do sítio eletrônico www.nakakogueleiloes.com.br, desde que tenham realizado cadastramento prévio e envio da documentação exigida, com 24 (vinte e quatro) horas de antecedência ao leilão. Caso o leilão seja realizado somente pelo site em razão da impossibilidade da realização do leilão presencial, o Leiloeiro será responsável pela abertura do leilão de cada lote e realizará a transmissão do áudio do leilão, fazendo a devida publicidade dos lances recebidos. O encerramento do leilão será feita pelo Leiloeiro e devidamente anunciada por áudio.

2. O arrematante deverá pagar o preço no ato em observância ao Art. 892 do CPC; 3. Nos termos do art. 895 do CPC, o interessado em adquirir o bem penhorado em prestações poderá apresentar, por escrito: (a) até o início do leilão, proposta de aquisição do bem por valor que não seja considerado vil, na forma definida acima. A proposta conterá, em qualquer hipótese, oferta de pagamento de pelo menos 25% do lance a vista e o restante parcelado em até 30 meses. A parcela deverá ser monetariamente atualizada pela média INPC/IGP-DI quando do efetivo pagamento. O restante parcelado deverá ser garantido por caução idônea, quando se tratar de móveis, e por hipoteca do próprio bem, quando se tratar de imóveis.

4. Nas hipóteses de arrematação ou adjudicação, as despesas necessárias para a efetivação da transferência dos bens, inclusive para o registro da carta de arrematação e baixa de averbações de penhoras, junto ao CRI, deverão ser suportadas pelo arrematante ou adjudicatário.

5. Os arrematantes, adquirentes ou adjudicantes dos bens recebem-nos livres de hipotecas e demais ônus reais (art. 1499, inciso VI, do Código Civil) além de penhoras e débitos anteriores à aquisição relativos a tributos de âmbito municipal (IPTU e contribuição de melhoria), IPVA, licenciamento, inclusive aqueles de natureza PROPTER REM (art. 908, parágrafo 1º do CPC/2015), visto que tanto a arrematação quanto a alienação judicial por venda direta e a adjudicação têm natureza jurídica de aquisição originária, facultando-se aos credores a sub-rogação do valor dos débitos no preço ofertado pelo licitante, na forma do art. 130, parágrafo único, do Código Tributário Nacional e o art. 908 § 2º do CPC/2015.

6. Os bens móveis e imóveis serão leiloados no estado de conservação em que se encontram, não cabendo reclamações, desistências, cancelamento ou devoluções.

7. Poderá ser registrado na Certidão de Praça e Leilão, o último e o penúltimo Lançador do Leilão; se o último não cumprir as formalidades legais, o penúltimo poderá ser chamado, a critério do Juízo, desde que o mesmo cumpra as condições do último lançador;

8. Erratas, ônus, Despesas informadas e anunciadas antes da Hasta Pública integram o Edital de Leilão,

9. Em não havendo expediente forense nas datas ora designadas, ficam os leilões automaticamente transferidas para o primeiro dia útil que se seguir, no mesmo horário.

Dado e passado nesta cidade de Londrina, Estado do Paraná, Eu, PAULO ROBERTO NAKAKOGUE, Leiloeiro Público Oficial, o digitei e subscrevi, por ordem e sob autorização do M.M. Juiz de Direito Dr. MARCELO DIAS DA SILVA, Londrina, 17 de setembro de 2021.

PAULO ROBERTO NAKAKOGUE

LEILOEIRO PÚBLICO OFICIAL

LE0014EF002 54 66.DOC

EDITAL DE HASTA PÚBLICA E INTIMAÇÃO

FAZ SABER a todos quantos virem o presente ou dele tiverem conhecimento que tramitam por ordem do Juízo da 2ª Vara de Execuções Fiscais Municipais de Londrina nos autos abaixo, na qual será levado à arrematação em hasta pública o bem de propriedade da parte devedora na forma que segue:

PRIMEIRO(A) LEILÃO/PRAÇA: Dia 05 de novembro de 2021 às 09:30, que se realizará na **Local: Hotel Thomasi - Av. Tiradentes, 1155 - Jardim Shangrilá - Londrina/Pr**, para a venda a quem mais der, desde que não se constitua preço vil, assim considerado o lance inferior a 50% da avaliação.

SEGUNDO(A) LEILÃO/PRAÇA: Dia 12 de novembro de 2021 às 09:30, que se realizará na **Local: Hotel Thomasi - Av. Tiradentes, 1155 - Jardim Shangrilá - Londrina/Pr**, para a venda a quem mais der, desde que não se constitua preço vil, assim considerado o lance inferior a 50% da avaliação.

Caso persista a determinação de afastamento social e suspensão da realização de leilões presenciais em razão do estado de pandemia, **o leilão ocorrerá somente por meio do site www.nakakogueleiloes.com.br**.

Autos nº. 0043999-42.2020.8.16.0014 - Execução Fiscal

Vara 2ª Vara de Execuções Fiscais de Londrina/PR

Exequente (01) MUNICIPIO DE LONDRINA (CPF/CNPJ 75.771.477/0001-70)

End. Exequente Av. Duque de Caxias, 635, Caiçaras, Londrina/PR, CEP 86015-901
Adv. Exequente Paulo Cesar Tieni (OAB/PR 22.622); Ronaldo Gusmão (OAB/PR 32.602)

Executado (a) (01) ESPÓLIO DE WILSON TREVISAN (CPF/CNPJ 028.230.808-30)

End. Executado(a) (01) Rua Piauí, 1167, Apto 456, Centro, Londrina/PR, CEP 86020-390

Depositário Fiel (1) DEPOSITÁRIO PÚBLICO

End. da Guarda (01) Rua Piauí, 1167, Apto 201, Centro, Londrina/PR, CEP 86020-390

Penhora realizada 04/03/2021 (mov. 32, fl. 30 e 59)

Débito Primitivo R\$ 12.689,03 - 17/05/2021 (mov. 50, fls. 87)

Débito AtualizadoR\$ 13.603,49 - 22/09/2021

Qualificação do(s) Bem (01) R\$ 495.220,83

Apartamento n. 201 situado no 2º Pavimento superior do Condomínio Residencial Florianópolis, localizado na Rua Piauí, 1167, nesta cidade, com a área total construída de 196,301m², sendo 132,480m² de área privativa e 63,821m² de área de uso comum, inclusive uma vaga de estacionamento na garagem, correspondendo ao apartamento uma fração ideal de terreno de 6,88197% ou 27,872m² confrontando-se: na frente com a Rua Piauí, de um lado com o recuo junto a data n. 17-A, de outro lado com o recuo junto a rua Santos e aos fundos com recuo junto a data n.13. Inscrição Cadastral: 01.04.0056.1.0014.0002. Matrícula nº 41000 do 1º CRI da cidade de Londrina. Venda Ad Corpus.

Avaliação Primitiva R\$ 470.000,00 - 05/04/2021 (mov. 42.1, fl.74/75)

Avaliação AtualizadaR\$ 495.220,83 - 22/09/2021

Matrícula - Bem nº 1

R.03/Matr.41000 - COMPRA E VENDA - Adquirentes: WILSON TREVISAN e sua esposa MARIA IMACULADA PRADO DE SOUZA TREVISAN Vendedores: Jose Osmar Pesalacia Junior e outra.

R.04/Matr.41000 - PENHORA - Autos: 0010594-83.2018.8.16.0014 - Vara: 2ª Vara de Execuções Fiscais de Londrina/PR - Credor: Município de Londrina Devedor: Wilson Trevisan

LEILOEIRO: PAULO ROBERTO NAKAKOGUE, leiloeiro oficial, matr. JUCEPAR 12/048L, arbitrando seus honorários na seguinte forma: 5% sobre o valor da arrematação do(s) bem(ns), a ser pago pelo arrematante. Em caso de pagamento da dívida previamente ao início do leilão, a comissão a ser paga.pela parte executada será de 2%.

INTIMAÇÕES: Fica(m) o(s) devedor(es)ESPÓLIO DE WILSON TREVISAN(CPF/CNPJ 028.230.808-30), e seu(s) cônjuge(s) se casado(s) for(em), devidamente intimado(a)(s) das designações para a realização dos leilões/praca no caso de não ser(em) encontrado(a)(s) para a intimação e de que o prazo para apresentação de quaisquer medidas processuais contra os atos de expropriação como embargos ou recurso Pública, independentemente de nova Intimação, e de que poderá remir a execução pagando o principal e acessórios, até antes da arrematação e/ou adjudicação (art. 826 do CPC), e que as hastas públicas somente serão suspensas com a comprovação tempestiva do pagamento de todos os valores devidos, inclusive custas processuais.

Ficam, ainda, intimados pelo presente Edital os interessados relacionados nos incisos II a VIII do art. 889 do CPC (coproprietário de bem indivisível, o titular de usufruto, uso, habitação, enfiteuse, direito de superfície, concessão de uso especial para fins de moradia ou concessão de direito real de uso, o credor pignoratício, hipotecário, anticrético, fiduciário ou com penhora anteriormente averbada, o promitente comprador, o promitente vendedor, a União, o Estado e o Município), caso não sejam encontrados para intimação do leilão/hasta designado, para as datas, horários e local acima mencionados, bem assim dos termos da Penhora e da Avaliação realizadas nos Autos.

OBSERVAÇÕES:

1. Serão aceitos lances presenciais, no dia, hora e local acima descritos ou, ainda, aqueles ofertados pela Internet, através do sítio eletrônico www.nakakogueleiloes.com.br, desde que tenham realizado cadastramento prévio e envio da documentação exigida, com 24 (vinte e quatro) horas de antecedência ao leilão. Caso o leilão seja realizado somente pelo site em razão da impossibilidade da realização do leilão presencial, o Leiloeiro será responsável pela abertura do leilão de cada lote e realizará a transmissão do áudio do leilão, fazendo a devida publicidade dos lances recebidos. O encerramento do leilão será feita pelo Leiloeiro e devidamente anunciada por áudio.

2. O arrematante deverá pagar o preço no ato em observância ao Art. 892 do CPC;
3. Nos termos do art. 895 do CPC, o interessado em adquirir o bem penhorado em prestações poderá apresentar, por escrito: (a) até o início do leilão, proposta de aquisição do bem por valor que não seja considerado vil, na forma definida acima. A proposta conterà, em qualquer hipótese, oferta de pagamento de pelo menos 25% do lance a vista e o restante parcelado em até 30 meses. A parcela deverá ser monetariamente atualizada pela média INPC/IGP-DI quando do efetivo pagamento. O restante parcelado deverá ser garantido por caução idônea, quando se tratar de móveis, e por hipoteca do próprio bem, quando se tratar de imóveis.

4. Nas hipóteses de arrematação ou adjudicação, as despesas necessárias para a efetivação da transferência dos bens, inclusive para o registro da carta de arrematação e baixa de averbações de penhoras, junto ao CRI, deverão ser suportadas pelo arrematante ou adjudicatário.

5. Os arrematantes, adquirentes ou adjudicatários dos bens recebem-nos livres de hipotecas e demais ônus reais (art. 1499, inciso VI, do Código Civil) além de penhoras e débitos anteriores à aquisição relativos a tributos de âmbito municipal (IPTU e contribuição de melhoria), IPVA, licenciamento, inclusive aqueles de natureza PROPTER REM (art. 908, parágrafo 1º do CPC/2015), visto que tanto a arrematação quanto a alienação judicial por venda direta e a adjudicação têm natureza jurídica de

aquisição originária, facultando-se aos credores a sub-rogação do valor dos débitos no preço ofertado pelo licitante, na forma do art. 130, parágrafo único, do Código Tributário Nacional e o art. 908 § 2º do CPC/2015.

6. Os bens móveis e imóveis serão leiloados no estado de conservação em que se encontram, não cabendo reclamações, desistências, cancelamento ou devoluções.

7. Poderá ser registrado na Certidão de Praça e Leilão, o último e o penúltimo Lançador do Leilão; se o último não cumprir as formalidades legais, o penúltimo poderá ser chamado, a critério do Juízo, desde que o mesmo cumpra as condições do último lançador;

8. Erratas, ônus, Despesas informadas e anunciadas antes da Hasta Pública integram o Edital de Leilão,

9. Em não havendo expediente forense nas datas ora designadas, ficam os leilões automaticamente transferidos para o primeiro dia útil que se seguir, no mesmo horário.

Dado e passado nesta cidade de Londrina, Estado do Paraná, Eu, PAULO ROBERTO NAKAKOGUE, Leiloeiro Público Oficial, o digitei e subscrevi, por ordem e sob autorização do M.M. Juiz de Direito Dr. MARCELO DIAS DA SILVA, Londrina, 22 de setembro de 2021.

PAULO ROBERTO NAKAKOGUE

LEILOEIRO PÚBLICO OFICIAL

LE0014EF002 54 66.DOC

EDITAL DE HASTA PÚBLICA E INTIMAÇÃO

FAZ SABER a todos quantos virem o presente ou dele tiverem conhecimento que tramitam por ordem do Juízo da 2ª Vara de Execuções Fiscais Municipais de Londrina nos autos abaixo, na qual será levado à arrematação em hasta pública o bem de propriedade da parte devedora na forma que segue:

PRIMEIRO(A) LEILÃO/PRAÇA: Dia 05 de novembro de 2021 às 09:30, que se realizará na **Local:** Hotel Thomasi - Av. Tiradentes, 1155 - Jardim Shangrilá - Londrina/Pr, para a venda a quem mais der, desde que não se constitua preço vil, assim considerado o lance inferior a 50% da avaliação.

SEGUNDO(A) LEILÃO/PRAÇA: Dia 12 de novembro de 2021 às 09:30, que se realizará na **Local:** Hotel Thomasi - Av. Tiradentes, 1155 - Jardim Shangrilá - Londrina/Pr, para a venda a quem mais der, desde que não se constitua preço vil, assim considerado o lance inferior a 50% da avaliação.

Caso persista a determinação de afastamento social e suspensão da realização de leilões presenciais em razão do estado de pandemia, **o leilão ocorrerá somente por meio do site www.nakakogueleiloes.com.br.**

Autos nº. 0034528-02.2020.8.16.0014 - Execução Fiscal

Vara 2ª Vara de Execuções Fiscais de Londrina/PR

Exequente (01) MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA/PR (CPF/CNPJ 76.288.760/0001-08)

End. Exequente Avenida Presidente Bernardes, 809, Centro, Rolândia/PR, CEP 86600-067

Adv. Exequente Viviane Cristina Trevizan Del Carmis (OAB/PR 93020); Bruno Lundgren Rodrigues Aranda (OAB/PR 44631); Miryan Siqueira Rosinski Alves (OAB/PR 56635); Wilson Socio Junior (OAB/PR 60616)

Executado (a) (01) CITY INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA - ME (CPF/CNPJ 09.515.033/0001-49)

End. Executado(a) (01) Rua Pedro Botelho de Rezende, 3183, Fundos, Jardim Burle Marx, Londrina/PR, CEP 86047-780

End. da Guarda (01) Rua Pedro Botelho de Rezende, 3183, Jardim Burle Marx, Londrina/PR, CEP 86047-780

Penhora realizada 01/02/2021 (mov. 16.7, fl. 61)

Débito Primitivo R\$ 4.342,00 - 10/05/2021 (mov. 16.3, fl.57)

Débito AtualizadoR\$ 4.677,63 - 20/09/2021

Qualificação do(s) Bem (01) R\$ 174.460,70
01 Veículo Ford / Cargo 2429, ano 2012/2013, placa AXA3985, chassi nº. 9BFYEAL3DBS26339, renavam 54371098-0, km 215071, com pneus desgastados, para choque danificado.

Avaliação Primitiva R\$ 160.000,00 - 01/02/2021 (mov. 16.6, fl. 60)

Avaliação AtualizadaR\$ 174.460,70 - 20/09/2021

Ônus - Bem nº 1

DETRAN: R\$ 294,76 ATÉ 20/09/2021

LEILOEIRO: PAULO ROBERTO NAKAKOGUE, leiloeiro oficial, matr. JUCEPAR 12/048L, arbitrando seus honorários na seguinte forma: 5% sobre o valor da arrematação do(s) bem(ns), a ser pago pelo arrematante. Em caso de pagamento da dívida previamente ao início do leilão, a comissão a ser paga.pela parte executada será de 2%.

INTIMAÇÕES: Fica(m) o(s) devedor(es)CITY INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA - ME(CPF/CNPJ 09.515.033/0001-49), e seu(s) cônjuge(s) se casado(s) for(em), devidamente intimado(a)(s) das designações para a realização dos leilões/praca no caso de não ser(em) encontrado(a)(s) para a intimação e de que o prazo para apresentação de quaisquer medidas processuais contra os atos de expropriação como embargos ou recurso Pública, independentemente de nova Intimação, e de que poderá remir a execução pagando o principal e acessórios, até antes da arrematação e/ou adjudicação (art. 826 do CPC), e que as hastas públicas somente serão suspensas com a comprovação tempestiva do pagamento de todos os valores devidos, inclusive custas processuais.

Ficam, ainda, intimados pelo presente Edital os interessados relacionados nos incisos II a VIII do art. 889 do CPC (coproprietário de bem indivisível, o titular de usufruto, uso, habitação, enfiteuse, direito de superfície, concessão de uso especial para fins de moradia ou concessão de direito real de uso, o credor pignoratício,

hipotecário, anticrético, fiduciário ou com penhora anteriormente averbada, o promitente comprador, o promitente vendedor, a União, o Estado e o Município), caso não sejam encontrados para intimação do leilão/hasta designado, para as datas, horários e local acima mencionados, bem assim dos termos da Penhora e da Avaliação realizadas nos Autos.

OBSERVAÇÕES:

1. Serão aceitos lances presenciais, no dia, hora e local acima descritos ou, ainda, aqueles ofertados pela Internet, através do sítio eletrônico www.nakakogueleiloes.com.br, desde que tenham realizado cadastramento prévio e envio da documentação exigida, com 24 (vinte e quatro) horas de antecedência ao leilão. Caso o leilão seja realizado somente pelo site em razão da impossibilidade da realização do leilão presencial, o Leiloeiro será responsável pela abertura do leilão de cada lote e realizará a transmissão do áudio do leilão, fazendo a devida publicidade dos lances recebidos. O encerramento do leilão será feita pelo Leiloeiro e devidamente anunciada por áudio.
2. O arrematante deverá pagar o preço no ato em observância ao Art. 892 do CPC;
3. Nos termos do art. 895 do CPC, o interessado em adquirir o bem penhorado em prestações poderá apresentar, por escrito: (a) até o início do leilão, proposta de aquisição do bem por valor que não seja considerado vil, na forma definida acima. A proposta conterá, em qualquer hipótese, oferta de pagamento de pelos menos 25% do lance a vista e o restante parcelado em até 30 meses. A parcela deverá ser monetariamente atualizada pela média INPC/IGP-DI quando do efetivo pagamento. O restante parcelado deverá ser garantido por caução idônea, quando se tratar de móveis, e por hipoteca do próprio bem, quando se tratar de imóveis.
4. Nas hipóteses de arrematação ou adjudicação, as despesas necessárias para a efetivação da transferência dos bens, inclusive para o registro da carta de arrematação e baixa de averbações de penhoras, junto ao CRI, deverão ser suportadas pelo arrematante ou adjudicatário.
5. Os arrematantes, adquirentes ou adjudicantes dos bens recebem-nos livres de hipotecas e demais ônus reais (art. 1499, inciso VI, do Código Civil) além de penhoras e débitos anteriores à aquisição relativos a tributos de âmbito municipal (IPTU e contribuição de melhoria), IPVA, licenciamento, inclusive aqueles de natureza PROPTER REM (art. 908, parágrafo 1º do CPC/2015), visto que tanto a arrematação quanto a alienação judicial por venda direta e a adjudicação têm natureza jurídica de aquisição originária, facultando-se aos credores a sub-rogação do valor dos débitos no preço ofertado pelo licitante, na forma do art. 130, parágrafo único, do Código Tributário Nacional e o art. 908 § 2º do CPC/2015.
6. Os bens móveis e imóveis serão leiloados no estado de conservação em que se encontram, não cabendo reclamações, desistências, cancelamento ou devoluções.
7. Poderá ser registrado na Certidão de Praça e Leilão, o último e o penúltimo Lançador do Leilão; se o último não cumprir as formalidades legais, o penúltimo poderá ser chamado, a critério do Juízo, desde que o mesmo cumpra as condições do último lançador;
8. Erratas, ônus, Despesas informadas e anunciadas antes da Hasta Pública integram o Edital de Leilão,
9. Em não havendo expediente forense nas datas ora designadas, ficam os leilões automaticamente transferidas para o primeiro dia útil que se seguir, no mesmo horário.

Dado e passado nesta cidade de Londrina, Estado do Paraná, Eu, PAULO ROBERTO NAKAKOGUE, Leiloeiro Público Oficial, o digitei e subscrevi, por ordem e sob autorização do M.M. Juiz de Direito Dr. MARCELO DIAS DA SILVA, Londrina, 20 de setembro de 2021.

PAULO ROBERTO NAKAKOGUE
LEILOEIRO PÚBLICO OFICIAL
LE0014EF002 54 66.DOC

Editais Judiciais

Conselho da Magistratura

Capital

FORO CENTRAL DA COMARCA DA
REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA

1ª VARA CRIMINAL

Edital de Citação

JUIZO DE DIREITO DA QUARTA VARA CRIMINAL
FORO CENTRAL DA COMARCA DE CURITIBA - PARANÁ
CENTRO JUDICIÁRIO DE CURITIBA
AVENIDA ANITA GARIBALDI, N.º 750 - CURITIBA/PR - CEP 80540-180

EDITAL DE CITAÇÃO

RÉU: **LUIZ AUGUSTO WOLKNING**

AUTOS DE PROCESSO CRIME Nº. **0002590-88.2021.8.16.0196**

PRAZO DO EDITAL: 15 (quinze) dias

PRAZO PARA RESPOSTA: 10 (dez) dias após o transcurso do prazo do edital
O DR. JOSÉ ORLANDO CERQUEIRA BREMER, MM. JUIZ DE DIREITO DA QUARTA VARA CRIMINAL DA COMARCA DE CURITIBA/PR, NA FORMA DA LEI... FAZ SABER, a todos quantos o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem, que não tendo sido possível CITAR pessoalmente o réu LUIZ AUGUSTO WOLKNING, nascido em 09/11/1993, natural de RIO BRANCO DO SUL/PR, portador(a) do RG 130511287 SSP/PR, inscrito no CPF 091.561.269-05, ora em LUGAR INCERTO, pelo presente, fica CITADO para que responda à acusação referente aos autos de Processo Crime de n.º 0002590-88.2021.8.16.0196, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias, no qual está sendo denunciado pela prática do crime previsto no

- Artigo art. 157, §2º, inciso II e § 2º-A, inciso I, do Código Penal.

. Dado e passado nesta cidade e Comarca de Curitiba, 24 de setembro de 2021 às 13:42:13.

JOSÉ ORLANDO CERQUEIRA BREMER
JUIZ DE DIREITO

JUIZO DE DIREITO DA QUARTA VARA CRIMINAL
FORO CENTRAL DA COMARCA DE CURITIBA - PARANÁ
CENTRO JUDICIÁRIO DE CURITIBA
AVENIDA ANITA GARIBALDI, N.º 750 - CURITIBA/PR - CEP 80540-180

EDITAL DE CITAÇÃO

RÉU: **RAFAEL MACIEL ROSA**

AUTOS DE PROCESSO CRIME Nº. **0000958-95.2019.8.16.0196**

PRAZO DO EDITAL: 15 (quinze) dias

PRAZO PARA RESPOSTA: 10 (dez) dias após o transcurso do prazo do edital
O DR. JOSÉ ORLANDO CERQUEIRA BREMER, MM. JUIZ DE DIREITO DA QUARTA VARA CRIMINAL DA COMARCA DE CURITIBA/PR, NA FORMA DA LEI... FAZ SABER, a todos quantos o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem, que não tendo sido possível CITAR pessoalmente o réu **RAFAEL MACIEL ROSA**, nascido em 13/11/1988, natural de Piraquara /PR, portador do RG. nº 93103238 - SSP/PR, inscrito no CPF 075.548.619-64, ora em LUGAR INCERTO, pelo presente, fica CITADO para que responda à acusação referente aos autos de Processo Crime de n.º 0000958-95.2019.8.16.0196, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias, no qual está sendo denunciado pela prática do crime previsto no

- Artigo art. 157, caput, do Código Penal.

. Dado e passado nesta cidade e Comarca de Curitiba, 24 de setembro de 2021 às 15h30.

JOSÉ ORLANDO CERQUEIRA BREMER
JUIZ DE DIREITO

1ª VARA DA INFÂNCIA E DA
JUVENTUDE E ADOÇÃO

Edital de Citação

PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DO PARANÁ

E D I T A L DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO expedido nos autos de Perda ou Suspensão do Poder Familiar Nº 0004479-04.2021.8.16.0188 "PRAZO DE 10 DIAS CORRIDOS" O DOUTOR RAFAEL KRAMER BRAGA, JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO DA VARA DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE E ADOÇÃO DO FORO CENTRAL DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA/PR, NA FORMA DE LEI, ETC.

FAZ SABER a todos que este EDITAL virem e dele conhecimento tiverem, que se acha em trâmite regular por este Juízo, com sede na Rua da Glória, nº 290, 6º andar, CENTRO CÍVICO - CURITIBA/PR - CEP 80.030-060, Telefone (41) 3250-1704, EMAIL: ctba-47vj-s@tjpr.jus.br, n/ capital, processo sob o n. 0004479-04.2021.8.16.0188 de Perda ou Suspensão do Poder Familiar, referente à L. dos S., filha de S.C. dos S., e como consta dos referidos autos que a Requerida encontra-se em lugar incerto e não sabido, é expedido o presente para **CITAÇÃO e INTIMAÇÃO de SUELEN CRISTIANE DOS SANTOS**, com o prazo de 10 (dez) dias corridos, quanto à ação de Perda ou Suspensão do Poder Familiar proposta pelo Ministério Público do Estado do Paraná, bem como das decisões/despachos proferidos, e, para que, querendo, no prazo de 10 (dez) dias corridos, apresente contestação, através de advogado, ciente de que, na impossibilidade de constituir advogado para defesa nestes autos, poderá requerer em cartório a nomeação de defensor dativo, e para que chegue ao seu conhecimento e não possa alegar ignorância no futuro, é expedido o presente EDITAL DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO, que será publicado no Diário da Justiça e afixado em local próprio deste Juízo. CUMPRASE.

DADO E PASSADO, nesta cidade e Comarca de Curitiba, Estado do Paraná, aos vinte e quatro dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e um (24.09.2021). Eu, (Cintia Tiemi Miyabukuro), Técnica Judiciária, que digitei.

RAFAEL KRAMER BRAGA
Juiz de Direito Substituto

1ª VARA PRIVATIVA DO TRIBUNAL DO JÚRI

Edital de Citação

PODER JUDICIÁRIO - ESTADO DO PARANÁ
JUIZO DE DIREITO DA VARA PRIVATIVA DO 1º TRIBUNAL DO JÚRI DO FORO CENTRAL DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA
EDITAL DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO

RÉU: **FABIO KRUGER**

PRAZO DO EDITAL: 15 (QUINZE) DIAS

AUTOS Nº **0003361-37.2019.8.16.0196 (PROJUDI)**

A DOUTORA **MYCHELLE PACHECO CINTRA STADLER**, MM. JUÍZA DE DIREITO DA VARA PRIVATIVA DO 1º TRIBUNAL DO JÚRI DO FORO CENTRAL DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA, ESTADO DO PARANÁ, NA FORMA DA LEI,

FAZ SABER a todos quanto o presente edital virem, ou dele conhecimento tiver, que não tendo sido possível CITAR e INTIMAR pessoalmente o acusado **FÁBIO KRUGER, brasileiro, solteiro, tatuador, portador da carteira de identidade RG nº 15.824.517-5/PR, nascido em 03.11.1985, natural de Curitiba/PR, filho de Sergio Kruger e Jeanete Edna Kruger**, atualmente em local incerto e não sabido, que pelo presente edital, vem **CITÁ-LO E INTIMÁ-LO**, para apresentar resposta à acusação, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias após o término do prazo do edital, referente aos autos de Ação Penal nº **0003361-37.2019.8.16.0196**, em que é incurso nas sanções do **artigo 121, §2º, incisos II e III, e §4º, última parte, combinado com o artigo 14, inciso II, todos do Código Penal (homicídio qualificado por motivo fútil, mediante utilização de fogo e contra idosa, em sua forma tentada)**. O denunciado na sua resposta poderá arguir preliminares e alegar tudo o que interesse à sua defesa, oferecer documentos e justificações, especificar as provas pretendidas e arrolar testemunhas, qualificando-as e requerendo sua intimação, quando necessário, consoante previsto no artigo 396-A do Código de Processo Penal.

Dado e passado nesta Cidade e Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, Capital do Estado do Paraná, aos 23 dias de setembro de 2021 (23/09/2021). Eu, Barbara Keler Sartori, Técnica Judiciária, que o digitei e subscrevi.

MYCHELLE PACHECO CINTRA STADLER
Juíza de Direito

2ª VARA CÍVEL

Edital de Citação

EDITAL DE CITAÇÃO DE EVENTUAL TITULAR DO DOMÍNIO, SEUS SUCESSORES, TERCEIROS INTERESSADOS, AUSENTES, INCERTOS E DESCONHECIDOS

(prazo de 20 dias)

A doutora **DANIELLE MARIA BUSATO SACHET**, MMª. Juíza de Direito Substituta da 2ª Vara Cível da Comarca de Curitiba - PR., na forma da Lei.

F A Z S A B E R a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo e Cartório, tramitam os autos n.º 0017744-52.2021.8.16.0001 de **USUCAPIÃO** em que é autora TEREZA MARIA DA SILVA, dos quais se extrai o presente edital para o fim de **CITAR** eventuais interessados, terceiros ausentes, incertos e desconhecidos, atualmente em lugar ignorado, para que tome ciência do inteiro teor da petição inicial, que tem por objeto: "A declaração de domínio sobre o imóvel com área total de 335,24 m², situado na Rua Alice Michaud, nº 120, Vila São Domingos, Bairro Cajuru, CEP 82990-070, Curitiba/PR alegando posse mansa e pacífica no prazo legal, nos termos do Art. 1.238, parágrafo único, do Código Civil", e para que, querendo, no prazo de **15 (quinze) dias** apresente contestação ao feito, sob pena de revelia, presumindo-se como verdadeiros todos os fatos narrados pela parte promotiva.

ADVERTÊNCIA: Se os eventuais interessados, terceiros ausentes, incertos e desconhecidos, após decorrido o prazo não contestar a ação, será decretada a revelia.

OBSERVAÇÃO: Este processo tramita através do sistema computacional PROJUDI, cujo endereço na web é <https://portal.tjpr.jus.br/projudi/>. O acesso ao sistema pelos advogados depende de prévio cadastramento, o qual é obrigatório, devendo comparecer à Sede da Unidade Jurisdicional que já utilize o sistema eletrônico (OAB). A autenticidade deste documento pode ser consultada no mesmo endereço eletrônico.

DADO E PASSADO, nesta cidade e Comarca de Curitiba - PR., aos 22 dias do mês de setembro do ano de 2021. Eu, _____, (Rodrigo Fontoura Drescher [Assinado Digitalmente]), escrevente juramentado, que o digitei e subscrevi.

DANIELLE MARIA BUSATO SACHET

Juíza de Direito Substituta

Edital de Intimação

EDITAL DE INTIMAÇÃO DOS EXECUTADOS GENEROSO COMÉRCIO DE PEÇAS LATARIA E PINTURA LTDA ME e GERSON ROBERTO TURCO

(prazo de 20 dias)

A doutora **DANIELLE MARIA BUSATO SACHET**, MMª. Juíza de Direito Substituta da 2ª Vara Cível da Comarca de Curitiba - PR., na forma da Lei.

F A Z S A B E R a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo e Cartório, tramitam os autos n.º 0047432-40.2013.8.16.0001 de **AÇÃO DE EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL** em que é requerente BANCO BRADESCO S/A, dos quais se extrai o presente edital para o fim de **INTIMAR** os executados GENEROSO COMÉRCIO DE PEÇAS LATARIA E PINTURA LTDA ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF n.º 078.585.395/0001-29 e GERSON ROBERTO TURCO, brasileiro, empresário, inscrito no CPF/MF n.º 728.205.518-15 atualmente, atualmente em lugar ignorado, para que fique ciente da **penhora** efetivada que recaiu sobre o seguinte bem: "(Imóvel objeto da matrícula n.º 46.144 do 1º Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Joinville/SC)", bem como, de que dispõem de **QUINZE DIAS** para, querendo, apresentar **IMPUGNAÇÃO**, sob pena de prosseguimento da execução, até final satisfação do direito do credor, tudo em conformidade com as cópias que seguem anexas.. E para que chegue ao conhecimento de todos e não se alegue ignorância, expediu-se o presente Edital que será publicado e afixado na forma da Lei.

DADO E PASSADO, nesta cidade e Comarca de Curitiba - PR., aos 17 dias do mês de setembro do ano de 2021. Eu, _____, (Rodrigo Fontoura Drescher), Analista Judiciário, que o digitei e subscrevi.

DANIELLE MARIA BUSATO SACHET

Juíza de Direito Substituta

Edital Geral

EDITAL DE SENTENÇA DECLARATÓRIA DE PAULO ROBERTO ALVES TEIXEIRA

(Prazo 20 dias)

A doutora **LETÍCIA ZÉTOLA PORTES**, MM. Juíza de Direito da 2ª Vara Cível da Comarca de Curitiba - PR., na forma da Lei.

F A Z S A B E R a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo e Cartório, tramitam os autos n.º **0002631-58.2021.8.16.0001** de **INTERDIÇÃO** requerido perante este juízo por **ANTONIA ROSA DE JESUS e NEUSA ROSA SILVA**, em face de **PAULO ROBERTO ALVES TEIXEIRA**, através dos quais, foi declarada por sentença, datada de 06/07/2021, a **INTERDIÇÃO** de **PAULO ROBERTO ALVES TEIXEIRA**, brasileiro, portador da CI/RG n.º 6.246.679-0, inscrito no CPF/MF sob n.º 004.105.919-04, nascido em 09/02/1976, natural de Curitiba/PR, por ser ele, portador de quadro de deterioração mental grave, com alteração do comportamento e delírios de perseguição, decorrentes da esquizofrenia paranóide, sendo absolutamente incapaz de reger os atos de sua vida civil, nomeando-lhe CURADORAS as Sras. **ANTONIA ROSA DE JESUS e NEUSA ROSA SILVA**, cuja curatela é por tempo indeterminado e tem a finalidade de reger o(a) interdito(a) em todos os atos da vida civil. E, para que chegue ao conhecimento de todos os interessados e ninguém possa, no futuro, alegar ignorância, expediu-se o presente edital, que será publicado e afixado na forma legal.

OBSERVAÇÃO: Este processo tramita através do sistema computacional PROJUDI, cujo endereço na web é <https://portal.tjpr.jus.br/projudi/>. O acesso ao sistema pelos advogados depende de prévio cadastramento, o qual é obrigatório, devendo comparecer à Sede da Unidade Jurisdicional que já utilize o sistema eletrônico (OAB). A autenticidade deste documento pode ser consultada no mesmo endereço eletrônico.

DADO E PASSADO, nesta cidade e Comarca de Curitiba - PR., aos 17 dias do mês de setembro do ano de 2021. Eu, _____, (Rodrigo Fontoura Drescher), Analista Judiciário, que o digitei e subscrevi.

LETÍCIA ZÉTOLA PORTES

Juíza de Direito

EDITAL DE SENTENÇA DECLARATÓRIA DE INTERDIÇÃO DE EDUARDO PRESCENDO GROCHOSKI

(Prazo 20 dias)

A doutora **DANIELLE MARIA BUSATO SACHET**, MM. Juíza de Direito Substituta da 2ª Vara Cível da Comarca de Curitiba - PR., na forma da Lei.

F A Z S A B E R a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo e Cartório, tramitam os autos n.º **0032941-18.2019.8.16.0001** de **INTERDIÇÃO** requerido perante este juízo por **ANDREZA PRESCENDO GROCHOSKI e FABIANO CESAR DE LUCCA GROCHOSKI**, em face de **EDUARDO PRESCENDO GROCHOSKI**, através dos quais, foi declarada por sentença, datada de 27/05/2021, a **INTERDIÇÃO** de **EDUARDO PRESCENDO GROCHOSKI**, brasileiro, portador da CI/RG n.º 13.140.373-9, inscrito no CPF/MF sob n.º 095.098.939-86, nascido em 15/11/2001, natural de Curitiba/PR, por ser ele, portador de Síndrome de Down (CID Q 90.9), tendo o médico especialista concluído que o requerido possui retardo mental e motor, mas pode responder pelos seus atos, sendo absolutamente incapaz de reger os atos de sua vida civil, nomeando-lhe CURADORES os Srs. **ANDREZA PRESCENDO GROCHOSKI e FABIANO CESAR DE LUCCA GROCHOSKI**, cuja curatela é por tempo indeterminado e tem a finalidade de reger o interditado em todos os atos da vida civil. E, para que chegue ao conhecimento de todos os interessados e ninguém possa, no futuro, alegar ignorância, expediu-se o presente edital, que será publicado e afixado na forma legal.

OBSERVAÇÃO: Este processo tramita através do sistema computacional PROJUDI, cujo endereço na web é <https://portal.tjpr.jus.br/projudi/>. O acesso ao sistema pelos advogados depende de prévio cadastramento, o qual é obrigatório, devendo comparecer à Sede da Unidade Jurisdicional que já utilize o sistema eletrônico (OAB). A autenticidade deste documento pode ser consultada no mesmo endereço eletrônico.

DADO E PASSADO, nesta cidade e Comarca de Curitiba - PR., aos 10 dias do mês de setembro do ano de 2021. Eu, _____, (Rodrigo Fontoura Drescher), Analista Judiciário, que o digitei e subscrevi.

DANIELLE MARIA BUSATO SACHET

Juíza de Direito Substituta

2ª VARA DE DELITOS DE TRÂNSITO

Edital de Citação

EDITAL DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO DO NOTICIADO ADRIANO GOMES DOS SANTOS, COM PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS. Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha) Criminal nº.0003365-76.2021.8.16.00110 Doutor Lourenço Cristovão Chemim, Juiz de Direito do 3º Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher de Curitiba - Casa da Mulher Brasileira, Estado do Paraná, na formada lei, etc.FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem, com o , que, em razão de se encontrar atualmente

em lugar incerto e não prazo de 30 (trinta) dias, não foi possível citar e intimar pessoalmente ADRIANO GOMES DOS SANTOS, RG11121829 SSP/PR, CPF 088.818.619-33, Nome do Pai: GERALDO GOMES DOS SANTOS, Nome da Mãe: MARLUCE FERREIRA DE GOIS SANTOS, nascido em 14/03/1993, natural de CURITIBA/PR, localizável no(a) Rua Nicanor do Rosário, 73 AP 33 B 5 - Pinheirinho - CURITIBA / PR - CEP: 81.1.870-620 noticiado nos autos de, Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha) Criminal nº., pelo que, através do presente, é procedida a 0003365-76.2021.8.16.0011 CITAÇÃO, informando-o de que está sendo chamado ao processo nos autos em epígrafe, em trâmite neste Juízo, devendo ele acompanhar todos os atos processuais, bem como de INTIMAÇÃO que foi deferida em favor da vítima as seguintes medidas protetivas: a) proibição de aproximação da ofendida, fixando o limite mínimo de 200 metros de distância entre a vítima e o agressor; b) a proibição de contato com a ofendida por qualquer meio de comunicação; c) a proibição de frequentar ou rondar a residência da vítima, bem como seu local de trabalho. As medidas protetivas tem prazo de 06 (seis) meses. Ainda, pelo presente CITA o requerido das medidas protetivas aplicadas, ficando o mesmo ciente de que poderá, querendo, apresentar resposta no prazo de 05 (cinco) dias, através de defensor. Com base no art. 22, §4º, da Lei nº 11.340/06, c/c arts. 497 e 537 do CPC, fixo de R\$1.500,00 (um mil e quinhentos reais) em caráter indenizatório em favor da vítima, para o caso de descumprimento da presente ordem, incidente a cada episódio de descumprimento, sem prejuízo da respectiva responsabilidade penal, cabendo desde já esclarecer que a execução da referida multa deve ser executada após o trânsito em julgado da sentença destes autos, perante o juízo cível (art. 18, §1º, da Resolução nº 93/2013 do C.OE/TJPR) Determinou ainda a MM. Juiz que ficasse consignado que dispõe o artigo 313, inciso III, do Código de Processo Penal, o descumprimento das medidas impostas pode implicar no decreto de prisão preventiva, além de configurar a prática de novocrime (art. 24-A, Lei 11340/06). Curitiba, 20 de setembro de 2021. Eu (Luciana Lima Carvalho) Técnica de Secretaria, que digitei. LOURENÇO CRISTOVÃO CHEMIM Juiz de Direito

2ª VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES

Edital de Citação

EDITAL COM O PRAZO DE VINTE DIAS PARA CITAÇÃO DE FRANCIS PIRES CALDAS

A Exma. Sra. Dra. JOSEANE FERREIRA, MM. Juíza de Direito da 2ª Vara de Família, Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, Capital do Estado do Paraná, na forma da lei.

FAZ SABER a quem conhecimento deste haja pertencer, especialmente do Sr. FRANCIS PIRES CALDAS, que por este Juízo e Cartório da 2ª Vara de Família, Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, se processam os autos n.º 0008750-95.2017.8.16.0188, ação de CUMPRIMENTO DE SENTENÇA, em que é Exequente MARIA EDUARDA FERREIRA CALDAS, representada por JUELINA FERREIRA DOS SANTOS e Executado FRANCIS PIRES CALDAS, sendo o presente objeto de citação do executado, para, no prazo de 03 (três) dias, pagar o valor referente à pensão alimentícia dos meses de abril, maio e junho/2017, mais todas as prestações que se vencerem desde a propositura da ação, provar que o fez, ou justificar a impossibilidade de efetuar-lo, sob pena de protesto do pronunciamento judicial e de decretação da sua prisão civil pelo prazo de 1 (um) a 3 (três) meses (art. 528, caput e §§1º e 3º, NOVO CPC).

Despacho de seq. 135.1: "DESPACHO/DECISÃO AUTOS Nº 0008750-95.2017.8.16.0188 EXEQUENTE: MARIA EDUARDA FERREIRA CALDAS, representada por JUELINA FERREIRA DOS SANTOS EXECUTADO: FRANCIS PIRES CALDAS 1. Ante o petitório contido à seq. 127.1, esclareço que a parte exequente deverá especificar claramente quais medidas cautelares pretende lhe sejam deferidas nestes autos, fundamentando o seu pedido. 2. Verifique a Escritania se já houve tentativa de localização do executado em todos os endereços indicados pelos sistemas conveniados. 2.1. Em caso negativo, INTIME-SE ele nos endereços faltantes. 2.2. Em caso positivo, DEFIRO o pedido formulado e DETERMINO a INTIMAÇÃO, por edital, com prazo de 20 (vinte) dias. 2.3. Se transcorrido o prazo sem manifestação, e certificado nos autos pela Escritania, com o escopo de resguardar os direitos da parte, fica nomeado, desde já, o/a Defensor(a) Público(a) a ser designado(a) pelo/a responsável pelas designações na Defensoria Pública no Estado do Paraná, nos termos do art. 72, II, CPC, para atuar como CURADOR ESPECIAL, sempre com prazo em dobro para falar nos autos. Na sequência, intime-se ele/a, via PROJUDI, para se manifestar, nos interesses do executado, no prazo de 30 (trinta) dias (dobro de quinze). 2.4. Com a apresentação da manifestação pelo Dr.(a) Curador(a), intime-se a parte EXEQUENTE para que se manifeste, no prazo de 15 (quinze) dias, requerendo o que lhe for de direito. 2.5. Após, abra-se vista ao Ministério Público e voltem os autos conclusos para DECISÃO. 3. Cumpra a Escritania, no que couber, as Portarias de delegações de atos. 4. Intime(m)-se. Diligências necessárias. Curitiba, 10 de março de 2021 (em licença médica de 22 de novembro a 6 de dezembro de 2020) JOSEANE FERREIRA JUÍZA DE DIREITO (Assinado Digitalmente)".

E para que ninguém possa alegar ignorância, se passou o presente edital e cópias de iguais teores, que serão afixados no lugar de costume e publicados na imprensa desta Capital para citação do Sr. FRANCIS PIRES CALDAS.

Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Curitiba, Capital do Estado do Paraná, aos 24 de setembro de 2021. Eu, Sandra Maria Urbano, empregada juramentada, digitei.

JOSEANE FERREIRA
JUÍZA DE DIREITO

Edital Geral

EDITAL COM O PRAZO 30 DIAS PARA CONHECIMENTO DE TERCEIROS

A Exma. Sra. Dra. Joseane Ferreira, MM. Juíza de Direito da 2ª Vara de Família, Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, Capital do Estado do Paraná, na forma da lei.

FAZ SABER a quem conhecimento desta haja pertencer, que por este Juízo e Cartório da 2ª Vara de Família, Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, se processam os autos n.º 0009245-03.2021.8.16.0188 de ALTERAÇÃO DE REGIME DE BENS DO CASAMENTO, em que são Requerentes DIEGO ATILIO MATZKIN e JACYMARY GOMES FERREIRA MATZKIN, sendo pretensão dos requerentes alterar o regime de casamento de Separação de Bens Obrigatória para o regime de Comunhão Parcial de Bens.

Sendo o presente objeto de imprimir publicidade à mudança.

Despacho Seq. 10.1: "1. Intimem-se os requerentes para que, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentem nova via da petição inicial, assinada por ambos, de acordo com o artigo 734 do CPC. No mesmo prazo, deverão juntar aos autos: a) certidões negativas de dívidas perante o INSS (art. 406, §2 do Código de Normas); b) certidões negativas junto aos tabelionatos de protestos (art. 406, §2 do Código de Normas); c) certidões negativas da Junta Comercial, a fim de comprovar a inexistência de contratação de sociedades empresárias em que figuram os dois cônjuges como sócios; d) certidões negativas dos Distribuidores Cível e Criminal deste Foro Central, a fim de comprovar se os interessados constam como parte em alguma demanda. 2. Cumpridos os itens acima, dê-se vista ao Ministério Público e publique-se o edital, com prazo de trinta dias, nos termos do artigo 734, §1º, do Código de Processo Civil e 406, §1º, do Código de Normas. 3. Cumpra a Escritania, no que couber, a Portaria de delegação de atos nº 01/2020. 4. Intimações e diligências necessárias. L - j Curitiba, 25 de agosto de 2021. Joseane Ferreira Juíza de Direito (Assinado Digitalmente)".

E para que ninguém possa alegar ignorância, se passou o presente edital e cópias de iguais teores, que serão afixados no lugar de costume e publicados na imprensa desta Capital para conhecimento de terceiros.

Dado e passado nesta cidade e Comarca de Curitiba, Capital do Estado do Paraná, aos 24 de setembro de 2021. Eu, Sandra Maria Urbano, empregada juramentada, digitei.

LYGIA MARIA ERTALJUÍZA DE DIREITO SUBSTITUTA

2º JUIZADO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER

Edital de Citação

EDITAL DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO DO NOTICIADO RODRIGO ZENI SOARES COM PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS.

Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha) Criminal nº. 0016017-56.2020.8.16.0013

A Doutora Tais de Paula Scheer, Juíza de Direito do 2º Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher de Curitiba, Estado do Paraná, na forma da lei, etc.

FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem, com o **prazo de 30 (trinta) dias**, que, em razão de se encontrar atualmente em lugar incerto e não sabido, não foi possível citar e intimar pessoalmente **RODRIGO ZENI SOARES, RG 127486638 SSP/PR, Nome do Pai: JOSE PEREIRA SOARES, Nome da Mãe: MAGDA DE FATIMA ZENI, nascido em 25/10/1992, natural de SARANDI/PR**, denunciado nos autos de **Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha) Criminal nº. 0016017-56.2020.8.16.0013**, pelo que, através do presente, é procedida a **CITAÇÃO**, informando-o de que está sendo chamado ao processo nos autos em epígrafe, em trâmite neste Juízo, devendo ele acompanhar todos os atos processuais, bem como **INTIMAÇÃO** de que foi deferida em favor da vítima as seguintes medidas protetivas: proibição do agressor de entrar em contato e se aproximar da ofendida, fixando o limite mínimo de distância entre estes em 3.150 metros, ficando o mesmo ciente de que poderá, querendo, apresentar resposta no prazo de 05 (cinco) dias, através de defensor. Determinou ainda a MM. Juíza que ficasse consignado que dispõe o artigo 313, inciso III, do Código de Processo Penal, o descumprimento das medidas impostas pode implicar no decreto de prisão preventiva. Curitiba, 23 de setembro de 2021 às 13:20:39. Eu, Técnico Judiciário que digitei.

TAÍS DE PAULA SCHEER
Juíza de Direito

Edital de Intimação

EDITAL DE INTIMAÇÃO DO DENUNCIADO EDSON HENRIQUE SINNECKER e DA VÍTIMA LOREZINI DE FATIMA BISCOTO SINNECKER DA SENTENÇA COM PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS.

Ação Penal - Procedimento Sumário nº. 0002348-20.2012.8.16.0011.

A Doutora Juíza de Direito do 2º Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, Estado do Paraná, na forma da lei, etc.

FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem, com o **prazo de 60 (sessenta) dias**, que, em razão de se encontrar atualmente em lugar incerto e não sabido, não foi possível intimar pessoalmente **EDSON HENRIQUE SINNECKER, RG 40544828 SSP/PR, Nome do Pai: HEINZ GUNTHER SINNECKER, Nome da Mãe: LUCI RUGIENIS SINNECKER, nascido em 29/08/1966, natural de CURITIBA/PR**, denunciado nos autos de **Ação Penal - Procedimento Sumário nº. 0002348-20.2012.8.16.0011** como incurso nas sanções do artigo CP, ART 129 Violência Doméstica; e **LOREZINI DE FATIMA BISCOTO SINNECKER, RG 19816931 SSP/PR, CPF 202.111.809-63, Nome do Pai: ANTONIO BISCOTO, Nome da Mãe: CLOTILDE PINTO BISCOTO, nascida em 09/03/1956, natural de PIRAQUARA/PR**, vítima nos autos referidos, pelo que, através do presente, é procedida a **INTIMAÇÃO** dos mesmos da sentença proferida em data de 26/07/2021, que JULGA IMPROCEDENTE a pretensão punitiva estatal deduzida na denúncia, para o fim de ABSOLVER o réu EDSON HENRIQUE SINNECKER, qualificado nos autos, da infração penal prevista no art. 129, §9º, do CPP, o que faço com fundamento no artigo 386, inciso VII, do Código de Processo Penal. Sem custas, ante a absolvição do acusado. Curitiba-Pr, 23 de setembro de 2021 às 18:39:25. Eu, Técnico Judiciário, que digitei.

Taís de Paula Scheer
Juíza de Direito

5ª VARA CRIMINAL

Edital de Intimação

EDITAL DE INTIMAÇÃO

Prazo: 90 dias.

Réu: ALEX ALEXANDRINO DA SILVA

Processo nº Autos nº. 0003329-96.2019.8.16.0013

À Dra. Luciana Fraiz Abrahão, MM. Juíza de Direito da 5ª Secretaria do Crime do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, no uso de suas atribuições legais,

FAZ SABER a todos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, e especialmente o réu: **ALEX ALEXANDRINO DA SILVA**, filho de Nome da Mãe: ANGELITA ALEXANDRINO Nome do Pai: JOAQUIM RODRIGUES DA SILVA, ora em lugar incerto e não sabido, para **INTIMÁ-LO**: (i) sobre o total do valor das custas processuais e à multa pecuniária que perfaz o montante de R\$ 9.816,44 (nove mil, oitocentos e dezesseis reais e quarenta e quatro centavos) referente aos autos de Ação Penal nº Autos nº. 0003329-96.2019.8.16.0013 ; (ii) a comparecer perante esta Serventia a fim de retirar as guias de pagamento, o qual deverá ocorrer em até 10 (dez dias).

ADVERTÊNCIA: O não pagamento dos valores importará emissão de Certidão de Crédito Judicial a ser encaminhada a protesto e lançamento em dívida ativa - na forma prevista nos artigos 847 a 858 do Código de Normas do Foro Extrajudicial -, sem prejuízo da inclusão do nome do devedor nos órgãos de proteção ao crédito. Expedi-se o presente edital de intimação, nos termos do artigo 361, do Código de Processo Penal, tendo em vista estar o Réu em lugar incerto e não sabido, e para que chegue ao conhecimento de todos e ninguém possa alegar ignorância, o qual será afixado no átrio da 5ª Secretaria do Crime e publicado na imprensa Oficial, nos termos da lei.

Curitiba, 23 de setembro de 2021.
Silvana das Graças Borba Plugge Nowicki
Técnica Judiciária
Portaria 01/2019

EDITAL DE INTIMAÇÃO

Prazo (90) quinze dias.

Réu: RAFAEL GUILHERME DUARTE DA SILVA

Processo nº 0012881-85.2019.8.16.0013

A Dra. Luciana Fraiz Abrahão, MM. Juíza de Direito da 5ª Secretaria do Crime do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, no uso de suas atribuições legais,

FAZ SABER a todos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, e especialmente o réu **RAFAEL GUILHERME DUARTE DA SILVA**, filho de Nome da Mãe: MARCIA REGINA DUARTE DE OLIVEIRA Nome do Pai: VALDINEI MANOEL DA SILVA, ora em lugar incerto e não sabido, para **INTIMÁ-LO**: (i) sobre o valor das custas processuais e à pena de multa que perfaz o montante de R\$ 481,92 (quatrocentos e oitenta e um reais e noventa e dois centavos) referente aos autos de Ação Penal nº 0012881-85.2019.8.16.0013, sendo que quanto às despesas processuais foi deferido os benefícios da Assistência Judiciária Gratuita, nos termos da Lei nº. 1.060/1950; (ii) a comparecer perante esta Serventia a fim de retirar a guia de pagamento, o qual deverá ocorrer em até 10 (dez dias).

Expedi-se o presente edital de intimação, nos termos do artigo 361, do Código de Processo Penal, tendo em vista estar o Réu em lugar incerto e não sabido, e para que chegue ao conhecimento de todos, o qual será afixado no átrio da 5ª Secretaria do Crime e publicado na imprensa Oficial, nos termos da lei.

Curitiba, 23 de setembro de 2021.
Silvana das Graças Borba Plugge Nowicki
Técnica Judiciária
Portaria 01/2019

6ª VARA CÍVEL

Edital de Intimação

Adicionar um(a) Conteúdo o FAZ SABER, a todos que o presente edital virem ou dele tiverem conhecimento, que nos autos de INTERDIÇÃO, sob o nº 0030617-60.2016.8.16.0001, que tem como Requerentes JACI JORDINA NOGUEIRA e MARCO AURELIO NOGUEIRA, e como Requeridos JOSE LUIS NOGUEIRA e MARGARETH NOGUEIRA, em razão da sentença proferida no movimento 110.1, que julgou procedente o pedido inicial e decretou a interdição dos requeridos/incapazes Sra. MARGARETH NOGUEIRA, brasileira, solteira, incapaz, natural de Curitiba/Pr, nascida em 14/12/1963, filha de Moacyr Nogueira e Jaci Jordina Nogueira, Certidão de Nascimento n. 25.079, livro 043, folha 309 lavrada pelo Cartório Distrital do Cajuru da Comarca de Curitiba-Pr, portadora da carteira de identidade RG n. 9.117.086-8 SSP/PR e inscrita no CPF/MF sob n. 010.211.169-39, e Sr. JOSÉ LUIS NOGUEIRA, brasileiro, natural de Curitiba/Pr, nascido em 03/04/1967, filho de Moacyr Nogueira e Jaci Jordina Nogueira, Certidão de Nascimento matriculada sob n. 082461 01 55 1967 1 00056 026 0032588 27 lavrada pelo Cartório Distrital do Cajuru da Comarca de Curitiba-Pr, portador da carteira de identidade RG n. 5.499.652-7, ambos residentes e domiciliados na Rua Almir Trova de Oliveira, 38, CEP: 81630290, Jardim das Américas, Curitiba, Paraná, sendo nomeado como CURADOR DEFINITIVO o seu irmão Sr. MARCO AURELIO NOGUEIRA, brasileiro, casado, aposentado, portador da carteira de identidade n. 6.044.477-3 2 e inscrito no CPF/MF n.º 015.197.339-33, residente e domiciliado à Rua Almir Trova de Oliveira, 38, Jardim das Américas, Curitiba-PR. E para que chegue ao conhecimento de todos e no futuro não possam alegar ignorância, passei o presente em edital, que será afixado no local de costume e publicado na forma da lei. Curitiba, aos 10 (dez) dias do mês de agosto de 2021. Eu, LILIANA LIMA BITTENCOURT, Escrivã, que mandei digitar e segue assinado digitalmente pelo MM. Juiz de Direito. Ana Lúcia Ferreira Juíza de Direito - assinado digitalmente

Adicionar um(a) Conteúdo FAZ SABER, a todos que o presente edital virem ou dele tiverem conhecimento, que nos autos de INTERDIÇÃO, sob o nº 0026689-96.2019.8.16.0001, que tem como Requerente SOELI DA APARECIDA PEREIRA, e como Requerido DHERAUTY ANTONIO PEREIRA BUZELATTO, em razão da sentença proferida no movimento 63.1, que julgou procedente o pedido inicial e decretou a total interdição do requerido/incapaz Sr. DHERAUTY ANTONIO PEREIRA BUZELATTO, brasileiro, solteiro, nascido em 11/06/2001, natural de Pitanga/PR, filho de Cleomar Buzelatto e Soeli Aparecida Pereira, Certidão de Nascimento matriculada sob n. 082834 01 55 2001 1 00056 353 0034843 78 lavrada pelo Cartório de Registro Civil da Comarca de Pitanga-Pr, portador da cédula de identidade nº 15.365.302-0 SESP/PR, inscrito no CPF/MF sob o nº 069.843.379-33, residente e domiciliado na Rua Argemiro Rodrigues de Paula 30, Centro, CEP 83311-080, Piraquara-Pr, sendo nomeada como CURADORA DEFINITIVA a sua genitora Sra. SOELI DA APARECIDA PEREIRA, brasileira, solteira, portadora da cédula de identidade nº 8.138.589- 0/SESP-PR, inscrita no CPF/MF sob nº 069.843.379-33, residente e domiciliada na Rua Argemiro Rodrigues de Paula, nº30, Centro, CEP 83311-080, Piraquara-Pr, a qual passará a representar o interditado em todos os atos da sua vida civil, conforme fundamentação da sentença de mov. 63.1. E para que

chegue ao conhecimento de todos e no futuro não possam alegar ignorância, passei o presente em edital, que será afixado no local de costume e publicado na forma da lei. Curitiba, aos 19 (dezenove) dias do mês de agosto de 2021. Eu, LILIANA LIMA BITTENCOURT, Escrivã, que mandei digitar e segue assinado digitalmente pelo MM. Juiz de Direito. Victor Schmidt Figueira dos Santos Juiz de Direito Substituto - assinado digitalmente

Adicionar um(a) Conteúdo FAZ SABER, a todos que o presente edital virem ou dele tiverem conhecimento, que nos autos de INTERDIÇÃO, sob o nº 0021560-13.2019.8.16.0001, que tem como Requerente Maria Matias Straub, e como Requerido Hermes Leno Straub, em razão da sentença proferida no movimento 70.1, que julgou procedente o pedido inicial e decretou a total interdição do requerido/incapaz Sr. HERMES LENO STRAUB, brasileiro, solteiro, natural de Itaperuçu-PR, nascido em 16/10/1999, filho de José Juarez Straub e Maria Matias Straub, portador da cédula de identidade nº 13.832.634-9 SESP/PR, inscrito no CPF/MF sob o nº 008.713.219-20, residente e domiciliado nesta Capital na Rua Linguaru Espírito Santo, nº 310, Bairro Butiatuvinha, CEP 82.400-396, sendo nomeada como CURADORA DEFINITIVA a sua genitora Sra. MARIA MATIAS STRAUB, brasileira, solteira, portadora da cédula de identidade nº 2.393.761-1/SESP-PR, inscrita no CPF/MF sob nº 049.955.879-00, residente e domiciliada nesta Capital, na Rua Linguaru Espírito Santo, nº 310, Bairro Butiatuvinha, CEP 82.400-396, a qual passará a representar o interditado em todos os atos da sua vida civil, conforme fundamentação da sentença de mov. 70.1. E para que chegue ao conhecimento de todos e no futuro não possam alegar ignorância, passei o presente em edital, que será afixado no local de costume e publicado na forma da lei. Curitiba, aos 19 (dezenove) dias do mês de agosto de 2021. Eu, LILIANA LIMA BITTENCOURT, Escrivã, que mandei digitar e segue assinado digitalmente pelo MM. Juiz de Direito. Victor Schmidt Figueira dos Santos Juiz de Direito Substituto - assinado digitalmente

Adicionar um(a) Conteúdo FAZ SABER, a todos que o presente edital virem ou dele tiverem conhecimento, que nos autos de INTERDIÇÃO, sob o nº 0034549-51.2019.8.16.0001, que tem como Requerente Elizabete Cristina Fogaça da Cruz Piratelli, e como Requerida Edília Mara Fogaça da Cruz, em razão da sentença proferida no movimento 76.1, que julgou procedente o pedido inicial e decretou a total interdição da requerida/incapaz Sra. EDILIA MARA FOGAÇA DA CRUZ, brasileira, solteira, desempregada, natural de Curitiba/Pr, nascida em 09/09/1965, filha de João Fogaça da Cruz e Manoelina Alves da Cruz, portadora do RG nº. 8.333.021-0 SESP/PR, inscrita no CPF/MF sob o nº. 010.677.849-85, residente e domiciliada a Rua Lindolfo Pessoa, 521, Vila Izabel, Curitiba/PR, CEP 80.240-330, sendo nomeada como CURADORA DEFINITIVA a sua irmã, Sra. ELIZABETE CRISTINA FOGACA DA CRUZ PIRATELLI, brasileira, casada, aposentada, portadora do RG nº. 2.209.566-8 SESP/PR, inscrita no CPF/MF nº. 872.639.129-53, residente e domiciliada na Rua Chichorro Junior, 143, apto. 1.602, Cabral, Curitiba/PR, CEP 80.035-040, a qual passará a representar a interditada em todos os atos da sua vida civil, conforme fundamentação da sentença de mov. 76.1. E para que chegue ao conhecimento de todos e no futuro não possam alegar ignorância, passei o presente em edital, que será afixado no local de costume e publicado na forma da lei. Curitiba, aos 09 (nove) dias do mês de julho de 2021. Eu, LILIANA LIMA BITTENCOURT, Escrivã, que mandei digitar e segue assinado digitalmente pelo MM. Juiz de Direito. Victor Schmidt Figueira dos Santos Juiz de Direito Substituto - assinado digitalmente

Adicionar um(a) Conteúdo: FAZ SABER, a todos que o presente edital virem ou dele tiverem conhecimento, que nos autos de INTERDIÇÃO, sob o nº 0030810-70.2019.8.16.0001, que tem como requerente MARCOS EDUARDO FECHNER, e como requerida SONIA REGINA FONSECA FECHNER, em razão da sentença proferida no movimento 111.1, que julgou procedente o pedido inicial e decretou a total interdição da requerida/incapaz Sra. SONIA REGINA FONSECA FECHNER, brasileira, viúva, aposentada, natural de Guararapes-SP, nascida em 16/11/1942, filha de Lauro Sodre Fonseca e Adoranda Fredenhagen Fonseca, Certidão de Casamento n. 13302, Livro B62, Folha 130, lavrada pelo Cartório de Registro Civil de Uberlândia-MG, inscrita no CPF/MF sob o nº 444.278.089-72 e portadora da CI/RG de n.º 954.529-8 SSP/PR, residente na Casa de Repouso de Idosos Nossa Senhora do Rocio, com endereço na Rodovia Gumerindo Boza, 21.774, Campo Magro- PR, sendo nomeado como CURADOR DEFINITIVO o seu filho Sr. MARCOS EDUARDO FECHNER, brasileiro, solteiro, aviador, nascido em 23 de novembro de 1965, filho de Sonia Regina Fonseca Fechner, inscrito no CPF/MF nº. 552.686.339-53, portador da CI/RG de n.º 1456967- 7, SSP/PR, residente na Rua Francisco Juglair, 298 apto 802-B, Mossungue, Curitiba, PR, CEP 81200-230, o qual passará a representar a interditada em todos os atos da sua vida civil, conforme fundamentação da sentença de mov. 111.1. E para que chegue ao conhecimento de todos e no futuro não possam alegar ignorância, passei o presente em edital, que será afixado no local de costume e publicado na forma da lei. Curitiba, aos 12 (doze) dias do mês de julho de 2021. Eu, LILIANA LIMA BITTENCOURT, Escrivã,

que mandei digitar e segue assinado digitalmente pelo MM. Juiz de Direito. Victor Schmidt Figueira dos Santos Juiz de Direito Substituto - assinado digitalmente

Adicionar um(a) Conteúdo FAZ SABER, a todos que o presente edital virem ou dele tiverem conhecimento, que nos autos de INTERDIÇÃO, sob o nº 0015035-54.2015.8.16.0001, que tem como Requerente Corinda Marina Merissi Hawthorne, e como Requerido Juliano Henrique Hawthorne, em razão da sentença proferida no movimento 198.1, que julgou procedente o pedido inicial e decretou a interdição do requerido/incapaz Sr. JULIANO HENRIQUE HAWTHORNE, brasileiro, solteiro, natural de Paranaguá-PR, nascido em 09/08/1973, filho de Flavio Henrique Hawthorne e Corinda Marina Merissi Hawthorne, portador da carteira de identidade RG nº 5.255.249-4 SSP/PR e inscrito no CPF/MF nº 007.057.279-80, residente e domiciliado a Avenida República Argentina nº 2.534, Ap. nº 44, Bloco A, Curitiba-PR, CEP: 80.620-010, sendo nomeada como CURADORA DEFINITIVA a sua genitora Sra. CORINDA MARINA MERISSI HAWTHORNE, brasileira, viúva, professora, portadora da carteira de identidade RG nº 0.818.653-7 SSP/PR e inscrita no CPF/MF nº 921.920.259-04, residente e domiciliado a Avenida República Argentina nº 2.534, Ap. nº 44, Bloco A, Bairro Agua Verde, Curitiba-PR, CEP: 80.620-010, a qual passará a representar o Interditado em todos os atos da sua vida civil, conforme fundamentação exposta na sentença proferida no movimento 198.1. E para que chegue ao conhecimento de todos e no futuro não possam alegar ignorância, passei o presente em edital, que será afixado no local de costume e publicado na forma da lei. Curitiba, aos 26 (vinte e seis) dias do mês de julho de 2021. Eu, LILIANA LIMA BITTENCOURT, Escrivã, que mandei digitar e segue assinado digitalmente pelo MM. Juiz de Direito. Ana Lúcia Ferreira Juíza de Direito - assinado digitalmente

Adicionar um(a) Conteúdo FAZ SABER, a todos que o presente edital virem ou dele tiverem conhecimento, que nos autos de INTERDIÇÃO, sob o nº 0031145-26.2018.8.16.0001, que tem como Requerente PEQUENO COTOLENGO DO PARANÁ DOM ORIONE, e como Requerido DANIEL SANDRO IATIUKI, em razão da sentença proferida no movimento 82.1, que julgou procedente o pedido inicial e decretou a interdição do requerido/incapaz Sr. DANIEL SANDRO IATIUKI, brasileiro, natural de Inácio Martins/PR, nascido em 12/05/1997, filho de Ambrosio Iatiuki e Odete Rolak, inscrito no CPF/MF sob nº 084.246.939-73, portador do RG nº 14.875.358-0, Certidão de Nascimento n. 1005, fls. 559, livro 22-A lavrada pelo Cartório de Registro Civil de Irati-Pr, residente e domiciliado na rua Gonçalves Júnior, nº 140, Campo Comprido, em Curitiba-Pr, CEP: 81.220-210, sendo nomeado como CURADOR DEFINITIVO o Sr. Pe. RENALDO AMAURI LOPES, brasileiro, solteiro, religioso, portador da Cédula de Identidade RG sob n. 6.340.000-9 e inscrito no CPF/MF sob n. 611.562.489-49, residente e domiciliado na Rua José Gonçalves Júnior, n. 140, Campo Comprido, Cep.: 81.220-210, Curitiba - Pr (Instituição Pequeno Cotelengo), o qual passará a representar o interditado em todos os atos da sua vida civil, conforme fundamentação da sentença de mov. 82.1. E para que chegue ao conhecimento de todos e no futuro não possam alegar ignorância, passei o presente em edital, que será afixado no local de costume e publicado na forma da lei. Curitiba, aos 19 (dezenove) dias do mês de agosto de 2021. Eu, LILIANA LIMA BITTENCOURT, Escrivã, que mandei digitar e segue assinado digitalmente pelo MM. Juiz de Direito. Ana Lúcia Ferreira Juíza de Direito - assinado digitalmente

10ª VARA CRIMINAL

Edital de Citação

JUÍZO DE DIREITO DA DÉCIMA VARA CRIMINAL
FORO CENTRAL DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA - PARANÁ
EDITAL DE CITAÇÃO
RÉ(U): EWERTON BARBOSA COELHO
PRAZO: 15 (QUINZE) DIAS
A DOUTORA JULIA MARIA TESSEROLI DE PAULA REZENDE, MM. JUÍZA DE DIREITO DA DÉCIMA VARA CRIMINAL DA COMARCA DE CURITIBA, ESTADO DO PARANÁ NA FORMA DA LEI...
FAZ SABER, a todos quantos o presente edital virem com o prazo de 15 dias, ou dele tiverem conhecimento, que não tendo sido possível **CITAR** pessoalmente a EWERTON BARBOSA COELHO, RG 12378865 SSP/PR, CPF 079.862.759-01, Nome do Pai: AGUINALDO PEREIRA COELHO, Nome da Mãe: MARA ELISABETE BARBOSA, nascido em 19/06/1992, natural de PRAIA GRANDE/SP, atualmente em lugar incerto e não sabido, pelo presente CITA-O(A) e CHAMA-O(A) a comparecer perante este Juízo da 10ª Vara Criminal, situado na Avenida Anita Garibaldi, 750 - Cabral, para que APRESENTE A RESPOSTA À ACUSAÇÃO, NO PRAZO DE DEZ DIAS, conforme o artigo 396-A do Código de Processo Penal, ao Processo-crime nº 0032145-66.2019.8.16.0182, a que responde como incurso nas sanções do art. 65

da Lei n. 9.605/98, c/c art. 29 do Código Penal. Não apresentada a resposta no prazo, ou se o acusado não constituir procurador, nomeio, desde já, a Defensoria Pública do Estado do Paraná, a quem se concederá vista dos autos pelo prazo legal. O réu deverá ainda, em sua resposta à acusação, apresentar rol de testemunhas, sob pena de preclusão do direito, conforme disposto no artigo 396-A do Código de Processo Penal alterado pela Lei 11.719/2008. Caso sejam arroladas testemunhas na resposta à acusação, deverá o Defensor manifestar, desde logo, quais são conhecedoras do fato e quais são meramente abonatórias de conduta. Na hipótese de testemunhas abonatórias, suas inquirições poderão ser substituídas por declarações escritas, até a audiência de instrução e julgamento. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Curitiba. Eu, Curitiba, 23 de setembro de 2021. Eu, Fernando Tadashi Shimakawa, Técnico Judiciário, digitei e conferi.

JULIA MARIA TESSEROLI DE PAULA REZENDE

Juíza de Direito

Edital de Intimação

JUÍZO DE DIREITO DA DÉCIMA VARA CRIMINAL
FORO CENTRAL DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA - PARANÁ
EDITAL DE CIÊNCIA DA SENTENÇA
RÉU: FERNANDO LUCAS DA SILVA

PRAZO: 90 (NOVENTA) DIAS

A DOUTORA JULIA MARIA TESSEROLI DE PAULA REZENDE, JUÍZA DE DIREITO DA DÉCIMA VARA CRIMINAL DA COMARCA DE CURITIBA, ESTADO DO PARANÁ NA FORMA DA LEI...

FAZ SABER, a todos quantos o presente edital virem com o prazo de 90 dias, ou dele conhecimento tiverem, que não tendo sido possível **INTIMAR** pessoalmente a Fernando Lucas da Silva, RG 62551267 SSP/PR, CPF 038.606.839-93, Nome do Pai: MARIO ALBERTO BISCARRA DA SILVA, Nome da Mãe: ELOA SIEKA DA SILVA, nascido em 05/08/1979, natural de CURITIBA/PR, atualmente em lugar incerto e não sabido, pelo presente **INTIMA-O(A) e CHAMA-O(A)** a comparecer perante este Juízo da 10ª Vara Criminal, situado na Avenida Anita Garibaldi, 750 - Cabral, através do telefone 41-3309 9110 ou e-mail ctba-60vj-s@tjpr.jus.br, **A FIM DE TOMAR CIÊNCIA DA SENTENÇA** prolatada nos autos de processo-crime nº 0002910-12.2019.8.16.0196, cujo teor é: "Vistos (...) Posto isso, acompanhando o parecer final ministerial, respeitando-se pedido defensivo, julgo procedente a denúncia e **condeno** o denunciado **FERNANDO LUCAS DA SILVA** pelo crime de receptação, nos termos da fundamentação supra. Estabeleço a pena base em **um (01) ano e 06 (seis) meses de reclusão, além de 16 (dezesseis) dias-multa de um trigésimo (1/30) do salário-mínimo vigente na data dos fatos**, devendo o réu cumprir a pena privativa de liberdade, inicialmente sob o **regime aberto** (...). Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Curitiba, 07 de julho de 2021.". Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Curitiba, aos 23 de Setembro de 2021, eu, Fernando Tadashi Shimakawa, Técnico Judiciário, digitei e conferi.

JULIA MARIA TESSEROLI DE PAULA REZENDE

Juíza de Direito

JUÍZO DE DIREITO DA DÉCIMA VARA CRIMINAL
FORO CENTRAL DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA - PARANÁ
EDITAL DE INTIMAÇÃO PARA PAGAMENTO DA PENA DE MULTA E CUSTAS PROCESSUAIS

RÉU: CAMILO DA FONSECA DE BRITO NETO

PRAZO: 90 (NOVENTA) DIAS

A DOUTORA JULIA MARIA TESSEROLI DE PAULA REZENDE, MM. JUÍZA DE DIREITO DA DÉCIMA VARA CRIMINAL DA COMARCA DE CURITIBA, ESTADO DO PARANÁ NA FORMA DA LEI,

FAZ SABER, a todos quantos o presente edital virem com o prazo de 15 (quinze) dias, ou dele conhecimento tiverem, que não tendo sido possível **INTIMAR** pessoalmente a: **Camilo da Fonseca de Brito Netto**, filho de Ceneleita da Fonseca e Augusto Maciel de Brito Netto, nascido em 19/10/1988, natural de Moreira Sales/PR, portador do R.G. nº 11.038.655-9/PR, atualmente em lugar incerto e não sabido, pelo presente **INTIMA-A(O) e CHAMA-A(O) a COMPARECER** perante este Juízo da 10ª Vara Criminal, sito na Avenida Anita Garibaldi, 750, Centro Judiciário de Curitiba - Cabral - CEP: 80.540-900, telefone: 3309-91-10, A FIM DE EFETUAR O PAGAMENTO DA PENA DE MULTA E CUSTAS PROCESSUAIS (R\$ 18.139,86 - mediante depósito bancário - Banco do Brasil, agência 3793-1, c/c 9840-X, CNPJ 08.646.040/0001-17), NO PRAZO DE 10 (DEZ) DIAS, sob pena de Execução na forma do artigo 51 do Código Penal. Autos de processo-crime nº 0009654-24.2018.8.16.0013. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Curitiba, em 23 de setembro de 2021. Eu, Sílvia G J Carneiro, Supervisora de Secretária, o subscrevi.

JULIA MARIA TESSEROLI DE PAULA REZENDE

JUIZ DE DIREITO

JUÍZO DE DIREITO DA DÉCIMA VARA CRIMINAL

FORO CENTRAL DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA - PARANÁ
EDITAL DE INTIMAÇÃO

RÉU: LUCAS CLARO DE LIMA

PRAZO: 15 (QUINZE) DIAS

A DOUTORA JULIA MARIA TESSEROLI DE PAULA REZENDE, MM. JUÍZA DE DIREITO DA DÉCIMA VARA CRIMINAL DA COMARCA DE CURITIBA, ESTADO DO PARANÁ NA FORMA DA LEI,

FAZ SABER, a todos quantos o presente edital virem com o prazo de 15 (quinze) dias, ou dele conhecimento tiverem, que não tendo sido possível **INTIMAR** pessoalmente a: LUCAS CLARO DE LIMA, RG 135788791 SSP/PR, CPF 103.210.909-26, Nome da Mãe: CRISTINA APARECIDA DE LIMA, nascido em 28/08/1997, natural de CURITIBA/PR, atualmente em lugar incerto e não sabido, pelo presente **INTIMA-O(A) e CHAMA-O(A) a COMPARECER** perante este Juízo da 10ª Vara Criminal, situado na Avenida Anita Garibaldi, 750 - Cabral - Curitiba/PR, para que no **prazo de 10 (dez) dias, manifeste seu interesse na restituição** do(s) objeto(s) apreendido(s) nos autos acima identificados **(01 (um) aparelho celular, marca Motorola, dourado; 01 (um) aparelho celular, marca LG, preto)**, podendo retirá-lo(s) **comprovando sua propriedade**. Caso não possa retirar o(s) objeto(s) pessoalmente, **deverá indicar alguém para fazê-lo em seu nome**. Fica advertida, ainda, que caso não se manifeste no prazo, o(s) objeto(s) será(ão) encaminhado(s) para destruição ou destinado(s) para entidade beneficente. Autos de Processo nº: 0032588-73.2018.8.16.0013. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Curitiba, 23 de setembro de 2021. Eu, Fernando Tadashi Shimakawa, Técnico Judiciário, digitei e conferi.

JULIA MARIA TESSEROLI DE PAULA REZENDE

JUÍZA DE DIREITO

11ª VARA CRIMINAL

Edital de Intimação

EDITAL DE INTIMAÇÃO PARA PAGAMENTO DE MULTA PECUNIÁRIA E CUSTAS PROCESSUAIS

Prazo: 10 (dez) dias

0003477-20.2013.8.16.0013

Réu: MARCUS VINICIUS BUENO

Processo nº 0003477-20.2013.8.16.0013

O MM. Juiz de Direito da Décima Primeira Vara Criminal do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, Estado do Paraná;

FAZ SABER a todos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, e especialmente o sentenciado

MARCUS VINICIUS BUENO, portador da cédula de identidade 81304467, nascido aos em PORTO15/08/1980,

UNIAO/SC, filho de NILCE BENDLIN BUENO, ora em lugar incerto e não sabido, para **INTIMÁ-LO** a pagar a pena de multa e as custas processuais, no prazo de 10 (dez) dias (art. 50, do Código Penal), tendo em vista o trânsito emcaput

julgado no processo nº 0003477-20.2013.8.16.0013.

Expede-se o presente edital tendo em vista estar o réu em lugar incerto e não sabido, e para que chegue ao conhecimento

de todos e ninguém possa alegar ignorância, o qual será afixado no átrio da 11ª Vara Criminal e publicado na imprensa

Oficial, nos termos da lei.

Curitiba, 23 de setembro de 2021

Leandro Leite Carvalho Campos

Juiz de Direito

EDITAL DE INTIMAÇÃO PARA PAGAMENTO DE MULTA PECUNIÁRIA E CUSTAS PROCESSUAIS

Prazo: 10 (dez) dias

0001159-19.2021.8.16.0196

Réu: EMERSON ADRIANO SALVADOR

Processo nº 0001159-19.2021.8.16.0196

O MM. Juiz de Direito da Décima Primeira Vara Criminal do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, Estado do Paraná;

FAZ SABER a todos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, e especialmente o sentenciado

EMERSON ADRIANO SALVADOR, portador da cédula de identidade 127697256, nascido aos em 02/11/1989,

CURITIBA/PR, filho de ELEUSIS SORAIA SALVADOR, ora em lugar incerto e não sabido, para **INTIMÁ-LO** a pagar

a pena de multa e as custas processuais, no prazo de 10 (dez) dias (art. 50, , do Código Penal), tendo em vista o caput
trânsito em julgado no processo nº 0001159-19.2021.8.16.0196.
Expede-se o presente edital tendo em vista estar o réu em lugar incerto e não sabido, e para que chegue ao conhecimento
de todos e ninguém possa alegar ignorância, o qual será afixado no átrio da 11ª Vara Criminal e publicado na imprensa
Oficial, nos termos da lei.
Curitiba, 23 de setembro de 2021
Leandro Leite Carvalho Campos
Juiz de Direito

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA

Prazo: 90 (noventa) dias
0002033-04.2021.8.16.0196
Réu: JAFETE MAGALHÃES SOBRINHO
Processo nº 0002033-04.2021.8.16.0196
O Doutor ANTONIO CARLOS SCHIEBEL FILHO, MM. Juiz de Direito da Décima Primeira Vara Criminal do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, Estado do Paraná;
FAZ SABER a todos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, e especialmente o sentenciado
JAFETE MAGALHÃES SOBRINHO , portador da cédula de identidade 9746433, nascido aos
06/10/1984 em FIGUEIRA/PR, filho de MARIA HELENA DA SILVA, ora em lugar incerto e não sabido, para
INTIMÁ-LO da sentença proferida nos autos do processo nº 0002033-04.2021.8.16.0196, com o seguinte teor da parte dispositiva:
" Ante ao exposto, julgo procedente a denúncia para o fim de condenar o réu Jafete Magalhães Sobrinho como incurso nas sanções dos artigos 155, §4º, incisos I e II, do Código Penal. "
Expede-se o presente edital, nos termos do art. 392, VI e §§1º e 2º do CPP, ficando o sentenciado intimado para, querendo, interpor recurso no prazo legal, tendo em vista estar o réu em lugar incerto e não sabido e para que chegue ao conhecimento de todos e ninguém possa alegar ignorância, o qual será afixado no átrio da 11ª Vara Criminal e publicado na imprensa Oficial, nos termos da lei.
Curitiba, 23 de setembro de 2021
Leandro Leite Carvalho Campos
Juiz de Direito

EDITAL DE INTIMAÇÃO PARA PAGAMENTO DE MULTA PECUNIÁRIA E CUSTAS PROCESSUAIS

Prazo: 10 (dez) dias
0002398-64.2017.8.16.0013
Réu: FELIPE ADRIANO FOGAÇA
Processo nº 0002398-64.2017.8.16.0013
O MM. Juiz de Direito da Décima Primeira Vara Criminal do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, Estado do Paraná;
FAZ SABER a todos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, e especialmente o sentenciado FELIPE ADRIANO FOGAÇA , portador da cédula de identidade 105827970, nascido aos em CURITIBA/PR, filho 10/11/1990, de ZENEIDE SCHOLLES, ora em lugar incerto e não sabido, para INTIMÁ-LO a pagar a pena de multa e as custas processuais, no prazo de 10 (dez) dias (art. 50, , do Código Penal), tendo em vista o trânsito em julgado no processocaput nº 0002398-64.2017.8.16.0013.
Expede-se o presente edital tendo em vista estar o réu em lugar incerto e não sabido, e para que chegue ao conhecimento de todos e ninguém possa alegar ignorância, o qual será afixado no átrio da 11ª Vara Criminal e publicado na imprensa Oficial, nos termos da lei.
Curitiba, 23 de setembro de 2021
Leandro Leite Carvalho Campos
Juiz de Direito

12ª VARA CRIMINAL

Edital de Citação

Adicionar um(a) ConteúdoAutos nº 0005270-58.2016.8.16.0184 EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE JOSÉ ELIAS SANTOS DE MATOS . A DOUTORA CRISTINE LOPES, MM. JUÍZA DE DIREITO DA 12ª VARA CRIMINAL DE CURITIBA/PR, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que, perante o Juízo da Vara Criminal de Curitiba, tramitam os autos de processo crime sob o nº 0005270-58.2016.8.16.0184 em que fora denunciado pelo Ministério Público, a pessoa de JOSÉ ELIAS SANTOS DE MATOS, portador(a) do RG 126669283 SSP/PR, filho(a) de SANTINA SANTOS DE LIMA e JOSÉ MENINO DE MATOS, nascido(a) em 12/12/1994, natural de IVAI/PR, residente na Rua Luiz Carlos de Oliveira, 369 - Xaxim - CURITIBA/PR - CEP: 81.830-325. Constando dos autos que o(a) denunciado(a) se encontra em local incerto e não sabido, pelo presente edital, com o prazo de 15 (quinze) dias, que será publicado na forma da Lei e afixado em local de costume neste Fórum, se faz a NOTIFICAÇÃO da pessoa de JOSÉ ELIAS SANTOS DE MATOS , acima qualificado(a) para se ver processar nos autos supra referidos, denunciado como incurso nas sanções do artigo 33, caput da lei 11.343/06, sob pena de revelia. Fica deste já o(a) réu(ré) CITADO(A) para que, no prazo de 10 (dez) dias, ofereça resposta à acusação, por escrito, conforme disposto no artigo 396 do Código de Processo Penal, sendo que não o fazendo no prazo legal lhe será nomeado defensor dativo. Dado e passado nesta Cidade de Curitiba e Foro da Comarca de Curitiba/PR, aos 24 de setembro de 2021 às 13:31:25. Eu---, Geanne Bressan Malavazi, Técnica Judiciária, o digitei. CRISTINE LOPES Juíza de Direito

Adicionar um(a) ConteúdoAutos nº 0003554-81.2021.8.16.0196 EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE Anderson Alves dos Santos . A DOUTORA CRISTINE LOPES, MM. JUÍZA DE DIREITO DA 12ª VARA CRIMINAL DE CURITIBA/PR, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que, perante o Juízo da Vara Criminal de Curitiba, tramitam os autos de processo crime sob o nº 0003554-81.2021.8.16.0196 em que fora denunciado pelo Ministério Público, a pessoa de ANDERSON ALVES DOS SANTOS, portador(a) do RG 101126994 SSP/PR, filho(a) de DJANIRA TORRES BLANCA DOS SANTOS e NEUDIR ALVES DOS SANTOS, nascido(a) em 20/08/1987, natural de Curitiba/PR, residente na Rua Francisco de Bastos, 45 - Pinheirinho - CURITIBA/PR - CEP: 81.880-460. Constando dos autos que o(a) denunciado(a) se encontra em local incerto e não sabido, pelo presente edital, com o prazo de 15 (quinze) dias, que será publicado na forma da Lei e afixado em local de costume neste Fórum, se faz a NOTIFICAÇÃO da pessoa de Anderson Alves dos Santos , acima qualificado(a) para se ver processar nos autos supra referidos, denunciado como incurso nas sanções do artigo 33, caput da Lei 11.343/06, sob pena de revelia. Fica deste já o(a) réu(ré) NOTIFICADO(A) para que, no prazo de 10 (dez) dias, ofereça resposta à acusação, por escrito, conforme disposto no artigo 396 do Código de Processo Penal, sendo que não o fazendo no prazo legal lhe será nomeado defensor dativo. Dado e passado nesta Cidade de Curitiba e Foro da Comarca de Curitiba/PR, aos 24 de setembro de 2021 às 14:32:38. Eu---, Geanne Bressan Malavazi, Técnica Judiciária, o digitei. CRISTINE LOPES Juíza de Direito

Adicionar um(a) ConteúdoAutos nº 0003871-16.2020.8.16.0196 EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE FRANÇOIA RODRIGUES DE OLIVEIRA . A DOUTORA CRISTINE LOPES, MM. JUÍZA DE DIREITO DA 12ª VARA CRIMINAL DE CURITIBA/PR, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que, perante o Juízo da Vara Criminal de Curitiba, tramitam os autos de processo crime sob o nº 0003871-16.2020.8.16.0196 em que fora denunciado pelo Ministério Público, a pessoa de FRANÇOIA RODRIGUES DE OLIVEIRA, portador(a) do RG 138758966 SSP/PR, filho(a) de MARIA SHIRLEI RODRIGUES DE LARA DE OLIVEIRA e PAULO SÉRGIO DE OLIVEIRA, nascido(a) em 14/09/1995, natural de CURITIBA/PR, residente na RUA ALCEU JOSE GUADAGNIN, 250 CASA - Cajuru - CURITIBA/PR. Constando dos autos que o(a) denunciado(a) se encontra em local incerto e não sabido, pelo presente edital, com o prazo de 15 (quinze) dias, que será publicado na forma da Lei e afixado em local de costume neste Fórum, se faz a NOTIFICAÇÃO da pessoa de FRANÇOIA RODRIGUES DE OLIVEIRA , acima qualificado(a) para se ver processar nos autos supra referidos, denunciado como incurso nas sanções do artigo 33, caput, Lei 11.343/06, sob pena de revelia. Fica deste já o(a) réu(ré) NOTIFICADO(A) para que, no prazo de 10 (dez) dias, ofereça resposta à acusação, por escrito, conforme disposto no artigo 396 do Código de Processo Penal, sendo que não o fazendo no prazo legal lhe será nomeado defensor dativo. Dado e passado nesta Cidade de Curitiba e Foro da Comarca de Curitiba/PR, aos 24 de setembro de 2021 às 14:42:09. Eu---, Geanne Bressan Malavazi, Técnica Judiciária, o digitei. CRISTINE LOPES Juíza de Direito

Adicionar um(a) ConteúdoAutos nº 0035667-77.2014.8.16.0182 EDITAL DE CITAÇÃO DE Maria Luiza Wambier . A DOUTORA CRISTINE LOPES, MM. JUÍZA

DE DIREITO DA 12ª VARA CRIMINAL DE CURITIBA/PR, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, **FAZ SABER** a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que, perante o Juízo da Vara Criminal de Curitiba, tramitam os autos de processo crime sob o nº 0035667-77.2014.8.16.0182 em que fora denunciado pelo Ministério Público, a pessoa de Maria Luiza Wambier, portador(a) do RG 34024006 SSP/PR, filho(a) de APARECIDA ERNESTINA DO CARMO e JOSE VITOR DO CARMO, nascido(a) em 01/12/1962, natural de URAI/PR, residente na Rua Francisco Schaffer, 531 - Vista Alegre - CURITIBA/PR - CEP: 80.820-200. Constando dos autos que o(a) denunciado(a) se encontra em local incerto e não sabido, pelo presente edital, com o prazo de 15 (quinze) dias, que será publicado na forma da Lei e afixado em local de costume neste Fórum, se faz a **CITAÇÃO** da pessoa de Maria Luiza Wambier, acima qualificado(a) para se ver processar nos autos supra referidos, denunciado como incurso nas sanções do artigo 344 do Código Penal, sob pena de revelia. Fica deste já o(a) réu(ré) CITADO(A) para que, no prazo de 10 (dez) dias, **ofereça resposta à acusação**, por escrito, conforme disposto no artigo 396 do Código de Processo Penal, sendo que não o fazendo no prazo legal lhe será nomeado defensor dativo. Dado e passado nesta Cidade de Curitiba e Foro da Comarca de Curitiba/PR, aos 24 de setembro de 2021 às 13:23:38. Eu---, Geanne Bressan Malavazi, Técnica Judiciária, o digitei. CRISTINE LOPES Juíza de Direito

Adicionar um(a) ConteúdoAutos nº 0001348-94.2021.8.16.0196 EDITAL DE CITAÇÃO DE LUCAS PINTO DE MELLO. A DOUTORA CRISTINE LOPES, MM. JUÍZA DE DIREITO DA 12ª VARA CRIMINAL DE CURITIBA/PR, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, **FAZ SABER** a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que, perante o Juízo da Vara Criminal de Curitiba, tramitam os autos de processo crime sob o nº 0001348-94.2021.8.16.0196 em que fora denunciado pelo Ministério Público, a pessoa de LUCAS PINTO DE MELLO, portador(a) do RG 127920214 SSP/PR, filho(a) de MONIQUE CARLA DE LARA e CEZAR PINTO DE MELLO, nascido(a) em 22/07/1999, natural de MATINHOS/PR, residente na Rua Emanuel Ernesto Bertoldi, s/n casa - Rio Bonito - Campo de Santana - CURITIBA/PR - CEP: 81.490-532. Constando dos autos que o(a) denunciado(a) se encontra em local incerto e não sabido, pelo presente edital, com o prazo de 15 (quinze) dias, que será publicado na forma da Lei e afixado em local de costume neste Fórum, se faz a **CITAÇÃO** da pessoa de LUCAS PINTO DE MELLO, acima qualificado(a) para se ver processar nos autos supra referidos, denunciado como incurso nas sanções do artigo 33, caput da Lei 11.343/06, sob pena de revelia. Fica deste já o(a) réu(ré) CITADO(A) para que, no prazo de 10 (dez) dias, **ofereça resposta à acusação**, por escrito, conforme disposto no artigo 396 do Código de Processo Penal. Dado e passado nesta Cidade de Curitiba e Foro da Comarca de Curitiba/PR, aos 24 de setembro de 2021 às 14:25:25. Eu---, Geanne Bressan Malavazi, Técnica Judiciária, o digitei. CRISTINE LOPES Juíza de Direito

Edital de Intimação

Adicionar um(a) ConteúdoAutos nº 0000945-06.2017.8.16.0184 EDITAL DE INTIMAÇÃO DA SENTENÇA DO(A) SENTENCIADO(A) JAMILE CRISTINA RODRIGUES LEITE, COM O PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS. A Doutora Cristine Lopes, Juíza de Direito da 12ª Vara Criminal, Estado do Paraná, na forma da lei, etc. ... **FAZ SABER** a todos quantos o presente edital virem, com o prazo de 60 (sessenta) dias, ou dele conhecimento tiverem, que não sendo possível INTIMAR pessoalmente o(a) sentenciado(a) JAMILE CRISTINA RODRIGUES LEITE, brasileiro(a), portador(a) do RG 79110019 SSP/PR, nascido(a) aos 03/05/1981, natural de CURITIBA/PR, filha de CELIA MARIA RODRIGUES LEITE, atualmente em lugar incerto e não sabido, e não sendo possível intimá-lo(a) pessoalmente da sentença proferida nos autos de Processo Criminal n. 0000945-06.2017.8.16.0184, pelo presente proceda a INTIMAÇÃO do(a) mesmo(a), da sentença CONDENATÓRIA proferida nos autos em data de 15/09/2020, conforme Dispositivo: "Diante de todo o exposto, em relação ao primeiro e ao segundo fatos da denúncia (comunicação falsa de crime e desobediência), nos termos do artigo 107, inciso IV, do Código Penal, declaro a EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE da ré JAMILE CRISTINA RODRIGUES LEITE, bem como julgo PROCEDENTE A DENÚNCIA para o fim de CONDENÁ-LA pela prática do terceiro fato narrado na exordial acusatória, como incurso nas sanções do artigo 331, caput, do Código Penal. ". Penas: Privativa de liberdade: 6 meses de reclusão em regime inicial aberto. Curitiba, 24 de setembro de 2021. Eu, Geanne Bressan Malavazi Westphal, Técnico(a) Judiciário(a), que digitei e subscrevi. Cristine Lopes Juíza de Direito.

Adicionar um(a) ConteúdoAutos nº 0031853-16.2013.8.16.0013 EDITAL DE INTIMAÇÃO DA SENTENÇA DO(A) SENTENCIADO(A) FELIPE ERON ALOIS SANTOS, COM O PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS. A Doutora Cristine Lopes, Juíza de Direito da 12ª Vara Criminal, Estado do Paraná, na forma da lei, etc. ...

FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem, com o prazo de 60 (sessenta) dias, ou dele conhecimento tiverem, que não sendo possível INTIMAR pessoalmente o(a) sentenciado(a) FELIPE ERON ALOIS SANTOS, brasileiro(a), portador(a) do RG 79582360 SSP/PR, nascido(a) aos 13/06/1988, natural de CURITIBA/PR, filho de DAISY MARA PURKOTTE SANTOS e CLAUDIO ALOIS SANTOS, atualmente em lugar incerto e não sabido, e não sendo possível intimá-lo(a) pessoalmente da sentença proferida nos autos de Processo Criminal n. 0031853-16.2013.8.16.0013, pelo presente proceda a INTIMAÇÃO do(a) mesmo(a), da sentença ABSOLUTÓRIA proferida nos autos em data de 22/07/2021, conforme Dispositivo: "Diante do exposto, JULGO IMPROCEDENTE a pretensão punitiva descrita na denúncia, a fim de absolver o acusado Felipe Eron Alois Santos da prática do crime descrito no artigo 163, parágrafo único, inciso III, do Código Penal, com fundamento no artigo 386, inciso VII, do Código de Processo Penal. ". Curitiba, 24 de setembro de 2021. Eu, Geanne Bressan Malavazi Westphal, Técnico(a) Judiciário(a), que digitei e subscrevi. Cristine Lopes Juíza de Direito

Adicionar um(a) ConteúdoAutos nº 0007607-77.2018.8.16.0013 EDITAL DE INTIMAÇÃO DA SENTENÇA DO(A) SENTENCIADO(A) CRISTOFHER ROMERO DA SILVA, COM O PRAZO DE 90 (NOVENTA) DIAS. A Doutora Cristine Lopes, Juíza de Direito da 12ª Vara Criminal, Estado do Paraná, na forma da lei, etc. ... **FAZ SABER** a todos quantos o presente edital virem, com o prazo de 90 (noventa) dias, ou dele conhecimento tiverem, que não sendo possível INTIMAR pessoalmente o(a) sentenciado(a) CRISTOFHER ROMERO DA SILVA, brasileiro(a), portador(a) do RG 133112383 SSP/PR, nascido(a) aos 18/10/1987, natural de ITARARE/SP, filho de GRACINHA DE FÁTIMA BORJAO DA ROSA e JOSÉ ROBERTO RODRIGUES DA SILVA, atualmente em lugar incerto e não sabido, e não sendo possível intimá-lo(a) pessoalmente da sentença proferida nos autos de Processo Criminal n. 0007607-77.2018.8.16.0013, pelo presente proceda a INTIMAÇÃO do(a) mesmo(a), da sentença CONDENATÓRIA proferida nos autos em data de 27/03/2020, conforme Dispositivo: "Diante do exposto, julgo TOTALMENTE PROCEDENTE A DENÚNCIA para o fim de CONDENAR o réu CRISTOFHER ROMERO DA SILVA nas penas do artigo 157, caput (1º Fato), e artigo 157, caput, combinado com o artigo 14, inciso II (2º fato), na forma do artigo 69, todos do Código Penal. ". Penas: Privativa de liberdade: 5 anos e 11 meses de reclusão em regime inicial fechado. Pecuniária (multa): 27 dias-multa - Proporção de 1/30 do Salário Mínimo. Curitiba, 24 de setembro de 2021. Eu, Geanne Bressan Malavazi Westphal, Técnico(a) Judiciário(a), que digitei e subscrevi. Cristine Lopes Juíza de Direito

Adicionar um(a) ConteúdoAutos nº 0006538-20.2012.8.16.0013 EDITAL DE INTIMAÇÃO DA SENTENÇA DO(A) SENTENCIADO(A) MOISES LANZA LOPES, COM O PRAZO DE 60 (NOVENTA) DIAS. A Doutora Cristine Lopes, Juíza de Direito da 12ª Vara Criminal, Estado do Paraná, na forma da lei, etc. ... **FAZ SABER** a todos quantos o presente edital virem, com o prazo de 90 (noventa) dias, ou dele conhecimento tiverem, que não sendo possível INTIMAR pessoalmente o(a) sentenciado(a) MOISES LANZA LOPES, brasileiro(a), portador(a) do RG 60590761 SSP/PR, nascido(a) aos 23/03/1976, natural de PALMEIRA/PR, filho de Nome da Mãe: JANETE LANZA LOPES Nome do Pai: ANDRE LANZA LOPES JUNIOR, atualmente em lugar incerto e não sabido, e não sendo possível intimá-lo(a) pessoalmente da sentença proferida nos autos de Processo Criminal n. 0006538-20.2012.8.16.0013, pelo presente proceda a INTIMAÇÃO do(a) mesmo(a), da sentença ABSOLUTÓRIA proferida nos autos em data de 28/08/2020, conforme Dispositivo: Diante do exposto, julgo TOTALMENTE IMPROCEDENTE A DENÚNCIA para o fim de ABSOLVER o réu MOISES LANZA LOPES da acusação de praticar o crime previsto no artigo 7º, inciso IX, da Lei 8.137/90, na modalidade prevista no parágrafo único, combinado com o artigo 18, §6º, incisos I e II, da lei 8.078/90, na modalidade culposa, o que faço com fundamento no artigo 386, inciso VII, do Código de Processo Penal. Curitiba, 24 de setembro de 2021. Eu, Geanne Bressan Malavazi Westphal, Técnico(a) Judiciário(a), que digitei e subscrevi. Cristine Lopes Juíza de Direito

13ª VARA CRIMINAL

Edital de Citação

PODER JUDICIÁRIO
13ª VARA CRIMINAL DO FORO CENTRAL DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA
Av. Anita Garibaldi, 750 - Ahú - Curitiba/PR CEP: 80.540-900 Tel. (41) 3309-9113
EDITAL DE CITAÇÃO

ACUSADO: **MARCELO YURI MACHADO**

PRAZO: 15 (QUINZE) DIAS

PROCESSO CRIME: **0001665-29.2020.8.16.0196**A DRA. **LUCIANI DE LOURDES TESSEROLI MARONEZI** MM. JUÍZA DE DIREITO DA 13ª VARA DO FORO CENTRAL DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA - ESTADO DO PARANÁ, NA FORMA DA LEI, ETC.

FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem, que não tendo sido possível CITAR pessoalmente o(a) Ré(u) **MARCELO YURI MACHADO**, nascido em 02/11/2000, com Nome da Mãe: **DEILA CERIDIANE MACHADO**, natural de CURITIBA/PR, portador do RG 137766477 SSP/PR e inscrito no CPF sob o nº 106.976.939-88, atualmente em local incerto e não sabido, sendo que nos autos supra referidos, o mesmo se encontra denunciado como incurso nas penas da Lei 11343/06, ART 33: "Importar, exportar, remeter, preparar, produzir, fabricar, adquirir, vender, expor à venda, oferecer, ter em depósito, transportar, trazer consigo", pelo presente procede a **CITAÇÃO** do mesmo, para que tome ciência do recebimento da denúncia, referente aos autos de Ação Penal **0001665-29.2020.8.16.0196**. E, para que chegue ao conhecimento de todos, determinou o MM. Juiz que se expedisse o presente edital que será afixado no local de costume, bem como publicado no Diário da Justiça Eletrônico, para que no futuro não se alegue ignorância. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Curitiba, 24 de setembro de 2021. Eu, _____ (**Raphael G. Cordeiro**) **Supervisor de Secretaria** - o digitei.

Luciani de Lourdes Tesseroli Maronezi

Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO**13ª VARA CRIMINAL DO FORO CENTRAL DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA****Avenida Anita Garibaldi, 750 - Ahú - Curitiba/PRCEP: 80.540-900 Tel. (41) 3309-9113**

EDITAL DE CITAÇÃO

ACUSADO: **MATEUS GUIMARÃES CARNEIRO**

PRAZO: 15 (QUINZE) DIAS

PROCESSO CRIME: **0001649-75.2020.8.16.0196**A DRA. **LUCIANI DE LOURDES TESSEROLI MARONEZI** MM. JUÍZA DE DIREITO DA 13ª VARA DO FORO CENTRAL DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA - ESTADO DO PARANÁ, NA FORMA DA LEI, ETC.

FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem, que não tendo sido possível CITAR pessoalmente o(a) Ré(u) **MATEUS GUIMARÃES CARNEIRO**, nascido em 19/09/1999, com Nome da Mãe: **DENIZE ADRIANA GUIMARÃES** Nome do Pai: **DANIEL FRANCISCO ALVES CARNEIRO**, natural de CURITIBA/PR, portador do RG 140730793 SSP/PR e inscrito no CPF sob o nº 122.203.909-50, atualmente em local incerto e não sabido, sendo que nos autos supra referidos, o mesmo se encontra denunciado como incurso nas penas da Lei 11343/06, ART 33: "Importar, exportar, remeter, preparar, produzir, fabricar, adquirir, vender, expor à venda, oferecer, ter em depósito, transportar, trazer consigo", pelo presente procede a **CITAÇÃO** do mesmo, para que tome ciência do recebimento da denúncia, referente aos autos de Ação Penal **0001649-75.2020.8.16.0196**. E, para que chegue ao conhecimento de todos, determinou o MM. Juiz que se expedisse o presente edital que será afixado no local de costume, bem como publicado no Diário da Justiça Eletrônico, para que no futuro não se alegue ignorância. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Curitiba, 17 de setembro de 2021. Eu, _____ (**Raphael G. Cordeiro**) **Supervisor de Secretaria** - o digitei.

Luciani de Lourdes Tesseroli Maronezi

Juíza de Direito

14ª VARA CÍVEL**Editais de Intimação****EDITAL DE INTIMAÇÃO COM O PRAZO DE 20 (VINTE) DIAS.****O DR. FERNANDO ANDREONI VASCONCELLOS, MM. JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO DA 14ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE CURITIBA/PR, etc...**

FAZ SABER a todos os que o presente edital virem ou dele tiverem conhecimento que após realizadas tentativas de intimação sem êxito e estando a parte interessada em lugar incerto impossibilitando a intimação pessoal, **INTIMA** com prazo de 20 (vinte) dias contados da publicação, a pessoa de **ALAN PATRICK SCHRANK**, **inscrito no CPF nº 007.729.149-23**, para ciência acerca da transferência de créditos nos valores de R\$544,97 (quinhentos e quarenta e quatro reais e noventa e sete centavos) da conta judicial nº 1456917-3 da Caixa Econômica Federal, agência 3984 e R\$19,18 (dezenove reais e dezoito centavos) da conta judicial nº 1456918-1 da Caixa Econômica Federal, agência 3984, para conta bancária de sua titularidade nº 1009733-8, junto ao Banco Santander (Brasil) S.A., agência 807, tendo em vista o cancelamento da distribuição dos autos nº **0002898-77.2014.8.16.0194** de ação

de **IMPUGNAÇÃO AO VALOR DA CAUSA** no que **ALAN PATRICK SCHRANK** é impugnante e **BANCO DAYCOVAL S/A** é impugnado, a fim de que tenha ciência do procedimento e não possa alegar desconhecimento. **Será o edital publicado pela imprensa oficial e afixado no local de costume desta serventia, na forma da lei vigente.** DADO E PASSADO nesta Cidade e Comarca de Curitiba Capital do Estado do Paraná, aos 23 dias do mês de setembro do ano 2021. Eu, _____ (Elenita Yasni S. da Silva) Escrivã da Décima Quarta Vara Cível, o subscrevi.

FERNANDO ANDREONI VASCONCELLOS

Juiz de Direito Substituto

15ª VARA CÍVEL**Editais de Citação****EDITAL DE CITAÇÃO COM O PRAZO DE 20 (VINTE) DIAS****A DOUTORA THALITA BIZERRIL DULEBA MENDES, MM. JUÍZA DE DIREITO SUBSTITUTA DA DÉCIMA QUINTA VARA CÍVEL DO FORO CENTRAL DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA, NA FORMA DA LEI**

FAZ SABER a todos que virem o presente ou dele tiverem conhecimento que perante este Juízo da 15ª Vara Cível tramitam os autos de Execução de Título Extrajudicial sob nº **0012217-93.2019.8.16.0194** (PROJUDI), em que é requerente Condomínio Edifício Fernandes Lima, e requerida DIVA MARIA FARRACHA LABATUT, e que por este **CITA** DIVA MARIA FARRACHA LABATUT para no prazo de 03 (três) dias, efetuar o pagamento do débito apontado pelo exequente, acrescido de custas e honorários advocatícios. Fica ciente de que poderá oferecer embargos à execução, distribuídos por dependência e instruídos com cópias das peças processuais relevantes, no prazo de 15 (quinze) dias. Alternativamente, no lugar dos embargos, mediante o depósito de trinta por cento do valor total executado, poderá requerer o parcelamento do restante em até 6 (seis) parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e de juros de um por cento ao mês. Fica advertida de que a rejeição dos embargos, ou, ainda, inadimplemento das parcelas, poderá acarretar na elevação dos honorários advocatícios, multa em favor da parte, além de outras penalidades previstas em lei.

Síntese da Inicial: "A executada é proprietária do apartamento nº 1004, do EDIFÍCIO FERNANDES LIMA, situado na Rua Barão do Serro Azul, Centro, CEP: 80.020-180, Curitiba/PR, conforme faz constar nos autos de inventário de EULEA FARRACHA LABATUT, de nº 0002030-82.2003.8.16.0001, que tramita na 15ª Vara Cível da Comarca de Curitiba/PR. Nos autos do inventário nº 0002030-82.2003.8.16.0001, mov. 1.14, "Primeiras Declarações", em que figura o Inventariante ANTONIO RICARDO FARRACHA LABATUT, em suas fls. 61, consta que o apartamento nº 1004 do Edifício Fernandes Lima fora doado (o imóvel inteiro) a Diva Maria Farracha Labatut. Também no mov. 1.64 dos mesmos autos, o inventariante ratifica sua declaração: "Do apartamento em Curitiba, testado a favor de Diva Maria", às fls. 218 (docs anexos). Nesta condição a executada é obrigada por força das disposições contidas no art. 1336, inc. I do C.C. e art. 12 da Lei nº 4591/64 a contribuir mensalmente com das despesas condominiais. De forma injustificada e inaceitável a executada passou a inadimplir as cotas condominiais de acordo com os seguintes vencimentos de 05/12/2014 à 10/12/2016 e de 10/02/2017 à 10/12/2017, conforme demonstrativo da dívida juntado nos autos. O importe total é de R\$ 36.752,21, tudo conforme boletos e demonstrativo atualizado de débito juntados nos autos."

Para que chegue ao conhecimento de todos e ninguém no futuro alegue ignorância, expedi o presente edital, nos termos dos artigos 256 e 257 (despiciendas as diligências do parágrafo único do referido artigo do CPC), que será publicado. O prazo de resposta será contado após o decurso de 20 (vinte) dias da publicação do presente Edital. Havendo revelia, será nomeado curador especial. Curitiba, 23 de setembro de 2021. Eu, Sidinei Alencar de Souza, Técnico Judiciário, digitei e conferi.

Sidinei Alencar de Souza

Técnico Judiciário

Autorizado pela PORTARIA N.º 03/2020

EDITAL DE CITAÇÃO COM O PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS**A DOUTORA ADRIANA BENINI, MM. JUÍZA DE DIREITO DA DÉCIMA QUINTA VARA CÍVEL DO FORO CENTRAL DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA, NA FORMA DA LEI**

FAZ SABER a todos que virem o presente ou dele tiverem conhecimento que perante este Juízo da 15ª Vara Cível tramitam os autos de Execução de Título Extrajudicial sob nº **0007531-58.2019.8.16.0194** (PROJUDI), em que é requerente Silvana Cristina de Oliveira Niemczewski, e requerido MARCELO GELMINO GIACONI, e que por este **CITA** MARCELO GELMINO GIACONI para no prazo de 03 (três) dias, efetuar o pagamento do débito apontado pelo exequente, acrescido de custas e honorários advocatícios. Fica ciente de que poderá oferecer embargos à execução, distribuídos por dependência e instruídos com cópias das peças processuais relevantes, no prazo de 15 (quinze) dias. Alternativamente, no lugar dos embargos, mediante o depósito de trinta por cento do valor total executado, poderá requerer o

parcelamento do restante em até 6 (seis) parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e de juros de um por cento ao mês. Fica advertido de que a rejeição dos embargos, ou, ainda, inadimplemento das parcelas, poderá acarretar na elevação dos honorários advocatícios, multa em favor da parte, além de outras penalidades previstas em lei.

Síntese da Inicial: "Em 21/07/2016 o executado somente saldou parte dos honorários advocatícios contratados a quantia R\$ 20.000,00 (vinte mil reais). A exequente utilizou todos os meios possíveis para receber o restante dos honorários de R\$ 53.158,54 em questão considerada vencido para fins de execução a partir de 06/09/2016, consoante prevê o contrato, através de acordos amigáveis, porém, sem êxito. Por esse motivo, não restou alternativa senão propor a presente ação de execução nos termos da lei. Até a presente data o valor do débito é de R\$ 79.947,16 (setenta e nove mil, novecentos e quarenta e sete reais e dezesseis centavos) mediante a aplicação de multa de mora de 2% e mais juros de 1% a mês conforme contrato (art. 798, parágrafo único)."

Para que chegue ao conhecimento de todos e ninguém no futuro alegue ignorância, expedi o presente edital, nos termos dos artigos 256 e 257 do CPC, que será publicado. O prazo de resposta será contado após o decurso de 30 (trinta) dias da publicação do presente Edital. Havendo revelia, será nomeado curador especial. Curitiba, 24 de setembro de 2021. Eu, Sidinei Alencar de Souza, Técnico Judiciário, digitei e conferi.

Sidinei Alencar de Souza

Técnico Judiciário

Autorizado pela PORTARIA N.º 03/2020

EDITAL DE CITAÇÃO COM O PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS A DOUTORA ADRIANA BENINI, MM. JUÍZA DE DIREITO DA DÉCIMA QUINTA VARA CÍVEL DO FORO CENTRAL DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA, NA FORMA DA LEI

FAZ SABER a todos que virem o presente ou dele tiverem conhecimento que perante este Juízo da 15ª Vara Cível tramitam os autos de Procedimento Comum Cível sob nº **0007077-51.2014.8.16.0001** (PROJUDI), em que é requerente COMPLEXO DE ENSINO SUPERIOR DO BRASIL LTDA., e requerida HELANA DE CARVALHO ARAUJO, e que por este **CITA** HELANA DE CARVALHO ARAUJO para oferecer contestação, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 335 do CPC, sobre o pedido de:

Síntese da Inicial: "Em 17 de dezembro de 2008, as partes celebraram Contrato de Prestação de Serviços Educacionais, realizando-se a matrícula da requerida no curso de Enfermagem. Pelo 1º semestre de 2009 a requerida se obrigou ao pagamento de uma semestralidade dividida em 6 (seis) parcelas no valor de R\$ 383,03 (trezentos e oitenta e três reais e três centavos) cada. Os serviços educacionais foram devidamente prestados, bem como disponibilizada à requerida toda a estrutura educacional existente pela Instituição de Ensino requerente, conforme comprova a documentação juntada na inicial. Entretanto, a requerida veio a inadimplir 4 (quatro) parcelas de semestralidade referente aos meses de março, abril, maio e junho que, somadas e devidamente atualizadas até a presente data, totalizam R\$ 3.207,00 (três mil, duzentos e sete reais). Esgotadas e frustradas as tentativas extrajudiciais de recebimento dos valores devidos, não restou alternativa à requerente, senão propor a presente ação judicial de cobrança objetivando, nos termos da Lei e do contrato firmado pelas partes, a condenação da requerida ao pagamento do débito."

Para que chegue ao conhecimento de todos e ninguém no futuro alegue ignorância, expedi o presente edital, nos termos dos artigos 256 e 257 do CPC, que será publicado. O prazo de resposta será contado após o decurso de 30 (trinta) dias da publicação do presente Edital. Havendo revelia, será nomeado curador especial. Curitiba, 23 de setembro de 2021. Eu, Sidinei Alencar de Souza, Técnico Judiciário, digitei e conferi.

Sidinei Alencar de Souza

Técnico Judiciário

Autorizado pela PORTARIA N.º 03/2020

EDITAL DE CITAÇÃO COM O PRAZO DE 20 (VINTE) DIAS A DOUTORA THALITA BIZERRIL DULEBA MENDES, MM. JUÍZA DE DIREITO SUBSTITUTA DA DÉCIMA QUINTA VARA CÍVEL DO FORO CENTRAL DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA, NA FORMA DA LEI

FAZ SABER a todos que virem o presente ou dele tiverem conhecimento que perante este Juízo da 15ª Vara Cível tramitam os autos de Execução de Título Extrajudicial sob nº **0000427-49.2018.8.16.0194** (PROJUDI), em que é(são) requerente(s) BANCO BRADESCO S/A, e requerido(s) SALAH ADNAN DURGHAM ME e SALAH ADNAN DURGHAM, e que por este **CITA** SALAH ADNAN DURGHAM ME e SALAH ADNAN DURGHAM para no prazo de 03 (três) dias, efetuar o pagamento do débito apontado pelo exequente, acrescido de custas e honorários advocatícios. Fica(m) ciente(s) de que poderá(ão) oferecer embargos à execução, distribuídos por dependência e instruídos com cópias das peças processuais relevantes, no prazo de 15 (quinze) dias. Alternativamente, no lugar dos embargos, mediante o depósito de trinta por cento do valor total executado, poderá(ão) requerer o parcelamento do restante em até 6 (seis) parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e de juros de um por cento ao mês. Fica advertido de que a rejeição dos embargos, ou,

ainda, inadimplemento das parcelas, poderá acarretar na elevação dos honorários advocatícios, multa em favor da parte, além de outras penalidades previstas em lei. Síntese da Inicial: "Foi celebrado entre as partes o contrato de empréstimo sobre o nº 004.178.871, celebrado em 17/04/2017, ocorre que o réu deixou de pagar a integralidade do valor contratado."

Para que chegue ao conhecimento de todos e ninguém no futuro alegue ignorância, expedi o presente edital, nos termos dos artigos 256 e 257 do CPC, que será publicado. O prazo de resposta será contado após o decurso de 20 (vinte) dias da publicação do presente Edital. Havendo revelia, será nomeado curador especial. Curitiba, 24 de setembro de 2021. Eu, Sidinei Alencar de Souza, Técnico Judiciário, digitei e conferi.

Sidinei Alencar de Souza

Técnico Judiciário

Autorizado pela PORTARIA N.º 03/2020

EDITAL DE CITAÇÃO COM O PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS A DOUTORA ADRIANA BENINI, MM. JUÍZA DE DIREITO DA DÉCIMA QUINTA VARA CÍVEL DO FORO CENTRAL DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA, NA FORMA DA LEI

FAZ SABER a todos que virem o presente ou dele tiverem conhecimento que perante este Juízo da 15ª Vara Cível tramitam os autos de Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária sob nº **0014915-43.2017.8.16.0194** (PROJUDI), em que é requerente BANCO PAN S.A., e requerido JOÃO CARLOS ALBUQUERQUE SILVA, e que por este **CITA** JOÃO CARLOS ALBUQUERQUE SILVA da presente demanda para, em cinco dias, pagar a integralidade da dívida pendente, segundo os valores apresentados pelo credor fiduciário na inicial, hipótese na qual o bem lhe será restituído livre do ônus (art.3º, §2º do DL nº 911/69, com redação da Lei nº 10.931/04) ou, apresentar resposta em quinze dias da execução da liminar, (art. 3º, §3º do DL nº 911/69, com redação da Lei nº 10.931/04). Fica o citando cientificado de que cinco dias após executada a liminar, consolidar-se-ão a propriedade e a posse plena e exclusiva do bem no patrimônio do credor fiduciário (art. 3º, §1º do DL nº 911/69, com redação da Lei nº 10.931/04) e que a resposta poderá ser oferecida ainda que tenha pago a dívida, caso entenda ter havido pagamento a maior e desejar a restituição (art. 3º, §4º do DL nº 911/69, com redação da Lei nº 10.931/04).

Síntese da Inicial: "Em 29/12/2016 as partes firmaram o contrato de financiamento com garantia de Alienação Fiduciária n.º 081621117 por meio do qual o autor concedeu ao réu um financiamento no valor de R\$ 31.711,23 (Trinta e Um Mil, Setecentos e Onze Reais e Vinte e Três centavos), a ser quitado em 36 parcelas mensais de R\$ 1.262,27 (Mil, Duzentos e Sessenta e Dois Reais e Vinte e Sete centavos). Ajustaram as partes o vencimento da primeira parcela para dia 29/01/2017 e as demais para o mesmo dia dos meses subsequentes, com alienação fiduciária do veículo FORD FOCUS HC FLEX, cor PRATA, ano 2010/2011, placa ECE6336, chassi 8AFUZZFHCBJ369191, Renavam 258275740. Ocorre que o réu deixou de efetuar o pagamento do contrato a partir da 8ª parcela, vencida em 29/08/2017, ficando, portanto, em atraso no pagamento das parcelas vencidas desde então. Esse fato ocasionou o vencimento antecipado das demais parcelas, de acordo com o convencionado na cláusula 13 do contrato. Assim, em cumprimento ao § 2º do artigo 56 da Lei 10.931/04, apresenta o autor o valor integral da dívida pendente do contrato, que conforme demonstrativo em anexo é de R\$ 30.056,02 (Trinta Mil, Cinquenta e Seis Reais e Dois centavos)."

Para que chegue ao conhecimento de todos e ninguém no futuro alegue ignorância, expedi o presente edital, nos termos dos artigos 256 e 257 do CPC, que será publicado. O prazo de resposta será contado após o decurso de 30 (trinta) dias da publicação do presente Edital. Havendo revelia, será nomeado curador especial. Curitiba, 23 de setembro de 2021. Eu, Sidinei Alencar de Souza, Técnico Judiciário, digitei e conferi.

Sidinei Alencar de Souza

Técnico Judiciário

Autorizado pela PORTARIA N.º 03/2020

21ª VARA CÍVEL

Edital de Citação

EDITAL DE CITAÇÃO DA EXECUTADA: ZORILDA BOULLAF TRINDADE, COM O PRAZO DE 20 (VINTE) DIAS. O DOUTOR ROGÉRIO DE ASSIS - JUIZ DE DIREITO DA VIGÉSIMA PRIMEIRA VARA CÍVEL DA COMARCA DE CURITIBA - CAPITAL DO ESTADO DO PARANÁ FAZ SABER, que por este edital com o prazo de 20 (vinte) dias, fica CITADA a executada: ZORILDA BOULLAF TRINDADE, inscrita no CPF/MF sob nº 724.955.459-04, a qual encontra-se em lugar incerto e não sabido, para no prazo legal de 15 (quinze) dias úteis, proceder ao pagamento da importância de R\$249.072,22 (duzentos e quarenta e nove mil, setenta e dois reais e vinte e dois centavos), atualizado até Junho/2021, sendo que neste caso

pagará apenas 5% (cinco por cento) do valor da causa a título de honorários advocatícios, estando isento do pagamento de custas (art. 701 e § 1º do NCPC). No mesmo prazo poderá, querendo, apresentar embargos, sob pena de não o fazendo constituir-se este em título executivo judicial, diante do qual o mandado inicial de pagamento converte-se em mandado executivo (art. 701 § 2º do NCPC), nestes autos de MONITÓRIA - CONTRATOS BANCÁRIOS sob nº 0008646-17.2019.8.16.0194 proposta por (MASSA FALIDA) BANCO CRUZEIRO DO SUL S/A, contra ZORILDA BOULLAUF TRINDADE, no qual a exequente alega que a executada contratou junto ao requerente, por intermédio do Contrato de Crédito Pessoal parcelado através de Consignação em Folha de Pagamento do Contrato nº. 462634060. O requerido assinou o contrato acima, declarando-se responsável pelo pagamento da supracitada quantia e seus respectivos encargos até sua efetiva liquidação. Ocorre que o referido contrato não foi honrado pelo contratante o que acarretou o vencimento antecipado da avença, nos termos previsto no instrumento firmado entre as partes, gerando o débito constante das planilhas anexas, cujos valores totalizam o importe de R\$ 172.516,20. Requerendo ao final: a CITAÇÃO do requerido no endereço fornecido na exordial para que no prazo de 15 (quinze) dias, pague a importância R\$ 172.516,20 devidamente corrigida até a data do pagamento, além dos honorários advocatícios no importe de 5% sobre o valor da causa ou ofereça embargos no prazo legal. DESPACHO: "1. Defiro a citação por edital, com prazo de 20 (vinte) dias úteis. 2. Decorrido o prazo sem apresentação de defesa, intime-se a Curadoria Especial. 3. Ainda, considerando a impossibilidade de dar publicidade do edital no átrio do fórum devido às restrições impostas pela pandemia da COVID-19, tenho que a publicação no DJe supre referida publicidade, nos termos do artigo 257, II do CPC. 4. Intimem-se. Curitiba, 15 de setembro de 2021 - ROGÉRIO DE ASSIS - Juiz de Direito". E, para que chegue ao conhecimento dos interessados e não possam de futuro alegar ignorância, mandou o presente edital que será publicado e afixado na forma da lei. DADO E PASSADO nesta Cidade de Curitiba - Capital do Estado do Paraná, aos vinte e um dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e um. ROGÉRIO DE ASSIS Juiz de Direito

Edital de Intimação

EDITAL DE INTIMAÇÃO DO EXECUTADO: MARCELO BOROSCH, COM O PRAZO DE 20 (VINTE) DIAS O DOUTOR ROGÉRIO DE ASSIS - JUIZ DE DIREITO DA VIGÉSIMA PRIMEIRA VARA CÍVEL DA COMARCA DE CURITIBA - ESTADO DO PARANÁ F A Z S A B E R, que por este edital com o prazo de 20 (vinte) dias, fica INTIMADO o executado: MARCELO BOROSCH, inscrito no CPF/MF sob nº 019.989.569-46, para no prazo legal de 15 (quinze) dias úteis, proceder ao pagamento voluntário do débito no valor de R\$ 326.942,03 (trezentos e vinte e seis mil, novecentos e quarenta e dois reais e três centavos), atualizado até 27/ agosto/2021, pena de incidência de multa e de honorários de sucumbência, ambos no percentual de 10% (dez por cento) sobre o valor atualizado do débito, caso seja efetuado o pagamento parcial, a multa e os honorários incidirão sobre o restante (art. 523, § 2º, do CPC), bem como adverti-lo de que é vedado o parcelamento do débito na forma do art. 916 do NCPC, em razão do previsto no §7º do mesmo dispositivo, assim como fica INTIMADA de que o prazo de 15 (quinze) dias úteis para apresentação de IMPUGNAÇÃO AO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA se inicia de modo automático, tão logo decorra o prazo para pagamento voluntário do débito, independente de penhora ou nova intimação (art. 525, NCPC), ficando advertido que para permitir o recebimento da impugnação ao cumprimento de sentença, caso não seja beneficiário da gratuidade da justiça, deverá comprovar o preparo das custas respectivas, nestes autos de CUMPRIMENTO DE SENTENÇA - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS sob nº 0003110-64.2015.8.16.0194 proposta por KRISTIANE ROTHSTEIN ME contra MARCELO BOROSCH. DECISÃO: "1. Anote-se junto ao Cartório Distribuidor quanto ao início da fase de cumprimento de sentença. ANOTE-SE. 2. Intime-se o devedor/executado, por edital (artigo 513, §2º do NCPC), para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, efetuar o PAGAMENTO VOLUNTÁRIO do valor indicado, pena de incidência de multa e de honorários de sucumbência, ambos no percentual de 10% (dez por cento) sobre o valor sobre o valor atualizado do débito. Advirto que é vedado o parcelamento do débito na forma do artigo 916 do NCPC, em razão do previsto no §7º do mesmo dispositivo. Decorrido o prazo para pagamento voluntário, caso pretenda o exequente a realização de atos construtivos, deverá comprovar o preparo das custas relativas à fase de cumprimento de sentença, independentemente do início automático do prazo para apresentação pelo executado de impugnação ao cumprimento de sentença. 3. Igualmente, intime-se o executado no sentido de que o prazo de 15 (quinze) dias úteis para apresentação de IMPUGNAÇÃO AO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA se inicia de modo automático, tão logo decorra o prazo para pagamento voluntário do débito, independentemente de penhora ou nova intimação (artigo 525, NCPC). Advirto o executado que para permitir o recebimento da impugnação ao cumprimento de sentença, caso não seja beneficiário da gratuidade da justiça, deve comprovar o preparo das custas respectivas. Não sendo comprovado o preparo, retorne. 4. Decorridos os prazos concedidos nos itens supra e comprovado o preparo das custas de impugnação, manifeste-se a exequente em 15 (quinze) dias úteis. 5. Intimem-se. Curitiba, 27 de agosto de 2021. ROGÉRIO DE ASSIS Juiz de Direito". E, para que chegue ao conhecimento dos interessados e não possam de futuro alegar ignorância, mandou o presente edital que será publicado e afixado na forma da lei. DADO E PASSADO nesta Cidade de Curitiba - Capital do Estado do Paraná, aos vinte e um dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e um. ROGÉRIO DE ASSIS Juiz de Direito

Interior

FORO REGIONAL DE ALMIRANTE TAMANDARÉ DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA

1ª VARA CRIMINAL

Editais Gerais

Adicionar um(a) Conteúdo

Vara Plenário do Tribunal do Júri de Almirante Tamandaré
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 05/2021

O Doutor Marcos Antonio da Cunha Araújo, MM. Juiz de Direito da Vara Plenário do Tribunal do Júri de Almirante Tamandaré;

FAZ SABER, a todos quantos o presente Edital virem ou tomarem conhecimento que, com observância das formalidades legais e mediante termo lavrado em livro próprio, foram SORTEADOS em Edital Complementar, nesta data, para servirem durante o período de 20/09/2021 a 29/10/2021 - 4ª Reunião de Jurados - 2021, cujas sessões encontram-se programadas para os dias 22/09/2021 09:00, 29/09/2021 13:00, 06/10/2021 13:00, 13/10/2021 13:00, 20/10/2021 09:00, 27/10/2021 13:00, no auditório do Tribunal do Júri, sito à Rua João Baptista de Siqueira, 282 - Vila Rachel - Almirante Tamandaré/PR - CEP: 83.501-610 - Fone: (41) 3375 3102, os seguintes JURADOS, os quais ficam convocados para as mencionadas sessões, através do presente edital e das notificações a serem efetuadas por Oficiais de Justiça, a saber: 1. ARIANE SILVEIRA DOS SANTOS; 2. BRENDA CAROLINE SANTOS RODRIGUES; 3. EDUARDO FERREIRA OELKE; 4. JOANA SAWA; 5. KETLIN CRISTINE RIBEIRO BARBOSA; 6. LUCIENE DA LUZ DOS SANTOS; 7. MISLENE DA SILVA; 8. NOIRDA XAVIER DHEIN; 9. PATRICIA APARECIDA MARTINS DE SOUZA; 10. WESLEY MOURA LEMES. E para que não se possa alegar ignorância, mandou expedir o presente EDITAL, que será afixado no lugar de costume e publicado pela Imprensa Oficial, na forma da lei. Dado e passado nesta cidade e Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, Estado do Paraná, aos 21 de setembro de 2021. Eu FERNANDA SCHOEMBERGER, Analista Judiciária, lavrei e subscrevo.

Marcos Antonio da Cunha Araújo

Juiz de Direito

APUCARANA

1ª VARA CRIMINAL

Editais de Citação

PODER JUDICIÁRIO

JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA CRIMINAL DA
COMARCA DE APUCARANA - ESTADO DO PARANÁ.

Autos de Ação Penal n. 0006191-73.2021.8.16.0044

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 15 (QUINZE) DIAS

DENUNCIADO(A) GLEBSON HENRIQUE FERREIRA (RG: 128018727 SSP/PR e CPF/CNPJ: 332.764.158-79)

O Doutor OSWALDO SOARES NETO, MM. Juiz de Direito da 1ª Vara Criminal da Comarca de Apucarana, Estado do Paraná, na forma da lei, FAZ SABER a todos quanto o presente edital virem, com o prazo de 15 (quinze) dias, ou dele conhecimento tiverem, que não sendo possível citar pessoalmente o(a) acusado(a) GLEBSON HENRIQUE FERREIRA (RG: 128018727 SSP/PR e CPF/CNPJ: 332.764.158-79), brasileiro, natural de IRAPUA/SP, nascido aos 04/08/1983, Nome da Mãe: SÔNIA MARIA DE OLIVEIRA FERREIRA Nome do Pai: VALTER FERREIRA, atualmente em lugar incerto e não sabido, pelo presente, CITA-O nos termos da nova redação do arts. 396 e 396-A do C.P.P. dado pela Lei 11.719/08, para responder à acusação por escrito e através de advogado, no prazo de 10 (dez) dias, cientificando-o de que se não constituir defensor ser-lhe-á nomeado defensor público e que o prazo para responder à acusação começará a fluir a partir do seu comparecimento pessoal ou do defensor constituído, nos autos de Ação Penal nº 0006191-73.2021.8.16.0044 no qual responde nas sanções do artigo(s) art. 155, § 4º, inciso II, do Código Penal. CIENTE de que na resposta poderá arguir

preliminares e alegar tudo o que interesse à sua defesa, oferecer documentos e justificações, especificar as provas pretendidas e arrolar testemunhas, qualificando-as e requerendo sua intimação, quando necessário. A exceção será processada em apartado, nos termos dos arts. 95 a 112 do Código de Processo Penal. Fica ainda o acusado INTIMADO para que se manifeste, no prazo de 10 dias, caso tenha interesse na restituição dos objetos apreendidos nos autos, comprovando a propriedade ou justificando a posse dos mesmos. Em caso de silêncio será dada destinação aos objetos conforme Código de Normas e Portaria 02/2013 deste Juízo (destruição/incineração/doação). Dado e passado nesta cidade e Comarca de Apucarana, 24 de setembro de 2021. Eu, Adriana da Silva Tavares, Técnica Judiciária, digitei e conferi.

OSWALDO SOARES NETO

Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO

JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE APUCARANA - ESTADO DO PARANÁ

Autos de Ação Penal n. 0000928-02.2017.8.16.0044

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 15 (QUINZE) DIAS

DENUNCIADO JUCÉLIO CUBOSKI (RG: 99162759 SSP/PR e CPF/CNPJ: 010.351.199-78)

O Doutor OSWALDO SOARES NETO, MM. Juiz de Direito da 1ª Vara Criminal da Comarca de Apucarana, Estado do Paraná, na forma da lei,

FAZ SABER a todos quanto o presente edital virem, com o prazo de 15 (quinze) dias, ou dele conhecimento tiverem, que não sendo possível citar pessoalmente o(a) acusado(a) JUCÉLIO CUBOSKI (RG: 99162759 SSP/PR e CPF/CNPJ: 010.351.199-78), brasileiro, natural de APUCARANA/PR, nascido aos 04/09/1989, Nome da Mãe: EROTIDES CUBOSKI Nome do Pai: , atualmente em lugar incerto e não sabido, pelo presente, CITA-O nos termos da nova redação do arts. 396 e 396-A do C.P.P. dado pela Lei 11.719/08, para responder à acusação por escrito e através de advogado, no prazo de 10 (dez) dias, cientificando-o de que se não constituir defensor ser-lhe-á nomeado defensor público e que o prazo para responder à acusação começará a fluir a partir do seu comparecimento pessoal ou do defensor constituído, nos autos de Ação Penal nº 0000928-02.2017.8.16.0044 no qual responde nas sanções do artigo(s) 180 caput do Código Penal. CIENTE de que na resposta poderá arguir preliminares e alegar tudo o que interesse à sua defesa, oferecer documentos e justificações, especificar as provas pretendidas e arrolar testemunhas, qualificando-as e requerendo sua intimação, quando necessário. A exceção será processada em apartado, nos termos dos arts. 95 a 112 do Código de Processo Penal. Fica ainda o acusado INTIMADO para que se manifeste, no prazo de 10 dias, caso tenha interesse na restituição dos objetos apreendidos nos autos, comprovando a propriedade ou justificando a posse dos mesmos. Em caso de silêncio será dada destinação aos objetos conforme Código de Normas e Portaria 02/2013 deste Juízo (destruição/incineração/doação). Dado e passado nesta cidade e Comarca de Apucarana, 23 de setembro de 2021. Eu, Adriana da Silva Tavares, Técnica Judiciária, digitei e conferi.

OSWALDO SOARES NETO

Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO

JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE APUCARANA - ESTADO DO PARANÁ.

Autos de Ação Penal n. 0010679-76.2018.8.16.0044

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 15 (QUINZE) DIAS

DENUNCIADO(A) PATRICIA NATEL RIBEIRO (RG: 127532532 SSP/PR e CPF/CNPJ: 076.628.029-22)

O Doutor OSWALDO SOARES NETO, MM. Juiz de Direito da 1ª Vara Criminal da Comarca de Apucarana, Estado do Paraná, na forma da lei, etc...

FAZ SABER a todos quanto o presente edital virem, com o prazo de 15 (quinze) dias, ou dele conhecimento tiverem, que não sendo possível citar pessoalmente o(a) acusado(a) PATRICIA NATEL RIBEIRO (RG: 127532532 SSP/PR e CPF/CNPJ: 076.628.029-22), brasileiro, natural de APUCARANA/PR, nascido aos 03/09/1992, Nome da Mãe: OSNELY CLARICE GAUZE NATEL RIBEIRO Nome do Pai: VALDIR RIBEIRO, atualmente em lugar incerto e não sabido, pelo presente, CITA-O nos termos da nova redação do arts. 396 e 396-A do C.P.P. dado pela Lei 11.719/08, para responder à acusação por escrito e através de advogado, no prazo de 10 (dez) dias, cientificando-o de que se não constituir defensor ser-lhe-á nomeado defensor público e que o prazo para responder à acusação começará a fluir a partir do seu comparecimento pessoal ou do defensor constituído, nos autos de Ação Penal nº 0010679-76.2018.8.16.0044 no qual responde nas sanções do artigo(s) art. 129, §9º, do Código Penal com incidência da Lei nº 11.340/2006. CIENTE de que na resposta poderá arguir preliminares e alegar tudo o que interesse à sua defesa, oferecer documentos e justificações, especificar as provas pretendidas e arrolar testemunhas, qualificando-as e requerendo sua intimação, quando necessário. A exceção será processada em apartado, nos termos dos arts. 95 a 112 do Código de Processo Penal. Fica ainda o acusado INTIMADO para que se manifeste, no prazo de 10 dias, caso tenha interesse na restituição dos objetos apreendidos nos autos, comprovando a propriedade ou justificando a posse dos mesmos. Em caso de silêncio será dada destinação aos objetos conforme Código de Normas e Portaria

02/2013 deste Juízo (destruição/incineração/doação). Dado e passado nesta cidade e Comarca de Apucarana, 24 de setembro de 2021. Eu, Adriana da Silva Tavares, Técnica Judiciária, digitei e conferi.

OSWALDO SOARES NETO
Juiz de Direito

Edital de Intimação

PODER JUDICIÁRIO

JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE APUCARANA - PR
Autos de Medidas Protetivas de Urgência
nº 0010640-74.2021.8.16.0044

Noticiante: PATRICIA FONSECA VASCONCELOS **Noticiado:** JEFERSON XAVIER WEYAND

EDITAL DE INTIMAÇÃO PARA O NOTICIADO. Prazo de 15 (quinze) dias.

O Doutor **OSWALDO SOARES NETO**, Juiz de Direito da 1ª Vara Criminal da Comarca de Apucarana, Estado do Paraná, etc.

FAZ SABER a todos quanto o presente edital virem que não tendo sido possível intimar pessoalmente o noticiado JEFERSON XAVIER WEYAND, RG nº 9.392.626-9/SSP-PR, filho de Eunice Francisca Xavier e Milton da Silva Weyand, nos Autos de Medidas Protetivas de Urgência nº. 0010640-74.2021.8.16.0044, atualmente em lugar incerto e não sabido, pelo presente, intima-o do deferimento das Medidas Protetivas previstas no artigo 22, inciso III, "a", "b" e "c"; da Lei nº. 11.340/06, a saber: a) proibição de se aproximar da ofendida, seus familiares e testemunhas bem como da residência onde aquela mora, fixando em 300 (trezentos) metros o limite máximo de aproximação; b) contato com a ofendida, seus familiares e testemunhas por qualquer meio de comunicação; c) frequentar lugares comumente frequentados pela requerida, ou que saiba que ela está, a fim de preservar a integridade física e psicológica da ofendida. As medidas aplicadas sejam substituídas ou modificadas a qualquer momento, nos termos do artigo 19, §§2º e 3º, da Lei 11.340/06. Fica o noticiado intimado das medidas protetivas, ficando advertido de que o descumprimento das mesmas pode ocasionar sua prisão preventiva. Dado e passado nesta cidade e Comarca de Apucarana, aos vinte e quatro dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e um. Eu _____ Pedro Carlos Maldonado, Técnico Judiciário o digitei.

Pedro Carlos Maldonado **Técnico judiciário**

Assinatura digital, conforme Portaria 01/2021

PODER JUDICIÁRIO

JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE APUCARANA - ESTADO DO PARANÁ

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA ABSOLUTÓRIA COM O PRAZO DE 60 DIAS

Ação Penal nº 0010460-92.2020.8.16.0044

Sentenciado(a) - JOÃO ALONÇIO (RG: 11331580 SSP/PR e CPF/CNPJ: 199.450.869-87)

O Doutor Oswaldo Soares Neto, MM. Juiz de Direito da 1ª Vara Criminal da Comarca de Apucarana, Estado do Paraná, na forma da lei, etc...

FAZ SABER que o réu JOÃO ALONÇIO (RG: 11331580 SSP/PR e CPF/CNPJ: 199.450.869-87), brasileiro, nascido aos 08/08/1954, natural de MANTENOPOLIS/ES, Nome da Mãe: OLGA FERREIRA DA SILVA Nome do Pai: ADELINO ALVES DA SILVA, residente e domiciliado em lugar incerto e não sabido, que na Ação Penal nº 0010460-92.2020.8.16.0044, que lhe move a Justiça Pública desta Comarca, foi proferida SENTENÇA que julgou IMPROCEDENTE a pretensão punitiva do Estado para o fim de ABSOLVER o réu JOÃO ALONÇIO (RG: 11331580 SSP/PR e CPF/CNPJ: 199.450.869-87), pela prática do crime tipificado no artigo 217-A caput, c/c artigo 226, inciso II, ambos do Código Penal, com fundamento no artigo 386, inciso VII, do Código de Processo Penal. E constando nos autos que o réu encontra-se em lugar incerto e não sabido, conforme certificou o Sr. Oficial de Justiça encarregado das diligências, mandou expedir o presente edital com o prazo de 60 dias, pelo qual fica o mencionado réu intimado da decisão deste Juízo, e bem assim cientificado de que findo esse prazo, que será contado a partir da publicação deste no Diário da Justiça, terá o prazo de cinco (05) dias, para, querendo, recorrer daquela sentença para superior instância, findando esse prazo, será tido como intimado da sentença. Dado e passado nesta cidade e Comarca de Apucarana, 24 de setembro de 2021. Eu, Adriana da Silva Tavares, Técnica Judiciária, digitei e conferi.

OSWALDO SOARES NETO

Juiz de Direito

2ª VARA CRIMINAL

Edital de Intimação

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
TJPR - COMARCA DE APUCARANA
2ª VARA CRIMINAL - SEEU
Travessa João Gurgel de Macedo, 100 - Fone e contato via WhatsApp nº 43 21021323 - Vila Formosa - Apucarana/PR - CEP: 86.800-710 - E-mail: apu-4vj-s@tjpr.jus.br

EDITAL DE INTIMAÇÃO COM O PRAZO DE 20 (VINTE) DIAS

Classe Processual: Execução da Pena

Assunto Principal: Pena Privativa de Liberdade

Processo nº: 0000823-93.2015.8.16.0044

O MM. JUIZ DE DIREITO DA VARA DE EXECUÇÃO EM MEIO ABERTO DA COMARCA DE APUCARANA, infra-assinado, na forma da lei,

FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem, com o prazo de 20 (vinte) dias, ou dele conhecimento tiverem, que não sendo possível intimar pessoalmente **DEVANZIR ALVES CAVALCANTE, RG 141167316 SSP/PR, CPF 027.216.779-77, Nome do Pai: SIMIÃO ALVES CAVALCANTE, Nome da Mãe: ANA DIAS DOS SANTOS, nascido em 24/02/1980, natural de PORECATU/PR**, atualmente em lugar incerto e não sabido, nos autos supramencionados a que responde, pelo presente procede a sua **INTIMAÇÃO** para que compareça, acompanhado de advogado, caso queira, à Audiência **Admonitória** designada para **29 de novembro de 2021 às 15:00 horas**, na sede deste Juízo, nos termos do artigo 161, da Lei de Execuções Penais.

JOSÉ ROBERTO SILVÉRIO

Juiz de Direito da Vara de Execuções em Meio Aberto

ARAPONGAS

1ª VARA CÍVEL E DA FAZENDA PÚBLICA

Edital de Intimação

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ COMARCA DE ARAPONGAS
1ª VARA CÍVEL DE ARAPONGAS - PROJUDI Rua Ibis, 888 - Edifício Fórum - Centro - Arapongas/PR - CEP: 86.700-195 - Fone: 43-3055-2202 - E-mail: apas-1vj-e@tjpr.jus.br EDITAL DE PUBLICAÇÃO DE SENTENÇA DECLARATÓRIA DE INTERDIÇÃO Processo: 0014384-16.2017.8.16.0045 Classe Processual: Tutela e Curatela - Nomeação Assunto Principal: Tutela e Curatela Valor da Causa: R \$200,00 Requerente(s): PAULO CÉZAR BOY (RG: 46014758 SSP/PR e CPF/CNPJ: 641.195.489-53) Rua Dançador Marrom, 1.325 - Conjunto Piacenza - ARAPONGAS/PR Interessado(s): CELIA APARECIDA BOY (RG: 87115151 SSP/PR e CPF/CNPJ: 069.462.069-67) Rua: Bico de Agulha, 80 - ARAPONGAS/PR O Doutor Luciano Souza Gomes, MM. Juiz de Direito da 1ª. Vara Cível da Comarca de Arapongas, Estado do Paraná, na forma da lei, etc. FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, expedido do processo digital acima descrito, em tramitação eletrônica perante este Juízo e Escrivania respectiva, que este Juízo, através da sentença em seguida transcrita, na sua parte final, decretou a interdição da parte requerida acima nominada e qualificada. Tópico final da sentença: "DISPOSITIVO. Ante ao exposto, com fulcro no art. 487, I, do CPC/2015, acolho o pedido formulado na ação para o fim de nomear PAULO CÉZAR BOY como curador definitivo de CÉLIA APARECIDA BOY, a quem competirá o exercício do respectivo encargo, nos limites definidos em sentença (art. 747, I, e 755 do CPC/2015). Comunique-se ao registro de pessoas naturais, bem as publicações conforme disposto no art. 755, §3º, do CPC/2015. Considerando a suspensão de atendimento ao público pelo egrégio Tribunal de Justiça do Paraná (art. 11, do Decreto Judiciário nº 244/2020), dispense o curador de proceder com a assinatura do respectivo termo, sem prejuízo do exercício para o encargo, nos termos do art. 759, do CPC/2015. Sem condenação em honorários. Ciência ao Ministério Público. Publique-se e Intimem-se. Arapongas, 10 de fevereiro de 2021. (a) Luciano Souza Gomes - Juiz de Direito". Dado e passado nesta cidade de Arapongas, 13 de agosto de 2021. Eu, Peterson Adriano Migliorini, Escrivão, que digitei e subscrevo digitalmente. (assinatura eletrônica) LUCIANO SOUZA GOMES Juiz de Direito

1ª VARA CRIMINAL

Edital Geral

Adicionar um(a) Conteúdo

Autos nº. 0005173-19.2018.8.16.0045JUÍZO DE DIREITO DA 1ªVARA CRIMINAL DA COMARCA DE ARAPONGAS-PR Edital de citação/intimação da(o) ré(u)JOÃO PAULO VITORIO JANUARIOcom o prazo de .15 (quinze) dias O(a) MM(a). Juiz(a) de Direito do(a) 1ª Vara Criminal de Arapongas, Estado do Paraná,etc... FAZ SABER a todos quantos o presente EDITAL virem, com o prazo de 15 (quinze), ou dele conhecimento tiverem, que não tendo sido possível diasCITAR/INTIMARpessoalmente a pessoa deJOÃO PAULO VITORIO JANUARIO ,portador(a) da cédula deidentidade RG de nº 137621142 SSP/PR - SSP/PR, nascido(a) em 19/02/1998, filho(a) de e ,SIDNEIA APARECIDA VITORIO(Nome Mãe)DEVANIR JANUARIO(Nome Pai)atualmente em lugar incerto e não sabido, pelo presente , CITAR E INTIMARa oferecerresposta à acusação por escrito, no prazo de 10 dias, nos termos do artigo 396 e 396-A doCPP, por advogado constituído, sob pena de nomeação de defensor dativo e acompanhartodos os demais termos dos autosnº que lhe move a Justiça0005173-19.2018.8.16.0045Pública, desta Comarca, por infração ao artigo do Código Penal.155, caputDado e passado nesta cidade e Comarca de Arapongas, 21 de julho de 2021. Eu, Thays S.Miyamoto, Técnica Judiciária, o digitei e subscrevi.Arapongas, DATA DE ASSINATURA NO PROJUDI.Raphaella Benetti da Cunha RiosJuíza de Direito

Autos nº. 0007251-93.2012.8.16.0045JUÍZO DE DIREITO DA 1ªVARA CRIMINAL DA COMARCA DE ARAPONGAS-PR Edital de intimação da(o) ré(u)AMILTON DA SILVAcom o prazo de 90 (noventa) dias. O(a) MM(a). Juiz(a) de Direito do(a) 1ª Vara Criminal de Arapongas, Estado do Paraná,etc...FAZ SABER a todos quantos o presente EDITAL virem, com o prazo de , ou dele conhecimento tiverem, que não tendo sido90 (noventa) diaspossível pessoalmente a pessoa deINTIMARAMILTON DA SILVA ,portador(a) da cédula de identidade RG de nº 50985610 SSP/PR - SSP/PR,nascido(a) em 25/10/1973, filho(a) de eVANILDE DA SILVA(Nome Mãe), atualmente em lugar incerto e não sabido, pelo presente (Nome Pai), do teor da sentença proferida emINTIMAR12/02/2020, nos autos , sendo esta sentença de PRESCRIÇÃO0007251-93.2012.8.16.0045e, acerca do prazo de 10 (dez) diascompareça em Juízo, para levantamentodos valores recolhidos a título de fiança, nostermos do item 6.19.4.1 do CN., e para que todos saibam e ninguém possa alegar ignorância, é expedido opresente edital de intimação, a ser publicado na forma da lei.Dado e passado nesta cidade e Comarca de Arapongas, 21 de setembro de 2021. Eu, ThaysSchuminski Miyamoto, Técnico Judiciário, o digitei e subscrevi.Arapongas, DATA DE ASSINATURA NO PROJUDI.Raphaella Benetti da Cunha RiosJuíza de Direito

2ª VARA CRIMINAL

Edital de Citação

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO 15 DIAS Autos nº 0013478-26.2017.8.16.0045 A DRA. RENATA MARIA FERNANDES SASSI FANTIN, MM JUÍZA DE DIREITO DA 2ª VARA CRIMINAL DE ARAPONGAS - ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que, perante o Juízo da 2ª Vara Criminal de Arapongas, tramitam os autos de processo crime sob o nº 0013478-26.2017.8.16.0045 em que fora denunciado pelo Ministério Público, a pessoa de VANDRESSA CAROLINA CUBAS, portador(a) do RG 107140980 SSP/PR, filho(a) de ZENIR MARIA RODRIGUES CUBAS (Nome Mãe) e FORTUNATO CUBAS (Nome Pai), nascido(a) em 30/04/1990, natural de ARAPONGAS/PR, residente na Rua Ananias de Oliveira, 19 Residencial Parque da Raposa - APUCARANA/PR. Constando dos autos que o(a) denunciado(a) se encontra em local incerto e não sabido, pelo presente edital, com o prazo de 15 (quinze) dias, que será publicado na forma da Lei e afixado em local de costume neste Fórum, se faz a CITAÇÃO da pessoa de VANDRESSA CAROLINA CUBAS , acima qualificado(a) para se ver processar nos autos supra referidos, denunciado como incurso nas sanções do ART 339: Denunciação caluniosa, DENUNCIA CALUNIOSA, Reclusão: 2 a 8 anos E Multa , sob pena de revelia. Fica deste já o(a) réu(ré) CITADO(A) para que, no prazo de 10 (dez) dias, ofereça resposta à acusação, por escrito, conforme disposto no artigo 396 do Código de Processo Penal, sendo que não o fazendo no prazo legal lhe será nomeado defensor dativo. Arapongas/PR, em 23 de setembro de 2021 às 16:30:12. Eu, Tiffany Kawane Alves de Oliveira Batista, Estagiário, o subscrevo. RENATA MARIA FERNANDES SASSI FANTIN Juíza de Direito

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO 15 DIAS Autos nº 0016896-35.2018.8.16.0045 A DRA. RENATA MARIA FERNANDES SASSI FANTIN, MM JUÍZA DE DIREITO DA 2ª VARA CRIMINAL DE ARAPONGAS - ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que, perante o Juízo da 2ª Vara Criminal de Arapongas, tramitam os autos de processo crime sob o nº 0016896-35.2018.8.16.0045 em que fora denunciado pelo Ministério Público, a pessoa de RENAN ARAUJO DA CRUZ, portador(a) do RG 110179987 SSP/PR, filho(a) de DALVA ARAUJO (Nome Mãe) e ATEVALDO FRANCISCO DA CRUZ (Nome Pai), nascido(a) em 03/08/1991,

natural de ARAPONGAS/PR, residente na Rua Maitaca, 538 - Jardim Bandeirantes - ARAPONGAS/PR - CEP: 86.703-140. Constando dos autos que o(a) denunciado(a) se encontra em local incerto e não sabido, pelo presente edital, com o prazo de 15 (quinze) dias, que será publicado na forma da Lei e afixado em local de costume neste Fórum, se faz a CITAÇÃO da pessoa de RENAN ARAUJO DA CRUZ , acima qualificado(a) para se ver processar nos autos supra referidos, denunciado como incurso nas sanções do ART 329: Resistência, RESISTENCIA, Detenção: 2 meses a 2 anos, parágrafo 2º ART 329: Resistência, RESISTENCIA, Detenção: 2 meses a 2 anos ART 129: Lesão corporal, LESAO CORPORAL, Detenção: 5 a 8 meses, tudo na forma do artigo 69 do CP. ART 129: Lesão corporal, LESAO CORPORAL, Detenção: 3 meses a 1 ano ART 331: Desacato, DESACATO, Detenção: 6 meses a 2 anos ART 331: Desacato, DESACATO, Detenção: 6 meses a 2 anos , sob pena de revelia. Fica deste já o(a) réu(ré) CITADO(A) para que, no prazo de 10 (dez) dias, ofereça resposta à acusação, por escrito, conforme disposto no artigo 396 do Código de Processo Penal, sendo que não o fazendo no prazo legal lhe será nomeado defensor dativo. Arapongas/PR, em 23 de setembro de 2021 às 16:34:49. Eu, Tiffany Kawane Alves de Oliveira Batista, Estagiário, o subscrevo. RENATA MARIA FERNANDES SASSI FANTIN Juíza de Direito

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO 15 DIAS Autos nº 0013972-51.2018.8.16.0045 A DRA. RENATA MARIA FERNANDES SASSI FANTIN, MM JUÍZA DE DIREITO DA 2ª VARA CRIMINAL DE ARAPONGAS - ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que, perante o Juízo da 2ª Vara Criminal de Arapongas, tramitam os autos de processo crime sob o nº 0013972-51.2018.8.16.0045 em que fora denunciado pelo Ministério Público, a pessoa de CLAUDIO HENRIQUE PARRA, portador(a) do RG 131580452 SSP/PR, filho(a) de LOURDES ALEXANDRE (Nome Mãe) e VALTER RUBENS PARRA (Nome Pai), nascido(a) em 20/01/1995, natural de ARAPONGAS/PR, residente na RUA SÃO JORGE, 208 - PITANGUEIRAS/PR. Constando dos autos que o(a) denunciado(a) se encontra em local incerto e não sabido, pelo presente edital, com o prazo de 15 (quinze) dias, que será publicado na forma da Lei e afixado em local de costume neste Fórum, se faz a CITAÇÃO da pessoa de CLAUDIO HENRIQUE PARRA , acima qualificado(a) para se ver processar nos autos supra referidos, denunciado como incurso nas sanções do ART 147: Ameaça, AMEACA, Detenção: 1 a 6 meses, C/C art. 69 do CP. ART 329: Resistência, RESISTENCIA, Detenção: 2 meses a 2 anos, C/C art. 69 do CP. , sob pena de revelia. Fica deste já o(a) réu(ré) CITADO(A) para que, no prazo de 10 (dez) dias, ofereça resposta à acusação, por escrito, conforme disposto no artigo 396 do Código de Processo Penal, sendo que não o fazendo no prazo legal lhe será nomeado defensor dativo. Arapongas/PR, em 23 de setembro de 2021 às 16:13:59. Eu, Tiffany Kawane Alves de Oliveira Batista, Estagiário, o subscrevo. RENATA MARIA FERNANDES SASSI FANTIN Juíza de Direito

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO 15 DIAS Autos nº 0013215-91.2017.8.16.0045 A DRA. RENATA MARIA FERNANDES SASSI FANTIN, MM JUÍZA DE DIREITO DA 2ª VARA CRIMINAL DE ARAPONGAS - ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que, perante o Juízo da 2ª Vara Criminal de Arapongas, tramitam os autos de processo crime sob o nº 0013215-91.2017.8.16.0045 em que fora denunciado pelo Ministério Público, a pessoa de ALESSANDRO CESAR BORTOLETTO, portador(a) do RG 67435583 SSP/PR, filho(a) de SHIRLEY DE FATIMA JACOMETO BORTOLETTO (Nome Mãe) e PAULO CESAR BORTOLETTO (Nome Pai), nascido(a) em 10/10/1983, natural de ARAPONGAS/PR, residente na Avenida Bandeirantes, 1087 - LONDRINA/PR. Constando dos autos que o(a) denunciado(a) se encontra em local incerto e não sabido, pelo presente edital, com o prazo de 15 (quinze) dias, que será publicado na forma da Lei e afixado em local de costume neste Fórum, se faz a CITAÇÃO da pessoa de ALESSANDRO CESAR BORTOLETTO , acima qualificado(a) para se ver processar nos autos supra referidos, denunciado como incurso nas sanções do ART 168: Apropriação indébita, APROPRIACAO INDEBITA, Reclusão: 1 a 4 anos E Multa , sob pena de revelia. Fica deste já o(a) réu(ré) CITADO(A) para que, no prazo de 10 (dez) dias, ofereça resposta à acusação, por escrito, conforme disposto no artigo 396 do Código de Processo Penal, sendo que não o fazendo no prazo legal lhe será nomeado defensor dativo. Arapongas/PR, em 23 de setembro de 2021 às 16:22:23. Eu, Tiffany Kawane Alves de Oliveira Batista, Estagiário, o subscrevo. RENATA MARIA FERNANDES SASSI FANTIN Juíza de Direito

Edital de Intimação

EDITAL DE INTIMAÇÃO - PRAZO 10 DIAS Autos nº 0000389-48.2008.8.16.0045 1. A Dra. Renata Maria Fernandes Sassi Fantin, MM Juíza de Direito da 2ª Vara Criminal de Arapongas - Estado do Paraná, na forma da lei, FAZ SABER a todos

quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que perante este Juízo tramitam os autos de processo crime sob o nº 0000389-48.2008.8.16.0045 em que fora denunciado pelo Ministério Público, como incurso nas sanções do artigo , a pessoa de CAROLINE RENATA SCHIAVO, RG 96479484 SSP/PR, filho(a) de Nome da Mãe: CLEIDE BENICIO SCHIAVO Nome do Pai: GERALDO SCHIAVO, nascido(a) em 10/06/1988, natural de SABAUDIA/PR, residente na AVENIDA SOUZA NAVES, 203 APTO 03 - CENTRO - CIANORTE/PR. 2. Constando dos autos que a(s) vítima(s) se encontra(m) em local incerto, pelo presente edital, com o prazo de 10 (dez) dias, que será publicado na forma da Lei e afixado em local de costume neste Fórum, fica(m) a(s) vítima(s) CAROLINE RENATA SCHIAVO, INTIMADO(A) de que, por sentença proferida no dia 26/03/2020, foi CONDENADO nas sanções do(s) artigo(s) artigo 383 do CPP, nas sanções do 217-A (FATO 1 e 2), c/c 71 e 226, inciso II, ambos do CP, c/c art. 213, caput, c/c 71 e 226, inciso II, todos do CP, c/c art. 69, a uma pena de 34 (trinta e quatro) anos de RECLUSÃO, em regime FECHADO. Arapongas/PR, em 23 de setembro de 2021 às 16:01:18. Eu, Tiffany Kawane Alves de Oliveira Batista, Estagiário, o subscrevo. RENATA MARIA FERNANDES SASSI FANTIN Juíza de Direito

ASSAÍ

VARA CÍVEL, DA FAZENDA PÚBLICA, ACIDENTES DO TRABALHO, REGISTROS PÚBLICOS E CORREGEDORIA DO FORO EXTRAJUDICIAL

Edital Geral

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ COMARCA DE ASSAÍ VARA CÍVEL DE ASSAÍ - PROJUDI Rua Bolívia, s/n - Edifício do Fórum - Centro - Assaí/PR - CEP: 86.220-000 - Fone: 43-3262-8700 - E-mail: cartoriocivellassai@hotmail.com

EDITAL DE PUBLICAÇÃO DE SENTENÇA DE INTERDIÇÃO A Doutora ELISA SAINO DE AZEVEDO DUARTE SILVA, Meritíssima Juíza Substituta da Vara Cível da Comarca de Assaí - Estado do Paraná, Etc... FAZ SABER - a todos quanto o presente Edital virem ou dele conhecimento tiverem que, nos autos sob nº 0002969-30.2017.8.16.0047, de INTERDIÇÃO, sendo requerente ANGELA APARECIDA GUEDES MEIRA e requerido LAERCIO HIGINO MEIRA, foi deferido o pedido, nomeando, a Sra. Angela Aparecida Guedes Meira, como Curadora do interdito Laércio Higinio Meira, por sentença proferida em 20/05/2020, com o seguinte teor da parte dispositiva: "III - DISPOSITIVO: "Ante o exposto e por tudo o mais que dos autos consta, nos termos do art. 487, inc. I, da Lei n.º 13.105/2015, Julgo Parcialmente Procedente o pedido e decreto a interdição de Laércio Higinio Meira DOMINGUES, declarando-o relativamente incapaz de exercer, pessoalmente, todos os atos negociais e patrimoniais, na forma dos artigos 84, § 3º, e 85, ambos da Lei nº 13.146/2015; combinado como os artigos 754 e 755, ambos do Novo Código de Processo Civil. Nomeio como curador do requerente a sua sobrinha, Angela Aparecida Guedes Meira. Lavre-se o competente termo e, após, intime-se a curadora ora nomeada para assiná-lo. Inscreva-se a presente decisão no Registro de Pessoas Naturais e publique-se no Diário da Justiça, nos termos dos artigos 9º, inciso III, do Código Civil, e 755, § 3º, da Lei n.º 13.105/2015. Com relação aos honorários devidos à curadora especial Nayara de Oliveira Severiano da Silva, os quais deverão ser suportados pelo Estado do Paraná (CF, art. 24, inciso XIII), arbitro em R\$ 700,00 (setecentos reais), levando em conta para tanto os critérios firmados no art. 85, §§ 2º e 8º, da Lei n.º 13.105/2015, o que atende à razoabilidade, uma vez que compatibiliza meios e fins neste último aspecto (honorários), e na forma da Res. Conjunta SEFA-PGE n.º 04/2017, como estabelecido na Tabela do Anexo I da mencionada resolução. Em obediência ao disposto no artigo 755, 3º da Lei n.º 13.105/2015 e no artigo 9º, inciso III, do Código Civil, determino a inscrição da presente no Registro Civil e publicação no Órgão Oficial, por três (03) vezes, com intervalo de dez (10) dias. Ausência de custas. Com o trânsito em julgado, cumpram-se as determinações dispostas no Código de Normas da Egrégia Corregedoria Geral da Justiça e pertinentes à espécie. Requerida a desistência do trânsito em julgado pelas partes, fica desde já deferida. Com o registro da interdição e comunicação do Sr. Oficial a este juízo, lavre-se termo de compromisso do Sr. Curador do Código de Normas da Egrégia Corregedoria Geral da Justiça - Estado do Paraná). Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Oportunamente, arquivem-se. Assaí, datado e assinado digitalmente. (a) Fernando Porcino Gonçalves Pereira - Juiz Substituto". DADO E PASSADO nesta cidade e Comarca de Assaí, Estado do Paraná, aos 15 de Setembro de 2021. Eu _____ (BERNADETE APARECIDA VERONEZE), Analista Judiciária, digitei e subscrevi. ELISA SABINO DE AZEVEDO DUARTE SILVA Juíza Substituta - Assinado Digitalmente

ASSIS CHATEAUBRIAND

VARA CÍVEL, DA FAZENDA PÚBLICA, ACIDENTES DO TRABALHO, REGISTROS PÚBLICOS E CORREGEDORIA DO FORO EXTRAJUDICIAL

Edital de Citação

EDITAL DE CITAÇÃO

JUIZO DEPRECANTE: Vara da Fazenda Pública de Assis Chateaubriand
EDITAL DE CITAÇÃO DO(A) EXECUTADO(A) IVA NETE MARTINS FORTE, COM PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS

O Juiz de Direito deste(a) **Vara da Fazenda Pública de Assis Chateaubriand**, da comarca de , ESTADO DO PARANÁ, FAZ SABER a quem interessar possa que neste Juízo, se processou a ação Nº 0004761-79.2018.8.16.0048 promovida pelo **MUNICÍPIO DE TUPASSI**, contra **IVANETE MARTINS FORTE**, e pelo presente CITA o(a) executado(a) **IVANETE MARTINS FORTE** não localizada pessoalmente pelo oficial de justiça e atualmente em lugar incerto e não sabido, para, no prazo de cinco (05) dias, efetuar o pagamento do principal R\$221,12 - atualizado até 09/2021, que deverá ser atualizado até a data do pagamento, acrescido das custas processuais, honorários advocatícios ou nomear bens a penhora, sob pena de não fazendo, ser-lhe penhorado e/ou arrestado tantos bens quantos bastem para a garantia da execução. Fica intimado(a) o(a) executado(a), e respectivo cônjuge se casado(a) for, caso a penhora recaia em bens imóveis, para que ofereçam embargos no prazo de 30 (trinta) dias. Dado e passada nesta cidade de Assis Chateaubriand, em 23 (vinte e três) de setembro de 2021, Gislaine Ferreira Cardoso, Técnico Judiciário, digitei e assino digitalmente.

ARTHUR ARAÚJO DE OLIVEIRA
Juiz de Direito

BANDEIRANTES

2ª VARA CÍVEL E DA FAZENDA PÚBLICA

Edital de Citação

EDITAL DE CITAÇÃO PARA MARIO TEODOZIO E CRUZ, em lugar incerto e não sabido

Prazo de 30 (trinta) dias
 Processo: 0005562-86.2018.8.16.0050
 Classe Processual: Execução Fiscal
 Assunto Principal: Dívida Ativa
 Valor da Causa: R\$937,10
 Exequente(s):
 Município de Bandeirantes/PR (CPF/CNPJ: 76.235.753/0001-48)
 Frei Raphael Proner, 1457 - Centro - BANDEIRANTES/PR - CEP: 86.360-000
 Executado(s):
 MARIO TEODOZIO E CRUZ (CPF/CNPJ: 113.302.109-30)
 AVENIDA EDELINA MENEGHEL RANDO, 712 - BANDEIRANTES/PR - CEP: 86.360-000
 O(A) Doutor(a) LARISSA ALVES GOMES BRAGA, MM. Juiz(iza) de Direito desta Comarca de Bandeirantes, Estado do Paraná, na forma da lei, FAZ SABER a todos que do presente edital tiverem conhecimento, principalmente ao(a) executado(a) MARIO TEODOZIO E CRUZ, estando em lugar incerto e não sabido, de que neste juízo tramitam os autos acima mencionados, ficando, pelo presente, o(a) executado(a) CITADO(A), por todos os termos da ação, para, no prazo das guias de recolhimento juntada aos autos, sob as penas da lei e comunicação ao FUNJUS, comprovar o recolhimento das custas processuais pendentes.
ADVERTÊNCIA: O não pagamento dos valores importa em emissão de certidão de crédito judicial ser encaminhada a protestos e lançamento em dívida ativa, na forma prevista nos arts. 847 a 858 do Código de Normas do Foro Extrajudicial, sem prejuízo da inclusão do nome do devedor nos órgãos de proteção ao crédito (SPC / SERASA).

Após o encaminhamento da Certidão de Crédito Judicial para protesto, o pagamento do débito deverá ser efetuado, exclusivamente: a) durante o tríduo previsto no art. 12 da Lei nº 9.492/1997, no Tabelionato de Protesto de Títulos competente; b) após a lavratura do protesto, por meio de guia emitida no Portal do TJPR. A baixa do protesto ocorrerá somente depois da quitação dos emolumentos e demais despesas perante o respectivo Tabelionato de Protesto de Títulos.

ENCERRAMENTO: Para que chegue ao conhecimento de todos e ninguém possa alegar ignorância, expediu-se o presente edital que será publicado por uma vez no Diário da Justiça do Estado e afixado na sede deste Juízo, no lugar de costume. Dado e passado nesta cidade e Comarca de Bandeirantes, 13 de setembro de 2021. Eu, ANTONIO FERREIRA DA SILVA NETO, Analista Judiciário, digitei e conferi.

LARISSA ALVES GOMES BRAGA
Juíza de Direito

EDITAL DE CITAÇÃO PARA MAURICIO DE MELO, em lugar incerto e não sabido

Prazo de 30 (trinta) dias

Processo: 0005821-81.2018.8.16.0050

Classe Processual: Execução Fiscal

Assunto Principal: Dívida Ativa

Valor da Causa: R\$705,73

Exequente(s):

Município de Bandeirantes/PR (CPF/CNPJ: 76.235.753/0001-48)

Frei Raphael Proner, 1457 - Centro - BANDEIRANTES/PR - CEP: 86.360-000

Executado(s):

MAURICIO DE MELO (RG: 16234567 SSP/PR e CPF/CNPJ: 278.762.689-00)

BR 369 1 USINA, s/n - BANDEIRANTES/PR - CEP: 86.360-000

O(A) Doutor(a) LARISSA ALVES GOMES BRAGA, MM. Juiz(iza) de Direito desta Comarca de Bandeirantes, Estado do Paraná, na forma da lei, FAZ SABER a todos que do presente edital tiverem conhecimento, principalmente ao(à) executado(a) MAURICIO DE MELO, estando em lugar incerto e não sabido, de que neste juízo tramitam os autos acima mencionados, ficando, pelo presente, o(a) executado(a) intimado para, no prazo de vencimento das guias anexas no processo, sob as penas da lei e comunicação ao FUNJUS, comprovar o recolhimento das custas processuais pendentes.

ADVERTÊNCIA: O não pagamento dos valores importa em emissão de certidão de crédito judicial ser encaminhada a protestoe lançamento em dívida ativa, na forma prevista nos arts. 847 a 858 do Código de Normas do Foro Extrajudicial, sem prejuízo da inclusão do nome do devedor nos órgãos de proteção ao crédito (SPC / SERASA).

ENCERRAMENTO: Para que chegue ao conhecimento de todos e ninguém possa alegar ignorância, expediu-se o presente edital que será publicado por uma vez no Diário da Justiça do Estado e afixado na sede deste Juízo, no lugar de costume. Dado e passado nesta cidade e Comarca de Bandeirantes, 27 de agosto de 2021. Eu, ANTONIO FERREIRA DA SILVA NETO, Analista Judiciário, digitei e conferi.

LARISSA ALVES GOMES BRAGA
Juíza de Direito

Edital de Intimação

EDITAL DE CITAÇÃO PARA BATISTA & CAMPOS LTDA - ME, em lugar incerto e não sabido

Prazo de 30 (trinta) dias

Processo: 0006747-28.2019.8.16.0050

Classe Processual: Execução Fiscal

Assunto Principal: Dívida Ativa

Valor da Causa: R\$381,54

Exequente(s):

Município de Bandeirantes/PR (CPF/CNPJ: 76.235.753/0001-48)

Frei Raphael Proner, 1457 - Centro - BANDEIRANTES/PR - CEP: 86.360-000

Executado(s):

BATISTA & CAMPOS LTDA - ME (CPF/CNPJ: 22.281.110/0001-01)

RUA ALBERTO FARIA CARDOSO, 608 - CENTRO - BANDEIRANTES/PR - CEP: 86.360-000

O(A) Doutor(a) LARISSA ALVES GOMES BRAGA, MM. Juiz(iza) de Direito desta Comarca de Bandeirantes, Estado do Paraná, na forma da lei, FAZ SABER a todos que do presente edital tiverem conhecimento, principalmente ao(à) executado(a) BATISTA & CAMPOS LTDA - ME, estando em lugar incerto e não sabido, de que neste juízo tramitam os autos acima mencionados, ficando, pelo presente, o(a) executado(a) INTIMADO, para, no prazo de vencimento das guias juntadas ao processo, sob as penas da lei e comunicação ao FUNJUS, comprovar o recolhimento das custas processuais pendentes, conforme guia(s) anexa(s) e vinculadas nestes autos.

ADVERTÊNCIA: O não pagamento dos valores importa em emissão de certidão de crédito judicial ser encaminhada a protestoe lançamento em dívida ativa, na forma prevista nos arts. 847 a 858 do Código de Normas do Foro Extrajudicial, sem prejuízo da inclusão do nome do devedor nos órgãos de proteção ao crédito (SPC / SERASA).

Após o encaminhamento da Certidão de Crédito Judicial para protesto, o pagamento do débito deverá ser efetuado, exclusivamente: a) durante o tríduo previsto no art. 12 da Lei nº 9.492/1997, no Tabelionato de Protesto de Títulos competente; b) após a lavratura do protesto, por meio de guia emitida no Portal do TJPR. A baixa do protesto ocorrerá somente depois da quitação dos emolumentos e demais despesas perante o respectivo Tabelionato de Protesto de Títulos.

ENCERRAMENTO: Para que chegue ao conhecimento de todos e ninguém possa alegar ignorância, expediu-se o presente edital que será publicado por uma vez no Diário da Justiça do Estado e afixado na sede deste Juízo, no lugar de costume. Dado e passado nesta cidade e Comarca de Bandeirantes, 17 de setembro de 2021. Eu, ANTONIO FERREIRA DA SILVA NETO, Analista Judiciário, digitei e conferi.

LARISSA ALVES GOMES BRAGA
Juíza de Direito

BARBOSA FERRAZ

JUÍZO ÚNICO

Edital de Citação - Cível

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ

COMARCA DE BARBOSA FERRAZ

VARA DA FAZENDA PÚBLICA DE BARBOSA FERRAZ - PROJUDI

Rua Marechal Deodoro, 320 - Centro - Barbosa Ferraz/PR - CEP: 86.960-000 - Fone: (44) 3275-1378 - E-mail: mfac@tjpr.jus.br

EDITAL DE CITAÇÃO DE EVENTUAIS INTERESSADOS, RÉUS AUSENTES, COM PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS.INSERTOS E DESCONHECIDOS

CITANDO: Eventuais interessados, réus ausentes, incertos e desconhecidos.

PROCESSO: Ação de Usucapião Extraordinária, autuada neste Juízo sob n.º 0000997-71.2021.8.16.0051, requerida pelo Município de Corumbataí do Sul.

OBJETIVO: O Exmo. Juiz de Direito da Única Vara da Fazenda Pública da Comarca de Barbosa Ferraz/PR, Dr. Guilherme Aranda Castro dos Santos, FAZ SABER, a todos quanto este Edital virem ou dele conhecimento tiverem, que neste Juízo de Barbosa Ferraz/PR se processam os autos da Ação de Usucapião Extraordinária autuados sob o nº 0000997-71.2021.8.16.0051, movida pelo MUNICÍPIO DE CORUMBATAÍ DO SUL em face do espólio de NICOLAU LUNARDELLI, representado pela inventariante Sra. LÚCIA FRACAROLI, objetivando, em síntese, a declaração da propriedade do imóvel de Matrícula nº 10.043, data de terras nº 01, da quadra 48, com área de 450 metros quadrados, situada no perímetro urbano da Cidade de Corumbataí do Sul, nesta Comarca de Barbosa Ferraz/PR. Divisas e confrontações: frente com a Av. Xavante, medindo 15,00 metros; Divide de um lado com a Av. Tupi e de outro com a Data nº 02, medindo cada lado 30,00 metros e no fundo com a data nº 16, medindo 15,00 metros e o imóvel de Matrícula 10.044, data de terras nº 02, da quadra 48, com área de 450 metros quadrados, situada no perímetro urbano da Cidade de Corumbataí do Sul, nesta Comarca de Barbosa Ferraz/PR. Divisas e confrontações: frente

com a Av. Xavante, medindo 15,00 metros; Divide de um lado com a Data nº 01 e do outro com a Data nº 03, medindo de cada lado 30,00 metros e no fundo divide com a Data nº 16, medindo 15,00 metros; de propriedade original de Nicolau Lunardelli. E para que chegue ao conhecimento de eventuais terceiros interessados no objeto da presente Ação de Usucapião, expedir-se este EDITAL DE CITAÇÃO (DE TERCEIROS INTERESSADOS - INCERTOS E/OU DESCONHECIDOS), nos moldes dos artigos 256, I, e 257, III, c/c artigo 259, I, do CPC/2015, a fim de que, no prazo de até 15 (quinze) dias úteis, caso queiram, os aludidos interessados apresentem contestação aos termos da ação em referência, ficando cientes de que, se não contestado o pedido, no prazo legal, presumir-se-ão aceitos, como verdadeiros, os fatos articulados pela parte autora na inicial, tudo na forma dos artigos 335 e 344 do CPC/2015.

Barbosa Ferraz, 24 de setembro 2021. Eu, Luís Henrique Pereira de Castro, Analista Judiciário, que digitei e subscrevi.

Guilherme Aranda Castro dos Santos
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ

COMARCA DE BARBOSA FERRAZ

VARA DA FAZENDA PÚBLICA DE BARBOSA FERRAZ - PROJUDI

Rua Marechal Deodoro, 320 - Centro - Barbosa Ferraz/PR - CEP: 86.960-000 - Fone: (44)

3275-1378 - E-mail: mfac@tjpr.jus.br

EDITAL DE CITAÇÃO DE FRANK MARAN COM PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS.

CITANDO: FRANK MARAN, inscrito no CPF sob o nº 042.412.799-70, portador do RG nº 9.160.545-7 SSP/PR, filho de Pierina Bosio Maran e Orlando Maran, nascido aos 27/01/1981, natural de Nova Esperança/PR.

PROCESSO: Ação de Execução Fiscal, autuada neste Juízo sob n.º 0000795-80.2010.8.16.0051, requerida pelo Estado do Paraná.

OBJETIVO: CITAÇÃO do requerido para os termos da presente ação, bem como, para no prazo de 05 (cinco) dias, efetuar o pagamento do débito apontado na petição inicial, ou garantir a execução, nos termos do art. 8º da Lei 6.830/80, caso em que poderá, querendo, opor embargos, no prazo de 30 (trinta) dias. CIENTE ainda, de que foram fixados honorários advocatícios, para pronto pagamento, em 10% (dez por cento) sobre o valor atualizado da dívida.

OBSERVAÇÃO: A pós decorrido o prazo sem manifestação, desde já nos termos do art., 72, II, do CPC, fica nomeada a Dra. MARIA CICERA POLATO como curadora l.especial, para oferecimento de resposta, no prazo legal.

Barbosa Ferraz, 24 de setembro 2021. Eu, Luís Henrique Pereira de Castro, Analista Judiciário, que digitei e subscrevi.

Guilherme Aranda Castro dos Santos
Juiz de Direito

BELA VISTA DO PARAÍSO

JUÍZO ÚNICO

Edital Geral - Cível

EDITAL DE CURATELA

JUSTIÇA GRATUITA

O Dr. HELDER JOSÉ ANUNZIATO, Juiz de Direito, no uso de suas atribuições legais.

FAZ SABER aos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, que pelo presente edital de curatela, cientifica a todos interessados, que neste Juízo processou-se os autos de Curatela protocolo nº 0002116-37.2016.8.16.0053, em que é requerente **CLEUSA MARIA DE JESUS RIBEIRO**, sendo declarada por sentença a curatela de **RENAN PINHEIRO RIBEIRO**, brasileiro, solteiro, nascido em 28/01/1998, natural de Bela Vista do Paraíso, filho de Dionísio Pinheiro Ribeiro e Cleusa Maria de Jesus Ribeiro, residente e domiciliado neste município e Comarca de Bela Vista do Paraíso, portador de **Retardo Mental não especificado e Epilepsia, CID 10 F79 e G40**, sendo-lhe nomeada CURADORA a Sra. **CLEUSA MARIA DE JESUS RIBEIRO**, tendo a curatela a finalidade de representar o curatelado para os seguintes atos de sua vida civil: **realizar atos que importem disposição de bens/direitos de natureza patrimonial e negocial; compras, vendas e trocas rotineiras; compras, vendas e trocas não rotineiras (bens móveis, imóveis, compras de maior valor mediante autorização judicial, com fulcro nos artigos 1748, IV e 1749, I, c/c 1774, todos do Código Civil); contratação e demissão de empregados; movimentação da conta bancária e operações mediante uso de cartão bancário ou cheque e administração de bens**, por tempo **indeterminado**. O presente edital será publicado na rede municipal de computadores, no sítio do tribunal a que estiver vinculado o juízo e na plataforma de editais do Conselho Nacional de Justiça, onde permanecerá por 6 (seis) meses, na imprensa local, 1 (uma) vez, e no órgão oficial, por 3 (três)

vezes, com intervalo de 10 (dez) dias, constando do edital os nomes do curatelado e da curadora. JUSTIÇA GRATUITA. Dado e passado nesta cidade de Bela Vista do Paraíso, em 11/05/2019. **HELDER JOSÉ ANUNZIATO** - Juiz de Direito.

FORO REGIONAL DE CAMBÉ DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE LONDRINA

2ª VARA CÍVEL E DA FAZENDA PÚBLICA

Edital de Citação

EDITAL DE CITAÇÃO DE RÉU DESCONHECIDO, COM PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS. O DOUTOR RICARDO LUIZ GORLA, JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL E DA FAZENDA PÚBLICA DO FORO REGIONAL DE CAMBÉ DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE LONDRINA, ESTADO DO PARANÁ FAZ SABER, aos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, expedido nos autos nº 0004975-41.2021.8.16.0056, em que figura como autor ERICK JHONATAN FERREIRA MACEDO (RG: 128310355 SSP/PR e CPF/CNPJ: 108.934.059-14), brasileiro, solteiro, empresário, inscrito no CPF sob n. 108.934.059-14, residente na Rua Vital Ferreira Chagas, 533 - Sabará III - Londrina - PR - 86066-250; e requerido desconhecido (CPF/CNPJ: Não Cadastrado), que por este edital CITA o réu desconhecido (CPF/CNPJ: Não Cadastrado), atualmente em LUGAR INCERTO E NÃO SABIDO, nos termos da petição inicial dos presentes autos acima descritos, conforme determinação de Decisão Judicial, para levantar o depósito ou oferecer contestação, no prazo de 15 dias, na forma do artigo 542, II NCPC, advertindo-o da declaração de revelia e respectivas consequências caso permaneça silente (artigos 344, 345 e 546 do NCPC). ADVERTÊNCIAS: - Art. 344 do CPC: Se o réu não contestar a ação, será considerado revel e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pelo autor. OBSERVAÇÃO: O processo tramita pelo sistema eletrônico PROJUDI, cujo endereço na web é <https://portal.tjpr.jus.br/projudi/>. Atos processuais e documentos devem ser trazidos ao juízo somente por advogado previamente cadastrado e em formato digital, nos termos da Lei nº 11.419/06 e Resolução nº 03/2009 do Órgão Especial do Tribunal de Justiça/PR. Cambé, 24 de setembro de 2021. RICARDO LUIZ GORLA Juiz de Direito Assinado Digitalmente

Edital de Intimação

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE JACKSON COELHO RODRIGUES COM PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS. O DOUTOR RICARDO LUIZ GORLA, JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL E DA FAZENDA PÚBLICA DO FORO REGIONAL DE CAMBÉ DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE LONDRINA, ESTADO DO PARANÁ. FAZ SABER, a todos quantos virem o presente edital ou dele conhecimento tiverem, por desconhecimento do local a ser encontrado, INTIMA a parte executada JACKSON COELHO RODRIGUES (RG: 146857590 SSP/PR e CPF/CNPJ: 629.498.881-00), para, querendo, comprovar que as quantias tomadas indisponíveis (via sistema sisbajud) são impenhoráveis ou que ainda remanesce indisponibilidade excessiva de ativos financeiros, no prazo de 05 (cinco) dias. Autos 0004919-47.2017.8.16.0056 em que o BANCO BRADESCO CARTOES S.A. (CPF/CNPJ: 59.438.325/0001-01) AV CIDADE DE DEUS, S/N 4º ANDAR - VILA YARA - OSASCO/SP - CEP: 06.029-900 move em desfavor de JACKSON COELHO RODRIGUES (RG: 146857590 SSP/PR e CPF/CNPJ: 629.498.881-00) Rua da Mooca, 171 A - Jardim Morumbi - CAMBÉ/PR - CEP: 86.191-760, conforme determinação de Decisão Judicial. OBSERVAÇÃO: O processo tramita pelo sistema eletrônico PROJUDI, cujo endereço na web é <https://portal.tjpr.jus.br/projudi/>. Atos processuais e documentos devem ser trazidos ao juízo somente por advogado previamente cadastrado e em formato digital, nos termos da Lei nº 11.419/06 e Resolução nº 03/2009 do Órgão Especial do Tribunal de Justiça/PR. Cambé, 24 de setembro de 2021. RICARDO LUIZ GORLA Juiz de Direito Assinado Digitalmente

CAMPO MOURÃO

1ª VARA CÍVEL E DA FAZENDA PÚBLICA

Edital de Citação

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DE CAMPO MOURÃO

1ª VARA CÍVEL DE CAMPO MOURÃO - PROJUDI

Av. José Custódio de Oliveira, 2065 - Centro - Campo Mourão/PR - CEP: 87.300-020
- fone: (44) 3525-2117

E-mail: cm-1vj-e@tjpr.jus.br

EDITAL DE CITAÇÃO TERCEIROS INTERESSADOS, COM PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS

FAZ SABER, a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, expedido nos autos sob nº **0007121-49.2021.8.16.0058 de Ação de Reintegração de Posse cumulada com perdas e danos, movida por SILVIO VENTURA** - RG. nº 1127831-MS e CPF nº 007.691.789-44, **em face de ANA PAULA SANTANA** - RG nº 9221309/PR, que pelo presente, com prazo de 30 (trinta) dias, a contar da primeira publicação, ficam devidamente **CITADOS TERCEIROS INTERESSADOS**, dos termos da presente ação de Usucapião, para **dentro do prazo legal de 15 (quinze) dias**, querendo, responder a ação, sob pena de ser considerado revel e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pelo autor (artigo 344 do CPC), **ficando ainda advertido, de que será nomeado curador especial em caso de revelia**. Tudo de conformidade com o resumo da inicial evento 1.1 a seguir transcrito "O requerente alega ser proprietário e possuidor do imóvel localizado na Rua Astorga, nº 156, Jd. Cidade Nova, Campo Mourão-PR., o qual foi adquirido em 12 de setembro de 2001, devidamente registrado na matrícula nº 26.449 do 1º Registro de Imóveis de Campo Mourão-PR; alega mais que passou a conviver em união estável com a senhora Ana Paula Santana, em 16 de junho de 2005, conforme se extrai da certidão de casamento em anexo; que após anos de união estável, e casamento, em determinado momento o casal teve um desentendimento, motivando a Sra. Ana Paula Santana a abandonar o lar, e na sequência, solicitar de maneira injusta uma medida protetiva; alega ainda que, a medida protetiva fez constar que era para o autor sair da casa, para que a Senhora Ana Paula Santana (ora ré), retornasse; que tal situação perdura desde o início do ano de 2020; que a ré permanece usando o imóvel do autor, sem efetuar qualquer contraprestação pecuniária, depreciando o bem, e o autor dependendo de favor na casa de parentes; alegou também que, diversas foram as tratativas de acordo amigável, todas sem a mínima possibilidade de sucesso; que a parte autora ingressou com a ação de divórcio, requerendo meação dos bens em comum, oferecendo alimentos, conforme autos nº 0002243-18.2020.8.16.0058, passada a audiência de conciliação, a mesma restou infrutífera em relação ao imóvel, pois a ré se nega a desocupar o mesmo; alegou finalmente que, não restou outra alternativa senão ingressar com a presente ação; fundamentou sem pedido nos termos do artigo 1.210 do Código Civil e artigos nº 558 e 562 do NCPC e artigo 555, I, do NCPC; requereu ao final, deferimento de justiça gratuita; deferimento de liminar inaudita altera parte, a reintegração de posse do imóvel; subsidiariamente, seja marcada audiência de justificação nos termos do artigo 562 do NCPC; subsidiariamente, não sendo concedida a liminar, requer a condenação do réu no pagamento das perdas e danos consubstanciadas no valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais) por mês, à título de aluguel mensal pelo período em que permanecer no imóvel; seja julgada procedente a ação; requer a citação do réu para, querendo, contestar a ação, no prazo conforme artigo 564 do NCPC, oferecendo defesa que tiver sob pena de confissão e efeitos da revelia; a condenação do réu ao pagamento das custas, honorários do advogado e demais ônus de sucumbência; protestou provar o alegado por todos os meios de provas em direito admitidos; deu-se à causa o valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais). Campo Mourão, 17 de agosto de 2021. (a) Jonathan Thiago Thomé - OAB-PR 90.704". Tudo de conformidade com o r. despacho de seq. 14.1, a seguir transcrito: "1. Considerando os documentos acostados à inicial, concedo, provisoriamente, os benefícios da gratuidade da justiça à requerente. Por se tratar de concessão provisória do benefício, no caso em que a parte autora obtenha em juízo, neste ou em outro processo, créditos capazes de suportar as despesas processuais já computadas, tal gratuidade fica automaticamente revogada, vez que não mais subsiste a situação de miserabilidade. 2. Cuida-se de ação de reintegração de posse que Silvío Ventura move em face de Ana Paula Santana requerendo liminarmente a reintegração de posse do imóvel situado na Rua Astorga, 156, Jd. Cidade Nova, Campo Mourão-PR; Eis um breve relatório. Fundamento e decido. No pedido liminar de reintegração de posse a parte autora se diz proprietária do imóvel matriculado sob o nº 26.449, no 1º Ofício de Registro de Imóveis, situado na Rua Astorga, 156, Jd. Cidade Nova, Campo Mourão-PR, sustentando que a requerida, injustamente, solicitou medida protetiva sob alegação de violência doméstica. A concessão de liminar possessória encontra-se condicionada ao atendimento dos requisitos legais dispostos no art. 561 do NCPC. O proprietário de imóvel, na condição de possuidor indireto do bem, possui direito à tutela de sua posse em decorrência de esbulho causado por terceiro que, sem autorização do possuidor direto, ocupa o imóvel ilicitamente. No caso, em sede de cognição sumária não há prova do esbulho, tendo em vista que a posse da autora sobre o imóvel em questão é decorrente de decisão judicial contida em medida protetiva vigente, nos autos 0001066-19.2020.8.16.0058. Desta forma, a (in)justiça da concessão da referida ordem judicial deve ser discutida no processo criminal respectivo. 3. Diante do exposto indefiro o pedido liminar, nos termos da fundamentação retro. 3. Cite-se, pessoalmente os ocupantes que forem encontrados no local para apresentação de resposta no prazo de 15 dias, bem como cite-se por edital, com prazo de 30 dias, os demais interessados (artigo 554, § 1º, NCPC). Fica a parte ré advertida de que a falta de contestação implicará 3.1. em revelia na presunção de veracidade dos fatos afirmados pela parte autora (art. 344, NCPC). 4. Intime-se o Ministério Público e a Defensoria Pública (artigo 554, § 1º, NCPC). 5. Senhor escrivão (NCPC, art. 203, § 4º, c/c art. 139, inc. II):

a) Vindo a contestação e estando presentes uma das hipóteses disciplinadas nos arts. 350-351 do Novo Código de Processo Civil, intime a parte autora para se manifestar em 15 (quinze) dias. No mesmo prazo, poderá a parte autora corrigir eventual irregularidade ou vício sanável (art. 352, NCPC). b) Se com a impugnação à contestação for apresentado documento novo, intime a parte ré para manifestar-se a respeito, querendo, em 15 (quinze) dias (NCPC, art. 437, § 1º). 6. Após, às partes para que especifiquem as provas que pretendem produzir, declinando seu alcance e finalidade, sob pena de indeferimento (art. 370, parágrafo único, NCPC). Intimações e diligências necessárias. Campo Mourão, datado eletronicamente. (a) Gabriela Luciano Borri Aranda - Juíza de Direito". **Advertência do artigo 344, do Código de Processo Civil:** "Se o réu não contestar a ação, será considerado revel e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pelo autor". Dado e passado nesta cidade e Comarca de Campo Mourão-PR., aos 22 de setembro de 2021.

Eu, (Ademir Moraes da Luz - Empregado Juramentado), que digitei por ordem judicial (assinatura digital).

GABRIELA LUCIANO BORRI ARANDA

Juíza de Direito

(assinatura digital)

OBSERVAÇÃO: Este processo tramita exclusivamente através do sistema computacional PROJUDI, cujo endereço na web é <https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/>. O acesso ao sistema pelos advogados depende de prévio cadastramento, o qual é obrigatório, nos termos da Lei nº 11.419/06 e Resolução nº 03/2009 do Órgão Especial do Tribunal de Justiça/PR. Documentos devem ser trazidos ao juízo, através do sistema PROJUDI, em arquivos com no máximo 2MB cada. ***Algumas peças não estão assinadas pelo fato do processo tramitar por meio eletrônico (assinatura digital).**

1ª VARA CRIMINAL

Edital de Intimação

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO
PARANÁ
COMARCA DE CAMPO MOURÃO
VARA PLENÁRIO DO TRIBUNAL DO JÚRI DE
CAMPO MOURÃO - PROJUDI
Av. José Custódio de Oliveira, Nº2065 - 1º
Andar - Centro - Campo Mourão/PR - CEP:
87.300-020 - Fone: (44)3518-2150

EDITAL INTIMAÇÃO DE SENTENÇA

Prazo: (90) noventa dias

Autor(s): MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ

Réu(s): Antonio dos Santos

Processo Crime n.º 0007455-30.2014.8.16.0058

O Doutor FABRÍCIO VOLTARÉ, M.M. Juiz de Direito na Primeira Vara Criminal, Tribunal do Júri e Corregedoria dos Presídios, da Comarca de Campo Mourão, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, na forma da lei, etc...

FAZ SABER, a todos quanto o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, que o réu **Antonio dos Santos (RG: 300304433 SSP/PR e CPF/CNPJ: 669.151.479-34) Nome do Pai: Eduardo dos Santos, Nome da Mãe: CARMELINA ANDRADE**, teve por r. sentença proferida, pelo MM. Juiz de Direito da Primeira Vara Criminal da Comarca de Campo Mourão PR, após decisão de Conselho de Sentença do Tribunal do Júri, declarado **CONDENAÇÃO** do réu na(s) conduta(s) típica(s) descrita no(s) **ART 121: Matar alguém; HOMICÍDIO QUALIFICADO, Reclusão: 12 a 30 anos, Inciso III, c/c artigo 23, parágrafo único do Código Penal, à pena 09 (nove) anos e 04 (quatro) meses de reclusão em regime inicial FECHADO**. E, como não tenha sido possível INTIMA-LO pessoalmente por se encontrar em lugar incerto e não sabido, pelo presente edital, com prazo de (90) noventa dias, que correrá a partir de sua Publicação, fica o referido INTIMADO da sentença. E, para que chegue ao conhecimento do réu e de quem mais interessar, expediu-se o presente edital, que será afixado no átrio do Fórum local, em lugar público e de costume, bem como publicado no Diário da Justiça deste Estado. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Campo Mourão, Estado do Paraná, aos 24 de setembro de 2021. Eu, **JAMES JUNIOR LAZARIN** - Analista Judiciário, que o digitei e subscrevi.
Campo Mourão, 24 de setembro de 2021.
JAMES JUNIOR LAZARIN
Analista Judiciário

2ª VARA CÍVEL E DA FAZENDA PÚBLICA

Edital Geral

PODER JUDICIÁRIO

JUIZ DE DIREITO DA SEGUNDA VARA CÍVEL DA COMARCA DE CAMPO MOURÃO - PR
CARTÓRIO DA 2ª VARA CÍVEL
AV. JOSÉ CUSTÓDIO DE OLIVEIRA Nº 2065 - ED. DO FORUM
CEP-87.300-020

EDITAL DE PUBLICAÇÃO DE SENTENÇA DE INTERDIÇÃO

O DOUTOR CEZAR FERRARI - MM. JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO DA 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE CAMPO MOURÃO, ESTADO DO PARANÁ, NA FORMA DA LEI, ETC...

FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem expedido nos autos nº **009703-56.2020.8.16.0058** de **INTERDIÇÃO**

Requerida por **MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARANA** contra **ALIVERCINA GODOY SANTOS**

TORNA PÚBLICA a sentença prolatada nos autos acima, a seguir transcrita em sua parte dispositiva: "Isso posto, julgo procedente o pedido inicial e decreto a interdição de Alivercina Godoy Santos, apenas quanto aos aspectos patrimoniais, mantendo a Interditanda o controle sobre os aspectos existenciais de sua vida, a exemplo do direito ao próprio corpo, à sexualidade, ao matrimônio, à privacidade, à educação, à saúde, ao trabalho e ao voto. Converto a curatela provisória concedida sobre a Interditanda em definitiva, ficando advertido a curadora sobre o dever de prestar contas quanto a administração que se dê a eventual benefício previdenciário. Em razão da implantação deficiente da Defensoria Pública do Estado do Paraná, e havendo necessidade de nomeação de curador especial, arbitro em R\$ 350,00 (trezentos e cinquenta reais) a título de honorários advocatícios ao Advogado, Dr. Murilo de Abreu Santos - OAB/PR 84.822, os quais devem ser suportados pelo Estado do Paraná. Expeça-se mandado para inscrição desta sentença no Registro Civil onde se acha lavrado o assento da Interditanda.

Publiquem-se os editais, na forma do artigo 755, §3º do CPC.

Julgo extinto o processo na forma do artigo 487, inciso I, do CPC.

Int.-se. Datado e assinado eletronicamente. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Campo Mourão, 29/04/2021. (a) **CEZAR FERRARI**- Juiz de Direito Substituto ."

CURADORA NOMEADA: ANA REGINA DE AMLEIDA

DATA DA SENTENÇA: 29/04/2020

CAUSA DA INTERDIÇÃO: PROBLEMAS MENTAIS

LIMITES DA INTERDIÇÃO: TOTAL

JUIZ PROLATORA DA SENTENÇA: CEZAR FERRARI

E, para que chegue ao conhecimento de todos e ninguém possa alegar ignorância, expediu-se o presente que será afixado na sede deste Juízo no local de costume e publicado na imprensa na forma da lei. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Campo Mourão, Estado do Paraná, aos cinco dias mês de agosto do ano de dois mil e vinte e um. Eu, _____ (Sebastiana Machado Borges), Escrivã que digitei e subscrevi.

CEZAR FERRARI

Juiz de Direito Substituto

Assinado eletronicamente

PODER JUDICIÁRIO

JUIZ DE DIREITO DA SEGUNDA VARA CÍVEL DA COMARCA DE CAMPO MOURÃO - PR
CARTÓRIO DA 2ª VARA CÍVEL
AV. JOSÉ CUSTÓDIO DE OLIVEIRA Nº 2065 - ED. DO FORUM
CEP-87.300-020

EDITAL DE PUBLICAÇÃO DE SENTENÇA DE INTERDIÇÃO

O DOUTOR CEZAR FERRARI - MM. JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO DA 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE CAMPO MOURÃO, ESTADO DO PARANÁ, NA FORMA DA LEI, ETC...

FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem expedido nos autos nº **0006201-12.2020.8.16.0058** de **INTERDIÇÃO**

Requerida por **LAÉRCIO LUIZ DALEFFE**

contra **DELORDES DALEFFE**

TORNA PÚBLICA a sentença prolatada nos autos acima, a seguir transcrita em sua parte dispositiva: "Isso posto, julgo procedente o pedido inicial, confirmando a liminar concedida nestes autos (seq. 16.1), e decreto a interdição de Delordes Daleffe, apenas quanto aos aspectos patrimoniais, mantendo o Interditando o controle sobre os aspectos existenciais de sua vida, a exemplo do direito ao próprio corpo, à sexualidade, ao matrimônio, à privacidade, à educação, à saúde, ao trabalho e ao voto. Fica nomeado o Autor, Sr. Laércio Luiz Daleffe, como curador do Interditando.

Em razão da implantação deficiente da Defensoria Pública do Estado do Paraná, e havendo necessidade de nomeação de curador especial, arbitro em R\$ 350,00 (trezentos e cinquenta reais) a título de honorários advocatícios ao Advogado Dr. Adriano Alves Moreira - OAB/PR 62.238, os quais devem ser suportados pelo Estado do Paraná. Expeça-se mandado para inscrição desta sentença no Registro Civil onde se acha lavrado o assento da Interditando. Publiquem-se os editais, na forma do artigo 755, §3º do CPC.

Julgo extinto o processo com resolução do mérito na forma do art. 487, inc. I, do CPC. Custas pela parte Autora.

Int.-se. Datado e assinado eletronicamente. **CEZAR FERRARI**- Juiz de Direito Substituto."

CURADORA NOMEADA: LAÉRIO DALEFFE

DATA DA SENTENÇA: 23/03/202021

CAUSA DA INTERDIÇÃO: ACIDENTE VASCULAR CEREBRAL

LIMITES DA INTERDIÇÃO: TOTAL

JUIZ A PROLATORA DA SENTENÇA: CEZAR FERRARI

E, para que chegue ao conhecimento de todos e ninguém possa alegar ignorância, expediu-se o presente que será afixado na sede deste Juízo no local de costume e publicado na imprensa na forma da lei. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Campo Mourão, Estado do Paraná, aos cinco dias mês de julho do ano de dois mil e vinte. Eu, _____ (Sebastiana Machado Borges), Escrivã que digitei e subscrevi.

CEZAR FERRARI

Juiz de Direito Substituto

Assinado eletronicamente

PODER JUDICIÁRIO

JUIZ DE DIREITO DA SEGUNDA VARA CÍVEL DA COMARCA DE CAMPO MOURÃO - PR
CARTÓRIO DA 2ª VARA CÍVEL
AV. JOSÉ CUSTÓDIO DE OLIVEIRA Nº 2065 - ED. DO FORUM
CEP-87.300-020

EDITAL DE PUBLICAÇÃO DE SENTENÇA DE INTERDIÇÃO

A DOUTORA LUZIA TEREZINHA GRASSO FERREIRA - MM. JUÍZA DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE CAMPO MOURÃO, ESTADO DO PARANÁ, NA FORMA DA LEI, ETC...

FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem expedido nos autos nº **0010741-06.2020.8.16.0058** de **INTERDIÇÃO**

Requerida por **CIRO MOISES DE OLIVEIRA**

contra **JOSE CARLOS DE OLIVEIRA**

TORNA PÚBLICA a sentença prolatada nos autos acima, a seguir transcrita em sua parte dispositiva: "Isso posto, confirmo a liminar concedida ao evento 8.1 e julgo procedente o pedido inicial, extinguindo-o com resolução de mérito, nos termos do artigo 487, I, do Código de Processo Civil, para tornar definitiva a Curatela de Jose Carlos de Oliveira, por seu irmão Ciro Moises de Oliveira Expeça-se termo definitivo de curatela, bem como mandado de inscrição ao Cartório de Registro de Pessoas Naturais e publique-se a presente decisão, nos termos dispostos no artigo 755 §3º do Código de Processo Civil. Observe-se que como já consignado o Curador nomeado fica dispensada de prestação de caução e especialização em hipoteca legal. Diligências necessárias. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Campo Mourão, 30/04/2021. (a) **LUZIA TEREZINHA GRASSO FERREIRA**- Juíza de Direito ."

CURADORA NOMEADA: CIRO MOISES DE OLIVEIRA

DATA DA SENTENÇA: 30/04/2020

CAUSA DA INTERDIÇÃO: CID 10 F71 + M50.2 - G82.2

LIMITES DA INTERDIÇÃO: TOTAL

JUIZ A PROLATORA DA SENTENÇA: LUZIA TEREZINHA GRASSO FERREIRA

E, para que chegue ao conhecimento de todos e ninguém possa alegar ignorância, expediu-se o presente que será afixado na sede deste Juízo no local de costume e publicado na imprensa na forma da lei. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Campo Mourão, Estado do Paraná, aos cinco dias mês de agosto do ano de dois mil e vinte e um. Eu, _____ (Sebastiana Machado Borges), Escrivã que digitei e subscrevi.

LUZIA TEREZINHA GRASSO FERREIRA

Juiza de Direito

Assinado eletronicamente

2ª VARA CRIMINAL**Edital de Intimação**

EDITAL DE INTIMAÇÃO de realização de audiência, nos autos de Execução da Pena nº 0011794-27.2017.8.16.0058 com o prazo de 30 (trinta) dias, na forma abaixo:

O Senhor Doutor Mario Carlos Carneiro, MM Juiz de Direito da Vara de Execução em Meio Aberto da Comarca de Campo Mourão - Estado do Paraná.

F A Z S A B E R a todos os que o presente Edital virem, com o prazo de 30 (trinta) dias, ou dele tiverem conhecimento, que não tendo sido possível intimar pessoalmente o réu **FABIANA DOS SANTOS DE OLIVEIRA**, R.G.: nº 104837735 SSP/PR, brasileiro, natural de Araruna/PR, nascido em 12/08/1982, filho de Maria De Lurdes De Oliveira e Rubens De Oliveira, estando atualmente em lugar incerto e não sabido, venho pelo presente **INTIMÁ-LO** a comparecer perante este Juízo, no dia **08 de novembro de 2021 às 13:10**, para realização de audiência justificatória, nos termos do artigo 118, §

2º, da Lei de Execução Penal. Deverá comparecer ao ato devidamente acompanhado de seu advogado e munido de comprovante de residência atualizado. Cientifica-se o não comparecimento poderá ensejar em eventual suspensão cautelar de regime e/ou regressão de seu regime de cumprimento de pena. Sede do Juízo: Av. José Custódio de Oliveira, 2065, fone (44) 3518-2162. Dado e passado nesta cidade e Comarca de Campo Mourão, aos 24 de setembro de 2021.

Eu, _____, (Roberta Luciane Leonel), Técnica Judiciária, que o digitei e subscrevi.

Roberta Luciane Leonel
Técnica Judiciária
Por ordem do MM Juiz - Autorizado pela Portaria n.º 01/2019

CANTAGALO

JUÍZO ÚNICO

Edital de Intimação - Cível

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DE CANTAGALO
VARA DA FAZENDA PÚBLICA DE CANTAGALO - PROJUDI
Rua Santo Antonio, 350 - Fórum - Jardim Social - Cantagalo/PR - CEP: 85.160-000
- Fone: (42) 3636-1732 - E-mail: can-ju-sc@tjpr.jus.br

ADEMIR COZER (RG: 39714221 SSP/PR e CPF/CNPJ: 581.000.089-49)
EDITAL DE INTIMAÇÃO - PRAZO DE VENCIMENTO DA GUIA => 31/10/2021 <=
Edital de intimação do(a) Sr(a). **ADEMIR COZER, residente no(a) Br - 277 km 425, s/nº - CANTAGALO/PR**, nos autos da AÇÃO registrado(a) sob o nº **0000509-17.2006.8.16.0060 (PROJUDI)** em que é autor(a)/exequente INSTITUTO AGUA E TERRA (CPF/CNPJ: 68.596.162/0001-78), e réu/executado(a) ADEMIR COZER (RG: 39714221 SSP/PR e CPF/CNPJ: 581.000.089-49), que tramita perante a Secretaria Cível e Anexos do Juízo Único da Comarca de Cantagalo - PR, sito a Rua Santo Antônio, o nº. 350, no Bairro Jardim Social, no Prédio do Fórum. Fica devidamente INTIMADO(A) a parte constante neste edital, para que, querendo, **NO PRAZO DE VENCIMENTO DA GUIA, anteriormente citado (CONFORME INSTRUÇÃO NORMATIVA 12/2016)**, efetue o recolhimento das custas finais, conforme os valores indicados nas guia e cálculos de custas acostado nos autos do processo, **SOB PENA DE NÃO O FAZENDO ARCAR COM AS PENALIZAÇÕES CONSTANTE NA ADVERTÊNCIA QUE SEGUE.**

ADVERTÊNCIA IMPORTANTE: O não pagamento dos valores importará emissão de Certidão de Crédito Judicial a ser encaminhada a protesto e lançamento em dívida ativa - na forma prevista pelo Código de Normas do Foro Extrajudicial -, sem prejuízo da inclusão do nome do devedor nos órgãos de proteção ao crédito. Após o encaminhamento da Certidão de Crédito Judicial para protesto, o pagamento do débito deverá ser efetuado, exclusivamente:

a) durante o tríduo previsto no art. 12 da Lei nº 9.492/1997, no Tabelionato de Protesto de Títulos competente;

b) após a lavratura do protesto, por meio de guia emitida no Portal do TJPR. A baixa do protesto ocorrerá somente depois da quitação dos emolumentos e demais despesas perante o respectivo Tabelionato de Protesto de Títulos.

OBSERVAÇÃO: A guia a ser paga está anexa nesta intimação e pode ser reimpressa no Portal do TJPR, digitando-se o número único do processo no endereço: <https://www.tjpr.jus.br/custas-judiciais-e-taxa-judiciaria> em "Guias Preparadas".

=> CONSULTA ONLINE E INTEGRAL DO PROCESSO <= A parte poderá consultar integralmente os autos do processo no site https://projudi.tjpr.jus.br/projudi_consulta/ (Clique aqui para realizar a consulta pela Chave do Processo/Recurso), optando pelo tipo de consulta "chave do processo" e inserindo a sequência: **PPSDK 8RV8F 4M533 UWWRL**, oportunidade em que terá acesso a todos os documentos.

Este processo tramita através do sistema eletrônico PROJUDI. Atos processuais e documentos devem ser trazidos ao juízo somente por advogado previamente cadastrado e em formato digital, nos termos da Lei nº 11.419/06 e Resolução nº 03/2009 e do CN 2.21.3.1.

CUSTAS FINAIS INSTRUÇÃO NORMATIVA 12/2016.

Art. 2º O devedor será intimado, por meio de seu procurador legalmente constituído, para efetuar o recolhimento dos valores devidos a título de custas processuais.

§ 1º Não havendo procurador constituído nos autos, a intimação do devedor será realizada por carta com AR.

§ 2º O prazo de recolhimento da guia será de 40 (quarenta) dias ininterruptos, no caso em que houver advogado constituído no processo, e de 60 (sessenta) dias ininterruptos quando inexistir patrono habilitado.

Cantagalo, 24 de setembro de 2021 às 12:19:29

LIZETE CECHELE DA SILVA

Chefe de Secretaria

Subscrição autorizada pelo MM. Juiz de Direito por meio da Portaria 01/2013

-----Assinado Digitalmente-----

CARLÓPOLIS

JUÍZO ÚNICO

Edital de Intimação - Cível

A DOUTORA ANDREA RUSSAR RACHEL, MMª JUÍZA DE DIREITO DA COMARCA DE CARLÓPOLIS - P R, FAZ SABER, a todos os que o presente edital virem ou dele tiverem conhecimento, que perante este Juízo se processa os autos de Execução Fiscal, registrado sob nº 0000066-18.2020.8.16.0063, figurando como exequente o MUNICÍPIO DE CARLÓPOLIS e executado RONALDO BAPTISTA, com a finalidade de proceder a INTIMAÇÃO do(a) executado (a) RONALDO BAPTISTA, brasileiro(a), portador(a) do CNPJ: 06.174.503/0001-60, para que no prazo de 15 (quinze) dias, efetue o pagamento das custas processuais devidas, que perfaz em R\$ 947,29 (novecentos e quarenta e sete reais e vinte e nove centavos), atualizado em julho de 2021, sob pena de execução forçada. As custas são recolhidas mediante boleto bancário a ser expedido pela serventia ou a parte interessada, mediante expedição da (s) respectiva (s) guia (s) de recolhimento, no site do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná. ADVERTÊNCIA: O não pagamento dos valores importará na emissão de Certidão de Crédito Judicial a ser encaminhada a protesto e lançamento em dívida ativa - na forma prevista nos artigos 847 a 858 do Código de Normas do Foro Extrajudicial, sem prejuízo da inclusão do nome do devedor nos órgãos de proteção ao crédito. E para que chegue ao conhecimento de todos e do referido executado, mandou expedir o presente Edital, que será afixado no local de costume e publicado no Diário da Justiça Eletrônico. NADA MAIS. Eu, Lilian Cristiane de Mello Greguer, Escrivã Interina, que o digitei e subscrevi. Carlópolis, 23 de agosto de 2021. ANDREA RUSSAR RACHEL Juíza de Direito

A DOUTORA ANDREA RUSSAR RACHEL, MMª JUÍZA DE DIREITO DA COMARCA DE CARLÓPOLIS - P R,

FAZ SABER, a todos os que o presente edital virem ou dele tiverem conhecimento, que perante este Juízo se processa os autos de Execução Fiscal, registrado sob nº 000.8.16.0063, figurando como exequente o MUNICÍPIO DE CARLÓPOLIS e executado RONALDO BAPTISTA, com a finalidade de proceder a INTIMAÇÃO do(a) executado (a) RONALDO BAPTISTA, brasileiro(a), portador(a) do CNPJ: 06.174.503/0001-60, acerca da Sentença prolatada em 28/04/2021, cujo dispositivo transcrevo resumidamente: "Diante do requerimento formulado pela parte exequente, julgo extinto o presente feito, sem resolução de mérito, com fulcro no artigo 485, inciso VIII do Código de Processo Civil e artigo 1º da Lei nº 16.035/08. Custas e despesas processuais pelo executado, nos termos do artigo 4º da supracitada legislação, as quais faculta à Serventia promover a cobrança às suas próprias expensas. Publique-se. Registre-se. Intimem-se". Fica a parte executada devidamente intimada que tem o prazo de 15 (quinze) dias para interpor recurso de apelação em relação à sentença prolatada. E para que chegue ao conhecimento de todos e do referido executado, mandou expedir o presente Edital, que será afixado no local de costume e publicado no Diário da Justiça Eletrônico. NADA MAIS. Eu, Lilian Cristiane de Mello Greguer, Escrivã Interina, que o digitei e subscrevi. ANDREA RUSSAR RACHEL Juíza de Direito

CASCABEL

3ª VARA CRIMINAL

Edital de Intimação

1. 2. 3. PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ COMARCA DE CASCABEL 3ª VARA CRIMINAL DE CASCABEL - PROJUDI Av. Tancredo Neves, Nº 2320 - Andar -1 - Alto Alegre - Cascavel/PR - CEP: 85.805-900 - Fone: (45) 3392-5060 - E-mail: cas-8vj-s@tjpr.jus.br Processo: 0024411-04.2015.8.16.0021 Classe Processual: Ação Penal - Procedimento Ordinário Assunto Principal: Furto Qualificado Data da Infração: 18/10/2014 Autor(s): Ministério Público do Estado do Paraná (CPF/

CNPJ: 78.206.307/0001-30) Avenida Tancredo Neves, 2320 - CASCAVEL/PRRÉU(s): ANA CLAUDIA NUNES HARTIVIG (RG: 2488090 SSP/PR e CPF/ CNPJ: 062.611.099-82) Rua Panamã, 1550 - Periolo - CASCAVEL/PR - Telefone(s): 45 99928-0864 SUSAMARA FERREIRA EDITAL DE INTIMAÇÃO Prazo do Edital: 90 Dias O Doutor, Juiz de Direito da Terceira Vara Criminal da Comarca de Cascavel, LEONARDO RIBAS TAVARES, Estado do Paraná, intima o(a) Senhor(a) ANA CLAUDIA NUNES HARTIVIG, filha de Sonia Francisca Nunes e de Amado Hartivig, portador do RG 2488090/PR, para que: devendo solicitar junto à FETUE o pagamento das custas processuais e da pena de multa, Secretaria, no prazo de 10 dias, a emissão dos boletos para pagamento para retirada presencial. CIENTIFIQUE que a requerimento do condenado e conforme as circunstâncias, o juiz poderá permitir que o pagamento se realize em parcelas mensais, sendo que o inadimplemento poderá ocasionar a inscrição em dívida ativa do Fundo Penitenciário do Paraná (pena de multa) e no Fundo da inclusão do nome do devedor nos órgãos de proteção ao crédito, Justiça (custas processuais), bem como conforme advertência abaixo. Decorrido o prazo de 10 dias da intimação, fica o mesmo ciente que as guias de pagamento serão emitidas junto aos sistemas informatizados e a fim de computar os prazos para protesto e expedição de certidão de multa não paga. ADVERTÊNCIA: O não pagamento dos valores importa em emissão de a ser encaminhada a protesto e certidão de crédito judicial - na forma prevista nos artigos 847 a 858 do Código de Normas do Foro Extrajudicial -, sem prejuízo de lançamento em dívida ativa inclusão do nome do devedor nos órgãos de proteção ao crédito. : Após o encaminhamento da Certidão (SPC/SERASA) OBSERVAÇÃO de Crédito Judicial para protesto, o pagamento do débito deverá ser efetuado, exclusivamente: a) durante o tríduo previsto no art. 12da Lei nº 9.492/1997, no Tabelionato de Protesto de Títulos competente; b) após a lavratura do protesto, por meio de guia emitida no Portal do TJPR. A baixa do protesto ocorrerá somente depois da quitação dos emolumentos e demais despesas perante o respectivo Tabelionato de Protesto de Títulos. Em caso de não pagamento da pena de multa será emitida a "Certidão de Sentença" ao FUPEN, nos termos do art. 10, §4º, Instrução Normativa nº 02/2015 da CGJ-TJPR, possibilitando a execução do título judicial. VALOR DAS CUSTAS PROCESSUAIS: R\$ 663,90 / VALOR DA MULTA: R\$ 407,67 Cascavel, 21 de setembro de 2021 às 16:27:55. (assinatura digital) LEONARDO RIBAS TAVARES JUIZ DE DIREITO

VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE

Edital de Citação

EDITAL

"PRAZO DE (20) VINTE DIAS"

EDITAL DE CITAÇÃO DE GELSON BECHLIN TRINDADE

O DOUTOR, FABRÍCIO PRIOTTO MUSSI, MM. JUIZ DE DIREITO DA VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE DA COMARCA DE CASCAVEL, ESTADO DO PARANÁ, NA FORMA DA LEI,

FAZ SABER a todos quantos este **EDITAL** virem ou dele conhecimento tiverem, que tramita por este Juízo, sito a Av. Tancredo Neves, 2320, Bairro Alto Alegre, os autos de **Perda ou Suspensão do Poder Familiar nº 0022900-58.2021.8.16.0021**, em que é requerente o M.P., e requeridos E. da C., F.M. e G. E. R. da S. é expedido o presente para a **CITAÇÃO** do requerido **GELSON BECHLIN TRINDADE**, atualmente em lugar incerto, com prazo de vinte (20) dias, para querendo apresentar resposta no prazo de dez (10) dias, podendo, inclusive, requerer nomeação de Defensor Público, mediante comprovação documental com a inscrição no CADUN (Cadastro Único para Programas Sociais). Não possuindo inscrição prévia, o(a) requerido(a) deverá dirigir-se ao CRAS para realizar a inscrição no CADUN. Agendamentos CRAS pelo telefone 45 3902 2708. E para que chegue a seu conhecimento e ignorância no futuro não possa alegar é expedido o presente **EDITAL DE CITAÇÃO**, que será publicado no Diário da Justiça Eletrônico Tribunal de Justiça deste Estado e fixado em local próprio deste Juízo.

CUMPRASE. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Cascavel, Estado do Paraná, datado digitalmente. Eu, Clariane Leila Dallazen, Analista Judiciária, digitei e subscrevi.

(assinatura digital)

Clariane Leila Dallazen

Analista Judiciária

VARA DE EXECUÇÕES PENAS E CORREGEDORIA DOS PRESÍDIOS

Edital de Intimação

VARA DE EXECUÇÕES PENAS E CORREGEDORIA DOS PRESÍDIOS.

AVENIDA TANCREDO NEVES, Nº 2320 - ALTO ALEGRE, 85805-000 - FONE (45) 3391.5050.

EDITAL DE INTIMAÇÃO DO SENTENCIADO:

PAULO CEZAR BONATO

PRAZO: VINTE (20) DIAS

CADASTRO: 0041911-15.2017.8.16.0021

O Doutor PAULO DAMAS, Juiz de Direito da Vara de Execuções Penas e Corregedoria dos Presídios da Comarca de Cascavel, Estado do Paraná, na forma da Lei.

FAZ SABER a todos quantos o presente edital vir com o prazo de 20 (vinte) dias, ou dele conhecimento tiverem, que não tendo sido possível INTIMAR pessoalmente o sentenciado PAULO CEZAR BONATO, filho de Helena Antunes Malaquias Bonato e Casperino Bonato, nascido aos 14/02/1986 em Cascavel/PR, atualmente em lugar incerto e não sabido, pelo presente edital INTIMA-O a comparecer à audiência admonitória no dia 29 de outubro de 2021 às 14:20h.

Dado e passado nesta cidade e comarca de Cascavel, Estado do Paraná, aos 22 de setembro de 2021. Eu Renata Cericatto, Técnica Judiciária, que digitei e subscrevi.

PAULO DAMAS

JUIZ DE DIREITO

CASTRO

VARA CRIMINAL

Edital de Intimação

Vara Plenário do Tribunal do Júri de Castro

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 08/2021

O Doutor Leonardo Aleksander Ferraz Sforza, MM. Juiz de Direito da **Vara Plenário do Tribunal do Júri de Castro**;

FAZ SABER, a todos quantos o presente Edital virem ou tomarem conhecimento que, com observância das formalidades legais e mediante termo lavrado em livro próprio, foram SORTEADOS, nesta data, para servirem durante a **05/10/2021-27/10/2021**, cujas sessões encontram-se programadas para os dias **05/10/2021 09:00, 13/10/2021 09:00, 20/10/2021 09:00, 27/10/2021 09:00**, no auditório do Tribunal do Júri, sito à Rua Cel. Jorge Marcondes, S/n - Esq. C/ Raimundo Feijó Gaião - Vila Rio Branco - Castro/PR - CEP: 84.172-020 - Fone: (42) 3232 8500 - E-mail: cast-2vj-s@tjpr.jus.br, os seguintes JURADOS, os quais ficam convocados para as mencionadas sessões, através do presente edital e das notificações a serem efetuadas por Oficiais de Justiça, a saber: **1. JESSICA RUTH CASTANHO; 2. Jaques Sandro Gross Rocha; 3. ANA MARIA LARROCCA ALVES; 4. PAMELA CAROLINY ENDLER RUTHES; 5. LEILA DE LOURDES MILESKI; 6. RENATA MORAES DOS SANTOS; 7. Carla Andreia Danilau; 8. AMBROZIO JOSÉ KMEIC; 9. ELAINE MILEK; 10. ELIANE RENTZ BABI; 11. TANIA APARECIDA RIBAS; 12. CRISTIAN RICARDI SCHMITKE; 13. BEATRIZ RATUCHNY KOSCHT; 14. MARLENE APARECIDA MICHALSKI; 15. LUCIA NARA SILVA CARNEIRO DE LIMA; 16. CLAUDIA REJANE GOLTZ; 17. IRMA APARECIDA ALVES; 18. MYLHENA KIMIESKI DA LUZ; 19. GISELE MARQUES; 20. SOLANGE TEIXEIRA DE FREITAS; 21. BEATRIZ FERNANDES CORREA; 22. JOSIELY RODRIGUES OLIVEIRA SANTOS; 23. JANETE SOARES MACHADO; 24. HENRIQUE JOÃO SCHMIDKE FILHO; 25. THALITA DE SOUZA SANTOS;** . Ainda, visando assegurar o comparecimento do número mínimo de Jurados, o MM. Juiz sorteu, como SUPLENTEs, os Jurados: **1. Rafael Milek Lazarini; 2. ELISANGELA IZABEL COSTA GUERA; 3. EDENISE FATIMA DE MATTOS; 4. ELIANE TEIXEIRA DOS SANTOS; 5. CHARLA APARECIDA DE MOURA RAMOS; 6. MARIO CELSO CORREA DA SILVA; 7. MARIA NOELI CORDEIRO; 8. EUNICE AIRES BATISTA; 9. ADRIANA APARECIDA FERREIRA BUENO; 10. MAY KELEM BRASIL DE FREITAS SANTOS;** . E para que não se possa alegar ignorância, mandou expedir o presente EDITAL, que será afixado no lugar de costume e publicado pela Imprensa Oficial, na forma da lei. Dado e passado nesta cidade e Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, Estado do Paraná, aos 23 de setembro de 2021. Eu JOSNEI DOS SANTOS NOGUEIRA, Técnico Judiciário, lavrei e subscrevo.

Leonardo Aleksander Ferraz Sforza
Juiz de Direito

CATANDUVAS

JUÍZO ÚNICO

Edital de Citação

EDITAL DE CITAÇÃO

PRAZO DE 30 DIAS

O Excelentíssimo Senhor Doutor **WILLIAM GEORGE NICHELE FIGUEROA**, MM. Juiz de Direito da Vara de Família e Sucessões da Comarca de Catanduvas, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, etc...

FAZ SABER, a todos quantos este edital de citação, expedido nos autos de **Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68**, autuado neste Juízo sob o nº **0002053-68.2019.8.16.0065**, em que figura como requerente **L.A.L.C.**, representada por sua genitora **R. R. L.**, e requerido **R.A.C.**, virem e principalmente o requerido **R.A.C.**, atualmente em lugar incerto e não sabido, acerca da fixação dos alimentos provisórios em R\$ 299,40 (duzentos e noventa e nove reais e quarenta centavos) equivalentes a 30% salário mínimo nacional vigente, a serem pagos pelo genitor, mediante depósito em conta, bem como, para que, querendo, ofereça resposta, **no prazo de 15 (quinze) dias**, a contar do término do prazo acima estipulado (art. 335 do CPC), sob pena de nomeação de curador especial e prosseguimento do feito (CPC, 257, IV).

E, para que chegue ao conhecimento de todos os interessados e ninguém possa alegar ignorância expediu-se o presente edital, que será publicado na forma da Lei e afixado no átrio do Fórum, nesta cidade e Comarca. Catanduvas, 23 de setembro de 2021. Eu **____**, Adriane Strzelecki, Supervisora de Secretaria, que o digitei.

OBSERVAÇÃO: Este processo tramita através do sistema computacional PROJUDI, cujo endereço na web é <https://portal.tjpr.jus.br/projudi/>. O acesso ao sistema pelos advogados depende de prévio cadastramento, o qual é obrigatório, devendo comparecer à Sede da Unidade Jurisdicional que já utilize o sistema eletrônico (OAB). Neste mesmo endereço web é possível consultar os autos supracitados, caso não estejam sob "Segredo de Justiça", através do item "Consulta Pública".

(assinado digitalmente)

WILLIAM GEORGE NICHELE FIGUEROA

Juiz de Direito

Edital de Intimação

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA

PRAZO DE 30 DIAS

O Excelentíssimo Senhor Doutor, **WILLIAM GEORGE NICHELE FIGUEROA**, MM. Juiz de Direito da Vara de Família e Sucessões de Catanduvas, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, etc...

FAZ SABER, a todos quantos este edital de intimação, expedido nos autos de **EXECUÇÃO DE ALIMENTOS**, autuado neste Juízo sob o nº **0000428-33.2018.8.16.0065**, em que figuram como exequentes **Ministério Público - Comarca de Catanduvas-PR e Outra**, e executado **G. R.**, virem e principalmente o executado **G. R.**, atualmente em lugar incerto e não sabido, que fica o mesmo **INTIMADO** do inteiro teor da sentença que homologou a desistência com amparo no artigo 775, parágrafo único, do Código de Processo Civil, em 15/06/2020.

E, para que chegue ao conhecimento de todos os interessados e ninguém possa alegar ignorância expediu-se o presente edital, que será publicado na forma da Lei e afixado no átrio do Fórum, nesta cidade e Comarca. Catanduvas, 23 de setembro de 2021. Eu **____**, Adriane Strzelecki, Chefe de Secretaria, que digitei.

OBSERVAÇÃO: Este processo tramita através do sistema computacional PROJUDI, cujo endereço na web é <https://portal.tjpr.jus.br/projudi/>. O acesso ao sistema pelos advogados depende de prévio cadastramento, o qual é obrigatório, devendo comparecer à Sede da Unidade Jurisdicional que já utilize o sistema eletrônico (OAB). Neste mesmo endereço web é possível consultar os autos supracitados, caso não estejam sob "Segredo de Justiça", através do item "Consulta Pública".

(assinado digitalmente)

WILLIAM GEORGE NICHELE FIGUEROA

Juiz de Direito

CHOPINZINHO

VARA CRIMINAL, FAMÍLIA E SUCESSÕES, INFÂNCIA E JUVENTUDE E JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL

Edital de Citação

A Doutora **VIVIAN HEY WESCHER**, MM.^a Juíza de Direito da Vara Criminal de Chopinzinho, Estado do Paraná.

FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem, que não tendo sido possível CITAR e INTIMAR pessoalmente o réu **FELIPE GONÇALVES OTOVICZ (RG: 144137280 SSP/PR e CPF/CNPJ: 100.857.299-30)**, natural de Palmas/PR, nascido aos 28/09/1994, filiação: Nome da Mãe: Silvania Gonçalves Nome do Pai: Sidney Otovicz, atualmente em lugar incerto e não sabido. Pelo presente **CITA-O e INTIMA-O**, dos termos da Denúncia dos presentes autos supra mencionados **PARA RESPONDER À ACUSAÇÃO, POR ESCRITO E ATRAVÉS DE ADVOGADO, ARGUINDO PRELIMINARES E TUDO QUE INTERESSE À DEFESA, ESPECIFICANDO PROVAS A SEREM PRODUZIDAS E ARROLANDO AS TESTEMUNHAS NO PRAZO DE 10 (DEZ) DIAS (artigo 396/396-A do Código de Processo Penal). NA HIPÓTESE DE ESCOAR O PRAZO SEM EXIBIÇÃO DE RESPOSTA, NOMEAR-SE-Á DEFENSOR DATIVO, AO QUAL CABERÁ OFERECER A REFERIDA RESPOSTA EM FAVOR DO(S) DENÚNCIADO(A)CUSADO(S) NO PRAZO DE 10 (DEZ) DIAS (artigo 396-A, § 2º, do Código de Processo Penal).**

Dado e passado nesta cidade e Comarca de Chopinzinho, Estado do Paraná, em 19 de agosto de 2021. Eu, Sergio Rodrigo de Jesus, Técnico de Secretaria o digitei, e conferi.

VIVIAN HEY WESCHER

Juíza de Direito

CORNÉLIO PROCÓPIO

VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES, INFÂNCIA E JUVENTUDE, ACIDENTES DO TRABALHO, REGISTROS PÚBLICOS E CORREGEDORIA DO FORO EXTRAJUDICIAL

Edital de Intimação

EDITAL DE INTIMAÇÃO - 20 dias A Dra. **LUCIANA ANDRETTA MOLIN USAE**, MM.^a Juíza de Direito da 4ª Vara Judicial - Vara de Família e Sucessões e Anexos da Comarca de Cornélio Procópio, Estado do Paraná, na forma da Lei, etc **FAZ SABER** aos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que tramitam por este Juízo e Vara os autos da **AÇÃO DE ALIMENTOS c.c GUARDA** sob nº. 0003560-34.2019.8.16.0075, onde figura como requerente **D.R.C.G.** representada por **R.d.R.M.C** e como requerido **A.J.d.C.G.**, todos devidamente qualificados, restando o requerido **A.J.d.C.G.** atualmente com o paradeiro ignorado Fica o requerido através do presente edital com o prazo de 20 dias devidamente **INTIMADO** para comparecer à audiência de conciliação virtual redesignada para a data de 05/11/2021, às 14:00 horas. É assegurado à parte requerida o direito de examinar o conteúdo da inicial a qualquer tempo. O não comparecimento injustificado da parte requerente ou da requerida à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. As partes devem estar acompanhadas por seus advogados ou defensores públicos. A parte poderá constituir representante, por meio de procuração específica, com poderes para negociar e transigir. Obtida a conciliação, será reduzida a termo e homologada por sentença; caso contrário, ou se qualquer das partes não comparecer à audiência, terá a parte requerida, nos termos do artigo 335, I, do CPC, prazo de 15 (quinze dias) para oferecer defesa, contado da data da audiência, sob pena de revelia, consoante previsão do artigo 344 do CPC, ressalvadas as hipóteses do artigo 345 do mesmo diploma. Caso participe por videoconferência, solicito que nos informe seu e-mail e telefone, através de nosso Whatsapp (43 3401-8304), e-mail desta Vara (cp-4vj-s@tjpr.jus.br) ou advogado constituídos nos autos. Caso não possua condições de participar por videoconferência, informar com antecedência! As audiências virtuais serão realizadas através da plataforma Microsoft Teams, em razão da Resolução nº 337 do Conselho Nacional de Justiça. Orientações: O acesso ao sistema poderá ser feito pelo computador, notebook, tablet ou smartphone; É necessário uma conexão de internet boa e estável e, preferencialmente, estar em um local sem barulho; Caso opte pelo computador, desde que haja webcam e microfone, só é preciso ter instalado o navegador Google Chrome ou o Microsoft Edge, bastando acessar o link da videoconferência e participar como convidado. Não há necessidade de instalar o "Microsoft Teams", mas é possível, caso queira; Caso opte pelo celular, é necessário instalar com antecedência o aplicativo "Microsoft Teams" na loja de aplicativos; Após acessar a audiência, não esquecer de autorizar o acesso à câmera e ao microfone pelo aplicativo; Ao acessar o link enviado, você será direcionado à audiência e será exibido a mensagem "Deixamos as pessoas na reunião sabendo que você está esperando". Você ficará aguardando em um

lobby, que é como uma sala de espera. Os organizadores receberão uma mensagem de que você está ali aguardando e será admitido no momento oportuno. Favor aguardar; Caso seja removido da sala para oitiva da parte contrária, clique na opção "Ingressar novamente" e aguarde ser aceito. Fica a requerida advertida de que lhe será nomeado curador especial (Defensoria Pública) em caso de revelia. Segredo de Justiça. Assistência Judiciária. E para que chegue ao conhecimento do requerido e no futuro não venha alegar ignorância, expediu-se o presente edital, que será afixado no Fórum, no lugar de costume e publicado na forma da Lei. Dado e passado nesta cidade e Comarca de Cornélio Procopio, aos 23/09/2021. Eu, Roseli Sanches Fabres Firmino - Técnica Judiciária, o digitei e subscrevi.

CRUZEIRO DO OESTE

VARA CÍVEL, DA FAZENDA PÚBLICA, ACIDENTES DO TRABALHO, REGISTROS PÚBLICOS E CORREGEDORIA DO FORO EXTRAJUDICIAL

Edital de Citação

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DE CRUZEIRO DO OESTE
VARA DA FAZENDA PÚBLICA DE CRUZEIRO DO OESTE - PROJUDI
Avenida Brasil, 4156 - Praça Agenor Bortolon - Centro - Cruzeiro do Oeste/PR - CEP: 87.400-000 - Fone: 4436768550

Autos nº. 0000726-52.2019.8.16.0077

Processo:
Classe Processual:
Assunto Principal:
Valor da Causa:
Exequente(s):

0000726-52.2019.8.16.0077
Execução Fiscal
Dívida Ativa
R\$854,95

- Município de Tapejara/PR (CPF/CNPJ: 76.247.345/0001-06)
AV. PRES. TANCREDO A. NEVES, 442 - CENTRO - TAPEJARA/PR - CEP: 87.430-000
- JEAN MILLER MESSIAS DA SILVA (RG: 97042136 SSP/PR e CPF/CNPJ: 060.288.259-13)
RUA PARAIBA, 915 - centro - TAPEJARA/PR - CEP: 87.430-000

Executado(s):

EDITAL DE CITAÇÃO

DESTINATÁRIO(A)(S): JEAN MILLER MESSIAS DA SILVA
PRAZO DE 30 (trinta) DIAS

O(A) Juiz(iza) de Direito Christian Reny Gonçalves, da Vara da Fazenda Pública da Comarca de Cruzeiro do Oeste, FAZ SABER a todos quantos o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, que perante este Juízo tramitam os autos de Execução Fiscal sob nº 0000726-52.2019.8.16.0077, o qual tem por objeto a matéria tributária, inscrito(s) em dívida ativa sob nº(s): **533/2019** na data de 18 de janeiro de 2019, no importe de R\$854,95 na data da propositura da ação, em que é exequente Município de Tapejara/PR e executado(a)(s) JEAN MILLER MESSIAS DA SILVA, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) **JEAN MILLER MESSIAS DA SILVA, portadora(s) do CPF nº 060.288.259-13**, motivo pelo qual, se procede por meio deste sua **CITAÇÃO** para, no **prazo de 05 (cinco) dias, efetuar o pagamento do débito**, com os acréscimos legais, além das custas processuais e honorários advocatícios, no total de XXX,XX (valor por extenso) (** CNFJ: Art. 205. A intimação para pagamento ou depósito de certa quantia, preparo de conta ou mera ciência de cálculo ou conta deverá sempre expressar o valor). No mesmo prazo, poderá nomear bens, sob pena de penhora de tantos bens quantos bastem para a garantia do débito, nos termos da Lei de Execuções Fiscais nº 6.830/1980. Havendo revelia (art. 344, CPC) será nomeado curador especial (art. 257, inc. IV, CPC).

Para que chegue ao conhecimento de todos e ninguém no futuro alegue ignorância, é expedido o presente edital, nos termos dos arts. 256 e 257 do Código de Processo Civil, que será publicado.

O prazo de resposta será contado após o decurso de 30 (trinta) dias da publicação do presente Edital (art. 8º, inc. IV, Lei nº 6.830/1980).

Eu, Esthéfani de Souza Nascimento Pereira, Auxiliar Juramentada, digitei e conferi. (Assinado e datado Digitalmente) **Claudio Cesar Safralder**
Escrivão Judicial (Assinatura autorizada pela portaria 003/2021)

OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, com acesso ao endereço eletrônico <https://portal.tjpr.jus.br/projudi>.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ

COMARCA DE CRUZEIRO DO OESTE

VARA DA FAZENDA PÚBLICA DE CRUZEIRO DO OESTE - PROJUDI

Avenida Brasil, 4156 - Praça Agenor Bortolon - Centro - Cruzeiro do Oeste/PR - CEP:

87.400-000 - Fone: 4436768550

Autos nº. 0008889-21.2019.8.16.0077

Processo:
Classe Processual:
Assunto Principal:
Valor da Causa:
Exequente(s):

0008889-21.2019.8.16.0077
Execução Fiscal
Dívida Ativa
R\$1.122,86

- Município de Tapejara/PR (CPF/CNPJ: 76.247.345/0001-06)
AV. PRES. TANCREDO A. NEVES, 442 - CENTRO - TAPEJARA/PR - CEP: 87.430-000
- MARISA FREIRE INOCENCIO CONFECÇÕES (CPF/CNPJ: 09.465.009/0001-42)
RUA 7 DE SETEMBRO, 107 - TAPEJARA/PR - CEP: 87.430-000

Executado(s):

EDITAL DE CITAÇÃO DESTINATÁRIO(A)(S): MARISA FREIRE INOCENCIO CONFECÇÕES **PRAZO DE 30 (trinta) DIAS** O(A) Juiz(iza) de Direito Dr. Christian Reny Gonçalves, da VARA DA FAZENDA PÚBLICA da Comarca de Cruzeiro do Oeste-PR, FAZ SABER a todos quantos o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, que perante este Juízo tramitam os autos de Execução Fiscal sob nº 0008889-21.2019.8.16.0077, o qual tem por objeto matéria tributária, inscrito(s) em dívida ativa sob nº(s): 1018/2019 na data de 31 de outubro de 2019, no importe de R\$1.122,86 na data da propositura da ação, em que é exequente Município de Tapejara/PR e executado(a)(s) MARISA FREIRE INOCENCIO CONFECÇÕES, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) **parte(s) executada(s)** MARISA FREIRE INOCENCIO CONFECÇÕES, **portadora(s) do CPF nº 09.465.009/0001-42** motivo pelo qual, se procede por meio deste sua **CITAÇÃO** para, no **prazo de 05 (cinco) dias, efetuar o pagamento do débito**, com os acréscimos legais, além das custas processuais e honorários advocatícios. (** CNFJ: Art. 205. A intimação para pagamento ou depósito de certa quantia, preparo de conta ou mera ciência de cálculo ou conta deverá sempre expressar o valor). No mesmo prazo, poderá nomear bens, sob pena de penhora de tantos bens quantos bastem para a garantia do débito, nos termos da Lei de Execuções Fiscais nº 6.830/1980. Havendo revelia (art. 344, CPC) será nomeado curador especial (art. 257, inc. IV, CPC).

Para que chegue ao conhecimento de todos e ninguém no futuro alegue ignorância, é expedido o presente edital, nos termos dos arts. 256 e 257 do Código de Processo Civil, que será publicado.

O prazo de resposta será contado após o decurso de 30 (trinta) dias da publicação do presente Edital (art. 8º, inc. IV, Lei nº 6.830/1980).

Eu, Esthéfani de Souza Nascimento Pereira, Auxiliar Juramentada, digitei e conferi. (Assinado e datado Digitalmente) **Claudio Cesar Safralder**
Escrivão Judicial (Assinatura autorizada pela portaria 003/2021)

OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, com acesso ao endereço eletrônico <https://portal.tjpr.jus.br/projudi>.

Edital de Intimação

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ

COMARCA DE CRUZEIRO DO OESTE

VARA DA FAZENDA PÚBLICA DE CRUZEIRO DO OESTE - PROJUDI

Avenida Brasil, 4156 - Praça Agenor Bortolon - Centro - Cruzeiro do Oeste/PR - CEP:

87.400-000 - Fone: 4436768550

Autos nº. 0001005-38.2019.8.16.0077

Processo:
Classe Processual:
Assunto Principal:

0001005-38.2019.8.16.0077
Execução Fiscal
IPTU/ Imposto Predial e Territorial Urbano
R\$3.029,57

Valor da Causa:
Exequente(s):

- Município de Cruzeiro do Oeste/PR
- ESPÓLIO DE MANOEL SALMAZO

Executado(s):

EDITAL DE 1º E 2º LEILÃO E INTIMAÇÃO DE ALIENAÇÃO JUDICIAL Leilão Eletrônico

O(A) EXMO(A) SR(A) DR(A) JUIZ(A) DE DIREITO DA (O) VARA DA FAZENDA PÚBLICA DA COMARCA DE CRUZEIRO DO OESTE-PARANÁ, **DR. CHRISTIAN**

RENY GONÇALVES, nomeando o leiloeiro público **HELICIO KRONBERG**, JUCEPAR 653, faz ciência aos interessados e, principalmente, aos executados/devedores que, nos autos do(s) processo(s) abaixo indicado(s), venderá, em **LEILÃO PÚBLICO**, os bens/lotos adiante discriminados. **LOCAL**: Os leilões previstos neste edital serão exclusivamente eletrônicos, no site www.kronbergleiloes.com.br. **DATA E HORA**: **Primeiro leilão: 15/10/2021 Segundo Leilão: 26/10/2021, ambos as 10:05 (horário de Brasília). VENDA DIRETA**: Na hipótese de algum bem/lote indicado neste edital não ser arrematado em nenhum dos leilões designados, o bem/lote poderá ficar disponível no site do leiloeiro pelo prazo de até 60 (sessenta) dias, prazo em que o leiloeiro receberá ofertas, as quais deverão observar o lance mínimo previsto neste edital, para pagamento do valor à vista. As ofertas serão apresentadas pelo leiloeiro, ao r. juízo competente, para análise. Sobre o valor ofertado será devida taxa de comissão de leilão de **5,00%.** **LANCE INICIAL**: **No primeiro leilão**, o leiloeiro iniciará o ato ofertando os lotes tendo como lance mínimo o valor da avaliação. Caso algum lote não seja arrematado no primeiro leilão, o mesmo será ofertado novamente nos demais leilões, na data acima indicada. **No segundo leilão**, fica o leiloeiro autorizado a ofertar os lotes tendo como lance mínimo o valor equivalente a **65%** do valor da avaliação (art. 891, *Único do CPC*). **LANCE CONSIDERADO VENCEDOR**: Será considerado vencedor o **lance em maior valor.** **CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**: Nos pagamentos mediante guia judicial, deverão ser desconsideradas as datas de vencimento indicadas nas guias, cabendo ao arrematante observar os prazos estabelecidos no presente edital. **CONDIÇÕES DE PAGAMENTO À VISTA**: Nesta modalidade de pagamento, o arrematante, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, contados da data da arrematação em leilão, deverá efetuar, mediante guia judicial, o pagamento do valor integral do valor da arrematação. Na hipótese do arrematante deixar de depositar o valor no prazo fixado, a arrematação restará automaticamente desfeita/resolvida (art. 903, §1º, III do CPC). **ARREMATACÃO COM CRÉDITOS DO PRÓPRIO PROCESSO**: Poderá o exequente arrematar o(s) lote(s) utilizando os créditos do próprio processo, observado o previsto no art. 892, §1º, §2º e §3º do CPC. **PROPOSTAS**: Havendo interesse na apresentação de propostas em valor e/ou condições diversas dos previstos neste edital, as mesmas deverão ser apresentadas, por escrito, para o leiloeiro (no site www.kronbergleiloes.com.br), devendo constar na mesma, ao menos: o nome e qualificação do proponente (e cônjuge, se houver); bem/lote objeto da proposta; o valor da proposta; as condições de pagamento do valor proposto. Sobre o valor da proposta será devida taxa de comissão de leilão de 5,00%, caso a mesma seja homologada. **O recebimento de proposta pelo leiloeiro não suspenderá os leilões**. As propostas recebidas serão apresentadas nos autos, pelo leiloeiro, para análise do r. juízo competente, exceto na hipótese do r. juízo vedar o recebimento de propostas. Na hipótese de homologação da proposta, o leiloeiro, uma vez intimado, emitirá o auto de arrematação e recolherá o preço. Caso o proponente deixe de honrar a proposta homologada, ficará o mesmo obrigado a pagar multa equivalente a 25% do valor da proposta, assim como a pagar a taxa de comissão de leilão de 5,00 sobre o valor da proposta, tudo isso sem prejuízo de outras penalidades previstas em lei e/ou no presente edital. **EXERCÍCIO DO DIREITO DE PREFERÊNCIA**: Nas hipóteses em que houver previsão legal do exercício do direito de preferência, este deverá ser exercido em igualdade de condições com eventuais outros interessados/licitantes, cabendo ao titular do direito acompanhar o leilão e exercer seu direito de preferência, com base no maior lance (e nas mesmas condições de pagamento) recebido pelo leiloeiro durante o leilão ou com base no valor do lance inicial (quando não comparecerem interessados na arrematação do bem), até a assinatura do auto de arrematação ou homologação do leilão pelo r. juízo competente, sob pena de preclusão, devendo, para tanto, recolher o preço e a taxa de comissão do leiloeiro. **MANIFESTAÇÃO DO ARREMATANTE**: Para se manifestar nos autos do processo deverá o arrematante constituir advogado, especialmente na hipótese de desistência prevista no art. 903, § 5º, I, II e III do CPC. **TAXA DE COMISSÃO DE LEILÃO**: Em caso de arrematação, será devida, pelo arrematante, taxa de comissão de 5,00% sobre o valor total da arrematação, taxa esta devida mesmo na hipótese do exequente arrematar com créditos (independente de exibir ou não o preço). Na hipótese de acordo ou remição após o leilão, será devida, pelo devedor, taxa de comissão de 5,00% sobre o valor da arrematação efetuada no leilão já realizado. Em caso de adjudicação, será devida, pelo adjudicante, taxa de comissão de 2% sobre o valor atualizado da avaliação do bem adjudicado. Em caso de remição ou acordo antes do leilão, será devida, pelo devedor ou por quem tal obrigação for imposta no acordo firmado, taxa de comissão de 2% sobre o valor da dívida remida ou sobre o valor do acordo, sendo que na hipótese de tal percentual representar valor inferior a R\$ 1.500,00, deverá este montante ser observado como valor mínimo a ser pago para o leiloeiro. O valor da comissão deverá ser integralmente quitado no prazo de até 03 (três) dias úteis, contados da data da arrematação, adjudicação, remição ou acordo. O valor da comissão não está incluso no valor da arrematação, adjudicação, remição ou acordo, devendo ser destacada e paga para o leiloeiro. A comissão do leiloeiro será integralmente devida mesmo em caso de inadimplência ou desistência/arrepimento do arrematante que acarrete no desfazimento/resolução da arrematação, não sendo a obrigação afastada mesmo na hipótese do bem vir a ser arrematado em leilão que venha a ser posteriormente realizado. Ficam os interessados cientes que na hipótese de desistência da arrematação em razão da oposição de embargos e/ou de qualquer outra medida que vise a nulidade ou desfazimento da arrematação, incluindo as hipóteses previstas no art. 903, §5º do CPC ou, ainda, nas hipóteses em que, mesmo não havendo desistência, a arrematação vier a ser declarada nula ou desfeita, será devida taxa de comissão no percentual de 2% sobre o valor da arrematação, sendo, em tal hipótese, caso já tenha

sido paga a comissão, restituído para o arrematante a diferença (se houver). Assim, ao participar do leilão, o interessado adere a tal condição e reconhece que, mesmo quando há a desistência, nulidade ou desfazimento da arrematação, o percentual de comissão fixado é devido à medida de que o serviço prestado pelo leiloeiro não se resume a realização do leilão, sendo necessário executar diversos outros atos para fazer frente à nomeação, a exemplo da elaboração de minuta do edital, divulgação do leilão, visitação dos bens, dentre outros atos que geram despesas para o leiloeiro. No entanto, caso o desfazimento ou nulidade da arrematação ocorrer por culpa exclusiva do leiloeiro, será devida a restituição da integralidade da taxa de comissão recebida. Na hipótese em que, por qualquer motivo, foi determinada a restituição da taxa de comissão recebida (no todo ou em parte), o valor a ser restituído será corrigido pelo IPCA-E, devendo ser considerado/aplicado mesmo quando for negativo, sendo afastado qualquer outro índice de correção. **DÍVIDAS E ÔNUS**: A arrematação será considerada aquisição originária. Assim, os bens arrematados serão entregues, ao arrematante, livres e desembaraçados de quaisquer ônus e débitos (até a data da expedição da carta de arrematação ou mandado de entrega), inclusive dívidas propter rem. Os ônus e débitos mencionados no presente edital devem ser considerados meramente informativos, prestando-se ao cumprimento do previsto no art. 886 do CPC, não acarretando obrigação do arrematante em suportar os mesmos. Eventuais restrições/limitações ao uso do bem arrematado (a exemplo de restrições construtivas, ambientais, dentre outras) não se confundem com ônus e, por isso, permanecem mesmo após o leilão. Em relação a eventuais créditos tributários, será aplicada a norma prevista no art. 130, *Único do CTN*, cabendo ao credor habilitar seu crédito junto aos autos do processo a que se refere o presente edital. Em relação e eventuais créditos condominiais, será aplicada a norma prevista no art. 908, §1º do CPC, cabendo ao condomínio habilitar seu crédito junto aos autos do processo a que se refere o presente edital. Caberá ao arrematante arcar com todos os custos e tributos eventualmente incidentes sobre a arrematação e transferência do bem, inclusive, mas não somente, ITBI, ICMS, IRPF e/ou IRPJ, taxas de transferência, dentre outros. Na hipótese de arrematação de veículo, ficam os interessados cientes que, para a transferência do veículo para o nome do arrematante, será necessária a desvinculação dos débitos com fato gerador anterior ao leilão, bem como o cancelamento de eventuais ônus e/ou bloqueios que recaiam sobre o veículo, para o que se faz necessário aguardar os trâmites legais, não tendo o Poder Judiciário e/ou leiloeiro qualquer responsabilidade pelas providências e prazos dos órgãos de trânsito e demais órgãos responsáveis, sendo de responsabilidade do arrematante acompanhar os procedimentos. Em caso de adjudicação de bem, serão mantidos todos os ônus e débitos que recaiam sobre o bem adjudicado, exceto na hipótese de decisão judicial em sentido contrário. **TRANSMISSÃO ON LINE**: Os leilões previstos neste edital ocorrerão, nos dias e horários indicados, exclusivamente em ambiente eletrônico (www.kronbergleiloes.com.br). Os leilões poderão, a critério do leiloeiro, ser transmitidos, em tempo real, por intermédio do [site www.kronbergleiloes.com.br](http://www.kronbergleiloes.com.br). Contudo, em razão de problemas técnicos, a transmissão pode não ser possível ou sofrer interrupções totais ou parciais, o que, em nenhuma hipótese, invalidará e/ou postergará o ato. **LANCES PELA INTERNET**: Os interessados em participar do leilão deverão dar lances, exclusivamente pela internet, por intermédio do site www.kronbergleiloes.com.br. Serão aceitos lances a partir da inserção do leilão no site do leiloeiro. Todos os atos realizados via internet ficarão sujeitos ao bom funcionamento do sistema, ficando o Poder Judiciário e/ou leiloeiro, desde já, isentos de qualquer responsabilidade. Os interessados em ofertar lances eletrônicos deverão observar as condições previstas no site do leiloeiro e na legislação em vigor, sendo condição o cadastro prévio no site do leiloeiro. Ao participar do leilão o interessado concorda com todas as condições previstas neste edital. **CONDIÇÕES GERAIS**: O interessado é o único responsável pelas informações e documentos fornecidos por ocasião do cadastro para participar do leilão, respondendo, cível e criminalmente, por eventual informação incorreta que venha a prejudicar o ato. Ao se cadastrar e participar do leilão, o interessado adere integralmente às condições do mesmo, principalmente às condições previstas no presente edital. Os lances ofertados são irrevogáveis, sem direito ao arrependimento. Fica o leiloeiro autorizado a, querendo, ofertar todos ou parte dos lotes de forma agrupada, tendo como lance mínimo a soma do valor dos lotes individuais, permitindo, assim, a arrematação conjunta de lotes por um único arrematante (art. 893 do CPC). Poderá o leiloeiro atualizar o valor da avaliação. As medidas e confrontações dos imóveis e/ou benfeitorias, eventualmente constantes no presente edital, deverão ser consideradas meramente enunciativas, já que extraídas dos registros imobiliários, laudo de avaliação e demais documentos anexados aos autos. Para todos os efeitos, considera-se a venda dos bens imóveis como sendo *ad corpus*, não cabendo qualquer reclamação posterior em relação a medidas, confrontações e/ou demais peculiaridades das áreas/imóveis, cabendo aos interessados vistoriarem os bens/áreas antes de ofertarem lances no leilão, inclusive no que se refere às edificações existentes nos imóveis, se houver. Eventuais informações acerca de ocupação/invasão/desocupação dos imóveis deverão ser levantadas pelos licitantes interessados na arrematação. Na hipótese do imóvel arrematado encontrar-se tombado ou ser considerado como UIP pelo Município, caberá ao arrematante observar a legislação pertinente, principalmente no que se refere a conservação do bem e restrições de uso. É de responsabilidade do arrematante verificar, antes do leilão, eventual restrição ao uso do imóvel, inclusive, mas são somente, restrição construtiva, restrição ambiental, dentre outras, não sendo aceitas reclamações após o leilão. Os bens serão entregues nas condições em que se encontram, inexistindo qualquer espécie de garantia (inclusive de funcionamento). Sendo arrematado veículo, ficam os interessados cientes da possibilidade do mesmo não ter chaves, sendo de responsabilidade do arrematante providenciar e arcar com os custos das mesmas. Em caso de arrematação de bem móvel, inclusive veículo, caberá ao arrematante arcar com todos os custos com a desmontagem, retirada e transporte, do bem arrematado, do local onde o

mesmo se encontra, devendo a retirada ocorrer no prazo máximo de 10 (dez) dias contados da data de expedição da carta de arrematação ou mandado de entrega, sob pena de perdimento do bem em favor do leiloeiro, para pagamento dos custos de armazenamento. **Em se tratando de unidade autônoma de vaga de garagem**, deve ser observado o art. 1331, §1º do Código Civil, cabendo ao interessado consultar as normas previstas na Convenção do Condomínio, não sendo aceitas reclamações após o leilão. Caberá ao arrematante arcar com os custos para a expedição da respectiva Carta de Arrematação ou Mandado de Entrega, cujos valores deverão ser recolhidos diretamente à Vara onde tramitam os autos a que se referem o presente edital. **INFORMAÇÕES:** Com o leiloeiro, pelo telefone (41) 3233-1077 ou pelo site www.kronbergleiloes.com.br. **Visitação do(s) bem(ens) mediante contato prévio com o leiloeiro, sendo possível apenas na hipótese do(s) bem(ens) estar(em) sob a guarda ou posse do leiloeiro. Não será permitida visita sem agendamento prévio. PRAZO PARA IMPUGNAR ESTE EDITAL:** O presente edital pode ser impugnado no prazo de 05 (cinco) dias corridos, contados da publicação do mesmo no site do leiloeiro (www.kronbergleiloes.com.br), sob pena de preclusão. Para que chegue ao conhecimento de todos os interessados e para que ninguém possa alegar ignorância, mandou o(a) Meritíssimo(a) Juiz(a) de Direito que se expedisse o presente edital que deverá ser publicado e afixado na forma da Lei. **Ficam, desde já, intimadas as partes, os coproprietários, os arrendatários rurais, os interessados e, principalmente, os executados art. 889, § único do CPC), credores hipotecários ou credores fiduciários, bem como os respectivos cônjuges, se casados forem:** MUNICÍPIO DE CRUZEIRO DO OESTE/PR, PRICILA BENANTE BORGES DIAS, VALDECIR LUNELLI BONFIN SUTIL, ESPÓLIO DE MANOEL SALMAZO, ROGER LUIZ FUJIHARA.

EXECUÇÃO FISCAL - 0001005-38.2019.8.16.0077 Requerente: MUNICÍPIO DE CRUZEIRO DO OESTE/PR **Requerido:** ESPÓLIO DE MANOEL SALMAZO. **Bem (lote único)** TERRENO COM 700 M², LOCALIZADO NA AVENIDA BRASIL, ALTO DA GLÓRIA, CRUZEIRO DO OESTE/PR. COM AS DEMAIS CARACTERÍSTICAS CONSTANTES NA MATRÍCULA SOB O Nº 11.624 DO CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DE CRUZEIRO DO OESTE. **Recursos Pendentes:** Não Há., **Ônus:** Há débitos de IPTU. **Penhoras/Arresto:** penhora nº 217/1997 VARA DA FAZENDA PÚBLICA DE CRUZEIRO DO OESTE-PR, arresto nº 321/2002 VARA DA FAZENDA PÚBLICA DE CRUZEIRO DO OESTE-PR. **VALOR DA DÍVIDA R\$ 3.670,80** em 18 de dezembro de 2020, **VALOR DE AVALIAÇÃO R\$ 30.000,00** em 20 de novembro de 2020. **Valor do bem em segundo leilão:** R\$ 19.500,00.

Cruzeiro do Oeste, 23 de setembro de 2021.

Claudio Cesar Safrader
Escrivão

DOIS VIZINHOS

VARA CRIMINAL, FAMÍLIA E SUCESSÕES, INFÂNCIA E JUVENTUDE E JUIZADO ESPECIAL CÍVEL, CRIMINAL E DA FAZENDA PÚBLICA

Edital de Intimação

EDITAL DE INTIMAÇÃO DO REQUERIDO **SEDENILSON BRUNO DE OLIVEIRA**

A Doutora Divangela Précoma Moreira Kuligowski, MMª. Juíza da Vara Criminal da Comarca de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, etc.

F A Z S A B E R a todos quantos o presente edital virem, com prazo de 15 (quinze) dias, ou dele conhecimento tiverem, que não tendo sido possível intimar pessoalmente o requerido **SEDENILSON BRUNO DE OLIVEIRA**, nascido aos 07/11/1993, filho de IVETE BERTONCELO e SEDENI DE OLIVEIRA, portador do RG nº 130443150 SSP/PR, atualmente em lugar incerto, pelo presente **INTIMA-Q** acerca as medidas protetivas aplicadas em favor da vítima Maira Tereza Duarte, havendo a proibição de contato com a requerente seus familiares e testemunhas por qualquer meio de comunicação; e proibição de aproximação com a requerente, seus familiares e testemunhas, a uma distância de 200 (duzentos) metros, sendo que o descumprimento poderá ensejar a decretação da prisão preventiva.

E para que ninguém alegue ignorância, expediu-se o presente edital, que será publicado no Diário da Justiça e afixado em lugar de costume no Fórum local.

Dois Vizinhos, 24 de setembro de 2021. Eu, Ana Carolina Kuhn, Estagiária de Direito, o digitei, conferi e subscrevi.

Zenair Tereza Cadore

Chefe de Secretaria

(Autorizada pela Portaria nº 04/2020)

EDITAL DE INTIMAÇÃO DO RÉU **EDINEI AZEVEDO DA SILVA**

A Doutora Divangela Précoma Moreira Kuligowski, MMª. Juíza da Vara Criminal da Comarca de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, etc.

F A Z S A B E R a todos quantos o presente edital virem, com prazo de 05 (cinco) dias, ou dele conhecimento tiverem, que não tendo sido possível intimar pessoalmente o réu **EDINEI AZEVEDO DA SILVA**, nascido aos 07/07/1990, filho de NEUSA AZEVEDO DA SILVA, portador do RG nº 106702179 SSP/PR, atualmente em lugar incerto, pelo presente **INTIMA-O** para que constitua defensor para acompanhar a produção antecipada de provas, e querendo, apresente os quesitos no prazo de 05 (cinco) dias para a colheita do depoimento especial.

E para que ninguém alegue ignorância, expediu-se o presente edital, que será publicado no Diário da Justiça e afixado em lugar de costume no Fórum local.

Dois Vizinhos, 24 de setembro de 2021. Eu, Ana Carolina Kuhn, Estagiária de Direito, o digitei, conferi e subscrevi.

Zenair Tereza Cadore

Chefe de Secretaria

(Autorizada pela Portaria nº 04/2020)

FORO REGIONAL DE FAZENDA RIO GRANDE DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA

VARA CÍVEL E DA FAZENDA PÚBLICA

Edital de Citação

JUIZO DE DIREITO DA VARA CÍVEL DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA

FORO REGIONAL DE FAZENDA RIO GRANDE - ESTADO DO PARANÁ

Rua Inglaterra, n.º 545, bairro Nações, fone 3405-3600, CEP: 83.820-000

EDITAL DE CITAÇÃO DE INTERESSADOS, RÉUS AUSENTES, INCERTOS OU DESCONHECIDOS, DAQUELE EM CUJO NOME PORVENTURA ESTEJA TRANSCRITA A ÁREA USUCAPIENDA, COM O PRAZO DE TRINTA (30) DIAS.

A Doutora Louise Nascimento e Silva - Juíza de Direito da Vara Cível da Comarca de Fazenda Rio Grande, na forma da Lei, etc...

FAZ SABER a todos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo e Cartório se processam os autos de **USUCAPIÃO** registrada sob o n.º 0002900-20.2020.8.16.0038, em que são requerentes: **LUCIMARA SANTOS MATOS**, e requeridos: **JOÃO GREGÓRIO BARBOSA**, tendo por objeto o seguinte IMÓVEL: **LOTE 12 (doze) da QUADRA 65 (sessenta e cinco), DA PLANTA IMACULADA CONCEIÇÃO, BAIRRO IGUAÇU, MUNICÍPIO DE FAZENDA RIO GRANDE-PR; Área de terreno de formato irregular, fazendo testada para a RUA RIO IVAÍ, lado ímpar da referida rua, distante 25,00m da esquina com a RUA RIO PASSAÚNA, com demais medidas, características e confrontações constantes no memorial descritivo em anexo. Ficam pelo presente edital citados, da presente ação os RÉUS EM LUGAR INCERTO E NÃO SABIDO E EVENTUAIS INTERESSADOS OU DESCONHECIDOS, DAQUELE QUE EM CUJO NOME PORVENTURA ESTEJA TRANSCRITA A ÁREA USUCAPIENDA**, com o prazo para contestação de quinze (15) dias, que começam a fluir a partir do término do prazo deste edital devidamente publicado. Advertidos de que se não forem contestados, presumir-se-ão aceitos mesmo como verdadeiros os fatos articulados pelo autor (art. 335 e 344 do Código de Processo Civil). E para que chegue ao conhecimento de todos mandou expedir o presente Edital, que será afixado no lugar de costume, no fórum local e publicado na forma da lei. Fazenda Rio Grande/PR. **E eu, Eliane R. B. Carstens -Escrivã**, o subscrevi. Datado e assinado digitalmente.

Autorizado pelo MM. Juiz de Direito desta Comarca

Portaria 06/2020

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/6448000

JUIZO DE DIREITO DA VARA CÍVEL DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA

FORO REGIONAL DE FAZENDA RIO GRANDE - ESTADO DO PARANÁ

Rua Inglaterra, n.º 545, bairro Nações, fone 3405-3600, CEP: 83.820-000

EDITAL DE CITAÇÃO DE INTERESSADOS, RÉUS AUSENTES, INCERTOS OU DESCONHECIDOS, DAQUELE EM CUJO NOME PORVENTURA ESTEJA TRANSCRITA A ÁREA USUCAPIENDA, COM O PRAZO DE TRINTA (30) DIAS.

A Doutora Louise Nascimento e Silva - Juíza de Direito da Vara Cível da Comarca de Fazenda Rio Grande, na forma da Lei, etc...

FAZ SABER a todos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo e Cartório se processam os autos de **USUCAPIÃO** registrada sob o n.º 0002631-44.2021.8.16.0038, em que são requerentes: **MARILZE TEREZINHA**

BITENCOURT, e requeridos: **MARCOS EDUARDO KNIAZEWSKI, EDUARDO KNIAZEWSKI, HELENA RENI ACORDE KNIAZEWSKI, ADEMIR KNIAZEWSKI, EZEQUIEL KNIAZEWSKI**, tendo por objeto o seguinte IMÓVEL: **Lote urbano nº 09 (nove), da Quadra nº 22 (vinte e dois), do bairro Eucaliptos, de forma retangular, com área de 362,49m², sito no lado ímpar da Rua Uruguai, na Cidade e Comarca de Fazenda Rio Grande/PR**, com demais medidas, características e confrontações constantes no memorial descritivo em anexo. Ficam pelo presente edital citados, da presente ação os **RÉUS EM LUGAR INCERTO E NÃO SABIDO E EVENTUAIS INTERESSADOS OU DESCONHECIDOS, DAQUELE QUE EM CUJO NOME PORVENTURA ESTEJA TRANSCRITA A ÁREA USUCAPIENDA**, com o prazo para contestação de quinze (15) dias, que começam a fluir a partir do término do prazo deste edital devidamente publicado. Advertidos de que se não forem contestados, presumir-se-ão aceitos mesmo como verdadeiros os fatos articulados pelo autor (art. 335 e 344 do Código de Processo Civil). E para que chegue ao conhecimento de todos mandou expedir o presente Edital, que será afixado no lugar de costume, no fórum local e publicado na forma da lei. Fazenda Rio Grande/PR. **E eu, Eliane R. B. Carstens -Escrivã**, o subscrevi. Datado e assinado digitalmente. Autorizado pelo MM. Juiz de Direito desta Comarca
Portaria 06/2020

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/6447992

JUIZO DE DIREITO DA VARA CÍVEL DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA
FORO REGIONAL DE FAZENDA RIO GRANDE - ESTADO DO PARANÁ
Rua Inglaterra, n.º 545, bairro Nações, fone 3405-3600, CEP: 83.820-000
EDITAL DE CITAÇÃO DE INTERESSADOS, RÉUS AUSENTES, INCERTOS OU DESCONHECIDOS, DAQUELE EM CUJO NOME PORVENTURA ESTEJA TRANSCRITA A ÁREA USUCAPIENDA, COM O PRAZO DE TRINTA (30) DIAS.
A Doutora **Bruna Greggio** - Juíza de Direito da Vara Cível da Comarca de Fazenda Rio Grande, na forma da Lei, etc...
FAZ SABER a todos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo e Cartório se processam os autos de **USUCAPIÃO** registrada sob o n.º **0005032-50.2020.8.16.0038**, em que são requerentes: **ANA MARIA DE PAULA OLIVEIRA, EDILSON RUFINO DO NASCIMENTO**, e requeridos: **ROSA NEVES DE OLIVEIRA, INVESTITERRAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA**, tendo por objeto o seguinte IMÓVEL: **lote 14 da quadra 59, da Planta Vila Marli, objeto da matrícula sob o nº 10.420, situado em Fazenda Rio Grande/PR**, com demais medidas, características e confrontações constantes no memorial descritivo em anexo. Ficam pelo presente edital citados, da presente ação os **RÉUS EM LUGAR INCERTO E NÃO SABIDO E EVENTUAIS INTERESSADOS OU DESCONHECIDOS, DAQUELE QUE EM CUJO NOME PORVENTURA ESTEJA TRANSCRITA A ÁREA USUCAPIENDA**, com o prazo para contestação de quinze (15) dias, que começam a fluir a partir do término do prazo deste edital devidamente publicado. Advertidos de que se não forem contestados, presumir-se-ão aceitos mesmo como verdadeiros os fatos articulados pelo autor (art. 335 e 344 do Código de Processo Civil). E para que chegue ao conhecimento de todos mandou expedir o presente Edital, que será afixado no lugar de costume, no fórum local e publicado na forma da lei. Fazenda Rio Grande/PR. **E eu, Eliane R. B. Carstens -Escrivã**, o subscrevi. Datado e assinado digitalmente. Autorizado pelo MM. Juiz de Direito desta Comarca
Portaria 06/2020

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/6447931

JUIZO DE DIREITO DA VARA CÍVEL DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA
FORO REGIONAL DE FAZENDA RIO GRANDE - ESTADO DO PARANÁ
Rua Inglaterra, n.º 545, bairro Nações, fone 3405-3600, CEP: 83.820-000
EDITAL DE CITAÇÃO DE INTERESSADOS, RÉUS AUSENTES, INCERTOS OU DESCONHECIDOS, DAQUELE EM CUJO NOME PORVENTURA ESTEJA TRANSCRITA A ÁREA USUCAPIENDA, COM O PRAZO DE TRINTA (30) DIAS.
A Doutora **Bruna Greggio** - Juíza de Direito da Vara Cível da Comarca de Fazenda Rio Grande, na forma da Lei, etc...
FAZ SABER a todos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo e Cartório se processam os autos de **USUCAPIÃO** registrada sob o n.º **0003052-10.2016.8.16.0038**, em que são requerentes: **ROSA MARIA PEREIRA ALVES**, e requeridos: **ROZI LINDAMIR NICHELE, mmd Incorporações e participações Ltda.**, tendo por objeto o seguinte IMÓVEL: **Lote de terreno sob nº 02 (dois), da Quadra nº 07 (sete) da planta Jardim Santarém I, situado nesta Cidade e Comarca de Fazenda Rio Grande/PR, com área total de 390,00m²**, com demais medidas, características e confrontações constantes na matrícula sob nº 1.070 do Registro de Imóveis de Fazenda Rio Grande - PR em anexo. Ficam pelo presente edital citados, da presente ação os **RÉUS EM LUGAR INCERTO E NÃO SABIDO E EVENTUAIS INTERESSADOS OU DESCONHECIDOS, DAQUELE QUE EM CUJO NOME PORVENTURA ESTEJA TRANSCRITA A ÁREA USUCAPIENDA**, com o prazo para contestação de quinze (15) dias, que começam a fluir a partir do término do prazo deste edital devidamente

publicado. Advertidos de que se não forem contestados, presumir-se-ão aceitos mesmo como verdadeiros os fatos articulados pelo autor (art. 335 e 344 do Código de Processo Civil). E para que chegue ao conhecimento de todos mandou expedir o presente Edital, que será afixado no lugar de costume, no fórum local e publicado na forma da lei. Fazenda Rio Grande/PR. **E eu, Eliane R. B. Carstens -Escrivã**, o subscrevi. Datado e assinado digitalmente. Autorizado pelo MM. Juiz de Direito desta Comarca
Portaria 06/2020

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/6447975

EDITAL DE CITAÇÃO DE INTERESSADOS, RÉUS AUSENTES, INCERTOS OU DESCONHECIDOS, DAQUELE EM CUJO NOME PORVENTURA ESTEJA TRANSCRITA A ÁREA USUCAPIENDA, COM O PRAZO DE TRINTA (30) DIAS.
A Doutora **Louise Nascimento e Silva** - Juíza de Direito da Vara Cível da Comarca de Fazenda Rio Grande, na forma da Lei, etc...
FAZ SABER a todos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo e Cartório se processam os autos de **USUCAPIÃO** registrada sob o n.º **0009265-90.2020.8.16.0038**, em que são requerentes: **LOURDES DURANTE PEGORARO**, e requeridos: **Incerto**, tendo por objeto o seguinte IMÓVEL: **TERRENO RURAL COM ÁREA DE 59.123,00 metros quadrados, distante 1,9 km do km 27 da Rodovia PR-281**, com demais medidas, características e confrontações constantes no memorial descritivo em anexo. Ficam pelo presente edital citados, da presente ação os **RÉUS EM LUGAR INCERTO E NÃO SABIDO E EVENTUAIS INTERESSADOS OU DESCONHECIDOS, DAQUELE QUE EM CUJO NOME PORVENTURA ESTEJA TRANSCRITA A ÁREA USUCAPIENDA**, com o prazo para contestação de quinze (15) dias, que começam a fluir a partir do término do prazo deste edital devidamente publicado. Advertidos de que se não forem contestados, presumir-se-ão aceitos mesmo como verdadeiros os fatos articulados pelo autor (art. 335 e 344 do Código de Processo Civil). E para que chegue ao conhecimento de todos mandou expedir o presente Edital, que será afixado no lugar de costume, no fórum local e publicado na forma da lei. Fazenda Rio Grande/PR. **E eu, Eliane R. B. Carstens -Escrivã**, o subscrevi. Datado e assinado digitalmente. Autorizado pelo MM. Juiz de Direito desta Comarca
Portaria 06/2020

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/6447943

JUIZO DE DIREITO DA VARA CÍVEL DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA
FORO REGIONAL DE FAZENDA RIO GRANDE - ESTADO DO PARANÁ
Rua Inglaterra, n.º 545, bairro Nações, fone 3405-3600, CEP: 83.820-000
EDITAL DE CITAÇÃO DE INTERESSADOS, RÉUS AUSENTES, INCERTOS OU DESCONHECIDOS, DAQUELE EM CUJO NOME PORVENTURA ESTEJA TRANSCRITA A ÁREA USUCAPIENDA, COM O PRAZO DE TRINTA (30) DIAS.
A Doutora **LOUISE NASCIMENTO E SILVA** - Juíza de Direito da Vara Cível da Comarca de Fazenda Rio Grande, na forma da Lei, etc...
FAZ SABER a todos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo e Cartório se processam os autos de **USUCAPIÃO** registrada sob o n.º **0001572-21.2021.8.16.0038**, em que são requerentes: **DORCELI APARECIDA ROSA**, e requeridos: **TAKY EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA, AUSENTES, INCERTOS E DESCONHECIDOS, YBK EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA**, tendo por objeto o seguinte IMÓVEL: **Lote "01", Quadra "11" da Planta Jardim Colonial - Fazenda Rio Grande - Paraná - Matrícula De Origem:17.343- 1ª C.R.I de São José Dos Pinhais - PR; Área:653.27m²(Seiscentos e cinquenta e três metros quadrados, e 27 decímetros quadrados); Perímetro: 102,80 metros Sistema de Referência: UTM SIRGAS 2000, Meridiano Central**
51º, Fuso 22, com demais medidas, características e confrontações constantes no memorial descritivo em anexo. Ficam pelo presente edital citados, da presente ação os **RÉUS EM LUGAR INCERTO E NÃO SABIDO E EVENTUAIS INTERESSADOS OU DESCONHECIDOS, DAQUELE QUE EM CUJO NOME PORVENTURA ESTEJA TRANSCRITA A ÁREA USUCAPIENDA**, com o prazo para contestação de quinze (15) dias, que começam a fluir a partir do término do prazo deste edital devidamente publicado. Advertidos de que se não forem contestados, presumir-se-ão aceitos mesmo como verdadeiros os fatos articulados pelo autor (art. 335 e 344 do Código de Processo Civil). E para que chegue ao conhecimento de todos mandou expedir o presente Edital, que será afixado no lugar de costume, no fórum local e publicado na forma da lei. Fazenda Rio Grande/PR. **E eu, Eliane R. B. Carstens -Escrivã**, o subscrevi. Datado e assinado digitalmente. Autorizado pelo MM. Juiz de Direito desta Comarca
Portaria 06/2020

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/6447889

JUIZO DE DIREITO DA VARA CÍVEL DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA
FORO REGIONAL DE FAZENDA RIO GRANDE - ESTADO DO PARANÁ
 Rua Inglaterra, n.º 545, bairro Nações, fone 3405-3600, CEP: 83.823-900.
EDITAL DE CITAÇÃO DE Antonio Joel Gomes de Campos (RG: 32202853 SSP/PR e CPF/CNPJ: 487.863.739-00), EM LUGAR INCERTO E NÃO SABIDO, COM O PRAZO DE TRINTA (30) DIAS.

A Doutora Louise Nascimento e Silva - Juíza de Direito da Vara Cível, Comarca de Fazenda Rio Grande - Estado do Paraná.

FAZ SABER, a todos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que por este Juízo e Cartório se processam os autos de **BUSCA E APREENSÃO** registrado sob n.º **0004452-59.2016.8.16.0038**, em que é requerente **BANCO HONDA S/A (CPF/CNPJ: 03.634.220/0001-65)** e requerido(a) **Antonio Joel Gomes de Campos (RG: 32202853 SSP/PR e CPF/CNPJ: 487.863.739-00)**, ficando pelo presente edital **CITADO(A)** da presente ação o(a) **SR(ª) Antonio Joel Gomes de Campos (RG: 32202853 SSP/PR e CPF/CNPJ: 487.863.739-00)**, em lugar incerto e não sabido, para que no prazo de cinco (05) dias efetue o pagamento da integralidade da dívida pendente, nos termos do art. 3º, §§ 1º e 2º, ambos do DL nº 911/69, mais custas e honorários. Observado que, seguindo a atual redação do art. 3º, § 2º do Decreto Lei, o cumprimento dessa condição legal ocorrerá com o **pagamento integral do valor apresentado na petição inicial**. Para o caso de pagamento do débito ou purgação da mora, restam fixados os honorários advocatícios da requerente em 10% do saldo devedor; **E/OU, no prazo de 15 (quinze) dias**, apresentar resposta, nos termos dos §§ 2º e 3º do Art. 3º do Decreto Lei nº 911/69. E, para que chegue ao conhecimento de todos os interessados, principalmente o executado, e de que no futuro ninguém possa alegar ignorância, expediu-se o presente edital que será afixado e publicado, na forma da lei. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Fazenda Rio Grande, 23 de setembro de 2021.. **E eu, Eliane R. B. Carstens, Bel. Escrivã, o Subscrevi e assino digitalmente.**

Autorizado pelo MM Juiz de Direito Desta Comarca Portaria 06/2020

Edital de Intimação

JUIZO DE DIREITO DA VARA CÍVEL DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA
FORO REGIONAL DE FAZENDA RIO GRANDE - ESTADO DO PARANÁ
 Rua Inglaterra, n.º 545, bairro Nações, fone 3405-3600, CEP: 83.823-900.
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE LUIS ROGERIO KISCHPROSKI WACHERSKI, EM LUGAR INCERTO E NÃO SABIDO, COM O PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS.

A Doutora Louise Nascimento e Silva - Juíza de Direito da Vara Cível da Comarca de Fazenda Rio Grande, na forma da Lei, etc...

FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem que por este Juízo e Cartório respectivo, se processam aos termos legais, um processo de **CUMPRIMENTO DE SENTENÇA**, registrado sob o n.º **0005691-40.2012.8.16.0038**, em que é requerente **MADEREIRA PALUZZINHO LTDA**, e requerido(a) **PAULO SELUCSINAK, LUIS ROGERIO KISCHPROSKI WACHERSKI**, ficando INTIMADA a parte requerida **LUIS ROGERIO KISCHPROSKI WACHERSKI**, para pagar o débito no valor de **R\$3.042,67 (três mil, quarenta e dois reais e sessenta e sete centavos), no prazo de 15 (quinze) dias**, acrescido de custas, sob pena de multa de 10% (dez por cento) e, também honorários advocatícios de 10% (dez por cento), efetuado o pagamento parcial no prazo previsto no caput, a multa e os honorários previstos incidirão sobre o restante, não sendo efetuado o pagamento, será dado prosseguimento do feito com penhora e avaliação, seguindo os atos de expropriação, conforme previsto no art. 523 CPC. No prazo de 15 (quinze) dias, contados do curso do prazo de pagamento voluntário, poderá a parte Executada oferecer impugnação ao Cumprimento de Sentença, independentemente de penhora ou nova intimação, conforme art. 525 do CPC. E, para que chegue ao conhecimento de todos os interessados, principalmente o executado, e de que no futuro ninguém possa alegar ignorância, expediu-se o presente edital que será afixado e publicado, na forma da lei. Fazenda Rio Grande/PR. **E eu, Eliane R. B. Carstens -Escrivã**, o subscrevi. Datado e assinado digitalmente.

Autorizado pelo MM. Juiz de direito desta Comarca

Portaria 06/2020

JUIZO DE DIREITO DA VARA CÍVEL DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA
FORO REGIONAL DE FAZENDA RIO GRANDE - ESTADO DO PARANÁ
 Rua Inglaterra, n.º 545, bairro Nações, fone 3405-3600, CEP: 83.823-900.
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE BENEDITO ALONSO ALVES E ROSINEIDE SANTOS ALVES, EM LUGAR INCERTO E NÃO SABIDO, COM O PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS.

A Doutora Louise Nascimento e Silva - Juíza de Direito da Vara Cível da Comarca de Fazenda Rio Grande, na forma da Lei, etc...

FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem que por este Juízo e Cartório respectivo, se processam aos termos legais, um processo de **CUMPRIMENTO DE SENTENÇA**, registrado sob o n.º **0004953-42.2018.8.16.0038**, em que é requerente **Sidronio Firmino Barreto, ISAIAS RAMOS BARRETO**, e requerido(a) **ROSINEIDE SANTOS ALVES, BENEDITO**

ALONSO ALVES, ficando INTIMADA a parte requerida **BENEDITO ALONSO ALVES E ROSINEIDE SANTOS ALVES**, para pagar o débito no valor de **R \$22.396,00 (vinte e dois mil, trezentos e noventa e seis reais), no prazo de 15 (quinze) dias**, acrescido de custas, sob pena de multa de 10% (dez por cento) e, também honorários advocatícios de 10% (dez por cento), efetuado o pagamento parcial no prazo previsto no caput, a multa e os honorários previstos incidirão sobre o restante, não sendo efetuado o pagamento, será dado prosseguimento do feito com penhora e avaliação, seguindo os atos de expropriação, conforme previsto no art. 523 CPC. No prazo de 15 (quinze) dias, contados do curso do prazo de pagamento voluntário, poderá a parte Executada oferecer impugnação ao Cumprimento de Sentença, independentemente de penhora ou nova intimação, conforme art. 525 do CPC. E, para que chegue ao conhecimento de todos os interessados, principalmente o executado, e de que no futuro ninguém possa alegar ignorância, expediu-se o presente edital que será afixado e publicado, na forma da lei. Fazenda Rio Grande/PR. **E eu, Eliane R. B. Carstens -Escrivã**, o subscrevi. Datado e assinado digitalmente.

Autorizado pelo MM. Juiz de direito desta Comarca

Portaria 06/2020

JUIZO DE DIREITO DA VARA CÍVEL DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA
FORO REGIONAL DE FAZENDA RIO GRANDE - ESTADO DO PARANÁ
 Rua Inglaterra, n.º 545, bairro Nações, fone 3405-3600, CEP: 83.823-900.
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE INDUSTRIA METALURGICA VALTEC LTDA CPF/ CNPJ: 14.757.224/0001-57 - EPP, JOAO BOSCO FERREIRA DA SILVA CPF/ CNPJ: 026.547.758-10, EM LUGAR INCERTO E NÃO SABIDO, COM O PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS.

A Doutora Louise Nascimento e Silva - Juíza de Direito da Vara Cível da Comarca de Fazenda Rio Grande, na forma da Lei, etc...

FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem que por este Juízo e Cartório respectivo, se processam aos termos legais, um processo de **CUMPRIMENTO DE SENTENÇA**, registrado sob o n.º **0002230-89.2014.8.16.0038**, em que é requerente **IREOLVE COMPANHIA SECURITIZADORA DE CREDITOS FINANCEIROS S.A.**, e requerido(a) **INDUSTRIA METALURGICA VALTEC LTDA - EPP, JOAO BOSCO FERREIRA DA SILVA**, ficando INTIMADA a parte requerida **INDUSTRIA METALURGICA VALTEC LTDA - EPP, JOAO BOSCO FERREIRA DA SILVA**, para pagar o débito no valor de **R \$64.246,57 (sessenta e quatro mil, duzentos e quarenta e seis reais e cinquenta e sete centavos), no prazo de 15 (quinze) dias**, acrescido de custas, sob pena de multa de 10% (dez por cento) e, também honorários advocatícios de 10% (dez por cento), efetuado o pagamento parcial no prazo previsto no caput, a multa e os honorários previstos incidirão sobre o restante, não sendo efetuado o pagamento, será dado prosseguimento do feito com penhora e avaliação, seguindo os atos de expropriação, conforme previsto no art. 523 CPC. No prazo de 15 (quinze) dias, contados do curso do prazo de pagamento voluntário, poderá a parte Executada oferecer impugnação ao Cumprimento de Sentença, independentemente de penhora ou nova intimação, conforme art. 525 do CPC. E, para que chegue ao conhecimento de todos os interessados, principalmente o executado, e de que no futuro ninguém possa alegar ignorância, expediu-se o presente edital que será afixado e publicado, na forma da lei. Fazenda Rio Grande/PR. **E eu, Eliane R. B. Carstens -Escrivã**, o subscrevi. Datado e assinado digitalmente.

Autorizado pelo MM. Juiz de direito desta Comarca

Portaria 06/2020

Edital Geral

JUIZO DE DIREITO DA VARA CÍVEL DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA
FORO REGIONAL DE FAZENDA RIO GRANDE - ESTADO DO PARANÁ
 Rua Inglaterra, n.º 545, bairro Nações, fone 3405-3600, CEP: 83.820-000
EDITAL DE PUBLICAÇÃO DE SENTENÇA DECLARATÓRIA DE INTERDIÇÃO DE ZULMIRA DELGADO (RG: 83548860 SSP/PR e CPF/CNPJ: 010.232.109-40) residente no(a) Rua Benin, 371 - Nações 1 Santarém - FAZENDA RIO GRANDE/PR - CEP: 83.823-253; Nome da Mãe: IDALINA DE JESUS Nome do Pai: JOSE DELGADO; COM O PRAZO DE TRINTA (30) DIAS. A Doutora Bruna Greggio - Juíza de Direito da Vara Cível da Comarca de Fazenda Rio Grande, na forma da Lei, etc...

FAZ SABER a todos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo foi DECRETADA A INTERDIÇÃO DE: **ZULMIRA DELGADO**, no processo de **TUTELA E CURATELA** registrado sob n.º **0001576-63.2018.8.16.0038**, em que é requerente **Neucinda Aparecida da Silva Nunes**, e requerido **ZULMIRA DELGADO**, em estado de deficiência e declarando-a relativamente incapaz de exercer pessoalmente os atos da vida civil, sendo-lhe nomeado **CURADOR(A)** o(a) **Sr(a). Neucinda Aparecida da Silva Nunes (RG: 90514067 SSP/PR e CPF/ CNPJ: 039.341.249-09), residente no(a) Rua Benin, 371 - Nações - FAZENDA RIO GRANDE/PR - CEP: 83.823-253 Telefone(s): 41) 984095076; A Curatela é por tempo indeterminado e tem a finalidade de reger o(a) interditando(a) em todos os atos de sua vida civil. Assim é expedido o presente edital na forma do art. 755, § 3º**

do CPC para conhecimento de todos e para que não se alegue eventual nulidade. E para que chegue ao conhecimento de todos mandou expedir o presente Edital, que será afixado no lugar de costume, no fórum local e publicado na forma da lei. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Fazenda Rio Grande/PR. E eu, **Eliane R. B. Carstens, Bel. Escrivã**, que o digitei. Datado e assinado digitalmente Autorizado pelo MM. Juiz de Direito desta Comarca
Portaria 06/2020

VARA CRIMINAL

Edital de Intimação

EDITAL DE INTIMAÇÃO

Réu: LEOMAR MILIANO CARDOSO

Autos: Processo-Crime nº 0001132-06.2013.8.16.0038

O Exmo. Sr. Dr. **PETERSON CANTERGANI SANTOS**, MM. Juiz de Direito da Vara Criminal da Comarca de **FAZENDA RIO GRANDE/PR**, na forma da Lei,

FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele tiverem conhecimento que, por meio deste, **INTIMA** o réu **LEOMAR MILIANO CARDOSO**, brasileiro, nascido em 03/09/1991, RG 12.450.856-8 SSP/PR, CPF nº 091.574.189-00, filho de Clarice Gonçalves Cardoso e Alceu Cardoso, com endereço desconhecido acerca da **SENTENÇA ABSOLUTÓRIA** proferida na data de 22/09/2021, nos termos: "**JULGO IMPROCEDENTE a pretensão punitiva estatal, a fim de ABSOLVER o acusado LEOMAR MILIANO CARDOSO, qualificado no preâmbulo desta, da prática do crime previsto no artigo 180, caput, do Código Penal, o que faço com fundamento no artigo 386, inciso VII, do Código de Processo Penal**". Ainda, alertando-o do prazo de 5 (cinco) dias, caso queira recorrer. E, para que chegue ao conhecimento de todos os interessados, expediu-se o presente edital, que será publicado na forma da Lei e terá cópia afixada no local de costume, para que ninguém alegue ignorância futura. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Fazenda Rio Grande, Estado do Paraná, aos 23 dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e um. Eu, _____, (Vinicius Barbosa Franco) Técnico Judiciário, o escrevi e subscrevi.

Vinicius Barbosa Franco

Técnico Judiciário (Port. nº 05/2011)

FOZ DO IGUAÇU

1ª VARA CÍVEL

Edital de Intimação

Autos nº. 0005275-57.2016.8.16.0030 PROCESSO PROJUDI sob n.º 0005275-57.2016.8.16.0030 - Monitória - Cumprimento de sentença, em que: COOPERATIVA DE CREDITO, POUPANCA E INVESTIMENTO VANGUARDA DA REGIAO DAS CATARATAS DO IGUAÇU E VALE DO PARAIBA - SICREDI VANGUARDA PR/SP/RJ., move em face de: ELIZEU SEIFERT DA SILVA. INTIMAÇÃO do Executado: ELIZEU SEIFERT DA SILVA, inscrito no CNPJ sob o nº 17.981.743/0001-92, atualmente em lugar incerto e não sabido, para que, no prazo de quinze (15) dias, providencie o pagamento do débito reclamado, no valor de R\$ 419.598,36 (quatrocentos e dezenove mil, quinhentos e noventa e oito reais e trinta e seis centavos), conforme petição com cálculo atualizado evento 280, sob pena de expedição de mandado de penhora e aplicação de multa do artigo 523, § 1º do CPC., tudo nos termos e de acordo com o r. sentença proferida no evento 262.1 abaixo transcrito. SENTENÇA PROFERIDA NO EVENTO 262.1 (parte dispositiva): "D E C I S Ã O ... 3) Dispositivo. Pelas razões expostas, com fundamento no art. 487, I do CPC, julgo procedentes os pedidos iniciais e, por via de consequência, rejeito os embargos monitorios apresentados e, com fulcro no artigo 702, §§ 8º e 11º, do Código de Processo Civil, constituo de pleno direito o mandado inicial em mandado executivo. Convertido o mandado inicial em mandado executivo (CPC, 701, §2º), prossiga-se na forma prevista em lei (Título II do Livro I da Parte Especial, do Código de Processo Civil). Condene a parte requerida ao pagamento de honorários advocatícios em favor do procurador da parte autora, os quais arbitro em 10% sobre o valor atualizado do débito, observados os termos do art. 85, § 2º, do CPC A teor do disposto no art. 22, §§ 1º e 2º, da Lei nº 8.906, de 04 de julho de 1994, condene o Estado do Paraná ao pagamento dos honorários advocatícios da curadora especial nomeada, Dr. Danielli Diana Alves, os quais fixo, de acordo com o previsto na Resolução 015/2019 - PGE/SEFA, em R\$ 300,00 (trezentos reais) - contestação por negativa geral - pela manifestação apresentada no evento 248. Expeça-se a respectiva certidão de honorários. 4) Retifique-se a autuação para "cumprimento de sentença". 4.1) Intime-se a parte exequente para que, no prazo de 05 (cinco) dias, junte aos autos a planilha atualizada do débito exequendo. 5) Fixo honorários

advocatícios em 10% sobre o valor do débito e, no caso de ser parcialmente pago, sobre o remanescente. 6) Haja vista que a parte sucumbente foi citada por edital e é revel, determine sua intimação também por edital (art. 513, IV, CPC), para que, no prazo de 15 (quinze) dias, efetue o pagamento da quantia a que foi condenada, sob pena de multa de 10%, nos termos do §1º do art. 523 do CPC, ficando ao seu encargo o cálculo do valor da condenação. 6.1) Após a expedição do edital, nos termos do inciso II, do artigo 257, do CPC, deverá ser certificado nos autos a publicação do edital no Diário Oficial e, oportunamente, o decurso do prazo para pagamento voluntário da obrigação. Sublinho que, efetuado o pagamento parcial no prazo referido, a multa de 10% (dez por cento) incidirá sobre o restante (art. 523, §2º, do CPC). Advirta-se, ainda, a parte sucumbente de que o pagamento do débito dentro de tal prazo evitará também a incidência dos honorários advocatícios e custas processuais relativos à fase de execução. 7) Fixo honorários advocatícios em 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação, em caso de não pagamento espontâneo e integral. 8) Caso não haja pagamento espontâneo, inicia-se automaticamente o prazo de 15 (quinze) dias para que o executado apresente impugnação (art. 525 do CPC). 9) Não havendo impugnação, considerando a condição do réu, intime-se a curadora já nomeada nestes autos para apresentar a competente impugnação no prazo de 15 (quinze) dias. 9.1) Depois de ofertada a impugnação, intime-se a parte exequente para, em 15 (quinze) dias, sobre ela se manifestar. Após, torne. 10) Não havendo impugnação, defiro desde logo o pedido de penhora via SISBAJUD. Ao Sr. Escrivão para elaborar a minuta de bloqueio, bem como empreender diligências para o devido protocolo. 10.1) Decorridos 10 (dez) dias, deverá o escrivão consultar o sistema SISBAJUD para verificação da efetivação ou não do bloqueio dos ativos financeiros. 10.2.) Em caso de bloqueio de valores em excesso, fica determinado, desde já, que a Secretaria efetue o desbloqueio imediato, permanecendo constrito apenas o montante correspondente ao débito exequendo (art. 854, §1º, do CPC). 10.3) Restando frutífero o bloqueio, intime-se o(s) devedor(es) acerca da constrição e do prazo de 05 (cinco) dias para prévia manifestação, conforme art. 854, §§2º e 3º, do CPC. 10.4) Havendo manifestação do devedor na forma do item 5.3, abra-se vista à parte credora para se pronunciar em igual prazo, vindo, então, conclusos para decisão. 10.5) Caso transcorra em branco o prazo a que alude o item 5.3, fica automaticamente convertida a indisponibilidade em penhora, devendo, pois, ser promovida a transferência do valor para conta vinculada ao Juízo (art. 854, §5º, do CPC), sendo de tudo lavrada certidão e, então, intimado o credor para requerer o que entender de direito em 05 (cinco) dias, inclusive sobre o andamento do feito, sendo que o silêncio poderá ser interpretado como indicativo de que sua pretensão restou satisfeita e conduzir à extinção do processo. 11) Não havendo valores bloqueados, determine a realização de pesquisa via RENAJUD. Em sendo encontrados veículos de propriedade do executado, inclua-se restrição de transferência. 11.1) Após, intime-se o exequente para indicar qual(is) veículo(s) pretende ver penhorado(s), indicando sua(s) localização(ões). 11.2) Apresentado(s) o(s) endereço(s), expeça-se mandado de penhora e avaliação do(s) veículo(s) constrito(s), bem como de intimação da parte executada para, querendo, impugnar o ato no prazo de 15 (quinze) dias. 11.3) Lavre-se, ainda, além do auto de penhora, o competente auto de depósito em favor daquele que a parte exequente indicar, ou ao depositário judicial, sendo que, neste caso, as custas serão de responsabilidade da parte exequente (art. 840, II e §1º, CPC). No caso de anuência da parte exequente ou no caso de difícil remoção, à parte executada será imposto o encargo (art. 840, §2º, CPC). Em sendo constatada a alienação fiduciária do bem, oficie-se à respectiva instituição financeira, informando-lhe que os direitos do executado sobre o veículo encontram-se penhorados, e para que se abstenha da entrega de carta de anuência/quitação. E em caso de quitação, informe imediatamente este Juízo. Requisite-se também da instituição financeira informações acerca da situação do contrato de financiamento realizado com o executado, informando a quantidade de parcelas e os valores destas, bem como o número de parcelas que restam a serem pagas, remetendo a este Juízo extrato detalhado. 11.4) No caso de a parte executada não ter sido encontrada para intimação pessoal, observe-se o disposto no artigo 841 do CPC. 11.5) Promovidas a penhora e a avaliação, e não oferecida impugnação no prazo estabelecido, certifique-se o decurso e intime-se a parte exequente a dizer, em 10 (dez) dias, por qual meio pretende a expropriação. 11.6) Se ofertada impugnação, manifeste-se, em 15 (quinze) dias, a parte exequente. Após, torne para decisão. 12) Em sendo infrutíferas todas as diligências anteriormente determinadas, entendendo pertinente a adoção de medida mais drástica. Como é cediço, "os direitos humanos fundamentais não podem ser utilizados como um verdadeiro escudo protetivo para a prática de atividades ilícitas, nem tampouco para o afastamento ou diminuição da responsabilidade civil ou penal por atos criminosos, sob pena de total consagração ao desrespeito a um verdadeiro estado de Direito" (MORAES, Alexandre de. Constituição do Brasil Interpretada e legislação constitucional, 3a ed., São Paulo : Atlas, 2003, p. 169). Daí se extrai a inafastável conclusão de que nenhum direito ou garantia constitucional - que, como os demais elementos dos direitos fundamentais, correspondem aos direitos humanos positivados em determinada constituição, segundo a doutrina humanista - é absoluto. Com base nesta premissa, admite-se o afastamento episódico do sigilo fiscal por meio de consulta ao sistema INFOJUD. A propósito: AGRAVO DE INSTRUMENTO. INFOJUD. SIGILO. MANUTENÇÃO DOS DOCUMENTOS EM SECRETARIA. ADEQUAÇÃO. COMPATIBILIDADE COM O ORDENAMENTO JURÍDICO PÁTRIO. 1. O INFOJUD (Sistema de Informações ao Judiciário) consubstancia ferramenta que permite a comunicação eletrônica entre o judiciário e a Receita Federal - sistema que substitui o procedimento anterior de fornecimento de informações cadastrais e de cópias de declarações mediante o recebimento prévio de ofícios. Ambas as medidas atendem de forma satisfatória os ditames legais que informam o processo executivo para a satisfação da dívida. 2. A decisão judicial que determina que documentos relativos ao executado sejam mantidos em Secretaria, para consulta exclusivamente às partes, ao invés de serem juntados aos autos da execução, está em consonância com o ordenamento jurídico.

3. Tal medida compatibiliza o direito constitucional ao sigilo fiscal com o direito do exequente de ter vista da documentação. 4. Agravo de instrumento improvido. (TRF4, AG 0003399-05.2011.404.0000, Terceira Turma, Relator Fernando Quadros da Silva, D.E. 21/05/2012) Ademais, compartilho do atual entendimento do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, no sentido de que a realização de buscas no sistema INFOJUD prescinde do prévio esgotamento de outras diligências para a localização de bens da parte executada. Nesse sentido: AGRAVO DE INSTRUMENTO - EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL - DECISÃO QUE INDEFERE PEDIDO DE CONSULTA AO SISTEMA INFOJUD - INCONFORMISMO DO BANCO EXEQUENTE - DESNECESSIDADE DE ESGOTAMENTO PRÉVIO DAS DILIGÊNCIAS PARA LOCALIZAR BENS PASSÍVEIS DE PENHORA - ENTENDIMENTO ADOTADO PELO STJ NO JULGAMENTO DO RESP. Nº 1.112.943/MA - RECURSO REPETITIVO - ENTENDIMENTO QUE SE ESTENDE AOS SISTEMAS RENAJUD E INFOJUD - RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. Agravo de Instrumento nº 1.734.931-0 (TJPR - 16ª C.Cível - AI - 1734931-0 - Foz do Iguaçu - Rel.: Marco Antônio Massaneiro - Unânime - J. 31.01.2018) Dito isto, fica desde já determinada a realização de consulta ao sistema INFOJUD, restrita aos 03 (três) últimos exercícios fiscais. A busca compreenderá tanto a declaração de imposto de renda (DIRPF) quanto eventual declaração de operações imobiliárias (DOI). 12.1) O art. 385 do Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça determina o arquivamento das declarações em pasta da Secretaria: As informações financeiras e fiscais serão inseridas no processo eletrônico observando-se a preservação do sigilo necessário. A Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça decidiu em sede de Recurso Repetitivo (art. 543-C do Código de Processo Civil) que as informações sigilosas das partes devem ser juntadas aos autos do processo, que a partir de então correrão em segredo de justiça, não sendo admitido o arquivamento em apartado no interior da Serventia: PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. RECURSO REPRESENTATIVO DA CONTROVÉRSIA. ART. 543-C, DO CPC. AUSÊNCIA DE VIOLAÇÃO AO ART. 535, CPC. EXECUÇÃO FISCAL. RESPOSTA A REQUISIÇÃO DE INFORMAÇÃO DE CARÁTER SIGILOSO. DISCUSSÃO A RESPEITO DA NECESSIDADE DE ARQUIVAMENTO EM "PASTA PRÓPRIA" FORA DOS AUTOS OU DECRETAÇÃO DE SEGREDO DE JUSTIÇA. ART. 155, I, DO CPC. 1. Preliminarmente, quanto à ponderação de desafetação do recurso feita pela FAZENDA NACIONAL observo que pouco importa ao julgamento do feito a caracterização das informações como sujeitas ao sigilo fiscal (declaração de rendimentos e bens do executado) ou ao sigilo bancário (informações sigilosas prestadas via BACENJUD), pois o que se examina verdadeiramente é a correta ou incorreta aplicação do art. 155, I, do CPC, que não discrimina o tipo de sigilo que pretende tutelar. O objeto do recurso especial é a violação ao direito objetivo, à letra da lei, e não a questão de fato. Em verdade, sob o manto do sigilo fiscal podem estar albergadas informações a respeito da situação financeira da pessoa (inclusive informações bancárias) e sob o manto do sigilo bancário podem estar albergadas informações também contidas na declaração de bens. Basta ver que as informações requisitadas pela Secretaria da Receita Federal junto às instituições financeiras deixam de estar protegidas pelo sigilo bancário (arts. 5º e 6º da LC n. 105/2001) e passam à proteção do sigilo fiscal (art. 198, do CTN). Sendo assim, o fato é que a mesma informação pode ser protegida por um ou outro sigilo, conforme o órgão ou entidade que a manuseia. 2. Não viola o art. 535, do CPC, o acórdão que decide de forma suficientemente fundamentada, não estando obrigada a Corte de Origem a emitir juízo de valor expresso a respeito de todas as teses e dispositivos legais invocados pelas partes. 3. Não há no código de processo civil nenhuma previsão para que se crie "pasta própria" fora dos autos da execução fiscal para o arquivamento de documentos submetidos a sigilo. Antes, nos casos em que o interesse público justificar, cabe ao magistrado limitar às partes o acesso aos autos passando o feito a tramitar em segredo de justiça, na forma do art. 155, I, do CPC. 4. As informações sigilosas das partes devem ser juntadas aos autos do processo que correrá em segredo de justiça, não sendo admitido o arquivamento em apartado. Precedentes: AgRg na Apn 573 / MS, Corte Especial, Rel. Min. Nancy Andrighi, julgado em 29.06.2010; Resp. n. 1.245.744 / SP, Segunda Turma, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, julgado em 28.06.2011; Resp 819455 / RS, Primeira Turma, Rel. Min. Teori Albino Zavascki, julgado em 17.02.2009. 5. Recurso especial parcialmente provido. Acórdão submetido ao regime do art. 543-C, do CPC, e da Resolução STJ n. 8/2008. (Resp 1349363/SP, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 22/05/2013, DJe 31/05/2013) Nada obstante, considerando que o sistema PROJUDI admite a aposição de segredo de justiça a eventos específicos, mantendo os demais movimentos em nível de sigilo mínimo, e mesmo por conta do direito sobre que versam estes autos, entendo que o segredo de justiça deve ficar restrito ao evento no qual for juntada a declaração, sendo despendida a declaração do sigilo de todo o processo. Desta forma, acostada a documentação ao feito, fica decretado o segredo de justiça no evento específico em que for(em) juntada(s) a(s) declaração(ões). Anote-se. 13) Caso haja informação de que a parte executada é proprietária de bem(ns) imóvel(is), e a parte exequente pretenda vê-lo(s) expropriado(s), fica desde já ciente de que deverá trazer aos autos a(s) respectiva(s) matrícula(s) devidamente atualizada(s) no prazo de 05 (cinco) dias. 13.1) Sobrejuntada a(s) matrícula(s), promova-se a conclusão dos autos. 14) Superadas as tentativas anteriores, expeça-se mandado de penhora e avaliação (art. 523, §3º, do CPC), ficando ciente a parte devedora de que deverá indicar quais são e onde estão os bens sujeitos à penhora e os respectivos valores, bem como exibir prova de sua propriedade e, se for o caso, certidão negativa de ônus, sob pena de sua conduta ser considerada atentatória à dignidade da justiça e implicar a incidência de multa de até 20% (vinte por cento) do valor atualizado do débito, sem prejuízo de outras sanções de natureza processual ou material (art. 774, V e parágrafo único, do CPC). 15) Frustradas todas as vias até aqui elencadas, intime-se a parte exequente para, no prazo de 5(cinco) dias, requerer o que entender de direito, sob pena de os autos serem levados ao arquivo, o que, aliás desde já determino em caso de silêncio.

15.1) Decorrido o prazo acima assinalado sem manifestação, aplico, por analogia, o disposto no artigo 921, III, do CPC, para o fim de suspender a prescrição pelo prazo de 01 (um) ano, na forma do §1º do mesmo artigo. 15.2) Não havendo manifestação após o transcurso do prazo da suspensão a que alude o item 10.1, arquivem-se os autos (§2º), ocasião em que começará a correr o prazo de prescrição intercorrente (§4º). 15.3) Se não houver pronunciamento das partes após o decurso do prazo de 05 (cinco) anos, contado a partir da data do arquivamento (item 10.2, supra), intemem-se as partes para manifestação, no prazo de 15 (quinze) dias, sobre eventual ocorrência de prescrição (CPC, art. 921, §5º). 15.4) Caso haja manifestação de qualquer das partes durante os períodos de suspensão/arquivamento, venham conclusos, exceto na hipótese de pedido de nova suspensão. Intimações e diligências necessárias. Foz do Iguaçu, datado 17/06/2021 e assinado eletronicamente. (a) Alessandro Motter Juiz de Direito Substituto".- Foz do Iguaçu/PR, em 08 de setembro de 2021.- Eu, _____, MAURO IGNÁCIO GODOY, AUX. JURAMENTADO, o digitei e subscrevi. ALESSANDRO MOTTER JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO

3ª VARA CRIMINAL

Edital de Citação

Edital de Citação e Intimação - Prazo 15 (quinze) dias

Processo:	0016178-54.2016.8.16.0030
Classe Processual:	Ação Penal de Competência do Júri
Assunto Principal:	Homicídio Simples
Data da Infração:	21/03/2016
Autor(s):	<ul style="list-style-type: none"> Ministério Público do Estado do Paraná CLAUDINEI FERREIRA DA SILVA GILBERTO RAIMUNDO DE MEIRA JEFERSON LEANDRO DOS SANTOS RAMOS
Vítima(s):	
Réu(s):	

O Excelentíssimo Doutor Gustavo Germano Francisco Arguello, Juiz de Direito da 3ª Vara Criminal de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná, na forma da lei, FAZ SABER, a todos quantos o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem, que não tendo sido possível citar pessoalmente o Denunciado citado e qualificado inicialmente, atualmente em lugar incerto e não sabido, pelo presente intima-o e chama-o para comparecer perante este Juízo da 3ª Vara Criminal de Foz do Iguaçu, PR, sito à Av. Pedro Basso, nº 1.001, Jardim Polo Centro, para que no prazo de 10 (dez) dias ofereça defesa por escrito, nos termos dos artigos 396 e 396-A do CPP, ocasião em que poderá arguir preliminares e alegar tudo que interesse a sua defesa, oferecer documentos e justificações, especificar as provas pretendidas e arrolar testemunhas, até o máximo de 08 (oito), qualificando-as e requerendo sua intimação, quando necessário E, para que chegue ao conhecimento da(o)s mesma(o)s e ninguém possa alegar ignorância, expediu-se o presente edital, com o prazo já mencionado e afixado no Edifício do Fórum local, no lugar de costume.

Réu: JEFERSON LEANDRO DOS SANTOS RAMOS (RG: 129588489 SSP/PR e CPF/CNPJ: 013.249.959-20); Nome da Mãe: NEUZA ORTIZ DOS SANTOS Nome do Pai: ADÃO RAMOS; nascido aos 12/08/1998 na cidade de SANTA TEREZINHA DE ITAIPU/PR, atualmente em local incerto e não sabido.

Imputação: art.121, caput, combinado com o art. 14, inciso II, ambos do Código Penal ;

Descrição do Fato: No dia 21 de março de 2016, por volta das 4h (terça-feira), na Avenida Mário Filho, em via pública, Bairro Morumbi, nesta cidade de Foz do Iguaçu/PR, os denunciados GILBERTO RAIMUNDO DE MEIRA e JEFERSON LEANDRO DOS SANTOS RAMOS, agindo dolosamente, mancomunados entre si, com vontade de matar, efetuaram diversos disparos de arma de fogo, possivelmente revólver calibre 38(arma não apreendida) contra o ofendido Claudinei Ferreira da Silva, vulgo "Gordinho", produzindo-lhe os ferimentos descrito no Prontuário Médico (mov. 5.21/5.22). Consta que o ofendido estava em um ponto de ônibus, quando os denunciados, em um veículo sedan cor bordo, placas paraguaias, de vidros escuros, avistaram o ofendido e efetuaram diversos disparos em sua direção. Da Tentativa - A morte do ofendido não se consumou por circunstâncias alheias à vontade dos denunciados, que foram o erro de pontaria e o pronto e eficaz atendimento médico-hospitalar prestado à vítima

DADO E PASSADO nesta comarca de Foz do Iguaçu aos 24 de setembro de 2021. Foz do Iguaçu, 24 de setembro de 2021.

ANDRE LUIZ DA SILVA
Analista Judiciário

Edital de Citação e Intimação - Prazo 15 (quinze) dias

Processo:	0017402-85.2020.8.16.0030
-----------	---------------------------

Classe Processual:	Ação Penal - Procedimento Ordinário
Assunto Principal:	Adulteração de Sinal Identificador de Veículo Automotor
Data da Infração:	18/05/2020
Autor(s):	<ul style="list-style-type: none"> Ministério Público do Estado do Paraná Estado do Paraná BRUNO MACHADO DE OLIVEIRA
Vítima(s):	
Réu(s):	

O Excelentíssimo Doutor Gustavo Germano Francisco Arguello, Juiz de Direito da 3ª Vara Criminal de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná, na forma da lei, FAZ SABER, a todos quantos o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem, que não tendo sido possível citar pessoalmente o Denunciado citado e qualificado inicialmente, atualmente em lugar incerto e não sabido, pelo presente intima-o e chama-o para comparecer perante este Juízo da 3ª Vara Criminal de Foz do Iguaçu, PR, sito à Av. Pedro Basso, nº 1.001, Jardim Polo Centro, para que no prazo de 10 (dez) dias ofereça defesa por escrito, nos termos dos artigos 396 e 396-A do CPP, ocasião em que poderá arguir preliminares e alegar tudo que interesse a sua defesa, oferecer documentos e justificações, especificar as provas pretendidas e arrolar testemunhas, até o máximo de 08 (oito), qualificando-as e requerendo sua intimação, quando necessário E, para que chegue ao conhecimento da/o(s) mesma/o(s) e ninguém possa alegar ignorância, expediu-se o presente edital, com o prazo já mencionado e afixado no Edifício do Fórum local, no lugar de costume.

Réu: BRUNO MACHADO DE OLIVEIRA (RG: 2230625969 SSP/BA e CPF/CNPJ: 865.229.955-22); Nome da Mãe: Elisângela Machado de Oliveira Nome do Pai: ; nascido aos na cidade de , atualmente em local incerto e não sabido.

Imputação: art. 180, caput, do Código Penal ;

Descrição do Fato: Em data, horário e local não esclarecidos nos autos, pessoas não identificadas adulteraram os sinais identificadores de uma motocicleta IMP/ Suzuki, nela inserindo a placa falsa 037-CAC, registrada oficialmente em uma motocicleta Taiga/TL 70-Q (cf. Boletim de Ocorrência de mov. 1.2 e Auto de Apreensão de mov. 1.4), adulterando seus sinais identificadores. Em data, horário e local também não esclarecidos nos autos, mas sabendo-se que no decorrer deste ano de 2020, nesta cidade e comarca de Foz do Iguaçu/PR, o denunciado BRUNO MACHADO DE OLIVEIRA, com plena ciência da origem ilícita da motocicleta acima apontada, adquiriu e passou a conduzi-la pelas vias públicas desta Comarca, tendo sido abordado por um policial militar a paisana, no dia 18 de maio de 2020, quando estava conduzindo a referida motocicleta pela Avenida Coronel Francisco José Lodolf, nº 447, bairro Jardim Panorama, nesta cidade".

DADO E PASSADO nesta comarca de Foz do Iguaçu aos 24 de setembro de 2021.

Foz do Iguaçu, 24 de setembro de 2021.

ANDRE LUIZ DA SILVA
Analista Judiciário

Edital de Citação e Intimação - Prazo 15 (quinze) dias

Processo:	0026570-14.2020.8.16.0030
Classe Processual:	Ação Penal - Procedimento Ordinário
Assunto Principal:	Incêndio
Data da Infração:	22/10/2020
Autor(s):	<ul style="list-style-type: none"> Ministério Público do Estado do Paraná NELSON PEDROSO DOS SANTOS
Réu(s):	

O Excelentíssimo Doutor Gustavo Germano Francisco Arguello, Juiz de Direito da 3ª Vara Criminal de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná, na forma da lei, FAZ SABER, a todos quantos o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem, que não tendo sido possível citar pessoalmente o Denunciado citado e qualificado inicialmente, atualmente em lugar incerto e não sabido, pelo presente intima-o e chama-o para comparecer perante este Juízo da 3ª Vara Criminal de Foz do Iguaçu, PR, sito à Av. Pedro Basso, nº 1.001, Jardim Polo Centro, para que no prazo de 10 (dez) dias ofereça defesa por escrito, nos termos dos artigos 396 e 396-A do CPP, ocasião em que poderá arguir preliminares e alegar tudo que interesse a sua defesa, oferecer documentos e justificações, especificar as provas pretendidas e arrolar testemunhas, até o máximo de 08 (oito), qualificando-as e requerendo sua intimação, quando necessário E, para que chegue ao conhecimento da/o(s) mesma/o(s) e ninguém possa alegar ignorância, expediu-se o presente edital, com o prazo já mencionado e afixado no Edifício do Fórum local, no lugar de costume.

Réu: NELSON PEDROSO DOS SANTOS (RG: 6663545 SSP/PR e CPF/CNPJ: 968.879.409-06); Nome da Mãe: LOURDES ANTUNES FERREIRA DOS SANTOS Nome do Pai: JORGE DIOGO PEDROSO DOS SANTOS; nascido aos 06/04/1972 na cidade de FOZ DO IGUAÇU/PR, atualmente em local incerto e não sabido.

Imputação: art. 250, §1º, inciso II, alínea "b", c/c o art. 14, inciso II, ambos do Código Penal ;

Descrição do Fato: "No dia 22 de outubro de 2020, por volta das 13h00min, o denunciado NELSON PEDROSO DOS SANTOS dirigiu-se até o CREAS-POP, obra de assistência social situada na Rua Monsenhor Guilherme, nº 527, bairro Jardim São Paulo, nesta cidade e Comarca de Foz do Iguaçu/PR, onde, consciente e voluntariamente, derramou pela recepção cerca de um litro de gasolina, o que fez com a intenção de atear fogo no local. Ocorre que o denunciado NELSON PEDROSO DOS SANTOS não obteve a consumação de seu intento delituoso por circunstâncias alheias à sua vontade, porquanto sua ação foi impedida pelos funcionários do CREAS-POP assim que o denunciado se preparava para acender um fósforo, os

quais de pronto acionaram a Guarda Municipal, tendo sido o denunciado detido em flagrante delito."

DADO E PASSADO nesta comarca de Foz do Iguaçu aos 24 de setembro de 2021.

Foz do Iguaçu, 24 de setembro de 2021.

ANDRE LUIZ DA SILVA
Analista Judiciário

Edital de Citação e Intimação - Prazo 15 (quinze) dias

Processo:	0018224-74.2020.8.16.0030
Classe Processual:	Ação Penal - Procedimento Sumário
Assunto Principal:	Crimes de Trânsito
Data da Infração:	24/07/2020
Autor(s):	<ul style="list-style-type: none"> Ministério Público do Estado do Paraná JOSE DE SOUZA FIGUEIRA
Réu(s):	

O Excelentíssimo Doutor Gustavo Germano Francisco Arguello, Juiz de Direito da 3ª Vara Criminal de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná, na forma da lei, FAZ SABER, a todos quantos o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem, que não tendo sido possível citar pessoalmente o Denunciado citado e qualificado inicialmente, atualmente em lugar incerto e não sabido, pelo presente intima-o e chama-o para comparecer perante este Juízo da 3ª Vara Criminal de Foz do Iguaçu, PR, sito à Av. Pedro Basso, nº 1.001, Jardim Polo Centro, para que no prazo de 10 (dez) dias ofereça defesa por escrito, nos termos dos artigos 396 e 396-A do CPP, ocasião em que poderá arguir preliminares e alegar tudo que interesse a sua defesa, oferecer documentos e justificações, especificar as provas pretendidas e arrolar testemunhas, até o máximo de 08 (oito), qualificando-as e requerendo sua intimação, quando necessário E, para que chegue ao conhecimento da/o(s) mesma/o(s) e ninguém possa alegar ignorância, expediu-se o presente edital, com o prazo já mencionado e afixado no Edifício do Fórum local, no lugar de costume.

Réu: JOSE DE SOUZA FIGUEIRA (RG: 58205044 SSP/PR e CPF/CNPJ: 930.573.779-04); Nome da Mãe: FRANCISCA DE SOUZA FIGUEIRA Nome do Pai: JOÃO DE SOUZA FIGUEIRA; nascido aos 31/03/1971 na cidade de ASSIS CHATEAUBRIAND/PR, atualmente em local incerto e não sabido.

Imputação: art. 306 do Código de Trânsito Brasileiro ;

Descrição do Fato: "No dia 24 de julho de 2020, por voltadas 19h00min, Policiais Militares foram acionados para prestarem atendimento a um acidente de trânsito ocorrido na Avenida Irio Manganelli, na altura do numeral 1.560, bairro Jardim Santa Rosa, nesta cidade, envolvendo o veículo GM/Vectra, placasBTD-6211, conduzido pelo denunciado JOSÉ DE SOUZA FIGUEIRA, e a motocicleta Honda/CG 125,placa AXF-7403, conduzida pela pessoa de Edelson Aparecido Donado (cf. Boletim de Ocorrência de mov. 1.7). Durante o atendimento da ocorrência,os agentes públicos notaram que o denunciado JOSÉ DE SOUZA FIGUEIRA apresentava sinais de embriaguez, razão pela qual foi convidado a submeter-se ao teste do etilômetro, ao qual se negou. Todavia, como os Policiais Militares constataram que o denunciado JOSÉ DE SOUZA FIGUEIRA apresentava sinais que indicavam alteração de sua capacidade psicomotora, pois estava com os olhos avermelhados, com hálito etílico, com desordem nas vestes e falante (cf. Termos de Constatação de Sinais de Alteração da Capacidade Psicomotora de mov. 1.11), o denunciado JOSÉ DE SOUZA FIGUEIRA foi então preso e autuado em flagrante delito por conduzir embriagado o veículo acima apontado, o que fazia em via pública e com capacidade psicomotora alterada em razão da influência de álcool, conforme constatado pela autoridade com base no art. 5º, inciso II, da Resolução Contran nº 432/2013, tanto que envolveu-se em um acidente automobilístico".

DADO E PASSADO nesta comarca de Foz do Iguaçu aos 24 de setembro de 2021.

Foz do Iguaçu, 24 de setembro de 2021.

ANDRE LUIZ DA SILVA
Analista Judiciário

Edital de Citação e Intimação - Prazo 15 (quinze) dias

Processo:	0008314-23.2020.8.16.0030
Classe Processual:	Ação Penal - Procedimento Ordinário
Assunto Principal:	Furto Qualificado
Data da Infração:	21/03/2020
Autor(s):	<ul style="list-style-type: none"> Ministério Público do Estado do Paraná VALDEMIR RODRIGUES GILMAR DOS SANTOS MARTINS MARCOS RAMON DA SILVA MOURA VALDINEY MACHADO BOMFIM
Vítima(s):	
Réu(s):	

O Excelentíssimo Doutor Gustavo Germano Francisco Arguello, Juiz de Direito da 3ª Vara Criminal de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná, na forma da lei, FAZ SABER, a todos quantos o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem, que não tendo sido possível citar pessoalmente o Denunciado citado e qualificado inicialmente, atualmente em lugar incerto e não sabido, pelo presente intima-o e chama-o para comparecer perante este Juízo da 3ª Vara Criminal de Foz do Iguaçu, PR, sito à

Av. Pedro Basso, nº 1.001, Jardim Polo Centro, para que no prazo de 10 (dez) dias ofereça defesa por escrito, nos termos dos artigos 396 e 396-A do CPP, ocasião em que poderá arguir preliminares e alegar tudo que interesse a sua defesa, oferecer documentos e justificações, especificar as provas pretendidas e arrolar testemunhas, até o máximo de 08 (oito), qualificando-as e requerendo sua intimação, quando necessário E, para que chegue ao conhecimento da(o)s mesma(o)s e ninguém possa alegar ignorância, expediu-se o presente edital, com o prazo já mencionado e afixado no Edifício do Fórum local, no lugar de costume.

Réu: GILMAR DOS SANTOS MARTINS (RG: 146403980 SSP/PR e CPF/CNPJ: 082.281.997-08); Nome da Mãe: MARIA DA CONCEIÇÃO MENDES DOS SANTOS Nome do Pai: JUVENAL MARTINS; nascido aos 22/05/1980 na cidade de RIO DE JANEIRO/RJ, atualmente em local incerto e não sabido.

Imputação: art. 155, §4o, inc. IV, do Código Penal ;

Descrição do Fato: "No dia 21 de março de 2020, por volta das 04h00min, os denunciados MARCOS RAMON DA SILVA MOURA, GILMAR DOS SANTOS MARTINS e VALDINEY MACHADO BOMFIM dirigiram-se até uma residência situada no Condomínio Atlantis, localizado atrás da PEF I e PEF II, na Rua Atlântida, s/nº, bairro Jardim Três Fronteiras, nesta cidade, com o fim de furtarem objetos que lá encontrassem. Ao chegarem no local, os denunciados MARCOS RAMON DA SILVA MOURA, GILMAR DOS SANTOS MARTINS e VALDINEY MACHADO BOMFIM passaram a separar, em favor de todos, diversos objetos para serem subtraídos, dentre eles 01 (uma) caixa de pisos de cor branca e 02 (duas) janelas com os vidros (cf. Boletim de Ocorrência de mov. 1.16, Auto de Exibição e Apreensão de mov. 1.5). Ocorre que os denunciados MARCOS RAMON DA SILVA MOURA, GILMAR DOS SANTOS MARTINS e VALDINEY MACHADO BOMFIM não obtiveram a consumação de seus intentos delituosos por circunstâncias alheias às suas vontades, visto que um vigilante acionou a Polícia Militar, a qual logrou detê-los na frente da referida residência, quando já haviam colocado os objetos que seriam subtraídos no interior do veículo GM/Monza, placas AEK-1409".

DADO E PASSADO nesta comarca de Foz do Iguaçu aos 24 de setembro de 2021.

Foz do Iguaçu, 24 de setembro de 2021.

ANDRE LUIZ DA SILVA

Analista Judiciário

Edital de Notificação - Prazo 15 (quinze) dias

Processo:	0023661-96.2020.8.16.0030
Classe Processual:	Procedimento Especial da Lei Antitóxicos
Assunto Principal:	Tráfico de Drogas e Condutas Afins
Data da Infração:	23/09/2020
Autor(s):	<ul style="list-style-type: none"> Ministério Público do Estado do Paraná GABRIEL ERLANDO RODRIGUES MOURA
Réu(s):	

O Excelentíssimo Doutor Gustavo Germano Francisco Arguello, Juiz de Direito da 3ª Vara Criminal de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná, na forma da lei, FAZ SABER, a todos quantos o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem, que não tendo sido possível citar pessoalmente o Denunciado citado e qualificado inicialmente, atualmente em lugar incerto e não sabido, pelo presente notifica-o de que foi denunciado nos autos em epígrafe, e para comparecer perante este Juízo da 3ª Vara Criminal de Foz do Iguaçu, PR, sito à Av. Pedro Basso, nº 1.001, Jardim Polo Centro, para que no prazo de 10 (dez) dias ofereça defesa preliminar nos termos da Lei. 11.343/2006. E, para que chegue ao conhecimento da(o)s mesma(o)s e ninguém possa alegar ignorância, expediu-se o presente edital, com o prazo já mencionado e afixado no Edifício do Fórum local, no lugar de costume.

Réu: GABRIEL ERLANDO RODRIGUES MOURA (RG: 134334487 SSP/PR e CPF/CNPJ: 013.997.969-76); Nome da Mãe: KELLY BEATRIZ RODRIGUES DA SILVA Nome do Pai: FRANCISCO ERLANDO MOURA; nascido aos 31/03/2001 na cidade de FOZ DO IGUAÇU/PR, atualmente em local incerto e não sabido.

Imputação:

- ART 33: Tráfico de drogas, ADQUIRIR, VENDER, FORNECER E OU PRODUZIR DROGAS, Reclusão: 5 a 15 anos E Multa, c/c art. 40, inc. V, ambos da Lei 11.343/06;

Descrição do Fato: "No dia 23 de setembro de 2020, por volta das 14h20min, em frente ao Posto da Polícia Rodoviária Federal, localizado na Rodovia BR-277, altura do KM 714, no município de Santa Terezinha de Itaipu/PR, Comarca de Foz do Iguaçu/PR, Policiais Rodoviários Federais abordaram um ônibus da empresa Nordeste, que fazia a linha Foz do Iguaçu/PR ao Rio de Janeiro/RJ. Durante abordagem ao coletivo, o passageiro que estava sentado na poltrona de nº 23 apresentou nervosismo com a presença dos agentes públicos, sendo então abordado e identificado como sendo o denunciado GABRIEL ERLANDO RODRIGUES MOURA. Em buscas realizadas na mochila do denunciado GABRIEL ERLANDO RODRIGUES MOURA, os Policiais Rodoviários Federais lograram apreender 4,200 kg. (quatro quilos e duzentos gramas) da substância entorpecente vulgarmente conhecida como maconha, divididos em 05(cinco) invólucros (cf. Auto de Exibição e Apreensão de mov. 1.6 e Auto de Constatação Provisória de Droga de mov. 1.8). A substância apreendida, por ser capaz de causar dependência física e psíquica, encontra-se proscribita do país por força da Portaria nº 344/99 do DIMED, órgão do Ministério da Saúde. Na Delegacia de Polícia, o denunciado GABRIEL ERLANDO RODRIGUES MOURA relatou que levaria a droga até a cidade de São Paulo/SP (cf. Auto de Interrogatório de mov. 1.9). Assim, pelas circunstâncias

da prisão (no interior de um ônibus de transporte coletivo), pela forma em que estava acondicionada, pela quantidade e qualidade da droga (4,200 kg de maconha), percebe-se que a substância entorpecente apreendida, que estava sendo transportada pelo denunciado GABRIEL ERLANDO RODRIGUES MOURA, com consciência e vontade, seria destinada ao tráfico em outra unidade da Federação". DADO E PASSADO nesta comarca de Foz do Iguaçu aos 24 de setembro de 2021.

Foz do Iguaçu, 24 de setembro de 2021.

ANDRE LUIZ DA SILVA

Analista Judiciário

Edital de Citação e Intimação - Prazo 15 (quinze) dias

Processo:	0030649-36.2020.8.16.0030
Classe Processual:	Procedimento Especial da Lei Antitóxicos
Assunto Principal:	Crimes de Trânsito
Data da Infração:	03/12/2020
Autor(s):	<ul style="list-style-type: none"> Ministério Público do Estado do Paraná RHAURY RODRIGO SILVA
Réu(s):	

O Excelentíssimo Doutor Gustavo Germano Francisco Arguello, Juiz de Direito da 3ª Vara Criminal de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná, na forma da lei, FAZ SABER, a todos quantos o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem, que não tendo sido possível citar pessoalmente o Denunciado citado e qualificado inicialmente, atualmente em lugar incerto e não sabido, pelo presente intima-o e chama-o para comparecer perante este Juízo da 3ª Vara Criminal de Foz do Iguaçu, PR, sito à Av. Pedro Basso, nº 1.001, Jardim Polo Centro, para que no prazo de 10 (dez) dias ofereça defesa por escrito, nos termos dos artigos 396 e 396-A do CPP, ocasião em que poderá arguir preliminares e alegar tudo que interesse a sua defesa, oferecer documentos e justificações, especificar as provas pretendidas e arrolar testemunhas, até o máximo de 08 (oito), qualificando-as e requerendo sua intimação, quando necessário E, para que chegue ao conhecimento da(o)s mesma(o)s e ninguém possa alegar ignorância, expediu-se o presente edital, com o prazo já mencionado e afixado no Edifício do Fórum local, no lugar de costume.

Réu: RHAURY RODRIGO SILVA (RG: 88207149 SSP/PR e CPF/CNPJ: 084.443.219-90); Nome da Mãe: NELI LOSETI RODRIGUES Nome do Pai: VALDIR DA SILVA SANTOS; nascido aos 04/09/1990 na cidade de FOZ DO IGUAÇU/PR, atualmente em local incerto e não sabido.

Imputação: arts. 306 e 309 do Código de Trânsito Brasileiro, bem como do art. 28 da Lei nº 11.343/06, na forma do art.69 do Código Penal ;

Descrição do Fato: Fato nº 01: "No dia 03 de dezembro de 2020, em horário não esclarecido nos autos, o denunciado RHAURY RODRIGO SILVA, o qual está com a permissão/habilitação para a condução de veículos automotores cassada, consciente e voluntariamente assumiu a direção do veículo Ford/Fiesta, placas AVO-6108, passando a conduzi-lo pelas vias públicas desta Comarca de Foz do Iguaçu/PR, gerando perigo de dano a terceiros". Fato nº 02: "No mesmo dia 03 de dezembro de 2020, por volta das 20h00min, Policiais Militares em fiscalização na Avenida Juscelino Kubitschek, altura do numeral 1.504, bairro Jardim Central, avistaram a aproximação do veículo Ford/Fiesta, placas AVO-6108, conduzido pelo denunciado RHAURY RODRIGO SILVA, e decidiram abordá-lo. O denunciado RHAURY RODRIGO SILVA, o qual apresentava sinais de embriaguez, foi convidado a submeter-se a teste do etilômetro, ao qual se negou. Todavia, como os Policiais Militares constataram que o denunciado RHAURY RODRIGO SILVA apresentava sinais que indicavam alteração de sua capacidade psicomotora, tais como olhos avermelhados, desordem nas vestes, hálito etílico, exaltado, falante e disperso (cf. Termo de Constatação de Sinais de Alteração da Capacidade Psicomotora de mov. 1.8), foi então preso e autuado em flagrante delito por conduzir embriagado o veículo acima apontado, o que fazia em via pública e com capacidade psicomotora alterada em razão da influência de álcool, conforme constatado pela autoridade com base no art. 5º, inciso II, da Resolução Contran nº 432/2013. Aos policiais que realizaram a abordagem, o denunciado RHAURY RODRIGO SILVA confessou que também teria feito o uso da substância entorpecente vulgarmente conhecida como cocaína". Fato nº 03: "Em buscas pessoais no denunciado RHAURY RODRIGO SILVA, os agentes públicos lograram apreender 02 (dois) invólucros da substância entorpecente vulgarmente conhecida como cocaína, pesando 2 g. (dois grammas), conforme Boletim de Ocorrência de mov. 1.9, p. 4, substância esta capaz de determinar dependência física e psíquica que o denunciado RHAURY RODRIGO SILVA, consciente e voluntariamente, trazia consigo para posterior consumo, o que fazia sem autorização e em desacordo com determinação legal e regulamentar". DADO E PASSADO nesta comarca de Foz do Iguaçu aos 24 de setembro de 2021.

Foz do Iguaçu, 24 de setembro de 2021.

ANDRE LUIZ DA SILVA

Analista Judiciário

Edital de Citação e Intimação - Prazo 15 (quinze) dias

Processo:	0010522-77.2020.8.16.0030
Classe Processual:	Ação Penal - Procedimento Ordinário
Assunto Principal:	Furto Qualificado
Data da Infração:	24/04/2020

Autor(s):	<ul style="list-style-type: none"> Ministério Público do Estado do Paraná
Vítima(s):	<ul style="list-style-type: none"> TANIA MARIA DINIZ ZANETTI
Réu(s):	<ul style="list-style-type: none"> THIAGO DO CARMO CORREIA

O Excelentíssimo Doutor Gustavo Germano Francisco Arguello, Juiz de Direito da 3ª Vara Criminal de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná, na forma da lei, FAZ SABER, a todos quantos o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem, que não tendo sido possível citar pessoalmente o Denunciado citado e qualificado inicialmente, atualmente em lugar incerto e não sabido, pelo presente intima-o e chama-o para comparecer perante este Juízo da 3ª Vara Criminal de Foz do Iguaçu, PR, sito à Av. Pedro Basso, nº 1.001, Jardim Polo Centro, para que no prazo de 10 (dez) dias ofereça defesa por escrito, nos termos dos artigos 396 e 396-A do CPP, ocasião em que poderá arguir preliminares e alegar tudo que interesse a sua defesa, oferecer documentos e justificações, especificar as provas pretendidas e arrolar testemunhas, até o máximo de 08 (oito), qualificando-as e requerendo sua intimação, quando necessário E, para que chegue ao conhecimento da(o)s mesma(o)s e ninguém possa alegar ignorância, expediu-se o presente edital, com o prazo já mencionado e afixado no Edifício do Fórum local, no lugar de costume.

Réu: THIAGO DO CARMO CORREIA (RG: 13909280 SSP/PR e CPF/CNPJ: 012.781.609-73); Nome da Mãe: CICERA DO CARMO Nome do Pai: ISAIAS LUIZ ALVES CORREIA; nascido aos 07/06/1997 na cidade de FOZ DO IGUAÇU/PR, atualmente em local incerto e não sabido.

Imputação: art. 155, §4o, incs. I e IV, do Código Penal ;

Descrição do Fato: "No dia 24 de abril de 2020, por volta das 02h00min, o denunciado THIAGO DO CARMO CORREIA e um indivíduo até o momento não identificado, dirigiram-se até a residência situada na Rua Assis Brasil, ao lado do numeral 261, bairro Vila Portes, nesta cidade, onde, conscientes e voluntariamente, em união de ações e desígnios, quebraram uma das janelas da residência, ganhando o seu interior, e subtraíram, em favor de ambos, várias peças de joias avaliadas conjuntamente em R\$5.000,00 (cinco mil reais), cf. Boletim de Ocorrência de mov. 1.13, Auto de Avaliação de mov. 1.8, de propriedade da vítima Tânia Maria Diniz Zanetti. Consta que, após o furto, o denunciado THIAGO DO CARMO CORREIA foi detido por populares após tentar se esconder em um matagal, mas o seu comparsa conseguiu fugir na posse da res".

DADO E PASSADO nesta comarca de Foz do Iguaçu aos 24 de setembro de 2021.

Foz do Iguaçu, 24 de setembro de 2021.

ANDRE LUIZ DA SILVA
Analista Judiciário

Edital de Citação e Intimação - Prazo 15 (quinze) dias

Processo:	0009302-44.2020.8.16.0030
Classe Processual:	Ação Penal - Procedimento Ordinário
Assunto Principal:	Receptação
Data da Infração:	06/04/2020
Autor(s):	<ul style="list-style-type: none"> Ministério Público do Estado do Paraná
Vítima(s):	<ul style="list-style-type: none"> ADRIANA BEATRIZ FERNANDES
Réu(s):	<ul style="list-style-type: none"> MARIA DE LOURDES DA SILVA

O Excelentíssimo Doutor Gustavo Germano Francisco Arguello, Juiz de Direito da 3ª Vara Criminal de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná, na forma da lei, FAZ SABER, a todos quantos o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem, que não tendo sido possível citar pessoalmente o Denunciado citado e qualificado inicialmente, atualmente em lugar incerto e não sabido, pelo presente intima-o e chama-o para comparecer perante este Juízo da 3ª Vara Criminal de Foz do Iguaçu, PR, sito à Av. Pedro Basso, nº 1.001, Jardim Polo Centro, para que no prazo de 10 (dez) dias ofereça defesa por escrito, nos termos dos artigos 396 e 396-A do CPP, ocasião em que poderá arguir preliminares e alegar tudo que interesse a sua defesa, oferecer documentos e justificações, especificar as provas pretendidas e arrolar testemunhas, até o máximo de 08 (oito), qualificando-as e requerendo sua intimação, quando necessário E, para que chegue ao conhecimento da(o)s mesma(o)s e ninguém possa alegar ignorância, expediu-se o presente edital, com o prazo já mencionado e afixado no Edifício do Fórum local, no lugar de costume.

Réu: MARIA DE LOURDES DA SILVA (RG: 154986910 SSP/PR e CPF/CNPJ: 099.130.234-67); Nome da Mãe: MARIA DJANIRA DA SILVA PANTAS Nome do Pai: ; nascido aos 28/01/1991 na cidade de TUPANATINGA/PE, atualmente em local incerto e não sabido.

Imputação: art. 155, §1º, do Código Penal ;

Descrição do Fato: "Na virada do dia 05 para o dia 06 de abril de 2020, de madrugada, portanto, durante o repouso noturno, a denunciada MARIA DE LOURDES DA SILVA ingressou clandestinamente na residência situada na Avenida Anhembí, nº 1.093, no bairro Jardim Santa Rosa, nesta cidade e Comarca de Foz do Iguaçu, de onde, consciente e voluntariamente, subtraiu, para si ou para outrem, 01 (uma) bicicleta motorizada da marca Bikelete, cor vermelha, identificada com o nº 2211101, avaliada em R\$ 1.700,00 (um mil e setecentos reais), de propriedade de Adriana Beatriz Fernandes (cf. Boletim de Ocorrência de mov. 1.19, Auto de Exibição e Apreensão de mov. 1.5, Auto de Avaliação de mov. 1.6 e Auto de Entrega de mov. 1.13)." .

DADO E PASSADO nesta comarca de Foz do Iguaçu aos 24 de setembro de 2021.

Foz do Iguaçu, 24 de setembro de 2021.

ANDRE LUIZ DA SILVA
Analista Judiciário

Edital de Citação e Intimação - Prazo 15 (quinze) dias

Processo:	0008314-23.2020.8.16.0030
Classe Processual:	Ação Penal - Procedimento Ordinário
Assunto Principal:	Furto Qualificado
Data da Infração:	21/03/2020
Autor(s):	<ul style="list-style-type: none"> Ministério Público do Estado do Paraná
Vítima(s):	<ul style="list-style-type: none"> VALDEMIR RODRIGUES
Réu(s):	<ul style="list-style-type: none"> GILMAR DOS SANTOS MARTINS MARCOS RAMON DA SILVA MOURA VALDINEY MACHADO BOMFIM

O Excelentíssimo Doutor Gustavo Germano Francisco Arguello, Juiz de Direito da 3ª Vara Criminal de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná, na forma da lei, FAZ SABER, a todos quantos o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem, que não tendo sido possível citar pessoalmente o Denunciado citado e qualificado inicialmente, atualmente em lugar incerto e não sabido, pelo presente intima-o e chama-o para comparecer perante este Juízo da 3ª Vara Criminal de Foz do Iguaçu, PR, sito à Av. Pedro Basso, nº 1.001, Jardim Polo Centro, para que no prazo de 10 (dez) dias ofereça defesa por escrito, nos termos dos artigos 396 e 396-A do CPP, ocasião em que poderá arguir preliminares e alegar tudo que interesse a sua defesa, oferecer documentos e justificações, especificar as provas pretendidas e arrolar testemunhas, até o máximo de 08 (oito), qualificando-as e requerendo sua intimação, quando necessário E, para que chegue ao conhecimento da(o)s mesma(o)s e ninguém possa alegar ignorância, expediu-se o presente edital, com o prazo já mencionado e afixado no Edifício do Fórum local, no lugar de costume.

Réu: MARCOS RAMON DA SILVA MOURA (RG: 157174070 SSP/PR e CPF/CNPJ: 025.539.313-01); Nome da Mãe: NEIDE DA SILVA MOURA Nome do Pai: ; nascido aos 28/07/1987 na cidade de SAO MATEUS DO MARANHÃO/MA, atualmente em local incerto e não sabido.

Imputação: art. 155, §4o, inc. IV, do Código Penal ;

Descrição do Fato: "No dia 21 de março de 2020, por volta das 04h00min, os denunciados MARCOS RAMON DA SILVA MOURA, GILMAR DOS SANTOS MARTINS e VALDINEY MACHADO BOMFIM dirigiram-se até uma residência situada no Condomínio Atlantis, localizado atrás da PEF I e PEF II, na Rua Atlântida, s/nº, bairro Jardim Três Fronteiras, nesta cidade, com o fim de furtar objetos que lá encontrassem. Ao chegarem no local, os denunciados MARCOS RAMON DA SILVA MOURA, GILMAR DOS SANTOS MARTINS e VALDINEY MACHADO BOMFIM passaram a separar, em favor de todos, diversos objetos para serem subtraídos, dentre eles 01 (uma) caixa de pisos de cor branca e 02 (duas) janelas com os vidros (cf. Boletim de Ocorrência de mov. 1.16, Auto de Exibição e Apreensão de mov. 1.5). Ocorre que os denunciados MARCOS RAMON DA SILVA MOURA, GILMAR DOS SANTOS MARTINS e VALDINEY MACHADO BOMFIM não obtiveram a consumação de seus intentos delituosos por circunstâncias alheias às suas vontades, visto que um vigilante acionou a Polícia Militar, a qual logrou detê-los na frente da referida residência, quando já haviam colocado os objetos que seriam subtraídos no interior do veículo GM/Monza, placas AEK-1409" .

DADO E PASSADO nesta comarca de Foz do Iguaçu aos 24 de setembro de 2021.

Foz do Iguaçu, 24 de setembro de 2021.

ANDRE LUIZ DA SILVA
Analista Judiciário

Edital de Intimação

Edital de Intimação - Prazo 10 (dez) dias

Processo:	0028308-86.2010.8.16.0030
Classe Processual:	Ação Penal - Procedimento Ordinário
Assunto Principal:	Crimes do Sistema Nacional de Armas
Data da Infração:	19/11/2010
Autor(s):	<ul style="list-style-type: none"> Ministério Público do Estado do Paraná
Réu(s):	<ul style="list-style-type: none"> RUI BASTOS DE ALMEIDA

O Excelentíssimo Doutor Gustavo Germano Francisco Arguello, Juiz de Direito da 3ª Vara Criminal de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná, na forma da lei, FAZ SABER, a todos quantos o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem, que não tendo sido possível intimar pessoalmente o réu abaixo nominado e qualificado abaixo, atualmente em lugar incerto e não sabido, para que comparecer ao Fórum de Justiça nesta 3ª Vara Criminal de Foz do Iguaçu, localizado na Av. Pedro Basso, 1001, Jardim Polo Centro, e efetue o pagamento das custas judiciais e multa, no valor abaixo informado, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de protesto

e execução. E, para que chegue ao conhecimento da(o)s mesma(o)s e ninguém possa alegar ignorância, expediu-se o presente edital, com o prazo já mencionado e afixado no Edifício do Fórum local, no lugar de costume.

Réu: RUI BASTOS DE ALMEIDA (RG: 133252681 SSP/PR e CPF/CNPJ: 734.825.441-15); Nome da Mãe: EVA MARIA DOS SANTOS Nome do Pai: JOSE BASTOS DE ALMEIDA; nascido aos 30/07/1967 na cidade de ESTADO DA BAHIA/BA, atualmente em local incerto e não sabido.

Valor das Custas: R\$ 179,80;

Valor da Multa: R\$ 425,27.

DADO E PASSADO nesta comarca de Foz do Iguaçu aos 24 de setembro de 2021.

Foz do Iguaçu, 24 de setembro de 2021.

ANDRE LUIZ DA SILVA

Analista Judiciário

Edital de Citação e Intimação - Prazo 15 (quinze) dias

Processo:	0025550-22.2019.8.16.0030
Classe Processual:	Ação Penal de Competência do Júri
Assunto Principal:	Homicídio Simples
Data da Infração:	25/06/2019
Autor(s):	<ul style="list-style-type: none"> Ministério Público do Estado do Paraná ODAIR JOSE DOS SANTOS JOSIMAR SILVA SOUZA ODAIR JOSE DOS SANTOS
Vítima(s):	
Réu(s):	

O Excelentíssimo Doutor Gustavo Germano Francisco Arguello, Juiz de Direito da 3ª Vara Criminal de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná, na forma da lei, FAZ SABER, a todos quantos o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem, que não tendo sido possível citar pessoalmente o Denunciado citado e qualificado inicialmente, atualmente em lugar incerto e não sabido, pelo presente intima-o e chama-o para comparecer perante este Juízo da 3ª Vara Criminal de Foz do Iguaçu, PR, sito à Av. Pedro Basso, nº 1.001, Jardim Polo Centro, para que no prazo de 10 (dez) dias ofereça defesa por escrito, nos termos dos artigos 396 e 396-A do CPP, ocasião em que poderá arguir preliminares e alegar tudo que interesse a sua defesa, oferecer documentos e justificações, especificar as provas pretendidas e arrolar testemunhas, até o máximo de 08 (oito), qualificando-as e requerendo sua intimação, quando necessário. E, para que chegue ao conhecimento da(o)s mesma(o)s e ninguém possa alegar ignorância, expediu-se o presente edital, com o prazo já mencionado e afixado no Edifício do Fórum local, no lugar de costume.

Réu: ODAIR JOSE DOS SANTOS (RG: 94876400 SSP/PR e CPF/CNPJ: 060.750.859-04); Nome da Mãe: MARIA SUELI DA SILVA Nome do Pai: VITORIO DOS SANTOS; nascido aos 04/12/1979 na cidade de CORBELIA/PR, atualmente em local incerto e não sabido.

Imputação: art. 129, caput, do Código Penal;

Descrição do Fato: 1º Fato - Lesão corporal: No dia 25 de junho de 2019 (terça), por volta das 16h45min, na Avenida Mario Filho, bairro Morumbi, em numeral não precisado, nesta cidade e Comarca de Foz do Iguaçu/PR, o denunciado ODAIR JOSE DOS SANTOS, dolosamente, ciente da sua ilicitude e reprovabilidade de sua conduta, ofendeu a integridade física da vítima Marilei de Fátima Cardoso, consistente em empurrões e socos em seus braços, causando-lhe ferimentos descritos no Laudo de Lesões Corporais nº61.291/2019 (fls. 28/9). Consta que ODAIR estava alterado, e pedia para que a ofendidas, proprietária da quitinete alugada para o denunciado, abrisse a quitinete para ODAIR entrar, no entanto ela não tinha a cópia da chave, motivo que levou o Denunciado a agredir-lhe. 2º Fato - Tentativa de homicídio No mesmo dia e horário supramencionados, o denunciado JOSIMAR SILVA SOUZA, estando armado com uma faca (arma branca não apreendida), com vontade livre e consciente dirigida à finalidade de matar, desferiu golpes na vítima Odair José dos Santos, causando-lhe ferimentos no tórax, conforme laudo de lesões corporais (fls. 31/32). Ao que consta, o ofendido Odair José dos Santos estava agredindo Marilei de Fátima Cardoso, mulher do denunciado JOSIMAR SILVA SOUZA, quando este interveio na discussão. Momentos depois, após a discussão se encerrar, o denunciado pegou a faca e se dirigiu até o ofendido esfaqueando-o. Da Tentativa - O crime somente não se consumou por circunstâncias alheias à vontade do ora Denunciado, consistente no rápido e eficaz atendimento médico-hospitalar prestado ao ofendido.

DADO E PASSADO nesta comarca de Foz do Iguaçu aos 24 de setembro de 2021.

Foz do Iguaçu, 24 de setembro de 2021.

ANDRE LUIZ DA SILVA

Analista Judiciário

Edital de Intimação de Sentença - Prazo 60 (sessenta) dias

Processo:	0015981-94.2019.8.16.0030
Classe Processual:	Ação Penal - Procedimento Ordinário
Assunto Principal:	Furto Qualificado
Data da Infração:	29/05/2019
Autor(s):	<ul style="list-style-type: none"> Ministério Público do Estado do Paraná

Vítima(s):

Réu(s):

- TEREZINHA APARECIDA ROCHA
- FRANCIS SERGIO LOPES

O Excelentíssimo Doutor Gustavo Germano Francisco Arguello, Juiz de Direito da 3ª Vara Criminal de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná, na forma da lei,

FAZ SABER, a todos quantos o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem, que não tendo sido possível intimar pessoalmente o sentenciado nominado e qualificado abaixo, atualmente em lugar incerto e não sabido, foi declarado sua absolvição nos supracitados autos. E, para que chegue ao conhecimento da(o)s mesma(o)s e ninguém possa alegar ignorância, expediu-se o presente edital, com o prazo já mencionado e afixado no Edifício do Fórum local, no lugar de costume.

Réu: FRANCIS SERGIO LOPES (RG: 100429217 SSP/PR e CPF/CNPJ: 063.344.599-10); Nome da Mãe: IRMA TEREZINHA KIECHLE Nome do Pai: ANDRE LOPES; nascido aos 30/06/1988 na cidade de FOZ DO IGUAÇU/PR, atualmente em local incerto e não sabido.

Data da Sentença: 15/07/2021;

Dispositivo : Posto isso, julgo IMPROCEDENTE a pretensão punitiva estatal, para ABSOLVER o acusado FRANCIS SERGIO LOPES, qualificado nos autos, das imputações realizadas na peça acusatória, com fulcro no art. 386, inciso VII, do Código de Processo Penal.

DADO E PASSADO nesta comarca de Foz do Iguaçu aos 24 de setembro de 2021.

Foz do Iguaçu, 24 de setembro de 2021.

ANDRE LUIZ DA SILVA

Analista Judiciário

Edital de Intimação - Prazo 10 (dez) dias

Processo:	0030444-12.2017.8.16.0030
Classe Processual:	Ação Penal - Procedimento Ordinário
Assunto Principal:	Crimes do Sistema Nacional de Armas
Data da Infração:	06/10/2017
Autor(s):	<ul style="list-style-type: none"> Ministério Público do Estado do Paraná FABIO FERREIRA LEAL
Réu(s):	

O Excelentíssimo Doutor Gustavo Germano Francisco Arguello, Juiz de Direito da 3ª Vara Criminal de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná, na forma da lei,

FAZ SABER, a todos quantos o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem, que não tendo sido possível intimar pessoalmente o réu abaixo nominado e qualificado abaixo, atualmente em lugar incerto e não sabido, para que comparecer ao Fórum de Justiça nesta 3ª Vara Criminal de Foz do Iguaçu, localizado na Av. Pedro Basso, 1001, Jardim Polo Centro, e efetue o pagamento das custas judiciais e multa, no valor abaixo informado, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de protesto e execução. E, para que chegue ao conhecimento da(o)s mesma(o)s e ninguém possa alegar ignorância, expediu-se o presente edital, com o prazo já mencionado e afixado no Edifício do Fórum local, no lugar de costume.

Réu: FABIO FERREIRA LEAL (RG: 151254691 SSP/PR e CPF/CNPJ: 022.918.997-08); Nome da Mãe: ANA MARIA VENTURA LEAL Nome do Pai: FRANCISCO FERREIRA LEAL; nascido aos 20/07/1973 na cidade de MANTENA/MG, atualmente em local incerto e não sabido.

Valor das Custas: R\$ 276,31;

Valor da Multa: R\$ 696,63.

DADO E PASSADO nesta comarca de Foz do Iguaçu aos 24 de setembro de 2021.

Foz do Iguaçu, 24 de setembro de 2021.

ANDRE LUIZ DA SILVA

Analista Judiciário

Edital de Intimação - Prazo 10 (dez) dias

Processo:	0027306-66.2019.8.16.0030
Classe Processual:	Procedimento Especial da Lei Antitóxicos
Assunto Principal:	Tráfico de Drogas e Condutas Afins
Data da Infração:	11/09/2019
Autor(s):	<ul style="list-style-type: none"> Ministério Público do Estado do Paraná SILMAR ALVES DE CARVALHO
Réu(s):	

O Excelentíssimo Doutor Gustavo Germano Francisco Arguello, Juiz de Direito da 3ª Vara Criminal de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná, na forma da lei,

FAZ SABER, a todos quantos o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem, que não tendo sido possível intimar pessoalmente o réu abaixo nominado e qualificado abaixo, atualmente em lugar incerto e não sabido, para que comparecer ao Fórum de Justiça nesta 3ª Vara Criminal de Foz do Iguaçu, localizado na Av. Pedro Basso, 1001, Jardim Polo Centro, e efetue o pagamento das custas judiciais e multa, no valor abaixo informado, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de protesto e execução. E, para que chegue ao conhecimento da(o)s mesma(o)s e ninguém possa alegar ignorância, expediu-se o presente edital, com o prazo já mencionado e afixado no Edifício do Fórum local, no lugar de costume.

Réu: SILMAR ALVES DE CARVALHO (RG: 110708106 SSP/PR e CPF/CNPJ: 098.592.879-45); Nome da Mãe: VILMA SALETE DE CARVALHO Nome do Pai: NERI ALVES DE CARVALHO; nascido aos 09/02/1993 na cidade de MEDIANEIRA/PR, atualmente em local incerto e não sabido.

Valor das Custas: R\$ 674,55;

Valor da Multa: R\$ 5.975,57.

DADO E PASSADO nesta comarca de Foz do Iguaçu aos 24 de setembro de 2021. Foz do Iguaçu, 24 de setembro de 2021.

ANDRE LUIZ DA SILVA

Analista Judiciário

Edital de Intimação - Prazo 10 (dez) dias

Processo: 0024473-75.2019.8.16.0030
Classe Processual: Ação Penal - Procedimento Sumário
Assunto Principal: Crimes de Trânsito
Data da Infração: 16/08/2019
Autor(s):
Réu(s):

- Ministério Público do Estado do Paraná
- SIDNEI ALVES DOS SANTOS

O Excelentíssimo Doutor Gustavo Germano Francisco Arguello, Juiz de Direito da 3ª Vara Criminal de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná, na forma da lei,

FAZ SABER, a todos quantos o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem, que não tendo sido possível intimar pessoalmente o réu abaixo nominado e qualificado abaixo, atualmente em lugar incerto e não sabido, para que comparecer ao Fórum de Justiça nesta 3ª Vara Criminal de Foz do Iguaçu, localizado na Av. Pedro Basso, 1001, Jardim Polo Centro, e efetue o pagamento das custas judiciais e multa, no valor abaixo informado, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de protesto e execução. E, para que chegue ao conhecimento da/o(s) mesma/o(s) e ninguém possa alegar ignorância, expediu-se o presente edital, com o prazo já mencionado e afixado no Edifício do Fórum local, no lugar de costume.

Réu: SIDNEI ALVES DOS SANTOS (RG: 88637291 SSP/PR e CPF/CNPJ: 037.641.549-50); Nome da Mãe: CLEUZA FRANCO DOS SANTOS Nome do Pai: APARECIDO ALVES DOS SANTOS; nascido aos 28/02/1979 na cidade de TOLEDO/PR, atualmente em local incerto e não sabido.

Valor das Custas: R\$ 232,03;

Valor da Multa: R\$ 345,32.

DADO E PASSADO nesta comarca de Foz do Iguaçu aos 24 de setembro de 2021. Foz do Iguaçu, 24 de setembro de 2021.

ANDRE LUIZ DA SILVA

Analista Judiciário

Edital de Intimação - Prazo 10 (dez) dias

Processo: 0008815-11.2019.8.16.0030
Classe Processual: Ação Penal - Procedimento Ordinário
Assunto Principal: Estelionato
Data da Infração: 06/02/2019
Autor(s):
Vítima(s):
Réu(s):

- Ministério Público do Estado do Paraná
- MERCADOLIVRE.COM ATIVIDADES DE INTERNET LTDA
- ROGERIO ALVES DOS SANTOS

O Excelentíssimo Doutor Gustavo Germano Francisco Arguello, Juiz de Direito da 3ª Vara Criminal de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná, na forma da lei,

FAZ SABER, a todos quantos o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem, que não tendo sido possível intimar pessoalmente o réu abaixo nominado e qualificado abaixo, atualmente em lugar incerto e não sabido, para que comparecer ao Fórum de Justiça nesta 3ª Vara Criminal de Foz do Iguaçu, localizado na Av. Pedro Basso, 1001, Jardim Polo Centro, e efetue o pagamento das custas judiciais e multa, no valor abaixo informado, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de protesto e execução. E, para que chegue ao conhecimento da/o(s) mesma/o(s) e ninguém possa alegar ignorância, expediu-se o presente edital, com o prazo já mencionado e afixado no Edifício do Fórum local, no lugar de costume.

Réu: ROGERIO ALVES DOS SANTOS (RG: 155715910 SSP/PR e CPF/CNPJ: 024.479.431-64); Nome da Mãe: EDNA LUCIA LOPES DOS SANTOS ALVES Nome do Pai: JOSE DA CRUZ ALVES; nascido aos 04/11/1987 na cidade de GOIANIA/GO, atualmente em local incerto e não sabido.

Valor das Custas: R\$ 1273,85;

Valor da Multa: R\$ 12.618,01.

DADO E PASSADO nesta comarca de Foz do Iguaçu aos 24 de setembro de 2021. Foz do Iguaçu, 24 de setembro de 2021.

ANDRE LUIZ DA SILVA

Analista Judiciário

Edital de Intimação - Prazo 10 (dez) dias

Processo: 0010550-79.2019.8.16.0030
Classe Processual: Ação Penal - Procedimento Ordinário
Assunto Principal: Roubo Majorado
Data da Infração: 05/04/2019
Autor(s):
Vítima(s):
Réu(s):

- Ministério Público do Estado do Paraná
- YURI EDUARDO PALMEIRA AGUIAR
- VALDELI DOS SANTOS

O Excelentíssimo Doutor Gustavo Germano Francisco Arguello, Juiz de Direito da 3ª Vara Criminal de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná, na forma da lei,

FAZ SABER, a todos quantos o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem, que não tendo sido possível intimar pessoalmente o réu abaixo nominado e qualificado abaixo, atualmente em lugar incerto e não sabido, para que comparecer ao Fórum de Justiça nesta 3ª Vara Criminal de Foz do Iguaçu, localizado na Av. Pedro Basso, 1001, Jardim Polo Centro, e efetue o pagamento das custas judiciais e multa, no valor abaixo informado, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de protesto e execução, bem como para que, mediante comprovação de propriedade, proceda a restituição do bem apreendido (BICICLETA COM MARCHAS, DE COR PRETA, COM GARUPA PRATA). E, para que chegue ao conhecimento da/o(s) mesma/o(s) e ninguém possa alegar ignorância, expediu-se o presente edital, com o prazo já mencionado e afixado no Edifício do Fórum local, no lugar de costume.

Réu: VALDELI DOS SANTOS (RG: 155884495 SSP/PR e CPF/CNPJ: 801.656.459-38); Nome da Mãe: JORGINA MARTINS DOS SANTOS Nome do Pai: AILTON DOS SANTOS; nascido aos 17/12/2000 na cidade de FOZ DO IGUAÇU/PR, atualmente em local incerto e não sabido.

Valor das Custas: R\$ 987,37;

Valor da Multa: R\$ 438,81.

DADO E PASSADO nesta comarca de Foz do Iguaçu aos 24 de setembro de 2021. Foz do Iguaçu, 24 de setembro de 2021.

ANDRE LUIZ DA SILVA

Analista Judiciário

Edital de Intimação - Prazo 20 (vinte) dias

Processo: 0037650-09.2019.8.16.0030
Classe Processual: Procedimento Especial da Lei Antitóxicos
Assunto Principal: Tráfico de Drogas e Condutas Afins
Data da Infração: 10/12/2019
Autor(s):
Vítima(s):
Réu(s):

- Ministério Público do Estado do Paraná
- Estado do Paraná
- GRASIELE APARECIDA ROZA
- Vanderleia Costa de Godoi

O Excelentíssimo Doutor Gustavo Germano Francisco Arguello, Juiz de Direito da 3ª Vara Criminal de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná, na forma da lei,

FAZ SABER, a todos quantos o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem, que não tendo sido possível intimar pessoalmente o réu abaixo nominado e qualificado abaixo, atualmente em lugar incerto e não sabido, para que comparecer ao Fórum de Justiça nesta 3ª Vara Criminal de Foz do Iguaçu, localizado na Av. Pedro Basso, 1001, Jardim Polo Centro, e constitua novo defensor nos autos em epígrafe, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de nomeação de defensor dativo. E, para que chegue ao conhecimento da/o(s) mesma/o(s) e ninguém possa alegar ignorância, expediu-se o presente edital, com o prazo já mencionado e afixado no Edifício do Fórum local, no lugar de costume.

Réu: GRASIELE APARECIDA ROZA (RG: 123171446 SSP/PR e CPF/CNPJ: 056.213.069-10); Nome da Mãe: ESTER COSTA ROZA Nome do Pai: ; nascido aos 17/09/1987 na cidade de CAMPO MOURAO/PR, atualmente em local incerto e não sabido.

DADO E PASSADO nesta comarca de Foz do Iguaçu aos 24 de setembro de 2021. Foz do Iguaçu, 24 de setembro de 2021.

ANDRE LUIZ DA SILVA

Analista Judiciário

Edital de Intimação de Sentença - Prazo 90 (noventa) dias

Processo: 0008312-53.2020.8.16.0030
Classe Processual: Ação Penal - Procedimento Ordinário
Assunto Principal: Furto Qualificado
Data da Infração: 20/03/2020
Autor(s):
Vítima(s):
Réu(s):

- Ministério Público do Estado do Paraná
- Vanderlei Triper
- JOSÉ ROBERTO ALVES
- MARCOS RIBEIRO ALVES BATISTA

O Excelentíssimo Doutor Gustavo Germano Francisco Arguello, Juiz de Direito da 3ª Vara Criminal de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná, na forma da lei, **FAZ SABER**, a todos quantos o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem, que não tendo sido possível intimar pessoalmente o sentenciado nominado e qualificado abaixo, atualmente em lugar incerto e não sabido, foi o mesmo condenado em data e às penas descritas nos supracitados autos. E, para que chegue ao conhecimento da/o(s) mesma/o(s) e ninguém possa alegar ignorância, expediu-se o presente edital, com o prazo já mencionado e afixado no Edifício do Fórum local, no lugar de costume.

Réu: MARCOS RIBEIRO ALVES BATISTA (RG: 149675647 SSP/PR e CPF/CNPJ: 443.678.338-36); Nome da Mãe: NATALIA RIBEIRO Nome do Pai: ELIAS ALVES BATISTA; nascido aos 21/07/1995 na cidade de SAO JOSE DO RIO PRETO/SP, atualmente em local incerto e não sabido.

Data da Sentença: 11/01/2021 ;

Dispositivo : Pelo exposto, considerando a prova produzida e o direito invocado, hei por bem em julgar PARCIALMENTE PROCEDENTE a denúncia dos autos, para o fim de CONDENAR os réus MARCOS RIBEIRO ALVES BATISTA e JOSÉ ROBERTO ALVES, já qualificados no preâmbulo desta, nas sanções do artigo 155, §4º, inciso IV c/c o artigo 14, inciso II, ambos do Código Penal. ;

Pena Imposta: 01 ano e 02 meses de reclusão e 07 dias-multa .

DADO E PASSADO nesta comarca de Foz do Iguaçu aos 24 de setembro de 2021.

Foz do Iguaçu, 24 de setembro de 2021.

ANDRE LUIZ DA SILVA

Analista Judiciário

Edital de Intimação de Sentença - Prazo 60 (sessenta) dias

Processo: 0008258-34.2013.8.16.0030
Classe Processual: Ação Penal de Competência do Júri
Assunto Principal: Homicídio Simples
Data da Infração: 23/02/0013
Autor(s):
Vítima(s):
Réu(s):

- Ministério Público do Estado do Paraná
- PAULO CESAR DE LIMA BRAVIN
- EDIMAR MAIA DOS SANTOS

O Excelentíssimo Doutor Gustavo Germano Francisco Arguello, Juiz de Direito da 3ª Vara Criminal de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná, na forma da lei, **FAZ SABER**, a todos quantos o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem, que não tendo sido possível intimar pessoalmente o sentenciado nominado e qualificado abaixo, atualmente em lugar incerto e não sabido, foi determinada a impronúncia do réu nos supracitados autos. E, para que chegue ao conhecimento da/o(s) mesma/o(s) e ninguém possa alegar ignorância, expediu-se o presente edital, com o prazo já mencionado e afixado no Edifício do Fórum local, no lugar de costume.

Réu: EDIMAR MAIA DOS SANTOS (RG: 106773882 SSP/PR e CPF/CNPJ: 089.382.349-08); Nome da Mãe: MARIA MAIA DOS SANTOS Nome do Pai: JOSE BARBOSA DOS SANTOS; nascido aos 15/09/1987 na cidade de FOZ DO IGUAÇU/PR, atualmente em local incerto e não sabido.

Data da Sentença: 14/05/2020;

Dispositivo : Forçoso reconhecer, portanto, que na instrução criminal, sob o crivo do contraditório e da ampla de defesa, não se produziram indícios suficientemente idôneos da responsabilidade criminal do acusado, e assim, não resta alternativa senão impronunciar o réu EDIMAR MAIA DOS SANTOS, com fundamento no disposto no art. 414, CPP, ressalvando, contudo, o disposto em seu parágrafo único. DADO E PASSADO nesta comarca de Foz do Iguaçu aos 24 de setembro de 2021.

Foz do Iguaçu, 24 de setembro de 2021.

ANDRE LUIZ DA SILVA

Analista Judiciário

Edital de Intimação de Sentença - Prazo 90 (noventa) dias

Processo: 0008312-53.2020.8.16.0030
Classe Processual: Ação Penal - Procedimento Ordinário
Assunto Principal: Furto Qualificado
Data da Infração: 20/03/2020
Autor(s):
Vítima(s):
Réu(s):

- Ministério Público do Estado do Paraná
- Vanderlei Triper
- JOSÉ ROBERTO ALVES
- MARCOS RIBEIRO ALVES BATISTA

O Excelentíssimo Doutor Gustavo Germano Francisco Arguello, Juiz de Direito da 3ª Vara Criminal de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná, na forma da lei, **FAZ SABER**, a todos quantos o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem, que não tendo sido possível intimar pessoalmente o sentenciado nominado e qualificado abaixo, atualmente em lugar incerto e não sabido, foi o mesmo condenado em data e às penas descritas nos supracitados autos. E, para que chegue ao conhecimento da/o(s) mesma/o(s) e ninguém possa alegar ignorância, expediu-se o presente edital, com o prazo já mencionado e afixado no Edifício do Fórum local, no lugar de costume.

Réu: JOSÉ ROBERTO ALVES (RG: 128086749 SSP/PR e CPF/CNPJ: 097.148.649-25); Nome da Mãe: MARIA ANTONIA DE SOUSA ALVES Nome do Pai: JOSÉ ALVES; nascido aos 04/11/1971 na cidade de CAMPO MOURAO/PR, atualmente em local incerto e não sabido.

Data da Sentença: 11/01/2021;

Dispositivo : Pelo exposto, considerando a prova produzida e o direito invocado, hei por bem em julgar PARCIALMENTE PROCEDENTE a denúncia dos autos, para o fim de CONDENAR os réus MARCOS RIBEIRO ALVES BATISTA e JOSÉ ROBERTO ALVES, já qualificados no preâmbulo desta, nas sanções do artigo 155, §4º, inciso IV c/c o artigo 14, inciso II, ambos do Código Penal ;

Pena Imposta: 01 ano e 01 mês de reclusão e 06 dias-multa .

DADO E PASSADO nesta comarca de Foz do Iguaçu aos 24 de setembro de 2021.

Foz do Iguaçu, 24 de setembro de 2021.

ANDRE LUIZ DA SILVA

Analista Judiciário

Edital de Intimação - Prazo 10 (dez) dias

Processo: 0028465-15.2017.8.16.0030
Classe Processual: Ação Penal - Procedimento Ordinário
Assunto Principal: Furto Qualificado
Data da Infração: 18/09/2017
Autor(s):
Vítima(s):
Réu(s):

- Ministério Público do Estado do Paraná
- ELIEL PEREIRA DA SILVA
- ROMUALDO DARIO DE ALCANTARA MALDONADO

O Excelentíssimo Doutor Gustavo Germano Francisco Arguello, Juiz de Direito da 3ª Vara Criminal de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná, na forma da lei,

FAZ SABER, a todos quantos o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem, que não tendo sido possível intimar pessoalmente o réu abaixo nominado e qualificado abaixo, atualmente em lugar incerto e não sabido, para que comparecer ao Fórum de Justiça nesta 3ª Vara Criminal de Foz do Iguaçu, localizado na Av. Pedro Basso, 1001, Jardim Polo Centro, e efetue o pagamento das custas judiciais e multa, no valor abaixo informado, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de protesto e execução. E, para que chegue ao conhecimento da/o(s) mesma/o(s) e ninguém possa alegar ignorância, expediu-se o presente edital, com o prazo já mencionado e afixado no Edifício do Fórum local, no lugar de costume.

Réu: ROMUALDO DARIO DE ALCANTARA MALDONADO (RG: 109591173 SSP/PR e CPF/CNPJ: 091.806.319-16); Nome da Mãe: ANGELA OLIVEIRA DE ALCANTARA Nome do Pai: NELSON DOMINGO MALDONADO FERNANDEZ; nascido aos 02/05/1992 na cidade de RAMILANDIA/PR, atualmente em local incerto e não sabido.

Valor das Custas: R\$ 931,54;

Valor da Multa: R\$ 308,80.

DADO E PASSADO nesta comarca de Foz do Iguaçu aos 24 de setembro de 2021.

Foz do Iguaçu, 24 de setembro de 2021.

ANDRE LUIZ DA SILVA

Analista Judiciário

Edital de Intimação - Prazo 10 (dez) dias

Processo: 0026705-94.2018.8.16.0030
Classe Processual: Ação Penal - Procedimento Ordinário
Assunto Principal: Furto
Data da Infração: 06/05/2018
Autor(s):
Vítima(s):
Réu(s):

- Ministério Público do Estado do Paraná
- JOÃO NOGUEIRA NETO
- LUIZ SERGIO BATISTA

O Excelentíssimo Doutor Gustavo Germano Francisco Arguello, Juiz de Direito da 3ª Vara Criminal de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná, na forma da lei,

FAZ SABER, a todos quantos o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem, que não tendo sido possível intimar pessoalmente o réu abaixo nominado e qualificado abaixo, atualmente em lugar incerto e não sabido, para que comparecer ao Fórum de Justiça nesta 3ª Vara Criminal de Foz do Iguaçu, localizado na Av. Pedro Basso, 1001, Jardim Polo Centro, e efetue o pagamento das custas judiciais e multa, no valor abaixo informado, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de protesto e execução. E, para que chegue ao conhecimento da/o(s) mesma/o(s) e ninguém possa alegar ignorância, expediu-se o presente edital, com o prazo já mencionado e afixado no Edifício do Fórum local, no lugar de costume.

Réu: LUIZ SERGIO BATISTA (RG: 80169671 SSP/PR e CPF/CNPJ: 048.961.699-21); Nome da Mãe: DIRCE INES BATISTA Nome do Pai: ANTONIO FRANCISCO BATISTA; nascido aos 06/01/1975 na cidade de FOZ DO IGUAÇU/PR, atualmente em local incerto e não sabido.

Valor das Custas: R\$ 874,82;

Valor da Multa: R\$ 375,96.

DADO E PASSADO nesta comarca de Foz do Iguaçu aos 24 de setembro de 2021.

Foz do Iguaçu, 24 de setembro de 2021.

ANDRE LUIZ DA SILVA
Analista Judiciário**Edital de Intimação - Prazo 10 (dez) dias**

Processo: 0028515-70.2019.8.16.0030
Classe Processual: Procedimento Especial da Lei Antitóxicos
Assunto Principal: Tráfico de Drogas e Condutas Afins
Data da Infração: 22/09/2019
Autor(s):
Réu(s):
 • Ministério Público do Estado do Paraná
 • JULIO CESAR RAMOS PRIMO

O Excelentíssimo Doutor Gustavo Germano Francisco Arguello, Juiz de Direito da 3ª Vara Criminal de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná, na forma da lei, **FAZ SABER**, a todos quantos o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem, que não tendo sido possível intimar pessoalmente o réu abaixo nominado e qualificado abaixo, atualmente em lugar incerto e não sabido, para que comparecer ao Fórum de Justiça nesta 3ª Vara Criminal de Foz do Iguaçu, localizada na Av. Pedro Basso, 1001, Jardim Polo Centro, e efetue o pagamento das custas judiciais e multa, no valor abaixo informado, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de protesto e execução. E, para que chegue ao conhecimento da(o)s mesma(o)s e ninguém possa alegar ignorância, expediu-se o presente edital, com o prazo já mencionado e afixado no Edifício do Fórum local, no lugar de costume.

Réu: JULIO CESAR RAMOS PRIMO (RG: 157393332 SSP/PR e CPF/CNPJ: 708.449.241-05); Nome da Mãe: ROSANGELA CAROLINA RAMOS Nome do Pai: WELINGTON PRIMO DA CONCEIÇÃO; nascido aos 07/04/2001 na cidade de ITABERA/GO, atualmente em local incerto e não sabido.

Valor das Custas: R\$ 475,02;
Valor da Multa: R\$ 8.626,16.

DADO E PASSADO nesta comarca de Foz do Iguaçu aos 24 de setembro de 2021.
Foz do Iguaçu, 24 de setembro de 2021.
ANDRE LUIZ DA SILVA
Analista Judiciário

Edital de Intimação de Sentença - Prazo 90 (noventa) dias

Processo: 0031311-97.2020.8.16.0030
Classe Processual: Ação Penal - Procedimento Ordinário
Assunto Principal: Crimes do Sistema Nacional de Armas
Data da Infração: 11/12/2020
Autor(s):
Réu(s):
 • Ministério Público do Estado do Paraná
 • MARCOS DANIEL DE MORAES

O Excelentíssimo Doutor Gustavo Germano Francisco Arguello, Juiz de Direito da 3ª Vara Criminal de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná, na forma da lei, **FAZ SABER**, a todos quantos o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem, que não tendo sido possível intimar pessoalmente o sentenciado nominado e qualificado abaixo, atualmente em lugar incerto e não sabido, foi o mesmo condenado em data e às penas descritas nos supracitados autos. E, para que chegue ao conhecimento da(o)s mesma(o)s e ninguém possa alegar ignorância, expediu-se o presente edital, com o prazo já mencionado e afixado no Edifício do Fórum local, no lugar de costume.

Réu: MARCOS DANIEL DE MORAES (RG: 158677270 SSP/PR e CPF/CNPJ: 052.313.141-02); Nome da Mãe: ENI APARECIDA DE MORAES Nome do Pai: ; nascido aos 24/02/2002 na cidade de FOZ DO IGUAÇU/PR, atualmente em local incerto e não sabido.

Data da Sentença: 26/03/2021;
Dispositivo : Ante o exposto, considerando a prova produzida e o direito invocado, hei por bem em julgar PROCEDENTE a denúncia de mov. 29.1 dos autos, para o fim de CONDENAR o réu MARCOS DANIEL DE MORAES, já qualificado no preâmbulo desta, como incurso nas sanções do artigo 12, da Lei nº 10.826/03;
Pena Imposta: um (01) ano de detenção e 10 dias-multa.

DADO E PASSADO nesta comarca de Foz do Iguaçu aos 24 de setembro de 2021.
Foz do Iguaçu, 24 de setembro de 2021.
ANDRE LUIZ DA SILVA
Analista Judiciário

VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE**Edital de Intimação****PODER JUDICIÁRIO JUÍZO DE DIREITO DA VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE****COMARCA DE FOZ DO IGUAÇU - ESTADO DO PARANÁ**Av. Pedro Basso, 1001, Jd. Pólo Centro, CEP 85863-756 - fone/fax (45) 3308-8013
E-mail: fozdoiguacuvaradainfanciaejuventude@tjpr.jus.br**EDITAL DE INTIMAÇÃO AUDIÊNCIA**

A MM. JUÍZA DE DIREITO DA VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE DA COMARCA DE FOZ DO IGUAÇU, ESTADO DO PARANÁ, NA FORMA DA LEI, ETC.

FAZ SABER a todos quando do presente edital vir ou dele tiverem conhecimento, especialmente a requerida **Sra. Luciana Aparecida Roberto**, para que, atualmente em lugar incerto e não sabido, que por este Juízo se processam os autos de **Petição Infância e Juventude Cível - Acolhimento institucional, sob o nº 0004407-06.2021.8.16.0030**, em que à seq. 185.1, foi proferido a seguinte decisão: "X. Designo o dia 06 de outubro de 2021, às 14:00 horas, para realização de audiência de instrução e julgamento, na qual serão ouvidos: os genitores, as testemunhas arroladas na inicial, bem como eventuais testemunhas arroladas pela Defesa."

OBS.: Este Juízo pode ser contatado através do telefone e/ou aplicativo Whatsapp: 45 3308-8013.

Assim, o acesso aos autos está à disposição para as partes, bastando contatar a secretaria (endereço no cabeçalho). Observação: Este processo tramita através do sistema PROJUDI - <https://portal.tjpr.jus.br/projudi/>. O acesso ao sistema pelos advogados depende de prévio cadastro realizado pela OAB/PR, o qual é obrigatório para manifestação nos autos. Documentos (procuração, contestação etc.) devem ser juntados aos autos em formato PDF em arquivos com no máximo 2MB cada.

E para que não se alegue ignorância ou desconhecimento foi expedido o presente edital com prazo de 20 (vinte) dias.

Dado e passado nesta cidade e Comarca de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná, 23/09/2021. Eu, Matheus Henrique Pesamosca Costa, estagiário de Direito, o digitei. (Assinado Digitalmente)

LUCIANA ASSAD LUPPI BALLALAI
Juíza de Direito

EDITAL DE INTIMAÇÃO**PAZO 10 (DEZ) DIAS**

A MM. JUÍZA DE DIREITO DA VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE DA COMARCA DE FOZ DO IGUAÇU, ESTADO DO PARANÁ, NA FORMA DA LEI, ETC.

FAZ SABER a todos quando do presente edital vir ou dele tiverem conhecimento, especialmente o requerido **Sr. Armelindo Olson**, para que, atualmente em lugar incerto e não sabido, que por este Juízo se processam os autos de **Petição Infância e Juventude Cível - Acolhimento Institucional, sob o nº 0028743-11.2020.8.16.0030**, em que à seq. 177.1 foi proferido a seguinte decisão: "Designo o dia 06 de outubro de 2021, às 16:00 horas, para realização de audiência de instrução e julgamento, na qual serão ouvidos: o genitor, as testemunhas arroladas na inicial, bem como eventuais testemunhas arroladas pela Defesa".

OBS.: Este Juízo pode ser contatado através do telefone e/ou aplicativo Whatsapp: 45 3308-8013.

Assim, o acesso aos autos está à disposição para as partes, bastando contatar a secretaria (endereço no cabeçalho). Observação: Este processo tramita através do sistema PROJUDI - <https://portal.tjpr.jus.br/projudi/>. O acesso ao sistema pelos advogados depende de prévio cadastro realizado pela OAB/PR, o qual é obrigatório para manifestação nos autos. Documentos (procuração, contestação etc.) devem ser juntados aos autos em formato PDF em arquivos com no máximo 2MB cada.

E para que não se alegue ignorância ou desconhecimento foi expedido o presente edital com prazo de 20 (vinte) dias.

Dado e passado nesta cidade e Comarca de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná, 22/09/2021. Eu, Luana Maioli Barros, estagiária de Direito, o digitei.

(Assinado Digitalmente)
LUCIANA ASSAD LUPPI BALLALAI
Juíza de Direito Substituto

FRANCISCO BELTRÃO**1ª VARA CÍVEL E DA FAZENDA PÚBLICA****Edital de Intimação**

Poder Judiciário do Estado do Paraná
JUÍZO DE DIREITO DA 01ª VARA CÍVEL, VARA DA FAZENDA PÚBLICA E COMPETÊNCIA DELEGADA DA COMARCA DE FRANCISCO BELTRÃO - PR
Rua Tenente Camargo, 2112 - Francisco Beltrão/PR - CEP: 85.601-610
Fone: (46) 3520-0000

EDITAL DE LEILÃO E INTIMAÇÃO DE ALIENAÇÃO JUDICIAL

Pelo presente se faz saber a todos, que será levado a arrematação, em primeiro e segundo leilão conforme Lei 13.105/2015, o(s) bem(ns) adiante descrito(s), na forma seguinte:

1º LEILÃO: Somente na modalidade eletrônica, no dia 26/10/2021, às 13:30 horas, por valor não inferior a 75% da avaliação (art. 94 inciso III, da Portaria 03/2016 deste Juízo).

2º LEILÃO: Somente na modalidade eletrônica, no dia 09/11/2021, às 13:30 horas, na segunda praça, o bem penhorado poderá ser arrematado por qualquer preço, exceto vil. Será considerado - via de regra - preço vil aquele inferior a 50% (cinquenta por cento) do valor da avaliação (art. 891 do CPC).

O interessado em ofertar lances de forma eletrônica, deverá efetuar cadastro prévio junto ao site do leiloeiro - www.simonleiloes.com.br - sendo o cadastro requisito indispensável para participação na alienação judicial eletrônica, responsabilizando-se o usuário, civil e criminalmente pelas informações lançadas por ocasião do cadastramento. Os lançadores on-line estarão vinculados às mesmas normas processuais e procedimentais destinadas aos lançadores de leilões presenciais, inclusive quanto à responsabilidade civil e criminal.

LOCAL: Exclusivamente on-line no site do leiloeiro - www.simonleiloes.com.br

PROCESSO: Autos 0004708-61.2016.8.16.0083 de Execução Fiscal em que é Exequente MUNICÍPIO DE FRANCISCO BELTRÃO/PR - CNPJ 77.816.510/0001-66 e Executado(s) BELSYSTEM SISTEMAS DE AUTOMAÇÃO LTDA. ME - CNPJ 03.962.931/0001-69

DESCRIÇÃO DO(S) BEM(NS): Veículo Marca/Modelo: VW/GOL 1.0 GIV, Renavam: 0047.013372-4, Chassi: 9BWAA05W9DP027182, Placa: AVM-3703, Município: FRANCISCO BELTRÃO / PR, Ano de fabricação/modelo: 2012/2013, Combustível: ALCOOL/GASOLINA, Cor: BRANCA.

AVALIAÇÃO: R\$ 18.106,00 (dezoito mil e cento e seis reais) em 08/02/2021.

DEPÓSITO: Em mãos do representante legal da empresa executada, Sr. Nivaldo Schlikman, podendo ser encontrado na Rua Bahia, 417 SALA 01 - Presidente Kennedy - FRANCISCO BELTRÃO/PR.

DÍVIDA: R\$ 2.029,35 (dois mil, vinte e nove reais e trinta e cinco centavos) em 07/07/2021, valor sujeito à atualização mais as custas processuais.

ÔNUS: Os que constarem nos autos

CONDIÇÕES DE PAGAMENTO: O pagamento deverá ser realizado à vista pelo arrematante, alternativamente, o valor da arrematação poderá ser quitado no prazo de até 15 dias, mediante caução idônea, prestada no ato, equivalente a 25% do valor da arrematação. Na hipótese do arrematante deixar de quitar o valor no prazo de 15 dias, perderá o valor da caução, tornando sem efeito a arrematação e retornando o bem à novo leilão, dos quais não serão admitidos a participar o arrematante e o fiador remissos. Nos pagamentos via guia judicial, deverão ser desconsideradas as datas de vencimento indicadas nas guias, devendo o arrematante observar os prazos estabelecidos no presente edital.

CONDIÇÕES GERAIS: Os bens serão vendidos livre de dívidas e ônus de acordo com o art. 130 § único do Código Tributário Nacional, exceto em caso de adjudicação. Os bens serão vendidos no estado que se encontram, inexistindo garantia sobre os mesmos, e para os imóveis a venda será *ad corpus*, assumindo o arrematante a retirada dos bens, posse no imóvel, impostos e taxas que recaírem sobre os bens para transferência junto aos órgãos competentes. Caberá ao arrematante arcar com o custo de expedição da respectiva Carta de Arrematação ou Mandado de Entrega, cujos valores deverão ser recolhidos diretamente à Vara onde tramitam os autos a que se referem o presente edital.

LEILOEIRO: Elton Luiz Simon, Jucepar 09/023-L, fone (46) 3225-2268, www.simonleiloes.com.br os honorários do leiloeiro corresponderão a 5% (cinco por cento) do valor do lance, sob responsabilidade do arrematante e deverão ser depositados no ato.

INTIMAÇÃO: Fica(m) desde logo intimado(s) o(s) executado(s) cônjuge(s), condômino(s), coproprietário(s), usufrutuário(s), credor(es) hipotecário(s), fiduciário(s) e demais credores de acordo com o art. 889 do CPC.

OBS: O juízo responsável pela designação da hasta pública ou o leiloeiro público oficial não serão responsabilizados por qualquer dano, prejuízo ou perda no equipamento do usuário causados por quedas ou falhas no sistema, no servidor ou na internet, posto que a internet e o site do leiloeiro são apenas facilitadores de oferta. Francisco Beltrão/PR, 23/09/2021. Eu,.....(Mariana Maggioni Teixeira), Técnica Judiciária, o fiz digitar e subscrevi.

JOSEANE CATUSSO LOPES DE OLIVEIRA

Juiz(a) de Direito (Substituto(a))

GOIOERÊ

**VARA CÍVEL, DA FAZENDA PÚBLICA,
ACIDENTES DO TRABALHO, REGISTROS
PÚBLICOS E CORREGEDORIA
DO FORO EXTRAJUDICIAL**

Edital de Citação**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ****COMARCA DE GOIOERÊ**

VARA CÍVEL DE GOIOERÊ - PROJUDI
Avenida Libertadores da América, 329 -
Fórum - Jardim Lindóia - Goioerê/PR - CEP:
87.360-000 - Fone: 44-35211002 - E-mail:
goi-1vj-s@tjpr.jus.br

Autos nº. 0002974-96.2021.8.16.0084

Processo:

Classe Processual:

Assunto Principal:

Valor da Causa:

Autor(s):

0002974-96.2021.8.16.0084

Usucapião

Usufruto

R\$10.000,00

- ALESSANDRA DE LAMA ADAO (CPF/CNPJ: 066.759.859-65) RUA ANTONIO CARLIS, 171 - CONJUNTO BELA VISTA - QUARTO CENTENÁRIO/PR - CEP: 87.365-000
- COMPANHIA DE HABITACAO DO PARANA (CPF/CNPJ: 76.592.807/0001-22) Marechal Deodoro da Fonseca, 1133 - Centro - CURITIBA/PR - CEP: 80.060-010
- ADVOCACIA GERAL DA UNIAO - AGU (CPF/CNPJ: 26.994.558/0001-23) MARINGA - PR, 00 - CENTRO - MARINGÁ/PR
- ESTADO DO PARANÁ (CPF/CNPJ: 76.416.940/0001-28) Praça Nossa Senhora de Salette, S/N Palácio Iguaçu - Centro Cívico - CURITIBA/PR - CEP: 80.530-909
- INSTITUTO AGUA E TERRA (CPF/CNPJ: 68.596.162/0001-78) Rua Engenheiros Rebouças, 1206 - Rebouças - CURITIBA/PR - CEP: 80.215-100
- INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA (CPF/CNPJ: 00.375.972/0011-32) Rua Presidente Faria, 248 8º Andar - Centro - CURITIBA/PR - CEP: 80.020-290
- Iraci da Costa Siebra (CPF/CNPJ: 467.817.499-00) Rua Antonio Carlis, 201 - Centro - QUARTO CENTENÁRIO/PR - CEP: 87.365-000
- JOSE FARIAS (RG: 40276815 SSP/PR e CPF/CNPJ: 446.303.369-15) Antonio Carlis, 163 casa - Centro - 4º CENTENÁRIO/PR - CEP: 87.365-000
- José Roberto dos Santos (RG: 39860910 SSP/PR e CPF/CNPJ: 446.119.359-49) Rua Antonio Carlis, 177 - Centro - QUARTO CENTENÁRIO/PR - CEP: 87.365-000

Réu(s):

Terceiro(s):

• **MANOEL CICERO JOVINO DA SILVA**
(RG: 46982916 SSP/PR e CPF/CNPJ: 446.211.919-34)
Rua Manoel Pires, 130 - Conjunto Bela Vista - QUARTO CENTENÁRIO/PR - CEP: 87.365-000

• **Município de Quarto Centenário/PR** (CPF/CNPJ: 01.619.104/0001-41)
AVENIDA DOUTOR HEMERSON SIQUEIRA E SILVA, 594 TERREO - Centro - QUARTO CENTENÁRIO/PR - CEP: 87.365-000

EDITAL DE CITAÇÃO DOS RÉUS AUSENTES, INCERTOS E DESCONHECIDOS **PRAZO: TRINTA (30) DIAS**

A Exma. Senhora Doutora FABIANA MATIE SATO, MM. Juíza de Direito da Vara Cível e anexos da Comarca de Goioerê, Estado do Paraná.

Faz saber a todos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, expedido dos autos nº **0002974-96.2021.8.16.0084** de USUCAPÍO, requerido por **ALESSANDRA DE LAMA ADAO** sobre o seguinte imóvel: O imóvel usucapindo possui área total de 163,85 m² (cento e sessenta e três vírgula oitenta e cinco metros quadrados), sendo constituído de 8,95 (oito vírgula noventa e cinco metros) na linha de frente, de quem olha de frente do imóvel, pelo lado esquerdo possui 18,06 (dezoito e seis metros) de profundidade, pelo lado direito 18,50 (dezoito e cinquenta metros) de profundidade, e de fundos 9,00 (nove metros), Matrícula nº 19.589, registrado no CRI de Goioerê-Pr.

Ficando devidamente citados os interessados, para querendo, no prazo de 15 (quinze) dias, contados da fluência do prazo de edital citatório, sob pena de presumirem como verdadeiros os fatos alegados na inicial.

E para que chegue ao conhecimento de todos mandou expedir o presente edital que será afixado no lugar de costume do Fórum local, e publicado na forma da lei.

CUMPRÁ-SE. DADO E PASSADO nesta cidade e Comarca de Goioerê, Estado do Paraná. NADA MAIS. Eu, Anna Carolina Bini Cunha Scarpari, Chefe de Secretaria, que digitei e subscrevi

(Documento assinado e datado digitalmente)

Anna Carolina Bini Cunha Scarpari

Analista Judiciária/Chefe da Secretaria Cível

Por Ordem da MM. Juíza de Direito

Edital de Intimação

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ COMARCA DE GOIOERÊ VARA CÍVEL DE GOIOERÊ - PROJUDI Avenida Libertadores da América, 329 - Fórum - Jardim Lindóia - Goioerê/PR - CEP: 87.360-000 - Fone: 44-35211002 - E-mail: goi-1vj-s@tjpr.jus.br Autos nº. 0004230-11.2020.8.16.0084 Processo: 0004230-11.2020.8.16.0084 Classe Processual: Interdição/Curatela Assunto Principal: Nomeação Valor da Causa: R\$1.045,00 Requerente(s): VALDECI DE OLIVEIRA FERNANDES SILVA (RG: 39856999 SSP/PR e CPF/CNPJ: 517.583.349-91) avenida contorno norte, 293 - GOIOERÊ/PR - CEP: 87.360-000 Requerido(s): IDANETE MORENO FERNANDES (RG: 51448537 SSP/PR e CPF/CNPJ: 671.168.689-68) avenida contorno norte, 293 - JD. CURITIBA - GOIOERÊ/PR - CEP: 87.360-000 Terceiro(s): ESTADO DO PARANÁ (CPF/CNPJ: 76.416.940/0001-28) Praça Nossa Senhora de Salette, S/N Palácio Iguaçu - Centro Cívico - CURITIBA/PR - CEP: 80.530-909 EDITAL DE INTIMAÇÃO PRAZO: DEZ (10) DIAS INTERDITADO: IDANETE MORENO FERNANDES A Exma. Senhora Doutora FABIANA MATIE SATO, MM. Juíza de Direito da Vara Cível e anexos da Comarca de Goioerê, Estado do Paraná, Faz saber a todos quantos virem o presente edital, ou dele tiverem conhecimento, que por este Juízo foi declarada a INTERDIÇÃO de IDANETE MORENO FERNANDES, Brasileira, solteira, desempregada, portadora da carteira de identidade nº 5144853-7 e do CPF nº 67116868968, portador de deficiência mental, incapaz de reger sua própria vida sendo-lhe nomeado CURADORA a Sra: VALDECI DE OLIVEIRA FERNANDES SILVA nos autos nº 0004230-11.2020.8.16.0084 de INTERDIÇÃO. A Curatela é por tempo definitivo, e tem a finalidade de reger a interditada os aspectos patrimoniais e negociais. Sentença: PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ COMARCA DE GOIOERÊ VARA CÍVEL DE GOIOERÊ - PROJUDI Avenida Libertadores da América, 329 - Fórum - Jardim Lindóia - Goioerê/PR - CEP: 87.360-000 - Fone: 44-35211002 - E-mail: goi-1vj-s@tjpr.jus.br Autos nº. 0004230-11.2020.8.16.0084 Processo: 0004230-11.2020.8.16.0084 Classe Processual: Interdição/Curatela Assunto Principal: Nomeação Valor da Causa: R\$1.045,00 Requerente(s): VALDECI DE OLIVEIRA FERNANDES SILVA (RG: 39856999 SSP/PR e CPF/CNPJ: 517.583.349-91) avenida contorno norte, 293 - GOIOERÊ/PR - CEP: 87.360-000 Requerido(s): IDANETE MORENO FERNANDES (RG: 51448537 SSP/PR e CPF/CNPJ: 671.168.689-68) avenida contorno norte, 293 - JD. CURITIBA - GOIOERÊ/PR - CEP: 87.360-000 I. RELATÓRIO VALDECI

DE OLIVEIRA FERNANDES SILVA propôs ação de interdição em face da irmã Idanete Moreno Fernandes, sob a alegação de que a interditanda encontra-se impossibilitada de praticar os atos da vida civil, pois é portadora de deficiência mental, por isso, requer seja nomeado como curadora (seq. 1.1). Liminar indeferida, na seq. 12. Consulta negativa, via RENAJUD, na seq. 16. Certidão negativa, do CRI, na seq. 18. Estudo social na seq. 38. Avaliação médica na seq. 42. Contestação na seq. 49. Manifestação favorável do Ministério Público, na seq. 57. Na seq. 63, a parte autora informou que a interditanda Idanete Moreno Fernandes possui Esquizofrenia (CID 10 - F20). É o relatório do essencial. Passo a decidir. II. FUNDAMENTAÇÃO 1. A autora afirma que a interditanda é portadora de Esquizofrenia Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE Validação deste em <https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/> - Identificador: PJXW3 LF8CV QFPJR T3CSU PROJUDI - Processo: 0004230-11.2020.8.16.0084 - Ref. mov. 80.1 - Assinado digitalmente por Anna Carolina Bini Cunha Scarpari 18/08/2021: EXPEDIÇÃO DE EDITAL/INTIMAÇÃO. Arq: Edital (CID 10 - F20), encontra-se impossibilitada de praticar os atos da vida civil. Realizada avaliação (seq. 42), o médico informou que a doença da interditanda é permanente, e não possui condições de discernimento e Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE Validação deste em <https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/> - Identificador: PJX35 FVP39 RH6MW PKEBD PROJUDI - Processo: 0004230-11.2020.8.16.0084 - Ref. mov. 65.1 - Assinado digitalmente por Fabiana Matie Sato:12707 30/07/2021: JULGADA PROCEDENTE A AÇÃO. Arq: Sentença capacidade de por si só gerir sua pessoa e administrar seus bens. No ato de citação, o oficial de justiça observou que ela fala coisa sem sentido, seq. 23. Conforme Estudo social, de seq. 38, a autora informou que a interditanda mora com seus pais Antônio Moreno Fernandes de, 84 anos, e Eliza de Oliveira Fernandes, de 73 anos. A autora mora ao lado da interditanda e explicou que ajuizou a ação de Interdição pois a família possui o objetivo de pedir ao INSS o Benefício de prestação Continuada em favor da interditanda. Caso o pedido de LOAS seja concedido, está disposta a ser responsável em administrar o benefício, visto que sua irmã não apresenta condições de administra-lo. Da avaliação médica e audiência, denota-se que a interditanda sofre limitações de natureza psíquica. Não possui condições de discernimento, e aptidão para, por si só, gerir sua pessoa e administrar seus bens. Atualmente está incapacitada para a realização dos atos da vida civil, e sua irmã VALDECI DE OLIVEIRA FERNANDES SILVA é pessoa apta a exercer a curatela. Já está em vigência em nosso Direito o Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015), que deu disciplina totalmente nova ao tratamento jurídico atribuído às pessoas com deficiência intelectual ou física. Diz o art. 2º da Lei nº 13.146/2015: "Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas". O art. 6º, por sua vez, é categórico em dizer que "A deficiência não afeta a plena capacidade civil da pessoa (...)" . Nessa esteira, o art. 114 da Lei revogou os incisos do art. 3º do Código Civil, retirando do mundo jurídico a previsão de incapacidade civil absoluta decorrente de deficiência mental ou física. Art. 6º. A deficiência não afeta a plena capacidade civil da pessoa, inclusive para: I - casar-se e constituir união estável; II - exercer direitos sexuais e reprodutivos; III - exercer o direito de decidir sobre o número de filhos e de ter acesso a informações adequadas sobre reprodução e planejamento familiar; IV - conservar sua fertilidade, sendo vedada a esterilização compulsória; V - exercer o direito à família e à convivência familiar e Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE Validação deste em <https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/> - Identificador: PJX35 FVP39 RH6MW PKEBD PROJUDI - Processo: 0004230-11.2020.8.16.0084 - Ref. mov. 65.1 - Assinado digitalmente por Fabiana Matie Sato:12707 30/07/2021: JULGADA PROCEDENTE A AÇÃO. Arq: Sentença comunitária; e VI - exercer o direito à guarda, à tutela, à curatela e à adoção, como adotante ou adotando, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas. O art. 84 do Estatuto afirma que "A pessoa com deficiência tem assegurado o direito ao exercício de sua capacidade legal em igualdade de condições com as demais pessoas". O § 1º autoriza, quando necessário a submissão do deficiente à curatela, com a ressalva do § 3º no sentido de que "A definição de curatela de pessoa com deficiência constitui medida protetiva extraordinária, proporcional às necessidades e às circunstâncias de cada caso, e durará o menor tempo possível". O caput do art. 85, na mesma linha, prevê que "A curatela afetará tão somente os atos relacionados aos direitos de natureza patrimonial e negocial", constituindo, nos termos do § 2º, "medida extraordinária, devendo constar da sentença as razões e motivações de sua definição, preservados os interesses do curatelado". Comenta a novidade legislativa o PABLO STOLZE GAGLIANO [1]: Em verdade, o que o Estatuto pretendeu foi, homenageando o princípio da dignidade da pessoa humana, fazer com que a pessoa com deficiência deixasse de ser "rotulada" como incapaz, para ser considerada - em uma perspectiva constitucional isonômica - dotada de plena capacidade legal, ainda que haja a necessidade de adoção de institutos assistenciais específicos, como a tomada de decisão apoiada e, extraordinariamente, a curatela, para a prática de atos na vida civil. De acordo com este novo diploma, a curatela, restrita a atos relacionados aos direitos de natureza patrimonial e negocial (art. 85, caput), passa a ser uma medida extraordinária: Art. 85, § 2º. A curatela constitui medida extraordinária, devendo constar da sentença as razões e motivações de sua definição, preservados os interesses do curatelado. Temos, portanto, um novo sistema que, vale salientar, fará com que se configure como "imprecisão técnica" considerar-se a pessoa com deficiência incapaz. Ela é dotada de capacidade legal, ainda que se valha de institutos assistenciais para a condução da sua própria vida. O estatuto traz regulamentação ampla acerca das consequências jurídicas da deficiência, afastando Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE

Validação deste em <https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/> - Identificador: PJXW3 LF8CV QFPJR T3CSU PROJUDI - Processo: 0004230-11.2020.8.16.0084 - Ref. mov. 80.1 - Assinado digitalmente por Anna Carolina Bini Cunha Scarpari 18/08/2021: EXPEDIÇÃO DE EDITAL/INTIMAÇÃO. Arq: Edital cabalmente a conclusão acerca da existência de Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE Validação deste em <https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/> - Identificador: PJX35 FVP39 RH6MW PKEBD PROJUDI - Processo: 0004230-11.2020.8.16.0084 - Ref. mov. 65.1 - Assinado digitalmente por Fabiana Matie Sato:12707 30/07/2021: JULGADA PROCEDENTE A AÇÃO. Arq: Sentença incapacidade e regulamentando a forma de exercício de direitos tendo em conta a especial condição do deficiente, sempre reservando a curatela como medida de última ratio. Nesse norte, afastou-se a exigência de termo de curatela em diversas situações, como na emissão de documentos oficiais (art. 86) e para o requerimento e recebimento de benefícios previdenciários, a partir da inclusão, pelo art. 101 do Estatuto, do art. 110-A à Lei nº 8.213/1991, que diz: Art. 110-A. No ato de requerimento de benefícios operacionalizados pelo INSS, não será exigida apresentação de termo de curatela de titular ou de beneficiário com deficiência, observados os procedimentos a serem estabelecidos em regulamento. Sendo a pessoa deficiente detentora de capacidade civil plena, somente se admite o processamento da interdição (entendida como ação de imposição de curatela e não mais voltada à declaração da incapacidade civil) quando demonstrada a imperiosa necessidade de prática de atos de gestão patrimonial pelo curador em razão da impossibilidade do exercício de seus direitos pelo interditando e quando for impossível recorrer-se ao mecanismo da tomada de decisão apoiada (como, por exemplo, quando o interditando possuir patrimônio que exija gestão e não tenha condições de tomar decisões referentes a essa gestão). O simples manejo da demanda como forma de viabilizar o acesso ao recebimento de benefícios previdenciários não mais conta com o beneplácito da lei. É que a curatela é desnecessária para isso e sua utilização com essa finalidade constitui banalização da medida protetiva extraordinária, cabendo ao interditando, caso encontre resistência em fazer valer seus direitos frente à autarquia previdenciária, valer-se dos remédios jurídicos cabíveis para sanar a situação. Tendo em conta tais lineamentos, entendo que, no caso, o laudo pericial trazido ao processo revela que a(o) interditando(a) não tem condições mínimas de gerir atos de natureza patrimonial e negocial, o que justifica, portanto, sua submissão aos termos da curatela, nos termos do art. 85 da Lei nº 13.146/2015. Isso não implicará, por outro lado, declaração de incapacidade civil, já que não mais remanescem tais figuras no art. 3º do Código Civil, mas sim de incapacidade relativa, reconhecida àqueles que, por causa transitória ou permanente, não puderem exprimir sua vontade, conforme CC, art. 4º, inciso III: Art. 4 São incapazes, relativamente a certos atos ou à maneira de os exercer: I - os maiores de dezesseis e menores de dezoito anos; II - os ébrios habituais e os viciados em tóxico; Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE Validação deste em <https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/> - Identificador: PJX35 FVP39 RH6MW PKEBD PROJUDI - Processo: 0004230-11.2020.8.16.0084 - Ref. mov. 65.1 - Assinado digitalmente por Fabiana Matie Sato:12707 30/07/2021: JULGADA PROCEDENTE A AÇÃO. Arq: Sentença III - aqueles que, por causa transitória ou permanente, não puderem exprimir sua vontade; IV - os pródigos. III. DISPOSITIVO Ante o exposto, JULGO PROCEDENTE o pedido para, em razão da INCAPACIDADE RELATIVA, prevista no CC, art. 4º, com a nova redação dada pela Lei nº 13.146/2015, submeter a pessoa de Idanete Moreno Fernandes, Brasileira à curatela restrita aos aspectos patrimoniais e negociais, a ser exercida pela curadora VALDECI DE OLIVEIRA FERNANDES SILVA, com o dever de prestar contas. Custas, na forma da lei, e observada a justiça gratuita (seq. 9). Arbitro a título de honorários advocatícios, à curadora especial, Dra CAMILA BESSANI BORGES, o valor de R\$ 300,00, a serem pagos pelo Estado. Lavre-se o termo, mediante compromisso legal. Inscreva-se no Registro Civil a presente sentença e cumpra-se as regras pertinentes previstas no Código de Normas. Cumpra-se o disposto no art. 755, § 3º, do CPC: A sentença de interdição será inscrita no registro de pessoas naturais e imediatamente publicada na rede mundial de computadores, no sítio do tribunal a que estiver vinculado o juízo e na plataforma de editais do Conselho Nacional de Justiça, onde permanecerá por 6 (seis) meses, na imprensa local, 1 (uma) vez, e no órgão oficial, por 3 (três) vezes, com intervalo de 10 (dez) dias, constando do edital os nomes do interditado e do curador, a causa da interdição, os limites da curatela e, não sendo total a interdição, os atos que o interditado poderá praticar autonomamente. Oficie-se a Justiça Eleitoral do Paraná. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Ciência ao Ministério Público. [1] STOLZE, Pablo. Estatuto da Pessoa com Deficiência e sistema de incapacidade civil. Revista Jus Navigandi, Teresina, ano 20, n. 4411, 30jul. 2015. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/41381/o-estatuto-da-pessoa-com-deficiencia-e-o-sistema-juridico-brasileiro-de-incapacidade-civil>. Acesso em: 3 fev. 2016. Goioerê, 30 de julho de 2021 Fabiana Matie Sato Juíza de Direito Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE Validação deste em <https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/> - Identificador: PJXW3 LF8CV QFPJR T3CSU PROJUDI - Processo: 0004230-11.2020.8.16.0084 - Ref. mov. 80.1 - Assinado digitalmente por Anna Carolina Bini Cunha Scarpari 18/08/2021: EXPEDIÇÃO DE EDITAL/INTIMAÇÃO. Arq: Edital Validação deste em <https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/> - Identificador: PJX35 FVP39 RH6MW PKEBD PROJUDI - Processo: 0004230-11.2020.8.16.0084 - Ref. mov. 65.1 - Assinado digitalmente por Fabiana Matie Sato:12707 30/07/2021: JULGADA PROCEDENTE A AÇÃO. Arq: Sentença O presente edital será publicado por três (3) vezes no Diário da Justiça do Estado do Paraná com intervalo de dez (10) dias. DADO E PASSADO nesta cidade e Comarca de Goioerê, Estado do Paraná. NADA MAIS. Eu, Anna Carolina Bini Cunha Scarpari, Chefe de Secretaria, que digitei e

subscrevi. (Documento assinado e datado digitalmente) Anna Carolina Bini Cunha Scarpari Analista Judiciária/Chefe da Secretaria Cível Por Ordem da MM. Juíza de Direito Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE Validação deste em <https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/> - Identificador: PJXW3 LF8CV QFPJR T3CSU PROJUDI - Processo: 0004230-11.2020.8.16.0084 - Ref. mov. 80.1 - Assinado digitalmente por Anna Carolina Bini Cunha Scarpari 18/08/2021: EXPEDIÇÃO DE EDITAL/INTIMAÇÃO. Arq: Edital

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ COMARCA DE GOIOERÊ

VARA DA FAZENDA PÚBLICA DE GOIOERÊ - PROJUDI
Avenida Libertadores da América, 329 - Fórum - Jardim Lindóia - Goioerê/PR - CEP: 87.360-000 - Fone: 44-35211007

EDITAL DE INTIMAÇÃO

PRAZO: TRINTA (30) DIAS

INTIMADO(S): Jaime Alves de Lima (CPF/CNPJ: 012.031.859-87)

AUTOS Nº: 0003650-93.2011.8.16.0084

EXEQUENTE(S): Município de Moreira Sales/PR (CPF/CNPJ: 76.217.025/0001-03)

EXECUTADO(S): Jaime Alves de Lima (CPF/CNPJ: 012.031.859-87)

SALDO DEVEDOR: R\$ 8.442,32 (valor a ser atualizado na data do pagamento).

NATUREZA DA DÍVIDA: TRIBUTÁRIA.

OBJETIVO: INTIMAÇÃO da **CONTA GERAL, AVALIAÇÃO** e das datas de **EXPROPRIAÇÃO DO(S) BEM(S) PENHORADO(S)**, abaixo especificados, para manifestação em 10 dias. Informo que poderá **a todo tempo, remir a execução**, pagando ou consignando a importância da dívida, mais juros, custas e honorários advocatícios. Outrossim, **CIENTÍFICO-O** de que o ato ficará automaticamente transferido para o próximo dia útil seguinte, caso não haja expediente nas datas abaixo indicadas.

ESPECIFICAÇÕES

BEM: Matrícula 5.268

1º LEILÃO: Dia 19/11/2021, horário: 14h

2º LEILÃO: Dia 26/11/2021, horário: 14h

VALOR DA AVALIAÇÃO: R\$ 65.000,00

TOTAL DA CONTA GERAL: R\$ 4.572,91

LOCAL: Átrio do Edifício do Fórum da Comarca de Goioerê - Pr.

O LEILÃO SERÁ REALIZADO NA FORMA PRESENCIAL E ELETRÔNICA -

<https://www.kleioes.com.br>

Goioerê, 24 de setembro de 2021.

Romênia Patrícia Gonçalves

Analista Judiciária

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ

COMARCA DE GOIOERÊ

VARA DA FAZENDA PÚBLICA DE GOIOERÊ - PROJUDI

Avenida Libertadores da América, 329 - Fórum - Jardim Lindóia - Goioerê/PR - CEP:

87.360-000 - Fone: 44-35211007

EDITAL DE INTIMAÇÃO

PRAZO: TRINTA (30) DIAS

INTIMADO(S): CÔNJUGE de Jaime Alves de Lima (CPF/CNPJ: 012.031.859-87)

AUTOS Nº: 0003650-93.2011.8.16.0084

EXEQUENTE(S): Município de Moreira Sales/PR (CPF/CNPJ: 76.217.025/0001-03)

EXECUTADO(S): Jaime Alves de Lima (CPF/CNPJ: 012.031.859-87)

SALDO DEVEDOR: R\$ 8.442,32 (valor a ser atualizado na data do pagamento).

NATUREZA DA DÍVIDA: TRIBUTÁRIA.

OBJETIVO: INTIMAÇÃO do **CÔNJUGE DO EXECUTADO** das datas dos leilões do imóvel matrícula nº 5.268, sendo a primeira venda judicial para o dia 19/11/2021, às 14h00, e segunda venda judicial para o dia 26/11/2021, às 14h00, ambas no átrio do Fórum local. Informo ainda que ao coproprietário de que é reservada ou ao cônjuge não executado a preferência na arrematação do bem em igualdade de condições, conforme CPC, art. 843, §1º.

Goioerê, 24 de setembro de 2021.

Romênia Patrícia Gonçalves

Analista Judiciária

GUAÍRA

VARA CÍVEL, DA FAZENDA PÚBLICA,
ACIDENTES DO TRABALHO, REGISTROS
PÚBLICOS E CORREGEDORIA DO FORO
EXTRAJUDICIAL, JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
E JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA

Edital de Intimação

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO
PARANÁ
COMARCA DE GUAÍRA
VARA DA FAZENDA PÚBLICA DE GUAÍRA -
PROJUDI
Rua Bandeirantes, 1620 - ATENDIMENTO
WHATSAPP - Centro - Guaíra/PR - CEP:
85.980-000 - Fone: (44) 98819-7454 - E-mail:
guairavaracivel@tjpr.jus.br

EDITAL DE LEILÃO PÚBLICO, ARREMATACÃO E INTIMAÇÃO DE TERCEIROS INTERESSADOS, DEMAIS CREDORES E DO(A) DEVEDOR(A): LIFE IN EVOLUTION - (CNPJ/MF SOB Nº 11.003.044/0001-91).

FAZ SABER a todos os interessados e a quem possa interessar, de que por este Juízo serão levados à arrematação o(s) bem(ns) penhorado(s) à devedora acima mencionada, e por meio do site: www.jeleiloes.com.br, de forma "ON LINE", nos termos do artigo 882, parágrafo 1º do NCPC e Resolução 236 do CNJ, e nas seguintes condições:

A publicação do presente edital será realizada no site www.jeleiloes.com.br, por meio do qual já serão aceitos lances. O **PRIMEIRO LEILÃO** será encerrado no dia **17 de NOVEMBRO de 2021, a partir das 09h00min**, no qual somente serão aceitos lances igual ou superior ao valor atualizado da avaliação. Em não havendo licitantes, dar-se-á início imediatamente ao **SEGUNDO LEILÃO** que será encerrado no dia **17 de NOVEMBRO de 2021, a partir das 14h00min**, no qual serão aceitos lances a quem mais der, desprezado o valor da avaliação, não podendo ser por preço vil (este considerado se inferior a 60% do valor da avaliação - Artigo 891, parágrafo único do NCPC).

OBSERVAÇÃO: Contendo lance nos 03 (três) minutos antecedentes aos termos finais da alienação, o horário de fechamento do pregão será prorrogado em 03 (três) minutos para que todos os usuários interessados tenham oportunidade de ofertar novos lances.

LOCAL: Os interessados em participar da alienação judicial, deverão se cadastrar previamente com encaminhamento de todos os documentos pessoais/jurídicos, e a solicitação de habilitação, junto ao site: www.jeleiloes.com.br, com antecedência mínima de 24 horas antes do último dia útil que antecederá o leilão, seja ele em 1º e/ou 2º Leilão, se responsabilizando, civil e criminalmente, pelas informações lançadas por ocasião do cadastramento; Os lances deverão ser oferecidos diretamente no site www.jeleiloes.com.br, não sendo admitidos lances realizados por e-mail, assim como qualquer outra forma de intervenção humana na coleta e no registro dos lances.

PROCESSO: Autos sob o nº **0000456-45.2012.8.16.0086 - (PROJUDI) de EXECUTIVO FISCAL**, em que é exequente **MUNICÍPIO DE GUAÍRA/PR - (CNPJ/MF SOB Nº 77.857.183/0001-90)** e executada **LIFE IN EVOLUTION - (CNPJ/MF SOB Nº 11.003.044/0001-91)**.

BEM(NS): "07 (sete) Esteiras, marca Athletic, avaliada em R\$ 4.000,00, cada, perfazendo o montante de R\$ 28.000,00;

07 (um) Esteira, marca Embrexx, avaliada em R\$ 3.000,00;
01 (uma) Adutora, marca New Fit, avaliada em R\$ 2.000,00;
01 (uma) Abdutora, marca New Fit, avaliada em R\$ 2.000,00;
01 (uma) Flexora sentada, marca New Fit, avaliada em R\$ 3.800,00;
02 (dois) Cross Over, marca New Fit, avaliada em R\$ 5.000,00, cada, perfazendo o montante de R\$ 10.000,00;
01 (uma) Leg Press, horizontal, marca New Fit, avaliada em R\$ 3.800,00;
01 (um) Gluteo de quatro apoios, marca New Fit, avaliada em R\$ 3.800,00;
01 (uma) Leg Press 45 graus, marca New Fit, avaliada em R\$ 3.500,00;
01 (um) Gluteo em pé, marca New Fit, avaliada em R\$ 3.800,00;
01 (um) Hack, marca New Fit, avaliada em R\$ 3.500,00;
01 (um) Peck Deck, marca New Fit, avaliada em R\$ 3.800,00;
01 (uma) Extensora, marca New Fit, avaliada em R\$ 3.800,00;
01 (um) Puxador alto, marca New Fit, avaliada em R\$ 4.300,00;
01 (uma) Remada sentada, marca New Fit, avaliada em R\$ 4.300,00;
01 (um) Graviton, marca New Fit, avaliada em R\$ 5.300,00;
01 (uma) Remada cavalinho, marca New Fit, avaliada em R\$ 2.500,00;
01 (um) Supino inclinado convergente, marca New Fit, avaliada em R\$ 2.000,00;
01 (um) Scoth com bateria, marca New Fit, avaliada em R\$ 4.000,00;
01 (um) Scoth Livre, marca New Fit, avaliada em R\$ 2.000,00;
01 (um) Desenvolvimento máquina, marca New Fit, avaliada em R\$ 2.000,00;
01 (uma) Gaiola agachamento, avaliada em R\$ 3.500,00;
01 (um) Smith, marca New Fit, avaliada em R\$ 4.300,00;
01 (um) Banco reto, marca New Fit, avaliada em R\$ 550,00;
02 (dois) Bancos inclinados, marca New Fit, avaliada em R\$ 550,00, cada, perfazendo o montante de R\$ 1.100,00;
01 (um) Suporte de Dumbel, avaliada em R\$ 1.200,00;
01 (um) Jogo de Dumbells 10, 12, 14, 16, 18, 20,22, 24, 26,28, 30 e 32 kg, avaliada em R\$ 15.000,00;
03 (três) Supinos retos, marca New Fit, avaliada em R\$ 1.500,00, cada, perfazendo o montante de R\$ 4.500,00;
01 (um) Supino inclinado, marca New Fit, avaliada em R\$ 1.500,00;
01 (um) Supino, declinado, marca New Fit, avaliada em R\$ 1.500,00;
01 (um) Suporte de Anilhas, avaliada em R\$ 500,00;
500kg de Anilhas, avaliadas em R\$ 4.500,00;

01 (um) Suporte de Barras, avaliada em R\$ 250,00;
01 (um) Espalдар, avaliada em R\$ 1.100,00;
02 (dois) Suportes de Anilhas, avaliada em R\$ 500,00, cada, perfazendo o montante de R\$ 1.000,00;
01 (um) Suporte de Halteres, avaliada em R\$ 500,00;
01 (um) Jogo de halteres com 02, 04, 06, 08 e 10 kg, avaliada em R\$ 4.500,00;
01 (um) Abdominal com bateria, marca New Fit, avaliada em R\$ 3.800,00;
01 (uma) Paralela, marca New Fit, avaliada em R\$ 1.200,00;
01 (um) Banco inclinável abdominal marca New Fit, avaliada em R\$ 700,00;
01 (um) Banco reto com abdominal, marca New Fit, avaliada em R\$ 600,00;
01 (uma) Mesa romana, marca New Fit, avaliada em R\$ 500,00;
01 (um) Aparelho de Panturrilha, marca New Fit, avaliada em R\$ 1.200,00;
01 (um) Suporte Barras, avaliada em R\$ 500,00;
10 (dez) Barras Pump, avaliada em R\$ 40,00 cada, perfazendo o montante de R\$ 400,00;
04 (quatro) Barras Grandes, avaliada em R\$ 100,00 cada, perfazendo o montante de R\$ 400,00;
02 (duas) Barras pequenas, avaliadas em R\$ 100,00 cada, perfazendo o montante de R\$ 200,00;
01 (uma) Barra H, avaliada em R\$ 100,00;
01 (uma) Barra W, avaliada em R\$ 100,00;
03 (três) Ergométricas, marca Athletic, avaliada em R\$ 2.000,00, cada, perfazendo o montante de R\$ 6.000,00;
01 (um) Elíptico, marca Embrexx, avaliada em R\$ 1.600,00;
07 (seis) Spinning, marca Athletic, avaliada em R\$ 1.500,00, cada, perfazendo o montante de R\$ 10.500,00;
08 (oito) Spinning, marca Embrexx, sendo uma avariada, avaliada em R\$ 1.500,00 cada em funcionamento, e R\$ 800,00 a avariada, perfazendo o montante de R\$ 12.800,00;
01 (um) Balcão de recepção, com aproximadamente três metros, avaliada em R\$ 800,00;
02 (dois) Computadores, avaliada em R\$ 500,00 cada, perfazendo o montante de R\$ 1.000,00;
01 (uma) Mesa de Escritório, avaliada em R\$ 250,00;
03 (três) Cadeiras de Escritório, avaliadas em R\$ 100,00, cada, perfazendo o total de R\$ 300,00;
01 (uma) Geladeira, pequena, marca Consul, avaliada em R\$ 350,00;
01 (uma) Pia pequena, com aproximadamente 1,20m, avaliada em R\$ 250,00;
01 (Armário aéreo, com aproximadamente 1,20m, avaliada em R\$ 180,00;
01 (uma) Maca, cor branca, avaliada em R\$ 250,00;
01 (um) Armário de Escritório, com duas portas, avaliada em R\$ 300,00;
02 (duas) Estantes de aço, avaliada em R\$ 150,00 cada, perfazendo o montante de R\$ 300,00;
01 (uma) Mesa branca de plástico, avaliada em R\$ 100,00;
02 (duas) Cadeiras de um lugar, em ferro, avaliada em R\$ 80,00, cada, perfazendo o montante de R\$ 160,00;
01 (uma) Cadeira de dois lugares, em ferro, avaliada em R\$ 1.300,00;
10 (dez) Jump, avaliada em R\$ 120,00, cada, perfazendo o montante de R\$ 1.200,00;
06 (seis) Jump de material EVA, avaliada em R\$ 40,00 cada, perfazendo o montante de R\$ 240,00;
08 (oito) Step plástico, avaliada em R\$ 40,00 cada, perfazendo o montante de R\$ 320,00;
05 (cinco) Pares de caneleiras de 02, 04, 06, 08 e 10 kg, avaliada 02kg - R\$ 40,00; 04 kg - R\$ 60,00; 06 kg - R\$ 80,00; 08 kg - R\$ 100,00; 10 kg - R\$ 120,00, perfazendo o montante de R\$ 400,00;
01 (um) Bebedouro, avaliada em R\$ 300,00;
01 (um) Jogo de Cadeiras de área, avaliadas em R\$ 250,00;
02 (dois) Armários de vestiário, com dezesseis portas, avaliada R\$ 800,00 cada, perfazendo o montante de R\$ 1.600,00;
02 (dois) Caixotes, avaliada em R\$ 120,00 cada, perfazendo o montante de R\$ 240,00;
01 (uma) Mesinha, avaliada em R\$ 100,00;
01 (uma) Impressora, marca HP, avaliada em R\$ 200,00;
01 (uma) Caixa de Som, avaliada em R\$ 200,00;
01 (um) Micro-ondas, avaliada em R\$ 180,00;
01 (uma) Cafeteira, avaliada em R\$ 120,00".

ÔNUS: Nada consta dos autos até a presente data. Em caso de arrematação de bem imóvel ou veículos automotores ou outros bens dependentes de registro no órgão competente, para expedição da respectiva carta, deverá o arrematante recolher as custas referente à expedição da Carta de Arrematação, bem como comprovar o pagamento do Imposto de Transmissão de Bens Imóveis - ITBI, para bens móveis, recolhimento da GRC para cumprimento do Mandado de Entrega; é obrigação do arrematante arcar com os tributos cujos fatos geradores ocorrerem após a data da expedição da carta de arrematação.

OBSERVAÇÃO: Os bens serão adquiridos livres e desembaraçados de quaisquer ônus, até a data da expedição da respectiva Carta de Arrematação ou Mandado de Entrega - (Artigo 908, parágrafo 1º do CPC e Artigo 130, parágrafo único do CTN). **DATA DA PENHORA:** 15 de Abril de 2019, conforme Auto de Penhora do evento 76.1.

AValiação dos Bens: R\$ 200.820,00 (duzentos mil oitocentos e vinte reais), conforme Laudo de avaliação do evento 76.2, realizado em data de 20 de Maio de 2019.

OBSERVAÇÃO: Os bens serão adquiridos livres e desembaraçados de quaisquer ônus, até a data da expedição da respectiva Carta de Arrematação ou Mandado de Entrega - (Artigo 908, parágrafo 1º do CPC e Artigo 130, parágrafo único do CTN). O

arrematante de veículo(s) não estará sujeito ao pagamento de débitos anteriores à data da alienação judicial, tendo em vista que o licitante não preenche a descrição de adquirente estabelecida no inciso I do art. 6º da Lei nº. 14.260/03, fato que o exclui da sujeição passiva dos débitos referidos. No caso de arrematação de veículo, tanto no leilão como na venda direta ou na venda antecipada, deverão ser expedidos ofícios às repartições competentes para a respectiva baixa e desvinculação do RENAVAL do veículo alienado de eventuais tributos e/ou multas de trânsito porventura existentes até a data da realização da venda. Quanto aos débitos baixados, deverá a Procuradoria Estadual manejar o instrumento que entender adequado para recebimento do débito do antigo proprietário causador da infração e/ou sujeito passivo da obrigação tributária. O arrematante de bem imóvel receberá a coisa livre de tributos de âmbito municipal (IPTU e contribuições de melhoria), cujo fato impositivo tenha ocorrido em data anterior à alienação judicial. Os tributos de que trata o parágrafo anterior serão sub-rogados no preço ofertado pelo licitante, nos termos do artigo 130 do Código Tributário Nacional. Para cumprimento do disposto acima, arrematado bem imóvel, deverá a Secretaria expedir ofício ao Município titular do crédito tributário comunicando acerca da venda ocorrida, assim como para que apresente, no prazo de 05 (cinco) dias, o valor atualizado dos débitos relativos ao IPTU incidente sobre o imóvel arrematado, para fins de posterior e eventual concurso de preferência. Constará do ofício que os tributos não poderão ser cobrados do arrematante, devendo a Fazenda Pública Municipal manejar o instrumento que entender adequado para recebimento do crédito tributário do antigo proprietário do imóvel, sujeito passivo da obrigação tributária, caso não haja êxito na sub-rogação do preço da arrematação.

OBSERVAÇÃO 1: o parcelamento do valor ofertado será limitado ao montante do débito executado devidamente atualizado, devendo o saldo referente à diferença entre o lance e o limite do parcelamento ser quitado à vista, no ato da arrematação. Caso o Exequente silencie quanto a possível discordância na arrematação parcelada do bem a ser alienado, ficam estabelecidos os seguintes parâmetros para sua efetivação: a) o pagamento parcelado da arrematação, limitado ao valor atualizado da dívida, poderá ocorrer em até 60 (sessenta) vezes, respeitando-se a parcela mínima de R\$ 500,00 (quinhentos reais); b) o parcelamento não abrangerá as execuções trabalhistas ou outras de caráter alimentar; c) no ato do leilão, deverá ser recolhido, obrigatoriamente, sinal de 30% (trinta por cento) calculado sobre o valor total ofertado pelo bem. Caso haja valor a maior que o montante da dívida a ser quitado à vista, e em sendo este maior que o percentual acima, ficará dispensado de apresentação de sinal. Sendo o valor da diferença entre a dívida e o lance ofertado menor que o sinal determinado, o arrematante deverá complementar o depósito à vista, até o total de 30% (trinta por cento) sobre o valor ofertado, recaindo o parcelamento sobre a diferença remanescente; as prestações serão depositadas em Juízo, por meio de d) conta vinculada à respectiva execução, resguardando assim inclusive os créditos de eventuais credores que venham a ser habilitar perante os autos; e) a parte Exequente será credora do arrematante, fazendo-se constar junto à carta de arrematação para fins de registro junto ao órgão competente a garantia instituída sobre o bem, constituída de hipoteca em caso de imóveis ou alienação fiduciária, no caso de veículos; f) o início do recebimento das prestações assumidas ocorrerá no dia 20 (vinte) do mês seguinte à expedição da carta de arrematação pelo adquirente, e serão devidamente acrescidas das correções do período, conforme cálculo de atualização do TJ/PR, vencendo-se sempre as demais prestações no dia 20 de cada mês subsequente; g) o não pagamento de qualquer das prestações assumidas acarretará o vencimento antecipado do total do débito assumido, o que será acrescido da multa rescisória de 50% (cinquenta por cento), conforme disposto no § 6º do artigo 98 da Lei 8.212/91, referente a arrematações em execuções previdenciárias e aqui utilizada por analogia.

OBSERVAÇÃO 2: Para bens imóveis e automóveis será expedido a Carta de Arrematação e sobre ela recairá custas a serem pagas pelo arrematante (tabela de custas da Corregedoria do TJ/PR presente no CNFJ). Para bens móveis cujo valor seja inferior a R\$ 10.000,00 (dez mil reais) será expedido mandado de entrega. Apenas acima desse valor será expedida Carta de Arrematação. Em caso de arrematação de bem imóvel, para expedição da respectiva carta, deverá o arrematante comprovar o pagamento do Imposto de Transmissão de Bem Imóvel - ITBI, a teor do inciso II do artigo 703 do Código de Processo Civil.

OBSERVAÇÃO 3: Qualquer que seja a modalidade de leilão, assinado o auto pelo juiz, pelo arrematante e pelo leiloeiro, a arrematação será considerada perfeita, acabada e irrevogável, ainda, ainda que venham a ser julgados procedentes os embargos do executado ou a ação autônoma de que trata o § 4º deste artigo, assegurada a possibilidade de reparação pelos prejuízos sofridos (artigo 903 do Código de Processo Civil/2015), podendo o arrematante desistir da aquisição apenas nas hipóteses do § 5º do Art. 903 do CPC/0 o presente edital será publicado no site do leiloeiro www.jeleiloes.com.br, de forma a cumprir o preconizado pelo artigo 887, parágrafo 2º do Novo Código de Processo Civil, o qual estará dispensado à publicação em jornal.

DEPÓSITO: Referido bem se encontra depositado nas mãos do Representante Legal da executada Sr. Leonardo Fernandes Junior, podendo ser encontrado na sede da executada Avenida Coronel Otávio Tosta, nº 61 - Guaíra - Pr, como fiel depositário, até ulterior deliberação.

LEILOEIRO: JORGE VITÓRIO ESPOLADOR - LEILOEIRO - MATRÍCULA 13/246-L.

COMISSÃO DO LEILOEIRO: A comissão do leiloeiro será de 6% (seis por cento) sobre o valor de eventual arrematação realizada sobre bens imóveis e 10% (dez por cento) sobre a arrematação de bens móveis. Em caso de remição, adjudicação, pagamento, acordo ou parcelamento do débito no período de dez dias úteis que antecedem ao leilão, a Parte Executada deverá pagar 2% (dois por cento) sobre o valor atribuído ao(s) bem(ns) na reavaliação, a título de ressarcimento das despesas do leiloeiro. Idêntica solução se aplica aos casos em que as partes, ao iniciarem

tratativas para formulação de acordo, requererem, em conjunto ou separadamente, a suspensão da hasta ou qualquer dilação que impeça sua realização. Nos casos do parágrafo anterior, o(s) bem(ns) só será(ão) retirado(s) da hasta pública na hipótese da Parte Executada depositar em Juízo o valor correspondente às respectivas despesas do Leiloeiro, porquanto estas seriam quitadas com o produto de eventual arrematação, ou quando houver acordo expresso com o leiloeiro, devidamente comprovado nos autos. Fica o Leiloeiro desobrigado de depositar em Juízo os valores relativos aos seus honorários, desde que se comprometa a entregá-los ao Juízo imediatamente caso o negócio seja posteriormente desfeito.

ADVERTÊNCIA: No caso de não ser realizado o Leilão na data acima designada por motivo superveniente, fica desde já designado o primeiro dia útil subsequente para a sua realização. **INTIMAÇÃO:** "AD CAUTELAM": Fica o devedor, qual seja: LIFE IN EVOLUTION - (CNPJ/MF SOB Nº 11.003.044/0001-91), através do presente, devidamente INTIMADO, caso não seja encontrada para intimação pessoal, na pessoa de seu(s) Representante(s) Legal(is). Ficam também Intimados, Através deste Edital, a(s) respectiva(s) cônica(s), Eventual(is) Credor(es) Hipotecário(s), coproprietário(s), usufrutuário(s) do(s) Imóvel(is), na hipótese de não serem eles encontrados para intimação pessoal, das datas, horário e local acima mencionados, para a realização do 1º e 2º Leilão Público do(s) bem(ns) penhorado(s). E, para que chegue ao conhecimento de todos os interessados e ninguém possa alegar ignorância, expediu-se o presente edital que será publicado e afixado no lugar de costume, na forma e sob as penas da Lei. DADO E PASSADO nesta cidade e comarca de Guaíra, Estado do Paraná, aos vinte e três dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e um. (23/09/2021). Eu, _____, J. Jorge V. Espolador/J. Leiloeiro Oficial - Matrícula 13/246-L, que o digitei e subscrevi.

CHRISTIAN LEANDRO PIRES DE CAMARGO OLIVEIRA Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DE GUAÍRA
VARA DA FAZENDA PÚBLICA DE GUAÍRA - PROJUDI
Rua Bandeirantes, 1620 - ATENDIMENTO
WHATSAPP - Centro - Guaíra/PR - CEP: 85.980-000 - Fone: (44) 98819-7454 - E-mail: guairavaravel@tjpr.jus.br

EDITAL DE INTIMAÇÃO Prazo: 30 dias

Processo: 0002330-07.2008.8.16.0086
Classe Processual: Execução Fiscal
Assunto Principal: Penhora / Depósito/ Avaliação
Valor da Causa: R\$214.460,60

Exequente(s):

- GOVERNO DO PARANÁ - SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA (CPF/CNPJ: 76.416.890/0001-89) RUA NADEIRANTES, Nº1620 - Centro - GUAÍRA/PR - CEP: 85.980-000
- S L MUSSOI (CPF/CNPJ: 07.653.632/0001-01) Rodovia PR-163, 304 Parque Industrial - Centro - GUAÍRA/PR - CEP: 85.980-000
- Sandro Luiz Mussoi (CPF/CNPJ: 783.964.419-87) RUA ANDORINHAS, 376 - TANCREDO NEVES - GUAÍRA/PR - CEP: 85.980-000

O Doutor **CHRISTIAN LEANDRO PIRES DE CAMARGO OLIVEIRA**, MM. Juiz de Direito, na forma da lei, **FAZ SABER** a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que, nesta 1ª Vara Judicial da Comarca de Guaíra/PR, tramitam os autos em epígrafe, onde **INTIMA** a **PORTE EXECUTADA** acima nominada para que, no prazo de 30 (trinta) dias, efetue o recolhimento das custas processuais, sob pena de expedição de certidão de crédito judicial a ser encaminhada a protesto e lançamento em dívida ativa - na forma prevista nos artigos 847 a 858 do Código de Normas do Foro Extrajudicial -, sem prejuízo da inclusão do nome do devedor nos órgãos de proteção ao crédito (PROTESTO). **OBSERVAÇÃO:** A(s) guia(s) a ser(em) paga(s) pode(m) ser encontrada(s) digitando-se o número único do processo no endereço: <https://www.tjpr.jus.br/custas-judiciais-e-taxa-judiciaria> em "Guias Preparadas". Eu, _____, Técnico de Secretaria, elaborei e subscrevi.

Guaíra/PR, 23 de setembro de 2021.

Christian Leandro Pires de Camargo Oliveira Juiz de Direito

GUARAPUAVA

1ª VARA CÍVEL E DA FAZENDA PÚBLICA

Edital de Intimação

EDITAL DE INTIMAÇÃO, EM AÇÃO DE CUMPRIMENTO DE SENTENÇA, COM PRAZO DE 20 (VINTE) DIAS.

O DOUTOR RICARDO ALEXANDRE SPESSATO DE ALVARENGA CAMPOS, JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL E DA FAZENDA PÚBLICA DA COMARCA DE GUARAPUAVA, ESTADO DO PARANÁ.

FAZ SABER, aos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, expedido nos autos nº 0011686-16.2016.8.16.0031 de AÇÃO DE CUMPRIMENTO DE SENTENÇA, em que é Exequente HDI SEGUROS S.A. (CPF/CNPJ: 29.980.158/0001-57) e Executado Roberto Carlos Crissi do Santos - ME (CPF/CNPJ: 08.836.342/0001-58), que por este edital, nos termos do art. 8º, IV da Lei 6830/80 INTIMA-SE os executados atualmente em lugar incerto e não sabido, para pagar o montante exequendo, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de execução forçada e incidência de multa de 10% (dez por cento) sobre o total da condenação. Não havendo pagamento no prazo legal, na esteira do entendimento do Superior Tribunal de Justiça (STJ, REsp 1134186), fixo o valor dos honorários advocatícios relativos ao cumprimento de sentença no patamar de 10% (dez por cento) sobre o valor do crédito (artigo 523, § 1º, NCPD), sem prejuízo de posterior majoração, a depender do trabalho efetivamente realizado.

ADVERTÊNCIA: Para que todos saibam e ninguém possa alegar ignorância, é expedido o presente edital, que será publicado na imprensa competente e fixado no Átrio do Fórum, conforme Lei. **PRAZO DO EDITAL:** 20 DIAS

1ª VARA CRIMINAL

Edital de Citação

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO
PARANÁ
COMARCA DE GUARAPUAVA
1ª VARA CRIMINAL DE GUARAPUAVA -
PROJUDI
Av. Manoel Ribas, 500 - Santana-
Guarapuava/PR - CEP: 85.070-180 - Fone:
(42)-33087408

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO COM PRAZO DE 15 DIAS

Autos 0004225-17.2021.8.16.0031

CLAUDEMIR APARECIDO DA SILVA

O Dr. Adriano Scussiatto Eyng, MM. Juiz de Direito da Primeira Vara Criminal da Comarca de Guarapuava, Estado do Paraná, etc.

FAZ SABER, a todos quantos o presente edital virem, com o prazo de 15 (quinze) dias, ou dele conhecimento tiverem, que não tendo sido possível CITAR pessoalmente CLAUDEMIR APARECIDO DA SILVA, RG nº 61476369 SSP/PR (RG validado no IIPR sob o nº 6147636), CPF nº 880.970.649-87, filho de MARIA APARECIDA DA SILVA e de CICERO ANTONIO DA SILVA, nascido aos 29/08/1972, natural de GOIOERE/PR, atualmente em lugar incerto e não sabido, pelo presente NOTIFICA-O para tomar ciência de que em data de 25/08/2021, o Ministério Público ofereceu denúncia, em seu desfavor, como incurso no artigo 33, caput, cumulado com artigo 40, inciso V(interstadual), ambos da Lei nº 11.343/06, bem como INTIMA-O para o oferecimento de resposta escrita à acusação, por intermédio de advogado constituído, no prazo de 10 (dez) dias, em conformidade com o disposto no art. 55 da Lei 11343/06, nos autos de Processo Crime nº 0004225-17.2021.8.16.0031, informando, inclusive, o endereço em possa ser encontrado.

Caso o réu não possua condições de constituir advogado, poderá, desde logo, comparecer junto ao Cartório e fazer tal afirmação, que será certificada, de modo a viabilizar a rápida nomeação de defensor dativo pelo Juízo.

Outrossim, o processo seguirá sem a presença do denunciado quando, citado ou intimado para qualquer ato, deixar de comparecer em Juízo sem motivo justificado, ou, no caso de mudança de endereço, não comunicar, de imediato, o novo endereço ao Juízo (art. 367 do CPP).

E para que chegue ao conhecimento da parte mandei expedir o presente Edital, que será publicado pela Imprensa Oficial e afixado no átrio do Fórum local. Dado e passado nesta cidade e Comarca de Guarapuava, Estado do Paraná, aos 23/09/2021. Eu Ricardo Frozza, Técnico Judiciário, digitei e subscrevi.

Adriano Scussiatto Eyng
Juiz de Direito

Edital de Intimação

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO
PARANÁ
COMARCA DE GUARAPUAVA
1ª VARA CRIMINAL DE GUARAPUAVA -
PROJUDI
Avenida Manoel Ribas, nº 500 - Bairro Santana -
CEP: 85.070-180 - Fone: (42)3308-7400/7408

Processo: 0018479-63.2019.8.16.0031

Classe Processual: Ação Penal - Procedimento Ordinário

Assunto Principal: Ameaça

Data da Infração: 03/12/2018

Vítima: ANA MARIA KUSTER

Indiciado: IGOR FRANCIOSI PINTO

EDITAL DE INTIMAÇÃO

PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS

IGOR FRANCIOSI PINTO

O Dr. Adriano Scussiatto Eyng, MM. Juiz de Direito da Primeira Vara Criminal da Comarca de Guarapuava, Estado do Paraná, etc...

FAZ SABER, a todos quantos o presente edital virem, com o **prazo de 60 (sessenta) dias**, ou dele conhecimento tiverem, que, não tendo sido possível intimar pessoalmente o indiciado, **IGOR FRANCIOSI PINTO**, brasileiro, filho de Ana Maria Beatriz Franciosi Pinto e de Rovam Ramos Pinto, portador do RG nº 64272063/PR, pelo presente **INTIMA-O**, para tomar ciência da r. sentença proferida em 05/05/2020, nos autos de Ação Penal - Procedimento Ordinário nº **0018479-63.2019.8.16.0031**, em que foi **EXTINTA A PUNIBILIDADE** do indiciado em relação ao crime de injúria, com fulcro no art. 107, inciso IV do Código Penal. E, para que chegue ao conhecimento do indiciado, mandei expedir o presente Edital, que será publicado pela Imprensa Oficial e afixado no átrio do Fórum local.

Dado e passado nesta cidade e Comarca de Guarapuava, Estado do Paraná, aos vinte e três dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e um (23/09/2021). Eu, _____ (Kátia Crystina Skrepetzki de Carvalho) Técnica de Secretaria, digitei e subscrevi.

ADRIANO SCUSSIATTO EYNG Juiz de Direito

GUARATUBA

VARA CRIMINAL, FAMÍLIA E
SUCESSÕES, INFÂNCIA E JUVENTUDE
E JUIZADO ESPECIAL CÍVEL,
CRIMINAL E DA FAZENDA PÚBLICA

Edital de Citação

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO
PARANÁ
COMARCA DE GUARATUBA
VARA CRIMINAL DE GUARATUBA -
PROJUDI
Rua Tiago Pedrosa, 417 - Cohapar -
Guaratuba/PR - CEP: 83.280-000 - Fone: (41)
3472-8960 - E-mail: grba-2vj-s@tjpr.jus.br

EDITAL DE CITAÇÃO

Processo:

Classe Processual:

Assunto Principal:

Data da Infração:

Autor(s):

Réu(s):

0001397-71.2021.8.16.0088

Ação Penal - Procedimento

Sumário

Contra a Mulher

03/03/2021

- Ministério Público do Estado do Paraná (CPF/CNPJ: 78.206.307/0001-30)
- EDUARDO HAYATO MATSUNAGA (RG: 193136089 SSP/SP e CPF/CNPJ: 294.869.908-83)

Prazo: 15 (quinze) dias

A Doutora MARISA DE FREITAS - MMª. Juíza de Direito da Vara Criminal da Comarca de Guaratuba - Estado do Paraná, etc.

FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem, com o prazo de quinze dias, ou dele conhecimento tiverem, que nos autos de ação penal nº 0001397-71.2021.8.16.0088 em trâmite perante a Vara Criminal de Guaratuba não tendo sido possível citar pessoalmente **EDUARDO HAYATO MATSUNAGA**, brasileiro(a), RG193136089 SSP/SP, nascido(a) aos 16/07/1977, filho(a) de Nome da Mãe: SHIGUEKO TAKAHARA MATSUNAGA Nome do Pai: SHINICHI

MATSUNAGA, natural de INDAIATUBA/SP, estando atualmente em lugar incerto e não sabido, pelo presente EDITAL CITA-O(A) para, no prazo de 10 (dez) dias, responder à acusação (Art. 129, § 6º e 147, ambos do Código Penal, e Lei nº 11.340/2006) por escrito, advertindo-o(a), ainda, de que, se a resposta não for apresentada no prazo acima fixado, ser-lhe-á nomeado defensor dativo para que o faça (art. 396-A, § 2º, do Código de Processo Penal). DADO E PASSADO nesta cidade e Comarca de Guaratuba - PR, aos 24 de setembro de 2021 às 14:45:47. Eu, Lorizete Aparecida Machado, Chefe de Secretaria, que o digitei e o assino digitalmente.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DE GUARATUBA
VARA CRIMINAL DE GUARATUBA - PROJUDI
Rua Tiago Pedrosa, 417 - Cohapar - Guaratuba/PR - CEP: 83.280-000 - Fone: (41) 3472-8960 - E-mail: grba-2vj-s@tjpr.jus.br

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

Processo: 0000291-74.2021.8.16.0088
Classe Processual: Procedimento Especial da Lei Antitóxicos
Assunto Principal: Tráfico de Drogas e Condutas Afins
Data da Infração: 12/01/2021
Autor(s):

Réu(s):

Prazo: 15 (quinze) dias

A Doutora MARISA DE FREITAS - MMª. Juíza de Direito da Vara Criminal da Comarca de Guaratuba - Estado do Paraná, etc.

FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem, com o prazo de quinze dias, ou dele conhecimento tiverem, que nos autos de ação penal nº 0000291-74.2021.8.16.0088 em trâmite perante a Vara Criminal de Guaratuba não tendo sido possível notificar pessoalmente **Mariana Leite de Carvalho**, brasileiro(a), RG103267951 SSP/PR, nascido(a) aos 05/09/1991, filho(a) de Nome da Mãe: MARINEZ LEITE DE CARVALHO Nome do Pai: , natural de CURITIBA/PR, estando atualmente em lugar incerto e não sabido, pelo presente EDITAL NOTIFICAÇÃO(A) para, no prazo de 10 (dez) dias, apresentar defesa preliminar (Art. 33 Lei nº 11.343/2006), nos moldes do artigo 55 da referida Lei. DADO E PASSADO nesta cidade e Comarca de Guaratuba - PR, aos 24 de setembro de 2021 às 14:52:56. Eu, Lorizete Aparecida Machado, Chefe de Secretaria, que o digitei e o assino digitalmente.

Edital de Intimação

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DE GUARATUBA
VARA CRIMINAL DE GUARATUBA - PROJUDI
Rua Tiago Pedrosa, 417 - Cohapar - Guaratuba/PR - CEP: 83.280-000 - Fone: (41) 3472-8960 - E-mail: grba-2vj-s@tjpr.jus.br

EDITAL DE INTIMAÇÃO SENTENÇA

Processo: 0005667-85.2014.8.16.0088
Classe Processual: Ação Penal - Procedimento Sumaríssimo
Assunto Principal: Leve
Data da Infração: 14/12/2014
Autor(s):

Réu(s):

Prazo: 20/60/90 (vinte/sessenta/noventa) dias

A Exma. Sra. Dra. Marisa de Freitas, MMª Juíza de Direito da Vara Criminal de Guaratuba - Estado do Paraná, etc.

FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo e Cartório Criminal tramitam os autos de ação penal nº 0005667-85.2014.8.16.0088, que a Justiça Pública move contra **MONICA PRESTES DA SILVA**, brasileiro(a), RG106194327 SSP/PR, nascido(a) aos 30/08/1988, filho(a) de Nome da Mãe: ABILENE PRESTES Nome do Pai: LUIZ GONZAGA

DA SILVA, natural de CURITIBA/PR, e não tendo sido possível intimá-lo(a) pessoalmente, em razão de encontrar-se em lugar incerto e não sabido, pelo presente edital fica INTIMADO(A) da sentença proferida por este Juízo, nos autos acima mencionados, conforme parte final seguinte: "... Diante do exposto, JULGO IMPROCEDENTE a pretensão punitiva descrita na denúncia para absolver MONICA PRESTES DA SILVA das imputações que lhe foram direcionadas, com fulcro no art. 386, VI, do Código de Processo Penal ..." CAROLINA VALIATI DA ROSA - Meritíssima Juíza Substituta. Fica o(a) ré(u) cientificado(a) de que, querendo, **poderá recorrer da sentença supra referida, dentro do prazo legal**. DADO E PASSADO nesta cidade e Comarca de Guaratuba - PR, aos 24 de setembro de 2021 às 14:58:02. Eu, Lorizete Aparecida Machado, Chefe de Secretaria, que o digitei e o assino digitalmente.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DE GUARATUBA
VARA CRIMINAL DE GUARATUBA - PROJUDI
Rua Tiago Pedrosa, 417 - Cohapar - Guaratuba/PR - CEP: 83.280-000 - Fone: (41) 3472-8960 - E-mail: grba-2vj-s@tjpr.jus.br

EDITAL DE INTIMAÇÃO SENTENÇA

Processo: 0004379-29.2019.8.16.0088
Classe Processual: Ação Penal - Procedimento Sumário
Assunto Principal: Contra a Mulher
Data da Infração: 01/08/2019
Autor(s):

Réu(s):

Prazo: 60 (sessenta) dias

A Exma. Sra. Dra. Marisa de Freitas, MMª Juíza de Direito da Vara Criminal de Guaratuba - Estado do Paraná, etc.

FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo e Cartório Criminal tramitam os autos de ação penal nº 0004379-29.2019.8.16.0088, que a Justiça Pública move contra **Moacir Fernando Padilha**, brasileiro(a), RG39020297 SSP/PR, nascido(a) aos 06/12/1964, filho(a) de Nome da Mãe: RUTH MACHADO PADILHA Nome do Pai: OCTAVIO PADILHA, natural de CURITIBA/PR, e não tendo sido possível intimá-lo(a) pessoalmente, em razão de encontrar-se em lugar incerto e não sabido, pelo presente edital fica INTIMADO(A) da sentença proferida por este Juízo, nos autos acima mencionados, conforme parte final seguinte: "... Dito isso e por tudo o mais que dos autos consta, julgo procedente a denúncia para o fim de condenar o réu Moacir Fernando Padilha nas penas previstas no art. 147, caput, c/c do art. 61, II, "f" do Código Penal, na forma da Lei 11.340/2006 ... A minguada de causas especiais de aumento ou diminuição de pena torno-a definitiva em 01 (um) mês e 05 (cinco) dias de detenção ... O réu é reincidente, razão pela qual, para o início do cumprimento da pena imposta, fixo o regime semiaberto ..." MARISA DE FREITAS - Meritíssima Juíza de Direito. Fica o(a) ré(u) cientificado(a) de que, querendo, **poderá recorrer da sentença supra referida, dentro do prazo legal**. DADO E PASSADO nesta cidade e Comarca de Guaratuba - PR, aos 24 de setembro de 2021 às 15:01:12. Eu, Lorizete Aparecida Machado, Chefe de Secretaria, que o digitei e o assino digitalmente.

EDITAL PARA INTIMAÇÃO DE AUDIÊNCIA

Prazo: 20 (vinte) dias
Processo: 4000539-06.2020.8.16.0088
Classe Processual: Execução da Pena
Assunto Principal: Pena Privativa de Liberdade
Data da Infração: Data da infração não informada
Polo Ativo(s):

Polo Passivo(s):

ESTADO DO PARANÁ (CPF/CNPJ: 76.416.940/0001-28)
Praça Nossa Senhora de Salette, S/N Palácio Iguazu - Centro Cívico - CURITIBA/PR - CEP: 80.530-909
VALMIR RODRIGUES DE SOUZA (RG: 158606526 SSP/PR e CPF/CNPJ: 625.674.119-68)
BR 376 - Km 681, Pedra Branca do Araraquara, s/ nº - Centro - GUARATUBA/PR - CEP: 83.280-000

A Exma. Sra. Dra. Marisa de Freitas, MMª Juíza de Direito da Vara de Execução em Meio Aberto de Guaratuba - Estado do Paraná, etc.

FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem, com o prazo de vinte dias, ou dele conhecimento tiverem, que nos autos de execução de pena nº 4000539-06.2020.8.16.0088 não tendo sido possível intimar pessoalmente o apenado **VALMIR RODRIGUES DE SOUZA**, brasileiro, RG 158606526 SSP/PR, nascido aos 22/09/1969, filho de Nome da Mãe: EMA RODRIGUES DE SOUZA Nome do Pai: GENTIL RODRIGUES DE SOUZA, natural de Monte Castelo/SC, estando atualmente em lugar incerto e não sabido pelo presente EDITAL intima-o a comparecer perante este Juízo, no Edifício do Fórum local, situado na Rua Tiago Pedrosa nº 417, Bairro Cohapar, Guaratuba - PR, no dia **Audiência Admonitória em 25 de outubro de 2021 às 17:45 horas**, a fim de participar da Audiência Admonitória/de Justificação nos autos supracitados. DADO E PASSADO nesta cidade e Comarca de Guaratuba - PR, aos 24 de setembro de 2021 às 15:09:19. Eu, Valmir Fragoso Caldas Junior - Supervisor de Secretaria, que digitei e o assino digitalmente autorizado pela MMA. Juíza de Direito.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DE GUARATUBA
VARA CRIMINAL DE GUARATUBA - PROJUDI
Rua Tiago Pedrosa, 417 - Cohapar - Guaratuba/PR - CEP: 83.280-000 - Fone: (41) 3472-8960 - E-mail: grba-2vj-s@tjpr.jus.br

EDITAL DE INTIMAÇÃO

Processo:
Classe Processual:

Assunto Principal:
Data da Infração:
Autor(s):

Réu(s):

0000066-30.2016.8.16.0088
Ação Penal - Procedimento Sumário
Crimes de Trânsito
08/01/2016

- MINISTÉRIO PÚBLICO (CPF/CNPJ: Não Cadastrado)
- PAULO CESAR DE BARROS (RG: 60503168 SSP/PR e CPF/CNPJ: 838.853.239-15)

Prazo: 90 (noventa) dias

A Exma. Sra. Dra. Marisa de Freitas, MM.^a Juíza de Direito da Vara Criminal de Guaratuba - Estado do Paraná, etc.

FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que por este Juízo e Cartório Criminal tramitam os autos de ação penal nº 0000066-30.2016.8.16.0088, que a Justiça Pública move contra **PAULO CESAR DE BARROS**, brasileiro(a), RG 60503168 SSP/PR/PR, nascido(a) aos 15/07/1970, filho(a) de Nome da Mãe: ICLE DE LOURDES NEVES Nome do Pai: IRENO JOSE DE BARROS, natural de PIRAQUARA/PR, sentenciado(a) nas sanções previstas no art. 306, caput, da Lei nº 9.503/97, e não tendo sido possível intimá-lo(a) pessoalmente, em razão de encontrar-se em lugar incerto e não sabido, pelo presente EDITAL fica devidamente intimado(a) **para que, no prazo de 10 (dez) dias, efetue o pagamento do valor da multa e/ou custas a que foi condenado(a), sob pena de execução; bem como para que entregue à Autoridade Judiciária, em 48 (quarenta e oito) horas, a sua Permissão para Dirigir ou a Carteira de Habilitação** (Art. 293, §1º do Código de Trânsito Brasileiro). Fica o(a) ré(u) identificado de que, querendo, poderá adotar as providências cabíveis, dentro do prazo legal. DADO E PASSADO nesta cidade e Comarca de Guaratuba - PR, aos 24 de setembro de 2021 às 15:10:09. Eu, Lorzete Aparecida Machado, Chefe de Secretaria, que o digitei e o assino digitalmente.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DE GUARATUBA
VARA CRIMINAL DE GUARATUBA - PROJUDI
Rua Tiago Pedrosa, 417 - Cohapar - Guaratuba/PR - CEP: 83.280-000 - Fone: (41) 3472-8960 - E-mail: grba-2vj-s@tjpr.jus.br

EDITAL DE INTIMAÇÃO SENTENÇA

Processo:
Classe Processual:

Assunto Principal:
Data da Infração:
Autor(s):

Réu(s):

0004323-64.2017.8.16.0088
Ação Penal - Procedimento Ordinário
Furto Qualificado
05/08/2017

- MINISTÉRIO PÚBLICO DE GUARATUBA (CPF/CNPJ: Não Cadastrado)
- ALESSANDRO ALVES DE SOUZA (RG: 150691117 SSP/PR e CPF/CNPJ: 307.943.048-42)

Prazo: 90 (noventa) dias

A Exma. Sra. Dra. Marisa de Freitas, MM.^a Juíza de Direito da Vara Criminal de Guaratuba - Estado do Paraná, etc.

FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo e Cartório Criminal tramitam os autos de ação penal nº 0004323-64.2017.8.16.0088, que a Justiça Pública move contra **ALESSANDRO ALVES DE SOUZA**, brasileiro(a), RG150691117 SSP/PR, nascido(a) aos 28/04/1982, filho(a) de Nome da Mãe: TEREZINHA DE FATIMA DOS SANTOS Nome do Pai: ALECI ALVES DE SOUSA, natural de OURINHOS/SP, e não tendo sido possível intimá-lo(a) pessoalmente, em razão de encontrar-se em lugar incerto e não sabido, pelo presente edital fica INTIMADO(A) **da sentença proferida por este Juízo**, nos autos acima mencionados, conforme parte final seguinte: "... Dito isso e por tudo mais que dos autos consta, julgo procedente a denúncia para o fim de condenar o réu Alessandro Alves de Souza nas penas previstas no art. art. 155, §1º e §4º, I, do Código Penal c/c art. 14, II, do Código Penal ... A minguada de outras causas especiais de aumento e diminuição de pena torno-a definitiva em 01 (um) ano, 09 (nove) meses e 10 (dez) dias de reclusão e multa de 09 (nove) dias-multa, considerando cada dia-multa 1/30 (um trigésimo) do salário mínimo vigente no país, à época do fato, devidamente corrigido monetariamente, tendo em vista as condições financeiras do réu ... Para o início do cumprimento da pena fixo o regime aberto ..." MARISA DE FREITAS - Meritíssima Juíza de Direito. Fica o(a) ré(u) identificado(a) de que, querendo, **poderá recorrer da sentença supra referida, dentro do prazo legal**. DADO E PASSADO nesta cidade e Comarca de Guaratuba - PR, aos 24 de setembro de 2021 às 15:05:42. Eu, Lorzete Aparecida Machado, Chefe de Secretaria, que o digitei e o assino digitalmente.

IBAITI

VARA CRIMINAL, FAMÍLIA E SUCESSÕES, INFÂNCIA E JUVENTUDE E JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL

Edital de Intimação

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE JÉSSICA DE SIQUEIRA NASCIMENTOPRAZO DO EDITAL:30 (TRINTA) DIAS. O(A) Doutor(a) Marina de Lima Toffoli, MM. Juiz(a) Substituta do(a) TJPR - Vara de Execução em Meio Aberto de Ibaity, na forma da lei, FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem, com o prazo de 30 (TRINTA) dias, ou dele conhecimento tiverem, que não sendo possível INTIMAR pessoalmente a pessoa de JÉSSICA DE SIQUEIRA NASCIMENTO, brasileiro(a), portador(a) do RG 14.371.193-5/PR, nascida aos 16/12/1989, natural de Morretes/PR, filha de Maria Olinda de Siqueira Ferreira e Jaime Pereira do Nascimento, atualmente em local incerto e não sabido, e não sendo possível intimá-la pessoalmente nos autos de Execução de Pena n.º 4000036-45.2021.8.16.0089, pelo presente proceda a INTIMAÇÃO da mesma, quanto a AUDIÊNCIA DE ADMONITÓRIA designada para o dia 29 DE OUTUBRO DE 2021, ÀS 14:00H, a ser realizada nesta Comarca. Eu, Érika Sotta, Técnica Judiciária, o subscrevo. Marina de Lima Toffoli Juíza Substituta

FORO REGIONAL DE IBIPORÃ DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE LONDRINA

JUIZADO ESPECIAL CÍVEL, CRIMINAL E DA FAZENDA PÚBLICA

Edital de Intimação

EDITAL DE INTIMAÇÃO DO(A) RÉU(RÉ) JOSE VITORIO BEDO, NOS AUTOS 004465-57.2020.8.16.0090 DE AÇÃO PENAL, NO QUAL É AUTORA A JUSTIÇA PÚBLICA.

O DR. SÉRGIO AZIZ NEME, JUIZ DE DIREITO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL, CRIMINAL E DA FAZENDA PÚBLICA DE IBIPORÃ/PR, NA FORMA DA LEI, ETC; **FAZ SABER** a todos que virem o presente edital ou dele tiverem conhecimento, em especial o(a) réu(ré) JOSE VITORIO BEDO, brasileiro, RG: 63362662 SSP/PR e CPF/CNPJ: 925.308.859-15, filho de DIOMAR ISAC FERREIRA e PEDRO VITORIO BEDO, residente e domiciliado em lugar incerto e não sabido denunciado(a) como incurso na(s) sanção(ões) do(s) artigo(s) art. 32, da Lei nº 9.605/98, e pelo presente **INTIME-O(A) da sentença adiante transcrita:** " SENTENÇAL. Relatório Imputa-se a supra qualificado, a prática do crime de JOSÉ VITORIO BEDO, maus tratos de atribuindo-lhe o seguinte fato (seq. 12.1):animais (art. 32, da Lei nº 9.605/98), "No dia 08 de julho de 2020, por volta das 02:00 horas, na Rua Ayrton Senna Silva, nº 2, nas

proximidades da Estrada do Coqueiro, nas dependências do Loteamento Maluta, no Bairro Vila Pavão, na cidade de Jataizinho/PR, JOSE VITORIO BEDO, com vontade livre e consciente da ilicitude de sua conduta, MUTILOU o animal doméstico, canino de raça Australian Cattle Dog, pertencente ao Sr. Vinicius Adão de Oliveira, levando-o a óbito (conforme certidão acostada em evento 7.7)." A Denúncia foi ofertada com base no Termo Circunstanciado acostado em seq. 7.1, impossibilitada a transação penal diante da reincidência do acusado. O fato teria sido praticado em coautoria com CLAUDIO ROBERTO OLIVEIRA, no entanto, os autos foram desmembrados diante da necessidade de instauração de incidente de insanidade mental (seq.66.1). Na AIJ foi colhido o depoimento das testemunhas arroladas pela acusação (seq. 66.2 e 66.3) e decretada a revelia do réu que, mesmo devidamente intimado, não compareceu ao ato. Em sede de alegações finais (seq. 72.1), o Ministério Público requereu a do réu, condenação como incurso nas sanções do artigo .art. 32, §2º da Lei nº 9.605/98 (maus tratos de animais) Por sua vez, a defesa do réu JOSÉ VITORIO BEDO apresentou suas alegações por memoriais (seq. 78.1), pugnando pela incidência da atenuante de confissão espontânea, com fulcro no art. 65, inciso III, alínea "d" do CPP. É o relato. Decido II. Da decisão e seus fundamentos. Presentes pressupostos processuais e condições da ação penal pública incondicionada, pois exercida persecução penal pelo titular da ação penal, em face do acusado, visando responsabilização penal pelo fato descrito na denúncia, sobre o qual havia lastro mínimo probatório de autoria e materialidade, respeitada, no trâmite processual, o devido processo legal de natureza instrumental. Resta conhecer da imputação. Materialidade. A materialidade do delito encontra-se consubstanciada nos autos por intermédio do Termo Circunstanciado (seq. 7), incluso o Boletim de Ocorrência (seq. 7.1), Auto de Exibição e apreensão (seq. 7.5), fotografias (seq. 7.8), relatório do Hospital Veterinário (seq. 7.7), assim como de toda prova oral colhida durante a instrução do presente feito (seq. 66).

Autoria. A autoria, de mesmo modo, restou evidenciada e recai sobre o denunciado, conforme prova oral colacionada nos autos, sob crivo do contraditório. Senão vejamos. Em seu depoimento perante o Juízo, a testemunha de acusação Vinicius Adão de Oliveira, dono do animal sacrificado, relatou o seguinte (seq. 66.2): "(...) Que teve um problema com o Sr. CLAUDIO, que alegou que nós tentamos atropelar um animal dele. Que então o CLAUDIO chamou o JOSÉ BEDO para danificar seu patrimônio e mataram meu animal. Que eles pegaram um facão e assassinaram o cachorro. Que quando chegaram no local o animal estava agonizando. Que o facão foi apreendido depois com o Sr. JOSÉ. Que quando chegaram o JOSÉ estava sujo de sangue e confessou que havia matado o animal". A testemunha Juliana Barbosa Oliveira (seq. 66.3), esposa de Vinicius, relatou: "Que por volta das 9hrs da manhã ligaram pra gente ir até a chácara porque o cachorro estaria machucado. Que o VINICIUS então foi até lá e chamaram a polícia. Que só foi para lá depois. Que quando chegou o cachorro ainda estava vivo, mas agonizando. Que pegou o cachorro e levou para UEL para tentar salvar a vida dele, mas não conseguiu (...). Que o Sr. JOSÉ afirmou que na sexta-feira ela teria tentado atropelar o cavalo dele(...) Que o cachorro sempre fica preso, pois é um cachorro bravo. Que para atingir o cachorro eles adentraram na sua propriedade, estragaram telhado, quebraram porteira (...)". O réu não foi ouvido perante o juízo, uma vez que não compareceu à AIJ, embora intimado. Perante a autoridade policial relatou o seguinte (seq. 7.14): "Que bebeu demais, ficou doído, pede desculpa e está arrependido. Que o que fez foi da bebida. Que não sabe nada do motivo. Que o rapaz nunca lhe fez nada, sempre o cumprimentava, mas foi a bebida. Que até agora está arrependido. Que não danificou a casa, só fez isso com o cachorro. Que o facão é de arrancar rama de cana para plantar. Que o outro não mandou que fizesse isso, nem estava junto. Que o Claudinho não estava junto. Que não mandou que ele matasse o cachorro (...)". O fato narrado pelas testemunhas e confessado pelo réu em sede policial se amolda à conduta prevista no art. 32, da Lei de Crimes Ambientais ("Praticar ato de abuso, maus-tratos, ferir ou mutilar senão vejamos."), animais silvestres, domésticos ou domesticados, nativos ou exóticos O réu confessou em seu depoimento extrajudicial as lesões desferidas no animal, aduzindo que as fez porque "(sic).bebeu demais" O tipo penal em comento só abarca a modalidade dolosa, não podendo a ingestão de bebida alcoólica relatada pelo réu ser apta a afastar sua culpabilidade, posto que não foi completa e nem mesmo fortuita/acidental. Do relatório apresentado pelo Hospital Veterinário (seq. 7.7), é possível verificar a gravidade e multiplicidade das lesões, deixando isente de dúvidas a configuração do tipo penal: "Na face havia laceração de musculatura temporal direita de 6 cm, destruição de ossos nasais e fratura completa da maxila com exposição de cavidade nasal; laceração de narinas; avulsão da arcada incisiva em mandíbula e destruição de lábio inferior com múltiplos cortes possivelmente realizados por objeto perfuro-cortante. Animal também apresentava lesão com exposição óssea em joelho e lesão com exposição muscular em cotovelo". Além do relatório, que descreveu minuciosamente as lesões, foram acostadas fotografias (seq. 7.8), que permitem elucidar a gravidade e crueldade dos ferimentos, que culminaram no óbito do animal no dia seguinte. Desse modo, a confissão extrajudicial do réu, corroborada pela prova testemunhal colhida sobre o crivo do contraditório e demais provas colhidas, não deixam dúvidas acerca da prática do delito de maus-tratos de animais, com resultado morte, praticado pelo réu, sendo de rigor a sua condenação. Nesse sentido o entendimento jurisprudencial: APELAÇÃO CRIMINAL. CRIME AMBIENTAL. MAUS-TRATOS EM ANIMAIS(ARTIGO 32 DA LEI 9.605/98, EM CONCURSO MATERIAL). MUTILAÇÃO, CASTRAÇÃO E CRUELDADE. CONFISSÃO EXTRAJUDICIAL CORROBORADA POR PROVA TESTEMUNHAL EM JUÍZO. MATERIALIDADE E AUTORIA COMPROVADAS. SENTENÇA ABSOLUTÓRIA REFORMADA. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. (TJPR - 4ª Turma Recursal - 0002044-17.2012.8.16.0174, Relatora: Manuela Tallão Benke, Data de Julgamento: 17/03/2017, data de publicação: 21/03/2017). APELAÇÃO CRIMINAL. MAUS-TRATOS DE ANIMAIS. ARTIGO 32 DA LEI N° 9.605/98. PROVA CONCLUSIVA DA AUTORIA E MATERIALIDADE. ARTIGO

32 DA LEI N 9.605/98. ELEMENTOS OBJETIVO E SUBJETIVO DO DELITO PREENCHIDOS. CONDENAÇÃO MANTIDA. (TJPR - APL: 00012781720148160166 PR, Relatora: Renata Ribeiro Bau, Data de Julgamento:16/02/2017, 4ª Turma Recursal, Data de Publicação: 20/02/2017). Evidenciada materialidade do delito e a autoria pelo réu inexistentes JOSÉ VITORIO BEDO, causas excludentes de tipicidade, ilicitude ou culpabilidade, de rigor a condenação deste nos termos da exordial acusatória. Demais teses defensivas, serão conhecidas na fase da dosimetria penal. III. Conclusão Com arrimo no art. 387, do CPP, acolho a pretensão deduzida nestes autos de Processo Crime nº 0004465-57.2020.8.16.0090, para o fim de CONDENAR o acusado, como JOSÉ VITORIO BEDO incurso nas sanções do art. 32, da Lei nº 9.605/98 (Lei de Crimes Ambientais). Passo a dosimetria da pena, observado sistema trifásico. Circunstâncias judiciais - 1ª Fase cotejando os contornos da ação do réu, esta foi perpetrada dentro da Culpabilidade: normalidade do tipo penal, o que não reclama maior reprovabilidade. cf. certidão de seq. 72.2, o réu foi condenado pelo crime de homicídio (autos nº Antecedentes: 0002719-63.2010.8.16.0072 - df: 16/09/2010, rd: 08/10/2010, ds: 31/08/2012, tj: 10/09/2012), porém, uma vez que tal condenação configura reincidência relega-se à segunda fase a cognição da condenação, obviando-se b. is in idem por ausência de prova técnica e sopesadas as provas vertentes nos autos não Personalidade: é possível formar um juízo de reprovação acerca da personalidade do réu. Nem se olvide que os registros

antecedentes não se prestam a infirmar a normalidades do perfil do réu, eis que é cediço que a personalidade do agente resulta da análise e seu perfil subjetivo, quando aspecto morais e psicológicos, visando aferir a existência de caráter voltado para infrações penais, demonstrando seu desvio de personalidade, mas, no caso concreto, repese-se, não restou demonstrado tal personalidade desviante, eis que o registro de antecedentes, por si só, não se prestam à valoração do perfil do agente - precedentes do

STJ: (...) A jurisprudência desta Corte Superior é contrária à atribuição de desvalor à personalidade do agente com base exclusivamente em registros criminais existentes na folha de antecedentes penais dos réus."

(AgInt no AgRg no HC 544.345/RS, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, julgado em 04/08/2020, DJe 25/08/2020)

não consta nos autos nada de relevante que possa militar em desfavor de sua Conduta social: conduta social, no plano familiar, pessoal e social.

nos termos da confissão extrajudicial do réu, foi a influência do álcool, não sendo Motivos: capaz de militar em seu desfavor.

nada de anormal, que possa sopesar em desfavor Circunstâncias e consequências do crime: do réu.

Sopesando as circunstâncias judiciais (art. 59, CP), verifica-se que lhe são favoráveis, de modo que fixo a pena-base no mínimo, em 03 (três) meses de detenção e pena pecuniária de 10 (dez)

dias-multa, cujo valor do dia-multa fixo em 1/30 (um trinta avos) do valor do salário mínimo vigente na data do

fato. c.m. pelo INPC/IBGE ou índice substituto, considerando a situação econômico/financeira do réu que verte de seu interrogatório.

Circunstâncias legais - 2ª fase Presente a da espontânea perante a autoridade (CP, art. 65, III, "d" e atenuante confissão

Súmula 545/STJ) e a da reincidência, art. 65, inciso III, alínea "d" do Código Penal. agravante De rigor, pois, sua compensação, na esteira de posicionamentos do STJ: "[...] A Seção, por maioria, entendeu que devem ser compensadas a atenuante da confissão espontânea e a agravante da reincidência por serem igualmente preponderantes. Segundo se afirmou, a confissão revela traço da personalidade do agente, indicando o seu arrependimento e o desejo de emenda. Assim, nos termos do art. 67 do CP, o peso entre a confissão - que diz respeito à personalidade do agente - e a reincidência - expressamente prevista no referido artigo como circunstância preponderante - deve ser o mesmo, daí a possibilidade de compensação." (EREsp1.154.752/RS, rel. Min. Sebastião Reis Júnior, 3ª Seção, j. 23.05.2012 - Informativo 498). (...) A Terceira Seção desta Corte, em 23/5/2012, por ocasião do julgamento do

EREsp 1.154.752/RS, pacificou o entendimento segundo o qual a atenuante da confissão espontânea, na medida em que compreende a personalidade do agente, é circunstância preponderante, devendo ser compensada com a agravante da reincidência, igualmente preponderante. Em 10/4/2013, o entendimento foi reafirmado no julgamento do Recurso Especial 1.341.370/MT, submetido ao rito dos recursos repetitivos. (HC 585.053/RJ, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 18/08/2020, DJe 27/08/2020)

Mantenho, pois, nesta fase de dosagem a pena em 03 (três) meses de detenção e pena pecuniária de 10 (dez) dias-multa, cujo valor do dia-multa fixo em 1/30 (um trinta avos) do valor do salário

mínimo vigente na data do fato. c.m. pelo INPC/IBGE ou índice substituto, considerando a situação econômico/financeira do réu que verte de seu interrogatório. Causas especiais de aumento ou diminuição de pena - 3ª Fase

Na terceira fase da dosimetria penal, presente a causa especial de aumento de pena prevista no 2º da Lei 9.605/98, qual seja: "§ A pena é aumentada de um sexto a um terço, se ocorre morte do

animal.". Isto porque, conforme relatório do Hospital Veterinário da Universidade Estadual de Londrina, após ser mantido em monitoração intensiva, o animal veio a óbito às 4hrs da manhã do dia 09 de julho de 2020, em razão das lesões provocadas pelo réu.

Portanto, majora a pena aplicada em 1/6, fixando-a, em definitivo, em 03 (três) meses e 15

e multa de 11 (onze) dias-multa, cujo valor do dia-multa fixo em 1/30 (um trinta(quinze) dias de detenção

avos) do valor do salário mínimo vigente na data do fato. c.m. pelo INPC/IBGE ou índice substituto, por considerá-la adequada e suficiente à repressão do delito. Do regime de cumprimento de pena

Considerando o que prescreve o artigo 33 do Código Penal, e com base em seu § 2º alínea 'b' e 'c', já que o réu é reincidente e a pena fixo o regime semiaberto para o cumprimento da reprimenda aplicada é de detenção. Da substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos e da suspensão condicional da pena Cabível, na espécie, a substituição da pena privativa de liberdade pela restritiva de direitos, por não ser reincidente específico e mostrar-se socialmente recomendável (CP, art. 44, I c.c. art. 7º, I e II da Lei 9605/98), pelo que substituo a pena privativa de liberdade por uma pena restritiva de direito, na modalidade de prestação pecuniária de 1(um) salário mínimo nacional, vigente na data do efetivo pagamento, em favor de entidade cadastrada na Comarca, a ser executada nos termos da Instrução Normativa Conjunta nº 02/2014 - CGJ/PR e MP/PR .

Inaplicável o benefício do , do disposto no art. 80, do Código Penal.sursis ex vi

No presente caso, em razão da reincidência do réu, é incabível tanto a substituição da pena (artigo 44, inciso I do Código Penal), quanto a suspensão condicional da pena, com arrimo no art. 77, inciso II do CP. Da prisão preventiva

O acusado respondeu ao processo em liberdade, não havendo elementos para decretação da sua prisão processual, sobretudo, em tendo sido fixado regime semiaberto para cumprimento da pena (STJ, 5ª Turma, HC 218.098/SP, Rel. Min Laurita Vaz, j. 08/05/2012; STF, 2ª Turma, HC n. 186.648, Rel. Min.Carmem Lúcia, j. 08.06.2020) Disposições Finais

, restou aplicada ao réu a pena de 03 meses e 15 dias de detenção, no regimeEm resenha semiaberto, substituído por pena restritiva de direitos na modalidade de prestação pecuniária. Condeno o réu ao pagamento de custas processuais, nos termos da Instrução Normativa nº 01/2015, do CSJE's-PR.

, adote-se as seguintes providências: Certificado o trânsito em julgado

a) Lance-se o nome do réu no rol dos culpados;

b) Remetam-se os autos para a conta de custas e liquidação, intimando-se o réu para pagá-las no prazo de 10 (dez) dias;

c) Comunique-se o Tribunal Regional Eleitoral (art. 15, III, da Constituição da República). d) Pela assistência jurídica prestada, com arrimo no art. 5º, da Lei PR nº 18664/2015 c.c. Resolução Conjunta nº 015/2019 - PGE/SEFA - Anexo I, itens 1.3 e 1.12, arbitro valor de R\$ 900,00 para a Dra. Elaine Patrícia Araújo OAB/PR 76.824. Publicada e registrada neste ato . Int

" O prazo do edital é de 60 (sessenta) dias.

EDITAL DE INTIMAÇÃO DO(A) RÉU(RÉ) C , NOS AUTOS DE AÇÃO PENAL, NO QUAL É AUTORA A JUSTIÇA PÚBLICA.

O DR. SÉRGIO AZIZ NEME, JUIZ DE DIREITO DO JUÍZADO ESPECIAL CÍVEL, CRIMINAL E DA FAZENDA PÚBLICA DE IBIPORÃ/PR, NA FORMA DA LEI, ETC; LEIDE ALVESF A Z S A B E R a todos que virem o presente edital ou dele tiverem conhecimento, em especial o(a) réu(ré) CLEIDE ALVES GUIMARÃES, brasileiro, QUALIFICAÇÃO COMPLETA , denunciado(a) como incurso na(s) sanção(ões) do(s) artigo(s) Art. 349-A CP e

"pelo presente da :INTIME-O(A) sentença adiante transcrita SENTENÇA I. Relatório Imputa-se a supra qualificada, a prática de tentativa de CLEIDE ALVES GUIMARÃES, introdução de aparelho de comunicação, sem autorização legal, em estabelecimento prisional (art. 349-A, atribuindo-lhe os seguintes fatos (seq. 78.1):do Código Penal),"No dia 05 do mês de abril do ano de 2017, por volta das 9 horas, na Delegacia de Polícia localizada na Rua Antonieta de Barros, nº 560, neste município de Ibiporã, a denunciada CLEIDE ALVES GUIMARÃES, com vontade livre e consciente da ilicitude de sua conduta, tentou introduzir no mencionado estabelecimento prisional, 03 (três) telefones celulares, sendo dois da marca Samsung e um da marca Motorola, e um fone de ouvido para celular da marca Nokia (auto de exibição e apreensão na seq. 1.1 - página 8), somente não logrando êxito na consumação de seu intento criminoso porque surpreendida por agentes do DEPEN que localizaram os objetos.Com efeito, conforme consta no Boletim de Ocorrência, agentes do DEPEN, ao realizarem revista nos alimentos trazidos pela denunciada ao companheiro que estava recolhido na DEPOL - WELLINGTON FERNANDO TEODORO, encontraram os referidos aparelhos de celular e o fone de ouvido, um deles dentro de um pote de bolo e os demais objetos dentro de um pote de comida, dando voz de prisão à denunciada." A denúncia foi ofertada com base no TCIP acostado em seq. 1.1, após descumprimento da transação penal celebrada em seq. 35.1.Impossibilitada a suspensão condicional do processo, em razão da ré estar sendo processada por tráfico de drogas no bojo dos autos nº 4865-76.2017.8.16.0090.Embora devidamente intimado (seq. 41.1), o representado não compareceu à audiência de suspensão condicional do processo (cf. seq. 43.1).Recebida a denúncia em 02 de setembro de 2019, oportunidade na qual foi decretada a revelia da ré que, embora citada, não compareceu à audiência de instrução (seq. 162.1).Na AIJ foi colhido o depoimento da

testemunha arrolada pela acusação (seq. 242.2).Em sede de alegações finais (seq. 254.1), o Ministério Público requereu a da condenação ré, como incurso nas sanções do artigo art. 349-A, do Código Penal (introdução de aparelho de comunicação, sem autorização legal, em estabelecimento prisional)Por sua vez, a defesa da ré apresentou suas alegações CLEIDE ALVES GUIMARÃES por memoriais (seq. 262.1), pugnando pela ABSOLVIÇÃO da ré, pela incidência do instituto do crime impossível, previsto no art. 17 do Código Penal. É o relato. Decido.II. Da Decisão e seus Fundamentos

Presentes pressupostos processuais e condições da ação penal pública incondicionada, pois exercida persecução penal pelo titular da ação penal, em face do acusado, visando responsabilização penal pelo fato descrito na denúncia, sobre o qual havia lastro mínimo probatório de autoria e materialidade, respeitada, no trâmite processual, o devido processo legal de natureza instrumental. Resta conhecer da imputação, sob égide da segunda a qual o réu emenda tio libelli, defende-se dos fatos imputados e não da capitulação jurídica dada (CPP, art. 383) Ocorrência (seq. 1.1 - fls. 2/7), Auto de Exibição e Apreensão (seq. 1.1 - fl. 8), assim como pela prova oral colhida durante a instrução do presente feito (seq. 242.2).Autoria.A autoria, de mesmo modo, restou evidenciada e recai sobre a denunciada, conforme prova oral colecionada nos autos, sob crivo do contraditório. Senão vejamos. Em seu depoimento perante r. Juízo, a testemunha Rodrigo Valério, relatou o seguinte (seq.242.2): "(...) Que no dia em questão, o agente de cadeia José Alfredo, na revista, encontrou o celular com a mulher. Que é o responsável, até hoje, pelo cartório de TCIP e, depois que ele deu voz de prisão e apreendeu os celulares, ele encaminhou até o cartório, porque a polícia civil ficava junto com a cadeia pública na época. Que então ele (José Alfredo) encaminhou a mulher com os objetos até o cartório e ele fez o TCIP e apreendeu os objetos. Que não se lembra onde estavam os celulares. Que fatos assim chegavam toda semana. Que nessa época era o José Alfredo que trabalhava como agente de cadeia. Que tem uma porta principal do prédio, que ela estava dentro já, mas não estava dentro da cadeia. Que do estabelecimento prisional ela estava dentro (...)."O fato nos autos se amolda à conduta prevista no art. 349-A, do Código Penal ("Ingressar, promover, intermediar, auxiliar ou facilitar a entrada de aparelho telefônico de comunicação móvel, de senão vejamos."), rádio ou similar, sem autorização legal, em estabelecimento prisional Sobre a estrutura do tipo penal incriminador, leciona Guilherme de Souza Nucci:"Ingressar (dar entrada de algo em algum lugar), promover (propiciar, dar causa a algo), intermediar (colocar-se entre duas pessoas, servindo-lhes de ponte ou ligação), auxiliar (dar ajuda ou socorro) ou facilitar (tornar mais fácil, favorecer)são as condutas alternativas previstas. Os verbos promover, intermediar, auxiliar e facilitar podem ter por objeto a entrada de aparelho telefônico de comunicação móvel (celular), de rádio ou similar. O verbo ingressar significa, em verdade, levar consigo o aparelho para dentro do presídio, o que não deixa de ser uma forma de promover a entrada do referido aparelho" (Nucci, Guilherme de Souza. Curso deDireito Penal: parte especial II - 3 ed. - Rio de Janeiro: Forense, 2019, pg. 1068).No Boletim de Ocorrência lavrado no momento da apreensão, consta que a acusada afirmou que os objetos apreendidos e a comida seriam para o seu companheiro Wellington Fernando Teodoro, que estava detido na delegacia (Seq. 1.1 - fl. 2).A ré, ficou na fase da tentativa, pois foi inibido o efetivo ingresso no estabelecimento penal com a fiscalização exercida pelos agentes públicos, inibindo, por circunstâncias alheias à vontade da ré o efetivo ingresso no estabelecimento penal dos celulares que visava entregar ao companheiro, conforme narrado pelo policial civil.Sem razão a tese defensiva. Inicialmente, destaca-se que para configuração da hipótese de crime impossível, nos termos do art. 17 do Código Penal, deve ser impossível a consumação de crime, em razão da ineficácia absoluta do meio ou impropriedade do objeto.absoluta Em caso paradigma, o Superior Tribunal de Justiça decidiu que a simples presença de sistema de vigilância não configura crime impossível, uma vez que "Diante da possibilidade, ainda que (STJ- HC: 89530)mínima, de consumação do delito, não há que se falar na hipótese de crime impossível"SP 2007/0203413-0, Relatora: Ministra JANE SILVA, Data de Julgamento: 18/12/2007). Embora o caso objeto da decisão não encontre completa identidade com o caso em comento, o fundamento é o mesmo, sendo que a mera existência de revista pessoal, não é apta a configurar a hipótese de crime impossível.Nesse sentir já se posicionou a jurisprudência:APELAÇÃO CRIMINAL. ART. 349-A, DO CP. RELATO DAS TESTEMUNHAS.VEROSSIMILHANÇA. RELATOS DA ACUSADA. DIVERGÊNCIA. IMPOSSÍVEL. INOCORRÊNCIA. SENTENÇA CONFIRMADA. 1. Comete o crime do art. 249-A, do CP, aquele que ingressa com telefone celular em estabelecimentoprisional. No caso, a apelante tentou entrar com telefone celular no PresídioRegional de Pelotas, sendo surpreendida pelos agentes penitenciários que faziam arevista. 2. Relato dos agentes penitenciários que, ao contrário do exposto pela ré, mostra-se verossímil, autorizando a manutenção da sentença condenatória. 3. Situação enfrentada que não permite o acolhimento da tese de crime impossível,eis que o sistema de revista realizado não é infalível. RECURSO IMPROVIDO.(TJ-RS - APR:

70081346496 RS, relator: Julio Cesar Finger, Data de Julgamento:28/11/2019, Quarta Câmara Criminal, Data de Publicação: 17/01/2020). - grifei.Tanto é falho o sistema de revista no ambiente prisional, que não são raras as notícias decelulares apreendidos em posse dos detentos e é até mesmo usual que as interceptações telefônicas em tais aparelhos desvendem múltiplos crimes, sendo os mais comuns tráficos de drogas no âmbito das facções e organizações criminosas, evidenciando a falha no sistema existente nesse tocante. Não bastasse isso, ressalta-se que a ré já se encontrava dentro do estabelecimento prisional com o telefone quando foi apreendida na revista, de modo que o delito já estava consumado por se tratar de crime formal. Nesse sentir: APELAÇÃO CRIME. FAVORECIMENTO REAL. ARTIGO 349-A, DO CÓDIGO. SENTENÇA CONDENATÓRIA. PLEITO PARA ABSOLVIÇÃO DA RÉ. PENAL ALEGAÇÃO DE AUSÊNCIA DE PROVAS. NÃO ACOLHIMENTO. CRIME FORMAL. CONFIGURAÇÃO DA CONDUTA DESCRITA NO ARTIGO 349-A, L. DEPOIMENTO DE AGENTE PÚBLICO PRODUZIDO NODO CÓDIGO PENA ÂMBITO DO CONTRADITÓRIO. VALIDADE. PLEITO PARA AFASTAR A APLICAÇÃO DA REINCIDÊNCIA. NÃO ACOLHIMENTO. CONSTITUCIONALIDADE SUPERADA PELO STF. DE OFÍCIO, SUBSTITUÍDA A PENA RESTRITIVA DE DIREITO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO À COMUNIDADE POR PRESTAÇÃO PECUNIÁRIA. RECURSO CONHECIDO ENÃO PROVIDO. (TJPR - 2ª C. Criminal - 0003193-78.2017.8.16.0075 -

Cornélio Procópio - Rel.: DESEMBARGADOR JOSÉ CARLOS DALACQUA - J. - grifei.02.08.2018) Apelação crime. Favorecimento real (art. 349-A do Código Penal). Intermediação de ingresso de aparelho celular em Delegacia, sem autorização legal. Autoria em materialidade suficientemente comprovadas. Pretensa absolvição, pela ausência de dolo. Não cabimento. Circunstâncias fáticas que demonstram o conhecimento dos aparelhos eletrônicos pela ré. Pleito de desclassificação para a forma tentada. Não acolhimento. Delito formal, que se consuma com o ingresso do aparelho, Manutenção da condenação. Recurso não ainda que não entregue ao destinatário. provido. 1. É descabida a intenção da apelante de se eximir da responsabilidade penal, alegando o desconhecimento dos celulares, quando as circunstâncias fáticas demonstram exatamente o contrário, não havendo que se falar em ausência de elemento subjetivo do tipo. 2. Não é de se acolher o pleito de desclassificação do crime para a forma tentada, por se tratar de delito formal, que se consuma quando ocorre o ingresso do aparelho eletrônico no estabelecimento prisional, sem autorização legal, independente de efetiva entrega ao destinatário da encomenda. (TJPR - 2ª C. Criminal - 0001471-95.2018.8.16.0132 - Peabiru - Rel.: DESEMBARGADOR JOSÉ MAURICIO PINTO DE ALMEIDA - J. 08.05.2020) - grifei. Assim, já consumado o delito quando da abordagem do agente prisional na revista, não há como se cogitar a hipótese de crime impossível. Nesse sentir, inclusive, já se posicionou o Superior Tribunal de Justiça, em caso semelhante, em se tratando de apreensão de drogas: "[...] 2. Hipótese em que não há que se falar em crime impossível. As instâncias originárias ressaltaram que o delito consumou-se antes mesmo da abordagem do agente prisional. Ademais, esta Corte já assentou a configuração do delito mesmo diante da existência de revista na entrada do estabelecimento prisional, haja vista tratar-se de atividade humana falível. Inclusive, é notória a existência de drogas em diversos estabelecimentos prisionais, o que indica a [...] (HC n. 326.871/SC, Rel. possibilidade de êxito em se ludibriar a segurança Ministra Maria Thereza de Assis Moura, 6ª T., DJe 10/6/2016). Portanto, estando evidenciadas a materialidade do delito e a autoria pela ré CLEIDE inexistentes causas excludentes de tipicidade, ilicitude ou culpabilidade, de rigor ALVES GUIMARÃES, a condenação deste nos termos da exordial acusatória. Demais teses defensivas, serão conhecidas na fase da dosimetria penal. III. Conclusão Com arrimo no art. 387, do CPP, acolho a pretensão deduzida nestes autos de Processo Crime nº 0002115-04.8.16.00190, para o fim de CONDENAR a acusada CLEIDE ALVES, como incurso nas sanções do art. 349-A, do Código Penal. GUIMARÃES Passo a dosimetria da pena, observado sistema trifásico. Circunstâncias judiciais - 1º Fase cotejando os contornos da ação da ré, esta foi perpetrada dentro da Culpabilidade: normalidade de ações tais, o que não reclama maior reprovabilidade. cf. certidão de seq. 251.1, a réu foi condenado pelo crime de tráfico de Antecedentes: drogas (autos nº 0004865-76.2017.8.16.0090 - df: 17/07/2017, rd: 10/01/2018, ds: 02/05/2019, tj: 07/05/2019), militando em seu desfavor por não ser apta a caracterizar reincidência. por ausência de prova técnica e sopesadas as provas vertentes nos autos não Personalidade: é possível formar um juízo de reprovação acerca da personalidade da ré. Nem se olvide que os registros antecedentes não se prestam a informar a normalidades do perfil do réu, eis que é cediço que apersonalidade do agente resulta da análise e seu perfil subjetivo, quando aspecto morais e psicológicos, visando aferir a existência de caráter voltado para infrações penais, demonstrando seu desvio de personalidade, mas, no caso concreto, repise-se, não restou demonstrado tal personalidade desviante, eis que o registro de antecedentes, por si só, não se prestam a valoração do perfil do agente - precedentes do STJ: (...) A jurisprudência desta Corte Superior é contrária à atribuição de desvalor à personalidade do agente com base exclusivamente em

registros criminais existentes na folha de antecedentes penais doréus." (AgInt no AgrRg no HC 544.345/RS, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, julgado em 04/08/2020, DJe 25/08/2020) não consta nos autos nada de relevante que possa militar em desfavor de Conduta social: sua conduta social, no plano familiar, pessoal e social. prejudicado. Motivos: nada de anormal, que possa sopesar em desfavor Circunstâncias e consequências do crime: da ré. Sopesando as circunstâncias judiciais (art. 59, CP), verifica-se que pesa em seu desfavor os antecedentes, de modo que fixo a pena-base em 04 (quatro) meses de detenção. Circunstâncias legais - 2ª fase Na segunda fase da dosimetria, ausente causas agravantes ou atenuantes da pena. Por cautela, ressalta-se que não se configura a agravante genérica prevista no art. 61, incisol do Código Penal - reincidência, suscitada pelo uma vez que o trânsito em julgado do daparquet, condenação pelo crime de tráfico (autos nº 0004865-76.2017.8.16.0090) se deu em 07/05/2019, ou seja, após o fato descrito, não se enquadrando, portanto, no contido no art. 63 do CP, que exige que o fato tenha sido praticado após o trânsito em julgado para que se verifique a reincidência. Posto isso, na segunda fase da dosimetria, mantenho a pena no patamar de 04 (quatro) meses de detenção. Causas especiais de aumento ou diminuição de pena - 3ª Fase Na terceira fase da dosimetria penal, ausentes causa geral ou especial de aumento de pena. Presente causa geral de diminuição de pena, prevista no art. 14, inciso II do CP, diminuo apenas em 1/3, apurando-se o de 3 (três) meses e 20 (vinte) dias de detenção. quantum Posto isso, por considerá-la, fixo a pena em definitivo em 03 meses e 20 dias de detenção adequada e suficiente à repressão do delito. Do Regime de Cumprimento de Pena Considerando o que prescreve o artigo 33 do Código Penal, e com base em seu § 2º alínea 'c', fixo o regime aberto para o cumprimento da reprimenda, mediante o cumprimento das condições: (a) as do parágrafo 1º, do art. 36, do Código Penal, bem como exercício de atividade lícita, que deverá ser comprovado no prazo de 30 dias; (b) apresentação mensal perante o Juízo para justificar suas atividades; (c) recolher-se em Casa de Albergado ou, na falta do referido estabelecimento, recolher-se em sua residência e nela permanecer diariamente, inclusive nos finais de semana, no período das 23:00 às 06:00 horas, cumprindo prisão albergue ou domiciliar, sem o rigor penitenciário, face a natureza do regime, baseado na autodisciplina e senso de responsabilidade; e, (d) não se ausentar da cidade onde reside, por mais de oito dias, sem prévia autorização judicial. Da Substituição da Pena Privativa de Liberdade por Restritiva de Direitos e da Suspensão Condicional da Pena Verifica-se que a pena privativa de liberdade aplicada não foi superior a 4 (quatro) anos, o crime não foi cometido com violência ou grave ameaça contra a pessoa, o réu é primário e possui circunstâncias judiciais favoráveis. Portanto, com esteio no art. 44, § 2º, do Código Penal, substituo a pena privativa de liberdade por prestação pecuniária de 1 (um) salário mínimo nacional vigente na data do pagamento. Incabível o sursis da pena, ex vi do art. 80, do Código Penal. Da Prisão Preventiva O acusado respondeu ao processo em liberdade, não havendo elementos para decretação da prisão processual, sobretudo, em tendo sido fixado regime aberto para cumprimento da pena, substituído por pena restritiva de direitos (STJ, 5ª Turma, HC 218.098/SP, Rel. Min. Laurita Vaz, j. 08/05/2012; STF, 2ª Turma, HC n. 186.648, Rel. Min. Carmem Lúcia, j. 08.06.2020) Disposições Finais Certificado o trânsito em julgado, adote-se as seguintes providências: a) Lance-se nome do réu no rol dos culpados; b) Remetam-se os autos para a conta de custas e liquidação, intimando-se a ré para pagar as custas no prazo de 10 (dez) dias; c) Comunique-se o Tribunal Regional Eleitoral (art. 15, III, da Constituição da República); d) Pela assistência jurídica prestada, com arrimo no art. 5º, da Lei PR nº 18664/2015 c.c. Resolução Conjunta nº 015/2019 - PGE/SEFA - Anexo I, itens 1.3 e 1.12, arbitro valor de R\$ 900,00 para a Dra. Franciely Martins Costa OAB/PR 87.471. Nos termos do art. 5º, da Lei nº 18664/2015 c.c. item 4.3, da Tabela Anexa à Resolução Conjunta nº 015/2019-PGE/SEFA, à defensora dativa Drª Franciely Martins Costa OAB 874711N-PR, arbitro o valor de R\$ 900,00 (novecentos reais). Publicada e registrada neste ato. Int. O prazo do edital é de 60 (sessenta) dias. E para a que não haja alegação de ignorância dos atos acima referidos, é expedido o presente Edital, o qual será publicado digitalmente. Assinado e datado digitalmente Sérgio Aziz Neme Juiz de direito

Edital Geral

EDITAL DE ALIENAÇÃO JUDICIAL E INTIMAÇÃO
PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE LONDRINA - FORO REGIONAL DE IBIPORÃ
JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE IBIPORÃ - PROJUDI

Rua Guilherme de Mello, 275 - whatsapp (43) 9 8821-8433 - Vila Romana I - Ibiporã/PR - CEP: 86.200-000 - Fone: (43)34390851 - E-mail: IBI-4VJ-S@TJPR.JUS.BR

Processo: 0004647-43.2020.8.16.0090

Classe processual: Carta Precatória Cível

Exequente(s): GUMQUATRO COMERCIO DE PRESENTES EIRELI

Executado(s): FRANCIELI MORETTI (CPF: 048.580.879-05)

EDITAL DE ALIENAÇÃO JUDICIAL E INTIMAÇÃO

- Leilão Eletrônico -

- www.alleilo.es.com.br -

O(A) MM. Dr. Sérgio Aziz Neme, Juiz de Direito, do(a) JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE IBIPORÃ - PROJUDI, na forma da lei, FAZ SABER, a todos aqueles que possam interessar, que nos autos de Carta Precatória Cível, sob nº 0004647-43.2020.8.16.0090, será promovida a alienação judicial do(s) bem(ns) descrito(s) nos autos supramencionados, em nome do(s) Executado(s) FRANCIELI MORETTI (CPF: 048.580.879-05), conforme abaixo:

LEILOEIRO OFICIAL DESIGNADO: Alex Felix, matrícula 18/297-L, com endereço profissional localizado à Rua Júlio Estrela Moreira, nº 74 - Jd. Petrópolis II - Londrina - Pr - Tel: (43) 9 9944-8884 - e-mail: alleilo.es@gmail.com

DATA(S):

1º LEILÃO: 15/10/2021, às 14:00h, ocasião em que será aceito lance igual ou superior ao valor da avaliação

2º LEILÃO: 25/10/2021, às 14:00h, ocasião em que será aceito lance igual ou superior à 50% (cinquenta por cento) do valor da avaliação

LOCAL DO LEILÃO:

Exclusivamente de forma on-line através do site www.alleilo.es.com.br

DESCRIÇÃO DO(S) BEM(NS):

Motocicleta Marca/Modelo HONDA/C100 BIZ ES Ano Modelo 2001 Placa AJQ6598 Ano Fabricação 2000 Chassi 9C2HA07101R209202.

VALOR DA AVALIAÇÃO: Mil e oitocentos reais

VALOR DO DÉBITO: R\$3.331,46 (sujeito a atualização), valor sujeito à atualização até a data do pagamento

LOCALIZAÇÃO DO(S) BEM(NS): O(s) bem(ns)s encontra(m-se) depositado(s) sob guarda do(s) Executado(s) FRANCIELI MORETTI (CPF: 048.580.879-05), no endereço: Rua Vitorina Zanini Ribeiro, 371 - Bairro: Otaviano Eraques Duarte - JATAIZINHO - PR

ÔNUS: *Constam Bloqueios por Ordem Judicial - Bloqueio Renajud - processo nº 0004647-43.2020.8.16.0090; Detran: Taxa de licenciamento anterior(es) R\$ 346,00 - Taxa de licenciamento 2021 R\$ 86,50 - Seguro obrigatório dpvat anterior R\$ 12,30 - Multas de trânsito R\$ 127,69 - Ipva R\$742,47*

MODALIDADE DE LEILÃO: A alienação judicial será realizada exclusivamente na modalidade eletrônica. Os lances eletrônicos serão recepcionados somente na condição de pagamento à vista e poderão ser ofertados a partir da data da publicação deste edital, mediante habilitação, após prévio CADASTRO, com prazo mínimo de 24 horas de antecedências, no site www.alleilo.es.com.br, ficando os interessados cientes de que estarão vinculados às mesmas normas processuais e procedimentais destinadas aos lançadores presenciais, inclusive quanto à responsabilidade cível e criminal.

PAGAMENTO DA ARREMATACÃO: Salvo pronunciamento judicial em sentido diverso, o pagamento deverá ser realizado de imediato pelo arrematante, por depósito judicial ou por meio eletrônico, conforme disposto no art. 892 do Código de Processo Civil, ou ainda no prazo de até 24 horas da realização da praça. (Art. 884, IV do Código de Processo Civil).

CONDIÇÕES DO PAGAMENTO PARCELADO: Art. 895. O interessado em adquirir o bem penhorado em prestações poderá apresentar, por escrito: I - até o início do primeiro leilão, proposta de aquisição do bem por valor não inferior ao da avaliação; II - até o início do segundo leilão, proposta de aquisição do bem por valor que não seja considerado vil. § 1º A proposta conterá, em qualquer hipótese, oferta de pagamento de pelo menos vinte e cinco por cento do valor do lance à vista e o restante parcelado em até 30 (trinta) meses, garantido por caução idônea, quando se tratar de móveis, e por hipoteca do próprio bem, quando se tratar de imóveis. § 2º As propostas para aquisição em prestações indicarão o prazo, a modalidade, o indexador de correção monetária e as condições de pagamento do saldo. § 3º (VETADO). § 4º No caso de atraso no pagamento de qualquer das prestações, incidirá multa de dez por cento sobre a soma da parcela inadimplida com as parcelas vincendas. § 5º O inadimplemento autoriza o exequente a pedir a resolução da arrematação ou promover, em face do arrematante, a execução do valor devido, devendo ambos os pedidos ser formulados nos autos da execução em que se deu a arrematação. § 6º A apresentação da proposta prevista neste artigo não suspende o leilão. § 7º A proposta de pagamento do lance à vista sempre prevalecerá sobre as propostas de pagamento parcelado. § 8º Havendo mais de uma proposta de pagamento parcelado: I - em diferentes condições, o juiz decidirá pela mais vantajosa, assim compreendida, sempre, a de maior valor; II - em iguais condições, o juiz decidirá pela formulada em primeiro lugar. § 9º No caso de arrematação a prazo, os pagamentos feitos pelo arrematante pertencerão ao exequente até o limite de seu crédito, e os subsequentes, ao executado.

REMUNERAÇÃO DO LEILOEIRO: A comissão do leiloeiro será de 5% (cinco por cento) sobre o valor da arrematação, pago à vista. Em caso de remição, adjudicação pagamento ou parcelamento do débito no período de 15 (quinze) dias úteis que antecedem ao 1º LEILÃO/PRAÇA, fica atribuído o valor equivalente a 2% (dois por cento) sobre o valor atualizado da avaliação, a título de ressarcimento das despesas do leiloeiro. (Art. 884, par. único do Código de Processo Civil e Art. 24, Par. Único do Decreto nº 21.981/32).

CONDIÇÕES GERAIS: 1) O(s) bem(s) será(ão) alienado(s) livre(s) e desembaraçado(s) de ônus de natureza fiscal (art. 130, § único, do CTN), sendo

que, eventualmente, o arrematante deverá adotar as medidas necessárias a fim de garantir o levantamento dessas pendências. 2) O(s) bem(s) será(ão) alienado(s) no estado de conservação em que se encontra(m), sendo a verificação de documental, de gravames/credores e de área, de responsabilidade do arrematante, que será responsável por eventual regularização que se faça necessária. 3) Os atos necessários para a expedição do mandado de entrega ou da carta de arrematação, registro, ITBI, ICMS imissão na posse e demais providências serão de responsabilidade do arrematante (Art. 901, "caput", § 1º e § 2º e Art. 903 do Código de Processo Civil). 4) Em caso de inadimplemento dos valores devidos pelo licitante vencedor, o mesmo ficará sujeito à multa de 10% sobre o valor total arrematação devida em favor da parte exequente, bem como ao pagamento integral da comissão do leiloeiro acrescida da multa de 10%, além de juros e correção monetária contados da data da arrematação. 5) O arrematante inadimplente ou remisso também ficará sujeito às demais penalidades previstas nos artigos 895, §4º e 897, do Código de Processo Civil. 6) Caso não haja expediente nas datas designadas, o(s) ato(s) fica(m) transferido(s) para o próximo dia útil, no mesmo horário e local. 7) O Leiloeiro, por ocasião do leilão, fica desobrigado a efetuar a leitura da íntegra do presente edital, o qual presume-se ser do conhecimento de todos os interessados.

VENDA DIRETA: Promovidos os leilões com resultados negativos, o Juiz poderá autorizar o Leiloeiro a efetuar a VENDA DIRETA do(s) bem(ns), durante o prazo de até 90 (noventa) dias, ao primeiro interessado que ofertar proposta que respeite as condições mínimas fixadas para o segundo leilão.

RECURSO(S) PENDENTE(S): nada consta.

ADVERTÊNCIAS: O arrematante poderá desistir da arrematação, sendo-lhe imediatamente devolvido o depósito que tiver feito, no caso das hipóteses previstas no art. 903, §5º, do Código de Processo Civil. O arrematante fica ciente que será considerado ato atentatório à dignidade da justiça a suscitação infundada de vício com o objetivo de ensejar a desistência da arrematação, sujeitando-se a responder por perdas e danos e multa, nos termos do art. 903, §6º, do Código de Processo Civil. "AD-CAUTELAM": Fica(m) o(s) Executado(s), **FRANCIELI MORETTI (CPF: 048.580.879-05)**, diretamente ou na(s) pessoa(s) de seu(s) representante(s) legal(is), bem como o(s) corresponsável(is), cônjuge(s), herdeiro(s) e/ou sucessor(es), o(s) senhorio(s) direto(s), o(s) eventual(is) Credor(es) Hipotecário(s), o(s) usufrutuário(s) do(s) Imóvel(is), o(s), depositário(s), o(s) credor(es) concorrente(s) ou preferencial(is) e terceiro(s) interessado(s), por meio da publicação deste Edital, devidamente intimado(s), se por ventura não forem encontrados para a intimação pessoal ou por qualquer outro meio legal, bem como para os efeitos do art. 889, incisos I; II; III; IV; V; VI; VII e VIII, do Código de Processo Civil e de que, antes da arrematação e da adjudicação do(s) bem(ns), poderá(ão) remir a execução, consoante o disposto no art. 826 do Código de Processo Civil. Fica(m) cientificado(s) de que o prazo para a apresentação de quaisquer medidas processuais contra os atos expropriatórios contidas no § 1º do art. 903 do Código de Processo Civil será de 10 (dez) dias após o aperfeiçoamento da arrematação (art. 903, § 2º do Código de Processo Civil).

DEMAIS INFORMAÇÕES: Todas as informações necessárias à participação neste leilão, bem como quanto aos procedimentos e regras adotadas para sua validade, poderão ser obtidas no escritório do Leiloeiro responsável. PUBLICAÇÃO DO EDITAL: A fim de dar ampla divulgação ao presente leilão, e em cumprimento ao artigo 887, §2º do Código de Processo Civil, este edital será publicado na modalidade eletrônica no site www.alleilo.es.com.br. E, para que chegue ao conhecimento de todos e no futuro ninguém possa alegar ignorância, expediu-se o presente edital que será publicado e afixado na forma da Lei.

DADO E PASSADO, na cidade de IBIPORÃ - Pr, aos 16 de setembro de 2021. Eu, Alex Felix _____, Leiloeiro Oficial, matrícula 18/297-L, que o digitei e subscrevi, por ordem do MM. Juiz de Direito abaixo assinado.

Dr. Sérgio Aziz Neme
- Juiz de Direito -

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_atmos/anexo/6445394

EDITAL DE LEILÃO PÚBLICO, ARREMATACÃO E INTIMAÇÃO DE TERCEIROS INTERESSADOS, DEMAIS CREDITORES E DO(A) DEVEDOR(A): EZEQUEL OLIVEIRA CAMILO - (CNPJ/MF SOB Nº 588.394.889-87).

FAZ SABER a todos os interessados e a quem possa interessar, de que por este Juízo serão levados à arrematação o(s) bem(ns) penhorado(s) à devedora acima mencionada, e por meio do site: www.jeleilo.es.com.br, de forma "ON LINE", nos termos do artigo 882, parágrafo 1º do NCCP e Resolução 236 do CNJ, e nas seguintes condições: A publicação do presente edital será realizada no site www.jeleilo.es.com.br, por meio do qual serão aceitos lances.

O **PRIMEIRO LEILÃO** será encerrado no dia 11 de MAIO de 2021, a partir das 09h00min, no qual somente serão aceitos lances igual ou superior ao valor atualizado da avaliação. Em não havendo licitantes, dar-se-á início imediatamente ao **SEGUNDO LEILÃO** que será encerrado no dia 11 de MAIO de 2021, a partir das 14h00min, no qual serão aceitos lances a quem mais der, desprezado o valor da avaliação, não podendo ser por preço vil (este considerado ser inferior a 60% do valor da avaliação, artigo 891, parágrafo único, do NCCP).

OBSERVAÇÃO: Contendo lance nos 03 (três) minutos antecedentes aos termos finais da alienação, o horário de fechamento do pregão será prorrogado em 03 (três) minutos para que todos os usuários interessados tenham oportunidade de ofertar novos lances.

LOCAL: Os interessados em participar da alienação judicial, deverá ser cadastrar previamente com encaminhamento de todos os documentos pessoais/jurídicos, e a solicitação de habilitação, junto ao site: www.jeleiloes.com.br, com antecedência mínima de 24 horas antes do último dia útil que antecederá o leilão, seja ele em 1º e/ou 2º Leilão, se responsabilizando, civil e criminalmente, pelas informações lançadas por ocasião do cadastramento; Os lances deverão ser oferecidos diretamente no site www.jeleiloes.com.br, não sendo admitidos lances realizados por e-mail, assim como qualquer outra forma de intervenção humana na coleta e no registro dos lances.

PROCESSO: Autos sob o nº **0007465-02.2019.8.16.0090 - PROJUDI de CARTA PRECATÓRIA**, oriunda da **ESPECIAL CÍVEL DE URAÍ - PR**, extraída dos autos nº **0000571-66.2007.8.16.0175 de CUMPRIMENTO DE SENTENÇA** em que é exequente **MARIA DE LOURDES PADILHA** - (CNPJ/MF SOB Nº 740.352.319-91) e executado **EZIQUEL OLIVEIRA CAMILO** - (CNPJ/MF SOB Nº 588.394.889-87).

BEM(NS): "Um veículo HONDA/NXR150 BROS MIX KS, 2010/2010, Placa ATB8985, Chassi 9C2KD0530AR015251".

ÔNUS: Bloqueio Renajud dos autos nº 0000424-28.2012.8.16.0090, em trâmite perante a Vara Cível e da Fazenda Pública de Iporã; 00005716620078160175 em trâmite perante a vara única da comarca de Uraí/PR; 00238966320108160014 em trâmite perante a 2ª Vara de Execuções Fiscais de Londrina/PR. Nada mais consta nos autos. Benfeitorias não averbadas na matrícula imobiliária, eventual regularização por conta do arrematante. Em caso de arrematação de bem imóvel ou veículos automotores ou outros bens dependentes de registro no órgão competente, para expedição da respectiva carta, deverá o arrematante recolher as custas referente à expedição da Carta de Arrematação, bem como comprovar o pagamento do Imposto de Transmissão de Bens Imóveis - ITBI, para bens móveis, recolhimento da GRC para cumprimento do Mandado de Entrega; é obrigação do arrematante arcar com os tributos cujos fatos geradores ocorrerem após a data da expedição da carta de arrematação.

DATA DA PENHORA: 10 de fevereiro de 2019, conforme termo de penhora lavrado no evento 1.4.

AValiação DO BEM: R\$ 5.600,00 (cinco mil e seiscentos), conforme Laudo de Avaliação do evento 15.1, realizada em 05 de março de 2020.

VALOR DO DÉBITO: R\$ 2.178,11 (dois mil cento e setenta e oito reais e onze centavos), conforme capa da carta precatória, **devendo ser acrescido das demais despesas, honorários, custas processuais e atualizações devidas até a data do efetivo pagamento do débito.**

OBSERVAÇÃO 1: Consoante o disposto no artigo 892 do Novo Código de Processo Civil, a arrematação far-se-á mediante o pagamento imediato do preço pelo arrematante, por depósito judicial ou por meio eletrônico.

Artigo 895 do Novo Código de Processo Civil: "O interessado em adquirir o bem penhorado em prestações poderá apresentar, por escrito: I - até o início do primeiro leilão, proposta de aquisição do bem por valor não inferior ao da avaliação; II - até o início do segundo leilão, proposta de aquisição do bem por valor que não seja considerado vil"; §1º A proposta conterá, em qualquer hipótese, oferta de pagamento de pelo menos **25% (vinte e cinco por cento) do valor do lance à vista e o restante parcelado em até 30 (trinta) meses**, garantido por caução idônea, quando se tratar de móveis, e por hipoteca do próprio bem, quando se tratar de imóveis. §2º As propostas para aquisição em prestações indicarão o prazo, a modalidade, o indexador de correção monetária e as condições de pagamento do saldo. As parcelas serão atualizadas pela média aritmética simples dos índices INPC e IGP-DI - (Decreto nº 1544/1995), a partir da data da arrematação. § 4º No caso de atraso no pagamento de qualquer das prestações, incidirá multa de dez por cento sobre a soma da parcela inadimplida com as parcelas vincendas. § 5º O inadimplemento autoriza o exequente a pedir a resolução da arrematação ou promover, em face do arrematante, a execução do valor devido, devendo ambos os pedidos ser formulados nos autos da execução em que se deu a arrematação. Assinalo, ainda, que a apresentação de proposta escrita de arrematação, mediante prestações **não suspende o leilão** e somente prevalecerá caso **inexistente proposta de pagamento do lance à vista**. Inexistindo proposta de pagamento à vista e havendo mais de uma proposta de pagamento parcelado, estas deverão ser submetidas a apreciação deste juízo, sendo que prevalecerá a proposta de maior valor, ou em iguais condições, a formulada em primeiro lugar (art. 895, § 8º, I e II, NCPC). A ordem de entrega do bem móvel ou a carta de arrematação do bem imóvel, com o respectivo mandado de imissão na posse, será expedida somente depois de efetuado o depósito ou prestadas as garantias pelo arrematante, bem como realizado o pagamento da comissão do leiloeiro e das demais despesas da execução (art. 901, § 1º, NCPC).

OBSERVAÇÃO 2: Qualquer que seja a modalidade de leilão, assinado o auto pelo juiz, pelo arrematante e pelo leiloeiro, a arrematação será considerada perfeita, acabada e irratratável, ainda, ainda que venham a ser julgados procedentes os embargos do executado ou a ação autônoma de que trata o § 4º deste artigo, assegurada a possibilidade de reparação pelos prejuízos sofridos (artigo 903 do Código de Processo Civil/2015), podendo o arrematante desistir da aquisição apenas nas hipóteses do § 5º do Art. 903 do CPC).

O presente edital será publicado no site do leiloeiro www.jeleiloes.com.br, de forma a cumprir o preconizado pelo artigo 887, parágrafo 2º do Novo Código de Processo Civil, o qual estará dispensado à publicação em jornal.

DEPÓSITO: Referido bem se encontra depositado nas mãos do representante do executado, Sr. **EZIQUEL OLIVEIRA CAMILO**, podendo ser localizado na Rua Joaquim Francisco Lopes, s/n próximo a escola Wilson - Centro - JATAIZINHO/PR - CEP: 86.210-000, como fiel depositário, até ulterior deliberação. **Advertir-se o(a) depositário(a) de que, fica ele (ela) obrigado(a) a permitir a eventuais interessados o acesso a eles, durante o horário comercial (de segunda a sexta das 9h às 18h, e aos sábados das 9h às 12h), após a publicação do edital.**

LEILOEIRO: JORGE VITÓRIO ESPOLADOR - MATRÍCULA 13/246-L

COMISSÃO DO LEILOEIRO: será paga pelo arrematante no percentual que estipulo em 5% (cinco por cento) do valor da arrematação.

ADVERTÊNCIA: No caso de não ser realizado o Leilão Público na data acima designada por motivo superveniente, fica desde já designado o primeiro dia útil subsequente para a sua realização.

INTIMAÇÃO: "AD CAUTELAM": Fica o devedor, qual seja: **EZIQUEL OLIVEIRA CAMILO - (CNPJ/MF SOB Nº 588.394.889-87)**, através do presente, devidamente INTIMADA, caso não seja encontrado para intimação pessoal, na pessoa de seu(s) Representante(s) Legal(is). Ficam também Intimados, Através deste Edital, a(s) respectiva(s) cônjuge(s), Eventual(is) Credor(es) Hipotecário(s) e coproprietário(s) do(s) Imóvel(is), na hipótese de não serem eles encontrados para intimação pessoal, das datas, horário e local acima mencionados, para a realização do 1º e 2º Leilão Público do(s) bem(ns) penhorado(s). E, para que chegue ao conhecimento de todos os interessados e ninguém possa alegar ignorância, expediu-se o presente edital que será publicado e afixado no lugar de costume, na forma e sob as penas da Lei. **DADO E PASSADO** nesta cidade e Foro Regional de Iporã da comarca da Região Metropolitana de Londrina, Estado do Paraná, aos dezoito dias do mês de janeiro de dois mil e vinte e um. (19/01/2021). Eu, _____, // **Jorge V. Espolador** // Leiloeiro Oficial, que o digitei e subscrevi.

SÉRGIO AZIZ NEME

Juiz de Direito

Adicionar um(a) Conteúdo EDITAL DE LEILÃO PÚBLICO, ARREMATACÃO E INTIMAÇÃO DE TERCEIROS INTERESSADOS, DEMAIS CREDITORES E DO(A) DEVEDOR(A): **EZIQUEL OLIVEIRA CAMILO - (CNPJ/MF SOB Nº 588.394.889-87)**. **FAZ SABER** a todos os interessados e a quem possa interessar, de que por este Juízo serão levados à arrematação o(s) bem(ns) penhorado(s) à devedora acima mencionada, e por meio do site: www.jeleiloes.com.br, de forma **"ON LINE"**, nos termos do artigo 882, parágrafo 1º do NCPC e Resolução 236 do CNJ, e nas seguintes condições: A publicação do presente edital será realizada no site www.jeleiloes.com.br, por meio do qual serão aceitos lances.

O PRIMEIRO LEILÃO será encerrado no dia 11 de MAIO de 2021, a partir das 09h00min, no qual somente serão aceitos lances igual ou superior ao valor atualizado da avaliação. Em não havendo licitantes, dar-se-á início imediatamente ao **SEGUNDO LEILÃO** que será encerrado no dia 11 de MAIO de 2021, a partir das 14h00min, no qual serão aceitos lances a quem mais der, desprezado o valor da avaliação, não podendo ser por preço vil (este considerado se inferior a **60%** do valor da avaliação, artigo 891, parágrafo único, do NCPC).

OBSERVAÇÃO: Contendo lance nos 03 (três) minutos antecedentes aos termos finais da alienação, o horário de fechamento do pregão será prorrogado em 03 (três) minutos para que todos os usuários interessados tenham oportunidade de ofertar novos lances.

LOCAL: Os interessados em participar da alienação judicial, deverá ser cadastrar previamente com encaminhamento de todos os documentos pessoais/jurídicos, e a solicitação de habilitação, junto ao site: www.jeleiloes.com.br, com antecedência mínima de 24 horas antes do último dia útil que antecederá o leilão, seja ele em 1º e/ou 2º Leilão, se responsabilizando, civil e criminalmente, pelas informações lançadas por ocasião do cadastramento; Os lances deverão ser oferecidos diretamente no site www.jeleiloes.com.br, não sendo admitidos lances realizados por e-mail, assim como qualquer outra forma de intervenção humana na coleta e no registro dos lances.

PROCESSO: Autos sob o nº **0007465-02.2019.8.16.0090 - PROJUDI de CARTA PRECATÓRIA**, oriunda da **ESPECIAL CÍVEL DE URAÍ - PR**, extraída dos autos nº **0000571-66.2007.8.16.0175 de CUMPRIMENTO DE SENTENÇA** em que é exequente **MARIA DE LOURDES PADILHA** - (CNPJ/MF SOB Nº 740.352.319-91) e executado **EZIQUEL OLIVEIRA CAMILO** - (CNPJ/MF SOB Nº 588.394.889-87).

BEM(NS): "Um veículo HONDA/NXR150 BROS MIX KS, 2010/2010, Placa ATB8985, Chassi 9C2KD0530AR015251".

ÔNUS: Bloqueio Renajud dos autos nº 0000424-28.2012.8.16.0090, em trâmite perante a Vara Cível e da Fazenda Pública de Iporã; 00005716620078160175 em trâmite perante a vara única da comarca de Uraí/PR; 00238966320108160014 em trâmite perante a 2ª Vara de Execuções Fiscais de Londrina/PR. Nada mais consta nos autos. Benfeitorias não averbadas na matrícula imobiliária, eventual regularização por conta do arrematante. Em caso de arrematação de bem imóvel ou veículos automotores ou outros bens dependentes de registro no órgão competente, para expedição da respectiva carta, deverá o arrematante recolher as custas referente à expedição da Carta de Arrematação, bem como comprovar o pagamento do Imposto de Transmissão de Bens Imóveis - ITBI, para bens móveis, recolhimento da GRC para cumprimento do Mandado de Entrega; é obrigação do arrematante arcar com os tributos cujos fatos geradores ocorrerem após a data da expedição da carta de arrematação.

DATA DA PENHORA: 10 de fevereiro de 2019, conforme termo de penhora lavrado no evento 1.4.

AValiação DO BEM: R\$ 5.600,00 (cinco mil e seiscentos), conforme Laudo de Avaliação do evento 15.1, realizada em 05 de março de 2020.

VALOR DO DÉBITO: R\$ 2.178,11 (dois mil cento e setenta e oito reais e onze centavos), conforme capa da carta precatória, **devendo ser acrescido das demais despesas, honorários, custas processuais e atualizações devidas até a data do efetivo pagamento do débito.**

OBSERVAÇÃO 1: Consoante o disposto no artigo 892 do Novo Código de Processo Civil, a arrematação far-se-á mediante o pagamento imediato do preço pelo arrematante, por depósito judicial ou por meio eletrônico.

Artigo 895 do Novo Código de Processo Civil: "O interessado em adquirir o bem penhorado em prestações poderá apresentar, por escrito: I - até o início do primeiro leilão, proposta de aquisição do bem por valor não inferior ao da avaliação; II - até o início do segundo leilão, proposta de aquisição do bem por valor que não seja considerado vil"; §1º A proposta conterà, em qualquer hipótese, oferta de pagamento de pelo menos **25% (vinte e cinco por cento) do valor do lance à vista e o restante parcelado em até 30 (trinta) meses**, garantido por caução idônea, quando se tratar de móveis, e por hipoteca do próprio bem, quando se tratar de imóveis. §2º As propostas para aquisição em prestações indicarão o prazo, a modalidade, o indexador de correção monetária e as condições de pagamento do saldo. As parcelas serão atualizadas pela média aritmética simples dos índices INPC e IGP-DI - (Decreto nº 1544/1995), a partir da data da arrematação. § 4º No caso de atraso no pagamento de qualquer das prestações, incidirá multa de dez por cento sobre a soma da parcela inadimplida com as parcelas vincendas. § 5º O inadimplemento autoriza o exequente a pedir a resolução da arrematação ou promover, em face do arrematante, a execução do valor devido, devendo ambos os pedidos ser formulados nos autos da execução em que se deu a arrematação. Assinalo, ainda, que a apresentação de proposta escrita de arrematação, mediante prestações **não suspende o leilão** e somente prevalecerá caso **inexistente proposta de pagamento do lance à vista**. Inexistindo proposta de pagamento à vista e havendo mais de uma proposta de pagamento parcelado, estas deverão ser submetidas a apreciação deste juízo, sendo que prevalecerá a proposta de maior valor, ou em iguais condições, a formulada em primeiro lugar (art. 895, § 8º, I e II, NCPC). A ordem de entrega do bem móvel ou a carta de arrematação do bem imóvel, com o respectivo mandado de imissão na posse, será expedida somente depois de efetuado o depósito ou prestadas as garantias pelo arrematante, bem como realizado o pagamento da comissão do leiloeiro e das demais despesas da execução (art. 901, § 1º, NCPC).

OBSERVAÇÃO 2: Qualquer que seja a modalidade de leilão, assinado o auto pelo juiz, pelo arrematante e pelo leiloeiro, a arrematação será considerada perfeita, acabada e irrevogável, ainda, ainda que venham a ser julgados procedentes os embargos do executado ou a ação autônoma de que trata o § 4º deste artigo, assegurada a possibilidade de reparação pelos prejuízos sofridos (artigo 903 do Código de Processo Civil/2015), podendo o arrematante desistir da aquisição apenas nas hipóteses do § 5º do Art. 903 do CPC).

O presente edital será publicado no site do leiloeiro www.jeleiloes.com.br, de forma a cumprir o preconizado pelo artigo 887, parágrafo 2º do Novo Código de Processo Civil, o qual estará dispensado à publicação em jornal.

DEPÓSITO: Referido bem se encontra depositado nas mãos do representante do executado, Sr. **EZIQUEL OLIVEIRA CAMILO**, podendo ser localizado na Rua Joaquim Francisco Lopes, s/n próximo a escola Wilson - Centro - JATAIZINHO/PR - CEP: 86.210-000, como fiel depositário, até ulterior deliberação. **Advirta-se o(a) depositário(a) de que, fica ele (ela) obrigado(a) a permitir a eventuais interessados o acesso a eles, durante o horário comercial (de segunda a sexta das 9h às 18h, e aos sábados das 9h às 12h), após a publicação do edital.**

LEILOEIRO: JORGE VITÓRIO ESPOLADOR -MATRÍCULA 13/246-L

COMISSÃO DO LEILOEIRO: será paga pelo arrematante no percentual que estipulo em 5% (cinco por cento) do valor da arrematação.

ADVERTÊNCIA: No caso de não ser realizado o Leilão Público na data acima designada por motivo superveniente, fica desde já designado o primeiro dia útil subsequente para a sua realização.

INTIMAÇÃO: "AD CAUTELAM": Fica o devedor, qual seja: **EZIQUEL OLIVEIRA CAMILO - (CNPJ/MF SOB Nº 588.394.889-87)**, através do presente, devidamente INTIMADA, caso não seja encontrado para intimação pessoal, na pessoa de seu(s) Representante(s) Legal(is). Ficam também Intimados, Através deste Edital, a(s) respectiva(s) cônjuge(s), Eventual(is) Credor(es) Hipotecário(s) e coproprietário(s) do(s) Imóvel(is), na hipótese de não serem eles encontrados para intimação pessoal, das datas, horário e local acima mencionados, para a realização do 1º e 2º Leilão Público do(s) bem(ns) penhorado(s). E, para que chegue ao conhecimento de todos os interessados e ninguém possa alegar ignorância, expediu-se o presente edital que será publicado e afixado no lugar de costume, na forma e sob as penas da Lei. **DADO E PASSADO** nesta cidade e Foro Regional de Iporã da comarca da Região Metropolitana de Londrina, Estado do Paraná, aos dezenove dias do mês de janeiro de dois mil e vinte e um. (19/01/2021). Eu, _____, // **Jorge V. Espolador** // Leiloeiro Oficial, que o digitei e subscrevi.

SÉRGIO AZIZ NEME
Juiz de Direito

VARA CRIMINAL

Edital de Intimação

EDITAL DE INTIMAÇÃO DO APENADO MATEUS VINICIUS DA SILVA FRANCO, NOS AUTOS DE EXECUÇÃO DE PENA Nº 0003541-17.2018.8.16.0090, ONDE É AUTORA A JUSTIÇA PÚBLICA, COM PRAZO DE 15 DIAS.

A Doutora Kléia Bortolotti, MM. Juíza de Direito Substituta da Vara Criminal da Comarca de Iporã, Estado do Paraná, etc...

FAZ SABER a todos quanto o presente Edital virem ou dele conhecimento tiverem, com o prazo de 15 dias, em especial o apenado MATEUS VINICIUS DA SILVA

FRANCO, portador do RG: 135306835 SSP/PR, CPF: 103.956.779-71, nascido em Iporã/PR, na data de 07/03/1996, filho de LEONICE ALVES CORREIA FRANCO e MARCIO DA SILVA FRANCO, para que compareça a este Fórum, sito na Rua Guilherme de Melo, 275, Iporã/PR, no dia 22 de outubro de 2021 às 15:30 horas, a fim de participar de sua Audiência de Justificativa; podendo entrar em contato com esta Secretaria através do telefone "whatsapp"(43) 3343-0878.

O ato será realizado por Videoconferência, através do Sistema " MICROSOFT TEAMS", Caso a parte tenha dúvidas para acessar ao Sistema, poderá solicitar ajuda, em momento anterior à Audiência em pelo WHATSAPP (43) 34390878 OU (43) 34390879, poderá também solicitar o link de acesso.

E para que ninguém alegue ignorância em especial o réu supra, é expedido o presente Edital que vai afixado em lugar público de costume no saguão do Fórum deste Juízo. Dado e passado neste Cartório da Vara Criminal de Iporã, Estado do Paraná, em 23/09/2021. Eu, _____ Marcos Masafumi Yuyama, Técnico Judiciário, o digite

ICARAÍMA

JUÍZO ÚNICO

Edital de Citação

O(A) Doutor(a) MARCELLA DE LOURDES DE OLIVEIRA RIBEIRO, MMª. Juíza de Direito, na forma da lei, FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que perante este Juízo da Vara da Fazenda Pública da Comarca de Icaraima do Estado do Paraná tramitam os autos de EXECUÇÃO FISCAL sob nº 0001628-02.2015.8.16.0091, em que são requerente(s) ESTADO DO PARANÁ e requerido(s) JOSE CARLOS MARTINS DOS ANJOS e que por este CITA a(s) parte(s) requerida (o) para, no prazo de 05 (cinco) dias, efetuar o pagamento do débito no valor de R\$ 20.678,78 (vinte mil seiscentos e setenta e oito reais e setenta e oito centavos) na data da propositura da ação, com os acréscimos legais, além das custas processuais e honorários advocatícios. No mesmo prazo, poderá nomear bens, sob pena de penhora de tantos bens quantos bastem para a garantia do débito, nos termos da Lei de Execuções Fiscais nº 6.830/1980. ADVERTÊNCIA: Ao réu revel será nomeado Curador Especial, nos termos do art. 72 do Código de Processo Civil. O prazo de resposta será contado após o decurso de 30 (trinta) dias da publicação do presente Edital (art. 231, inc. IV, CPC). Havendo revelia (art. 344, CPC) será nomeado curador especial (art. 257, inc. IV, CPC). Para que chegue ao conhecimento de todos e ninguém no futuro alegue ignorância, expedi o presente edital, nos termos dos arts. 256 e 257 do Código de Processo Civil, que será publicado. Icaraima, 20 de agosto de 2021. Eu Waldemar Furlan Junior, escrivão, digitei e conferi. (assinado digitalmente) Marcella de Lourdes de Oliveira Ribeiro Juíza de Direito

Edital de Citação - Criminal

EDITAL Nº 019/2021

EDITAL DE CITAÇÃO DO RÉU ANDERSON SOUZA LOPES, COM PRAZO DE 20 (VINTE) DIAS.

O DOUTORA MARCELLA DE LOURDES DE OLIVEIRA RIBEIRO, MM. JUÍZA DE DIREITO DA ÚNICA VARA CRIMINAL DA COMARCA DE ICARAÍMA, ESTADO DO PARANÁ, NA FORMA DA LEI, ETC...

FAZ SABER, a todos quanto o presente Edital virem, com prazo de 20 (vinte) dias, ou dele conhecimento tiverem, que não tendo sido possível a Citação pessoal do réu **ANDERSON SOUZA LOPES**, brasileiro, nascido em 09/07/1992, portador do RG nº 10.837.419-5/PR, filho de Marly Marques Souza e Deilson Alves Lopes, residente à Rua Londrina, S/N, Bairro Centro, em IVATÉ/PR, casa em frente ao cemitério, incurso nas sanções do artigo 243, da lei 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente) por (02) duas vezes, na forma do art. 70 do Código Penal. Pelo presente **CITA-O, para que responda a acusação por escrito, por intermédio de advogado constituído, no prazo de 10 (dez) dias, nos autos de Ação Penal nº 0000116-76.20118.8.16.0091**: A) podendo na resposta escrita, nos Termos do Artigo 396-A, arguir preliminares e alegar tudo que interessar a sua defesa, oferecer documentos e justificações, especificar as provas pretendidas e arrolar até 05 (cinco) testemunhas e se necessário requerer a intimação delas; b) Não sendo oferecida resposta no prazo de 10 dias ou se não constituir advogado, ser-lhe-á nomeado defensor dativo. Pelo que se expediu o presente, para que chegue ao conhecimento de quem possa interessar e ninguém alegue ignorância, o qual será publicado no Diário da Justiça e a cópia afixada no Átrio do Fórum, no lugar de costume. **DADO E PASSADO** nesta Cidade e Comarca de Icaraima, Estado do Paraná, aos 03 dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e um. Eu _____ (Ádina Zago de Melo), Supervisora de Secretaria, que o digitei e subscrevi.

MARCELLA DE LOURDES DE OLIVEIRA RIBEIRO

JUÍZA DE DIREITO

Edital de Intimação - Criminal

Nº 20/2021

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA DA VÍTIMA ANA FLÁVIA ZAPPA BLANCO DA LUZ - COM PRAZO DE 15 (QUINZE) DIAS.

A Doutora MARCELLA DE LOURDES DE OLIVEIRA RIBEIRO MANSANO, Meritíssima Juíza de Direito da Secretaria do Crime do Juízo Único da Comarca de Icaraíma, Estado do Paraná, na forma da Lei, etc...

FAZ SABER, a todos quantos o presente edital, no prazo de 15 (quinze) dias, virem ou dele conhecimento tiverem, expedido nos Autos de Ação Penal - Procedimento Ordinário de nº 0001264-93.2016.8.16.0091, que não tendo sido possível intimar pessoalmente a vítima ANA FLÁVIA ZAPPA BLANCO DA LUZ, nº RG 125945593 SSP/PR, filha de Nélia Zappa Blanco e Paulo Renato Casemiro da Luz, nascida em 23/10/2000, atualmente em lugar ignorado, INTIMÁ-LA, que por SENTENÇA prolatada em data de 12/03/2021, nos Autos de Ação Penal - Procedimento Ordinário de nº 0001264-93.2016.8.16.0091 deste Juízo, CONDENOU o réu MARCELO DA SILVA, com fundamento no artigo 21 do Decreto-Lei nº 3688/1941, observado o disposto na Lei 11340/06, e 129, caput, do Código Penal, na forma no art. 69 do Código Penal, à pena de 17 (dezesete) dias de prisão simples e 03 (três) meses de detenção, em regime inicial aberto. Pelo que expediu-se o presente, para que chegue ao conhecimento de quem possa interessar e ninguém alegue ignorância, o qual será publicado no Diário da Justiça e a cópia afixada no átrio do Fórum, no lugar de costume. DADO E PASSADO nesta cidade e Comarca de Icaraíma, Estado do Paraná, aos dias 2 (dois) de setembro de 2021. Eu, _____ (Walison Vinicius Florencio), Técnico Judiciário, digitei e subscrevi.

MARCELLA DE LOURDES DE OLIVEIRA RIBEIRO MANSANO

Juíza de Direito

(assinado digitalmente) Conteúdo

IMBITUVA

JUÍZO ÚNICO

Edital de Intimação - Criminal

PODER JUDICIÁRIO

EDITAL DE INTIMAÇÃO - Prazo de (30) dias

Réu: ELISEU BATISTA

Processo Criminal nº 0001473-25.2017.8.16.0092 A EXCELENTÍSSIMA SENHORA DOUTORA VIVIANE CRISTINA DIETRICH, MERITÍSSIMA JUÍZA DE DIREITO DA ÚNICA VARA CRIMINAL DESTA CIDADE E COMARCA DE IMBITUVA, ESTADO DO PARANÁ, na forma da lei,

F A Z S A B E R a todos quantos o presente Edital virem ou dele conhecimento tiverem, com prazo de trinta (30) dias, que não foi possível intimar pessoalmente o réu: ELISEU BATISTA, brasileiro, solteiro, natural de IRATI - PR, nascido aos 15.10.1975 (RG. 69112781-PR), filho de ANDRELINA CAETANO BATISTA e ANTONIA BATISTA, antes residente RUA ROLÂNDIA, S/N, IRATI/PR, atualmente encontra-se em lugar incerto e não sabido. Em face disso, é expedido o presente Edital, com prazo de trinta (30) dias, contados da publicação e afixação deste em lugar público e de costume no Fórum local e no Diário Eletrônico da Justiça do Estado do Paraná, pelo qual, fica o nominado réu INTIMADO para efetuar o pagamento das Custas Processuais, em 10 (dez) dias após o término do prazo de 30 dias da publicação deste Edital, objeto de condenação nos autos de Processo Criminal nº 0001473-25.2017.8.16.0092, que lhes move a Justiça Pública. E, para que chegue ao conhecimento dos nominados réus, bem como de terceiros interessados, incertos e desconhecidos, mandou o Meritíssima Juíza, fosse expedido o presente Edital, que será publicado na forma da Lei e afixado em lugar de costume no Fórum local e no Diário Eletrônico da Justiça do Estado do Paraná. Dado e Passado nesta Cidade e Comarca de Imbituva - Paraná, aos 24 dias do mês de setembro de 2021. Eu, Josemar Douglas carneiro, Chefe de Secretaria, digitei, conferi, subscrevo e assino, consoante delegação em Portaria nº 013/2021 deste Juízo.

Josemar Douglas Carneiro Chefe de Secretaria

IPORÃ

JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL

Edital de Intimação - Criminal

Vara Plenário do Tribunal do Júri de Iporã

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 03/2021

O Doutor Fabrício Emanuel Rodrigues de Oliveira, MM. Juiz de Direito da Vara Plenário do Tribunal do Júri de Iporã;

FAZ SABER, a todos quantos o presente Edital virem ou tomarem conhecimento que, com observância das formalidades legais e mediante termo lavrado em livro próprio, foram SORTEADOS, para servirem durante a 3ª reunião periódica de julgamento de 2018, cuja sessão se encontram programadas para a data abaixo, no auditório do Tribunal do Júri, sito à Avenida Silvino Izidor Eidt, 871, Centro, Iporã/PR, os seguintes JURADOS, os quais ficam convocados para comparecerem, através do presente edital e das notificações a serem efetuadas por Oficiais de Justiça, a saber:

Data: 08 de outubro de 2021, as 09:00 horas - Autos n. 2529-53.2018.8.16.0094 - réus DOUGLAS FERNANDO CHAGAS DE SOUZA e RODRIGUES ALVES JUNIOR

1. ALESSANDRA REGINA TONIN;
2. AMADEU ALTINO DE ALMEIDA RUIZ;
3. ANA MARIA MAZONI;
4. ANGELA APARECIDA CESAR;
5. CARLA CRISTINA URCOVICHE;
6. CATIA SIMONE ROSSETO;
7. EDSON ROBERTO NASCIMENTO;
8. ELIANE PEREIRA DA SILVA;
9. HELENA FIRBIDA;
10. INEZ NATALE GASPARELLO;
11. JORGE BATISTA PAIVA;
12. JOSE CARLOS STUKE;
13. JURACI APARECIDA DOS SANTOS;
14. KENIA LEIKO NAKASHIMA;
15. MARCELO LOURENÇO HERRIG;
16. MAURO STEVANATO CHIARI;
17. NICEIA TORINO YOFUKUJI;
18. NIXON UBIRAJARA TERRA;
19. ONOFRE BRIZZI;
20. RAFAEL JOSE GRIGORIO;
21. REGINALDO ROGERIO RIBEIRO;
22. RENATA FERNANDES BORTOLETTO FASOLO;
23. RODNEI PRATA;
24. SIDNEI APARECIDO SILVA LIMA;
25. TANIA MARA MARGATTO;

Ainda, visando assegurar o comparecimento do número mínimo de Jurados, o MM.

Juiz sorteou, como SUPLENTEs, os Jurados:

1. ANGELA DEBORA MARTUCCI;
2. CLAUDIA REGINA DE OLIVEIRA TOINKO;
3. EUNICE TEREZINHA FACCIN BONCHOSKI;
4. FLAVIA VIEIRA MARQUES;
5. INEZ BRIZZI;
6. MARCIA REGINA CHERRI;
7. MARCUS VINICIUS GUIMARÃES GRACIANO;
8. MARIA DE LOURDES DIAS EMERICH.
9. PEDRO ISAMU SHINKADO;
10. SUELI REGINA ROVARIS DE FRANÇA;

E para que não se possa alegar ignorância, mandou expedir o presente EDITAL, que será afixado no lugar de costume e publicado pela Imprensa Oficial, na forma da lei. Dado e passado nesta cidade e Comarca de Iporã, Estado do Paraná, aos 22 de setembro de 2021. Eu _____ Enilson Olmo da Silva, Escrivão Criminal, lavrei e subscrevo.

Fabrício Emanuel Rodrigues de Oliveira

Juiz de Direito

IRATI

VARA CRIMINAL, INFÂNCIA E JUVENTUDE, FAMÍLIA E SUCESSÕES

Edital de Intimação

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ COMARCA DE IRATI VARA CRIMINAL DE IRATI - PROJUDI Rua Pacifico Borges, Nº 120 - Rio Bonito - Irati/PR

- CEP: 84.503-449 - Fone: 42-2104-3149 - E-mail: ira-3vj-e@tjpr.jus.br

EDITAL DE INTIMAÇÃO Prazo: 90 dias O Excelentíssimo Sr. Dr. Dawber Gontijo Santos, MM Juiz de Direito da Secretaria da Vara Criminal e Infância e Juventude,

desta Comarca de Irati, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e na forma da Lei; FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, que perante este Juízo da Vara Criminal, se processam os autos nº 0002301-22.2011.8.16.0095, de AÇÃO PENAL, onde consta como requerente MINISTÉRIO PÚBLICO e réus LUCAS MULLER e ROMULO DAVID VILACHA DE ALMEIDA REGO. E, como não foi possível intimar pessoalmente o réu ROMULO DAVID VILACHA DE ALMEIDA REGO, brasileiro, nascido em 08.01.1991, filho de Wilma Vilacha de Almeida Rego e de João Baptista de Almeida Rego, natural de Rio de Janeiro/RJ, tendo como último endereço conhecido Estrada do Pau Ferro, 1135, Rua Alicia de Alvarenga, 30, Rio de Janeiro-RJ; foi expedido o presente edital, ficando o réu INTIMADO(A) a efetuar o pagamento das custas processuais e multa condenatória, ficando ciente que deverá, no prazo de 10 dias, entrar em contato com a Secretária Criminal do Fórum de IRATI para fins de informar a existência de endereço eletrônico (e-mail) ou número de aplicativo de recebimento de mensagens instantâneas para encaminhamento de boletos de pagamentos. Caso não informe e-mail ou número de aplicativo de recebimento de mensagens instantâneas, deverá solicitar junto à Secretaria, no prazo de 10 dias, a emissão dos boletos para pagamento para retirada presencial. FICA CIENTE que a requerimento do condenado e conforme as circunstâncias, o juiz pode permitir que o pagamento se realize em parcelas mensais, sendo que o inadimplemento poderá ocasionar a inscrição em dívida ativa do Fundo Penitenciário do Paraná (pena de multa) e no Fundo da Justiça (custas processuais), bem como inclusão do nome do devedor nos órgãos de proteção ao crédito, conforme advertência abaixo. Decorrido o prazo de 10 dias da intimação, sem a informação pelo réu de endereço eletrônico (e-mail) ou número de aplicativo de recebimento de mensagens instantâneas para encaminhamento de boletos de pagamentos, e também sem a manifestação do réu com relação à expedição dos boletos para pagamento, fica o mesmo ciente que as guias de pagamento serão emitidas junto aos sistemas informatizados e a fim de computar os prazos para protesto e expedição de certidão de multa não paga. ADVERTÊNCIA: O não pagamento dos valores importa em emissão de certidão de crédito judicial a ser encaminhada a protesto e lançamento em dívida ativa - na forma prevista nos artigos 847 a 858 do Código de Normas do Foro Extrajudicial -, sem prejuízo da inclusão do nome do devedor nos órgãos de proteção ao crédito (SPC/SERASA). OBSERVAÇÃO: Após o encaminhamento da Certidão de Crédito Judicial para protesto, o pagamento do débito deverá ser efetuado, exclusivamente: a) durante o tríduo previsto no art. 12 da Lei nº 9.492/1997, no Tabelionato de Protesto de Títulos competente; b) após a lavratura do protesto, por meio de guia emitida no Portal do TJPR. A baixa do protesto ocorrerá somente depois da quitação dos emolumentos e demais despesas perante o respectivo Tabelionato de Protesto de Títulos. Em caso de não pagamento da pena de multa será emitida a "Certidão de Sentença" ao FUPEN, nos termos do art. 10, §4º, Instrução Normativa nº 02/2015 da CGJ-TJPR, possibilitando a execução do título judicial. E para que chegue ao conhecimento de todos os interessados, especialmente do réu, expediu-se o presente edital que será afixado no átrio do Fórum local, bem como publicado pela imprensa oficial. CUMPRA-SE. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Irati, Estado do Paraná, aos 23 de setembro de 2021 às 14:42:57. Dawber Gontijo Santos Juiz de Direito

JANDAIA DO SUL

VARA CRIMINAL, FAMÍLIA E SUCESSÕES, INFÂNCIA E JUVENTUDE E JUIZADO ESPECIAL CÍVEL, CRIMINAL E DA FAZENDA PÚBLICA

Edital de Intimação

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
VARA DE FAMÍLIA - SEÇÃO CÍVEL DE JANDAIA DO SUL
EDITAL DE INTIMAÇÃO

Prazo: 30 (trinta) dias

O Excelentíssimo Senhor Doutor JOÃO GUSTAVO RODRIGUES STOLSIS, MM. Juiz de Direito desta 2ª Vara Judicial - Vara Criminal, Família e Sucessões, Infância e Juventude e Juizado Especial Criminal da Comarca de Jandaia do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, etc...

FAZ SABER, a todos quantos este edital de intimação, expedido nos autos de CUMPRIMENTO DE SENTENÇA, autuado neste Juízo sob nº 0003364-83.2019.8.16.0101, em que figura como requerente R.G.F.D.S., representado por ROSE DIAS DA SILVA e OUTRO e como requerido(a) ROBERTO FERREIRA DA SILVA, virem, e principalmente o(a) requerente R.G.F.D.S., representado por ROSE DIAS DA SILVA e OUTRO, que fica o(a) mesmo(a) INTIMADO(A) a cumprir a determinação de mov. seq. 20.1 ou requerer o que entender devido ao regular prosseguimento do feito, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção e arquivamento dos autos, conforme dispõem os artigos 485, inc. III e § 1º c/c 354 do Código de Processo Civil.

E, para que chegue ao conhecimento de todos os interessados e ninguém possa alegar ignorância expediu-se o presente edital, que será publicado na forma da Lei e afixado no átrio do Fórum, nesta cidade e Comarca de Jandaia do Sul, aos 24 de setembro de 2021. Eu, Luzimari Bedendo, Técnico Judiciário, que o digitei e subscrevi (Portaria nº 02/2013 e 01/2020).

JOÃO GUSTAVO RODRIGUES STOLSIS

Juiz de Direito

EDITAL DE INTIMAÇÃO DO(S) RÉU(S) ELSON APARECIDO GONCALVES, , DA DECISÃO PROLATADA EM 31/03/2021, COM O PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS. O DOUTOR JOÃO GUSTAVO RODRIGUES STOLSIS, MM. JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA JUDICIAL DA COMARCA DE JANDAIA DO SUL, ESTADO DO PARANÁ, NA FORMA DA LEI, ETC... FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, com o prazo de 30 (trinta) dias, que por este Juízo e Cartório tramita o Pedido de Medidas Protetivas de Urgência nº 0003393-02.2020.8.16.0101 : ELSON APARECIDO GONCALVES, com RG nº 77604960/PR, nascido aos 22/02/1982, natural de MARUMBI/PR, filho de JOANA GONCALVES Spai não cadastrado, , atualmente em lugar incerto e não sabido. Não tendo sido possível sua intimação pessoal, fica, por este Edital, INTIMADO da r. decisão datada de XX/XX/2020, nos autos de Pedido de Medidas Protetivas de Urgência nº : , nos seguintes termos: O MM Juiz deferiu as medidas protetivas a seguir: a) afastar o requerido do domicílio em que convivia com a requerente (art. 22, inc. II); b) proibir o requerido de aproximar-se da requerente e de seus familiares, fixando, para tanto, uma distância mínima de 500 metros (art. 22, inc. III, "a"); c) proibir a comunicação com a requerente, seus familiares e testemunhas, por qualquer meio (art. 22, inc. III, "b"); d) proibir a frequência a lugares coincidentemente frequentados por ela (art. 22, inc. III, "c"). O MM Juiz deferiu o pedido da vítima de prorrogação do prazo das medidas protetivas pelo prazo de 120 (cento e oitenta) dias. E para que não alegue ignorância, mandou expedir, determinou fosse baixado o presente Edital, com o prazo de 30 (trinta) dias, que será publicado pela imprensa Oficial do estado e afixado no átrio do fórum, no lugar de costume. Dado e passado nesta cidade e Comarca de Jandaia do Sul, 24 de setembro de 2021. Eu, Hévila Rúbia Brito Delalibera, Técnica Judiciária, digitei e conferi., Hévila Rúbia Brito Delalibera Chefe de Secretaria Portaria 07/2013

EDITAL DE INTIMAÇÃO DO(S) RÉU(S) ROBERSON APARECIDO TELES DA SILVA, , DA DECISÃO PROLATADA EM 31/03/2021, COM O PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS. O DOUTOR JOÃO GUSTAVO RODRIGUES STOLSIS, MM. JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA JUDICIAL DA COMARCA DE JANDAIA DO SUL, ESTADO DO PARANÁ, NA FORMA DA LEI, ETC... FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, com o prazo de 30 (trinta) dias, que por este Juízo e Cartório tramita o Pedido de Medidas Protetivas de Urgência nº 0004164-77.2020.8.16.0101 : FLAVIA GOES DOS REIS, com RG nº 8814594/PR, nascido aos 21/08/1981, natural de CAMPINAS/SP, filho de TEREZINHA OLIMPIO DOS REIS e JOSE GOES DOS REIS, atualmente em lugar incerto e não sabido. Não tendo sido possível sua intimação pessoal, fica, por este Edital, INTIMADO da r. decisão datada de 31/03/2021, nos autos de Pedido de Medidas Protetivas de Urgência nº 0004164-77.2020.8.16.0101, nos seguintes termos: O MM Juiz deferiu as medidas protetivas a seguir: a) proibir o requerido de aproximar-se da requerente e de seus familiares, fixando, para tanto, uma distância mínima de 400 metros (art. 22, inc. III, "a"); b) proibir a comunicação com a requerente, seus familiares e testemunhas, por qualquer meio (art. 22, inc. III, "b"); c) proibir a frequência a lugares coincidentemente frequentados por ela (art. 22, inc. III, "c") O MM Juiz deferiu o pedido da vítima de prorrogação do prazo das medidas protetivas pelo prazo de 120 (cento e oitenta) dias. E para que não alegue ignorância, mandou expedir, determinou fosse baixado o presente Edital, com o prazo de 30 (trinta) dias, que será publicado pela imprensa Oficial do estado e afixado no átrio do fórum, no lugar de costume. Dado e passado nesta cidade e Comarca de Jandaia do Sul, 24 de setembro de 2021. Eu, Hévila Rúbia Brito Delalibera, Técnica Judiciária, digitei e conferi., Hévila Rúbia Brito Delalibera Técnica judiciária Portaria 07/2013

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
VARA DE FAMÍLIA - SEÇÃO CÍVEL DE JANDAIA DO SUL
EDITAL DE INTIMAÇÃO

Prazo: 30 (trinta) dias

O Excelentíssimo Senhor Doutor JOÃO GUSTAVO RODRIGUES STOLSIS, MM. Juiz de Direito desta 2ª Vara Judicial - Vara Criminal, Família e Sucessões, Infância e Juventude e Juizado Especial Criminal da Comarca de Jandaia do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, etc...

FAZ SABER, a todos quantos este edital de intimação, expedido nos autos de EXECUÇÃO DE ALIMENTOS, autuado neste Juízo sob nº 0003878-36.2019.8.16.0101, em que figura como requerente K.B.S., representado por JULIANA CRISTINA BERNEGOSSI e como requerido(a) RENATO GONÇALVES SERRÃO, virem, e principalmente o(a) requerente K.B.S., representado por JULIANA CRISTINA BERNEGOSSI, que fica o(a) mesmo(a)

INTIMADO(A) para que se manifeste sobre o interesse no prosseguimento do feito, cumprindo a cota ministerial de mov. seq. 70.1, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção.

E, para que chegue ao conhecimento de todos os interessados e ninguém possa alegar ignorância expediu-se o presente edital, que será publicado na forma da Lei e afixado no átrio do Fórum, nesta cidade e Comarca de Jandaia do Sul, aos 24 de setembro de 2021. Eu, Luzimari Bedendo, Técnico Judiciário, que o digitei e subscrevi (Portaria nº 02/2013 e 01/2020).

JOÃO GUSTAVO RODRIGUES STOLIS
Juiz de Direito

LOANDA

VARA CRIMINAL, FAMÍLIA E SUCESSÕES, INFÂNCIA E JUVENTUDE E JUIZADO ESPECIAL CÍVEL, CRIMINAL E DA FAZENDA PÚBLICA

Edital de Intimação

JUÍZO DE DIREITO DA VARA CRIMINAL DA COMARCA DE LOANDA
Juiz Substituto: Doutor Aroldo Henrique Pegoraro de Almeida
Supervisora de Secretaria: Angelúcia de Assis Santos Garcia
Medidas Protetivas de Urgência Nº 0002569-94.2021.8.16.0105- EDITAL DE INTIMAÇÃO DO NOTICIADO LUCAS JUNIOR DA SILVA, COM PRAZO DE 15 DIAS, O Doutor Aroldo Henrique Pegoraro de Almeida, MMº. Juiz Substituto desta Comarca de Loanda, na forma da lei, etc.

FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem, com o prazo de 15 (quinze) dias, ou dele conhecimento tiverem, que não tendo sido possível intimar pessoalmente o noticiado LUCAS JUNIOR DA SILVA, brasileiro, nascido aos 18/09/1992, portador do RG nº 13.067.925-0 SSP/PR, filho de Leonícia Maria dos Reis e Darci Estácio da Silva, atualmente em lugar incerto e não sabido, pelo presente INTIMA-O de que foram aplicadas as seguintes Medidas Protetivas em favor da vítima Vivian Maria dos Santos Souza, sendo elas: a) proibição de os noticiados Adrian Rodrigues da Silva e Lucas Júnior da Silva se aproximarem da ofendida Vivian Maria dos Santos Souza, devendo os noticiados manterem uma distância de 200 metros da vítima (art. 22, inciso III, letra a); b) proibição de os noticiados manterem contato com a vítima, por qualquer meio de comunicação (art. 22, inciso III, letra b); c) proibição de os noticiados frequentarem os mesmos lugares frequentados pela vítima, inclusive sua residência, a fim de preservar a integridade física e psicológica da ofendida (art. 22, inciso III, letra c); d) comparecimento dos agressores a programas de recuperação e reeducação, pelo prazo de 60 dias (art. 22, inciso VI). As medidas protetivas concedidas em favor da vítima Vivian Maria dos Santos Souza terão a vigência seguindo o disposto no art. 5º da lei nº14.022/2020: Art. 5º As medidas protetivas deferidas em favor da mulher serão automaticamente prorrogadas e vigorarão durante a vigência da Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, ou durante a declaração de estado de emergência de caráter humanitário e sanitário em território nacional, sem prejuízo do disposto no art. 19 e seguintes da Lei nº11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha). O descumprimento das medidas protetivas acarretará na decretação da prisão preventiva do noticiado, conforme autoriza o art. 313, inciso III do Código de Processo Penal, bem como que o descumprimento poderá configurar o crime previsto no art. 24-A da lei nº 11.340/06. Dado e passado nesta cidade e Comarca de Loanda, aos 16 de setembro de 2021. Eu, Márcia Aparecida Volante, Técnica Judiciária, que o digitei e o imprimi. AROLDO HENRIQUE PEGORARO DE ALMEIDA - JUIZ SUBSTITUTO

FORO CENTRAL DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE LONDRINA

1º JUIZADO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER E VARA DE CRIMES CONTRA CRIANÇAS, ADOLESCENTES E IDOSOS

Edital de Intimação

Réu: **Diego da Silva Poloni**,
Ação Penal: **0025288-91.2017.8.16.0014**
PRAZO: 90 (noventa) DIAS

A DOUTORA **Zilda Romero**, M.M. JUÍZA DE DIREITO DA 16ª VARA JUDICIAL - 1º JUIZADO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER E VARA DE CRIMES CONTRA CRIANÇAS, ADOLESCENTES E IDOSOS, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS E NA FORMA DA LEI...

FAZ SABER a todos quantos o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, pelo prazo de 90 (noventa) dias, que não tendo sido possível localizar pessoalmente o(a) **apenado(a) Diego da Silva Poloni**, brasileiro(a), portador(a) do RG 108004177 SSP/PR e CPF 075.799.929-81, nascido(a) aos 27/11/1990, natural de Tamarana-PR, filho(a) de Nome da Mãe: Simone Santos da Silva Nome do Pai: Valdir Poloni, estando em local incerto ou não sabido, motivo pelo qual se procede por meio deste sua **INTIMAÇÃO** para que efetue o **pagamento das custas processuais no valor de R\$ 576,53**, devendo solicitar à secretaria a emissão dos boletos para pagamento, restando advertido de que, conforme a Instrução Normativa nº 65/2021, decorrido o prazo do edital de intimação, sem manifestação do(a) apenado(a), a secretaria deverá providenciar a imediata emissão das guias, a fim de computar os prazos para protesto. Ainda, adverte-se que: a) o inadimplemento das custas ocasionará a emissão de Certidão de Crédito Judicial - CCJ, o protesto do valor devido e o lançamento em dívida ativa, sem prejuízo da inclusão do nome do(a) devedor(a) nos órgãos de proteção ao crédito; b) após o encaminhamento da CCJ para protesto e durante o tríduo legal previsto no art. 12 da Lei nº 9.492/1997, o pagamento dos débitos de custas será efetuado pelo(a) devedor(a) somente no tabelionato competente; c) expirado o tríduo legal e realizado o protesto da CCJ, o pagamento das custas deverá ser feito por meio de guia pós-protesto emitida pelo devedor no portal do TJPR.

Para que chegue ao conhecimento de todos e ninguém no futuro alegue ignorância, é expedido o presente edital, que será publicado.

Eu, ANGELA MARI HIGUCHI, Técnica Judiciária, conferi e digitei.
Zilda Romero
Juíza de Direito

2ª VARA CRIMINAL

Edital de Intimação

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE LONDRINA-PR.
EDITAL DE INTIMAÇÃO - AUDIÊNCIA DE VIDEOCONFERÊNCIA

RÉ: MARILDA VANUSA PONTES
Processo Crime nº 0009268-25.2017.8.16.0014
PRAZO: 15 (quinze) dias

A DOUTORA **DEBORAH PENNA**, M.M. JUÍZA DE DIREITO SUBSTITUTA DA 2ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE LONDRINA-PR, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS E NA FORMA DA LEI.

FAZ SABER, a todos quanto o presente edital virem ou dele tiverem conhecimento, pelo prazo de 10 (DEZ) dias que, não tendo sido possível intimar pessoalmente a acusada, MARILDA VANUSA PONTES, filha de João Maria Pontes e Tereza Rodrigues Pontes, nascida aos 18/09/1977, natural de Londrina/PR, **atualmente em lugar incerto e não sabido**, INTIMA-LA, para participar da **Audiência de Instrução no dia 08 de outubro de 2021 às 13:30**, com a participação remota do magistrado, promotor, advogado(s), acusado(s) e da(s) testemunha(s), portanto, **não há comparecimento pessoal da parte ao Fórum**.

2. Visando preservar a saúde e segurança das partes que participarão do ato (em razão da Pandemia do Coronavírus), a audiência será realizada **VIRTUALMENTE (VIDEOCONFERÊNCIA)** através da plataforma **MICROSOFT TEAMS**; e para tanto a parte deverá providenciar um celular ou computador com acesso à Internet.

3. **ACESSO PELO CELULAR:** para ingressar na audiência/reunião **É NECESSÁRIO INSTALAR o aplicativo Microsoft Teams**; digite o link abaixo no navegador disponível em seu celular no dia da audiência **ou** solicite o envio do link (ATÉ 2 DIAS ANTES DA AUDIÊNCIA) por telefone e/ou mensagem eletrônica (Whatsapp) ao número 43-3572-3744 ou por e-mail ao endereço **lon-12vj-e@tjpr.jus.br**. **ATENÇÃO:** É INDISPENSÁVEL QUE A PARTE INFORME SEU NOME E O NÚMERO DO PROCESSO. Se preferir, é possível instalar o Microsoft Teams, acessando os aplicativos disponíveis no seu celular ("App Store" ou "Google play"). - OBSERVAR AS ORIENTAÇÕES EM ANEXO. DEVERÁ a parte fornecer ao **Oficial de Justiça seu número de telefone celular e endereço de e-mail**; caso não possua, deverá providenciar-los e informá-los à Secretaria através dos telefones (43) 3572-3744, (43) 3572-3202 ou e-mail **lon-12vj-e@tjpr.jus.br**, também no prazo de 48 (quarenta e oito) horas contados da intimação.

4. **ACESSO PELO COMPUTADOR:** para ingressar na audiência/reunião **NÃO É NECESSÁRIO INSTALAR o aplicativo Microsoft Teams**; basta digitar o link abaixo no seu navegador de Internet (Chrome, Edge, Firefox, Opera) no dia da audiência **ou** a CHAVE DE VALIDAÇÃO abaixo indicada no URL **https://bit.ly/3opPz8H**, ou solicitar envio do link (ATÉ 2 DIAS ANTES DA AUDIÊNCIA) por mensagem eletrônica (Whatsapp) aos números 43-3572-3744 / 43-3572-3674 ou por e-mail ao

endereço lon-12vj-e@tjpr.jus.br. **ATENÇÃO:** É INDISPENSÁVEL QUE A PARTE INFORME SEU NOME E O NÚMERO DO PROCESSO. Se preferir, é possível instalar o Microsoft Teams, acessando os aplicativos disponíveis no seu celular ("App Store" ou "Google play"). No caso da parte a ser ouvida optar por participar via computador, deverá verificar **se há microfone e câmera disponíveis**. - OBSERVAR AS ORIENTAÇÕES EM ANEXO

5. **ATENÇÃO:** Caso **não possua** recursos adequados para acessar a videoconferência, deverá entrar em contato com a Secretaria em até 2 (dois) dias antes, através do telefone (43) 3572-3202 ou e-mail lon-12vj-e@tjpr.jus.br.

6. **DEVERÁ** a parte fornecer ao **Oficial de Justiça seu número de telefone celular e endereço de e-mail**; caso não possua, deverá providenciá-los e informá-los à Secretaria através dos telefones (43) 3572-3744 (Whatsapp), (43) 3572-3202 ou e-mail lon-12vj-e@tjpr.jus.br, também no prazo de 48 (quarenta e oito) horas contados da intimação. - **AÇÕES:** a) no dia da audiência deverá ter em mãos **documento de identificação civil, com foto**; b) acesso à Internet; c) digitar no seu celular ou computador o endereço abaixo (link) para participar da audiência.

FICA A PARTE INTIMADA DAS SEGUINTE ORIENTAÇÕES: a) no dia da audiência deverá ter em mãos **documento de identificação civil, com foto**; b) acesso à Internet; c) digitar no seu celular ou computador o endereço abaixo (link) para participar da audiência.

INFORMAÇÃO PARA ACESSO À REUNIÃO:

Chave de validação e acesso via Sistema Projudi: PAXSN HJXR7 C7SRT LJ7QP

Prazo para cumprimento: 15 dias.

Dado e passado, nesta cidade e Comarca de Londrina-PR, em 24 de setembro de 2021. Eu, João Paulo Belafontel, Técnico Judiciário, o subscrevo. (autorizado pela Portaria 01/2014 desta escrivania)

DEBORAH PENNA

JUÍZA DE DIREITO SUBSTITUTA

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE LONDRINA-PR.

EDITAL DE INTIMAÇÃO - AUDIÊNCIA DE VIDEOCONFERÊNCIA

RÉU: LEANDRO HENRIQUE PEREIRA MACHADO

Processo Crime nº 0009268-25.2017.8.16.0014

PAZO: 15 (quinze) dias

A DOUTORA **DEBORAH PENNA**, M.M. JUÍZA DE DIREITO SUBSTITUTA DA 2ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE LONDRINA-PR, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS E NA FORMA DA LEI.

FAZ SABER, a todos quanto o presente edital virem ou dele tiverem conhecimento, pelo prazo de 10 (DEZ) dias que, não tendo sido possível intimar pessoalmente a acusada, LEANDRO HENRIQUE PEREIRA MACHADO, filho de Francisco Machado Sobrinho e Conceição Pereira Machado, nascido aos 16/12/1983, natural de Londrina/PR, **atualmente em lugar incerto e não sabido**, INTIMA-LO, para participar da **Audiência de Instrução no dia 08 de outubro de 2021 às 13:30**, com a participação remota do magistrado, promotor, advogado(s), acusado(s) e da(s) testemunha(s), portanto, **não há comparecimento pessoal da parte ao Fórum**.

2. Visando preservar a saúde e segurança das partes que participarão do ato (em razão da Pandemia do Coronavírus), a audiência será realizada **VIRTUALMENTE (VIDEOCONFERÊNCIA)** através da plataforma **MICROSOFT TEAMS**; e para tanto a parte deverá providenciar um celular ou computador com acesso à Internet.

3. **ACESSO PELO CELULAR:** para ingressar na audiência/reunião **É NECESSÁRIO INSTALAR o aplicativo Microsoft Teams**; digite o link abaixo no navegador disponível em seu celular no dia da audiência ou solicite o envio do link (ATÉ 2 DIAS ANTES DA AUDIÊNCIA) por telefone e/ou mensagem eletrônica (Whatsapp) ao número 43-3572-3744 ou por e-mail ao endereço lon-12vj-e@tjpr.jus.br. **ATENÇÃO:** É INDISPENSÁVEL QUE A PARTE INFORME SEU NOME E O NÚMERO DO PROCESSO. Se preferir, é possível instalar o Microsoft Teams, acessando os aplicativos disponíveis no seu celular ("App Store" ou "Google play"). - OBSERVAR AS ORIENTAÇÕES EM ANEXO. DEVERÁ a parte fornecer ao **Oficial de Justiça seu número de telefone celular e endereço de e-mail**; caso não possua, deverá providenciá-los e informá-los à Secretaria através dos telefones (43) 3572-3744, (43) 3572-3202 ou e-mail lon-12vj-e@tjpr.jus.br, também no prazo de 48 (quarenta e oito) horas contados da intimação.

4. **ACESSO PELO COMPUTADOR:** para ingressar na audiência/reunião **NÃO É NECESSÁRIO INSTALAR o aplicativo Microsoft Teams**; basta digitar o link abaixo no seu navegador de Internet (Chrome, Edge, Firefox, Opera) no dia da audiência ou a CHAVE DE VALIDAÇÃO abaixo indicada no URL <https://bit.ly/3opPz8H>, ou solicitar envio do link (ATÉ 2 DIAS ANTES DA AUDIÊNCIA) por mensagem eletrônica (Whatsapp) aos números 43-3572-3744 / 43-3572-3674 ou por e-mail ao endereço lon-12vj-e@tjpr.jus.br. **ATENÇÃO:** É INDISPENSÁVEL QUE A PARTE INFORME SEU NOME E O NÚMERO DO PROCESSO. Se preferir, é possível instalar o Microsoft Teams, acessando os aplicativos disponíveis no seu celular ("App Store" ou "Google play"). No caso da parte a ser ouvida optar por participar via computador, deverá verificar **se há microfone e câmera disponíveis**. - OBSERVAR AS ORIENTAÇÕES EM ANEXO

5. **ATENÇÃO:** Caso **não possua** recursos adequados para acessar a videoconferência, deverá entrar em contato com a Secretaria em até 2 (dois) dias antes, através do telefone (43) 3572-3202 ou e-mail lon-12vj-e@tjpr.jus.br.

6. **DEVERÁ** a parte fornecer ao **Oficial de Justiça seu número de telefone celular e endereço de e-mail**; caso não possua, deverá providenciá-los e informá-los à Secretaria através dos telefones (43) 3572-3744 (Whatsapp), (43) 3572-3202 ou e-mail lon-12vj-e@tjpr.jus.br, também no prazo de 48 (quarenta e oito) horas contados da intimação. - **AÇÕES:** a) no dia da audiência deverá ter em mãos **documento**

de identificação civil, com foto; b) acesso à Internet; c) digitar no seu celular ou computador o endereço abaixo (link) para participar da audiência.

FICA A PARTE INTIMADA DAS SEGUINTE ORIENTAÇÕES: a) no dia da audiência deverá ter em mãos **documento de identificação civil, com foto**; b) acesso à Internet; c) digitar no seu celular ou computador o endereço abaixo (link) para participar da audiência.

INFORMAÇÃO PARA ACESSO À REUNIÃO:

Chave de validação e acesso via Sistema Projudi: PAXSN HJXR7 C7SRT LJ7QP

Prazo para cumprimento: 15 dias.

Dado e passado, nesta cidade e Comarca de Londrina-PR, em 23 de setembro de 2021. Eu, João Paulo Belafontel, Técnico Judiciário, o subscrevo. (autorizado pela Portaria 01/2014 desta escrivania)

DEBORAH PENNA

JUÍZA DE DIREITO SUBSTITUTA

3ª VARA CRIMINAL

Edital de Intimação

EDITAL DE INTIMAÇÃO

Autos nº. 0058931-40.2017.8.16.0014

PAZO: 15 DIAS

O(A) MM(ª) Juiz(iza) de Direito da 3ª Vara Criminal de Londrina, na forma da lei, FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que, não sendo possível intimar pessoalmente o(a) RÉU(RÉ) **PEDRO HENRIQUE SILVA CORREA**, brasileiro(a), portador(a) do RG 85601423 SSP/PR, nascido(a) aos **06/05/1987**, natural de **LONDRINA/PR**, filho de **Nome da Mãe: MARIA DE FATIMA SILVA CORREA** Nome do Pai: **PEDRO ALVES CORREA**, atualmente em lugar incerto e não sabido, através do presente **INTIMÁ-LO(A)** a, no prazo de 10 (dez) dias, efetuar o pagamento da pena da multa (valor da multa) e das custas processuais (valor das custas), sob pena de execução, restando advertido que o não pagamento dos valores importa em emissão de, certidão de crédito judicial a ser encaminhada a protesto e lançamento em dívida ativa - na forma prevista nos arts. 847 a 858 do Código de Normas do Foro Extrajudicial -, sem prejuízo da inclusão do nome do devedor nos órgãos de proteção ao crédito (SPC/SERASA). Após o encaminhamento da Certidão de Crédito Judicial para protesto, o pagamento do débito deverá ser efetuado, exclusivamente: a) durante o tríduo previsto no art. 12 da Lei nº 9.492/1997, no Tabelionato de Protesto de Títulos competente; b) após a lavratura do protesto, por meio de guia emitida no Portal do TJPR. A baixa do protesto ocorrerá somente depois da quitação dos emolumentos e demais despesas perante o respectivo Tabelionato de Protesto de Títulos. Eu, Denis Moimas, Técnico Judiciário, o subscrevo.

Londrina, 23 de setembro de 2021.

Juliano Nanuncio

Juiz de Direito

EDITAL DE INTIMAÇÃO

Autos nº. 0034271-50.2015.8.16.0014

PAZO: 15 DIAS

O Juiz de Direito da 3ª Vara Criminal de Londrina, na forma da lei, FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que, não sendo possível intimar pessoalmente o(a) RÉU(RÉ) **RODRIGO DANTE RODRIGUES**, brasileiro(a), portador(a) do RG 131168241 SSP/PR, nascido(a) aos **10/08/1993**, natural de **Faxinal/PR**, filho de **Nome da Mãe: NILZA ADRIANA DANTE** Nome do Pai: **Jaime Rodrigues**, atualmente em lugar incerto e não sabido, através do presente **INTIMÁ-LO(A)** a, no prazo de 10 (dez) dias, efetuar o pagamento da pena da multa (valor da multa) e das custas processuais (valor das custas), sob pena de execução, restando advertido que o não pagamento dos valores importa em emissão de, certidão de crédito judicial a ser encaminhada a protesto e lançamento em dívida ativa - na forma prevista nos arts. 847 a 858 do Código de Normas do Foro Extrajudicial -, sem prejuízo da inclusão do nome do devedor nos órgãos de proteção ao crédito (SPC/SERASA). Após o encaminhamento da Certidão de Crédito Judicial para protesto, o pagamento do débito deverá ser efetuado, exclusivamente: a) durante o tríduo previsto no art. 12 da Lei nº 9.492/1997, no Tabelionato de Protesto de Títulos competente; b) após a lavratura do protesto, por meio de guia emitida no Portal do TJPR. A baixa do protesto ocorrerá somente depois da quitação dos emolumentos e demais despesas perante o respectivo Tabelionato de Protesto de Títulos. Eu, Denis Moimas, Técnico Judiciário, o subscrevo.

Londrina, 23 de setembro de 2021.

Juliano Nanuncio

Juiz de Direito

4ª VARA CÍVEL

Edital de Intimação

Adicionar um(a) Conteúdo JUÍZO DE DIREITO DA QUARTA VARA CÍVEL DA COMARCA DE LONDRINA - ESTADO DO PARANÁ
 EDITAL DE INTERDIÇÃO - **ARTIGO 1.184 DO CPC (EXTRATO)** (AUTOS Nº 0029060-91.2019.8.16.0014).

FAZ SABER - a todos os interessados, que através de sentença datada de 01/09/2021 nos autos nº **0029060-91.2019.8.16.0014**, a requerimento de **MARIA APARECIDA DE BRITO** foi decretada a interdição de **MARCELO RODRIGO DE OLIVEIRA**, estando incapaz de gerir, por si só, atos da vida civil, podendo a sua curadora nomeada, **Sra. MARIA APARECIDA DE BRITO**, praticar em seu nome, todos os atos da vida civil. E, para que chegue ao conhecimento de todos e ninguém possa alegar ignorância de futuro, expediu-se o presente edital que será afixado no local de costume e publicado pela Imprensa Oficial, por três (03) vezes, com intervalos de dez (10) dias, na forma da lei. **DADO E PASSADO** nesta cidade e Comarca de Londrina, Estado do Paraná, aos 23/09/2021. Eu (Rosângela Martins Costa - Analista Judiciário), por autorização Judicial, Portaria 02/2018, Código de Normas, fiz digitar e subscrevi.-

JAMIL RIECHI FILHO JUIZ DE DIREITO

5ª VARA CRIMINAL

Edital de Intimação

Autos nº. 0045512-89.2013.8.16.0014
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA
PRAZO: 60 dias

O Dr. JOÃO HENRIQUE COELHO ORTOLANO, MM. Juiz de Direito da 5ª Vara Criminal do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Londrina, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas, na forma da Lei, etc...
FAZ SABER, a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, que não tendo sido possível INTIMAR pessoalmente o(a) ofendido(a) **SILVANA PEREIRA LEITE, RG 49162049 SSP/PR, CPF 694.950.099-87, Nome do Pai: JOÃO PEREIRA LEITE, Nome da Mãe: LEONILSE RODRIGUES, nascido em 31/10/1970, natural de CAMBE/PR**, atualmente em lugar incerto e não sabido, através do presente INTIMA-O(A) que por sentença prolatada em 14/08/2020, a ré **LAIS ALVES MONTEIRO (RG: 128524398 SSP/PR e CPF/CNPJ: 092.458.999-00)**, foi condenada por este Juízo como incurso nas sanções do art. 168, caput, do Código Penal, à pena de 01 (um) ano, 04 (quatro) meses e 15 (quinze) dias de reclusão e 16 (dezesseis) dias-multa, em regime aberto, sendo a pena privativa de liberdade substituída por duas penas restritivas de direitos, consistentes em: a) prestação de serviços à comunidade, à razão de 01h (uma hora) de serviço por dia de condenação, fixadas de modo a não prejudicar sua eventual jornada normal de trabalho, facultando-lhe o cumprimento na forma do artigo 46, §4º, do mesmo Código, em entidade assistencial do seu município de residência, observando-se as aptidões do condenado; b) prestação pecuniária no valor equivalente a 01(um) salário-mínimo, valor esse a ser revertido à entidade pública ou privada com destinação social, a ser especificada quando da audiência admonitoria, bem como, ao pagamento das custas processuais. Ficando ainda ciente o(a) ofendido(a) de que possui o prazo de 05 (cinco) dias para recorrer, em já havendo assistente de acusação habilitado nos autos ou, em 15 (quinze) dias, caso contrário, contados, esse último, do término do prazo do Ministério Público (Código de Processo Penal, art. 598). E, para que ninguém alegue ignorância, foi expedido o presente edital que será publicado no Diário da Justiça Eletrônico e afixado no átrio do Fórum, na forma da lei. Dado e passado nesta cidade e Comarca de Londrina, 23 de setembro de 2021. EU, RENATA SCARDAZZI BRUNIÈRE, Técnico Judiciário, digitei este, que vai assinado digitalmente pelo(a) Magistrado(a).

(datado e assinado digitalmente)
JOÃO HENRIQUE COELHO ORTOLANO

8ª VARA CÍVEL

Edital de Citação

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE LONDRINA - FORO CENTRAL DE LONDRINA 8ª VARA CÍVEL DE LONDRINA - PROJUDI Avenida Duque de Caxias, 689 - Anexo I, 5º And - Caixas - Londrina/PR - CEP: 86.015-902 - E-mail: LON-8V-J-E@tjpr.jus.br

EDITAL DE CITAÇÃO DE KELSON MARCOS LEÃO (CPF/CNPJ: 436.389.969-72), COM PRAZO DE 20 (VINTE) DIAS

Processo: 0036297-45.2020.8.16.0014 Classe Processual: Execução de Título Extrajudicial Assunto Principal: Despesas Condominiais Valor da Causa: R\$4.306,83 Exequentes(s): CONDOMÍNIO EDIFÍCIO OHARA (CPF/CNPJ: 95.562.872/0001-50) Executado(s): Kelson Marcos Leão (CPF/CNPJ: 436.389.969-72)

Edital de CITAÇÃO do executado Kelson Marcos Leão (CPF/CNPJ: 436.389.969-72), atualmente em lugar incerto, nos autos de Execução de Título Extrajudicial, autuada pelo n.º 0036297-45.2020.8.16.0014, em que figura como exequente CONDOMÍNIO EDIFÍCIO OHARA (CPF/CNPJ: 95.562.872/0001-50) e como executado Kelson Marcos Leão (CPF/CNPJ: 436.389.969-72) para, no prazo de TRÊS (03) DIAS, contados do término do prazo deste, promover o pagamento da dívida executada, perfaz o valor de R\$ 4.306,83, acrescido de juros, correção monetária, custas e despesas processuais, bem como honorários advocatícios, os quais foram arbitrados em 10%(dez por cento), sobre o valor do débito, sendo que em caso de eventual pagamento integral no prazo de 03(três) dias, será reduzido a 5%(cinco por cento), sob pena de penhora de tantos bens quantos sejam necessários à garantia da execução, e concomitante avaliação; científico-os de que dispõem do prazo de QUINZE (15) DIAS (contados do término do prazo deste), para, querendo, oporem-se à execução por meio de EMBARGOS (arts. 916 do CPC), ou, reconhecendo o crédito do exequente e comprovando o depósito de trinta por cento (30%) do valor da execução (inclusive custas e honorários), requerer que lhe(s) seja admitido efetuar o pagamento do restante em até seis (06) parcelas mensais, acrescida de correção monetária e juros de um por cento (1%) ao mês (CPC, 827, § 2º). Eventual inadimplemento das parcelas (CPC, art. 916), também poderá ensejar a elevação dos honorários advocatícios, multa em favor da parte, além de outras penalidades previstas em lei. Fica(m) ainda INTIMADO(A)(S) para, no prazo de CINCO (05) DIAS (contados do término do prazo deste), alternativamente ao pagamento, indicar(em) bens passíveis de penhora, exibindo prova da propriedade, com os seus respectivos valores, bem assim certidão negativa de ônus, sendo o caso, sob pena de se configurar ato atentatório à dignidade da justiça (art. 774 e Parágrafo Único). ADVERTÊNCIA: Decorrido os prazos supracitados, sem a apresentação de embargos à execução, pagamento da dívida ou requerimento de pagamento parcelado, dar-se-á prosseguimento à execução até integral satisfação do crédito acima indicado. Conforme art.257, IV, CPC, será nomeado curador especial em caso de revelia. Londrina, data da assinatura digital. Eu, Vandecir dos Reis Loução, Escrivão Designado, o digitei.

(assina eletronicamente, nos termos da Lei nº 11.419/2006)

MATHEUS ORLANDI MENDES
 Juiz de Direito

Edital de Intimação

EDITAL DE LEILÃO/HASTA Processo: 0066647-60.2013.8.16.0014 Classe Processual: Cumprimento de sentença Assunto Principal: Despesas Condominiais Valor da Causa: R\$43.141,73 Exequentes(s): CONDOMÍNIO EDIFÍCIO RESIDENCIAL CARNAUBA (CPF/CNPJ: 80.924.558/0001-00) Executado(s): CARLOS ALBERTO SALTORI (CPF/CNPJ: 235.044.559-34) ELEN MARLI SILVA SALTORI (RG: 11328040 SSP/PR e CPF/CNPJ: 463.204.909-34) Terceiro(s): CAIXA ECONÔMICA FEDERAL (CPF/CNPJ: 00.360.305/0001-04) EMPRESA GESTORA DE ATIVOS - EMGEA (CPF/CNPJ: 04.527.335/0001-13) Pelo presente se faz saber a todos, que será levado a arrematação em 1ª e 2ª praças, o bem de propriedade do devedor, na seguinte forma: 1ª PRAÇA: Dia 04 de outubro de 2021 com fechamento às 10:00 horas, por preço não inferior ao da avaliação, tão somente na modalidade eletrônica, mediante cadastro prévio no site do leiloeiro - ALIENAÇÃO JUDICIAL POR MEIO ELETRÔNICO - SITE: www.kleiloes.com.br 2ª PRAÇA: Dia 18 de outubro de 2021 com fechamento às 10:00 horas, para venda a quem mais der, não sendo aceito preço vil (preço inferior a 50%) do valor atualizado da avaliação - Artigo 891, parágrafo único do Novo CPC, tão somente na modalidade eletrônica, mediante cadastro prévio no site do leiloeiro - ALIENAÇÃO JUDICIAL POR MEIO ELETRÔNICO - SITE: www.kleiloes.com.br. BEM: Imóvel: Apartamento nº 131 (cento e trinta e um), situado no 13º pavimento superior, do Edifício Residencial Carnaúba, localizado na Rua Alagoas nº 1.284, desta cidade, com a área bruta de 129,056 m², sendo 84,284 m² de área privativa e 44,772 m² de área de uso comum, compreendendo a unidade 18,480 m² de área ideal do terreno ou 1,5163% de fração ideal do solo, cabendo ao apartamento uma vaga de estacionamento para um veículo de passeio na garagem coletiva do edifício, confrontando-se: "Ao Sul com o recuo junto a Rua Alagoas; ao Norte com o apartamento de final 2, hall do Edifício e poço do elevador; ao Leste com o recuo junto as datas nºs 05 e 7-A; e ao Oeste com o apartamento de final 0". Matrícula n. 34.215 do Registro de Imóveis do 1º Ofício de Londrina - PR. (Observações do Avaliador Judicial na data de 15/10/2020 (seq. 406): composto por três dormitórios, sendo uma suíte, sala, sacada, cozinha, banheiro social, área de serviços gerais/lavanderia, pisos cerâmico/carpet, estando em péssimo estado de conservação, com pisos soltos, forro solto/caído, sinais e infiltrações/mofos/bolores (apartamento fechado e inabitado). Contendo vaga de garagem. Na área de uso comum, contendo portaria, portões de acesso com acionamentos eletrônicos, hall de recepção, salão de festas, área gourmet, quadra poliesportiva). AVALIAÇÃO DO BEM: R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais) - 15/10/2020 (seq. 406). AVALIAÇÃO ATUALIZADA: Atualizado pelo índice do TJPR no valor de R\$ 287.518,62 (duzentos e oitenta e sete mil quinhentos e

dezoito reais e sessenta e dois centavos) em agosto/2021. Valor do Débito: R\$ 148.340,66 (cento e quarenta e oito mil trezentos e quarenta e sessenta e seis centavos) em 19/02/2019 (seq. 302), mais custas processuais e despesas com publicação do Edital. ÔNUS/MENÇÃO: Conforme informado pela Empresa Gestora de Ativos - EMGEA representado pela Caixa Econômica Federal - CEF (seq. 247): A dívida total do contrato do Executado referente à alienação fiduciária é de R\$ 1.195.097,42 (um milhão cento e noventa e cinco mil e noventa e sete reais e quarenta e dois centavos), sendo R\$ 152.842,78 encargo em atraso referente ao período de 11/1993 a 03/2004, mora e multa em R\$ 1.034.352,51 e diferença de prestação em R\$ 7.902,13 com valores atualizados para o dia 06 de julho de 2018, que deverão ser atualizados e acrescidos dos encargos legais e contratuais até a data do efetivo pagamento. ÔNUS MATRÍCULA: Matrícula n.º 34.215 do CRI de 1º Ofício de Londrina na data de 27/04/2018 (seq. 222.2) A) Hipoteca: Caixa Econômica Federal - CEF (R.2); B) Cessão de Crédito: Caixa Econômica Federal cedeu a Empresa Gestora de Ativos - EMGEA, o crédito referente a hipoteca registrada sob nº R.2 (Av.3); C) Penhora nos presentes autos (R.4). Podendo existir ônus diversos não informados no processo, ou com data posterior à expedição da matrícula e da certidão do Distribuidor. OBS: Custas, carta de arrematação e/ou mandado de entrega, serão de responsabilidade do arrematante. DEPÓSITO DOS BENS: em mãos dos executados (seq. 205). CONDIÇÕES DE PAGAMENTO: As condições de pagamento (CPC, art. 885) para o caso de interessados em adquirir o bem penhorado em prestações, desde que apresentadas as propostas no prazo do art. 895 do CPC e respeitado o preço mínimo estabelecido acima, são: Bens arrematados em até R\$ 7.500,00 será aceito o percentual de 25% do valor da arrematação, de entrada e no máximo mais 2 (duas) prestações; Bens arrematados entre R\$ 7.500,01 até R\$ 20.000,00 será aceito o percentual de 25% do valor da arrematação, de entrada e no máximo mais 4 (quatro) prestações; Bens arrematados entre R\$ 20.000,01 até R\$ 50.000,00 será aceito o percentual de 25% do valor da arrematação, de entrada e no máximo mais 6 (seis) prestações; Bens arrematados por quantia superior a R\$ 50.000,01 será aceito o percentual de 25% do valor da arrematação, de entrada e no máximo mais 12 (doze) prestações. A proposta de pagamento do lance à vista sempre prevalecerá sobre as propostas de pagamento parcelado (art. 895, §7º, CPC). GARANTIA: As garantias (CPC, art. 885) que poderão ser prestadas pelo arrematante são (CPC, art. 895, § 1º): a) Para móveis, caução idônea real ou fidejussória e b) Para imóveis deverá ser hipoteca do próprio bem. DEPÓSITO DO VALOR DA ARREMATACÃO: O arrematante deverá depositar integralmente o preço em conta judicial vinculada ao processo, junto à Caixa Econômica Federal (PAB 2711 - Fórum Londrina) no dia do Leilão ou, no máximo, até o dia útil seguinte. PUBLICAÇÕES: O presente edital será publicado na rede mundial de computadores, no sítio do leiloeiro www.kleiloes.com.br, e em plataforma a ser disponibilizada pelo CNJ, assim que estiver disponível, devendo a publicação ser realizada com antecedência mínima de 05 (cinco) dias da data do Leilão, dispensada a publicação em jornal. COMISSÃO: O arrematante deverá arcar com os honorários do leiloeiro depositados no ato da arrematação. Quanto ao valor dos honorários do Leiloeiro, corresponderão à 5% (cinco por cento) sobre o valor da venda do bem, sob responsabilidade do arrematante. Desde que efetivamente comprovado o início dos trabalhos, caso sobrevenha hipótese de adjudicação, remição ou acordo, a comissão será de 2% (dois por cento) sobre o valor da avaliação e será devida, em qualquer caso, pela parte executada. AD-CAUTELAM: fica(m) o(s) devedor(es) CARLOS ALBERTO SALTORI e ELEN MARLI SILVA SALTORI, e seu(s) cônjuge(s) se casado(s) for(em), bem como os terceiros interessados: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF e EMPRESA GESTORA DE ATIVOS - EMGEA, devidamente intimado(a)(s) das designações para a realização dos leilões/prazo no caso de não ser(em) encontrado(a)(s) pessoalmente para a intimação. OBSERVAÇÕES: 1 - A arrematação não será desfeita (art. 903 do CPC), podendo o arrematante desistir da aquisição apenas nas hipóteses do § 5º do Art. 903 do CPC). 2 - Na hipótese da não realização dos leilões nas datas designadas pôr motivo superveniente, fica desde já designado o primeiro dia útil subsequente para sua realização. 3 - Incumbe ao leiloeiro atentar-se, que, por força de lei, quando se tratar de penhora de bem indivisível, o equivalente à quota-parte do coproprietário ou do cônjuge alheio à execução recairá sobre o produto da alienação do bem (CPC, art. 843), logo é vedado levar a efeito expropriação por preço inferior ao da avaliação na qual o valor auferido seja incapaz de garantir, ao coproprietário ou ao cônjuge alheio à execução, o correspondente à sua quota-parte calculado sobre o valor da avaliação (CPC, art. 843, § 2º). 4 - E, para que chegue ao conhecimento de todos e não possa ninguém alegar ignorância, especialmente os acima nominados e seu(s) cônjuge(s) se casado(s) for(em), ficam desde já por este devidamente intimados para que, querendo, promova(m) o que entender(em) a bem de seus direitos; será o presente edital afixado no quadro de editais e avisos da 8ª Vara Cível. Londrina, 22 de setembro de 2021. Eu, Otavio Augusto de Lima Bogado, funcionário Juramentado, o digitei. MATHEUS ORLANDI MENDES Juiz de Direito (assina eletronicamente, nos termos da Lei nº 11.419/2006)

EDITAL DE LEILÃO/HASTA Processo: 0068559-87.2016.8.16.0014 Classe Processual: Execução de Título Extrajudicial Assunto Principal: Despesas Condominiais Valor da Causa: R\$ 0.96,62 Exequente(s): CONDOMÍNIO RESIDENCIAL LANCASTER (CPF/CNPJ: 07.257.738/0001-88) Rua Uruguai, 285 - Centro - LONDRINA/PR - CEP: 86.010-210 - E-mail: juridicodezainy@gmail.com Executado(s): LUANA CASTILHOS DE GOES (RG: 76880700 SSP/PR e CPF/CNPJ: 031.254.629-75) Rua Uruguai, 285 apartamento 104 bloco 01 - Centro - LONDRINA/PR - CEP: 86.010-210 - E-mail: castilhos_72@hotmail.com Pelo presente se faz saber a todos, que será levado a arrematação em 1ª e 2ª praças, o bem de

propriedade do devedor, na seguinte forma: 1ª PRAÇA: Dia 04 de outubro de 2021 com fechamento às 10:00 horas, por preço não inferior ao da avaliação, tão somente na modalidade eletrônica, mediante cadastro prévio no site do leiloeiro - ALIENAÇÃO JUDICIAL POR MEIO ELETRÔNICO - SITE: www.kleiloes.com.br 2ª PRAÇA: Dia 18 de outubro de 2021 com fechamento às 10:00 horas, para venda a quem mais der, não sendo aceito preço vil (preço inferior a 50%) do valor atualizado da avaliação - Artigo 891, parágrafo único do Novo CPC, tão somente na modalidade eletrônica, mediante cadastro prévio no site do leiloeiro - ALIENAÇÃO JUDICIAL POR MEIO ELETRÔNICO - SITE: www.kleiloes.com.br BEM: Imóvel: Apartamento nº 104 (cento e quatro), do Bloco nº 01, tipo "B", situado no 1º pavimento do Residencial Lancaster, localizado na Rua Uruguai nº 289, com a área construída de utilização exclusiva de 63,3080 m², área de uso comum de 17,6006 m², com área de estacionamento nº 04 com 10,00 m²; perfazendo a área correspondente ou global construída de 90,9086 m², fração ideal do solo e partes comuns de 0,0112739, e quota do terreno de 38,5965 m²; dentro das seguintes divisões e confrontações: Ao norte com os apartamentos nºs 103 a 403 do bloco nº 2; Ao sul com os apartamentos nºs 102 a 402 do Bloco 1; A oeste com o hall social, escada e apartamento nº 103 a 403 do Bloco 1; e a leste com os apartamentos nºs 103 a 403 do Bloco 3. Cujo edifício foi construído sobre a data de terras nº 04, 05, 06, 07, 08 e 09 da Quadra nº 25, com área total de 3.423,52 m². Matrícula n. 7.009 do Registro de Imóveis do 4º Ofício de Londrina - PR. (Observações do Avaliador Judicial na data de 17/07/2020 (seq. 146): composto de três dormitórios, sendo uma suíte, sala, cozinha, banheiro social, área de serviços gerais/lavanderia, pisos cerâmico e laminado/madeira, estando em bom estado de uso. Utilizada vaga de garagem. Na parte de uso comum contendo portaria, portões de acessos com acionamentos eletrônicos). AVALIAÇÃO DO BEM: R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais) - 17/07/2020 (seq. 146). AVALIAÇÃO ATUALIZADA: Atualizado pelo índice do TJPR no valor de R\$ 304.824,25 (trezentos e quatro mil oitocentos e vinte e quatro reais e vinte e cinco centavos) em agosto/2021. Valor do Débito: R\$ 26.603,06 (vinte e seis mil seiscentos e três reais e seis centavos) em 01/02/2021 (seq. 166), mais custas processuais e despesas com publicação do Edital. ÔNUS/MENÇÃO: ÔNUS MATRÍCULA: Matrícula n.º 7.009 do CRI de 4º Ofício de Londrina na data de 23/06/2021 A) Alienação Fiduciária: Caixa Econômica Federal - CEF (R.5); B) Cédula de Crédito Imobiliário: Caixa Econômica Federal - CEF (Av.6). Podendo existir ônus diversos não informados no processo, ou com data posterior à expedição da matrícula e da certidão do Distribuidor. OBS: Custas, carta de arrematação e/ou mandado de entrega, serão de responsabilidade do arrematante. DEPÓSITO DOS BENS: em mãos da executada (seq. 89). CONDIÇÕES DE PAGAMENTO: As condições de pagamento (CPC, art. 885) para o caso de interessados em adquirir o bem penhorado em prestações, desde que apresentadas as propostas no prazo do art. 895 do CPC e respeitado o preço mínimo estabelecido acima, são: Bens arrematados em até R\$ 7.500,00 será aceito o percentual de 25% do valor da arrematação, de entrada e no máximo mais 2 (duas) prestações; Bens arrematados entre R\$ 7.500,01 até R\$ 20.000,00 será aceito o percentual de 25% do valor da arrematação, de entrada e no máximo mais 4 (quatro) prestações; Bens arrematados entre R\$ 20.000,01 até R\$ 50.000,00 será aceito o percentual de 25% do valor da arrematação, de entrada e no máximo mais 6 (seis) prestações; Bens arrematados por quantia superior a R\$ 50.000,01 será aceito o percentual de 25% do valor da arrematação, de entrada e no máximo mais 12 (doze) prestações. A proposta de pagamento do lance à vista sempre prevalecerá sobre as propostas de pagamento parcelado (art. 895, §7º, CPC). GARANTIA: As garantias (CPC, art. 885) que poderão ser prestadas pelo arrematante são (CPC, art. 895, § 1º): a) Para móveis, caução idônea real ou fidejussória e b) Para imóveis deverá ser hipoteca do próprio bem. DEPÓSITO DO VALOR DA ARREMATACÃO: O arrematante deverá depositar integralmente o preço em conta judicial vinculada ao processo, junto à Caixa Econômica Federal (PAB 2711 - Fórum Londrina) no dia do Leilão ou, no máximo, até o dia útil seguinte. PUBLICAÇÕES: O presente edital será publicado na rede mundial de computadores, no sítio do leiloeiro www.kleiloes.com.br, e em plataforma a ser disponibilizada pelo CNJ, assim que estiver disponível, devendo a publicação ser realizada com antecedência mínima de 05 (cinco) dias da data do Leilão, dispensada a publicação em jornal. COMISSÃO: O arrematante deverá arcar com os honorários do leiloeiro depositados no ato da arrematação. Quanto ao valor dos honorários do Leiloeiro, corresponderão à 5% (cinco por cento) sobre o valor da venda do bem, sob responsabilidade do arrematante. Desde que efetivamente comprovado o início dos trabalhos, caso sobrevenha hipótese de adjudicação, remição ou acordo, a comissão será de 2% (dois por cento) sobre o valor da avaliação e será devida, em qualquer caso, pela parte executada. AD-CAUTELAM: fica(m) o(s) devedor(es) LUANA CASTILHOS DE GOES, e seu(s) cônjuge(s) se casado(s) for(em), bem como os terceiros interessados: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF, devidamente intimado(a)(s) das designações para a realização dos leilões/prazo no caso de não ser(em) encontrado(a)(s) pessoalmente para a intimação. OBSERVAÇÕES: 1 - A arrematação não será desfeita (art. 903 do CPC), podendo o arrematante desistir da aquisição apenas nas hipóteses do § 5º do Art. 903 do CPC). 2 - Na hipótese da não realização dos leilões nas datas designadas pôr motivo superveniente, fica desde já designado o primeiro dia útil subsequente para sua realização. 3 - Incumbe ao leiloeiro atentar-se, que, por força de lei, quando se tratar de penhora de bem indivisível, o equivalente à quota-parte do coproprietário ou do cônjuge alheio à execução recairá sobre o produto da alienação do bem (CPC, art. 843), logo é vedado levar a efeito expropriação por preço inferior ao da avaliação na qual o valor auferido seja incapaz de garantir, ao coproprietário ou ao cônjuge alheio à execução, o correspondente à sua quota-parte calculado sobre o valor da avaliação (CPC, art. 843, § 2º). 4 - E, para que chegue ao conhecimento de todos e não possa ninguém alegar ignorância, especialmente os acima nominados e seu(s) cônjuge(s) se casado(s) for(em), ficam desde já por este devidamente intimados para que, querendo, promova(m) o que entender(em) a bem de seus direitos; será o

presente edital afixado no quadro de editais e avisos da 8ª Vara Cível. Londrina, 20 de setembro de 2021. Eu, Otavio Augusto de Lima Bogado, funcionário Juramentado, o digitei. MATHEUS ORLANDI MENDES Juiz de Direito (assina eletronicamente, nos termos da Lei nº 11.419/2006)

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ED ERNEST TAVES NETO (RG: 157856677 SSP/PR e CPF/CNPJ: 275.768.958-45), COM PRAZO DE TRINTA (30) DIAS. Processo: 0036197-42.2010.8.16.0014 Classe Processual: Execução de Título Extrajudicial Assunto Principal: Nota Promissória Valor da Causa: R\$3.044,75 Exequente(s): Araucária Imp. e Exp. de Produção Animal LTDA (CPF/CNPJ: 82.436.957/0001-40) Rua Guararapes, 213 - Jardim Higienópolis - LONDRINA/PR - CEP: 86.015-090 Executado(s): ED ERNEST TAVES NETO (RG: 157856677 SSP/PR e CPF/CNPJ: 275.768.958-45) Avenida Rio Branco, 3-AA NA A - Centro - VARGINHA/MG - CEP: 37.002-010 Edital de intimação de ED ERNEST TAVES NETO (RG: 157856677 SSP/PR e CPF/CNPJ: 275.768.958-45), atualmente em lugar ignorado, para, querendo, no prazo de CINCO (5) DIAS, contados após o término do presente, se manifestar, nos termos do art. 854, § 2º do CPC, acerca da INDISPONIBILIDADE do valor de R\$451,12 (quatrocentos e cinquenta e um reais e doze centavos), constante no ev. 380, dos autos n.º 0036197-42.2010.8.16.0014 de Execução de Título Extrajudicial movida por Araucária Imp. e Exp. de Produção Animal LTDA (CPF/CNPJ: 82.436.957/0001-40), contra ED ERNEST TAVES NETO (RG: 157856677 SSP/PR e CPF/CNPJ: 275.768.958-45). Londrina, 17 de setembro de 2021. Eu, Leisiane Caleffi de Jesus, Funcionária Juramentada, que o digitei e subscrevi. (Assina eletronicamente, nos termos da Lei n.º 11.419/2006) MATHEUS ORLANDI MENDES Juiz de Direito

VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE

Edital de Intimação

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE LONDRINA - FORO CENTRAL DE LONDRINA
VARA DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE - SEÇÃO CÍVEL - LONDRINA - PROJUDI
 Avenida Tiradentes, 1575 - Veraliz - Londrina/PR - CEP: 86.070-545 - Fone: (43) 3572-3213 - E-mail: lon-20vj-e@tjpr.jus.br

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA (PRAZO DE VINTE DIAS)
PROCESSO: 0025004-44.2021.8.16.0014
CLASSE PROCESSUAL: PERDA OU SUSPENSÃO DO PODER FAMILIAR
ASSUNTO PRINCIPAL: PERDA OU MODIFICAÇÃO DE GUARDA
POLO ATIVO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ
POLO PASSIVO: TANIA PEREIRA LIMA
TERCEIRO: ELIZABETE DOS SANTOS

A DOUTORA CAMILA TEREZA GUTZLAFF CARDOSO, MM. JUÍZA DE DIREITO DA VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE DO FORO CENTRAL DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE DE LONDRINA, ESTADO DO PARANÁ, NA FORMA DA LEI, ETC...

FAZ SABER a todos que este **EDITAL** virem e dele tiverem conhecimento, que se acha em tramite regular por este Juízo, com sede à Av. Duque de Caxias, 689, os autos sob nº **supramencionados**, E, como consta nos autos que o(a) requerido(a) encontra-se em lugar ignorado, motivo pelo qual é expedido o presente para **INTIMAÇÃO** de **TANIA PEREIRA LIMA**, nascida aos 03/09/1992, filha de Elizabete dos Santos e Dirceu Pereira Lima, com o prazo de vinte dias, do teor da sentença proferida em 23/09/2021, que julgou PROCEDENTE o pedido inicial e destituiu o poder familiar que a requerida possuía em relação ao seu filho J.M.P.L., com fundamento nos artigos 22 a 24 e 39 e seguintes, da Lei nº 8.069/90 e 1.637 e 1.638, incisos II e IV, do Código Civil., para que, querendo, **no prazo de dez dias**, recorra da decisão. E, para que chegue aos seus conhecimentos e ignorância no futuro não possa alegar, é expedido o presente **EDITAL DE INTIMAÇÃO**, que será publicado uma vez no Diário Oficial da Justiça e afixado em local próprio deste Juízo. **CUMPRASE**. Londrina, Estado do Paraná, aos Londrina, 24 de setembro de 2021. Eu, **Raquel Mozzaquatro Xavier, Técnico Judiciário** o digitei e subscrevi. **CAMILA TEREZA GUTZLAFF CARDOSO** JUÍZA DE DIREITO

MALLET

JUÍZO ÚNICO

Edital de Citação - Cível

= Edital de Citação para os réus em lugar incerto, desconhecidos e eventuais interessados, com o prazo de trinta (30) dias, nos autos de Ação Demarcatória sob nº 0000907-92.2021.8.16.0106= O Doutor ÍTALO MÁRIO BAZZO JÚNIOR, MM. Juiz de Direito da Vara Cível da Comarca de Mallet, Estado do Paraná, na forma da Lei. Faz Saber a todos quantos o presente edital de citação com o prazo de trinta (30) dias, virem ou dele conhecimento tiverem, que tramitam por esta Vara Cível, os autos de Ação de demarcação sob o nº 0000907-92.2021.8.16.0106, no valor de R\$60.000,00 (sessenta mil reais) propostos por LUCIMAR OWSIANY, SILVANE ZAWADZKI OWSIANY e VIVIANE ZAWADZKI em face de CLAUDIO ZAWALZKI e ANGELINA ZAWADZKI. É o presente para a fim de Citar os réus em lugar incerto, desconhecidos e eventuais interessados, de que se não for contestado o pedido no prazo legal de quinze (15) dias, presumir-se-ão aceitos, como verdadeiros os fatos articulados pelos autores na inicial (Art. 344 do CPC/2015). Mallet, 22 de setembro de 2021. - assinado digitalmente - Ítalo Mário Bazzo Júnior Magistrado

MARECHAL CÂNDIDO RONDON

VARA CÍVEL E DA FAZENDA PÚBLICA

Edital de Intimação

PODER JUDICIÁRIO
CARTÓRIO DA VARA CÍVEL, DA FAZENDA PÚBLICA E COMPETÊNCIA DELEGADA DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON - ESTADO DO PARANÁ
EDITAL DE ALIENAÇÃO JUDICIAL - HASTA PÚBLICANU 0006423-22.2014.8.16.0112 (PROJUDI)
 A DOUTORA JULIANA CUNHA DE OLIVEIRA DOMINGUES, MMª JUÍZA DE DIREITO DA VARA CÍVEL, FAZENDA PÚBLICA E COMPETÊNCIA DELEGADA DA COMARCA DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON, ESTADO DO PARANÁ, NA FORMA DA LEI, ETC... **Faz saber** a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que será levado à venda judicial o bem de propriedade do executado **WALDIR RUY SHCUBERT** (CPF/MF nº 616.042.409-20), na forma a seguir transcrita:
PRIMEIRO LEILÃO: o dia 20/10/2021, às 16h00min, por preço igual ou superior ao da avaliação. **SEGUNDO LEILÃO: o dia 21/10/2021, às 16h00min**, sendo o preço mínimo para alienação de 70% (setenta por cento) do valor da avaliação, conforme disposto na Portaria nº 06/2021.
LOCAL DE ARREMATAÇÃO: OS LEILÕES SERÃO REALIZADOS EXCLUSIVAMENTE POR MEIO ELETRÔNICO (DE FORMA ON-LINE) - através do site: <https://rochaleiloes.com.br>.
ATENÇÃO: Para participar dos leilões/praças, os interessados deverão cadastrar-se com antecedência no mínimo de 24h antes, no site acima mencionado e proceder a habilitação para que participem da hasta, informações através do Fone: (41) 3077-8880 e/ou e-mail: documentos@rochaleiloes.com.br.
 O presente edital será publicado na rede mundial de computadores, através do site <https://rochaleiloes.com.br>, de forma a cumprir o preconizado pelo artigo 887, §2º do NCPC. **PROCESSO:** CARTA PRECATÓRIA CÍVEL NU 0006423-22.2014.8.16.0112 (oriunda dos autos de NU 0002412-98.2012.8.16.0150 - Execução Fiscal - Vara da Fazenda Pública de Santa Helena/PR), em que PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL (PGFN) (CNPJ nº 00.394.460/0001-41), move em face de WALDIR RUY SHCUBERT (CPF/MF nº 616.042.409-20).
VALOR DO DÉBITO: R\$ 104.448,00 (cento e quatro mil, quatrocentos e quarenta e oito reais), até 28/04/2021, passível de atualização em hasta pública.
BEM: 01) LOTE RURAL Nº 44-B, (formado pela parte Sul do Lote Rural nº 44), do 50º Perímetro da Fazenda Britânia, situado na Linha Boa Esperança, no Município de Entre Rios do Oeste, nesta Comarca, com a área de 6.915m² (seis mil, novecentos e quinze metros quadrados), correspondente à 69a15ca (sessenta e nove ares, e quinze centiares), ou, 0,28 Alq. (vinte e oito centésimos de alqueires paulistas). Terra com pastagem e mata. Limites e confrontações constantes da matrícula nº 12.724 do CRI.
AValiação TOTAL: R\$ 90.000,00 (noventa mil reais), em 08/02/2021.
DEPOSITÁRIO FIEL: O executado.
ÔNUS: Nada consta nos autos.
LEILOEIRO OFICIAL: Antonio Magno Jacob da Rocha, leiloeiro público oficial, inscrito na JUCEPAR sob nº 08/020-L e na Federação da Agricultura do Paraná sob nº 001/09ª, com escritório à Rua Alferes Poli, 311, Centro, Curitiba- PR.
A comissão do Leiloeiro será a seguinte: 5% (cinco por cento) sobre o valor de eventual arrematação realizada sobre bem imóveis e 10% (dez por cento) sobre a arrematação de bens móveis, sendo que em ambos os casos a comissão será paga à vista. Em caso de remição, adjudicação, pagamento ou parcelamento do débito no período de 10 (dez) dias úteis que antecedem ao leilão, fica atribuído

o valor equivalente a 2% (dois por cento) sobre o valor do pagamento, acordo ou (re)avaliação, prevalecendo dentre estes o menor valor, a título de ressarcimento das despesas do leiloeiro. Os arrematantes recolherão, ainda, as custas processuais referentes à confecção da Carta de Arrematação, sendo que no caso de bem imóvel ou veículo, deverá ser certificado pela Serventia na Carta de Arrematação, a data da retirada pela parte interessada.

CONDIÇÕES DE PAGAMENTO: **1ª Observação:** Consoante o disposto no artigo 892 do Novo Código de Processo Civil, a arrematação far-se-á mediante o pagamento imediato do preço pelo arrematante, por depósito judicial ou por meio eletrônico; **2ª Observação:** Artigo 895 do Novo Código de Processo Civil: "O interessado em adquirir o bem penhorado em prestações poderá apresentar, por escrito: I - até o início do primeiro leilão, proposta de aquisição do bem por valor não inferior ao da avaliação; II - até o início do segundo leilão, proposta de aquisição do bem por valor que não seja considerado vil"; §1º A proposta conterà, em qualquer hipótese, oferta de pagamento de pelo menos 25% (vinte e cinco por cento) do valor do lance à vista e o restante parcelado em até 30 (trinta) meses, garantido por caução idônea, quando se tratar de móveis, e por hipoteca do próprio bem, quando se tratar de imóveis. §2º As propostas para aquisição em prestações indicarão o prazo, a modalidade, o indexador de correção monetária e as condições de pagamento do saldo. As parcelas serão atualizadas pela média aritmética simples dos índices INPC e IGP-DI, a partir da data da arrematação. §4º No caso de atraso no pagamento de qualquer das prestações, incidirá multa de dez por cento (10%), sobre a soma da parcela inadimplida com as parcelas vindicas. § 5º O inadimplemento autoriza o exequente a pedir a resolução da arrematação ou promover, em face do arrematante, a execução do valor devido, devendo ambos os pedidos ser formulados nos autos da execução em que se deu a arrematação. §6º A apresentação da proposta prevista neste artigo não suspende o leilão. §7º A proposta de pagamento do lance à vista sempre prevalecerá sobre as propostas de pagamento parcelado. §8º Havendo mais de uma proposta de pagamento parcelado: I - em diferentes condições, o juiz decidirá pela mais vantajosa, assim compreendida, sempre, a de maior valor; II - em iguais condições, o juiz decidirá pela formulada em primeiro lugar (art. 895 do NCPC) e §9º No caso de arrematação a prazo, os pagamento feitos pelo arrematante pertencerão ao exequente até o limite de seu crédito, e os subsequentes, ao executado; **3ª Observação:** A ordem de entrega do bem móvel ou a carta de arrematação do bem imóvel, com o respectivo mandado de imissão na posse, será expedida somente depois de efetuado o depósito ou prestadas às garantias pelo arrematante, bem como realizado o pagamento da comissão do leiloeiro e das demais despesas da execução (art. 901, § 1º, NCPC) e **4ª Observação:** Qualquer que seja a modalidade de leilão, assinado o auto pelo juiz, pelo arrematante e pelo leiloeiro, a arrematação será considerada perfeita, acabada e irrevogável, ainda, ainda que venham a ser julgados procedentes os embargos do executado ou a ação autônoma de que trata o §4º deste artigo, assegurada a possibilidade de reparação pelos prejuízos sofridos (artigo 903 do Código de Processo Civil/2015), podendo o arrematante desistir da aquisição apenas nas hipóteses do §5º do Art. 903 do CPC. **5ª Observação:** O(s) bem(ns) será(ão) alienado(s) livre(s) de quaisquer ônus, inclusive os de natureza fiscal, consoante ao Parágrafo único do art. 130 do Código Tributário Nacional, bem como os de natureza propter rem, conforme disposto no §1º do art. 908 do Código de Processo Civil.

DO LANCE: Os lances oferecidos via INTERNET não garantem direitos ao participante em caso de recusa do leiloeiro, por qualquer ocorrência, tais como, quedas ou falhas da conexão de internet, linha telefônica ou quaisquer outras ocorrências.

DA IRREVOGABILIDADE E IRRETRATABILIDADE DO LANCE: Os lances ofertados são irrevogáveis e irretroatáveis. O Usuário é responsável por todas as ofertas registradas em seu nome, pelo que os lances não podem ser anulados e/ou cancelados em nenhuma hipótese.

DA DESISTÊNCIA OU INADIMPLETO: Caso o primeiro colocado desista da arrematação ou não recolha o valor do lance e/ou a taxa de comissão do leiloeiro, será chamado o segundo colocado e, na hipótese do segundo colocado também desistir ou inadimplir, será chamado o terceiro colocado e, assim, sucessivamente, sendo chamados tantos licitantes quantos forem necessários, até o recolhimento do preço, da taxa de comissão e expedição do auto de arrematação. Os licitantes chamados para o pagamento em caso de desistência ou inadimplência do licitante melhor colocado, deverão honrar o valor de seu maior lance ofertado durante o leilão, não podendo alegar que houve disputa e majoração do lance, uma vez que os lances foram ofertados por livre e espontânea vontade do licitante. Mesmo na hipótese de chamamento dos licitantes com colocação imediatamente inferior, os licitantes desistentes ou que deixarem de recolher o preço no prazo previsto, como penalidade, ficarão obrigados a pagarem a taxa de comissão do leiloeiro (calculada sobre o valor do lance não honrado) previstas neste edital, sem prejuízo das demais penalidades previstas neste edital e na legislação em vigor, hipótese que será observada mesmo que um dos licitantes chamados venha a honrar o preço e a taxa de comissão do leiloeiro. O inadimplente que não pagar a comissão devida ao Leiloeiro, terá seu cadastro bloqueado no portal e não poderá participar de novos leilões até que seja regularizada a pendência.

OBS.: Em se tratando venda de bens IMÓVEIS, o arrematante deverá efetuar o recolhimento do ITBI, custas da Serventia com a expedição da carta de arrematação e apresentar as certidões negativas, somente após o decurso de prazo para interposição de embargos à execução. E que para o recolhimento do ITBI eles devem comparecer em cartório para tirar cópia do auto de arrematação e da certidão de decurso de prazo para interposição de Embargos à execução (que devem ser autenticados) para depois comparecerem na prefeitura para recolhimento do ITBI.

INTIMAÇÕES: Caso não sejam encontrados para intimação pessoal (art. 889 do NCPC), através do presente edital, desde logo, ficam devidamente intimado o

devedor **WALDIR RUY SHCUBERT** (CPF/MF nº 616.042.409-20), e cônjuge se casado for, das designações supra e de que poderão remir a execução, pagando principal e acessórios, até antes da arrematação e/ou adjudicação, nos termos do art. 889 do CPC. Caso os credores hipotecários não sejam encontrados, notificados, cientificados por qualquer razão da data de praça ou leilão, quando da expedição das notificações respectivas, ficam desde logo, devidamente intimados pelo presente edital.

-Não havendo expediente forense nos dias supramencionados, fica desde já designado o primeiro dia útil subsequente.

-A(s) hasta(s) somente será (ao) suspensão(s) nas hipóteses de remição da dívida ou protocolização de acordo com o comprovante de pagamento integral das custas processuais e honorários do leiloeiro, até o dia imediatamente anterior à data designada para a hasta.

-Fica o Leiloeiro autorizado a mostrar aos interessados o bem objeto das hastas públicas, ainda que depositado(s) em mãos do executado e requerendo, se necessário, auxílio de força policial.

DADO E PASSADO, em cartório nesta cidade e Comarca de Marechal Cândido Rondon, Estado do Paraná, aos quinze dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e um (15/09/2021). Eu, , Antonio Magno Jacob da Rocha, Leiloeiro Oficial, que digitei e subscrevi.

Sonia Cristina Pratas

Escrivã da Vara Cível, Fazenda Pública e Competência Delegada
documento assinado digitalmente

Subscrição autorizada pela Portaria nº 03/2019

VARA CRIMINAL

Edital de Intimação

COMARCA DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON

VARA CRIMINAL

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE VANDERLEI APARECIDO DA SILVA FERREIRA - PRAZO DE 90 (NOVENTA) DIAS

O Doutor Clairton Mário Spinassi, MM. Juiz de Direito da Vara Criminal desta Comarca de Marechal Cândido Rondon, Estado do Paraná, na forma da lei, etc.

F A Z S A B E R a todos quantos o presente Edital, com o prazo de 90 (noventa) dias, virem ou dele conhecimento tiverem que, não tendo sido possível INTIMAR pessoalmente o réu VANDERLEI APARECIDO DA SILVA FERREIRA, brasileiro, filho de Dirce Maria da Silva e Anelino José Ferreira, RG 80320892 SSP/PR e CPF 016.100.069-09, nascido aos 02/08/1977, natural de Marechal Cândido Rondon, atualmente em lugar incerto e não sabido, pelo presente, fica INTIMADO, de que, nos autos de Ação Penal, que tramitam nesta Vara, sob nº. 0008243-71.2017.8.16.0112, foi, ele, condenado, no dia 28 de março de 2021, como incurso nas sanções do art. 155, §§ 2º e 4º, do Código penal, à pena de 01 ano e 04 meses de reclusão e 06 dias-multa.

E como não foi possível intimá-lo pessoalmente. INTIME-SE-O.

Dado e passado nesta cidade e Comarca de Marechal Cândido Rondon, Estado do Paraná, aos oito dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e um. Eu, _____ (Isidório Weber), Técnico de Secretaria, que, digitei e subscrevo.

Clairton Mário Spinassi

Juiz de Direito

COMARCA DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON

VARA CRIMINAL

EDITAL DE INTIMAÇÃO AMARILDO APARECIDO MOREIRA -

PRAZO DE 90 (NOVENTA) DIAS

O Doutor Clairton Mário Spinassi, MM. Juiz de Direito da Vara Criminal desta Comarca de Marechal Cândido Rondon, Estado do Paraná, na forma da lei, etc.

F A Z S A B E R a todos quantos o presente Edital, com o prazo de 90 (noventa) dias, virem ou dele conhecimento tiverem que, não tendo sido possível INTIMAR pessoalmente o réu AMARILDO APARECIDO MOREIRA, brasileiro, filho de Cleusa Arcas de Oliveira e Benedito Moreira de Oliveira, nascido em 06 de novembro de 1967, RG 91275147-PR e CPF 441.663.971-68 natural de Mariluz, atualmente em lugar .incerto e não sabido, pelo presente, fica INTIMADO, de que, nos autos de Ação Penal, que tramitam nesta Vara, sob nº. 0007562-67.2018.8.16.0112, foi, ele, condenado, no dia 23 de março de 2020, como incurso nas sanções do art. 180, caput, do Código Penal, à pena de 01 ano, 06 meses e 20 dias de reclusão e 14 dias-multa.

E como não foi possível intimá-lo pessoalmente. INTIME-SE-O.

Dado e passado nesta cidade e Comarca de Marechal Cândido Rondon, Estado do Paraná, aos vinte e três dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e um. Eu, _____ (Isidório Weber), Técnico de Secretaria, que, digitei e subscrevo.

Clairton Mário Spinassi

Juiz de Direito

VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES, INFÂNCIA E JUVENTUDE, ACIDENTES DO TRABALHO, REGISTROS PÚBLICOS E CORREGEDORIA DO FORO EXTRAJUDICIAL

Edital de Citação

COMARCA DE MARECHAL CANDIDO RONDON
VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES, INFÂNCIA E JUVENTUDE E ANEXOS
EDITAL DE CITAÇÃO DE CHRISTOPHER CHUKWUJEKWU NWOYE
PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS.

O Doutor Renato Cigerza, MM. Juiz de Direito da Vara de Família e Sucessões, Infância e Juventude e Anexos, desta Comarca de Marechal Cândido Rondon, Estado do Paraná, na forma da lei, etc.

FAZ SABER a quem o conhecimento deste haja de pertencer, especialmente, CHRISTOPHER CHUKWUJEKWU NWOYE, nascido no dia 24/02/1972, residente e domiciliado em lugar incerto e não sabido, que, neste Juízo, tramitam os autos de AÇÃO DE DIVÓRCIO DIRETO LITIGIOSO, sob nº 0006239-90.2019.8.16.0112, em que são partes, como autor(a) S.B.N., e como réu CHRISTOPHER CHUKWUJEKWU NWOYE e sendo aí, CITE CHRISTOPHER CHUKWUJEKWU NWOYE para, querendo, contestar a ação no prazo de 15 dias.

Advertência: será nomeado curador especial em caso de revelia.

OBSERVAÇÃO: Este processo tramita de forma virtual, através do sistema eletrônico PROJUDI, cujo endereço na web é <https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/>.

Dado e passado nesta cidade e Comarca de Marechal Cândido Rondon, Estado do Paraná, aos vinte e três dias do mês de setembro do ano dois mil e vinte e um. Eu, Cristiane Bruschi, Analista Judiciária, que digitei.

- assinado digitalmente -

Renato Cigerza

Juiz de Direito

FORO CENTRAL DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE MARINGÁ

2ª VARA CÍVEL

Edital de Citação

EDITAL DE CITAÇÃO DA EXECUTADA ELIANE APARECIDA DE OLIVEIRA
PRAZO DESTE EDITAL: 15(QUINZE) DIAS.

O Exmo. Sr.Dr.AIRTON VARGAS DA SILVA, MM. Juiz de Direito da Segunda Vara Cível do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Maringá, Estado do Paraná, na forma da Lei, etc...FAZ SABER a todos quanto o presente Edital vierem ou dele conhecimento tiverem que por este Juízo e Cartório, processam-se os termos dos autos, processo virtual -PROJUDI sob nº0021394-35.2016.8.16.0017, Ação de EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL em que é exequente: TRIÂNGULO ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIO LTDA e executados: ELIANE APARECIDA DE OLIVEIRA e ROGÉRIO DE OLIVEIRA.É o presente edital expedido para CITAÇÃO da executada ELIANE APARECIDA DE OLIVEIRA, inscrita no CPF/MF nº892.183.969-00, atualmente em lugar incerto, para no prazo de 03 (TRÊS) DIAS, efetuarem o pagamento da dívida no valor de R\$-66.219,73(sessenta e seis mil, duzentos e dezenove reais e setenta e três centavos), com acréscimos legais, sob pena de penhora de bens, nos termos do despacho e da petição inicial abaixo descrita, ficando ciente de que os honorários advocatícios será reduzido de metade caso o(s) executado(s) venha(m) a efetuar o integral pagamento da dívida no prazo de 03 (TRÊS) dias. Não efetuando o pagamento da dívida, o Sr.Oficial de Justiça procederá a PENHORA de bens e sua avaliação,mediante a lavratura do respectivo auto, intimando do ato o(s) executado(s). Ficando ciente(s) o(s) executado(s) do prazo para a apresentação dos embargos.PETIÇÃO INICIAL: "EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA VARA CÍVEL DA COMARCA DE MARINGÁ - ESTADO DO PARANÁ querendo, é de 15 (QUINZE) dias, contados da data da Publicação do Edital de citação.. TRIÂNGULO ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº 78.199.262/0001-14, com sede à Av. Carneiro Leão, nº135, sobreloja, nesta cidade e Comarca de Maringá, Estado do Paraná (e-mail: triangulo@consorciotriangulo.com.br), por seu procurador judicial conforme instrumento de procuração anexa, advogado regularmente inscrito na OAB/PR sob nº 59.603, com escritório profissional à Av. Brasil, nº 4312, 1º andar, Sala 101, nesta

cidade e Comarca de Maringá, Estado do Paraná, local em que recebe intimações, vem a ilustre presença de Vossa Excelência, com fundamento nos artigos 783 e seguintes do Código de Processo Civil, promover a presente: AÇÃO DE EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL Em face de ELIANE APARECIDA DE OLIVEIRA, brasileira, solteira, vendedora, (parte sem e-mail), portadora do RG nº 2.723.060-0-PR, inscrita no CPF/MF sob nº 892.183.969-00, residente à Av. Riachuelo, nº 568, Centro, nesta cidade e Comarca de Maringá, Estado do Paraná; e ROGÉRIO DE OLIVEIRA, brasileiro, solteiro, administrador, (parte sem e-mail), portador do RG nº391.271-5-PR, inscrito no CPF/MF sob nº 068.611.409-45, residente à Rua Pioneiro Arthur Montagnoli, nº 81, Conjunto Horizonte, nesta cidade e Comarca de Maringá, Estado do Paraná, pelos e fatos e fundamentos abaixo expostos: DOS FATOS A primeira Executada aderiu ao grupo de consórcio de nº 0202, tornando-se titular das Cotas nº 510 e 535, recebendo da exequente, crédito para ser aplicado na aquisição de veículo automotor para seu uso particular. Assim a exequente na qualidade de Administradora de Consórcio, firmou com a primeira executado, contratos de alienação fiduciária em garantia (docs. anexo), documentos estes assinados na presença de duas testemunhas e com aval do segundo executado. Ocorre que os Executados deixaram de cumprir com suas obrigações contratuais não pagando o que foi pactuado, estando em atraso com as prestações vencidas a partir de 11/10/2015 (parcelas 35 a 46), com relação ao Grupo nº 0202, Cota 510; e prestações vencidas a partir de 11/12/2015 (parcelas 37 a 46), com relação ao Grupo nº 0202, Cota 535, o que ocasionou o vencimento antecipado das demais parcelas, conforme previsão expressa nos contratos, cujo débito total atinge o montante de R\$ 31.614,30 (Trinta e um mil seiscentos e quatorze reais e trinta centavos), conforme demonstrativo anexo. Grupo 0202, Cota nº 535 - R\$ 15.245,74 (Quinze mil duzentos e quarenta e cinco reais e setenta e quatro centavos), resultado da soma de débitos vencidos e vincendos, acrescidos de multa e juros das prestações não pagas, conforme demonstrativo anexo. Grupo 0202, Cota nº 535 - R\$ 15.245,74 (Quinze mil duzentos e quarenta e cinco reais e setenta e quatro centavos), resultado da soma de débitos vencidos e vincendos, acrescidos de multa e juros das prestações não pagas, conforme demonstrativo anexo. A falta de pagamento dos valores estipulados no tempo e forma pré-estabelecidos constitui de pleno direito em mora os executados segundo imposição do art. 397 do Código Civil. Inúmeras foram às tentativas de composição na forma amigável, feitas através de telefonemas e notificações extrajudiciais, porém todas sem êxito. Assim, recorre a Exequente ao Poder Judiciário, no sentido de ver satisfeito com o pagamento pela executada da importância demandada. Os Executados se apresentam inadimplentes ao se negarem a cumprir espontaneamente a obrigação assumida através dos Contratos de Alienação Fiduciária devidamente assinados na presença de duas testemunhas. Neste sentido dispõe o art. 783 do CPC Os títulos executivos estão elencados no artigo 784 do mesmo diploma legal in verbis: São títulos executivos extrajudiciais: [...] III - O documento particular assinado pelo devedor e por 2 (duas) testemunhas; [...] V - o contrato garantido por hipoteca, penhor, anticrese ou outro direito real de garantia e aquele garantido por caução (Grifo Nosso); Portanto, tendo em vista o inadimplemento da obrigação assumida, resta evidente o direito da Exequente em promover Ação de Execução em face dos Executados, mormente estando presentes todos os requisitos legais necessários para a proposição da presente demanda. No contrato de alienação fiduciária em garantia, facultou-se à credora, em caso de inadimplência, requerer a busca e apreensão do bem ou promover a execução do crédito (cláusulas 7ª e 9ª). Como se trata de saldo do contrato, a credora pretende a execução, conforme demonstrado por ser o meio menos gravoso. Sendo assim a presente execução é embasada em título executivo dotado de certeza liquidez e exigibilidade, requisitos para proposição da ação. Estando claro o direito da Exequente de promover a ação de Execução em face dos Executados para ter seu crédito satisfeito e anexado o título executivo de conformidade com a norma legal, em atendimento ao requisito exigido no artigo 798, I, "a" e "b" do Código de Processo Civil, a Credora apresenta o valor da dívida devidamente atualizada segundo os índices oficiais, nos termos dos artigos 395 e 406 do Código Civil, conforme planilha anexa. Assim a Exequente tornou-se credora dos executados da quantia certa líquida e exigível de R\$ 31.614,30 (Trinta e um mil seiscentos e quatorze reais e trinta centavos). Pelo exposto, vem à presença de Vossa Excelência requerer: (i) A citação dos Executados, nos endereços declinados no preâmbulo desta exordial, por oficial de justiça (artigo 246, II com os benefícios do artigo 212, § 2º todos do CPC) para que no prazo de 3 dias (artigo 829 do Código de Processo Civil) efetue o pagamento do valor de R\$ 31.614,30 (Trinta e um mil seiscentos e quatorze reais e trinta centavos), devidamente atualizada e acrescidas de honorários advocatícios a ser arbitrado por Vossa Excelência, ou querendo, no prazo de 15 dias ofereçam embargos de devedor, sob as penas da Lei; (ii) Não sendo efetuado o pagamento no prazo legal, obedecendo à ordem estabelecida no artigo 835 do Código de Processo Civil requer a Exequente à realização da penhora on-line pelo sistema BACENJUD, expressamente prevista no art. 837 do CPC, sobre eventuais numerários pertencentes aos executados; (iii) Infrutífera a medida acima pleiteada, requer que o Oficial de Justiça, munido da segunda via do mandado, proceda à penhora sobre os bens dados em garantia nos Instrumentos de alienação fiduciária; (iv) Caso não sejam encontrados os executados, que seja efetuado o arresto em bens, conforme autoriza o artigo 830 do Código de Processo Civil; (v) A condenação dos Executados no pagamento das custas e despesas processuais. Dá-se a causa o valor de R \$ 31.614,30 (Trinta e um mil seiscentos e quatorze reais e trinta centavos), para efeitos legais.Terms em que, P.deferimento. Maringá, 19 de Setembro de 2016. JULYANDERSON TEIXEIRA MIJOLARIO OAB/PR 59.603.DESPACHO: "Processo 0021394-35.2016.8.16.0017 1-Cite(m)-se o(s) executados para, no prazo de três dias (art. 829 do Código de Processo Civil), efetuar(em) o pagamento da dívida e seus acréscimos legais, sob pena de, não efetuado o pagamento, ser realizada a penhora de bens. 2- Arbitro os honorários advocatícios em 10% do valor da execução, nos termos do art. 827 do Código de Processo Civil, valor este que será reduzido de

metade se o(s) executado(s) efetuar(em) o integral pagamento no prazo de três dias (§ 1º). 3-Expeça-se mandado apenas de citação, por ora. Autorizo a citação na forma prevista no § 2º do art. 212 do Código de Processo Civil. Maringá, 17 de outubro de 2016 Ailton Vargas da Silva, Juiz de Direito. E, para que ninguém no futuro venha alegar ignorância, expediu-se o presente edital que será publicado e afixado na forma da Lei. DADO E PASSADO nesta cidade e comarca de Maringá, Estado do Paraná, aos 19 de agosto de 2021. Eu _____ (LUIZ AFFONSO FRANZONI FILHO), Escrivão, digitei e subscrevi o presente.

AIRTON VARGAS DA SILVA, Juiz de Direito

EDITAL PARA CITAÇÃO DOS REQUERIDOS DOUGLAS SANTOS E DOUGLAS SANTOS - ÓTICA CIDADE - ME - PRAZO DESTE EDITAL: 20 (VINTE) DIAS.

O Exmo. Sr. Dr. AIRTON VARGAS DA SILVA MM. Juiz de Direito da Segunda Vara Cível da Comarca de Maringá, Estado do Paraná, na forma da Lei, etc... FAZ SABER a todos quanto o presente Edital vierem ou dele conhecimento tiverem que por este Juízo e Cartório, processam-se os termos dos autos processo virtual - PROJUDI, sob nº 0000510-43.2020.8.16.0017, AÇÃO MONITÓRIA, em que é requerente: BIA ACESSÓRIOS LTDA e requeridos: DOUGLAS SANTOS E DOUGLAS SANTOS - ÓTICA CIDADE. É o presente edital expedido para dos requeridos CITAÇÃO DOUGLAS SANTOS inscrito no CPF/MF nº 044.353.649-05 E DOUGLAS SANTOS - ÓTICA CIDADE inscrita no CNPJ nº 21.844.239/0001-18, na pessoa de seu representante legal, o qual encontram-se em lugar incerto, para que tome conhecimento, da ação, do inteiro teor da petição inicial, abaixo transcrita, e para que, tome conhecimento da ação, do inteiro teor da petição inicial, e para, querendo, no prazo de 15 (QUINZE) DIAS, efetuar o pagamento da dívida no valor de R\$ 4.498,77 (quatro mil, quatrocentos e noventa e oito reais e setenta e sete centavos), devidamente corrigidos, de entrega de coisa ou para execução de obrigação de fazer ou de não fazer, com prazo de quinze dias, para o cumprimento e o pagamento de honorários advocatícios de cinco por cento do valor da causa. CIENTE de que, (art. 701 do CPC): a) nesse mesmo prazo, poderá efetuar o pagamento, caso em que ficará dispensado do pagamento das custas. b) caso não efetue o pagamento, poderá o réu oferecer embargos, os quais suspenderão a eficácia do mencionado mandado. c) em caso de não pagamento nem de interposição de embargos, constituir-se-á, de pleno direito, o título executivo judicial. PETIÇÃO INICIAL EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA ____ VARA CÍVEL DO FORO CENTRAL DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE MARINGÁ - ESTADO DO PARANÁ BIA ACESSÓRIOS LTDA - ME, sociedade empresária limitada, devidamente inscrita no CNPJ/MF nº 10.913.646/0001-13, sem endereço de e-mail, encontrada à Rua Rio Itajaí, nº 56, Cj. Branca Vieira, CEP nº 87.043-170, na cidade e Comarca de Maringá, Estado do Paraná, por seus advogados ao final subscritos, esses com inscrição regular na OAB/PR sob nºs 84.100 e 96.788, com escritório profissional à Avenida João Paulino Vieira Filho, nº 45, Sala 03, CEP nº 87.020-015, na cidade e Comarca de Maringá, Estado do Paraná, vem, com acatamento de estilo, com fulcro no art. 319, 700 e demais do CPC/2015, propor a presente AÇÃO MONITÓRIA em face de: DOUGLAS SANTOS - ÓTICA CIDADE, empresário individual, devidamente inscrito no CNPJ/MF nº 21.844.239/0001-18, endereço de e-mail desconhecido, encontrada à Avenida Brasil, nº 3.561, Sala 03, Zona 01, CEP nº 87.013-000 na cidade e Comarca de Maringá, Estado do Paraná; e DOUGLAS SANTOS, empresário, estado civil desconhecido, endereço de e-mail desconhecido, devidamente inscrito no CPF/MF nº 044.353.649-05, encontrada à Avenida Brasil, nº 3.561, Sala 03, Zona 01, CEP nº 87.013-000 na cidade e Comarca de Maringá, Estado do Paraná. I INICIALMENTE I. DA JUSTIÇA GRATUITA A Autora encontra-se sem faturamento (declaração anexa), sendo que busca, no presente, o adimplemento de créditos à receber de outrora. Ademais, apresenta seríssimo quadro de inadimplência o que se comprova pelas execuções no qual figura como Executada (numerações dos autos presentes no rodapé da terceira página). Desse modo, por consequência, toma-se como impossível o custeio das despesas processuais pleiteando-se, portanto, os benefícios da JUSTIÇA GRATUITA o qual lhe é assegurado pelo art. 98, CPC/2015. Art. 98. A pessoa natural ou jurídica, brasileira ou estrangeira, com insuficiência de recursos para pagar as custas, as despesas processuais e os honorários advocatícios tem direito à gratuidade da justiça, na forma da lei. 3. Inferese da transcrição acima que qualquer uma das partes no processo pode usufruir dos benefícios da gratuidade de justiça desde que não tenha condições de arcar com as custas do processo. Logo, a Autora, pessoa jurídica, também faz jus ao benefício, haja visto não ter condições de arcar com as despesas do processo sem prejuízo de sua manutenção. 4. Nesse esteio há entendimento jurisprudencial pacificado pelos tribunais pátrios, esses que corroboram com a pretensão aqui postulada. In verbis: AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. AUSÊNCIA DE ARGUMENTOS CAPAZES DE INFIRMAR OS FUNDAMENTOS DA DECISÃO AGRAVADA. ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA. PESSOA JURÍDICA. HIPOSSUFICIÊNCIA. COMPROVAÇÃO. NECESSIDADE. REEXAME DE PROVAS. SÚMULA 7. Não merece provimento recurso carente de argumentos capazes de desconstituir a decisão agravada. As pessoas jurídicas têm direito à concessão do benefício da assistência judiciária gratuita desde que comprovem a incapacidade de arcar com as custas processuais em detrimento da manutenção da empresa [...] (STJ, AgRg no Ag 776379/RJ, Rel. Min. Humberto Gomes de Barros, DJ. 11/09/2006) 5. In casu, a jurisprudência amolda-se perfeitamente ao caso, visto que ratifica a concessão dos benefícios da gratuidade de justiça às pessoas jurídicas desde que demonstrado a impossibilidade de custear as despesas processuais sem causar prejuízo às atividades empresariais. Corroborando com esse entendimento, há entendimento sumulado, qual seja: (STJ) Súmula nº 481. Faz jus ao benefício

da justiça gratuita a pessoa jurídica com ou sem fins lucrativos que demonstrar sua impossibilidade de arcar com os encargos processuais. 7. Assim, com o intuito de comprovar a incapacidade de arcar com as custas processuais, anexo ao presente processo, jaz a documentação necessário, em especial os balanços da Autora e a numeração dos diversos processos executivos contra sua pessoa. 8. Todavia, ad argumentandum tantum, caso Vossa Excelência não entenda pela concessão de plano do benefício, nos moldes do art. 99, §2º, CPC/2015, PEDE-SE ao D. Juízo que indique a documentação que achar necessária. DOS FATOS E FUNDAMENTOS 9 A Autora é credora da Ré na importância líquida, certa e atualizada de R\$ 3.734,25 (três mil, setecentos e trinta e quatro reais e cinco centavos). 10. A dívida sub judice é representada pelas cédulas de cheque sob numerações SA-000142, SA-000143 e SA-000144, todas devolvidas por motivo "21". 11. Nos termos do art. 784, I, CPC/2012, o cheque apresenta-se no rol taxativo dos títulos executivos extrajudiciais, sendo que o prazo prescricional para a execução dos mesmos é de 06 (seis) meses à contar do término do prazo de 30 (trinta) dias para apresentação. Assim, visto que a Autora possui prova escrita da dívida mas sem eficácia de título executivo extrajudicial, na presente há o cabimento da ação monitoria. Ainda, prevendo arquições de prescrição, segue súmula do Superior Tribunal de Justiça: Súmula nº 503 - O prazo para ajuizamento de ação monitoria em face do emitente de cheque sem força executiva é quinquenal, a contar do dia seguinte à data de emissão estampada na cédula. 12. A ação monitoria é a via adequada para ver a pretensão da Autora satisfeita pois inegável que o presente feito se adequa perfeitamente à previsão legal, na medida em que essa apresenta prova escrita da existência da obrigação (cédula de cheque) sendo esse o suficiente para formação do convencimento desse Douto Juízo. Ademais, o Superior Tribunal de Justiça, em sua súmula 299, expôs que "é admissível a ação monitoria fundada em cheque prescrito". Necessário instar, Excelência, que, tratando-se de ação monitoria, é prescindível a demonstração da causa debendi que originou o documento. Claro, não se olvida da probabilidade da Ré instaurar o contraditório na presente, mas a ela incumbe o ônus de prova. APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO MONITÓRIA - EMBARGOS À MONITÓRIA - SENTENÇA DE PARCIAL PROCEDÊNCIA DOS EMBARGOS - ALTERAÇÃO SOMENTE QUANTO AO TERMO INICIAL DOS JUROS DE MORA - ORIGEM DA DÍVIDA - NOTAS PROMISSÓRIAS - IRRESIGNAÇÃO DO DEVEDOR/ EMBARGANTE - DESNECESSIDADE DE COMPROVAÇÃO DA CAUSA DEBENDI NA AÇÃO MONITÓRIA - PRECEDENTES DO E. SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA [...] 1. É desnecessária a demonstração da causa debendi de emissão da nota promissória para o ajuizamento da ação monitoria. (AgInt no AREsp 368.484/PR, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, TERCEIRA TURMA, julgado em 23/06/2016, DJe 30/06/2016) 2. O recorrente falhou em cumprir com seu ônus de apresentar fatos modificativos, impeditivos ou extintivos do direito da Autora, uma vez que os documentos que acompanharam os embargos à monitoria (mov. 30.2 a 30.21) referem-se a quantias que sequer foram indicadas pelo demandante como devidas. (TJPR - 18ª C. Cível - AC - 1643289-8 - Pato Branco - Rel.: Desembargadora Denise Kruger Pereira - Unânime - J. 28.06.2017) (g.n) EMBARGOS DE DECLARAÇÃO - APONTAMENTO DE CONTRADIÇÃO OMISSÃO NO CORPO DO ACÓRDÃO RECORRIDO - RECONHECIMENTO DE ERRO MATERIAL - FUNDAMENTAÇÃO ESCORREITA - JUROS DE MORA QUE DEVEM INCIDIR A PARTIR DA CITAÇÃO - RETIFICAÇÃO DO ACÓRDÃO PARA NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO ADESIVO - OMISSÃO - INOCORRÊNCIA - ACÓRDÃO QUE BEM FUNDAMENTOU A DESNECESSIDADE DE COMPROVAÇÃO DA CAUSA DEBENDI EM DEMANDA MONITÓRIA [...] (TJPR - 7ª C. Cível - EDC - 1001757-9/01 - Irati - Rel.: Desembargadora Denise Kruger Pereira - Unânime - J. 04.02.2014) (g.n) APELAÇÃO CÍVEL - EMBARGOS À AÇÃO MONITÓRIA - AGRAVO RETIDO - INOCORRÊNCIA DE CERCEAMENTO DE DEFESA - PROVA QUE NÃO ERA NECESSÁRIA AO DESLINDE DO FEITO - MÉRITO - DESNECESSIDADE DE DEMONSTRAÇÃO DA CAUSA DEBENDI - MONITÓRIA BASEADA EM CHEQUES PRESCRITOS - CONJUNTO PROBATÓRIO QUE LEVA À PROCEDÊNCIA DA AÇÃO - DECISÃO ACERTADA - RECURSO NÃO PROVIDO." 1. ao caracteriza cerceamento de defesa o julgamento antecipado da lide quando não há necessidade de dilação probatória. 2. Conforme precedentes do Superior Tribunal de Justiça e deste Tribunal, o Autora da ação monitoria não precisa declinar a causa debendi da emissão do cheque, cumprindo ao devedor, ao se valer dos embargos monitorios, provar os fatos impeditivos, modificativos ou extintivos do direito postulado, em conformidade com a regra inserta no artigo 333, inciso II do Código de Processo Civil." (TJPR - 6ª C. Cível - AC 756710-4 - Sertãozinho - Rel.: Ângela Khury Munhoz da Rocha) (TJPR - 6ª C. Cível - AC - 1016922-9 - Curitiba - Rel.: Desembargador Prestes Mattar - Unânime - J. 30.07.2013) (g.n) 14. Outrossim, a expedição de mandado de pagamento é medida acertada de direito ao caso em análise. 15. Ainda, há de se dizer que tanto a Pessoa Jurídica quanto a Pessoa Física são legítimas para figurar no polo passivo da presente demanda haja vista a natureza empresarial daquela que não possui distinção patrimonial dessa. III DOS PEDIDOS 16. Mercê do exposto, PEDE-SE à Vossa Excelência que: Consoante art. 701, CPC/2015, expeça mandado de pagamento ao Réu para que, no prazo de 15 (quinze) dias, pague a Autora o valor de R\$ 3.734,25 (três mil, setecentos e trinta e quatro reais e vinte e cinco centavos) acrescidos dos encargos moratórios e dos honorários advocatícios de 5% (cinco por cento) sobre o valor atualizado da causa que, no momento, perfazem R \$ 186,71 (cento e oitenta e seis reais e setenta e um centavos). . Faculte ao Réu a apresentação de defesa, no mesmo prazo acima, sob pena de constituição da presente em título executivo judicial; . Conceda a Autora os benefícios da justiça gratuita; o Ad argumentandum tantum, caso Vossa Excelência não entenda pela concessão de plano do benefício, nos moldes do art. 99, §2º, CPC/2015, indique as documentações que entender por necessário. 16. A Autora protesta provar o alegado por toda a prova documental anexa reservando-se, desde já, ao direito de produção de novos documentos, de realizar a oitiva de testemunhas, de tomar o depoimento do Réu, bem como demais meios de prova que se tornarem necessários. 17. Dá-se

a causa o valor de R\$ 3.734,25 (três mil, setecentos e trinta e quatro reais e vinte e cinco centavos). Termos em que, Pede-se e espera deferimento. Maringá/PR, datado digitalmente. pp. Gustavo Henrique Marques Spinelli Advogado OAB/PR nº 84.100 pp. Matheus Kemmer Futlik Kwiatkowskyj Advogado OAB/PR nº 96.788 Assinado Digitalmente. DESPACHO: 1- Expeça-se mandado de pagamento, de entrega de coisa ou para execução de obrigação de fazer ou de não fazer, com prazo de quinze dias, para o cumprimento eo pagamento de honorários advocatícios de cinco por cento do valor da causa, nele cientificando-se o réu de que (art. 701 do CPC):a) nesse mesmo prazo, poderá efetuar o pagamento, caso em que ficará dispensado do pagamento das custas. b) caso não efetue o pagamento, poderá o réu oferecer embargos, os quais suspenderão a eficácia do mencionado mandado.c) em caso de não pagamento nem de interposição de embargos, constituir-se-á, de pleno direito, o título executivo judicial. 2- Concedo os benefícios da assistência judiciária gratuita à parte autora. Airton Vargas da Silva, Juiz de Direito. E, para que ninguém no futuro venha a alegar ignorância expediu-se o presente Edital que será publicado e afixado na forma da Lei. DADO E PASSADO nesta cidade e comarca de Maringá, Estado do Paraná, aos 24 de agosto de 2021. Eu _____ (LUIZ AFFONSO FRANZONI FILHO/Escrivão, digitei e subscrevi o presente. AIRTON VARGAS DA SILVA, Juiz de Direito

EDITAL PARA CITAÇÃO DO REQUERIDO EXPRESS AUTO PARTS LTDA - PRAZO DESTE EDITAL: 20 (VINTE) DIAS.

O Exmo. Sr. Dr. AIRTON VARGAS DA SILVA MM. Juiz de Direito da Segunda Vara Cível da Comarca de Maringá, Estado do Paraná, na forma da Lei, etc...FAZ SABER a todos quanto o presente Edital vierem ou dele conhecimento tiverem que por este Juízo e Cartório, processam-se os termos dos autos processo virtual -PROJUDI, sob nº 0012526-63.2019.8.16.0017, AÇÃO MONITÓRIA, em que é requerente: TIM S/A e requerido: EXPRESS AUTO PARTS LTDA. É o presente edital expedido para CITAÇÃO do requerido EXPRESS AUTO PARTS LTDA, na pessoa de seu representante legal, inscrita no CNPJ nº 10.908.769/0001-66, o qual encontra-se em lugar incerto, para que tome conhecimento da ação, do inteiro teor da petição inicial, abaixo transcrita, e para que, tome conhecimento da ação, do inteiro teor da petição inicial, e para, querendo, no prazo de 15 (QUINZE) DIAS, efetuar o pagamento da dívida no valor de R\$56.422,11(cinquenta e seis mil, quatrocentos e vinte e dois reais e onze centavos), devidamente corrigidos, de entrega de coisa ou para execução de obrigação de fazer ou de não fazer, com prazo de quinze dias, para o cumprimento e o pagamento de honorários advocatícios de cinco por cento do valor da causa. CIENTE de que, (art. 701 do CPC): a) nesse mesmo prazo, poderá efetuar o pagamento, caso em que ficará dispensado do pagamento das custas. b) caso não efetue o pagamento, poderá o réu oferecer embargos, os quais suspenderão a eficácia do mencionado mandado. c) em caso de não pagamento nem de interposição de embargos, constituir-se-á, de pleno direito, o título executivo judicial.PETIÇÃO INICIAL: EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA ____ VARA CÍVEL DO FORO CENTRAL DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE MARINGÁ - ESTADO DO PARANÁ TIM S.A., atual denominação de TIM CELULAR S.A., pessoa jurídica de direito privado, concessionária de serviços públicos de telecomunicações, devidamente inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ/MF sob o nº 02.421.421/0001-11, com sede na Rua Fonseca Teles, nº 18 a 30, bloco B, 3º pavimento, São Cristóvão, Rio de Janeiro - RJ, CEP: 20.940-200, (atos constitutivos anexos - DOC. 01), por seus advogados subscritos (instrumentos de mandato - procuração e subestabelecimento - anexos - DOC. 01) vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, com fundamento nos artigos 700 a 702 do Código de Processo Civil, propor a presente. AÇÃO MONITÓRIA Em face de EXPRESS AUTO PARTS LTDA., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 10.908.769/0001-66, com sede na Av. Arquiteto Nildo Ribeiro da Rocha, nº 1.259, Gleba Ribeirão Pinguim, Maringá - PR, CEP:87.005-160, e outros possíveis endereços: na Av. Arquiteto Nildo Ribeiro da Rocha, nº 398, sala 03, Jardim Ipanema, Maringá - PR, CEP: 87.053-330; e, Av. Arquiteto Nildo Ribeiro da Rocha, nº 1.575, Jardim Ipanema, Maringá - PR, CEP: 87.053-330, pelos motivos de fato e de direito a seguir expostos: I - DA COMPETÊNCIA Esclarece a este D. Juízo que distribuiu a presente demanda perante esta Comarca de Maringá, tendo em vista a localização da requerida, que é sediada nesta Comarca, conforme documentos que instruem a presente demanda. Frisa-se que, pelo princípio da celeridade e da economia processual, entendeu por bem distribuir a demanda junto a esta Comarca atendendo a inteligência do art. 53, III, alínea a, do CPC. Desta forma, ante a possibilidade legal do ajuizamento da presente demanda junto a este D. Juízo e com base no princípio da economia processual, requer a Autora que o feito tenha seu trâmite processado perante este D. Juízo. II - D F junto a , OS ATOS A empresa ré contratou a prestação de serviços de telefonia autora para aquisição de aparelhos acessos de telefonia e . contrato neste sentido, especificando-transferência de dados, conforme documentação anexa (DOC. 02) Para que tal negociação fosse firmada, foi então elaborado se . deveres e obrigações das partes, dentre elas, o dever de a empresa ré efetuar mensalmente o pagamento referente aos serviços contratados todo dia 10 de cada mês , a a 5 3 De tal modo empresa ré deixou em aberto as faturas referentes a setembro de 2014 agosto de 201 , ora afixadas à inicial (DOC.0), que totalizam uma dívida no (valor nominal de R\$ 30.003,89 trinta mil, três reais e oitenta e nove centavos) que, atualizada, perfaz o montante de R\$ 56.422,11 cinquenta e seis mil, quatrocentos) 4). II - DOS FATOS A empresa ré contratou a prestação de serviços de telefonia junto a e vende e dois reais e onze centavos , conforme planilha anexa (DOC. 0) autora para aquisição de aparelhos, acessos de telefonia e transferência de dados, conforme documentação anexa (DOC. 02). Para que tal negociação fosse firmada, foi então

elaborado contrato neste sentido, especificando-se deveres e obrigações das partes, dentre elas, o dever de a empresa ré efetuar mensalmente o pagamento referente aos serviços contratados todo dia 10 de cada mês. De tal modo, a empresa ré deixou em aberto as faturas referentes a setembro de 2014 a agosto de 2015, ora afixadas à inicial (DOC.03), que totalizam uma dívida no valor nominal de R\$ 30.003,89 (trinta mil, três reais e oitenta e nove centavos) que, atualizada, perfaz o montante de R\$ 56.422,11 (cinquenta e seis mil, quatrocentos e vinte e dois reais e onze centavos), conforme planilha anexa (DOC. 04). Foram várias as tentativas de recebimento do montante em atraso. Contudo, todas restaram infrutíferas, posto que, infelizmente, a empresa ré simplesmente ignora sua obrigação de pagar pelos serviços que contratou e utilizou. Desta forma, os serviços prestados pela ré foram inadimplidos, não havendo quitação de nenhuma das faturas referentes ao período mencionado, de forma que a autora se tornou credora da importância mencionada, referente as faturas em aberto também anexas, cuja relação segue abaixo. Assim, o não cumprimento da obrigação de pagar pela empresa ré contratante dos serviços já discriminados acarretou a atualização da dívida, nos termos que a lei preconiza, que hoje chega ao montante de R\$ 56.422,11 (cinquenta e seis mil, quatrocentos e vinte e dois reais e onze centavos), não restando outra alternativa à Autora a não ser o ajuizamento da presente demanda, sendo este o único meio de reaver sua contrapartida pelos serviços prestados, o que lhe é de pleno direito. III - DO DIREITO Diante do devidamente relatado, a autora cumpriu sua parte na obrigação acordada, objeto do contrato assinado por ambas as partes e de comum acordo, prestando os serviços de telefonia. Entretanto, não recebeu a contraprestação devida, qual seja, o pagamento mensal do contratado, representado, aqui, pelas notas fiscais anexas. Portanto, prestados os serviços pela autora sem que os mesmos tenham sido adimplidos de acordo com o que foi contratado, fica demonstrada a legalidade da mora, juros e multa nos termos que a Lei confere. Nesse sentido, consoante dispõe o artigo 700 do Código de Processo Civil, a ação monitoria é o instrumento processual adequado a quem, com base em prova escrita e sem eficácia de título executivo, pretende o pagamento da soma em dinheiro, entrega de coisa fungível ou de determinado bem móvel. Com efeito, a proposta assinada pelo representante da ré e as notas fiscais que embasam esta demanda não são títulos executivos, de tal maneira que não podem dar suporte à ação executiva, porém caracterizam a violação do direito, servindo de prova escrita apta a embasar a presente ação monitoria, nos termos do art. 700, do CPC Assim sendo, estando comprovada a relação jurídica firmada entre o credor e o devedor (contrato de prestação de serviços - DOC.02) e evidenciados os indícios da existência do débito (faturas vencidas e não pagas - DOC. 03), tem-se a "prova escrita sem eficácia de título executivo", o que permite o ajuizamento da Ação Monitoria. Deste modo, os documentos que instruem a exordial mostram-se hábeis para embasar esta ação, observando-se que o título executivo será futuramente constituído. Ademais, não se pode esquecer que a via escolhida para a hodierna demanda se mostra em consonância com o princípio da celeridade processual - previsto expressamente nos artigos 5º, LXXVIII da Constituição Federal e 139, II do Código de Processo Civil - uma vez que a Ação Monitoria é evidentemente mais célere que uma Ação de Cobrança, haja vista ser resultante de rito sumário, possuir menos fases e dispensar outros meios de instrução probatória. V - DOS PEDIDOS E REQUERIMENTOS Nestes termos, é a presente para requerer: i) Seja determinada a expedição do competente mandado de pagamento, para que a ré pague o valor de R\$ 56.422,11 (cinquenta e seis mil, quatrocentos e vinte e dois reais e onze centavos), no prazo de 15 (quinze) dias ou ofereça embargos, sob pena de constituir-se de pleno direito o título executivo judicial, convertendo-se o mandado inicial em mandado executivo; ii) Caso não seja efetuado o pagamento e cumprido o mandado monitorio no prazo de 15 (quinze) dias, que seja condenada a ré ao pagamento das custas e despesas processuais e honorários advocatícios de 20% (vinte por cento) sobre o valor atualizado; Protesta pela produção dos demais meio de provas admitidas em direito, notadamente depoimento pessoal da ré, realização de perícias, oitiva de testemunhas, juntada de novos documentos e demais provas aceitas pelo ordenamento jurídico. Declara ainda, com fulcro no art. 425, VI do Código de Processo Civil, sob as penas da lei, autênticas todas as cópias reprográficas de peças e documentos acostados aos autos pela autora. Por derradeiro, requer que doravante todas as intimações provenientes deste feito à parte autora sejam veiculadas, exclusivamente, em nome do advogado GUSTAVO BARBOSA VINHAS, inscrito na OAB/SP 255.427, com sede localizada na Capital do Estado de São Paulo, Av. Nove de Julho, nº. 4865, cj. 21, Jardim Paulista - telefone nº (11) 2139-9888, fax (11) 3284-8258, SOB PENA DE NULIDADE. Dá-se a causa o valor de R\$ 56.422,11 (cinquenta e seis mil, quatrocentos e vinte e dois reais e onze centavos). Termos em que, pede deferimento. São Paulo, 28 de maio de 2019. GUSTAVO BARBOSA VINHAOS OAB/SP 255.427 DESPACHO: 1- Expeça-se mandado de pagamento, de entrega de coisa ou para execução de obrigação de fazer ou de não fazer, com prazo de quinze dias, para o cumprimento e o pagamento de honorários advocatícios de cinco por cento do valor da causa, nele cientificando-se o réu de que (art. 701 do CPC):a) nesse mesmo prazo, poderá efetuar o pagamento, caso em que ficará dispensado do pagamento das custas.b) caso não efetue o pagamento, poderá o réu oferecer embargos, os quais suspenderão a eficácia do mencionado mandado.c) em caso de não pagamento nem de interposição de embargos, constituir-se-á, de pleno direito, o título executivo judicial. Airton Vargas da Silva, Juiz de Direito. E, para que ninguém no futuro venha a alegar ignorância expediu-se o presente Edital que será publicado e afixado na forma da Lei. DADO E PASSADO nesta cidade e comarca

de Maringá, Estado do Paraná, aos 24 de agosto de 2021. Eu _____ (LUIZ AFFONSO FRANZONI FILHO/Escrivão, digitei e subscrevi o presente. AIRTON VARGAS DA SILVA, Juiz de Direito

EDITAL PARA CITAÇÃO DOS REQUERIDOS, LEONILDO JOSÉ STORTI, LOURIVAL LUIZ STORTI, PRAZO DESTE EDITAL: 15 (QUINZE) DIAS.

O Exmo. Sr. Dr. AIRTON VARGAS DA SILVA MM. Juiz de Direito da Segunda Vara Cível da Comarca de Maringá, Estado do Paraná, na forma da Lei, etc...FAZ SABER a todos quanto o presente Edital vierem ou dele conhecimento tiverem que por este Juízo e Cartório, processam-se os termos dos autos processo virtual - PROJUDI, sob nº 0019435-24.2019.8.16.0017, AÇÃO MONITÓRIA, em que é requerente: LANDGRAF ARAUJO DE OLIVEIRA E JAMBISKI ADVOGADOS ASSOCIADOS representado(a) por PÉRICLES LANDGRAF ARAUJO DE OLIVEIRA e requeridos: ANA MARIA ROSA STORTI, LAÉRCIO NATAL STORTI, LEONILDO JOSÉ STORTI, LOURIVAL LUIZ STORTI, ROSEMARY CARANDINA. É o presente edital expedido para CITAÇÃO dos requeridos LEONILDO JOSÉ STORTI CPF/MF nº 053.342.268-00, LOURIVAL LUIZ STORTI CPF/MF nº 016.214.478-47, o qual encontram-se em lugar incerto, para que tome conhecimento da ação, do inteiro teor da petição inicial, abaixo transcrita, e para que, tome conhecimento da ação, do inteiro teor da petição inicial, e para, querendo, no prazo de 15 (QUINZE) DIAS, efetuar o pagamento da dívida no valor de R\$-53.193,48(cinquenta e três mil, cento e noventa e três reais e quarenta e oito centavos), devidamente corrigidos, de entrega de coisa ou para execução de obrigação de fazer ou de não fazer, com prazo de quinze dias, para o cumprimento e o pagamento de honorários advocatícios de cinco por cento do valor da causa. CIENTE de que, (art. 701 do CPC): a) nesse mesmo prazo, poderá efetuar o pagamento, caso em que ficará dispensado do pagamento das custas. b) caso não efetue o pagamento, poderá o réu oferecer embargos, os quais suspenderão a eficácia do mencionado mandado. c) em caso de não pagamento nem de interposição de embargos, constituir-se-á, de pleno direito, o título executivo judicial. PETIÇÃO INICIAL: EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA ____ VARA CÍVEL DO FORO CENTRAL DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE MARINGÁ - ESTADO DO PARANÁ LANDGRAF ARAÚJO DE OLIVEIRA E JAMBISKI ADVOGADOS ASSOCIADOS, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o n. 05.116.731/0001-10, Inscrição Estadual - isenta, Inscrição. AÇÃO MONITÓRIA em face do Sr. LAÉRCIO NATAL STORTI, brasileiro, casado, pecuarista, inscrito no CPF/MF sob o n. 717.822.498-34, e sua esposa, Sra. ANA MARIA ROSA STORTI, brasileira, casada, serviços gerais, inscrita no CPF/MF sob o n. 016.213.738-94, ambos residentes e domiciliados na Rua João Mutinelli, n. 1051, CEP 13.660-100, na cidade de Porto Ferreira, Estado de São Paulo; Sr. LEONILDO JOSÉ STORTI, brasileiro, casado, agricultor, inscrito no CPF/MF sob o n.053.342.268-00, e sua esposa, Sra. ELIANA CRISTINA BALDIN STORTI, brasileira, casada, professora, inscrita no CPF/MF sob o n. 074.557.308-88, ambos residentes e domiciliados na Rua Coronel Procópio de Carvalho, n. 1061, Centro, CEP 13.660-009, na cidade de Porto Ferreira, Estado de São Paulo; Sr. LOURIVAL LUIZ STORTI, brasileiro, divorciado, agricultor, inscrito no CPF/MF sob o n. 016.214.478-47, residente e domiciliado na Fazenda Boa Vista, CEP 13.669-899, na cidade de Porto Ferreira, Estado de São Paulo; Sra. ROSEMARY CARANDINA, brasileira, divorciada, autônoma, inscrita no CPF/MF sob o n. 057.312.798-02, residente e domiciliada na Rua Batista Armonii, n. 250, APT. 133, Jardim Aeroporto, CEP 13.661-282, na cidade de Porto Ferreira, Estado de São Paulo, pelos fatos e fundamentos a seguir aduzidos. I - DO BREVE RETROSPECTO FÁTICO A parte Ré, Sr. Leonildo José Storti e Sr. Laércio Natal Storti, contratou os serviços advocatícios da Autora, conforme é possível constatar dos seguintes documentos: Contrato/Ordem de Serviço n. 13.159 - firmado dia 06 de junho de 2013, objetivando o ajuizamento de Ação de Embargos à Execução Fiscal e medidas cautelares cabíveis face do Banco do Brasil e da União Federal; . Contrato/Ordem de Serviço n. 13.182 - firmado dia 23 de julho de 2013, objetivando o ajuizamento de Ação de Embargos à Execução Fiscal e medidas cautelares cabíveis face do Banco do Brasil e da União Federal; Contrato/Ordem de Serviço n. 13.192 - firmado dia 13 de agosto de 2013, objetivando o ajuizamento de Ação de Embargos à Execução Fiscal e medidas cautelares cabíveis face do Banco do Brasil e da União Federal. Cumpre esclarecer, ab initio, que muito embora os mencionados Contratos/Ordens de Serviços tenham sido firmados em nome do Sr. Leonildo José Storti e Sr. Laércio Natal Storti, AS AÇÕES CONTRATADAS FORAM IMPLEMENTADAS TAMBÉM EM NOME DOS DEMAIS RÉUS - Sra. Eliana Cristina Baldin Storti, Sr. Lourival Luiz Storti, Sra. Rosemary Carandina e Sra. Ana Maria Rosa Storti, pelo que se denota que os contratos e os consequentes benefícios decorrentes dos serviços advocatícios da banca de advogados especializados ora representada pela Autora se estenderam em relação a estes também, senão vejamos: 1) Ação de Execução Fiscal n. 0002247-42.2013.8.26.0472, em trâmite perante o Setor de Execuções Fiscais de Porto Ferreira - SP, em que figuram como partes o Sr. Laércio Natal Storti, Sr. Leonildo José Storti, Sra. Eliana Cristina Baldin Storti, Sr. Lourival Luiz Storti, Sra. Rosemary Carandina e Sra. Ana Maria Rosa Storti x União Federal; 2) Ação de Execução Fiscal n.0000830-59.2010.8.26.0472, em trâmite perante o Setor de Execuções Fiscais de Porto Ferreira - SP, em que figuram como partes a Sr. Laércio Natal Storti, Sr. Leonildo José Storti, Sr. Laércio Natal Storti, Sr. Leonildo José Storti, Sra. Eliana Cristina Baldin Storti, Sr. Lourival Luiz Storti, Sra. Rosemary Carandina e Sra. Ana Maria Rosa Storti x União Federal; 3) Ação de Embargos à Execução Fiscal n. 0003128-82.2014.8.26.0472, em trâmite perante o Setor de Execuções Fiscais de Porto Ferreira - SP, em que figuram 4 como partes a Sr. Laércio Natal Storti, Sr. Leonildo José Storti, Sra. Eliana Cristina Baldin Storti, Sr. Lourival Luiz Storti, Sra. Rosemary Carandina

e Sra. Ana Maria Rosa Storti x União Federal; 4) Ação de Execução Fiscal n. 0008082-79.2011.8.26.0472, em trâmite perante o Setor de Execuções Fiscais de Porto Ferreira - SP, em que figuram como partes a Sr. Laércio Natal Storti, Sr. Leonildo José Storti, Sra. Eliana Cristina Baldin Storti, Sr. Lourival Luiz Storti, Sra. Rosemary Carandina e Sra. Ana Maria Rosa Storti x União Federal; 5) Ação de Embargos à Execução Fiscal n. 0003129-67.2014.8.26.0472, em trâmite perante o Setor de Execuções Fiscais de Porto Ferreira - SP, em que figuram como partes a Sr. Laércio Natal Storti, Sr. Leonildo José Storti, Sra. Eliana Cristina Baldin Storti, Sr. Lourival Luiz Storti, Sra. Rosemary Carandina e Sra. Ana Maria Rosa Storti x União Federal. Com efeito, de simples análise das ações acima mencionadas, é possível verificar que a parte Ré - Sr. Laércio Natal Storti, Sr. Leonildo José Storti, Sra. Eliana Cristina Baldin Storti, Sr. Lourival Luiz Storti, Sra. Rosemary Carandina e Sra. Ana Maria Rosa Storti - figura como parte nas ações implementadas pela Autora, razão pela qual é notória a existência de contrato verbal entre as partes (conforme inclusive confirmam as procurações que os Réus outorgaram à Autora) de modo a legitimar a parte Ré no polo passivo da presente lide. É importante deixar registrado que muito embora apenas o Sr. Laércio Natal Storti e o Sr. Leonildo José Storti tenham colocado os seus nomes como contratantes nos contratos de honorários advocatícios (Ordens de Serviços n. 13.159, 13.182 e n. 13.192), todos os outros (Sra. Eliana Cristina Baldin Storti, Sr. Lourival Luiz Storti, Sra. Rosemary Carandina e Sra. Ana Maria Storti) de sua família igualmente se beneficiaram dos serviços advocatícios implementados pela Autora, como também do vantajoso acordo feito com a União Federal. Ademais, resta inequívoco que as ações contratadas e cabíveis foram ajuizadas e regularmente acompanhadas pela Autora e sua equipe, vários trabalhos foram desenvolvidos, entre os quais: Embargos à Execução, manifestações, especificações de provas, impugnações, contraditas, Embargos de Declaração, Agravos por Instrumento e Retido, Recursos Especiais, incontáveis outros recursos apresentados até última instância e etc. Não obstante, conforme negociado com a parte Ré quando da contratação, a Autora cobrou os seus honorários advocatícios nos seguintes percentuais: 7% iniciais de pró-labore (total da soma das ordens de serviços = R\$44.033,00 já pagos) sobre o valor do débito mais 7% ao final sobre a diferença-benefício (MESMO EM CASO DE ACORDO). As partes bem sabem, Excelência, que qualquer acordo firmado com a União Federal advém exclusivamente de Lei, na medida em que o tratamento isonômico de todos junto à União não permite transações em diferentes parâmetros. Neste contexto, em se tratando de contratação de trabalhos advocatícios com relação aos débitos rurais, ALONGADOS POR PESA, à luz da Lei 9.138/95 e da Resolução 2.471/98 - cujo "crédito" foi cedido pelo Banco do Brasil S.A. (credor originário) à União Federal (atual credora) após a edição da Medida Provisória n. 2.196, de junho de 2001 - por óbvio que qualquer acordo realizado seria exclusivamente oriundo de Lei. Com efeito, depois de mais de 06 (seis) anos de trabalho árduo realizado pela Autora - questionando judicialmente as variadas ilegalidades contratuais inseridas nas operações rurais desde a origem do saldo devedor, objetivando discutir e apurar judicialmente o valor real/legal do débito e a consequente busca pelos direitos dos seus clientes - a parte Ré realizou acordo com a União Federal (atual credora) nos termos da Lei 13.340/2016, após a própria Autora ter expressamente comunicado a oportunidade à parte Ré e ter intermediado todo o procedimento necessário para realização da composição. Nesta esteira, Excelência, cumpre informar que a Autora intermediou o acordo DESDE O INÍCIO ATÉ A EMISSÃO E ENVIO DAS GUIAS PARA SEREM PAGAS. Data venia, tão logo publicada a Medida Provisória, no dia 21.11.2017, a Autora estabeleceu contato telefônico com a parte Ré, informando-a acerca da oportunidade de realizar acordo em relação ao débito em face da União Federal, formalizando as informações prestadas também por e-mail, oportunidade em que calculou o desconto relativo a cada inscrição, senão vejamos O referido acordo com a União Federal (atual credora) propiciou à parte Ré uma ECONOMIA (DEIXOU DE PAGAR) QUASE R\$ 800.000,00 e, ainda assim, têm os Réus se utilizado de várias manobras para evitar o pagamento dos honorários finais (7% dessa diferença-benefício) pelos serviços advocatícios prestados pela Autora e que contribuíram - e muito - para que o vantajoso acordo fosse entabulado. Outrossim, insta salientar que ao tomar conhecimento acerca da possibilidade de realização do acordo com a União Federal (atual credora) - Lei n.13.340/2016 - a Autora estabeleceu contato com a parte Ré para lhe informar sobre os benefícios que poderia obter: acordo com grande desconto, de acordo com o demonstrado através do e-mail mostrado alhures. Diante das informações obtidas por meio da Autora, a parte Ré começou a fazer os pagamentos das dívidas ativas junto à União Federal (atual credora), conforme é possível observar por meio dos comprovantes em anexo. Entretanto, no momento da realização do referido acordo, a parte Ré realizou o pagamento sem comunicar ao seu advogado originariamente constituído, parte Autora desta Ação, EM UMA MANOBRA REPROVÁVEL OBJETIVANDO NÃO EFETUAR O PAGAMENTO DOS MERECIDOS E DEVIDOS HONORÁRIOS FINAIS DE SEU PATRONO, o que ensejou a propositura da presente Ação Monitória. Desta forma, exauridas todas as vias de possível composição amigável - inclusive depois de feitas várias reuniões, contatos telefônicos e etc. - para recebimento do valor devido, não restou outra alternativa à Autora senão a propositura da presente Ação Monitória, objetivando ver declarado pelo Poder Judiciário o seu direito ao efetivo recebimento do valor correspondente aos serviços advocatícios inequivocamente prestados à parte Ré, conforme determina a Lei. II -DO CABIMENTO DA PRESENTE AÇÃO MONITÓRIA No caso em tela, é perfeitamente cabível o ajuizamento da presente Ação Monitória, considerando que o direito da Autora de receber os seus honorários advocatícios finais está comprovado pelo contrato escrito de prestação de serviços profissionais firmado entre as partes. Com efeito, basta a simples leitura das cláusulas contratuais, as quais especificam o percentual da verba honorária e a sua base de cálculo consistente no quantum da diferença-benefício obtida pela parte Ré por meio do acordo realizado com a União Federal (atual credora), pelo que é possível instruir a presente Ação com a memória de cálculo que indica

a importância devida correspondente aos referidos honorários finais. Data venia, todos os Réus, outorgaram mandato à Autora (por meio de seu representante legal, Dr. Péricles), a quem conferiram amplos e gerais poderes, com cláusula AD JUDITIA ET EXTRA, com o fim específico de representá-los, senão vejamos as Procurações abaixo colacionadas: É APROPRIADO REGISTRAR QUE TODAS ESSAS PROCURAÇÕES COLACIONADAS ACIMA FORAM OUTORGADAS À AUTORA EM TODAS AS AÇÕES RELACIONADAS E DESCRITAS ALHURES E POR MAIS DE 06 (SEIS) ANOS, O QUE PROVA, DE FORMA CONCRETA, QUE EXISTE CONTRATO VERBAL ENTRE A PARTE RÉ E A AUTORA. MAIS, QUE FORAM FEITOS VÁRIOS SERVIÇOS ADVOCATÍCIOS EM BENEFÍCIO DA PARTE RÉ, O QUE INCLUSIVE PROPICIOU O VANTAJOSO ACORDO REALIZADO COM A UNIÃO FEDERAL. Não obstante, o art. 700, inciso I do CPC prevê que a Ação Monitoria pode ser proposta por aquele que afirmar, com base em prova escrita sem eficácia de título executivo, ter direito de exigir do devedor capaz: I - o pagamento de quantia em dinheiro;" (grifamos) E mais, o supracitado dispositivo legal, em seu § 2º, ordena que na petição inicial, incumbe à Autora explicitar a importância devida, instruindo-a com a memória de cálculo, vejamos: "Art.700. A ação monitoria pode ser proposta por aquele que afirmar, com base em prova escrita sem eficácia de título executivo, ter direito de exigir do devedor capaz: § 2º Na petição inicial, incumbe ao autor explicitar, conforme o caso: I - a importância devida, instruindo-a com memória de cálculo; II - o valor atual da coisa reclamada; III - o conteúdo patrimonial em discussão ou o proveito econômico perseguido." (grifamos e omitimos) Nesta esteira, a Ação em exame se adequa perfeitamente à previsão legal, na medida em que a Autora apresenta prova escrita da existência da obrigação (contrato assinado pelos Réus/Devedores), além dos demonstrativos oficiais dos pagamentos feitos junto à União Federal (atual credora) e a memória de cálculo que indica a importância devida, sendo suficiente para a formação do convencimento desse Douto Juízo. Data venia, a Ação Monitoria é baseada em prova escrita sem eficácia de título executivo para exigir do devedor capaz o pagamento de quantia em dinheiro, justamente como ocorre in casu. Contudo, a prova escrita de que trata o art. 700, inciso I do CPC, indique o documento que comprova a obrigação deverá ser escrito, mas não precisa ser somente um documento, razão pela qual a Ação Monitoria pode estar lastreada em um conjunto de documentos que comprovem o direito da Autora. Não obstante, a orientação jurisprudencial do SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA se alinhou no sentido de que é perfeitamente cabível Ação Monitoria para o recebimento de honorários advocatícios contratuais, senão vejamos: pela qual tem incidência a Súmula n. 363/STJ. 4. Conflito conhecido para declarar a competência do Juízo de direito da 1ª Vara de Itaperuna-RJ, o suscitado."1 (grifamos) É a pretensão principal da Autora na presente lide, justamente o recebimento dos R\$ 53.193,48 que lhes são devidos pela parte Ré com relação aos honorários advocatícios finais, conforme memória de cálculo em anexo, que demonstra a importância devida. III - DA JURIDICIDADE DO CÔMPUTO DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS FINAIS DEVIDOS PELA PARTE RÉ Ab initio, pede venia a Autora para reiterar que a parte contratou os seus serviços advocatícios, conforme é possível constatar das inclusas Ordens/Contratos de Serviços n. 13.159, firmado dia 06 de junho de 2013, n. 13.182, firmado dia 23 de julho de 2013 e n. 13.192, firmado dia 13 de agosto de 2013, onde ficou estabelecido claramente entre as partes que, ao final do processo, mesmo em caso de acordo (e foi justamente o que ocorreu no caso vertente), será devido pela parte Ré à Autora o valor correspondente a 7% (sete por cento) sobre a diferença-benefício. Data venia, depois de mais de 06 (seis) anos de árduo trabalho da Autora, a parte Ré realizou acordo com a União Federal (atual credora) no que se refere às seguintes inscrições em dívida ativa: Desse modo, da soma das operações acima elencadas, conclui-se que: a) O valor atualizado do débito junto à União Federal era de R\$ 884.258,61; b) O valor do acordo foi de R\$ 124.351,69; c) Desse modo, a parte Ré teve uma diferença-benefício (deixou de pagar, ou seja, economizou) de R\$ 759.906,92 (R\$ 884.258,61 - R\$ 124.351,69). COM EFEITO, OPORTUNO NÃO PERDER DE VISTA QUE ÁRDUO TRABALHO DESENVOLVIDO PELA AUTORA DURANTE ESSES MAIS DE 06 ANOS POR MEIO DA APRESENTAÇÃO DE VÁRIAS AÇÕES, DEFESAS E RECURSOS, TAMBÉM FOI O QUE POSSIBILITOU A REALIZAÇÃO DO ACORDO COM TAMANHO BENEFÍCIO À PARTE RÉ: A PARTE RÉ DEIXOU DE PAGAR, OU MELHOR, ECONOMIZOU PRATICAMENTE SEIS MILHÕES DE REAIS. Assim, o cômputo do valor em questão segue estritamente os ditames contratuais e legais, bem como as convenções livremente estipuladas pelas partes, razão pela qual requer a procedência da presente ação. IV - DOS REQUERIMENTOS FINAIS Ante ao exposto e por tudo mais que certamente será suprido pelo elevado conhecimento jurídico de Vossa Excelência, pede a Autora que este Douto Juízo: A - DETERMINE a imediata expedição do mandado de pagamento dos R\$ 53.193,48, concedendo à parte Ré o prazo de 15 (quinze) dias para o cumprimento e o pagamento de honorários advocatícios de cinco por cento do valor atribuído à causa, ex vi do que determina textualmente no art. 701, caput do CPC; B - CONSTITUIR de pleno direito o título executivo judicial, independentemente de qualquer formalidade, se não realizado o pagamento então apresentados os embargos previstos no art. 701, § 2º do CPC; C - CONSTITUIR, em sentença de mérito, o título executivo judicial, ex vi do art. 702, § 8º do CPC, sem prejuízo da condenação da parte Ré ao pagamento das custas, das despesas processuais e dos honorários advocatícios, que devem ser arbitrados em 20% (vinte por cento) sobre o valor atualizado da causa, tudo como forma da justa distribuição da vontade concreta da Lei. Para tanto, requer: a) A CITAÇÃO DA PARTE RÉ PELO CORREIO (via A.R. - Aviso de Recebimento), ex vi do art. 246, inciso I e art. 700, § 7º, ambos do CPC, que ordena que inclusive na Ação Monitoria, admite-se citação por qualquer dos meios permitidos para o procedimento comum (que é justamente via correio), nos seguintes endereços: Sr.

LAÉRCIO NATAL STORTI, e sua Esposa, Sra. ANA MARIA ROSA STORTI, ambos residentes e domiciliados na Rua João Mutinelli, n. 1051, CEP13.660-100, na cidade de Porto Ferreira, Estado de São Paulo; Sr. LEONILDO JOSÉ STORTI, e sua esposa, Sra. ELIANA CRISTINA BALDIN STORTI, ambos residentes e domiciliados na Rua Coronel Procópio de Carvalho, n. 1061, Centro, CEP 13.660-009, na cidade de Porto Ferreira, Estado de São Paulo; Sr.LOURIVAL LUIZ STORTI, residente e domiciliado na Fazenda Boa Vista, CEP 13.669-899, na cidade de Porto Ferreira, Estado de São Paulo; Sra. ROSEMARY CARANDINA, residente e domiciliada na Rua Batista Amoní, n. 250, APT. 133, Jardim Aeroporto, CEP 13.661-282, na cidade de Porto Ferreira, Estado de São Paulo, para que integre a relação processual e apresente a defesa que tiver, sob as penas da lei; b) seja determinada a produção de todos os meios de provas em direito admitidas que se façam necessárias ao deslinde do feito, como prova documental, pericial, testemunhal, depoimento pessoal das partes e etc...; c) nos termos do artigo 319, inciso VII do CPC, a Autora opta pela NÃO realização de audiência de conciliação ou mediação; d) a juntada dos seguintes documentos: procuração, substabelecimento, contrato social, cópia da Ordem/Contrato de Serviço n. 11.049, as confirmações das quantias efetivamente pagas pela parte Ré por meio das informações dispostas no site mantido na internet pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, memória de cálculo que indica a importância devida e atualizada; e) sejam as publicações em Diário Oficial feitas EXCLUSIVAMENTE em nome do patrono titular da causa, PÉRICLES LANDGRAF ARAÚJO DE OLIVEIRA. Esta providência é imprescindível, posto que, não havendo publicações em nome dos advogados de sua equipe, não poderão ocorrer prejuízos irreparáveis ou de difícil reparação, visto que as empresas que prestam serviços de acompanhamento forense para a LYBOR LANDGRAF verificam as publicações forenses tão-somente sobre o nome do Dr. Péricles Landgraf Araújo de Oliveira. Outrossim, esta providência resguardará e evitará transtornos, eliminando RISCOS DE PERDA DE PRAZOS. Dá à causa o valor de R\$ 53.193,48 (cinquenta e três mil, cento e noventa e três reais e oito centavos) para efeitos fiscais e de alçada. Nestes termos, Pede deferimento. Maringá - PR, 09 de agosto de 2019. Péricles Landgraf Araújo de Oliveira Advogado - OAB/PR 18.294 - OAB/SP 240.943 OAB/MT 6.005A - OAB/MA 10.112A - OAB/RS 88.828A - OAB/PA 26.341A : 1-OAB/MS 7.985A - OAB/DF 38.847 OAB/GO 26.968 - OAB/MG 110.111 - OAB/TO 5.773A DESPACHO Expeça-se mandado de pagamento, de entrega de coisa ou para execução de obrigação de fazer ou de não fazer, com prazo de quinze dias, para o cumprimento e o pagamento de honorários advocatícios de cinco por cento do valor da causa, nele cientificando-se o réu deque (art. 701 do CPC):a) nesse mesmo prazo, poderá efetuar o pagamento, caso em que ficará dispensado dopagamento das custas.b) caso não efetue o pagamento, poderá o réu oferecer embargos, os quais suspenderão a eficácia do mencionado mandado.c) em caso de não pagamento nem de interposição de embargos, constituir-se-á, de pleno direito, o título executivo judicial.Airton Vargas da Silva, Juiz de Direito. E, para que ninguém no futuro venha a alegar ignorância expediu-se o presente Edital que será publicado e afixado na forma da Lei.DADO E PASSADO nesta cidade e comarca de Maringá, Estado do Paraná, aos 24 de agosto de 2021. Eu _____(LUIZ AFFONSO FRANZONI FILHO/Escrevão,digitei e subscrevi o presente. AIRTON VARGAS DA SILVA, Juiz de Direito

EDITAL PARA CITAÇÃO DO REQUERIDO JOÃO CARLOS GUERRA BRUM PRAZO DESTE EDITAL: 15 (quinze) DIAS.

O Exmo. Sr. Dr. LORIL LEOCADIO BUNEO JUNIOR MM. Juiz de Direito da Segunda Vara Cível da Comarca de Maringá, Estado do Paraná, na forma da Lei, etc...FAZ SABER a todos quanto o presente Edital vierem ou dele conhecimento tiverem que por este Juízo e Cartório, processam-se os termos dos autos processo virtual -PROJUDI, sob nº 0034431-71.2012.8.16.0017, AÇÃO PROCEDIMENTO COMUM, em que é requerente: BLUE BOM ALIMENTOS LTDA e requeridos: ALBERTO AUGUSTO ALVES ROSA, (Espólio) ESPÓLIO DE ERNI FLORI BESSOW representado(a) por ELIZANE CRISTINA BESSOW GUTIERREZ, JOÃO CARLOS GUERRA BRUM E MARABÁ INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CEREAIS LTDA. É o presente edital expedido para CITAÇÃO do requerido JOÃO CARLOS GUERRA BRUM, inscrito no CPF/MF nº046.714.220-34, o qual encontra-se em lugar incerto, para que tome conhecimento da ação, do inteiro teor da petição inicial, abaixo transcrita, e para que, tome conhecimento da ação, do inteiro teor da petição inicial, e para, querendo, no prazo de 15 (QUINZE) DIAS, apresentar contestação a presente ação. Ciente de que não sendo contestada a ação, será considerado revel e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pelo autor.Art.344 do CPC. PETIÇÃO INICIAL EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA ____ VARA CÍVEL DO FORO CENTRAL DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE MARINGÁ - ESTADO DO PARANÁ BLUE BOM ALIMENTOS LIMITADA, já qualificada nos autos em epígrafe que move em desfavor de MARABÁ INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CEREAIS LTDA, neste ato devidamente representada por seus advogados e bastante procuradores que esta subscrevem, vem respeitosamente a presença de Vossa Excelência, considerando que o primeiro Requerido ainda não foi citado, requerer a emenda da inicial, indicando os produtores rurais no pólo passivo da presente demanda, haja vista terem se beneficiado com o pagamento de ICMS realizado pela Requerente, quais sejam:TITULAR: ERNI FLORI BESSOW, CPF n.017.756.180-72, PARTICIPANTE: ALBERTO AUGUSTO ALVES ROSA, CPF n. 010.581.260-91 eço: ETN Garupá, S/N, Uruguaiana/RS. CEP: 97500-001 PARTICIPANTE:JOÃO CARLOS GUERRA BRUM: CPF n. 046.714.220-34Denominação da Propriedade: Manguieira da Pedra ndereço: ETN Garupá, S/N, Uruguaiana/RS. CEP:97500-001.Para tanto, requer-se a citação dos Requeridos acima citados nos moldes do artigo 221, inciso I, do Código de Processo

Civil. Termos em que, Pede e esperadeferimento. Bauru, 06 de Março de 2013 GILBERTO ANDRADE JUNIOR EDSON FRANCISCATO MORTARI OAB/SP N. 221.204 OAB/SP N. 259.809. DESPACHO: Determino que a secretária certifique se já foi tentada a citação do requerido João Carlos Guerra Brum, em todos os endereços fornecidos através dos sistemas consultados. Em caso positivo, fica deferida a citação por edital. Em caso negativo, expeça-se carta citatória para os endereços onde a parte ré ainda foi procurada. Cumpra-se e intimem-se. Maringá, 06 de outubro de 2020. Loril Leocádio Bueno Junior Juiz de Direito Substituto. E, para que ninguém no futuro venha a alegar ignorância expediu-se o presente Edital que será publicado e afixado na forma da Lei. DADO E PASSADO nesta cidade e comarca de Maringá, Estado do Paraná, aos 25 de agosto de 2021. Eu _____ (LUIZ AFFONSO FRANZONI FILHO/Escrivão, digitei e subscrevi o presente. LORIL LEOCÁDIO BUENO JUNIOR, Juiz de Direito

EDITAL DE CITAÇÃO DA REQUERIDA JULIANA SILVA GALVANI E EVENTUAIS INTERESSADOS PRAZO DESTE EDITAL: 20 (VINTE) DIAS. (ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA)

O Exmo. Sr. AIRTON VARGAS DA SILVA, MM. Juiz de Direito da Segunda Vara Cível da Comarca de Maringá, Estado do Paraná, na forma da Lei, etc... FAZ SABER a todos quanto o presente Edital vierem ou dele conhecimento tiverem que por este Juízo e Cartório, processam-se os termos do processo virtual - PROJUDI, sob nº 0009579-65.2021.8.16.0017, AÇÃO DE USUCAPIÃO EXTRAORDINÁRIO, em que são requerentes: LEILA ANDREIA CAMILO BRABO, MARIA APARECIDA BRAGA BRABO, VALDECIR BRABO, VALDEMIR BRABO e requerida: JULIANA SILVA GALVANI. É o presente edital expedido para CITAÇÃO da requerida JULIANA SILVA GALVANI, inscrita no CPF/MF nº 929.079.979-04, atualmente em lugar incerto, e dos interessados, incertos e desconhecidos, para que tomem conhecimento da ação, do inteiro teor da petição inicial, cuja síntese segue adiante, e do r. despacho abaixo transcrito e, querendo, apresente(m) resposta, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Ciente(s) de que não sendo contestada a ação presumir-se-ão aceitos como verdadeiros os fatos articulados pelo requerente, conforme dispõem o artigo 344 do Código de Processo Civil. Síntese da inicial: EXCELENTÍSSIMO DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE MARINGÁ - ESTADO DO PARANÁ. Conexão - dependência autos 0013267-40.2018.8.16.0017 c/ Pedido de Assistência Judiciária Gratuita e observância ao provimento 15 CGJ VALDECIR BRABO, brasileiro, casado, mecânico, portador do CPF 570.894.939-20 e sua esposa MARIA APARECIDA BRAGA BRABO, brasileira, do lar, inscrita no CPF nº 785.268.339-87, residentes à Estrada da Pedreira, lote 6, Floresta/PR. E VALDEMIR BRABO, brasileiro, casado, mecânico, portador do CPF nº 634.508.959-15 e sua esposa LEILA ANDREIA CAMILO BRABO, brasileira, casada, portadora do CPF nº 067.665.389-88, residentes à Rua das Tulipas, nº 371, Sarandi/PR, por intermédio de seus procuradores subscritos, advogados regularmente inscritos na OAB/PR, com escritório profissional cujo endereço consta no rodapé desta página, onde recebem intimações, vem respeitosamente a este Juízo, estribado nos artigos 1.238, parágrafo único e 1.242 do Código Civil, deduzir pretensão de USUCAPIÃO em face de JULIANA SILVA GALVANI, brasileira, solteira, portadora da cédula de identidade RG nº 4.636.234-9, inscrita no CPF sob o nº 929.079.979-04, filha de José Hélio da Silva e Leda Maria Galvani da Silva, atualmente local incerto nos Estados Unidos da América, com base nos fatos e fundamentos que seguem adiante: PRELIMINARMENTE DA CONEXÃO Nos termos do artigo 55 do Código de Processo Civil "Reputam-se conexas 2 (duas) ou mais ações quando lhes for comum o pedido ou a causa de pedir." O caso em análise se trata de usucapião cuja causa de pedir se repete no feito nº 0013267-40.2018.8.16.0017 (autor Carlos Suzuki e esposa), conforme restará claro nos tópicos abaixo, haja vista que o pleito nas duas demandas é por frações do mesmo imóvel devido à comercialização do mesmo em lotes. Assim é que a conexão, pelo disposto nos parágrafos 1º e 3º do artigo 55 do CPC, impõe a reunião dos feitos para julgamento, motivo pelo qual esta demanda sendo conexa à retro mencionada, torna prevento o juízo da 2ª Vara Cível desta Comarca, o qual deverá julgar ambas e requer que assim determinado. No final da década de 90 foi iniciado pela Ré e seu pai um loteamento denominado "Condomínio Água Viva", localizado no município de Floresta, em uma antiga área de lavoura mecanizada próxima a ponte do Rio Ivaí entre Maringá e Campo Mourão. No panfleto publicitário anexado, consta a informação de autorização do loteamento pela Prefeitura Municipal de Floresta, bem como a promessa de infraestrutura, como água, luz e cascalho. A loteadora, ora Réu, fez vias de acesso e dividiu os lotes sem completar a infraestrutura ou legalizar o empreendimento. Realizou divulgação e vendeu os lotes para adquirentes de boa-fé, sendo que hoje parte de um destes lotes pertence ao Autor. Porém o loteamento nunca foi concluído ou regularizado junto às autoridades. O imóvel usucapiendo corresponde subdivisão denominada lote nº 318/8, parte ideal da área conhecida como "Condomínio Água Viva", situado na Gleba Ribeirão Pinguim, município de Floresta/PR, área maior: Lote de terras sob nº 318, matriculada sob n.º 1.2888, do livro 2 de Registro Geral, esta com área total de 5,00 alqueires paulistas, ou seja, 121.000m², iguais a 12,10 hectares com as seguintes confrontações: "principiando num marco de madeira de lei, que foi cravado na margem direita do Rio Ivaí, segue confrontando com o lote nº 319, no rumo NO 65º12' cerca de 579 metros, até um marco colocado à beira de uma reserva para uma futura estrada; daí mede-se pela dita reserva, no rumo NE 24º48' 190 metros, até um marco semelhante aos outros; deste ponto segue confrontando com o lote nº 317, no rumo SE 65º12' cerca de 678 metros, até um marco fincado na margem direita do Rio acima mencionada." Imóvel cadastrado no Incra/85 sob nº 715.042.002.160-Dv-4, área total de 23,8ha, fração min. parc. 2,0ha, módulo fiscal 116,0, nº de módulos fiscais 1,48, em conjunto com outro imóvel, junto ao Registro de Imóveis 2º Ofício de Maringá. Apesar de não ter sido

aprovado formalmente como loteamento, o imóvel descrito está de fato dividido em lotes, com vias de acesso, tudo de maneira claramente delimitada e sem divergências territoriais entre os confinantes, que providenciaram cada um ou em conjunto melhorias, a saber, água, energia elétrica e cascalhamento de estradas. I.1- DA SITUAÇÃO FÁTICA DO AUTOR Os Autores adquiriram de antecessores, por meio de contrato de compromisso de compra e venda firmado em 04.11.1999, a parte ideal da área retro descrita, sendo "lote de terras nº 318/8, fração ideal correspondente a 5.122,80m² (cinco mil cento e vinte e dois virgula oitenta metros quadrados), e desde aquela data agem como donos exclusivamente, de forma mansa, pacífica e ininterrupta, sem a interferência ou oposição de quem quer que seja, desde por volta do ano 1999, resulta num período total maior do que 15 anos, como fazem prova os contratos anexos (docs). Conforme retro apontado, o lote de terras individualizado sob nº 318, área maior da qual é integrante a parte do lote usucapiendo - cujo proprietária registral é a Ré - é de fato subdividida em vários outros lotes, sendo parte de um deles o que ora se questiona. À época da aquisição referido lote, por volta do ano 2000, pelos antecessores dos autores, conforme demonstram os documentos anexos - o imóvel era desprovido de cobertura vegetal (fotografias anexas), sendo até aquele momento utilizado exclusivamente para o cultivo agrícola. Iniciaram então os adquirentes antecessores da posse do autor, a manutenção do lote inclusive com plantio de árvores a fim de conservar a área. Os autores mantêm-se como proprietários do imóvel, realizando cultivo de cereais e hortifrutis e possuem, ainda, documentos de aquisição do imóvel, quais sejam: contratos de promessa de compra e venda do imóvel celebrados com antecessores, documentos estes que são hábeis a comprovar que o imóvel lhe pertence e sobre ele exerce posse. Assim, apesar de ter adquirido o imóvel com notória boa-fé, até então o autor não obteve a formal propriedade sobre o mesmo em razão de que os proprietários registrais não procederam às regularizações e providências necessárias para a transferência do domínio aos adquirentes dos lotes e pelo que tem notícias eles há tempos se encontram ausentes do país. A posse total dos autores sobre o imóvel - somada a dos antecessores - há mais de 15 anos é de conhecimento de todos, bem como que mantêm a área cultivada, realizando manutenção do lote e assim efetivamente se utiliza do imóvel, cumprindo com a função social da propriedade, dispensando maiores relatos. II- DO DIREITO Preconiza o Código Civil Brasileiro que: Art. 1.238 Aquele que, por quinze anos, sem interrupção, nem oposição, possuir como seu um imóvel, adquire-lhe a propriedade, independentemente de título e boa-fé; podendo requerer ao juiz que assim o declare por sentença, a qual servirá de título para o registro no Cartório de Registro de Imóveis. Parágrafo único. O prazo estabelecido neste artigo reduz-se à dez anos se o possuidor houver estabelecido no imóvel a sua moradia habitual, ou nele realizado obras ou serviços de caráter produtivo. De tal dispositivo, aduz-se que a pretensão do autor está devidamente amparada pela legislação pátria, visto que o autor exerce há mais de 15 anos a posse sobre o imóvel, com animus domini, o que inclusive é ratificado pelos documentos acostados. Ainda, importante ressaltar que apesar da posse por mais de 15 anos e ter o autor estabelecido sua área de lazer, plantio de árvores frutíferas e realização de benfeitorias, circunstâncias que dispensam a existência de justo título e boa-fé para que se declare a propriedade através da sentença de usucapião - assegura o art. 1.242 do CC que adquirirá a propriedade do imóvel, mediante usucapião ordinária, a situação fática que apresentar a junção de alguns elementos fundamentais, quais sejam, posse mansa, pacífica e ininterrupta de um determinado imóvel; lapso temporal de 10 (dez) anos, e ainda a constatação de que o possuidor esteja agindo de boa-fé e tenha a seu favor um justo título. Deste modo, temos que também se enquadra a situação do autor na hipótese definida pelo artigo 1242 do Código Civil, visto que possui justo título, qual seja: os contratos de compra e venda anexados, bem como a flagrante boa-fé. Salienta-se que aquele que possui um justo título, tem a seu favor a presunção de que é possuidor de boa-fé, conforme determina o art. 1.201, parágrafo único, do diploma civil. Ainda, no que toca ao imóvel ser parte de área maior, tida como loteamento irregular, a nossa jurisprudência é no sentido de que nenhum óbice há para a declaração da Usucapião, vejamos: Assim, claro está que a pretensão do Autor merece ser acolhida, seja pelos fundamentos do art. 1238 caput e/ou parágrafo único do Código Civil, ou pelo disposto no artigo 1242 do mesmo diploma. Por todo o exposto fica demonstrado que o Autor é possuidor/proprietário de plena boa-fé, pois acredita que a área lhe pertence de fato e de direito, já que a posse é legítima e justa, pois foi adquirida de boa-fé de maneira legal e formal por meio de contrato. O Autor ignorava as condições administrativas do loteamento e qualquer vício em sua formação, sendo que agora busca a regularização de sua propriedade individual, não do loteamento, confirmando sua legítima condição de dono do imóvel. A situação que atinge o Autor é a mesma de todos os outros moradores/adquirentes que estão cientes das condições dos demais, bem como inúmeros ingressaram com ações similares buscando a formalização de sua propriedade individual, pelo que concordam como presente pedido. Vê-se, pois, que a divisão da área comum em frações individuais já ocorreu pela ocupação consentida entre co-possuidores e regulados por seus contratos e marcos/cercas/muros fixados nos imóveis que se encontram absolutamente individualizados de maneira incontroversa, com exercício livre da posse de seus respectivos "proprietários". A usucapião é o único meio que o Autor tem para ver declarado a seu favor o domínio sobre a área que possui, assim como ocorreu em demanda análoga t ansitada em julgado após trâmite na 4.ª Vara da Fazenda Pública do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, sob o n.º 0001235-23.2010.8.16.0004. Na referida ação a sentença restou confirmada após julgamento pelo egrégio TJPR (RN 1289025-2, 17.ª Câmara Cível), com julgamento procedente declarando a propriedade dos autores daquela ação sobre a área descrita na petição inicial, bem como expedindo mandado para que o Registro Imobiliário competente tomasse as providências necessárias à individualização da propriedade (produção de matrícula individual e registro), além de condenar a parte adversa em custas e honorários de sucumbência. Ainda que se pudesse retificar o registro do

imóvel diretamente, o que não é o caso, na prática não haveria efeito neste ato diante da inviabilidade na aprovação do loteamento haja vista que a área já foi objeto de fracionamento, venda e ocupação. O pagamento por fração ideal de solo também não é possível, pois mesmo que a área estivesse regularizada nos termos legais, prescrita estaria a ação, uma vez que cada um dos condôminos tem a seu favor a prescrição aquisitiva. Também não há de se falar em composto por ela já haver cessado, no momento em que os seus titulares, de comum acordo, foram localizando e ocupando suas posses de modo a exercê-las com exclusividade sobre a parte delimitada do imóvel. Consoante tudo o que se demonstrou, configura-se ao caso em tela, em favor do Autor, a aquisição da propriedade da área pleiteada por prescrição aquisitiva. Importante salientar que existe processo em andamento, referente à Ação Civil Pública pleiteando algumas regularizações de ordem ambiental, envolvendo o autor e demais possuidores de lotes no imóvel em discussão, feito autuado sob número 0006534-97.2013.8.16.0190 em trâmite na 2ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de Maringá/PR. Todo o constante naquele feito faz prova inclusive de que o autor, demais adquirentes e antecessores de fato são/foram possuidores dos lotes no local há mais de 15 anos. III - DA ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA Não possui a autora LUCILENE condições neste momento de arcar com as custas processuais sem prejuízo do sustento próprio e da família. Assim, conforme declaração anexa, requer lhe seja concedido o benefício da ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA, previsto na lei nº 1.060/50, ratificado pelos artigos 98 do Novo Código de Processo Civil. Porém, caso o M.M. Magistrado entenda não haver comprovação suficiente sobre a condição econômica da parte autora com a declaração de hipossuficiência de que não possui condições de arcar com as despesas processuais sem prejuízo do seu próprio sustento e de sua família, requer, de acordo com o Provimento nº 135, da Corregedoria-Geral da Justiça seja adotado o seguinte procedimento: O requerimento de assistência gratuita será deferido se acompanhado da afirmação, na própria petição inicial ou em declaração autônoma, de que a parte não está em condições de pagar as custas do processo e os honorários de advogado, sem prejuízo próprio ou de sua família. 2.7.9.1 Ausente impugnação da parte contrária, e existindo elementos que contrariem a afirmação mencionada no item 2.7.9, poderá o magistrado, SEM SUSPENSÃO DO FEITO E EM AUTOS APARTADOS, exigir a apresentação de documentos ou outros meios de prova para corroborá-la. Diante disso, pugna desde já pelo deferimento do benefício da justiça gratuita e que o mesmo seja concedido independentemente de qualquer suspensão processual. IV- DOS PEDIDOS E REQUERIMENTOS a) Inicialmente requer o reconhecimento da conexão entre esta demanda e a de nº0013267-40.2018.8.16.0017, estabelecendo-se a competência da 2ª Vara Cível de Maringá para julgar as mesmas. b) Diante do exposto, requer-se a V. Exa. que se digne a Julgar procedente o pedido dos autores para o fim de declarar o reconhecimento da usucapião sobre o lote de terras individualizado, a parte ideal da área retro descrita, sendo "lote de terras nº 318/8, fração ideal correspondente a 5.122,80m² (cinco mil cento e vinte e dois virgula oitenta metros quadrados) da área conhecida como "Condomínio Água Viva", situado na Gleba Ribeirão Pinguim, município de Floresta/PR, área maior: Lote de terras sob nº 318, matriculada sob n.º 1.2888, do livro 2 de Registro Geral, esta com área total de 5,00 alqueires paulistas, ou seja, 121.000m2, iguais a 12,10 hectares com as seguintes confrontações: "principiando num marco de madeira de lei, que foi cravado na margem direita do Rio Ivai, segue confrontando com o lote nº 319, no rumo NO 65º12' cerca de 579 metros, até um marco colocado à beira de uma reserva para uma futura estrada; daí mede-se pela dita reserva, no rumo NE 24º48' 190 metros, até um marco semelhante aos outros; deste ponto segue confrontando com o lote nº 317, no rumo SE 65º12' cerca de 678 metros, até um marco fincado na margem direita do Rio acima mencionado." Imóvel cadastrado no Incra/85 sob nº 715.042.002.160-Dv-4, área total de 23,8ha, fração min.parc. 2,0ha, módulo fiscal 116,0, nº de módulos fiscais 1,48, em conjunto com outro imóvel, junto ao Registro de Imóveis 2º Ofício de Maringá, concedendo-lhe o domínio útil e propriedade com base no parágrafo único do artigo 1.238, do Código Civil, ou apenas do caput, ou ainda artigo 1242 do mesmo diploma, requerendo ainda: c) A citação editalícia da ré JULIANA GALVÃO para responder a demanda sob pena de confissão e revelia; bem como a citação por edital de terceiros interessados; A citação de todos os confinantes, conforme especificações abaixo: 1 - Choji Sugahara, brasileiro, casado, agricultor, portador da cédula de identidade RG nº 545.030, inscrito no CPF/MF sob o nº 108.503.259-00 e sua esposa Shigueme Morishita Sugahara, proprietários do lote contíguo nº 319, de matrícula 12.889, Gleba Pinguim- Floresta/PR (doc) 2 - José Satochi Kimura, brasileiro, casado, lavrador, portador da cédula de identidade RG nº 608.912, inscrito no CPF/MF sob o nº 190.270.529-72 e sua esposa Kimie Kimura, proprietários do lote contíguo nº 317, de matrícula 07501, Gleba Pinguim-Floresta/PR (doc) d) A intimação quanto a presente dos representantes da Fazenda Pública; Expedição de mandado para que a sentença seja transcrita no Registro de Imóveis 2º Ofício de Imóveis da cidade de Maringá, mediante mandado, por constituir esta, título hábil para o respectivo registro e desmembramento do lote com geração de matrícula individual nos seguintes termos: a parte ideal da área descrita, a parte ideal da área retro descrita, sendo "lote de terras nº 318/8, fração ideal correspondente a 5.122,80m² (cinco mil cento e vinte e dois virgula oitenta metros quadrados) da área conhecida como "Condomínio Água Viva", situado na Gleba Ribeirão Pinguim, município de Floresta/PR, área maior: Lote de terras sob nº 318, matriculada sob n.º 1.2888, do livro 2 de Registro Geral, esta com área total de 5,00 alqueires paulistas, ou seja, 121.000m2, iguais a 12,10 hectares com as seguintes confrontações: "principiando num marco de madeira de lei, que foi cravado na margem direita do Rio Ivai, segue confrontando com o lote nº 319, no rumo NO 65º12' cerca de 579 metros, até um marco colocado à beira de uma reserva para uma futura estrada; daí mede-se pela dita reserva, no rumo NE 24º48' 190 metros, até um marco semelhante aos outros; deste ponto segue confrontando com o lote nº 317, no rumo SE 65º12' cerca de 678 metros, até um marco fincado na margem direita do Rio acima mencionado." Imóvel cadastrado no Incra/85 sob nº 715.042.002.160-

Dv-4, área total de 23,8ha, fração min.parc. 2,0ha, módulo fiscal 116,0, nº de módulos fiscais 1,48, em conjunto com outro imóvel. f) A produção de todas as provas permitidas em direito, especialmente a documental e testemunhal (rol anexo), além de todas as demais que se fizerem necessárias ao caso; g) Caso haja contestação, a condenação do réu ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios nos termos do art. 85, § 2º do CPC; h) O deferimento do benefício da assistência judiciária gratuita aos autores nos moldes da lei nº 1060/50 e artigo 98 do CPC e considerando Vossa Excelência a eventual necessidade de comprovação mais aprofundada da situação econômica da parte que seja observado o Provimento nº 135, da Corregedoria-Geral da Justiça, sem qualquer suspensão processual. Atribui-se à presente demanda o valor de R\$35.000,00 (trinta e cinco mil reais) Nestes termos, confia no deferimento. Campo Mourão, 23 de abril de 2020. Fernanda Bonatto Raphael Viana Couto OAB/PR 40.916 OAB/PR 49.973 Despacho: 1- Deferir o pedido. Cite-se o réu por edital, com prazo e vinte dias, observando os requisitos previstos no art. 257 do CPC. 21- Como a citação da ré se deu por edital, não há motivos que justifiquem a continuidade com a realização de audiência de conciliação. Cancele-se eventual audiência anteriormente agendada. 3- Eventualmente, havendo mais de um réu e não sendo citado por edital, mantenho a designação da audiência pelo CEJUSC. 4- Com o decurso do prazo do réu citado por edital, se inerte, conclusos para nomeação de curador. Ailton Vargas da Silva, Juiz de Direito." E, para que ninguém no futuro venha alegar ignorância, expediu-se o presente edital que será publicado e afixado na forma da Lei. DADO E PASSADO nesta cidade e comarca de Maringá, Estado do Paraná, aos 26 de agosto de 2021. Eu _____ (LUIZ AFFONSO FRANZONI FILHO), Escrivão, digitei e subscrevi o presente. AIRTON VARGAS DA SILVA, Juiz de Direito

EDITAL DE CITAÇÃO DE JULIANA SILVA GALVANI e EVENTUAIS INTERESSADOS

PRAZO DESTE EDITAL: 20 (VINTE) DIAS.

(ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA)

O Exmo. Sr. AIRTON VARGAS DA SILVA, MM. Juiz de Direito da Segunda Vara Cível da Comarca de Maringá, Estado do Paraná, na forma da Lei, etc... FAZ SABER a todos quanto o presente Edital vierem ou dele conhecimento tiverem que por este Juízo e Cartório, processam-se os termos do processo virtual - PROJUDI, sob nº 0010050-81.2021.8.16.0017, AÇÃO DE USUCAPIÃO EXTRAORDINÁRIO, em que são requerentes: JOÃO BATISTA GONÇALVES, MARIA ROSA CADEDO GONÇALVES e requeridos: CLAUDIA JEANE DE SOUZA SILVA e JOSE EVALDO DA SILVA. É o presente edital expedido para CITAÇÃO da confinante JULIANA SILVA GALVANI inscrita no CPF/MF nº 929.079.979-04 e dos interessados, incertos e desconhecidos, para que tomem conhecimento da ação, do inteiro teor da petição inicial, cuja síntese segue adiante, e do r. despacho abaixo transcrito e, querendo, apresente(m) resposta, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Ciente(s) de que não sendo contestada a ação presumir-se-ão aceitos como verdadeiros os fatos articulados pelo requerente, conforme dispõem o artigo 344 do Código de Processo Civil. Síntese da inicial: EXCELENTÍSSIMO DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE MARINGÁ - ESTADO DO PARANÁ. Conexão - dependência autos - 0013267-40.2018.8.16.0017 c/ Pedido de Assistência Judiciária Gratuita e observância ao provimento 15 CGJ JOÃO BATISTA GONÇALVES, brasileiro, casado, metalúrgico, portador da cédula de identidade RG nº 126.266-5/PR, inscrito no CPF/MF sob o nº 222.099.059-15 e sua esposa MARIA ROSA CADEDO GONÇALVES, brasileira, casada, portadora da cédula de identidade RG nº 5491380/0/PR, inscrita no CPF/MF sob o nº 810.754.219/34, ambos residentes na Rua Emiliano Gusmão, nº 750 - Sarandi/PR/Estrada da Pedreira, zona rural de Floresta/PR, por intermédio de seus procuradores subscritos, advogados regularmente inscritos na OAB/PR, com escritório profissional cujo endereço consta no rodapé desta página, onde recebem intimações, vem respeitosamente a este Juízo, estribado nos artigos 1.238, parágrafo único e 1.242 do Código Civil, deduzir pretensão de USUCAPIÃO em face de JOSÉ EVALDO DA SILVA, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 395.458-301-15, portador do Rg nº 9501555-7 e sua esposa CLÁUDIA JEANE DE SOUZA SILVA, brasileira, corretora de seguros, inscrita no CPF nº 809.307.609 -30, Rg nº 586784-0, com endereço à Avenida Goioerê, 2539, ap 503, Campo Mourão/PR, com base nos fatos e fundamentos que seguem adiante: PRELIMINARMENTE DA CONEXÃO Nos termos do artigo 55 do Código de Processo Civil "Reputam-se conexas 2 (duas) ou mais ações quando lhes for comum o pedido ou a causa de pedir." O caso em análise se trata de usucapião cuja causa de pedir se repete no feito nº 013267-40.2018.8.16.0017 (autor Carlos Suzuki), conforme restará claro nos tópicos abaixo, haja vista que o pleito nas duas demandas é por frações de denominado "Condomínio Água Viva" devido à comercialização em lotes, de propriedade dos réus. Assim é que a conexão, pelo disposto nos parágrafos 1º e 3º do artigo 55 do CPC, impõe a reunião dos feitos para julgamento, motivo pelo qual esta demanda sendo conexa à retro mencionada, torna prevento o juízo da 2ª Vara Cível desta Comarca, o qual deverá julgar ambas e requer que assim determinado. PRELIMINARMENTE DA CONEXÃO Nos termos do artigo 55 do Código de Processo Civil "Reputam-se conexas 2 (duas) ou mais ações quando lhes for comum o pedido ou a causa de pedir." O caso em análise se trata de usucapião cuja causa de pedir se repete no feito nº 013267-40.2018.8.16.0017 (autor Carlos Suzuki), conforme restará claro nos tópicos abaixo, haja vista que o pleito nas duas demandas é por frações de denominado "Condomínio Água Viva" devido à comercialização em lotes, de propriedade dos réus. Assim é que a conexão, pelo disposto nos parágrafos 1º e 3º do artigo 55 do CPC, impõe a reunião dos feitos para julgamento, motivo pelo qual esta demanda sendo conexa à retro mencionada, torna prevento o juízo da 2ª Vara Cível desta Comarca, o qual deverá

judgar ambas e requer que assim determinado. I - INTROITO No final da década de 90 foi iniciado pelos proprietários registrares anteriores, sra JULIANA GALVANI e seu pai JOSÉ HÉLIO, um loteamento denominado "Condomínio Água Viva", localizado no município de Floresta, em uma antiga área de lavoura mecanizada próxima a ponte do Rio Ivaí entre Maringá e Campo Mourão. No panfleto publicitário anexado, consta a informação de autorização do loteamento pela Prefeitura Municipal de Floresta, bem como a promessa de infraestrutura, como água, luz e cascalho. A mencionada senhora loteadora, fez vias de acesso e dividiu os lotes sem completar a infraestrutura ou legalizar o empreendimento. Realizou divulgação e vendeu os lotes para adquirentes de boa-fé, sendo que hoje parte de um destes lotes pertence ao Autor. Porém o loteamento nunca foi concluído ou regularizado junto às autoridades. O imóvel usucapiendo corresponde à uma parte ideal da área maior conhecida como "Condomínio Água Viva", situado na Gleba Ribeirão Pinguim, município de Floresta/PR, área maior: Lote de terras sob nº 315-A-1/316-317, unificação dos lotes 315-A, 316 e 317, matriculada sob nº 33.775, esta com área total de 77.924 m2 (setenta e sete mil novecentos e vinte e quatro metros quadrados) junto ao Registro de Imóveis 2º Ofício de Maringá. Apesar de não ter sido aprovado formalmente como loteamento, o imóvel descrito está de fato dividido em lotes, com vias de acesso, tudo de maneira claramente delimitada e sem divergências territoriais entre os confinantes, que providenciaram cada um ou em conjunto melhorias, a saber, água, energia elétrica e cascalhamento de estradas. I. DA SITUAÇÃO FÁTICA DO AUTOR Os Autores adquiriram de antecessores, por meio de contrato de compromisso de compra e venda firmado em 21.11.2001, a parte ideal da área retro descrita, fração ideal correspondente a 2.700,00m2 (dois mil e setecentos cinquenta quadrados), (conforme mapa e memorial descritivo) e desde aquela data agem como donos exclusivamente, de forma mansa, pacífica e ininterrupta, sem a interferência ou oposição de quem quer que seja, resultando num período total maior do que 15 anos, como fazem prova o contrato e demais documentos anexos (docs). Conforme retro apontado, o lote de terras sob nº, nº 315-A-1/316-317, unificação dos lotes 315-A, 316 e 317, matriculada sob nº 33.775, área maior da qual é integrante a parte do lote usucapiendo - cujos proprietários registral são os réus - é de fato subdividida em vários outros lotes, sendo parte de um deles o que ora se questiona. À época da aquisição do referido lote, por volta do ano 2000, pelos antecessores dos autores, conforme demonstram os documentos anexos - o imóvel era desprovido de cobertura vegetal (fotografias anexas), sendo até aquele momento utilizado exclusivamente para o cultivo agrícola. Iniciaram então os adquirentes, a manutenção do lote inclusive com plantio de árvores a fim de conservar a área. Tendo os autores sucedido a posse da área no ano de 2001, mantêm-se como proprietários do imóvel, realizando cultivo de cereais e hortifrutis e possuem, ainda, documentos de aquisição do imóvel, quais sejam: contratos de promessa de compra e venda do imóvel celebrados com antecessores, documentos estes que são hábeis a comprovar que o imóvel lhe pertence e sobre ele exerce posse. Assim, apesar de ter adquirido o imóvel com notória boa-fé, até então os autores não obtiveram a formal propriedade sobre o mesmo em razão de que os proprietários registrares não procederam às regularizações e providências necessárias para a transferência do domínio aos adquirentes dos lotes e pelo que tem notícias eles há tempos se encontram ausentes do país. A posse total dos autores sobre o imóvel há mais de 15 anos é de conhecimento de todos, bem como que mantêm a área cultivada, realizando a manutenção do lote, tendo construído residência e cerca, e assim efetivamente se utilizam do imóvel, cumprindo com a função social da propriedade, dispensando maiores relatos. II- DO DIREITO Preconiza o Código Civil Brasileiro que: Art. 1.238 Aquele que, por quinze anos, sem interrupção, nem oposição, possuir como seu um imóvel, adquira-lhe a propriedade, independentemente de título e boa-fé; podendo requerer ao juiz que assim o declare por sentença, a qual servirá de título para o registro no Cartório de Registro de Imóveis. Parágrafo único. O prazo estabelecido neste artigo reduz-se à dez anos se o possuidor houver estabelecido no imóvel a sua moradia habitual, ou nele realizado obras ou serviços de caráter produtivo. De tal dispositivo, aduz-se que a pretensão do autor está devidamente amparada pela legislação pátria, visto que o autor exerce há mais de 15 anos a posse sobre o imóvel, com animus domini, o que inclusive é ratificado pelos documentos acostados. Ainda, importante ressaltar que apesar da posse por mais de 15 anos e ter o autor estabelecido sua área de lazer, plantio de árvores frutíferas e realização de benfeitorias, circunstâncias que dispensam a existência de justo título e boa-fé para que se declare a propriedade através da sentença de usucapião - assegura o art. 1.242 do CC que adquirirá a propriedade do imóvel, mediante usucapião ordinária, a situação fática que apresentar a junção de alguns elementos fundamentais, quais sejam, posse mansa, pacífica e ininterrupta de um determinado imóvel; lapso temporal de 10 (dez) anos, e ainda a constatação de que o possuidor esteja agindo de boa-fé e tenha a seu favor um justo título. Deste modo, temos que também se enquadra a situação do autor na hipótese definida pelo artigo 1242 do Código Civil, visto que possui justo título, qual seja: os contratos de compra e venda anexados, bem como a flagrante boa-fé. Salienta-se que aquele que possui um justo título, tem a seu favor a presunção de que é possuidor de boa-fé, conforme determina o art. 1.201, parágrafo único, do diploma civil. A jurisprudência esclarece a conceitualização do que seria justo título, conforme julgados do TJ/MG: APELAÇÃO CÍVEL - USUCAPIÃO ORDINÁRIO - REQUISITOS PREENCHIDOS - PROCEDÊNCIA DO PEDIDO INICIAL. Para o reconhecimento da prescrição aquisitiva delineada pelo artigo 551 do antigo Código Civil erigem-se como requisitos a) posse mansa, pacífica, e ininterrupta, exercida com intenção de dono; b) decurso do tempo de dez anos entre presentes, ou de quinze anos entre ausentes; c) justo título, mesmo que este contenha algum vício ou irregularidade; e boa-fé. Justo título não quer dizer título perfeito. É qualquer fato jurídico apto à transmissão de domínio, ainda que não registrado. A ação de usucapião compete também ao possuidor a non domino. (Número do processo: 2.0000.00.446409-7/000 1 Relator: DOMINGOS COELHO Data do

acórdão: 23/02/2005. Data da publicação: 05/03/2005) No mesmo sentido o nosso Egrégio TJ/PR: APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE USUCAPIÃO ORDINÁRIO. FALTA DE JUNTADA DA PLANTA DO IMÓVEL. DEFICIÊNCIA SUPRIDA POR DEMAIS DOCUMENTOS. CONTRATO DE COMPROMISSO DE COMPRA E VENDA. JUSTO TÍTULO E BOA-FÉ. DEMONSTRAÇÃO DA POSSE AD USUCAPIONEM POR MAIS DE 10 ANOS CONSECUTIVOS. INCIDÊNCIA DO ART. 551 DO CÓDIGO CIVIL DE 1916. CUMPRIMENTO DO LAPSO TEMPORAL. MANUTENÇÃO DA VERBA HONORÁRIA. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. 1. A ausência da planta do imóvel não torna inepta a petição inicial da ação declaratória de domínio por usucapião, se superado o requisito com a descrição do bem e apresentação da certidão de registro de imóveis, além de outros documentos que comprovam a localização exata do imóvel. 2. A doutrina mais recente vem reconhecendo o compromisso de compra e venda como justotítulo para os efeitos de usucapião ordinário, o que vem repercutindo em vários julgados (RT 566/97; 432/84 e LEX 226/109), sendo hábil para gerar usucapião ordinário (art. 551/CC/1916 e art. 1242/CC/2002). 3. Preenchido o lapso temporal e os demais requisitos atinentes a espécie da usucapião ordinária, deve ser mantida a sentença que reconheceu a aquisição da propriedade em favor da parte autora. 4. Recurso à que se nega provimento. (TJPR - 17ª C.Cível - AC 0478847-4 - Cascavel - Rel.: Juiz Subst. 2º G. Francisco Jorge - Unânime - J. 08.04.2009) Ainda, no que toca ao imóvel ser parte de área maior, tida como loteamento irregular, a nossa jurisprudência é no sentido de que nenhum óbice há para a declaração da Usucapião, vejamos: REEXAME NECESSÁRIO. AÇÃO DE USUCAPIÃO. POSSUIDOR DE PARTE IDEAL DE ÁREA MAIOR. AUSÊNCIA DE INSCRIÇÃO NO REGISTRO IMOBILIÁRIO. IMÓVEL EM CONDOMÍNIO. AÇÃO DE USUCAPIÃO.POSSIBILIDADE. POSSE EXCLUSIVA SOBRE ÁREA CERTA E DELIMITADA. ÁREA LOCALIZADA EM LOTEAMENTO IRREGULAR. IRRELEVÂNCIA. MODO ORIGINÁRIO DE AQUISIÇÃO DA PROPRIEDADE QUE PASSA A INTEGRAR O PATRIMÔNIO DO ADQUIRENTE SEM QUALQUER VÍCIO OU LIMITAÇÃO. REQUISITOS PREENCHIDOS (ART.550 DO CC/1916). PEDIDO JULGADO PROCEDENTE. SENTENÇA MANTIDA EM SEDE DE REEXAME NECESSÁRIO.1."Esta Corte firmou entendimento no sentido de ser possível ao condômino usucapir se exercer posse exclusiva sobre o imóvel"(STJ, AgRg no Ag 731971/MS, Terceira Turma, Rel. Min. Sidnei Beneti, j. 23.09.08).2. O fato de o imóvel usucapiendo integrar loteamento irregular, não impede a regularização da titularidade da sua propriedade pela usucapião. Apreensão da autora não é a regularização do loteamento, mas somente a declaração de domínio do imóvel onde exerce posse. TJ/PR Reexame Necessário: Acórdão 1289025-2.17ª Câmara Cível, Publicado em 22/04/2015. USUCAPIÃO - LOTEAMENTO IRREGULAR OU CLANDESTINO- Alegada impossibilidade de registro - Inadmissibilidade - Modo originário de aquisição da propriedade, que implicará em abertura de nova matrícula, a tudo regularizando - Precedente da Corte e da Câmara - Sentença reformada. Apelo provido. Processo APL 281523220048260224 SP 0028152-32.2004.8.26.0224 Órgão Julgador 6ª Câmara de Direito Privado Publicação 08/11/2011 Julgamento 27 de Outubro de 2011 Relator Percival Nogueira.TJ/SP. Assim, claro está que a pretensão do Autor merece ser acolhida, seja pelos fundamentos do art. 1238 caput e/ou parágrafo único do Código Civil, ou pelo disposto no artigo 1242 do mesmo diploma. Por todo o exposto fica demonstrado que os Autores são possuidores/proprietários de plena boa-fé, pois acredita que a área lhe pertence de fato e de direito, já que a posse é legítima e justa, pois foi adquirida de boa-fé de maneira legal e formal por meio de contrato. Os Autores ignoravam as condições administrativas do loteamento e qualquer vício em sua formação, sendo que agora buscam a regularização de sua propriedade individual, não do loteamento, confirmando sua legítima condição de dono do imóvel. A situação que atinge os Autores é a mesma de todos os outros moradores/adquirentes que estão cientes das condições dos demais, bem como inúmeros ingressaram com ações similares buscando a formalização de sua propriedade individual, pelo que concordam como presente pedido. Vê-se, pois, que a divisão da área comum em frações individuais já ocorreu pela ocupação consentida entre co-possuidores e regulados por seus contratos e marcos/cercas/muros fixados nos imóveis que se encontram absolutamente individualizados de maneira incontroversa, com exercício livre da posse de seus respectivos "proprietários". A usucapião é o único meio que o Autor tem para ver declarado a seu favor o domínio sobre a área que possui, assim como ocorreu em demanda análoga transitada em julgado após trâmite na 4.ª Vara da Fazenda Pública do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, sob o n.º 0001235-23.2010.8.16.0004. Na referida ação a sentença restou confirmada após julgamento pelo egrégio TJPR (RN 1289025-2, 17ª Câmara Cível), com julgamento procedente declarando a propriedade dos autores daquela ação sobre a área descrita na petição inicial, bem como expedindo mandado para que o Registro Imobiliário competente tomasse as providências necessárias à individualização da propriedade (produção de matrícula individual e registro), além de condenar a parte adversa em custas e honorários de sucumbência. Ainda que se pudesse retificar o registro do imóvel diretamente, o que não é o caso, na prática não haveria efeito neste ato diante da inviabilidade na aprovação do loteamento haja vista que a área já foi objeto de fracionamento, venda e ocupação. O pagamento por fração ideal de solo também não é possível, pois mesmo que a área estivesse regularizada nos termos legais, prescrita estaria a ação, uma vez que cada um dos condôminos tem a seu favor a prescrição aquisitiva. Também não há de se falar em composses por ela já haver cessado, no momento em que os seus titulares, de comum acordo, foram localizando e ocupando suas posses de modo a exercê-las com exclusividade sobre a parte delimitada do imóvel. Consoante tudo o que se demonstrou, configura-se ao caso em tela, em favor do Autor, a aquisição da propriedade da área pleiteada por prescrição aquisitiva. III -DA ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA Não possuem os autores condições neste momento de arcar com as custas processuais sem prejuízo do sustento próprio e da família. Assim, conforme declaração anexa, requer lhe seja concedido o benefício da ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA, previsto

na lei nº 1.060/50, ratificado pelos artigos 98 do Novo Código de Processo Civil. Porém, caso o M.M. Magistrado entenda não haver comprovação suficiente sobre a condição econômica da parte autora com a declaração de hipossuficiência de que não possui condições de arcar com as despesas processuais sem prejuízo do seu próprio sustento e de sua família, requer, de acordo com o Provimento nº 135, da Corregedoria-Geral da Justiça seja adotado o seguinte procedimento: 2.7.9 O requerimento de assistência gratuita será deferido se acompanhado da afirmação, na própria petição inicial ou em declaração autônoma, de que a parte não está em condições de pagar as custas do processo e os honorários de advogado, sem prejuízo próprio ou de sua família. 2.7.9.1 Ausente impugnação da parte contrária, e existindo elementos que contrariem a afirmação mencionada no item 2.7.9, poderá o magistrado, SEM SUSPENSÃO DO FEITO E EM AUTOS APARTADOS, exigir a apresentação de documentos ou outros meios de prova para corroborá-la. Diante disso, pugna desde já pelo deferimento do benefício da justiça gratuita e que o mesmo seja concedido independentemente de qualquer suspensão processual. IV- DOS PEDIDOS E REQUERIMENTOS a) Inicialmente requer o reconhecimento da conexão entre esta demanda e a de nº 0013267-40.2018.8.16.0017, estabelecendo-se a competência da 2ª Vara Cível de Maringá para julgar as mesmas. b) Diante do exposto, requer-se a V. Exa. que se digne a Julgar procedente o pedido dos autores para o fim de declarar o reconhecimento da usucapião sobre o lote de terras individualizado sendo 2.700,00m2 (dois mil e setecentos cinquenta quadrados), (conforme mapa e memorial descritivo) da área conhecida como "Condomínio Água Viva", situado na Gleba Ribeirão Pinguim, município de Floresta/PR, área maior: lote de terras sob nº, nº 315-A-1/316-317, unificação dos lotes 315-A, 316 e 317, matriculada sob nº 33.775, junto ao Registro de Imóveis 2º Ofício de Maringá, concedendo-lhe o domínio útil e propriedade com base no parágrafo único do artigo 1.238, do Código Civil, ou apenas do caput, ou ainda artigo 1242 do mesmo diploma, requerendo ainda: c) A citação dos réus para responder a demanda sob pena de confissão e revelia; bem como a citação por edital de terceiros interessados; A citação de todos os confinantes, conforme especificações abaixo: 1 - JULIANA SILVA GALVANI, brasileira, solteira, portador da cédula de identidade RG nº 4.636.234-9, inscrita no CPF sob nº 929.079.979-04, filha de José Hélio da Silva e Leda Maria Galvani da Silva, atualmente local incerto nos Estados Unidos da América, proprietária dos lotes contíguo nº 318, de matrícula 12.888, Gleba Pinguim- Floresta/PR (doc) e 316 -A e 317-A, de matrícula 10.796 - citação por edital, conforme documentos anexos oriundos de outras demandas, dado que é fato notório que a mesma se encontra em local incerto, nos Estados Unidos da América (conforme processos análogos) 2 - José Satochi Kimura, brasileiro, casado, lavrador, portador da cédula de identidade RG nº 608.912, inscrito no CPF/MF sob nº 190.270.529-72 e sua esposa Kimie Kimura, proprietários do lote contíguo nº 315-A, de matrícula 21866, Gleba Pinguim- Floresta/PR (doc). 3 - JOSÉ CARLOS MONTREZOL, brasileiro, dados desconhecidos, proprietário do lote contíguo nº 315, de matrícula nº 02664 (doc) 4 - CÁSSIA FERNANDA JACOVOS, brasileira, solteira, Cpf nº 031.413.849-83, com endereço Rua Moreno Júnior, nº 602, Jd Aclimação, Maringá/PR, proprietária do lote contíguo nº 316/317-B/315-A-1, de matrícula 36566, Gleba Pinguim- Floresta/PR (matrícula anexa). 5 - JOSEFA CAVALCANTE PASQUARELLI, brasileira, viúva cpf nº 025.243.989-94, com endereço à Estrada Ilha da Bananeira lote 307-A, vila Rural, e seus filhos: AMERICO PASQUARELLI, brasileiro, cpf nº 735.020.909-63, casado com MARIA ELIZABETE PASQUARELLI, dados desconhecidos; com endereço à Estrada Ilha da Bananeira lote 307-A, vila Rural, ANDRÉ PASQUARELLI NETO, brasileiro, solteiro, portador do CPF nº 017.859.799-65, com endereço à Rua Campo Grande, 951, Sarandi/PR, ANGELA MARIA PASQUARELLI, brasileira, solteira, Cpf nº 039.220.369-37, com endereço à Avenida Ivaí, s/n Figueira do Oeste/PR, CAROLINA MARIA PASQUARELLI DE CARVALHO, brasileira, Cpf nº 711.163.119-68 casada com VALMIR JOSÉ DE CARVALHO, brasileiro, endereço à Rua Presidente Rodrigues Alves nº 330, Araruna/PR, MARIA APARECIDA PASQUARELLI DA ROCHA, brasileira, Cpf nº 035.562.999-25, casada com ELIAS ALVES DA ROCHA, residentes à Rua Ipiranga, nº 04 Floresta/PR, NAIR PASQUARELLI, brasileira, solteira, cpf nº 017.008.729-82, residente à Estrada Ilha da Bananeira lote 307-A, vila Rural, Floresta/PR; OBERDÁ PASQUARELLI, brasileiro, cpf nº 946.044.499-00, casado com KATIA REGINA DE SOUZA MOTA, dados desconhecidos, residentes à Estrada Ilha da Bananeira lote 307-A, vila Rural, Floresta/PR; ODAIR PASQUARELLI, brasileiro, solteiro, cpf nº 800.035.899-94, residente à Estrada Ilha da Bananeira lote 307-A, vila Rural, Floresta/PR - proprietários do lote contíguo nº 316/317-B/315-A1-A, de matrícula 36567, Gleba Pinguim- Floresta/PR (certidão de matrícula anexa). d) A intimação quanto a presente dos representantes da Fazenda Pública; e) Expedição de mandado para que a sentença seja transcrita no Registro de Imóveis 2º Ofício de Imóveis da cidade de Maringá, mediante mandado, por constituir esta, título hábil para o respectivo registro e desmembramento do lote com geração de matrícula individual nos seguintes termos: a parte ideal da área maior abaixo descrita sendo então 2.700,00m2 (dois mil e setecentos cinquenta quadrados), (conforme mapa e memorial descritivo em anexo) da área conhecida como "Condomínio Água Viva", situado na Gleba Ribeirão Pinguim, município de Floresta/PR, área maior: o lote de terras sob nº 315-A-1/316-317, unificação dos lotes 315-A, 316 e 317, matriculada sob nº 33.775, junto ao Registro de Imóveis 2º Ofício de Maringá/PR. f) A produção de todas as provas permitidas em direito, especialmente a documental e testemunhal (rol anexo), além de todas as demais que se fizerem necessárias ao caso; g) Caso haja contestação, a condenação do réu ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios nos termos do art. 85, § 2º do CPC; h) O deferimento do benefício da assistência judiciária gratuita aos autores, nos moldes da lei nº 1060/50 e artigo 98 do CPC e considerando Vossa Excelência a eventual necessidade de comprovação mais aprofundada da situação econômica da parte que seja observado o Provimento nº 135, da Corregedoria-Geral da Justiça, sem qualquer suspensão processual. Atribui-se à presente demanda o valor de R\$30.000,00 (trinta mil reais)

Nestes termos, confia no deferimento. Campo Mourão, 28 de abril de 2020, assinado digitalmente assinado digitalmente Fernanda Bonatto Raphael Viana Couto OAB/PR 40.916 OAB/PR 49.973. 1- Concedo os benefícios da assistência judiciária à parte autora. 2- Encaminhe-se a presente ao Centro Judiciário de Despacho: Solução de Conflitos e Cidadania para designação de audiência de conciliação. 2.1- Após marcada a audiência pelo Cejusc, a Secretaria deverá promover a citação da parte ré com a antecedência mínima de vinte dias da data designada para a audiência, com as advertências contidas no § 8º do art. 334 do Código de Processo Civil. Os réus poderão apresentar manifestação de desinteresse na realização da audiência no prazo de dez dias de antecedência da data designada (art. 334, § 5º, do Código de Processo Civil). Informe o autor, no prazo de dez dias, eventual desinteresse na realização da audiência de conciliação, caso não tenha sido informado na petição inicial (art. 319, VII, do Código de Processo Civil). 2.2- O prazo para contestação é de quinze dias. A data do termo inicial se dá nos moldes do art. 335 do Código de Processo Civil. 2.3- Não havendo autoconstituição, o prazo para contestação será contado na forma do art. 335 do Código de Processo Civil. 2.4- Sendo o caso de citação por carta precatória, não sendo hipótese de expedição de mandado regionalizado (Instrução Normativa Conjunta nº 25/2020 do TJPR), a parte ré será citada para apresentação de resposta em 15 dias úteis, sem prejuízo de ulterior designação de audiência de conciliação, a depender do interesse das partes. 2.5- Citem-se por edital eventuais terceiros interessados (art. 259, I, do CPC). 2.6- Citem-se pessoalmente os confinantes (art. 246, § 3º, do CPC), conforme indicado em f.1.1.3- Intimem-se, para que manifestem eventual interesse na causa, a União, o Estado do Paraná e o Município, encaminhando-se a cada um a cópia da inicial e dos documentos que a instruíram. Airton Vargas da Silva, Juiz de Direito." E, para que ninguém no futuro venha alegar ignorância, expediu-se o presente edital que será publicado e afixado na forma da Lei. DADO E PASSADO nesta cidade e comarca de Maringá, Estado do Paraná, aos 27 de agosto de 2021. Eu _____ (LUIZ AFFONSO FRANZONI FILHO), Escrivão, digitei e subscrevi o presente. AIRTON VARGAS DA SILVA, Juiz de Direito

EDITAL DE CITAÇÃO DE JULIANA SILVA GALVANI e EVENTUAIS INTERESSADOS

PRAZO DESTE EDITAL: 20 (VINTE) DIAS.

(ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA)

O Exmo. Sr. AIRTON VARGAS DA SILVA, MM. Juiz de Direito da Segunda Vara Cível da Comarca de Maringá, Estado do Paraná, na forma da Lei, etc...FAZ SABER a todos quanto o presente Edital vierem ou dele conhecimento tiverem que por este Juízo e Cartório, processam-se os termos do processo virtual - PROJUDI, sob nº 0011055-41.2021.8.16.0017, AÇÃO DE USUCAPIÃO EXTRAORDINÁRIO, em que são requerentes: ADOÃO MARCELINO, ALZIRA RODRIGUES MARCELINO e requeridos: CLAUDIA JEANE DE SOUZA SILVA, JOSE EVALDO DA SILVA. É o presente edital expedido para CITAÇÃO do confinante JULIANA SILVA inscrita no CPF/MF nº 929.079.979-04 e dos interessados, incertos e desconhecidos, para que tomem conhecimento da ação, do inteiro teor da petição inicial, GALVANI cuja síntese segue adiante, e do r. despacho abaixo transcrito e, querendo, apresente(m) resposta, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Ciente(s) de que não sendo contestada a ação presumir-se-ão aceitos como verdadeiros os fatos articulados pelo requerente, conforme dispõem o artigo 344 do Código de Processo Civil. Síntese da inicial: EXCELENTÍSSIMO DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE MARINGÁ - ESTADO DO PARANÁ. Conexão - dependência autos - 0013267-40.2018.8.16.0017 c/ Pedido de Assistência Judiciária Gratuita e observância ao provimento 15 CGJ ADOÃO MARCELINO, brasileiro, casado, inscrito no CPF de nº 349.359.839-49, portador da carteira de identidade RG nº 2.147.923 SSP-PR, e sua esposa ALZIRA RODRIGUES MARCELINO, brasileira, casada, inscrita no Cpf nº 053.165.049-92, residentes à Estrada da Pedreira, zona rural de Floresta/PR, por intermédio de seus procuradores subscritos, advogados regularmente inscritos na OAB/PR, com escritório profissional cujo endereço consta no rodapé desta página, onde recebem intimações, vem respeitosamente a este Juízo, estribado nos artigos 1.238, parágrafo único e 1.242 do Código Civil, deduzir pretensão de USUCAPIÃO em face de JOSÉ EVALDO DA SILVA, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 395.458-301-15, portador do Rg nº 9501555-7 e sua esposa CLÁUDIA JEANE DE SOUZA SILVA, brasileira, corretora de seguros, inscrita no CPF nº 809.307.609 -30, Rg nº 586784-0, com endereço à Avenida Goioerê, 2539, ap 503, Campo Mourão/PR, com base nos fatos e fundamentos que seguem adiante: PRELIMINARMENTE DA CONEXÃO Nos termos do artigo 55 do Código de Processo Civil "Reputam-se conexas 2 (duas) ou mais ações quando lhes for comum o pedido ou a causa de pedir." O caso em análise se trata de usucapião cuja causa de pedir se repete no feito nº 013267-40.2018.8.16.0017 (autor Carlos Suzuki), conforme restará claro nos tópicos abaixo, haja vista que o pleito nas duas demandas é por frações de denominado "Condomínio Água Viva" devido à comercialização em lotes, de propriedade dos réus. Assim é que a conexão, pelo disposto nos parágrafos 1º e 3º do artigo 55 do CPC, impõe a reunião dos feitos para julgamento, motivo pelo qual esta demanda sendo conexa à retro mencionada, torna prevento o juízo da 2ª Vara Cível desta Comarca, o qual deverá julgar ambas e requer que assim determinado. I - INTROITO No final da década de 90 foi iniciado pelos proprietários registrares anteriores, sra JULIANA GALVANI e seu pai JOSÉ HÉLIO, um loteamento denominado "Condomínio Água Viva", localizado no município de Floresta, em uma antiga área de lavoura mecanizada próxima a ponte do Rio Ivaí entre Maringá e Campo Mourão. No panfleto publicitário anexado, consta a informação de autorização do loteamento pela Prefeitura Municipal de Floresta, bem como a promessa de infraestrutura, como água, luz e cascalho. A

mencionada senhora loteadora, fez vias de acesso e dividiu os lotes sem completar a infraestrutura ou legalizar o empreendimento. Realizou divulgação e vendeu os lotes para adquirentes de boa-fé, sendo que hoje parte de um destes lotes pertence ao Autor. Porém o loteamento nunca foi concluído ou regularizado junto às autoridades. O imóvel usucapiendo corresponde à uma parte ideal da área maior conhecida como "Condomínio Água Viva", situado na Gleba Ribeirão Pinguim, município de Floresta/PR, área maior: Lote de terras sob nº 315-A-1/316-317, unificação dos lotes 315-A, 316 e 317, matriculada sob nº 33.775 esta com área total de 77.924 m2 (setenta e sete mil novecentos e vinte e quatro metros quadrados) junto ao Registro de Imóveis^{2º} Ofício de Maringá, conforme matrícula anexa (doc). Apesar de não ter sido aprovado formalmente como loteamento, o imóvel descrito está de fato dividido em lotes, com vias de acesso, tudo de maneira claramente delimitada e sem divergências territoriais entre os confinantes, que providenciaram cada um ou em conjunto melhorias, a saber, água, energia elétrica e cascalhamento de estradas.

I. DA SITUAÇÃO FÁTICA DOS AUTORES Os Autores adquiriram de antecessores, por meio de contrato de compromisso de compra e venda firmado em 23.01.2020, a parte ideal da área retro descrita, fração ideal correspondente a 1.125,00m2 (mil cento e vinte cinco metros quadrados) (conforme mapa e memorial descritivo) e desde aquela data agem como donos exclusivamente, de forma mansa, pacífica e ininterrupta, sem a interferência ou oposição de quem quer que seja, o que somada à posse dos antecessores desde por volta do ano 2000, resulta num período total maior do que 15 anos, como fazem prova os contratos anexos (docs). Conforme retro apontado, o lote de terras sob nº, nº 315-A-1/316-317, unificação dos lotes 315-A, 316 e 317, matriculada sob nº 33.775, área maior da qual é integrante a parte do lote usucapiendo - cujos proprietários registral são os réus - é de fato subdividida em vários outros lotes, sendo parte de um deles o que ora se questiona. À época da aquisição do referido lote, por volta do ano 2000, pelos antecessores dos autores, conforme demonstram os documentos anexos - o imóvel era desprovido de cobertura vegetal (fotografias anexas), sendo até aquele momento utilizado exclusivamente para o cultivo agrícola. Iniciaram então os adquirentes antecessores da posse do autor, a manutenção do lote inclusive com plantio de árvores a fim de conservar a área. Logo após tendo o autor sucedido a posse da área no ano de 2020, mantém-se como proprietário do imóvel, utilizando-o para moradia; realizando cultivo de cereais e hortifrúts e possui, ainda, documentos de aquisição do imóvel, quais sejam: contratos de promessa de compra e venda do imóvel celebrados por antecessores, bem como pelo autor, documentos estes que são hábeis a comprovar que o imóvel lhe pertence e sobre ele exerce posse. Assim, apesar de ter adquirido o imóvel com notória boa-fé, até então o autor não obteve a formal propriedade sobre o mesmo em razão de que os proprietários registrais não procederam às regularizações e providências necessárias para a transferência do domínio aos adquirentes dos lotes e pelo que tem notícias eles há tempos se encontram ausentes do país. A posse total dos autores sobre o imóvel - somada a dos antecessores - há mais de 15 anos é de conhecimento de todos, bem como que mantêm sua moradia no imóvel pequenos cultivos, realizando manutenção do lote, e assim efetivamente se utiliza do imóvel, cumprindo com a função social da propriedade, dispensando maiores relatos.

II- DO DIREITO Preconiza o Código Civil Brasileiro que: Art. 1.238 Aquele que, por quinze anos, sem interrupção, nem oposição, possuir como seu um imóvel, adquira-lhe a propriedade, independentemente de título e boa-fé; podendo requerer ao juiz que assim o declare por sentença, a qual servirá de título para o registro no Cartório de Registro de Imóveis. Parágrafo único. O prazo estabelecido neste artigo reduzir-se-á a dez anos se o possuidor houver estabelecido no imóvel a sua moradia habitual, ou nele realizado obras ou serviços de caráter produtivo. De tal dispositivo, aduz-se que a pretensão do autor está devidamente amparada pela legislação pátria, visto que o autor exerce há mais de 15 anos a posse sobre o imóvel, com ânimo domini, o que inclusive é ratificado pelos documentos acostados. Ainda, importante ressaltar que apesar da posse por mais de 15 anos e ter o autor estabelecido sua área de lazer, plantio de árvores frutíferas e realização de benfeitorias, circunstâncias que dispensam a existência de justo título e boa-fé para que se declare a propriedade através da sentença de usucapião - assegura o art.1.242 do CC que adquirirá a propriedade do imóvel, mediante usucapião ordinária, a situação fática que apresentar a junção de alguns elementos fundamentais, quais sejam, posse mansa, pacífica e ininterrupta de um determinado imóvel; lapso temporal de 10 (dez) anos, e ainda a constatação de que o possuidor esteja agindo de boa-fé e tenha a seu favor um justo título. Deste modo, temos que também se enquadra a situação do autor na hipótese definida pelo artigo 1242 do Código Civil, visto que possui justo título, qual seja: os contratos de compra e venda anexados, bem como a flagrante boa-fé. Salienta-se que aquele que possui um justo título, tem a seu favor a presunção de que é possuidor de boa-fé, conforme determina o art. 1.201, parágrafo único, do diploma civil. Ainda, no que toca ao imóvel ser parte de área maior, tida como loteamento irregular, a nossa jurisprudência é no sentido de que nenhum óbice há para a declaração da Usucapião, vejamos: Assim, claro está que a pretensão do Autor merece ser acolhida, seja pelos fundamentos do art. 1238 caput e/ou parágrafo único do Código Civil, ou pelo disposto no artigo 1242 do mesmo diploma. Por todo o exposto fica demonstrado que os Autores são possuidores/proprietários de plena boa-fé, pois acredita que a área lhe pertence de fato e de direito, já que a posse é legítima e justa, pois foi adquirida de boa-fé de maneira legal e formal por meio de contrato. Os Autores ignoravam as condições administrativas do loteamento e qualquer vício em sua formação, sendo que agora busca a regularização de sua propriedade individual, não do loteamento, confirmando sua legítima condição de dono do imóvel. A situação que atinge os Autores é a mesma de todos os outros moradores/adquirentes que estão cientes das condições dos demais, bem como inúmeros ingressaram com ações similares buscando a formalização de sua propriedade individual, pelo que concordam como presente pedido. Vê-se, pois, que a divisão da área comum em frações individuais já ocorreu pela ocupação consentida entre co-possuidores e

regulados por seus contratos e marcos/cercas/muros fixados nos imóveis que se encontram absolutamente individualizados de maneira incontroversa, com exercício livre da posse de seus respectivos "proprietários". A usucapião é o único meio que o Autor tem para ver declarado a seu favor o domínio sobre a área que possui, assim como ocorreu em demanda análoga transitada em julgado após trâmite na 4.ª Vara da Fazenda Pública do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, sob o n.º 0001235-23.2010.8.16.0004. Na referida ação a sentença restou confirmada após julgamento pelo egrégio TJPR (RN 1289025-2, 17.ª Câmara Cível), com julgamento procedente declarando a propriedade dos autores daquela ação sobre a área descrita na petição inicial, bem como expedindo mandado para que o Registro Imobiliário competente tomasse as providências necessárias à individualização da propriedade (produção de matrícula individual e registro), além de condenar a parte adversa em custas e honorários de sucumbência. Ainda que se pudesse retificar o registro do imóvel diretamente, o que não é o caso, na prática não haveria efeito neste ato diante da inviabilidade na aprovação do loteamento haja vista que a área já foi objeto de fracionamento, venda e ocupação. O pagamento por fração ideal de solo também não é possível, pois mesmo que a área estivesse regularizada nos termos legais, prescrita estaria a ação, uma vez que cada um dos condôminos tem a seu favor a prescrição aquisitiva. Também não há de se falar em comosse por ela já haver cessado, no momento em que os seus titulares, de comum acordo, foram localizando e ocupando suas posses de modo a exercê-las com exclusividade sobre a parte delimitada do imóvel. Consoante tudo o que se demonstrou, configura-se ao caso em tela, em favor do Autor, a aquisição da propriedade da área pleiteada por prescrição aquisitiva.

III -DA ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA Não possuem os autores condições neste momento de arcar com as custas processuais sem prejuízo do sustento próprio e da família. Assim, conforme declaração anexa, requer-lhe seja concedido o benefício da ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA, previsto na lei nº 1.060/50, ratificado pelos artigos 98 do Novo Código de Processo Civil. Porém, caso o M.M. Magistrado entenda não haver comprovação suficiente sobre a condição econômica da parte autora com a declaração de hipossuficiência de que não possui condições de arcar com as despesas processuais sem prejuízo do seu próprio sustento e de sua família, requer, de acordo com o Provimento nº 135, da Corregedoria-Geral da Justiça seja adotado o seguinte procedimento: 2.7.9 - O requerimento de assistência gratuita será deferido se acompanhado da afirmação, na própria petição inicial ou em declaração autônoma, de que a parte não está em condições de pagar as custas do processo e os honorários de advogado, sem prejuízo próprio ou de sua família. 2.7.9.1 - Ausente impugnação da parte contrária, e existindo elementos que contrariem a afirmação mencionada no item 2.7.9, poderá o magistrado, SEM SUSPENSÃO DO FEITO E EM AUTOS APARTADOS, exigir a apresentação de documentos ou outros meios de prova para corroborá-la. Diante disso, pugna desde já pelo deferimento do benefício da justiça gratuita e que o mesmo seja concedido independentemente de qualquer suspensão processual.

IV-DOS PEDIDOS E REQUERIMENTOS a) Inicialmente requer o reconhecimento da conexão entre esta demanda e a de nº 0013267-40.2018.8.16.0017, estabelecendo-se a competência da 2ª Vara Cível de Maringá para julgar as mesmas. SEM SUSPENSÃO DO FEITO E EM AUTOS APARTADOS, exigir a apresentação de documentos ou outros meios de prova para corroborá-la. Diante disso, pugna desde já pelo deferimento do benefício da justiça gratuita e que o mesmo seja concedido independentemente de qualquer suspensão processual.

IV-DOS PEDIDOS E REQUERIMENTOS a) Inicialmente requer o reconhecimento da conexão entre esta demanda e a de nº 0013267-40.2018.8.16.0017, estabelecendo-se a competência da 2ª Vara Cível de Maringá para julgar as mesmas. b) Diante do exposto, requer-se a V. Exa. que se digne a julgar procedente o pedido dos autores para o fim de declarar o reconhecimento da usucapião sobre o lote de terras individualizado sendo 1.125,00m2 (mil cento e vinte cinco metros quadrados) (conforme mapa e memorial descritivo) da área conhecida como "Condomínio Água Viva", situado na Gleba Ribeirão Pinguim, município de Floresta/PR, área maior: lote de terras sob nº, nº 315-A-1/316-317, unificação dos lotes 315-A, 316 e 317, matriculada sob nº 33.775, junto ao Registro de Imóveis^{2º} Ofício de Maringá, concedendo-lhe o domínio útil e propriedade com base no parágrafo único do artigo 1.238, do Código Civil, ou apenas do caput, ou ainda artigo 1242 do mesmo diploma, requerendo ainda: c) A citação dos réus para responder a demanda sob pena de confissão e revelia; bem como a citação por edital de terceiros interessados; A citação de todos os confinantes, conforme especificações abaixo: 1 - JULIANA SILVA GALVANI, brasileira, solteira, portador da cédula de identidade RG nº 4.636.234-9, inscrita no CPF sob o nº 929.079.979-04, filha de José Hélio da Silva e Leda Maria Galvani da Silva, atualmente local incerto nos Estados Unidos da América, proprietária dos lotes contíguos nº 318, de matrícula 12.888, Gleba Pinguim- Floresta/PR (doc) e 316 -A e 317-A, de matrícula 10.796 - citação por edital, conforme documentos anexos oriundos de outras demandas, dado que é fato notório que a mesma se encontra em local incerto, nos Estados Unidos da América; 2 - José Satoshi Kimura, brasileiro, casado, lavrador, portador da cédula de identidade RG nº 608.912, inscrito no CPF/MF sob o nº 190.270.529-72 e sua esposa Kimie Kimura, proprietários do lote contíguo nº 315-A, de matrícula 21866, Gleba Pinguim- Floresta/PR (doc). 3 - JOSÉ CARLOS MONTREZOL, brasileiro, dados desconhecidos, proprietário do lote contíguo nº 315, de matrícula nº 02664 (doc) 4 - CÁSSIA FERNANDA JACOVÓS, brasileira, solteira, Cpf nº 031.413.849-83, com endereço Rua Moreno Júnior, nº 602, Jd Aclimação, Maringá/PR, proprietária do lote contíguo nº 316/317-B/315-A-1, de matrícula 36566, Gleba Pinguim- Floresta/PR (matrícula anexa). 5 - JOSEFA CAVALCANTE PASQUARELLI, brasileira, viúva cpf nº 025.243.989-94, com endereço à Estrada Ilha da Bananeira lote 307-A, vila Rural, e seus filhos: AMERICO PASQUARELLI, brasileiro, cpf nº 735.020.909-63, casado com MARIA ELIZABETE PASQUARELLI, dados desconhecidos; com endereço à Estrada Ilha da Bananeira lote 307-A, vila Rural, ANDRÉ PASQUARELLI NETO, brasileiro, solteiro, portador do CPF nº 017.859.799-65, com endereço à Rua Campo Grande, 951, Sarandi/PR, ANGELA

MARIA PASQUARELLI, brasileira, solteira, Cpf nº 039.220.369-37, com endereço à Avenida Ivaí, s/n Figueira do Oeste/PR, CAROLINA MARIA PASQUARELLI DE CARVALHO, brasileira, Cpf nº 711.163.119-68 casada com VALMIR JOSÉ DE CARVALHO, brasileiro, endereço à Rua Presidente Rodrigues Alves nº 330, Araruna/PR, MARIA APARECIDA PASQUARELLI DA ROCHA, brasileira, Cpf nº 035.562.999-25, casada com ELIAS ALVES DA ROCHA, residentes à Rua Ipiranga, nº 04 Floresta/PR, NAIR PASQUARELLI, brasileira, solteira, cpf nº 017.008.729-82, residente à Estrada Ilha da Bananeira lote 307-A, vila Rural, Floresta/PR; OBERDÁ PASQUARELLI, brasileiro, cpf nº 946.044.499-00, casado com KATIA REGINA DE SOUZA MOTA, dados desconhecidos, residentes à Estrada Ilha da Bananeira lote 307-A, vila Rural, Floresta/PR; ODAIR PASQUARELLI, brasileiro, solteiro, cpf nº 800.035.899-94, residente à Estrada Ilha da Bananeira lote 307-A, vila Rural, Floresta/PR - proprietários do lote contíguo nº 316/317-B/315-A1-A, de matrícula 36567, Gleba Pinguim- Floresta/PR (certidão de matrícula anexa). d) A intimação quanto a presente dos representantes da Fazenda Pública; e) Expedição de mandado para que a sentença seja transcrita no Registro de Imóveis 2º Ofício de Imóveis da cidade de Maringá, mediante mandado, por constituir esta, título hábil para o respectivo registro e desmembramento do lote com geração de matrícula individual nos seguintes termos: a parte ideal da área maior abaixo descrita sendo então 1.125,00m2 (mil cento e vinte cinco metros quadrados)(conforme mapa e memorial descritivo) da área conhecida como "Condomínio Água Viva", situado na Gleba Ribeirão Pinguim, município de Floresta/PR, área maior: o lote de terras sob nº, nº 315-A-1/316-317, unificação dos lotes 315-A, 316 e 317, matriculada sob n.º 33.775, junto ao Registro de Imóveis 2º Ofício de Maringá/PR. f) A produção de todas as provas permitidas em direito, especialmente a documental e testemunhal (rol anexo), além de todas as demais que se fizerem necessárias ao caso; g) Caso haja contestação, a condenação do réu ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios nos termos do art. 85, § 2º do CPC; h) O deferimento do benefício da assistência judiciária gratuita aos autores, nos moldes da lei nº 1060/50 e artigo 98 do CPC e considerando Vossa Excelência a eventual necessidade de comprovação mais aprofundada da situação econômica da parte que seja observado o Provimento nº 135, da Corregedoria-Geral da Justiça, sem qualquer suspensão processual. Atribui-se à presente demanda o valor de R\$150.000,00 (cento e cinquenta mil reais). Nestes termos, confia no deferimento. Campo Mourão, 15 de benefícios da assistência judiciária à parte autora. 2- Encaminhe-se a presente ao Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania para designação de audiência de conciliação.2.1- Após marcada a audiência pelo Cejusc, a Secretaria deverá promover a citação da parte ré com a antecedência mínima de vinte dias da data designada para a audiência, com as advertências contidas no § 8º do art. 334 do Código de Processo Civil. Os réus poderão apresentar manifestação de desinteresse na realização da audiência no prazo de dez dias de antecedência da data designada (art. 334, § 5º, do Código de Processo Civil).Informe o autor, no prazo de dez dias, eventual desinteresse na realização da audiência de conciliação, caso não tenha sido informado na petição inicial (art. 319, VII, do Código de Processo Civil). 2.2- O prazo para contestação é de quinze dias. A data do termo inicial se dá nos moldes do art. 335 do Código de Processo Civil.2.3- Não havendo autocomposição, o prazo para contestação será contado na forma do art.335 do Código de Processo Civil. 2.4- Sendo o caso de citação por carta precatória, não sendo hipótese de expedição de mandado regionalizado (Instrução Normativa Conjunta nº 25/2020 do TJPR), a parte ré será citada para apresentação de resposta em 15 dias úteis, sem prejuízo de ulterior designação de audiência de conciliação, a depender do interesse das partes.2.5- Citem-se por edital eventuais terceiros interessados (art. 259, I, do CPC). 2.6- Citem-se pessoalmente os confinantes (art. 246, § 3º, do CPC), conforme indicado em f.1.1.3- Intimem-se, para que manifestem eventual interesse na causa, a União, o Estado do Paraná e o Município, encaminhando-se a cada um a cópia da inicial e dos documentos que a instruíram. Ailton Vargas da Silva, Juiz de Direito." E, para que ninguém no futuro venha alegar ignorância, expediu-se o presente edital que será publicado e afixado na forma da Lei. DADO E PASSADO nesta cidade e comarca de Maringá, Estado do Paraná, aos 26 de agosto de 2021.Eu _____(LUIZ AFFONSO FRANZONI FILHO), Escrivão, digitei e subscrevi o presente.

AIRTON VARGAS DA SILVA, Juiz de Direito

EDITAL DE CITAÇÃO DE JULIANA SILVA GALVANI e EVENTUAIS INTERESSADOS

PRAZO DESTA EDITAL: 20 (VINTE) DIAS.
(ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA)

O Exmo. Sr. AIRTON VARGAS DA SILVA, MM. Juiz de Direito da Segunda Vara Cível da Comarca de Maringá, Estado do Paraná, na forma da Lei, etc...FAZ SABER a todos quanto o presente Edital vierem ou dele conhecimento tiverem que por este Juízo e Cartório, processam-se os termos do processo virtual - PROJUDI, sob nº 0013077-72.2021.8.16.0017, AÇÃO DE USUCAPIÃO EXTRAORDINÁRIO, em que são requerentes: Dejaire Lima da Costa, Neide Maria da Costa Freitas, NIZA HELENA RIBEIRO COSTA, ROMILDO DE FREITAS e requeridos: CLAUDIA JEANE DE SOUZA SILVA e JOSE EVALDO DA SILVA. É o presente edital expedido para CITAÇÃO do confinante JULIANA SILVA GALVANI inscrita no CPF/MF nº 929.079.979-04 e dos interessados, incertos e desconhecidos, para que tomem conhecimento da ação, do inteiro teor da petição inicial, cuja síntese segue adiante, e do r. despacho abaixo transcrito e, querendo, apresente(m) resposta, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Cliente(s) de que não sendo contestada a ação presumir-se-ão aceitos como verdadeiros os fatos articulados pelo requerente, conforme dispõem o artigo 344 do Código de Processo Civil. Síntese da inicial: EXCELENTÍSSIMO

DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE MARINGÁ - ESTADO DO PARANÁ. Conexão - dependência autos - 0013267-40.2018.8.16.0017 c/ Pedido de Assistência Judiciária Gratuita e observância ao provimento 15 CGJ ROMILDO DE FREITAS, brasileiro, casado, aposentado, Rg nº 17851785/PR, portador do CPF nº 204.643.639-34 e sua esposa NEIDE MARIA DA COSTA, brasileira, casada, CPF nº 914.244.459-49, portadora do RG nº 15.883.901-6, residentes, Estrada da Pedreira s/ nº, Floresta/PR, DEJAIRE LIMA DA COSTA, brasileiro, do comércio, casado, portador da cédula de identidade RG nº 3998325-7/PR, inscrito no CPF/MF sob o nº 571.372.189-20 e sua esposa NIZA HELENA RIBEIRO COSTA, brasileira, casada, aposentada, portadora da cédula de identidade RG nº 5.417.958-8PR, inscrita no CPF/MF sob o nº 506.285.939-53, com endereço à Rua João Nunes, nº 837 - Maringá e Estrada da Pedreira, zona rural de Floresta/PR, por intermédio de seus procuradores subscritos, advogados regularmente inscritos na OAB/PR, com escritório profissional cujo endereço consta no rodapé desta página, onde recebem intimações, vem respeitosamente a este Juízo, estribado nos artigos 1.238, parágrafo único e 1.242 do Código Civil, deduzir pretensão de USUCAPIÃO JOSE EVALDO DA SILVA, em face de brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 395.458-301-15, portador do Rg nº 9501555-7 e sua esposa CLÁUDIA JEANE DE SOUZA SILVA, brasileira, corretora de seguros, inscrita no CPF nº 809.307.609 PRELIMINARMENTE-30, Rg nº 586784-0, com endereço à Avenida Goioerê, 2539, ap 503, Campo Mourão/PR, com base nos fatos e fundamentos que seguem adiante:DA CONEXÃO Nos termos do artigo 55 do Código de Processo Civil "Reputam-se conexas 2 (duas) ou mais ações quando lhes for comum o pedido ou a causa de pedir." O caso em análise se trata de usucapião cuja causa de pedir se repete no feito nº 013267-40.2018.8.16.0017 (autor Carlos Suzuki), conforme restará claro nos tópicos abaixo, haja vista que o pleito nas duas demandas é por frações de denominado "Condomínio Água Viva" devido à comercialização em lotes, de propriedade dos réus. Assim é que a conexão, pelo disposto nos parágrafos 1º e 3º do artigo 55 do CPC, impõe a reunião dos feitos para julgamento, motivo pelo qual esta demanda sendo conexa à retro mencionada, torna prevento o juízo da 2ª Vara Cível desta Comarca, o qual deverá julgar ambas e requer que assim determinado. I - INTROITO No final da década de 90 foi iniciado pelos proprietários registrares anteriores, sra JULIANA GALVANI e seu pai JOSÉ HÉLIO, um loteamento denominado "Condomínio Água Viva", localizado no município de Floresta, em uma antiga área de lavoura mecanizada próxima a ponte do Rio Ivaí entre Maringá e Campo Mourão. No panfleto publicitário anexado, consta a informação de autorização do loteamento pela Prefeitura Municipal de Floresta, bem como a promessa de infraestrutura, como água, luz e cascalho. A mencionada senhora loteadora, fez vias de acesso e dividiu os lotes sem completar a infraestrutura ou legalizar o empreendimento. Realizou divulgação e vendeu os lotes para adquirentes de boa-fé, sendo que hoje um destes lotes pertence ao Autor. Porém o loteamento nunca foi concluído ou regularizado junto às autoridades. O imóvel usucapiendo corresponde à uma parte ideal da área maior conhecida como "Condomínio Água Viva", situado na Gleba Ribeirão Pinguim, município de Floresta/PR, área maior: Lote de terras sob nº 315-A-1/316-317, unificação dos lotes 315-A,316 e 317, matriculada sob nº 33.775, esta com área total de 77.924 m2 (setenta e sete mil novecentos e vinte e quatro metros quadrados) junto ao Registro de Imóveis 2º Ofício de Maringá. Apesar de não ter sido aprovado formalmente como loteamento, o imóvel descrito está de fato dividido em lotes, com vias de acesso, tudo de maneira claramente delimitada e sem divergências territoriais entre os confinantes, que providenciaram cada um ou em conjunto melhorias, a saber, água, energia elétrica e cascalho de estradas. I. DA SITUAÇÃO FÁTICA DOS AUTORES Os Autores adquiriram de antecessores, por meio de contrato de compromisso de compra e venda firmado em 29.12.2000, a parte ideal da área retro descrita, fração ideal correspondente a 2.250,00m2 (dois mil duzentos e cinquenta metros quadrados), (conforme mapa e memorial descritivo) e desde aquela data agem como donos exclusivamente, de forma mansa, pacífica e ininterrupta, sem a interferência ou oposição de quem quer que seja, resultando num período total maior do que 15 anos, como fazem prova o contrato e demais documentos anexos (docs). Conforme retro apontado, o lote de terras sob nº, nº 315-A-1/316-317, unificação dos lotes 315-A, 316 e 317, matriculada sob n.º 33.775, área maior da qual é integrante a parte do lote usucapiendo - cujos proprietários registral são os réus - é de fato subdividida em vários outros lotes, sendo parte de um deles o que ora se questiona. À época da aquisição do referido lote, no ano 2000, conforme demonstram os documentos anexos - o imóvel era desprovido de cobertura vegetal (fotografias anexas), sendo até aquele momento utilizado exclusivamente para o cultivo agrícola. Iniciaram então os adquirentes, a manutenção do lote inclusive com plantio de árvores a fim de conservar a área. Tendo os autores sucedido a posse da área no ano de 2000, mantêm-se como proprietários do imóvel, fazendo dele residência/área de lazer e possuem, ainda, documentos de aquisição do imóvel, quais sejam: contratos de promessa de compra e venda do imóvel celebrados com antecessores, documentos estes que são hábeis a comprovar que o imóvel lhe pertence e sobre ele exerce posse. Assim, apesar de ter adquirido o imóvel com notória boa-fé, até então os autores não obtiveram a formal propriedade sobre o mesmo em razão de que os proprietários registrares não procederam às regularizações e providências necessárias para a transferência do domínio aos adquirentes dos lotes e pelo que tem notícias eles há tempos se encontram ausentes do país. A posse total dos autores sobre o imóvel há mais de 15 anos é de conhecimento de todos, bem como que mantêm a área conservada, realizando a manutenção do lote, tendo construído residência, cerca e muro, e assim efetivamente se utilizam do imóvel, cumprindo com a função social da propriedade, dispensando maiores relatos. II- DO DIREITO Preconiza o Código Civil Brasileiro que: Art. 1.238 Aquele que, por quinze anos, sem interrupção, nem oposição, possuir como seu um imóvel, adquire-lhe a propriedade, independentemente de título e boa-fé; podendo requerer ao juiz que assim o declare por sentença, a qual servirá de título para o registro no Cartório de

Registro de Imóveis. Parágrafo único. O prazo estabelecido neste artigo reduzir-se-á a dez anos se o possuidor houver estabelecido no imóvel a sua moradia habitual, ou nele realizado obras ou serviços de caráter produtivo. De tal dispositivo, aduz-se que a pretensão do autor está devidamente amparada pela legislação pátria, visto que os autores exercem há mais de 15 anos a posse sobre o imóvel, com ânimo domini, o que inclusive é ratificado pelos documentos acostados. Ainda, importante ressaltar que apesar da posse por mais de 15 anos e ter o autor estabelecido sua área de lazer, plantio de árvores frutíferas e realização de benfeitorias, circunstâncias que dispensam a existência de justo título e boa-fé para que se declare a propriedade através da sentença de usucapião - assegura o art. 1.242 do CC que adquirirá a propriedade do imóvel, mediante usucapião ordinária, a situação fática que apresentar a junção de alguns elementos fundamentais, quais sejam, posse mansa, pacífica e ininterrupta de um determinado imóvel; lapso temporal de 10 (dez) anos, e ainda a constatação de que o possuidor esteja agindo de boa-fé e tenha a seu favor um justo título. Deste modo, temos que também se enquadra a situação dos autores na hipótese definida pelo artigo 1242 do Código Civil, visto que possui justo título, qual seja: os contratos de compra e venda anexados, bem como a flagrante boa-fé. Salienta-se que aquele que possui um justo título, tem a seu favor a presunção de que é possuidor de boa-fé, conforme determina o art. 1.201, parágrafo único, do diploma civil. A jurisprudência esclarece a conceituação do que seria justo título, conforme julgados do TJ/MG: APELAÇÃO CÍVEL - USUCAPÃO ORDINÁRIO - REQUISITOS PREENCHIDOS - PROCEDÊNCIA DO PEDIDO INICIAL. Para o reconhecimento da prescrição aquisitiva delineada pelo artigo 551 do antigo Código Civil erigem-se como requisitos a) posse mansa, pacífica, e ininterrupta, exercida com intenção de dono; b) decurso do tempo de dez anos entre presentes, ou de quinze anos entre ausentes; c) justo título, mesmo que este contenha algum vício ou irregularidade; e boa-fé. Justo título não quer dizer título perfeito. É qualquer fato jurídico apto à transmissão de domínio, ainda que não registrado. A ação de usucapião compete também ao possuidor a non domino. (Número do processo: 2.0000.00.446409-7/000 1 Relator: DOMINGOS COELHO Data do acordão: 23/02/2005. Data da publicação: 05/03/2005) No mesmo sentido o nosso Egrégio TJ/PR: APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE USUCAPÃO ORDINÁRIO. FALTA DE JUNTADA DA PLANTA DO IMÓVEL. DEFICIÊNCIA SUPRIDA POR DEMAIS DOCUMENTOS. CONTRATO DE COMPROMISSO DE COMPRA E VENDA. JUSTO TÍTULO E BOA-FÉ. DEMONSTRAÇÃO DA POSSE AD USUCAPIONEM POR MAIS DE 10 ANOS CONSECUTIVOS. INCIDÊNCIA DO ART. 551 DO CÓDIGO CIVIL DE 1916. CUMPRIMENTO DO LAPSO TEMPORAL. MANUTENÇÃO DA VERBA HONORÁRIA. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. 1. A ausência da planta do imóvel não torna inepta a petição inicial da ação declaratória de domínio por usucapião, se superado o requisito com a descrição do bem e apresentação da certidão de registro de imóveis, além de outros documentos que comprovam a localização exata do imóvel. 2. A doutrina mais recente vem reconhecendo o compromisso de compra e venda como justotítulo para os efeitos de usucapião ordinário, o que vem repercutindo em vários julgados (RT 566/97; 432/84 e LEX 226/109), sendo hábil para gerar usucapião ordinário (art. 551/CC/1916 e art. 1242/CC/2002). 3. Preenchido o lapso temporal e os demais requisitos atinentes a espécie da usucapião ordinária, deve ser mantida a sentença que reconheceu a aquisição da propriedade em favor da parte autora. 4. Recurso à que se nega provimento. (TJPR - 17ª C. Cível - AC 0478847-4 - Cascavel - Rel.: Juiz Subst. 2º G. Francisco Jorge - Unânime - J. 08.04.2009) Ainda, no que toca ao imóvel ser parte de área maior, tida como loteamento irregular, a nossa jurisprudência é no sentido de que nenhum óbice há para a declaração da Usucapião, vejamos: REEXAME NECESSÁRIO. AÇÃO DE USUCAPÃO. POSSUIDOR DE PARTE IDEAL DE ÁREA MAIOR. AUSÊNCIA DE INSCRIÇÃO NO REGISTRO IMOBILIÁRIO. IMÓVEL EM CONDOMÍNIO. AÇÃO DE USUCAPÃO. POSSIBILIDADE. POSSE EXCLUSIVA SOBRE ÁREA CERTA E DELIMITADA. ÁREA LOCALIZADA EM LOTEAMENTO IRREGULAR. IRRELEVÂNCIA. MODO ORIGINÁRIO DE AQUISIÇÃO DA PROPRIEDADE QUE PASSA A INTEGRAR O PATRIMÔNIO DO ADQUIRENTE SEM QUALQUER VÍCIO OU LIMITAÇÃO. REQUISITOS PREENCHIDOS (ART. 550 DO CC/1916). PEDIDO JULGADO PROCEDENTE. SENTENÇA MANTIDA EM SEDE DE REEXAME NECESSÁRIO. 1. "Esta Corte firmou entendimento no sentido de ser possível ao condômino usucapir se exercer posse exclusiva sobre o imóvel" (STJ, AgRg no Ag 731971/MS, Terceira Turma, Rel. Min. Sidnei Beneti, j. 23.09.08). 2. O fato de o imóvel usucapiendo integrar loteamento irregular, não impede a regularização da titularidade da sua propriedade pela usucapião. A pretensão da autora não é a regularização do loteamento, mas somente a declaração de domínio do imóvel onde exerce posse. TJ/PR Reexame Necessário: Acórdão 1289025-2.17ª Câmara Cível, Publicado em 22/04/2015. USUCAPÃO - LOTEAMENTO IRREGULAR OU CLANDESTINO - Alegada impossibilidade de registro - Inadmissibilidade - Modo originário de aquisição da propriedade, que implicará em abertura de nova matrícula, a tudo regularizando - Precedente da Corte e da Câmara - Sentença reformada. Apelo provido. Processo APL 281523220048260224 SP 0028152-32.2004.8.26.0224 Órgão Julgador 6ª Câmara de Direito Privado Publicação 08/11/2011 Julgamento 27 de Outubro de 2011 Relator Percival Nogueira. TJ/SP. Assim, claro está que a pretensão dos Autores merece ser acolhida, seja pelos fundamentos do art. 1238 caput e/ou parágrafo único do Código Civil, ou pelo disposto no artigo 1242 do mesmo diploma. Portado o exposto fica demonstrado que os Autores são possuidores/proprietários de plena boa-fé, pois acredita que a área lhe pertence de fato e de direito, já que a posse é legítima e justa, pois foi adquirida de boa-fé de maneira legal e formal por meio de contrato. Os Autores ignoravam as condições administrativas do loteamento e qualquer vício em sua formação, sendo que agora buscam a regularização de sua propriedade individual, não do loteamento, confirmando sua legítima condição de dono do imóvel. A situação que atinge os Autores é a mesma de todos os outros moradores/adquirentes que estão cientes das condições dos demais, bem como inúmeros ingressaram com ações similares buscando a

formalização de sua propriedade individual, pelo que concordam como presente pedido. Vê-se, pois, que a divisão da área comum em frações individuais já ocorreu pela ocupação consentida entre co-possuidores e regulados por seus contratos e marcos/cercas/muros fixados nos imóveis que se encontram absolutamente individualizados de maneira incontroversa, com exercício livre da posse de seus respectivos "proprietários". A usucapião é o único meio que o Autor tem para ver declarado a seu favor o domínio sobre a área que possui, assim como ocorreu em demanda análoga transitada em julgado após trâmite na 4.ª Vara da Fazenda Pública do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, sob o n.º 0001235-23.2010.8.16.0004. Na referida ação a sentença restou confirmada após julgamento pelo egrégio TJPR (RN 1289025-2, 17.ª Câmara Cível), com julgamento procedente declarando a propriedade dos autores daquela ação sobre a área descrita na petição inicial, bem como expedindo mandado para que o Registro Imobiliário competente tomasse as providências necessárias à individualização da propriedade (produção de matrícula individual e registro), além de condenar a parte adversa em custas e honorários de sucumbência. Ainda que se pudesse retificar o registro do imóvel diretamente, o que não é o caso, na prática não haveria efeito neste ato diante da inviabilidade na aprovação do loteamento haja vista que a área já foi objeto de fracionamento, venda e ocupação. O pagamento porção ideal de solo também não é possível, pois mesmo que a área estivesse regularizada nos termos legais, prescrita estaria a ação, uma vez que cada um dos condôminos tem a seu favor a prescrição aquisitiva. Também não há de se falar em composse por ela já haver cessado, no momento em que os seus titulares, de comum acordo, foram localizando e ocupando suas posses de modo a exercê-las com exclusividade sobre a parte delimitada do imóvel. Consoante tudo o que se demonstrou, configura-se ao caso em tela, em favor do Autor, a aquisição da propriedade da área pleiteada por prescrição aquisitiva. III - DA ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA Não possuem os autores condições neste momento de arcar com as custas processuais sem prejuízo do sustento próprio e da família. Assim, conforme declaração anexa, requer-lhe seja concedido o benefício da ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA, previsto na lei nº 1.060/50, ratificado pelos artigos 98 do Novo Código de Processo Civil. Porém, caso o M.M. Magistrado entenda não haver comprovação suficiente sobre a condição econômica da parte autora com a declaração de hipossuficiência de que não possui condições de arcar com as despesas processuais sem prejuízo do seu próprio sustento e de sua família, requer, de acordo com o Provimento nº 135, da Corregedoria-Geral da Justiça seja adotado o seguinte procedimento: 2.7.9 O requerimento de assistência gratuita será deferido se acompanhado da afirmação, na própria petição inicial ou em declaração autônoma, de que a parte não está em condições de pagar as custas do processo e os honorários de advogado, sem prejuízo próprio ou de sua família. 2.7.9.1 - Ausente impugnação da parte contrária, e existindo elementos que contrariem a afirmação mencionada no item 2.7.9, poderá o magistrado, SEM SUSPENSÃO DO FEITO E EM AUTOS APARTADOS, exigir a apresentação de documentos ou outros meios de prova para corroborá-la. Diante disso, pugna desde já pelo deferimento do benefício da justiça gratuita e que o mesmo seja concedido independentemente de qualquer suspensão processual. IV - DOS PEDIDOS E REQUERIMENTOS a) Inicialmente requer o reconhecimento da conexão entre esta demanda e a de nº 0013267-40.2018.8.16.0017, estabelecendo-se a competência da 2ª Vara Cível de Maringá para julgar as mesmas. b) Diante do exposto, requer-se a V. Exa. que se digne a julgar procedente o pedido dos autores para o fim de declarar o reconhecimento da usucapião sobre o lote de terras individualizado sendo 2.250,00m² (dois mil duzentos e cinquenta metros quadrados), (conforme mapa e memorial descritivo) da área conhecida como "Condomínio Água Viva", situado na Gleba Ribeirão Pinguim, município de Floresta/PR, área maior: lote de terras sob nº, nº 315-A-1/316-317, unificação dos lotes 315-A, 316 e 317, matriculada sob nº 33.775, junto ao Registro de Imóveis 2º Ofício de Maringá, concedendo-lhe o domínio útil e propriedade com base no parágrafo único do artigo 1.238, do Código Civil, ou apenas do caput, ou ainda artigo 1242 do mesmo diploma, requerendo ainda: c) A citação dos réus para responder a demanda sob pena de confissão e revelia; bem como a citação por edital de terceiros interessados; A citação de todos os confinantes, conforme especificações abaixo: 1 - JULIANA SILVA GALVANI, brasileira, solteira, portador da cédula de identidade RG nº 4.636.234-9, inscrita no CPF sob o nº 929.079.979-04, filha de José Hélio da Silva e Leda Maria Galvani da Silva, atualmente local incerto nos Estados Unidos da América, proprietária dos lotes contíguos nº 318, de matrícula 12.888, Gleba Pinguim- Floresta/PR (doc) e 316 -A e 317-A, de matrícula 10.796 - citação por edital, conforme documentos anexos oriundos de outras demandas, dado que é fato notório que a mesma se encontra em local incerto, nos Estados Unidos da América (conforme processos análogos) 2 - JOSÉ SATOCHI KIMURA, brasileiro, casado, lavrador, portador da cédula de identidade RG nº 608.912, inscrito no CPF/MF sob o nº 190.270.529-72 e sua esposa Kimie Kimura, proprietários do lote contíguo nº 315-A, de matrícula 21866, Gleba Pinguim- Floresta/PR (doc). 3 - JOSÉ CARLOS MONTREZOL, brasileiro, dados desconhecidos, proprietário do lote contíguo nº 315, de matrícula nº 02664 (doc) 4 - CÁSSIA FERNANDA JACOVÓS, brasileira, solteira, Cpf nº 031.413.849-83, com endereço Rua Moreno Júnior, nº 602, Jd. Acimação, Maringá/PR, proprietária do lote contíguo nº 316/317-B/315-A-1, de matrícula 36566, Gleba Pinguim- Floresta/PR (matrícula anexa). 5 - JOSEFA CAVALCANTE PASQUARELLI, brasileira, viúva, cpf nº 025.243.989-94, com endereço à Estrada Ilha da Bananeira lote 307-A, vila Rural, e seus filhos: AMÉRICO PASQUARELLI, brasileiro, cpf nº 735.020.909-63, casado com MARIA ELIZABETE PASQUARELLI, dados desconhecidos; com endereço à Estrada Ilha da Bananeira lote 307-A, vila Rural, ANDRÉ PASQUARELLI NETO, brasileiro, solteiro, portador do CPF nº 017.859.799-65, com endereço à Rua Campo Grande, 951, Sarandi/PR, ANGELA MARIA PASQUARELLI, brasileira, solteira, Cpf nº 039.220.369-37, com endereço à Avenida Ivaí, s/n Figueira do Oeste/PR, CAROLINA MARIA PASQUARELLI DE CARVALHO, brasileira, Cpf nº 711.163.119-68 casada com VALMIR JOSÉ

DE CARVALHO, brasileiro, endereço à Rua Presidente Rodrigues Alves nº 330, Araruna/PR, MARIA APARECIDA PASQUARELLI DA ROCHA, brasileira, Cpf nº 035.562.999-25, casada com ELIAS ALVES DA ROCHA, residentes à Rua Ipiranga, nº 04 Floresta/PR, NAIR PASQUARELLI, brasileira, solteira, cpf nº 017.008.729-82, residente à Estrada Ilha da Bananeira lote 307-A, vila Rural, Floresta/PR; OBERDÁ PASQUARELLI, brasileiro, cpf nº 946.044.499-00, casado com KATIA REGINA DE SOUZA MOTA, dados desconhecidos, residentes à Estrada Ilha da Bananeira lote 307-A, vila Rural, Floresta/PR; ODAIR PASQUARELLI, brasileiro, solteiro, cpf nº 800.035.899-94, residente à Estrada Ilha da Bananeira lote 307-A, vila Rural, Floresta/PR - proprietários do lote contíguo nº 316/317-B/315-A1-A, de matrícula 36567, Gleba Pinguim- Floresta/PR (certidão de matrícula anexa). d) A intimação quanto a presente dos representantes da Fazenda Pública; e) Expedição de mandado para que a sentença seja transcrita no Registro de Imóveis 2º Ofício de Imóveis da cidade de Maringá, mediante mandado, por constituir esta, título hábil para o respectivo registro e desmembramento do lote com geração de matrícula individual nos seguintes termos: a parte ideal da área maior abaixo descrita sendo então 2.250,00m2 (dois mil duzentos e cinquenta metros quadrados), (conforme mapa e memorial descritivo) da área conhecida como "Condomínio Água Viva", situado na Gleba Ribeirão Pinguim, município de Floresta/PR, área maior: o lote de terras sob nº 315-A-1/316-317, unificação dos lotes 315-A, 316 e 317, matriculada sob nº 33.775, junto ao Registro de Imóveis 2º Ofício de Maringá/PR. f) A produção de todas as provas permitidas em direito, especialmente a documental e testemunhal (rol anexo), além de todas as demais que se fizerem necessárias ao caso; g) Caso haja contestação, a condenação do réu ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios nos termos do art. 85, § 2º do CPC; O deferimento do benefício da assistência judiciária gratuita aos autores, nos moldes da lei nº 1060/50 e artigo 98 do CPC e considerando Vossa Excelência a eventual necessidade de comprovação mais aprofundada da situação econômica da parte que seja observado o Provimento nº 135, da Corregedoria-Geral da Justiça, sem qualquer suspensão processual. Atribui-se à presente demanda o valor de R \$30.000,00 (trinta mil reais) Nestes termos, confia no deferimento. Campo Mourão, 28 de abril de 2020.assinado digitalmenteassinado digitalmenteFernanda Bonatto, Raphael Viana Couto OAB/PR 40.916 OAB/PR 49.973. DESPACHO: 1- Concedo os benefícios da assistência judiciária à parte autora.2- Encaminhe-se a presente ao Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania para designação de audiência de conciliação.2.1- Após marcada a audiência pelo Cejus, a escrivania deverá promover a citação da parte récom a antecedência mínima de vinte dias da data designada para a audiência, com as advertências contidas no § 8º do art. 334 do Código de Processo Civil. Os réus poderão apresentar manifestação de desinteresse na realização da audiência no prazo de dez dias de antecedência da data designada (art. 334, § 5º, do Código de Processo Civil). Informe o autor, no prazo de dez dias, eventual desinteresse na realização da audiência de conciliação, caso não tenha sido informado na petição inicial (art. 319, VII, do Código de Processo Civil).2.2- O prazo para contestação é de quinze dias. A data do termo inicial se dá nos moldes do art. 335 do Código de Processo Civil. 2.3- Não havendo autocomposição, o prazo para contestação será contado na forma do art.335 do Código de Processo Civil. 2.4- Sendo o caso de citação por carta precatória, não sendo hipótese de expedição de mandado regionalizado (Instrução Normativa Conjunta nº 25/2020 do TJPR), a parte ré será citada para apresentação de resposta em 15 dias úteis, sem prejuízo de ulterior designação de audiência de conciliação, a depender do interesse das partes. 2.5- Citem-se por edital eventuais 3- Intimem-se, para queterceiros interessados (art. 259, I, do CPC).2.6- Citem-se pessoalmente os confinantes (art. 246, § 3º, do CPC), conforme indicado em f.1.1.manifestem eventual interesse na causa, a União, o Estado do Paraná e o Município, encaminhando-se a cada um a cópia da inicial e dos documentos que a instruíram." E, para que ninguém no futuro venha alegar ignorância, expediu-se o presente edital que será publicado e afixado na forma daAiron Vargas da Silva, Juiz de Direito Lei. DADO E PASSADO nesta cidade e comarca de Maringá, Estado do Paraná, aos 02 de setembro de 2021. Eu _____ (LUIZ AFFONSO FRANZONI FILHO), Escrivão, digitei e subscrevi o presente.

AIRON VARGAS DA SILVA, Juiz de Direito

DITAL PARA CITAÇÃO DA REQUERIDA K F INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE FERTILIZANTES LTDA - ME
PRAZO DESTE EDITAL: 20 (VINTE) DIAS.

O Exmo. Sr. Dr. AIRTON VARGAS DA SILVA MM. Juiz de Direito da Segunda Vara Cível da Comarca de Maringá, Estado do Paraná, na forma da Lei, etc...FAZ SABER a todos quanto o presente Edital vierem ou dele conhecimento tiverem que por este Juízo e Cartório, processam-se os termos dos autos processo virtual -PROJUDI, sob nº 0023635-74.2019.8.16.0017, AÇÃO ANULAÇÃO, em que é requerente: LAURECI LUCAS LEAL e requeridos: BANCO DO BRASIL S/A E K F INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE FERTILIZANTES LTDA - ME. É o presente edital expedido para CITAÇÃO da requerida K F INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE FERTILIZANTES LTDA - ME inscrita no CNPJ nº 10.276.933/0001-60, na pessoa de seu representante legal, o qual encontra-se em lugar incerto, para que tome conhecimento da ação, do inteiro teor da petição inicial, abaixo transcrita, e para, querendo, no prazo de 15 (QUINZE) DIAS, apresentar contestação a presente ação. ADVERTÊNCIA:Ciente de que não sendo contestada a ação, será considerado revel e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pelo autor, conforme artigo 344 do CPC. EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA ____ VARA CÍVEL DO FORO CENTRAL DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE PETIÇÃO INICIAL MARINGÁ - ESTADO DO PARANÁ 1

JOFRANPE - Assessoria e Consultoria Jurídica Rua Martin Afonso, 284 - Zona 02 - CEP 87010-410 - Fone: (44) 2103-4664 - Maringá - Paraná www.jofranpe.com.br - jofranpe@jofranpe.com.br EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA ____ VARA CÍVEL DO FORO CENTRAL DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE MARINGÁ - ESTADO DO PARANÁ. LAURECI LUCAS LEAL, brasileira, portadora da Cédula de Identidade RG sob o n.º 1.884.521-0, regularmente inscrita no CPF/MF sob o n.º 540.678.559-15, residente e domiciliada à Rua Campos Sales, n.º 1.040, Zona 07, CEP 87020-080, na cidade de Maringá, Estado do Paraná, por intermédio de seu procurador judicial infra firmado, com procuração anexa, com escritório profissional à Rua Martin Afonso, n.º 284, Zona 02, CEP 87010-410, na cidade de Maringá, Estado do Paraná, onde recebe intimações e notificações, vêm a presença de Vossa Excelência com fulcro no que dispõe o artigo 907 do Código de Processo Civil, propor a presente: AÇÃO DE ANULAÇÃO DE TÍTULO AO PORTADOR COM PEDIDO DE TUTELA DE URGÊNCIA Em face de KF INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE FERTILIZANTES LTDA - ME, pessoa jurídica de direito privado, regularmente inscrita no CNPJ sob o n.º 10.276.933/0001-60, com sede à Rua Laurindo o Saes, CEP 87160-000, na cidade de Mandaguaçu, Estado do Paraná, consubstanciado nos fatos e direito que passamos à expor: DOS FATOS: Em meados de Abril de 2018, a Autora entregou a seu cunhado dois cheques sob o n.º 850761 e 850762, nos valores de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) e R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), respectivamente, ambos do BANCO DO BRASIL, Agência 3284, Conta Corrente n.º 21193 de titularidade da autora, para pagamento de produtos de fertilizantes adquiridos na empresa Ré. Ocorre que os cheques não foram compensados, vez que na data de sua compensação a conta bancária da Autora estava sem fundos, tendo sido devolvido os cheques pelos motivos 12 (cheque sem fundos - 2ª apresentação) e 11 (cheque sem fundos - 1ª apresentação), respectivamente. Diante disto, a Ré comunicou o ocorrido e, agindo de boa-fé, a parte Autora foi até o estabelecimento comercial da empresa e realizou o pagamento dos valores à vista. Entretanto, ao solicitar os cheques, a parte Ré, informou que havia os extraviado, não sabendo onde se encontravam. Excelência, a parte Autora necessitava dos cheques originais para serem apresentados junto à Instituição Financeira, uma vez que a Autora se encontra incluída no C.C.F - Cadastro de Emitentes de Cheques sem Fundo, de sua instituição bancária (Banco do Brasil), não podendo por esse motivo, ter crédito em sua conta corrente, realizar financiamentos, emitir novas cédulas de cheque, etc., restringindo sua vida civil diante do Banco do Brasil. Com isso, a parte Autora necessita urgentemente de liminar concedida por esse Juízo, para ter crédito em sua conta, uma vez que necessita realizar compras parceladas. Desta feita, a Ré, entregou uma declaração de quitação dos cheques para a Autora, o qual faz prova do seu pagamento, para o deferimento da medida liminar requisitada. DOS FUNDAMENTOS JURÍDICOS - QUITAÇÃO DO CHEQUE - EXTRAVIO DA CARTULA PELA REQUERIDA - INSCRIÇÃO NO CADASTRO DE EMITENTES DE CHEQUE SEM FUNDO (CCF): A Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que instituiu o Novo Código Civil, inseriu novamente no nosso ordenamento jurídico a possibilidade de emissão de títulos ao portador, desde que referida operação esteja autorizada por lei especial. Assim como já ocorria no Antigo Código Civil, o Novo Código também admite a emissão de três tipos de títulos: ao portador, à ordem ou nominativo. O título ao portador tem como características a ausência de identificação da pessoa beneficiária - seja porque contém a cláusula "ao portador", seja porque se mantém em branco o nome do beneficiário ou do tomador que é o possuidor do título - e a transferência por simples tradição (art. 904 do CC/02). A obrigação do emissor do título existe a partir de sua emissão e, mesmo que o título tenha circulado contra a sua vontade, a obrigação ainda subsiste (art. 905, § único, do Código Civil), in verbis: Art. 905. O possuidor de título ao portador tem direito à prestação nele indicada, mediante a sua simples apresentação ao devedor. Parágrafo único. A prestação é devida ainda que o título tenha entrado em circulação contra a vontade do emissor. A circulação do título ao portador, então, independe de relação jurídica entre o subscritor e o tomador, ou seja, a cadeia em que está o portador atual é a que se forma pelas inúmeras relações jurídicas entre os possuidores sucessivos. A relação jurídica com o subscritor do título existe desde a posse - quando nasce o crédito -, e a pretensão somente nasce com a apresentação. Assim, a transferência dos títulos ao portador e do crédito neles consubstanciado se faz por simples tradição manual, sendo considerado proprietário e, portanto, sujeito ativo das obrigações dele decorrentes, quem com ele se apresentar sem que caiba indagar do modo como o adquiriu e não importando os detentores intercalados. Entretanto, a posse do título deve ser legítima e, passível de ser comprovada e justificada a qualquer momento. Neste tocante Excelência, vejamos que a parte Autora transferiu os cheques anexos para o portador, ora Réu, sendo que após o retorno dos cheques sem o devido pagamento diante da Instituição Bancária, a parte Autora foi pessoalmente realizar o pagamento dos valores nominais dos cheques ao Réu, tendo já sido quitado os referidos valores. Desta feita, em decorrência do extravio dos cheques, pelo próprio portador (Réu), concedeu à Autora, a Declaração de Quitação dos Cheques, comprovando-se assim, a sua quitação. Comprovado a quitação, por meio da presente declaração emitida pela Ré, deve a Instituição Bancária fazer a baixa junto ao CCF, senão vejamos: APELAÇÃO CÍVEL. NEGÓCIOS JURÍDICOS BANCÁRIOS. DEVOLUÇÃO DE CHEQUE. EXTRAVIO DA CARTULA. DECLARAÇÃO DE QUITAÇÃO DO DÉBITO FORNECIDA PELO CREDOR. DOCUMENTO SUFICIENTE À BAIXA DO CADASTRO RESTRITIVO JUNTO AO CCF DO BACEN. A obtenção, pelo correntista, de declaração de quitação de débito representado por cheque emitido sem provisão de fundos, é suficiente para que o banco proceda à baixa do cadastro negativador junto ao CCF do BACEN, em especial quando há notícia de extravio da cartula. Desimporta, para a procedência do pedido, o fato de o autor não ter demonstrado, na via administrativa, a ciência do banco quanto ao teor da declaração de quitação, porquanto após a judicialização da controvérsia não mais se justifica a manutenção do apontamento restritivo. MULTA COMINATÓRIA. POSSIBILIDADE DE FIXAÇÃO. EXCESSO NÃO CONFIGURADO.

É cabível o arbitramento de astreinte, para o caso de descumprimento da ordem de exclusão do nome do autor dos cadastros negativos, a fim de dotar a decisão de força executiva própria, pois, do contrário, o réu cumpriria a obrigação apenas quando quisesse. Além disso, a penalidade somente terá incidência caso a ordem judicial seja descumprida, inexistindo razão para o inconformismo do réu. Hipótese, ademais, que não se constata excessividade no valor estabelecido na origem, quando analisados os efeitos nefastos que as inscrições negativas acarretam, bem assim os princípios da proporcionalidade e razoabilidade. RECURSO IMPROVIDO. UNÂNIME. (Apelação... Cível Nº 70060623477, Décima Oitava Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Pedro Celso Dal Pra, Julgado em 11/12/2014). (TJ-RS - AC: 70060623477 RS, Relator: Pedro Celso Dal Pra, Data de Julgamento: 11/12/2014, Décima Oitava Câmara Cível, Data de Publicação: Diário da Justiça do dia 15/12/2014) RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER. CHEQUES DEVOLVIDOS POR INSUFICIÊNCIA DE FUNDOS. DÍVIDA QUITADA. EXTRAVIO DE UMA DAS CARTULAS. RECALCITRÂNCIA DO BANCO RÉU EM PROCEDER A BAIXA NO CCF. Incontroversa a emissão de cheques, pela parte autora, bem como a devolução de três cartulas por insuficiência de fundos. Incontroversa também a posterior quitação da dívida, perante a financeira credora, que emitiu carta de anuência em favor da requerente. Nesse passo, atendidas as providências administrativas, Assim, imprescindível é declarar quitado os cheques anexos, bem como proceder com a exclusão do nome da Autora diante do C.C.F. emitido junto à Instituição Bancária BANCO DO BRASIL. III. DA TUTELA DE URGÊNCIA: Conforme exposto no presente caso em tela, a Autora realizou o pagamento dos cheques devolvidos à Ré, entretanto, essa extraviou os cheques devolvidos, motivo pelo qual, ajuíza-se a presente demanda, uma vez que o nome da Autora se encontra inscrito no CCF do Banco do Brasil. Vejamos Excelência que, conforme declaração expedida pela parte Ré, há prova verossímil da quitação dos cheques em questão, motivo pelo qual se pede a presente tutela de urgência, para que seja liminarmente, excluída o nome da autora do Cadastro de Emitentes de Cheques Sem fundos. O Código de Processo Civil, dispõe em seu artigo 300 o requisito para apreciação da tutela de urgência. O instituto da tutela de urgência no ordenamento jurídico brasileiro visa à garantia de direitos em discussão na lide, cuja ausência de proteção poderia gerar riscos ao resultado do processo. Seu objeto principal é garantir condições de justa e igual persecução dos interesses através da via judicial, considerando também a razoável duração do processo, prevista no inc. LXXVIII do art. 5º da Constituição Federal. Regulada pelo art. 300, Novo CPC, a tutela de urgência possui dos requisitos: (1) probabilidade do direito e, (2) o perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo. A probabilidade do direito da Autora se vislumbra pela prova efetiva da quitação da dívida, mediante a apresentação da Declaração de quitação dos cheques, emitida pela parte Ré, comprovando assim, o interesse de agir e boa-fé da Autora. Já o perigo de dano se dá pela situação de que com a restrição bancária, a Autora não pode ter crédito para fazer compras parceladas, estando bloqueada e não podendo fazer financiamentos, restringindo assim, os atos normais da vida civil da Autora. Vejamos que a autora está quitada por um ato não praticado por ela, ou seja, os cheques foram devidamente quitados, tendo sido extraviado pela parte Ré, não sendo responsável a Autora por esse cometimento. Desta forma Excelência, necessária se faz a exclusão da Autora do CCF do Banco do Brasil, em caráter liminar, uma vez que demonstrado, documentalente, a quitação dos cheques emitidos e extraviados pela parte Ré. Ademais Excelência, a exclusão do nome da Autora do C.C.F. não é medida que torna o ato irreversível, uma vez que, a qualquer momento na demanda, pode-se efetivamente ocorrer uma nova inclusão da Autora. Assim, tendo em vista a comprovação efetiva do pagamento dos cheques, mediante entrega das declarações de quitação dos cheques e das Certidões Negativas dos Cartórios de Protesto, comprova-se o direito à tutela de urgência requerida, uma vez que a medida tomada pela Instituição Bancária é indevida, face a quitação dos cheques, conforme se prova nos presentes autos. IV. DOS PEDIDOS E REQUERIMENTOS: Ante todo o exposto Excelência, requer-se inicialmente que seja a presente demanda judicial julgada totalmente procedente, à fim de: a) Inadita altera pars, conceder a tutela de urgência à parte Autora, no intuito de oficial ao Banco do Brasil, Agência n.º 3284, para que exclua o nome da Autora LAURECI LUCAS LEAL do Cadastro de Emitentes de Cheques sem Fundo, referente à Conta Corrente n.º 21193 de titularidade da Autora, sob pena de multa diária no descumprimento da determinação judicial; b) DECLARAR QUITADOS os cheques n.º 850761 e 85762, nos valores de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) e 25.000,00 (vinte e cinco mil reais) respectivamente, haja vista a seu pagamento ao portador, conforme fundamentação e prova exposta na peça inaugural; c) Requerer a citação da Requerida no endereço indicado no preâmbulo da exordial, para, querendo, contestar a presente lide judicial no prazo legal e, permanecendo inertes, decretar-lhe-ão os efeitos da revelia, conforme determina o art. 344 e seguintes do NCPC. d) Requer-se ainda, a condenação da Requerida ao pagamento das custas e despesas processuais; e) Requer-se a condenação da Requerida ao pagamento de honorários sucumbenciais, no importe de 20% (vinte por cento) sobre o valor da causa, conforme determina o Novo Código de Processo Civil. V. DAS PROVAS: A Requerente pretende demonstrar a veracidade dos fatos articulados em peça vestibular através das provas documentais (documentos inclusos), testemunhal, cujo rol será oportunamente apresentado, pericial, inspeção judicial e, especialmente, através do depoimento pessoal da Requerida, sob pena de se presumirem incontroversos os fatos alegados e, demais meios probatórios lícitos autorizados pelo ordenamento jurídico. VI. DO VALOR DA CAUSA: Dá-se a presente causa, o valor de R\$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais). Nestes termos, Pede e espera deferimento. Maringá-PR, 20 de Setembro de 2019. JOSÉ FRANCISCO PEREIRA VITOR HERNANDES BALDASSI = OAB 15728 PR = OAB 81851 PR. DESPACHO: 1- Defiro o pedido. Cite-se o réu por edital, com prazo de vinte dias, observando os requisitos previstos no art. 257 do CPC. 21- Como a citação da ré se deu por edital, não há motivos que justifiquem a continuidade com a

realização de audiência de conciliação. Cancele-se eventual audiência anteriormente agendada. 3- Eventualmente, havendo mais de um réu e não sendo citado por edital, mantenho a designação da audiência pelo CEJUSC. 4- Com o decurso do prazo do réu citado por edital, se inerte, conclusos para nomeação de curador. Ailton Vargas da Silva, Juiz de Direito. E, para que ninguém no futuro venha a alegar ignorância expediu-se o presente Edital que será publicado e afixado na forma da Lei. DADO E PASSADO nesta cidade e comarca de Maringá, Estado do Paraná, aos 03 de setembro de 2021. Eu _____ (LUIZ AFFONSO FRANZONI FILHO/ Escrivão, digitei e subscrevi o presente. AIRTON VARGAS DA SILVA, Juiz de Direito

EDITAL PARA CITAÇÃO DA REQUERIDA WS DO BRASIL LOGISTICA LTDA PRAZO DESTE EDITAL: 20 (VINTE) DIAS.

O Exmo. Sr. Dr. AIRTON VARGAS DA SILVA MM. Juiz de Direito da Segunda Vara Cível da Comarca de Maringá, Estado do Paraná, na forma da Lei, etc...FAZ SABER a todos quanto o presente Edital vierem ou dele conhecimento tiverem que por este Juízo e Cartório, processam-se os termos dos autos processo virtual - PROJUDI, sob nº 0012831-13.2020.8.16.0017, AÇÃO PROCEDIMENTO COMUM, em que é requerente: COOPERATIVA DE CREDITO, POUPANCA E INVESTIMENTO UNIAO PARANA/SAO PAULO - SICREDI UNIAO PR/SP e requerido: WS DO BRASIL LOGISTICA LTDA. É o presente edital expedido para da requerida CITAÇÃO WS DO , o qual encontra-se em lugar incerto, para queBRASIL LOGISTICA LTDA, na pessoa de seu representante legal, inscrita no CNPJ nº 21.932.754/0001-50 tome conhecimento da ação, do inteiro teor da petição inicial, abaixo transcrita, e para, querendo, no prazo de 15 (QUINZE) DIAS, apresentar contestação a presente ação. ADVERTÊNCIA: Ciente de que não sendo contestada a ação, será considerado revel e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pelo autor, conforme artigo 344 do CPC. EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA ____ VARA CÍVEL DO FORO CENTRAL DA COMARCA DAPETIÇÃO INICIAL REGIÃO METROPOLITANA DE MARINGÁ - ESTADO DO PARANÁ COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO UNIÃO - SICREDI UNIÃO PR, pessoa jurídica de direito privado, estabelecida na Rua Santos Dumont, n. 2720, em Maringá, inscrita no CNPJ sob n. 79.342.069/0001-53, por intermédio de seus procuradores, com escritório na Rua Santos Dumont, 2166, salas 904/905, Edifício Intercenter, email: gsoriani@uol.com.br, em Maringá-PR, telefone (44) 3031-2874, vem respeitosamente perante Vossa Excelência propor AÇÃO DE COBRANÇA em face de WS DO BRASIL LOGISTICA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ n. 21.932.754/0001-50, estabelecida na Rua Rodolfo Crenm, 4942, Jardim Colina Verde, Maringá - PR; pelos fatos e fundamentos jurídicos a seguir expostos. A Requerente é Credora da Requerida da importância de R\$ 35.791,32 (quarenta e seis mil, quinhentos e cinquenta e seis reais e trinta centavos) na data de 18/04/2019, representada pelos seguintes contratos: Saldo devedor em conta corrente n. 63454-6, no valor de R\$ 12.488,48 em 29/05/2020 - extratos em anexo. Conforme Proposta de Abertura de Conta de Depósito firmado com a Requerida, foi aberta a conta corrente n. 63454-6. A partir de 25/04/2019, a conta corrente passou a ficar devedora de forma ininterrupta com movimentação no exclusivo interesse da correntista, o que perdura até então, conforme extratos em anexo. Saldo devedor em CARTÃO DE CRÉDITO SICREDI VISA EMPRESARIAL n. 0004****0008, através do qual foi concedido um limite de compra de R\$10.000,00 para ser utilizado de acordo com as necessidades da empresa Requerida. Conforme se constata das FATURAS em anexo, as compras realizadas a partir do mês de julho/2019 não foram em seus regulares vencimentos, o que perdura até então, havendo um saldo devedor em aberto de R\$ 23.302,84 em 31/05/2020; razão pela qual a Requerente rescindiu o limite de crédito, nos termos do Contrato de Emissão e Utilização do Cartão de Crédito, cláusula X, n. 2, letra "a" - doc em anexo. Até o presente momento foram inúteis os esforços da Requerente para que o Requerido efetuasse o pagamento integral dos débitos de forma amigável. ANTE O EXPOSTO, requer: a) digno-se em determinar a expedição de mandado de citação da empresa Requerida para apresentar contestação no prazo de 15 (quinze) dias, querendo, sob pena de confissão e revelia. b) ao final da fase cognitiva, seja julgada procedente a ação para condenar a Requerida no pagamento do valor de R\$ 35.791,32, com atualização a partir de 18/04/2019, acrescido dos juros legais, custas e honorários. Informa que não possui interesse na realização de audiência de conciliação (art. 334, §4º, do NCPC), sendo que qualquer proposta de pagamento poderá ser formulada diretamente à Credora (email:gsoriani@uol.com.br, Fone: (44) 3031-2874), sem a necessidade da movimentação da máquina do judiciário. Pretende provar o alegado pelos documentos juntos e novos a juntar, depoimento pessoal da Requerida, testemunhas e outras provas em direito admitidas que se fizerem necessárias. Atribui à causa o valor de R\$35.791,32. Pede Deferimento Porecatu, 10 de junho de 2012. JOSÉ MAREGA JOSE GONZAGA SORIANI OAB/PR 18083 oab/pr 18083. DESPACHO: 1- Defiro o pedido. Cite-se o réu por edital, com prazo de vinte dias, observando os requisitos previstos no art. 257 do CPC. 21- Como a citação da ré se deu por edital, não há motivos que justifiquem a continuidade com a realização de audiência de conciliação. Cancele-se eventual audiência anteriormente agendada. 3- Eventualmente, havendo mais de um réu e não sendo citado por edital, mantenho a designação da audiência pelo CEJUSC. 4- Com o decurso do prazo do réu citado por edital, se inerte, conclusos para nomeação de curador. Ailton Vargas da Silva, Juiz de Direito. E, para que ninguém no futuro venha a alegar ignorância expediu-se o presente Edital que será publicado e afixado na forma da Lei. DADO E PASSADO nesta cidade e comarca de Maringá, Estado do Paraná, aos 03 de setembro de 2021. Eu _____ (LUIZ AFFONSO FRANZONI FILHO/ Escrivão, digitei e subscrevi o presente.

AIRTON VARGAS DA SILVA, Juiz de Direito

EDITAL DE CITAÇÃO DO EXECUTADO R2 CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA PRAZO DESTE EDITAL: 15 (QUINZE) DIAS.

O Exmo. Sr.Dr.AIRTON VARGAS DA SILVA, MM. Juiz de Direito da Segunda Vara Cível do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Maringá, Estado do Paraná, na forma da Lei, etc...FAZ SABER a todos quanto o presente Edital vierem ou dele conhecimento tiverem que por este Juízo e Cartório, processam-se os termos dos autos, processo virtual - PROJUDI sob nº0008257-44.2020.8.16.0017, Ação de EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL em que é exequente: MARCUS VINÍCIUS TABOX e executado: R2 CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA.É o presente edital expedido para do executado, inscrito no CNPJ/CITAÇÃO R2 CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA nº 10.480.765/0001-20, na pessoa de seu representante legal, atualmente em lugar incerto, para no prazo de 03 (TRÊS) DIAS, efetuarem o pagamento da dívida no valor de R\$-200.088,28 (duzentos mil, oitenta e oito reais e vinte e oito centavos), com acréscimos legais, sob pena de penhora de bens, nos termos do despacho e da petição inicial abaixo descrita, ficando ciente de que os honorários advocatícios será reduzido de metade caso o(s) executado(s) venha(m) a efetuar o integral pagamento da dívida no prazo de 03 (TRÊS) dias. Não efetuando o pagamento da dívida, o Sr.Oficial de Justiça procederá a PENHORA de bens e sua avaliação, mediante a lavratura do respectivo auto, intimando do ato o(s) executado(s). Ficando ciente(s) o(s) executado(s) do prazo para a apresentação dos embargos. PETIÇÃO INICIAL: "EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 2ª CÍVEL DA COMARCAQuerendo, é de 15 (QUINZE) dias, contados da data da Publicação do Edital de citação.DE MARINGÁ/PR. Distribuída por conexão à execução de título extrajudicial por obrigação de fazer n.º 0029179-77.2018.8.16.0017. MARCUS VINÍCIUS TABOX, brasileiro, casado, inscrito no RG sob o n.º 601.322/SSP/MS e no CPF sob o n.º 774.812.321-72 E JULIANA PUBEL ROCHA POMBO TABOX, brasileira, casada, inscrita no RG sob o n.º 50.070.620/SSP/PR e no CPF sob o n.º 020.433.649-01, ambos residentes e domiciliados na Avenida Jornalista Rubens de Arruda Ramos, n.º 1.128, Centro, CEP 88.015-700, Florianópolis/SC, vêm, por seus advogados abaixo assinados, conforme. procuração anexa (doc. 1), propor, nos termos dos arts. 824 e seguintes do CPC, a presente execução de título extrajudicial por quantia certa em face de R2 CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 10.480.765/0001-20, com sede na Rua Cristalino Silveira Machado, n.º 22, sala 01, Centro, Barradão/PR, CEP 85700-000 pelos seguintes fatos e fundamentos jurídicos: CONEXÃO COM A EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL POR OBRIGAÇÃO DE FAZER 01. Em 17.12.2018, visando dar cumprimento à obrigação de fazer constante do instrumento particular firmado entre as partes, em anexo (doc. 3), os exequentes propuseram a execução de título extrajudicial por obrigação de fazer n.º 0029179-77.2018.8.16.0017, cuja inicial segue em anexo (doc. 4).Conforme será explicado no próximo capítulo, a presente execução também tem como título extrajudicial o instrumento particular anexo (doc. 3), de modo que deve ser distribuída em conexão à execução de título extrajudicial por obrigação de fazer n.º 0029179-77.2018.8.16.0017, perante o Juízo da 2ª Vara Cível da Comarca de Maringá/PR, nos termos do art. 55, §2º, II, do CPC. O INADIMPLEMENTO CONTRATUAL DA EXECUTADA E A NECESSÁRIA APLICAÇÃO DA CLÁUSULA PENAL COMINATÓRIA 03. Em 23.01.2017, as partes firmaram compromisso de permuta de imóveis (doc. 3) pelo qual os exequentes se comprometeram a permutar 9 (nove) terrenos de sua propriedade - cujas matrículas seguem em (doc. 5), pelo apartamento registrado na matrícula n.º 77.461 do Registro de Imóveis da Palhoça/SC - com matrícula também em anexo (doc. 6). 04. O instrumento particular firmado entre as partes e assinado por duas testemunhas (doc. 3) é o título extrajudicial objeto da presente execução, nos termos do art. 784, III do CPC. I. As disposições contratuais do instrumento particular assinado entre as partes; 05. Os imóveis de propriedade dos exequentes (doc. 5) estavam "[...] livres de desembaraços de quaisquer dívidas, ônus, dúvidas, hipotecas legais ou convencionais, arresto ou sequestro, penhora e cauções de qualquer natureza, foro ou pensão [...]" e inexistiam sobre eles "[...] feitos ajuizados ou ações pessoais ou reais reipersecutórias e quanto ao seu aspecto fiscal, quites com todos os impostos, taxas e contribuições", conforme declaração constante na cláusula primeira do instrumento particular (doc. 3). 06. Por sua vez, o apartamento constante da matrícula n.º 77.461 (doc. 6) possui "[...] ônus constantes na Matrícula, de hipoteca e de arresto em favor de Brazilian Mortgages Companhia Hipotecária, originados nos autos 1064826-24.2014.8.26.0100 [...]", de modo que a executada se comprometeu "[...] a promover a liberação para entregar o imóvel livre e desembaraçado de quaisquer dívidas, ônus, dúvidas, hipotecas legais ou convencionais ou sequestro, penhora e cauções de qualquer natureza, foro ou pensão, bem como livre dos efeitos de processos ajuizados ou ações pessoais ou reais reipersecutórias e, quanto ao seu aspecto fiscal, quites com todos os impostos, taxas e contribuições", conforme declarações da cláusula primeira do instrumento particular (doc. 3). 07. Na mesma cláusula, a executada ainda se comprometia a, no prazo de 18 (dezoito) meses da assinatura do instrumento particular, desonerar o imóvel constante da matrícula n.º 77.461 de todos os ônus, de modo a viabilizar a lavratura da Escritura Pública definitiva. os 9 imóveis objeto do instrumento particular de permuta (doc. 5), conforme se denota da íntegra da procuração juntada em anexo (doc. 7). 10. Inclusive, valendo-se da procuração outorgada ao seu sócio administrador (doc. 7), a executada negociou os imóveis constantes das matrículas 51.168 (em 30.08.2017), 51.206 (em 14.03.2017), 51.479 (em 27.03.2018) e 51.480 (em 01.06.2018) do Registro de Imóveis de Três Lagos/MS, conforme se denota dos

registros nas mencionadas matrículas (doc. 5). Acontece que, em que pese o cumprimento das obrigações dos exequentes, a executada deixou de cumprir com sua obrigação de fazer do contrato, qual seja, retirar os ônus imobiliários constantes da matrícula n.º 77.461 no prazo de 18 meses da assinatura do instrumento particular. Aliás, o cumprimento desta obrigação de fazer é o objeto da execução de título extrajudicial por obrigação de fazer n.º 0029179-77.2018.8.16.0017. II. O inadimplemento contratual da executada que enseja a aplicação da cláusula penal cominatória do instrumento particular assinado entre as partes; 12. O instrumento particular de permuta foi assinado entre as partes no dia 23.01.2017, portanto, a executada teria até o dia 23.07.2018 (18 meses) para retirar os ônus imobiliários da matrícula n.º 77.461 (doc. 6). 13. As averbações e registros n.os 9, 10, 11, 12 e 13 da matrícula n.º 77.461 (doc. 6) demonstram que, não apenas o ônus imobiliário não foi retirado no prazo correto, como também outros ônus foram averbados na matrícula, sendo o último ônus registrado em 12.09.2018, ressaltando ainda mais o inadimplemento da executada. 14. Importante destacar que a execução de título extrajudicial n.º 1064826-24.2014.8.26.0100, movida pelo "Brazilian Mortgages Companhia Hipotecária" em face da executada, que dá origem ao ônus imobiliário constante da averbação n.º 9 da matrícula n.º 77.461 (doc.6), não está sequer encerrada, sem a quitação do débito perseguido, conforme se denota dos autos da referida execução (doc. 8) Assim, ante a demonstrada inadimplência contratual da executada, aplica-se no caso em tela o disposto na cláusula nona no instrumento particular de permuta, que estabelece cláusula penal cominatória com a seguinte redação: "O não cumprimento de qualquer das cláusulas deste contrato acarretará a multa de 15% (quinze por cento) sobre o valor do imóvel, além das custas dos tais procedimentos legais, para garantia dos direitos da parte inocente, nos termos da Lei". 16. É justamente o valor devido pela aplicação da multa originada pela cláusula penal constante da cláusula nona do instrumento particular que é executada por meio desta execução de título extrajudicial por quantia certa, nos valores demonstrados no capítulo abaixo. O VALOR DEVIDO PELA INCIDÊNCIA DA CLÁUSULA PENAL COMINATÓRIA DO INSTRUMENTO PARTICULAR Nos termos da cláusula terceira do instrumento particular de permuta assinado entre as partes, os 9 (nove)lotes permutados, em conjunto, foram avaliados em R\$ 1.200.000,00 (um milhão e duzentos mil reais), e, igualmente, o apartamento constante da matrícula n.º 77.461 foi avaliado em R\$ 1.200.000,00 (um milhão e duzentos mil reais). 18. Assim, levando-se em conta a avaliação do imóvel e aplicando-se a multa de 15% disposta na cláusula penal do contrato, o valor da devido pela executada é de R\$ 180.000,00 (cento e oitenta mil reais), a título da multa cominatória objeto da. 19. Atualizando-se monetariamente o valor desde a data da inadimplência - data do termo final do prazo de 18 meses para a retirada dos ônus imobiliários (23.07.2018), tem-se que o valor a ser executado pelos exequentes é de R\$ 190.560,27 (cento e noventa mil, quinhentos e sessenta reais e vinte e sete centavos), nos termos da planilha de cálculos anexa (doc. 9). 20. Ainda, nos termos do art. 827, §1º do CPC, aplicando-se o percentual de 5% devido à título de honorários no caso de pagamento pela executada no prazo de 3 dias, o valor total da presente execução é de R\$ 200.088,28 (R\$ 190.560,27 pelo valor principal + R\$ 9.528,01 à título de honorários advocatícios). 21. Assim, tendo em vista o cumprimento dos requisitos legais do art. 783 e seguintes do CPC, os exequentes propõem a presente execução de título extrajudicial para a cobrança do valor de R\$ 200.088,28, devendo a executada ser intimada para realizar o pagamento, sob pena de expropriação de seus bens. 22. Por fim, destaca-se que a citação da executada deve ser feita no endereço de seu sócio administrador na Rua Natal Cecone, n.º 426, apto. 603, Bairro Ecoville, Curitiba/PR, CEP 81200-330, uma vez que o endereço do seu antigo estabelecimento não mais corresponde ao local de operação da pessoa jurídica e que o endereço informado para a citação na presente execução foi informado pelo próprio sócio administrador em audiência realizada na ação n.º 1018155-68.2013.8.24.0023, conforme documentação anexa (doc. 10). BENS SUSCETÍVEIS DE PENHORA COM MATRÍCULAS PARA AVERBAÇÃO CAUTELAR (ART. 828, CPC) 23. Nos termos do art. 798, II, 'c', do CPC, a exequente indica na inicial os imóveis cujas matrículas seguem em anexo (doc. 11) para a determinação de penhora em caso de não pagamento da dívida no prazo legal. 24. Desta feita, não havendo o pagamento voluntário da executada no prazo de 3 dias (Art. 827, §1º, do CPC), requer-se a determinação de penhora dos imóveis acima listados para a posterior determinação de leilão judicial. 25. Ademais, a exequente informa que, nos termos do art. 828 c/c art. 799, IX, ambos do CPC, irá requerer a certidão de junto ao cartório para averbação cautelar nas matrículas supracitadas. CONCLUSÃO Pelo exposto, requer-se que este MM. Juízo: a) Nos termos do art. 55, §2º, II, do CPC, o acolhimento da preliminar de conexão entre a presente execução de título extrajudicial por quantia certa e a execução de título extrajudicial por obrigação de fazer n.º 0029179-77.2018.8.16.0017, distribuído perante o Juízo da 2ª Vara Cível de Maringá; b) Determine a citação da executada, por AR, no endereço Rua Natal Cecone, n.º 426, apto. 603, Bairro Ecoville, Curitiba/PR, CEP 81200-330, para que, no prazo de 3 dias, efetue o pagamento do montante de R\$ 200.088,28 (R\$ 190.560,27 pelo valor principal + R\$ 9.528,01 à título de honorários advocatícios) já atualizado e acrescido de juros de mora, multa contratual e percentual de honorários advocatícios, nos termos do art. 827, §1º, do CPC; b.1) Após recebida a demanda, com fulcro no artigo 828, requer seja expedida certidão de que a execução foi admitida pelo juiz, com identificação das partes e do valor da causa, para fins de averbação no registro de imóveis, de veículos ou de outros bens sujeitos a penhora, arresto ou indisponibilidade; c) Em caso de não pagamento voluntário no prazo de 3 dias, fixe o percentual de 10% a título de honorários advocatícios, nos termos do art. 827 do CPC; bem como determine a penhora sobre os bens imóveis em nome da executada, cujas matrículas são juntadas em anexo (doc. 11), visando garantir a efetividade da presente execução. 27. Dá-se à causa o valor de R\$ 200.088,28 (duzentos mil e oitenta e oito reais e vinte e oito centavos). Informa que as custas iniciais foram recolhidas e pagas, conforme comprovante a anexo (doc. 2). 29. Por fim, informa que receberá intimações exclusivamente, sob pena

de nulidade, em nome de seu advogado Dr. Eduardo de Avelar Lamy, inscrito na OAB/SC sob o n.º 15.241 Nestes Termos, P. Deferimento. Florianópolis, 07 de abril de 2020. EDUARDO DE AVELAR LAMY OAB/SC 15.241 SAMIR ALVES DOS SANTOS JR. OAB/SC 53.162 MARCO ANTÔNIO FERREIRA PASCOALI OAB/SC 58.232"DESPACHO: 1- Cite(m)-se o(s) executado(s) por mandado para, no prazo de três dias (art. 829 do Código de Processo Civil), efetuar(em) o pagamento da dívida e seus acréscimos legais, sob pena de, não efetuado o pagamento, ser realizada a penhora de bens. 2- Arbitro os honorários advocatícios em 10% do valor da execução, nos termos do art. 827 do Código de Processo Civil, valor este que será reduzido de metade se o(s) executado(s) efetuar(em) o integral pagamento no prazo de três dias (§ 1º). 3- Expeça-se mandado apenas de citação, por ora. Autorizo a citação na forma prevista no §2º do art. 212 do Código de Processo Civil. Ailton Vargas da Silva, Juiz de Direito E, para que ninguém no futuro venha alegar ignorância, expediu-se o presente edital que será publicado e afixado na forma da Lei. DADO E PASSADO nesta cidade e comarca de Maringá, Estado do Paraná, aos 18 de agosto de 2021. Eu _____ (LUIZ AFFONSO FRANZONI FILHO), Escrivão, digitei e subscrevi o presente. AIRTON VARGAS DA SILVA, Juiz de Direito

EDITAL DE CITAÇÃO DOS EXECUTADOS AUREO APARECIDO SCUTTI, DEJAIR ORVATTI, EUCLIDES ORVATTI, MARIA LUCIA DE FATIMA BARBOSA DE LIMA, MARILDA SALES SCUTTI e TERESINHA ORVATTI
PRAZO DESTE EDITAL: 20(VINTE) DIAS.

O Exmo. Sr. Dr. AIRTON VARGAS DA SILVA, MM. Juiz de Direito da Segunda Vara Cível do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Maringá, Estado do Paraná, na forma da Lei, etc...FAZ SABER a todos quanto o presente Edital vierem ou dele conhecimento tiverem que por este Juízo e Cartório, processam-se os termos dos autos, processo virtual - PROJUDI sob nº 0010992-36.2009.8.16.0017, Ação de EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL em que é exequente: BANCO DO BRASIL S/A e executados: AUREO APARECIDO SCUTTI, DEJAIR ORVATTI, EUCLIDES ORVATTI, MARIA LUCIA DE FATIMA BARBOSA DE LIMA, MARILDA SALES SCUTTI e TERESINHA ORVATTI. É o presente edital expedido para CITAÇÃO dos executados AUREO APARECIDO SCUTTI CPF/MF nº 493.515.329-68 DEJAIR ORVATTI CPF/MF nº 397.643.629-15 EUCLIDES ORVATTI CPF/MF nº 327.233.509-91 MARIA LUCIA DE FATIMA BARBOSA DE LIMA CPF/MF nº 424.743.709-78 MARILDA SALES SCUTTI nº 602.327.499-49 CPF/MF nº 041.406.019-90, atualmente em lugar incerto, e TERESINHA ORVATTI para no prazo de 03 (TRÊS) DIAS, efetuarem o pagamento da dívida no valor de R\$ 222.283,16 (duzentos e vinte e dois mil, duzentos e oitenta e três reais e dezesseis centavos), com acréscimos legais, sob pena de penhora de bens, nos termos do despacho e da petição inicial abaixo descrita, ficando ciente de que os honorários advocatícios será reduzido de metade caso o(s) executado(s) venha(m) a efetuar o integral pagamento da dívida no prazo de 03 (TRÊS) dias. Não efetuando o pagamento da dívida, o Sr. Oficial de Justiça procederá a PENHORA de bens e sua avaliação, mediante a lavratura do respectivo auto, intimando do ato o(s) executado(s). Ficando ciente(s) o(s) executado(s) do prazo para a apresentação dos embargos, querendo, é de 15 (QUINZE) dias, contados da data da Publicação do Edital de citação. INTIMADOS também, da PENHORA: a)- IMÓVEL DE MATRÍCULA Nº 10.285 do Registro de Imóvel de SARANDI/PR; b)- PARTE IDEAL DE 1/3 DO IMÓVEL DE MATRÍCULA Nº 34.093 do Registro de Imóvel de MARIÁVA/PR, DE PROPRIEDADE DO EXECUTADO AUREO APARECIDO SCUTTI; c)- PARTE IDEAL DE 50% DE PROPRIEDADE DE EUCLIDES ORVATTI e TERESINHA ORVATTI e 50% DE PROPRIEDADE DE DEJAIR ORVATTI DO IMÓVEL DE MATRÍCULA Nº 21.374 - Registro de Imóvel - MARIÁVA/PR d)- MATRÍCULA: 13.825 - Registro de Imóvel - MARIÁVA/PR DE PROPRIEDADE DE EUCLIDES ORVATTI e TERESINHA ORVATTI; e)- PARTE IDEAL DE 25% DO IMÓVEL DE MATRÍCULA Nº : "23.868 do Registro de Imóvel de MARIÁVA/PR, DE PROPRIEDADE DE TERESINHA ORVATTI. PETIÇÃO INICIAL Trata-se de uma Execução de Título Extrajudicial, movida pelo BANCO DO BRASIL S.A em face AUREO APARECIDO SCUTTI e outros, após emissão de Cédula Rural Pignoratícia sob nº 40/00208-X no dia 23 de outubro de 2004 no valor de R\$100.000,00 (cem mil reais). Após o descumprimento pelos Executados, adentrou o Exequente com a presente execução no valor atualizado na . DESPACHO: "1- Defiro o pedido. Cite-se o réu por edital, comépoca de R\$222.283,16 (duzentos e vinte e dois mil duzentos e oitenta e três reais e dezesseis centavos) prazo de vinte dias, observando os requisitos previstos no art. 257 do CPC. 21- Como a citação da ré se deu por edital, não há motivos que justifiquem a continuidade com a realização de audiência de conciliação. Cancele-se eventual audiência anteriormente agendada. 3- Eventualmente, havendo mais de um réu e não sendo citado por edital, mantenho a designação da audiência pelo CEJUSC. 4- Com o decurso do prazo do réu citado por edital, se inerte, conclusos para nomeação de curador. Ailton Vargas da Silva, Juiz de Direito. E, para que ninguém no futuro venha alegar ignorância, expediu-se o presente edital que será publicado e afixado na forma da Lei. DADO E PASSADO nesta cidade e comarca de Maringá, Estado do Paraná, aos 03 de setembro de 2021. Eu _____ (LUIZ AFFONSO FRANZONI FILHO), Escrivão, digitei e subscrevi o presente. AIRTON VARGAS DA SILVA, Juiz de Direito

EDITAL PARA CITAÇÃO DO REQUERIDO CARLOS BUENO DE MACEDO JUNIOR

PRAZO DESTE EDITAL: 20 (vinte) DIAS.

O Exmo. Sr. Dr. AIRTON VARGAS DA SILVA MM. Juiz de Direito da Segunda Vara Cível da Comarca de Maringá, Estado do Paraná, na forma da Lei, etc...FAZ SABER a todos quanto o presente Edital vierem ou dele conhecimento tiverem que por este Juízo e Cartório, processam-se os termos dos autos processo virtual - PROJUDI, sob nº 0002037-98.2018.8.16.0017, AÇÃO DE COBRANÇA, em que é requerente: PATRICIA MARTINELLI CORAZZA POZZI representado(a) por CCV IMOBILIARIA CASA DA LOCAÇÃO LTDA e requeridos: CARLOS BUENO DE MACEDO JUNIOR e SERAFINA DE OLIVEIRA PEREIRA. É o presente edital expedido para CITAÇÃO do requerido CARLOS BUENO DE MACEDO JUNIOR, inscrito no CPF/MF nº 082.259.819-10 o qual encontra-se em lugar incerto, para que tome conhecimento da ação, do inteiro teor da petição inicial, e para que, tome conhecimento da ação, do inteiro teor da petição inicial, e para, querendo, no prazo de 15 (QUINZE) DIAS, apresentar contestação. Ciente de que não sendo contestada a ação, será considerado revel e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pelo autor. Art. 344 do CPC. EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA ____ VARA CÍVEL DO FORO CENTRAL PETIÇÃO INICIAL: DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE MARINGÁ - ESTADO DO PARANÁ PATRICIA MARTINELLI CORAZZA POZZI, brasileira, inscrita no CPF/MF sob o nº 884.916.419-04, neste ato representada por sua procuradora CCV IMOBILIÁRIA CASA DA LOCAÇÃO LTDA., pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ/MF sob o n. 11.854.969/0001-46, por meio de sua procuradora judicial adiante assinada, Mariana Vanzo Mommensohn, advogada inscrita na OAB/PR sob o n. 65.691, com escritório profissional na Rua Néo Alves Martins, 2.999 - Edifício Marquêsini Trade Center, Sala 46, 4º Andar, CEP: 87.013-060, na Comarca de Maringá - Estado Paraná, onde recebe intimações, vem respeitosamente à presença de Vossa Excelência, com fulcro no artigo 62, inciso I, da Lei 8.245/91, promover a presente Em face de: CARLOS BUENO DE MACEDO JUNIOR, brasileiro, inscrito no CPF/MF sob n. 082.259.819-10 e no RG n. 125838600, residente e domiciliado na Rua Mario Jose de Faria Ferraz, 136, condomínio Parque Residencial Vitoria Regia, Apto 204, Flamboyant A, Zona 38, CEP: 87055-645; na Cidade e Comarca de Maringá, Estado do Paraná, o que faz com fulcro nos fatos e fundamentos a seguir aduzidos. AÇÃO DE RESCISÃO CONTRATUAL C.C COBRANÇA DE ALUGUEIS com PEDI DO LIMINAR DE IMISSÃO NA POSSE. Em face de: CARLOS BUENO DE MACEDO JUNIOR, brasileiro, inscrito no CPF/MF sob n. 082.259.819-10 e no RG n. 125838600, residente e domiciliado na Rua Mario Jose de Faria Ferraz, 136, condomínio Parque Residencial Vitoria Regia, Apto 204, Flamboyant A, Zona 38, CEP: 87055-645; na Cidade e Comarca de Maringá, Estado do Paraná, o que faz com fulcro nos fatos e fundamentos a seguir aduzidos Em 05 de fevereiro de 2016 as partes celebraram contrato de locação relativo ao imóvel sito a Rua Mario Jose de Faria Ferraz, 136, Condomínio Parque Residencial Vitoria Regia, Apto. 204, Flamboyant A, Zona 38, CEP: 87.055-645; na Cidade e Comarca de Maringá, pelo prazo determinado de 30 (trinta) meses, mediante o pagamento de aluguel mensal de R\$ 900,00 (novecentos reais), a ser pago a cada dia 15 (quinze) de cada mês subsequente ao vencido. No contrato as partes estipularam a obrigação do Locatário- requerido em pagar pontualmente os alugueis e os demais encargos locatícios, tais como condomínio, consumo de energia elétrica, água, esgoto, IPTU, etc. Ocorre que desde 15 de outubro de 2017 o Requerido, na qualidade de locatário, deixou de realizar o pagamento dos alugueis e das taxas condominiais. O não pagamento dos alugueis e dos encargos da locação implica em infração contratual e legal, como disposto no artigo 23, inciso I, da Lei 8.245/1991, sujeitando-se aos efeitos preconizados pelo inciso III, do artigo 9º, da mesma Lei, ou seja, ao despejo. Excelência, resta importante frisar que no presente caso, JÁ OCORREU A DESOCUPAÇÃO DO IMÓVEL, TODAVIA, FORA REALIZADA DE MANEIRA INFORMAL, NÃO OCORRENDO A DEVOLUÇÃO DAS CHAVES, SENDO NECESSÁRIA A DETERMINAÇÃO DE EXPEDIÇÃO DE MANDADO DE CONSTATAÇÃO PARA OUTORGAR À PROPRIETÁRIA A POSSE DO IMÓVEL. Sumariamente, verifica-se clara e evidente a infração legal por parte do Requerido, pois deixou de prestar sua contraprestação, ao não efetuar o pagamento dos alugueis e das demais despesas, inclusive as taxas condominiais. Assim, após diversas e incansáveis tentativas de receber amigavelmente os alugueres vencidos, não resta alternativa a Autora senão socorrer-se aos préstimos do Poder Judiciário, para reaver o imóvel locado e perceber os alugueres e acessórios não pagos. 2.1 - DA INADIMPLÊNCIA CONTRATUAL - NÃO PAGAMENTO DOS ALUGUEIS - INADIMPLÊNCIA DOS CONDOMÍNIOS RESCISÃO DO CONTRATO DE LOCAÇÃO Deflui da situação fática que tendo os Requeridos deixado de efetuar o pagamento dos alugueis contratados infringiram dispositivo legal previsto no Artigo 23 da Lei 8.245/91, in verbis: Art. 23. O locatário é obrigado a: I - pagar pontualmente o aluguel e os encargos da locação, legal ou contratualmente exigíveis, no prazo estipulado ou, em sua falta, até o sexto dia útil do mês seguinte ao vencido, no imóvel locado, quando outro local não tiver sido indicado no contrato; A obrigação quanto ao pagamento da contraprestação e dos acessórios vem igualmente prevista na cláusula quarta do contrato de locação. Assim, poderá o locador com fulcro no inciso III, do artigo 9º e inciso I, do artigo 62, ambos da Lei nº 8.245/1991 reaver o imóvel através de Ação de Despejo cumulada com Cobrança de Alugueis, vejamos: Art. 9º A locação também poderá ser desfeita: (...III - em decorrência da falta de pagamento do aluguel e demais encargos; (omitimos e destacamos) Art. 62. Nas ações de despejo fundadas na falta de pagamento de aluguel e acessórios da locação, de aluguel provisório, de diferenças de alugueis, ou somente de quaisquer dos acessórios da locação, observar-se-á o seguinte: I - o pedido de rescisão da locação poderá ser cumulado com o pedido de cobrança dos alugueis e acessórios da locação; nesta hipótese, citar-se-á o locatário para responder ao pedido de rescisão e o locatário e os fiadores para responderem ao pedido de cobrança, devendo ser apresentado, com a inicial, cálculo discriminado do valor do débito; (destacamos) É o que, aliás, se infere do caput do artigo 5º da Lei nº 8.245/91: Art. 5º Seja qual

for o fundamento do término da locação, a ação do locador para reaver o imóvel é de despejo. Destarte, Meritíssimo, a infração ao contrato implica na sua rescisão e consequentemente no despejo do locatário, ou ainda, em caso de abandono do imóvel, em imissão na posse do imóvel pela locadora, ora Autora. Com efeito, diante do abandono do imóvel e da inadimplência quanto aos aluguéis e demais acessórios da locação, necessário o aparato do Judiciário para rescisão do contrato, imissão na posse e condenação dos Requeridos ao pagamento dos valores inadimplidos.

2.2 - DA NECESSIDADE DE REALIZAÇÃO DE REPAROS FINDA A LOCAÇÃO - IMÓVEL QUE DEVE SER DEVOLVIDO EM CONFORMIDADE COM A VISTORIA INICIAL Não obstante a obrigação de pagamento da contraprestação pecuniária cabe aos locatários a restituição do imóvel, finda a locação, nos exatos termos da vistoria inicial, como bem preconiza o Artigo 23, inciso III da Lei 8.245/1991, in verbis: Art.23. O locatário é obrigado a: (...) III - restituir o imóvel, finda a locação, no estado em que o recebeu, salvo as deteriorações decorrentes do seu uso normal; Destarte, considerando as condições do imóvel apuradas na vistoria inicial e que o locatário abandonou o imóvel sem solicitar a vistoria final da unidade, os reparos apurados após a imissão na posse são de responsabilidade dos locatários, o qual merece ser condenado pelo não cumprimento da obrigação de restituir o imóvel, finda a locação, na condição em que foi recebido. Com isso, frisa-se, após a imissão na posse, a lavratura do termo de vistoria final e a o orçamento dos reparos a Ré deverá ser condenada a restituir a Autora pelo menor orçamento realizado, já que deixou de cumprir a obrigação, incidindo no que dispõe o Artigo 389 do Código Civil Brasileiro: Art. 389 - Não cumprida a obrigação, respondem os devedores por perdas e danos, mais juros e atualização monetária segundo índices oficiais regularmente estabelecidos, e honorários de advogado. Ao discorrer sobre o referido dispositivo, Maria Helena Diniz afirma Ter-se-á inexecução voluntária quando o obrigado deixar de cumprir, dolosa ou culposamente, a prestação devida, sem a dirimente do caso fortuito ou força maior, devendo, por isso, responder pelas perdas e danos, mais juros e atualização monetária segundo índices oficiais regularmente estabelecidos e honorários advocatícios". Ressalte-se, por oportuno, que os Requeridos se encontram em mora desde o vencimento de cada uma das obrigações, quando deveriam ter sido feitos todos os reparados, devendo, pois, incidir o disposto nos artigos 394 e 397 do Código Civil em vigor. Art. 394. Considera-se em mora o devedor que não efetuar o pagamento e o credor que não quiser recebê-lo no tempo, lugar e forma que a lei ou a convenção estabelecer. Art. 397. O inadimplemento da obrigação, positiva e líquida, no seu termo, constitui pleno direito em mora o devedor. Isso posto, devem os Requeridos serem condenados ao pagamento dos valores correspondentes aos reparos no imóvel a serem apurados em liquidação de sentença, após a lavratura do termo de vistoria final.

2.3 - DAS INFRAÇÕES CONTRATUAIS - DA INCIDÊNCIA DE MULTA Nos termos do que fora reiteradamente exposto o locatário infringiu o contrato. Diante da suspensão dos pagamentos prevê a legislação: a) RESCISÃO CONTRATUAL (Art.9º, inciso III da Lei 8.245/1991); b) CONDENÇÃO AO PAGAMENTO DOS ALUGUEIS VENCIDOS E VINCENDOS (Art. 23, inciso I da Lei 8.245/1991); Rua Néo Alves Martins, 2.999 - Edifício Marquenezini, sala 46 - Centro CEP. 87.013-060 - Maringá - PR (44) 3346-9698 Página 7 c) CONDENÇÃO AO PAGAMENTO DAS TAXAS CONDOMINIAIS; d) CONDENÇÃO AO RESSARCIMENTO DOS REPAROS NO IMÓVEL PARA DEVOLVÊ-LO NA EXATA CONDIÇÃO DO INÍCIO DO CONTRATO, conforme vistoria inicial - perdas e danos do imóvel (Art. 23, inciso III da Lei 8.245/1991); Desse modo, deverá o locatário-Requerido ser condenado ao pagamento da multa contratual correspondente a três aluguéis (R\$ 2.879,82 = 3 x R\$ 959,94). Como se vê, ante a falta de pagamento do aluguel pelo Requerido e a recusa imotivada em entregar as chaves do imóvel, faz-se mister o manejo da presente ação de despejo cumulada com cobrança, possibilitando a Autora reaver o imóvel locado, rescindir o contrato de locação, receber os aluguéis vencidos e vincendos, até a data da efetiva desocupação do imóvel e os valores despendidos para reestabelecer o imóvel finda a locação, fazendo valer, assim, o direito que lhe assegura o ordenamento jurídico pátrio. O Requerido desocupou o imóvel, sem, contudo, proceder a entrega das chaves à Requerente, ou a sua procuradora-Administradora. Com isso, a Requerente está sem acesso ao imóvel, privada de realizar uma nova locação e prosseguir recebendo os valores que são destinados a complementação da renda familiar, garantindo a sobrevivência da Requerida. Dispõe a legislação (Lei 8.245/91) que o locador poderá imitir-se na posse do imóvel, vejamos: Art. 66. Quando o imóvel for abandonado após ajuizada ação, o locador poderá imitir-se na posse do imóvel. (destacamos). Sobre o tema afirma a renomada jurista Maria Helena Diniz: "(...) O locador, havendo o referido abandono, não aguardará a prolação da sentença judicial para retomar o prédio locado; poderá, então, requerer ao juiz, mediante petição expositiva do fato, alegando o abandono predial, a expedição em seu favor de mandado de imissão na posse do imóvel, inclusive com a remoção dos moveis que, porventura, lá se encontrarem para as mãos de depositário judicial ou particular. (...) Com isso a lei inquilinária, respeitando o direito de propriedade, pretendeu evitar que o locador seja prejudicado com certas atitudes do inquilino, como a do abandono intencional do prédio locado, na pendência da ação de despejo, sem efetivar a entrega das chaves ou comunicar o locador, desaparecendo, deixando o imóvel fechado, e, às vezes, deixando até alguns pertences de valor módico para não configurar o abandono. Se esta situação ocorrer, expedir-se-á mandado de imissão na posse em favor do locador, e os bens, porventura deixados no imóvel pelo inquilino, que o abandonou, serão entregues pelo oficial de justiça à guarda do depositário judicial."1 E ainda dispõe Silvio de Salvo Venosa que: "A simplificação da redação do presente dispositivo não dispensa que o abandono do prédio seja noticiado nos autos. Ajuizada a ação, deve o juiz certificar-se de que houve abandono, mediante constatação a ser efetivada pelo oficial de justiça. A imissão na posse dependerá de requerimento do autor. O fato de existirem utensílios no imóvel não obsta a imissão se não existir dúvidas acerca do abandono. A lei anterior remetia ao §2º do art. 43, o qual determinava que os oficiais entregassem

as coisas ao depositário. É a orientação que deve persistir também agora."2 Rua Néo Alves Martins, 2.999 - Edifício Marquenezini, sala 46 - Centro CEP. 87.013-060 - Maringá - PR (44) 3346-9698 Página 9 Com efeito, faz-se necessária a obtenção da liminar para fins de constatação do abandono do imóvel e ainda a imissão na posse Sobre a concessão de tutela de urgência dispõe o artigo 300 do Código de Processo Civil, que: Art. 300. A tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo. (...) § 2º A tutela de urgência pode ser concedida liminarmente ou após justificação prévia. § 3º A tutela de urgência de natureza antecipada não será concedida quando houver perigo de irreversibilidade dos efeitos da decisão. Com efeito, se extrai da legislação que para a concessão da tutela antecipada exige a Lei a demonstração do periculum in mora, fumus boni iuris e a reversibilidade da demanda. No caso em epígrafe resta evidente o periculum in mora já que a permanência do imóvel desocupado e fechado implicará na majoração do débito de aluguel, que não é pago pelo locatário há três meses, subtraindo o valor que é destinado a complementar a renda familiar. No mais, restará demonstrada a plausibilidade do direito, ou seja, o fumus boni iuris diante da constatação, via oficial de justiça, quanto ao abandono do imóvel e ainda o interesse de agir concernente a necessidade de imitir-se na posse, como autoriza o citado Artigo 66 da Lei 8.245/91. A jurisprudência confirma a plausibilidade do direito, vejamos: Agravo de instrumento - Locação - Loja em shopping Center - Imóvel ainda fechado e aluguéis inadimplidos - Antecipação de tutela para constatação do abandono e imissão na posse negada em primeiro grau - Inteligência do art. 66 da Lei 8.245/91 - Decisão reformada - Recurso provido. (TJ-SP - AI: 472643320118260000 SP 0047264-33.2011.8.26.0000, Relator: Reinaldo Caldas, Data de Julgamento: 06/04/2011, 29ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 11/04/2011) AGRADO DE INSTRUMENTO - LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA FINS COMERCIAIS - AÇÃO DE DESPEJO POR DESCUMPRIMENTO CONTRATUAL - ANTECIPAÇÃO DE TUTELA PARA CONSTATAÇÃO DE ABANDONO E IMISSÃO NA POSSE - REQUISITOS LEGAIS DA LEI INQUILINÁRIA ATENDIDOS, INCIDÊNCIA DO ART. 66 DA LEI Nº 8.245/1991 - RECURSO PROVIDO, COM DETERMINAÇÃO. (TJ-SP - AI: 990101158353 SP, Relator: Francisco Casconi, Data de Julgamento: 03/08/2010, 31ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 09/08/2010) AGRADO DE INSTRUMENTO - LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA FINS COMERCIAIS - AÇÃO DE DESPEJO POR DESCUMPRIMENTO CONTRATUAL - ANTECIPAÇÃO DE TUTELA PARA CONSTATAÇÃO DE ABANDONO E IMISSÃO NA POSSE - REQUISITOS LEGAIS DA LEI INQUILINÁRIA ATENDIDOS, INCIDÊNCIA DO ART. 66 DA LEI Nº 8.245/1991 - RECURSO PROVIDO, COM DETERMINAÇÃO. (TJ-SP - AI: 990101158353 SP, Relator: Francisco Casconi, Data de Julgamento: 03/08/2010, 31ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 09/08/2010) Por fim, resta evidenciar que caso não seja constatado o abandono do imóvel, poderá o locatário ser mantido na posse do imóvel, ou seja, há possibilidade plena de reversibilidade da medida. Destarte, pede-se seja concedida a tutela de urgência de natureza antecipada determinando a expedição de mandado de constatação e imissão na posse, haja vista o abandono do imóvel. Ante o exposto, pede-se liminarmente, a concessão da tutela de urgência de natureza antecipada, determinando a expedição de mandado de constatação e imissão na posse, haja vista a desocupação do imóvel. Pede-se, ao final, seja julgada procedente a pretensão ora deduzida, confirmando a liminar, e ainda para: 1) DECRETAR a rescisão do Contrato de Locação de Imóvel firmado entre as partes, determinando o despejo dos Requeridos, pela falta de pagamento dos aluguéis; 2) CONDENAR os Requeridos ao pagamento dos aluguéis em atraso e das taxas condominiais, no montante atual de R\$ 8.295,18 (oito mil, duzentos e noventa e cinco reais e dezoito centavos) [Ref. aluguel 15/10/2017 a 15/01/2018 e condomínio 10/04/2017 a 10/01/2018] devidamente corrigidos e com os encargos legais e contratuais, bem como ao pagamento dos aluguéis e condomínios vincendos durante a ação, até a definitiva imissão na posse; 3) CONDENAR o Requerido ao pagamento de eventuais perdas e danos, ocasionadas ao imóvel, a ser apurada após a lavratura do termo de vistoria final, nos termos do Artigo 23, inciso III da Lei 8.245/1991; 4) CONDENAR o Requerido ao pagamento da multa contratual correspondente a três meses de aluguéis vigentes, no valor de R\$2.879,82; 5) CONDENAR o Requerido ao pagamento de honorários advocatícios, estes fixados à base de 20% sobre o valor total da dívida corrigida e demais cominações de direito conforme pactuado no Contrato de Locação, sem prejuízo das custas processuais e honorários de sucumbência; Requer ainda a Vossa Excelência, que, digne-se em: a) Determinar a CITAÇÃO do Requerido, por meio de carta, para, querendo, apresentar defesa no prazo legal, sob pena de sofrer os efeitos da revelia; b) Deferir a produção das provas em direito admitidas, em especial, o depoimento pessoal do Requerido, sob pena de confissão, a inquirição de testemunhas, perícia, juntada posterior de outros documentos que se fizerem necessários ao deslinde da causa sub judice. c) Designar a realização de audiência de mediação, após o cumprimento liminar do despejo, nos termos do Artigo 319 do Código de Processo Civil. Dá-se à causa o valor de R\$ 10.800,00 (dez mil e oitocentos reais). Termos em que, Pede e Espera deferimento. Maringá, 31 de janeiro de 2018. Mariana Vanzo Mommensohn Advogada - OAB/PR 65.691 Janaina Mayara Ramos Estevom Choma Advogada - OAB/PR 68.671.D : 1- Indefiro o pedido de citação do réu Carlos Bueno de Macedo Junior através do aplicativo WhatsApp, em razão da ausência de previsão legal. 1.1- Cite-se o réu por edital, com prazo de vinte dias, observando os requisitos previstos no art. 257 do Código de Processo Civil. 1.2- Com o decurso do prazo do réu citado por edital, se inerte, conclusos para nomeação de curador. 2- A autora pugna que seja averbada na matrícula de um imóvel pertencente à ré Serafina de Oliveira Pereira a existência da presente ação como forma de assegurar que o imóvel não seja alienado a terceiro até o provimento final, pois temem que os réus não consigam adimplir possível cumprimento de sentença. Sucede que esse temor se encontra fundado apenas em conjecturas, pois a autora não informou se a ré estaria insolvente ou que se encontrariam presentes

elementos seguros de que não conseguiria arcar com as custas de uma possível futura sentença, nem argumentam em relação à possibilidade da ré estar dilapidando patrimônio para evitar uma futura execução. Dessa forma em princípio não há necessidade de que seja adotada a medida requerida em tutela de urgência. Assim sendo, não verifico como presentes os requisitos necessários para o deferimento do pedido, ou seja, o perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo (art. 300, do Código de Processo Civil).caput, 2.1- Diante do exposto supra, indefiro a tutela provisória de urgência requerida na petição de f. 364.1. Ailton Vargas da Silva, Juiz de Direito.E, para que ninguém no futuro venha a alegar ignorância expediu-se o presente Edital que será publicado e afixado na forma da Lei. DADO E PASSADO nesta cidade e comarca de Maringá, Estado do Paraná, aos 25 de agosto de 2021. Eu _____(LUIZ AFFONSO FRANZONI FILHO/Escrivão, digitei e subscrevi o presente.

AIRTON VARGAS DA SILVA, Juiz de Direito

**EDITAL PARA CITAÇÃO DO REQUERIDO VALDIR PORTELA FROTA
PRAZO DESTE EDITAL: 15 (quinze) DIAS.**

O Exmo. Sr. Dr. AIRTON VARGAS DA SILVA MM. Juiz de Direito da Segunda Vara Cível da Comarca de Maringá, Estado do Paraná, na forma da Lei, etc...FAZ SABER a todos quanto o presente Edital vierem ou dele conhecimento tiverem que por este Juízo e Cartório, processam-se os termos dos autos processo virtual - PROJUDI, sob nº 0008414-08.2006.8.16.0017, AÇÃO Incidente de Desconsideração de Personalidade Jurídica, em que é requerente: CCR VEÍCULOS LTDA e requeridos: GLOBO AUTO PEÇAS E SERVIÇOS AUTOMOTIVOS LTDA ME e VALDIR PORTELA FROTA. É o presente edital expedido para CITAÇÃO do requerido VALDIR PORTELA FROTA, inscrito no CPF/MF nº 043.905.898-81, o qual encontra-se em lugar incerto, para que tome conhecimento da ação, do inteiro teor da petição inicial, abaixo transcrita, e para que, tome conhecimento da ação, do inteiro teor da petição inicial, e para, querendo, no prazo de 15 (QUINZE) DIAS, se manifestar(em) e requerer(em) as provas cabíveis nos termos do artigo 135 do CPC. Ciente de que não sendo contestada a ação, será considerado revel e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pelo autor.Art.344 do CPC.PETIÇÃO INICIAL: EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA ____ VARA CÍVEL DO FORO CENTRAL DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE MARINGÁ - ESTADO DO PARANÁ CCR VEÍCULOS LTDA., pessoa jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob o número 05.699.631/0001-64, com sede na Avenida Cerro Azul, 797, Sobreloja, Zona 02, Maringá-PR, nos autos em epígrafe de Cumprimento de Sentença, por seus procuradores judiciais adiante assinados, advogados regularmente inscritos na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Estado do Paraná, sob os números 26.842, 30.612 e 57.965, com endereço profissional na Rua Neo Alves Martins, 2789, Edifício Palácio do Comércio, Sala 604, na cidade de Maringá - PR, onde recebem intimações, vem, com o devido respeito e acatamento, à presença de Vossa Excelência, com fundamento nos artigos 133 a 137 do novo Código de Processo Civil, propor: INCIDENTE DE DESCONSIDERAÇÃO DE PERSONALIDADE JURÍDICA em face de GLOBO AUTO PEÇAS E SERVIÇOS AUTOMOTIVOS EIRELI, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.096.698/0001-30, com sede e foro na Avenida Eliseu de Almeida, 159, Jardim Christe, na cidade de São Paulo - SP, CEP 05533-000, pelos fatos e fundamentos abaixo alinhavados. I- FATOS A Autora ajuizou ação de Ação de Reparação de Danos cumulada com Lucros Cessantes, pugnando pela condenação da Ré ao pagamento de indenização pela perda de veículo em decorrência de furto ocorrido dentro do estabelecimento da Ré. Sobreveio sentença, que condenou a Ré ao pagamento do valor de R\$ 18.123,15 em favor da Autora. Foi interposto recurso de Apelação e, em sede de julgamento, manteve a sentença com relação ao valor da condenação, fazendo apenas a adequação da sucumbência. Do acórdão, foi interposto recurso extraordinário e especial, que tiveram seguimento denegados, tendo a sentença transitado em julgado em 18/10/10, razão pela qual iniciou-se a fase de cumprimento de sentença. A Ré foi intimada para pagamento da condenação, porém ficou-se inerte, e mesmo após a realização de diligências, foi possível realizar bloqueio de apenas parte dos valores devidos e, tendo restado saldo remanescente, não foi possível encontrar eventuais bens passíveis de penhora para satisfação do crédito. Ademais, ao ser intimada para indicar bens, a Ré informou que a empresa encontra-se inativa, ou seja, encerrou suas atividades mesmo possuindo passivo e sem deixar bens passíveis à garantir a satisfação dos valores devidos. Assim, para que haja a possibilidade de quitação do crédito executado, necessária a desconconsideração ora pleiteada, diante da irregularidade promovida pela Ré, com a clara intenção de causar prejuízo a seus credores. II- FUNDAMENTOS Conforme previsão legal, para que haja a desconconsideração da personalidade jurídica, faz-se indispensável que se configure uma das seguintes hipóteses: que os sócios tenham agido com abuso de direito, desvio de poder, fraude à lei, praticado fato ou ato ilícito, violado os estatutos ou o contrato social ou, ainda, que os atos praticados por aqueles que tenham causado prejuízo a terceiros. Essa é a previsão contida no art. 50 do Código Civil:Art. 50. Em caso de abuso da personalidade jurídica, caracterizado pelo desvio de finalidade, ou pela confusão patrimonial, pode o juiz decidir, a requerimento da parte, ou do Ministério Público quando lhe couber intervir no processo, que os efeitos de certas e determinadas relações de obrigações sejam estendidos aos bens particulares dos administradores ou sócios da pessoa jurídica. No mesmo sentido, é a previsão contida no art. 28 do CDC: Art. 28. O juiz poderá desconconsiderar a personalidade jurídica da sociedade quando, em detrimento do consumidor, houver abuso de direito, excesso de poder, infração da lei, fato ou ato ilícito ou violação dos estatutos ou contrato social. A desconconsideração também

será efetivada quando houver falência, estado de insolvência, encerramento ou inatividade da pessoa jurídica provocados por má administração. No caso em apreço é nítida a ocorrência de abuso de direito da personalidade jurídica, vez que houve o uso da empresa para a prática de ato danoso à terceiro e, diante da constituição de uma dívida decorrente de condenação judicial, deparou-se com o encerramento irregular da empresa e dilapidação de seu patrimônio, com clara intenção de fraudar seus credores. Veja Excelência, por meio da pessoa jurídica, houve a prática de ato ilícito, correspondente à omissão que ocasionou o furto do veículo, gerando o dever de indenizar, que foi consolidado em sede de sentença com a condenação arbitrada. Ainda, apesar da plena ciência acerca da dívida constituída em razão da condenação, a Ré ficou-se inerte, sendo que posteriormente veio informar que a mesma tinha encerrado suas atividades, fazendo-o de maneira irregular, já que sabia da existência de passivo. Ora, notório que houve um dano praticado por meio da pessoa jurídica, mas que não pode ser reparado em razão da inexistência de bens em nome da empresa. Além disso, no caso em tela é aplicável o Código de Defesa do Consumidor e restando evidente que o manto da personalidade jurídica nesse caso impede a reparação do dano causado ao consumidor, esse deve ser relativizado, aplicando-se a teoria menor da desconconsideração para que se proceda à inclusão do sócio no polo passivo. Em casos análogos, o entendimento adotado pelo Tribunal de Justiça do Paraná é no sentido de deferir a desconstituição pleiteada: AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. PEDIDO DE DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA. DEFERIMENTO. ENCERRAMENTO IRREGULAR DA EMPRESA EXECUTADA E INEXISTÊNCIA DE NUMERÁRIO OU BENS CAPAZES DE SATISFAZER O CRÉDITO. RELAÇÃO DE CONSUMO. APLICAÇÃO DA TEORIA MENOR. INTELIGÊNCIA DO ARTIGO 28, § 5º, DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR DECISÃO MANTIDA. RECURSO DESPROVIDO. (TJPR - 9ª C.Cível - 0044406-95.2017.8.16.0000 - Curitiba - Rel.: Vilma Régia Ramos de Rezende - J. 03.05.2018) Ademais, é fato notório e inclusive relatado pela própria Ré na petição do mov. 161.1, que a Ré figura no polo passivo de diversas ações de execução, o que evidencia que os requisitos para o deferimento do referido pedido encontram-se presentes. Assim, pugna pela desconconsideração da personalidade jurídica, a fim de que se inclua no polo passivo da presente execução o sócio Valdir Portela Frota, brasileiro, CPF 043.905.898-81, com endereço na Rua Correia de Lemos, 821, apt 72, chácara Inglesa, CEP 04140-000, São Paulo - SP. Pede deferimento. Maringá-PR, 06 de junho de 2018. EDER FABRILLO ROSA OAB/PR 26.842 SANDRO HENRIQUE TROVÃO OAB/PR 30.612 FÁBIO SICHIERI AKAMINE OAB/PR 57.965.D : 1- Cite(m)-se o(s) sócio(s) indicado(s) na inicial para, ESPACHO querendo, se manifestar(em) e requerer(em) as provas cabíveis, no prazo de quinze dias (art. 135 do CPC). No endereço informado pelo exequente.2- O incidente de desconconsideração da personalidade jurídica suspende o processo, salvo se a desconconsideração for requerida na petição inicial (art. 134, §§ 2º e 3º do Código de Processo Civil).Ailton Vargas da Silva, Juiz de Direito. E, para que ninguém no futuro venha a alegar ignorância expediu-se o presente Edital que será publicado e afixado na forma da Lei. DADO E PASSADO nesta cidade e comarca de Maringá, Estado do Paraná, aos 25 de agosto de 2021. Eu _____(LUIZ AFFONSO FRANZONI FILHO/Escrivão, digitei e subscrevi o presente.

AIRTON VARGAS DA SILVA, Juiz de Direito

**EDITAL PARA CONHECIMENTO DE TERCEIROS E DEMAIS INTERESSADOS
DA INTERDIÇÃO DE GRAZIELE GOES
PRAZO DESTE EDITAL: 15 (QUINZE) DIAS.
JUSTIÇA GRATUITA**

O Exmo. Sr. Dr. AIRTON VARGAS DA SILVA, MM. Juiz de Direito da Segunda Vara Cível da Comarca de Maringá, Estado do Paraná, na forma da Lei, etc...FAZ SABER a todos quanto o presente Edital vierem ou dele conhecimento tiverem que por este Juízo e Cartório, processam-se os termos dos autos processo virtual - PROJUDI, sob nº0020074-08.2020.8.16.0017, Ação de INTERDIÇÃO C/C ANTECIPAÇÃO DE TUTELA, em que é requerente: MARIA EULINA DIAS e requerido: GRAZIELE GOES. É o presente edital expedido para conhecimento de terceiros e demais interessados de que foi de , brasileira, DECRETADA A INTERDIÇÃO GRAZIELE GOES solteira, do lar, portador da cédula de identidade RG sob nº 7.219.697-0 SESP/PR, inscrito no cadastro de pessoa física CPF/MF 627.761.421-53, residente e domiciliada à Rua Vila dos Remédios, nº 14, Apto. 303, Jardim Social, em Maringá-PR, impossibilitando-o(s) de exercer atividade habituais da vida civil, e de consequência, como ficou nomeada a requerente , brasileira, viúva, aposentada, com cédula de identidade, RG nº CURADORA MARIA EULINA DIAS 1.346.462-SSP/PR, inscrito no cadastro de pessoa física, CPF/MF nº 229.962.901-78, residente e domiciliado na Rua Vila dos Remédios, nº 14, Apto. 303, Jardim Social, em Maringá-PR. SENTENÇA : "Processo 0020074-08.2020.8.16.0017 Curatela de Incapaz Autor: Maria Eulina de Oliveira Réu: Grazielle Goes I - Relatório 1- Na petição inicial da presente ação de interdição foi alegado, em síntese, que: - A curatela foi diagnosticada como portadora de transtornos de personalidade e do comportamento devidos a doença cerebral, lesão e disfunção (CID F07.9), apresentando graves sequelas cerebrais em razão de aneurisma e neurocirurgia, conforme atestado médico juntado. Além disso, em razão da enfermidade, a curatela necessita do auxílio de seus familiares para todas as atividades cotidianas, mostrando-se incapaz de reger sua pessoa e seus interesses, por si, estando incapacitada para os atos da vida civil. Requer, por causa disso, a interdição com base no art. 747 e ss. do Código de Processo Civil, nomeando como curadora Maria Eulina de Oliveira. 2- Foi deferida a tutela antecedente requerida (f. 26.1). 3- Foi realizado o exame e interrogatório de que trata o art. 751 do Código de Processo Civil (fs. 60.1 e 60.2). 4- O Ministério

Público manifestou-se favoravelmente à interdição (f. 65.1). II - Fundamentação 5- Trata-se de ação de interdição que Maria Eulina de Oliveira move contra Grazielle Goes. 6- Extrai-se dos presentes autos que a ré deve ser colocada em curatela, eis que, a par do contido nas alegações deduzidas na inicial e do conteúdo dos documentos juntados, apurou-se que é portadora de transtornos de personalidade e do comportamento devidos à doença cerebral, lesão e disfunção (CID F07.9), o que acarreta na diminuição de sua capacidade de autogestão, estando, assim, incapacitado para os atos da vida civil. Os documentos instruídos junto à inicial e a audiência de entrevista (f. 60.2) corroboram com a prerrogativa que a curatela está incapacitada para os atos da vida civil. 7- Assim sendo, aguarda como desfecho da presente ação a procedência do pedido. III - Dispositivo 8- Ante o exposto, julgo procedente o pedido formulado na petição inicial para: a) declarar Grazielle Goes incapaz para a realização de todos os atos da vida civil; b) nomear-lhe como curadora Maria Eulina de Oliveira na forma do art. 755, §1º, do Código Civil, devendo este prestar compromisso no prazo de cinco dias. Inscreva-se a presente interdição no respectivo registro e expeça-se edital para publicação na imprensa local e também na imprensa oficial, nos moldes do preceituado no art. 755, §3º, do Código de Processo Civil. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Maringá, 28 de abril de 2021". E, para que ninguém no futuro venha alegar ignorância, expediu-se o presente edital que será publicado e afixado na forma da Lei. DADO E PASSADO nesta cidade e comarca de Maringá, Estado do Paraná, aos 09 de agosto de 2021. Eu _____ (LUIZ AFFONSO FRANZONI FILHO), Escrivão, digitei e subscrevi o presente. AIRTON VARGAS DA SILVA, Juiz de Direito

Edital Geral

EDITAL PARA CONHECIMENTO DE TERCEIROS E DEMAIS INTERESSADOS DA INTERDIÇÃO DE ZULEICA DALAZOANA
PRAZO DESTE EDITAL: 15 (QUINZE) DIAS.
JUSTIÇA GRATUITA

O Exmo. Sr. Dr. AIRTON VARGAS DA SILVA, MM. Juiz de Direito da Segunda Vara Cível da Comarca de Maringá, Estado do Paraná, na forma da Lei, etc...FAZ SABER a todos quanto o presente Edital virem ou dele conhecimento tiverem que por este Juízo e Cartório, processam-se os termos dos autos processo virtual -PROJUDI, sob nº0013068-47.2020.8.16.0017, Ação de INTERDIÇÃO C/C ANTECIPAÇÃO DE TUTELA, em que é requerente: Ministério Público do Estado do Paraná -Maringá representado(a) por MICHELE NADER e requerido: ZULEICA DALAZOANA. É o presente edital expedido para conhecimento de terceiros e demais interessados que foi DECRETADA A INTERDIÇÃO DE ZULEICA DALAZOANA, brasileira, solteira, aposentada, portadora da Cédula de Identidade Registro Geral (R.G.) nº7.183.34 SESP/PR, inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) sob o nº 161.498.909-53, filha de Ladislava Dalazoana a qual se encontra no Hospital Municipal de Maringá, mas com residência e domicílio à Rua Arthur Thomas, nº 942, apartamento 204, no Edifício Nevada, Zona 01, nesta cidade e Comarca de Maringá, Estado do Paraná, impossibilitando-o(s) de exercer atividade habituais da vida civil, e de consequência, como ficou nomeada a requerente CURADORA ELIZETE, brasileira, casada, contadora, portadora da CI RG nº 1.594.032-8, inscrita no CPF nº 397.483.759-00, residente na RuaFÁTIMA DALL AGO DA SILVA Marfim, nº 271, Jardim Veredas - CEP 87060-10. SENTENÇA: "Processo 0013068-47.2020.8.16.0017 Colocação em Curatela Autor: Ministério Público do Estado do Paraná Réu: Zuleica Dalazoana. I - Relatório 1- Na petição inicial da presente ação de colocação em curatela foi alegado, em síntese, que: A interditanda foi diagnosticada como portadora de demência degenerativa lobar fronto temporal (CID-10), apresentando confusão mental e esquecimento, mostrando-se incapaz de reger sua pessoa e seus interesses, por si, estando incapacitada para os atos da vida civil (f. 1.12). - Requer, por causa disso, a interdição com base no art. 747 e ss. do Código de Processo Civil, nomeando como curadora Elizete Fátima Dall'Ago da Silva. 2- Foi deferida a tutela antecedente requerida (f. 6.1).3- Foi realizado o exame e interrogatório de que trata o art. 751 do Código de Processo Civil (fs. 91.1 e 91.2). 4- O Ministério Público manifestou-se favoravelmente à interdição (f. 94.1).II - Fundamentação 5- Trata-se de ação de colocação em curatela que o Ministério Público do Estado do Paraná move contra Zuleica Dalazoana.6- Extrai-se dos presentes autos que a ré deve ser interditada, eis que, a par do contido nas alegações deduzidas na inicial, do conteúdo dos documentos juntados e do interrogatório feito em juízo, apurou-se que apresenta demência degenerativa lobar frontotemporal (CID-10), com quadros de confusão mental e esquecimento, motivo pelo qual não tem condições de por si só gerir sua pessoa. 7- Assim sendo, aguarda como desfecho da presente ação a procedência do pedido. III - Dispositivo 8- Ante o exposto, julgo procedente o pedido formulado na petição inicial para: a) decretar a interdição de Zuleica Dalazoana; b) declará-la incapaz de exercer pessoalmente os atos da vida civil; c) nomear-lhe como curadora Elizete Fátima Dall'Ago na forma do art. 755, § 1º, do Código Civil, devendo esta prestar compromisso no prazo de cinco dias;d) conforme já consignado em audiência, arbitro a remuneração da curadora em 1 (um) salário mínimo vigente, devendo esta promover a devida prestação contas anualmente. 9- Inscreva-se a presente interdição no respectivo registro e expeça-se edital para publicação na imprensa oficial, nos moldes do preceituado no art. 755, § 3º, do Código de Processo Civil. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Maringá, 2 de março de 2020 Ailton Vargas da Silva, Juiz de Direito". E, para que ninguém no futuro venha alegar ignorância, expediu-se o presente edital que será publicado e afixado na forma da Lei. DADO E PASSADO nesta cidade e comarca de Maringá, Estado do Paraná,

aos 10 de agosto de 2021. Eu _____ (LUIZ AFFONSO FRANZONI FILHO), Escrivão Titular, digitei e subscrevi o presente. AIRTON VARGAS DA SILVA, Juiz de Direito

EDITAL PARA CONHECIMENTO DE TERCEIROS E DEMAIS INTERESSADOS DA INTERDIÇÃO DE MARIA APARECIDA BASSANI
PRAZO DESTE EDITAL: 15 (QUINZE) DIAS.
JUSTIÇA GRATUITA

O Exmo. Sr. Dr. AIRTON VARGAS DA SILVA, MM. Juiz de Direito da Segunda Vara Cível da Comarca de Maringá, Estado do Paraná, na forma da Lei, etc...FAZ SABER a todos quanto o presente Edital virem ou dele conhecimento tiverem que por este Juízo e Cartório, processam-se os termos dos autos processo virtual -PROJUDI, sob nº 0018911-90.2020.8.16.0017, Ação de INTERDIÇÃO C/C ANTECIPAÇÃO DE TUTELA, em que é requerente: LUIS CARLOS BUENO e requerido: MARIA APARECIDA BASSANI. É o presente edital expedido para conhecimento de terceiros e demais interessados de que foi DECRETADA A INTERDIÇÃO de MARIA APARECIDA BASSANI brasileira, viúva, aposentada, inscrito no CPF/MF n. 172.905.899-04, portador d CTPS Nº 34408, Série 00004/PR, residente e domiciliado à Rua Travessa Aracaju, n. 65, Vila Morangeira, CEP 87040-080, em Maringá - Paraná., impossibilitando-o(s) de exercer atividade habituais da vida civil, e de consequência, como ficou nomeado a requerente LUIZ CARLOS BUENO, brasileiro, solteiro, desempregado, inscrito no CPF n. 633.970.219-87, CURADOR portador do RG 4511532-1 SESP/PR, residente e domiciliado à Rua Travessa Aracaju, n. 65, Vila Morangeira, CEP 87040-080, em Maringá - Paraná.SENTENÇA : "Processo 0018911-90.2020.8.16.0017 Curatela de Incapaz Autor: Luiz Carlos Bueno Réu: Maria Aparecida Bassani I - Relatório 1- Na petição inicial da presente ação de interdição foi alegado, em síntese, que: - A curatela foi diagnosticada com Alzheimer (CID G30), mostrando-se incapaz de reger sua pessoa e seus interesses, por si, estando incapacitada para os atos da vida civil. Requer, por causa disso, a interdição com base no art. 747 e ss. do Código de Processo Civil, nomeando como curador Luiz Carlos Bueno. 2- Foi deferida a tutela antecedente requerida (f. 7.1). 3- Foi realizado o exame e interrogatório de que trata o art. 751 do Código de Processo Civil (f. 36.4).4- O Ministério Público manifestou-se favoravelmente à interdição (f. 51.1). II - Fundamentação 5- Trata-se de ação de interdição que Luiz Carlos Bueno move contra Maria Aparecida Bassani.6- Extrai-se dos presentes autos que a ré deve ser colocada em curatela, eis que, a par do contido nas alegações deduzidas na inicial e do conteúdo dos documentos juntados, apurou-se que apresenta quadro de Alzheimer (CID G30), o que acarreta na diminuição de sua capacidade de autogestão, estando, assim, incapacitada para os atos da vida civil. Os documentos instruídos junto à inicial e a audiência de entrevista (f. 36.4) corroboram com a prerrogativa que a curatela está incapacitada para os atos da vida civil. 7- Assim sendo, aguarda como desfecho da presente ação a procedência do pedido. III - Dispositivo 8- Ante o exposto, julgo procedente o pedido formulado na petição inicial para: a) declarar Maria Aparecida Bassani incapaz para a realização de todos os atos da vida civil;b) nomear-lhe curador Luiz Carlos Bueno na forma do art. 755, §1º, do Código Civil, devendo este prestar compromisso no prazo de cinco dias. Inscreva-se a presente interdição no respectivo registro e expeça-se edital para publicação na imprensa local e também na imprensa oficial, nos moldes do preceituado no art. 755, §3º, do Código de Processo Civil. Publique-se. Registre-se. Intimem-se.Maringá, 26 de março de 2021 Ailton Vargas da Silva, Juiz de Direito". E, para que ninguém no futuro venha alegar ignorância, expediu-se o presente edital que será publicado e afixado na forma da Lei. DADO E PASSADO nesta cidade e comarca de Maringá, Estado do Paraná, aos 10 de agosto de 2021. Eu _____ (LUIZ AFFONSO FRANZONI FILHO), Escrivão Titular, digitei e subscrevi o presente. AIRTON VARGAS DA SILVA, Juiz de Direito

EDITAL PARA CONHECIMENTO DE TERCEIROS E DEMAIS INTERESSADOS DA INTERDIÇÃO DE JOÃO APARECIDO PEREIRA
PRAZO DESTE EDITAL: 15 (QUINZE) DIAS.
JUSTIÇA GRATUITA

O Exmo. Sr. Dr. AIRTON VARGAS DA SILVA, MM. Juiz de Direito da Segunda Vara Cível da Comarca de Maringá, Estado do Paraná, na forma da Lei, etc...FAZ SABER a todos quanto o presente Edital virem ou dele conhecimento tiverem que por este Juízo e Cartório, processam-se os termos dos autos processo virtual - PROJUDI, sob nº 0027080-37.2018.8.16.0017, Ação de INTERDIÇÃO C/C ANTECIPAÇÃO DE TUTELA, em que é requerente: JOSE APARECIDO PEREIRA e requerido:JOÃO APARECIDO PEREIRA. É o presente edital expedido para conhecimento de terceiros e demais interessados de que foi de DECRETADA A INTERDIÇÃO JOÃO APARECIDO PEREIRA, brasileiro, solteiro, trabalhador rural, portador da cédula de identidade nº 3.687.884-3 SSP/PR, inscrito no CPF/MF nº 508.400.619-00, residente e domiciliado à Rua Carlos Mauricio Duarte nº 1066 Jardim Tarumã II, Maringá/PR, impossibilitando-o(s) de exercer atividade habituais da vida civil, e de consequência, como ficou nomeado o como CURADOR o requerente JOSE APARECIDO PEREIRA brasileiro, solteiro, pedreiro, portador da, cédula de identidade RG nº. 4.112.589-6 SESP/PR, inscrito no CPF nº. 555.838.229-53, residente e domiciliado à Rua Carlos Mauricio Duarte nº 1066, Jardim Tarumã II, Maringá/PR. SENTENÇA: "Processo 0027080-37.2018.8.16.0017 Curatela de Incapaz Autor: José Aparecido Pereira Réu: João Aparecido Pereira I - Relatório 1- Na petição inicial da presente ação

de interdição foi alegado, em síntese, que:- O curatelando foi diagnosticado com epilepsia, apresentando diversos prejuízos cognitivos. Em razão da enfermidade, o curatelando necessita do auxílio de seus familiares para as atividades cotidianas, mostrando-se incapaz de reger sua pessoa e seus interesses, por si, estando incapacitado para os atos da vida civil. Requer, por causa disso, a interdição com base no art. 747 e ss. do Código de Processo Civil, nomeando como curador José Aparecido Pereira. 2- Foi deferida a tutela antecedente requerida (f. 6.1). 3- Foi realizado o exame e interrogatório de que trata o art. 751 do Código de Processo Civil (f. 41.1). 4- O feito foi julgado procedente (f. 41.1). 5- Interposto recurso de apelação, o Tribunal de Justiça declarou a nulidade do feito (f. 57.2), salientando a necessidade de nomeação de curador especial ao curatelando. 6- Nomeou-se curadora especial ao curatelando (f. 59.1), tendo esta apresentado contestação por negativa geral (f. 65.1). 7- O Ministério Público manifestou-se favoravelmente à interdição (f. 86.1). II - Fundamentação 8- Trata-se de ação de interdição que José Aparecido Pereira move contra João Aparecido Pereira. 9- Extrai-se dos presentes autos que o réu deve ser colocado em curatela, eis que, a par do contido nas alegações deduzidas na inicial e do conteúdo dos documentos juntados, apurou-se que é portador de epilepsia (G40.1) e apresenta quadro de doença mental (CID-10), o que acarreta na diminuição de sua capacidade de autogestão, estando, assim, incapacitado para os atos da vida civil. Os documentos instruídos junto à inicial e a audiência de entrevista (f. 41.1) corroboram com a prerrogativa que o curatelando está incapacitado para os atos da vida civil. 10- Assim sendo, aguarda como desfecho da presente ação a procedência do pedido. III - Dispositivo 11- Ante o exposto, julgo procedente o pedido formulado na petição inicial para: a) declarar João Aparecido Pereira incapaz para a realização de todos os atos da vida civil; b) nomear-lhe curador José Aparecido Pereira na forma do art. 755, §1º, do Código Civil, devendo este prestar compromisso no prazo de cinco dias. Inscreva-se a presente interdição no respectivo registro e expeça-se edital para publicação na imprensa local e também na imprensa oficial, nos moldes do preceituado no art. 755, §3º, do Código de Processo Civil. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Maringá, 29 de abril de 2021 Ailton Vargas da Silva, Juiz de Direito". 1- O Ministério Público apresentou tempestivos embargos de declaração (f. 100.1) da sentença de f. 90.1, sustentando haver omissão quanto aos atos da vida civil que estariam abrangidos na curatela. Conheço os embargos de declaração e dou-lhes provimento para delimitar os efeitos da colocação em curatela somente aos atos de natureza patrimonial e negocial do curatelado João Aparecido Pereira, remanescendo intactos e preservados os demais direitos. Ailton Vargas da Silva, Juiz de Direito. E, para que ninguém no futuro venha alegar ignorância, expediu-se o presente edital que será publicado e afixado na forma da Lei. DADO E PASSADO nesta cidade e comarca de Maringá, Estado do Paraná, aos 09 de agosto de 2021. Eu _____ (LUIZ AFFONSO FRANZONI FILHO), Escrivão, digitei e subscrevi o presente.

AIRTON VARGAS DA SILVA, Juiz de Direito

3ª VARA CRIMINAL

Edital de Intimação

Adicionar um(a) Conteúdo **EDITAL DE INTIMAÇÃO - PRAZO: 20 DIAS**

Processo-crime nº 0001476-45.2016.8.16.0017

Art. 155 do CP

A Doutora MONICA FLEITH, MM. Juiz de Direito da 3ª Vara Criminal da Comarca de Maringá, na forma da Lei, etc...

FAZ SABER, a todos quantos o presente edital virem, com prazo de vinte dias, ou dele conhecimento tiverem, que não tendo sido possível INTIMAR pessoalmente a pessoa de **EDERSON FERREIRA PROENÇA**, brasileiro, nascido aos 24/09/1970, em RONDON-PR, filho de MARIA DA SILVA PROENÇA e de TEOTONIO FERREIRA PROENÇA, atualmente em lugar ignorado, pelo presente intima-o para, no prazo de 10 (dez) dias, compareça em Juízo para o fim de efetuar o pagamento da multa penal e custas processuais impostas nos autos supra. Caso não efetue o pagamento da multa, o valor será registrado como dívida ativa estadual em favor do FUPEN e as custas ao FUNJUS. **ADVERTÊNCIA:** O não pagamento dos valores importa em emissão de **certidão de crédito judicial** a ser encaminhada a protesto e **lançamento em dívida ativa** - na forma prevista nos artigos 847 a 858 do Código de Normas do Foro Extrajudicial -, sem prejuízo da inclusão do nome do devedor nos órgãos de proteção ao crédito (SPC/SERASA). **OBSERVAÇÃO:** A(s) guia(s) a ser(em) paga(s) pode(m) ser encontrada(s) digitando-se o número único do processo no endereço: <https://www.tjpr.jus.br/custas-judiciais-e-taxa-judiciaria> em "Guias Preparadas". Dado e passado nesta cidade de Maringá, aos 23/09/2021. Eu _____ escrivão, o digitei e subscrevi.

MONICA FLEITH
JUIZ DE DIREITO

JUIZADO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER

E VARA DE CRIMES CONTRA CRIANÇAS, ADOLESCENTES E IDOSOS

Edital de Citação

Autos nº. 0007473-67.2019.8.16.0190

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 15 DIAS

O Dr. Jaime Souza Pinto Sampaio, MM. JUIZ DE DIREITO do Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher e Vara de Crimes contra Crianças do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Maringá, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS E NA FORMA DA LEI...

FAZ SABER, a todos quantos o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem, que não tendo sido possível citar pessoalmente o réu **WILLIAN CARLOS LIMA ACACIO**, RG 106343837 SSP/PR, Nome do Pai: JOSE CARLOS ACACIO, Nome da Mãe: PATRICIA DA COSTA LIMA, nascido em 10/10/1998, natural de SANTA TEREZINHA DE ITAIPU/PR, atualmente em lugar ignorado, pelo presente fica o mesmo **CITADO PARA QUE RESPONDA, POR ESCRITO, NO PRAZO DE 10 DIAS, A ACUSAÇÃO DA PRÁTICA DO DELITO DO ART 147: Ameaça, AMEAÇA, Detenção: 1 a 6 meses, aplicando-se a Lei 11.340/06**, PODENDO ARGUIR PRELIMINARES E INVOCAR TODAS AS RAZÕES DE DEFESA, OFERECER DOCUMENTOS E JUSTIFICAÇÕES, ESPECIFICAR AS PROVAS QUE PRETENDE PRODUIR E ARROLAR TESTEMUNHAS, COM BASE NO ARTIGO 396-A DO CPP, COM ADVERTÊNCIA DE QUE SE ASSIM NÃO FIZER, SER-LHE-Á NOMEADO DEFENSOR DATIVO.

DADO E PASSADO, nesta cidade e Comarca de Maringá-Pr, aos 24 de setembro de 2021. Eu, Leiliane de Souza Tenani, Técnico(a) Judiciário(a), o digitei.

Leiliane de Souza Tenani

Técnico Judiciário

Assina por autorização do Juiz de Direito, conforme Portaria 02/2020

Edital de Intimação

Autos nº. 0023555-47.2018.8.16.0017

EDITAL DE INTIMAÇÃO - PRAZO DE 60 DIAS

O Dr. Jaime Souza Pinto Sampaio, MM. JUIZ DE DIREITO do Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher e Vara de Crimes contra Crianças, Adolescentes e Idosos Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Maringá, no uso de suas atribuições legais e na forma da lei...

FAZ SABER, a todos quantos o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem, que não tendo sido possível intimar pessoalmente o réu **VINICIUS RODRIGUES MEDEIROS**, RG 93443888 SSP/PR, CPF 064.441.889-38, Nome do Pai: JOSE DA SILVA MEDEIROS NETO, Nome da Mãe: VERA LUCIA RODRIGUES MEDEIROS, nascido em 28/08/1990, natural de BARBOSA FERRAZ/PR, atualmente em lugar ignorado, pelo presente fica o mesmo **INTIMADO da sentença datada de 02.06.2020, pela qual foi julgado procedente o pedido da denúncia, para o fim de condenar o acusado nas sanções do artigo 21, do Decreto-Lei nº 3.688/41 (Fato 01); artigo 129, §9º, do Código Penal, por duas vezes (Fatos 03 e 06); artigo 147, caput, do Código Penal, por quatro vezes (Fatos 02, 04, 05 e 07) e aplicando-se a regra dos artigos 69 e 71, ambos do Código Penal, ainda com a incidência do disposto na Lei nº 11.340/06, à pena de 06 (seis) meses e dois (02) dias de detenção; e, 22 (vinte e dois) dias de prisão simples**. nos autos de ação penal nº 0023555-47.2018.8.16.0017.

DADO E PASSADO, nesta cidade e Comarca de Maringá-Pr, aos 24 de setembro de 2021. Eu, THIAGO ZORNIO SILVA, Técnico(a) Judiciário(a), o digitei. THIAGO ZORNIO SILVA Técnico Judiciário Assina por autorização do Juiz de Direito, conforme Portaria 02/2020

Autos nº. 0007237-57.2015.8.16.0190

EDITAL DE INTIMAÇÃO - PRAZO DE 60 DIAS

O Dr. Jaime Souza Pinto Sampaio, MM. JUIZ DE DIREITO do Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher e Vara de Crimes contra Crianças, Adolescentes e Idosos Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Maringá, no uso de suas atribuições legais e na forma da lei...

FAZ SABER, a todos quantos o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem, que não tendo sido possível intimar pessoalmente o réu **ESTEVÃO DE OLIVEIRA SILVA**, RG 123413016 SSP/PR, CPF 056.134.659-32, Nome do Pai: JOSE CARLOS DA SILVA, Nome da Mãe: SONIA REGINA BARBOSA DE OLIVEIRA SILVA, nascido em 23/04/1989, atualmente em lugar ignorado, pelo presente fica o mesmo **INTIMADO da sentença datada de 22.01.2020, pela qual foi**

judgado IMPROCEDENTE a pretensão punitiva do Estado a fim de ABSOLVER IMPROPRIAMENTE o réu ESTEVÃO DE OLIVEIRA SILVA, já qualificado nos autos, em face de sua inimizabilidade, com base no art. 26, caput, do Código Penal, e artigo 386, inciso VI, do Código de Processo Penal. nos autos de ação penal nº 0007237-57.2015.8.16.0190.

DADO E PASSADO, nesta cidade e Comarca de Maringá-Pr, aos 23 de setembro de 2021. Eu, THIAGO ZORNIO SILVA, Técnico(a) Judiciário(a), o digitei. THIAGO ZORNIO SILVA

Técnico Judiciário Assina por autorização do Juiz de Direito, conforme Portaria 02/2020

MATINHOS

VARA CRIMINAL, FAMÍLIA E SUCESSÕES, INFÂNCIA E JUVENTUDE E JUIZADO ESPECIAL CÍVEL, CRIMINAL E DA FAZENDA PÚBLICA

Edital de Citação

EDITAL DE CITAÇÃO

Prazo: 30 dias

FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem especialmente HERDEIROS, INTERESSADOS INCERTOS OU DESCONHECIDOS, que tramita por este Juízo e Cartório de Família e Sucessões os autos de Inventário Nº 0004004-41.2019.8.16.0116

Requerente: EZILDA CRISTIANE DE FRANÇA

"De Cujus": ALICE ROSDAIBIDA DE FRANÇA

Diligências a serem efetuadas: CITAÇÃO de possíveis HERDEIROS, INTERESSADOS INCERTOS OU DESCONHECIDOS, nos termos do inciso III do art. 259, para que, querendo, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, apresente contestação ao pedido da parte requerente, sob pena de revelia.

Dada e passada nesta cidade e Comarca de Matinhos, Estado do Paraná, aos 23 dias do mês setembro de do ano de 2021. Eu, Luciane Andréia Raizel, o digitei e subscrevi.

FORO REGIONAL DE NOVA ESPERANÇA DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE MARINGÁ

VARA CRIMINAL, FAMÍLIA E SUCESSÕES, INFÂNCIA E JUVENTUDE

Edital de Intimação

PODER JUDICIÁRIO

COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE MARINGÁ
FORO REGIONAL DE NOVA ESPERANÇA - ESTADO DO PARANÁ
VARA CRIMINAL e ANEXOS

R. Marins Alves de Camargo, 1587 - CEP: 87.600-000 - Nova Esperança/PR

Fone: (44) 3209-8498 - email: NE-2VJ-S@tjpr.jus.br

EDITAL DE INTIMAÇÃO

PRAZO DE 15 (QUINZE) DIAS

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO DE INQUÉRITO POLICIAL EM QUE FIGURA COMO OFENDIDO ALDIR MACHADO DE LIMA NOS AUTOS DO INQUÉRITO POLICIAL Nº. 0002352-92.2010.8.16.0119.

O DOUTOR ARTHUR CEZAR ROCHA CAZELLA JÚNIOR, MM. JUIZ DE DIREITO DA VARA CRIMINAL E ANEXOS DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE MARINGÁ - FORO REGIONAL DE NOVA ESPERANÇA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS ETC.

FAZ SABER, a todos quantos o presente Edital virem, ou dele conhecimento tiverem, com prazo de 15 (quinze) dias, que por este Juízo tramitam os autos de Inquérito Policial nº.: 0002352-92.2010.8.16.0119, em que figura como indiciado PAULO

EDSON DE JESUS e vítima ALDIR MACHADO DE LIMA, como incurso no art. 217-a do CP, na data dos fatos aos 15.04.2012. E, constando nos autos que o indiciado PAULO EDSON DE JESUS encontra-se atualmente em lugar incerto e não sabido, pelo presente Edital, INTIMA-O do conteúdo sucinto da r. decisão prolatada por este Juízo na seq. 7.1 dos sobreditos autos, que determinou o arquivamento dos autos de Inquérito Policial, ressalvada a possibilidade de ser o inquérito policial desarquivado, a partir de novas provas porventura apuradas, na forma preconizada pelo art. 18 do Código de Processo Penal. E para que chegue ao conhecimento do interessado e não alegue ignorância expediu-se o presente aos 24 de setembro de 2021. Eu, (JOSÉ LUIZ BARROS PEREIRA),

Chefe de Secretaria, que o digitei e subscrevo.

JOSÉ LUIZ BARROS PEREIRA

Chefe de Secretaria - Port. 01/2013

PODER JUDICIÁRIO

COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE MARINGÁ
FORO REGIONAL DE NOVA ESPERANÇA - ESTADO DO PARANÁ
VARA CRIMINAL e ANEXOS

R. Marins Alves de Camargo, 1587 - CEP: 87.600-000 - Nova Esperança/PR

Fone: (44) 3209-8498 - email: NE-2VJ-S@tjpr.jus.br

EDITAL DE INTIMAÇÃO

PRAZO DE 15 (QUINZE) DIAS

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO DE INQUÉRITO POLICIAL EM QUE FIGURA COMO OFENDIDO O JUIZO NOS AUTOS DO INQUÉRITO POLICIAL Nº. 0000881-02.2014.8.16.0119.

O DOUTOR ARTHUR CEZAR ROCHA CAZELLA JÚNIOR, MM. JUIZ DE DIREITO DA VARA CRIMINAL E ANEXOS DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE MARINGÁ - FORO REGIONAL DE NOVA ESPERANÇA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS ETC.

FAZ SABER, a todos quantos o presente Edital virem, ou dele conhecimento tiverem, com prazo de 15 (quinze) dias, que por este Juízo tramitam os autos de Inquérito Policial nº.: 0000881-02.2014.8.16.0119, em que figura como indiciado ADRIANO SANDRO RAMOS e vítima O JUIZO, como incurso no art. 311 do CP, na data dos fatos aos 12.04.2014. E, constando nos autos que o indiciado ADRIANO SANDRO RAMOS encontra-se atualmente em lugar incerto e não sabido, pelo presente Edital, INTIMA-O do conteúdo sucinto da r. decisão prolatada por este Juízo na seq. 12.1 dos sobreditos autos, que determinou o arquivamento dos autos de Inquérito Policial, ressalvada a possibilidade de ser o inquérito policial desarquivado, a partir de novas provas porventura apuradas, na forma preconizada pelo art. 18 do Código de Processo Penal. E para que chegue ao conhecimento do interessado e não alegue ignorância expediu-se o presente aos 24 de setembro de 2021. Eu, (JOSÉ LUIZ BARROS PEREIRA),

Chefe de Secretaria, que o digitei e subscrevo.

JOSÉ LUIZ BARROS PEREIRA

Chefe de Secretaria - Port. 01/2013

PALMAS

VARA CRIMINAL, FAMÍLIA E SUCESSÕES, INFÂNCIA E JUVENTUDE E JUIZADO ESPECIAL CÍVEL, CRIMINAL E DA FAZENDA PÚBLICA

Edital de Intimação

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO

PARANÁ

COMARCA DE PALMAS

VARA CRIMINAL E ANEXOS

Rua Capitão Paulo de Araújo, 731, São José,

85.555-000 - Fone: (46) 3263-8100 - e-mail:

pal-2vj-e@tjpr.jus.br

EDITAL DE INTIMAÇÃO Prazo de 30 dias

O (A) magistrado (a) da Vara Criminal de Palmas/PR, na forma da Lei, etc...; faz saber, a todos quantos o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem, que não tendo sido possível citar pessoalmente a(o) ré(u) JEFFERSON DAL VESCO, nascido(a) no dia 03/11/1982, natural de PALMAS/PR, filho(a) de Nome da Mãe: MARLENE FORTUNATI DAL VESCO Nome do Pai: ALDERICO DAL VESCO, Palmas/PR, atualmente em lugar incerto e não sabido, pelo presente INTIMA-A(O) para, no prazo de 05 (cinco) dias, comparecer neste Cartório a fim de proceder o

levantamento da fiança depositada nos autos nº **0005528-91.2015.8.16.0123**, sob pena desta ser destinada ao FUNREJUS.

Dado e passado nesta cidade de Palmas, Estado do Paraná, 23 de setembro de 2021 às 18:17:36. Eu, **João Ricardo Socolovski Siqueira Pertice**, Técnico Judiciário, lavrei.

(assinado digitalmente) **Tatiane Bueno Gomes** Juíza de Direito

PARANAGUÁ

2ª VARA CRIMINAL

Edital de Citação

EDITAL DE CITAÇÃO

PRAZO 15 DIAS

O Doutor Brian Frank, MM. Juiz de Direito da 2ª Vara Criminal da Comarca de Paranaguá, Estado do Paraná, na forma da Lei,

FAZ SABER, a todos quantos virem, ou do presente edital conhecimento tiverem, que perante este

Juízo, executam-se os autos de Ação Penal nº 0015337-14.2020.8.16.0129, que a Justiça Pública move

contra FABIANO DA CONCEIÇÃO, atualmente em local incerto e não sabido, com incurso nas

sanções do artigo 21 do Decreto-lei nº 3.688/41 (Lei das Contravenções Penais), observadas as

e sendo assim, fica CITADO, pelo presente disposições da Lei nº 11.340/2006 (Lei Maria da Penha)

edital acerca dos termos da denúncia, para que ofereça defesa prévia, por intermédio de advogado

legalmente habilitado, no prazo de 10 (dez) dias, nos termos do artigo 396 do CPP.

FATOS: Na noite do dia 20 de setembro de 2020, na Rua Arthur Santin, n. 100, Centro Histórico, neste

Município e Comarca de Paranaguá/PR, o denunciado FABIANO DA CONCEIÇÃO, dolosamente,

ciente da ilicitude e reprovabilidade de sua conduta, Praticou vias de fato contra a vítima Noemia

Mendonça da Luz, com quem convivia, ao desferir-lhe um chute no joelho, sem que, entretanto, tenha

havido resultado naturalístico

Assim agindo, o denunciado FABIANO DA CONCEIÇÃO, incorreu, em tese, nas sanções previstas

artigo 21 do Decreto-lei nº 3.688/41 (Lei das Contravenções Penais), observadas as disposições da Lei

, razão pela qual, se oferece a presente DENÚNCIA. nº 11.340/2006 (Lei Maria da Penha)

Paranaguá, 27 de julho de 2021.

BRIAN FRANK

JUIZ DE DIREITO

EDITAL DE CITAÇÃO

PRAZO 15 DIAS

O Doutor Brian Frank, MM. Juiz de Direito da 2ª Vara Criminal da Comarca de Paranaguá, Estado do

Paraná, na forma da Lei,

FAZ SABER, a todos quantos virem, ou do presente edital conhecimento tiverem, que perante este

Juízo, executam-se os autos de Ação Penal nº 0000084-83.2020.8.16.0129, que a Justiça Pública move

contra EMERSON BOGER, atualmente em local incerto e não sabido, com incurso nas sanções do(s)

artigo 147, caput, combinado com o artigo 61, II, f, ambos do Código Penal (primeiro fato descrito na

denúncia); e do artigo 65 do Decreto-lei nº 3.688/41 (Lei das Contravenções Penais), na forma do

artigo 71 do Código Penal (segundo e último fato descrito na denúncia), observando-se o disposto na

Lei nº 11.340/2006 (Lei Maria da Penha) e, ainda, a regra estatuída no artigo 69 do Código Penal (

e sendo assim, fica CITADO, pelo presente edital acerca dos termos da denúncia, concurso material),

para que ofereça defesa prévia, por intermédio de advogado legalmente habilitado, no prazo de 10

(dez) dias, nos termos do artigo 396 do CPP.

1º FATO: No mês de setembro de 2019, em data e horário não apurados, neste Município e Comarca

de Paranaguá, o denunciado EMERSON BOGER, dolosamente, ciente da ilicitude e reprovabilidade de

sua conduta, agindo com manifesto propósito de infundir medo na vítima Lilian Fabrizia de Lima

Aguiar, com quem tinha convivido, ameaçou-a, por intermédio de palavras, de causar-lhe mal injusto

e grave, ao afirmar que 'atearia fogo nela e em algum namorado que ela arrumasse.

2º FATO: No mês de janeiro de 2020, em diversos dias e horários, neste Município e Comarca de

Paranaguá, o denunciado EMERSON BOGER, dolosamente, ciente da ilicitude e reprovabilidade de

sua conduta, por motivo reprovável, porquanto inconformado com o término do relacionamento

afetivo que mantivera com a vítima Lilian Fabrizia de Lima Aguiar, perturbou-lhe a tranquilidade,

perseguindo-a, rondando a casa dela e também o local de trabalho, oportunidades em que ainda a

agredia verbalmente com impropérios.

Assim agindo, o denunciado EMERSON BOGER, incorreu, em tese, nas sanções previstas no(s)

artigo 147, caput, combinado com o artigo 61, II, f, ambos do Código Penal (primeiro fato descrito na

denúncia); e do artigo 65 do Decreto-lei nº 3.688/41 (Lei das Contravenções Penais), na forma do

artigo 71 do Código Penal (segundo e último fato descrito na denúncia), observando-se o disposto na

Lei nº 11.340/2006 (Lei Maria da Penha) e, ainda, a regra estatuída no artigo 69 do Código Penal (

razão pela qual, se oferece a presente DENÚNCIA. concurso material),

Paranaguá, 28 de julho de 2021.

BRIAN FRANK

JUIZ DE DIREITO

EDITAL DE CITAÇÃO

PRAZO 15 DIAS

O Doutor Brian Frank, MM. Juiz de Direito da 2ª Vara Criminal da Comarca de Paranaguá, Estado do

Paraná, na forma da Lei,

FAZ SABER, a todos quantos virem, ou do presente edital conhecimento tiverem, que perante este

Juízo, executam-se os autos de Ação Penal nº 0000514-98.2021.8.16.0129, que a Justiça Pública move

contra JHONATHAN GALDINO DA VEIGA, atualmente em local incerto e não sabido, com incurso nas

sanções do(s) artigo 129, caput, e § 9º do Código Penal (primeiro fato descrito na denúncia) e; do

artigo 147, caput, combinado com o artigo 61, II, f, ambos do Código Penal (segundo e último fato

descrito na denúncia), observando-se a regra estatuída no artigo 69 do Código Penal (concurso

material) e os preceitos da Lei nº 11.340/2006 (Lei Maria da Penha) e sendo assim, fica CITADO, pelo

presente edital acerca dos termos da denúncia, para que ofereça defesa prévia, por intermédio de

advogado legalmente habilitado, no prazo de 10 (dez) dias, nos termos do artigo 396 do CPP.

1º FATO: Na madrugada do dia 27 de janeiro de 2021, na residência situada na Avenida Bela Vista, nº

51, Jardim Ouro Fino, neste Município e Comarca de Paranaguá/PR, o denunciado JHONATHAN

GALDINO DA VEIGA, dolosamente, ciente da ilicitude e reprovabilidade de sua conduta, agindo com

inequívoco animus laedendi, agrediu fisicamente a vítima Jessica da Silva Torqueti, com quem

convivia, ao arremessar-lhe uma televisão, por ora não apreendida, na perna, causando-lhe as lesões

corporais descritas no laudo de lesões corporais a ser apresentado pelo Instituto Médico Legal de

.Paranaguá e oportunamente juntado aos presentes autos (CPP, artigos 231 e 234)

2º FATO: Após, o denunciado JHONATHAN GALDINO DA VEIGA, dolosamente, ciente da ilicitude e

reprovabilidade de sua conduta, agindo com o manifesto propósito de infundir medo na vítima

Jessica da Silva Torqueti, com quem convivia, ameaçou-a, por palavra, de causar-lhe mal injusto e

grave, de posse de um facão, por ora não apreendido, ao lhe dizer 'se você tentar fugir eu vou

arrancar a tua cabeça fora e jogar na frente da casa dos teus pais".

Assim agindo, o denunciado JHONATHAN GALDINO DA VEIGA, incorreu, em tese, nas sanções

previstas no(s) artigo 129, caput, e § 9º do Código Penal (primeiro fato descrito na denúncia) e; do artigo 147, caput, combinado com o artigo 61, II, f, ambos do Código Penal (segundo e último fato descrito na denúncia), observando-se a regra estatuída no artigo 69 do Código Penal (concurso material) e os preceitos da Lei nº 11.340/2006 (Lei Maria da Penha), razão pela qual, se oferece a presente DENÚNCIA.
Paranaguá, 28 de julho de 2021.
BRIAN FRANK
JUIZ DE DIREITO

EDITAL DE CITAÇÃO

PRAZO 15 DIAS

O Doutor Brian Frank, MM. Juiz de Direito da 2ª Vara Criminal da Comarca de Paranaguá, Estado do Paraná, na forma da Lei, FAZ SABER, a todos quantos virem, ou do presente edital conhecimento tiverem, que perante este Juízo, executam-se os autos de Ação Penal nº 0000174-57.2021.8.16.0129, que a Justiça Pública move contra GUILHERME RODRIGUES DA ROSA, atualmente em local incerto e não sabido, com incurso na sanção do e sendo assim, fica CITADO, pelo presente edital artigo 157, §2º, inciso II, do Código Penal acerca dos termos da denúncia, para que ofereça defesa prévia, por intermédio de advogado legalmente habilitado, no prazo de 10 (dez) dias, nos termos do artigo 396 do CPP. FATOS: No dia 10 de janeiro de 2021, por volta das 21h05min, em via pública, mais precisamente na Avenida Bento Munhoz da Rocha Neto, próximo ao numeral 2114, Itiberê neste município e Comarca de Paranaguá/PR, o denunciado GUILHERME RODRIGUES DA ROSA, dotado de vontade livre e consciente, ciente da ilicitude e reprovabilidade de sua conduta, acompanhado de outro indivíduo não identificado, com ânimo de assenhoramento definitivo, subtraiu para si, mediante violência, arrancando com força o aparelho celular das mãos da vítima e simulando estar portando uma arma branca, levantando a camisa, 01 (um) telefone celular marca APPLE/iPhone, avaliado em R\$ 2.300,00 (dois mil e trezentos reais), pertencentes à vítima Pedro Aristides Tramujas, conforme se depreende do auto de prisão em flagrante, do auto de avaliação indireta e boletim de ocorrência nº 2021/34708. Assim agindo, o denunciado GUILHERME RODRIGUES DA ROSA, incorreu, em tese, na sanção prevista no , razão pela qual, se oferece a presente artigo 157, §2º, inciso II, do Código Penal DENÚNCIA.
Paranaguá, 30 de julho de 2021.
BRIAN FRANK
Juiz de Direito

EDITAL DE CITAÇÃO

PRAZO 15 DIAS

O Doutor Brian Frank, MM. Juiz de Direito da 2ª Vara Criminal da Comarca de Paranaguá, Estado do Paraná, na forma da Lei, FAZ SABER, a todos quantos virem, ou do presente edital conhecimento tiverem, que perante este Juízo, executam-se os autos de Ação Penal nº 0002161-31.2021.8.16.0129, que a Justiça Pública move contra CRISTIANO DE MIRANDA FERNANDES, atualmente em local incerto e não sabido, com incurso nas sanções do artigo 129, caput, e § 9º, do Código Penal, observadas as disposições da Lei nº 11.340/2006 (Lei Maria da Penha), e sendo assim, fica CITADO, pelo presente edital acerca dos termos da denúncia, para que ofereça defesa prévia, por intermédio de advogado legalmente habilitado, no prazo de 10 (dez) dias, nos termos do artigo 396 do CPP. FATOS: Na manhã do dia 2 de abril de 2021, na residência situada na Rua 146, s/nº, 7 de Setembro - Ilha dos Valadares, neste Município e Comarca de Paranaguá/PR, o denunciado CRISTIANO DE

MIRANDA FERNANDES, dolosamente, ciente da ilicitude e reprovabilidade de sua conduta, agindo com inequívoco animus laedendi, agrediu fisicamente a vítima Cristiane Rosa Cordeiro, com quem convivia, ao dar-lhe um chute na perna direita e, ainda, golpeá-la no ombro esquerdo com a faca apreendida, causando-lhe lesões corporais [laudo do exame de lesões corporais já requisitado pela autoridade policial, a ser apresentado pelo Instituto Médico Legal de Paranaguá e oportunamente juntado aos presentes autos (CPP, artigos 231 e 234). Assim agindo, o denunciado CRISTIANO DE MIRANDA FERNANDES, incorreu, em tese, nas sanções previstas no artigo 129, caput, e § 9º, do Código Penal, observadas as disposições da Lei nº 11.340/2006 (Lei Maria da Penha), razão pela qual, se oferece a presente DENÚNCIA.
Paranaguá, 28 de julho de 2021.
BRIAN FRANK
Juiz de Direito

EDITAL DE CITAÇÃO

PRAZO 15 DIAS

O Doutor Brian Frank, MM. Juiz de Direito da 2ª Vara Criminal da Comarca de Paranaguá, Estado do Paraná, na forma da Lei, FAZ SABER, a todos quantos virem, ou do presente edital conhecimento tiverem, que perante este Juízo, executam-se os autos de Ação Penal nº 0000219-32.2019.8.16.0129, que a Justiça Pública move contra RAFAEL RICARDO, atualmente em local incerto e não sabido, com incurso nas sanções dos artigos 129, § 9º (fato 01) e 147, caput (fatos 02 e 03), combinado como artigo 61, inciso II, alíneas 'e' e 'f', todos do Código Penal, observadas as disposições MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ 6ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE PARANAGUÁ da Lei nº 11.340/2006 (Lei Maria da Penha) e sendo assim, fica CITADO, pelo presente edital acerca dos termos da denúncia, para que ofereça defesa prévia, por intermédio de advogado legalmente habilitado, no prazo de 10 (dez) dias, nos termos do artigo 396 do CPP. 1º FATO: Na data de 17 de dezembro de 2018, por volta das 00h40min, na residência localizada na Rua Athenas, nº 20, Parque Agari, neste Município e Comarca de Paranaguá, o denunciado RAFAEL RICARDO, dolosamente, ciente da ilicitude e reprovabilidade de sua conduta, ofendeu a integridade da sua ex-esposa, a vítima Andreia de Campos Floridos, uma vez que a agrediu fisicamente com socos, pontapés, além de ter tentado asfixiá-la e a jogado em cima de um aparelho televisor, dos quais restaram lesões em seu olho direito, mão esquerda e joelho esquerdo, conforme laudo de exame de lesões corporais a ser oportunamente juntado aos autos. 2º FATO: Nas mesmas circunstâncias de tempo e lugar acima descritos, o denunciado RAFAEL RICARDO, dolosamente, ciente da ilicitude e reprovabilidade de sua conduta, ameaçou de causar mal injusto e grave à sua ex-esposa, a vítima Andreia de Campos Floridos, afirmando que 'quero te ver morta', causando-lhe imenso e fundado temor. 3º FATO: Na data de 11 de janeiro de 2019, por volta das 19h00min, na residência localizada na Rua Athenas, nº 20, Parque Agari, neste Município e Comarca de Paranaguá, o denunciado RAFAEL RICARDO, dolosamente, ciente da ilicitude e reprovabilidade de sua conduta, ameaçou de causar mal injusto e grave à sua ex-esposa, a vítima Andreia de Campos Floridos, afirmando que 'vê-la morta e' queria dar uma porrada' nela, causando-lhe imenso e fundado temor. artigos Assim agindo, o denunciado RAFAEL RICARDO, incorreu, em tese, nas sanções previstas nos artigos 129, § 9º (fato 01) e 147, caput (fatos 02 e 03), combinado como artigo 61, inciso II, alíneas 'e' e 'f', todos do Código Penal, observadas as disposições MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ 6ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE PARANAGUÁ da Lei nº 11.340/2006 (Lei Maria da Penha), razão pela qual, se oferece a presente DENÚNCIA.
Paranaguá, 27 de julho de 2021.

BRIAN FRANK
JUIZ DE DIREITO

EDITAL DE CITAÇÃO

PRAZO 15 DIAS

O Doutor Brian Frank, MM. Juiz de Direito da 2ª Vara Criminal da Comarca de Paranaguá, Estado do Paraná, na forma da Lei, FAZ SABER, a todos quantos virem, ou do presente edital conhecimento tiverem, que perante este Juízo, executam-se os autos de Ação Penal nº 0001367-10.2021.8.16.0129, que a Justiça Pública move contra FELIPE GRECCO RICARDO, atualmente em local incerto e não sabido, com incurso nas sanções do(s) artigo 129, caput § 9º, do Código Penal (primeiro fato descrito na denúncia) e do artigo 147, caput, combinado com o artigo 61, II, f, ambos do Código Penal (segundo e último fato descrito na denúncia), observando-se a regra do artigo 69 do Código Penal e, ainda, os preceitos da Lei nº 11.340/2006 (Lei Maria da Penha), e sendo assim, fica CITADO, pelo presente edital acerca dos termos da denúncia, para que ofereça defesa prévia, por intermédio de advogado legalmente habilitado, no prazo de 10 (dez) dias, nos termos do artigo 396 do CPP.

1º FATO: Na noite do dia 28 de fevereiro de 2021, na residência situada na Rua das Goiabeiras, n. 265, Jardim Iguazu, neste Município e Comarca de Paranaguá/PR, o denunciado FELIPE GRECCO

RICARDO, dolosamente, ciente da ilicitude e reprovabilidade de sua conduta, agindo com inequívoco animus laedendi, desferiu um soco no olho direito da vítima Karolini Pazinato do Rosário Honorato, com quem convivia, de tudo causando-lhe as lesões corporais descritas no laudo do exame de lesões corporais já requisitado pela autoridade policial, a ser apresentado pelo Instituto Médico Legal de Paranaguá e oportunamente juntado aos presentes autos (CPP, artigos 231 e 234). 2º FATO: Na mesma oportunidade, o denunciado FELIPE GRECCO RICARDO, dolosamente, ciente da ilicitude e reprovabilidade de sua conduta, agindo com o manifesto propósito de infundir medo vítima Karolini Pazinato do Rosário Honorato, com quem convivia, ameaçou-a, por palavra, de causar-lhe mal injusto e grave, ao afirmar se ela não fosse dele, não seria de mais ninguém.

Assim agindo, o denunciado FELIPE GRECCO RICARDO, incorreu, em tese, nas sanções previstas no(s) artigo 129, caput § 9º, do Código Penal (primeiro fato descrito na denúncia) e do artigo 147, caput, combinado com o artigo 61, II, f, ambos do Código Penal (segundo e último fato descrito na denúncia), observando-se a regra do artigo 69 do Código Penal e, ainda, os preceitos da Lei nº 11.340/2006 (Lei Maria da Penha), razão pela qual, se oferece a presente DENÚNCIA. Paranaguá, 28 de julho de 2021.
Brian Frank
Juiz de Direito

EDITAL DE CITAÇÃO

PRAZO 15 DIAS

O Doutor Brian Frank, MM. Juiz de Direito da 2ª Vara Criminal da Comarca de Paranaguá, Estado do Paraná, na forma da Lei, FAZ SABER, a todos quantos virem, ou do presente edital conhecimento tiverem, que perante este Juízo, executam-se os autos de Ação Penal nº , que a Justiça Pública move 0001935-60.2020.8.16.0129 contra com incurso na GILBERTO FARIA CRISANTO, atualmente em local incerto e não sabido, sanção do GILBERTO FARIA CRISANTO e sendo assim, fica artigo 157, caput, do Código Penal pelo presente edital acerca dos termos da denúncia, para que ofereça defesa prévia, por CITADO, intermédio de advogado legalmente habilitado, no prazo de 10 (dez) dias, nos termos do artigo 396 do CPP.

FATOS: No dia 26 de Janeiro de 2020, por volta das 08h40min, na Avenida Belmiro Sebastião Marques, próximo ao n.º 1882 - em via pública -, Bairro São João, nesta cidade e Comarca de Paranaguá/PR, o denunciado GILBERTO FARIA CRISANTO, dolosamente agindo, ciente da ilicitude e reprovabilidade de sua conduta, com inequívoco ânimo de assenhoreamento definitivo, subtraiu, para si, mediante emprego de grave ameaça exercida contra a vítima Letícia Santos Vernizi, coisas alheias móveis, consistentes em 01 (uma) bolsa camuflada com roupas e alimentos da vítima, 01 relógio de pulso, 01 aparelho de celular e R\$ 7,00 (sete reais) em espécie, avaliados em R\$ 1.457,00 (um mil quatrocentos e cinquenta e sete reais), conforme auto de prisão em flagrante no boletim de ocorrência n.º 2020/102418, auto de exibição e apreensão, auto de avaliação direta ou indireta e termo de declaração da vítima. Assim agindo, o denunciado, incorreu, em tese, nas sanções previstas no GILBERTO FARIA CRISANTO GILBERTO FARIA CRISANTO, razão pela qual, se oferece artigo 157, caput, do Código Penal presente DENÚNCIA. Paranaguá, 30 de julho de 2021.
BRIAN FRANK
Juiz de Direito

EDITAL DE CITAÇÃO

PRAZO 15 DIAS

O Doutor Brian Frank, MM. Juiz de Direito da 2ª Vara Criminal da Comarca de Paranaguá, Estado do Paraná, na forma da Lei, FAZ SABER, a todos quantos virem, ou do presente edital conhecimento tiverem, que perante este Juízo, executam-se os autos de Ação Penal nº 0001977-46.2019.8.16.0129, que a Justiça Pública move contra RALLISSON RODRIGO FRAGA BELLO, atualmente em local incerto e não sabido, com incurso nas sanções do e sendo assim, fica CITADO, pelo artigo 42, inciso III, do Decreto-Lei 3.688/194, presente edital acerca dos termos da denúncia, para que ofereça defesa prévia, por intermédio de advogado legalmente habilitado, no prazo de 10 (dez) dias, nos termos do artigo 396 do CPP.

FATOS: No dia 17 de março de 2019, por volta das 01h50min, em via pública, na Avenida Coronel José Lobo, nº 42, Bairro Costeira, nesta cidade e Comarca de Paranaguá/PR, o denunciado RALLISSON RODRIGO FRAGA BELLO, dolosamente agindo, plenamente ciente do caráter ilícito e reprovável de sua conduta, abusando de instrumento sonoro, perturbou o sossego alheio, especialmente dos residentes nas proximidades do local, fato constatado in loco pelos Policiais Militares, conforme Boletim de Ocorrência nº 2019/321292 e relação de objetos apreendidos. Assim agindo, o denunciado RALLISSON RODRIGO FRAGA BELLO, incorreu, em tese, nas sanções previstas no , razão pela qual, se oferece a presente artigo 42, inciso III, do Decreto-Lei 3.688/194 DENÚNCIA. Paranaguá, 03 de agosto de 2021.
BRIAN FRANK
Juiz de Direito

EDITAL DE CITAÇÃO

PRAZO 15 DIAS

O Doutor Brian Frank, MM. Juiz de Direito da 2ª Vara Criminal da Comarca de Paranaguá, Estado do Paraná, na forma da Lei, FAZ SABER, a todos quantos virem, ou do presente edital conhecimento tiverem, que perante este Juízo, executam-se os autos de Ação Penal nº 0001823-57.2021.8.16.0129, que a Justiça Pública move contra MISRAEL MARIANO CELESTINO DOS SANTOS, atualmente em local incerto e não sabido, com incurso nas sanções do artigo 129, caput, e § 9º, do Código Penal, observadas as disposições da Lei

nº 11.340/2006 (Lei Maria da Penha) e sendo assim, fica CITADO, pelo presente edital acerca dos termos da denúncia, para que ofereça defesa prévia, por intermédio de advogado legalmente habilitado, no prazo de 10 (dez) dias, nos termos do artigo 396 do CPP. FATOS: Na noite do dia 20 de março de 2021, em via pública, na Rua Paulo Borges Alves, nº 001, na Br-277, Imbocui, neste Município e Comarca de Paranaguá/PR, o denunciado MISRAEL MARIANO CELESTINO DOS SANTOS, dolosamente, ciente da ilicitude e reprovabilidade de sua conduta, agindo com inequívoco animus laedendi, agrediu fisicamente a vítima Roseli da Silva, com quem tinha convivido, ao apertá-la no pescoço e golpeá-la com um mata-leão, causando-lhe lesões corporais laudo do exame de lesões corporais já requisitado pela autoridade policial, a ser apresentado pelo Instituto Médico Legal de Paranaguá e oportunamente juntado aos presentes autos. Assim agindo, o denunciado MISRAEL MARIANO CELESTINO DOS SANTOS, incorreu, em tese, nas sanções previstas no artigo 129, caput, e § 9º, do Código Penal, observadas as disposições da Lei nº 11.340/2006 (Lei Maria da Penha), razão pela qual, se oferece a presente DENÚNCIA. Paranaguá, 27 de julho de 2021. Brian Frank Juiz de Direito

EDITAL DE CITAÇÃO

PRAZO 15 DIAS

O Doutor Brian Frank, MM. Juiz de Direito da 2ª Vara Criminal da Comarca de Paranaguá, Estado do Paraná, na forma da Lei, FAZ SABER, a todos quantos virem, ou do presente edital conhecimento tiverem, que perante este Juízo, executam-se os autos de Ação Penal nº 0001953-47.2021.8.16.0129, que a Justiça Pública move contra JONATAN CESAR CORDEIRO CUNHA, atualmente em lugar incerto e não sabido, com incurso nas sanções do artigo 129, caput e § 9º, do Código Penal, observadas as disposições da Lei nº 11.340/2006 (Lei Maria da Penha) e sendo assim, fica CITADO, pelo presente edital acerca dos termos da denúncia, para que ofereça defesa prévia, por intermédio de advogado legalmente habilitado, no prazo de 10 (dez) dias, nos termos do artigo 396 do CPP. FATOS: Na noite do dia 24 de março de 2021, na residência situada na Rua das Safiras, nº 353, Jardim Ouro Fino, neste Município e Comarca de Paranaguá/PR, o denunciado JONATAN CESAR CORDEIRO CUNHA, dolosamente, ciente da ilicitude e reprovabilidade de sua conduta, agindo com inequívoco animus laedendi, ofendeu a integridade corporal da vítima Lethicia Zella Leopoldino, com quem tinha convivido, ao dar-lhe socos no rosto e nos braços, causando-lhe lesões corporais (laudo de exame de lesões corporais já requisitado pela autoridade policial), a ser apresentado pelo Instituto Médico Legal de Paranaguá e oportunamente juntado aos presentes autos. Assim agindo, o denunciado JONATAN CESAR CORDEIRO CUNHA, incorreu, em tese, nas sanções previstas no artigo 129, caput e § 9º, do Código Penal, observadas as disposições da Lei nº 11.340/2006 (Lei Maria da Penha), razão pela qual, se oferece a presente DENÚNCIA. Paranaguá, 27 de julho de 2021. Brian Frank Juiz de Direito

EDITAL DE CITAÇÃO

PRAZO 15 DIAS

O Doutor Brian Frank, MM. Juiz de Direito da 2ª Vara Criminal da Comarca de Paranaguá, Estado do Paraná, na forma da Lei, FAZ SABER, a todos quantos virem, ou do presente edital conhecimento tiverem, que perante este Juízo, executam-se os autos de Ação Penal nº 0002337-78.2019.8.16.0129, que a Justiça Pública move

contra Wanderlei Batista da Silva, atualmente em local incerto e não sabido, com incurso nas sanções do(s) artigo 65 do Decreto-lei nº 3.688/41 (Lei das Contravenções Penais), na forma do artigo 71 do Código Penal (crime continuado), observando-se os preceitos da Lei nº 11.340/2006 (Lei Maria da Penha), e sendo assim, fica CITADO, pelo presente edital acerca dos termos da denúncia, para que ofereça defesa prévia, por intermédio de advogado legalmente habilitado, no prazo de 10 (dez) dias, nos termos do artigo 396 do CPP. FATOS: No mês de fevereiro de 2019, em diversos dias e horários, neste Município e Comarca de Paranaguá, o denunciado WANDERLEI BATISTA DA SILVA, dolosamente, ciente da ilicitude e reprovabilidade de sua conduta, por motivo reprovável, porquanto inconformado com o término do relacionamento afetivo que mantivera com a vítima Lidia Kruger, perturbou-lhe a tranquilidade, perseguindo-a, rondado a casa dela e também a abordando de forma insistente, oportunidades em que ainda a agredia verbalmente com impropérios. Assim agindo, o denunciado Wanderlei Batista da Silva, incorreu, em tese, nas sanções previstas no(s) artigo 65 do Decreto-lei nº 3.688/41 (Lei das Contravenções Penais), na forma do artigo 71 do Código Penal (crime continuado), observando-se os preceitos da Lei nº 11.340/2006 (Lei Maria da Penha), razão pela qual, se oferece a presente DENÚNCIA. Paranaguá, 28 de julho de 2021. Brian Frank Juiz de Direito

EDITAL DE CITAÇÃO

PRAZO 15 DIAS

O Doutor Brian Frank, MM. Juiz de Direito da 2ª Vara Criminal da Comarca de Paranaguá, Estado do Paraná, na forma da Lei, FAZ SABER, a todos quantos virem, ou do presente edital conhecimento tiverem, que perante este Juízo, executam-se os autos de Ação Penal nº 0002532-63.2019.8.16.0129, que a Justiça Pública move contra Manoel Cicarello Netto, atualmente em local incerto e não encontrado, com incurso nas sanções do artigo 306, caput, da Lei nº 9.503/1997-Código de Trânsito Brasileiro e sendo assim, fica CITADO, pelo presente edital acerca dos termos da denúncia, para que ofereça defesa prévia, por intermédio de advogado legalmente habilitado, no prazo de 10 (dez) dias, nos termos do artigo 396 do CPP. FATOS: No dia 03 de abril de 2019, não se sabendo precisar o horário exato, mas sendo certo que por volta das 00h50 min às 03h00 min, em via pública, mais precisamente na Avenida Bento Munhoz da Rocha Neto, nº 472, bairro Jardim América, neste município e Comarca de Paranaguá/PR, o denunciado MANOEL CICARELLO NETTO, dolosamente, ciente da ilicitude e reprovabilidade de sua conduta, conduziu veículo automotor com a sua capacidade psicomotora alterada em razão da influência de álcool, eis que dirigiu a motocicleta, marca Honda CG125 Fan, com placas de identificação AXH8461, com concentração de 0,38 miligrama de álcool por litro de ar expelido pelos pulmões, conforme Auto de Prisão em Flagrante, auto de Exibição e Apreensão de mov. 1.4. Teste Etílometron.º0340 de mov. 1.5. Boletim de Ocorrência n.º2019/397580. Assim agindo, o denunciado Manoel Cicarello Netto, incorreu, em tese, nas sanções previstas no artigo 306, caput, da Lei nº 9.503/1997 - Código de Trânsito Brasileiro, razão pela qual, se oferece a presente DENÚNCIA. Paranaguá, 28 de julho de 2021. BRIAN FRANK Juiz de Direito

EDITAL DE CITAÇÃO

PRAZO 15 DIAS

O Doutor Brian Frank, MM. Juiz de Direito da 2ª Vara Criminal da Comarca de Paranaguá, Estado do Paraná, na forma da Lei, FAZ SABER, a todos quantos virem, ou do presente edital conhecimento tiverem, que perante este Juízo, executam-se os autos de Ação Penal nº 0002655-61.2019.8.16.0129, que a Justiça Pública move contra MALAQUIAS JOSÉ DE OLIVEIRA, atualmente em lugar incerto e não sabido, com incurso nas sanções do artigo 21 do Decreto-lei nº 3.688/1941 (Lei das Contravenções Penais), observando-se os preceitos da Lei nº 11.340/2006 (Lei Maria da Penha) e sendo assim, fica CITADO, pelo presente edital acerca dos termos da denúncia, para que ofereça defesa prévia, por intermédio de advogado legalmente habilitado, no prazo de 10 (dez) dias, nos termos do artigo 396 do CPP. FATOS: Na madrugada do dia 08 de abril de 2019, na residência situada na Rua 61, nº 22, Vila Itiberê - Ilha dos Valadares, neste Município e Comarca de Paranaguá/PR, o denunciado MALAQUIAS JOSÉ DE OLIVEIRA, dolosamente, ciente da ilicitude e reprovabilidade de sua conduta, praticou vias de fato contra a vítima Thaline dos Santos, com quem convivia, ao segurar-lhe pelo pescoço, sem que, .entretanto, tenha havido resultado naturalístico Assim agindo, o denunciado MALAQUIAS JOSÉ DE OLIVEIRA, incorreu, em tese, nas sanções previstas no artigo 21 do Decreto-lei nº 3.688/1941 (Lei das Contravenções Penais), observando-se os preceitos da Lei nº 11.340/2006 (Lei Maria da Penha), razão pela qual, se oferece a presente DENÚNCIA. Paranaguá, 27 de julho de 2021. BRIAN FRANK Juiz de Direito

EDITAL DE CITAÇÃO

PRAZO 15 DIAS
O Doutor Brian Frank, MM. Juiz de Direito da 2ª Vara Criminal da Comarca de Paranaguá, Estado do Paraná, na forma da Lei, FAZ SABER, a todos quantos virem, ou do presente edital conhecimento tiverem, que perante este Juízo, executam-se os autos de Ação Penal nº 0002785-17.2020.8.16.0129, que a Justiça Pública move contra OZILIA AGOSTINHO, atualmente em local incerto e não sabido, com incurso nas sanções do artigo e sendo assim, fica CITADO, pelo presente edital acerca dos termos da Lei nº 9.605/1998, denúncia, para que ofereça defesa prévia, por intermédio de advogado legalmente habilitado, no prazo de 10 (dez) dias, nos termos do artigo 396 do CPP. FATOS: Em data não precisada, mas pouco anterior ao dia 23 de junho de 2019, na Praia de Encantadas, no estabelecimento intitulado Bacia da Sereia, Ilha do Mel, coordenadas +769691,000 e -7168861,000, neste município e Comarca de Paranaguá/PR, a denunciada OZILIA AGOSTINHO, com consciência e vontade, ciente da ilicitude e reprovabilidade de sua conduta, de promoveu a construção de um barracão intitulado "Bacia da Sereia", em uma área de 212 m² de área construída, em solo não edificável, assim considerado por seu valor paisagístico, ecológico, turístico, histórico, cultural e arqueológico, sem autorização do órgão competente, o Instituto Água e Terra (IAT), conforme Boletim de Ocorrência nº 2020/19340, Termo de Levantamento Fotográfico e Termo de Georreferenciamento, lavrado pela Polícia Militar Ambiental e Auto de Infração nº 124847, lavrado pelo IAT. Segundo consta, na ocasião da vistoria pelo IAT, houve a lavratura de auto de infração, com fixação de multa e determinação de embargo para "qualquer atividade de continuidade da construção do barracão, até que o órgão competente emita autorização ambiental", conforme se verifica do Auto de Infração nº 124847 e da Notificação nº 162241, lavrados pelo Instituto Água e Terra (IAT). Restou apurado que, de acordo com imagem do Google Earth de 23 de junho de 2019, o barracão estava sendo construído na Ilha do Mel, área ambientalmente protegida, o que a denunciada fez sem a

autorização necessária do órgão ambiental IAT, conforme exigência dos artigos 14 e 26 da Lei Ordinária Estadual nº 16.037/09. Assim agindo, o denunciado OZILIA AGOSTINHO, incorreu, em tese, nas sanções previstas no artigo , razão pela qual, se oferece a presente DENÚNCIA.64 da Lei nº 9.605/1998 Paranaguá, 03 de agosto de 2021. BRIAN FRANK Juiz de Direito

EDITAL DE CITAÇÃO

PRAZO 15 DIAS
O Doutor Brian Frank, MM. Juiz de Direito da 2ª Vara Criminal da Comarca de Paranaguá, Estado do Paraná, na forma da Lei, FAZ SABER, a todos quantos virem, ou do presente edital conhecimento tiverem, que perante este Juízo, executam-se os autos de Ação Penal nº 0002803-04.2021.8.16.0129, que a Justiça Pública move contra JEAN GILBERTO ALVES VERAS, atualmente em local incerto e não sabido, com incurso nas sanções e sendo assim, fica CITADO, pelo presente editaldo artigo 33, caput, da Lei 11.343/2006 acerca dos termos da denúncia, para que ofereça defesa prévia, por intermédio de advogado legalmente habilitado, no prazo de 10 (dez) dias, nos termos do artigo 396 do CPP. 1º FATO: No dia 28 de agosto de 2017, por volta das 15h00min, em local não precisado nos autos, mas certo que neste município e Comarca de Paranaguá/PR, o denunciado JEAN GILBERTO ALVES VERAS, dolosamente, consciente da ilicitude e reprovabilidade de sua conduta, sem autorização e em desacordo com determinação legal e regulamentar, ofereceu/guardou para ERIVELTON LUIS DOS SANTOS, para fins de tráfico, 10 g (dez gramas) da substância entorpecente, popularmente, conhecida como crack, divididas em 02 (duas) pedras, substância essa que contém como princípio ativo, a benzoilmetilecgonina, capaz de causar dependência física e/ ou psíquica em seus usuários e de uso e comércio proibido em todo o território nacional, de acordo com a Portaria nº 344/98 do SVS/MS, atualizada pela RDC n. 32, de 04 de junho de 2014, da ANVISA/MS, conforme auto de prisão em flagrante; auto de exibição e apreensão, auto de Constatação Provisória de Droga e Boletim de Ocorrência nº 2017/1004132 2º FATO: No dia 28 de agosto de 2017, por volta das 16h30min, no interior da residência localizada na Rua Antônio Mioto, s/n, Bairro Alexandra, neste município e Comarca de Paranaguá/PR, o denunciado ERIVELTON LUIS DOS SANTOS, dolosamente, conscientes da ilicitude e reprovabilidade de sua conduta, sem autorização e em desacordo com determinação legal e regulamentar, tinha em depósito, para fins de tráfico, 10 g (dez gramas) da substância entorpecente, popularmente, conhecida como crack, divididas em 02 (duas) pedras, substância essa que contém como princípio ativo, a benzoilmetilecgonina, capaz de causar dependência física e/ou psíquica em seus usuários e de uso e comércio proibido em todo o território nacional, de acordo com a Portaria nº 344/98 do SVS/MS, atualizada pela RDC n. 32, de 04 de junho de 2014, da ANVISA/MS, conforme auto de prisão em flagrante; auto de exibição e apreensão, auto de Constatação Provisória de Droga e Boletim de Ocorrência nº 2017/ 1004132. Assim agindo, o denunciado JEAN GILBERTO ALVES VERAS, incorreu, em tese, nas sanções previstas no , razão pela qual, se oferece a presente DENÚNCIA.artigo 33, caput, da Lei 11.343/2006 Paranaguá, 02 de agosto de 2021. BRIAN FRANK JUIZ DE DIREITO

EDITAL DE CITAÇÃO

PRAZO 15 DIAS

O Doutor Brian Frank, MM. Juiz de Direito da 2ª Vara Criminal da Comarca de Paranaguá, Estado do Paraná, na forma da Lei, FAZ SABER, a todos quantos virem, ou do presente edital conhecimento tiverem, que perante este Juízo, executam-se os autos de Ação Penal nº 0003360-59.2019.8.16.0129, que a Justiça Pública move contra CLEVERSON SOUZA DOS SANTOS, atualmente em local incerto e não sabido, com incurso nas sanções do(s) artigo 129, caput, e § 9º, do Código Penal, observadas as disposições da Lei nº 11.340/2006 (Lei Maria da Penha) e sendo assim, fica CITADO, pelo presente edital acerca dos termos da denúncia, para que ofereça defesa prévia, por intermédio de advogado legalmente habilitado, no prazo de 10 (dez) dias, nos termos do artigo 396 do CPP. FATOS: Na madrugada do dia 18 de abril de 2019, na Rua herminio Soares, n. 68, Vila Marinho, neste Município e Comarca de Paranaguá/PR, o denunciado CLEVERSON SOUZA DOS SANTOS, dolosamente, ciente da ilicitude e reprovabilidade de sua conduta, agindo com inequívoco animus laedendi, agrediu fisicamente a vítima Bruna Ferreira Pontes, com quem convivia, ao golpeá-la com uma faca, por ora não apreendida, de tudo lhe causando as lesões corporais descritas no laudo de lesões corporais a ser oportunamente juntado. Assim agindo, o denunciado CLEVERSON SOUZA DOS SANTOS, incorreu, em tese, nas sanções previstas no(s) artigo 129, caput, e § 9º, do Código Penal, observadas as disposições da Lei nº 11.340/2006 (Lei Maria da Penha), razão pela qual, se oferece a presente DENÚNCIA. Paranaguá, 27 de julho de 2021. BRIAN FRANK Juiz de Direito

EDITAL DE CITAÇÃO

PRAZO 15 DIAS

O Doutor Brian Frank, MM. Juiz de Direito da 2ª Vara Criminal da Comarca de Paranaguá, Estado do Paraná, na forma da Lei, FAZ SABER, a todos quantos virem, ou do presente edital conhecimento tiverem, que perante este Juízo, executam-se os autos de Ação Penal nº 0010060-51.2019.8.16.0129, que a Justiça Pública move contra CARLOS EDUARDO GOMES PINHEIRO, atualmente em local incerto e não sabido, com incurso nas sanções do artigo 129, caput, e § 9º, do Código Penal, observadas as disposições da Lei nº 11.340/2006 (Lei Maria da Penha) e sendo assim, fica CITADO, pelo presente edital acerca dos termos da denúncia, para que ofereça defesa prévia, por intermédio de advogado legalmente habilitado, no prazo de 10 (dez) dias, nos termos do artigo 396 do CPP. FATOS: Na noite do dia 26 de novembro de 2019, na residência situada na Rua 06, n. 361, Vila Nova, Ilha dos Valadares, neste Município e Comarca de Paranaguá/PR, o denunciado CARLOS EDUARDO GOMES PINHEIRO, dolosamente, ciente da ilicitude e reprovabilidade de sua conduta, agindo com inequívoco animus laedendi, agrediu fisicamente a vítima Andrielly Cordeiro Dranka, com quem convivia, desfechando-lhe chutes, de tudo lhe causando as lesões corporais descritas no laudo de lesões corporais a ser oportunamente juntado. Assim agindo, o denunciado CARLOS EDUARDO GOMES PINHEIRO, incorreu, em tese, nas sanções previstas no artigo 129, caput, e § 9º, do Código Penal, observadas as disposições da Lei nº 11.340/2006 (Lei Maria da Penha), razão pela qual, se oferece a presente DENÚNCIA. Paranaguá, 27 de julho de 2021. BRIAN FRANK JUIZ DE DIREITO

EDITAL DE CITAÇÃO

PRAZO 15 DIAS

O Doutor Brian Frank, MM. Juiz de Direito da 2ª Vara Criminal da Comarca de Paranaguá, Estado do Paraná, na forma da Lei, FAZ SABER, a todos quantos virem, ou do presente edital conhecimento tiverem, que perante este Juízo, executam-se os autos de Ação Penal nº 0003779-45.2020.8.16.0129, que a Justiça Pública move contra AURELIO DIAS DOS SANTOS, atualmente em local incerto e não sabido, com incurso nas sanções do(s) artigo 21 do Decreto-lei nº 3.688/1941 (Lei das Contravenções Penais) (primeiro fato descrito na denúncia) e, ainda, do artigo 147, caput, combinado com o artigo 61, inciso II, alínea e e f, ambos do Código Penal (segundo fato descrito na denúncia), observando-se a regra estatuída no artigo 69 do Código Penal (concurso material) e, ainda, os preceitos da Lei nº 11.340/2006 (Lei Maria e sendo assim, fica CITADO, pelo presente edital acerca dos termos da denúncia, para queda Penha) ofereça defesa prévia, por intermédio de advogado legalmente habilitado, no prazo de 10 (dez) dias, nos termos do artigo 396 do CPP. 1º FATO: Na noite do dia 17 de fevereiro de 2020, na residência situada na Rua Doutor Arthur de Souza Costa, n. 1269, Eldorado, neste Município e Comarca de Paranaguá/PR, o denunciado AURELIO DIAS DOS SANTOS, dolosamente, ciente da ilicitude e reprovabilidade de sua conduta, praticou vias de fato contra a vítima Luciane Garcia, com quem tinha convivido, ao golpeá-la e desferir-lhe socos no braço, sem que, entretanto, tenha havido resultado naturalístico. 2º FATO: Ato contínuo, o denunciado AURELIO DIAS DOS SANTOS, dolosamente, ciente da ilicitude e reprovabilidade de sua conduta, agindo com manifesto propósito de infundir medo na vítima Luciane Garcia, com quem tinha convivido, ameaçou-a de causar-lhe mal injusto e grave, ao afirmar que a rasgaria na face caso se relacionasse com outro homem. Assim agindo, o denunciado AURELIO DIAS DOS SANTOS, incorreu, em tese, nas sanções previstas no(s) artigo 21 do Decreto-lei nº 3.688/1941 (Lei das Contravenções Penais) (primeiro fato descrito na denúncia) e, ainda, do artigo 147, caput, combinado com o artigo 61, inciso II, alínea e e f, ambos do Código Penal (segundo fato descrito na denúncia), observando-se a regra estatuída no artigo 69 do Código Penal (concurso material) e, ainda, os preceitos da Lei nº 11.340/2006 (Lei Maria da Penha) razão pela qual, se oferece a presente DENÚNCIA. Paranaguá, 27 de julho de 2021. BRIAN FRANK JUIZ DE DIREITO

EDITAL DE CITAÇÃO

PRAZO 15 DIAS

O Doutor Brian Frank, MM. Juiz de Direito da 2ª Vara Criminal da Comarca de Paranaguá, Estado do Paraná, na forma da Lei, FAZ SABER, a todos quantos virem, ou do presente edital conhecimento tiverem, que perante este Juízo, executam-se os autos de Ação Penal nº 0007349-73.2019.8.16.0129, que a Justiça Pública move contra LUCAS ADRIANO BISSON DAS GRAÇAS, atualmente em lugar incerto e sabido, com incurso nas sanções dono e sendo assim, fica CITADO, pelo presente artigo 180, caput, do Código Penal edital acerca dos termos da denúncia, para que ofereça defesa prévia, por intermédio de advogado legalmente habilitado, no prazo de 10 (dez) dias, nos termos do artigo 396 do CPP. FATOS: Em data incerta, porém entre o dia 31 de agosto de 2019 e 02 de setembro de 2019, não se sabendo precisar o horário exato, neste município e Comarca de Paranaguá/PR, o denunciado LUCAS ADRIANO BISSON DAS GRAÇAS, dotado de vontade livre e consciente, ciente da ilicitude e reprovabilidade de sua conduta, adquiriu, em proveito próprio, coisa que sabia ser produto de crime, consistente em 01 (uma) televisão, marca Philco, 50 polegadas, cor dourada, avaliada em R\$1.700,00 (mil e setecentos reais), de propriedade da vítima Eronilde Pereira da Cunha, o qual teve sua

residência furtada no dia 31 de agosto de 2019, conforme consta no boletim de ocorrência nº2019/1022385, consoante boletim de ocorrência nº2019/1025685 de mov.1.1; auto de prisão em flagrante de mov.1.2; auto de exibição e apreensão de mov.1.5 e auto de avaliação de mov.1.13, pagando pela mesma a quantidade R\$200,00 (duzentos reais). Assim agindo, o denunciado LUCAS ADRIANO BISSON DAS GRAÇAS, incorreu, em tese, nas sanções previstas no , razão pela qual, se oferece a presente artigo 180, caput, do Código Penal DENÚNCIA. Paranaguá, 28 de julho de 2021. BRIAN FRANK JUIZ DE DIREITO

EDITAL DE CITAÇÃO

PRAZO 15 DIAS
O Doutor Brian Frank, MM. Juiz de Direito da 2ª Vara Criminal da Comarca de Paranaguá, Estado do Paraná, na forma da Lei, FAZ SABER, a todos quantos virem, ou do presente edital conhecimento tiverem, que perante este Juízo, executam-se os autos de Ação Penal nº 0007437-14.2019.8.16.0129, que a Justiça Pública move contra FERNANDO VEIGA RAMOS, atualmente em local incerto e não sabido, com incurso nas sanções do(s) e sendo artigo 129, caput, combinado com o artigo 61, II, h, ambos do Código Penal assim, fica CITADO, pelo presente edital acerca dos termos da denúncia, para que ofereça defesa prévia, por intermédio de advogado legalmente habilitado, no prazo de 10 (dez) dias, nos termos do artigo 396 do CPP. FATOS: Na manhã do dia 17 de agosto de 2019, na Avenida Belmiro Sebastião Marques, n. 196, Comerciantes, neste Município e Comarca de Paranaguá, o denunciado FERNANDO VEIGA RAMOS, dolosamente, ciente da ilicitude e reprovabilidade de sua conduta, agindo com inequívoco animus laedendi, ofendeu a integridade corporal da vítima Alcides dos Santos, pessoa idosa, então com 74 (setenta e quatro) anos, causando-lhes as lesões corporais descritas nos laudos de exame de lesões corporais. Assim agindo, o denunciado FERNANDO VEIGA RAMOS, incorreu, em tese, nas sanções previstas no , razão pela qual, se artigo 129, caput, combinado com o artigo 61, II, h, ambos do Código Penal oferece a presente DENÚNCIA. Paranaguá, 30 de julho de 2021. BRIAN FRANK JUIZ DE DIREITO

EDITAL DE CITAÇÃO

PRAZO 15 DIAS
O Doutor Brian Frank, MM. Juiz de Direito da 2ª Vara Criminal da Comarca de Paranaguá, Estado do Paraná, na forma da Lei, FAZ SABER, a todos quantos virem, ou do presente edital conhecimento tiverem, que perante este Juízo, executam-se os autos de Ação Penal nº , que a Justiça Pública move 0014320-40.2020.8.16.0129 contra , incorreu, em tese, nas JONATHAN NUNES ALVES, atualmente em local incerto e não sabido sanções previstas no(s) artigo 157, §2º, incisos II e VII, §2º A, inciso I, c/c artigo 14, inciso II, ambos do Código Penal e sendo assim, fica pelo presente edital acerca dos termos da denúncia, para CITADO, que ofereça defesa prévia, por intermédio de advogado legalmente habilitado, no prazo de 10 (dez) dias, nos termos do artigo 396 do CPP. FATOS: No dia 14 de maio de 2020, por volta da 01h30min, na residência situada na Rua Manoel Bonifácio, nº 730, centro histórico, neste município e Comarca de Paranaguá/PR, os denunciados CLEITON LIMA DOS SANTOS e JONATHAN NUNES ALVES, dotados de vontade livre e consciente,

cientes da ilicitude e reprovabilidade de suas condutas, com ânimo de assenhoramento definitivo, tentaram subtrair, para ambos, mediante grave ameaça, consistente em ostenta uma arma branca (faca de cozinha) e uma arma de fogo (não apreendida), a chave da residência situada no endereço acima, além de celular e dinheiro da vítima Adalberto Rodrigo Marques da Silva (segurança do local), conforme sede prende do boletim de ocorrência nº2020/496889, auto de prisão em flagrante, termos de depoimentos, auto de exibição e apreensão, Depreende-se dos autos que os denunciados compareceram ao local citado acima e deram voz de assalto ao segurança Adalberto Rodrigo Marques da Silva, exigindo a chave do imóvel e revistando Adalberto em busca de celular e dinheiro, não se consumando o delito por circunstâncias alheias a sua vontade, eis que nada de valor foi encontrado, tampouco a chave do imóvel Assim agindo, o denunciado incorreu, em tese, nas sanções previstas JONATHAN NUNES ALVES no(s) artigo 157, §2º, incisos II e VII, §2º A, inciso I, c/c artigo 14, inciso II, ambos do Código Penal razão pela qual, se oferece a presente DENÚNCIA. Paranaguá, 02 de agosto de 2021. BRIAN FRANK JUIZ DE DIREITO

EDITAL DE CITAÇÃO

PRAZO 15 DIAS
O Doutor Brian Frank, MM. Juiz de Direito da 2ª Vara Criminal da Comarca de Paranaguá, Estado do Paraná, na forma da Lei, FAZ SABER, a todos quantos virem, ou do presente edital conhecimento tiverem, que perante este Juízo, executam-se os autos de Ação Penal nº 0015337-14.2020.8.16.0129, que a Justiça Pública move contra VALDIR GONÇALVES MENDES, local incerto e não sabido, com incurso nas sanções do(s) artigo 129, caput, e § 9º, do Código Penal, observadas as disposições da Lei nº 11.340/2006 (Lei Maria da Penha) e sendo assim, fica CITADO, pelo presente edital acerca dos termos da denúncia, para que ofereça defesa prévia, por intermédio de advogado legalmente habilitado, no prazo de 10 (dez) dias, nos termos do artigo 396 do CPP. FATOS: Na noite do dia 16 de junho de 2020, na residência situada na Rua Maria Luiza dos Santos Ribas, n. 100, Vila Marinho, neste Município e Comarca de Paranaguá/PR, o denunciado VALDIR GONÇALVES MENDES, dolosamente, ciente da ilicitude e reprovabilidade de sua conduta, agindo com inequívoco animus laedendi, agrediu fisicamente a vítima Eliana Lopes Pereira Mendes, com quem convivia, desferindo-lhe um tapa no rosto, causando-lhes lesões corporais descritas no laudo de exame de lesões corporais a ser oportunamente juntado a partir de requisição ministerial. Assim agindo, o denunciado VALDIR GONÇALVES MENDES, incorreu, em tese, nas sanções previstas no(s) artigo 129, caput, e § 9º, do Código Penal, observadas as disposições da Lei nº 11.340/2006 (Lei Maria da Penha) razão pela qual, se oferece a presente DENÚNCIA. Paranaguá, 27 de julho de 2021. BRIAN FRANK JUIZ DE DIREITO

EDITAL DE CITAÇÃO

PRAZO 15 DIAS
O Doutor Brian Frank, MM. Juiz de Direito da 2ª Vara Criminal da Comarca de Paranaguá, Estado do Paraná, na forma da Lei, FAZ SABER, a todos quantos virem, ou do presente edital conhecimento tiverem, que perante este Juízo, executam-se os autos de Ação Penal nº 0017482-43.2020.8.16.0129, que a Justiça Pública move contra REBERT ELIAS MANOEL, atualmente em local incerto e não sabido, com incurso nas sanções

do e sendo assim, fica CITADO, pelo presente edital acerca artigo 157, §2º, inciso II do Código Penal, dos termos da denúncia, para que ofereça defesa prévia, por intermédio de advogado legalmente habilitado, no prazo de 10 (dez) dias, nos termos do artigo 396 do CPP.

FATOS: No dia 13 de outubro de 2020, em horário não definido nos autos, mas no período compreendido entre 21h30min e 21h57min, na Rua Quinze de Novembro, nº1, Bairro Centro Histórico, neste município e comarca de Paranaguá/PR, o denunciado REBERT ELIAS MANOEL, dotado de vontade livre e consciente, ciente da ilicitude e reprovabilidade de sua conduta, na companhia de terceira pessoa não identificada, conhecida como Urso, previamente conluídos e com unidade de desígnios, com ânimo de assenhoramento definitivo, mediante grave ameaça, consistente em proferir voz de assalto simulando portar arma de fogo e com o emprego de violência, eis que deu um tapa na vítima Yasmin, quando lhe arrebatou o telefone celular, ocasião em que subtraiu em prejuízo das vítimas DANILO ROSA A NTUNES e YASMIN LUVISON CHAVES SANTANA, para si e para seu comparsa, 01 (um) telefone celular, marca Xiaomi Redmi Note 7 e a quantia de R\$10,00 (dez reais) em espécie, consoante auto de prisão em flagrante, termos de depoimentos, auto de reconhecimento pessoal, auto de avaliação direta ou indireta e boletim de ocorrência n.º2020/1050457.

Assim agindo, o denunciado REBERT ELIAS MANOEL, incorreu, em tese, nas sanções previstas no art. 157, §2º, inciso II do Código Penal

Paranaguá, 03 de agosto de 2021.

BRIAN FRANK
JUIZ DE DIREITO

EDITAL DE CITAÇÃO

PRAZO 15 DIAS

O Doutor Brian Frank, MM. Juiz de Direito da 2ª Vara Criminal da Comarca de Paranaguá, Estado do Paraná, na forma da Lei, FAZ SABER, a todos quantos virem, ou do presente edital conhecimento tiverem, que perante este Juízo, executam-se os autos de Ação Penal nº 0017884-27.2020.8.16.0129, que a Justiça Pública move contra EMANUEL DA SILVA TEIXEIRA, atualmente em local incerto e não sabido, com incurso nas sanções do nas sanções previstas nos artigos 147, caput 155, parágrafo 4.º, inciso VI, ambos do Código Penal, e sendo assim, fica CITADO, pelo Código Penal, na forma do artigo 69 também do Código Penal presente edital acerca dos termos da denúncia, para que ofereça defesa prévia, por intermédio de advogado legalmente habilitado, no prazo de 10 (dez) dias, nos termos do artigo 396 do CPP.

1º FATO: No dia 28 de outubro de 2020, por volta das 21h05min, na Estrada Velha do Emboguaçu, nº 10, em frente à Klabin, bairro Emboguaçu, nesta cidade e Comarca de Paranaguá/PR, o denunciado EMANUEL DA SILVA TEIXEIRA, dotado de vontade livre e consciente, ciente da ilicitude e reprovabilidade de sua conduta, subtraiu para si, com ânimo de assenhoramento definitivo, 04 (quatro) cabos de fio de cobre para contêiner tipo reefer, avaliados em R\$2.500,00 (dois mil e quinhentos reais), consoante Boletim de Ocorrência n.º 2020/1110919 de movimento 1.1; auto de prisão em flagrante de movimento 1.2; termo de depoimento do condutor de movimento 1.3; auto de exibição e apreensão de movimento 1.4; termo de declaração de movimento 1.6; e, auto de avaliação de movimento 1.12. Evidencia-se dos autos que o furto foi cometido mediante o concurso de agentes, no entanto, um deles empreendeu fuga e não foi localizado, conforme se extrai do Boletim de Ocorrência n.º 2020/1110919 de movimento 1.1; do auto de prisão em flagrante de movimento 1.2; do termo de depoimento do condutor de movimento 1.3; e do termo de declaração de movimento 1.6.

2º FATO: Logo após a prática do fato anteriormente descrito, o denunciado EMANUEL DA SILVA

TEIXEIRA, dotado de vontade livre e consciente, ciente da ilicitude e reprovabilidade de sua conduta, ameaçou de morte o senhor José Rodrigues da Silva - que trabalha como vigilante na ferrovia - por meio de palavras, visto que, no momento em que foi apreendido disse ao ofendido que: "não ficaria preso por muito tempo e assim que saísse da cadeia o mataria" (SIC) consoante Boletim de Ocorrência n.º2020/1110919 de movimento 1.1; auto de prisão em flagrante de movimento 1.2; termo de depoimento do condutor de movimento 1.3; e termo de declaração de movimento 1.6.

Assim agindo, o denunciado EMANUEL DA SILVA TEIXEIRA, incorreu, em tese, nas sanções previstas nos artigos 147, caput 155, parágrafo 4.º, inciso VI, ambos do Código Penal, na forma do art. 69 também do Código Penal

Paranaguá, 02 de agosto de 2021.

BRIAN FRANK
JUIZ DE DIREITO

EDITAL DE CITAÇÃO

PRAZO 15 DIAS

O Doutor Brian Frank, MM. Juiz de Direito da 2ª Vara Criminal da Comarca de Paranaguá, Estado do Paraná, na forma da Lei, FAZ SABER, a todos quantos virem, ou do presente edital conhecimento tiverem, que perante este Juízo, executam-se os autos de Ação Penal nº 0018335-52.2020.8.16.0129, que a Justiça Pública move contra PAULO HENRIQUE MACHADO MENDES, atualmente em local incerto e não sabido, com incurso nas sanções do(s) artigo 147, caput, combinado com o artigo 61, II, f, ambos do Código Penal, e sendo assim, fica CITADO, pelo observando-se os preceitos da Lei nº 11.340/2006 (Lei Maria Penha) presente edital acerca dos termos da denúncia, para que ofereça defesa prévia, por intermédio de advogado legalmente habilitado, no prazo de 10 (dez) dias, nos termos do artigo 396 do CPP.

FATOS: Na noite do dia 12 de novembro de 2020, na residência situada na Rua Pedro Levi, s/nº, Vila Nova, Ilha dos Valadares neste Município e Comarca de Paranaguá, o denunciado PAULO HENRIQUE MACHADO MENDES, dolosamente, ciente da ilicitude e reprovabilidade de sua conduta, em posse de uma faca, não apreendida, agindo com o manifesto propósito de infundir medo na vítima Fabiane Ricardo Lopes, com quem tinha convivido, ameaçou-a, por palavra, de causar-lhe mal injusto e grave, ao afirmar a mataria

Assim agindo, o denunciado PAULO HENRIQUE MACHADO MENDES, incorreu, em tese, nas sanções previstas no(s) artigo 147, caput, combinado com o artigo 61, II, f, ambos do Código Penal, razão pela qual, se oferece observando-se os preceitos da Lei nº 11.340/2006 (Lei Maria Penha) presente DENÚNCIA.

Paranaguá, 28 de julho de 2021.

BRIAN FRANK
JUIZ DE DIREITO

EDITAL DE CITAÇÃO

PRAZO 15 DIAS

O Doutor Brian Frank, MM. Juiz de Direito da 2ª Vara Criminal da Comarca de Paranaguá, Estado do Paraná, na forma da Lei, FAZ SABER, a todos quantos virem, ou do presente edital conhecimento tiverem, que perante este Juízo, executam-se os autos de Ação Penal nº 0007569-71.2019.8.16.0129, que a Justiça Pública move contra EDIRLEI DOS PASSOS LIMA, atualmente em local incerto e não sabido, com incurso nas sanções do(s) artigo 129, caput, e § 9º, do Código Penal, observadas as disposições das sanções do(s) Lei nº 11.340/2006 (Lei Maria da Penha) e sendo assim, fica CITADO, pelo presente edital

acerca dos termos da denúncia, para que ofereça defesa prévia, por intermédio de advogado legalmente habilitado, no prazo de 10 (dez) dias, nos termos do artigo 396 do CPP. FATOS: Na noite do dia 15 de abril de 2019, na residência situada na Rua Zélia Simeão Poplade, n. 584, Vila dos Comerciantes, neste Município e Comarca de Paranaguá/PR, o denunciado EDIRLEI DOS PASSOS LIMA, dolosamente, ciente da ilicitude e reprovabilidade de sua conduta, agindo com inequívoco animus laedendi, agrediu fisicamente a vítima Cyntia Letícia dos Santos Alves, com quem tinha convivido, ao lhe empurrar e, ainda, desferir-lhe um chute, de tudo lhe causando as lesões corporais descritas no laudo de lesões corporais de pp. Assim agindo, o denunciado EDIRLEI DOS PASSOS LIMA, incorreu, em tese, nas sanções previstas artigo 129, caput, e § 9º, do Código Penal, observadas as disposições da Lei nº no(s) 11.340/2006 (Lei Maria da Penha), razão pela qual, se oferece a presente DENÚNCIA. Paranaguá, 27 de julho de 2021. BRIAN FRANK JUIZ DE DIREITO

EDITAL DE CITAÇÃO

PRAZO 15 DIAS
O Doutor Brian Frank, MM. Juiz de Direito da 2ª Vara Criminal da Comarca de Paranaguá, Estado do Paraná, na forma da Lei, FAZ SABER, a todos quantos virem, ou do presente edital conhecimento tiverem, que perante este Juízo, executam-se os autos de Ação Penal nº 0011062-61.2016.8.16.0129, que a Justiça Pública move contra MARCELO DA SILVA PINHEIRO, atualmente em local incerto e não sabido, com incurso nas sanções do no artigo 129, §9º, do Código Penal e no artigo 12, caput, da Lei n.º 10.826/2003, na forma e sendo assim, fica CITADO, pelo presente edital acerca dos termos dado artigo 69 do Código Penal, denúncia, para que ofereça defesa prévia, por intermédio de advogado legalmente habilitado, no prazo de 10 (dez) dias, nos termos do artigo 396 do CPP. 1º FATO: No dia 11 de dezembro de 2016, por volta das 15h30min, na Rua Principal, nº00, Jardim Figueira, nesta cidade e comarca de Paranaguá/PR, o denunciado MARCELO DA SILVA PINHEIRO, com vontade e consciência, ciente da ilicitude e reprovabilidade de sua conduta, ofendeu a integridade corporal de Jussara Pereira, sua esposa, desferindo-lhe um soco na face esquerda do rosto, que causou a lesão descrita no laudo dos autos anexos. 2º FATO: No mesmo dia, hora e local dos fatos acima narrados, o denunciado MARCELO DA SILVA PINHEIRO, dolosamente, ciente da ilicitude e reprovabilidade de sua conduta, sem autorização e em desacordo com determinação legal e regulamentar, possuía arma de fogo de uso permitido, consistente em um revólver marca TAURUS, calibre 38, nº de registro 434003 com 03 (três) cartuchos, conforme se depreende do auto de prisão em flagrante do boletim de ocorrência n.º 2016/1283510; .auto de exibição e apreensão e laudo pericial nº 66.207/2016 Assim agindo, o denunciado MARCELO DA SILVA PINHEIRO, incorreu, em tese, nas sanções previstas no(s) artigo 129, §9º, do Código Penal e no artigo 12, caput, da Lei n.º 10.826/2003, na forma razão pela qual, se oferece a presente DENÚNCIA.do artigo 69 do Código Penal, Paranaguá, 30 de julho de 2021. BRIAN FRANK Juiz de Direito

EDITAL DE CITAÇÃO

PRAZO 15 DIAS
O Doutor Brian Frank, MM. Juiz de Direito da 2ª Vara Criminal da Comarca de Paranaguá, Estado do Paraná, na forma da Lei, FAZ SABER, a todos quantos virem, ou do presente edital conhecimento tiverem, que perante este Juízo, executam-se os autos de Ação Penal nº 0013528-86.2020.8.16.0129, que a Justiça Pública move

contra JAILSON RIBEIRO DO ROSARIO, atualmente em local incerto e não sabido, com incurso nas sanções do(s) artigo 129, caput, e § 9º, do Código Penal (primeiro fato descrito na denúncia) e do artigo 147, caput, combinado com o artigo 61, II, e f, ambos do Código Penal (segundo e último fato descrito na denúncia), observadas a regra estatuída no artigo 69 do Código Penal (concurso material) e sendo assim, fica CITADO, pelo presente os preceitos da Lei nº 11.340/2006 (Lei Maria da Penha) edital acerca dos termos da denúncia, para que ofereça defesa prévia, por intermédio de advogado legalmente habilitado, no prazo de 10 (dez) dias, nos termos do artigo 396 do CPP. 1º FATO: Na manhã do dia 28 de abril de 2020, na residência situada na Rua 07, n. 1, Vila Bela, neste Município e Comarca de Paranaguá/PR, o denunciado JAILSON RIBEIRO DO ROSÁRIO, dolosamente, ciente da ilicitude e reprovabilidade de sua conduta, agindo com inequívoco animus laedendi, agrediu fisicamente a vítima Mariana Miranda do Rosário, com quem convivía, mordendo-lhe o braço, de tudo lhe causando as lesões corporais descritas no laudo de exame de lesões corporais a ser oportunamente juntado. 2º FATO: Na madrugada do dia 29 de abril de 2020, nas mesmas condições de local, o denunciado JAILSON RIBEIRO DO ROSÁRIO, dolosamente, ciente da ilicitude e reprovabilidade de sua conduta, agindo com manifesto propósito de infundir medo na vítima Mariana Miranda do Rosário, com quem convivía, ameaçou-a de causar-lhe mal injusto e grave, dizendo-lhe que 'ainda irá mata-la'. Assim agindo, o denunciado JAILSON RIBEIRO DO ROSARIO, incorreu, em tese, nas sanções previstas no(s) artigo 129, caput, e § 9º, do Código Penal (primeiro fato descrito na denúncia) e do artigo 147, caput, combinado com o artigo 61, II, e f, ambos do Código Penal (segundo e último fato descrito na denúncia), observadas a regra estatuída no artigo 69 do Código Penal (concurso material) razão pela qual, se oferece a presente os preceitos da Lei nº 11.340/2006 (Lei Maria da Penha), DENÚNCIA. Paranaguá, 28 de julho de 2021. BRIAN FRANK JUIZ DE DIREITO

EDITAL DE CITAÇÃO

PRAZO 15 DIAS
O Doutor Brian Frank, MM. Juiz de Direito da 2ª Vara Criminal da Comarca de Paranaguá, Estado do Paraná, na forma da Lei, FAZ SABER, a todos quantos virem, ou do presente edital conhecimento tiverem, que perante este Juízo, executam-se os autos de Ação Penal nº 0014084-88.2020.8.16.0129, que a Justiça Pública move contra CELSO GIOBEL FLORENTINO, atualmente em local incerto e não sabido, com incurso nas sanções do(s) artigo 129, caput, e § 9º, do Código Penal (primeiro fato descrito na denúncia) e do artigo 147, caput, combinado com o artigo 61, II, e f, ambos do Código Penal (segundo e último fato descrito na denúncia), observadas a regra estatuída no artigo 69 do Código Penal (concurso material) e sendo assim, fica CITADO, pelo presente os preceitos da Lei nº 11.340/2006 (Lei Maria da Penha) edital acerca dos termos da denúncia, para que ofereça defesa prévia, por intermédio de advogado legalmente habilitado, no prazo de 10 (dez) dias, nos termos do artigo 396 do CPP. 1º FATO: Na tarde do dia 22 de abril de 2020, na Rua dos Jequitibás, n. 130, Jardim Iguaçu, neste Município e Comarca de Paranaguá/PR, o denunciado CELSO GIOBEL FLORENTINO, dolosamente, ciente da ilicitude e reprovabilidade de sua conduta, agindo com inequívoco animus laedendi, agrediu fisicamente a vítima Fernanda Letícia do Rosário Barbosa, com quem convivía, desfechando-lhe socos e chutes, de tudo lhe causando as lesões corporais descritas no laudo de lesões corporais a .de pp 2º FATO: Ato contínuo, nas mesmas condições de local, o denunciado CELSO GIOBEL FLORENTINO,

dolosamente, ciente da ilicitude e reprovabilidade de sua conduta, agindo com manifesto propósito de infundir medo na vítima Fernanda Letícia do Rosário Barbosa, com quem convivia, ameaçou-a de causar-lhe mal injusto e grave, dizendo-lhe que a mataria caso a visse na rua. Assim agindo, o denunciado CELSO GIOBEL FLORENTINO, incorreu, em tese, nas sanções previstas no(s) artigo 129, caput, e § 9º, do Código Penal (primeiro fato descrito na denúncia) e do artigo 147, caput, combinado com o artigo 61, II, e e f, ambos do Código Penal (segundo e último fato descrito na denúncia), observadas a regra estatuída no artigo 69 do Código Penal (curso material) e os), razão pela qual, se oferece a presente preceitos da Lei nº 11.340/2006 (Lei Maria da Penha) DENÚNCIA.

Paranaguá, 27 de julho de 2021.

BRIAN FRANK

JUIZ DE DIREITO

EDITAL DE CITAÇÃO

PRAZO 15 DIAS

O Doutor Brian Frank, MM. Juiz de Direito da 2ª Vara Criminal da Comarca de Paranaguá, Estado do Paraná, na forma da Lei, FAZ SABER, a todos quantos virem, ou do presente edital conhecimento tiverem, que perante este Juízo, executam-se os autos de Ação Penal nº , que a Justiça Pública move 0015077-34.2020.8.16.0129 contra HAMILTON DA ROCHA FILHO, residente na RUA POTIGUARA, 449 PRÓXIMO AO PORTO DO como incurso nas sanções BASTIÃO - BEIRA RIO - PARANAGUÁ/PR, do(s) artigo 147, caput, combinado com o artigo 61, II, e e f, ambos do Código Penal, observando-se as determinações da Lei nº 11.340/2006 (Lei Maria da -Penha) Ameaçar alguém, por palavra, escrito ou gesto, ou qualquer outro meio simbólico, de causar-lhe mal injusto e grave e, sendo assim, fica pelo presente edital acerca dos termos CITADO, da denúncia, para que ofereça defesa prévia, por intermédio de advogado legalmente habilitado, no prazo de 10 (dez) dias, nos termos do artigo 396 do CPP.

FATOS:

Na madrugada do dia 02 de maio de 2020, em horário não apurado, na residência situada na Rua Potiguara, n. 449, Beira Rio, neste Município e Comarca de Paranaguá/PR, o denunciado HAMILTON DA ROCHA FILHO, dolosamente, ciente da ilicitude e reprovabilidade de sua conduta, agindo com manifesto propósito de infundir medo na vítima Eliane do Rocio da Silva, com quem convivia, ameaçou-a de causar-lhe mal injusto e grave, ao afirmar que a mataria". Assim agindo, o denunciado, incorreu, em tese, nas sanções HAMILTON DA ROCHA FILHO previstas no ART 147, caput, do Código Penal - Ameaçar alguém, por palavra, escrito ou gesto, ou qualquer outro meio simbólico, de causar-lhe mal injusto e grave, razão pela qual, se oferece a presente DENÚNCIA.

Paranaguá, 16 de agosto de 2021.

BRIAN FRANK

JUIZ DE DIREITO

EDITAL DE CITAÇÃO

PRAZO 15 DIAS

O Doutor Brian Frank, MM. Juiz de Direito da 2ª Vara Criminal da Comarca de Paranaguá, Estado do Paraná, na forma da Lei, FAZ SABER, a todos quantos virem, ou do presente edital conhecimento tiverem, que perante este Juízo, executam-se os autos de Ação Penal nº 0009852-67.2019.8.16.0129, que a Justiça Pública move contra SAMUEL MENDES DE GODOY FILHO, atualmente em local incerto e não sabido, com incurso nas sanções do artigo 129, caput e § 9º, do Código Penal, observando-se as disposições da Lei nº e sendo assim, fica CITADO, pelo presente edital acerca dos termos 11.340/2006 (Lei Maria da Penha) da denúncia, para que ofereça defesa prévia, por intermédio de advogado legalmente habilitado, no

prazo de 10 (dez) dias, nos termos do artigo 396 do CPP.

FATOS: Na manhã do dia 21 de novembro de 2019, na residência situada na Rua Samuel Pires de Melo, nº 2290, Porto dos Padres, neste Município e Comarca de Paranaguá/PR, o denunciado SAMUEL MENDES DE GODOY FILHO, dolosamente, ciente da ilicitude e reprovabilidade de sua conduta, agindo com inequívoco animus laedendi, agrediu fisicamente a vítima Maria José Rodrigues da SILVA, com quem convivia, ao dar-lhe um soco no rosto e, ainda, chutar-lhe a perna, causando-lhe as lesões corporais descritas no laudo de exame de lesões corporais a ser oportunamente juntado pela autoridade policial a partir de requisição ministerial.

Assim agindo, o denunciado SAMUEL MENDES DE GODOY FILHO, incorreu, em tese, nas sanções previstas no artigo 129, caput e § 9º, do Código Penal, observando-se as disposições da Lei nº 11.340/2006 (Lei Maria da Penha,) razão pela qual, se oferece a presente DENÚNCIA.

Paranaguá, 27 de julho de 2021.

BRIAN FRANK

JUIZ DE DIREITO

EDITAL DE CITAÇÃO

PRAZO 15 DIAS

O Doutor Brian Frank, MM. Juiz de Direito da 2ª Vara Criminal da Comarca de Paranaguá, Estado do Paraná, na forma da Lei, FAZ SABER, a todos quantos virem, ou do presente edital conhecimento tiverem, que perante este Juízo, executam-se os autos de Ação Penal nº 0010277-94.2019.8.16.0129, que a Justiça Pública move contra AIRTON SOUSA TEIXEIRA, atualmente em local incerto e não sabido, com incurso nas sanções do(s) artigo 129, caput, e § 9º do Código Penal (primeiro fato descrito na denúncia) e, do artigo 21 do Decreto-lei nº 3.688/1941 (Lei das Contravenções Penais) (segundo e último fato descrito na denúncia), observando-se a regra insculpida no artigo 69 do Código Penal (curso material) e também os preceitos da Lei nº 11.340/2006 (Lei Maria Penha) e sendo assim, fica CITADO, pelo presente edital acerca dos termos da denúncia, para que ofereça defesa prévia, por intermédio de advogado legalmente habilitado, no prazo de 10 (dez) dias, nos termos do artigo 396 do CPP.

1º FATO: Na madrugada do dia 26 de julho de 2019, na residência situada na Rua Guaporé, nº 542, Jardim Guaraituba, neste Município e Comarca de Paranaguá/PR, o denunciado AIRTON SOUSA TEIXEIRA, dolosamente, ciente da ilicitude e reprovabilidade de sua conduta, agindo com inequívoco animus laedendi, agrediu fisicamente a vítima Eduarda Cristina do Carmo Alves, com quem convivia, ao dar-lhe um soco no olho direito, causando as lesões corporais descritas no laudo de lesões corporais de pp.

2º FATO: No dia 03 de agosto de 2019, em horário não apurado, na residência situada na Rua Guaporé, nº 542, Jardim Guaraituba, neste Município e Comarca de Paranaguá/PR, o denunciado AIRTON SOUSA TEIXEIRA, dolosamente, ciente da ilicitude e reprovabilidade de sua conduta, praticou vias de fato contra a vítima Eduarda Cristina do Carmo Alves, com quem convivia, ao golpeá-la na testa com um cabo de vassoura, por ora não apreendido, e, ainda, empurrá-la ao chão e apertar-lhe a garganta com o pé, sem que, entretanto, tenha havido resultado naturalístico.

Assim agindo, o denunciado AIRTON SOUSA TEIXEIRA, incorreu, em tese, nas sanções previstas no(s) artigo 129, caput, e § 9º do Código Penal (primeiro fato descrito na denúncia) e, do artigo 21 do Decreto-lei nº 3.688/1941 (Lei das Contravenções Penais) (segundo e último fato descrito na denúncia), observando-se a regra insculpida no artigo 69 do Código Penal (curso material) e também os preceitos da Lei nº 11.340/2006 (Lei Maria Penha), razão pela qual, se oferece a presente DENÚNCIA.

Paranaguá, 27 de julho de 2021.

Brian Frank
Juiz de Direito

EDITAL DE CITAÇÃO

PRAZO 15 DIAS

O Doutor Brian Frank, MM. Juiz de Direito da 2ª Vara Criminal da Comarca de Paranaguá, Estado do Paraná, na forma da Lei,

FAZ SABER, a todos quantos virem, ou do presente edital conhecimento tiverem, que perante este

Juízo, executam-se os autos de Ação Penal nº , que a Justiça Pública move 0010940-77.2018.8.16.0129

contra com incurso nas EMANUEL SANTOS MONTEIRO, atualmente em lugar incerto e não sabido, sanções artigo 33, caput, da Lei 11.343/2006 e sendo assim, fica pelo presente edital acerca CITADO,

dos termos da denúncia, para que ofereça defesa prévia, por intermédio de advogado legalmente

habilitado, no prazo de 10 (dez) dias, nos termos do artigo 396 do CPP.

FATOS: No dia 10 de junho de 2018, por volta das 00h20 min, em via pública, na Rua do Toral, s/n.º,

no Distrito de Alexandra, neste município e Comarca de Paranaguá/PR o denunciado EMANUEL

SANTOS MONTEIRO, dotado de vontade livre e consciente, ciente da ilicitude e reprovabilidade de

sua conduta, sem autorização e em desacordo com determinação legal e regulamentar, trazia

consigo, para fins de tráfico, 01 (uma) bucha e 1 (um) tablete totalizando 58 g (cinquenta e oito

gramas) da droga vulgarmente conhecida como maconha, contendo como princípio ativo o

"tetrahydrocannabinol", substância esta capaz de causar dependência física e/ou psíquica em seus

usuários e de uso e comércio proibido em todo o território nacional, de acordo com a Portaria nº

344/98 do SVS/MS, atualizada pela RDC n. 32, de 04 de junho de 2014, da ANVISA/MS, conforme auto

de prisão em flagrante de fls. 02/04, auto de exibição e apreensão de fls. 10/11, auto de constatação

provisória de droga de fls. 24/25, boletim de ocorrência n.º 2018/663534 de fls. 35/41 e ficha de

atendimento de ocorrência. Consta, pois, dos autos que em revista pessoal fora encontrado com o

denunciado a importância de R\$ 94,00 (noventa e quatro reais) em espécie e 01 (um) celular marca

Samsung Duos, na cor preta com a tela trincada, com bateria e um chip na operadora TIM, conforme

auto de exibição e apreensão de fls. 10/11 e auto de apreensão de fls. 12.

Assim agindo, o denunciado , incorreu, em tese, nas sanções EMANUEL SANTOS MONTEIRO

previstas no artigo 33, caput, da Lei 11.343/2006 razão pela qual, se oferece a presente DENÚNCIA.

Paranaguá, 02 de agosto de 2021.

BRIAN FRANK

JUIZ DE DIREITO

EDITAL DE CITAÇÃO

PRAZO 15 DIAS

O Doutor Brian Frank, MM. Juiz de Direito da 2ª Vara Criminal da Comarca de Paranaguá, Estado do Paraná, na forma da Lei,

FAZ SABER, a todos quantos virem, ou do presente edital conhecimento tiverem, que perante este

Juízo, executam-se os autos de Ação Penal nº 0017573-36.2020.8.16.0129, que a Justiça Pública move

contra SIMONE FIDELIS, atualmente em local incerto e não sabido, com incurso nas sanções do

e sendo assim, fica artigo 155, §4º, inciso II, do Código Penal, na forma do artigo 71 de mesma legis,

CITADO, pelo presente edital acerca dos termos da denúncia, para que ofereça defesa prévia, por

intermédio de advogado legalmente habilitado, no prazo de 10 (dez) dias, nos termos do artigo 396 do

CPP.

FATOS: Não sabendo precisar data, local e hora exatos, mas certo que entre os meses de janeiro e

junho de 2020, via internet banking, neste município e comarca de Paranaguá/PR, a denunciada

SIMONE FIDELIS, com vontade livre e consciente, ciente da ilicitude e reprovabilidade de sua

conduta, com ânimo de assenhoramento definitivo, subtraiu, para si, bem pertencente a Sirlene Maia

da Costa Santos, mediante abuso de confiança, eis que era nora da vítima, consistente em 80.000,00

(oitenta mil reais) por intermédio de transações bancárias realizadas na conta bancária da vítima,

banco Bradesco, agência 0048, conta 21281-4, consoante boletim de ocorrência de nº 2020/616288

(movimento 1.2), termos de depoimentos (movimentos 1.3/ 1.6), auto de avaliação direta ou indireta

(movimento 1.8), e extratos bancários (movimentos 1.9/1.19).

Assim agindo, o denunciado SIMONE FIDELIS, incorreu, em tese, nas sanções previstas no no artigo

razão pela qual, se oferece 155, §4º, inciso II, do Código Penal, na forma do artigo 71 de mesma legis,

a presente DENÚNCIA.

Paranaguá, 28 de julho de 2021.

BRIAN FRANK

JUIZ DE DIREITO

EDITAL DE CITAÇÃO

PRAZO 15 DIAS

O Doutor Brian Frank, MM. Juiz de Direito da 2ª Vara Criminal da Comarca de Paranaguá, Estado do Paraná, na forma da Lei,

FAZ SABER, a todos quantos virem, ou do presente edital conhecimento tiverem, que perante este

Juízo, executam-se os autos de Ação Penal nº 0018142-37.2020.8.16.0129, que a Justiça Pública move

contra EMANUEL DA SILVA TEIXEIRA, atualmente em local incerto e não sabido, com incurso nas

sanções do artigo , e sendo assim, fica CITADO, pelo presente edital 155, caput, do Código Penal

acerca dos termos da denúncia, para que ofereça defesa prévia, por intermédio de advogado

legalmente habilitado, no prazo de 10 (dez) dias, nos termos do artigo 396 do CPP.

FATOS: No dia 8 de novembro de 2020, por volta das 17h00min, na Estrada Velhada Emboguaçu, n.º

674, Bairro Emboguaçu nesta cidade e Comarca de Paranaguá/PR, o denunciado EMANUEL DA SILVA

TEIXEIRA, dotado de vontade livre e consciente, ciente da ilicitude e reprovabilidade de sua conduta,

subtraiu para si, com ânimo de assenhoramento definitivo, 15 (quinze) metros de cabos elétricos para

contêiner refrigerado, avaliados em R\$3.600,00 (três mil e seiscentos reais), consoante ao auto de

prisão em flagrante, termo de depoimento do condutor; auto de exibição e apreensão; termo de

declaração; auto de avaliação e Boletim de Ocorrência n.º 2020/1147717.

Assim agindo, o denunciado EMANUEL DA SILVA TEIXEIRA, incorreu, em tese, nas sanções

previstas no artigo , razão pela qual, se oferece a presente DENÚNCIA. 155, caput, do Código Penal

Paranaguá, 02 de agosto de 2021.

BRIAN FRANK

JUIZ DE DIREITO

EDITAL DE CITAÇÃO

PRAZO 15 DIAS

O Doutor Brian Frank, MM. Juiz de Direito da 2ª Vara Criminal da Comarca de Paranaguá, Estado do Paraná, na forma da Lei,

FAZ SABER, a todos quantos virem, ou do presente edital conhecimento tiverem, que perante este

Juízo, executam-se os autos de Ação Penal nº 0000221-02.2019.8.16.0129, que a Justiça Pública move

contra CLAUDIO DE SOUZA GONÇALVES, atualmente em local incerto e não sabido, com incurso nas

sanções do e sendo assim, fica CITADO, pelo presente edital artigo 33, caput, da Lei 11.343/2006,

acerca dos termos da denúncia, para que ofereça defesa prévia, por intermédio de advogado

legalmente habilitado, no prazo de 10 (dez) dias, nos termos do artigo 396 do CPP.

FATOS: No dia 11 de janeiro de 2019, por volta das 22:30, em via pública, mais precisamente na Rua

Guaporé, n.º 783 - no Beco da Renata -, Bairro Jardim Guaraituba, neste município e Comarca de

Paranaguá/PR, o denunciado CLAUDIO DE SOUZA GONÇALVES, dotado de vontade livre e consciente, ciente da ilicitude e reprovabilidade de sua conduta, sem autorização e em desacordo com determinação legal e regulamentar, com a finalidade de venda, guardava e trazia consigo, 15,2g (quinze vírgula dois gramas), divididas em 02 (duas) buchas, da substância entorpecente vulgarmente conhecida como "cocaina", e 2,9 g (dois vírgula nove gramas), divididas em 06 (seis) buchas, da substância entorpecente vulgarmente conhecida como "crack", substâncias essas que contêm como princípio ativo a benzoilmetilecgonina, capaz de causar dependência física e/ou psíquica em seus usuários e de uso e comércio proibido em todo o território nacional, de acordo com a Portaria nº 344/98 do SVS/MS, atualizada pela RDC n.32, de 04 de junho de 2014, da ANVISA/MS, conforme auto de prisão em flagrante, autos de constatação provisória de droga, auto de exibição e apreensão e Boletim de Ocorrência nº 2019/48230. Consta dos autos que foi encontrado com o denunciado o montante em dinheiro no valor de R\$ 160,00 (cento e sessenta reais). Assim agindo, o denunciado CLAUDIO DE SOUZA GONÇALVES, incorreu, em tese, nas sanções previstas no razão pela qual, se oferece a presente DENÚNCIA. artigo 33, caput, da Lei 11.343/2006, Paranaguá, 02 de agosto de 2021. BRIAN FRANK Juiz de Direito

EDITAL DE CITAÇÃO

PRAZO 15 DIAS

O Doutor Brian Frank, MM. Juiz de Direito da 2ª Vara Criminal da Comarca de Paranaguá, Estado do Paraná, na forma da Lei, FAZ SABER, a todos quantos virem, ou do presente edital conhecimento tiverem, que perante este Juízo, executam-se os autos de Ação Penal nº 0015662-86.2020.8.16.0129, que a Justiça Pública move contra SANDRO MORAIS TAVARES, local incerto e não sabido, com incurso nas sanções do(s) artigo 21 do Decreto-lei nº 3.688/1941 (Lei das Contravenções Penais), c/c o artigo 61, II, "e" e "h", do Código Penal, observando-se os preceitos da Lei nº 11.340/2006 (Lei Maria da Penha) e sendo assim, fica CITADO, pelo presente edital acerca dos termos da denúncia, para que ofereça defesa prévia, por intermédio de advogado legalmente habilitado, no prazo de 10 (dez) dias, nos termos do artigo 396 do CPP. FATOS: No dia 18 de julho de 2020, por volta das 21h00min, na residência situada na Rua Cambé, nº 0049, Bairro Emboguaçu, neste Município e Comarca de Paranaguá/PR, o denunciado SANDRO MORAIS TAVARES, dolosamente, ciente da ilicitude e reprovabilidade de sua conduta, praticou vias de fato contra a própria mãe, Elza Morais Tavares, pessoa idosa, de 67 (sessenta e sete) anos de idade (certidão de nascimento a ser oportunamente juntada), ao desferir-lhe socos e chutes no corpo e, ainda, puxar-lhe o cabelo, sem que, entretanto, tenha havido resultado naturalístico. Assim agindo, o denunciado SANDRO MORAIS TAVARES, incorreu, em tese, nas sanções previstas no(s) artigo 21 do Decreto-lei nº 3.688/1941 (Lei das Contravenções Penais), c/c o artigo 61, II, "e" e "h", do Código Penal, observando-se os preceitos da Lei nº 11.340/2006 (Lei Maria da Penha), razão pela qual, se oferece a presente DENÚNCIA. Paranaguá, 27 de julho de 2021. BRIAN FRANK

EDITAL DE CITAÇÃO

PRAZO 15 DIAS

O Doutor Brian Frank, MM. Juiz de Direito da 2ª Vara Criminal da Comarca de Paranaguá, Estado do Paraná, na forma da Lei, FAZ SABER, a todos quantos virem, ou do presente edital conhecimento tiverem, que perante este

Juízo, executam-se os autos de Ação Penal nº 0001205-15.2021.8.16.0129, que a Justiça Pública move contra ANTONIO LUIZ DO AMARAL NETO, atualmente em local incerto e não sabido, com incurso nas sanções do(s) artigo 147, caput, combinado com o artigo 61, II, f, ambos do Código Penal (segundo e último fato descrito na denúncia), observando-se a regra estatuída no artigo 69 do Código Penal (concurso material) e os preceitos da Lei nº 11.340/2006 (Lei Maria da Penha) e sendo assim, fica CITADO, pelo presente edital acerca dos termos da denúncia, para que ofereça defesa prévia, por intermédio de advogado legalmente habilitado, no prazo de 10 (dez) dias, nos termos do artigo 396 do CPP. 1º FATO: Na tarde do dia 21 de fevereiro de 2021, na Rua Júlio Groth Elias Filho, nº 786, Vale do Sol, neste Município e Comarca de Paranaguá/PR, o denunciado ANTONIO LUIZ DO AMARAL NETO, dolosamente, ciente da ilicitude e reprovabilidade de sua conduta, agindo com inequívoco animus laedendi, agrediu fisicamente a vítima Pérola Caroline Oliveira da Silveira, com quem tinha convivido, ao dar-lhe um soco no rosto, causando-lhe lesões corporais [laudo de exame de lesões corporais já requisitado pela autoridade policial às pp, a ser apresentado pelo Instituto Médico Legal de Paranaguá e oportunamente juntado aos presentes autos. 2º FATO: Ato contínuo, o denunciado ANTONIO LUIZ DO AMARAL NETO, dolosamente, ciente da ilicitude e reprovabilidade de sua conduta, agindo com o manifesto propósito de infundir medo na vítima Pérola Caroline Oliveira da Silveira, com quem tinha convivido, ameaçou-a, por palavra, de causar-lhe mal injusto e grave, ao dizer que 'ia buscar os caras para fazer alguma coisa com ela. Assim agindo, o denunciado ANTONIO LUIZ DO AMARAL NETO, incorreu, em tese, nas sanções previstas no(s) artigo 147, caput, combinado com o artigo 61, II, f, ambos do Código Penal (segundo e último fato descrito na denúncia), observando-se a regra estatuída no artigo 69 do Código Penal (concurso material) e os preceitos da Lei nº 11.340/2006 (Lei Maria da Penha), razão pela qual, se oferece a presente DENÚNCIA. Paranaguá, 27 de julho de 2021. Brian Frank Juiz de Direito

Edital de Intimação

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA

PRAZO: 90 DIAS

O Doutor Brian Frank, MM. Juiz de Direito da 2ª Vara Criminal da Comarca de Paranaguá, Estado do Paraná, na forma da Lei, FAZ SABER, a todos quantos virem, ou do presente edital conhecimento tiverem, que perante este Juízo, executam-se os autos de nº 0000834-71.2009.8.16.0129, tendo como vítima NATALI CARNEIRO DA SILVA, atualmente em local incerto e não sabido, sendo assim fica INTIMADO, dos termos da sentença, datada de 04/08/2021, nos termos a seguir: Ante o exposto, JULGO IMPROCEDENTE a pretensão punitiva contida na denúncia e, em consequência, ABSOLVO o réu MARIO DA SILVA, devidamente qualificado, da imputação pela prática dos crimes do 214 c/c artigo 224, alínea "a", ambos do Código Penal, nos termos do art. 386, VII, do CPP. Fica INTIMADO(A) também, do prazo de 5 (cinco) dias para apresentar recurso, caso tenha interesse. Paranaguá, 10 de agosto de 2021. BRIAN FRANK Juiz de Direito

PATO BRANCO

VARA CRIMINAL

Edital de Citação

COMARCA DE PATO BRANCO, ESTADO DO PARANÁ
Rua Maria Bueno, 284, Sambugaro, CEP. 85.501-560

VARA CRIMINALEDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO 15 DIAS

Edital nº 302/2021 - autos nº 0012019-90.2015.8.16.0131

EDITAL DE CITAÇÃO DE NEUSA MULLER.

O DR. EDUARDO FAORO, MM. JUIZ DE DIREITO DA VARA CRIMINAL, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que perante o Juízo da Vara Criminal de Pato Branco, tramitam os autos de processo crime sob o nº 0012019-90.2015.8.16.0131, em que fora denunciada pelo Ministério Público, a pessoa de **NEUSA MULLER**. Tendo constado dos autos que a denunciada se encontra em local incerto, pelo presente edital, com o prazo de 15 (quinze) dias, que será publicado na forma da Lei e afixado em local de costume neste Fórum, se faz a CITAÇÃO da pessoa de **NEUSA MULLER**, filha de Judite Genz Muller, portadora do RG 83578351 SSP/PR, natural de Planalto/PR, nascida em 03/09/1980, denunciada como incurso, nas disposições do artigo 168, caput, do Código Penal, em razão de fato ocorrido no dia 10 de outubro de 2015, por volta das 11h30min até às 18h30min, na Rua Gonçalves Dias, n.º 885, Bairro São Cristóvão, nesta cidade e Comarca de Pato Branco/PR, a denunciada NEUSA MULLER, dolosamente agindo, ciente da ilicitude e reprovabilidade de sua conduta, apropriou-se indevidamente de coisa alheia móvel, em proveito próprio, consistente em 01 (uma) cozinha completa com balcões e tampos; 01 (um) fogão a gás de mesa completo, 01 (um) jogo de mesa de vidro com 06seis cadeiras, 01 (uma) furadeira, marca Bosh; 01 (um) aparelho de parabólica; roupas e calçados diversos; jogos de talheres (garfos, facas e colheres); panelas; 01 (um) carregador de celular; chave da residência; lâmpadas; chuveiro; edredons; cobertores; CRLV e recibo de transferência do veículo modelo Ford Scort, placa ACC0973, bens avaliados em R\$3.281,36 (três mil duzentos e oitenta e um reais e trinta e seis centavos), de propriedade de Claudio José Wrublak. Consta, ainda, que denunciada era inquilina da vítima no endereço supramencionado. Entretanto, ao se mudar do local, apropriou-se dos referidos bens que se encontravam em cômodos trancados da residência, portanto, na posse da denunciada, a qual detinha chaves- entregues pela vítima - para acessar livremente os cômodos em que se encontravam guardados os objetos apropriados. Fica desde já a ré INTIMADA a responder à acusação por escrito, no prazo de 10 (dez) dias, a contar do prazo do presente edital. Dado e passado nesta Cidade de Pato Branco, PR, aos 23 de setembro de 2021. Eu, Cláudia Juliana Alberton, técnica judiciária, digitei. Eu Fabieli Molinete Costa, chefe de secretaria, subscrevi.

EDUARDO FAORO

Juiz de Direito

A COMARCA DE PATO BRANCO, ESTADO DO PARANÁ
Rua Maria Bueno, 284, Sambugaro, CEP. 85.501-560

VARA CRIMINALEDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO 15 DIAS

Edital nº 300/2021 - autos nº 0004653-87.2021.8.16.0131

EDITAL DE CITAÇÃO DE GABRIEL HENRIQUE MELLO DA LUZ

O DR. EDUARDO FAORO, MM. JUIZ DE DIREITO DA VARA CRIMINAL, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que perante o Juízo da Vara Criminal de Pato Branco, tramitam os autos de processo crime sob o nº 0004653-87.2021.8.16.0131, em que fora denunciado pelo Ministério Público, a pessoa de GABRIEL HENRIQUE MELLO DA LUZ. Tendo constado dos autos que o denunciado se encontra em local incerto, pelo presente edital, com o prazo de 15 (quinze) dias, que será publicado na forma da Lei e afixado em local de costume neste Fórum, se faz a CITAÇÃO da pessoa de GABRIEL HENRIQUE MELLO DA LUZ, filho de Cleonice de Mello da Luz e Luciano da Luz, portador do RG 137511568 SSP/PR, natural de Pato Branco/PR, nascido em 29/07/1999, denunciado como incurso, nas disposições do artigo 155, 'caput', do Código Penal, em razão de fato ocorrido em data No dia 17 de junho de 2021, 07 de janeiro de 2021, entre as 17h00min e 23h30min, na Travessa Dourado, nº 256, Bairro Morumbi, nesta cidade e comarca de Pato Branco/PR, o denunciado GABRIEL HENRIQUE MELLO DA LUZ, com consciência e vontade e ânimo de assenhoreamento definitivo, subtraiu, para si, coisa alheia móvel, consistente em 01 (um) automóvel VW/Gol 1.6, ano 2006, de cor branca, placas ANN-4599, sem estepe e com avarias no sistema de ignição, 4a Promotoria de Justiça da Comarca de Pato Branco/PR avaliado R\$ 19.350,00 (dezenove mil trezentos e cinquenta reais)1, de propriedade da Prefeitura Municipal de Pato Branco (utilizado pela Vigilância Sanitária), veículo este que estava regularmente estacionado em via pública. Fica desde já o réu INTIMADO a responder à acusação por escrito, no prazo de 10 (dez) dias, a contar do prazo do presente

edital. Dado e passado nesta Cidade de Pato Branco, PR, aos 23 de setembro de 2021. Eu, Cláudia Juliana Alberton, técnica judiciária, digitei. Eu, Fabieli Molinete Costa, chefe de secretaria, subscrevi.

EDUARDO FAORO

Juiz de Direito

COMARCA DE PATO BRANCO, ESTADO DO PARANÁ

Rua Maria Bueno, 284, Sambugaro, CEP. 85.501-560

VARA CRIMINALEDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO 15 DIAS

Edital nº 301/2021 - autos nº 0003581-70.2018.8.16.0131

EDITAL DE CITAÇÃO DE VICENTE PAULO NOVASKE GONÇALVES.

O DR. EDUARDO FAORO, MM. JUIZ DE DIREITO DA VARA CRIMINAL, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que perante o Juízo da Vara Criminal de Pato Branco, tramitam os autos de processo crime sob o nº 0006138-89.2014.8.16.0131, em que fora denunciado pelo Ministério Público, a pessoa de VICENTE PAULO NOVASKE GONÇALVES. Tendo constado dos autos que o denunciado se encontra em local incerto, pelo presente edital, com o prazo de 15 (quinze) dias, que será publicado na forma da Lei e afixado em local de costume neste Fórum, se faz a CITAÇÃO da pessoa de VICENTE PAULO NOVASKE GONÇALVES, filho de Noeli do Rocio Novaske e Miguel Gonçalves, portador do RG 105541910 SSP/PR, natural de Coronel Vivida/PR, nascido em 24/08/1994, denunciado como incurso, nas disposições do artigo art. 155, "caput", do Código Penal, em razão de fato ocorrido em data de 16 de dezembro de 2017, por volta das 01h15min, ao ser conduzido até a delegacia de polícia na Rua Xavantes, nº269, Centro, nesta cidade e comarca de Pato Branco/ PR, o denunciado aproveitando se da situação, adentrou no cartório da polícia civil e dolosamente, consciente da ilicitude de sua conduta, com intenção manifesta de subtrair coisa alheia móvel, com ânimo de assenhoreamento definitivo, subtraiu para si, coisa alheia móvel consistente em R\$937,00 (novecentos e trinta e sete reais), em moeda corrente nacional, tendo como vítima o Estado do Paraná. Fica desde já o réu INTIMADO a responder à acusação por escrito, no prazo de 10 (dez) dias, a contar do prazo do presente edital. Dado e passado nesta Cidade de Pato Branco, PR, aos 23 de setembro de 2021. Eu, Cláudia Juliana Alberton, técnica judiciária, digitei. Eu, Fabieli Molinete Costa, chefe de secretaria, subscrevi.

EDUARDO FAORO

Juiz de Direito

COMARCA DE PATO BRANCO, ESTADO DO PARANÁ

Rua Maria Bueno, 284, Sambugaro, CEP. 85.501-560

VARA CRIMINALEDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO 15 DIAS

Edital nº 299/2021 - autos nº 0008808-07.2019.8.16.0131

EDITAL DE CITAÇÃO DE DHIANISON DE ALMEIDA BONATO

O DR. EDUARDO FAORO, MM. JUIZ DE DIREITO DA VARA CRIMINAL, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que perante o Juízo da Vara Criminal de Pato Branco, tramitam os autos de processo crime sob o nº 0008808-07.2019.8.16.0131, em que fora denunciado pelo Ministério Público, a pessoa de DHIANISON DE ALMEIDA BONATO. Tendo constado dos autos que o denunciado se encontra em local incerto, pelo presente edital, com o prazo de 15 (quinze) dias, que será publicado na forma da Lei e afixado em local de costume neste Fórum, se faz a CITAÇÃO da pessoa de DHIANISON DE ALMEIDA BONATO, filho de Elisandra Terezinha de Almeida, portador do RG 128507469 SSP/PR, natural de Mangueirinha/PR, nascido em 04/06/1996, denunciado como incurso, nas disposições do artigo 168, 'caput', do Código Penal, em razão de fato ocorrido em data de 07 de junho de 2019, por volta das 14 horas, o denunciado DHIANISON DE ALMEIDA BONATO dirigiu-se até as dependências da empresa Serv Fest, localizada na Travessa Santiago, nº 5872, Bairro Morumbi, nesta cidade e comarca de Pato Branco/PR, oportunidade em que contratou a entrega de bebidas e três caixas térmicas grandes de 360 litros cada, nas dependências do Recanto Jurerê, zona rural desta cidade e comarca de Pato Branco/PR, sendo que as bebidas foram pagas no ato da compra, e as térmicas emprestadas pela vítima David Pastório. Ocorre que, no dia 10 de junho de 2019, por volta das 10 horas, conforme combinado, a vítima foi até o Recanto Jurerê para buscar as caixas térmicas, mas elas não estavam mais no local. Diante dos fatos, a vítima telefonou três vezes para o denunciado, mas ele não atendeu. Certo é assim, que o denunciado DHIANISON DE ALMEIDABONATO, com vontade livre e consciente, apropriou-se de coisa alheia móvel, da qual tinha a posse, qual seja, 03 (três) caixas térmicas para bebidas, com capacidade para 360 (trezentos e sessenta) litros cada, avaliadas em R\$2.985,00 (dois mil novecentos e oitenta e cinco reais)1, objetos estes emprestados pela vítima para o acondicionamento das bebidas adquiridas pelo denunciado, as quais não foram devolvidas ao proprietário. Fica desde já o réu INTIMADO a responder à acusação por escrito, no prazo de 10 (dez) dias, a contar do prazo do presente edital. Dado e passado nesta Cidade de Pato Branco, PR, aos 23 de setembro de 2021. Eu, Cláudia Juliana Alberton, técnica judiciária, digitei. Eu, Fabieli Molinete Costa, chefe de secretaria, subscrevi.

EDUARDO FAORO
Juiz de Direito

COMARCA DE PATO BRANCO, ESTADO DO PARANÁ
Rua Maria Bueno, 284, Sambugaro, CEP. 85.501-560

VARA CRIMINAL

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO 15 DIAS

Edital nº 303/2021 - autos nº 0002347-82.2020.8.16.0131

EDITAL DE CITAÇÃO DE **GABRIEL PEREIRA OLIVEIRA**.

O DR. EDUARDO FAORO, MM. JUIZ DE DIREITO DA VARA CRIMINAL, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que perante o Juízo da Vara Criminal de Pato Branco, tramitam os autos de processo crime sob o nº 0002347-82.2020.8.16.0131, em que fora denunciado pelo Ministério Público, a pessoa de **GABRIEL PEREIRA OLIVEIRA**. Tendo constado dos autos que a denunciado se encontra em local incerto, pelo presente edital, com o prazo de 15 (quinze) dias, que será publicado na forma da Lei e afixado em local de costume neste Fórum, se faz a CITAÇÃO da pessoa de **GABRIEL PEREIRA OLIVEIRA**, filho de Francisca Pereira Rodrigues e Manoel Messias de Oliveira, portador do RG 157740741 SSP/PR, natural de Patos/PB, nascido em 30/03/1997, denunciado como incurso, nas disposições do art. 155, "caput", do Código Penal, em razão de fato ocorrido no dia 02 de março de 2020, por volta das 11h21min, no 'Bar Cia do Baralho', situado na Rua Josafat Kmita, n.º 318, Centro, na cidade de Itapejara D'Oeste/PR, nesta Comarca, o denunciado GABRIEL PEREIRA OLIVEIRA, livre, consciente e com ânimo de assenhoramento definitivo, subtraiu para si, coisa alheia móvel consistente em 01 (um) telefone celular, marca Samsung, modelo J8, na cor prata, avaliado em R\$1.200,00 (um mil e duzentos reais), conforme auto de exibição e apreensão do evento 1.8 e auto de avaliação do evento 1.10, de propriedade da vítima Ademir Provensi, que foi restituído na mesma data. Fica desde já o réu INTIMADO a responder à acusação por escrito, no prazo de 10 (dez) dias, a contar do prazo do presente edital. Dado e passado nesta Cidade de Pato Branco, PR, aos 23 de setembro de 2021. Eu, Cláudia Juliana Alberton, técnica judiciária, digitei. Eu, Fabieli Molinete Costa, chefe de secretaria, subscrevi.

EDUARDO FAORO

Juiz de Direito

COMARCA DE PATO BRANCO, ESTADO DO PARANÁ
Rua Maria Bueno, 284, Sambugaro, CEP. 85.501-560

VARA CRIMINAL

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO 15 DIAS

Edital nº 298/2021 - autos nº 0002369-77.2019.8.16.0131

EDITAL DE CITAÇÃO DE **ERICK JUNIOR DE GOIS**

O DR. EDUARDO FAORO, MM. JUIZ DE DIREITO DA VARA CRIMINAL, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que perante o Juízo da Vara Criminal de Pato Branco, tramitam os autos de processo crime sob o nº 0002369-77.2019.8.16.0131, em que fora denunciado pelo Ministério Público, a pessoa de **ERICK JUNIOR DE GOIS**. Tendo constado dos autos que o denunciado se encontra em local incerto, pelo presente edital, com o prazo de 15 (quinze) dias, que será publicado na forma da Lei e afixado em local de costume neste Fórum, se faz a CITAÇÃO da pessoa de **ERICK JUNIOR DE GOIS**, filho de Janete Serpa de Gois, portador do RG 131145195 SSP/PR, natural de Araranguá/SC, nascido em 03/05/1996, denunciado como incurso, nas disposições do artigo art. 217-A, c/c art.226, inciso II, ambos do Código Penal, em razão de fato ocorrido em data e horários não especificados nos autos, mas no ano de 2019, sabendo se que a vítima contava com 12 anos na época dos fatos foram noticiados a autoridade policial, na Rua Carlos Fontana, nº95, bairro São João, nesta cidade e comarca, o denunciado em continuidade delitiva, dolosamente, ciente de sua ilicitude e reprovabilidade de sua conduta, visando satisfazer sua concupiscência e lascívia, prevalecendo se da vulnerabilidade da vítima Jessica D. A., constrangeu-a à prática de conjunção carnal, introduzindo seu órgão genital masculino na vagina da ofendida. De acordo com os pais da vítima, ela e o denunciado conviviam maritalmente, conforme se infere nos depoimentos contidos. Fica desde já o réu INTIMADO a responder à acusação por escrito, no prazo de 10 (dez) dias, a contar do prazo do presente edital. Dado e passado nesta Cidade de Pato Branco, PR, aos 23 de setembro de 2021. Eu, Cláudia Juliana Alberton, técnica judiciária, digitei. Eu, Fabieli Molinete Costa, chefe de secretaria, subscrevi.

EDUARDO FAORO

Juiz de Direito

COMARCA DE PATO BRANCO, ESTADO DO PARANÁ
Rua Maria Bueno, 284, Sambugaro, CEP. 85.501-560

VARA CRIMINAL

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO 15 DIAS

Edital nº 296/2021 - autos nº 0012941-29.2018.8.16.0131

EDITAL DE CITAÇÃO DE **BRUNO HENRIQUE DA SILVA DE JESUS**

O DR. EDUARDO FAORO, MM. JUIZ DE DIREITO DA VARA CRIMINAL, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que perante o Juízo da Vara Criminal de Pato Branco, tramitam os autos de processo crime sob o nº 0012941-29.2018.8.16.0131, em que fora denunciado pelo Ministério Público, a pessoa de **BRUNO HENRIQUE DA SILVA DE JESUS**. Tendo constado dos autos que o denunciado se encontra em local incerto, pelo presente edital, com o prazo de 15 (quinze) dias, que será publicado na forma da Lei e afixado em local de costume neste Fórum, se faz a CITAÇÃO da pessoa de **BRUNO HENRIQUE DA SILVA DE JESUS**, filho de Rosane Antunes da Silva e Algacir de Jesus, portador do RG 124004942 SSP/PR, natural de Clevelândia/PR, nascido em 08/07/1997, denunciado como incurso, nas disposições do artigo 394, §1º, inciso I, do Código de Processo Penal, em razão de fato ocorrido em data de No dia 8 de dezembro de 2018, por volta das 6h40min, na Rua Guarani, n.º 1154, Centro, nesta cidade e comarca de Pato Branco/PR, o denunciado **BRUNO HENRIQUE DA SILVA DE JESUS**, com consciência e vontade, com ânimo de posse definitiva, subtraiu, para si, 01 (uma) motocicleta Honda/CG 125 Titan, placa JYU-5339, (auto de exibição e apreensão de fls. 15/16), avaliada em R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais), de propriedade da vítima João Alex Marcondes da Silva. Fica desde já o réu INTIMADO a responder à acusação por escrito, no prazo de 10 (dez) dias, a contar do prazo do presente edital. Dado e passado nesta Cidade de Pato Branco, PR, aos 23 de setembro de 2021. Eu, Cláudia Juliana Alberton, técnica judiciária, digitei. Eu, Fabieli Molinete Costa, chefe de secretaria, subscrevi.

EDUARDO FAORO

Juiz de Direito

COMARCA DE PATO BRANCO, ESTADO DO PARANÁ
Rua Maria Bueno, 284, Sambugaro, CEP. 85.501-560

VARA CRIMINAL

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO - PRAZO 15 DIAS

Edital nº 297/2021 - autos nº 0008760-53.2016.8.16.0131

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE **ALDAIR PEDROSO**.

O DR. EDUARDO FAORO, MM. JUIZ DE DIREITO DA VARA CRIMINAL, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que perante o Juízo da Vara Criminal de Pato Branco, tramitam os autos de processo crime sob o nº 0008760-53.2016.8.16.0131, em que fora denunciado pelo Ministério Público, a pessoa de **ALDAIR PEDROSO**. Tendo constado dos autos que o denunciado se encontra em local incerto, pelo presente edital, com o prazo de 15 (quinze) dias, que será publicado na forma da Lei e afixado em local de costume neste Fórum, se faz a NOTIFICAÇÃO da pessoa de **ALDAIR PEDROSO**, filho de Vanderleia de Fatima Pedrosa, portador do RG nº 131730993 SSP/PR, nascido em 11/09/1994, denunciado como incurso, nas disposições do artigo art. 33 "caput", da Lei nº 11.343/06, em razão de fato ocorrido em data de 22 de junho de 2016, por volta das 15h55min, a pessoa de Zelia Marcondes compareceu na Central de Operações 3 Batalhão da Polícia Militar, e informou que seu namorado Camilo Benedito da Silva, foi até a residência do denunciado **ALDAIR PEDROSO**, na Rua Tapajós, s/n, Bairro Guarani, na cidade de Itapejara D'Oeste/PR, foi presa em flagrante delito a pessoa de Marilei Medeiros, a qual respondeu pela prática do crime de tráfico de drogas nos autos nº5725-85.2016.8.16.0131. Na ocasião a equipe policial apreendeu na residência, 03 (três) pedras de crack, pesando 18g, bem como 01 (um) tablete e 01 (uma) bucha da droga vulgarmente conhecida como "maconha", pesando 38g, conforme auto de exibição e apreensão e autos de constatação de droga. Posteriormente, a autoridade policial apurou que o denunciado **ALDAIR PEDROSO**, vulgo Daio, então companheiro de Marilei, com consciência e vontade, ciente da ilicitude e reprovabilidade de sua conduta, guardava e vendia a droga apreendida em poder da mesma, sem autorização e em desacordo com determinação legal e regulamentar, capaz de causar dependência física e psíquica. Fica desde já o réu INTIMADO a responder à acusação por escrito, no prazo de 10 (dez) dias, a contar do prazo do presente edital. Dado e passado nesta Cidade de Pato Branco, PR, aos 23 de setembro de 2021. Eu, Cláudia Juliana Alberton, técnica judiciária, digitei. Eu, Ana Paula Pereira Bitencourt, escrivã, subscrevi.

EDUARDO FAORO

Juiz de Direito

Edital de Intimação

COMARCA DE PATO BRANCO, ESTADO DO PARANÁ
Rua Maria Bueno, 284, Trevo da Guarani, Bairro Sambugaro, CEP 85501.560

VARA CRIMINAL

EDITAL DE INTIMAÇÃO - PRAZO 15 DIAS

Edital nº 306/2021 - Autos nº 0003348-15.2014.8.16.0131

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE **RAFAEL CALDART**.

O DR. EDUARDO FAORO, MM. JUIZ DE DIREITO DA VARA CRIMINAL, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que perante o Juízo da Vara Criminal de Pato Branco, tramitam os autos de processo crime sob nº 0003348-15.2014.8.16.0131 em que fora(m) condenada(s) a(s) pessoa(s) de **RAFAEL CALDART**. Tendo constado dos autos que o(s)(a)(as) sentenciado(s)(a)(as) se encontra(m) em local incerto, pelo presente edital, com o prazo de 15 (quinze) dias, que será publicado na forma da Lei e afixado em local de costume neste Fórum, se faz a INTIMAÇÃO da(s) pessoa(s) de **RAFAEL CALDART**, nascido aos 22.02.1989, em Pato Branco/PR, filho de Elizete da Silva Caldart e Luiz Caldart, RG nº 107692460 SSP/PR, para que efetue(m) o pagamento das custas processuais, no prazo de 10 (dez) dias a contar do prazo do presente edital. **ADVERTÊNCIA:** O não pagamento dos valores importará emissão de **Certidão de Crédito Judicial** a ser encaminhada a **protesto e lançamento em dívida ativa** - na forma prevista nos artigos 847 a 858 do Código de Normas do Foro Extrajudicial -, sem prejuízo da **inclusão do nome do devedor nos órgãos de proteção ao crédito**. Após o encaminhamento da Certidão de Crédito Judicial para protesto, o pagamento do débito deverá ser efetuado, exclusivamente: a) durante o tríduo previsto no art. 12 da Lei nº 9.492/1997, no Tabelionato de Protesto de Títulos competente; b) após a lavratura do protesto, por meio de guia emitida no Portal do TJPR. A baixa do protesto ocorrerá somente depois da quitação dos emolumentos e demais despesas perante o respectivo Tabelionato de Protesto de Títulos. Dado e passado nesta Cidade de Pato Branco, PR, aos 23 de setembro de 2021. Eu, Claudia Juliana Alberton, técnica judiciária, digitei. Eu, Fabieli Molinete Costa, chefe de secretaria, subscrevi. **EDUARDO FAORO**
Juiz de Direito

COMARCA DE PATO BRANCO, ESTADO DO PARANÁ

Rua Maria Bueno, 284, Trevo da Guarani, Bairro Sambugaro, CEP 85501.560

VARA CRIMINAL

EDITAL DE INTIMAÇÃO - PRAZO 15 DIAS

Edital nº 304/2021 - Autos nº 0000004-50.2019.8.16.0131

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE **JEFERSON DA SILVA**.

O DR. EDUARDO FAORO, MM. JUIZ DE DIREITO DA VARA CRIMINAL, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que perante o Juízo da Vara Criminal de Pato Branco, tramitam os autos de processo crime sob nº 0000004-50.2019.8.16.0131 em que fora(m) condenada(s) a(s) pessoa(s) de **JEFERSON DA SILVA**. Tendo constado dos autos que o(s)(a)(as) sentenciado(s)(a)(as) se encontra(m) em local incerto, pelo presente edital, com o prazo de 15 (quinze) dias, que será publicado na forma da Lei e afixado em local de costume neste Fórum, se faz a INTIMAÇÃO da(s) pessoa(s) de **JEFERSON DA SILVA**, nascido aos 01.10.1997, em Pato Branco/PR, filho Loreni Alves Ferreira e Leandro D'Ávila da Silva, RG nº 131102631 SSP/PR, para que efetue(m) o pagamento das custas processuais, no prazo de 10 (dez) dias a contar do prazo do presente edital. **ADVERTÊNCIA:** O não pagamento dos valores importará emissão de **Certidão de Crédito Judicial** a ser encaminhada a **protesto e lançamento em dívida ativa** - na forma prevista nos artigos 847 a 858 do Código de Normas do Foro Extrajudicial -, sem prejuízo da **inclusão do nome do devedor nos órgãos de proteção ao crédito**. Após o encaminhamento da Certidão de Crédito Judicial para protesto, o pagamento do débito deverá ser efetuado, exclusivamente: a) durante o tríduo previsto no art. 12 da Lei nº 9.492/1997, no Tabelionato de Protesto de Títulos competente; b) após a lavratura do protesto, por meio de guia emitida no Portal do TJPR. A baixa do protesto ocorrerá somente depois da quitação dos emolumentos e demais despesas perante o respectivo Tabelionato de Protesto de Títulos. Dado e passado nesta Cidade de Pato Branco, PR, aos 23 de setembro de 2021. Eu, Claudia Juliana Alberton, técnica judiciária, digitei. Eu, Fabieli Molinete Costa, chefe de secretaria, subscrevi. **EDUARDO FAORO**
Juiz de Direito

COMARCA DE PATO BRANCO, ESTADO DO PARANÁ

Rua Maria Bueno, 284, Trevo da Guarani, Bairro Sambugaro, CEP 85501.560

VARA CRIMINAL

EDITAL DE INTIMAÇÃO - PRAZO 15 DIAS

Edital nº 305-2021 - Autos nº 0002064-59.2020.8.16.0131

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE **LUIZ HENRIQUE CHAVES**

O DR. EDUARDO FAORO, MM. JUIZ DE DIREITO DA VARA CRIMINAL, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que perante o Juízo da Vara Criminal de Pato Branco, tramitam os autos de processo crime sob nº 0002064-59.2020.8.16.0131 em que fora(m) condenada(s) a(s) pessoa(s) de **LUIZ HENRIQUE CHAVES**. Tendo constado dos autos que o(s)(a)(as) sentenciado(s)(a)(as) se encontra(m) em local incerto, pelo presente edital, com o prazo de 15 (quinze) dias, que será publicado na forma da Lei e afixado em local de costume neste Fórum, se faz a INTIMAÇÃO da(s) pessoa(s) de **LUIZ HENRIQUE CHAVES**, nascido aos 15.04.1993, em Pato Branco/PR, filho de Leacir Valendorf

Chaves e Francisco Szabraum, RG nº 108181869 SSP/PR, para que efetue(m) o pagamento das custas processuais, no prazo de 10 (dez) dias a contar do prazo do presente edital. **ADVERTÊNCIA:** O não pagamento dos valores importará emissão de **Certidão de Crédito Judicial** a ser encaminhada a **protesto e lançamento em dívida ativa** - na forma prevista nos artigos 847 a 858 do Código de Normas do Foro Extrajudicial -, sem prejuízo da **inclusão do nome do devedor nos órgãos de proteção ao crédito**. Após o encaminhamento da Certidão de Crédito Judicial para protesto, o pagamento do débito deverá ser efetuado, exclusivamente: a) durante o tríduo previsto no art. 12 da Lei nº 9.492/1997, no Tabelionato de Protesto de Títulos competente; b) após a lavratura do protesto, por meio de guia emitida no Portal do TJPR. A baixa do protesto ocorrerá somente depois da quitação dos emolumentos e demais despesas perante o respectivo Tabelionato de Protesto de Títulos. Dado e passado nesta Cidade de Pato Branco, PR, aos 23 de setembro de 2021. Eu, Claudia Juliana Alberton, técnica judiciária, digitei. Eu, Fabieli Molinete Costa, chefe de secretaria, subscrevi.

EDUARDO FAORO

Juiz de Direito

COMARCA DE PATO BRANCO, ESTADO DO PARANÁ

Rua Maria Bueno, 284, Bairro Sambugaro, CEP. 85.501.560

VARA CRIMINAL

EDITAL DE INTIMAÇÃO

Edital nº 295/2021 - Autos nº 4000175-65.2021.8.16.0131

O DR. EDUARDO FAORO, JUIZ DE DIREITO DA VARA CRIMINAL, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

PRAZO: 15 dias

O DR. EDUARDO FAORO, JUIZ DE DIREITO DA VARA DE EXECUÇÕES EM MEIO ABERTO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, **FAZ SABER** a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que perante o Juízo da Vara Criminal de Pato Branco, tramitam os autos de Execução de Pena sob nº 4000175-65.2021.8.16.0131 em que consta como sentenciado(a) a pessoa de **JEFERSON DA SILVA**. Tendo constado dos autos que o (a) apenado(a) se encontra em local incerto, pelo presente edital, com o prazo de 15 (quinze) dias, que será publicado na forma da Lei e afixado em local de costume neste Fórum, se faz a INTIMAÇÃO da pessoa de **JEFERSON DA SILVA**, nascido(a) aos 01/10/1997, natural de Pato Branco/PR, filho(a) de Loreni Alves Ferreira e Leandro D'Ávila da Silva, para que compareça à audiência de admonitória a ser realizada na data de 06 de dezembro de 2021, às 13h30min, na sala de audiências da Vara Criminal nesta Comarca. Dado e passado nesta da Cidade de Pato Branco-PR, aos 23 de setembro de 2021. Eu, (Karine Kleimpaul), Técnica Judiciária, digitei. Eu, (Fabieli Molinete Costa), Chefe de Secretaria, subscrevi.

EDUARDO FAORO

Juiz de Direito

COMARCA DE PATO BRANCO, ESTADO DO PARANÁ

VARA CRIMINAL

Rua Maria Bueno, 284, Sambugaro, CEP. 85.501-560

EDITAL DE INTIMAÇÃO - PRAZO 60 DIAS

Edital nº 294/2021

Autos nº 0008900-82.2019.8.16.0131

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA DA(o)(as)(os) RÉ(u)(s) JACKSON SIMIONI DIAS

O DR. EDUARDO FAORO, MM. JUIZ SUBSTITUTO DE DIREITO DA VARA CRIMINAL, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que perante o Juízo da Vara Criminal de Pato Branco/PR, tramitam os autos de processo crime sob o nº 0008900-82.2019.8.16.0131, em que fora(am) denunciado(s)(a)(as) pelo Ministério Público, a(s) pessoa(s) de JACKSON SIMIONI DIAS. Constando dos autos que o(s)(a)(as) sentenciado(s)(a)(as), encontra(m)-se em local incerto, pelo presente edital, com o prazo de 60 (sessenta) dias, que será publicado na forma da Lei e afixado em local de costume neste Fórum, se faz a INTIMAÇÃO da(s) pessoa(s) de JACKSON SIMIONI DIAS, filho de Débora Simioni Dias e José Sérgio Dias, de que por sentença deste Juízo, datada de 04/08/2021, foi extinta a punibilidade do réu, pela prescrição punitiva, com base no artigo 30, da Lei nº 11.343/06 c/c art. 107, inciso IV do Código Penal. Fica identificado o réu que, querendo, poderá interpor recurso no prazo de 05 (cinco) dias a contar do prazo do presente edital. Dado e passado nesta Comarca de Pato Branco/PR, aos 9 de setembro de 2021. Eu, Claudia Juliana Alberton, técnica judiciária, digitei. Eu, Fabieli Molinete Costa, Chefe de Secretaria, subscrevi.

EDUARDO FAORO

Juiz de Direito

COMARCA DE PATO BRANCO, ESTADO DO PARANÁ

VARA CRIMINAL

Rua Maria Bueno, 284, Sambugaro, CEP. 85.501-560

EDITAL DE INTIMAÇÃO - PRAZO 60 DIAS

Edital nº 308/2021

Autos nº 0012213-90.2015.8.16.0131

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA CONDENATÓRIA DO(o)(as)(os) RÉ(u)(s) **FRANCISCO CAVALHEIRO**.

A DRA. DANIELA MARIA KRÜGER, MM. JUIZA DE DIREITO SUBSTITUTA DA VARA CRIMINAL, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que perante o Juízo da Vara Criminal de Pato Branco/PR, tramitam os autos de processo crime sob o nº 0012213-90.2015.8.16.0131, em que fora(am) denunciado(s)(a)(as) pelo Ministério Público, a(s) pessoa(s) de **FRANCISCO CAVALHEIRO**. Constando dos autos que o(s)(a)(as) sentenciado(s)(a)(as), encontra(m)-se em local incerto, pelo presente edital, com o prazo de 60 (sessenta) dias, que será publicado na forma da Lei e afixado em local de costume neste Fórum, se faz a INTIMAÇÃO da(s) pessoa(s) de FRANCISCO CAVALHEIRO, nascido aos 04.08.1945, em Faxinal dos Guedes/SC, filho de Jesus Santana e Belarmino Alves Cavalheiro, de que por sentença deste Juízo, datada de 21/09/2021, julgando improcedente a pretensão punitiva exposta na denúncia, absolvendo o réu. Fica cientificado o réu que, querendo, poderá interpor recurso no prazo de 05 (cinco) dias a contar do prazo do presente edital. Dado e passado nesta Comarca de Pato Branco/PR, aos 23 de setembro de 2021. Eu, Claudia Juliana Alberton, técnica judiciária, digitei. Eu, Fabieli Molinete Costa, chefe de secretaria, subscrevi.

DANIELA MARIA KRÜGER

Juíza de Direito Substituta

COMARCA DE PATO BRANCO, ESTADO DO PARANÁ

VARA CRIMINAL

Rua Maria Bueno, 284, Sambugaro, CEP. 85.501-560

EDITAL DE INTIMAÇÃO - PRAZO 60 DIAS

Edital nº 309/2021

Autos nº 0012868-91.2017.8.16.0131

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA CONDENATÓRIA DA(o)(as)(os) RÉ(u)(s) **ANA CLAUDIA ANTONIOLLI**.

O DR. EDUARDO FAORO, MM. JUIZ SUBSTITUTO DE DIREITO DA VARA CRIMINAL, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que perante o Juízo da Vara Criminal de Pato Branco/PR, tramitam os autos de processo crime sob o nº 0012868-91.2017.8.16.0131, em que fora(am) denunciado(s)(a)(as) pelo Ministério Público, a(s) pessoa(s) de ANA CLAUDIA ANTONIOLLI. Constando dos autos que o(s)(a)(as) sentenciado(s)(a)(as), encontra(m)-se em local incerto, pelo presente edital, com o prazo de 60 (sessenta) dias, que será publicado na forma da Lei e afixado em local de costume neste Fórum, se faz a INTIMAÇÃO da(s) pessoa(s) de ANA CLAUDIA ANTONIOLLI, nascida aos 26.02.1987, em Mogi das Cruzes/SP, filha de Edite Marilene Antonioli e Lair Gotardo Antonioli, de que por sentença deste Juízo, datada de 21/09/2021, com pena definitiva de 02 (dois) meses de detenção, que houve substituição condicional, tendo em vista que a ré preenche os requisitos previstos no artigo 44 do Código Penal, suspendo a execução da pena, por 02 (dois) anos, mediante o cumprimento das seguintes condições pela ré: a) não frequentar bares, casas de jogos e de prostituição; b) não mudar de residência e não se ausentar da cidade onde reside por prazo superior a 08 (oito) dias, sem prévia autorização judicial; c) apresentar-se mensalmente em Juízo, dando conta de suas atividades. Fica cientificado o réu que, querendo, poderá interpor recurso no prazo de 05 (cinco) dias a contar do prazo do presente edital. Dado e passado nesta Comarca de Pato Branco/PR, aos 23 de setembro de 2021. Eu, Claudia Juliana Alberton, técnica judiciária, digitei. Eu, Fabieli Molinete Costa, chefe de secretaria, subscrevi.

EDUARDO FAORO

Juiz de Direito

COMARCA DE PATO BRANCO, ESTADO DO PARANÁ

Rua Maria Bueno, 284, Trevo da Guarani, Bairro Sambugaro, CEP 85501.560

VARA CRIMINAL**EDITAL DE INTIMAÇÃO - PRAZO 15 DIAS**

Edital nº 307/2021 - Autos nº 0008720-71.2016.8.16.0131

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADENILSON DA SILVA.

O DR. EDUARDO FAORO, MM. JUIZ DE DIREITO DA VARA CRIMINAL, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que perante o Juízo da Vara Criminal de Pato Branco, tramitam os autos de processo crime sob o nº 0008720-71.2016.8.16.0131 em que fora(m) condenada(s) a(s) pessoa(s) de **ADENILSON DA SILVA**. Tendo constado dos autos que o(s)(a)(as) sentenciado(s)(a)(as) se encontra(m) em local incerto, pelo presente edital, com o prazo de 15 (quinze) dias, que será publicado na forma da Lei e afixado em local de costume neste Fórum, se faz a INTIMAÇÃO da(s) pessoa(s) de **ADENILSON DA SILVA**, nascido aos 20.03.1988, em Palmas/PR, filho de Joraci Lemes da Silva e Jose Sodre da Silva, RG nº 135572411 SSP/PR, para que efetue(m) o

pagamento das custas processuais, no prazo de 10 (dez) dias a contar do prazo do presente edital. **ADVERTÊNCIA:** O não pagamento dos valores importará emissão de **Certidão de Crédito Judicial** a ser encaminhada a **protesto e lançamento em dívida ativa** - na forma prevista nos artigos 847 a 858 do Código de Normas do Foro Extrajudicial -, sem prejuízo da **inclusão do nome do devedor nos órgãos de proteção ao crédito**. Após o encaminhamento da Certidão de Crédito Judicial para protesto, o pagamento do débito deverá ser efetuado, exclusivamente: a) durante o tríduo previsto no art. 12 da Lei nº 9.492/1997, no Tabelionato de Protesto de Títulos competente; b) após a lavratura do protesto, por meio de guia emitida no Portal do TJPR. A baixa do protesto ocorrerá somente depois da quitação dos emolumentos e demais despesas perante o respectivo Tabelionato de Protesto de Títulos. Dado e passado nesta Cidade de Pato Branco, PR, aos 23 de setembro de 2021. Eu, Claudia Juliana Alberton, técnica judiciária, digitei. Eu, Fabieli Molinete Costa, chefe de secretaria, subscrevi.

EDUARDO FAORO

Juiz de Direito

PINHÃO

VARA CÍVEL, DA FAZENDA PÚBLICA, ACIDENTES DO TRABALHO, REGISTROS PÚBLICOS E CORREGEDORIA DO FORO EXTRAJUDICIAL

Edital de Citação

Autos nº. 0003682-98.2018.8.16.0134

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁCOMARCA DE PINHÃOVARA CÍVEL E ANEXOS

EDITAL DE CITAÇÃO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS REQUERIDO(S): **MOISES BASSANI**, EVENTUAIS INTERESSADOS AUSENTES, INCERTOS E DESCONHECIDOS E EVENTUAIS HERDEIROS

O MM. Juiz de Direito, Doutor GABRIEL LEÃO DE OLIVEIRA, FAZ SABER aos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que por este Juízo processam-se os Autos nº. 0003682-98.2018.8.16.0134 de AÇÃO DE AÇÃO DE EXECUÇÃO, em que é **exequente ZEAGRO COMERCIAL AGRÍCOLA LTDA. (CNPJ 00.567.480/0001-77)** e **executado MOISES BASSANI (CPF 611.926.279-20)**, tendo como valor da causa R\$ 53.831,13 (cinquenta e três mil, oitocentos e trinta e um reais e treze centavos), cuja ação se refere aos seguintes títulos executivos: - DPL nº 16.402 - vencimento em 30/04/2017 - R\$ 1.400,00 (mil e quatrocentos reais); - DPL nº 16.634 - vencimento em 30/04/2017 - R\$ 1.742,00 (mil setecentos e quarenta e dois reais); - DPL nº 16.883 - vencimento em 30/04/2017 - R\$ 700,00 (setecentos reais); - DPL nº 16.939 - vencimento em 30/04/2017 - R\$ 9.840,00 (nove mil oitocentos e quarenta reais); - DPL nº 17.136 - vencimento em 30/04/2017 - R\$ 2.542,50 (dois mil quinhentos e quarenta e dois reais e cinquenta centavos); - DPL nº 17.137 - vencimento em 30/04/2017 - R\$ 700,00 (setecentos reais); - DPL nº 17.269 - vencimento em 30/04/2017 - R\$ 2.735,00 (dois mil setecentos e trinta e cinco reais); - DPL nº 17.386 - vencimento em 30/04/2017 - R\$ 5.237,50 (cinco mil duzentos e trinta e sete reais e cinquenta centavos); - DPL nº 17.518 - vencimento em 30/04/2017 - R\$ 1.510,00 (mil quinhentos e dez reais); - DPL nº 17.673 - vencimento em 30/04/2017 - R\$ 3.532,00 (três mil quinhentos e trinta e dois reais); - DPL nº 17.886 - vencimento em 30/04/2017 - R\$ 2.280,00 (dois mil quinhentos e oitenta reais); - DPL nº 17.980 - vencimento em 30/04/2017 - R\$ 1.680,00 (mil seiscentos e oitenta reais); - DPL nº 18.021 - vencimento em 30/04/2017 - R\$ 2.245,00 (dois mil duzentos e quarenta e cinco reais); - DPL nº 18.028 - vencimento em 30/04/2017 - R\$ 154,00 (cento e cinquenta e quatro reais); - DPL nº 18.045 - vencimento em 30/04/2017 - R\$ 1.156,00 (mil cento e cinquenta e seis reais); - DPL nº 18.065 - vencimento em 30/04/2017 - R\$ 1.207,00 (mil duzentos e sete reais), ficando o(s) requerido(s) **MOISES BASSANI**, atualmente em local desconhecido, devidamente citado para querendo responder aos termos da ação, no prazo de 15 (quinze) dias, conforme artigo 335 do NCPC, sob pena, de não o fazendo, ser considerado revel (artigo 344 do NCPC), de conformidade com o despacho adiante transcrito: Despacho mov. 100.1: "Diante das tentativas frustradas de citação do executado, defiro o pedido de citação por edital (mov. 97.1), com prazo de 60 (sessenta) dias, conforme o artigo 257 do Código de Processo Civil. Deverá constar do edital a advertência de que será nomeado curador especial em caso de revelia. Não havendo as ferramentas previstas no artigo 257, II, do Código de Processo Civil, a publicação do edital pela Serventia será feita por afixação do mesmo no quadro de avisos da vara e no Diário Oficial. Caberá à parte exequente comprovar a publicação do edital em jornal local no prazo de 30 (trinta) dias, conforme o artigo 257, parágrafo único, do Código de Processo Civil. Estando em ordem a citação por edital, e esgotado o prazo de 60 (sessenta) dias, nomeio o **Dr. Denilson José de Oliveira Júnior (OAB/PR 66.746)** para apresentar eventual defesa no prazo de 15 (quinze) dias. Com o transcurso do prazo, cumpra-se conforme determinado no mov. 14.1. Oportunamente, intime-se a

exequente para que se manifeste quanto a satisfação do débito exequendo, em 10 (dez) dias. Intimações e diligências necessárias". Advertência: Se o réu não contestar a ação, será nomeado curador especial em caso de revelia. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Pinhão, Estado do Paraná, aos vinte e quatro dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e um (24/09/2021). Eu, Angelo Ricardo Tesseroli, Analista Judiciário, Chefe de Secretaria, digitei e assino digitalmente.

FORO REGIONAL DE PIRAQUARA DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA

VARA CÍVEL E DA FAZENDA PÚBLICA

Edital de Citação

EDITAL DE CITAÇÃO COM O PRAZO DE TRINTA (30) DIAS, DE Espólio de Rosa Leondina dos Santos Panek representado(a) por BERENICE PANEK KAVISKI, Belcriz Panek, BERNADETE OLIVIA PANEK, Beatriz Panek Nowakowski, CARLOS HENRIQUE PANEK, Espólio de Henrique Panek representado(a) por BERENICE PANEK KAVISKI, Belcriz Panek, BERNADETE OLIVIA PANEK, Beatriz Panek Nowakowski, CARLOS HENRIQUE PANEK, , RÉUS EM LUGAR INCERTO E DE EVENTUAIS INTERESSADOS AUSENTES, INCERTOS E DESCONHECIDOS E SEUS RESPECTIVOS CÔNJUGES SE CASADOS FOREM OU HERDEIROS OU SUCESSORES;

Para que tome(m) conhecimento da presente ação de Usucapião, nº 0005262-27.2008.8.16.0034, que tramita na Vara Cível do Foro Regional de Piraquara da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, situada na Rua Alexandre Gugelmin, 92, Vila Juliana - Piraquara/PR CEP: 83306-090, em que figura(m) como parte autora LUCIANA BATISTA LEITE JACINTO, VILMAR JACINTO, , e como parte requerida Rosa Leondina dos Santos Panek, Henrique Panek, . Para que fique CITADO e caso queira(m), apresente(m) resposta e indique as provas que intenciona(m) produzir, no prazo legal de quinze (15) dias, através de advogado, sob pena de serem presumidos como verdadeiros os fatos alegados pelo autor (artigo 335 a 343 do CPC). Em caso de revelia, será nomeado curador especial. O(s) requerente(s) alega(m) que são possuidores de " Um terreno situado nesta cidade de Piraquara, estado do Paraná, loteamento denominado Guarituba, quadra 75, lote 026A, localizada na rua Hortências distando 1.893,86m do Rio Piraquara, com as coordenadas UTM, Datum SAD 69 N: 7183088,55 e E: 687516,65; com as seguintes medidas e confrontações: Frente ao Norte para a rua Hortências, medindo 23,60metros; na lateral direita de quem da rua Hortências olha o imóvel, ao Oeste, medindo 11,20metros, confrontando com o lote 026; na lateral esquerda de quem da rua Hortências olha o imóvel, ao Leste medindo 11,16metros, confrontando com o lote 027; fazendo travessão dos fundos, ao Sul, medindo 23,60metros, confrontando com o lote 025; o referido terreno contém a área total de 263,69m2(duzentos e sessenta e três metros quadrados). " e atribuem à causa o valor de R\$ 1.000,00(...). CUMPRASE, NA FORMA E SOB AS PENAS DA LEI. Piraquara, Estado do Paraná, 24 de setembro de 2021. Eu, Anna Kristhine Knapp, Técnico(a) Judiciário(a), o digitei e subscrevi.

Maria Teresa Thomaz Juíza de Direito

PONTA GROSSA

1ª VARA CRIMINAL

Edital de Citação

EDITAL DE CITAÇÃO

Prazo: 15 (quinze) dias

Autos de Ação Penal nº. 0041557-25.2019.8.16.0019

Denunciada: Helen Tatiane Prado da Silva

O Doutor Luiz Carlos Fortes Bittencourt, M.M. Juiz de Direito da 1ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE PONTA GROSSA, ESTADO DO PARANÁ, FAZ SABER que, pelo presente edital, expedido nos autos de Ação Penal Procedimento Sumário, registrado sob o nº 0041557-25.2019.8.16.0019, desta 1ª Vara Criminal de Ponta Grossa, **fica Helen Tatiane Prado da Silva**, brasileira, solteira, portadora do RG n.º 10.528.494-2/PR, nascida em 18/09/1993, natural de Ponta Grossa/PR, filha de Francisco Rene

Santa da Silva e Leoni do Prado Pereira, atualmente em local incerto e não sabido **CITADA para, no prazo de 10 (dez) dias, responder, por escrito, à acusação de prática dos seguintes fatos:** "No dia 1.º de outubro de 2017, por volta das 1h45m (1.2), na residência localizada na Rua Visconde do Araguaia, n.º 953, Uvaranas, neste Município e Comarca de Ponta Grossa/PR, os denunciados Helen Tatiane e Aguinaldo, junto com a pessoa de Fabiano Monteiro Antunes, em união de desígnios, com consciência e vontade livres, tentaram matar a vítima Valdinei Antônio Mereghe por meio de disparos de arma de fogo na região do tórax da vítima (ver boletim de ocorrência de mov. 1.1 e termos de depoimento de mov. 1.2, 1.5, 1.15 e 13.4 e auto de interrogatório de mov. 1.7). Helen Tatiane mandou e organizou a prática do fato acima enquanto Aguinaldo foi o responsável por transportar Fabiano Monteiro Antunes até o local dos fatos (ver boletim de ocorrência de mov. 1.1 e termos de depoimento de mov. 1.2, 1.5, 1.15 e 13.4 e auto de interrogatório de mov. 1.7). Helen Tatiane e Aguinaldo apenas não consumaram o objetivo de matar a vítima Valdinei Antônio em virtude de circunstâncias alheias às suas vontades, correspondente ao fato da vítima ter recebido pronto atendimento médico e correspondente ao fato da vítima ter conseguido desarmar a pessoa de Fabiano Monteiro Antunes (ver boletim de ocorrência de mov. 1.1 e termos de depoimento de mov. 1.2). O crime foi praticado por motivo torpe correspondente ao fato de Valdinei não transferir seus bens para o nome de Helen Tatiane (ver boletim de ocorrência de mov. 1.1 e termos de depoimento de mov. 1.2, 1.5, 1.15 e 13.4 e auto de interrogatório de mov. 1.7). Além disso, o crime foi praticado mediante recurso que dificultou a defesa da vítima, pois os denunciados, armados com arma de fogo e em superioridade numérica, surpreenderam a vítima, desarmada, em sua residência durante a madrugada, o que diminuiu as chances de defesa dessa (ver boletim de ocorrência de mov. 1.1 e termos de depoimento de mov. 1.2, 1.5, 1.15 e 13.4 e auto de interrogatório de mov. 1.7). "Ao agir assim, Helen Tatiane e Aguinaldo praticaram, em tese, o fato punível previsto no tipo do artigo 121, §2.º, incisos I (motivo torpe) e IV (recurso que dificultou a defesa da vítima), do Código Penal, combinado com art. 14, inciso II, ambos do Código Penal, na forma do artigo 29, caput, do Código Penal. E, para que chegue ao conhecimento de todos, e não se alegue ignorância, determinou o MM. Juiz que se expedisse o presente edital, com prazo de 15 (quinze) dias a contar de sua publicação no Diário da Justiça eletrônico do Estado do Paraná. Eu, Amanda Moreira, Estagiária de Direito, digitei. E, eu, Bianca Stocco Nicoli, Técnica Judiciária, conferi.

Ponta Grossa, 23 de setembro de 2021.

Assinado Digitalmente

LUIZ CARLOS FORTES BITTENCOURT

Juiz de Direito

Edital de Intimação

EDITAL DE INTIMAÇÃO PARA PAGAMENTO DA PENA DE MULTA

Prazo: 90 (noventa) dias

Autos de Ação Penal nº. 0024922-08.2015.8.16.0019

Réu: Luiz Leopoldo Hohmann

A Doutora Laryssa Angelica Copack Muniz, MM. Juíza de Direito da Primeira Vara Criminal e Tribunal do Júri da Comarca de Ponta Grossa, Estado do Paraná, FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem, com o prazo de 10 (dez) dias, ou dele conhecimento tiverem, que não tendo sido possível intimar pessoalmente o sentenciado: **LUIZ LEOPOLDO HOHMANN**, brasileiro, caminhoneiro, portador da CIRG nº 1.173.134-1 SSP/PR, inscrito no CPF nº 244.848.579-87, nascido em 15/02/1945, natural de Irati/PR, filho de Madalena Lourenço Hohmann e Henrique Hohmann, atualmente em lugar não sabido, pelo presente fica devidamente intimado:

1. Para efetuar o pagamento da pena de multa (valor de R\$ 322,89), **no prazo de 10 dias**, cujas guias poderão ser solicitadas através do e-mail E-mail 1ª Vara: pg-5vj-e@tjpr.jus.br ou pelo WhatsApp: (42) 9.9866-3254.
2. De que a multa deve ser paga dentro de 10 (dez) dias depois de transitada em julgado a sentença **e que a requerimento do condenado e conforme as circunstâncias, o juiz pode permitir que o pagamento se realize em parcelas mensais**, sendo que o inadimplemento ocasionará a inscrição em dívida ativa do Fundo Penitenciário do Paraná (pena de multa) e no Fundo da Justiça (custas processuais). Fica o apenado intimado de que o não pagamento de três prestações, sucessivas ou alternadas, implicará o vencimento antecipado da dívida total com posterior comunicação ao Fupen para as providências necessárias.
3. O (a) apenado(a) deverá entrar em contato com o cartório da 1ª vara Criminal, no prazo de 10 (dez) dias, e informar sobre a existência de endereço eletrônico (e-mail) ou número de aplicativo de recebimento de mensagens instantâneas para encaminhamento de boletos de pagamentos, ou esclarecer a impossibilidade de obtê-las.
4. De que, caso não informe e-mail ou número de aplicativo de recebimento de mensagens instantâneas, deverá solicitar à secretaria, no prazo previsto no caput, a emissão dos boletos para pagamento.
5. De que, não havendo informação de e-mail ou de número de aplicativo de recebimento de mensagens instantâneas, nem solicitação para emissão do boleto, este será emitido pela secretaria após o decurso do prazo apontado pelo sistema Projudi.
6. De que o inadimplemento da pena de multa implicará na execução do valor devido, nos termos da Instrução Normativa 65/2021 - CGJ-TJ-PR.

Para que todos saibam e ninguém possa alegar ignorância, é expedido o presente edital, que será publicado afixado no átrio do Fórum local, conforme a Lei. Eu, Amanda Moreira, Estagiária de Direito, o digitei; e eu, Jesuel Mendes de Lima, Analista Judiciário, conferi.

Ponta Grossa, 20 de setembro de 2021.

Assinado Digitalmente

LARYSSA ANGELICA COPACK MUNIZ

Juiz de Direito

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA

PRAZO: 90 (NOVENTA) DIAS

Autos de Ação Penal nº. 0017939-56.2016.8.16.0019

Sentenciado: Douglas William Carvalho

A Doutora Laryssa Angelica Copack Muniz, MM. Juíza de Direito da Primeira Vara Criminal e Tribunal do Júri da Comarca de Ponta Grossa, Estado do Paraná, FAZ SABER pelo presente edital, com o prazo de 90 (noventa) dias, que não tendo sido possível intimar pessoalmente **Douglas William Carvalho**, brasileiro, pintor, portador da CIRG nº10.383.930-0 SSP/PR, inscrito no CPF nº071.542.819-52, nascido em 23/01/1987, natural de Ponta Grossa/PR, filho de Alcindo Alves Carvalho e Lindamir da Aparecida Carvalho, atualmente em lugar não sabido, pelo presente fica devidamente intimado do inteiro teor da **sentença condenatória** (movimento 83.1 dos autos mencionados). **Deve o sentenciado comparecer perante o Cartório deste Juízo, no prazo de 05 (cinco) dias, para apresentar comprovante de residência, bem como para dizer se pretende recorrer da sentença**, do teor seguinte:

"(...) À vista do exposto, JULGO PROCEDENTE a pretensão punitiva estatal, a fim de condenar DOUGLAS WILLIAM CARVALHO nas sanções do art. 180, caput, do Código Penal. (...) fixo a pena definitiva do réu em 1 ano de reclusão. Atentando para o critério da proporcionalidade entre a pena privativa de liberdade e a pena de multa (fixada no mínimo legal), fixo esta última em 10 dias-multa. Diante da ausência de elementos concretos quanto à situação econômica do réu, fixo o valor do dia-multa em 1/30 (um trigésimo) do salário mínimo vigente à época dos fatos, corrigidos monetariamente na data do pagamento. Fixo o regime aberto para o cumprimento da pena, tendo em vista o quantum fixado, nos termos do art. 33, § 2º, "c", do Código Penal. Estabeleço as condições do art. 115 da Lei nº 7.210/1984 (gerais e obrigatórias) para cumprimento da pena, além de outras a serem fixadas oportunamente na audiência admonitória. Uma vez presentes os requisitos do art. 44, incs. I, II e III, do Código Penal, substituo a pena privativa de liberdade por uma pena restritiva de direitos, consistente na prestação pecuniária no valor de 1 salário mínimo vigente à época dos fatos, em favor do Conselho da Comunidade local, nos termos do art. 45, § 1.º, do Código Penal. Sendo possível a substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos, não há que se considerar a suspensão condicional da pena, nos termos do art. 77, inc. III, do Código Penal. (...) O réu permanecerá em liberdade, por decorrência lógica do regime prisional fixado e da substituição da pena privativa de liberdade por restritivas de direitos. Isento o réu do pagamento das custas e despesas processuais, eis que assistido pela Defensoria Pública. Transitado em julgado, expeça-se guia de recolhimento. No que se refere ao bem apreendido, intime-se o proprietário registral a respeito do interesse na restituição (informações existentes no doc. de mov. 7.10). Oportunamente, comunique-se ao Cartório Distribuidor, à Delegacia de Origem, ao Instituto de Identificação e ao Tribunal Regional Eleitoral. Ciência à vítima. Cumpram-se demais determinações do Código de Normas. (...) Para que todos saibam e ninguém possa alegar ignorância, é expedido o presente edital, que será publicado na imprensa competente e afixado no átrio do Fórum local, conforme a Lei. Ponta Grossa (PR), 30 de agosto de 2021. Eu, Amanda Moreira, Estagiária de Direito, o digitei; e eu, Bianca Stocco Nicoli, Técnica Judiciária, conferi.

Ponta Grossa, 23 de setembro de 2021.

Assinado Digitalmente

LARYSSA ANGELICA COPACK MUNIZ

Juiz de Direito

EDITAL DE INTIMAÇÃO

Prazo: 10 (dez) dias

Autos de Ação Penal nº. 0044249-65.2017.8.16.0019

Sentenciada: JENNYFER YASMIN DE FÁTIMA PADILHA

O Doutor LUIZ CARLOS FORTES BITTENCOURT, MM. Juiz de Direito da Primeira Vara Criminal e Tribunal do Júri da Comarca de Ponta Grossa, Estado do Paraná, FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem, com o prazo de 10 (dez) dias, ou dele conhecimento tiverem, que não tendo sido possível intimar pessoalmente a sentenciada: **JENNYFER YASMIN DE FÁTIMA PADILHA**, brasileira, portadora da CIRG nº14.535.500-1 SSP/PR, inscrito no CPF nº122.394.229-55, nascida aos 07/08/1997, natural de Ponta Grossa/PR, filha de Luciana de Fátima Padilha atualmente em lugar não sabido, pelo presente fica devidamente intimada:

1. Para efetuar o pagamento das custas processuais no valor de R\$ 345,42 e da pena de multa no valor de R\$ 431,48, conforme a conta que segue anexa, no prazo de 10 dias e também CIENTIFICAR que as guias de recolhimento podem ser retiradas em qualquer serventia do Estado do Paraná.

2. De que a multa deve ser paga dentro de 10 (dez) dias depois de transitada em julgado a sentença **e que a requerimento do condenado e conforme as circunstâncias, o juiz pode permitir que o pagamento se realize em parcelas mensais**, sendo que o inadimplemento ocasionará a inscrição em dívida ativa do Fundo Penitenciário do Paraná (pena de multa) e no Fundo da Justiça (custas processuais). Fica o apenado intimado de que o não pagamento de três prestações, sucessivas ou alternadas, implicará o vencimento antecipado da dívida total com posterior comunicação ao Fupen para as providências necessárias.
3. O (a) apenado(a) deverá entrar em contato com o cartório da 1ª vara Criminal, no prazo de 10 (dez) dias, e informar sobre a existência de endereço eletrônico (e-mail) ou número de aplicativo de recebimento de mensagens instantâneas para encaminhamento de boletos de pagamentos, ou esclarecer a impossibilidade de obtê-las.
4. De que, caso não informe e-mail ou número de aplicativo de recebimento de mensagens instantâneas, deverá solicitar à secretaria, no prazo previsto no caput, a emissão dos boletos para pagamento.
5. De que, não havendo informação de e-mail ou de número de aplicativo de recebimento de mensagens instantâneas, nem solicitação para emissão do boleto, este será emitido pela secretaria após o decurso do prazo apontado pelo sistema Projudi.
6. De que o inadimplemento das custas ocasionará a emissão de Certidão de Crédito Judicial - CCJ, o protesto do valor devido e o lançamento em dívida ativa, sem prejuízo da inclusão do nome do(a) devedor(a) nos órgãos de proteção ao crédito.

Para que todos saibam e ninguém possa alegar ignorância, é expedido o presente edital, que será publicado afixado no átrio do Fórum local, conforme a Lei. Eu, Amanda Moreira, Estagiária de Direito, o digitei; e eu, Bianca Stocco Nicoli, Técnica Judiciária, conferi.

Ponta Grossa, 23 de setembro de 2021.

Assinado Digitalmente

LUIZ CARLOS FORTES BITTENCOURT

Juiz de Direito

2ª VARA CRIMINAL

Edital de Intimação

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO
PARANÁ
COMARCA DE PONTA GROSSA
2ª VARA CRIMINAL DE PONTA GROSSA -
PROJUDI
Rua Doutor Leopoldo Guimarães da Cunha,
590 - Oficinas - Ponta Grossa/PR - CEP:
84.035-310 - Fone: (42) 3309-1600 - E-mail:
pg-6vj-s@tjpr.jus.br

EDITAL DE INTIMAÇÃO

Autos nº. 0033399-78.2019.8.16.0019

PRAZO: 15 DIAS

O(A) MM(ª) Juiz(iza) de Direito da 2ª Vara Criminal de Ponta Grossa, na forma da lei, FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que, na 2ª Vara Criminal de Ponta Grossa, tramitam os autos em epígrafe, onde INTIMA o RÉU **WILSON MENDES DA SILVA**, brasileiro(a), portador(a) do RG 96510500 SSP/PR, nascido(a) aos 30/06/1988, natural de CARAPICUIBA/SP, filho de **Nome da Mãe: ROSELI MENDES DA SILVA** Nome do Pai: a, no prazo de 10 dias, efetuar o pagamento da pena da multa e das custas processuais, sob pena de execução, restando advertido que o não pagamento dos valores importa em emissão de certidão de crédito judicial a ser encaminhada a protesto e lançamento em dívida ativa - na forma prevista nos arts. 847 a 858 do Código de Normas do Foro Extrajudicial -, sem prejuízo da inclusão do nome do devedor nos órgãos de proteção ao crédito (SPC/SERASA).

Eu, Edilson Carlos Armstrong, Técnico Judiciário, o subscrevo.

Ponta Grossa, 24 de setembro de 2021.

Gilberto Romero Perioti

Juiz(iza) de Direito

REALEZA

JUÍZO ÚNICO

Edital de Intimação - Cível

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ**COMARCA DE REALEZA VARA CÍVEL DE REALEZA - PROJUDI**

Rua Belém, 2393 - Realeza/PR - CEP: 85.770-000 - Fone: (46) 3543-1916

e-mail: maristelacivel@hotmail.com

MARISTELA FABRICIO ALTHEIA

Escrivã

EDITAL DE LEILÃO E INTIMAÇÃO DE ALIENAÇÃO JUDICIAL

Pelo presente se faz saber a todos, que será levado a arrematação, em primeiro e segundo leilão conforme Lei 13.105/2015, o(s) bem(ns) adiante descrito(s), na forma seguinte:

1º LEILÃO: Somente na modalidade eletrônica, no dia **06/10/2021, às 13:30 horas**, a venda não poderá ocorrer por preço inferior ao da avaliação (art. 895, inciso I, do Código de Processo Civil).

2º LEILÃO: Somente na modalidade eletrônica, no dia **18/10/2021, às 13:30 horas**, o bem pode ser vendido por qualquer valor, desde que o preço não seja vil, assim considerado o inferior a 50% (cinquenta por cento) do valor da avaliação (art. 891, parágrafo único, do Código de Processo Civil).

O interessado em ofertar lances de forma eletrônica, deverá efetuar cadastro prévio junto ao site do leiloeiro - www.simonleiloes.com.br - sendo o cadastro requisito indispensável para participação na alienação judicial eletrônica, responsabilizando-se o usuário, civil e criminalmente pelas informações lançadas por ocasião do cadastramento. Os lançadores on-line estarão vinculados às mesmas normas processuais e procedimentais destinadas aos lançadores de leilões presenciais, inclusive quanto à responsabilidade civil e criminal.

LOCAL: Exclusivamente on-line no site do leiloeiro - www.simonleiloes.com.br -

PUBLICAÇÃO: Na forma do art. 887 do CPC, o presente edital será publicado na rede mundial de computadores, no sítio do leiloeiro - www.simonleiloes.com.br - dispensada a publicação em jornal.

PROCESSO: Autos **0000480-34.2014.8.16.0141** de Execução de Título Extrajudicial em que é Exequente **COMERCIAL STARTE LTDA** - CNPJ 04.601.804/0001-05 e Executado(s) **VALMOR RODRIGUES DA FONSECA** - CPF 024.971.639-95, **VALMOR RODRIGUES DA FONSECA - ME** - CNPJ 10.539.684/0001-58

DESCRIÇÃO DO(S) BEM(NS): Lote Urbano nº 04-A (quatro - A), da Quadra nº 85 (oitenta e cinco), do Patrimônio de Realeza, 1ª Parte, da Colônia Missões, do Município de Realeza, Estado do Paraná, com área total de 193,20m2 (cento e noventa e três metros e vinte centímetros quadrados), com os limites e confrontações constantes da Matrícula nº 7.620 do Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca. O terreno fica Localizado na Rua Pedro Américo, entre a área central e Bairro Josimo, possui calcamento. Avaliação **R\$80.400,00** (oitenta mil e quatrocentos). Sobre o terreno supra, possui a seguinte edificação: Um pré-moldado em alvenaria, com paredes de aproximadamente 8 metros de altura, parte interna com reboco, piso de concreto polido, com tesouras e terças de ferro, com telhas de cimento amianto 6 mm, medindo 193,20m2 (cento e noventa e três metros e vinte centímetros quadrados), com aberturas de vidro temperado e mais um portão eletrônico de ferro, com um mezanino com laje e cerâmica, medindo aproximadamente 128m2, com uma escada de concreto interna, um banheiro, parede da frente com reboco e pintura, paredes externas como: laterais e fundo massa batida fina e tijolos a vista e, ainda uma pequena parte de 48m2 com manta térmica. No geral, em bom estado de conservação. Avaliação **R\$175.000,00** (cento e setenta e cinco mil reais). Total geral da avaliação **R\$ 255.400,00** (duzentos e cinquenta e cinco mil e quatrocentos reais) em 10/01/2020. Homologada em 12/05/2020 (Despacho mov.221.1).

AValiação TOTAL ATUALIZADA: R\$ 312.469,56 (trezentos e doze mil, quatrocentos e sessenta e nove reais e cinquenta e seis centavos) em 18/06/2021.

DEPÓSITO: Em mãos do(a) executado(a).

DÍVIDA: R\$ 508.639,59 (quinhentos e oito mil, seiscentos e trinta e nove reais e cinquenta e nove centavos) em 06/11/2020, valor sujeito à atualização mais as custas processuais.

ÔNUS: Os que constarem nos autos

OBS: 5. Defiro o pagamento da arrematação na seguinte forma: a) à vista, pelo valor integral da proposta vencedora; ou, b) de forma parcelada, mediante o depósito de 50% (cinquenta por cento) do valor da proposta vencedora e o restante (50%) em até 03 (três) parcelas mensais idênticas, com vencimento no dia 10 (dez) dos meses subsequentes, que estarão sujeitas à correção monetária pela média do INPC/IGP-DI. (Despacho mov.231.1)

CONDIÇÕES DE PAGAMENTO: O pagamento deverá ser realizado à vista pelo arrematante, alternativamente, o valor da arrematação poderá ser quitado no prazo de até 15 dias, mediante caução idônea, prestada no ato, equivalente a 25% do valor da arrematação. Na hipótese do arrematante deixar de quitar o valor no prazo de 15 dias, perderá o valor da caução, tornando sem efeito a arrematação e retornando o bem à novo leilão, dos quais não serão admitidos a participar o arrematante e o fiador remissos. Nos pagamentos via guia judicial, deverão ser desconsideradas as datas de vencimento indicadas nas guias, devendo o arrematante observar os prazos estabelecidos no presente edital. O interessado em adquirir o(s) bem(ns) imóvel(is) em prestações poderá apresentar por escrito, antes da realização do leilão, proposta para pagamento parcelado nos termos do art. 895 do CPC, com entrada mínima de 25% (vinte e cinco por cento) da arrematação e saldo parcelado em até 30 (trinta) meses, corrigidas pelo índice do TJ/PR (Média IGP/INPC) e garantido por hipoteca do próprio bem, sendo que a proposta de pagamento do lance à vista sempre prevalecerá sobre as propostas de pagamento parcelado (CPC, art. 895, § 7º). No caso de atraso no pagamento de qualquer das parcelas, incidirá multa de dez por cento sobre a soma da parcela inadimplida com as parcelas vincendas.

CONDIÇÕES GERAIS: Os bens serão vendidos livres de dívidas e ônus de acordo com o art. 130 § único do Código Tributário Nacional, exceto em caso de adjudicação. Eventuais débitos de condomínio serão de responsabilidade do arrematante, exceto em processo cujo objeto seja a cobrança de taxas condominiais do próprio bem arrematado, situação em que o arrematante arcará apenas com o valor do débito de taxas condominiais (inclusive valores eventualmente cobrados em outros processos, bem como valores que nem mesmo sejam objeto de cobrança judicial) que eventualmente supere o valor da arrematação, ou seja, em tal hipótese ficará o arrematante responsável pelo pagamento do valor resultante da diferença, se houver, entre o valor do débito das taxas condominiais, e o valor da arrematação. Os bens serão vendidos no estado que se encontram, inexistindo garantia sobre os mesmos, e para os imóveis a venda será *ad corpus*, assumindo o arrematante a retirada dos bens, posse no imóvel, impostos e taxas que recaírem sobre os bens para transferência junto aos órgãos competentes. Caberá ao arrematante arcar com o custo de expedição da respectiva Carta de Arrematação, se houver.

LEILOEIRO: Elton Luiz Simon, Jucepar 09/023-L, fone (46) 3225-2268, www.simonleiloes.com.br o qual perceberá por seu ofício a seguinte remuneração: 5% (cinco por cento) do valor arrecadado, a ser depositada no ato da arrematação.

INTIMAÇÃO: Fica(m) desde logo intimado(s) o(s) executado(s) cônjuge(s), condômino(s), coproprietário(s), usufrutuário(s), credor(es) hipotecário(s), fiduciário(s) e demais credores de acordo com o art. 889 do CPC.

OBS: O juízo responsável pela designação da hasta pública ou o leiloeiro público oficial não serão responsabilizados por qualquer dano, prejuízo ou perda no equipamento do usuário causados por quedas ou falhas no sistema, no servidor ou na internet, posto que a internet e o site do leiloeiro são apenas facilitadores de oferta. Realeza/PR, 24/09/2021. Eu, _____, **MARISTELA FABRICIO ALTHEIA** - Escrivã - **MARIA DE LOURDES NOTTAR** - Funcionária Juramentada, que digitei e subscrevi.

SIDNEI DAL MORO

Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ**COMARCA DE REALEZA VARA CÍVEL DE REALEZA - PROJUDI**

Rua Belém, 2393 - Realeza/PR - CEP: 85.770-000 - Fone: (46) 3543-1916

e-mail: maristelacivel@hotmail.com

MARISTELA FABRICIO ALTHEIA

Escrivã

EDITAL DE LEILÃO E INTIMAÇÃO DE ALIENAÇÃO JUDICIAL

Pelo presente se faz saber a todos, que será levado a arrematação, em primeiro e segundo leilão conforme Lei 13.105/2015, o(s) bem(ns) adiante descrito(s), na forma seguinte:

1º LEILÃO: Somente na modalidade eletrônica, no dia 06/10/2021, às 13:30 horas, por preço igual ou superior ao da avaliação.

2º LEILÃO: Somente na modalidade eletrônica, no dia 18/10/2021, às 13:30 horas, pela melhor oferta, desde que não caracterize preço vil, considerando 50% do valor da avaliação. (art. 891, § único, CPC).

O interessado em ofertar lances de forma eletrônica, deverá efetuar cadastro prévio junto ao site do leiloeiro - www.simonleiloes.com.br - sendo o cadastro requisito indispensável para participação na alienação judicial eletrônica, responsabilizando-se o usuário, civil e criminalmente pelas informações lançadas por ocasião do cadastramento. Os lançadores on-line estarão vinculados às mesmas normas processuais e procedimentais destinadas aos lançadores de leilões presenciais, inclusive quanto à responsabilidade civil e criminal.

LOCAL: Exclusivamente on-line no site do leiloeiro - www.simonleiloes.com.br -

PUBLICAÇÃO: Na forma do art. 887 do CPC, o presente edital será publicado na rede mundial de computadores, no sítio do leiloeiro - www.simonleiloes.com.br - dispensada a publicação em jornal.

PROCESSO: Autos **0001765-67.2011.8.16.0141** de Carta Precatória Cível, oriunda da 1ª Vara Cível da Comarca de Cascavel/PR, expedida dos autos de Declaratória nº 155/2003 em que é Exequente **SEARA ALIMENTOS S/A** - CNPJ: 02.914.460/0001-50 e Executado(s) **LADIR RIOS DA SILVA** - CPF: 000.554.589-71

DESCRIÇÃO DO(S) BEM(NS): Lote Rural nº14-A (quatorze-A), Gleba nº 59-AM (cinquenta e nove - AM), do Núcleo Ampère, da Colônia Missões, do Município de Realeza, Estado do Paraná, com área total de 72.600,00m2 (setenta e dois mil e seiscentos metros quadrados), com os limites e confrontações constantes da matrícula nº 15.146 do Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca. O terreno fica localizado na Linha Osório Cruz, neste Município de Realeza, com uma área de aproximadamente 20.000m2 de reserva e, o restante é mecanizada e mecanizável, avaliada em **R\$330.000,00**, contendo: Uma casa de madeira, coberta por telhas de barro e britil, aberturas de vidro, forrada, com um banheiro simples, área com piso de alvenaria, medindo aproximadamente 90m2, em bom estado de conservação, avaliada em **R\$27.000,00**; Uma casa de madeira bruta, coberta por telhas de barro, com um banheiro simples, abandonada, medindo aproximadamente 50m2, em razoável estado de conservação, avaliada em **R\$2.500,00**; Um Chiqueiro misto, ou seja, base, divisórias em alvenaria, estrutura de madeira, coberto por telhas de barro e britil, com trinta e seis baias para porcas criadeiras, medindo aproximadamente 850m2, com parte da estrutura caindo, britil furadas pelo granizo, atualmente desativado; e ainda, em anexo um estrebriaria, coberta por telhas de barro, base de concreto e estrutura de madeira, medindo aproximadamente 300m2, **avaliado em R\$68.000,00**; Um galpão misto, coberto por telhas de barro, piso de concreto, estrutura

de madeira, paredes de alvenaria, medindo aproximadamente 100m2, em razoável estado de conservação, **avaliado em R\$18.000,00**. INCRÁ: 722.154.018.325-4. **Total da Avaliação R\$445.500,00 em 28/06/2017.**

ATUALIZAÇÃO DA AVALIAÇÃO: R\$ 611.799,19 (seiscentos e onze mil, setecentos e noventa e nove reais e dezenove centavos) em 01/05/2021.

DEPÓSITO: Em mãos do Depositário Público.

DÍVIDA: R\$ 107.013,08 (cento e sete mil, treze reais e oito centavos) em 13/07/2011, valor sujeito à atualização mais as custas processuais.

ÔNUS: Consta na matrícula 15.146 os seguintes registros: R3: Hipoteca em favor de BANCO ABN AMRO REAL S.A., atual Banco Santander (Brasil) S/A; R4: Penhora autos de execução de título extrajudicial nº 294/2005 em que é exequente BANCO ABN AMRO REAL S.A.; R5: Penhora autos 92/2011 NU 0001765-67.2011.8.16.0141, em que é exequente Seara Alimentos S/A; R6: Penhora autos de execução de título extrajudicial sob nº 0000010-95.2017.8.16.0141 em que é exequente Disam Distribuidora de Insumos Agrícolas Sul América Ltda.

CONDIÇÕES DE PAGAMENTO: O pagamento poderá ser realizado das seguintes formas: a) à vista pelo arrematante, alternativamente, o valor da arrematação poderá ser quitado no prazo de até 15 dias, mediante caução idônea, prestada no ato, equivalente a 25% do valor da arrematação. Na hipótese do arrematante deixar de quitar o valor no prazo de 15 dias, perderá o valor da caução, tornando sem efeito a arrematação e retornando o bem à novo leilão, dos quais não serão admitidos a participar o arrematante e o fiador remissos. Nos pagamentos via guia judicial, deverão ser desconsideradas as datas de vencimento indicadas nas guias, devendo o arrematante observar os prazos estabelecidos no presente edital; b) de forma parcelada, mediante o depósito de 50% (cinquenta por cento) do valor da proposta vencedora e o restante (50%) em até 03 (três) parcelas mensais idênticas, com vencimento no dia 10 (dez) dos meses subsequentes, que estarão sujeitas à correção monetária pela média do INPC/IGP-DI.

O interessado em adquirir o(s) bem(ns) imóvel(is) em prestações poderá apresentar por escrito, antes da realização do leilão, proposta para pagamento parcelado nos termos do art. 895 do CPC, com entrada mínima de 25% (vinte e cinco por cento) da arrematação e saldo parcelado em até 30 (trinta) meses, corrigidas pelo índice do TJ/PR, e garantido por hipoteca do próprio bem, sendo que a proposta de pagamento do lance à vista sempre prevalecerá sobre as propostas de pagamento parcelado (CPC, art. 895, § 7º). No caso de atraso no pagamento de qualquer das parcelas, incidirá multa de dez por cento sobre a soma da parcela inadimplida com as parcelas vincendas.

CONDIÇÕES GERAIS: Os bens serão vendidos livre de dívidas e ônus de acordo com o art. 130 § único do Código Tributário Nacional, exceto em caso de adjudicação. Os bens serão vendidos no estado que se encontram, inexistindo garantia sobre os mesmos, e para os imóveis a venda será *ad corpus*, assumindo o arrematante a retirada dos bens, posse no imóvel, impostos e taxas que recaírem sobre os bens para transferência junto aos órgãos competentes. Caberá ao arrematante arcar com o custo de expedição da respectiva Carta de Arrematação, se houver.

LEILOEIRO: Elton Luiz Simon, Jucepar 09/023-L, fone (46) 3225-2268, www.simonleiloes.com.br o qual perceberá por seu ofício a seguinte remuneração: Em se tratando de arrematação, 5% do valor do lance, sob responsabilidade do arrematante.

INTIMAÇÃO: Fica(m) desde logo intimado(s) o(s) executado(s) **LADIR RIOS DA SILVA** -CPF: 000.554.589-71, cônjuge(s), condômino(s), coproprietário(s), usufrutuário(s), credor(es) hipotecário(s): **BANCO ABN AMRO REAL S.A.**, atual Banco Santander (Brasil) S/A, fiduciário(s) e demais credores de acordo com o art. 889 do CPC.

VENDA DIRETA: (Despacho mov. 277): **AUTORIZO**, independente de nova conclusão, o leiloeiro a efetuar a venda direta do bem não arrematado, nos últimos dois leilões/praças, nos termos do disposto do artigo 878 do CPC, observando os seguintes critérios: **a)** preço mínimo: 55% da avaliação. O preço poderá ser parcelado nos critérios já definidos no item 5 da decisão de mov. 181.1 (ACIMA DESCRITO NAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO, ITEM "b"); **b)** prazo: as propostas serão entregues por escrito em juízo em até 6 meses a contar da data do segundo leilão, ficando à disposição das partes para exame e manifestação por 10 dias, independentemente de nova intimação; a ausência de manifestação importará em anuência tácita com a proposta apresentada; **c)** publicidade: edital afixado na sede do juízo; uma publicação no órgão oficial, e, pelo menos uma publicação mensal em jornal de ampla circulação local (*O Paraná ou Gazeta do Paraná*), sendo a última pelo menos 5 dias antes da data de julgamento das propostas - isso sem prejuízo de outras formas de divulgação; **d)** despesas de publicidade: correrão por conta da executada, a serem descontadas do preço, até o limite de 10% do valor da avaliação do bem.

OBS: O juízo responsável pela designação da hasta pública ou o leiloeiro público oficial não serão responsabilizados por qualquer dano, prejuízo ou perda no equipamento do usuário causados por quedas ou falhas no sistema, no servidor ou na internet, posto que a internet e o site do leiloeiro são apenas facilitadores de oferta. Realeza/PR, 31/05/2021. Eu, _____, **MARISTELA FABRICIO ALTHEIA** - Escrivã - **MARIA DE LOURDES NOTTAR** - Funcionária Juramentada, que digitei e subscrevi.

SIDNEI DAL MORO
Juiz de Direito

REBOUÇAS

JUÍZO ÚNICO

Edital de Intimação

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA Prazo: 60 (sessenta) dias Processo: 0001405-51.2019.8.16.0142 Classe Processual: Procedimento Investigatório Criminal (PIC-MP) Assunto Principal: Crimes da Lei de licitações Data da Infração: 19/10/2010 Polo Ativo(s): MINISTÉRIO PÚBLICO DA COMARCA DE REBOUÇAS Polo Passivo(s): NILTON SILVERIO BORCATH SANTOS (RG: 40087818 SSP/PR e CPF/CNPJ: 523.774.829-53) Rua Alamenda Virgílio Moreira, 225 - Centro - IRATI/PR - CEP: 84.500-000 RAFAEL BORCATH SANTOS (RG: 69579507 SSP/PR e CPF/CNPJ: 053.306.179-28) Rua Rebouças, 325 - São Francisco II - IRATI/PR - Telefone: 42-3422-4127 O(a) Doutor(a) James Byron Weschenfelder Bordignon, MM(a). Juiz(a) de Direito deste Juízo Único da Comarca de Rebouças, Estado do Paraná, na forma da lei, etc... Faz saber a todos os que o presente edital virem, ou dele tiverem conhecimento, que nos autos em epígrafe, que a Justiça Pública move em face de NILTON SILVERIO BORCATH SANTOS (RG: 40087818 SSP/PR e CPF/CNPJ: 523.774.829-53) e RAFAEL BORCATH SANTOS (RG: 69579507 SSP/PR e CPF/CNPJ: 053.306.179-28). E, em conformidade a Portaria nº 007/2016 deste Juízo, é expedido o presente edital com prazo de 60 (sessenta) dias, nos termos do art. 392, inciso VI, § 1º, do Código de Processo Penal, para o fim de: 1. INTIMAR o(s) réu(s) acima qualificado(s), da r. sentença de mov. 8.1, a qual julgou extinta a punibilidade dos investigados no que tange a investigação da prática do crime tipificado no artigo 90 da Lei nº. 8.666/93, referente aos fatos ocorridos no ano de 2010, e, determinou o arquivamento da investigação por inexistência de indícios da prática dos delitos nos demais casos, ressalvada neste último caso o contido no artigo 18 do Código de Processo Penal, ficando ciente do contido na sentença e para, querendo, apelar no prazo de 05 (cinco) dias. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Rebouças, Estado do Paraná, aos 19 de fevereiro de 2021. Eu, Antonio Luciano Franco/Luiz Tarcísio Pabis Filho, Técnico Judiciário, que o digitei e dou fé. **OBSERVAÇÃO:** Este processo tramita através do sistema computacional PROJUDI, cujo endereço na web é <https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/>. O acesso ao sistema pelos advogados depende de prévio cadastramento, o qual é obrigatório, devendo comparecer à Sede da Unidade Jurisdicional que já utilize o sistema eletrônico (OAB). Neste mesmo endereço web é possível consultar os autos supracitados, caso não estejam sob "Segredo de Justiça", através do item "Consulta Pública". James Byron Weschenfelder Bordignon Juiz(a) de Direito

RIBEIRÃO DO PINHAL

JUÍZO ÚNICO

Edital de Citação - Cível

EDITAL DE CITAÇÃO

AUTOS 0000758-76.2021.8.16.0145

O Excelentíssimo Senhor Doutor Júlio Cezar Vicentini, Juiz de Direito desta Única Vara Cível e Anexos da Comarca de Ribeirão do Pinhal, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, etc...

FAZ SABER, a todos quanto este Edital de Citação, expedido nos autos de Usucapião nº 0000758-76.2021.8.16.0145 em que consta como requerentes: JOSE FRANCISCO MENDES e TAMIRES ELEM DOS SANTOS MENDES, residentes e domiciliados na Rua Rui Barbosa, 608 - Centro - JUNDIAÍ DO SUL/PR - CEP: 86.470-000 e requerido: Município de Jundiá do Sul/PR, residente no(a) Plo X, 260 - Jundiá do Sul - JUNDIAÍ DO SUL/PR - CEP: 86.470-000, virem ou dele tomarem conhecimento, principalmente os herdeiros da pessoa cujo nome está registrado o imóvel, os réus em lugar incerto e os eventuais interessados, e ainda os herdeiros e sucessores, que ficam os mesmos **CITADOS** para querendo contestarem o feito no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do artigo 259, inciso I, do Código de processo Civil. Tendo o imóvel usucapiendo a seguinte descrição: **"Inicia-se no marco O=PP (ponto de partida), localizado na rua Rui Barbosa, daí segue-se em linha reta uma extensão de 25,00 metros, confrontando à esquerda, com Maria Aparecida Mendes dos Santos, chegando-se ao marco nº 01, daí faz um ângulo de 90°00' à direita e segue-se em linha reta, uma extensão de 25,00 metros, confrontando a esquerda com Maria de Lourdes de Paula, chegando-se ao marco nº 02, daí faz novo ângulo de 90°00' à direita, e segue-se em linha reta, uma extensão de 25,00 metros, confrontando à esquerda, com Francisco Silvério Mendes, Chegando-se ao marco nº 03, daí faz novo ângulo de 90°00' à direita e segue-se em linha reta uma extensão de 25,00 metros confrontando a esquerda, com a rua Rui Barbosa, chegando-se ao marco O=PP, onde se deu o início e o fim do presente levantamento topográfico."** **ADVERTÊNCIA:** Não sendo contestada a ação no prazo legal, presumir-se-ão aceitos como verdadeiros os fatos articulados na inicial. E para que chegue ao conhecimento de todos os interessados e ninguém possa alegar ignorância expediu-se o presente edital, que será publicado na forma da Lei e afixado no átrio do Fórum.

Ribeirão do Pinhal, 24 de setembro de 2021.

Júlio Cezar Vicentini

Juiz de Direito

RIO BRANCO DO SUL

VARA CÍVEL, DA FAZENDA PÚBLICA,
ACIDENTES DO TRABALHO, REGISTROS
PÚBLICOS E CORREGEDORIA
DO FORO EXTRAJUDICIAL

Edital de Citação

JUIZO DE DIREITO DA COMARCA DE RIO BRANCO DO SUL. EDITAL DE CITAÇÃO DOS INTERESSADOS, COM PRAZO DE TRINTA (30) DIAS (CPC, ART. 259). Através do presente, CITAM-SE DOS RÉUS EM LUGAR INCERTO E NÃO SABIDO E EVENTUAIS INTERESSADOS, para os termos da ação de USUCAPIÃO EXTRAORDINÁRIA nº 0000838-34.2021.8.16.0147, requerido por JOSÉ LUIZ ANTONIACOMI e ROSANA CAVALLI ANTONIACOMI em face desde Juízo, referente ao "MEMORIAL DESCRITIVO, PROPRIEDADE CHACARA BALTAZAR, PROPRIETARIO JOSE LUIZ ANTONIACOMI, MUNICIPIO ITAPERUÇU - PR, COMARCA RIO BRANCO DO SUL, LOCALIDADE BALTAZAR, DESCRIÇÃO: Inicia-se no marco denominado 'O=PP', georreferenciado no Sistema Geodesico Brasileiro, DATUM - SIRGAS, MC-51"WGr, coordenadas Plano Retangulares Relativas, Sistema UTM: E= 660439,340 m e N= 7210171543 m dividindo-o com a ESTRADA MUNICIPAL - BALTAZAR ; Dai segue confrontando com a ESTRADA MUNICIPAL - BALTAZAR com o azimute de 97°15'22" e a distância de 34,29 m até o marco '1' (E=660473355 m e N=721016,212 M); Dai segue com o azimute de 81°59'45" e a distância de 37,25 m até o marco '2' (E =660510,246 m e N=7210172,400 m); Dai segue com o azimute de 105°02'06" e a distância de 9,30 m até o marco '3' (E=6605519,231 m e N=7210169,987 M); Dai segue com o azimute de 111°21'49" e a distância de 34,89 m até o marco '4' (E=660551,722 m e N=7210157,277m); Dai segue com o azimute de 127°10'43" e a distância de 49,76 m até o marco '5' (E=660591,370 m e N=7210127,206 m); Dai segue confrontando com SALVADOR MOMEDE com o azimute de 187°03'49" e a distância de 18,36 m até o marco '6' (E=660569 191 m e N=7209948,219 m); Dai segue com o azimute de 188°11'25" e a distância de 68,97 m até o marco '7' (E=660559,366 m e N=7209879.951 m); Dai segue confrontando com JOÃO MACHADO DE JESUS com o azimute de 269°57'40" e a distância de 111.47 m até o marco '8' (E=660447.896 m e N=7209879.875 M); Dai segue confrontando com SEBASTIÃO TEIXEIRA DE LARA com o azimute de 358°19'11" e a distância de 93,36 m até o marco '9' (E=660445,159 m e N=7209973.196 m); Dai segue com o azimute de 358°26'11" e a distância de 127,13 m até o marco '10' (E=660441,690 m e N=7210100.277 m); Dai segue com o azimute de 358°06'42" e a distância de 71.31 m até o marco 'O =PP' (E=660439.340 m e N=7210171.543 m); início de descrição , fechando assim o perímetro do polígono acima descrito com uma área superficial de 37.668,17 m² (trinta e sete mil e seiscentos e sessenta e oito metros e dezessete decímetros quadrados) . . Que exerce posse mansa e pacífica, há mais de 15 (quinze) anos. Ficam os interessados CIENTES de que poderão apresentar contestação por intermédio de advogado no prazo de 15 dias, sob pena de revelia, isto, é não sendo contestado no prazo legal, presumir articulados na inicial." E para que chegue ao conhecimento de todos os interessados, expediu-se o presente edital que será publicado na forma da Lei e afixada cópia no local de costume, para que ninguém alegue ignorância futura. Rio Branco do Sul, 3 de setembro de 2021. Eu, Jefferson Luiz Andrade, Escrivão Designado, digitei e subscrevi. - assinatura digital - MARCELO TEIXEIRA AUGUSTO Juiz de Direito -

JUIZO DE DIREITO DA VARA CÍVEL E ANEXOS DA COMARCA DE RIO BRANCO DO SUL - PARANÁ. EDITAL DE CITAÇÃO DO(S) EXECUTADO(S), JM REIS COMÉRCIO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS LTDA - CPF/MF nº 10.197.773/0001-63, COM PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS. Faz saber a todos os que o presente edital, virem ou dele tiverem conhecimento, que nos autos do processo n. 002252-72.2018.8.16.0147 que neste juízo corre seus trâmites, processo de Execução de Título Extrajudicial conforme a Lei 13.105/2015 (Código de Processo Civil) em que é réu JM REIS COMERCIO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº.: 10.197.773/0001-63, no qual a autora MILLENIUM UTILIDADES DOMÉSTICAS LTDA, requer o pagamento de dívida no valor de em R\$ 11.987,29 (onze mil novecentos e oitenta e sete reais e vinte e nove centavos), devidamente atualizada na época do pagamento, referentes a cinco duplicatas mercantis (DANFe 265865 - valor R \$-3.038,04, parcelado em 04 parcelas de R\$-759,51, com pagamento previsto para se operar mediante quitação de DM/BB, com vencimento anotado para as seguintes

datas: 1ª parcela 18.07.2017 - 2ª parcela 25.07.2017 - 3ª parcela 01.08.2017 e 4ª parcela 08.08.2017. DANFe 267155 - valor R\$-1.824,51, parcelado em 02 parcelas, sendo a primeira de R\$-912,25 e a segunda de R\$-912,26, com pagamento previsto para se operar mediante quitação de DM/BB, com vencimento anotado para as seguintes datas: 1ª parcela 08.08.2017 e 2ª parcela 22.08.2017. DANFe 267156 - valor R\$-1.264,32, a ser pago em 01 parcela de R\$-1.264,32, com pagamento previsto para se operar mediante quitação de DM/BB, com vencimento anotado para a seguinte data: 15.08.2017. DANFe 267157 - valor R\$-3.597,67, parcelado em 03 parcelas, sendo as duas primeiras de R\$-1.199,22 e a última de R\$-1.199,23, com pagamento previsto para se operar mediante quitação de DM/BB, com vencimento anotado para as seguintes datas: 1ª parcela 01.08.2017 - 2ª parcela 15.08.2017 e 3ª parcela 05.09.2017. DANFe 267791 - valor R\$-969,70, parcelado em 02 parcelas de R\$-484,85, com pagamento previsto para se operar mediante quitação de DM/BB, com vencimento anotado para as seguintes datas: 1ª parcela 15.08.2017 e 2ª parcela 12.09.2017), mais o equivalente às custas processuais e honorários de sucumbência (NCPC, art. 827) à serem arbitrados por este juízo, sob pena de ter penhorados quantos bens bastem para a satisfação do débito. Foi realizado tentativas para localizar o réu nos endereços: Avenida São Pedro, nº 157, Centro, CEP nº.:83.560-000, na cidade de Itaperuçu-PR e Av. São Pedro, nº 157, Centro Itaperuçu/PR, e como esteja o mesmo em lugar incerto e não sabido, não sendo possível citá-lo pessoalmente, nestas condições foi deferido a citação pelo presente edital, para comparecerem em juízo, para promover sua defesa e ser notificado dos ulteriores termos do processo, a que deverá comparecer, sob pena de revelia. Para conhecimento de todos é passado o presente edital, cuja 2ª via fica afixada no local de costume. EDITAL, para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de 15 dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, apresente resposta. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel caso em que será nomeado curador especial. E para que chegue ao conhecimento de todos os interessados, expediu-se o presente edital que será publicado na forma da Lei e afixada cópia no local de costume, para que ninguém alegue ignorância futura. Rio Branco do Sul, aos 3 de setembro de 2021. - assinatura digital - Marcelo Teixeira Augusto - Juiz de Direito

JUIZO DE DIREITO DA COMARCA DE RIO BRANCO DO SUL. EDITAL DE CITAÇÃO DOS INTERESSADOS, COM PRAZO DE TRINTA (30) DIAS (CPC, ART. 259). FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que, por meio deste CITA os réus ausentes, incertos e desconhecidos, e possíveis interessados, para os termos dos autos de USUCAPIÃO registrado e autuado sob nº 0001225-49.2021.8.16.0147 e figura como requerente ANDREIA CRISTINA JAMBISKI COSTA, em face dos confrontantes: COLOMBO CAL, TADEU JOVINSKI JUNIOR, LUIZ CARLOS DE CRISTO ROCHA, ROSEMARY ROCHA JAMBISKI, VOTORANTIN CIMENTO BRASIL e MUNICIPIO DE RIO BRANCO DO SUL-PR, para querendo oferecerem contestação no prazo de quinze (15) dias (CPC, art. 335), sob pena de revelia, ou seja, não sendo contestado, presumir-se-ão como verdadeiros os fatos articulados na inicial, onde foi alegado em síntese o seguinte: "O autor é legítimo possuidor de uma área de 270.854,65m², situado na localidade de 'Rancharia', Município de Rio Branco do Sul - PR, doada por Estanislau Jambiski e Edinir Rocha Jambiski, conforme Instrumento Particular de Doação e Transferência de Direitos Possessórios, celebrado em 24 de março de 2021." E para que chegue ao conhecimento de todos os interessados, expediu-se o presente edital que será publicado na forma da Lei e afixada cópia no local de costume, para que ninguém alegue ignorância futura. Rio Branco do Sul, 3 de setembro de 2021. Eu, Jefferson Luiz Andrade, Escrivão Designado, digitei e subscrevi. - assinatura digital - MARCELO TEIXEIRA AUGUSTO - Juiz de Direito

JUIZO DE DIREITO DA COMARCA DE RIO BRANCO DO SUL. EDITAL DE CITAÇÃO DE ESTACIANO B, DE LARA, COM PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS. Através do presente, CITA-SE o(a) executado(a) ESTACIANO B, DE LARA, atualmente em lugar incerto e desconhecido, nos autos de EXECUÇÃO FISCAL nº. 2788-06.2006.8.16.0147, em que figura como exequente MUNICIPIO DE RIO BRANCO DO SUL e executado ESTACIANO B, DE LARA, para que no prazo de 05 (cinco) dias, efetuar o pagamento do valor principal de R\$ 1.462,34(hum mil quatrocentos e sessenta e dois reais e trinta e quatro centavos), a ser atualizado e acrescido de custas processuais e honorários advocatícios, referente a certidão de Dívida Ativa nº 106/2011, ou garanta a execução com nomeação de bens à penhora, sob pena de serem penhorados ou arrestados tantos bens quantos bastarem para a garantia da dívida, ficando ciente de que poderá apresentar embargos, querendo, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da penhora ou da conversão do arresto em penhora, sob pena de revelia, isto é, não sendo apresentado embargos, presumir-se-ão aceitos como verdadeiros os fatos articulados pelo exequente. E, para que não se alegue ignorância futura, expediu-se o presente edital que será publicado na forma da Lei e afixada cópia no local de costume. Rio Branco do Sul, aos 30 de agosto de 2021, eu, Jefferson Luiz Andrade - Escrivão Designado, digitei. - assinatura digital - MARCELO TEIXEIRA AUGUSTO - Juiz de Direito

JUIZO DE DIREITO DA VARA CÍVEL E ANEXOS DA COMARCA DE RIO BRANCO DO SUL - PARANÁ. EDITAL DE CITAÇÃO DO(S) EXECUTADO(S), MESSIAS SOUZA DE OLIVEIRA - CPF/MF nº 234.284.908-78, COM PRAZO DE 30

(TRINTA) DIAS. faz saber a todos quantos o presente Edital virem ou dele tomarem conhecimento que por este meio determina a CITAÇÃO do EXECUTADO acima nominado, inscrito no CPF sob o n.º 234.284.908-78, atualmente em lugar incerto e não sabido, para, nos autos de EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL, sob o n.º: 0002016-09.2007.8.16.0147, movida por SERVOPA ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS LTDA., para no prazo de três (3) dias, efetuar o pagamento da dívida em Juízo, podendo, no prazo de quinze (15) dias embargar a execução (art. 915 do CPC) ou requerer o parcelamento do valor em execução (art. 916 do CPC), sob pena de, não o fazendo, serem penhorados tantos bens quantos bastem para garantir a execução e presumirem-se como verdadeiros os fatos articulados pela requerente. Resumo da petição inicial: Requerida a citação do EXECUTADO nos termos acima. Fixados os honorários advocatícios para pronto pagamento (10%) sobre o valor da dívida. Valor da causa: R\$ 11.003,78 (onze mil, três reais e setenta e oito centavos - base: 10/11/2017). E para que chegue ao conhecimento de todos os interessados, expediu-se o presente edital que será publicado na forma da Lei e afixada cópia no local de costume, para que ninguém alegue ignorância futura. Rio Branco do Sul, aos 3 de setembro de 2021. - assinatura digital - Marcelo Teixeira Augusto Juiz de Direito -

JUÍZO DE DIREITO DA COMARCA DE RIO BRANCO DO SUL. EDITAL DE CITAÇÃO DE MARCIO APARECIDO CORREIA, COM PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS. Através do presente, CITA-SE o(a) executado(a) MARCIO APARECIDO CORREIA, atualmente em lugar incerto e desconhecido, nos autos de EXECUÇÃO FISCAL nº. 2902-42.2006.8.16.0147, em que figura como exequente MUNICÍPIO DE RIO BRANCO DO SUL e executado MARCIO APARECIDO CORREIA, para que no prazo de 05 (cinco) dias, efetuar o pagamento do valor principal de R\$ 658,06 (seiscentos e cinquenta e oito reais e seis centavos), a ser atualizado e acrescido de custas processuais e honorários advocatícios, referente as certidões de Dívida Ativa nº 01020960456001, ou garanta a execução com nomeação de bens à penhora, sob pena de serem penhorados ou arrestados tantos bens quantos bastarem para a garantia da dívida, ficando ciente de que poderá apresentar embargos, querendo, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da penhora ou da conversão do arresto em penhora, sob pena de revelia, isto é, não sendo apresentado embargados, presumir-se-ão aceitos como verdadeiros os fatos articulados pelo exequente. E, para que não se alegue ignorância futura, expediu-se o presente edital que será publicado na forma da Lei e afixada cópia no local de costume. Rio Branco do Sul, aos 30 de agosto de 2021, eu, Jefferson Luiz Andrade - Escrivão Designado, digitei. - assinatura digital - MARCELO TEIXEIRA AUGUSTO - Juiz de Direito

JUÍZO DE DIREITO DA COMARCA DE RIO BRANCO DO SUL. EDITAL DE CITAÇÃO DOS INTERESSADOS, COM PRAZO DE TRINTA (30) DIAS (CPC, ART. 259). FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que, por meio deste CITA os réus ausentes, incertos e desconhecidos, confinantes, e possíveis interessados, para os termos dos autos de USUCAPIÃO EXTRAORDINÁRIA registrado e autuado sob nº 1723-48.2021.8.16.0147 em que figura como requerente DIOGO FELIPE STANCKE, e para querendo oferecer contestação no prazo de quinze (15) dias (CPC, art. 335 caput), sob pena de revelia, ou seja, não sendo contestado, presumir-se-ão como verdadeiros os fatos articulados na inicial, onde foi alegado em síntese o seguinte: "...A parte autora, por si e respectivos antecessores, há mais de 15 anos é senhora e legítima possuidora de forma pública, pacífica, incontestada e ininterrupta de uma área com 518,21m², situada no Bairro Vila Velha, Município e Comarca de Rio Branco do Sul, PR, cujas confrontações são com Tiago Wendrechovski e Ademir José Nodari, imóvel adquirido pela parte usucapiente por cessão possessória realizada com Ademir José Nodari, cuja posse já remontava mais de 15 anos sobre a porção imobiliária em questão, com todos os atributos do possuidor ad usucapionem. A partir da imissão possessória a parte usucapiente assumiu os cuidados sobre o imóvel, promoveu ali investimentos de ordem social e econômica, como a manutenção das delimitações, limpeza da área, onde edificou sua residência e assumiu todas as obrigações de possuidora sobre respectivo bem." E para que chegue ao conhecimento de todos os interessados, expediu-se o presente edital que será publicado na forma da Lei e afixada cópia no local de costume, para que ninguém alegue ignorância futura. Rio Branco do Sul, 3 de setembro de 2021. Eu, Jefferson Luiz Andrade, Escrivão Designado, digitei e subscrevi. -assinatura digital - MARCELO TEIXEIRA AUGUSTO - Juiz de Direito

JUÍZO DE DIREITO DA COMARCA DE RIO BRANCO DO SUL. EDITAL DE CITAÇÃO DOS INTERESSADOS, COM PRAZO DE TRINTA (30) DIAS (CPC, ART. 259). FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que, por meio deste CITA os réus ausentes, incertos e desconhecidos, confinantes e possíveis interessados, para os termos dos autos de USUCAPIÃO ORDINÁRIA registrado e autuado sob nº 000412-22.2021.8.16.0147, onde figuram como requerentes HELIO HENRIQUE BITTENCOURT e sua mulher SIMONE ZEM BITTENCOURT, para, querendo, oferecer contestação no prazo de quinze (15) dias, conforme dispõe o artigo 335 do CPC, sob pena de revelia, ou seja, não sendo contestado, presumir-se-ão como verdadeiros os fatos articulados na inicial, onde foi alegado em síntese o seguinte: "...Os requerentes adquiriram o imóvel constituído de um terreno urbano no bairro Jardim Itáú, Município de Itaperuçu, Estado do Paraná,

com área de 941,90m², conforme memorial descritivo elaborado pelo tec. agrimensor ODENIR PINHEIRO DA LUZ JR, o qual possuem por si e por seus antecessores, há mais de vinte e um anos, de forma, mansa, pacífica, ininterrupta e sem oposição de terceiros, com a seguinte confrontação: ao norte confronta-se com ELOIDE LOPES DE ARAUJO, e MARIA JOSE FARIA RAMOS, ao lado do imóvel, ao sul confronta-se com a Rua Crispim Furquim de Siqueira, ao oeste confronta-se com IRTON DE FRANÇA FARIA e IDALINA MIRANDA DE FARIA ao lado do imóvel, ao leste confronta-se com JOSE GONÇALVES MARTINS, Rua Miguel Pedroso de Moraes esquina com a Rua Alcides Coutinho, O imóvel acima descrito encontra-se totalmente cercado, e sempre foi respeitado por todos os vizinhos e confrontantes, anteriormente como propriedade dos autores e antecessores. Sobre o imóvel não existe qualquer demanda, discussão ou pendência que possa impedir a declaração de domínio em favor dos Requerentes. A posse do imóvel vem sendo conservada, mansa e pacificamente por si e seus antecessores, atendendo assim os requisitos legais para a declaração de domínio em favor dos autores." E para que chegue ao conhecimento de todos os interessados, expediu-se o presente edital que será publicado na forma da Lei e afixada cópia no local de costume, para que ninguém alegue ignorância futura. Rio Branco do Sul, 3 de setembro de 2021. Eu, Jefferson Luiz Andrade, Escrivão Designado, digitei e subscrevi. - assinatura digital - GRESIELE TAISE FICANHA - Juíza de Direito Substituta

JUÍZO DE DIREITO DA COMARCA DE RIO BRANCO DO SUL. EDITAL DE CITAÇÃO DOS INTERESSADOS, COM PRAZO DE TRINTA (30) DIAS (CPC, ART. 259). Trata-se de "AÇÃO DE USUCAPIÃO EXTRAORDINÁRIO", a qual tramita junto a Vara Cível do Foro Regional da Comarca de Bocaiuva do Sul - Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, autos sob nº 1522-56.2021.8.16.0147, requerido por MINERAÇÃO RIO BRANCO DO SUL LTDA, referente ao seguinte imóvel: Terreno Rural medindo 9.091 m², localizado no lote 03-C da Quadra Única da Planta Loteamento denominada João de Cristo Rocha, situado na Cidade de Rio Branco do Sul -PR, com os seguintes confrontantes: FRENTE: confrontando com as terras do lote de propriedade de Aroldo Tucumantel; LADO ESQUERDO: confrontando com as terras do lote de propriedade de Luiz Carlos de Cristo Rocha; LADO DIREITO: confrontando com as terras do lote de propriedade de Cal Cem Ind. de Minérios Ltda e FUNDOS: confrontando com estrada municipal. Sobre qual a Autora alega QUE: "I - Mantém posse mansa, pacífica e ininterrupta desde Março do ano de 2021 sobre imóvel rural, com área total de 9.091 m², localizado no lote 03-C da Quadra Única da Planta Loteamento denominada João de Cristo Rocha, situado na Cidade de Rio Branco do Sul -PR. II - Contrato Particular de Cessão e Transferência de Direitos Possessórios Sobre Imóvel Rural, na data de 29 de Março de 2021 a empresa Requerente adquiriu de ESTANISLAU JAMBISKI os direitos possessórios mantidos pelo VENDEDOR. Os cedentes possuíam esta área de forma mansa, pacífica e ininterrupta há mais de 20 anos, e com fundamento nos Artigos 1.238, 1.243 do novo Código Civil, (Lei nº 10.406/2002 de 11/02/2003) c/c os Artigos 941 e seguintes, alterações dos Artigos 942 e 943 dadas pela lei nº 8.951, de 13/12/1994, do Código de Processo Civil III - Mandaram efetuar o levantamento topográfico apurando-se que o imóvel apresenta área total certa e exata de 9.091 m². Requer sejam providenciadas as citações e intimações a expedição de editais para a citação de interessados ausentes, incertos e desconhecidos; A notificação por carta dos representantes legais da União Federal, do Estado do Paraná e do Município de Ri o Branco do Sul, para manifestarem seu interesse no feito e ao final JULGUE PROCEDENTE a presente ação em todos os seus termos, decretando-se o domínio do imóvel usucapiendo em favor da Requerente, expedindo-se o competente mandado ao oficial de Registro de Imóveis desta Comarca, para que proceda a matrícula e o registro do mesmo na forma da Lei, condenando os contestantes se houverem, no pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, protestando por todo gênero de provas admitidos em direito." E para que chegue ao conhecimento de todos os interessados, expediu-se o presente edital que será publicado na forma da Lei e afixada cópia no local de costume, para que ninguém alegue ignorância futura. Rio Branco do Sul, 25 de agosto de 2021. Eu, Jefferson Luiz Andrade, Escrivão Designado, digitei e subscrevi. -assinatura digital - MARCELO TEIXEIRA AUGUSTO - Juiz de Direito

JUÍZO DE DIREITO DA COMARCA DE RIO BRANCO DO SUL. EDITAL DE CITAÇÃO DOS INTERESSADOS, COM PRAZO DE TRINTA (30) DIAS (CPC, ART. 259). FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que, por meio deste CITA os réus ausentes, incertos e desconhecidos, e possíveis interessados, para os termos dos autos de USUCAPIÃO registrado e autuado sob nº 0001509-57.2021.8.16.0147 e figuram como requerentes DENISE MICHELE LEAL MOREIRA CAVASSIN SOUZA e RICARDO CAVASSIN SOUZA em face dos confrontantes: ADAIR DA SILVA DIAS, FLORENCIO DE JESUS VERTOLIN, MARCELO HENRI MARQUES, MARIA GENIR DIAS MORENO, MARIA SIRLEI COIMBRA LAZARINI POLI, MARLI DE FREITAS DE FARIA, NOEL DIAS, INDUSTRIA E COMÉRCIO DE GRANILHAS NOVA GERAÇÃO LTDA e MUNICÍPIO DE RIO BRANCO DO SUL-PR, para querendo oferecer contestação no prazo de quinze (15) dias (CPC, art. 335), sob pena de revelia, ou seja, não sendo contestado, presumir-se-ão como verdadeiros os fatos articulados na inicial, onde foi alegado em síntese o seguinte: "Os autores são os legítimos possuidores de um lote de terreno rural medindo 193.850,99m², na localidade de Santa Clara, Município de Rio Branco do Sul - PR, conforme Contrato Particular de Cessão de

Direitos Possessórios, firmado em 21 de maio de 2021. O qual demonstra que os autores e seus antecessores sempre mantiveram posse exclusiva, mansa, pacífica e ininterrupta sobre o imóvel por mais de 10 (dez) anos, sem qualquer oposição e com ânimo de donos". E para que chegue ao conhecimento de todos os interessados, expediu-se o presente edital que será publicado na forma da Lei e afixada cópia no local de costume, para que ninguém alegue ignorância futura. Rio Branco do Sul, 13 de agosto de 2021. Eu, Jefferson Luiz Andrade, Escrivão Designado, digitei e subscrevi. - assinatura digital - MARCELO TEIXEIRA AUGUSTO - Juiz de Direito

JUÍZO DE DIREITO DA COMARCA DE RIO BRANCO DO SUL. EDITAL DE CITAÇÃO DOS INTERESSADOS, COM PRAZO DE TRINTA (30) DIAS (CPC, ART. 259). FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que, por meio deste CITA os réus ausentes, incertos e desconhecidos, e possíveis interessados, para os termos dos autos de USUCAPIÃO registrado e autuado sob nº 0000630-50.2021.8.16.0147 e figuram como requerentes FRANCISCA STRESSER LOURENÇO e VICENTE BRAZ LOURENÇO, em face dos confrontantes PEDRO STRESSER, VOTORANTIN CIMENTOS S/A e MUNICÍPIO DE ITAPERUÇU-PR, para querendo oferecerem contestação no prazo de quinze (15) dias (CPC, art. 335), sob pena de revelia, ou seja, não sendo contestado, presumir-se-ão como verdadeiros os fatos articulados na inicial, onde foi legado em síntese o seguinte: "[...] Os Autores são os legítimos possuidores de uma área de 44.726,44m², situada na localidade de São Pedro, Cidade de Itaperuçu - PR, pois a mais de 15 (quinze) anos tomou posse do imóvel, sendo tal posse mansa, exclusiva, pacífica e ininterrupta. Construindo muros, fazendo manutenção e sendo respeitada como reais proprietários". E para que chegue ao conhecimento de todos os interessados, expediu-se o presente edital que será publicado na forma da Lei e afixada cópia no local de costume, para que ninguém alegue ignorância futura. Rio Branco do Sul, 25 de agosto de 2021. Eu, Jefferson Luiz Andrade, Escrivão Designado, digitei e subscrevi. - assinatura digital - MARCELO TEIXEIRA AUGUSTO - Juiz de Direito

JUÍZO DE DIREITO DA COMARCA DE RIO BRANCO DO SUL. EDITAL DE CITAÇÃO DOS INTERESSADOS, COM PRAZO DE TRINTA (30) DIAS (CPC, ART. 259). FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que, por meio deste CITA os réus ausentes, incertos e desconhecidos, e possíveis interessados, para os termos dos autos de USUCAPIÃO registrado e autuado sob nº 0002252-04.2020.8.16.0147 e figura como requerente BRUNA RAFAELA COSTA ROSA, para querendo oferecerem contestação no prazo de quinze (15) dias (CPC, art. 335), sob pena de revelia, ou seja, não sendo contestado, presumir-se-ão como verdadeiros os fatos articulados na inicial, onde foi alegado em síntese o seguinte: "Sendo o Autor da Espécie Usucapienda Bruna Rafaela Costa Rosa pleiteia a declaração de domínio, na espécie descrita preambularmente, consoante os termos art. 1.238 Parágrafo único da Lei civil de regência, possuidor legal de imóvel urbano, com posse a mais de 10 anos, pelos requisitos determinados em Lei, lote de 779,88 m² (setecentos e setenta e nove metros quadrados), com moradia estabelecida e comercio regular desde a tempos, com inscrição imobiliária nº.01.00.01.052.0532.1, N. CAD.: 7018 com o perempto reconhecimento do poder Público Municipal situado Rua Dom João VI, 413 Butierinho - Itaperuçu - Paraná, tendo lastro dominial pacífico, manso e sem obstrução, com as seguintes confrontações e coordenadas: Partindo do marco 25, definido pelo Datum SIRGAS2000 e pela coordenada plana UTM7209423,296 m Norte e 665469,305 m Leste, referida ao meridiano central 51º WGr, deste confrontando neste trecho com ATAIDE ALVES DOS SANTOS JUNIOR, no quadrante Nordeste, seguindo com distância de 17,580 m e azimute plano de 94º 52' 50" chega-se ao marco 26, deste confrontando neste trecho com ATAIDE ALVES DOS SANTOS JUNIOR, no quadrante Sudeste, seguindo com distância de 1,620 m e azimute plano de 196º 33' 59" chega-se ao marco 27, deste confrontando neste trecho com ATAIDE ALVES DOS SANTOS JUNIOR, no quadrante Nordeste, seguindo com distância de 28,340 m, azimute plano de 95º 38' 04" chega-se ao marco 28 deste confrontando neste com RUA D. JOÃO VI, no quadrante Sudeste, seguindo com distância de 18,730 m e azimute plano de 194º 59' 48" chega-se ao marco 29, deste confrontando neste trecho com RENALDO PINTO DE CASTRO, no quadrante Sudoeste, seguindo com distância de 30,310 m e azimute plano de 288º 13' 23" chega-se ao marco 30, deste confrontando neste trecho com RENALDO PINTO DE CASTRO, no quadrante Sudeste, seguindo com distância de 11,780 m e azimute plano de 195º 35' 34" chega-se ao marco 31, deste confrontando neste trecho com ATAIDE ALVES DOS SANTOS, no quadrante Sudoeste, seguindo com distância de 10,890 m e azimute plano de 288º 00' 04" chega-se ao marco 32, deste confrontando neste trecho com ATAIDE ALVES DOS SANTOS, no quadrante Noroeste, seguindo com distancia 22,508 m e azimute plano de 4º 37' 12" chega-se ao marco 25, ponto inicial da descrição deste perímetro.". E para que chegue ao conhecimento de todos os interessados, expediu-se o presente edital que será publicado na forma da Lei e afixada cópia no local de costume, para que ninguém alegue ignorância futura. Rio Branco do Sul, 13 de agosto de 2021. Eu, Jefferson Luiz Andrade, Escrivão Designado, digitei e subscrevi. - assinatura digital - MARCELO TEIXEIRA AUGUSTO - Juiz de Direito

JUÍZO DE DIREITO DA COMARCA DE RIO BRANCO DO SUL. EDITAL DE CITAÇÃO DOS INTERESSADOS, COM PRAZO DE TRINTA (30) DIAS (CPC, ART. 259). FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que, por meio deste CITA os réus ausentes, incertos e desconhecidos, e possíveis interessados, para os termos dos autos de USUCAPIÃO registrado e autuado sob nº 0001261-91.2021.8.16.0147 e figura como requerentes ANDREIA CRISTINA JAMBISKI e SANDIELE APARECIDA GASPARIN, em face dos confrontantes: HÉLIO BILIK, PEDRO ZENITO RIBEIRO DE FARIA, REGINALDO ADRIANO JAMBISKI, ROSANE DE FATIMA CAVALLI e MUNICÍPIO DE RIO BRANCO DO SUL-PR, para querendo oferecerem contestação no prazo de quinze (15) dias (CPC, art. 335), sob pena de revelia, ou seja, não sendo contestado, presumir-se-ão como verdadeiros os fatos articulados na inicial, onde foi alegado em síntese o seguinte: "Os autores são legítimos possuidores de uma área total de 761,62m², sendo "ÁREA A" correspondente a ANDREIA CRISTINA JAMBISKI medindo 417,00m² e "ÁREA B" correspondente a SANDIELE APARECIDA GASPARIN medindo 344,62m², situado no Bairro Santo Antônio, Município de Rio Branco do Sul - PR, doada por Estanislau Jambiski e Edinir Rocha Jambiski, conforme contrato findado em 24 de março de 2021." E para que chegue ao conhecimento de todos os interessados, expediu-se o presente edital que será publicado na forma da Lei e afixada cópia no local de costume, para que ninguém alegue ignorância futura. Rio Branco do Sul, 25 de agosto de 2021. Eu, Jefferson Luiz Andrade, Escrivão Designado, digitei e subscrevi. - assinatura digital - MARCELO TEIXEIRA AUGUSTO - Juiz de Direito

VARA CRIMINAL, INFÂNCIA E JUVENTUDE E FAMÍLIA E SUCESSÕES

Edital de Intimação

JUÍZO DE DIREITO DA COMARCA DE RIO BRANCO DO SUL - PR

EDITAL COM PRAZO DE SESSENTA (60) DIAS, para a INTIMAÇÃO do sentenciado JOÃO DINO DE OLIVEIRA, nos autos de Ação Penal n.º 0000073-93.2003.8.16.0147.

Pelo presente EDITAL, faz saber a todos, em especial o sentenciado JOÃO DINO DE OLIVEIRA, brasileiro, nascido em 30/11/1975, filho de Jesus Costa da Luz Oliveira e Lourival Dino de Oliveira, portador do RG nº 7.635.644-0, atualmente em local desconhecido. E como não tenha sido possível INTIMÁ-LO pessoalmente, pelo presente edital, INTIMA-O de que por sentença proferida em 09/03/2021, foi julgada extinta a punibilidade do acusado JOÃO DINO DE OLIVEIRA, tendo em vista o integral cumprimento das condições estabelecidas, como também pelo decurso do prazo de suspensão sem que tivesse havido qualquer revogação, com fundamento no artigo 89, §5º, da Lei nº 9.099/95. Rio Branco do Sul, 23 de setembro de 2021. Eu, _____ (Anderson Marcel Colodel) Técnico Judiciário, que o digitei e subscrevi.

MARINA LORENA PASQUALOTTO
JUÍZA DE DIREITO

JUÍZO DE DIREITO DA COMARCA DE RIO BRANCO DO SUL - PR

EDITAL COM PRAZO DE TRINTA (30) DIAS, para a INTIMAÇÃO do sentenciado VALDEMIR BORGES DOS SANTOS, nos autos de Ação Penal n.º 0000015-51.2007.8.16.0147

Pelo presente EDITAL, faz saber a todos, em especial ao sentenciado ERIEL FRANÇA DE FARIA, brasileiro, nascido em 30/10/1981, filho Odete de França de Faria e Joaquim de Faria, atualmente em local desconhecido. E como não tenha sido possível INTIMÁ-LO pessoalmente, pelo presente edital, INTIMA-O para comparecer em juízo, no prazo de dez (10) dias, a fim de efetuar o pagamento das custas processuais, no total de R\$ 1.136,62 (um mil, cento e trinta e seis reais e sessenta e dois centavos). Rio Branco do Sul, 01 de setembro de 2021. Eu, _____ (Anderson M. Colodel) Chefe de Secretaria, que o digitei e subscrevi.

MARINA LORENA PASQUALOTTO
JUÍZA DE DIREITO

RIO NEGRO

VARA CRIMINAL, FAMÍLIA E SUCESSÕES, INFÂNCIA E JUVENTUDE E JUIZADO ESPECIAL CÍVEL, CRIMINAL E DA FAZENDA PÚBLICA

Edital de Intimação

PODER JUDICIÁRIO

COMARCA DE RIO NEGRO- ESTADO DO PARANÁ

2ª VARA JUDICIAL - CRIMINAL E ANEXOS EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA PRAZO 90 DIAS

PROCESSO CRIME	0001347-02.2020.8.16.0146
RÉU	MATHEUS GOOD NINGELISKI
PRAZO DO EDITAL	90 DIAS

O Doutor Rodrigo Morillos, MM Juiz de Direito da 2ª Vara Judicial (Criminal e anexos) da comarca de RIO NEGRO, Estado do PARANÁ, na forma da Lei etc. FAZ SABER a todos quantos virem, ou do presente edital conhecimento tiverem que, perante este juízo, tramitam os autos de Processo Crime **0001347-02.2020.8.16.0146**, que o Ministério Público move contra **MATHEUS GOOD NINGELISKI** - brasileiro, filho de Veridiana Good Ningeliski e Edson Luiz Ningeliski, natural de Mafra/SC, nascido aos 20/08/1996, portador do RG nº 13.013.779-2 SSP/PR, inscrito no CPF sob nº 102.366.529-82, com endereços na Rua Ludovico Schuster, nº 1440, Bairro Passa Três e/ou na Rua Camarista João Hirt, 676, Bairro Campo do Gado, ambos na cidade de Rio Negro/PR, ora em lugar incerto e não sabido, e, não sendo possível intimá-lo pessoalmente, **INTIMA-O** pelo presente edital, dos termos da R. Sentença proferida nos autos acima, datada de **22.09.2021**, que o condenou, como incurso nas penas do **art. 155, caput, c/c o art. 14, inc. II, e com a incidência dos art. 61, inc. II, 'h', todos do CP**, a pena definitiva restou fixada em **09 (NOVE) MESES DE RECLUSÃO**, a ser cumprida em regime inicial **ABERTO. SUBSTITUIÇÃO DA PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE POR PENA RESTRITIVA DE DIREITO E SUSPENSÃO CONDICIONAL DA PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE**. Nos termos dos arts. 44 e 77, ambos do CP, considerando que o réu, **a uma**, nos autos, acabou por tomar rumo ignorado (daí a declaração judicial de sua revelia), **a duas**, na data de hoje, além da presente condenação, também foi condenado por crime de furto outro, objeto do PC nº 4278-75.2020.8.16.0146, e, **a três**, quando antes restou beneficiado com 'ANPP' (art. 28-A, do CPP) no presente PC, ocasião em que tinha que cumprir, justamente, medidas da natureza das previstas em PRD e SURSIS, simplesmente nada cumpriu (daí a revogação de apontado acordo), bem se vê que se está diante de agente que não reúne senso de responsabilidade suficiente para alcançar indicados benefícios legais, os quais, pois, restam afastados para o réu no presente julgado. **PENA DE MULTA**. Observando o disposto no **art. 49, caput, do CP**, e com fundamento no **art. 59, inc. II, do CP**, a **pena de multa** é fixada em **10 (dez) dias-multa**, cujo valor unitário, diante da situação econômica do réu, é arbitrado em **1/30 do salário mínimo mensal vigente ao tempo do fato**, nos termos do **art. 49, pars. 1º e 2º, do CP**, e do **art. 60, caput, do CP. Liberdade processual** - Mantém-se o réu em liberdade processual. **Custas judiciais** - Custas pelo réu ('GJ' deferida). **ART. 387, INC. IV, DO CPP**. Deixa de fixar valor em específico considerando que a vítima, conforme nos autos consta, ausentes dados outros, acabou por recuperar o bem objeto da subtração. O prazo para apelação correrá após o término do fixado no presente edital, salvo se, no curso deste, for feita a intimação por qualquer das formas estabelecidas no artigo 392, do CPP. Nada mais. Rio Negro, 23 de setembro de 2021. Eu, Ana Carla Fuchs, Técnica Judiciária que o digitei e subscrevi. Ana Carla Fuchs Técnica Judiciária (assinado digitalmente)

PODER JUDICIÁRIO

COMARCA DE RIO NEGRO- ESTADO DO PARANÁ

2ª VARA JUDICIAL - CRIMINAL E ANEXOS EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA PRAZO 90 DIAS

PROCESSO CRIME	0004278-75.2020.8.16.0146
RÉU	MATHEUS GOOD NINGELISKI
PRAZO DO EDITAL	90 DIAS

O Doutor Rodrigo Morillos, MM Juiz de Direito da 2ª Vara Judicial (Criminal e anexos) da comarca de RIO NEGRO, Estado do PARANÁ, na forma da Lei etc. FAZ SABER a todos quantos virem, ou do presente edital conhecimento tiverem que, perante este juízo, tramitam os autos de Processo Crime **0004278-75.2020.8.16.0146**, que o Ministério Público move contra **MATHEUS GOOD NINGELISKI** - brasileiro, filho de Veridiana Good Ningeliski e Edson Luiz Ningeliski, natural de Mafra/SC, nascido aos 20/08/1996, portador do RG nº 13.013.779-2 SSP/PR, inscrito no CPF sob nº 102.366.529-82, com endereços na Rua Ludovico Schuster, nº 1440, Bairro Passa Três e/ou na Rua Camarista João Hirt, 676, Bairro Campo do Gado, ambos na cidade de Rio Negro/PR, ora em lugar incerto e não sabido, e, não sendo possível intimá-lo pessoalmente, **INTIMA-O** pelo presente edital, dos termos da R. Sentença proferida nos autos acima, datada de **22.09.2021**, que o condenou, como incurso nas penas do **art. 155, par. 4º, inc. I, c/c art. 14, inc. II, ambos do CP**, a pena definitiva restou fixada em **01 (UM) ANO E 04 (QUATRO) MESES DE RECLUSÃO**, a ser cumprida em regime inicial **ABERTO. SUBSTITUIÇÃO DA PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE POR PENA RESTRITIVA DE DIREITO E SUSPENSÃO CONDICIONAL DA PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE**. Nos termos dos arts. 44 e 77, ambos do CP, considerando que o réu, **a uma**, nos autos, acabou por tomar rumo ignorado (daí a declaração judicial de sua revelia), **a duas**, na data de hoje, além da presente condenação, também foi condenado por crime de furto outro, objeto do PC nº 1347-02.2020.8.16.0146, e, **a três**, quando antes restou beneficiado

com 'ANPP' (art. 28-A, do CPP) em PC outro (o PC nº 1347-02.2020.8.16.0146, antes referido), ocasião em que tinha que cumprir, justamente, medidas da natureza das previstas em PRD e SURSIS, simplesmente nada cumpriu (daí a revogação de apontado acordo), bem se vê que se está diante de agente que não reúne senso de responsabilidade suficiente para alcançar indicados benefícios legais, os quais, pois, restam afastados para o réu no presente julgado. **PENA DE MULTA**. Observando o disposto no **art. 49, caput, do CP**, e com fundamento no **art. 59, inc. II, do CP**, a **pena de multa** é fixada em **10 (dez) dias-multa**, cujo valor unitário, diante da situação econômica do réu, é arbitrado em **1/30 do salário mínimo mensal vigente ao tempo do fato**, nos termos do **art. 49, pars. 1º e 2º, do CP**, e do **art. 60, caput, do CP. Liberdade processual** - Mantém-se o réu em liberdade processual. **Custas judiciais** - Custas pelo réu ('GJ' deferida). **ART. 387, INC. IV, DO CPP**. Deixa de fixar valor em específico considerando que a vítima, conforme nos autos consta, ausentes dados outros, acabou por não ter bens do seu patrimônio furtados. O prazo para apelação correrá após o término do fixado no presente edital, salvo se, no curso deste, for feita a intimação por qualquer das formas estabelecidas no artigo 392, do CPP. Nada mais. Rio Negro, 23 de setembro de 2021. Eu, Ana Carla Fuchs, Técnica Judiciária que o digitei e subscrevi. Ana Carla Fuchs Técnica Judiciária (assinado digitalmente)

FORO REGIONAL DE ROLÂNDIA DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE LONDRINA

VARA CÍVEL E DA FAZENDA PÚBLICA

Edital Geral

EDITAL DE LEILÃO JUDICIAL E INTIMAÇÃO

Leilão Exclusivamente Eletrônico

(www.kronbergleiloes.com.br)

O(A) EXMO(A) SR(A) DR(A) JUIZ(A) DE DIREITO DA (O) VARA DA FAZENDA PÚBLICA DA COMARCA DE ROLÂNDIA-PARANÁ, **DR. RENATO CRUZ DE OLIVEIRA JUNIOR**, nomeando o leiloeiro público **HELICIO KRONBERG**, JUCEPAR 653, faz ciência aos interessados e, principalmente, aos executados/devedores que, nos autos do(s) processo(s) abaixo indicado(s), venderá, em **LEILÃO PÚBLICO**, os bens/lotes adiante discriminados. **LOCAL**: Os leilões previstos neste edital serão exclusivamente eletrônicos, no site www.kronbergleiloes.com.br. **DATA E HORA**: **Primeiro leilão: 05/10/2021 Segundo Leilão: 19/10/2021, ambos as 10:05 (horário de Brasília)**. **VENDA DIRETA**: Na hipótese de algum bem/lote indicado neste edital não ser arrematado em nenhum dos leilões designados, o bem/lote poderá ficar disponível no site do leiloeiro pelo prazo de até 60 (sessenta) dias, prazo em que o leiloeiro receberá ofertas, as quais deverão observar o lance mínimo previsto neste edital, para pagamento do valor à vista. As ofertas serão apresentadas pelo leiloeiro, ao r. juízo competente, para análise. Sobre o valor ofertado será devida taxa de comissão de leilão de **5,00%**. **LANCE INICIAL**: **No primeiro leilão**, o leiloeiro iniciará o ato ofertando os lotes tendo como lance mínimo o valor da avaliação. Caso algum lote não seja arrematado no primeiro leilão, o mesmo será ofertado novamente nos demais leilões, na data acima indicada. **No segundo leilão**, fica o leiloeiro autorizado a ofertar os lotes tendo como lance mínimo o valor equivalente a **50%** do valor da avaliação (**art. 891, § único do CPC**). **LANCE CONSIDERADO VENCEDOR**: Será considerado vencedor o lance em maior valor. **CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**: Nos pagamentos mediante guia judicial, deverão ser desconsideradas as datas de vencimento indicadas nas guias, cabendo ao arrematante observar os prazos estabelecidos no presente edital. **CONDIÇÕES DE PAGAMENTO À VISTA**: Nesta modalidade de pagamento, o arrematante, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, contados da data da arrematação em leilão, deverá efetuar, mediante guia judicial, o pagamento do valor integral do valor da arrematação. Na hipótese do arrematante deixar de depositar o valor no prazo fixado, a arrematação restará automaticamente desfeita/resolvida (**art. 903, §1º, III do CPC**), sendo o lote novamente levado à leilão (**do qual o arrematante ficará impedido de participar**), ficando o arrematante, em razão da desistência, obrigado a pagar multa equivalente a 25% do valor da arrematação, além das despesas para a realização de um novo leilão, podendo o r. juízo valer-se da via executiva para a cobrança da multa. **ARREMAÇÃO COM CRÉDITOS DO PRÓPRIO PROCESSO**: Poderá o exequente arrematar o(s) lote(s) utilizando os créditos do próprio processo, observado o previsto no art. 892, §1º, §2º e §3º do CPC. **PROPOSTAS**: Havendo interesse na apresentação de propostas em valor e/ou condições diversas dos previstos neste edital, as mesmas deverão ser apresentadas, por escrito, **para o leiloeiro (no site www.kronbergleiloes.com.br)**, devendo constar na mesma, ao menos: o nome e qualificação do proponente (*e cônjuge, se houver*); bem/lote objeto da proposta; o valor da proposta; as condições de pagamento do valor proposto. Sobre o valor da proposta será devida taxa de comissão de leilão de 5,00%, caso a mesma seja homologada. **O recebimento de proposta pelo leiloeiro não suspenderá os leilões**. As propostas recebidas serão apresentadas nos autos, pelo leiloeiro, para análise do r. juízo competente, **exceto na hipótese do r. juízo vedar o recebimento de propostas**. Na hipótese

de homologação da proposta, o leiloeiro, uma vez intimado, emitirá o auto de arrematação e recolherá o preço. Caso o proponente deixe de honrar a proposta homologada, ficará o mesmo obrigado a pagar multa equivalente a 25% do valor da proposta, assim como a pagar a taxa de comissão de leilão de 5,00 sobre o valor da proposta, tudo isso sem prejuízo de outras penalidades previstas em lei e/ou no presente edital. **EXERCÍCIO DO DIREITO DE PREFERÊNCIA:** Nas hipóteses em que houver previsão legal do exercício do direito de preferência, este deverá ser exercido em igualdade de condições com eventuais outros interessados/licitantes, cabendo ao titular do direito acompanhar o leilão e exercer seu direito de preferência, com base no maior lance (*e nas mesmas condições de pagamento*) recebido pelo leiloeiro durante o leilão ou com base no valor do lance inicial (*quando não comparecerem interessados na arrematação do bem*), até a assinatura do auto de arrematação ou homologação do leilão pelo r. juízo competente, sob pena de preclusão, devendo, para tanto, recolher o preço e a taxa de comissão do leiloeiro. **MANIFESTAÇÃO DO ARREMATANTE:** Para se manifestar nos autos do processo deverá o arrematante constituir advogado, especialmente na hipótese de desistência prevista no art. 903, § 5º, I, II e III do CPC. **TAXA DE COMISSÃO DE LEILÃO:** Em caso de arrematação, será devida, pelo arrematante, taxa de comissão de 5,00% sobre o valor total da arrematação, taxa esta devida mesmo na hipótese do exequente arrematar com créditos (*independente de exibir ou não o preço*). Na hipótese de acordo ou remição após o leilão, será devida, pelo devedor, taxa de comissão de 5,00% sobre o valor da arrematação efetuada no leilão já realizado. Em caso de adjudicação, será devida, pelo adjudicante, taxa de comissão de 2% sobre o valor atualizado da avaliação do bem adjudicado. Em caso de remição ou acordo antes do leilão, será devida, pelo devedor ou por quem tal obrigação for imposta no acordo firmado, taxa de comissão de 2% sobre o valor da tal remida ou sobre o valor do acordo, sendo que na hipótese de tal percentual representar valor inferior a R\$ 1.500,00, deverá este montante ser observado como valor mínimo a ser pago para o leiloeiro. O valor da comissão deverá ser integralmente quitado no prazo de até 03 (três) dias úteis, contados da data da arrematação, adjudicação, remição ou acordo. O valor da comissão não está incluso no valor da arrematação, adjudicação, remição ou acordo, devendo ser destacada e paga para o leiloeiro. A comissão do leiloeiro será integralmente devida mesmo em caso de inadimplência ou desistência/arrepimento do arrematante que acarrete no desfazimento/resolução da arrematação, não sendo a obrigação afastada mesmo na hipótese do bem vir a ser arrematado em leilão que venha a ser posteriormente realizado. Ficam os interessados cientes que na hipótese de desistência da arrematação em razão da oposição de embargos e/ou de qualquer outra medida que vise a nulidade ou desfazimento da arrematação, incluindo as hipóteses previstas no art. 903, §5º do CPC ou, ainda, nas hipóteses em que, mesmo não havendo desistência, a arrematação vier a ser declarada nula ou desfeita, será devida taxa de comissão no percentual de 2% sobre o valor da arrematação, sendo, em tal hipótese, caso já tenha sido paga a comissão, restituído para o arrematante a diferença (*se houver*). Assim, ao participar do leilão, o interessado adere a tal condição e reconhece que, mesmo quando há a desistência, nulidade ou desfazimento da arrematação, o percentual de comissão fixado é devido à medida de que o serviço prestado pelo leiloeiro não se resume a realização do leilão, sendo necessário executar diversos outros atos para fazer frente à nomeação, a exemplo da elaboração de minuta do edital, divulgação do leilão, visitação dos bens, dentre outros atos que geram despesas para o leiloeiro. No entanto, caso o desfazimento ou nulidade da arrematação ocorrer por culpa exclusiva do leiloeiro, será devida a restituição da integralidade da taxa de comissão recebida. Na hipótese em que, por qualquer motivo, foi determinada a restituição da taxa de comissão recebida (*no todo ou em parte*), o valor a ser restituído será corrigido pelo IPCA-E, devendo ser considerado/aplicado mesmo quando for negativo, sendo afastado qualquer outro índice de correção. **DÍVIDAS E ÔNUS:** A arrematação será considerada aquisição originária. Assim, os bens arrematados serão entregues, ao arrematante, livres e desembaraçados de quaisquer ônus e débitos (*até a data da expedição da carta de arrematação ou mandado de entrega*), inclusive dívidas *propter rem*. Os ônus e débitos mencionados no presente edital devem ser considerados meramente informativos, prestando-se ao cumprimento do previsto no art. 886 do CPC, não acarretando obrigação do arrematante em suportar os mesmos. Eventuais restrições/limitações ao uso do bem arrematado (*a exemplo de restrições construtivas, ambientais, dentre outras*) não se confundem com ônus e, por isso, permanecem mesmo após o leilão. **Em relação a eventuais créditos tributários**, será aplicada a norma prevista no art. 130, § único do CTN, cabendo ao credor habilitar seu crédito junto aos autos do processo a que se refere o presente edital. **Em relação a eventuais créditos condominiais**, será aplicada a norma prevista no art. 908, §1º do CPC, cabendo ao condomínio habilitar seu crédito junto aos autos do processo a que se refere o presente edital. Caberá ao arrematante arcar com todos os custos e tributos eventualmente incidentes sobre a arrematação e transferência do bem, inclusive, mas não somente, ITBI, ICMS, IRPF e/ou IRPJ, taxas de transferência, dentre outros. **Na hipótese de arrematação de veículo**, ficam os interessados cientes que, para a transferência do veículo para o nome do arrematante, será necessária a desvinculação dos débitos com fato gerador anterior ao leilão, bem como o cancelamento de eventuais ônus e/ou bloqueios que recaiam sobre o veículo, para o que se faz necessário aguardar os trâmites legais, não tendo o Poder Judiciário e/ou leiloeiro qualquer responsabilidade pelas providências e prazos dos órgãos de trânsito e demais órgãos responsáveis, sendo de responsabilidade do arrematante acompanhar os procedimentos. **Em caso de adjudicação de bem**, serão mantidos todos os ônus e débitos que recaiam sobre o bem adjudicado, exceto na hipótese de decisão judicial em sentido contrário. **TRANSMISSÃO ON LINE:** Os leilões previstos neste edital ocorrerão, nos dias e horários indicados, exclusivamente em ambiente eletrônico (www.kronbergleiloes.com.br). Os leilões poderão, a critério do leiloeiro, ser transmitidos, em tempo real, por intermédio

do [sitewww.kronbergleiloes.com.br](http://www.kronbergleiloes.com.br). Contudo, em razão de problemas técnicos, a transmissão pode não ser possível ou sofrer interrupções totais ou parciais, o que, em nenhuma hipótese, invalidará e/ou postergará o ato. **LANCES PELA INTERNET:** Os interessados em participar do leilão deverão dar lances, exclusivamente pela internet, por intermédio do site www.kronbergleiloes.com.br. **Serão aceitos lances a partir da inserção do leilão no site do leiloeiro.** Todos os atos realizados via internet ficarão sujeitos ao bom funcionamento do sistema, ficando o Poder Judiciário e/ou leiloeiro, desde já, isentos de qualquer responsabilidade. Os interessados em ofertar lances eletrônicos deverão observar as condições previstas no site do leiloeiro e na legislação em vigor, sendo condição o cadastro prévio no site do leiloeiro. Ao participar do leilão o interessado concorda com todas as condições previstas neste edital. **CONDIÇÕES GERAIS:** O interessado é o único responsável pelas informações e documentos fornecidos por ocasião do cadastro para participar do leilão, respondendo, cível e criminalmente, por eventual informação incorreta que venha a prejudicar o ato. Ao se cadastrar e participar do leilão, o interessado adere integralmente às condições do mesmo, principalmente às condições previstas no presente edital. Os lances ofertados são irrevogáveis, sem direito ao arrependimento. Fica o leiloeiro autorizado a, querendo, ofertar todos ou parte dos lotes de forma agrupada, tendo como lance mínimo a soma do valor dos lotes individuais, permitindo, assim, a arrematação conjunta de lotes por um único arrematante (*art. 893 do CPC*). Poderá o leiloeiro atualizar o valor da avaliação. As medidas e confrontações dos imóveis e/ou benfeitorias, eventualmente constantes no presente edital, deverão ser consideradas meramente enunciativas, já que extraídas dos registros imobiliários, laudo de avaliação e demais documentos anexados aos autos. Para todos os efeitos, considera-se a venda dos bens imóveis como sendo *ad corpus*, não cabendo qualquer reclamação posterior em relação a medidas, confrontações e/ou demais peculiaridades das áreas/imóveis, cabendo aos interessados vistoriarem os bens/áreas antes de ofertarem lances no leilão, inclusive no que se refere às edificações existentes nos imóveis, se houver. Eventuais informações acerca de ocupação/invensão/desocupação dos imóveis deverão ser levantadas pelos licitantes interessados na arrematação. Na hipótese do imóvel arrematado encontrar-se tombado ou ser considerado como UIP pelo Município, caberá ao arrematante observar a legislação pertinente, principalmente no que se refere a conservação do bem e restrições de uso. É de responsabilidade do arrematante verificar, antes do leilão, eventual restrição ao uso do imóvel, inclusive, mas não somente, restrição construtiva, restrição ambiental, dentre outras, não sendo aceitas reclamações após o leilão. Os bens serão entregues nas condições em que se encontram, inexistindo qualquer espécie de garantia (*inclusive de funcionamento*). Sendo arrematado veículo, ficam os interessados cientes da possibilidade do mesmo não ter chaves, sendo de responsabilidade do arrematante providenciar e arcar com os custos das mesmas. Em caso de arrematação de bem móvel, inclusive veículo, **caberá ao arrematante arcar com todos os custos com a desmontagem, retirada e transporte, do bem arrematado, do local onde o mesmo se encontra, devendo a retirada ocorrer no prazo máximo de 10 (dez) dias** contados da data de expedição da carta de arrematação ou mandado de entrega, sob pena de perdimento do bem em favor do leiloeiro, para pagamento dos custos de armazenamento. **Em se tratando de unidade autônoma de vaga de garagem**, deve ser observado o art. 1331, §1º do Código Civil, cabendo ao interessado consultar as normas previstas na Convenção do Condomínio, não sendo aceitas reclamações após o leilão. Caberá ao arrematante arcar com os custos para a expedição da respectiva Carta de Arrematação ou Mandado de Entrega, cujos valores deverão ser recolhidos diretamente à Vara onde tramitam os autos a que se referem o presente edital. **INFORMAÇÕES:** Com o leiloeiro, pelo telefone (41) 3233-1077 ou pelo site www.kronbergleiloes.com.br. **Visitação do(s) bem(ens) mediante contato prévio com o leiloeiro, sendo possível apenas na hipótese do(s) bem(ens) estar(em) sob a guarda ou posse do leiloeiro.** Não será permitida visita sem agendamento prévio. **PRAZO PARA IMPUGNAR ESTE EDITAL:** O presente edital pode ser impugnado no prazo de 05 (*cinco*) dias corridos, contados da publicação do mesmo no site do leiloeiro (www.kronbergleiloes.com.br), **sob pena de preclusão.** Para que chegue ao conhecimento de todos os interessados e para que ninguém possa alegar ignorância, mandou o(a) Meritíssimo(a) Juiz(a) de Direito que se expedisse o presente edital que deverá ser publicado e afixado na forma da Lei. **Ficam, desde já, intimadas as partes, os coproprietários, os arrendatários rurais, os interessados e, principalmente, os executados art. 889, § único do CPC), credores hipotecários ou credores fiduciários, bem como os respectivos cônjuges, se casados forem:** ESTADO DO PARANÁ, MERCIA MIRANDA VASCONCELLOS CUNHA, ROSILDA TAVARES DE OLIVEIRA DUMAS, INDUSTRIA E COMERCIO DE METAIS KARIB LTDA ME, ANA PAULA LOPES.

EXECUÇÃO FISCAL - 0006870-23.2019.8.16.0148 Requerente: ESTADO DO PARANÁ **Requerido:** INDUSTRIA E COMERCIO DE METAIS KARIB LTDA ME. **Bem (lote único)** VEÍCULO FORD FIESTA CLX, ANO DE FABRICAÇÃO/

MODELO 1996/1996, COMBUSTÍVEL GASOLINA, PLACA AZS-0223, CHASSI Nº 9BFZZZFDATB027883, RENAVAM 662130430. O BEM ENCONTRA-SE COM A EXECUTADA NA RUA ARTHUR THOMAS, 332, CENTRO, CEP 86600-179, ROLÂNDIA - PR. **Recursos Pendentes:** Não Há. **Ônus:** Não Há. **VALOR DA DÍVIDA R\$ 50.567,30** em 12 de julho de 2021, **VALOR DE AVALIAÇÃO R\$ 5.000,00** em 05 de abril de 2021. **Valor do bem em segundo leilão:** R\$ 2.500,00. Rolândia, 16 de setembro de 2021.

Helcio Kronberg

Leiloeiro Público Oficial

JUÍZO ÚNICO

Edital de Intimação - Criminal

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DE SALTO DO LONTRA

VARA PLENÁRIO DO TRIBUNAL DO JÚRI DE SALTO DO LONTRA - PROJUDI
Rua Curitiba, 435 - Colina Verde - Salto do Lontra/PR - CEP: 85.670-000 - Fone:
(46) 3538 2200

EDITAL DE CONVOCAÇÃO SÉTIMA REUNIÃO PERIÓDICA DO ANO DE 2021

A Dra. Ana Paula Menon Loureiro Pianaro Angelo, MM.^a Juíza de Direito da **Vara Plenário do Tribunal do Júri de Salto do Lontra**.

FAZ SABER, a todos quantos o presente Edital virem ou tomarem conhecimento que, com observância das formalidades legais e mediante termo lavrado em livro próprio, foram SORTEADOS, nesta data, para servirem durante a **SÉTIMA REUNIÃO PERIÓDICA DO ANO DE 2021**, cuja sessão encontra-se programada para o dia 06 de outubro de 2021, às 13h00min, no auditório do Tribunal do Júri, sito à Rua Curitiba, 435 - Colina Verde - Salto do Lontra/PR - CEP: 85.670-000 - Fone: (46) 3538 2200, os seguintes JURADOS, os quais ficam convocados para as mencionadas sessões, através do presente edital e das notificações a serem efetuadas por Oficiais de Justiça, a saber: **1. FÁTIMA APARECIDA LONGARETE; 2. SUELI APARECIDA C. ZEFERINO; 3. ALTAMIR FAUST; 4. MARILDE BRANDÃO; 5. MARCELO BORGES; 6. DEBORA NORBERT; 7. DAIANE GASPERIN; 8. SEDENIR RHODEN; 9. JAQUELINE SOKOLOSKIROANI; 10. IONARA BELLE; 11. TAMIRIS CEOLIN; 12. EVANIR FRIGO; 13. LEILA BERENI CESCOTTON; 14. TAINI NECKER; 15. JULIANO BAGGIO; 16. CAMILA TAIS DAL CORTIVO; 17. JANETE BECKER ONOFRE; 18. ELCIMAR AUGUSTINHO FAUST; 19. LUIZ CARLETTI; 20. ALEX RODRIGO DA ROSA; 21. CÉLIA BARTINIK; 22. JOÃO PAULO ALBERTON; 23. IAN MARCOS BERTOGLIO; 24. EDIANI BORGES BROGNARA; 25. NATALINO VITORETTI.** Ainda, visando assegurar o comparecimento do número mínimo de Jurados, a MM.^a Juíza sorteou, como SUPLENTEs, os Jurados: **1. ROSANGELA ANTONELLO WARMLING; 2. ANA PAULA RODRIGUES; 3. EDINALVA APARECIDA CANCELIER VIEIRA; 4. MARINEZ KOLONETZ; 5. ELIZANDRA RISSON MONTEIRO; 6. RODOLFO GRAHL; 7. DAIANE CESCONETO; 8. ELIZEU BOGER; 9. MAICON MORGUEROT; 10. TÂNIA BOLIGON.** E para que não se possa alegar ignorância, mandou expedir o presente EDITAL, que será afixado no lugar de costume e publicado pela Imprensa Oficial, na forma da lei. Dado e passado nesta cidade e Comarca de Salto do Lontra, Estado do Paraná, aos 23 de setembro de 2021. Eu, Janaina Vitoria Viante, estagiária, lavrei e subscrevo.

ANA PAULA MENON LOUREIRO PIANARO ANGELO
Juíza de Direito

SANTA HELENA

JUÍZO ÚNICO

Edital de Citação - Criminal

FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem, que neste Juízo e Vara Criminal, tramitam os autos de Ação Penal - Procedimento Ordinário nº **0002646-36.2019.8.16.0150**, em que é autor o Ministério Público do Estado do Paraná e Réu **MARCIO KROPARNISKI**, brasileiro, portador do RG nº 69467865 SSP/PR, inscrito no CPF nº 010.497.709-43, nascido em 19/05/1976, filho de GLORIA ALVES KROPARNISKI e VIESLAU MARTIM KROPARNISKI, natural de Palotina/PR, ATUALMENTE EM LUGAR INCERTO E NÃO SABIDO, **CITA e NOTIFICA** o denunciado supramencionado, para que apresente por meio de advogado constituído, defesa escrita **no prazo de 10 (dez) dias**, podendo em tal oportunidade arguir preliminares e alegar tudo o que interessar à sua defesa, oferecer documentos e justificações, especificar as provas pretendidas e arrolar testemunhas, consoante o disposto nos arts. 361 e 396, parágrafo único, do Código de Processo Penal, nos autos acima mencionados, **como incurso previsto no artigo 121, caput, combinado com o artigo 14, inciso II, ambos do Código Penal**. Dado e passado nesta cidade e Comarca de Santa Helena, aos 24 de setembro de 2021. Eu, _____, (Maira Soalheiro Grade), Analista Judiciária, o digitei e dou fé.

SANTO ANTÔNIO DO SUDOESTE

JUÍZO ÚNICO

Edital de Citação

EDITAL DE CITACÃO Prazo: 15 (quinze) dias

O Doutor Rodrigo de Lima Mosimann

, Juiz de Direito da única Vara Criminal da Comarca de Santo Antônio do Sudoeste, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e na forma da lei, FAZ SABER a todos que quanto o presente edital vierem, com o prazo de quinze (15) dias, ou dele conhecimento tiverem, que não tendo sido possível citar e intimar pessoalmente o acusado **MARCELO PABLO TOGNI DA SILVA**, brasileiro, filho de Silvana Togni e de Marcelo da Silva, nascido aos 18/04/1998, RG nº 127720657 SSP/PR atualmente em lugar incerto e não sabido, pelo presente **CITA-O**, a fim se ver processar até final do julgamento nos autos do **processo crime nº 1309-34.2018.8.16.0154**, como incurso nas sanções do art. 14 da Lei 10.826/03, em face da prática dos descritos na denúncia, ainda, para apresentar defesa escrita, através de advogado, no prazo de dez (10) dias, podendo, na resposta (defesa), arguir preliminares e alegar tudo o que interesse à sua defesa, oferecer documentos e justificações, especificar as provas que pretende produzir e arrolar testemunhas, qualificando-as e requerendo a sua intimação quando necessária, e, caso não apresente defesa será nomeado defensor para assim proceder, nos termos do artigo 396 do Código de Processo Penal, ficando, ainda, advertido de que não comparecendo ou não constituindo advogado que o representante no processo, poderá ser declarada a suspensão do curso do prazo prescricional e também poderá ser suspenso o curso do processo, na forma da legislação vigente. Santo Antônio do Sudoeste/PR, aos 23 de setembro de 2021. Eu, _____, José Roberto Salvadori Filho, Chefe de Secretaria, editei e subscrevi.

Rodrigo de Lima Mosimann

Juiz de Direito

EDITAL DE CITACÃO Prazo: 15 (quinze) dias

O Doutor Rodrigo de Lima Mosimann

, Juiz de Direito da única Vara Criminal da Comarca de Santo Antônio do Sudoeste, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e na forma da lei, FAZ SABER a todos que quanto o presente edital vierem, com o prazo de quinze (15) dias, ou dele conhecimento tiverem, que não tendo sido possível citar e intimar pessoalmente o acusado **PEDRO DOS SANTOS**, brasileiro, filho de Maria da Silva Santos e de João Domingos dos Santos, nascido aos 25/07/1975, RG nº 69686362 SSP/PR atualmente em lugar incerto e não sabido, pelo presente **CITA-O**, a fim se ver processar até final do julgamento nos autos do **processo crime nº 338-49.2018.8.16.0154**, como incurso nas sanções do art. 171 do Código Penal, em face da prática dos descritos na denúncia, ainda, para apresentar defesa escrita, através de advogado, no prazo de dez (10) dias, podendo, na resposta (defesa), arguir preliminares e alegar tudo o que interesse à sua defesa, oferecer documentos e justificações, especificar as provas que pretende produzir e arrolar testemunhas, qualificando-as e requerendo a sua intimação quando necessária, e, caso não apresente defesa será nomeado defensor para assim proceder, nos termos do artigo 396 do Código de Processo Penal, ficando, ainda, advertido de que não comparecendo ou não constituindo advogado que o representante no processo, poderá ser declarada a suspensão do curso do prazo prescricional e também poderá ser suspenso o curso do processo, na forma da legislação vigente. Santo Antônio do Sudoeste/PR, aos 23 de setembro de 2021. Eu, _____, José Roberto Salvadori Filho, Chefe de Secretaria, editei e subscrevi.

Rodrigo de Lima Mosimann

Juiz de Direito

EDITAL DE CITACÃO Prazo: 15 (quinze) dias

O Doutor Rodrigo de Lima Mosimann

, Juiz de Direito da única Vara Criminal da Comarca de Santo Antônio do Sudoeste, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e na forma da lei, FAZ SABER a todos que quanto o presente edital vierem, com o prazo de quinze (15) dias, ou dele conhecimento tiverem, que não tendo sido possível citar e intimar pessoalmente o acusado **VALMIR CARLOS MANTAI**, brasileiro, filho de Ines Maria da Silva Mantai e de João Francisco Froner Mantai, nascido aos 24/10/1974, RG nº 155078561 SSP/PR atualmente em lugar incerto e não sabido, pelo presente **CITA-O**, a fim se ver processar até final do julgamento nos autos do **processo crime nº 19-47.2019.8.16.0154**, como incurso nas sanções do art. 217-A do Código Penal, em face da prática dos descritos na denúncia, ainda, para apresentar defesa escrita, através de advogado, no prazo de dez (10) dias, podendo, na resposta (defesa), arguir preliminares e alegar tudo o que interesse à sua defesa, oferecer documentos e justificações, especificar as provas que pretende produzir e arrolar testemunhas, qualificando-as e requerendo a sua intimação quando necessária, e, caso não apresente defesa será nomeado defensor para assim proceder, nos termos do artigo 396 do Código de Processo Penal, ficando, ainda, advertido de que não

comparecendo ou não constituindo advogado que o represente no processo, poderá ser declarada a suspensão do curso do prazo prescricional e também poderá ser suspenso o curso do processo, na forma da legislação vigente. Santo Antônio do Sudoeste/PR, aos 23 de setembro de 2021. Eu, _____, José Roberto Salvadori Filho, Chefe de Secretaria, editei e subscrevi.
Rodrigo de Lima Mosimann
Juiz de Direito

EDITAL DE CITACÃO Prazo: 15 (quinze) dias
O Doutor Rodrigo de Lima Mosimann
Juiz de Direito da única Vara Criminal da Comarca de Santo Antônio do Sudoeste, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e na forma da lei, FAZ SABER a todos que quanto o presente edital vierem, com o prazo de quinze (15) dias, ou dele conhecimento tiverem, que não tendo sido possível citar e intimar pessoalmente o acusado **DORVALINO DANIEL DOS SANTOS**, brasileiro, filho de Zelinda dos Santos e de Pedro Daniel dos Santos, nascido aos 17/10/1946, RG nº 56745270 SSP/PR atualmente em lugar incerto e não sabido, pelo presente **CITA-O**, a fim se ver processar até final do julgamento nos autos do processo crime nº 3331-65.2018.8.16.0154, como incurso nas sanções do art. 217-A do Código Penal, em face da prática dos descritos na denúncia, ainda, para apresentar defesa escrita, através de advogado, no prazo de dez (10) dias, podendo, na resposta (defesa), arguir preliminares e alegar tudo o que interesse à sua defesa, oferecer documentos e justificações, especificar as provas que pretende produzir e arrolar testemunhas, qualificando-as e requerendo a sua intimação quando necessária, e, caso não apresente defesa será nomeado defensor para assim proceder, nos termos do artigo 396 do Código de Processo Penal, ficando, ainda, advertido de que não comparecendo ou não constituindo advogado que o represente no processo, poderá ser declarada a suspensão do curso do prazo prescricional e também poderá ser suspenso o curso do processo, na forma da legislação vigente. Santo Antônio do Sudoeste/PR, aos 23 de setembro de 2021. Eu, _____, José Roberto Salvadori Filho, Chefe de Secretaria, editei e subscrevi.
Rodrigo de Lima Mosimann
Juiz de Direito

Edital de Intimação

EDITAL DE INTIMAÇÃO
Prazo: 30 (trinta) dias
O Doutor Rodrigo de Lima Mosimann, Juiz de Direito da Vara Criminal da Comarca de Santo Antônio do Sudoeste, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e na forma da lei, FAZ SABER a todos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, e especialmente o réu **CLEIDIMIR DA VEIGA**, brasileiro, nascido aos 26/05/1991, filho de Edite da Veiga, RG nº 104049508 SSP/PR, ora em lugar incerto e não sabido, **INTIMA-O**, para que no prazo de 30 dias efetue o pagamento ou requeira o parcelamento das custas processuais no valor de R\$ 1.543,49 (um mil quinhentos e quarenta e três reais e quarenta e nove centavos) e a pena de multa no valor de R\$ 1.955,85 (um mil novecentos e cinquenta e cinco reais e oitenta e cinco centavos), totalizando R\$ 3.499,34 (três mil quatrocentos e noventa e nove reais e trinta e quatro centavos), nos autos de Processo Crime nº 2506-87.2019.8.16.0154, sob pena de inscrição em dívida ativa. E, como consta dos autos, que o réu acima mencionado, se encontra em lugar incerto e não sabido, é expedido o presente edital, com o prazo de 30 (trinta) dias, a ser contado a partir da data da publicação no Diário da Justiça do Estado, pelo que fica o réu devidamente intimado para pagamentos das despesas. Dado e passado nesta cidade e Comarca de Santo Antônio do Sudoeste, Estado do Paraná, aos 23 de setembro de 2021. Eu, _____ (José Roberto Salvadori Filho), Técnico de Secretaria, editei e subscrevi.
Rodrigo de Lima Mosimann
Juiz de Direito

EDITAL DE INTIMAÇÃO
Prazo: 30 (trinta) dias
O Doutor Rodrigo de Lima Mosimann, Juiz de Direito da Vara Criminal da Comarca de Santo Antônio do Sudoeste, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e na forma da lei, FAZ SABER a todos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, e especialmente o réu **LUIZ CARLOS ROBERTO DE LIMA**, brasileiro, nascido aos 08/10/1983, filho de Judith Terezinha de Moraes e de Carlos Roberto de Lima, RG nº 124172551/PR, ora em lugar incerto e não sabido, **INTIMA-O**, para que no prazo de 30 dias efetue o pagamento ou requeira o parcelamento das custas processuais no valor de R\$ 712,85 (setecentos e doze reais e oitenta e cinco centavos), nos autos de Processo Crime nº 536-23.2017.8.16.0154, sob pena de inscrição em dívida ativa. E, como consta dos autos, que o réu acima mencionado, se encontra em lugar incerto e não sabido, é expedido o presente edital, com o prazo de 30 (trinta) dias, a ser contado a partir da data da publicação no Diário da Justiça do Estado, pelo que fica o réu devidamente intimado para pagamentos das despesas. Dado e passado nesta

cidade e Comarca de Santo Antônio do Sudoeste, Estado do Paraná, aos 23 de setembro de 2021. Eu, (José Roberto Salvadori Filho), Técnico de Secretaria, editei e subscrevi.
Rodrigo de Lima Mosimann
Juiz de Direito

SÃO JOÃO DO TRIUNFO

JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL

Edital Geral - Cível

PORTARIA nº 02/2018

O Doutor **GYORDANO BRENN WESCHENFELDER BORDIGNON**, Juiz de Direito Titular da Comarca de São João do Triunfo, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,
CONSIDERANDO que o art. 93, inciso XIV, da Constituição Federal (Emenda Constitucional nº 45/04) permite a delegação de poderes para a prática de atos de administração e atos de mero expediente, sem caráter decisório, à Serventia;
CONSIDERANDO os princípios constitucionais da razoável duração do processo, da celeridade processual e da eficiência (arts. 5º, inciso LXXVIII, e 37, caput, da Constituição Federal);
CONSIDERANDO a entrada em vigor do novo Código de Processo Civil (Lei nº 13.105/2015), em 18 de março de 2016;
CONSIDERANDO que os arts. 152, inciso VI, e 203, §4º, do Código de Processo Civil;
CONSIDERANDO a necessidade de se imprimir maior celeridade e agilidade na tramitação dos processos;
CONSIDERANDO a necessidade de adequação dos atos processuais e das petições ao processo eletrônico;
CONSIDERANDO a necessidade de atualizar alguns dispositivos da Portaria ora vigente para a otimização da atividade jurisdicional e cartorária
RESOLVE:
Art. 1º. Os arts. 19, 28, 37, 38, 46, 47, 48, 49, 50, 58, 74, 83, 90, 91, 92, 93, 114, 127, 129, 137, 139 e 153 da Portaria nº 02/2017 passam a ter a seguinte redação:

"(...)
ATRASOS DO OFICIAL DE JUSTIÇA
Art. 19. Verificando-se que o Oficial de Justiça não devolveu o mandado no prazo regulamentar de 15 (quinze) dias (CN, 9.2.2), tampouco justificou o atraso (CN, 9.2.4.1), deverá o Cartório proceder às seguintes diligências:
I - intimar o Oficial de Justiça para que apresente o mandado devidamente cumprido em 15 (quinze) dias, podendo ser prorrogado por mais 15 (quinze) dias.
II - em caso de silêncio, reiterar a intimação, com prazo de 72 horas, devendo também apresentar justificativa fundamentada quanto à demora no cumprimento do mandado, sob pena de ser instaurado procedimento administrativo e suspensão a distribuição de novos mandados, tudo em conformidade com o que determina o item 9.2.2 e seguintes, do Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça.
III - novamente não havendo devolução ou justificativa, ou apresentando apenas justificativa, deverá o Cartório tornar conclusos para análise quanto à eventuais providências disciplinares, substituição do oficial e/ou suspensão da distribuição de novos mandados, certificando:
a) a data da expedição do mandado;
b) a data do recebimento do mandado pelo Oficial;
c) o cumprimento integral do caput e incisos I e II deste artigo, quanto às intimações do Oficial de Justiça para devolução, indicando as datas das intimações para devolução, e as movimentações processuais onde se localizam;
d) se o Oficial de Justiça apresentou pedido de prorrogação de prazo;
e) se o Oficial de Justiça apresentou justificativa pelo descumprimento dos prazos;
f) se o presente feito integrou o(s) último(s) processo(s) administrativo(s) abertos em face do servidor;
g) se as partes são beneficiárias da gratuidade da justiça, ou se foram recolhidas custas para o cumprimento do ato;
Parágrafo único. Tratando-se de atraso em mandado relativo a realização de ato iminente, assim não havendo tempo hábil para as providências das alíneas 'a' e 'b' supra, deverá ser a situação certificada nos autos, vindo conclusos para deliberação imediata. O mesmo se aplica em processos relativos a questões urgentes.

"(...)
AUSÊNCIA DE RESPOSTA
Art. 28. O Cartório deverá reiterar os ofícios não respondidos com prazo de resposta excedido, que em regra é de 15 (quinze) dias.
Parágrafo único. Novamente não havendo resposta, ultrapassados 30 (trinta) dias da primeira solicitação, deverá reiterar uma terceira e última vez, com tarja de urgência, constando que a ausência de atendimento implicará em comunicação à Corregedoria, em se tratando o destinatário de órgão jurisdicional, ou crime de desobediência, nos demais casos.
"(...)
PRODUÇÃO DE PROVA PERICIAL

Art. 37. Deferida a prova pericial em decisão saneadora, e após nomeado perito, serão intimadas as partes para (inclusive o MP se atuar como fiscal da lei), dentro de 15 (quinze) dias contados da intimação: a) arguir o impedimento ou a suspeição do perito, se for o caso; b) indicar assistente técnico; c) apresentar quesitos.

Art. 38. Será também intimado o Sr. Perito da nomeação, para que em 05 dias apresente (art. 465, §2º, do CPC): a) proposta de honorários; b) currículo, com comprovação de especialização (salvo se já depositado em cartório); c) contatos profissionais, em especial o endereço eletrônico, para onde serão dirigidas as intimações pessoais.

(...)

PEDIDOS DE SUSPENSÃO DO PROCESSO

Art. 46. Em qualquer processo, sendo requerida a suspensão do feito por qualquer das partes, deverá a serventia verificar se o pedido foi fundamentado, apresentando as razões da suspensão, inclusive o dispositivo legal, sendo que em caso negativo deverá intimar a parte para esclarecer o pedido em 05 (cinco) dias.

Parágrafo único. Se o pedido de suspensão não trouxer prazo determinado, deverá a serventia intimar o postulante para que esclareça o prazo.

Art. 47. Em qualquer processo, havendo pedido de suspensão formulado por apenas uma das partes, a parte contrária será intimada para que no prazo de 05 (cinco) dias se manifeste, interpretando-se a inércia como concordância, caso em que os autos serão conclusos.

Art. 48. Caso seja processo de intervenção do Ministério Público, deverão os autos ser remetidos com vista, após a manifestação da(s) parte(s), para que se manifeste sobre o pedido de suspensão.

Art. 49. Caso seja deferido o pedido de suspensão, após vencido o prazo deverá a parte autora (ou ambas, caso tenha sido pedido conjunto) ser intimada para se manifestar sobre o interesse no prosseguimento do feito em 10 dias, pena de extinção, aplicando-se no que couber o contido no art. 45.

Parágrafo único. Havendo novo pedido de suspensão, os autos deverão ser conclusos para análise, observadas as diligências dos artigos anteriores.

Art. 50. Em processos de execução (de título extrajudicial, fiscal, contra a Fazenda Pública e cumprimento de sentença), se exequente requerer a suspensão do processo em razão da não localização de bens, deverá o Cartório, antes de remeter os autos à conclusão, certificar se foram esgotadas todas as diligências para bloqueio e penhora de bens (BACENJUD, RENAJUD, penhora através de Oficial de Justiça, INFOJUD, etc.).

(...)

ALVARÁS

Art. 58. Havendo pedido de expedição de alvarás em nome de advogados para levantamento de verba da parte, deverá o Cartório, antes de fazer a conclusão dos autos:

I - Havendo decisão anterior que já concedeu a expedição do alvará, certificar a movimentação onde se encontra e se decorreu o prazo recursal (ou se foi deferido pedido de renúncia do prazo recursal), certificando a sua preclusão ou trânsito em julgado.

(...)

§6º. Por fim, após as diligências, deverá a serventia certificar que a conta judicial se encontra zerada (sem saldo) ou encerrada, a fim de evitar futuras diligências com depósitos residuais ou não levantados, sendo vedado eventual arquivamento de processos com valores depositados e não levantados.

(...)

Art. 74. Após a certidão de trânsito em julgado, feita em qualquer grau de jurisdição, e com a baixa dos autos, se o caso, o Cartório deverá cumprir imediatamente os mandamentos da parte dispositiva da sentença, como as expedições de alvarás e de ofícios, os desbloqueios e os levantamentos de restrições ou penhoras, bem como qualquer outra ordem que dependa de manifestação da parte interessada.

Parágrafo único. Antes do arquivamento, deverá a serventia sempre verificar a existência de depósitos judiciais pendentes, certificando. Em caso positivo, deverá certificar a existência de conta vinculada e o valor, com a indicação da movimentação onde encontra o depósito, fazendo os autos conclusos para análise, sendo vedado o arquivamento de processos com valores depositados e não levantados.

(...)

Art. 83. Após as citações e intimações e eventuais respostas, deverá a serventia fiscalizar o oferecimento de respostas aos ofícios encaminhados às Fazendas Públicas, reiterando o pedido de informações quanto ao interesse no imóvel a cada sessenta dias, até que haja resposta.

§1º. Frustrada a diligência por três vezes, deverá o Cartório certificar nos autos;

§2º. Vencida a fase postulatória, certificar a regularidade das citações de todos os réus, confrontantes e entes públicos, bem como se houve manifestação dos mesmos, certificando os movimentos processuais em que se encontram os comprovantes de citação e as manifestações ou certidões de decurso do prazo.

§3º. Por fim, deverá o Cartório intimar as partes para especificar provas consoante art. 33 desta portaria, em seguida vindo conclusos na forma do art. 34.

(...)

Art. 90. Homologado o cálculo e não havendo objeções quanto recolhimento efetuado, deverá ser intimado o inventariante para que apresente plano de partilha; se necessário, os autos ser remetidos ao partidor, após a formulação de pedido de quinhão, manifestando-se em seguida as partes no prazo comum de 15 (quinze) dias, e, resolvidas as reclamações, a partilha será lançada nos autos (arts. 647 e 652 do CPC).

Parágrafo único. Por fim, devidamente certificada a juntada das certidões negativas de dívida para com a Fazenda Pública, deverão os autos vir conclusos para julgamento da partilha por sentença (art. 654 do CPC).

Capítulo IV

Habilitações para Adoção

Art. 91. Recebido pedido de habilitação de interessados em adoção, deverá o Cartório, preliminarmente, verificar se os postulantes são residentes na comarca e se já não se encontram registrados junto ao CNA, certificando.

Parágrafo único. Caso residam em comarca diversa ou já estejam registrados no sistema do CNA, após certidão abrir vista dos autos ao Ministério Público.

Art. 92. Restando certificado que residem na comarca e que ainda não possuem cadastro no CNA, deverá o Cartório:

a) certificar a apresentação, na íntegra, dos documentos exigidos pelo art. 197-A do ECA, solicitando-se a complementação em 15 (quinze) dias caso ausente algum documento;

b) oficiar à Vara Criminal solicitando certidões de antecedentes criminais dos requerentes extraídas junto ao sistema Oráculo, em 05 dias.

c) encaminhar os requerentes à inclusão em curso preparatório de adoção, inclusive programa de preparação psicológica, orientação e estímulo à adoção inter-racial, de crianças maiores ou de adolescentes, com necessidades específicas de saúde ou com deficiências e de grupos de irmãos, a teor dos arts. 50, §3º, e 197-C, § 1º, do ECA;

d) solicitar a realização de Estudo Psicossocial, pela Equipe Técnica, na residência dos requerentes, devendo ser aferida a capacidade e o preparo dos postulantes para o exercício de uma paternidade ou maternidade responsável, à luz dos princípios do Estatuto da Criança e do Adolescente, a teor do art. 197-C, caput, do ECA, respondendo os seguintes quesitos:

1. Os pretendentes tem exata compreensão do que é adoção e suas implicações? Estão cientes que é irrevogável e irreversível?

2. Quais são as reais motivações dos pretendentes?

3. Os motivos alegados são idôneos, e denotam preparo para as consequências e implicações presentes e futuras da adoção?

4. Os pretendentes realmente acreditam que a filiação adotiva é tão importante e digna quanto a filiação biológica?

5. Os pretendentes fizeram alguma exigência quanto à faixa etária, sexo, raça e estado de saúde da(s) criança(s)/adolescente(s) que pretende adotar? Em caso positivo, qual a razão disto? Os motivos alegados são idôneos? Por que?

6. Os pretendentes frequentaram curso preparatório à adoção, e foram convidados a refletir acerca da possibilidade de adoção de crianças e adolescentes maiores, grupos de irmãos, crianças e adolescentes com deficiência e/ou de origem racial diversa? O que diz a respeito? Onde e quando o curso foi realizado, quem o promoveu e qual sua duração/carga horária?

7. Os pretendentes tem adequada compreensão de que a adoção visa satisfazer necessidades (afetivas, sociais e materiais) do adotando, ao mesmo tempo em que concretiza o inalienável direito que o adotando tem à convivência familiar e comunitária?

8. Os pretendentes reúnem condições objetivas e subjetivas para se desincumbir adequadamente do dever de guarda da(s) criança(s)/ adolescente(s) que pretende adotar?

9. Os pretendentes reúnem condições objetivas e subjetivas para se desincumbir adequadamente do dever de educação da(s) criança(s)/ adolescente(s) que pretendem adotar, em toda extensão do art. 205, da Constituição Federal?

10. Os pretendentes reúnem condições objetivas e subjetivas para se desincumbir adequadamente do dever de sustento da(s) criança(s)/ adolescente(s) que pretende adotar?

11. Os demais familiares dos pretendentes, em especial os integrantes da família extensa, estão cientes e dão suporte à sua pretensão de adotar?

12. Os pretendentes demonstram possuir conhecimento, maturidade e estabilidade emocional suficientes para desempenhar adequadamente todas as suas obrigações como pai/mãe, inclusive para lidar com as situações conflituosas inerentes ao desenvolvimento humano, particularmente no período da adolescência?

13. Existe alguma situação digna de nota que mereça ser melhor avaliada e/ou trabalhada antes da concessão da habilitação à adoção? Em caso positivo, qual? O que é necessário fazer para concessão da habilitação de forma segura?

Parágrafo único. Após certificado nos autos o cumprimento integral do artigo anterior, com os documentos solicitados, conclusão do curso de preparação à adoção com resposta a todos os quesitos, e juntada de estudo psicossocial, deverá o Cartório abrir vista dos autos ao Ministério Público.

Capítulo V

Alvarás Judiciais

Art. 93. Recebida petição inicial de pedido de alvará judicial, deve o cartório verificar se foi instruída com:

a) certidão de óbito;

b) certidão de casamento com o(a) viúvo(a) meeiro(a), ou certidão de óbito de tal pessoal;

c) certidões de nascimento ou casamento de todos os sucessores;

d) certidão da relação de dependentes cadastrados junto ao INSS.

Parágrafo único. Estado em ordem a documentação, deverá ser lavrada certidão e aberta vista dos autos ao Ministério Público; do contrário, deverá ser intimada a parte autora para emenda em 15 (quinze) dias, pena de indeferimento.

(...)

INFOJUD E DEMAIS MEDIDAS COM RESERVA JURISDICIONAL

Art. 114. Em nenhuma hipótese o Cartório deve realizar de ofício as seguintes medidas, que dependerão sempre de prévia deliberação judicial:

I - requisição de informações fiscais em nome da parte executada pelo sistema INFOJUD;

II - determinação de penhora sobre faturamento, caso a parte executada seja pessoa jurídica.

§1º. Havendo pedido de consulta via INFOJUD, deverá o Cartório certificar se foram esgotadas todas as tentativas de bloqueio/penhora por outros meios (BACENJUD, RENAJUD e Oficial de Justiça)

§2º. Uma vez deferida a consulta via INFOJUD, após a juntada pelo Cartório dos documentos e extratos do sistema, lançar anotação de segredo de justiça (sigilo médio) nos respectivos arquivos, em seguida intimando-se o exequente para manifestação no prazo de 10 (dez) dias.

§3º. Em outros casos, sempre que houver juntada de quaisquer documentos protegidos por sigilo fiscal ou bancário (a exemplo do extrato do INFOJUD), lançar anotação de segredo de justiça (sigilo médio) nos respectivos arquivos, independentemente de ordem judicial.

(...)

Capítulo IV

Embargos do Devedor e demais incidentes

EMBARGOS DO DEVEDOR E EMBARGOS DE TERCEIRO

Art. 127. Oferecidos embargos à execução, o Cartório deverá certificar nos autos de embargos à execução a tempestividade dos mesmos, nos termos do art. 915 do CPC, e se houve a penhora, o depósito ou a caução nos autos de execução, conforme o art. 919, §1º, do CPC; oferecidos embargos de terceiro, deverá o cartório certificar a tempestividade na forma do art. 675 do CPC.

§1º. Tempestivos os embargos e ausente pedido de efeito suspensivo ou liminar, o Cartório deverá citar e intimar a parte exequente/embargado para impugnar/contestar os embargos do prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de, não o fazendo, serem considerados verdadeiros os fatos narrados na inicial.

(...)

EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE OU IMPENHORABILIDADE

Art. 129. Havendo exceção ou objeção de pré-executividade, o Cartório deverá intimar a parte exequente para se manifestar no prazo de 10 (dez) dias, salvo se houver pedido de urgência, quando deverá fazer os autos conclusos.

Parágrafo único. Com o decurso do prazo, ou com a manifestação da parte exequente, o Cartório deverá fazer a conclusão dos autos para decisão.

(...)

HASTA PÚBLICA (LEILÃO)

Art. 137. Caso postulada a alienação judicial do bem, deverá o Cartório:

I - verificar se foi cumprida a diligência do art. 134, em caso negativo intimando o exequente sobre o interesse na adjudicação do bem, com prazo de 10 (dez) dias, sem prejuízo do oportuno cumprimento do art. 135, caso se manifeste pela adjudicação;
II - tratando-se de veículo(s) automotor(es), verificar se não há alienação fiduciária em garantia, em caso positivo certificando se foram cumpridas as determinações da seção própria desta Portaria sobre a matéria e vindo conclusos;

III - vencidas as diligências supra, e prosseguindo o feito para hasta pública, atualizar a conta geral, intimando as partes a se manifestar no prazo comum de 05 (cinco) dias, em seguida vindo concluso para deliberações.

(...)

ARREMATACÃO

Art. 139. (...)

(...)

II - aguardar o prazo de 10 (dez) dias contados da assinatura do auto de arrematação pelo juiz, certificando nos autos o decurso do prazo ou eventual arguição com base no §§ 1º e 2º do art. 903 do CPC.

III - passado o prazo previsto no inciso anterior sem que tenha havido alegação de qualquer das situações trazidas no § 1º do art. 903 do CPC., deverão ser cumpridas as seguintes providências, previstas no item 5.8.15 do Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça:

a) requisição de certidões negativas das Fazendas Públicas da União, do Estado e do Município em nome da parte executada;

b) recolhimento do imposto de transmissão *inter vivos*;

c) atualização da conta geral;

d) pagas as custas, expedição de carta de arrematação e, conforme o caso, ordem de entrega ou mandado de imissão na posse, e alvará de levantamento do produto da alienação em favor do credor e do que sobejar em favor do devedor, restando em caso de existência de certidões positivas mencionadas na alínea "a" em face da parte executada.

e) havendo saldo devedor, intimação do exequente para que se manifeste sobre o interesse no prosseguimento da execução, devendo apresentar cálculo atualizado da dívida em 10 dias.

(...)

Art. 153. Promovida a citação da parte executada, não ocorrendo o pagamento no prazo, nem a garantia da execução de que trata o art. 9º da LEF, poderá o cartório, independentemente de nova conclusão, promover as seguintes diligências de procura de bens, se assim requerer a parte exequente, sem necessidade de dar ciência à parte contrária, na seguinte ordem: BACENJUD, RENAJUD e penhora física de bens através de Oficial de Justiça, aplicando-se os procedimentos próprios já estabelecidos nesta Portaria no título das execuções em geral.

Parágrafo único. Em se tratando de processo eletrônico, todas as penhoras devem ser cadastradas no campo próprio do sistema PROJUDI.

(...)"

Art. 2º. A Portaria nº 02/2017 passa a ter a redação consolidada constante do Anexo Único da presente.

Art. 3º. Esta Portaria entrará em vigor no dia 19 de março de 2018, ficando revogadas/alteradas as disposições anteriores em contrário.

Afixe-se cópia no local de avisos desta Vara, ou Fórum, para o conhecimento e a consulta de todos. Dê-se ciência, ainda, aos funcionários e estagiários do Cartório ou Secretaria, bem como ao Distribuidor. Remeta-se cópia ao Ministério Público local e ao Presidente da Subseção da Ordem dos Advogados do Brasil de Irati/PR. É

dispensada a remessa de cópia desta Portaria à Corregedoria-Geral de Justiça, nos termos do Ofício Circular nº 34/2016, de 01/04/2016.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

São João do Triunfo, 19 de março de 2018.

Gyordano B. W. Bordignon

Juiz de Direito

ANEXO ÚNICO (PORTARIA Nº 02/2018)

REDAÇÃO CONSOLIDADA DA PORTARIA nº 02/2017

O Doutor **GYORDANO BRENNO WESCHENFELDER BORDIGNON**, Juiz de Direito Titular da Comarca de São João do Triunfo, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO que o art. 93, inciso XIV, da Constituição Federal (Emenda Constitucional nº 45/04) permite a delegação de poderes para a prática de atos de administração e atos de mero expediente, sem caráter decisório, à Serventia;

CONSIDERANDO os princípios constitucionais da razoável duração do processo, da celeridade processual e da eficiência (arts. 5º, inciso LXXVIII, e 37, caput, da Constituição Federal);

CONSIDERANDO a entrada em vigor do novo Código de Processo Civil (Lei nº 13.105/2015), em 18 de março de 2016;

CONSIDERANDO que os arts. 152, inciso VI, e 203, §4º, do Código de Processo Civil;

CONSIDERANDO a necessidade de se imprimir maior celeridade e agilidade na tramitação dos processos;

CONSIDERANDO a necessidade de adequação dos atos processuais e das petições ao processo eletrônico;

RESOLVE:

Disciplinar a delegação da prática de atos meramente ordinatórios, sem cunho decisório, em processos em trâmite perante a **VARA CÍVEL, FAMÍLIA, INFÂNCIA E ANEXOS DA COMARCA DE SÃO JOÃO DO TRIUNFO**, estabelecendo o fluxo processual a ser observado, no intuito de permitir a tramitação mais célere de tais procedimentos, sem excluir a apreciação judicial dos requerimentos formulados pelas partes, nos seguintes termos:

TÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Capítulo I

Regras comuns do processo virtual - Sistema PROJUDI

HABILITAÇÃO NO SISTEMA

Art. 1º. Os advogados atuantes perante este Juízo deverão requerer sua habilitação no sistema PROJUDI através de formulário próprio que deverá ser preenchido e entregue nesta Secretaria, o qual poderá ser encontrado no endereço eletrônico.

Art. 2º. O advogado solicitante do cadastro receberá senha para acesso ao Sistema, e deverá modificá-la por combinação (senha) de uso pessoal e intransferível.

§1º O advogado será responsável por todos os dados e atos processuais praticados com a sua senha, valendo como sua assinatura;

§2º A assinatura eletrônica destina-se à identificação inequívoca do signatário do documento. Desse modo, não havendo identidade entre o titular do certificado digital usado para assinar o documento e o nome do advogado indicado como autor da petição, ou caso a petição seja assinada digitalmente por advogado distinto daquele que consta da procuração, o Cartório deverá intimar ambos os procuradores para regularização (assinatura coincidente, por aquele constituído, ou juntada de substabelecimento ou nova procuração) em 05 (cinco) dias, sob pena de ser considerada a petição, assim tida por inexistente, haja vista o descumprimento do disposto nos arts. 1º, § 2º, III e 18, da Lei nº 11.419/2006.

§3º. No caso do parágrafo anterior, em se tratando de petição inicial, deverá constar da intimação a pena de indeferimento da inicial se a falha não for sanada em 15 (quinze) dias.

PADRÃO DE APRESENTAÇÃO DE ARQUIVOS, ORDEM E NOMENCLATURA

Art. 3º. A petição inicial e todas as demais petições, bem como todos os documentos que as acompanham, dirigidas a este Juízo deverão ser protocolizadas e distribuídas por meio do Sistema PROJUDI.

§1º. Não se aceitará a apresentação de petição inicial por meio físico, mesmo por protocolo integrado.

§2º. A petição inicial será integralizada em apenas um arquivo de formato PDF não excedente a 2Mb (dois megabytes).

§3º. Todos os documentos deverão ser juntados em arquivos no formato PDF, na forma individualizada, não podendo haver a cisão de um documento em dois ou mais arquivos, salvo se devidamente justificado;

§4º. Deverá ser obrigatoriamente observada por qualquer sujeito processual, inclusive o Ministério Público, a seguinte padronização de ordem e nomenclatura de arquivos (CN, 2.21.3.5.1), não podendo ser utilizada nomenclatura genérica para os arquivos inseridos no sistema como, por exemplo, "DOC01", "documentos", etc (CN, 2.21.3.5.2):

I - petições iniciais e/ou demais petições, cuja nomenclatura, quando cabível, corresponderá ao ato praticado (por exemplo: petição inicial, contestação, impugnação, recurso inominado, embargos de declaração, pedido de cumprimento/execução de sentença, pedido de extinção, pedido de homologação de acordo, requerimento/petição, etc.);

II - documentos, respeitada a seguinte sequência, quando houver:

a) procurações e/ou substabelecimentos, com a mesma nomenclatura;

b) documentos pessoais, com a nomenclatura do documento inserido (por exemplo: RG, CPF, CNH, etc);

c) comprovante de residência, com a mesma nomenclatura;

d) demais documentos, cuja nomenclatura identificará a espécie e a finalidade deles (por exemplo: contrato, cheque, nota promissória, duplicata, instrumento de protesto, extratos, faturas, comprovante de pagamento, fotografias, comprovante de inscrição restritiva, etc.).

§5º. Deverá ser obrigatoriamente observada por qualquer sujeito processual, inclusive o Ministério Público, a seguinte padronização de apresentação de arquivos, não sendo aceitáveis documentos ilegíveis, sem nitidez, incompletos, sobrepostos ou digitalizados de maneira vertical/oblíqua (CN, 2.21.3.4.1), devendo o usuário, quando da digitalização dos documentos:

I - observar se eles se revestem de nitidez e inteireza;

II - escaneá-los, preferencialmente, em cores, quando sua leitura e visualização assim recomendarem;

III - evitar a sobreposição de documentos;

IV - observar os documentos, cujos teores de interesse ao feito, sejam registrados na frente e no verso da folha, pois nessa condição deverão ser digitalizados;

V - digitalizá-los de modo que sua leitura seja horizontal, salvo quando a dimensão do documento exigir seu escaneamento de maneira vertical.

§6º. Caso não sejam atendidas as disposições dos §§ 2º, 3º, 4º e/ou 5º, a serventia intimará a parte requerente para regularização, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento da petição inicial (art. 321, parágrafo único, do CPC de 2015), ou, conforme o caso, não conhecimento do ato.

§ 7º. Havendo equívoco na distribuição do feito quanto à correta competência no sistema PROJUDI, deverá o Cartório, independentemente de conclusão ou determinação, assim que verificada a falha, promover a redistribuição, certificando nos autos. Também deve ser retificada de ofício pelo Cartório eventual falha quanto ao cadastramento do feito, no que diz à classe, assunto e nome das partes, com as anotações pertinentes e comunicação ao Cartório Distribuidor.

§8º. As petições e os documentos apresentados em meio físico, ou aquelas remetidas pelo protocolo integrado, não serão aceitas pela Serventia e o ato reputar-se-á não praticado, e serão devolvidos à parte interessada, por meio de carta com AR, certificando-se o ocorrido nos autos eletrônicos, o mesmo ocorrendo com as peças e os documentos que porventura estiverem em cartório cuja digitalização já tenha ocorrido;

Art. 4º. Tendo em vista que o Sistema PROJUDI não permite a juntada de arquivos de som e vídeo pelas partes, a parte interessada em utilizar os documentos como provas poderá apresentar os arquivos gravados em mídia com capa, que será depositado no Cartório por meio de termo nos autos, em duas vias.

§1º. Em tais casos, o advogado da parte interessada deverá declarar, sob sua integral responsabilidade, o respectivo conteúdo.

§2º. O termo de depósito da mídia será escaneado e juntado aos autos virtuais, sendo arquivado, após, com a mídia apresentada. A capa da mídia conterá os nomes das partes e o número dos autos.

§3º. Sempre que os autos vierem conclusos para apreciação judicial, a respectiva mídia deverá ser entregue ao Juiz competente, certificando-se esta circunstância nos autos. Com a baixa da conclusão, a mídia deverá ser devolvida ao Cartório, certificando-se.

§4º. A parte contrária poderá requerer cópia do conteúdo da mídia, entregando mídia virgem ao Cartório.

§5º. O Cartório terá o prazo de 48 horas para realizar a cópia do material.

§6º. Não se fará a carga da mídia depositada no Cartório a qualquer das partes ou ao Ministério Público, em nenhuma hipótese.

Capítulo II

Delegação de atos

ATOS DELEGADOS EM GERAL

Art. 5º. Fica delegada ao(à) Diretor(a) da Secretaria, ou ao(à) Escrivão(ã) da Vara Cível desta Comarca, a prática de atos de mero expediente, sem caráter decisório, assim entendidos os atos necessários à movimentação processual, atinentes ao próprio rito processual, de acordo com o previsto a cada espécie no Código de Processo Civil de 2015, ou em legislação processual específica, que não tragam qualquer gravame às partes, independentemente de despacho, salvo em caso de dúvida, hipótese em que deverá a serventia consultar o magistrado ou sua assessoria, primeiro verbalmente, apenas fazendo-se conclusão em caso de permanecer a dúvida, lavrando-se neste último caso certidão ou informação respectiva.

§1º. Todos os atos ordinatórios mencionados nesta portaria devem ser cumpridos pelo cartório independentemente de conclusão, salvo os casos nela previstos.

§2º. Logo após o cumprimento do ato delegado pelo Cartório será lavrada certidão circunstanciada.

§3º. Sempre que a parte for devidamente citada ou intimada, e decorrer o prazo sem manifestação, o Cartório deverá certificar o ocorrido e, se for o caso, continuar com o cumprimento das regras desta Portaria.

§4º. Fica delegada a inserção, classificação e registro das sentenças e decisões de incidentes no sistema "Publique-se", consoante procedimento do Código de Normas (CN 2.20.2.1.1).

§5º. Objetivando o cumprimento das determinações contidas nesta Portaria, fica autorizado(a) o(a) Sr.(a). Diretor(a) da Secretaria, ou o(a) Escrivão(ã) da Vara Cível desta Comarca, a delegar as funções, exceto as suas privativas, aos demais servidores, ou juramentados, lotados na Secretaria ou no Cartório.

Art. 6º. O Escrivão ou Secretário fica autorizado a assinar os mandados, expedientes, cartas precatórias, ofícios e comunicações em geral, exceto os que devem ser assinados pelo próprio Juiz, sempre constando que o faz sob a autorização do Juízo.

§ 1º. Devem ser assinados exclusivamente pelo próprio Juiz (CN, 6.8.1):

I - os mandados de prisão;

II - os contramandados;

III - os alvarás de soltura;

IV - os salvo-condutos;

V - as requisições de réu preso;

VI - as guias de recolhimento, de internação ou de tratamento;

VII - Os ofícios ou alvarás para levantamento e transferência de valores;

VIII - Os ofícios requisitórios de quebra de sigilo telefônico, bancário e fiscal;

IX - Os alvarás judiciais em geral;

X - Os formais de partilha e cartas de arrematação e adjudicação;

XI - ofícios dirigidos a magistrados e demais autoridades constituídas;

XII - demais casos previstos em lei ou ato normativo.

CUMPRIMENTO DO DESPACHO ANTERIOR

Art. 7º. Salvo na hipótese de apresentação de petição em que conste pedido fundamentado de providência urgente, antes de remeter os autos conclusos deverá a secretaria sempre verificar se os despachos proferidos anteriormente foram cumpridos na íntegra, e se a prática do ato subsequente não está autorizada por portaria do juízo.

Capítulo III

Despesas processuais e gratuidade da justiça

CUSTAS INICIAIS

Art. 8º. Recebida em cartório a petição inicial, deverá a serventia lavrar certidão com demonstrativo de custas devidas (custas da serventia privada e custas destinada ao estado), indicando se foram devidamente recolhidas, total ou parcialmente. Tal providência deve ser realizada ainda que haja pedido de gratuidade, caso em que deverá ser indicada expressamente tal circunstância. Na mesma oportunidade deverá ser certificado quanto à possibilidade de pagamento parcelado das custas da serventia privada e em que condições.

Art. 9º. Não havendo pedido de gratuidade da Justiça, o recolhimento integral ou parcial das custas de ingresso deverá ser devidamente certificado nos autos, independentemente da mera juntada de comprovantes ou vinculação de guias.

§1º. Caso não tenham sido recolhidas as custas iniciais e taxa judiciária, deverá ser intimada a parte autora, através de seu advogado, para que em 15 (quinze) dias promova os recolhimentos devidos. O mesmo se aplica em caso de recolhimento parcial ou insuficiente.

§2º. Em caso de inércia quanto ao pagamento das custas e despesas de ingresso, deverá o Cartório, independentemente de conclusão, providenciar o cancelamento da distribuição e arquivamento, com a comunicação ao Cartório Distribuidor e demais diligências necessárias (CPC, art. 290).

GRATUIDADE DA JUSTIÇA

Art. 10. Havendo pedido de gratuidade da Justiça, para fins de avaliação quanto à necessidade de concessão do benefício (art. 99, §2º do Código de Processo Civil), deverá o Cartório providenciar as seguintes diligências:

I - pesquisar no sistema RENAJDUD acerca da existência de bens em nome da parte que pretende o benefício, certificando nos autos;

II - intimar a parte interessada para, no prazo de 10 (dez) dias, trazer aos autos, sob pena de indeferimento do benefício, os seguintes documentos:

a) as declarações de imposto de renda do último ano ou declaração de isento

b) três últimos holerites, ou três últimos comprovantes de rendimentos em havendo empregador particular;

c) certidão do Cartório de Registro de Imóveis;

d) declaração de miserabilidade de próprio punho (assinada pelo requerente, ou então com sua impressão digital, caso seja analfabeto, acompanhado da assinatura a rogo de terceiro, neste último caso).

§1º. Restando ausente alguns dos documentos acima, deverá ser intimada a parte autora para que em 10 (dez) dias apresente os mesmos, pena de indeferimento do benefício. Deverá a parte autora já se manifestar sobre eventual possibilidade de aderir a parcelamento sugerido pela serventia privada.

§2º. Poderá o Cartório, logo antes da intimação do §1º, certificar sobre a existência de elementos capazes de contrariar a afirmação de hipossuficiência econômica da parte, podendo se valer de peças extraídas inclusive de outros autos (observadas as regras próprias em caso de sigilo ou segredo de justiça), extratos do sistema RENAJDUD ou outros elementos de convicção (CN, 2.7.9.1 e 2.7.9.3).

§3º. Vencido o prazo, com ou sem manifestação, tornem conclusos para análise, ressalvado o contido no §5º.

§4º. Aplica-se o disposto neste artigo em caso de pedido de gratuidade efetuado na contestação ou no decorrer do feito. Porém, antes da conclusão mencionada no parágrafo anterior, deverá ser intimada a parte adversa para manifestação em 05 dias.

§5º. Havendo fase processual próxima que necessite decisão judicial, não será necessário remeter os autos conclusos imediatamente nas hipóteses os §3º e 4º, devendo aguardar-se para deliberação conjunta na próxima conclusão.

§6º. Caso seja apresentado em cartório pedido de nomeação de advogado, por parte supostamente hipossuficiente, deverá a serventia:

a) elaborar certidão detalhada contendo a qualificação da parte postulante, tipo de processo, resumo da causa de pedir e pedido, nome da parte requerida e demais circunstâncias pertinentes;

b) instruir o pedido com cópia dos documentos pessoais e dos documentos pertinentes à causa que desde já estiverem em poder do postulante;

c) desde logo, cumprir as determinações do *caput*, com as diligências necessárias;

d) desde logo, cumprir o contido no §2º, caso tenha elementos;

e) ao final, remeter toda a documentação para deliberação judicial.

TÍTULO II

REGRAS APLICÁVEIS AO PROCEDIMENTO COMUM

Capítulo I

Verificação da petição inicial, decisão inicial e audiência de conciliação

CERTIDÃO DE REGULARIDADE DA PETIÇÃO INICIAL/EMENDA

Art. 11. Após devidamente certificado o recolhimento integral das custas de ingresso, ou cumpridas as diligências pertinentes a eventual pedido de gratuidade da Justiça, antes de remeter os autos conclusos para decisão inicial, o Cartório deverá verificar:

I - se a petição inicial traz os nomes, os prenomes, o estado civil, a existência de união estável, a profissão, o número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, o endereço eletrônico, o domicílio e a residência do autor e do réu;

II - se ela contém indicação do valor da causa e se este está de acordo com o que determina o art. 292 do Código de Processo Civil;

III - nos processos submetidos ao procedimento comum e nos embargos à execução, se o autor declinou na inicial se pretende ou não que seja realizada audiência de conciliação.

IV - se foram fornecidas cópias da inicial em número suficiente para a(s) citação(ões) do(s) réu(s).

§ 1º. Caso a petição inicial não preencha os requisitos acima, deverá o cartório intimar o advogado da parte autora a emendá-la no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento.

§ 2º. O cartório deverá ter especial atenção para as ações que veiculem pedidos de indenização por danos morais, em que deve haver pedido em valor certo (art. 292, inciso V, *in fine*, do Código de Processo Civil), não se podendo pedir de forma genérica indenização a ser arbitrada pelo Juiz.

§ 3º. Tratando-se de inadequação do valor da causa, o Cartório deverá certificar a divergência, nos termos do art. 292 do CPC, e, após, intimar a parte autora para emendar a inicial corrigindo o valor da causa e recolhendo eventuais custas complementares no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento da inicial.

AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO INICIAL

Art. 12. Proferido o despacho inicial, caso o Juiz não designe data para audiência de conciliação, deverá o cartório pautá-la para data distante pelo menos trinta dias, devendo o réu ser citado com antecedência de vinte dias.

§ 1º. Caso já esteja implementado Centro Judicial de Resoluções de Conflitos (CEJUSC) ou órgão semelhante na Comarca, deverá o processo ser remetido ao mesmo para apreciação e diligências necessárias.

§ 2º. O autor será intimado da data da audiência de conciliação por meio de seu advogado, com a advertência de que o não comparecimento configurará ato atentatório à dignidade da Justiça, sujeitando-o ao pagamento de multa (art. 334, § 8º, do CPC).

§ 3º. Do mandado ou carta de citação deverão constar:

a) a informação de que o réu deverá comparecer à audiência acompanhado de seu advogado e que poderá constituir representante para substituí-lo, por meio de procuração com poderes específicos para transigir;

b) a informação de que o prazo de contestação, de 15 (quinze) dias, terá início da data da audiência ou do protocolo do pedido de cancelamento.

c) a advertência para o réu de que o não comparecimento à audiência de conciliação configurará ato atentatório à dignidade da Justiça, sujeitando-o ao pagamento de multa (art. 334, § 8º, do CPC);

§ 4º. A audiência somente não será realizada caso ambas as partes manifestem desinteresse no ato, devendo o réu fazê-lo mediante petição apresentada com 10 (dez) dias de antecedência da audiência, caso em que o prazo de contestação começará a correr da data do protocolo de tal petição.

§ 5º. No caso do § 4º, a audiência deverá ser automaticamente retirada de pauta pelo cartório.

§ 6º. Caso o mandado ou carta de citação volte sem cumprimento, ou não seja juntado aos autos com a antecedência mínima prevista em lei, deverá o cartório pautar nova data para realização da audiência, independentemente de conclusão (se necessário mediante consulta à pauta do Juízo), intimando-se as partes e realizando-se, caso necessário, as diligências de busca de endereços previstas no art. 9º.

Capítulo II

Citações, intimações e buscas de endereço

CITAÇÃO POR CARTA

Art. 13. Quando realizada a citação por carta com aviso de recebimento, deverá o cartório expedir as cartas com aviso de recebimento **em mão própria** (A.R.M.P.).

Parágrafo único. Salvo em se tratando de execuções fiscais, somente é válida a citação se a carta é entregue pessoalmente ao destinatário; assim, se a carta tenha sido recebida por pessoa diversa do destinatário, deverá o cartório repetir o ato ou, se necessário, cumprir o que estabelecido no art. 14 desta Portaria.

DILIGÊNCIAS FRUSTRADAS: RENOVAÇÃO E CONSULTA DE ENDEREÇOS

Art. 14. Quando houver frustração na realização de citações por via postal, deverá o cartório adotar os seguintes procedimentos:

I - caso o aviso de recebimento não seja devolvido no prazo de dez dias ou seja devolvido sem cumprimento pelos motivos "recusado", "não procurado" e "ausente", ou recebido por terceira pessoa (neste último caso, vide artigo anterior), deverá ser promovida nova tentativa de citação por Oficial de Justiça ou carta precatória, independentemente de nova conclusão;

II - caso o aviso de recebimento seja devolvido pelo motivo "faleceu", deverá a parte autora ser intimada, independentemente de nova conclusão, para comprovar óbito da parte ré e promover a citação do respectivo espólio, de quem for o sucessor ou, se for o caso, dos herdeiros, no prazo de 02 (dois) meses, suspendendo-se o processo, na forma do art. 313, inciso I e § 2º, do Código de Processo Civil;

III - caso o aviso de recebimento seja devolvido por outros motivos ou caso seja frustrada a tentativa prevista no inciso I deste artigo em razão da não localização da parte ré, deverá o cartório, independentemente de nova conclusão, realizar consulta de endereços da parte requerida junto aos sistemas conveniados BACENJUD, RENAJUD, INFOJUD, COPEL, VIVO, SIEL (no caso de pessoa física), entre outros, anexando extratos aos autos;

IV - caso as consultas via sistemas conveniados não revelem endereço distinto, deve-se oficial também para a SANEPAR, OI, CLARO, TIM, SERASA, SPC e SPC, requisitando o encaminhamento de endereço da parte, aguardando-se resposta por 30 (trinta) dias; se necessário, deverá ser reiterado por uma vez, com a advertência de que a inércia implicará em abertura de inquérito policial pela prática do crime de desobediência;

V - caso sejam obtidos novos endereços, deverá o cartório expedir carta de citação endereçada a eles, observando-se, no caso de devolução, a hipótese do inciso I deste artigo. Se necessário, deverá ser antes pautada nova data para eventual audiência pertinente.

VI - caso seja apresentado ou localizado novo endereço em comarca diversa, deverá o Cartório, independentemente de nova conclusão, expedir carta precatória para a prática do ato, com as peças e diligências necessárias, fixando-se como regra o prazo de 30 (trinta) dias. Se necessário, deverá ser antes pautada nova data para eventual audiência pertinente.

VII - caso sejam esgotadas as diligências supra sem êxito na localização da parte, intimar a parte adversa para manifestação em 10 (dez) dias, pena de extinção.

Parágrafo único. Os procedimentos previstos neste artigo se aplicam, no que couberem, também em casos de intimações.

CITAÇÃO POR EDITAL

Art. 15. Caso restem frustradas as tentativas de citação pessoal, após esgotadas as diligências para localização de endereços, deverá o cartório abrir vista ao autor para manifestação em 10 (dez) dias e, não sendo indicado endereço, independentemente de nova conclusão, realizar a citação por edital da parte ré, nos termos do que estabelece a lei de regência, fixando-se, como regra geral, o prazo de 30 (trinta) dias para o edital. Se necessário, deverá ser antes pautada nova data para eventual audiência pertinente.

Parágrafo único. O disposto no *caput* deste artigo se aplica, no que couber, à citação por mandado.

Art. 16. Na forma do art. 257 do CPC e seu parágrafo único, bem como nos termos da decisão exarada pela CGJ no SEI nº 0024263-64.2016.8.16.6000, o edital deverá ser publicado:

a) no Diário da Justiça eletrônico, disponibilizado na internet;

b) em jornal local de ampla circulação, por uma vez, no prazo de 15 dias, cabendo ao autor juntar cópia da publicação aos autos.

Parágrafo único. Deverá constar do edital a advertência de que será nomeado curador especial em caso de revelia.

Art. 17. Realizada a citação por edital, deverá o cartório:

I - certificar a aposição de via do edital no quadro do juízo, indicando a data em que realizado o ato;

II - juntar aos autos os comprovantes de publicação do edital no Diário da Justiça eletrônico.

III - intimar a parte autora a juntar o exemplar do jornal local;

IV - certificar o decurso do prazo da citação e o decurso do prazo de oferecimento de resposta

V - após cumprido o item anterior, nomear advogado, preferencialmente entre os cadastrados em lista própria, para promover a defesa da parte executada, intimando tais profissionais a manifestar se aceitam a nomeação no prazo de quinze dias, independentemente de novas conclusões.

Parágrafo único. Decorrendo o prazo de intimação do curador nomeado sem manifestação, ou em caso de recusa, deverá o cartório nomear o próximo advogado da lista cadastrada, assim procedendo até o esgotamento da lista, apenas fazendo a conclusão dos autos neste último caso.

CITAÇÃO POR HORA CERTA

Art. 18. Se o oficial de justiça devolver o mandado sem cumprimento sob o argumento de que o réu se oculta para não ser citado, a secretaria desentranhará o mandado (ou, não sendo possível, expedirá novo mandado) e lhe fará nova carga, alertando-lhe (no próprio mandado ou em certidão nos autos, conforme o caso) que a citação por hora certa independe de determinação judicial, cabendo a ele realizá-la se as diligências que realizar autorizarem a fundada suspeita de que o citando está se ocultando, lançando, de tudo, certidão minudente e circunstanciada, em atenção ao disposto nos arts. 252 e 253 do CPC.

Parágrafo único. Feita a citação por hora certa:

I - a Serventia remeterá carta registrada ao réu, comunicando-lhe da citação realizada, correndo, todavia, o prazo para resposta, da juntada do mandado aos autos;

II - caso o réu não apresente a manifestação que lhe competiria nos autos em tempo oportuno, será nomeado curador especial, observando-se, para tanto, o disposto no art. 17, inciso V, desta Portaria.

ATRASOS DO OFICIAL DE JUSTIÇA

Art. 19. Verificando-se que o Oficial de Justiça não devolveu o mandado no prazo regulamentar de 15 (quinze) dias (CN, 9.2.2), tampouco justificou o atraso (CN, 9.2.4.1), deverá o Cartório proceder às seguintes diligências:

I - intimar o Oficial de Justiça para que apresente o mandado devidamente cumprido em 15 (quinze) dias, podendo ser prorrogado por mais 15 (quinze) dias.

II - em caso de silêncio, reiterar a intimação, com prazo de 72 horas, devendo também apresentar justificativa fundamentada quanto à demora no cumprimento do mandado, sob pena de ser instaurado procedimento administrativo e suspensão a distribuição de novos mandados, tudo em conformidade com o que determina o item 9.2.2 e seguintes, do Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça.

III - novamente não havendo devolução ou justificativa, ou apresentando apenas justificativa, deverá o Cartório tornar conclusos para análise quanto à eventuais providências disciplinares, substituição do oficial e/ou suspensão da distribuição de novos mandados, certificando:

a) a data da expedição do mandado;

- b)** a data do recebimento do mandado pelo Oficial;
- c)** o cumprimento integral do caput e incisos I e II deste artigo, quanto às intimações do Oficial de Justiça para devolução, indicando as datas das intimações para devolução, e as movimentações processuais onde se localizam;
- d)** se o Oficial de Justiça apresentou pedido de prorrogação de prazo;
- e)** se o Oficial de Justiça apresentou justificativa pelo descumprimento dos prazos;
- f)** se o presente feito integrou o(s) último(s) processo(s) administrativo(s) abertos em face do servidor;

g) se as partes são beneficiárias da gratuidade da justiça, ou se foram recolhidas custas para o cumprimento do ato;

Parágrafo único. Tratando-se de atraso em mandado relativo a realização de ato iminente, assim não havendo tempo hábil para as providências das alíneas 'a' e 'b' supra, deverá ser a situação certificada nos autos, vindo conclusos para deliberação imediata. O mesmo se aplica em processos relativos a questões urgentes.

Capítulo III

Cartas Precatórias e de Ordem

CUMPRIMENTO DE CARTA

Art. 20. Recebida carta precatória a ser cumprida por este Juízo, a secretaria comunicará imediatamente o recebimento ao Juízo deprecante (CN 2.16.1.) e verificará se:

I - a carta obedece aos requisitos previstos no art. 260 do Código de Processo Civil e no item 5.7.1 do Código de Normas da Corregedoria Geral da Justiça;

II - foram recolhidas corretamente as custas processuais e a taxa judiciária.

§ 1º. Faltando à carta qualquer dos requisitos previstos no CN 5.7.1 ou não estando ela acompanhada dos documentos que deveriam lhe acompanhar (CN 5.7.2 e 5.7.2.1), a secretaria comunicará o Juízo deprecante por meio eletrônico, de preferência, solicitando que retifique a carta ou, sendo o caso, remeta os documentos faltantes.

§ 2º. Passados mais de 30 (trinta) dias sem resposta ao ofício pelo qual for solicitada a retificação da deprecata ou a remessa de documentos faltantes, a secretaria devolverá sem cumprimento a carta ao juízo deprecante, informando os motivos da devolução.

§ 3º. Não sendo o caso de justiça gratuita ou pagamento ao final, recebidas cartas precatórias desacompanhadas de comprovação do pagamento das custas processuais, inclusive taxa judiciária, ou de valor destinado ao seu recolhimento, ou ainda, com recolhimento ou valor insuficiente, a secretaria intimará a parte responsável pelo cumprimento do ato e solicitará ao Juízo Deprecante a complementação da importância, sendo que, caso não atendida a intimação ou a solicitação no prazo de 30 (trinta) dias, deverá ser devolvida a carta, cancelando-se a distribuição, independentemente de determinação judicial.

Art. 21. Se a carta precatória ou de ordem tiver sido expedida com finalidade exclusiva de citação ou intimação (ou outro ato já autorizado nesta portaria para cumprimento direito pelo Cartório), a secretaria providenciará seu cumprimento por mandado, independentemente de conclusão ou de ser exarado o "cumpra-se" pelo juízo.

§ 1º. Se o ato deprecado envolver inquirição de testemunha ou tomada de depoimento pessoal, virão os autos conclusos para designação de audiência.

§ 2º. Uma vez cumprido o ato deprecado ou ordenado, ou ainda, quando houver solicitação da parte que houver requerido a sua expedição ou do juízo deprecante ou Tribunal, será devolvida a carta independentemente de determinação deste Juízo.

Art. 22. Dependendo o cumprimento do ato deprecado de ato da parte que, intimada, ficar inerte por mais de 15 (quinze) dias a contar do término do prazo estabelecido para a prática do ato, a secretaria certificará o fato e devolverá a carta ao juízo deprecante.

Art. 23. Se a secretaria verificar pelas informações constantes da própria carta ou da certidão do oficial de justiça, que a mesma deva ser cumprida por outro Juízo, fará então a remessa da carta a este, independentemente de qualquer determinação, comunicando ao juízo deprecante ou Tribunal a situação itinerante da carta precatória ou de ordem.

Parágrafo único. Caso por algum motivo não possa a carta ser remetida diretamente ao juízo onde deva efetivamente ser cumprida, a secretaria fará certidão circunstanciada e devolverá a carta ao juízo deprecante.

Art. 24. No cumprimento de cartas precatórias com a finalidade de citação, penhora e avaliação no processo de execução, uma vez realizada a citação, a secretaria comunicará ao juízo deprecante tal fato, com todas as suas circunstâncias (data, horário e demais dados relevantes).

Parágrafo único. Em sendo necessária, pelo decurso do tempo, a renovação da conta atualizada do débito, acessórios, honorários advocatícios e custas, a secretaria o solicitará ao juízo deprecante, caso necessária, a atualização da conta ao cumprimento da deprecata.

EXPEDIÇÃO DE CARTA

Art. 25. Nos processos em tramitação perante este Juízo, havendo necessidade de cumprimento de ato em outra comarca, o Cartório deverá expedir a carta precatória pertinente, independentemente de conclusão ou ordem judicial específica, anotando-se como regra o prazo de 30 (trinta) dias (CN, 5.7.10).

§ 1º. Autoriza-se o Cartório que, previamente à expedição da carta precatória, intime a parte interessada para recolhimento das custas de distribuição em 05 (cinco) dias, sob pena de não ser enviada, evitando-se que seja devolvida por falta de preparo, em razão do princípio da eficiência.

§ 2º. Deverá o Cartório, ao expedir cartas precatórias, instruí-las com as peças necessárias obrigatórias (CN, 5.7.2.). Se a finalidade for a realização de exame ou perícia, deverá estar acompanhado de eventuais quesitos.

§ 3º. No âmbito do Estado do Paraná, deverá ser obrigatoriamente utilizado o sistema de cartas precatórias eletrônicas, disponível no sistema PROJUDI. Tratando-se de

ato a ser cumprido em outro Estado da federação, deverá ser utilizado o sistema "malote digital", consoante Resolução nº 100/CNJ.

§ 4º. Quando do retorno da carta precatória cumprida, o Cartório deverá juntar aos autos do processo somente as peças indispensáveis, quais sejam: a carta precatória propriamente dita; os documentos comprobatórios do cumprimento (termos de audiência de inquirição, mandado de citação, de intimação, de notificação, nota de expediente, estudo social e assemelhados, auto de avaliação, termo de leilão, etc.); conta de custas; os eventuais novos documentos e as petições que os acompanharem, etc. As capas e as demais peças devem ser eliminadas de pronto, certificando-se.

Art. 26. Não havendo qualquer informação quanto ao cumprimento do ato após vencido o prazo fixado, deverão ser solicitadas informações em 10 (dez) dias (CN, 5.7.10), via sistema mensageiro, reiteradas por até 02 (duas) vezes em caso de inércia.

§ 1º. Não havendo resposta pelo juízo deprecado, a escrivania deverá estabelecer contato telefônico com o titular da respectiva Serventia com a finalidade de obter as informações diretamente, de tudo certificando nos autos (CN, 2.16.3).

§ 2º. Por fim, esgotados os meios acima sem resposta, deverá a serventia providenciar a certidão prevista no item 2.16.4 do CN, remetendo os autos conclusos análise quanto a eventual pedido de intervenção da Corregedoria-Geral na Justiça.

Capítulo IV

Juntada de documentos e expedição de ofícios

JUNTADA DE DOCUMENTOS

Art. 27. O Cartório deverá intimar a parte contrária para que se manifeste sobre os documentos juntados pela parte adversa, em cumprimento ao art. 437, §1º, do CPC, salvo quando da juntada de procuração, de cópia de acórdãos, de decisões ou de sentenças.

AUSÊNCIA DE RESPOSTA

Art. 28. O Cartório deverá reiterar os ofícios não respondidos com prazo de resposta excedido, que em regra é de 15 (quinze) dias.

Parágrafo único. Novamente não havendo resposta, ultrapassados 30 (trinta) dias da primeira solicitação, deverá reiterar uma terceira e última vez, com tarja de urgência, constando que a ausência de atendimento implicará em comunicação à Corregedoria, em se tratando o destinatário de órgão jurisdicional, ou crime de desobediência, nos demais casos.

INFORMAÇÕES DE ANDAMENTO

Art. 29. O Cartório deverá responder aos ofícios de informações requeridas acerca dos andamentos processuais, observando que, aqueles dirigidos a magistrado e demais autoridades constituídas, deverão ser assinados pelo Juízo, conforme o item 6.8.1, inciso VIII, do Código de Normas. Em se tratando de comarcas do Estado do Paraná, deverá ser utilizado o Sistema Mensageiro

MANIFESTAR SOBRE A RESPOSTA

Art. 30. Com o recebimento da resposta do ofício, o Cartório deverá intimar as partes para que se manifestem no prazo comum de 10 (dez) dias.

Capítulo V

Prosseguimento do feito após a citação

DILIGÊNCIAS DA SERVENTIA

Art. 31. Após apresentada a contestação, ou certificado o decurso de prazo, deve ser intimada a parte autora para que se manifeste no prazo de 15 (quinze) dias, conforme os arts. 350 e 351 do CPC, podendo corrigir eventual irregularidade ou vício sanável no prazo de 30 (trinta) dias, nos termos do art. 352 do CPC.

§ 1º. Aplica-se o disposto neste artigo, no que for aplicável, em caso de apresentação de reconvenção pelo réu.

§ 2º. Deverá o Cartório, sempre, certificar a tempestividade ou intempestividade da contestação (ou reconvenção), ou o decurso do prazo *in albis*, como primeira providência ao receber os autos.

§ 3º. Havendo preliminar de incompetência (absoluta ou relativa), ou alegação de suspeição ou impedimento, deverá o Cartório remeter os autos imediatamente conclusos.

INTERVENÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Art. 32. Verificando-se algumas das hipóteses do art. 178 do CPC, apresentada a impugnação ou esgotado o prazo, abra-se vista dos autos ao Ministério Público.

§ 1º. Nos processos em que atue o Ministério Público, como parte ou fiscal da lei, deve a serventia expedir os ofícios requeridos pelo órgão, com prazo de 10 (dez) dias, salvo nos casos de reserva jurisdicional.

§ 2º. Havendo juntada de expedientes, ofícios, relatórios, estudos de caso ou estudos psicológicos ou sociais (ou assemelhados) requeridos pelo Ministério Público, deve a serventia abrir vista direta ao órgão, sem necessidade de conclusão, salvo se a diligência tiver sido requerida por parte diversa, caso em que a vista ministerial deve ser realizada após a abertura de prazo de 10 (dez) dias às partes.

§ 3º. Em todos os demais casos de intervenção do Ministério Público, o Cartório deverá abrir vistas dos autos ao órgão somente depois da manifestação das partes ou decurso de prazo.

ESPECIFICAÇÃO DE PROVAS

Art. 33. Após a impugnação e eventual manifestação ministerial, as partes devem ser intimadas para em 10 (dez) dias especificar as provas que pretendem produzir, justificando-as, sob pena de indeferimento, conforme o art. 370, parágrafo único, do CPC.

FIM DA FASE POSTULATÓRIA

Art. 34. Vencidas as etapas supra, devidamente certificadas, deverão os autos ser conclusos para as seguintes deliberações:

- a)** eventuais providências preliminares ainda cabíveis (art. 347 a 353 do CPC);
- b)** verificação da existência de hipóteses de extinção do feito (art. 354 do CPC) ou julgamento antecipado do mérito (art. 355 do CPC);

c) saneamento e organização do processo (art. 357 do CPC), caso seja necessária a dilação probatória.

Capítulo VI

Fase probatória

PRODUÇÃO DA PROVA ORAL

Art. 35. Na produção de prova oral, deverá o cartório observar:

I - Quanto aos depoimentos pessoais:

a) se forem deferidos, serão as partes intimadas pessoalmente para comparecimento à audiência, sob pena de confissão (art. 385, § 1º, do Código de Processo Civil);
b) se as partes forem residentes em outras comarcas, deverá ser deprecada a realização do depoimento pessoal;

II - Quanto à prova testemunhal:

a) o número máximo de testemunhas arroladas é de 03 (três) para a prova de cada fato.

b) no prazo de 10 (dez) dias contados da intimação da decisão saneadora, caberá às partes (inclusive o inclusive o MP se atuar como fiscal da lei) apresentar em cartório o rol de testemunhas (com indicação de nome, a profissão, o estado civil, a idade, o número de CPF, RG e endereço completo da residência e do local de trabalho), sob pena de preclusão (art. 357, §4º, do CPC).

b) como regra, cabe ao advogado da parte informar ou intimar a testemunha por ele arrolada do dia, da hora e do local da audiência designada, dispensando-se a intimação do juízo (art. 455, caput, do CPC), salvo nas hipóteses do art. 455, § 4º, do CPC. Tal intimação deverá ser realizada por carta com aviso de recebimento, cumprindo ao advogado juntar aos autos, com antecedência de pelo menos 3 (três) dias da data da audiência, cópia da correspondência de intimação e do comprovante de recebimento (art. 455, §1º, do CPC).

c) caso a parte se comprometa a levar as testemunhas em audiência independentemente da intimação de que trata o art. 455, caput, deverá informar tal circunstância junto com o depósito do rol, presumindo-se, caso a testemunha não compareça, que a parte desistiu de sua inquirição (art. 455, §2º, do CPC).

d) caso a testemunha tenha sido arrolada pelo Ministério Público, Defensoria Pública ou Advogado Dativo nomeado por este Juízo, a intimação deverá ser feita, em qualquer caso, pela via judicial; também haverá a intimação judicial quando a testemunha for servidor público ou militar, hipótese em que se requisitará ao chefe da repartição ou ao comando do corpo em que servir (art. 455, §4º, inciso IV, do CPC).

e) havendo necessidade de inquirição de testemunhas residente em outras comarcas, deverá o cartório automaticamente expedir as cartas precatórias, observadas as diretrizes desta portaria;

f) havendo notícia nos autos de não localização de testemunhas, em razão de retorno de mandado ou carta precatória não cumpridos, deverá a parte que a arrolou ser intimada para, em 10 (dez) dias, informar seu novo endereço, ou requerer sua substituição, sob pena de preclusão de sua inquirição;

g) o Cartório deverá expedir nova carta postal ou precatória, bem como novo mandado, seja de citação ou de intimação, ou qualquer outro ato processual de ciência, quando a parte interessada informar o novo endereço e este for distinto do anteriormente apresentado, recolhendo-se eventual carta postal, carta precatória ou mandado anteriormente expedido, salvo preclusão ou dúvida devidamente certificada. Se necessário, deverá ser antes pautada nova data para eventual audiência pertinente.

h) a questão referente ao rol de testemunhas intempestivo será sempre analisada em audiência, devendo o Cartório, caso seja apresentada impugnação neste sentido, certificar que fica postergada a análise da questão.

CERTIDÃO DE REGULARIDADE DAS DILIGÊNCIAS ANTES DA AUDIÊNCIA

Art. 36. Até 10 (dez) dias antes da realização da audiência de instrução e julgamento, deverá a serventia examinar o processo a fim de verificar se todas as providências para a sua realização foram tomadas, certificando (CN 2.3.10).

Parágrafo único. Havendo irregularidade ou omissão (como testemunhas ou partes não intimadas, ausência de devolução de mandados, etc), deverá ser suprida a falha, fazendo-se conclusão dos autos se for o caso.

PRODUÇÃO DE PROVA PERICIAL

Art. 37. Deferida a prova pericial em decisão saneadora, e após nomeado perito, serão intimadas as partes para (inclusive o MP se atuar como fiscal da lei), dentro de 15 (quinze) dias contados da intimação: a) arguir o impedimento ou a suspeição do perito, se for o caso; b) indicar assistente técnico; c) apresentar quesitos.

Art. 38. Será também intimado o Sr. Perito da nomeação, para que em 05 dias apresente (art. 465, §2º, do CPC): a) proposta de honorários; b) currículo, com comprovação de especialização (salvo se já depositado em cartório); c) contatos profissionais, em especial o endereço eletrônico, para onde serão dirigidas as intimações pessoais.

Art. 39. Aceitando o perito o encargo, com a finalidade de assegurar às partes e seus assistentes o acesso e o acompanhamento das diligências e dos exames que realizar, deverá realizar prévia comunicação nos autos, com antecedência mínima de 20 (vinte) dias, acerca da data e do local designados para a produção da prova pericial. Se preferir o perito, poderá ser disponibilizada sala na sede deste Fórum, desde que adequada, ao critério do expert. Feita esta comunicação, a Escrivania deverá cientificar as partes.

Art. 40. Juntada a proposta de honorários aos autos, intemem-se as partes (inclusive o MP se atuar como fiscal da lei) para manifestação no prazo comum de 5 (cinco) dias, após o que deverão ser conclusos os autos para arbitramento do valor, com posterior intimação das partes para os fins do art. 95 do CPC ("cada parte adiantará a remuneração do assistente técnico que houver indicado, sendo a do perito adiantada pela parte que houver requerido a perícia ou rateada quando a perícia for determinada de ofício ou requerida por ambas as partes").

Art. 41. Não tendo sido fixado outro prazo, deverá o Perito juntar o laudo aos autos em no máximo 30 (trinta) dias.

Art. 42. Juntado o laudo aos autos, intemem-se as partes, inclusive o MP se atuar como fiscal da lei, a, querendo, manifestar-se sobre o laudo do perito do juízo no prazo comum de 15 (quinze) dias, podendo o assistente técnico de cada uma, em igual prazo, apresentar seu respectivo parecer.

§1º. Apresentado o laudo, se alguma das partes vier a solicitar esclarecimentos do Perito, deverá ser intimado para resposta, em 15 (quinze) dias (art. 477, § 2º, do NCPC).

§2º. Vencido o prazo fixado pelo Juízo para a entrega do laudo, o Cartório deverá intimar o perito nomeado para que apresente o mesmo no prazo de dez dias, sob pena de substituição e multa.

§3º. Na hipótese de o perito informar a necessidade de juntada de documentos para a realização da perícia, o Cartório deverá intimar as partes para o atendimento no prazo de 15 dias, sob pena da perícia ser realizada com as informações disponíveis. Esgotado o prazo sem o cumprimento, o perito deverá ser intimado para realizar a perícia com as informações disponíveis, devendo o perito indicar os eventuais quesitos prejudicados pela ausência dos documentos.

§4º. Caso seja requerida a intimação do Perito para prestar esclarecimentos em audiência de instrução e julgamento, o mesmo deverá ser intimado da mesma com antecedência de 10 (dez) dias (art. 477, § 4º, do NCPC).

Art. 43. Em ações de competência delegada que envolvam a concessão de benefícios previdenciários de aposentadoria por invalidez, auxílio-doença e auxílio-acidente, a produção da prova pericial será determinada ao início do processo, na forma da Recomendação Conjunta 01, de 15 de dezembro de 2015, editada pelo Conselho Nacional de Justiça no intuito de adotar procedimentos uniformes, não se aplicando o regramento supra, senão supletivamente.

Art. 44. Após a entrega do laudo pericial e ausente pedido de esclarecimento, ou após a entrega dos esclarecimentos solicitados pelas partes, o Cartório deverá expedir alvará de levantamento dos honorários periciais, ficando, também, autorizada a expedição de ofício à instituição financeira para que transfira o valor para a conta bancária eventualmente indicada pelo expert.

§1º. Caberá ao cartório expedir alvará para levantamento dos honorários periciais, independentemente de conclusão, nos seguintes termos, de acordo com o art. 465, § 4º, do Código de Processo Civil:

I - 50% (cinquenta por cento) dos honorários serão levantados no início dos trabalhos;

II - o remanescente será levantado após entregue o laudo e prestados todos os esclarecimentos pelo Perito.

§2º. Na hipótese de a parte vencida ser beneficiária da gratuidade de justiça e os honorários periciais não tiverem sido pagos por qualquer motivo, o Cartório deverá expedir RPV contra o Estado do Paraná e remetê-la ao E. Tribunal de Justiça, requisitando o pagamento dos honorários periciais quando do trânsito em julgado (Instrução n. 127, de 15 de março de 2011, do CNJ).

Capítulo VII

Decursos de Prazo, suspensão do processo e renúncia de mandato

DECURSO DE PRAZO

Art. 45. Sempre que decorrer um prazo atribuído à parte autora para prática de determinado ato, sem o qual não seja possível o prosseguimento do processo, e não se tratando de prazo preclusivo, deverá o cartório adotar as seguintes providências:

I - reiterar a intimação por uma vez, concedendo à parte prazo adicional de 10 (dez) dias para providenciar a prática do ato;

II - persistindo a inércia, intimar a parte pessoalmente para em 05 (cinco) dias, promover o andamento do processo, sob pena de extinção;

III - decorrendo o prazo sem manifestação, e havendo réu citado e com advogado constituído, intimá-lo, na pessoa de seu procurador, a se manifestar, em 05 (cinco), acerca do abandono do processo pelo réu, ciente de que, em caso de silêncio, estará consentindo com a extinção do feito;

IV - cumpridas as diligências anteriores, deverá a serventia verificar se já decorreu o prazo de 30 (trinta) dias desde o último ato de movimentação concreta dos autos praticado pelo autor, certificando e remetendo os autos à conclusão para sentença; caso ainda não decorrido, deverá aguardar a fluência deste prazo, em seguida certificando, remetendo os autos à conclusão para sentença.

PEDIDOS DE SUSPENSÃO DO PROCESSO

Art. 46. Em qualquer processo, sendo requerida a suspensão do feito por qualquer das partes, deverá a serventia verificar se o pedido foi fundamentado, apresentando as razões da suspensão, inclusive o dispositivo legal, sendo que em caso negativo deverá intimar a parte para esclarecer o pedido em 05 (cinco) dias.

Parágrafo único. Se o pedido de suspensão não trouxer prazo determinado, deverá a serventia intimar o postulante para que esclareça o prazo.

Art. 47. Em qualquer processo, havendo pedido de suspensão formulado por apenas uma das partes, a parte contrária será intimada para que no prazo de 05 (cinco) dias se manifeste, interpretando-se a inércia como concordância, caso em que os autos serão conclusos.

Art. 48. Caso seja processo de intervenção do Ministério Público, deverão os autos ser remetidos com vista, após a manifestação da(s) parte(s), para que se manifeste sobre o pedido de suspensão.

Art. 49. Caso seja deferido o pedido de suspensão, após vencido o prazo deverá a parte autora (ou ambas, caso tenha sido pedido conjunto) ser intimada para se manifestar sobre o interesse no prosseguimento do feito em 10 dias, pena de extinção, aplicando-se ao que couber o contido no art. 45.

Parágrafo único. Havendo novo pedido de suspensão, os autos deverão ser conclusos para análise, observadas as diligências dos artigos anteriores.

Art. 50. Em processos de execução (de título extrajudicial, fiscal, contra a Fazenda Pública e cumprimento de sentença), se exequente requerer a suspensão do processo em razão da não localização de bens, deverá o Cartório, antes de remeter os autos à conclusão, certificar se foram esgotadas todas as diligências para bloqueio

e penhora de bens (BACENJUD, RENAJUD, penhora através de Oficial de Justiça, INFOJUD, etc.).

FALECIMENTO DA PARTE OU DO PROCURADOR

Art. 51. Comunicado o óbito de qualquer das partes ou de procurador único, e desde que apresentada a certidão de óbito, ou se o Cartório tiver a ciência inequívoca e certificar o falecimento da parte ou de seu procurador único, o feito ficará suspenso conforme o artigo 313 do CPC, devendo o Cartório cumprir as seguintes diligências: **a)** falecimento da parte autora: deverá ser expedida intimação em nome do procurador para que seja promovida a habilitação dos sucessores, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de extinção sem resolução de mérito. Esgotado o prazo sem cumprimento, deverá ser intimado o espólio, de quem for o sucessor, ou dos próprios herdeiros (caso haja informação da qualificação e possível endereços dos mesmos nos autos), via postal, para que manifestem interesse na sucessão processual e promovam a respectiva habilitação no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de extinção do processo sem resolução de mérito (art. 313, §2º, inciso II, c/c art. 485, III, e §1º, do CPC). Devidamente certificado o esgotamento do prazo, os autos devem vir conclusos para sentença.

b) falecimento do procurador único da parte autora: deverá ser expedida intimação pessoal por carta postal ao endereço da parte autora para que esta constitua novo procurador, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de extinção sem resolução de mérito (art. 313, §3º, do CPC). Devidamente certificado o esgotamento do prazo, os autos devem vir conclusos para sentença.

c) falecimento da parte ré: deverá ser expedida intimação da parte autora, através de seu procurador, para que regularize o polo passivo (citação do respectivo espólio, de quem for o sucessor ou, se for o caso, dos herdeiros) no prazo de 30 (trinta) dias e, caso não seja promovida a habilitação, o Cartório deverá intimar a parte autora pessoalmente (via postal) para que promova a regularização no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de extinção sem resolução de mérito (art. 313, §2º, inciso II). Devidamente certificado o esgotamento do prazo, os autos devem vir conclusos para sentença.

d) falecimento do procurador único da parte requerida: deverá ser expedida intimação pessoal (via postal) da parte ré para que regularize a sua representação, sob pena de revelia (art. 313, §3º, do CPC de 2015). Esgotado o prazo sem cumprimento, o Cartório deverá certificar o fato e os autos deverão prosseguir normalmente, sem a intimação da parte requerida, diante da revelia.

RENÚNCIA DE MANDATO E SUBSTITUIÇÃO DE ADVOGADO

Art. 52 Nos termos do art. 112 do CPC de 2015, quando o advogado comunicar a renúncia do mandato, o Cartório deverá intimá-lo para comprovar a ciência da parte sobre a renúncia, no prazo de em dez dias, sob pena da renúncia não gerar efeitos e prosseguir na defesa dos interesses do mandante;

§1º Comprovada a ciência da parte sobre a renúncia, o Cartório deverá intimá-la pessoalmente por carta postal para que constitua novo procurador, no prazo de quinze dias, sob pena de aplicação das sanções previstas no artigo 76 do CPC de 2015.

§2º Esgotado o prazo sem o cumprimento, o Cartório deverá certificar o fato e fazer a conclusão dos autos.

Art. 53. O Cartório deverá fazer a respectiva anotação no sistema quando for informado novo procurador, sem a necessidade de conclusão dos autos para este fim exclusivo.

Capítulo VIII

Transações: homologação/suspensão

HOMOLOGAÇÃO DE ACORDO

Art. 54. Noticiando as partes nos autos a realização de transação, deverá o cartório verificar e certificar:

I - se foram juntados os termos do acordo;

II - se a petição de acordo foi assinada pelas partes ou por seus advogados;

III - se os advogados que assinam a petição de acordo, quando inexistente assinatura das partes, têm poderes para transigir;

IV - se as partes que assinam o acordo são capazes.

§ 1º. Caso não seja juntada petição com os termos do acordo, deverá o cartório intimar as partes a juntá-la em dez dias, sob pena de não homologação da avença.

§ 2º. Caso a petição de acordo não seja apresentada em original ou não contenha a assinatura original de todos os transatores (exceto em se tratando de processo eletrônico, em que válida a assinatura digitalizada), deverá o cartório intimar as partes a, em 10 (dez) dias, juntar aos autos termo original do acordo ou via em que constem a assinatura de todos os transatores.

§ 3º. Caso o cartório constate que os advogados que assinam o acordo não têm poderes para transigir (e a parte por eles representada não tenha assinado o termo de acordo), deverá intimá-lo a, em dez dias, regularizar sua representação, seja juntando procuração com poderes específicos, seja colhendo a assinatura de seu constituinte na via do acordo.

§4º. Caso o acordo envolva interesses de incapazes, antes de encaminhar os autos à conclusão, deverá o cartório abrir vista ao representante do Ministério Público para manifestação, nos termos do art. 178, inciso I, do Código de Processo Civil.

Art. 55. Uma vez homologado o acordo nos autos e assim que ocorrer o trânsito em julgado da sentença homologatória, o Cartório deverá remeter os autos ao arquivo definitivo, ainda que haja pedido de suspensão formulado pelas partes, visto que não cabe pedido de suspensão do feito quando já foi entregue a prestação jurisdicional e não foi iniciada a fase de execução, posto que o cumprimento da sentença depende apenas da iniciativa da parte interessada.

§1º. Arquivados os autos, a parte interessada poderá pedir o desarquivamento e o cumprimento do acordo em sede de cumprimento de sentença.

SUSPENSÃO PARA CUMPRIMENTO DE ACORDO

Art. 56. Havendo mero pedido de suspensão dos autos para o cumprimento de acordo (sem homologação e extinção), deverá o cartório, independentemente de conclusão:

I - determinar a suspensão do processo pelo prazo requerido, aguardando em arquivo provisório a manifestação das partes sobre a homologação do acordo; se superior há 01 (um) ano, o prazo de suspensão inicial máximo será de 01 (um) ano;

II - decorrido o prazo do item anterior, intimar a parte exequente a promover o prosseguimento do feito em 10 (dez) dias;

III - não havendo manifestação, deverá a Serventia cumprir o art. 45 desta Portaria.

Art. 57. Caso as partes, no acordo, não deixem claro se pretendem a simples suspensão do processo até o término do acordo ou a imediata homologação com extinção, deverá o cartório intimá-las a esclarecer o que pretendem em 10 (dez) dias.

Capítulo IX

Alvarás e Ofícios de transferência

ALVARÁS

Art. 58. Havendo pedido de expedição de alvarás em nome de advogados para levantamento de verba da parte, deverá o Cartório, antes de fazer a conclusão dos autos:

I - Havendo decisão anterior que já concedeu a expedição do alvará, certificar a movimentação onde se encontra e se decorreu o prazo recursal (ou se foi deferido pedido de renúncia do prazo recursal), certificando a sua preclusão ou trânsito em julgado.

II - Certificar se o advogado em questão possui poderes para receber e dar quitação (expressamente redigidos), conferidos por mandato, indicando o movimento processual em que se encontra a procuração.

§ 1º. Caso não conste do processo procuração com poderes específicos para tal finalidade, deverá o cartório expedir a seguinte intimação: *"Fica o advogado da parte (...) intimado a, em dez dias, juntar aos autos procuração em que tenha havido outorga de poderes específicos para o recebimento de valores (receber e dar quitação), sem o que somente será possível a expedição de alvará em nome de seu constituinte, porque não localizada nos autos procuração com tais poderes"*.

§ 2º. Sendo deferida a expedição de alvará em nome do advogado para o levantamento de valores pertencentes ao constituinte, deverá o cartório expedir carta de intimação à parte informando o ocorrido, inclusive o montante dos valores a serem levantados.

§3º O Cartório deverá expedir o alvará de levantamento ao credor, ou ao procurador devidamente habilitado, com o prazo de 90 dias, certificando o fato nos autos e intimando-se o credor para retirar o alvará até o prazo de vencimento.

§4º. Vencido o alvará, ou não pagas as custas de expedição, o Cartório deverá transferir o valor ao FUNJUS, certificando o fato e, após, arquivar os autos no caso de cumprimento de sentença, ou fazer a conclusão dos autos para sentença de extinção no caso de execução de título extrajudicial.

§5º. Havendo o pedido de novo alvará, o Cartório deverá expedir o mesmo, com prazo de 90 dias. Vencido o alvará, ou não pagas as custas de expedição, o Cartório deverá proceder conforme o §4º, independentemente de novo pedido da parte interessada.

§6º. Por fim, após as diligências, deverá a serventia certificar que a conta judicial se encontra zerada (sem saldo) ou encerrada, a fim de evitar futuras diligências com depósitos residuais ou não levantados, sendo vedado eventual arquivamento de processos com valores depositados e não levantados.

OFÍCIO DE TRANSFERÊNCIA BANCÁRIA

Art. 59. Havendo pedido de expedição de ofício para transferência bancária, em substituição ao alvará judicial, devem os autos ser remetidos à conclusão, devendo antes ser certificado: **a)** se constam os dados bancários necessários (nome e número do Banco, número de agência e conta, número ou código de operação se o Banco o exige, nome completo e CPF ou CNPJ do titular da conta); **b)** e se o titular da conta é a mesma pessoa que seria beneficiária pelo alvará, ou autorizada a receber o valor em nome do beneficiário do alvará de forma expressa. Ausentes estes requisitos, deverá ser previamente intimada a parte para regularização em 05 (cinco) dias.

Parágrafo único. Sendo deferida a expedição de ofício em nome do advogado para transferência de valores pertencentes ao constituinte, deverá o cartório expedir carta de intimação à parte informando o ocorrido, inclusive o montante dos valores a serem levantados.

Art. 60 Até a implantação do sistema de alvará eletrônico, todos os alvarás serão feitos de forma física e serão assinados pessoalmente pelo magistrado. O mesmo vale para eventuais ofícios de transferência bancária. Após implantado o sistema de alvará eletrônico, o Cartório deverá proceder à expedição preferencialmente por este sistema, nos termos das determinações supra.

Capítulo X

Conta de custas e custas remanescentes

Art. 61. O Cartório deverá remeter os autos ao Contador e, após, intimar as partes (e o Ministério Público quando for o caso), quando houver:

a) a purgação da mora;

b) o pagamento pelo devedor;

c) a desistência da ação;

d) o acordo entre as partes, com o pedido de extinção do feito;

e) o inventário ou o arrolamento antes do formal de partilha;

§1º. O Cartório deverá intimar a parte interessada para que efetue o recolhimento de eventuais custas devidas ao Contador, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de prosseguimento do feito.

§2º. O Cartório deverá fazer a remessa dos autos ao Contador quando for solicitado o pagamento pelas partes, nos termos do item 2.3.13 do Código de Normas Corregedoria Geral da Justiça, devendo a parte ser intimada para o pagamento em 10 dias, sob pena de prosseguimento do feito;

§3º. A serventia fica autorizada a efetuar o cálculo das custas remanescentes, conforme a previsão no Código de Normas, itens 2.7.1.4 e 2.7.1.5.

Art. 62. Quando determinado o julgamento antecipado do mérito, nos termos do art. 355 do CPC de 2015, ou após os memoriais, o Cartório deverá intimar as partes para o recolhimento de eventuais custas remanescentes devidas, no prazo de dez dias.

Parágrafo único. Esgotado o prazo sem o pagamento, certificando-se, deverá ser feita a conclusão dos autos para sentença, podendo os valores serem eventualmente executados, nos termos da sentença.

Art. 63. Proferida a sentença com base nos artigos 485, I e VI, 487, I e II, do CPC, o Cartório lançará, em prazo não superior a 05 (cinco) dias, a conta geral para preparo recursal antes da intimação das partes.

Capítulo XI

Recursos

APELAÇÃO

Art. 64. Interposta a apelação, deverá o cartório certificar se houve o preparo do recurso e se ele é adequado. Não há necessidade de certificar a tempestividade.

§ 1º. Sendo insuficiente o valor do preparo, deverá o cartório intimar o recorrente, na pessoa de seu advogado, a supri-lo em 05 (cinco) dias, sob pena de deserção.

§ 2º. O recorrente que não comprovar, no ato de interposição do recurso, o recolhimento do preparo, inclusive porte de remessa e de retorno, será intimado, na pessoa de seu advogado, a realizar o recolhimento em dobro, sob pena de deserção (art. 1.007, § 4º do Código de Processo Civil).

Art. 65. Estando conforme o valor do preparo, o cartório, independentemente de conclusão, intimará a(s) parte(s) contrária(s) a, querendo, apresentar contrarrazões no prazo de 15 (quinze) dias.

Parágrafo único. Se o apelado interpuser apelação adesiva, o apelante será intimado a apresentar contrarrazões em 15 (quinze) dias, independentemente de ordem judicial.

Art. 66. Decorrido o prazo de contrarrazões, os autos serão remetidos ao Tribunal independentemente de conclusão para juízo de admissibilidade, na forma do art. 1.010, § 3º, *in fine*, do Código de Processo Civil, exceto em se tratando de apelações contra sentenças que indefinam a petição inicial, julguem extinto o feito sem resolução de mérito ou promovam o julgamento liminar de improcedência do pedido, caso em que o processo deverá ser remetido previamente à conclusão para juízo de retratação.

AGRAVO DE INSTRUMENTO

Art. 67. Noticiada nos autos a interposição de agravo de instrumento, deverá ser intimado o recorrente para que em 05 (cinco) dias comprove eventual concessão de efeito suspensivo na superior instância.

§ 1º. Recebendo o cartório pedidos de informação genéricos de agravo de instrumento, deverá o cartório prestá-las independentemente de conclusão, consignando na resposta:

I - se o agravante comunicou nos autos a interposição do agravo de instrumento e a data em que protocolou a petição com essa finalidade;

II - se a decisão agravada foi mantida ou reformada pelo Juiz.

§ 2º. Após o envio das informações, deverá o Cartório certificar nos autos tal ato, juntando cópia do pedido de informações e do ofício ou mensageiro com informações prestadas.

§ 3º. Tratando-se de pedido de informações que traga questões específicas/complexas, deverão os autos ser remetidos à conclusão para prestação de informações em gabinete.

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO

Art. 68. Opostos embargos de declaração, o cartório, antes de fazer a conclusão dos autos, deverá:

a) certificar quanto à tempestividade dos embargos;

b) intimar a parte contrária para em 05 (cinco) dias, querendo, se manifestar sobre os embargos.

PETIÇÕES ÀS SUPERIORES INSTÂNCIAS

Art. 69. O Cartório deverá encaminhar imediatamente às instâncias superiores as petições protocoladas na Vara relacionadas a feitos que estejam pendentes de decisões pelos Tribunais (Tribunal de Justiça do Paraná, Tribunal Regional Federal da 4ª Região, Superior Tribunal de Justiça e Supremo Tribunal Federal).

RECONSIDERAÇÃO DE DECISÃO OU DESPACHO

Art. 70. Na hipótese de a parte apresentar pedido de reconsideração, o Cartório deverá aguardar o prazo regular de eventual recurso e, somente após, fazer a conclusão dos autos, certificando a eventual preclusão.

Parágrafo único. O Cartório deverá cumprir as determinações judiciais previamente à conclusão dos autos para análise do pedido de reconsideração, certificando o cumprimento.

Capítulo XII

Baixa de autos, trânsito em julgado e arquivamento

BAIXA DE AUTOS: RECURSO EM TRÂMITE EM TRIBUNAL SUPERIOR

Art. 71. Quando houver recurso em trâmite nos Tribunais Superiores, sobrevivendo informação de continuidade da tramitação na superior instância, ou baixarem os autos físicos, deverá o Cartório juntar ou trasladar as peças necessárias para os autos eletrônicos, suspendendo o processo inicialmente pelo prazo de 06 (seis) meses, em seguida cientificando as partes.

Parágrafo único. Vencido o prazo, deverá o Cartório consultar e certificar do andamento do recurso da superior instância, desde logo autorizado novo semestre de suspensão caso ainda não tenha sido julgado, cientificando-se as partes; havendo notícia de julgamento, deverão ser juntadas as peças pertinentes e intimada as partes para se manifestarem em 10 (dez) dias.

BAIXA DE AUTOS: RETORNO DE INSTÂNCIA SUPERIOR

Art. 72. Quando da baixa de autos de Tribunal após o julgamento de recurso, deverá o cartório intimar as partes para, querendo, manifestarem-se em 15 (quinze) dias, requerendo o que entenderem de direito.

§ 1º. Nada sendo requerido, deverá a Serventia verificar se existe condenação ainda não paga em favor de alguma das partes, neste caso devendo ser intimada pessoalmente a parte para que tome ciência da baixa dos autos e promova, querendo, o cumprimento da sentença.

§ 2º. Em qualquer caso, não havendo manifestação, deverá o Cartório providenciar o arquivamento dos autos, não sem antes cobrar eventuais custas pendentes.

§ 3º. Em caso de anulação de sentença por cerceamento do direito de produção de provas ou por cerceamento de defesa, o Cartório deverá intimar as partes para que, em cinco dias, especifiquem as provas que pretendem produzir, justificando-as de forma objetiva e fundamentada, nos termos do art. 370 do CPC de 2015, sob pena de indeferimento, conforme o art. 370, parágrafo único, do NCPC.

TRÂNSITO EM JULGADO E ARQUIVAMENTO

Art. 73. Proferida a sentença e decorrido o prazo para recurso, ou havendo a renúncia ao prazo recursal, o Cartório deverá certificar o trânsito em julgado.

Parágrafo único. Após a certidão de trânsito em julgado, os autos deverão aguardar em cartório a manifestação das partes por 30 (trinta) dias. Ausente manifestação, e após o pagamento de eventuais custas, os autos deverão ser arquivados.

Art. 74. Após a certidão de trânsito em julgado, feita em qualquer grau de jurisdição, e com a baixa dos autos, se o caso, o Cartório deverá cumprir imediatamente os mandamentos da parte dispositiva da sentença, como as expedições de alvarás e de ofícios, os desbloqueios e os levantamentos de restrições ou penhoras, bem como qualquer outra ordem que independa de manifestação da parte interessada.

Parágrafo único. Antes do arquivamento, deverá a serventia sempre verificar a existência de depósitos judiciais pendentes, certificando. Em caso positivo, deverá certificar a existência de conta vinculada e o valor, com a indicação da movimentação onde encontra o depósito, fazendo os autos conclusos para análise, sendo vedado o arquivamento de processos com valores depositados e não levantados.

PAGAMENTO VOLUNTÁRIO DE SENTENÇA TRANSITADA EM JULGADO

Art. 75. Quando efetuado o depósito voluntário referente a precatório, verbas de sucumbência ou condenação judicial (sem necessidade de adentrar à fase de cumprimento de sentença ou execução), o Cartório deverá proceder à intimação da parte interessada para que se manifeste sobre o depósito e acerca da satisfação do crédito, no prazo de 05 (cinco) dias, com a advertência de que, em caso de inércia, será presumida como satisfeita a pretensão.

Parágrafo único. No silêncio da parte credora, ou havendo o requerimento expresso desta apenas quanto ao levantamento, o Cartório deverá expedir o alvará em favor do credor e, após o pagamento de eventuais custas, arquivar os autos.

PROTESTO DE SENTENÇA

Art. 76. Desde que requerida pela parte exequente e ausente o pagamento voluntário, o Cartório deverá expedir certidão de trânsito em julgado, no prazo de 3 (três) dias, nos termos do art. 517, § 2º, do CPC, independente de decisão judicial.

§ 1º. Na hipótese da parte executada comprovar o pagamento, o Cartório deverá intimar a parte exequente para que se manifeste no prazo de 5 (cinco) dias.

§ 2º. Esgotado o prazo, ou a parte exequente concordando com o pagamento, o Cartório deverá expedir ofício para cancelar o eventual protesto, conforme o art. 517, § 4º, do CPC de 2015. Discordando a parte exequente, o Cartório deverá fazer a conclusão dos autos para decisão.

ÂMBITO DE APLICAÇÃO

Art. 77. As normas constantes deste título se aplicam, no que couber, a todos os tipos de processo, observadas disposições específicas das leis de regência e de outras Portarias de delegação expedidas por este Juízo.

TÍTULO III

DISPOSIÇÕES APLICÁVEIS AOS PROCEDIMENTOS ESPECIAIS

Capítulo I

Ações de busca e apreensão em alienação fiduciária

Art. 78. Recebida a petição inicial de busca e apreensão fiduciária, o cartório deverá verificar os seguintes itens:

a) se foi juntada cópia do contrato de alienação fiduciária;

b) se há comprovação da mora da parte requerida, por meio do protesto do título ou a notificação extrajudicial, observando se esta última foi efetuada no endereço constante do indicado no contrato (ainda que recebida por pessoa diversa);

c) se a parte requerida não tem demanda pendente ou já julgada em face da parte requerente questionado o débito ou o próprio contrato de alienação fiduciária;

d) o valor da causa deverá corresponder ao saldo devedor em aberto;

Parágrafo único. Faltando qualquer dos requisitos acima ou estando desconforme, a parte autora será intimada a emendar a inicial, em 15 (quinze) dias, sanando a falha, sob pena de indeferimento.

Art. 79. Se, no curso da ação, a parte autora noticiar a cessão e crédito e postular a alteração do polo ativo, deverá o cartório verificar se acompanha a petição cópia do termo de cessão.

§ 1º. Faltando o termo de cessão, a parte autora será intimada a juntá-lo em trinta dias, sob pena de indeferimento do pedido de cessão.

§ 2º. Juntado o documento, ou já constando do pedido, e tendo havido a citação da parte ré, deverá ela ser intimada a se manifestar quanto ao pedido de substituição em dez dias.

§ 3º. O disposto neste artigo será aplicado também a todos os demais processos, em especial execuções, caso em que será desnecessária a providência do § 2º.

Art. 80. Caso a parte autora postule a conversão do feito em ação de execução, deverá o cartório remeter os autos à conclusão.

Art. 81. Poderá o cartório, independentemente de conclusão, realizar consulta e bloqueio dos veículos que sejam objeto da ação de busca e apreensão no sistema RENAJUD, na modalidade indicada pelo autor, autorizado também o desbloqueio se assim o requerer a parte autora.

Capítulo II

Ações de Usucapião

Art. 82. Recebida petição inicial de ação de usucapião, deve o cartório verificar os seguintes itens:

I - se casados o autor e/ou o réu, foram arrolados nos polos ativo e passivo os respectivos cônjuges;

II - se parte ré corresponde à pessoa indicada na matrícula do imóvel como sua proprietária;

III - se foram indicados na petição inicial os confinantes do imóvel a serem citados;

IV - se foram juntados:

a) certidão atualizada da matrícula do imóvel objeto do feito ou a certidão do registro imobiliário de ausência de transcrição ou matrícula do mesmo (indicadores real e pessoal);

b) a planta e o memorial descritivo do imóvel, e a respectiva ART (Anotação de Responsabilidade Técnica) do profissional responsável;

c) as certidões das matrículas dos imóveis confrontantes.

§1º. Faltando algum dos elementos acima, o cartório intimará o procurador da parte autora a sanar a falha em 15 (quinze) dias, indicando de forma clara qual a providência pendente de regularização.

§2º. O cartório certificará nos autos, antes de fazer a conclusão do processo, se estão atendidos todos os requisitos acima e, em caso negativo, se realizou a intimação do procurador da parte autora a regularizar a inicial e se houve a regularização ou decorreu o prazo.

Art. 83. Após as citações e intimações e eventuais respostas, deverá a serventia fiscalizar o oferecimento de respostas aos ofícios encaminhados às Fazendas Públicas, reiterando o pedido de informações quanto ao interesse no imóvel a cada sessenta dias, até que haja resposta.

§1º. Frustrada a diligência por três vezes, deverá o Cartório certificar nos autos;

§2º. Vencida a fase postulatória, certificar a regularidade das citações de todos os réus, confrontantes e entes públicos, bem como se houve manifestação dos mesmos, certificando os movimentos processuais em que se encontram os comprovantes de citação e as manifestações ou certidões de decurso do prazo;

§3º. Por fim, deverá o Cartório intimar as partes para especificar provas consoante art. 33 desta portaria, em seguida vindo conclusos na forma do art. 34.

Capítulo III

Ações de Inventário

Art. 84. Recebida petição inicial de ação de inventário, deve o cartório verificar se foi instruída com: **a)** certidão de óbito; **b)** certidão negativa de testamentos, nos termos do Provimento nº 56/2016 do Conselho Nacional de Justiça.

Parágrafo único. Caso restem ausentes tais documentos, intimar para emenda em 15 (quinze) dias, pena de indeferimento.

Art. 85. Após a apresentação das primeiras declarações, verificar e certificar se:

a) constam o nome, o estado, a idade e o domicílio do autor da herança, o dia e o lugar em que faleceu e se deixou testamento;

b) constam o nome, o estado, a idade, o endereço eletrônico e a residência dos herdeiros e, havendo cônjuge ou companheiro supérstite, além dos respectivos dados pessoais, o regime de bens do casamento ou da união estável;

c) consta a qualidade dos herdeiros e o grau de parentesco com o inventariado;

d) constam documentos que comprovem a qualidade dos herdeiros;

e) todos os herdeiros estão representados nos autos;

f) a relação completa e individualizada de todos os bens do espólio, inclusive aqueles que devem ser conferidos à colação, e dos bens alheios que nele forem encontrados;

g) existem nos autos comprovantes de propriedade dos bens inventariados (matrícula atualizada dos imóveis, certidão do Detran quanto aos veículos, extratos de contas bancárias, etc.);

d) constam as certidões negativas das Fazendas Públicas (União, Estados e Municípios).

Parágrafo único. Faltando alguns dos itens supra, intimar o inventariante para providenciar a regularização em 10 (dez) dias, pena de remoção do cargo; em caso de inércia, intimar pessoalmente (via postal), para atendimento em 05 (cinco) dias, pena de remoção.

Art. 86. Finalizada a fase de citações, deverá a serventia:

a) certificar se todos os interessados foram devidamente citados (o cônjuge, o companheiro, os herdeiros e os legatários, Fazendas Públicas, o Ministério Público, se houver herdeiro incapaz ou ausente, e o testamenteiro, se houver testamento);

b) providenciar a abertura de vista dos autos às partes para manifestação sobre as primeiras declarações no prazo comum de 15 (dez) dias, incumbindo-lhes (art. 627, CPC):

I - arguir erros, omissões e sonegação de bens;

II - reclamar contra a nomeação de inventariante;

III - contestar a qualidade de quem foi incluído no título de herdeiro.

Parágrafo único. Havendo impugnação, deverá a serventia intimar o inventariante para manifestação em 10 (dez) dias, abrindo-se em seguida vista dos autos ao Ministério Público

Art. 87. A Fazenda Pública deverá ser intimada para que, no prazo de 15 (quinze) dias após a vista de que trata o item anterior, informe ao juízo, de acordo com os dados que constam de seu cadastro imobiliário, o valor dos bens de raiz descritos nas primeiras declarações (art. 629 do CPC).

Art. 88. Após deliberado quanto à necessidade de avaliação dos bens e aceito o laudo, ou resolvidas as impugnações suscitadas a seu respeito, deverá ser lavrado o termo de últimas declarações, no qual o inventariante poderá emendar, aditar ou completar as primeiras.

Parágrafo único. Após, deverão ser ouvidas as partes sobre as últimas declarações no prazo comum de 15 (quinze) dias.

Art. 89. Não havendo impugnações às últimas declarações, encaminhar os autos ao cálculo do imposto, se necessário intimando-se o inventariante para que proceda às

diligências necessárias junto à Agência de Rendas local; neste último caso, poderá o inventariante, em prazo de 30 (trinta) dias, desde logo comprovar o recolhimento.

Parágrafo único. Do cálculo do imposto ou da juntada direta de guias de recolhimento, deverão ser intimadas a Fazenda Pública e o Ministério Público, com prazo de 10 (dez) dias.

Art. 90. Homologado o cálculo e não havendo objeções quanto recolhimento efetuado, deverá ser intimado o inventariante para que apresente plano de partilha; se necessário, os autos ser remetidos ao partidor, após a formulação de pedido de quinhão, manifestando-se em seguida as partes no prazo comum de 15 (quinze) dias, e, resolvidas as reclamações, a partilha será lançada nos autos (arts. 647 e 652 do CPC).

Parágrafo único. Por fim, devidamente certificada a juntada das certidões negativas de dívida para com a Fazenda Pública, deverão os autos vir conclusos para julgamento da partilha por sentença (art. 654 do CPC).

Capítulo IV

Habilitações para Adoção

Art. 91. Recebido pedido de habilitação de interessados em adoção, deverá o Cartório, preliminarmente, verificar se os postulantes são residentes na comarca e se já não se encontram registrados junto ao CNA, certificando.

Parágrafo único. Caso residam em comarca diversa ou já estejam registrados no sistema do CNA, após certidão abrir vista dos autos ao Ministério Público.

Art. 92. Restando certificado que residem na comarca e que ainda não possuem cadastro no CNA, deverá o Cartório:

a) certificar a apresentação, na íntegra, dos documentos exigidos pelo art. 197-A do ECA, solicitando-se a complementação em 15 (quinze) dias caso ausente algum documento;

b) oficiar à Vara Criminal solicitando certidões de antecedentes criminais dos requerentes extraídas junto ao sistema Oráculo, em 05 dias.

c) encaminhar os requerentes à inclusão em curso preparatório de adoção, inclusive programa de preparação psicológica, orientação e estímulo à adoção inter-racial, de crianças maiores ou de adolescentes, com necessidades específicas de saúde ou com deficiências e de grupos de irmãos, a teor dos arts. 50, §3º, e 197-C, § 1º, do ECA;

d) solicitar a realização de Estudo Psicossocial, pela Equipe Técnica, na residência dos requerentes, devendo ser aferida a capacidade e o preparo dos postulantes para o exercício de uma paternidade ou maternidade responsável, à luz dos princípios do Estatuto da Criança e do Adolescente, a teor do art. 197-C, caput, do ECA, respondendo os seguintes quesitos:

1. Os pretendentes tem exata compreensão do que é adoção e suas implicações? Estão cientes que é irrevogável e irreversível?

2. Quais são as reais motivações dos pretendentes?

3. Os motivos alegados são idôneos, e denotam preparo para as consequências e implicações presentes e futuras da adoção?

4. Os pretendentes realmente acreditam que a filiação adotiva é tão importante e digna quanto a filiação biológica?

5. Os pretendentes fizeram alguma exigência quanto à faixa etária, sexo, raça e estado de saúde da(s) criança(s)/adolescente(s) que pretende adotar? Em caso positivo, qual a razão disto? Os motivos alegados são idôneos? Por que?

6. Os pretendentes frequentaram curso preparatório à adoção, e foram convidados a refletir acerca da possibilidade de adoção de crianças e adolescentes maiores, grupos de irmãos, crianças e adolescentes com deficiência e/ou de origem racial diversa? O que diz a respeito? Onde e quando o curso foi realizado, quem o promoveu e qual sua duração/carga horária?

7. Os pretendentes tem adequada compreensão de que a adoção visa satisfazer necessidades (afetivas, sociais e materiais) do adotando, ao mesmo tempo em que concretiza o inalienável direito que o adotando tem à convivência familiar e comunitária?

8. Os pretendentes reúnem condições objetivas e subjetivas para se desincumbir adequadamente do dever de guarda da(s) criança(s)/ adolescente(s) que pretende adotar?

9. Os pretendentes reúnem condições objetivas e subjetivas para se desincumbir adequadamente do dever de educação da(s) criança(s)/ adolescente(s) que pretendem adotar, em toda extensão do art. 205, da Constituição Federal?

10. Os pretendentes reúnem condições objetivas e subjetivas para se desincumbir adequadamente do dever de sustento da(s) criança(s)/ adolescente(s) que pretende adotar?

11. Os demais familiares dos pretendentes, em especial os integrantes da família extensa, estão cientes e dão suporte à sua pretensão de adotar?

12. Os pretendentes demonstram possuir conhecimento, maturidade e estabilidade emocional suficientes para desempenhar adequadamente todas as suas obrigações como pai/mãe, inclusive para lidar com as situações conflituosas inerentes ao desenvolvimento humano, particularmente no período da adolescência?

13. Existe alguma situação digna de nota que mereça ser melhor avaliada e/ou trabalhada antes da concessão da habilitação à adoção? Em caso positivo, qual? O que é necessário fazer para concessão da habilitação de forma segura?

Parágrafo único. Após certificado nos autos o cumprimento integral do artigo anterior, com os documentos solicitados, conclusão do curso de preparação à adoção com resposta a todos os quesitos, e juntada de estudo psicossocial, deverá o Cartório abrir vista dos autos ao Ministério Público.

Capítulo V

Alvarás Judiciais

Art. 93. Recebida petição inicial de pedido de alvará judicial, deve o cartório verificar se foi instruída com:

a) certidão de óbito;

b) certidão de casamento com o(a) viúvo(a) meeiro(a), ou certidão de óbito de tal pessoal;

c) certidões de nascimento ou casamento de todos os sucessores;

d) certidão da relação de dependentes cadastrados junto ao INSS.

Parágrafo único. Estado em ordem a documentação, deverá ser lavrada certidão e aberta vista dos autos ao Ministério Público; do contrário, deverá ser intimada a parte autora para emenda em 15 (quinze) dias, pena de indeferimento.

Art. 94. Decorrido o prazo concedido para a prestação de contas, se não houver sido dispensada na sentença, intimar a parte obrigada à prestação por seu advogado e pessoalmente (via postal) para prestar as contas, em 10 (dez) dias, sob as penas da lei. Com o decurso do prazo, prestadas ou não as contas, abrir vista dos autos ao Ministério Público, sendo caso de intervenção.

Art. 95. Nas hipóteses de pedido de alvará para levantamento de quantias referentes ao FGTS e PIS/PASEP, bem como nas demais hipóteses assemelhadas (Lei nº 6.858/80), depois de promovida a distribuição, o registro e autuação, deverá a serventia expedir imediatamente ofício ao banco responsável pelo depósito, requisitando informação quanto ao valor atual do saldo da conta;

Parágrafo único. Após apresentada a resposta, abrir vista dos autos ao Ministério Público.

TÍTULO IV

PROCEDIMENTO NAS EXECUÇÕES EM GERAL E CUMPRIMENTOS DE SENTENÇA

Capítulo I

Verificação da petição inicial

CERTIDÃO DE REGULARIDADE DA PETIÇÃO INICIAL/EMENDA

Art. 96. Recebida petição inicial de execução de título extrajudicial, cumprimento de sentença ou execução contra a Fazenda Pública fundada em título judicial, deverá o cartório observar se a inicial está acompanhada dos seguintes documentos:

I - título executivo extrajudicial ou judicial (sentença, acórdão e demais decisões judiciais que constituam o título);

II - certidão de trânsito em julgado, em caso de título judicial;

III - sendo a sentença ou decisão judicial ilíquida, decisão de liquidação de sentença e certidão de sua preclusão;

IV - procuração do autor ou, em execução de título judicial, procuração de todas as partes (autora, ré e eventuais terceiros) no processo de conhecimento;

VI - demonstrativo atualizado do débito e seus acréscimos legais, compreendendo o valor originário da dívida, correção monetária, juros de mora, eventual multa originária do artigo 523 do CPC, multa referente à cláusula penal constante em acordo, honorários e custas.

Parágrafo único. Constatada a falta ou inadequação de qualquer dos documentos acima, o procurador da parte exequente será intimado a sanar a falha em 15 (quinze) dias, juntando os documentos necessários, sob pena de indeferimento da petição inicial.

Capítulo II

Pesquisa e Penhora de bens

Art. 97. Após promovida a citação da parte executada, poderá o cartório, independentemente de nova conclusão (exceto na execução contra a Fazenda Pública), promover as seguintes diligências de procura de bens, bloqueio e penhora, se assim houver requerimento da parte exequente, sem necessidade de dar ciência à parte contrária, na seguinte ordem: BACENJUD, RENAJUD e penhora física de bens através de Oficial de Justiça.

Parágrafo único. Em se tratando de processo eletrônico, todas as penhoras devem ser cadastradas no campo próprio do sistema PROJUDI.

SISTEMA BACENJUD

Art. 98. Havendo prévio requerimento da parte exequente (salvo reiteração indevida), deverá a escritania, sem dar ciência do ato ao executado, providenciar as diligências necessárias junto ao sistema BACEN-JUD, sobre ativos financeiros em nome do executado, limitando-se a indisponibilidade ao valor indicado na execução (art. 854 do CPC).

§1º. Se necessário, intime-se o credor para que apresente, em 05 dias, o número correto do CPF/CNPJ do executado, bem como o cálculo atualizado do que pretende bloquear, já incluídas as verbas de sucumbência.

Art. 99. Sendo positiva a penhora, deverá a escritania proceder à transferência dos valores para conta judicial em nome do executado, vinculada ao Juízo, também através do sistema on-line. Em caso de eventual indisponibilidade excessiva, deverá a escritania providenciar o cancelamento do excesso no prazo de 24 (vinte e quatro) horas a contar da resposta, o que deverá ser cumprido pela instituição financeira em igual prazo (art. 854, §1º).

§1º. Caso sejam penhorados ativos financeiros de valor infimo (2% do valor a ser penhorado, limitado a 10% do salário mínimo nacional), eles serão desbloqueados pelo Juiz da causa, independentemente de despacho, considerando-se como insucesso a penhora, em consonância com o artigo 836 do CPC.

§2º. Deverá a Secretaria realizar o desbloqueio para a hipótese de indisponibilidade de valores em duplicidade por existência de mais de uma conta com saldo suficiente para o cumprimento da ordem, bem como na hipótese de ocorrer o pagamento da dívida por outro meio, consoante artigo 854. §§ 1º e 6º, do CPC.

Art. 100. Após, intem-se as partes da penhora, sendo desnecessária a lavratura de termo, eis que a penhora realizada on-line já caracteriza a constrição judicial, independentemente de nomeação de depositário do bem. A intimação do executado quanto à penhora será na pessoa de seu advogado ou, não o tendo, pessoalmente (art. 854, §2º, do CPC), nos seguintes termos:

I - em se tratando de execução de título extrajudicial ou cumprimento de sentença, para ciência da penhora.

II - em se tratando de execução fiscal, para ciência da penhora, podendo apresentar embargos no prazo de 30 (trinta) dias (art. 16, inciso III, da Lei 6.830/80);

SISTEMA RENAJUD

Art. 101. Sendo infrutífera a penhora de ativos financeiros, ou no caso de haver saldo remanescente, ou, ainda, quando o exequente requerer (salvo reiteração indevida), deverá a escritania, sem dar ciência do ato ao executado, providenciar o comando eletrônico de pesquisa e bloqueio (na modalidade requerida pela parte exequente: transferência, licenciamento ou circulação) via sistema RENAJUD.

Parágrafo único. Se necessário, intime-se o credor para que apresente, em 05 dias, o número correto do CPF/CNPJ do executado, bem como o cálculo atualizado do que pretende bloquear, já incluídas as verbas de sucumbência.

Art. 102. Em caso de bloqueio positivo de veículo(s), a penhora será realizada por termo nos autos (art. 845, §1º, do CPC). No caso de o bloqueio recair sobre mais de um veículo, deverá o exequente ser intimado para que diga sobre qual ou quais veículos pretende que a penhora recaia.

Art. 103. Lavrado o termo, deverá ser intimado o exequente, na pessoa de seu advogado, para em 05 dias:

I - apresentar avaliação particular do(s) veículo(s), consistente em cotação de mercado obtida com base no preço médio de pesquisas realizadas por órgãos oficiais ou anúncios de venda divulgados em meios de comunicação, o que deve ser comprovado documentalment, restando dispensada a avaliação por oficial de justiça ou avaliador judicial (art. 871, inciso IV, do CPC);

II - se manifestar sobre o prosseguimento do feito, especialmente sobre as formas de expropriação que pretende (arts. 876 e 880 do CPC).

Art. 104. Em seguida, deverá ser intimado o executado tanto da penhora quanto da avaliação particular, ao seu advogado ou à sociedade de advogados a que aquele pertença. Se não houver constituído advogado nos autos, o executado será intimado pessoalmente, de preferência por via postal (art. 841 do CPC). Conste-se que ficará o executado no mesmo ato constituído como depositário (art. 840, §2º, do CPC), salvo se houver pedido de remoção pelo exequente, caso em que a intimação da penhora e da avaliação será preferencialmente pessoal, no mesmo ato do cumprimento do mandado de remoção, tudo pelo Oficial de Justiça. Nesta última hipótese (remoção), deverá ser previamente intimado o exequente para que em 05 dias informe o local onde se encontra(m) o(s) veículo(s). A intimação do executado quanto à penhora deverá ser feita nos seguintes termos:

I - em se tratando de execução de título extrajudicial ou cumprimento de sentença, para ciência da penhora.

II - em se tratando de execução fiscal, para ciência da penhora, podendo apresentar embargos no prazo de 30 (trinta) dias (art. 16, inciso III, da Lei 6.830/80);

PENHORA FÍSICA DE BENS, ATRAVÉS DE OFICIAL DE JUSTIÇA

Art. 105. Sendo infrutífera a penhora ou bloqueio de bens via sistemas *on line*, ou no caso de haver saldo remanescente, ou, ainda, quando o exequente requerer, deverá a escritania, sem dar ciência do ato ao executado, expedir mandado para que o Oficial de Justiça proceda à penhora e avaliação de bens suficientes para garantia da dívida, observando os bens eventualmente indicados pelo exequente, lavrando-se respectivo auto, e intimando-se o executado (em caso de bens imóveis, deve ser intimado o cônjuge), atendendo-se ao disposto nos arts. 835 e 838 do CPC.

Parágrafo único. Efetuar-se-á a penhora onde se encontrem os bens, ainda que sob a posse, a detenção ou a guarda de terceiros (art. 845 do CPC), devendo o Oficial de Justiça também observar o disposto no art. 212, §2º, do CPC.

Art. 106. Caso seja apresentada pelo exequente a certidão da matrícula atualizada (com menos de trinta dias de expedição), a penhora de imóveis, independentemente de onde se localizem, será realizada por termo nos autos, dispensando-se a diligência do meirinho. Neste caso, lavrado o termo, deverá ser realizada avaliação pelo Oficial de Justiça em 10 dias.

Parágrafo único. Não tendo o exequente juntado a certidão de matrícula do imóvel, ou caso esteja desatualizada, deverá ser intimado para apresentá-la em 15 (quinze) dias.

Art. 107. Informando o Oficial de Justiça que não tem condições para proceder à avaliação, por depender de conhecimentos especializados, e o valor da execução o comportar, deverão os autos vir conclusos para nomeação de avaliador (art. 870, parágrafo único, do CPC).

Art. 108. Após efetivado o auto de penhora e de avaliação (ou o termo de penhora nos autos, seguida de auto de avaliação), proceda-se a intimação das partes sobre a penhora e avaliação. Sempre que possível, deverá o Oficial de Justiça realizar a penhora (e avaliação) na presença do executado, caso em que se reputa intimado. Do contrário, a intimação do executado será feita ao advogado do executado ou à sociedade de advogados a que aquele pertença. Se não houver constituído advogado nos autos, o executado será intimado pessoalmente, de preferência por via postal (art. 841 do CPC). Recaindo a penhora sobre bem imóvel ou direito real sobre imóvel, será intimado também o cônjuge do executado, salvo se forem casados em regime de separação absoluta de bens (art. 842 do CPC). A intimação do cônjuge será pessoal, salvo se já tiver advogado constituído.

§1º. A intimação do executado quanto à penhora deverá ser feita nos seguintes termos:

I - em se tratando de execução de título extrajudicial ou cumprimento de sentença, para ciência da penhora.

II - em se tratando de execução fiscal, para ciência da penhora, podendo apresentar embargos no prazo de 30 (trinta) dias (art. 16, inciso III, da Lei 6.830/80);

§2º. A intimação do exequente deverá ser na pessoa de seu advogado, cabendo a este se manifestar sobre o prosseguimento do feito, especialmente sobre as formas de expropriação que pretende (arts. 876 e 880 do CPC).

Art. 109. Para presunção absoluta de conhecimento por terceiros, cabe ao exequente providenciar a averbação do arresto ou da penhora no registro competente, mediante apresentação de cópia do auto ou do termo, independentemente de mandado judicial (art. 844, CPC). Exceto em se tratando de execução fiscal, em que deverá ser expedido ofício com essa finalidade.

PENHORA FÍSICA DE BENS QUE GUARNECEM A RESIDÊNCIA

Art. 110. Havendo pedido do exequente, deverá a serventia expedir mandado de penhora de bens encontrados na residência ou estabelecimento da parte executada, devendo o Oficial de Justiça, ao cumprir o mandado, não localizando bens penhoráveis, descrever os bens existentes no imóvel da parte executada, observando que, em caso de penhora, os bens deverão ser avaliados e removidos ao depositário público, exceto em caso de expressa anuência da parte exequente com a manutenção dos bens em poder da parte executada, como depositária.

FRUSTRAÇÃO DAS DILIGÊNCIAS

Art. 111. Caso não seja localizado o executado, ou caso não sejam encontrados bens após vencidas as tentativas de pesquisa, bloqueio e penhora, intime-se o exequente para se manifestar no prazo de 10 (dez) dias.

Parágrafo único. Havendo indicação de bens e/ou endereço, desentranhe e adite o mandado, entregando-o ao meirinho.

REITERAÇÃO DE PEDIDOS DE PESQUISA, BLOQUEIO E PENHORA

Art. 112. Havendo reiteração de pedido de alguma das diligências de pesquisa de bens, bloqueio ou penhora com menos de 180 (cento e oitenta) dias de idêntica diligência anteriormente realizada, deverá o cartório certificar o ocorrido e intimar a parte exequente a justificar os motivos da reiteração e comprovar alteração de situação de fato a justificá-la, em dez dias, encaminhando os autos à conclusão na sequência.

PROIBIÇÃO DE PENHORA VIA BACENJUD E VIA RENAJUD

Art. 113. Em nenhuma hipótese o Cartório deve incluir minuta de penhora nos sistemas BACENJUD e/ou RENAJUD quando a parte executada se tratar de ente federativo (União, Estado, Município e Distrito Federal) ou alguma de suas autarquias e fundações, posto que estão sujeitos ao sistema de pagamento por precatórios.

INFOJUD E DEMAIS MEDIDAS COM RESERVA JURISDICIONAL

Art. 114. Em nenhuma hipótese o Cartório deve realizar de ofício as seguintes medidas, que dependerão sempre de prévia deliberação judicial:

I - requisição de informações fiscais em nome da parte executada pelo sistema INFOJUD;

II - determinação de penhora sobre faturamento, caso a parte executada seja pessoa jurídica.

§1º. Havendo pedido de consulta via INFOJUD, deverá o Cartório certificar se foram esgotadas todas as tentativas de bloqueio/penhora por outros meios (BACENJUD, RENAJUD e Oficial de Justiça)

§2º. Uma vez deferida a consulta via INFOJUD, após a juntada pelo Cartório dos documentos e extratos do sistema, lançar anotação de segredo de justiça (sigilo médio) nos respectivos arquivos, em seguida intimando-se o exequente para manifestação no prazo de 10 (dez) dias.

§3º. Em outros casos, sempre que houver juntada de quaisquer documentos protegidos por sigilo fiscal ou bancário (a exemplo do extrato do INFOJUD), lançar anotação de segredo de justiça (sigilo médio) nos respectivos arquivos, independentemente de ordem judicial.

TERCEIRO GARANTIDOR

Art. 115. Se o bem penhorado for de terceiro garantidor intimar também este da penhora, nos termos do art. 835, §3º, do CPC de 2015.

VEÍCULO EM NOME DE TERCEIRO

Art. 116. Na hipótese de penhora de veículo em que for constatado pela serventia, através de análise de documentos ou diretamente via sistema RENAJUD, que o mesmo está em nome de terceiro não integrante da lide, o Cartório deverá intimar a parte exequente, independentemente de deliberação, para que esta se manifeste quanto ao prosseguimento do feito, no prazo de 05 (cinco) dias.

Parágrafo único. Esgotado o prazo sem manifestação, o silêncio será interpretado como desistência da penhora, devendo ser intimado o exequente para dar andamento ao feito em 10 (dez) dias.

DEPÓSITO DE BENS

Art. 117. Caso a penhora recaia sobre bens móveis, deverão ser eles removidos e depositados perante o Depositário Público, salvo se a parte exequente expressamente concorde com a nomeação da parte executada como depositária, nos termos do art. 840, § 2º, do Código de Processo Civil.

§1º. Não havendo condições de depósito junto ao depositário judicial, os bens serão depositados junto ao exequente.

§2º. Sendo realizada penhora sobre veículo sem que tenha havido anterior bloqueio pelo sistema RENAJUD, deverá ser ele realizado de ofício pelo próprio cartório, independentemente de nova conclusão, na modalidade "transferência".

NOMEAÇÃO DE BENS E SUBSTITUIÇÃO DA PENHORA

Art. 118. Havendo nomeação de bens à penhora ou pedido de substituição da penhora, o cartório deverá, independentemente de nova conclusão, intimar a parte exequente a se manifestar a respeito em cinco dias, promovendo, em seguida, a conclusão dos autos para decisão.

PENHORA SOBRE CRÉDITOS

Art. 119. Havendo pedido de penhora sobre direitos ou créditos, deverá o cartório intimar o devedor ou a pessoa em relação a quem o executado possua direitos, acerca da penhora, tomando-a por termo, independentemente de ordem judicial.

PENHORA DE BENS GRAVADOS COM ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA

Art. 120. Sempre que houver registro de anotação de alienação fiduciária, será observado o procedimento constante deste Capítulo, promovendo-se a anotação do respectivo bloqueio, devendo-se promover a intimação do credor fiduciário ou titular de garantia sobre o veículo.

§1º. Neste caso, a penhora compreender-se-á realizada sobre os direitos que a parte executada possuir sobre o veículo.

§2º. Caso o cadastro no RENAJUD não permita verificar os dados do credor de garantia sobre o veículo, deverá a parte que requereu a penhora ser intimada para

providenciar tais dados no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de levantamento da restrição.

§3º. A intimação do credor com garantia sobre o veículo deverá informar da penhora realizada e requerer informações sobre o estado do financiamento (quitação, número de parcelas devidas e pagas, etc.) além de informação sobre a existência de ação que vise a busca e apreensão do veículo. Deverá o credor da garantia informar se concorda com a alienação do veículo e informar o valor do débito, presumindo-se, no caso de silêncio, sua discordância.

§4º. Com a resposta e as informações acima mencionadas, deverá ser intimada a parte exequente para que se manifeste sobre o interesse na manutenção da penhora. Não havendo interesse, a serventia promoverá o levantamento da restrição desde logo.

§5º. Havendo interesse na manutenção da penhora:

I - Se não houve concordância do credor da garantia com a venda do veículo, o feito deverá aguardar, no arquivo provisório, a data prevista e informada pelo credor da garantia para a quitação do contrato. Decorrido tal prazo, deverá ser expedido novo ofício ao credor da garantia para que informe se houve quitação e a transferência do veículo para o devedor com levantamento da garantia. Com a resposta de tais ofícios, intime-se a parte exequente para que se manifeste;

II - Se houve concordância do credor da garantia com a venda do veículo, promover-se-ão os atos necessários à alienação e, sendo esta realizada, intimar-se-á o credor para levantamento da referida garantia.

§6º. Caso não sejam respondidos os ofícios ao credor de garantia sobre o veículo, deverá ocorrer reiteração por mais uma vez, ao final do prazo e, persistindo o silêncio, deverá ser intimada a parte exequente para que se manifeste.

Capítulo III**Avaliação de Bens****AValiação**

Art. 121. Efetuada a penhora, promover-se-á a avaliação dos bens penhorados na forma do art. 872 do CPC, salvo nos casos de penhora *online*, ou realizada sobre veículo automotor, títulos da dívida pública e ações de sociedade, caso em que a parte que indicou o bem deverá ser intimada para comprovar a cotação de mercado (no caso de veículos) ou a cotação oficial do dia (nos demais casos).

Art. 122. A avaliação deve ser feita pelo Oficial de Justiça, nos termos do art. 154, V, e 870, ambos do CPC, devendo constar do mandado a ordem de avaliação a ser feita conforme o art. 872.

Art. 123. Sempre que possível, a avaliação deverá ser feita no ato da penhora, de modo que a intimação da parte executada a respeito da penhora coincida com a intimação da avaliação.

Art. 124. Caso o Oficial de Justiça certifique não ter conhecimento técnico para realizar a avaliação (e não se trate de veículos automotores ou bens/direitos cuja avaliação se dê pela juntada de cotação), os autos deverão vir conclusos para análise da justificativa do meirinho e eventual nomeação de perito avaliador (caso não exista ofício avaliador judicial na comarca).

Parágrafo único. Havendo indicação de avaliador específico pela parte exequente, os autos serão remetidos diretamente ao mesmo, para avaliação no mesmo prazo.

Art. 125. Caso não tenham sido intimadas em momento anterior, as partes serão intimadas para que se manifestem sobre a avaliação no prazo de 5 (cinco) dias, advertidas de que seu silêncio será interpretado como concordância.

REAVAliação

Art. 126. Antes de cada fase da alienação de bens penhorados, a serventia deverá certificar a data da última avaliação constante dos autos.

§1º. Se a avaliação tiver sido feita há mais de um ano e havendo pedido de nova avaliação por parte do credor ou do leiloeiro, a serventia procederá as diligências necessárias para a reavaliação.

§2º. Caso a reavaliação seja requerida pelo executado e já tenha decorrido o prazo de um ano da avaliação anterior, a serventia dará vista dos autos à parte credora para que se manifeste em 5 (cinco) dias, sendo que seu silêncio será interpretado como concordância. Neste caso, deverá se promover a reavaliação.

§3º. Não havendo concordância ou sendo a avaliação feita em prazo inferior a um ano, os autos deverão ser conclusos para análise.

§4º. Este procedimento de reavaliação poderá ocorrer em qualquer das fases da alienação (adjudicação, alienação particular ou leilão) e, ainda, no caso de reiteração de qualquer uma destas medidas.

Capítulo IV**Embargos do Devedor e demais incidentes****EMBARGOS DO DEVEDOR E EMBARGOS DE TERCEIRO**

Art. 127. Oferecidos embargos à execução, o Cartório deverá certificar nos autos de embargos à execução a tempestividade dos mesmos, nos termos do art. 915 do CPC, e se houve a penhora, o depósito ou a caução nos autos de execução, conforme o art. 919, §1º, do CPC; oferecidos embargos de terceiro, deverá o cartório certificar a tempestividade na forma do art. 675 do CPC.

§1º. Tempestivos os embargos e ausente pedido de efeito suspensivo ou liminar, o Cartório deverá citar e intimar a parte exequente/embargado para impugnar/contestar os embargos do prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de, não o fazendo, serem considerados verdadeiros os fatos narrados na inicial.

§2º. Havendo pedido de efeito suspensivo ou liminar, deverão os autos ser previamente remetidos à conclusão para análise.

§3º. Apresentada impugnação, o Cartório deverá intimar a parte embargante para que se manifeste no prazo de 15 (quinze) dias, podendo a mesma corrigir eventual irregularidade ou vício sanável no prazo de 30 (trinta) dias, nos termos do art. 352 do CPC de 2015.

§4º. Após a manifestação e eventual intervenção ministerial (em sendo o caso), o Cartório deverá intimar as partes para que especifiquem as provas que pretendem produzir, nos termos do art. 370 do CPC, justificando-as, sob pena de indeferimento,

conforme o art. 370, parágrafo único, do CPC, seguindo-se esta Portaria quanto às regras do procedimento comum.

IMPUGNAÇÃO AO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA

Art. 128. Oferecida impugnação ao cumprimento de sentença, o Cartório deverá certificar nos autos a tempestividade da mesma, nos termos do art. 525 do CPC, e se houve a penhora, o depósito ou a caução, conforme o seu §6º, em s.

§1º. Quando o executado alegar que o exequente, em excesso de execução, pleiteia quantia superior à resultante da sentença, deverá o cartório certificar: **a)** se foi declarado de imediato o valor que entende correto; **b)** se foi apresentado demonstrativo discriminado e atualizado de seu cálculo. Ausente alguns dos requisitos, deverão os autos ser conclusos antes da intimação da parte contrária.

§2º. Tempestiva a impugnação e ausente pedido de efeito suspensivo ou liminar, o Cartório deverá intimar a parte exequente para se manifestar no prazo de 10 (dez) dias, em seguida remetendo os conclusos autos para decisão.

§3º. Havendo pedido de efeito suspensivo ou liminar, deverão os autos ser previamente remetidos à conclusão para análise.

EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE OU IMPENHORABILIDADE

Art. 129. Havendo exceção ou objeção de pré-executividade, o Cartório deverá intimar a parte exequente para se manifestar no prazo de 10 (dez) dias, salvo se houver pedido de urgência, quando deverá fazer os autos conclusos.

Parágrafo único. Com o decurso do prazo, ou com a manifestação da parte exequente, o Cartório deverá fazer a conclusão dos autos para decisão.

IMPUGNAÇÃO À AVALIAÇÃO

Art. 130. Oferecida impugnação à avaliação, verificar se a matéria já não foi debatida em impugnação ao cumprimento de sentença ou embargos à execução, certificando.

§1º. O Cartório deverá intimar a parte contrária para se manifestar, no prazo de 05 (cinco) dias.

§2º. Com manifestação ou esgotado o prazo, os autos deverão vir conclusos para decisão.

IMPUGNAÇÃO À ARREMATACÃO

Art. 131. Havendo impugnação à arrematação, nos termos dos arts. 903, §1º e §5º, do CPC, o Cartório deverá intimar o arrematante para que se manifeste quanto ao interesse pelo bem, no prazo de 10 (dez) dias.

DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA

Art. 132. Quando a parte interessada ingressar com incidente de desconconsideração da personalidade jurídica, o Cartório deverá fazer certidão inicial constando a numeração das folhas, ou dos itens, em que constar a informação da certidão atualizada da Junta Comercial, contrato social e alterações atualizadas, bem como a comunicação do incidente ao Distribuidor (art. 134, §1º, do CPC de 2015).

§1º. A certidão da Junta Comercial é atualizada se o pedido for feito até 30 (trinta) dias após a expedição da mesma.

§2º. Negativa a certidão inicial, ou se os documentos estiverem desatualizados, o Cartório deverá intimar a parte requerente do incidente para que junte a certidão atualizada da Junta Comercial respectiva, no prazo de 30 (trinta) dias, sob pena de indeferimento do incidente.

Art. 133. Positiva a certidão inicial, o cartório deverá intimar a parte requerida do incidente para que se manifeste no prazo de 15 (quinze) dias, requerendo as eventuais provas cabíveis, nos termos do art. 135 do CPC.

Parágrafo único. O Cartório deverá anotar nos autos principais a suspensão do feito, nos termos do art. 134, §3º, do CPC.

Capítulo V

Expropriação

Art. 134. Decidida a avaliação, deverá a parte exequente ser intimada (somente se já não o foi anteriormente) a dizer, em 10 (dez) dias, se pretende a adjudicação dos bens penhorados ou sua expropriação por iniciativa particular ou por hasta pública.

ADJUDICAÇÃO

Art. 135. Caso a parte exequente postule a adjudicação do bem penhorado, deverá o cartório adotar as seguintes providências antes de encaminhar os autos à conclusão: **I** - intimar a parte exequente a juntar aos autos matrícula atualizada do bem (em se tratando de imóvel);

II - certificar se existem penhoras no rosto dos autos;

III - havendo averbação de penhoras anteriores ou de garantias reais sobre o bem, deverão os respectivos credores ser intimados da existência do pedido de adjudicação e a se manifestar a respeito em dez dias;

ALIENAÇÃO POR INICIATIVA PARTICULAR

Art. 136. Se for deduzido pedido de alienação por iniciativa particular, deverá o processo ser encaminhado à conclusão para fixação de condições e nomeação de corretor.

HASTA PÚBLICA (LEILÃO)

Art. 137. Caso postulada a alienação judicial do bem, deverá o Cartório:

I - verificar se foi cumprida a diligência do art. 134, em caso negativo intimando o exequente sobre o interesse na adjudicação do bem, com prazo de 10 (dez) dias, sem prejuízo do oportuno cumprimento do art. 135, caso se manifeste pela adjudicação;

II - tratando-se de veículo(s) automotor(es), verificar se não há alienação fiduciária em garantia, em caso positivo certificando se foram cumpridas as determinações da seção própria desta Portaria sobre a matéria e vindo conclusos;

III - vencidas as diligências supra, e prosseguindo o feito para hasta pública, atualizar a conta geral, intimando as partes a se manifestar no prazo comum de 05 (cinco) dias, em seguida vindo concluso para deliberações.

PEDIDOS DO LEILOEIRO

Art. 138. A pedido do leiloeiro, o Cartório deverá intimar a parte exequente para que apresente eventual documento faltante nos autos, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena dos autos ficarem em arquivo provisório por 1(um) ano.

Parágrafo único. O Cartório deverá atender aos pedidos do leiloeiro que se referirem à expedição de ofícios, de certidões e/ou de atualizações de valores superiores a 1(um) ano relacionados aos bens penhorados.

ARREMATACÃO

Art. 139. Havendo arrematação, deverá o cartório, independentemente de nova conclusão:

I - lavrar auto de arrematação, a ser assinado pelo arrematante, pelo leiloeiro e pelo juiz;

II - aguardar o prazo de 10 (dez) dias contados da assinatura do auto de arrematação pelo juiz, certificando nos autos o decurso do prazo ou eventual arguição com base no §§ 1º e 2º do art. 903 do CPC.

III - passado o prazo previsto no inciso anterior sem que tenha havido alegação de qualquer das situações trazidas no § 1º do art. 903 do CPC., deverão ser cumpridas as seguintes providências, previstas no item 5.8.15 do Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça:

a) requisição de certidões negativas das Fazendas Públicas da União, do Estado e do Município em nome da parte executada;

b) recolhimento do imposto de transmissão *inter vivos*;

c) atualização da conta geral;

d) pagas as custas, expedição de carta de arrematação e, conforme o caso, ordem de entrega ou mandado de imissão na posse, e alvará de levantamento do produto da alienação em favor do credor e do que sobejar em favor do devedor, retendo-se em caso de existência de certidões positivas mencionadas na alínea "a" em face da parte executada.

e) havendo saldo devedor, intimação do exequente para que se manifeste sobre o interesse no prosseguimento da execução, devendo apresentar cálculo atualizado da dívida em 10 dias.

HASTA PÚBLICA NEGATIVA

Art. 140. Quando o leiloeiro informar que as hastas públicas foram negativas, o Cartório deverá intimar a parte exequente para se manifestar, no prazo de 5 (cinco) dias, quando ao prosseguimento da execução.

§1º. Havendo o requerimento da parte exequente de novas hastas, o Cartório deverá intimar o leiloeiro para que as realize novamente, observando-se os itens anteriores.

§2º. Caso restem negativas as novas hastas, o Cartório deverá intimar a parte exequente para que indique outros bens penhoráveis, ou justifique eventual pedido de terceira alienação do mesmo bem. A terceira alienação do mesmo bem somente será designada mediante a expressa determinação judicial.

Capítulo VI

Pagamento e extinção

PAGAMENTO - DEPÓSITO DO VALOR EXECUTADO

Art. 141. Quando o devedor depositar o valor executado para fins de pagamento, o Cartório deverá intimar a parte exequente para que se manifeste no prazo de 5 (cinco) dias.

§1º. No silêncio, ou havendo a concordância com o valor, o Cartório deverá expedir o alvará de levantamento em favor do credor, devendo os autos serem arquivados na hipótese de cumprimento de sentença, ou serem conclusos para sentença de extinção se for execução de título extrajudicial, tudo devidamente certificado.

§2º. Se a parte exequente requerer a complementação do valor, o Cartório deverá intimar a parte executada para que deposite a diferença no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de continuidade da execução.

§3º. Depositada a diferença pela parte executada, o Cartório deverá cumprir o §1º.

§4º. Ausente o depósito, ou se a parte executada não concordar com o pedido, o Cartório deverá intimar a parte exequente para que se manifeste quanto ao seguimento do feito.

PAGAMENTO - INTERESSE DO DEVEDOR OU DO TERCEIRO

Art. 142. Sempre que a parte executada, ou o terceiro interessado, informar, ainda que verbalmente, a intenção de pagar a dívida e **não tiverem advogado constituído**, o Cartório deverá colher a assinatura da pessoa declarante, bem como as informações de telefone e de endereço, anexando a cópia do documento de identidade, devendo o Cartório proceder ao cálculo da conta e das custas, ou, se o caso, remeter os autos ao Contador.

§1º. O Cartório deverá colher o ciente do devedor, ou do terceiro, quanto ao prazo de 30 (trinta) dias para que o mesmo retorne aos autos para tomar conhecimento dos valores executados e para que efetue o pagamento dentro de 10 (dez) dias.

§2º. Havendo pagamento, deverá ser cumprido o artigo anterior.

§3º. Decorrido o prazo e ausente o pagamento, o feito deverá ter o seu curso normal, devendo o Cartório intimar a parte exequente quanto ao prosseguimento do feito.

EXTINÇÃO DA EXECUÇÃO OU PAGAMENTO DO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA

Art. 143. Após a extinção da execução de título extrajudicial ou do pagamento do cumprimento de sentença, o Cartório deverá expedir eventuais ofícios e mandados, bem como realizar as comunicações necessárias para as baixas das constrições, providenciando a entrega de documento à parte interessada para o cumprimento de eventual diligência, certificando. Na sequência, os autos deverão ser arquivados.

BAIXAS

Art. 144. O cartório deverá realizar automaticamente a baixa de anotações pelo RENAJUD e a liberação de valores bloqueados via BACENJUD, em favor da parte executada, certificando a ocorrência, ao final do processo ou, durante, quando houver pedido nesse sentido formulado pela parte exequente.

Art. 145. O processo somente poderá ser arquivado quando todas as contas judiciais vinculadas estiverem zeradas ou encerradas, mediante certidão específica a ser lavrada pela serventia, na forma do capítulo próprio desta Portaria relativo aos levantamentos através de alvarás judiciais.

CUSTAS REMANESCENTES

Art. 146. O Cartório deverá, independente de determinação judicial, intimar a parte vencida para o pagamento de eventuais custas remanescentes cotadas.

§1º. Não havendo o pagamento das custas remanescentes, mesmo após a intimação da parte vencida, o Cartório deverá certificar o fato e encaminhar cópias das folhas ou dos itens respectivos ao FUNREJUS/FUNJUS, arquivando-se os autos na sequência.

§2º. No caso de custas devidas à Escrivania não estatizada, e havendo sentença condenatória transitada em julgado, o Cartório deverá fazer o pedido de execução por certidão nos próprios autos, com os pedidos de penhora via BACENJUD/RENAJUD, se o caso, fazendo a conclusão dos autos na sequência.

§3º. Na hipótese de pagamento do débito principal, mas ficando pendente de pagamento as custas processuais, o Cartório deverá providenciar a atualização de tais verbas e intimar o devedor para pagar no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de prosseguimento da execução nos termos do §2º.

§4º. Não pagas as custas, ainda, o Cartório deverá encaminhar os autos ao distribuidor para que inclua o nome do devedor no banco de dados daquela serventia (Nota 6 da Lei n. 13.611/2002).

§5º. A prática de atos processuais com custas previstas em lei devem ser precedidas de seu pagamento antecipado, conforme o art. 82 do CPC e o item 2.7.1.4 do Código de Normas, sob pena de aguardar o recolhimento em arquivo provisório se o ato interessar à parte autora, independente de deliberação judicial, ou sob pena de preclusão se o ato interessar à parte requerida, devendo ser certificado o fato.

ÂMBITO DE APLICAÇÃO

Art. 147. As normas constantes deste título se aplicam, no que couber, a todos os tipos de execução, observadas disposições específicas das leis de regência e de outras Portarias de delegação expedidas por este Juízo.

TÍTULO V

PROCEDIMENTO NAS EXECUÇÕES FISCAIS

Capítulo I

Disposições gerais

Art. 148. Ajuizada petição inicial em execução fiscal, deverá, preliminarmente, a serventia verificar se o valor exequendo é superior a R\$ 10.000,00, para a Fazenda Estadual e suas Autarquias.

§1º. Caso o valor seja inferior, deverá a exequente ser intimada para que se manifeste a respeito do prosseguimento do feito, diante do contido nos arts. 30 e 31 da Lei Estadual n.º 17.082/2012.

§2º. Sobrevindo nova Lei estadual que revogue, sub-rogue ou ab-rogue a Lei Estadual nº 17.082/2012, deverá a serventia observar os respectivos parâmetros bem como observar eventual Lei Estadual que trate dos mesmos limites e de casos específicos.

Art. 149. Uma vez determinada, a citação será realizada por carta com aviso de recebimento, ainda que de outro modo requerida o autor, salvo se presente alguma das hipóteses do art. 247 do CPC, sobretudo se o domicílio do executado estiver em região não atendida pela entrega domiciliar dos Correios. Será citado o executado para que pague a dívida no prazo de cinco dias.

§1º. Caso o aviso de recebimento não seja devolvido no prazo de trinta dias, ou seja devolvido sem cumprimento pelos motivos "recusado", "não procurado" e "ausente", deverá ser intimado o exequente para que se manifeste em 05 (cinco) dias. Caso haja insistência ou requerimento expresso, poderá ser promovida nova tentativa de citação por Oficial de Justiça, independentemente de nova conclusão.

§2º. Caso o aviso de recebimento seja devolvido pelo motivo "faleceu", deverá a parte exequente ser intimada, independentemente de nova conclusão, a, em 90 (noventa dias), comprovar o óbito da parte executada e indicar seus sucessores.

Art. 150. Sendo frustradas as tentativas de citação por carta e por oficial de justiça, deverá ser intimada a parte exequente para que se manifeste adotando-se o procedimento próprio desta Portaria quanto à localização de endereços.

Art. 151. Caso assim o requerer a parte exequente, deverá o cartório, independentemente de nova conclusão, realizar a citação por edital da parte executada, na forma do art. 8º, inciso IV, da Lei nº 6.830/1980.

Parágrafo único. Certificado pelo Oficial de Justiça o encerramento irregular das atividades da empresa demandada, preliminarmente à citação por edital, intime-se o exequente para que se manifeste quanto a eventual desconsideração da personalidade jurídica e redirecionamento da execução contra os sócios, no prazo de 30 (trinta) dias.

Art. 152. Caso seja tentada citação por mandado contra executado pessoa jurídica, deverá o Sr. Oficial de Justiça, caso não encontre o responsável legal da empresa, independentemente de prévio requerimento ou determinação, lavrar certidão detalhada informando se houve encerramento das atividades pela empresa, devendo consultar vizinhos e pessoas próximas do local, a fim de levantar informações com a maior precisão possível.

Capítulo II

Pesquisa e Penhora de bens

PENHORA VIA BACENJUD, RENAJUD E MANDADO

Art. 153. Promovida a citação da parte executada, não ocorrendo o pagamento no prazo, nem a garantia da execução de que trata o art. 9º da LEF, poderá o cartório, independentemente de nova conclusão, promover as seguintes diligências de procura de bens, se assim requerer a parte exequente, sem necessidade de dar ciência à parte contrária, na seguinte ordem: BACENJUD, RENAJUD e penhora física de bens através de Oficial de Justiça, aplicando-se os procedimentos próprios já estabelecidos nesta Portaria no título das execuções em geral.

Parágrafo único. Em se tratando de processo eletrônico, todas as penhoras devem ser cadastradas no campo próprio do sistema PROJUDI.

INFOJUD E DEMAIS MEDIDAS COM RESERVA JURISDICCIONAL

Art. 154. Dependem de prévia deliberação judicial e de prévia tentativa das medidas previstas no item supra a efetivação das seguintes medidas:

I - Requisição de informações fiscais em nome da parte executada pelo sistema INFOJUD;

II - Determinação de penhora sobre faturamento, caso a parte executada seja pessoa jurídica;

III - Alteração do polo passivo da demanda.

INTIMAÇÃO DA PENHORA

Art. 155. Formalizada a penhora, deve ser a parte executada e seu cônjuge (se casado for) intimada, na pessoa de seu advogado, ou pessoalmente (por carta, na forma do art. 12, §1º da nº Lei 6.830/80), a apresentar embargos à execução fiscal no prazo de 30 (trinta) dias (art. 16 da Lei 6.830/80), na forma do já disposto nesta Portaria.

Capítulo III

Arquivamento e suspensão da execução fiscal

ARQUIVAMENTO (ART. 40 DA LEF)

Art. 156. Frustradas as tentativas de penhora, intime-se a exequente para que se manifeste sobre o prosseguimento do feito, em até 30 (trinta) dias, sob pena de suspensão do processo e posterior arquivamento, nos termos do art. 40 da Lei nº 6.830/80.

§ 1º. Caso não haja manifestação ou se por qualquer motivo requerer o exequente a suspensão do feito ou deixar de se manifestar no prazo fixado, deverá a serventia suspender a execução fiscal, pelo prazo de um ano, como indica o art. 40 da Lei nº 6.830/80. Após, o feito deverá aguardar ainda no arquivo provisório o decurso do prazo de 5 (cinco) anos. Decorrido este prazo, serão intimadas a Fazenda e a parte executada (que tiver advogado constituído nos autos) para que se manifestem sobre a prescrição intercorrente, no prazo comum de 05 (cinco) dias, vindo os autos conclusos em seguida.

§ 2º. A intimação da Fazenda Pública somente será feita a respeito da determinação de arquivamento provisório (de ofício ou a pedido), devendo constar na intimação a advertência expressa no sentido de que o desarquivamento e o prosseguimento do feito dependerá de requerimento expresso da parte ao final do prazo, submetendo-se ao risco de se sujeitar à prescrição intercorrente no caso de inércia.

SUSPENSÃO DA EXECUÇÃO FISCAL

Art. 157. A serventia, independentemente de determinação do Juízo, suspenderá os processos de execução fiscal, quando ocorrer o parcelamento da dívida pelo credor notificada nos autos e acompanhada de documentação a respeito.

§ 1º. Neste caso, o processo de execução fiscal ficará suspenso pelo tempo do parcelamento, devendo a serventia intimar as partes do arquivamento com a informação de que caberá à parte exequente informar, ao final do prazo, se houve o pagamento da dívida pelo devedor, sob pena de presumir-se da inércia o adimplemento integral e virem os autos conclusos para sentença, sem prejuízo do reconhecimento de eventual prescrição intercorrente.

§ 2º. Caso não haja sido informado o prazo final do parcelamento, deverão ser intimadas as partes com procuradores constituídos nos autos para que o informe, em até 30 (trinta) dias. Com a informação prestada, suspenda-se até o prazo final declinado. Nada sendo informado, aguarde-se igualmente no arquivo provisório o prazo de prescrição intercorrente.

§ 3º. Se o exequente informar que o devedor não saldou a dívida ou se a qualquer tempo durante o transcurso do prazo do parcelamento o exequente peticionar nos autos informando o descumprimento, a serventia dará continuidade à execução, devendo praticar os atos sequenciais à que estiver autorizada nesta Portaria, intimando a parte exequente ou realizando a remessa dos autos em conclusão, se for o caso de ser adotada providência pelo Juiz.

Art. 158. Os processos de execução fiscal também serão remetidos ao arquivo provisório independentemente de decisão judicial quando:

I - Houver pedido da parte exequente de suspensão do feito e não houver atos processuais pendentes a serem praticados nem estiver em curso prazo para a apresentação de defesa ou manifestação da parte executada ou terceiros, pelo prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias;

II - Houver pedido de ambas as partes de suspensão em razão de acordo ou concessão de prazo para pagamento (art. 922 do NCPC) e desde que não haja pedido de homologação de acordo.

Art. 159. Sempre que o cartório constatar a existência de outras execuções fiscais promovidas pelo mesmo credor em face do mesmo devedor, e estando elas em fases processuais similares, deverá a serventia promover de ofício seu apensamento para tramitação conjunta, na forma do art. 28 da Lei nº 6.830/1980, intimando a parte exequente a respeito para que providencie a atualização do débito de todos os feitos apensados, devendo o tramite ser realizado somente na execução mais antiga, ficando seus apensos bloqueados de movimentação, certificando-se em cada qual.

Capítulo IV

Embargos à execução fiscal e demais incidentes

EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL

Art. 160. Havendo embargos à execução fiscal, além das diligências próprias, deverá a serventia certificar quanto à tempestividade, com observância ao art. 16 da Lei 6.830/80, bem como, certificar se houve garantia da execução pelo embargante.

Parágrafo único. Caso o aviso de recebimento da carta de citação não tenha sido assinado pessoalmente pela parte executada, deverá o cartório observar o disposto no § 3º do art. 12 da Lei nº 6.830/1980 quando da intimação para apresentação de embargos: "*Far-se-á a intimação da penhora pessoalmente ao executado se, na citação feita pelo correio, o aviso de recepção não contiver a assinatura do próprio executado, ou de seu representante legal*".

EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE

Art. 161. Havendo oposição de exceção ou objeção de pré-executividade, dê-se vista à parte exequente para que se manifeste em 5 dias

DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA

Art. 162. Sempre que a parte exequente requerer a responsabilização dos sócios, ou desconsideração da personalidade jurídica, deverá ser intimada a juntar aos autos contrato social e alterações atualizadas, bem como certidão atualizada da Junta Comercial, caso não estejam já nos autos.

Capítulo V

Expropriação

ADJUDICAÇÃO

Art. 163. Caso a parte exequente postule a adjudicação do bem penhorado, deverão ser os autos conclusos.

LEILÃO (HASTA PÚBLICA)

Art. 164. Caso postule a alienação judicial do bem, deverá o cartório, independentemente de conclusão, adotar as providências já descritas nesta Portaria no art. 134 e seguintes.

§ 1º. Nos feitos de execução fiscal o edital será expedido e encaminhado para publicação pelo leiloeiro oficial, devendo ser observado o prazo estipulado no § 1.º do artigo 22 da Lei de Execução Fiscal. Caberá ainda ao leiloeiro a certidão de publicação dos editais.

§2º. A Fazenda Pública é isenta do pagamento de FUNREJUS, devendo ser observadas as demais dispensas legais previstas na Lei Estadual nº 12.218/98.

Art. 165. Aplicam-se a estes processos, subsidiariamente e no que não conflitem, as determinações constantes desta Portaria relativas aos demais processos de execução.

LEILÃO EM EXECUÇÃO FISCAL PROMOVIDA PELA PGFN

Art. 166. Nas ações de execução fiscal promovidas pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, observar-se-á o contido na Portaria PGFN nº 79/2014 ou, em caso de revogação, no ato administrativo subsequente, observando-se, em especial, o seguinte:

I - O parcelamento em até 60 (sessenta) prestações, com valor mínimo de R\$500,00 (quinhentos Reais);

II - A constituição de penhor dos bens móveis arrematados de forma parcelada;

III - A possibilidade de parcelamento de veículos automotores em até 04 (quatro) anos;

IV - A formalização do parcelamento se dará por pedido nos próprios autos do processo eletrônico (PROJUDI), dada a inexistência do sistema "E-processo" nesta Comarca.

§1º. Não se aplicará tal procedimento nas execuções fiscais que têm como fundamento a cobrança de débitos devidos ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

§2º. Aplicam-se subsidiariamente e de forma complementar as normas de parcelamento do débito previstas no Código de Processo Civil e demais disposições aplicáveis desta Portaria.

§3º. Caberá ao leiloeiro designado pela serventia observar as regras constantes da Portaria PGFN nº 79/2014, devendo este ser comunicado a respeito pela serventia. Deverá inclusive e, conforme o caso, adotar o modelo de requerimento anexo à referida Portaria, a ser obtido mediante consulta ao site próprio (Disponível em <http://www.pgfn.fazenda.gov.br/divida-ativa-da-uniao/todos-os-servicos/informacoes-e-servicos-para-pessoa-fisica/parcelamento-de-arrematacao>).

TÍTULO VI

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 167. Esta Portaria entrará em vigor no dia 17 de janeiro de 2017, ficando revogada a Portaria nº 05/2011, bem como as disposições em contrário.

Afixe-se cópia no local de avisos desta Vara, ou Fórum, para o conhecimento e a consulta de todos. Dê-se ciência, ainda, aos funcionários e estagiários do Cartório ou Secretaria, bem como ao Distribuidor. Remeta-se cópia ao Ministério Público local e ao Presidente da Subseção da Ordem dos Advogados do Brasil de Itati/PR. É dispensada a remessa de cópia desta Portaria à Corregedoria-Geral de Justiça, nos termos do Ofício Circular nº 34/2016, de 01/04/2016.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

São João do Trínfo, 17 de janeiro de 2017.

Gyordano B. W. Bordignon

Juiz de Direito

FORO REGIONAL DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA

1ª VARA CÍVEL

Edital de Citação

EDITAL DE CITAÇÃO DE - TROID OBRAS E PROJETOS EIRELI, INSCRITA NO CNPJ/MF SOB O Nº 13.342.046/0001-30. PRAZO DE VINTE (20) DIAS.

A Doutora Camila Mariana da Luz Kaestner, Juíza de Direito da Primeira Vara Cível da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, Foro Regional de São José dos Pinhais, Estado do Paraná,

FAZ SABER

a todos quantos virem o presente edital ou conhecimento dele tiverem, que encontra-se tramitando perante este Juízo e Cartório os autos sob o nº 0005823-28.2020.8.16.0035 de Ação de Cobrança, em que é requerente Guia Veículos Ltda, e requerido Troid Obras e Projetos EIRELI, tendo por objeto a cobrança de débitos de locação de veículos, ensejando o débito no valor de R\$ 16.604,06 (dezesesseis mil, seiscentos e quatro reais e seis centavos), além de custas, despesas processuais e honorários advocatícios. Estando o requerido - Troid Obras e Projetos EIRELI, em lugar incerto e não sabido, fica o mesmo, na pessoa de seu representante legal através do presente edital CITADO dos termos da ação, e para contestar o feito, querendo, no prazo de quinze (15) dias, sob pena de revelia, e que será nomeado nomeado Curador Especial ao mesmo em caso de revelia (artigo 257, IV, do CPC). Advertindo-o de que se não forem contestados presumir-se-ão aceitos pelo mesmo como verdadeiros os fatos articulados pelo(a) requerente (artigo 344 do Código de Processo Civil).- Nada mais. Para constar lavrou-se o presente. São José dos Pinhais, 20 de setembro de 2021. Eu (Sandro Isidio Bonato), Juramentado que o digitei e subscrevi.-

Subscrição autorizada pela MMª. Juíza - Portaria 03/2021.

EDITAL DE CITAÇÃO DE FLÁVIO SOARES DA SILVA - CPF/MF Nº 026.660.369-60 - AUTOS Nº 0003488-07.2018.8.16.0035. PRAZO DE VINTE DIAS. A Doutora Camila Mariana da Luz Kaestner, Juíza de Direito da Primeira Vara Cível da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, Foro Regional de São José dos Pinhais, Estado do Paraná, etc., FAZ SABER a todos quantos virem o presente edital ou conhecimento dele tiverem, que encontra-se tramitando perante este Juízo e Cartório os autos sob o nº 0003488-07.2018.8.16.0035, de redibitória c/ c reparação por danos materiais e morais e obrigação de fazer, em que é requerente Jainara Luana de Souza e requeridos Elida Moreno Me e outros, nos termos dos fatos da petição inicial que seguem a seguir transcritos: "(...) O requerente comprou dos requeridos em 18/07/2017 veículo FORD/FUSION, SEL 2.5, 16V, GASOLINA, ano 2010, placa NYY-0008 chassi 3FAHPOJA6BR186657, RENAVAL 305283227, com atualmente 85.000 quilômetros. Ocorre que desde 18/10/2017 o veículo vem apresentando diversos vícios incompatíveis com carro, ocasionando repetitivas entradas na Oficina para intermináveis reparos, quais sejam: barulho na suspensão, problemas na bateria, etc. Não bastasse todo o transtorno sobredito, no dia 09/01/2018 o veículo apresentou problema na caixa de câmbio, conforme diagnóstico mecânico anexo, parando de funcionar por completo, sendo necessária a sua remoção por intermédio de guincho. Diante dessa situação, o requerente buscou o 3º requerido para resolver administrativamente o problema com o carro, mandando mensagens de texto e ligando em seu celular particular. No entanto, sem êxito, conforme corte a seguir: (...) Portanto, diante do prejuízo suportado pelo requerente e da inércia dos requeridos na solução do problema, não há outra saída senão ingressar com a presente." Estando o requerido FLÁVIO SOARES DA SILVA em lugar incerto e não sabido, fica o mesmo através do presente edital CITADO, por todo o conteúdo das cópias da petição inicial e R. Despacho e para apresentar resposta no prazo legal, advertindo-o(a) de que se não forem contestados presumir-se-ão aceitos pelo(a) mesmo(a) como verdadeiros os fatos articulados pelo(s) requerente(s) (artigo 344 do Código de Processo Civil). Fixado como prazo para a consolidação da citação o vigésimo dia contado a partir da primeira publicação, iniciando em seguida o prazo para que a parte apresente defesa. Para constar lavrou-se o presente. São José dos Pinhais, 23 de setembro de 2021. Eu _____ (Geiselen Ananias Pinto Juncklaus) Juramentado que o digitei e subscrevi.- Subscrição autorizada pelo MM. Juiz - Portaria 03/2021. (**Assinado digitalmente**)

Edital de Intimação

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE - G. KOTOVICZ CONSULTORIA - ME - CNPJ/MF nº 10.865.829/0001-00 - AUTOS Nº 0012766-03.2016.8.16.0035. PRAZO 30 DIAS.- A Doutora Camila Mariana da Luz Kaestner, Juíza de Direito da Primeira Vara Cível da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, Foro Regional de São José dos Pinhais, Estado do Paraná, etc., FAZ SABER

a todos quantos virem o presente edital ou conhecimento dele tiverem, que encontra-se tramitando perante este Juízo e Cartório os autos sob o nº 0012766-03.2016.8.16.0035, de ação de cumprimento de sentença movida por Zulmira Marques Kuller em face de G. Kotovicz Consultoria ME, tendo por objetivo, nos termos do art. 513 §2º, inciso IV do CPC, promover a INTIMAÇÃO da executada acerca da R. Decisão proferida em data de 28 de julho de 2021, no evento nº 253: "Vistos e examinados. 1. Altere-se a fase processual para cumprimento de sentença. Recebo o cumprimento de sentença de mov. 246.1. O pedido posterior de mov. 247.1, deve ser atuado em autos apartados a fim de evitar confusão processual. 2. Intime-se o devedor para pagamento do débito no prazo de quinze dias, conforme demonstrativo apresentado pelo credor, sob pena de acréscimo de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação (art. 523 do CPC), além de penhora e avaliação, inclusive, com a possibilidade de penhora e bloqueio de contas bancárias pela via eletrônica. Arbitro honorários de 10% sobre o valor do débito em caso de não pagamento no prazo estipulado e prosseguimento da execução. 3. Não

havendo pagamento, diga o credor, se já não o fez, se há interesse na expedição de mandado de penhora e avaliação. Caso positivo, defiro o pedido antecipadamente, ressaltando que a avaliação deverá ser realizada pelo próprio oficial de justiça, salvo se depender de conhecimentos especializados (art. 523, § 3º do CPC). 4. Frustrada a tentativa de intimação, havendo pedido expresso, fica desde já autorizado o arresto de bens do executado, pelos sistemas SISBAJUD e RENAJUD, devendo a escritania proceder conforme Portaria 03/2021. 4.1. Efetivado o arresto, proceda-se a intimação da parte executada, nos termos do parágrafo primeiro do artigo 830 do Código de Processo Civil. 5. Intimado o executado e inexistindo pagamento da dívida, fica desde já deferido o pedido de penhora on line pelo sistema SISBAJUD, nos termos do art. 854, CPC, bem como a penhora de veículos pelo sistema RENAJUD. 6. Defiro o pedido de busca de bens via CNIB - Centro Nacional de Indisponibilidade de Bens, conforme disposto no Provimento nº 39/2014, do Conselho Nacional de Justiça, a fim de localização de bens penhoráveis para satisfação do crédito da parte exequente. 7. Defiro o pedido de pesquisa de bens, por meio de consulta às declarações do imposto de renda da parte executada, via sistema INFOJUD. 8. Caso haja requerimento, promova-se a inclusão nos cadastros de inadimplentes na forma do art. 782, 3º e 5º, CPC. 9. Defiro a expedição de certidão para fins de averbação, na forma do art. 828 do CPC. Fica o exequente ciente de que deve comunicar todas as averbações realizadas. Caso deseje a averbação por ofício, o pedido fica deferido e o credor deverá recolher às custas do ofício, bem como as custas administrativas de averbação junto ao cartório competente. 10. Citado o devedor, e tendo o credor interesse em instá-lo para indicação de bens, intime-se para manifestação, em 05 (cinco) dias, sob pena de ato atentatório à dignidade da Justiça (art. 744, V, CPC). 11. Não localizados bens penhoráveis e havendo requerimento expresso, determino a suspensão da execução pelo prazo de 01 (um) ano, conforme artigo 921, inciso III, do Código de Processo Civil. 11.1. Decorrido este sem que haja notícia sobre bens penhoráveis em nome do executado, arquivem-se, de acordo com o estabelecido no parágrafo 2º do artigo retro referido. 12. Em todas as hipóteses acima, deve o Cartório observar aquilo que foi determinado da Portaria 03/2021. Intimações e diligências necessárias." O presente edital deverá ser afixado, no local de costume do Juízo bem como publicado na forma da Lei. Fixado como prazo para a consolidação da citação o trigésimo dia contado à partir da primeira publicação, iniciando em seguida o prazo para que a parte apresente defesa. Para constar lavrou-se o presente. São José dos Pinhais, 23 de Setembro de 2021. Eu _____ (Geisieleen Ananias Pinto Juncklaus) Juramentada que o digitei e subscrevi.- Subscrição autorizada pelo MM. Juiz - Portaria 03/2021. (**Assinado digitalmente**)

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE - OMAR DORRENBACH LUNA - CPF/MF nº 814.842.599-04 - AUTOS Nº 0016236-08.2017.8.16.0035. PRAZO 30 DIAS.- O Doutor Henrique Kurscheidt, Juiz de Direito Substituto da Primeira Vara Cível da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, Foro Regional de São José dos Pinhais, Estado do Paraná, FAZ SABER a todos quantos virem o presente edital ou conhecimento dele tiverem, que encontra-se tramitando perante este Juízo e Cartório os autos sob o nº 0016236-08.2017.8.16.0035, de ação de cumprimento de sentença movida por Banco Bradesco S/A em face de Omar Dorrenbach Luna, tendo por objetivo, nos termos do art. 513 §2º, inciso IV do CPC, promover a INTIMAÇÃO do executado acerca da R. Decisão proferida em data de 09 de outubro de 2020, no evento nº 174.1.: "1 - Recebo o requerimento de cumprimento de sentença. Anote-se, na forma do art. 68 do Código de Normas. 2 - Nos termos do art. 523 do NCPC, intime-se a parte devedora, na pessoa de seu advogado ou, caso não o tenha ou decorrido um ano do trânsito em julgado da sentença, via carta com AR, para que efetue o pagamento do débito acrescido de eventuais custas, no prazo de 15 dias, sob pena de incidência de multa de 10% (dez por cento) e de honorários advocatícios de 10% (dez por cento), ambos incidentes cumulativamente sobre o débito atualizado ou sobre o valor restante, em caso de pagamento parcial, nos termos do art. 523, §1º e §2º do NCPC. 3 - Deverá constar da intimação que decorrido o prazo acima sem o pagamento voluntário, a parte executada poderá oferecer impugnação no prazo de 15 dias, independente de penhora ou de nova intimação, nos termos do art. 525 do NCPC. 4 - Ausente o pagamento, a multa, as eventuais custas e os honorários advocatícios, todos acima fixados, ficam incluídos no débito e, independente de haver ou não impugnação, deve ser feita a penhora pelo sistema Bacenjud e, se negativa, pelo sistema Renajud. 5 - Encontrado valor em dinheiro ou veículo em nome da parte executada, lavre-se o auto de penhora, com a avaliação do bem pelo oficial de justiça (art. 870 do NCPC), e intime-se a parte devedora, nos termos do art. 841 do NCPC, dispensada a intimação se a penhora foi realizada na presença do devedor. 6 - Apresentada qualquer impugnação pela parte executada, manifeste-se a parte exequente. 7 - Após, apresentada ou não manifestação, conclusos para decisão." O presente edital deverá ser afixado, no local de costume do Juízo bem como publicado na forma da Lei. Fixado como prazo para a consolidação da citação o trigésimo dia contado à partir da primeira publicação, iniciando em seguida o prazo para que a parte apresente defesa Para constar lavrou-se o presente. São José dos Pinhais, 23 de setembro de 2021. Eu _____ (Geisieleen Ananias Pinto Juncklaus) Juramentada que o digitei e subscrevi.- Subscrição autorizada pelo MM. Juiz - Portaria 03/2021. (**Assinado digitalmente**)

1ª VARA CRIMINAL

Edital de Citação

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO E INTIMAÇÃO DO DENUNCIADO JULIO VERNE ROSA GOMES, COM PRAZO DE 15 (QUINZE) DIAS Procedimento Especial da Lei Antitóxicos nº. 0012080-06.2019.8.16.0035

A Doutora Luciani Regina Martins de Paula, Juíza de Direito da 1.ª Vara Criminal do Foro Regional de São José dos Pinhais, Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, Estado do Paraná, na forma da lei, etc .

FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem, com o **prazo de 15 (quinze) dias**, que, em razão de se encontrar atualmente em lugar incerto e não sabido, não foi possível intimar pessoalmente **JULIO VERNE ROSA GOMES, RG 62075783 SSP/PR, CPF 875.575.689-15, Nome do Pai: MAURICIO ROSA GOMES, Nome da Mãe: FRANCISCA DE ASSIS GOMES, nascido em 18/01/1973, natural de MANAUS/AM,** denunciado nos autos de **Procedimento Especial da Lei Antitóxicos nº. 0012080-06.2019.8.16.0035** como incurso nas sanções do artigo **JULIO VERNE ROSA GOMES: (Penas MP) Lei 11343/06, ART 33 Importar, exportar, remeter, preparar, produzir, fabricar, adquirir, vender, expor à venda, oferecer, ter em depósito, transportar, trazer consigo /**, pelo que, através do presente, é procedida a **NOTIFICAÇÃO**, informando-o de que está sendo chamado ao processo nos autos em epígrafe, em trâmite nesta 1ª Vara Criminal de São José dos Pinhais, devendo ele acompanhar todos os atos processuais, bem como **INTIMAÇÃO** para que para apresentar Resposta à Acusação no prazo de 10 (dez) dias, nos moldes do artigo 55 da Lei 11.343/2006. E, para que chegue ao conhecimento de todos determinou a MM. Juíza que se expedisse o presente edital, que será afixado no local de costume, bem como publicado no Diário da Justiça, para que no futuro não se alegue ignorância. Dado e passado nesta cidade e Foro Regional de São José dos Pinhais, Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, Estado do Paraná, 23 de setembro de 2021 às 19:42:14. Eu, Victor Hugo Marchiori Berleze, Escrivão Designado, que digitei e subscrevi.

LUCIANI REGINA MARTINS DE PAULA
Juíza de Direito

Edital de Intimação

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA DO DENUNCIADO MICHEL LUCAS DOS SANTOSGANZER, COM PRAZO DE 90 (NOVENTA) DIAS.

Procedimento Especial da Lei Antitóxicos nº. 0010834-38.2020.8.16.0035.

A Doutora Luciani Regina Martins de Paula, Juíza de Direito da 1.ª Vara Criminal do Foro Regional de São José dos Pinhais, Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, Estado do Paraná, na forma da lei, etc.

FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem, com o prazo de 90, que, em razão de se encontrar atualmente em lugar incerto e não sabido, não foi possível (quinze) dias intimar pessoalmente MICHEL LUCAS DOS SANTOS GANZER, RG 151796281 SSP/PR, CPF082.080.449-54, Nome do Pai: MARCOS DEUNIR GANZER, Nome da Mãe: LUCIANA ALVES DOS SANTOS PINHAIS/PR., pelo que, através do presente, Procedimento Especial da Lei Antitóxicos nº. 0010834-38.2020.8.16.0035 é procedida a do mesmo da Sentença proferida, cujo dispositivo é Diante do exposto, julgo INTIMAÇÃO "totalmente procedente a denúncia formulada pelo d. representante do Ministério Público, para o fim de CONDENAR o acusado Michel Lucas dos Santos Ganzer pela prática do delito de 'tráfico de drogas', previsto no artigo 33, caput, da Lei nº 11.343/2006. Pena Definitiva do sentenciado: portanto, observados os parâmetros do artigo 59 e 68 do Código Penal, torno à pena definitiva do acusado para o crime de tráfico de drogas em 06 (seis) anos e 08 (oito) meses de reclusão e 666 (seiscentos e sessenta e seis) dias-multa no equivalente a 1/30 do salário mínimo vigente à época dos fatos. Do regime inicial para cumprimento: considerando o quantum da pena aplicada ao condenado; a sua primariedade técnica; o aumento de pena atinente aos 'maus antecedentes' do sentenciado e às 'circunstâncias' do crime; tendo em mente o Princípio da Individualização da Pena, deduzido da Constituição Federal e, ainda, em observância ao 'caráter ressocializador', ao caráter preventivo geral (positivo e negativo) e ao caráter preventivo especial (positivo e negativo) da pena; bem como se observando as novas disposições da Lei nº 12.736/12, e levando em conta suposta e eventual 'detração' a ser feita em razão do período que o sentenciado permaneceu presocautelamente, o regime de cumprimento da pena deve ser o inicialmente semiaberto (art. 33, § 2º, alínea 'b', do Código Penal), alertando-o ainda sobre o prazo de 05 (cinco) dias para recurso. E, para que chegue ao conhecimento de todos determinou a MM. Juíza que se expedisse o presente edital, que será afixado no local de costume, bem como publicado no Diário da Justiça, para que no futuro não se alegue ignorância. Dado e passado nesta cidade e Foro Regional de São José dos Pinhais, Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, Estado do Paraná, 23 de setembro de 2021 às 17:45:30. Eu, Daphne Pires Oliveira, Estagiária Designada, que digitei e subscrevi.

LUCIANI REGINA MARTINS DE PAULA
Juíza de Direito

Vara Plenário do Tribunal do Júri de São José dos Pinhais**EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 10ª REUNIÃO**

A Doutora Luciani Regina Martins de Paula, MMª. Juíza de Direito da Vara Plenário do Tribunal do Júri de São José dos Pinhais ;

FAZ SABER, a todos quantos o presente Edital virem ou tomarem conhecimento que, com observância das formalidades legais e mediante termo lavrado em livro próprio, foram SORTEADOS, nesta data, para servirem durante a **01/10/2021-31/10/2021 10ª Reunião Periódica Ordinária do Tribunal do Júri de 2021**, cujas sessões encontram-se programadas para os dias **06/10/2021 às 13:00, 13/10/2021 às 13:00, 25/10/2021 às 13:00 e dia 27/10/2021 às 13:00**, no auditório do Tribunal do Júri, sito à Rua João Angelo Cordeiro, s/nº - Esquina com a Rua Izabel A Redentora - Centro - São José dos Pinhais/PR - CEP: 83.005-570 - Fone: (41) 3434-8435 - E-mail: sjp-4vj-e@tjpr.jus.br, os seguintes JURADOS, os quais ficam convocados para as mencionadas sessões, através do presente edital e das notificações a serem efetuadas por Oficiais de Justiça, a saber: 1. **TATIANA RODRIGUES**; 2. **ISABELA OLIVEIRA DE AZEVEDO**; 3. **ALISSON ANDREY BARBOSA**; 4. **YURI VIEIRA**; 5. **EDSON PELIZZARI**; 6. **ALICE BRITO VICENTE**; 7. **ARIADNE MORAES MACEDO CONSTANTINO**; 8. **Marisa do Rocio a Fernandes**; 9. **FABIANE FITZ DE VARGAS**; 10. **ROSIMERI CANEZZO**; 11. **Djovana Gabrielli Carneiro Saides Silva**; 12. **JESSICA ELISA DE OLIVEIRA DE BARROS**; 13. **ANTONIO MARCOS VIEIRA**; 14. **MARIANA BEGER**; 15. **ADRIANA DOS SANTOS ROSA**; 16. **GLACEIR APARECIDA RODRIGUES NEVES**; 17. **DANIEL VICTOR SILVA DIAS**; 18. **FELIPE RODRIGUES DA SILVA**; 19. **Paula Moreira Maria**; 20. **ELIANA BRANDÃO DA SILVEIRA**; 21. **Thayana Maria do Nascimento Melo**; 22. **MICHELE APARECIDA KUBERSKY ALVES DE LIMA**; 23. **SIMONE APARECIDA MARTINS PEREIRA**; 24. **LUCIMARA GUEDES**; 25. **TAISSA DA SILVA MOREIRA**; 26. **ISAIAS CARVALHO CUNHA**; 27. **CAROLINE ANDRADE DE SOUZA**; 28. **LUCCA GABRIEL MAINARDES DA SILVA**; 29. **GELCINES RODECZ**; 30. **Vanessa Silva Farias Sales**; 31. **CONSUELO XAVIER CORREIA**; 32. **FERRUCCIO ROSSI JUNIOR**; 33. **CLAUDIA CASTILHO MARTINS**; 34. **LUHARRA MARIANA SILVA**; 35. **RODRIGO DA SILVA**; 36. **CAROLINA SILVA DE ALBUQUERQUE**; 37. **DANIELLI CRISTINA CABRAL**; 38. **MABLY PALU MORESCO**; 39. **Deise Carolina de Sales de Moura**; 40. **GIOVANA MORGUESTERN JOANICO**; 41. **ANNE CAROLINE JAREK FELICE**; 42. **JANAINA DE OLIVEIRA**; 43. **PATRICK DOS SANTOS CARDOSO DA SILVA**; 44. **RENATA GRUBER**; 45. **Andressa Alves Carneiro de Sousa**; 46. **Cleusa Aparecida da Silva Mariotto**; 47. **ALESSANDRA FERREIRA DE MELO**; 48. **ANA MAURA BELASQUE**; 49. **MARIANA ZEN JUSTINIANO DOS REIS**; 50. **FELIPE ROBERTO DIAS**; . Ainda, visando assegurar o comparecimento do numero mínimo de Jurados, o MM. Juiz sorteou, como SUPLENTEs, os Jurados: . E para que não se possa alegar ignorância, mandou expedir o presente EDITAL, que será afixado no lugar de costume e publicado pela Imprensa Oficial, na forma da lei. Dado e passado nesta cidade e Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, Estado do Paraná, aos 24 de setembro de 2021. Eu Sérgio Pessoa Lorenzoni, Técnico Judiciário, lavrei e subscrevo.

Luciani Regina Martins de Paula
Juiz de Direito

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA DA VITIMA PAULO HESSMANN NETO, COM PRAZO DE 90 (NOVENTA) DIAS. Ação Penal - Procedimento Ordinário nº. 0017645-92.2012.8.16.0035.

A Doutora Luciani Regina Martins de Paula, Juíza de Direito da 1.ª Vara Criminal do Foro Regional de São José dos Pinhais, Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, Estado do Paraná, na forma da lei, etc.

FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem, com o **prazo de 90 (quinte) dias**, que, em razão de se encontrar atualmente em lugar incerto e não sabido, não foi possível intimar pessoalmente **PAULO HESSMANN NETO, RG 40906029 SSP/PR, CPF 540.755.649-91**, vítima nos autos de **Ação Penal - Procedimento Ordinário nº. 0017645-92.2012.8.16.0035**, pelo que, através do presente, é procedida a **INTIMAÇÃO** do mesmo da Sentença proferida, cujo **dispositivo** é "Diante do exposto, julgo totalmente procedente a denúncia formulada pelo representante do Ministério Público, para o fim de **CONDENAR** o acusado **Nielsen Marcos Matos** pela prática dos delitos de 'roubo majorado pelo emprego de arma e pelo concurso de agentes', previsto no artigo 157, § 2º, incisos I (com redação dada pela Lei nº 2.848 de 07 de dezembro de 1940) e II, do Código Penal (Fato I), de 'corrupção de menores', previsto no artigo 244-B, da Lei nº 8.069/90 (Fato II) e de 'resistência' previsto no artigo 329, caput, do Código Penal (Fato III), observando-se, entre os crimes narrados nos Fatos I e II da denúncia, a regra do 'concurso formal próprio ou perfeito', previsto no artigo 70, caput, primeira parte, do Código Penal, bem como a regra do 'concurso material', previsto no artigo 69 do Código Penal, entre os delitos cometidos/concurso formal próprio ou perfeito' (Fatos I e II) e o crime descrito no Fato III da exordial. Assim, ante a impossibilidade de **soma das penas aplicadas**, eis que se tratam de delitos punidos com detenção e reclusão, chega-se ao patamar definitivo (Fatos I, II e III) de **07 (sete) anos, 03 (três) meses e 03 (três) dias de reclusão e pagamento de 16 (dezesesseis) dias-multa no equivalente a 1/30 do salário mínimo vigente à época dos fatos e 02 (dois) meses e 20 (vinte) dias de detenção**. Do regime inicial para cumprimento da pena (RECLUSÃO): considerando: a) o quantum da pena aplicada ao condenado, o qual é tecnicamente 'reincidente específico'; b) as novas disposições da Lei nº 12.736/12, levando em conta a eventual 'detração' a ser feita em razão do período que o sentenciado permaneceu preso cautelarmente, o regime de cumprimento da pena deve ser o **inicialmente fechado**

(interpretação do art. 33, § 2º, alínea 'a', do Código Penal).", alertando-o ainda sobre o prazo de 05 (cinco) dias para recurso. E, para que chegue ao conhecimento de todos determino a MM. Juíza que se expedisse o presente edital, que será afixado no local de costume, bem como publicado no Diário da Justiça, para que no futuro não se alegue ignorância. Dado e passado nesta cidade e Foro Regional de São José dos Pinhais, Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, Estado do Paraná, 23 de setembro de 2021 às 16:44:45. Eu, Daphne Pires Oliveira, Estagiária Designada, que digitei e subscrevi.

LUCIANI REGINA MARTINS DE PAULA
Juíza de Direito

2ª VARA CRIMINAL**Editais de Intimação**

EDITAL DE INTIMAÇÃO DO DENUNCIADO BILLER PAULO SOZZEKI ANDRADE, COM PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS Ação Penal - Procedimento Ordinário nº. 0002802-49.2017.8.16.0035

A Doutora Carolina Maia Almeida, Juíza de Direito da 2ª Vara Criminal do Foro Regional de São José dos Pinhais, Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, Estado do Paraná, na forma da lei, etc.

FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem, com o **prazo de 60 (sessenta) dias**, que, em razão de se encontrar atualmente em lugar incerto e não sabido, não foi possível intimar pessoalmente **BILLER PAULO SOZZEKI ANDRADE, RG 100827000 SSP/PR, CPF 077.304.409-46, Nome do Pai: CIRO DE PAULA ANDRADE, Nome da Mãe: TERESINHA MARIA SOZZEKI, nascido em 05/05/1990, natural de TIJUCAS DO SUL/PR**, sentenciado nos autos de **Ação Penal - Procedimento Ordinário nº. 0002802-49.2017.8.16.0035**, pelo que, através do presente, é procedida a **INTIMAÇÃO** do mesmo da Sentença proferida, cujo dispositivo é "Ante o exposto, julgo IMPROCEDENTE a pretensão punitiva do Estado e ABSOLVO o acusado BILLER PAULO SOZZEKI ANDRADE, já devidamente qualificado, quanto aos fatos a ele atribuídos na inicial acusatória, nos termos do art. 386, inciso VII, do Código de Processo Penal.", alertando-o ainda sobre o prazo de 05 (cinco) dias para recurso. E, para que chegue ao conhecimento de todos determino a MM. Juíza que se expedisse o presente edital, que será afixado no local de costume, bem como publicado no Diário da Justiça, para que no futuro não se alegue ignorância. Dado e passado nesta cidade e Foro Regional de São José dos Pinhais, Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, Estado do Paraná, 24 de setembro de 2021 às 13:59:17. Eu, Ruth Carla Bergamasco, Escrivã, que digitei e subscrevi.

CAROLINA MAIA ALMEIDA
Juíza de Direito

3ª VARA CÍVEL**Editais de Citação**

EDITAL DE CITAÇÃO DOS AUSENTES, DOS RÉUS EM LOCAIS INCERTOS E DOS EVENTUAIS INTERESSADOS. PRAZO DE 30 DIAS.

O DOUTOR HENRIQUE KURSCHIEDT, MERITÍSSIMO JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA - FORO REGIONAL DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS - ESTADO DO PARANÁ, NA FORMA DA LEI,

FAZ SABER, pelo presente edital, com prazo de 30 (trinta) dias, de que por este Juízo e Secretaria da 3ª Vara Cível do Foro Regional de São José dos Pinhais/PR, tramita a **AÇÃO DE USUCAPÃO EXTRAORDINÁRIA**, sob o nº 0007978-04.2020.8.16.0035, em que são requerentes Vilmar de Oliveira Mendes e Maria das Graças da Silva e requeridos Juliana Cristina Bueno Darcie e Espólio de Neusa Aparecida Bueno. Conforme descrito na minuta de edital do evento 80.2: "(...) No ano de 1996 os requerentes moravam no bairro Branco Pombal, e por se ver em situação de vulnerabilidade, sem condições de pagar aluguel, correndo o risco de não ter como abrigar seus dois filhos, passaram a ocupar um terreno baldio, onde vieram a construir um barraco de madeira. O bairro onde ocuparam o terreno, passava naquele momento por uma espécie de abandono, visto que era todo tomado por mato, tendo apenas alguns lotes ocupados por casebres. Os casebres eram simples, se encontravam em péssimas condições, pois as poucas pessoas que moravam naquele lugar, também se encontravam em situação de vulnerabilidade. Ademais os réus são possuidores do referido imóvel há mais de 23 anos, posse esta que é ininterrupta, mansa, pacífica e de boa fé. Como já mencionado anteriormente durante todo este período jamais foram interpelados judicialmente ou extrajudicialmente, senão no dia 27 de setembro de 2019, ocasião em que foram citados nos autos de imissão de posse, movido por uma herdeira da proprietária do terreno. Destacando-

se o fato de que essa herdeira nunca veio requerer, nem sequer se opor à posse, e quando procurou os autores acreditava que o imóvel havia sido construído por sua avó, deixando claro, que só teve conhecimento do bem, após a morte da avó, através dos documentos deixados por ela. Os Autores estão no local há mais de 23 (vinte e três) anos, mantendo a posse de forma mansa e pacífica, contínua, sem oposição e com "animus domini", sobre a área de terreno urbano, situada no Guatupê, na comarca de São José dos Pinhais, Estado do Paraná, com área aproximada de 200 m², com área construída de aproximadamente 100 m². O terreno de posse dos autores, fica situado na rua Claridade, nº 217, cidade de São José dos Pinhais, Estado do Paraná. O imóvel limita-se pela direita com o de nº 223, de propriedade do Sr. Geraldo da Cruz; pela esquerda, não tem nenhum imóvel (terreno baldio), frente para o imóvel de nº 220, de propriedade da Sra. Rosa Adão de Paula e fundos com a rua Alvorada, nº 213, de propriedade ora desconhecida pelos autores, tendo em vista que os moradores compraram o imóvel há poucos anos. Em sua defesa, os autores apresentaram como argumento a nossa carta magna, já que a Constituição Federal em seu art. 183, caput, determina que, se o cidadão for possuidor de uma área urbana de até 250 m², por mais de 5 anos ininterruptos e sem oposição, utilizando-a para sua moradia, tem o direito de adquirir o domínio deste imóvel, desde que não seja proprietário de nenhum outro imóvel. O imóvel em questão, é a única posse dos requeridos, o qual é utilizado para sua, sua área total não ultrapassa a metragem de 100m² e jamais foi interrompida, pois foi demonstrado nas provas em anexadas ao processo, que seus filhos sempre estudaram nas proximidades, todos realizaram tratamento de saúde e acompanhamento na unidade próxima, além de o histórico de consumo de água e luz. Assim sendo, estão presentes os requisitos legais da usucapião urbana, quais sejam, posse mansa, pacífica e ininterrupta por no mínimo 5 (cinco) anos de área urbana de até 250m². O referido imóvel encontra-se registrado com matrícula de n.º 19.988 vinculada ao registro de imóveis da 1ª circunscrição de São José dos Pinhais-PR, a Sra. NEUSA APARECIDA BUENO, era proprietária do imóvel (terreno). Ainda sobre o tema, o Código Civil em seu art. 1.240, confirma o direito dos autores de usucapir o imóvel, dizendo que: "Aquele que possuir, como sua, área urbana de até duzentos e cinquenta metros quadrados, por cinco anos ininterruptamente e sem oposição, utilizando-a para sua moradia ou de sua família, adquirir-lhe-á o domínio, desde que não seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural". À causa foi atribuído o valor de R\$100.000,00 (cem mil reais), para efeitos legais". Ficam devidamente **CITADOS os interessados, réus ausentes, incertos e desconhecidos**, para, querendo, oferecerem resposta no prazo legal de 15 (quinze) dias, observando-se que não sendo contestada a ação no prazo legal, presumir-se-ão aceitos como verdadeiros os fatos alegados na inicial pela parte autora (CPC, art. 344). Ainda, que a presente citação valerá para todos os atos do processo e que os requeridos da presente ação, somente serão intimados dos atos processuais seguintes se atenderem a esta citação. **OBSERVAÇÃO:** O acesso ao conteúdo integral do mencionado processo, bem como a realização de atos processuais pela parte interessada ocorrerão exclusivamente pelo sistema eletrônico PROJUDI, disponível em <https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/>, mediante a habilitação do respectivo advogado, nos termos da Lei 11.419/2006 (C.N. Art. 165), sendo que o conteúdo integral da petição inicial e documentos estão disponíveis em <https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/> - Consulta via Chave de Validação (PJDKB MWS9N ECMHT EQMLK - PJ267 H7SV7 QCQHY XNYQ3 - PJL58 XNBL7 ZWSWL JR953 - PJ52M YBS9A RTQGP SQGNY - PJSME 6PZLK PMJMX AFRSY - PJYEE 89FUY ULR89 QMG7Y - PJYUC AV6LN FXGCE P4CYA - PJ88C LMNQT QVHVW B43LU - PJLLU FSTAE LPZFY CSDHU - PJ87J F2PTG 9B746 L9V4Y - PJ8B5 DTHQ4 SX4ZQ FY84Y - PJDRZ EYQ2A WEQLW ZWCDY - PJSCE UYE3H TJEAH X96SB), haja vista a impossibilidade de publicação de imagem no Diário Oficial de Justiça. O MM. Juiz determinou a expedição do presente edital, que será publicado na forma da lei e afixado no local de costume. São José dos Pinhais, 22 de setembro de 2021. Eu, Jacques Aurelio Polli Dias, o digitei e conferi.

Jacques Aurelio Polli Dias
Técnico Judiciário

EDITAL DE CITAÇÃO DE BILLIONS PAY CONTA DIGITAL - EIRELI, FERNANDO DUARTE ALVES, LEANDRO DUARTE ALVES E LUIS FERNANDO PAES. PRAZO DE 60 DIAS.

A DOUTORA **MÁRCIA HÜBLER MOSKO**, MERITÍSSIMA JUÍZA DE DIREITO TITULAR DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA - FORO REGIONAL DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS - ESTADO DO PARANÁ, NA FORMA DA LEI,

FAZ SABER, pelo presente edital, com prazo de 60 (sessenta) dias, de que por este Juízo e Secretaria da 3ª Vara Cível do Foro Regional de São José dos Pinhais/PR, tramita a **AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS**, sob nº 0004075-58.2020.8.16.0035, proposta por Antonia Maristela Aggio Rossi, Carlos Fabrizio Mathias Kobiski, Clecia Guimarães Pires dos Santos, Cristiane Macedo, Eliane Mateus Nicoski, José Pereira de Lílma, Josineide Maciel de Souza, Luis Gustavo Godói Machado, Marcos Luiz Macedo, Olaia Garcia Cavalheiro, Roberta da Veiga Kobiski, Sibebe Maria Leszak Machado, Sydney Alves Machado Junior e Tayla Cristina Rodrigues Ferreira em face de Billions Pay Conta Digital - Eireli, Fernando Duarte Alves, Leandro Duarte Alves e Luis Fernando Paes. Conforme descrito na inicial: "Os Requerentes celebraram contrato com a primeira ré para a prestação de serviço de investimento de valores, conforme proposta feita pela empresa. O termo de uso que os Requerentes aderiram ao se cadastrar no site da companhia está anexo à presente petição. O contrato firmado consistia na aplicação dos valores depositados pelo Requerente em bolsa de valores pelo prazo de três meses, com o pagamento de juros mensais de 14% ao mês, com restituição

do capital no último mês. A remuneração da ré seria o retorno que ultrapasse o montante dos dividendos prometidos. Ocorre que desde novembro de 2019 os Requerentes estão impossibilitados de receber os valores oriundos do contrato de prestação de serviço, conforme mensagem existente no site da empresa possuindo, em conjunto, o valor de R\$ 284.525,46 (Duzentos e oitenta e quatro mil, quinhentos e vinte e cinco reais e quarenta e seis centavos). Assim, os Requerentes buscam a tutela jurisdicional, para que os valores que possuem no site da empresa ré sejam liberados em seu favor, conforme contrato de prestação de serviços, além de indenização pelos danos morais sofridos. DA APLICAÇÃO DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR - A presente demanda deve ser analisada e julgada sob a ótica da legislação consumerista (CDC), visto que a primeira ré é fornecedora de serviços e os Requerentes, consumidores. Verifica-se que os réus ofertavam serviço de aplicação de valores (prestação de serviço), mediante remuneração (montante que superasse 14% ao mês), enquadrando-se no conceito do artigo 3º do CDC. Por sua vez, os Requerentes adquiriram tais serviços como destinatários finais, sendo, portanto, consumidores, nos termos do artigo 2º do CDC. Assim, as disposições do CDC, inclusive às pertinentes a responsabilidade objetiva (art. 14) e inversão do ônus da prova (art. 6º, VIII), uma vez que os consumidores são hipossuficientes tanto técnica quanto economicamente. DOS DANOS MORAIS - Além dos danos patrimoniais, a conduta dos réus causou (e ainda causa) profundo abalo aos Requerentes, visto que necessitavam do valor para arcar com despesas básicas do dia a dia. Verifica-se que a conduta dos réus, de total descaso com o consumidor, gera, além de prejuízo econômico, perda do sossego e preocupação, em razão da possibilidade de perda de valores economizados duramente ao longo dos anos. Assim, nos termos do artigo 6º, VI do CDC, os Requerentes merecem ser indenizados pelos danos extrapatrimoniais que os réus causaram. Estima-se como suficiente e adequado ao caso concreto, o valor de R\$ 2.000,00 para Clecia e Sydney e R\$ 5.000,00 para os demais autores. Portanto, requer-se a condenação dos réus ao pagamento de R\$ 51.000,00 a título de danos morais". Ficam os requeridos **BILLIONS PAY CONTA DIGITAL - EIRELI**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 29.656.404/0001-10, **FERNANDO DUARTE ALVES**, inscrito no CPF/MF sob o nº 089.148.809-07, **LEANDRO DUARTE ALVES**, inscrito no CPF/MF sob o nº 052.791.939-09 e **LUIS FERNANDO PAES**, inscrito no CPF/MF sob o nº 877.407.109-20, atualmente todos em lugar incerto e não sabido, devidamente **CITADOS** para, querendo, oferecerem resposta no prazo legal de 15 (quinze) dias, observando-se que não sendo contestada a ação no prazo legal, presumir-se-ão aceitos como verdadeiros os fatos alegados na inicial pela parte autora (CPC, art. 344). Não sendo contestada a ação será nomeado curador especial. Ainda, que a presente citação valerá para todos os atos do processo e os requeridos da presente ação somente serão intimados dos atos processuais seguintes se atenderem a esta citação. **OBSERVAÇÃO:** O acesso ao conteúdo integral do mencionado processo, bem como a realização de atos processuais pela parte interessada ocorrerão exclusivamente pelo sistema eletrônico PROJUDI, disponível em <https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/>, mediante a habilitação do respectivo advogado, nos termos da Lei 11.419/2006 (C.N. Art. 165), sendo que o conteúdo integral da petição inicial e documentos estão disponíveis em <https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/> - Consulta via Chave de Validação (PJSLQ XPQHT BLWYS EAJ6D - PJ5PP DD5SK PJZCG L2NZB - PJS62 6FGUZ 3YGQN RGHCA - PJT4Q G2YSQ GM9PZ Y3XQD - PJV3E 5T2NF DEYPT MFXCR - PJ6YL 2F3DX E3NZ8 X9UEA - PJYT9 KNGAZ RPTFD JDGL3 - PJXAF X65JK NBUQJ PYCBA), haja vista a impossibilidade de publicação de imagem no Diário Oficial de Justiça. A MM. Juíza determinou a expedição do presente edital, que será publicado na forma da lei e afixado no local de costume. São José dos Pinhais, 23 de setembro de 2021. Eu, Jacques Aurelio Polli Dias, o digitei e conferi.

Jacques Aurelio Polli Dias
Técnico Judiciário

EDITAL DE CITAÇÃO DE EZEQUIEL DIAS FERNANDES. PRAZO DE 60 DIAS.

A DOUTORA **MÁRCIA HÜBLER MOSKO**, MERITÍSSIMA JUÍZA DE DIREITO TITULAR DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA - FORO REGIONAL DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS - ESTADO DO PARANÁ, NA FORMA DA LEI,

FAZ SABER, pelo presente edital, com prazo de 60 (sessenta) dias, de que por este Juízo e Secretaria da 3ª Vara Cível do Foro Regional de São José dos Pinhais/PR, tramita a INCIDENTE DE DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA, sob nº 0008483-92.2020.8.16.0035, proposta por Putsch Meniconi S.P.A em face de Ezequiel Dias Fernandes e Painel Comércio e Serviços de Máquinas para Madeiras Ltda. Conforme descrito na minuta de edital do evento 105.3: "(...) Incidente de Desconsideração da Personalidade Jurídica que PUTSCH MENICONI S. P. A., move em face de PAINEL COMÉRCIO E SERVIÇOS DE MÁQUINAS PARA MADEIRA LTDA, desconsiderar a personalidade jurídica desta última, integrando os seus sócios, para, assim, possibilitar o alcance de seus bens para garantir os débitos advindos dos autos nº 0004571-29.2016.8.16.0035, referente ao inadimplemento pela compra de maquinário para madeira". Fica o requerido **EZEQUIEL DIAS FERNANDES**, inscrito no CPF sob nº 550.513.169-72, por estar em local incerto e não sabido, devidamente **CITADO** para, no prazo de 15 (quinze) dias, manifestar-se a respeito do pedido de desconsideração da personalidade jurídica e requeira as provas que entender cabíveis (art. 135 do CPC/2015). Não sendo contestada a ação será nomeado curador especial. Ainda, que a presente citação valerá para todos os atos do processo e o requerido da presente ação somente será intimado dos atos processuais seguintes se atender a esta citação. **OBSERVAÇÃO:** O acesso ao conteúdo integral do mencionado processo, bem como a realização de atos

processuais pela parte interessada ocorrerão exclusivamente pelo sistema eletrônico PROJUDI, disponível em <https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/>, mediante a habilitação do respectivo advogado, nos termos da Lei 11.419/2006 (C.N. Art. 165), sendo que o conteúdo integral da petição inicial e documentos estão disponíveis em <https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/> - Consulta via Chave de Validação (PJTHY YBJSX UBGM2 5E2QY - PJ8BH 3PLRT DZL6M R4Y4Y - PJXSX QKZB8 ESRQB YWZFK - PJVZW HKUQ8 WTRK C6FYR), haja vista a impossibilidade de publicação de imagem no Diário Oficial de Justiça. A MM. Juíza determinou a expedição do presente edital, que será publicado na forma da lei e afixado no local de costume. São José dos Pinhais, 23 de setembro de 2021. Eu, Jacques Aurelio Polli Dias, o digitei e conferi.

Jacques Aurelio Polli Dias

Técnico Judiciário

EDITAL DE CITAÇÃO DE ENEIDE SCHUAIGERT PROCHE, EVERTON APARECIDO DE LIMA SILVA E SSE ADMINISTRADORA E FINANCEIRA EIRELI ME. PRAZO DE 60 DIAS.

A DOUTORA **MÁRCIA HÜBLER MOSKO**, MERITÍSSIMA JUÍZA DE DIREITO TITULAR DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA - FORO REGIONAL DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS - ESTADO DO PARANÁ, NA FORMA DA LEI,

FAZ SABER, pelo presente edital, com prazo de 60 (sessenta) dias, de que por este Juízo e Secretaria da 3ª Vara Cível do Foro Regional de São José dos Pinhais/PR, tramita a **AÇÃO DE RESCISÃO DE CONTRATO DE COMPROMISSO DE COMPRA E VENDA C/C RESTITUIÇÃO DE SINAL DE NEGÓCIO e DANOS MORAIS**, sob nº 0006220-87.2020.8.16.0035, proposta por Eveline Savagin de Oliveira Mahmod em face de Edson José Lima Silva, Eneide Schuaigert Proche, Everton Aparecido de Lima Silva e SSE Administradora e Financeira Eireli ME. Conforme descrito na minuta de edital do ev. 146.2, dos fatos alegados na inicial, a seguir resumidos: "EVELINE SAVAGIN DE OLIVEIRA MAHMOD, ajuizou em 17 de abril de 2020, **AÇÃO DE RESCISÃO DE CONTRATO DE COMPROMISSO DE COMPRA E VENDA C/C RESTITUIÇÃO DE SINAL DE NEGÓCIO e DANOS MORAIS** em face de EDSON JOSÉ LIMA SILVA, BANCO PAN S.A, EVERTON APARECIDO DE LIMA SILVA e SSE ADMINISTRADORA E FINANCEIRA EIRELI ME, na qual no decorso do trâmite processual foi retirado do polo passivo o BANCO PAN S.A e habilitada ENEIDE SCHUAIGERT PROCHE em razão de ser Sócia da pessoa jurídica SSE ADMINISTRADORA E FINANCEIRA EIRELI ME. A Requerente ajuizou ação em razão pois em 15 de janeiro de 2020 firmou recibo e contrato de prestação de serviço, com o vendedor EVERTON APARECIDO DE LIMA, no qual estava especificado que a Requerente na situação de compradora, iria fazer um depósito no valor de R\$7.000,00 (sete mil reais), referente sinal de negócio de uma carta de crédito imobiliário do Banco PAN. O valor da carta conforme contrato seria R\$228.500,00 (duzentos e vinte e oito mil e quinhentos reais), com uma entrada de R\$58.000,00 (cinquenta e oito mil reais). Sendo que o sinal de negócio seria descontado depois de entregue o valor da carta, pagando então somente os R\$51.000,00 (cinquenta e um mil reais) faltantes. Na cláusula segunda do compromisso de compra e venda, especificam uma conta bancária para efetuar o depósito, conta de pessoa física em nome de EDSON JOSÉ LIMA SILVA, esse sendo irmão do Vendedor EVERTON. Em cláusula quarta do referido contrato, estabelece que o prazo seria de 20 (vinte) dias para todo o processo da documentação e transferência do valor do imóvel ficasse pronto. Em cláusula quinta, estabelece que caso não aprovado o cadastro da Requerente, seria devolvido o valor do sinal com retenção de 10% do valor referente as transações administrativas, e caso a Requerente desistisse do negócio não seria devolvido nenhum valor. Acontece que a Requerida não desistiu do contrato, não teve informações nenhuma referente seu negócio, se aprovado ou não, passados os 20 dias a mesma tentou de várias formas entender o que estava acontecendo sempre sendo ludibriada pelos vendedores, há "prints" do aplicativo whatsapp que nos mostra claramente as conversas e vemos que agiram de má fé para com a Requerente, a qual estava tentando realizar o sonho da casa própria. Como não houve uma restituição do valor de sinal, como também nenhuma satisfação pelas administradoras do consórcio tampouco, pelo que não há outro caminho a seguir, ou seja, veio a Requerente socorrer-se a esse Douto juízo, para que tenha seu direito assegurado, e consequentemente os valores restituídos. Em razão dos fatos, pugna pela aplicação do CDC em razão da Relação de Consumo e em respeito ao art. 173, §4º da Constituição Federal, sendo reconhecida a inversão do ônus da prova na forma do artigo 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor, para que ao fim, seja julgado totalmente procedentes os pedidos da presente Ação, para determinar a rescisão do Contrato Particular de Consórcio, realizado entre a requerente e a primeira requerida, e intermediado pela segunda, datado de 15 de janeiro de 2020, assim como, que seja determinado a restituição do valor pago a título de sinal de negócio pela requerente em um montante em dobro, no valor de R\$ 14.000,00 (quatorze mil reais), devidamente corrigido pelo INPC a contar do desembolso, e acrescido de juros moratórios de 1% ao mês a partir da citação, a condenação dos requeridos ao pagamento das custas e despesas processuais, bem como, dos honorários advocatícios em 20% sobre o valor da condenação e ao pagamento de indenização pelos danos morais sofridos no importe de 10 (dez) salários mínimos, ou seja R\$10.450,00 (dez mil quatrocentos e cinquenta reais)". Ficam os requeridos **ENEIDE SCHUAIGERT PROCHE**, inscrita no CPF/MF nº 026.795.379-80, **EVERTON APARECIDO DE LIMA SILVA**, inscrito no CPF/MF nº 067.088.834-65 e **SSE ADMINISTRADORA E FINANCEIRA EIRELI ME**, inscrita no CNPJ nº 26.779.927/0001-65, atualmente em lugar incerto e não sabido, devidamente **CITADOS** para, querendo, oferecerem resposta no prazo legal de 15 (quinze) dias, observando-se que não sendo contestada a ação no prazo legal,

presumir-se-ão aceitos como verdadeiros os fatos alegados na inicial pela parte autora (CPC, art. 344). Não sendo contestada a ação será nomeado curador especial. Ainda, que a presente citação valerá para todos os atos do processo e os requeridos da presente ação somente serão intimados dos atos processuais seguintes se atenderem a esta citação. **OBSERVAÇÃO:** O acesso ao conteúdo integral do mencionado processo, bem como a realização de atos processuais pela parte interessada ocorrerão exclusivamente pelo sistema eletrônico PROJUDI, disponível em <https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/>, mediante a habilitação do respectivo advogado, nos termos da Lei 11.419/2006 (C.N. Art. 165), sendo que o conteúdo integral da petição inicial e documentos estão disponíveis em <https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/> - Consulta via Chave de Validação (PJD8D ZFX9N 3XVS4 2K3VA - PJVS2 98SJW Z658J PJQAY - PJ8YG 4ZFZQ WF4B4 8ULW3 - PJVH4 7JSSZ 885S7 Y4HSR - PJ58K YS7LZ MH4V7 URHK3 - PJVW9 FM66U 8TGHZ 47AGR - PJ8CR B2RV4 SBL8T RNAE3 - PJYDB M8UQA UCGF6 4L223), haja vista a impossibilidade de publicação de imagem no Diário Oficial de Justiça. A MM. Juíza determinou a expedição do presente edital, que será publicado na forma da lei e afixado no local de costume. São José dos Pinhais, 22 de setembro de 2021. Eu, Jacques Aurelio Polli Dias, o digitei e conferi.

Jacques Aurelio Polli Dias

Técnico Judiciário

Edital de Intimação

EDITAL DE PUBLICAÇÃO DE SENTENÇA DOS AUTOS N. 0015618-58.2020.8.16.0035, DE AÇÃO DE INTERDIÇÃO DE ARIADINE TABORDA. PRAZO DE 10 DIAS.

A DOUTORA **MÁRCIA HÜBLER MOSKO**, MERITÍSSIMA JUÍZA DE DIREITO TITULAR DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA - FORO REGIONAL DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS - ESTADO DO PARANÁ, NA FORMA DA LEI,

FAZ SABER, que por este Juízo e Vara processam os termos dos autos número 0015618-58.2020.8.16.0035, em que é curadora PATRICIA DO ROCIO TABORDA e interditada ARIADINE TABORDA, tendo como causa da interdição e os limites da curatela definidos na sentença transcrita: " (...) Ante ao exposto, JULGO PROCEDENTE o pedido, com fundamento no art. 487, inciso I, do Código Processo Civil/2015, para fim de reconhecer a incapacidade da interditanda ARIADINE TABORDA e submetê-la à curatela restrita a aspectos patrimoniais e negociais, nos limites do art. 85 da Lei 13.146/2015, a ser exercida por sua irmã PATRICIA DO ROCIO TABORDA. Considerando que a interditanda não recebe qualquer valor em seu benefício, com a concordância ministerial, por ora, dispensa-se a prestação das contas pelos atos de gestão. a) Inscreva-se a presente decisão do Registro Civil de Pessoas naturais, expedindo-se o respectivo mandado; b) Publique-se na rede mundial de computadores, no sítio do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná e na plataforma de editais do Conselho Nacional de Justiça, onde permanecera por 6 (seis) meses. Na imprensa local, 1 (uma) vez, e no órgão oficial, 3 (três) vezes, com intervalo de 10 (dez) dias, constado do edital os nomes do interdito e do curador, a causa da interdição, os limites da curatela e, não sendo total a interdição, os atos que o interdito poderá praticar autonomamente. Sem condenação ao ônus de sucumbência por se tratar de processo necessário, decorrente de procedimento de "jurisdição voluntária". Expeça-se o definitivo termo de compromisso da curadora e, comprovada as publicações na imprensa, arquivem-se os autos. Dou a sentença por publicada em audiência e os presentes por intimados. Registrem-se". **OBSERVAÇÃO:** O acesso ao conteúdo integral do mencionado processo, bem como a realização de atos processuais pela parte interessada ocorrerão exclusivamente pelo sistema eletrônico PROJUDI, disponível em <https://portal.tjpr.jus.br/projudi/>, mediante a habilitação do respectivo advogado, nos termos da Lei 11.419/2006. Dado e passado nesta cidade e Comarca de São José dos Pinhais, aos 23 dias do mês de setembro de 2021. A MM. Juíza determinou a expedição do presente edital, que será publicado por três oportunidades com prazo de intervalo de dez dias, na forma da lei e afixado no lugar de costume.

Jacques Aurelio Polli Dias

Técnico Judiciário

FORO REGIONAL DE SARANDI DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE MARINGÁ

2ª VARA CRIMINAL

Edital de Intimação

EDITAL DE INTIMAÇÃO DO INDICIADO DAVI CLEMENTE DA SILVA, COM O PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS.

A Doutora ELAINE CRISTINA SIROTI, Juíza de Direito da 2.ª Vara Criminal do Foro Regional de Sarandi, Comarca da Região Metropolitana de Maringá, Estado do Paraná, na forma da lei, etc. ...

FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem, com o prazo de sessenta (60) dias, ou dele conhecimento tiverem, que não sendo possível INTIMAR pessoalmente o indiciado DAVI CLEMENTE DA SILVA, brasileiro, casado, profissão desconhecida, nascido aos 30/05/1963, natural de Assaí/PR, filho de CACILDA FORTES DA SILVA e PAULO CLEMENTE DA SILVA, portador do RG 43254766 SSP/PR, *atualmente em lugar incerto e não sabido*, e não sendo possível intimá-lo pessoalmente da sentença proferida nos Inquérito Policial n. 0001929-57.2020.8.16.0160, pelo presente proceda a **INTIMAÇÃO** deste, da sentença proferida nos autos em data de 24/06/2021: "...ANTE O EXPOSTO, verificado o cumprimento integral do acordo de não persecução penal, DECLARO A EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE do investigado DAVI CLEMENTE DA SILVA, já qualificado nos autos, o que faço com fulcro no artigo 28-A, § 13, do Código de Processo Penal." E, que de futuro não aleguem ignorância é expedido o presente edital que será afixado em local de costume e publicado no Diário da Justiça. **SARANDI**, em 24 de setembro de 2021. Eu, Helton Jum Kikutu, Técnico Judiciário, que o digitei e a MMa. Juíza de Direito da 2ª Vara Criminal de Sarandi, Dra. Elaine Cristina Siroti, o subscreve.

VARA CÍVEL E DA FAZENDA PÚBLICA

Edital de Intimação

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ - COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE MARINGÁ - FORO REGIONAL DE SARANDI VARA CÍVEL DE SARANDI - PROJUDI

Avenida Maringá, 3033 - Jardim Nova Aliança - Sarandi/PR - CEP: 87.111-001 - Fone: 44-3042-1461 - E-mail: sgxr@tjpr.jus.br

EDITAL DE INTIMAÇÃO DOS REQUERIDOS *DESFIBRA - COM E BENEFICIAMENTO DE FIBRAS TEXTEIS LTDA*, MARCOS ANTONIO DOS SANTOS e MARIA LUIZA PAZ GAIESKI, COM PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS. Processo: 0002577-04.2001.8.16.0160

Classe Processual: Execução de Título Extrajudicial

Assunto Principal: Duplicata

Valor da Causa: R\$45.387,09

Exequente(s): BANCO BRADESCO S/A (CPF/CNPJ: 60.746.948/0001-12) Avenida Cidade de Deus, s/nº 4º andar do Prédio Novo - Vila Yara - OSASCO/SP - CEP: 06.029-900

Executado(s): *DESFIBRA - COM E BENEFICIAMENTO DE FIBRAS TEXTEIS LTDA* (CPF/CNPJ: 01.937.323/0001-79) Rua Papa João Paulo I, 3968 - Parque Industrial - SARANDI/PR - CEP: 87.111-660 MARCOS ANTONIO DOS SANTOS (CPF/CNPJ: 625.667.503-78) Rua Papa João Paulo I, 3968 - Parque Industrial - SARANDI/PR - CEP: 87.111-660 MARIA LUIZA PAZ GAIESKI (RG: 65540878 SSP/PR e CPF/CNPJ: 407.298.420-53) Rua Alexandra, 1226 - Parque Residencial Patrícia - MARINGÁ/PR - CEP: 87.040-460

O DOUTOR RODRIGO DA COSTA FRANCO, MM. JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO DA VARA CÍVEL, DESTA COMARCA DE SARANDI, ESTADO DO PARANÁ, NA FORMA DA LEI, ETC.

FAZ SABER aos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, expedido nos autos acima mencionado ficam os requeridos **DESFIBRA - COM E BENEFICIAMENTO DE FIBRAS TEXTEIS LTDA**, inscrito no CNPJ nº 01.937.323/0001-79, **MARCOS ANTONIO DOS SANTOS**, inscrito no CPF nº 625.667.503-78, **MARIA LUIZA PAZ GAIESKI**, CPF nº 407.298.420-53, atualmente em lugar incerto e não sabido, **DEVIDAMENTE INTIMADO** da realização de bloqueio/ indisponibilidade de ativos financeiros, através do sistema SisbaJud, no valor de R \$ 588,67 (quinhentos e oitenta e oito reais e sessenta e sete centavos) em nome de Marcos Antônio dos Santos; R\$ 1.002,94 (Hum mil, dois reais e noventa e quatro centavos) em nome de Maria Luiza Paz, conforme Detalhamento de Ordem Judicial de Bloqueio de Valores (movimento 79.3), para pagamento das Custas Processuais, em que Vossa Senhoria foi condenado, bem como, para, querendo, no prazo de cinco (5) dias, a contar depois de expirado o prazo do presente edital (art. 231, inciso IV do CPC), manifestar/comprovar que as quantias tornadas indisponíveis são impenhoráveis ou trata-se de indisponibilidade excessiva, nos moldes do artigo 854, §§ 2º e 3º do CPC/2015, sob pena de conversão da indisponibilidade em penhora, transferindo o montante para conta judicial vinculada ao juízo, nos termos do § 5º do artigo 854 do CPC/2015.

Dispositivo Acórdão: "Por estas razões, ACORDAM os Desembargadores integrantes da 15ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, por unanimidade de votos, em conhecer do recurso e no mérito lhe dar parcial provimento para o fim de **condenar os devedores ao pagamento dos encargos de sucumbência**, nos termos do voto do relator. O julgamento foi presidido pelo (a) Desembargador Luiz Carlos Gabardo, com voto, e dele participaram Desembargador Hayton Lee Swain Filho (relator) e Desembargador Shiroshi Yendo. Curitiba, 30 de abril de 2021. Desembargador Hayton Lee Swain Filho Relator".

E, para que chegue ao conhecimento de todos os interessados e ninguém possa de futuro alegar ignorância, mandou expedir este edital, que será publicado na forma

da lei, no local de costume deste Juízo. Dado e passado nesta cidade e Comarca de Sarandi, Estado do Paraná, data da assinatura eletrônica. **OBSERVAÇÃO:** Este processo tramita através do sistema computacional PROJUDI, cujo endereço na web é <https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/>. O acesso ao sistema pelos advogados depende de prévio cadastramento, o qual é obrigatório, devendo comparecer à Sede da Unidade Jurisdicional que já utilize o sistema eletrônico (OAB). Neste mesmo endereço web é possível consultar os autos supracitados, caso não estejam sob "Segredo de Justiça", através do item "Consulta Pública". **DADO E PASSADO** nesta cidade de Sarandi, Estado do Paraná, aos *data da assinatura eletrônica*.

SEBASTIANA DA GLÓRIA XAVIER

Escrivã Interina

Por ordem do(a) MM. Juiz(a)

SERTANÓPOLIS

JUÍZO ÚNICO

Edital de Citação - Criminal

EDITAL DE CITAÇÃO e INTIMAÇÃO

DESTINATÁRIO(A)(S): Ronaldo Aparecido da Silva
PRAZO DE 15 (quinze) DIAS

O(A) Juiz(iza) de Direito **Karina de Azevedo Malaguido**, da Vara Criminal de Sertanópolis, FAZ SABER a todos quantos o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, que perante este Juízo tramitam os autos de Ação Penal - Procedimento Sumário, assunto Receptação, sob nº 0001628-07.2020.8.16.0162, em que é(são) autor(es) Ministério Público do Estado do Paraná, réu(s) Ronaldo Aparecido da Silva, e que não foi possível localizar pessoalmente a **parte ré Ronaldo Aparecido da Silva**, brasileiro(a), portador(a) do RG 125605885 SSP/PR e CPF 082.839.149-10, nascido(a) aos 15/02/1985, natural de LONDRINA/PR, filho(a) de Nome da Mãe: Ivone Rodrigues Silva Nome do Pai: Rubens de Souza Silva, estando em local incerto ou não sabido, motivo pelo qual se procede por meio deste sua **CITAÇÃO** para tomar ciência que houve **oferecimento de denúncia** em seu desfavor, como incurso nas penas do art. 180, caput, do Código Penal, conforme descrição do fato transcrito na denúncia: " **FATO PRECEDENTE:** No dia 02/02/2020, na cidade de Sertanópolis/PR, pessoa não identificada, dolosamente, com plena consciência da ilicitude e reprovabilidade de sua conduta, com ânimo de assenhoramento definitivo, subtraiu, para si, uma motocicleta modelo Honda CG/125 Fan KS, placa ASS - 6884, pertencente à vítima Valdecir Antonio Sette. **FATO DELITUOSO** Em data incerta, porém entre os meses de fevereiro e outubro do ano de 2020, na cidade de Sertanópolis/PR, o denunciado RONALDO APARECIDO DA SILVA, agindo dolosamente, com ciência da ilicitude e reprovabilidade de sua conduta, adquiriu e conduziu, em proveito próprio, sabendo ser produto de crime, a motocicleta modelo Honda CG/125 Fan KS, placa ASS - 6884 (cf. auto de exibição e apreensão de mov. 1.10 e laudo de mov. 31.2). O denunciado adquiriu a motocicleta Honda CG/125 Fan KS, placa ASS - 6884, pelo valor de R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais), de pessoa não identificada, após visualizar o anúncio da venda, em grupo do "Facebook", a qual foi descrita para venda como "moto bambú". Também, no dia 24/10/2020, por volta das 20h00min, o denunciado conduziu a motocicleta Honda CG/125 Fan KS, placa ASS - 6884 na cidade de Sertanópolis, tendo levantado suspeitas por parte dos policiais militares, em razão de conduzir o veículo sem placa. A forma como a motocicleta foi anunciada para venda, bem como seu valor e, também, a ausência de placas, revela que o denunciado tinha conhecimento da origem ilícita do bem.", e sua **INTIMAÇÃO** para comparecer, acompanhado de advogado, sob pena de nomeação de defensor dativo, à **Audiência de Proposta de Suspensão Condicional do Processo** a ser realizada na sala de audiência deste Juízo, com endereço na **Rua São Paulo, 853 - Centro - Sertanópolis/PR**, na **data e horário 13.10.2021, às 15h45min**, ocasião em que será oferecida proposta de suspensão condicional do processo, restando ciente que sua ausência implicará em presunção de não aceitação e o processo prosseguirá em seus ulteriores termos (art. 89 da Lei nº 9.099/1995). Em caso de não aceitação da proposta, fica intimado também para oferecer resposta escrita à acusação, por intermédio de advogado constituído, no **prazo de 10 (dez) dias**, em conformidade com o disposto nos arts. 396 e 396-A do Código de Processo Penal.

Para que chegue ao conhecimento de todos e ninguém no futuro alegue ignorância, é expedido o presente edital, que será publicado.

Eu, Laiany Moraes Migliozi, Técnica Judiciária, conferi e digitei.

Sertanópolis, 23 de setembro de 2021.

Karina de Azevedo Malaguido

TERRA BOA

JUÍZO ÚNICO

Edital de Citação

Edital de CITAÇÃO dos Executados: D.A.F. e M.A.O prazo de 20 dias O Dr. RODRIGO DO AMARAL BARBOZA - MM. Juiz de Direito da Vara de Família e Sucessões da Comarca de TerraBoa, Estado do Paraná, na forma da lei etc. Faz saber a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, principalmente o Executado: E. S. C. DE O., devidamente qualificada nos autos em epígrafe, na Ação de Alimentos nº 0001200-47.2019.8.16.0166, vêm, respeitosamente, à presença de VOSSA EXCELENCIA, apresentar EMENDA A INICIAL, nos termos do artigo 321 do Código de Processo Civil. Em cumprimento as intimações nas sequências "70 e 75", a Requerente apresenta emenda a inicial para incluir no polo passivo da ação os avós paternos, tendo em vista o genitor da Requerente estar recolhido na cadeia CLAUDEMIR NEVES - CENTRO - SANTA TEREZINHA DE ITAIPU - Estado do Paraná - CEP: 85.875-000, bem como o mesmo não possui renda e nenhum tipo de benefício. O artigo 321[1] do Novo Código de Processo Civil determina que, o juiz determinará ao autor que emende ou complete a petição inicial, no prazo de 15 (quinze) dias, quando verificar defeitos ou irregularidades aptos a dificultar o julgamento de mérito. É o caso dos autos, razão pela qual não cabe o indeferimento direto. Nesse sentido, a Requerente pugna pela sua inclusão no polo passivo, devendo figurar também M. A. DE O. e D. A. F., avós paternos da Requerente. Qualificação e endereço ignorados. Requer-se, portanto, a citação dos Requeridos, nos termos do artigo 238 seguintes, bem como a INTIMAÇÃO para comparecimento em Audiência de Conciliação designada para o dia: 29 de novembro de 2021 às 10:20:00 - Modalidade: virtual - Chave da Audiência: PAGGA VFNKA NK7GR HAXLW Nestes termos, pede deferimento. Terra Boa, 28 de Setembro de 2020. FÁTIMA APARECIDA DA SILVA LIMA-OAB/PR 62.836 - ADVOGADA, CUMPRADA, na forma da lei. DADA E PASSADO nesta cidade e comarca de Terra Boa, Estado do Paraná, aos 21/09/2021 (vinte e um de setembro de dois mil e vinte e um). Eu, (NELINHA DE ALCÂNTARA NERI-Técnica Judiciária), que o digitei. assinado digitalmente RODRIGO DO AMARAL BARBOZA - Juiz de Direito.

TOLEDO

3ª VARA CÍVEL E DA FAZENDA PÚBLICA

Edital de Citação

EDITAL DE CITAÇÃO DOS INTERESSADOS AUSENTES, INCERTOS E DESCONHECIDOS, COM PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS.
O DOUTOR EUGÊNIO GIONGO, MM. JUIZ DE DIREITO DA 3ª SECRETARIA DO CÍVEL DA COMARCA DE TOLEDO, ESTADO DO PARANÁ
FAZ SABER, a todos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, que neste Juízo de Direito da 3ª Secretaria do Cível, tramita o processo eletrônico nº. **0008226-16.2021.8.16.0170** de USUCAPIÃO, proposto por MARIZA CORDEIRO DOS SANTOS, sobre o seguinte imóvel: Casa tipo C.2.2 do Conjunto Residencial Angelo Parizotto, localizada na Rua Suburbana Cidade de Toledo/PR, com área construída de 36,30m² e área útil de 30,83m². Imóvel este construído sobre o Lote nº. 19 da Quadra F, com área total de 316,80m², situado no município e Comarca de Toledo, Estado do Paraná, conforme Matrícula nº. 17558, do 1º Ofício do Registro de Imóveis de Toledo-PR, de propriedade de Aparecido Alves dos Santos, ficando devidamente citados os interessados ausentes, incertos e desconhecidos, para querendo, no prazo de 15 (quinze) dias, contados da fluência do prazo deste Edital, contestarem a presente ação, sob pena de serem considerados revéis e presumirem-se verdadeiras as alegações de fato formuladas pela parte autora.
Advertência - Artigo 344 do CPC: "Se o réu não contestar a ação, será considerado revel e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pelo autor." E para que chegue ao conhecimento de todos, mandou expedir o presente edital, que será afixado no local de costume, na sede deste juízo e publicado na forma da Lei.
OBSERVAÇÃO: Este processo tramita através do sistema computacional PROJUDI, cujo endereço na web é <https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/>. Todos os pedidos formulados em juízo tramitarão por meio eletrônico (artigo 151 do C.N). O acesso ao sistema pelos advogados depende de prévio cadastramento, o qual é obrigatório, devendo comparecer à Sede da Unidade Jurisdicional que já utilize o sistema eletrônico (OAB). Documentos devem ser anexados em formato digital em arquivos com no máximo 4MB cada.
PRAZO DO EDITAL: 30 (trinta) dias.
Dado e passado nesta cidade e Comarca de Toledo, Estado do Paraná, aos vinte e quatro dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e um. Eu, (Maria Helena de Lima Probst), Técnica Judiciária, o digitei e subscrevi.
Eugênio Giongo - Juiz de Direito

VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE, ACIDENTES DO TRABALHO, REGISTROS PÚBLICOS E CORREGEDORIA DO FORO EXTRAJUDICIAL

Edital de Citação

Autos nº. 0006500-07.2021.8.16.0170

PRAZO DO EDITAL: 10 DIAS

EDITAL DE CITAÇÃO DE: FABIO DA SILVA

O Dr. RODRIGO RODRIGUES DIAS, MM. Juiz de Direito da Vara da Infância e da Juventude, Acidente do Trabalho, Registros Públicos e Corregedoria do Foro Extrajudicial, da Comarca de Toledo, PR, faz saber a todos quanto o presente virem ou dele conhecimento tiverem, que, perante este Juízo da Infância e da Juventude - Seção Cível, se processam os autos de 12070 - Pedido de Medida de Proteção, sob nº 0006500-07.2021.8.16.0170, em favor das crianças/adolescentes C.D.D.S., D.P.D., I.V.D.S., S.D.L., S.G.B., em que é requerente (s) o Ministério Público do Estado do Paraná, e requeridos A.P.D.S., A.D.D.S., D.A.L., F.D.S., G.D.D.S.F., J.D.D.S., M.B., tendo o presente a finalidade de **CITAR o (a) requerido (a)** supra mencionado (a), que atualmente encontra-se em lugar ignorado, para, querendo, **apresentar resposta escrita, no prazo de 10 (dez) dias** (cf. art. 158, da Lei n.º 8.069/90), indicando as provas a serem produzidas e oferecendo, desde logo, o rol de testemunhas e documentos. Escoado o prazo, sem manifestação, ser-lhe-á nomeado Curador Especial. O acesso aos autos está à disposição para as partes, bastando comparecer à secretaria (endereço no cabeçalho). O presente edital foi expedido nos termos do Código de Normas da Corregedoria-Geral de Justiça do Estado do Paraná, art. 199 ("O Juiz tomará providências para que as intimações por edital não violem eventual segredo de justiça. §1º A fim de garantir o sigilo, o edital indicará a natureza da ação, o número dos autos, as iniciais do nome das partes e o nome completo do advogado ou, requerido, da sociedade de advogados. §2º O relato da matéria de fato, se necessário, será feito com terminologia concisa e adequada, evitando-se expor a intimidade das partes envolvidas ou de terceiros"). Observação: Este processo tramita através do sistema PROJUDI - <https://portal.tjpr.jus.br/projudi/>. O acesso ao sistema pelos advogados depende de prévio cadastro realizado pela OAB/PR, o qual é obrigatório para manifestação nos autos. E para que não se alegue ignorância ou desconhecimento foi expedido o presente edital com prazo de 10 (dez) dias. Nada mais a constar. Toledo, 23 de setembro de 2021. Eu, Daniele Alessandra Grando, Analista Judiciária, digitei e conferi..

RODRIGO RODRIGUES DIAS JUIZ DE DIREITO

Autos nº. 0006500-07.2021.8.16.0170

PRAZO DO EDITAL: 10 DIAS

EDITAL DE CITAÇÃO DE: ANDRÉ PEICHOTO DA SILVA

O Dr. RODRIGO RODRIGUES DIAS, MM. Juiz de Direito da Vara da Infância e da Juventude, Acidente do Trabalho, Registros Públicos e Corregedoria do Foro Extrajudicial, da Comarca de Toledo, PR, faz saber a todos quanto o presente virem ou dele conhecimento tiverem, que, perante este Juízo da Infância e da Juventude - Seção Cível, se processam os autos de 12070 - Pedido de Medida de Proteção, sob nº 0006500-07.2021.8.16.0170, em favor das crianças/adolescentes C.D.D.S., D.P.D., I.V.D.S., S.D.L., S.G.B., em que é requerente (s) o Ministério Público do Estado do Paraná, e requeridos A.P.D.S., A.D.D.S., D.A.L., F.D.S., G.D.D.S.F., J.D.D.S., M.B., tendo o presente a finalidade de **CITAR o (a) requerido (a)** supra mencionado (a), que atualmente encontra-se em lugar ignorado, para, querendo, **apresentar resposta escrita, no prazo de 10 (dez) dias** (cf. art. 158, da Lei n.º 8.069/90), indicando as provas a serem produzidas e oferecendo, desde logo, o rol de testemunhas e documentos. Escoado o prazo, sem manifestação, ser-lhe-á nomeado Curador Especial. O acesso aos autos está à disposição para as partes, bastando comparecer à secretaria (endereço no cabeçalho). O presente edital foi expedido nos termos do Código de Normas da Corregedoria-Geral de Justiça do Estado do Paraná, art. 199 ("O Juiz tomará providências para que as intimações por edital não violem eventual segredo de justiça. §1º A fim de garantir o sigilo, o edital indicará a natureza da ação, o número dos autos, as iniciais do nome das partes e o nome completo do advogado ou, requerido, da sociedade de advogados. §2º O relato da matéria de fato, se necessário, será feito com terminologia concisa e adequada, evitando-se expor a intimidade das partes envolvidas ou de terceiros"). Observação: Este processo tramita através do sistema PROJUDI - <https://portal.tjpr.jus.br/projudi/>. O acesso ao sistema pelos advogados depende de prévio cadastro realizado pela OAB/PR, o qual é obrigatório para manifestação nos autos. E para que não se alegue ignorância ou desconhecimento foi expedido o presente edital com prazo de 10 (dez) dias. Nada mais a constar. Toledo, 23 de setembro de 2021. Eu, Daniele Alessandra Grando, Analista Judiciária, digitei e conferi..

RODRIGO RODRIGUES DIAS JUIZ DE DIREITO

UBIRATÃ

JUÍZO ÚNICO

Edital de Citação - Criminal

DIAdicionar um(a) ConteúdoPODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁCOMARCA DE UBIRATÃVARA CRIMINAL DE UBIRATÃ - PROJUDIAv. Clodoaldo de Oliveira, 1260 - Centro - Ubitatã/PR - CEP: 85.440-000 -Fone: (44) 3543-1360EDITAL DE CITAÇÃOEDITAL DE CITAÇÃO DO DENUNCIADOMARCIA SILVA SALES BATISTACOM PRAZO DE 15(QUINZE) DIAS.A DOUTORA AMANDA CRISTINA LAM, MM. JUÍZA DE DIREITO DA ÚNICA VARA CRIMINAL DACOMARCA DE UBIRATÃ, ESTADO DO PARANÁ, FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem, com o prazo de 15 (quinze) dias, ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo e Cartório se processam os autos de Ação Penal -Autos nº. 0003168-31.2018.8.16.0172 que não tendo sido possível citar pessoalmenteMARCIA SILVA SALES BATISTA (RG: 15034359 SSP/PR e CPF/CNPJ: 282.407.258-05), filiação:Doraci Silva Sales Batista e Edemilson Sales Batista, nascido aos 11/06/1979 em UBIRATÃ/PR, atualmente em lugar ignorado, pelo presente fica o denunciado CITADO da denúncia ofertada pelo Ministério Público do Estado do Paraná em 14/04/2020, a qual foi recebida em 16/09/2021, bem como para que apresente defesa no prazo de 10 (dez) dias, por intermédio de advogado, oportunidade em que poderá arguir preliminares e alegar todas as matérias e questões pertinentes à sua respectiva defesa, oferecer documentos e justificações, especificar provas e arrolar testemunhas (no máximo cinco, as quais devem ser devidamente qualificadas) nos termos do art. 396-A do Código de Processo Penal, ficando cientificado que, caso deixe de comparecer, sem motivo justificado, a qualquer ato do processo ou mude de residência sem comunicar o novo endereço a este Juízo, o processo seguirá à revelia, ou seja, sem sua presença, nos termos do art. 367 do Código de Processo Penal. Fica ainda advertido de que caso não apresente a resposta no prazo legal, ou não constitua advogado, será nomeado em seu favor um advogado dativo pelo Juízo. Em 05 de dezembro de 2018, por volta das 14h00min, em estabelecimento comercial localizado na Avenida Nilza de Oliveira Pipino, neste Município e Comarca de Ubitatã/PR, MARCIA SILVA SALES BATISTA, com consciência e vontade, ofendeu a integridade corporal da vítima Ivone Isabel Szur Furusato, desferindo-lhe um soco em sua cabeça, resultando em lesões do tipo hematoma na região parietal, conforme laudo de exame de lesões corporais de mov. 8.8. Ubitatã, 21 de setembro de 2021. Eu, Douglas Henrique Amadei, Estagiário, digitei e conferi. (assinado digitalmente) Amanda Cristina Lam Juíza de Direito

Edital de Intimação - Criminal

Adicionar um(a) ConteúdoPODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁCOMARCA DE UBIRATÃVARA CRIMINAL DE UBIRATÃ - PROJUDIAv. Clodoaldo de Oliveira, 1260 - Centro - Ubitatã/PR - CEP: 85.440-000 -Fone: (44) 3543-1360EDITAL - INTIMAÇÃO DE SENTENÇAEDITAL DE INTIMAÇÃO DE WALDER DA SILVA DAMA.A DOUTORA AMANDA CRISTINA LAM, MM. JUÍZA DE DIREITO DA ÚNICA VARA CRIMINAL DACOMARCA DE UBIRATÃ, ESTADO DO PARANÁ, FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo e Cartório se processam os autos de Inquérito Policial de Autos nº. 0000042-65.2021.8.16.0172, que não tendo sido possível INTIMAR pessoalmente o (a) senhor(a) WALDER DA SILVA DAMA (RG: 97235260 SSP/PR e CPF/CNPJ: 073.284.549-11), já devidamente qualificado nos autos retrorreferidos, atualmente em lugar ignorado, pelo presente fica o sentenciado, acima qualificado, devidamente INTIMADO acerca de WALDER DA SILVA DAMA da prolação da SENTENÇA que declarou extinta a punibilidade com base no artigo 107, VI do Código Penal. Ubitatã, 24 de agosto de 2021. Eu, Douglas Henrique Amadei, Estagiário, digitei e conferi. (assinado digitalmente) Amanda Cristina Lam Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁCOMARCA DE UBIRATÃVARA CRIMINAL DE UBIRATÃ - PROJUDIAv. Clodoaldo de Oliveira, 1260 - Centro - Ubitatã/PR - CEP: 85.440-000 -Fone: (44) 3543-1360EDITAL - INTIMAÇÃO DE SENTENÇAEDITAL DE INTIMAÇÃO DE IVO GUILHERME DA SILVA.A DOUTORA AMANDA CRISTINA LAM, MM. JUÍZA DE DIREITO DA ÚNICA VARA CRIMINAL DACOMARCA DE UBIRATÃ, ESTADO DO PARANÁ, FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo e Cartório se processam os autos de Ação Penal de Autos nº. 0000076-11.2019.8.16.0172, que

não tendo sido possível INTIMAR pessoalmente o (a) senhor(a) IVO GUILHERME DA SILVA (RG: 82907483 SSP/PR e CPF/CNPJ: 038.089.279-09), já devidamente qualificado nos autos retrorreferidos, atualmente em lugar ignorado, pelo presente fica o sentenciado IVO GUILHERME DA SILVA, acima qualificado, devidamente INTIMADO acerca da prolação da SENTENÇA que julgou improcedente a pretensão punitiva estatal para o fim de ABSOLVER o réu do delito tipificado no artigo 168, caput, do Código Penal, com fulcro no artigo 386, inciso VII, do Código de Processo Penal. Ubitatã, 15 de setembro de 2021. Eu, Douglas Henrique Amadei, Estagiário, digitei e conferi. (assinado digitalmente) AMANDA CRISTINA LAM Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁCOMARCA DE UBIRATÃVARA CRIMINAL DE UBIRATÃ - PROJUDIAv. Clodoaldo de Oliveira, 1260 - Centro - Ubitatã/PR - CEP: 85.440-000 -Fone: (44) 3543-1360EDITAL - INTIMAÇÃO DE SENTENÇAEDITAL DE INTIMAÇÃO DE JOSE ANTONIO SANTINI.A DOUTORA AMANDA CRISTINA LAM, MM. JUÍZA DE DIREITO DA ÚNICA VARA CRIMINAL DACOMARCA DE UBIRATÃ, ESTADO DO PARANÁ, FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo e Cartório se processam os autos de Ação Penal de Autos nº. 0002653-93.2018.8.16.0172, que não tendo sido possível INTIMAR pessoalmente o (a) senhor(a) JOSE ANTONIO SANTINI (RG: 57913908 SSP/PR e CPF/CNPJ: 782.112.399-49), já devidamente qualificado nos autos retrorreferidos, atualmente em lugar ignorado, pelo presente fica o sentenciado JOSE ANTONIO SANTINI, acima qualificado, devidamente INTIMADO acerca da prolação da SENTENÇA que declarou extinta a punibilidade do acusado, nos termos do artigo 89º, parágrafo 5º, da Lei nº 9.099/1995. Ubitatã, 09 de setembro de 2021. Eu, Douglas Henrique Amadei, Estagiário, digitei e conferi. (assinado digitalmente) AMANDA CRISTINA LAM Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁCOMARCA DE UBIRATÃVARA CRIMINAL DE UBIRATÃ - PROJUDIAv. Clodoaldo de Oliveira, 1260 - Centro - Ubitatã/PR - CEP: 85.440-000 -Fone: (44) 3543-1360EDITAL - INTIMAÇÃO DE SENTENÇAEDITAL DE INTIMAÇÃO DE APARECIDO INACIO ALVES FERREIRA.A DOUTORA AMANDA CRISTINA LAM, MM. JUÍZA DE DIREITO DA ÚNICA VARA CRIMINAL DACOMARCA DE UBIRATÃ, ESTADO DO PARANÁ, FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo e Cartório se processam os autos de Inquérito Policial de Autos nº. 0000558-85.2021.8.16.0172 que não tendo sido possível INTIMAR pessoalmente o (a) senhor(a) APARECIDO INACIO ALVES FERREIRA (RG: 59437917 SSP/PR e CPF/CNPJ: 034.122.469-30), já devidamente qualificado nos autos retrorreferidos, atualmente em lugar ignorado, pelo presente fica o sentenciado, acima APARECIDO INACIO ALVES FERREIRA, qualificado, devidamente INTIMADO acerca da prolação da SENTENÇA que julgou extinta a punibilidade do noticiado nos termos do artigo 107, IV, combinado com o artigo 103, ambos do Código Penal, e artigo 38 do Código de Processo Penal. Ubitatã, 20 de setembro de 2021. Eu, Douglas Henrique Amadei, Estagiário, digitei e conferi. (assinado digitalmente) Amanda Cristina Lam Juíza de Direito

Adicionar um(a) ConteúdoPODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁCOMARCA DE UBIRATÃVARA CRIMINAL DE UBIRATÃ - PROJUDIAv. Clodoaldo de Oliveira, 1260 - Centro - Ubitatã/PR - CEP: 85.440-000 -Fone: (44) 3543-1360EDITAL DE INTIMAÇÃOEDITAL DE INTIMAÇÃO DE , COM PRAZO DE 15 (QUINZE) DIAS.LEANDRO DESSBESSELA DOUTORA AMANDA CRISTINA LAM, MM. JUÍZA DE DIREITO DA ÚNICA VARA CRIMINAL DA COMARCA DE UBIRATÃ, ESTADO DO PARANÁ, a todos quantos o presente edital virem, com o prazo de 15 (quinze) dias, ou dele FAZ SABER conhecimento tiverem, que por este Juízo e Cartório se processam os autos de Medidas Protetivas de Urgência de Autos nº. 0001157-92.2019.8.16.0172 que não tendo sido possível INTIMAR pessoalmente o (a) senhor(a) LEANDRO DESSBESSEL (RG: 110702760 SSP/PR e CPF/CNPJ: 079.803.589-70), já devidamente qualificado nos autos retrorreferidos, atualmente em lugar ignorado, pelo presente fica o noticiado LEANDRO DESSBESSEL, acima qualificado, devidamente INTIMADO acerca da revogação das medidas protetivas outrora concedidas em favor de CINTHIA PINHEIRO (RG: 110085834 SSP/PR e CPF/CNPJ: 095.146.969-05) e julgou-se extinto o feito, sem resolução de mérito, na forma do artigo 485, VI do Código de Processo Civil (aplicado por analogia), ante a perda do interesse de agir. Ubitatã, 21 de setembro de 2021. Eu, Douglas Henrique Amadei, Estagiário, digitei e conferi. (assinado digitalmente) Amanda Cristina Lam Juíza de Direito

UMUARAMA

1ª VARA CÍVEL E DA FAZENDA PÚBLICA

Edital de Citação

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ

COMARCA DE UMUARAMA

1ª VARA CÍVEL E FAZENDA PÚBLICA DE UMUARAMA

Rua Des. Antônio F. da Costa, nº 3693, Centro Cívico, Umuarama/PR, CEP: 87.501-200

Telefone (44) 3621-8401

EDITAL DE CITAÇÃO

PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS

O Dr. PEDRO SERGIO MARTINS JUNIOR, Juiz de Direito, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER a todos que por esta PRIMEIRA VARA CÍVEL E DA FAZENDA PÚBLICA DO FORO DA COMARCA DE UMUARAMA, ESTADO DO PARANÁ, tramita a AÇÃO EXECUÇÃO FISCAL registrada sob nº 0008453-65.2019.8.16.0173 que o MUNICÍPIO DE DOURADINA/PR move em face de FABIO MURILO FAUSTINO PEREIRA, tendo por objeto o presente edital a CITAÇÃO de FABIO MURILO FAUSTINO PEREIRA, inscrito no CPF nº 030.911.649-00, atualmente em lugar incerto, para, no prazo de **05 (cinco) dias**, garantir ou efetuar o pagamento do valor de **R\$ 418,52 (quatrocentos e dezoito reais e cinquenta e dois centavos)**, devidamente atualizado quando do pagamento, acrescido das custas, despesas processuais e honorários advocatícios, sob pena de penhora de tantos bens quantos bastem para garantir a execução, ocasião em que será intimada para, querendo, no prazo de 30 (trinta) dias, oferecer embargos.

ALEGAÇÕES DA PARTE EXEQUENTE: "Que é credora da importância supracitada, referente à cobrança de IPTU, objeto da Certidão de Dívida Ativa nº 433/2019".

OBSERVAÇÃO: Este processo tramita exclusivamente através do sistema computacional PROJUDI, cujo endereço na web é <https://portal.tjpr.jus.br/projudi/>. O acesso ao sistema pelos advogados depende de prévio cadastramento, o qual é obrigatório, nos termos da Lei nº 11.419/06 e Resolução nº 03/2009 do Órgão Especial do Tribunal de Justiça/PR.

DADO E PASSADO nesta Cidade e Comarca de Umuarama, Paraná, aos 23 de setembro de 2021.

VANESSA BARRETO GIOTTO NUNES

Técnica Judiciária

Por ordem do MM. Juiz de Direito

Portaria nº 002/2018, item 1.3.1.1

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ

COMARCA DE UMUARAMA

1ª VARA CÍVEL E FAZENDA PÚBLICA DE UMUARAMA

Rua Des. Antônio F. da Costa, nº 3693, Centro Cívico, Umuarama/PR, CEP: 87.501-200

Telefone (44) 3621-8401

EDITAL DE CITAÇÃO

PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS

O Dr. PEDRO SERGIO MARTINS JUNIOR, Juiz de Direito, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER a todos que por esta PRIMEIRA VARA CÍVEL E DA FAZENDA PÚBLICA DO FORO DA COMARCA DE UMUARAMA, ESTADO DO PARANÁ, tramita a AÇÃO EXECUÇÃO FISCAL registrada sob nº 0002064-93.2021.8.16.0173 que o MUNICÍPIO DE UMUARAMA/PR move em face de AGROPECUÁRIA RIO JANGADA LTDA, tendo por objeto o presente edital a CITAÇÃO de AGROPECUÁRIA RIO JANGADA LTDA, inscrita no CNPJ nº 23.794.190/0001-61, atualmente em lugar incerto, para, no prazo de **05 (cinco) dias**, garantir ou efetuar o pagamento do valor de **R\$ 1.047,66 (um mil, quarenta e sete reais e sessenta e seis centavos)**, devidamente atualizado quando do pagamento, acrescido das custas, despesas processuais e honorários advocatícios, sob pena de penhora de tantos bens quantos bastem para garantir a execução, ocasião em que será intimada para, querendo, no prazo de 30 (trinta) dias, oferecer embargos.

ALEGAÇÕES DA PARTE EXEQUENTE: "Que é credora da importância supracitada, referente à cobrança de TX. FISC.FUNC. / VIG. SANITARIA, objeto da Certidão de Dívida Ativa nº 585/2021".

OBSERVAÇÃO: Este processo tramita exclusivamente através do sistema computacional PROJUDI, cujo endereço na web é <https://portal.tjpr.jus.br/projudi/>. O acesso ao sistema pelos advogados depende de prévio cadastramento, o qual é obrigatório, nos termos da Lei nº 11.419/06 e Resolução nº 03/2009 do Órgão Especial do Tribunal de Justiça/PR.

DADO E PASSADO nesta Cidade e Comarca de Umuarama, Paraná, aos 23 de setembro de 2021.

VANESSA BARRETO GIOTTO NUNES

Técnica Judiciária

Por ordem do MM. Juiz de Direito

Portaria nº 002/2018, item 1.3.1.1

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ

COMARCA DE UMUARAMA

1ª VARA CÍVEL E FAZENDA PÚBLICA DE UMUARAMA

Rua Des. Antônio F. da Costa, nº 3693, Centro Cívico, Umuarama/PR, CEP: 87.501-200

Telefone (44) 3621-8401

EDITAL DE CITAÇÃO

PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS

O Dr. PEDRO SERGIO MARTINS JUNIOR, Juiz de Direito, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER a todos que por esta PRIMEIRA VARA CÍVEL E DA FAZENDA PÚBLICA DO FORO DA COMARCA DE UMUARAMA, ESTADO DO PARANÁ, tramita a AÇÃO EXECUÇÃO FISCAL registrada sob nº 0002388-83.2021.8.16.0173 que o MUNICÍPIO DE UMUARAMA/PR move em face de GRÁFICA E EDITORA BRASILIANA, tendo por objeto o presente edital a CITAÇÃO de GRÁFICA E EDITORA BRASILIANA, inscrita no CNPJ nº 04.464.777/0001-68, atualmente em lugar incerto, para, no prazo de **05 (cinco) dias**, garantir ou efetuar o pagamento do valor de **R\$ 3.987,17 (três mil, novecentos e oitenta e sete reais e dezessete centavos)**, devidamente atualizado quando do pagamento, acrescido das custas, despesas processuais e honorários advocatícios, sob pena de penhora de tantos bens quantos bastem para garantir a execução, ocasião em que será intimada para, querendo, no prazo de 30 (trinta) dias, oferecer embargos.

ALEGAÇÕES DA PARTE EXEQUENTE: "Que é credora da importância supracitada, referente à cobrança de TX.FISC.FUNC. / VIG. SANITARIA, objeto da Certidão de Dívida Ativa nº 679/2021".

OBSERVAÇÃO: Este processo tramita exclusivamente através do sistema computacional PROJUDI, cujo endereço na web é <https://portal.tjpr.jus.br/projudi/>. O acesso ao sistema pelos advogados depende de prévio cadastramento, o qual é obrigatório, nos termos da Lei nº 11.419/06 e Resolução nº 03/2009 do Órgão Especial do Tribunal de Justiça/PR.

DADO E PASSADO nesta Cidade e Comarca de Umuarama, Paraná, aos 23 de setembro de 2021.

VANESSA BARRETO GIOTTO NUNES

Técnica Judiciária

Por ordem do MM. Juiz de Direito

Portaria nº 002/2018, item 1.3.1.1

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ

COMARCA DE UMUARAMA

1ª VARA CÍVEL E FAZENDA PÚBLICA DE UMUARAMA

Rua Des. Antônio F. da Costa, nº 3693, Centro Cívico, Umuarama/PR, CEP: 87.501-200

Telefone (44) 3621-8401

EDITAL DE CITAÇÃO**PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS**

O Dr. PEDRO SERGIO MARTINS JUNIOR, Juiz de Direito, no uso de suas atribuições legais, **FAZ SABER** a todos que por esta **PRIMEIRA VARA CÍVEL E DA FAZENDA PÚBLICA DO FORO DA COMARCA DE UMUARAMA, ESTADO DO PARANÁ**, tramita a **AÇÃO EXECUÇÃO FISCAL** registrada sob nº **0018132-89.2019.8.16.0173** que o **MUNICÍPIO DE UMUARAMA/PR** move em face de **BENEDITO & PACHECO LTDA - ME e EDER JUNIO DA SILVA BENEDITO**, tendo por objeto o presente edital a **CITAÇÃO** de **EDER JUNIO DA SILVA BENEDITO**, inscrito no CPF nº 068.248.239-02, atualmente em lugar incerto, para, no prazo de **05 (cinco) dias**, garantir ou efetuar o pagamento do valor de **R\$ 1.913,08 (um mil, novecentos e treze reais e oito centavos)**, devidamente atualizado quando do pagamento, acrescido das custas, despesas processuais e honorários advocatícios, sob pena de penhora de tantos bens quantos bastem para garantir a execução, ocasião em que será intimada para, querendo, no prazo de 30 (trinta) dias, oferecer embargos.

ALEGAÇÕES DA PARTE EXEQUENTE: "Que é credora da importância supracitada, referente à cobrança de TX.FISC.FUNC. / VIG. SANITARIA, objeto da Certidão de Dívida Ativa nº 1441/2019".

OBSERVAÇÃO: Este processo tramita exclusivamente através do sistema computacional PROJUDI, cujo endereço na web é <https://portal.tjpr.jus.br/projudi/>. O acesso ao sistema pelos advogados depende de prévio cadastramento, o qual é obrigatório, nos termos da Lei nº 11.419/06 e Resolução nº 03/2009 do Órgão Especial do Tribunal de Justiça/PR.

DADO E PASSADO nesta Cidade e Comarca de Umuarama, Paraná, aos 23 de setembro de 2021.

VANESSA BARRETO GIOTTO NUNES

Técnica Judiciária

Por ordem do MM. Juiz de Direito

Portaria nº 002/2018, item 1.3.1.1

Rua Des. Antônio F. F. da Costa, nº 3693, Centro Cívico, Umuarama/PR, CEP: 87.501-200

Telefone (44) 361-8401

EDITAL DE INTIMAÇÃO**PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS**

O Dr. PEDRO SERGIO MARTINS JUNIOR, Juiz de Direito, no uso de suas atribuições legais, **FAZ SABER** a todos que por esta **PRIMEIRA VARA CÍVEL E DA FAZENDA PÚBLICA DO FORO DA COMARCA DE UMUARAMA, ESTADO DO PARANÁ**, tramita a **AÇÃO EXECUÇÃO FISCAL** registrada sob nº **0002888-57.2018.8.16.0173** que o **MUNICÍPIO DE UMUARAMA/PR** move em face de **Siqueira E Alves Ltda ME e KATIA APARECIDA ALVES DOS SANTOS MINORI** tendo o presente Edital por objeto a **INTIMAÇÃO** de **KATIA APARECIDA ALVES DOS SANTOS MINORI**, inscrita no CPF sob nº 507.877.649-49, atualmente em lugar incerto, a respeito da penhora realizada no referido processo, **por meio de Bloqueio Sisbajud em conta bancária de titularidade da parte executada, no valor de R\$ 157,22**, para que, no prazo de **30 (trinta) dias**, querendo, oponha embargos à execução.

OBSERVAÇÃO: Este processo tramita exclusivamente através do sistema computacional PROJUDI, cujo endereço na web é <https://portal.tjpr.jus.br/projudi/>. O acesso ao sistema pelos advogados depende de prévio cadastramento, o qual é obrigatório, nos termos da Lei nº 11.419/06 e Resolução nº 03/2009 do Órgão Especial do Tribunal de Justiça/PR.

DADO E PASSADO nesta Cidade e Comarca de Umuarama, Paraná, aos 24 de setembro de 2021.

VANESSA BARRETO GIOTTO NUNES

Técnica Judiciária

Por ordem do MM. Juiz de Direito

Portaria nº 002/2018, item 1.3.1.1

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ**COMARCA DE UMUARAMA****1ª VARA CÍVEL E FAZENDA PÚBLICA DE UMUARAMA**

Rua Des. Antônio F. F. da Costa, nº 3693, Centro Cívico, Umuarama/PR, CEP: 87.501-200

Telefone (44) 361-8401

EDITAL DE INTIMAÇÃO**PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS**

O Dr. PEDRO SERGIO MARTINS JUNIOR, Juiz de Direito, no uso de suas atribuições legais, **FAZ SABER** a todos que por esta **PRIMEIRA VARA CÍVEL E DA FAZENDA PÚBLICA DO FORO DA COMARCA DE UMUARAMA, ESTADO DO PARANÁ**, tramita a **AÇÃO EXECUÇÃO FISCAL** registrada sob nº **0007263-48.2011.8.16.0173** que o **MUNICÍPIO DE UMUARAMA/PR** move em face de **J. E. FRAGA & CIA LTDA, JOSÉ ERIVALDO FRAGA e LUIZ CLAUDIO DA SILVA** tendo o presente Edital por objeto a **INTIMAÇÃO** de **JOSÉ ERIVALDO FRAGA**, inscrito no CPF sob nº 095.320.386-71, atualmente em lugar incerto, a respeito da penhora realizada no referido processo, **por meio de Bloqueio bacenjud em conta bancária de titularidade do executado, no valor de R\$250,85**, para que, no prazo de **30 (trinta) dias**, querendo, oponha embargos à execução.

OBSERVAÇÃO: Este processo tramita exclusivamente através do sistema computacional PROJUDI, cujo endereço na web é <https://portal.tjpr.jus.br/projudi/>. O acesso ao sistema pelos advogados depende de prévio cadastramento, o qual é obrigatório, nos termos da Lei nº 11.419/06 e Resolução nº 03/2009 do Órgão Especial do Tribunal de Justiça/PR.

DADO E PASSADO nesta Cidade e Comarca de Umuarama, Paraná, aos 24 de setembro de 2021.

VANESSA BARRETO GIOTTO NUNES

Técnica Judiciária

Por ordem do MM. Juiz de Direito

Portaria nº 002/2018, item 1.3.1.1

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ**COMARCA DE UMUARAMA****1ª VARA CÍVEL E FAZENDA PÚBLICA DE UMUARAMA**

Rua Des. Antônio F. F. da Costa, nº 3693, Centro Cívico, Umuarama/PR, CEP: 87.501-200

Telefone (44) 361-8401

EDITAL DE INTIMAÇÃO**PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS**

O Dr. PEDRO SERGIO MARTINS JUNIOR, Juiz de Direito, no uso de suas atribuições legais, **FAZ SABER** a todos que por esta **PRIMEIRA VARA CÍVEL E DA FAZENDA PÚBLICA DO FORO DA COMARCA DE UMUARAMA, ESTADO DO PARANÁ**, tramita a **AÇÃO EXECUÇÃO FISCAL** registrada sob nº **0003799-06.2017.8.16.0173** que o **MUNICÍPIO DE UMUARAMA/PR** move em face de **BR SUL LUBRIFICANES LTDA e Pedro Paulo Rotta Bonfim** tendo o presente Edital por objeto a **INTIMAÇÃO** de **Pedro Paulo Rotta Bonfim**, inscrito no CPF sob nº 742.680.079-20, atualmente em lugar incerto, a respeito da penhora realizada no referido processo, **por meio de Bloqueio Sisbajud em conta bancária de titularidade da parte executada, no valor de R\$ 500,03**, para que, no prazo de **30 (trinta) dias**, querendo, oponha embargos à execução.

Edital de Intimação**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ****COMARCA DE UMUARAMA****1ª VARA CÍVEL E FAZENDA PÚBLICA DE UMUARAMA**

OBSERVAÇÃO: Este processo tramita exclusivamente através do sistema computacional PROJUDI, cujo endereço na web é <https://portal.tjpr.jus.br/projudi/>. O acesso ao sistema pelos advogados depende de prévio cadastramento, o qual é obrigatório, nos termos da Lei nº 11.419/06 e Resolução nº 03/2009 do Órgão Especial do Tribunal de Justiça/PR.

DADO E PASSADO nesta Cidade e Comarca de Umuarama, Paraná, aos 24 de setembro de 2021.

VANESSA BARRETO GIROTTI NUNES

Técnica Judiciária

Por ordem do MM. Juiz de Direito

Portaria nº 002/2018, item 1.3.1.1

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ

COMARCA DE UMUARAMA

1ª VARA CÍVEL E FAZENDA PÚBLICA DE UMUARAMA

Rua Des. Antônio F. F. da Costa, nº 3693, Centro Cívico, Umuarama/PR, CEP: 87.501-200

Telefone (44) 361-8401

EDITAL DE INTIMAÇÃO

PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS

O Dr. **PEDRO SERGIO MARTINS JUNIOR**, Juiz de Direito, no uso de suas atribuições legais, **FAZ SABER** a todos que por esta **PRIMEIRA VARA CÍVEL E DA FAZENDA PÚBLICA DO FORO DA COMARCA DE UMUARAMA, ESTADO DO PARANÁ**, tramita a **AÇÃO EXECUÇÃO FISCAL** registrada sob nº **0012964-09.2019.8.16.0173** que o **MUNICÍPIO DE UMUARAMA/PR** move em face de **O TOMAZELLI MAQUINAS ME e ORAIDES TOMAZELLI** tendo o presente Edital por objeto a **INTIMAÇÃO de ORAIDES TOMAZELLI**, inscrito no CPF sob nº 324.951.880-87, atualmente em lugar incerto, a respeito da penhora realizada no referido processo, **por meio de Bloqueio Sisbajud em conta bancária de titularidade da parte executada, no valor de R\$ 161,46**, para que, no prazo de **30 (trinta) dias**, querendo, oponha embargos à execução.

OBSERVAÇÃO: Este processo tramita exclusivamente através do sistema computacional PROJUDI, cujo endereço na web é <https://portal.tjpr.jus.br/projudi/>. O acesso ao sistema pelos advogados depende de prévio cadastramento, o qual é obrigatório, nos termos da Lei nº 11.419/06 e Resolução nº 03/2009 do Órgão Especial do Tribunal de Justiça/PR.

DADO E PASSADO nesta Cidade e Comarca de Umuarama, Paraná, aos 24 de setembro de 2021.

VANESSA BARRETO GIROTTI NUNES

Técnica Judiciária

Por ordem do MM. Juiz de Direito

Portaria nº 002/2018, item 1.3.1.1

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ

COMARCA DE UMUARAMA

1ª VARA CÍVEL E FAZENDA PÚBLICA DE UMUARAMA

Rua Des. Antônio F. F. da Costa, nº 3693, Centro Cívico, Umuarama/PR, CEP: 87.501-200

Telefone (44) 361-8401

EDITAL DE INTIMAÇÃO

PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS

O Dr. **PEDRO SERGIO MARTINS JUNIOR**, Juiz de Direito, no uso de suas atribuições legais, **FAZ SABER** a todos que por esta **PRIMEIRA VARA CÍVEL E DA FAZENDA PÚBLICA DO FORO DA COMARCA DE UMUARAMA, ESTADO DO PARANÁ**, tramita a **AÇÃO EXECUÇÃO FISCAL** registrada sob nº **0013493-72.2012.8.16.0173** que o **MUNICÍPIO DE UMUARAMA/PR** move em face de **N. A. ANDRADE RESTAURANTE ME e Natalino Aparecido de Andrade**, tendo o presente Edital por objeto a **INTIMAÇÃO de Natalino Aparecido de Andrade**, inscrito no CPF sob nº 390.631.359-04, atualmente em lugar incerto, a respeito da penhora realizada no referido processo, **por meio de Bloqueio bacenjud em conta bancária de titularidade do executado, no valor de R\$453,03**, para que, no prazo de **30 (trinta) dias**, querendo, oponha embargos à execução.

OBSERVAÇÃO: Este processo tramita exclusivamente através do sistema computacional PROJUDI, cujo endereço na web é <https://portal.tjpr.jus.br/projudi/>. O acesso ao sistema pelos advogados depende de prévio cadastramento, o qual é obrigatório, nos termos da Lei nº 11.419/06 e Resolução nº 03/2009 do Órgão Especial do Tribunal de Justiça/PR.

DADO E PASSADO nesta Cidade e Comarca de Umuarama, Paraná, aos 24 de setembro de 2021.

VANESSA BARRETO GIROTTI NUNES

Técnica Judiciária

Por ordem do MM. Juiz de Direito

Portaria nº 002/2018, item 1.3.1.1

COMARCA DE UMUARAMA

1ª VARA CÍVEL E FAZENDA PÚBLICA DE UMUARAMA

Rua Des. Antônio F. F. da Costa, nº 3693, Centro Cívico, Umuarama/PR, CEP: 87.501-200

Telefone (44) 361-8401

EDITAL DE INTIMAÇÃO

PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS

O Dr. **PEDRO SERGIO MARTINS JUNIOR**, Juiz de Direito, no uso de suas atribuições legais, **FAZ SABER** a todos que por esta **PRIMEIRA VARA CÍVEL E DA FAZENDA PÚBLICA DO FORO DA COMARCA DE UMUARAMA, ESTADO DO PARANÁ**, tramita a **AÇÃO EXECUÇÃO FISCAL** registrada sob nº **0012399-84.2015.8.16.0173** que o **MUNICÍPIO DE UMUARAMA/PR** move em face de **C. S. DOS SANTOS OUTDOOR LTDA-ME**, tendo o presente Edital por objeto a **INTIMAÇÃO de C. S. DOS SANTOS OUTDOOR LTDA-ME**, inscrita no CNPJ sob nº 10.544.900/0001-53, atualmente em lugar incerto, a respeito da penhora realizada no referido processo, **por meio de Bloqueio bacenjud em conta bancária de titularidade do executado, no valor de R\$591,24**, para que, no prazo de **30 (trinta) dias**, querendo, oponha embargos à execução.

OBSERVAÇÃO: Este processo tramita exclusivamente através do sistema computacional PROJUDI, cujo endereço na web é <https://portal.tjpr.jus.br/projudi/>. O acesso ao sistema pelos advogados depende de prévio cadastramento, o qual é obrigatório, nos termos da Lei nº 11.419/06 e Resolução nº 03/2009 do Órgão Especial do Tribunal de Justiça/PR.

DADO E PASSADO nesta Cidade e Comarca de Umuarama, Paraná, aos 24 de setembro de 2021.

VANESSA BARRETO GIROTTI NUNES

Técnica Judiciária

Por ordem do MM. Juiz de Direito

Portaria nº 002/2018, item 1.3.1.1

PODER JUDICIÁRIO

ESTADO DO PARANÁ

COMARCA DE UMUARAMA

SECRETARIA DA PRIMEIRA VARA CÍVEL

Rua Des. Antonio F. F. da Costa, nº 3693, Centro Cívico,

CEP: 87.501-200, Umuarama/PR

EDITAL DE INTERDIÇÃO

O Dr. **PEDRO SERGIO MARTINS JUNIOR**, Juiz de Direito, no uso e suas atribuições legais, **FAZ SABER** aos que o presente edital vierem ou dele tiverem conhecimento que, nesse Juízo, tramitou os autos de **AÇÃO DE INTERDIÇÃO E CURATELA** registrada sob nº **0005641-16.2020.8.16.0173**, que **GIOVANA CRISTINA FRIGIERI ROGANTI e JOÃO BERNARDO ALVES** moveu em face de **SANTA ROGANTI ALVES**, cujo trâmite se deu nesta 1ª Vara Cível do Foro da Comarca de Umuarama, Estado do Paraná, na qual foi declarada a interdição de **SANTA ROGANTI ALVES**, brasileira, beneficiária do INSS, nascida em 01/11/1957, natural de Santa Fé/PR, filha de ANTONIO FRIGIERI ROGANTI e MARIA DE LOURDES MESCHIARI ROGANTI, inscrita no CPF sob nº 467.777.179-00, portadora da cédula de identidade RG nº 2.001.283 SSP/PR, residente e domiciliada na Av. São Pedro, nº 4776, CEP 87.502-220, nesta cidade de Umuarama, Estado do Paraná, sendo-lhe nomeado curador o Sr. **JOÃO BERNARDO ALVES**, brasileiro, casado, nascido em 10/05/1979, filho de JOÃO BERNARDO CANDIDO ALVES e SANTA ROGANTI ALVES, portador da cédula de identidade RG nº 6.656.752-4 SSP/PR, inscrito no CPF sob nº 028.299.459-99, residente e domiciliado na Av. São Pedro, nº 4776, CEP 87.502-220, nesta cidade de Umuarama, Estado do Paraná. **Dados do processo:** sentença proferida em **04/08/2021**, pelo Dr. **Pedro Sergio Martins Junior**, MM. Juiz de Direito da 1ª Vara Cível do Foro da Comarca de Umuarama, Estado do Paraná, sendo requerente da interdição **GIOVANA CRISTINA FRIGIERI ROGANTI e JOÃO BERNARDO ALVES**. **Outros dados:** o pedido foi julgado procedente para o fim de declarar a incapacidade total e permanente do(a) interditando(a) de exprimir de forma lúcida e adequada a sua vontade e ao efeito, constituir curatela em seu favor, a qual será exercida pelo(a) curador(a) nomeado(a) acima indicado(a), à quem competirá exercer a representação do(a) mesmo(a) nos atos de gestão e disposição patrimonial, na forma delimitada na sentença; a interditada não se encontra internado; e a causa da interdição é: CID-10 F20.33. Tudo nos termos e de acordo com a sentença proferida nos autos.

OBSERVAÇÃO: O processo acima detalhado tramitou através do sistema computacional Projudi, cujo endereço na web é <https://portal.tjpr.jus.br/projudi/>.

DADO E PASSADO nesta Cidade e Comarca de Umuarama, Paraná, aos 10 de setembro de 2021.

RODRIGO FERREIRA COELHO

Técnico Judiciário

Por ordem do MM. Juiz de Direito

Portaria nº 6276914 - UMU-1VJ-GJ - item 1.3.1.1

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ

COMARCA DE UMUARAMA

1ª VARA CÍVEL E FAZENDA PÚBLICA DE UMUARAMA

Rua Des. Antônio F. F. da Costa, nº 3693, Centro Cívico, Umuarama/PR, CEP: 87.501-200

Telefone (44) 361-8401

EDITAL DE INTIMAÇÃO**PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS**

O Dr. **PEDRO SERGIO MARTINS JUNIOR**, Juiz de Direito, no uso de suas atribuições legais, **FAZ SABER** a todos que por esta **PRIMEIRA VARA CÍVEL E DA FAZENDA PÚBLICA DO FORO DA COMARCA DE UMUARAMA, ESTADO DO PARANÁ**, tramita a **AÇÃO EXECUÇÃO FISCAL** registrada sob nº **0004765-71.2014.8.16.0173** que o **MUNICÍPIO DE UMUARAMA/PR** move em face de **VANDA DE FÁTIMA MESSA DA COSTA e ERCILIO RAMOS DA COSTA**, tendo o presente Edital por objeto a **INTIMAÇÃO** de **ERCILIO RAMOS DA COSTA**, inscrito no CPF sob nº 629.148.129-49, atualmente em lugar incerto, a respeito da penhora realizada no referido processo, **por meio de Bloqueio bacenjud em conta bancária de titularidade do executado, no valor de R\$450,84**, para que, no prazo de **30 (trinta) dias**, querendo, oponha embargos à execução.

OBSERVAÇÃO: Este processo tramita exclusivamente através do sistema computacional PROJUDI, cujo endereço na web é <https://portal.tjpr.jus.br/projudi/>. O acesso ao sistema pelos advogados depende de prévio cadastramento, o qual é obrigatório, nos termos da Lei nº 11.419/06 e Resolução nº 03/2009 do Órgão Especial do Tribunal de Justiça/PR.

DADO E PASSADO nesta Cidade e Comarca de Umuarama, Paraná, aos 24 de setembro de 2021.

VANESSA BARRETO GIOTTO NUNES

Técnica Judiciária

Por ordem do MM. Juiz de Direito

Portaria nº 002/2018, item 1.3.1.1

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ**COMARCA DE UMUARAMA****1ª VARA CÍVEL E FAZENDA PÚBLICA DE UMUARAMA**

Rua Des. Antônio F. F. da Costa, nº 3693, Centro Cívico, Umuarama/PR, CEP: 87.501-200

Telefone (44) 361-8401

EDITAL DE INTIMAÇÃO**PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS**

O Dr. **PEDRO SERGIO MARTINS JUNIOR**, Juiz de Direito, no uso de suas atribuições legais, **FAZ SABER** a todos que por esta **PRIMEIRA VARA CÍVEL E DA FAZENDA PÚBLICA DO FORO DA COMARCA DE UMUARAMA, ESTADO DO PARANÁ**, tramita a **AÇÃO EXECUÇÃO FISCAL** registrada sob nº **0011677-45.2018.8.16.0173** que o **MUNICÍPIO DE UMUARAMA/PR** move em face de **LAVA RÁPIDO CIANTORTE LTDA ME e Eduardo da Silva** tendo o presente Edital por objeto a **INTIMAÇÃO** de **Eduardo da Silva**, inscrito no CPF sob nº 037.419.881-03, atualmente em lugar incerto, a respeito da penhora realizada no referido processo, **por meio de Bloqueio Renajud em sobre veículo de propriedade da referida parte, de Placa ISR0573, Marca/Modelo REB/REK CL1**, para que, no prazo de **30 (trinta) dias**, querendo, oponha embargos à execução.

OBSERVAÇÃO: Este processo tramita exclusivamente através do sistema computacional PROJUDI, cujo endereço na web é <https://portal.tjpr.jus.br/projudi/>. O acesso ao sistema pelos advogados depende de prévio cadastramento, o qual é obrigatório, nos termos da Lei nº 11.419/06 e Resolução nº 03/2009 do Órgão Especial do Tribunal de Justiça/PR.

DADO E PASSADO nesta Cidade e Comarca de Umuarama, Paraná, aos 24 de setembro de 2021.

VANESSA BARRETO GIOTTO NUNES

Técnica Judiciária

Por ordem do MM. Juiz de Direito

Portaria nº 002/2018, item 1.3.1.1

2ª VARA CRIMINAL**Editais Gerais****PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ****COMARCA DE UMUARAMA****SEGUNDA VARA CRIMINAL - PROJUDI**

Rua Des. Antônio Franco Ferreira da Costa, 3693 - Zona I - Umuarama/Pr - CEP 87501-200 - Fone (44) 3621-8404

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

Réu: SAMARA PADILHA TIMOTEO

Processo Crime nº 0016283-82.2019.8.16.0173

Prazo de 20 (VINTE) DIAS

A Doutora Silvana Cardoso Pinto, MM. Juíza de Direito da 2ª Secretaria do Crime da Comarca de Umuarama, Estado do Paraná, na forma da Lei...

FAZ SABER a todos quantos o presente edital vierem, ou dele conhecimento tiverem, que não tendo sido possível notificar pessoalmente, por encontrar-se em lugar incerto e não sabido, a pessoa de **SAMARA PADILHA TIMOTEO** (RG: 144145658 SSP/PR e

CPF/CNPJ: 128.271.879-73), Nome da Mãe: JANAINA PADILHA TIMOTEO, dando origem aos autos de Processo Crime n. 0016283-82.2019.8.16.0173 - PROJUDI, em que consta, contra o(a) denunciado(a/s) o(a) SUPRACITADO nas sanções de ART 33: Tráfico de drogas, ADQUIRIR, VENDER, FORNECER E OU PRODUIR DROGAS, Reclusão: 5 a 15 anos E Multa e ART 35: Associação para o tráfico, ASSOCIAREM-SE PARA A PRÁTICA DOS ARTS. 33, CAPUT E 1º, 34 E 36 DESTA LEI, Reclusão: 3 a 10 anos E Multa, vem, pelo presente, NOTIFICÁ-LA PARA QUE, NO PRAZO DE 10 (DEZ) DIAS, RESPONDA POR ESCRITO A ACUSAÇÃO EXPOSTA NA DENÚNCIA, CUJA CÓPIA SEGUIR EM ANEXO, COM BASE NO ARTIGO 55 DA LEI 11.343/2006, DEVENDO A RESPOSTA SER CONSISTENTE EM DEFESA PRELIMINAR E EXCEÇÕES, PODENDO ARGUIR PRELIMINARES E INVOCAR TODAS AS RAZÕES DE DEFESA, OFERECER DOCUMENTOS E JUSTIFICAÇÕES, ESPECIFICAR AS PROVAS QUE PRETENDE PRODUIR E, ATÉ O NÚMERO DE 5 (CINCO), ARROLAR TESTEMUNHAS, QUALIFICANDO-AS E REQUERENDO INTIMAÇÃO QUANDO NECESSÁRIO, NA FORMA DO ARTIGO 396, COM NOVA REDAÇÃO DADA PELA LEI Nº 11.719/2008. CASO O RÉU NÃO POSSUA ADVOGADO CONSTITUÍDO OU CONDIÇÕES DE CONSTITUIR, SER-LHE-Á NOMEADO DATIVO. Outrossim, faz saber que este Juízo tem sua sede na Rua Desembargador Antonio Franco Ferreira da Costa, 3693, Centro Cívico, nesta cidade de Umuarama, Estado do Paraná, no Edifício do Fórum. Para conhecimento de todos é passado o presente Edital, cuja 1ª via ficará no local de costume. DADO e passado nesta cidade e Comarca de Umuarama, 22 de setembro de 2021. Do que, para constar, Eu, _____ (Janeth Lopes dos Santos Pedro - Técnica Judiciária), que o digitei e subscrevi. Documento expedido por autorização contida na Portaria n. 01/2020 deste Juízo

UNIÃO DA VITÓRIA**2ª VARA CÍVEL E DA FAZENDA PÚBLICA****Editais Gerais**

EDITAL RETIFICADO DE CIENTIFICAÇÃO DE CREDORES, TERCEIROS E INTERESSADOS, NOSTERMOS DO ART. 52, § 1º, DA LEI Nº 11.101/2005. RECUPERAÇÃO JUDICIAL - FORMAPLAN FORMAS PLANEJADAS INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA (CNPJ nº 00.262.371/0001-41). O DOUTOR ELVIS JAKSON MELNISK, MERITÍSSIMO JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL DE UNIÃO DAVITÓRIA, ESTADO DO PARANÁ, NA FORMA DA LEI, FAZ SABER, pelo presente edital de RETIFICAÇÃO, expedido conforme o contido no artigo 52, §1º, da Lei nº 11.101/2005, que ficam cientes quaisquer credores, terceiros e interessados que neste Juízo tramitam os autos de nº 0000410-68.2021.8.16.0174, de RECUPERAÇÃO JUDICIAL ajuizada na data de , por 22/01/2021 FORMAPLAN FORMAS PLANEJADAS INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ nº 00.262.371/0001-41, com sede na Rua Estrada Braulina Pigatto, s/n, Bom Jesus, CEP 84607-303, cidade de União da Vitória, Estado do Paraná. O presente edital tem como exclusiva finalidade promover a retificação dos nomes dos credores e valores constantes na Classe IV - Créditos ME/ EPP relacionados no Edital publicado no Diário Eletrônico do Tribunal de Justiça do Paraná nº 3051 (pag. 152-154), com data de publicação em 10/09/2021 (veiculado em 09/09/2021), afim de que os credores, terceiros e interessados tomem ciência do exposto. Desse modo, segue a Relação Nominal de Credores apresentada ao mov. 15.3 dos autos supramencionados: **RELAÇÃO NOMINAL DE CREDORES - FORMAPLAN FORMAS PLANEJADAS INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA: CLASSE I - CRÉDITOS DERIVADOS DA LEGISLAÇÃO TRABALHISTA: Deve-se considerar a Relação Nominal de Credores constante ao Edital no Diário Eletrônico do Tribunal de Justiça do Paraná nº 3051 (pag. 152-154), com data de publicação em 10/09/2021 (veiculado em 09/09/2021). **CLASSE II - GARANTIA REAL:** Deve-se considerar a Relação Nominal de Credores constante ao Edital no Diário Eletrônico do Tribunal de Justiça do Paraná nº 3051 (pag. 152-154), com data de publicação em 10/09/2021 (veiculado em 09/09/2021). **CLASSE III - QUIROGRAFÁRIOS:** Deve-se considerar a Relação Nominal de Credores constante ao Edital no Diário Eletrônico do Tribunal de Justiça do Paraná nº 3051 (pag. 152-154), com data de publicação em 10/09/2021 (veiculado em 09/09/2021). **CLASSE IV - ME / EPP:** ACT Instalação Mecânica e Automação Industrial LTDA - ME - R\$ 1.250,00; Adelson De Souza Gomes Transportes ME - R\$ 10.350,00; Andrea Cristina Arsego Dalgallo - ME - R\$ 2.400,00; Andrea Fabiana Jarschel Lepka - ME - R\$ 105,00; Antonio Volhanhuk - ME - R\$ 1.284,00; Armando Salin Madeiras e Materiais De Construção - ME - R\$ 29.837,08; Ativos Gestao Empresarial LTDA - EPP - R\$ 75.000,00; C. E. Lampert Comunicacao Visual - ME - R\$ 900,00; Cacilda Machnicki Hresko - ME - R\$ 3.548,33; Comercial Ladaniuski De Materiais Elétricos E Ferragens LTDA - ME - R\$ 130.013,26; Compressul Compressores LTDA EPP - R\$ 7.582,08; Demétrio Sokolek Transportes ME - R\$ 3.963,44; Disitech Eletronica Comercial Eireli - EPP - R\$ 7.730,98; E.F. Comercio De Ferramentas LTDA - ME - R\$ 4.036,66; Equipel Comercio De Equipamentos De Seguranga LTDA ME - R\$ 7.132,04; Fernando Barbosa Nogueira - ME - R\$ 874,00; Gdtech Química Industrial Ltda - ME - R\$ 25.848,00; Gessiel De Souza - ME - R\$ 900,00; Gilberto Fernando Sokolek Transportes ME - R\$ 5.104,90; Guimarães & Queiroz LTDA ME - R\$ 15.915,00; Guimapa Suprimentos**

Industriais LTDA - ME - R\$ 92.301,47; GV Energia Comércio E Serviços LTDA - EPP - R\$ 750,80; JPD Suprimentos Industriais LTDA - ME - R\$ 43.929,95; Mgalteck Soluções Industrial LTDA - ME - R\$ 1.200,00; Marcia De Fátima Do Prado De Albuquerque - ME - R\$ 21.524,10; Marcio Miguel Milosz ME - R\$ 4.000,00; Metalply Metalurgia LTDA - EPP - R\$ 4.800,00; MGA Comercial Ferramentas Correas e Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OEValidação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJT24 3Z65V U3KZA DF4HYPROJUDI - Processo: 0000410-68.2021.8.16.0174 - Ref. mov. 194.1 - Assinado digitalmente por Elvis Jakson Melnisk:1755123/09/2021: EXPEDIÇÃO DE EDITAL/INTIMAÇÃO. Arq: EDITALMangueiras LTDA - ME - R\$ 3.995,50; Milcolor Tintas e Revestimentos Eireli - ME - R\$ 2.740,00; Movata MotoSerras e Equipamentos LTDA EPP - R\$ 832,11; Norberto e Lima Mecânica LTDA ME - R\$ 4.771,50; Osni LucianoNiedziela Eireli EPP - R\$ 3.017,00; Perifer Produtos Siderurgicos Eireli EPP - R\$ 593,80; Peças e Oficina São José LTDA EPP - R\$ 5.605,00; R.M.S. Papeis LTDA ME - R\$ 1.128,25; R. Knopki ME - R\$ 4.700,00; Axel Industria E Comercio De Equipamentos Industriais LTDA ME (Rafael Roque De Freitas) - R\$ 2.071,50; Remax Materiais Elétricos LTDA EPP - R\$ 919,40; Remocar Retífica de Motores LTDA EPP - R\$ 2.148,40; Renato Kuroski ME - R\$ 1.550,00; Ribas & Advogados Associados - ME - R\$ 73.000,00; Saulo Marcel Dos Santos - EPP - R\$ 2.560,49; Sidnei DeCampos - MEI - R\$ 1.150,00; Steam Service Engenharia LTDA - ME - R\$ 9.668,33; Sudoeste Balanças Eireli ME - R\$ 1.750,00; Supermercado Jackiw LTDA - ME - R\$ 4.050,00; Vanessa Cristine Machado Silva & Cia LTDA - ME - R\$ 320,00. E para que chegue ao conhecimento de todos e ninguém possa alegar ignorância, expediu-se o presente edital que será publicado por uma só vez no Diário da Justiça Eletrônico do Estado do Paraná, e afixado na sede deste Juízo, no lugar decostume.DADO E PASSADOOnesta Comarca de União da Vitória, Estado do Paraná, aos 23 de setembro de 2021. Eu, EDERSON ADRIANO NEVES - Chefe de Secretaria, digitei e conferi. ELVIS JAKSON MELNISK Juiz de Direito

2ª VARA CRIMINAL

Edital de Citação

EDITAL DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO, RÉU JOSE SILVERIO ALVES PEREIRA, COM O PRAZO DE QUINZE (15) DIAS. O DOUTOR EMERSON LUCIANO PRADO SPARK, MM. JUIZ DE DIREITO DA COMARCA DE UNIÃO DA VITÓRIA, ESTADO DO PARANÁ, na forma da lei, etc... FAZ SABER, a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, COM O PRAZO DE QUINZE (15) DIAS, que não tendo sido possível CITAR pessoalmente o réu JOSE SILVERIO ALVES PEREIRA, RG 69916392 SSP/PR, CPF 016.801.869-14, Nome da Mãe: FRANCISCA SENHORINHA ALVES PEREIRA, nascido em 26/03/1973, natural de CRUZ MACHADO/PR, localizável no(a) Rua Afonso Nadolny, 1001 - CRUZ MACHADO/PR, residente atualmente em lugar incerto e não sabido, pelo presente CITE-O e INTIME-O, para que apresente Resposta à Acusação por escrito, no prazo de dez (10) dias, nos termos do artigo 396, do Código de Processo Penal nos autos de nº 0002761-19.2018.8.16.0174, que lhe move a Justiça Pública, como incurso nas penas do artigo 147, c/c artigo 61, inciso II, alínea "f", ambos do Código Penal, e artigo 129, § 9º, do Código Penal, nos termos da Lei nº 11.340/2006, ficando pelo presente, citado para e ver processar, até final julgamento, e ciente de que pode ser aplicada a disposição do art. 366 do CPP, com a suspensão do processo e do curso do prazo prescricional, sem prejuízo de que a autoridade judiciária determine a produção antecipada das provas consideradas urgentes e, se for o caso, decrete a prisão preventiva, nos termos do art. 312 CPP. Dado e passado nesta cidade e Comarca de União da Vitória, 24 de setembro de 2021. Eu, Bárbara Aparecida Vieira Neppel, Estagiária, digitei, e eu, Cristiane Oechsler Puchalski, Técnica Judiciária, conferi. CERTIFICADO ter afixado o presente Edital no Átrio do Fórum, em lugar de Costume. O referido é verdade e dou fé. Emerson Luciano Prado Spak Juiz de Direito

EDITAL DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO, RÉU GABRIEL PEREIRA, COM O PRAZO DE QUINZE (15) DIAS. O DOUTOR EMERSON LUCIANO PRADO SPARK, MM. JUIZ DE DIREITO DA COMARCA DE UNIÃO DA VITÓRIA, ESTADO DO PARANÁ, na forma da lei, etc... FAZ SABER, a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, COM O PRAZO DE QUINZE (15) DIAS, que não tendo sido possível CITAR pessoalmente o réu GABRIEL PEREIRA, RG 146577881 SSP/PR, Nome do Pai: GERALDO PEREIRA, Nome da Mãe: MARLENE MACHADO, nascido em 01/07/1998, natural de CRUZ MACHADO/PR, localizável no(a) Rua Paulo Holocheski, 168 - São José - CRUZ MACHADO/PR, residente atualmente em lugar incerto e não sabido, pelo presente CITE-O e INTIME-O, para que apresente Resposta à Acusação por escrito, no prazo de dez (10) dias, nos termos do artigo 396, do Código de Processo Penal nos autos nº

0001516-65.2021.8.16.0174, que lhe move a Justiça Pública, como incurso nas penas do artigo 129, § 9º, do Código Penal, nos termos da Lei nº 11.340/2006, ficando pelo presente, citado para e ver processar, até final julgamento, e ciente de que pode ser aplicada a disposição do art. 366 do CPP, com a suspensão do processo e do curso do prazo prescricional, sem prejuízo de que a autoridade judiciária determine a produção antecipada das provas consideradas urgentes e, se for o caso, decrete a prisão preventiva, nos termos do art. 312 CPP. Dado e passado nesta cidade e Comarca de União da Vitória, 24 de setembro de 2021. Eu, Bárbara Aparecida Vieira Neppel, Estagiária, digitei, e eu, Cristiane Oechsler Puchalski, Técnica Judiciária, conferi.

CERTIFICADO ter afixado o presente Edital no Átrio do Fórum, em lugar de Costume. O referido é verdade e dou fé.

Emerson Luciano Prado Spak
Juiz de Direito

EDITAL DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO, RÉU LUCAS DE LIMA STANKIEVICZ, COM O PRAZO DE QUINZE (15) DIAS.

O DOUTOR EMERSON LUCIANO PRADO SPARK, MM. JUIZ DE DIREITO DA COMARCA DE UNIÃO DA VITÓRIA, ESTADO DO PARANÁ, na forma da lei, etc... FAZ SABER, a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, COM O PRAZO DE QUINZE (15) DIAS, que não tendo sido possível CITAR pessoalmente o réu LUCAS DE LIMA STANKIEVICZ, RG 143009068 SSP/PR, Nome do Pai: NILDO STANKIEVICZ, Nome da Mãe: LENIR GOIS DE LIMA, nascido em 26/10/1998, natural de UNIAO DA VITORIA/PR, localizável no(a) RUA JAO VICENTE, 387 CASA - General Carneiro - GENERAL CARNEIRO/PR, residente atualmente em lugar incerto e não sabido, pelo presente CITE-O e INTIME-O, para que apresente Resposta à Acusação por escrito, no prazo de dez (10) dias, nos termos do artigo 396, do Código de Processo Penal nos autos nº 0003309-39.2021.8.16.0174, que lhe move a Justiça Pública, como incurso nas penas do artigo 21 do Decreto-Lei nº 3.688/41, c/c artigo 61, inciso II, alínea "f", do Código Penal, e artigo 147 c/c artigo 61, inciso II, alínea "f", todos do Código Penal, nos termos da Lei nº 11.340/2006, ficando pelo presente, citado para e ver processar, até final julgamento, e ciente de que pode ser aplicada a disposição do art. 366 do CPP, com a suspensão do processo e do curso do prazo prescricional, sem prejuízo de que a autoridade judiciária determine a produção antecipada das provas consideradas urgentes e, se for o caso, decrete a prisão preventiva, nos termos do art. 312 CPP. Dado e passado nesta cidade e Comarca de União da Vitória, 24 de setembro de 2021. Eu, Bárbara Aparecida Vieira Neppel, Estagiária, digitei, e eu, Cristiane Oechsler Puchalski, Técnica Judiciária, conferi.

CERTIFICADO ter afixado o presente Edital no Átrio do Fórum, em lugar de Costume. O referido é verdade e dou fé.

Emerson Luciano Prado Spak
Juiz de Direito

EDITAL DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO, RÉUS JONATHAN CRISTIAN ALVES DO AMARAL E ALEXSANDRO CHARAVARA, COM O PRAZO DE QUINZE (15) DIAS. O DOUTOR EMERSON LUCIANO PRADO SPARK, MM. JUIZ DE DIREITO DA COMARCA DE UNIÃO DA VITÓRIA, ESTADO DO PARANÁ, na forma da lei, etc... FAZ SABER, a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, COM O PRAZO DE QUINZE (15) DIAS, que não tendo sido possível CITAR pessoalmente os réus ALEXSANDRO CHARAVARA, RG 103877580 SSP/PR, Nome do Pai: OSCAR CHARAVARA, Nome da Mãe: ROSEMARIE BORSCH CHARAVARA, nascido em 16/11/1990, natural de UNIAO DA VITORIA/PR, localizável no(a) Rua Barão do Rio Branco, 45 apartamento 404 - Centro - UNIÃO DA VITÓRIA/PR e JONATHAN CRISTIAN ALVES DO AMARAL, RG 89592461 SSP/PR, Nome do Pai: JAIR JOSE ALVES DO AMARAL, Nome da Mãe: GILCE APARECIDA CORDOVA DO AMARAL, nascido em 20/09/1983, natural de UNIAO DA VITORIA/PR, localizável no(a) Rua Primeiro de Maio, 419 - Centro - UNIÃO DA VITÓRIA/PR, residentes atualmente em lugar incerto e não sabido, pelo presente CITE-OS e INTIME-OS, para que apresentem Resposta à Acusação por escrito, no prazo de dez (10) dias, nos termos do artigo 396, do Código de Processo Penal nos autos nº 0002197-35.2021.8.16.0174, que lhe move a Justiça Pública, como incurso nas penas do artigo 243, da Lei nº 8.069/1990 e artigo 42, inciso I, do Decreto-lei nº 3.688/1941, ficando pelo presente, citados para e ver processar, até final julgamento, e ciente de que pode ser aplicada a disposição do art. 366 do CPP, com a suspensão do processo e do curso do prazo prescricional, sem prejuízo de que a autoridade judiciária determine a produção antecipada das provas consideradas urgentes e, se for o caso, decrete a prisão preventiva, nos termos do art. 312 CPP. Dado e passado nesta cidade e Comarca de União da Vitória, 24 de setembro de 2021. Eu, Bárbara Aparecida Vieira Neppel, Estagiária, digitei, e eu, Cristiane Oechsler Puchalski, Técnica Judiciária, conferi.

CERTIFICADO ter afixado o presente Edital no Átrio do Fórum, em lugar de Costume. O referido é verdade e dou fé.

Emerson Luciano Prado Spak
Juiz de Direito

EDITAL DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO, RÉU **JUCIMAR COSTA**, COM O PRAZO DE QUINZE (15) DIAS.

O DOUTOR **EMERSON LUCIANO PRADO SPAK**, MM. JUIZ DE DIREITO DA COMARCA DE UNIÃO DA VITÓRIA, ESTADO DO PARANÁ, na forma da lei, etc...

FAZ SABER, a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, **COM O PRAZO DE QUINZE (15) DIAS**, que não tendo sido possível **CITAR** pessoalmente o réu **JUCIMAR COSTA**, RG 159120031 SSP/PR, Nome do Pai: **ARI COSTA**, Nome da Mãe: **SELEIDE ALVES COSTA**, nascido em 04/09/1995, natural de **FAXINAL DOS GUEDES/SC**, localizável no(a) **RUA ESTELIANO PIZZATTO, 1 CASA - GENERAL CARNEIRO/PR**, residente atualmente em lugar incerto e não sabido, pelo presente **CITE-O** e **INTIME-O**, para que apresente Resposta à **Acusação por escrito**, **noprazo de dez (10) dias, nos termos do artigo 396, do Código de Processo Penal nos autos nº 0000003-62.2021.8.16.0174**, que lhe move a Justiça Pública, como incurso nas penas do **artigo 147, c/c artigo 61, inciso II, alínea "f", ambos do Código Penal, e artigo 129, § 9º, do Código Penal, nos termos da Lei nº 11.340/2006**, ficando pelo presente, citado para e ver processar, até final julgamento, e ciente de que pode ser aplicada a disposição do art. 366 do CPP, com a suspensão do processo e do curso do prazo prescricional, sem prejuízo de que a autoridade judiciária determine a produção antecipada das provas consideradas urgentes e, se for o caso, decrete a prisão preventiva, nos termos do art. 312 CPP. Dado e passado nesta cidade e Comarca de União da Vitória, 24 de setembro de 2021. Eu, Bárbara Aparecida Vieira Neppel, Estagiária, digitei, e eu, Cristiane Oechsler Puchalski, Técnica Judiciária, conferi.

CERTIFICO ter afixado o presente Edital no Átrio do Fórum, em lugar de Costume. O referido é verdade e dou fé.

Emerson Luciano Prado Spak
Juiz de Direito

EDITAL DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO, RÉU **LUCIANO ORESTES**, COM O PRAZO DE QUINZE (15) DIAS.

O DOUTOR **EMERSON LUCIANO PRADO SPAK**, MM. JUIZ DE DIREITO DA COMARCA DE UNIÃO DA VITÓRIA, ESTADO DO PARANÁ, na forma da lei, etc...

FAZ SABER, a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, **COM O PRAZO DE QUINZE (15) DIAS**, que não tendo sido possível **CITAR** pessoalmente o réu **LUCIANO ORESTES**, RG 127929440 SSP/PR, Nome do Pai: **EMILIO ORESTES**, Nome da Mãe: **EVA FARIAS DE CARVALHO**, nascido em 19/04/1990, natural de **CRUZ MACHADO/PR**, localizável no(a) **RUA ESTEFANO BEREJUK, 314 CASA - União da Vitória - UNIÃO DA VITÓRIA/PR**, residente atualmente em lugar incerto e não sabido, pelo presente **CITE-O** e **INTIME-O**, para que apresente Resposta à **Acusação por escrito**, **noprazo de dez (10) dias, nos termos do artigo 396, do Código de Processo Penal nos autos nº 0001299-22.2021.8.16.0174**, que lhe move a Justiça Pública, como incurso nas penas do **artigo 155, § 4, inciso I do Código Penal**, ficando pelo presente, citado para e ver processar, até final julgamento, e ciente de que pode ser aplicada a disposição do art. 366 do CPP, com a suspensão do processo e do curso do prazo prescricional, sem prejuízo de que a autoridade judiciária determine a produção antecipada das provas consideradas urgentes e, se for o caso, decrete a prisão preventiva, nos termos do art. 312 CPP. Dado e passado nesta cidade e Comarca de União da Vitória, 24 de setembro de 2021. Eu, Bárbara Aparecida Vieira Neppel, Estagiária, digitei, e eu, Cristiane Oechsler Puchalski, Técnica Judiciária, conferi.

CERTIFICO ter afixado o presente Edital no Átrio do Fórum, em lugar de Costume. O referido é verdade e dou fé.

Emerson Luciano Prado Spak
Juiz de Direito

EDITAL DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO, RÉU **ELOY JUNIOR PITZ**, COM O PRAZO DE QUINZE (15) DIAS.

O DOUTOR **EMERSON LUCIANO PRADO SPAK**, MM. JUIZ DE DIREITO DA COMARCA DE UNIÃO DA VITÓRIA, ESTADO DO PARANÁ, na forma da lei, etc...

FAZ SABER, a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, **COM O PRAZO DE QUINZE (15) DIAS**, que não tendo sido possível **CITAR** pessoalmente o réu **ELOY JUNIOR PITZ**, RG 61969810 SSP/PR, Nome do Pai: **WALDOMIRO PITZ**, Nome da Mãe: **LAURA GEHLEN PITZ**, nascido em 10/06/1972, natural de **CURITIBA/PR**, localizável no(a) **R. WALFRIDO SOARES DOS SANTOS, 2036 CASA - PORTO UNIÃO/SC**, residente atualmente em lugar incerto e não sabido, pelo presente **CITE-O** e **INTIME-O**, para que apresente Resposta à **Acusação por escrito**, **noprazo de dez (10) dias, nos termos do artigo 396, do Código de Processo Penal nos autos nº 0000158-02.2020.8.16.0174**, que lhe move a Justiça Pública, como incurso nas penas do **artigo 306, § 1º, inciso II, da Lei 9.503/1997**, ficando pelo presente, citado para e ver processar, até final julgamento, e ciente de que pode ser aplicada a disposição do art. 366 do CPP, com a suspensão do processo e do curso do prazo prescricional, sem prejuízo de que a autoridade judiciária determine a produção antecipada das provas consideradas urgentes e, se for o caso, decrete a prisão preventiva, nos termos do art. 312 CPP. Dado e passado nesta cidade e Comarca de União da Vitória, 24 de setembro de 2021. Eu, Bárbara Aparecida Vieira Neppel, Estagiária, digitei, e eu, Cristiane Oechsler Puchalski, Técnica Judiciária, conferi.

CERTIFICO ter afixado o presente Edital no Átrio do Fórum, em lugar de Costume. O referido é verdade e dou fé.

Emerson Luciano Prado Spak
Juiz de Direito

EDITAL DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO, RÉU **IRINEU MITZKO**, COM O PRAZO DE QUINZE (15) DIAS.

O DOUTOR **EMERSON LUCIANO PRADO SPAK**, MM. JUIZ DE DIREITO DA COMARCA DE UNIÃO DA VITÓRIA, ESTADO DO PARANÁ, na forma da lei, etc...

FAZ SABER, a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, **COM O PRAZO DE QUINZE (15) DIAS**, que não tendo sido possível **CITAR** pessoalmente o réu **IRINEU MITZKO**, RG 101376206 SSP/PR, Nome do Pai: **NICOLAU MITZKO**, Nome da Mãe: **VIRA KOVALUK MITZKO**, nascido em 06/11/1973, localizável no(a) **LINHA SANTA MARIA, 001 CASA - CRUZ MACHADO/PR**, residente atualmente em lugar incerto e não sabido, pelo presente **CITE-O** e **INTIME-O**, para que apresente Resposta à **Acusação por escrito**, **noprazo de dez (10) dias, nos termos do artigo 396, do Código de Processo Penal nos autos nº 0006099-30.2020.8.16.0174**, que lhe move a Justiça Pública, como incurso nas penas do **artigo 147, c/c artigo 61, inciso II, alínea "f", ambos do Código Penal, nos termos da Lei nº 11.340/2006**, ficando pelo presente, citado para e ver processar, até final julgamento, e ciente de que pode ser aplicada a disposição do art. 366 do CPP, com a suspensão do processo e do curso do prazo prescricional, sem prejuízo de que a autoridade judiciária determine a produção antecipada das provas consideradas urgentes e, se for o caso, decrete a prisão preventiva, nos termos do art. 312 CPP. Dado e passado nesta cidade e Comarca de União da Vitória, 24 de setembro de 2021. Eu, Bárbara Aparecida Vieira Neppel, Estagiária, digitei, e eu, Cristiane Oechsler Puchalski, Técnica Judiciária, conferi.

CERTIFICO ter afixado o presente Edital no Átrio do Fórum, em lugar de Costume. O referido é verdade e dou fé.

Emerson Luciano Prado Spak
Juiz de Direito

EDITAL DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO, RÉU **MARCOS ANTONIO DE ALMEIDA**, COM O PRAZO DE QUINZE (15) DIAS.

O DOUTOR **EMERSON LUCIANO PRADO SPAK**, MM. JUIZ DE DIREITO DA COMARCA DE UNIÃO DA VITÓRIA, ESTADO DO PARANÁ, na forma da lei, etc...

FAZ SABER, a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, **COM O PRAZO DE QUINZE (15) DIAS**, que não tendo sido possível **CITAR** pessoalmente o réu **MARCOS ANTONIO DE ALMEIDA**, RG 157581597 SSP/PR, Nome do Pai: **ANTONIO DE ALMEIDA**, Nome da Mãe: **MARINELZA BATISTA DE ALMEIDA**, nascido em 08/06/1982, natural de **PATO BRANCO/PR**, localizável no(a) **Avenida Leste, sn casa azul/verde - CRUZ MACHADO/PR**, residente atualmente em lugar incerto e não sabido, pelo presente **CITE-O** e **INTIME-O**, para que apresente Resposta à **Acusação por escrito**, **noprazo de dez (10) dias, nos termos do artigo 396, do Código de Processo Penal nos autos nº 0009093-65.2019.8.16.0174**, que lhe move a Justiça Pública, como incurso nas penas do **artigo 129, § 9º e 147, c/c artigo 61, inciso II, alínea "f", do Código Penal, nos termos da Lei nº 11.340/2006**, ficando pelo presente, citado para e ver processar, até final julgamento, e ciente de que pode ser aplicada a disposição do art. 366 do CPP, com a suspensão do processo e do curso do prazo prescricional, sem prejuízo de que a autoridade judiciária determine a produção antecipada das provas consideradas urgentes e, se for o caso, decrete a prisão preventiva, nos termos do art. 312 CPP. Dado e passado nesta cidade e Comarca de União da Vitória, 24 de setembro de 2021. Eu, Bárbara Aparecida Vieira Neppel, Estagiária, digitei, e eu, Cristiane Oechsler Puchalski, Técnica Judiciária, conferi.

CERTIFICO ter afixado o presente Edital no Átrio do Fórum, em lugar de Costume. O referido é verdade e dou fé.

Emerson Luciano Prado Spak
Juiz de Direito

Edital de Intimação

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA DO RÉU **MAICON AURELIO DO PRADO**, E A VÍTIMA **EDINERSON TIGRE DE OLIVEIRA**, COM O PRAZO DE NOVENTA (90) DIAS.

O DOUTOR **EMERSON LUCIANO PRADO SPAK**, MM. JUIZ DE DIREITO DA COMARCA DE UNIÃO DA VITÓRIA, ESTADO DO PARANÁ, na forma da lei, etc...

FAZ SABER, a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, **COM O PRAZO DE 90 (NOVENTA) DIAS**, que não tendo sido possível **INTIMAR** pessoalmente o réu **MAICON AURELIO DO PRADO**, RG 108266406 SSP/PR, Nome do Pai: **SOLIMAR PIRES DO PRADO**, Nome da Mãe: **JUCELEI FERREIRA DO PRADO**, nascido em 10/03/1996, natural de **PORTO UNIÃO/SC**, localizável no(a) **RUA PEDRO CRUZ, 710 CASA - UNIÃO DA VITÓRIA/PR**, atualmente em lugar incerto e não sabido, pelo presente **INTIME-O**, da sentença, prolatada em data de 13/08/2021, que o **CONDENOU** como incurso nas sanções do

artigo 339 do Código Penal bem como ao pagamento das custas processuais, com as ressalvas do benefício da assistência judiciária gratuita o qual foi deferido, fixada a pena em definitivo em 02 (dois) anos de reclusão e 10 (dez) dias-multa, no regime inicial de cumprimento aberto, nos autos nº 0004231-85.2018.8.16.0174, que lhe move a Justiça Pública e, para que chegue ao conhecimento do referido réu expediu-se o presente edital que será publicado na forma da Lei, e afixado no lugar de costume. Dado e passado nesta cidade e Comarca de União da Vitória, 24 de setembro de 2021. Eu, Bárbara Aparecida Vieira Neppel, Estagiária, digitei, e eu, Cristiane Oechsler Puchalski, Técnica Judiciária, conferi. **CERTIFICO** ter afixado o presente Edital no Átrio do Fórum, em lugar de Costume. O referido é verdade e dou fé.

Emerson Luciano Prado Spak
Juiz de Direito

EDITAL DE INTIMAÇÃO
DESTINATÁRIO: JOÃO MARIA RIBEIRO NETO
PRAZO DE 90 (NOVENTA) DIAS

O Juiz de Direito, Dr. **EMERSON LUCIANO PRADO SPAK**, da 2ª Vara Criminal de União da Vitória, FAZ SABER a todos quantos o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, que perante este Juízo tramitam os autos nº **0002076-80.2016.8.16.0174**, em que é autor Ministério Público do Estado do Paraná, réus GIAN MARCOS DE OLIVEIRA e JOÃO MARIA RIBEIRO NETO, e que não foi possível localizar pessoalmente o **apenado JOÃO MARIA RIBEIRO NETO, brasileiro, RG 98784934 SSP/PR, nascido em 02/09/1986, natural de GENERAL CARNEIRO/PR, Nome da Mãe: ROSA RIBEIRO, Nome do Pai: MIGUEL ALVES RIBEIRO, localizável no(a) RUA PROFESSOR EMILIA LESKIO, 16, SÃO JOÃO - GENERAL CARNEIRO/PR**, estando em local incerto ou não sabido, motivo pelo qual se procede por meio deste sua **INTIMAÇÃO** para que efetue o **pagamento da pena de multa** aplicada, restando advertido de que, conforme a Instrução Normativa nº 65/2021, decorrido o prazo do edital de intimação, sem manifestação do apenado, a Secretaria deverá providenciar a imediata emissão das guias, a fim de computar os prazos para expedição de certidão de multa não paga. Ainda, adverte-se que: a) não havendo pagamento espontâneo da pena de multa, será extraída Certidão de Pena de Multa Não Paga junto ao Fupen, e o processo remetido ao Ministério Público para ciência e eventual ajuizamento da execução da pena de multa; b) após a expedição da certidão de dívida ativa da pena de multa, anteriormente ao ajuizamento da execução da pena de multa, o apenado poderá pagar a dívida de multa por meio de depósito judicial vinculado aos autos da ação penal. Para que chegue ao conhecimento de todos e ninguém no futuro alegue ignorância, é expedido o presente edital, que será publicado. Dado e passado nesta cidade e Comarca de União da Vitória, 24 de setembro de 2021. Eu, Bárbara Aparecida Vieira Neppel, Estagiária, digitei, e eu, Cristiane Oechsler Puchalski, Técnica Judiciária, conferi. **CERTIFICO** ter afixado o presente Edital no Átrio do Fórum, em lugar de Costume. O referido é verdade e dou fé.

Emerson Luciano Prado Spak
Juiz de Direito

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA DO RÉU LUIS CESAR DE FRANÇA, COM O PRAZO DE SESSENTA (60) DIAS.
O DOUTOR **EMERSON LUCIANO PRADO SPAK**, MM. JUIZ DE DIREITO DA COMARCA DE UNIÃO DA VITÓRIA, ESTADO DO PARANÁ, na forma da lei, etc... **FAZ SABER**, a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, **COM O PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS**, que não tendo sido possível **INTIMAR** pessoalmente o réu **LUIS CESAR DE FRANÇA, RG 98991522 SSP/PR, Nome do Pai: MIGUEL VAZ DE FRANÇA, Nome da Mãe: REGINA CAMARGO DE FRANÇA, nascido em 24/07/1981, natural de CRUZ MACHADO/PR, localizável no(a) denominada Linha Vicinal 4, s/n - CRUZ MACHADO/PR**, atualmente em lugar incerto e não sabido, pelo presente **INTIME-O**, da **sentença, prolatada em data de 17/08/2021, que o CONDENOU como incurso nas sanções do artigo 306, §1º, inciso I, c/c artigo 298, inciso III, ambos da Lei nº 9.503/1997, bem como ao pagamento das custas processuais, com as ressalvas do benefício da assistência judiciária gratuita o qual foi deferido, fixada a pena em definitivo em 06 (seis) meses de detenção ao pagamento de três (10) dias-multa, além da proibição de se obter a permissão ou habilitação para dirigir veículo automotor pelo prazo de 02 (dois) meses, no regime inicial de cumprimento aberto, nos autos nº 0001622-95.2019.8.16.0174**, que lhe move a Justiça Pública e, para que chegue ao conhecimento do referido réu expediu-se o presente edital que será publicado na forma da Lei, e afixado no lugar de costume. Dado e passado nesta cidade e Comarca de União da Vitória, 24 de setembro de 2021. Eu, Bárbara Aparecida Vieira Neppel, Estagiária, digitei, e eu, Cristiane Oechsler Puchalski, Técnica Judiciária, conferi. **CERTIFICO** ter afixado o presente Edital no Átrio do Fórum, em lugar de Costume. O referido é verdade e dou fé.

Emerson Luciano Prado Spak
Juiz de Direito

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA DO RÉU ADILSO CZADOTZ, COM O PRAZO DE SESSENTA (60) DIAS.
O DOUTOR **EMERSON LUCIANO PRADO SPAK**, MM. JUIZ DE DIREITO DA COMARCA DE UNIÃO DA VITÓRIA, ESTADO DO PARANÁ, na forma da lei, etc... **FAZ SABER**, a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, **COM O PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS**, que não tendo sido possível **INTIMAR** pessoalmente o réu **ADILSO CZADOTZ, Gerente de marketing, RG 65544369 SSP/PR, CPF 925.425.819-91, Nome do Pai: JOSE CZADOTZ, Nome da Mãe: ADELINA CZADOTZ, nascido em 16/12/1975, natural de UNIAO DA VITORIA/PR, localizável no(a) BR 153, KM 49 - ÁREA RURAL - UNIÃO DA VITÓRIA/PR**, atualmente em lugar incerto e não sabido, pelo presente **INTIME-O**, da **sentença prolatada, que JULGOU EXTINTA A PUNIBILIDADE** do réu com fundamento no **artigo 28-A, §13º, do Código de Processo Penal nos autos nº 0006432-79.2020.8.16.0174**, que lhe move a Justiça Pública e, para que chegue ao conhecimento do referido réu expediu-se o presente edital que será publicado na forma da Lei, e afixado no lugar de costume. Dado e passado nesta cidade e Comarca de União da Vitória, 24 de setembro de 2021. Eu, Bárbara Aparecida Vieira Neppel, Estagiária, digitei, e eu, Cristiane Oechsler Puchalski, Técnica Judiciária, conferi. **CERTIFICO** ter afixado o presente Edital no Átrio do Fórum, em lugar de Costume. O referido é verdade e dou fé.

Emerson Luciano Prado Spak
Juiz de Direito

EDITAL DE INTIMAÇÃO
DESTINATÁRIO: DORIVAL FERNANDO KRANHOLDT
PRAZO DE 90 (NOVENTA) DIAS

O Juiz de Direito, Dr. **EMERSON LUCIANO PRADO SPAK**, da 2ª Vara Criminal de União da Vitória, FAZ SABER a todos quantos o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, que perante este Juízo tramitam os autos nº **0010486-59.2018.8.16.0174**, em que é autor Ministério Público do Estado do Paraná, réus DORIVAL FERNANDO KRANHOLDT e DJAIR REINALDO FLEIT, e que não foi possível localizar pessoalmente o **apenado DORIVAL FERNANDO KRANHOLDT, brasileiro, RG 147583281 SSP/PR, nascido em 31/07/1997, Nome de Nome da Mãe: NEUCELIA APARECIDA GLIXINSKI, Nome do Pai: FERNANDO AUGUSTO KRANHOLDT, localizável no(a) RUA BERNARDINA SALDANHA MUNIZ, 02 - UNIÃO DA VITÓRIA**, estando em local incerto ou não sabido, motivo pelo qual se procede por meio deste sua **INTIMAÇÃO** para que efetue o **pagamento da pena de multa** aplicada, restando advertido de que, conforme a Instrução Normativa nº 65/2021, decorrido o prazo do edital de intimação, sem manifestação do apenado, a secretaria deverá providenciar a imediata emissão das guias, a fim de computar os prazos para expedição de certidão de multa não paga. Ainda, adverte-se que: a) não havendo pagamento espontâneo da pena de multa, será extraída Certidão de Pena de Multa Não Paga junto ao Fupen, e o processo remetido ao Ministério Público para ciência e eventual ajuizamento da execução da pena de multa; b) após a expedição da certidão de dívida ativa da pena de multa, anteriormente ao ajuizamento da execução da pena de multa, o apenado poderá pagar a dívida de multa por meio de depósito judicial vinculado aos autos da ação penal. Para que chegue ao conhecimento de todos e ninguém no futuro alegue ignorância, é expedido o presente edital, que será publicado. Dado e passado nesta cidade e Comarca de União da Vitória, 24 de setembro de 2021. Eu, Bárbara Aparecida Vieira Neppel, Estagiária, digitei, e eu, Cristiane Oechsler Puchalski, Técnica Judiciária, conferi. **CERTIFICO** ter afixado o presente Edital no Átrio do Fórum, em lugar de Costume. O referido é verdade e dou fé.

Emerson Luciano Prado Spak
Juiz de Direito

EDITAL DE INTIMAÇÃO DO RÉU ADECLEISON LAURINDO, COM O PRAZO DE QUINZE (15) DIAS.
O DOUTOR **EMERSON LUCIANO PRADO SPAK**, MM. JUIZ DE DIREITO DA COMARCA DE UNIÃO DA VITÓRIA, ESTADO DO PARANÁ, na forma da lei, etc... **FAZ SABER**, a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, **COM O PRAZO DE 15 (QUINZE) DIAS**, que não tendo sido possível **INTIMAR** pessoalmente o réu **ADECLEISON LAURINDO, RG 128730559 SSP/PR, CPF 090.184.569-85, Nome do Pai: ANTONIO RICARDO LAURINDO, Nome da Mãe: ROSEMERI DE FÁTIMA LAURINDO, nascido em 01/09/1993, natural de PORTO UNIAO/SC, localizável no(a) Rua Quarta, 149 - São Basílio Magno - UNIÃO DA VITÓRIA/PR - CEP: 84.600-566**, atualmente em lugar incerto e não sabido, pelo presente **INTIME-O**, da **sentença, prolatada em data de 24/08/2020, que determinou a extinção da punibilidade dos réus RODRIGO CUNHA DE CASTRO, DIRCEU ELIODORO, ANDRÉ BORGES e ADECLEISON LAURINDO, nos termos do artigo 107, inciso IV, e 109, inciso IV, ambos do Código Penal, consequente arquivamento dos autos nº 0005112-72.2012.8.16.0174 e para que no prazo de trinta (30) compareça ao Cartório da 2ª Vara Criminal, sito a rua Marechal Floriano Peixoto, nº 314, centro, a fim de que efetue o levantamento do valor depositado a título de fiança nos autos de 279 - Inquérito Policial sob nº 0005112-72.2012.8.16.0174**, que lhe move a Justiça Pública e, para que chegue ao conhecimento do referido réu expediu-se o presente edital que será publicado na forma da Lei, e afixado no lugar de costume. Dado e passado nesta cidade e Comarca

de União da Vitória, 24 de setembro de 2021. Eu, Camila Delonzek, Estagiária, digitei, e eu, Cristiane Oechsler Puchalski, Técnica Judiciária, conferi.

CERTIFICO ter afixado o presente Edital no Átrio do Fórum, em lugar de Costume. O referido é verdade e dou fé.

Emerson Luciano Prado Spak

Juiz de Direito

nesta cidade e Comarca de União da Vitória, Estado do Paraná. Eu Mareli Regina Pedron,

Escrivã Judicial, o digitei e subscrevi.

Assinado digitalmente

Carlos Eduardo Mattioli Kockanny

Juiz de Direito

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA DO RÉU **ANTONIO MARCOS DOMINGUES PEDROSO**, COM O PRAZO DE **SESSENTA (60) DIAS**.

O DOUTOR **EMERSON LUCIANO PRADO SPAK**, MM. JUIZ DE DIREITO DA COMARCA DE UNIÃO DA VITÓRIA, ESTADO DO PARANÁ, na forma da lei, etc...

FAZ SABER, a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem,

COM O PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, que não tendo sido possível **INTIMAR**

pessoalmente o réu **ANTONIO MARCOS DOMINGUES PEDROSO**, RG 123495810

SSP/PR, Nome do Pai: **JOSE DOMINGUES PEDROSO**, Nome da Mãe: **SELMIRA**

CORREIA PEDROSO, nascido em 07/03/1990, natural de **CRUZ MACHADO/PR**,

localizável no(a) **RIO DAS ANTAS - ESTRADA VELHA, S/N - MATRIZ - CRUZ**

MACHADO/PR, atualmente em lugar incerto e não sabido, pelo presente **INTIME-**

O, da sentença, prolatada em data de 30/07/2021, que o **ABSOLVEU** em relação

ao delito previsto no artigo 330 do Código Penal, com fundamento nos artigos

386, incisos III e VII do Código de Processo Penal, bem como o **CONDENOU**

como incurso nas sanções do artigo 306, §1º, inciso I, da Lei nº 9.503/1997, bem

como ao pagamento das custas processuais, com as ressalvas do benefício da

assistência judiciária gratuita o qual foi deferido, fixada a pena em definitivo em

06 (seis) meses de detenção e ao pagamento de 10 (dez) dias-multa, no regime

inicial de cumprimento aberto, nos autos nº 0000680-97.2018.8.16.0174, que lhe

move a Justiça Pública e, para que chegue ao conhecimento do referido réu e da

vítima expediu-se o presente edital que será publicado na forma da Lei, e afixado no

lugar de costume. Dado e passado nesta cidade e Comarca de União da Vitória, 24

de setembro de 2021. Eu, Bárbara Aparecida Vieira Neppel, Estagiária, digitei, e eu,

Cristiane Oechsler Puchalski, Técnica Judiciária, conferi.

CERTIFICO ter afixado o presente Edital no Átrio do Fórum, em lugar de Costume.

O referido é verdade e dou fé.

Emerson Luciano Prado Spak

Juiz de Direito

VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES, INFÂNCIA E JUVENTUDE, ACIDENTES DO TRABALHO, REGISTROS PÚBLICOS E CORREGEDORIA DO FORO EXTRAJUDICIAL

Edital de Citação

COMARCA DE UNIÃO DA VITÓRIA- PR.

VARA DA FAMÍLIA E ANEXOS

Rua Professora Amazônia, 780, Centro - União da Vitória- PR.

CEP. 84600-285 Telefone (042) 3523-8859.

E D I T A L DE CITAÇÃO

ROQUE LEANDRO DE FREITAS e MAYRA CRISTINA ALVES DE LIMA

O Doutor CARLOS EDUARDO MATTIOLI KOCKANNY, MM. Juiz de Direito da Vara da

Família, Sucessões e Anexos da Comarca de União da Vitória, Estado do Paraná, na forma da lei e para os devidos fins,

F A Z S A B E R aos que o presente edital virem ou dele conhecimento tomarem, o qual vai devidamente assinado, que tramita perante este Juízo e Cartório a ação

de Guarda de Infância e Juventude sob nº 0000386-72.2020.8.16.0207, no qual figura

MERCEDES NEUBAUER como autora; e **ROQUE LEANDRO DE FREITAS** e **MAYRA**

CRISTINA ALVES DE LIMA como requeridos. Como consta nos autos que os nominados

requerido **ROQUE LEANDRO DE FREITAS** e **MAYRA CRISTINA ALVES DE LIMA** se

encontram em lugar incerto e não sabido, ficam pelo presente edital **CITADOS**, para no

prazo de 15 (quinze) dias, apresentar contestação. Caso não ofertarem, serão considerados revéis.

E, para que chegue ao conhecimento dos interessados e principalmente da requerida, expediu-se o presente édito, que será afixado em lugar de costume e publicado

na forma da lei.

Aos seis (06) dias do mês de agosto (08) do ano dois mil e vinte e um (2021),

Editais - Procedimento de
Usucapião Extrajudicial

CORONEL VIVIDA

SERVIÇO DE REGISTRO DE IMÓVEIS

USUCAPIÃO EXTRAJUDICIAL EDITAL DE CIENTIFICAÇÃO **Diogo Lemos de Faria, Oficial do Registro de Imóveis desta cidade e Comarca de Coronel Vivida - PR, na forma do contido na Lei Federal nº 6.015/1973 e no Provimento nº 65/2017 do Conselho Nacional de Justiça.** Faz saber a tantos quantos deste Edital tiveram conhecimento e a quem possa interessar, que tramita neste Serviço de Registro de Imóveis do município e Comarca de Coronel Vivida-PR, pedido de reconhecimento do direito de propriedade por meio da USUCAPIÃO EXTRAJUDICIAL - PROCEDIMENTO Nº 004/2021, sob a modalidade **USUCAPIÃO EXTRAORDINÁRIA**, com tempo de posse indicado de 15 (quinze) anos, requerido por **MILTON LUIZ PIZZATTO**, brasileiro, casado, contador e agricultor, titular da CI/RG nº 1.889.784-9-SESP/PR, inscrito no CPF nº 411.420.809-78, casado com **DENITE MARIA PIZZATTO**, pelo regime de Comunhão Universal de Bens, residentes e domiciliados nesta cidade, protocolado sob nº 70248, na data de 13.09.2021, relativo ao imóvel rural: **PARTE DO OMÓVEL RURAL DENOMINADO PASSA QUATRO**, desta Cidade e Comarca de Coronel Vivida, Estado do Paraná, sobre a área de **35.494,00m²**, desta Cidade e Comarca de Coronel Vivida-PR, com as seguintes características e confrontações: **NORTE:** Confrontando com A RODOVIA BR-373. **LESTE:** Confrontando com A ESTRADA MUNICIPAL. **SUL:** Confrontando com A PROPRIEDADE DE ERMIRIO DA COSTA CORDEIRO e A PROPRIEDADE DE ZENUEL SANTOS DE QUADROS. **OESTE:** Confrontando com PARTE DO IMÓVEL PASSA QUATRO. **DESCRIÇÃO DO D O P E R Í M E T R O:** Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice **B3R-M-2520**, de coordenadas ("Longitude: -52°24'48.866", Latitude -25°57'30.156" e Altitude: 903.12 m); deste, segue confrontando com a **Reserva Indígena - Separados pela Estrada Municipal**, com os seguintes azimutes e distâncias: 168°48' e 19,00 m até o vértice **B3R-V-4285**, (Longitude: -52°24'48.733", Latitude -25°57'30.762" e Altitude: 902,80 m); 175°55' e 30,54 m até o vértice **B3R-V-4286**, (Longitude: -52°24'48.655", Latitude -25°57'31.751" e Altitude: 901,79 m); 176°34' e 33,49 m até o vértice **B3R-V-4287**, (Longitude: -52°24'48.583", Latitude -25°57'32.838" e Altitude: 898,57 m); 174°03' e 18,48 m até o vértice **B3R-V-4288**, (Longitude: -52°24'48.514", Latitude -25°57'33.435" e Altitude: 896,03 m); 170°34' e 12,80 m até o vértice **B3R-V-4289**, (Longitude: -52°24'48.439", Latitude -25°57'33.845" e Altitude: 893,77 m); 188°44' e 8,98 m até o vértice **B3R-V-4290**, (Longitude: -52°24'48.488", Latitude -25°57'34.133" e Altitude: 891,34 m); 203°07' e 7,63 m até o vértice **B3R-V-4291**, (Longitude: -52°24'48.596", Latitude -25°57'34.362" e Altitude: 889,14 m); 208°14' e 10,59 m até o vértice **B3R-M-2521**, (Longitude: -52°24'48.776", Latitude -25°57'34.665" e Altitude: 888,36 m); deste, segue confrontando com a **Propriedade de Ermirio da Costa Cordeiro - Direitos Possessórios**, com os seguintes azimutes e distâncias: 244°01' e 94,47 m até o vértice **B3R-M-2522**, (Longitude: -52°24'51.828", Latitude -25°57'36.009" e Altitude: 882,61 m); deste, segue confrontando com a **Propriedade de Zenuel Santos de Quadros - Direitos Possessórios**, com os seguintes azimutes e distâncias: 325°30' e 11,29 m até o vértice **B3R-M-2523**, (Longitude: -52°24'52.058", Latitude -25°57'35.706" e Altitude: 890,09 m); 325°31' e 4,85 m até o vértice **B3R-V-4292**, (Longitude: -52°24'52.157", Latitude -25°57'35.576" e Altitude: 889,93 m); deste, segue confrontando com a **Propriedade de Ermirio da Costa Cordeiro - separados pela Estrada Municipal**, com os seguintes azimutes e distâncias: 234°22' e 24,27 m até o vértice **B3R-V-4293**, (Longitude: -52°24'52.866", Latitude -25°57'36.036" e Altitude: 886,61 m); 230°04' e 22,02 m até o vértice **B3R-V-4294**, (Longitude: -52°24'53.473", Latitude -25°57'36.495" e Altitude: 883,75 m); 228°11' e 27,49 m até o vértice **B3R-V-4295**, (Longitude: -52°24'54.209", Latitude -25°57'37.090" e Altitude: 878,62 m); 225°25' e 8,53 m até o vértice **B3R-V-4296**, (Longitude: -52°24'54.427", Latitude -25°57'37.285" e Altitude: 877,13 m); 215°39' e 7,23 m até o vértice **B3R-V-4297**, (Longitude: -52°24'54.579", Latitude -25°57'37.476" e Altitude: 876,06 m); 201°14' e 6,48 m até o vértice **B3R-V-4298**, (Longitude: -52°24'54.663", Latitude -25°57'37.672" e Altitude: 875,28 m); 184°18' e 7,47 m até o vértice **B3R-V-4299**, (Longitude: -52°24'54.683", Latitude -25°57'37.914" e Altitude: 874,38 m); 169°35' e 7,37 m até o vértice **B3R-V-4300**, (Longitude: -52°24'54.636", Latitude -25°57'38.149" e Altitude: 873,43 m); 156°07' e 7,77 m até o vértice **B3R-V-4301**, (Longitude: -52°24'54.523", Latitude -25°57'38.380" e Altitude: 872,66 m); 147°54' e 10,60 m até o vértice **B3R-V-4302**, (Longitude: -52°24'54.320", Latitude -25°57'38.672" e Altitude: 871,85 m); 142°10' e 6,50 m até o vértice **B3R-V-4303**, (Longitude: -52°24'54.177", Latitude -25°57'38.839" e Altitude: 871,92 m); deste, segue confrontando com a **Propriedade de Zenuel Santos de Quadros - Direitos Possessórios**, com os seguintes azimutes e distâncias: 257°15' e 1,04 m até o vértice **B3R-M-2524**, (Longitude: -52°24'54.213", Latitude -25°57'38.847" e Altitude: 871,79 m); 256°58' e 48,64 m até o vértice **B3R-M-2525**, (Longitude: -52°24'55.916", Latitude -25°57'39.203" e Altitude: 869,77 m); deste, segue confrontando com **Parte do Imóvel Passa Quatro - Propriedade de Milton Luiz Pizzatto - CNS: 08.311-3 | Mat. 1198**, com os seguintes azimutes e distâncias: 349°46' e 188,05 m até o vértice **B3R-M-2526**, (Longitude: -52°24'57.116", Latitude -25°57'33.190" e Altitude: 903,23 m); deste, segue confrontando com

Rodovia BR - 373, com os seguintes azimutes e distâncias: 64°38' e 79,60 m até o vértice **B3R-V-4304**, (Longitude: -52°24'54.530", Latitude -25°57'32.082" e Altitude: 902,75 m); 65°18' e 41,39 m até o vértice **B3R-V-4305**, (Longitude: -52°24'53.179", Latitude -25°57'31.520" e Altitude: 902,63 m); 67°33' e 39,25 m até o vértice **B3R-V-4306**, (Longitude: -52°24'51.875", Latitude -25°57'31.034" e Altitude: 903,67 m); 70°20' e 40,97 m até o vértice **B3R-V-4307**, (Longitude: -52°24'50.488", Latitude -25°57'30.586" e Altitude: 903,82 m); 72°52' e 32,49 m até o vértice **B3R-V-4308**, (Longitude: -52°24'49.372", Latitude -25°57'30.275" e Altitude: 902,69 m); com os seguintes azimutes e distâncias: 75°29' e 14,56 m até o vértice **B3R-M-2520**, ponto inicial da descrição deste perímetro. O requerimento e a documentação que acompanha o pedido apresentado permanecerão à disposição nesta Serventia Imobiliária, durante o prazo de 15 (quinze) dias, para ciência de eventuais terceiros interessados, que poderão apresentar manifestação, considerando-se a ausência de impugnação como anuência ao pedido. Este Edital será publicado por duas vezes no Diário da Justiça Eletrônico (e-DJ), bem como afixado em sessão específica dentro da Serventia.

Coronel Vivida, 24 de setembro de 2021.

Diogo Lemos de Faria

Agente Delegado

PARANAGUÁ

SERVIÇO DE REGISTRO DE IMÓVEIS

SE-RVIÇO DE REGISTRO IMOBILIÁRIO
COMARCA DE PARANAGUÁ - ESTADO DO PARANÁ
Av. Coronel José Lobo, 350, sala 05 - Fone/Fax: (41) 3423-0321
Patrick Roberto Gasparetto

Oficial de Registro

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO
USUCAPIÃO EXTRAJUDICIAL

Na qualidade de Agente Delegado do Serviço de Registro de Imóveis desta Comarca, e nos termos do art. 216-A, §2º da Lei 6.015/73 e Provimento 65/2017 do CNJ, **NOTIFICAMOS** o proprietário tabular **LUIZ ALVES**, do imóvel transcrito sob nº 26.058, as fls. 227 do livro 3-X, bem como os **EVENTUAIS INTERESSADOS**, que está em tramite nesta Serventia o **PROCESSO ADMINISTRATIVO DE USUCAPIÃO**, na modalidade **ORDINÁRIA**, protocolado sob nº **160.624**; com os seguintes elementos:

· **REQUERENTE:** **GABRIELA ROCHA LEITE**, brasileira, solteira, empresária, portadora da Cédula de Identidade RG nº 1.001.3758-5 SESP/PR e inscrito no CPF/MF sob o nº 093.541.509-26, residente na Rua Dr. Arthur de Souza Costa, nº 1.344, Raia, Paranaguá-PR.

· **IMÓVEL OBJETO:** A requerente é titular da posse manda, pacífica e ininterrupta do imóvel, que está designado em área urbana, localizado na Rua Tertuliana da Cruz dos Santos, nº 796, no bairro Parque São João - Lote 18, da Quadra 21, da planta Parque São João, deste município e Comarca, com as seguintes características e confrontações: Ponto Georreferenciado: E = 745.586,164 m e N = 7.171.758,191 m DATUM: WGS 84. Frente: A SE, para a Rua Tertuliana da Cruz dos Santos, onde mede 15,00 m (quinze metros), distante 30,50 m da esquina com a Rua Manoel Jordão Cavaleiro; Lateral Direita: A NE, confrontando com o Lote 19 da mesma quadra 21 da Planta Parque São João, pertencente a Alicia da Silva Zela (Matrícula nº 48.215), onde mede 40,00 m (quarenta metros); Lateral Esquerda: a SO, confrontando com o Lote 17 da mesma quadra 21 da planta Parque São João, imóvel registrado em nome de Domingos Primo Moro e Manoel Jordão Cavaleiro, pertencente e ocupado por Luís Geraldo dos Santos, onde mede 40,00 m (quarenta metros) e; Fundos: a NO, confrontando com o Lote 8 da mesma quadra 21 da Planta Parque São João, imóvel registrado em nome de Domingos Primo Moro e Manoel Jordão Cavaleiro, pertencente e ocupado por Vanilde da Silva Moreira, onde mede 15,00 m (quinze metros). O imóvel perfaz uma área de 600,00 m² (seiscentos metros quadrados). As medidas e confrontações foram descritas, considerada a posição de quem da rua Tertuliana da Cruz dos Santos olha para o imóvel. O imóvel possui a Inscrição Imobiliária: 09.1.23.001.0275.001.

Todos os elementos legais devidamente autuados encontram-se disponíveis para acesso de eventuais interessados, que poderão dirigir-se até o endereço da Serventia e obter as informações pertinentes.

Assim, ficam cientificados, dispondo de 15 dias para manifestação, cujo edital será publicado no Diário da Justiça Eletrônico (e-DJ), bem como, afixado em sessão específica dentro da Serventia. A ausência de impugnação implica em anuência ao pedido de reconhecimento extrajudicial da usucapião, e consequente prosseguimento do feito.

Atenciosamente,

Patrick Roberto Gasparetto -
Oficial de Registro